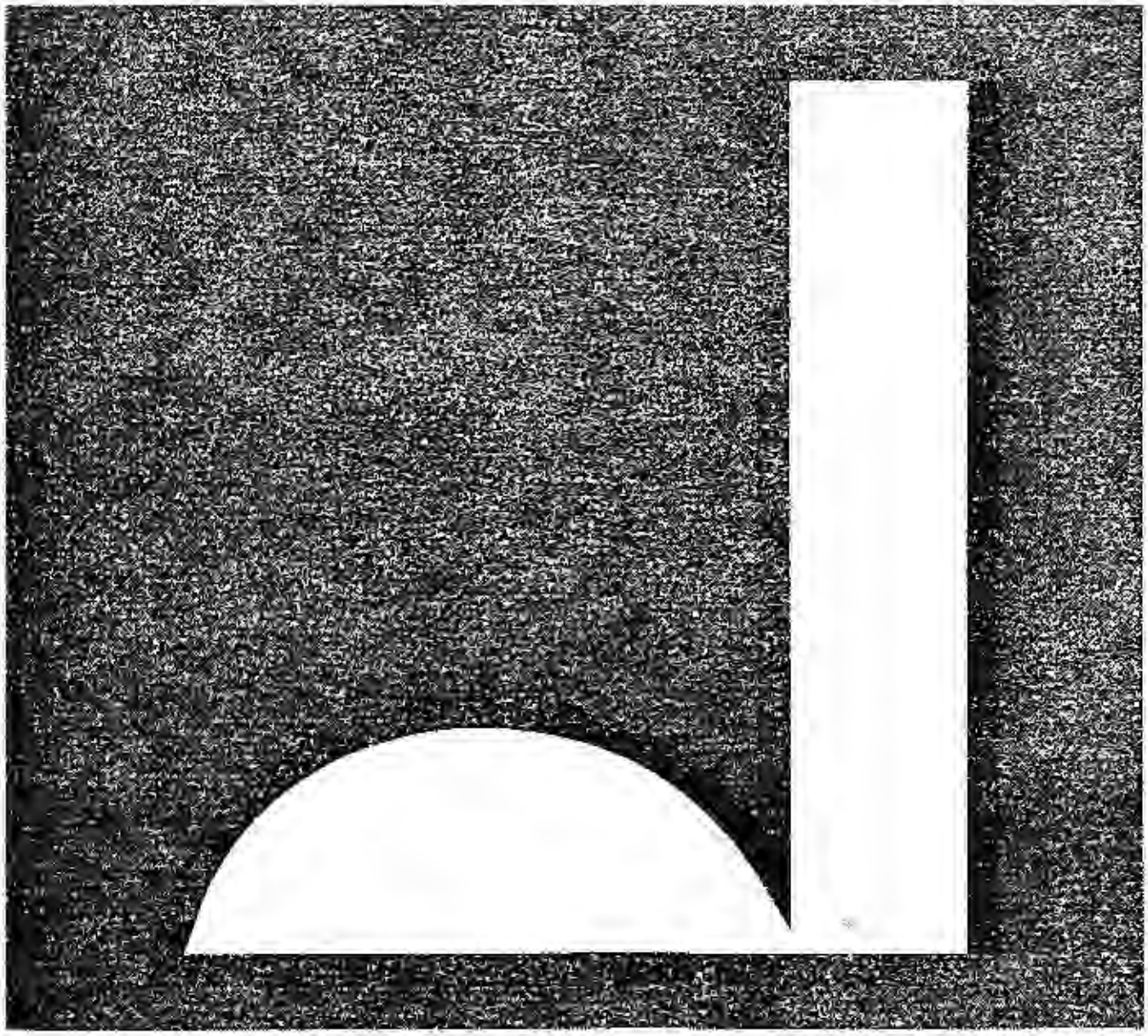
PARLAMENTO BRASILEIRO

EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

VOLUME I

ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN, "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL"

ANO LIX – SUP. 'C' AO Nº 140 – QUINTA-FEIRA, 02 DE SETEMBRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI
3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella - PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)

LÍDER – PT
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes

Roberto Saturnino – PT
Ana Júlia Carepa – PT
Flávio Arns – PT
Fátima Cleide – PT

LÍDER - PSB - 3

João Capiberibe – PSB

Vice-Líder PSB
Geraldo Mesquita Júnior

LÍDER - PTB – 3
Duciomar Costa – PTB

LIDERANÇA DO PMDB - 22
LÍDER
Renan Calheiros – PMDB
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12

LÍDER
Efraim Morais - PFL

Vice-Líderes
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL

LÍDER – PFL – 17
José Agripino - PFL

Vice-Líderes
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LÍDER - PSDB – 12
Arthur Virgílio – PSDB – AM
Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5
LÍDER
Jefferson Péres – PDT
Vice-Líder
Almeida Lima

LÍDER – PL – 3
Magno Malta – PL

Vice-Líder
Aelton Freitas

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti – PPS

LIDERANÇA DO GOVERNO
LÍDER

Aloizio Mercadante – PT

Vice-Líderes

Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Sabóya Gomes – PPS
Hélio Costa – PMDB
Marcelo Crivella – PL
Ney Suassuna – PMDB
Ideli Salvatti – PT

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) Atualizado em 23.4.2004

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN, "COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

12ª Reunião, realizada em 04 de setembro de 2003 04

13ª Reunião, realizada em 18 de setembro de 2003 62

14ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2003 64

15ª Reunião, realizada em 02 de outubro de 2003 66

16ª Reunião, realizada em 09 de outubro de 2003. 133

17ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2003 213

18ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2003 256

19ª Reunião, realizada em 05 de novembro de 2003 357

20ª Reunião, realizada em 06 de novembro de 2003 358

21ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2003 427

22ª Reunião, realizada em 02 de dezembro de 2003 452

23ª Reunião, realizada em 03 de dezembro de 2003 475

24ª Reunião, realizada em 09 de fevereiro de 2004 479

25ª Reunião, realizada em 11 de março de 2004 479

26ª Reunião, realizada em 16 de março de 2004 480

VOLUME II

27ª Reunião, realizada em 24 de março de 2004 486

28ª Reunião, realizada em 26 de março de 2004 507

29ª Reunião, realizada em 30 de março de 2004 509

30ª Reunião, realizada em 15 de abril de 2004 600

31ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2004 646

32ª Reunião, realizada em 20 de abril de 2004 710

33ª Reunião, realizada em 04 de maio de 2004 770

34ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2004 848

35ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2004 868

36ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2004 931

37ª Reunião, realizada em 08 de junho de 2004 1132

38ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2004 1191

39ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2004 1218

40ª Reunião, realizada em 07 de julho de 2004 1219

41ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2004 1299

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 12ª Reunião, realizada 4 de setembro de 2003.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às doze horas e quarenta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa da cidade de São Luiz, no Estado do Maranhão, presentes os Senhores Deputados, Maria do Rosário, Luiz Couto e Terezinha Fernandes, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN *"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".* Havendo número regimental, a Senhora Relatora Deputada Maria do Rosário declara abertos os trabalhos e comunica que a Audiência Pública dá-se em cumprimento ao Requerimento nº 76/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes. A Relatora justifica a impossibilidade do comparecimento, por motivos de saúde e convida, da Presidente desta Comissão, Senadora Patrícia Saboya Gomes, sem seguida convida o Deputado Luiz Couto para assumir a Presidência dos trabalhos da Mesa. O Senhor Presidente de posse da palavra agradece a honra de presidir os trabalhos na sede da Assembléia Legislativa de São Luiz, Estado do Maranhão, esclarecendo aos presentes que a presente Reunião de Audiência Pública destina-se a ouvir depoimentos em caráter público das seguintes pessoas: Maria dos Santos Machado, Conselheira Tutelar da área de Coroadinho, em São Luiz; Severina Aires, parente da vítima Stefany do caso do Vereador de Coroado; o Vereador Sebastião de Jesus Costa; testemunha por nome fictício de Sônia, a qual depôs encapuzada sobre o caso Codó; Julio Rabelo de Souza e Normélia Silva, ambos pais das crianças assassinadas em um mil novecentos e noventa e um na cidade de São Luiz e a Sra. Zila Moura da Silva parente da vítima Dayane, todos preencheram e assinaram os Termos de Compromissos, sendo qualificados pelo Presidente da Comissão ao início de cada depoimento. Fizeram uso da palavra para inquirir os depoentes, o Deputado Luiz Couto, a Deputada Maria do Rosário e a Deputada Teresinha Fernandes. A Presidência suspendeu por duas vezes a Audiência Pública com o intuito de viabilizar aos Parlamentares membros da Comissão a tomada de depoimentos das adolescentes vítimas dos casos referentes ao Vereador Sebastião de Jesus Costa e do Deputado Camilo Lelis, sendo estes últimos, tomados em caráter sigiloso. Foram deliberadas as seguintes providências: **a)** oficiar a Prefeitura e a Câmara de Vereadores de São Luiz/MA, solicitando cópias de folhas de pagamentos de pessoal onde consta o nome da Sra. Severina Aires; **b)** Solicitar cópia de uma fita contendo gravação de conversa entre o Vereador Sebastião e mais duas pessoas; **c)** Solicitar ao Ministério Público do Estado do Maranhão de cópias de exames de ultrassonografia e demais documentos comprobatórios das vítimas do Vereador do Coroado; **d)** Oficiar ao Vereador Sebastião do Coroado; no sentido de fornecer a esta Comissão, cópias dos recibos que a Sra. Severina Aires assinou para o mesmo; **e)** Oficiar ao Secretário Adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Dr. Nilmário Miranda, no sentido de que seja incluído no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas as seguintes pessoas: a Sra. Severina Aires e seus filhos, Stefânia Aires e Márcio Douglas Aireis; **f)** Oficiar ao Gerente de Estado de Segurança Pública, Dr. Raimundo Soares Cutrim, no sentido de providenciar meios para garantir a integridade física da *Sra. Miriam dos Santos Machado*, Conselheira Tutelar da área de Coradinho e de seus membros Conselheiros, na cidade de São Luiz/MA, viabilizando dessa forma, a continuidade dos trabalhos tão necessários à comunidade local; **g)** Oficiar ao Comando da Polícia Militar de São Luiz/MA, solicitando informações sobre fatos relatados pelo Vereador Sebastião de Jesus Costa quanto a prestação de Segurança, por parte de Policiais Militares, à sua Tenda Espírita. Dentre outras solicitações apresentadas na Audiência Pública em São Luiz/MA, pendentes de Requerimentos a serem aprovados posteriormente, em reunião da Comissão, no Senado Federal, as seguintes providências: **a)** Requerer à Receita Federal encaminhar cópias das Declarações de Imposto de Renda, referente aos exercícios de 1998 a 2003 do Sr. Sebastião de Jesus Costa; **b)** Requerer seja oficiado à Polícia Federal, a fim de considerar os casos dos meninos emasculados no Maranhão como parte de investigação federal e crie uma força tarefa para apurar esses fatos; **c)** Requerer à Delegacia do Trabalho do Estado do Maranhão, solicitando a realização de inspeção na Empresa Sebastião Tur, de propriedade do Vereador Sebastião Jesus da Costa, e que transfira o produto dessa inspeção a esta CPMI; **d)** Requerer seja oficiado ao órgão de registro de Empresas de Turismo do Estado do Maranhão e à Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, a fim de transmitir a esta CPMI a situação de registro da Empresa Sebastião Tur, de propriedade do Vereador Sebastião de Jesus Costa, e sua Função Social, e, **e)** Oficiar a Receita Federal, solicitando informar à esta

CPMI a situação atual do CNPJ da Tenda Sebastião do Vale da Natureza, de responsabilidade do Vereador Sebastião de Jesus Costa, localizado em São Luiz/MA. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado Luiz Couto, e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada mediante o Requerimento nº 2, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Saúdo o Deputado Pastor Reginaldo Nunes, e, por ele, esta Casa Legislativa, que nos acolhe, e a Assembléia Legislativa do Maranhão... **(falha na gravação)** ... Estado do Maranhão **(falha na gravação)**... a Deputada Terezinha Fernandes, deliberado e aprovado por unanimidade da CPMI.

Informo aos presentes que, devido a problema de saúde, está ausente desta reunião a Presidente da Comissão, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que definiu, deliberou, decidiu, em comum acordo com a Comissão, convidar para que atuasse como Presidente **ad hoc** nesta audiência pública o Exmo Sr. Deputado Luiz Couto, a quem passo a palavra como Presidente **ad hoc** a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Um boa-tarde para todos. Sejam todos bem-vindos a esta audiência pública, aqui na Assembléia Legislativa do Maranhão. Agradeço a seu Presidente, que concedeu este espaço aqui, já que o outro espaço tivemos lá..., e ao Pastor Reginaldo Nunes, que está presente, em nome da Presidência, também nós queremos agradecer.

Estão presentes a Deputada Helena Barros Heluy e outros Deputados. Pedimos à assessoria que tome nota dos nomes, para que haja registro. O importante na CPMI, que, como diz o nome, é uma CPI Mista, é que Deputados e Senadores, Senadoras e Deputadas participam dela. E aqui nós estamos. Eu sou o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, e hoje estou assumindo aqui a função de Presidente interino, em decorrência de problemas de saúde da Senadora Patrícia Saboya Gomes. A Deputada Terezinha, que é membro também da CPMI e que os senhores conhecem, é aqui do Maranhão. A Deputada Maria do Rosário é a Relatora, sendo Deputada Federal pelo PT do Rio Grande do Sul.

Nós queremos dizer que a CPMI não tem caráter de julgamento ou de punição. A CPMI apura, investiga, faz com que a sociedade se mobilize sem medo de denunciar. Verificamos que uma das razões para que não enfrentemos com clareza, com serenidade, a exploração sexual de crianças e adolescentes é o medo. O medo é a grande arma daqueles que continuam explorando sexualmente crianças e adolescentes. E não estão apenas explorando, mas também fazem o tráfico dessas menores para fins comerciais sexuais. Também há casos em que o crime organizado coloca na sua frente de ação a exploração de crianças e adolescentes servindo ao crime organizado, porque hoje, no mundo inteiro, a pornografia via *Internet* é uma das indústrias que mais rendem. Nós verificamos que hoje o nosso País tem diversas rotas, tanto internas, de tráfico de crianças e adolescentes para exploração sexual, como também internacionais – não apenas de mulheres como também de crianças e adolescentes. Só para se ter uma idéia, uma pesquisa feita pela Secria revela, em alguns Estados, 241 rotas nacionais e internacionais do tráfico e da exploração sexual para fins comerciais.

Então, estamos aqui para ouvir. É importante, neste dia, saber se, além das pessoas que estão já notificadas ou que foram convidadas ou convocadas para prestar depoimento, outras pessoas têm denúncias, querem também colaborar com a CPMI. Elas devem chamar a nossa assessoria para dar o seu nome e poderão ser ouvidas publicamente ou, se quiserem, de forma reservada ou secreta. É importante perder o medo, porque a impunidade associada à corrupção torna-se uma arma fortíssima. São duas irmãs que andam juntas. A irmã corrupção e a irmã impunidade são responsáveis por essa chaga que temos hoje de milhões e milhões de crianças e adolescentes sendo explorados.

Para enfrentar essas redes de exploração só há um jeito. A sociedade deve organizar-se em rede de proteção. Vamos passar agora a palavra à Deputada Maria do Rosário, Relatora, para que ela possa falar dos quatro pontos importantes que a CPMI está querendo investigar e apurar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muito obrigada, Deputado Luiz Couto. V. Exª acompanhou a CPMI em todos os Estados praticamente em que estivemos. Estamos, Deputada Teresinha Fernandes, trabalhando em torno de uma chaga que está presente em todos os Estados brasileiros, em todas as regiões do Brasil.

A nossa presença hoje no Nordeste do País, no Estado do Maranhão, tem como objetivo estar junto com as autoridades locais e com a sociedade civil para enfrentar a impunidade e constituir políticas. Já estivemos na fronteira do Brasil com a Argentina, no

Rio Grande do Sul, em cidades com poder aquisitivo bastante elevado no interior de Santa Catarina, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Teremos diligências e audiências em praticamente todos os Estados do País. Não é possível mais caracterizar a violência social e a exploração sexual como realidade de uma das regiões do Brasil mais do que de outra.

A violência sexual está presente em todas as camadas sociais, em todas as realidades sociais. Ela acontece em áreas mais ricas da nossa sociedade e em áreas mais pobres. Em todas elas, a violência sexual é ofensiva aos direitos humanos e nega os direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Trata-se também de um fenômeno mundial que a globalização potencializou, especialmente nas nossas regiões de fronteira e com a abertura das relações internacionais, com a facilidade que temos de percorrer diferentes países. Portanto, é um fenômeno em movimento.

Há dez anos a Câmara dos Deputados teve uma CPI sobre o que chamavam naquele período de prostituição infanto-juvenil. Mas há dez anos não tínhamos a **Internet**, não havia os crimes organizados a partir das redes de computadores, das redes mundiais. As nossas relações na fronteira eram outras, as possibilidades de transporte eram outras. Também a comunicação não era a mesma, instantânea, dos dias de hoje, porque o que colabora para o enfrentamento, de outro lado pode colaborar para a banalização, para a naturalização de crimes violentos que vivenciamos na sociedade contemporânea. Frente a essa realidade, constituímos uma CPMI. Como disse o Deputado Luiz Couto, trata-se de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Senado e Câmara dos Deputados associados. A coordenação geral está a cargo da Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes; a Relatoria está sob nossa responsabilidade, membro da Câmara dos Deputados que somos. São 22 Parlamentares das duas Casas.

O que queremos com isso é seguirmos o exemplo e a palavra do próprio Presidente da República, quando, no início deste ano, na primeira reunião ministerial, disse à sociedade brasileira que exploração sexual não é um tema dos indivíduos, não é um tema das meninas, não é um tema das vítimas; é um tema do Estado brasileiro. E Sua Excelência constituiu em seguida um comitê interministerial que está atuando para a execução de políticas públicas e o esclarecimento de casos e o enfrentamento da impunidade, coordenado pela Secretaria Nacional de Justiça. A CPMI é o mesmo esforço no Congresso Nacional.

Quatro itens nos movem. O primeiro dos nossos objetivos, tendo como ponto central o enfrentamento da violência e das redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Este é o nosso mote: a CPMI investiga a violência sexual, investiga redes de exploração sexual. Quando não existe a situação comercial em si, mas existe violência sexual e pelo fato de termos incluído este espaço no requerimento de instalação desta Comissão, isto nos confere a responsabilidade de atuarmos também sobre isso. É por essa razão que acolhemos com respeito e responsabilidade as famílias dos meninos vítimas de processos violentos de emasculação. Talvez, possivelmente, esse não seja um crime relacionado ao comércio sexual em si, mas a violência sexual está caracterizada; portanto, este tema é objeto de estudo, de análise e de investigação pela CPMI. Tanto assim que, no Estado do Pará, acompanhamos os julgamentos que ali estão tendo lugar, com a presença, em diligência, e atuação, naquele Estado, da Deputada Ann Pontes, do PMDB, e a Senadora Ana Júlia Carepa, do PT.

Entre os nossos objetivos, portanto, está antes o inquérito. Estamos realizando investigações com uma equipe técnica e associados a autoridades estaduais. Estamos trabalhando em parceria, formando uma rede, procurando conhecer os casos.

O Deputado Luiz Couto, Presidente dos nossos trabalhos, disse muito bem: não se trata aqui de um julgamento; vamos ouvir depoimentos. Alguns dos depoimentos serão abertos para todos os senhores e toda a comunidade; outros depoimentos, não. Peço a compreensão dos senhores e das senhoras, porque os depoimentos que formos tomar de adolescentes, nós os faremos privadamente, reservadamente, para o resguardo da imagem desses adolescentes, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse é o primeiro objetivo. Não estaremos expondo nenhuma criança, nenhum adolescente, porque eles são o nosso objetivo de vida e do nosso trabalho parlamentar. Então é esse o primeiro esclarecimento que faço aos senhores. Se testemunhas quiserem fazer depoimento de forma reservada, assim postulem e o Sr. Presidente, com certeza, estará deferindo. Se alguma testemunha, se alguém dos que estiverem aqui quiser fazer um depoimento, quiser procurar-nos e não quiser aparecer, não quiser dizer o seu nome, quiser falar conosco, porque conhece um caso, sabe mais alguma coisa sobre algo que estaremos abrindo aqui, procure-nos reservadamente, mande um bilhete, deixe seu telefone e faremos contato. Não é necessário depoimento público. E aquelas testemunhas que vierem à CPMI, e aqui estiverem para fazerem depoimento, e quiserem num determinado momento não mais prestar depoimento publicamente, vamos respeitar. O Deputado Luiz Couto, como Presidente, com certeza, o deferirá. A Senadora Patrícia tem agido assim também. Pedi-

mos a compreensão de todos e vamos ter que nos dirigir a um outro local para tomarmos o depoimento, talvez aqui mesmo. Vamos ter que tomar o depoimento, porque o que nos interessa não é objetivamente o momento somente que estamos vivendo. Não estamos aqui para este momento.

O nosso relatório vai ser concluído em 12 de dezembro, mas o que estamos plantando, queremos colher e queremos responsabilização. Então, o momento em que estamos vivendo, peço a todos que compreendam, não é audiência; é a investigação, é a leitura, é o entendimento de cada caso, da atitude de vir depor ou de negar-se a depor, da atitude de cada um frente àquilo que estamos buscando.

É por essa sensibilidade, com muito respeito e sem nenhum comentário com relação aos depoimentos, que apelo a V. Exªs e a V. Sªs. Devemos ouvir todos.

Além da investigação sobre as redes que operam entre os Estados e localmente, ao final dos nossos trabalhos, queremos oferecer ao Congresso Nacional avanços legislativos, Srªs e Srs. Deputados Estaduais, Deputada Helena, Deputado Pastor Reginaldo, todos os presentes. Queremos oferecer sugestões de leis que o Brasil deve ter sobre o tema da proteção de direitos da criança, leis essas que agilizem os procedimentos de direitos da criança no âmbito da Polícia, da Justiça. Já temos várias sugestões.

Adianto aos senhores que vamos ter que avançar numa legislação sobre o tráfico interno de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. O Estatuto da Criança e do Adolescente nos dá a base, mas vamos ter que avançar nisso. Essas sugestões são importantes para nós, porque a CPMI pode propor alterações visando uma atualização objetiva, a partir de conceitos de direitos humanos, tendo como princípio a Constituição Federal e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que é a peça maior que temos em desdobramento da Constituição.

A CPMI quer construir uma cultura para que as pessoas denunciem, e queremos interagir com os meios de comunicação, com as escolas, com o movimento social, para rompermos os estereótipos construídos sobre as meninas, sobre os meninos, sobre as mulheres. É uma cultura nova que precisamos fazer existir no Brasil; uma cultura de que todos as crianças são responsabilidade de todos nós adultos, como os nossos próprios filhos. Não temos o direito de banalizar a sexualidade. Temos de entender que a criança tem uma sexualidade, que todo ser humano tem sexualidade, mas que a sexualidade da criança tem que ser protegida, porque o adulto que age sexualmente sobre a criança, de qualquer forma, ao arrepio da lei, é um criminoso. Se ele tiver que ser tratado, deve ser tratado, mas deve também ser responsabilizado.

São esses os pontos.

Por último, Sr. Presidente, refiro-me a políticas públicas. Faço um apelo especial às entidades presentes e ao Conselho Estadual de Direitos. A CPMI precisa oferecer ao Governo Federal e à sociedade brasileira um balanço das políticas públicas preventivas à violência sexual, das políticas de apoio à família, das políticas de atendimentos de vítimas e das políticas que devem existir. Queremos trabalhar, inclusive, com o que é ideal, porque não queremos políticas públicas pobres para as pessoas pobres; queremos as políticas públicas devidas para o ser humano, independentemente da sua camada social.

O apelo que faço aos senhores é que façam aqui conosco um levantamento das políticas públicas. Por exemplo, como está atuando o Programa Sentinela? Vamos pedir ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, às entidades que nos remetam essas informações para o balanço nacional que estaremos realizando.

Muito obrigada pela acolhida e um bom trabalho para todos nós, com muita responsabilidade, com muita determinação e, especialmente, sem medo, porque estamos aqui em nome do melhor que há para uma sociedade.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passo a palavra à Deputada Terezinha Fernandes, para que faça o registro das autoridades e entidades aqui presentes.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Boa-tarde a todos os senhores e senhoras, Deputados, Deputadas, entidades aqui presentes. Estamos iniciando os nossos trabalhos, procurando ouvir aqui a entidade que, neste momento, vai passar informações para nós acerca da realidade de São Luís do Maranhão, que tem informações importantes que irão, com certeza, subsidiar o nosso trabalho ao longo deste dia.

Quero destacar aqui a presença dos Deputados Estaduais Antonio Pereira, do PPS; Mauro Bezerra, do PDT; Aderson Lago, do PSDB; Helena Barros Heluy, do PT; Telma Pinheiro, do PFL; Maura Jorge, do PFL; Cristina Archer, do PSDB; Rubens Pereira, do PFL; Paulo Neto, do PSC; Elígio Almeida, do PPB; Rigo Teles, do PFL; Max Barros, do PFL; Domingos Dutra, do PT; João Evangelista, do PFL; Graça Paz, do PDT; Carlos Braide, do PMDB; Manoel Ceará; Francisco Gomes, Carlos Filho; César Pires e Teresa Murad.

Destaco também as entidades: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Padre Marcos Passerini; Unicef; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; OAB; Gerência de De-

senvolvimento Humano; Conselhos Tutelares de São Luís; Pastoral da Juventude; Associação dos Agentes de Saúde; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fundação Estadual da Criança e do Adolescente; Fundação Municipal da Criança e do Adolescente; Secretaria Municipal de Saúde; Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís; Centro de Cultura Negra do Maranhão; Comissão de Justiça e Paz, representada aqui por Cecília Amin.

Queremos, neste início de reunião, destacar a importância do trabalho que essas entidades estão fazendo aqui em São Luís, e que gerou um subsídio muito grande para o trabalho que esta Comissão está fazendo e, com certeza, vai também ajudar bastante no trabalho que a CPI Estadual está iniciando agora.

Quero também destacar a parceria que esta Comissão está fazendo com a Polícia Federal e com o Ministério Público, não só aqui no Maranhão, mas em outros lugares do Brasil, onde buscamos apoio nessas instituições para ajudar a ampliar e agilizar o trabalho que esta Comissão está fazendo.

Destacamos esses aspectos no momento em que estamos iniciando nossos trabalhos aqui. Temos certeza de que os senhores, as entidades representantes da sociedade, os parlamentares aqui presentes, a imprensa, todos estão preocupados com a temática que a comissão nacional e a comissão estadual levam à discussão da sociedade maranhense e da sociedade brasileira.

Precisamos nos juntar, porque investigar é muito importante, mas se nos detivermos apenas nisso, com certeza não iremos atingir os nossos objetivos. Por isso, a Deputada Maria do Rosário fez questão de destacar que, além do trabalho investigativo, também estamos travando um debate sobre as políticas públicas nos Estados por onde passamos e no Brasil. Entendemos que a grande maioria das vítimas hoje, mulheres, adolescentes e crianças, nesse tipo de crime, submete-se a esse tipo de violência dada a situação em que vive. Precisamos discutir, sim, a existência, a eficácia das políticas públicas hoje no Brasil. Nosso relatório, precisa apontar na direção de saídas urgentes para essa situação em que vivemos.

O outro ponto, o outro pilar em que o nosso trabalho se baseia é a questão da revisão legislativa, que é importantíssima para nós também e para os senhores. É um trabalho que precisa ser feito coletivamente. A atuação do Ministério Público, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária, das gerências das Secretarias de Segurança Estaduais, enfim, dos Governos Estaduais e do Governo Federal, todos unidos, é necessária para fazermos uma grande movimentação na sociedade brasileira, a fim de coibir esse tipo de crime. Que possamos mudar a estrutura da sociedade para que tenhamos um novo comportamento, uma nova postura diante de crimes como esse, que abalam nossa sociedade e nossas famílias.

Vou passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, que dará início à primeira oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Começaremos a ouvir as pessoas que querem colaborar, aquelas que são vítimas e as que também foram notificadas como participantes desse processo de exploração.

Convido a Conselheira Miriam dos Santos Machado, do Conselho Tutelar do Coroadinho, para prestar o seu depoimento. (Pausa.)

A conselheira está preenchendo o termo de compromisso desta CPMI.

Sabemos que o medo ainda é muito grande. Várias pessoas querem colaborar, mas receiam ser mortas ou que contra elas haja represálias. No caso de as pessoas se declararem amedrontadas ou temerosas de ameaças ou represálias, a própria CPMI solicitará proteção para essas pessoas. Iremos dar proteção àquelas pessoas que efetivamente queiram colaborar. A vida é um dom muito importante; devemos preservá-la, porque é um dom de Deus, e ninguém tem o direito de tirá-la.

Conselheira Miriam dos Santos Machado, do Conselho Tutelar do Coroadinho, pergunto-lhe se gostaria de fazer alguns esclarecimentos iniciais. V. Sª teria um tempo para falar sobre o caso e suas preocupações. Depois, os membros fariam algumas perguntas, começando pela própria Relatora.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Primeiramente, quero dizer que estou aqui como Conselheira Tutelar e que também estou receosa quanto à minha segurança e à segurança do Conselho. É um caso que todos da área sabem, que chegou ao Conselho Tutelar por meio da mãe da própria adolescente. O Conselho deu os encaminhamentos cabíveis dentro dessa situação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer do receio mesmo em relação à minha segurança pessoal e à do Conselho Tutelar.

O caso da adolescente nos chegou pela própria mãe, que relatou que sua filha e outras adolescentes são vítimas de abuso sexual. Algumas famílias são trazidas do interior do Estado para esse bairro, onde o acusado, às vezes, cede cestas básicas. As adolescentes são obrigadas a dançar em um terreiro, e as mães são obrigadas a limpar o terreiro.

Esse não é o depoimento apenas de uma adolescente, mas de várias. Mas algumas famílias se recusam a fazer depoimentos por medo em relação à sua segurança ou por medo de perderem a cesta bá-

sica ou a moradia que têm. Essas moradias não são adequadas para as crianças ou para as adolescentes que vivem naquele meio.

A mãe da adolescente ainda relata que a filha dela engravidou em conseqüência desse abuso. Após seis meses de gestação, ela fez o aborto, que foi pago pelo acusado. Lá está todo esse relatório. Inclusive, ela fez ultra-sonografia. A mãe recebe um salário de R$320,00, pagos pelo acusado. Ela não trabalha; simplesmente recebe esse salário sem trabalhar.

No relato, a adolescente diz que nunca quis isso, que foi vítima de violência, que era virgem até o momento em que foi abusada sexualmente, que não aconteceu somente uma vez, que foi levada para tirar a criança em aborto pago pelo acusado e que ela e a mãe são obrigadas a dançar nesse terreiro para receberem o salário e terem direito ao lugar de morar, a um quarto. E não é só um quarto de aluguel. Quero deixar bem claro aqui que são dois ou três corredores com quartos, onde vivem precariamente famílias com crianças que bailam no terreiro.

E uma adolescente de 12 anos relata que o acusado falou para ela, numa expressão bem grosseira: "Tua irmã, a fava dela já está boa, já está no ponto". São relatos de adolescentes que nos dizem que têm medo de denunciar porque são ameaçadas. Dizem: "Tenho medo pela minha família, tenho medo por mim".

A adolescente do caso citado nesta CPI deixa bem claro que ela foi abusada, que a filha dessa pessoa também foi abusada pelo acusado, a própria filha.

O Conselho Tutelar também já recebeu algumas denúncias por telefone. A pessoa não quis se identificar, mas deu o relato de que outras adolescentes são abusadas e de que a própria filha também foi abusada. Mas as pessoas têm medo, não se identificam. Até a própria Secretaria dos Direitos Humanos enviou um documento também, onde tem um relato mais específico de algumas situações deste caso da CPI e relatou também o mesmo caso da adolescente que o Conselho Tutelar encaminhou para a Promotoria da Infância e da Adolescência de São Luis do Maranhão, onde a Promotoria está tomando as medidas cabíveis. Enquanto o papel de Conselho Tutelar foi feito, pois houve encaminhamento para a Promotoria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passo a palavra à Srª Relatora para dar início aos seus questionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, Srª Miriam dos Santos Machado, Conselheira Tutelar, causa-nos um orgulho muito grande ver que a denúncia é possível e que tu representas aqui, talvez, muitos conselheiros e conselheiras tutelares, pessoas que atuam diretamente nas comunidades, que têm coragem de enfrentar a violência sexual e dizer que vamos proteger as nossas crianças. Então, quero te cumprimentar e manifestar meu respeito pelo trabalho desenvolvido pelo Conselho Tutelar em Coroadinho e pela missão que tu ora representas aqui.

As questões dizem respeito ao caso que envolve o Sr. Sebastião da Costa, que foi convidado a depor na CPMI. Nós estamos aguardando a sua presença para depoimento.

Miriam, tu recebestes, foi tu exatamente quem recebeste, que fizeste o primeiro contato com a mãe da menina?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Sim. Fui eu e outro conselheiro, que já faleceu. Isso também foi usado pelo Sr. Sebastião. Uma pessoa chegou e disse-nos os termos que ele utilizou: "já foi um; só faltam quatro. No momento, eu, o Conselheiro César Augusto, que já faleceu, e o Conselheiro Claudiomar recebemos a denúncia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são as circunstâncias, então, da morte do Sr. César, do Conselheiro César?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – O Conselheiro César era diabético, morreu de uma parada cardíaca. A taxa de glicose dele ficou muito alta e ele faleceu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Faleceu no exercício da sua função.

Então, a senhora e o Conselheiro César ouviram o depoimento dA SRA. Severina, mãe da adolescente. Nesse depoimento, A SRA. Severina se referiu a todos os detalhes relativos à sua vinculação com o Sr. Sebastião Costa ou Sebastião do Coroado?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Sim. A mãe relatou toda a situação para o Conselho Tutelar, só que foi de maneira informal, naquele momento. Quando nós a convidamos, dissemos que fazíamos questão que comparecesse com a adolescente. No dia, ela ligou para o meu celular e relatou o seguinte: "Não precisa mais; ele já doou uma casa". Foi o que ela falou para a gente. Eu digo: não, senhora. A senhora já trouxe até o Conselho Tutelar, nós vamos levar adiante porque não pode ficar impune; é a sua filha. Todo o relatório está na Promotoria, está também a questão de uma casa que foi doada, justamente na data do convite de comparecimento, que nós deveríamos escutar a adolescente para poder levar adiante a situação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E tu fizeste uma referência a outras adolescentes e a outras circunstâncias de denúncias, envolvendo o mesmo acusado. Quantos casos existem, de que tu tens conhecimento?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Que nós temos conhecimento ainda existem dois casos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dois casos. Além...

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Além deste.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além deste.

Nesses três casos, o Conselho Tutelar tomou conhecimento de que as circunstâncias foram semelhantes? Eu li um documento do Ministério Público no qual está relatada a forma violenta pela qual essa adolescente foi vítima sexual desse senhor. Os casos são semelhantes?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – São semelhantes. Devido a essa questão que envolve magia negra, a essa questão de terreiros de umbanda, os casos são semelhantes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No caso que chegou ao conhecimento do Conselho Tutelar, a menina estava grávida?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não. Quando o caso chegou ao conhecimento do Conselho Tutelar, já havia acontecido o aborto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já havia acontecido o aborto?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora poderia relatar o conhecimento que tem sobre esse episódio? Há um momento, então, em que ela foi vítima da violência sexual? E, após esse momento, ela foi levada a uma circunstância de aborto?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Sim, a própria adolescente relata o seguinte: que, ao engravidar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantos anos a adolescente estava?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Treze anos.

Ela disse que, ao engravidar, após seis meses, ela – e muito menos o acusado – não queria esse filho, devido a toda a situação que envolve o bairro também. Então, foi paga uma cirurgia. Ela relata também que uma comadre da mãe enterrou o bebê. Ela viu a criança, ela sofreu esse aborto, e o bebê foi enterrado no quintal de uma comadre da mãe. Tanto a mãe quanto a adolescente relataram isso ao Conselho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse é o relato que chegou ao Conselho.

A senhora percebe que, no caso, o acusado conta com uma rede de apoio? Existem outras pessoas que cometem essa mesma violência contra essas mesmas adolescentes? Ou ele pratica, pelo depoimento que o Conselho Tutelar recebeu, esses atos violentos sexualmente sozinho?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Pelo depoimento, pelos depoimentos que chegaram ao Conselho Tutelar, ele os pratica sozinho. E, além da questão do aborto, das outras adolescentes que também são vítimas, elas relatam muito a questão de bailar no terreiro, de as mães terem que limpar o terreiro, de os pais estarem também submissos a isso e estarem recebendo as cestas básicas.

O Conselho Tutelar da área do Coroadinho ficou um pouco receoso de entrar na área, porque, ao entrar, sempre alguém nos está acompanhando, sabendo para onde vamos, com quem vamos falar, o que queremos lá. Isso não é de agora. Sempre aconteceu isso. Ao entrar na área que já é do Sr. Sebastião, sempre alguém nos acompanha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas se trata de uma área pública, uma área da cidade.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Mas sempre alguém nos acompanha. Sempre.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto aos três casos, são meninas de que idade?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Entre treze e quatorze anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estão devidamente registrados no Conselho Tutelar?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Estão. Mas os pais se recusam a dar qualquer tipo de esclarecimento, qualquer depoimento. Eles se recusam a fazê-lo, não querem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E como os outros dois casos chegaram ao conhecimento do Conselho Tutelar?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Por outra situação, pelo fato de as adolescentes estarem na rua, estarem faltando à escola. São essas as situações.

Quando o caso chegou ao Conselho Tutelar, em conversa com as adolescentes, surgiu esse outro lado também. Mas as mães e as adolescentes se recusam a dar depoimento por terem medo de citar nomes, de se expor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As três adolescentes são de famílias mais humildes, de famílias mais empobrecidas da nossa comunidade? A senhora diria que elas são de famílias empobrecidas e que há dependência econômica?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – São de famílias humildes, e há uma dependência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há uma dependência econômica direta? Que procedimentos o Conselho Tutelar tomou a partir do caso?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Em relação ao caso da adolescente,...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se a senhora puder se referir aos três, acho que seria importante.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Em relação ao caso da adolescente Stephane...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Poderíamos não dizer os nomes. Isso seria bom.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Em relação ao caso da adolescente, houve o depoimento da mãe e o próprio depoimento da adolescente. A mãe, naquele momento, colocou-se à disposição de levar a situação adiante, pelo fato de a sua filha ter sofrido um abuso sexual. Então, encaminhamos o caso à Promotoria. A mãe e a adolescente foram escutadas pela Promotoria, que, a partir daí, tomou conta do caso. O que o Conselho Tutelar fez foi apenas acompanhar a situação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas meninas têm algum acompanhamento determinado pelo próprio Conselho Tutelar, como é sua prerrogativa, em termos de políticas públicas? Essas meninas são acompanhadas, têm acompanhamento psicológico, estão na escola? Como elas se encontram no meio da sua comunidade?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – A adolescente se encontra envergonhada. Ela tem vergonha, mas todo o encaminhamento psicológico foi feito. Em seu relato, essa adolescente diz que se sente envergonhada por ter passado por tal situação, por todo mundo saber e não fazer nada a respeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela se sente injustiçada, como se uma injustiça tivesse ocorrido com ela, como de fato ocorreu.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Justamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa menina chegou a fazer exame de corpo de delito, alguns exames no decorrer do processo? Essa menina passou por um processo absolutamente traumático. Que tipo de atendimento houve? Existe laudo psicológico? Existe laudo médico dessa situação?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – O exame de corpo de delito não foi feito, porque o caso chegou ao conhecimento do Conselho Tutelar após oito meses, se não me engano. Havia passado oito meses quando a mãe procurou o Conselho Tutelar, por se sentir ameaçada e por sentir que a filha estava sendo ridicularizada na comunidade, por ser mais uma adolescente que passou por esse processo, por ser mais uma adolescente que, talvez, não consiga um namorado, porque ela já foi vítima etc. Então, tanto a adolescente quanto a mãe colocaram essa questão da ridicularização dentro da comunidade.

Assim, o exame de corpo de delito não foi feito por ter transcorrido já determinado tempo. Quando esse caso chegou ao Conselho, foi feito um encaminhamento para a Promotoria para que fossem tomadas as medidas cabíveis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Oito meses. Portanto, se ela teve um aborto aos seis meses, ela procurou o Conselho Tutelar dois meses após o processo de aborto?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não; oito meses após o aborto ter acontecido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente as seqüelas das duas circunstâncias devem ter sido fisicamente também muito determinantes. É claro que estamos aqui atentos à origem de tudo isso, que é a violência sexual, que é a circunstância inicial inclusive de uma gravidez indesejada, de tragédias na vida de uma criança e de outra criança. Estamos aqui tratando de tragédias – frise-se.

Eu perguntaria se o Conselho Tutelar está fazendo diretamente o acompanhamento dessa adolescente e das demais, se permanece com procedimentos e se tem alguma dificuldade para ter acesso a essas adolescentes, já que há dependência econômica daquele que está sendo apontado como responsável – a Justiça dirá se ele é ou não –, e se os depoimentos serão encaminhados.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – O Conselho Tutelar tem feito o acompanhamento, junto com a Promotoria, desse caso da adolescente. Quanto ao acompanhamento psicológico da adolescente, viabilizado pela Promotoria da Infância e da Juventude, o Conselho tem feito um acompanhamento indireto, mas em parceria com a própria Promotoria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Sª tem conhecimento se a Promotoria adotou algum outro procedimento além dessa circunstância da violência sexual, que já está caracterizada, mas por coerção, por outros tipos de responsabilização possível, uma vez que há esse relato, por exemplo, de as jovens serem obrigadas a participar de determinados rituais ou danças, como aqui está exposto?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, Miriam, essas eram as considerações que eu tinha a fazer inicialmente. Talvez depois a Deputada Terezinha,

que conhece mais as circunstâncias, possa retomar, mas devolvo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

Muito obrigada.

(falha na gravação)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – ... Terezinha para também fazer os devidos questionamentos.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-la e destacar a importância do trabalho que vocês, conselheiras, realizam e também a sua coragem de vir e colocar esses fatos para esta Comissão e todo este auditório que hoje, em São Luís, nos acompanha.

Você falou de fatos que ocorrem em torno de uma casa, um terreiro que existe no bairro do Coroado. Você poderia relatar-nos qual é a condição social da comunidade que habita naquele bairro?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – A condição social das famílias que habitam o bairro do Coroado é precária, principalmente as famílias que moram no lado onde o Sr. Sebastião tem sua residência e alguns corredores de quartos; algumas casas são precárias e, às vezes, até insalubres. Quando chove fica tudo alagado; os quartos bem pequenos. As condições não são nada favoráveis à condição de ser humano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você destacou na sua fala que, além das três adolescentes que levaram ao Conselho essa condição de abusadas, a própria filha do denunciado foi abusada por ele.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Segundo relatos, sim, a própria filha dele foi abusada. Veio também uma denúncia da Secretaria dos Direitos Humanos que relata que a própria filha dele foi abusada sexualmente. O Conselho Tutelar também já recebeu telefonemas anônimos, de pessoas que não querem se identificar, que relatam que a filha dele foi abusada. Há uma fita também em que uma pessoa questiona que, se o acusado abusou da própria filha, por que não abusaria de outras?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma fita de vídeo ou de áudio?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Uma fita cassete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você tem informações do que foi feito desse relatório da Secretaria de Direitos Humanos e dessa fita?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Nós respondemos o relatório da Secretaria de Direitos Humanos. Eles nos deram um prazo de 10 dias, e foi respondido. Foi também comunicado à Promotoria sobre esse relatório e a fita foi encaminhada à Promotoria da Infância e da Juventude de São Luiz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o Conselho tem informações de que fim levaram tanto o relatório quanto a fita junto ao Ministério Público?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não temos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dessas três adolescentes que foram abusadas, uma é o caso que estamos analisando hoje. Quanto às outras duas, não houve nenhuma iniciativa no sentido de se instaurar um inquérito e apurar essas denúncias que chegaram até vocês?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não houve, somente o caso dessa adolescente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o Conselho não tomou nenhuma atitude no sentido de levar adiante?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, porque a situação que chegou foi diferenciada dessa. E, no momento em que foi descoberta essa outra situação, os pais e a adolescente se recusam por medo do que pode acontecer com a família. Então, não querem se envolver nessa situação, preferem continuar do jeito que estão, e não querem denunciar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Miriam, você fala que o ambiente lá é muito pobre e que o Sr. Sebastião mantém o poder pelos empregos que oferece e que dá a algumas pessoas aluguel, ou seja, doa espaço para essas pessoas morarem.

E o que essas pessoas têm em comum? São famílias, ou são apenas mães com filhas e com filhos também? Vocês têm informações de que, além de meninas, existem também meninos que sofreram abuso sexual?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, somente meninas; somente adolescentes.

Em relação às famílias, que são pobres, a questão não é que o acusado dá empregos, mas houve uma situação em que a mãe falou para a gente: "eu tenho salário". E aí a questão do extrato bancário; ela recebe esse dinheiro sem trabalhar. Ela disse: "Eu não trabalho, mas recebo esse dinheiro para poder ficar calada". Questão de emprego, isso não existe; há essa situação de que a mãe recebe para se calar. E também às vezes o próprio acusado distribui cestas básicas, não sabemos se é com intuito político, ou se é para se beneficiar desse outro lado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da forma como você descreve o bairro do Coroado, acreditamos políticas públicas ali existem poucas ou inexistem. Vocês que vivem, que trabalham naquela região da capital vêem ali a existência, ou não, de políticas públicas que possam garantir minimamente os direitos daquelas pessoas que lá residem? Existem ou não?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não. Faltam políticas públicas nesses bairros, nos bairros de periferia. Não há política pública dentro do bairro, e a comunidade briga também para que existam políticas públicas dentro da comunidade. No bairro do Coroado, cito a parte empobrecida, mas nem todo o bairro é assim. Essa área que cabe ao Sr. Sebastião é empobrecida. Ali percebemos que não existem políticas públicas. Não existem, e também por ele ser uma pessoa do Poder Público. E é onde deveria haver, mas não existem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A comunidade que vive ali no entorno tem conhecimento desses fatos, de que meninas sofrem abuso? Existem outras famílias com filhas que possam estar neste momento vivendo esse tipo de constrangimento ali naquele ambiente?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Existem, e a comunidade tem conhecimento disso; não só a comunidade como também São Luís tem conhecimento, mas as pessoas têm medo de denunciar. As pessoas têm medo de acusar por ser uma pessoa do Poder Público. Todos, até entidades próximas, sabem da situação, entidades que ficam bem próximas sabem, mas também por não terem nenhum tipo de prova concreta não denunciam. Há somente relatos, mas as pessoas podem também voltar atrás nos seus relatos. Tanto a mãe quanto a adolescente podem voltar atrás. Então as pessoas não levam adiante. Então, as pessoas dizem assim: "Ah, existem muitos boatos de que acontece isso na região do bairro do Coroado". Mas não são somente boatos. Quem está lá dentro, quem mora lá sabe que não são boatos, mas, por medo, por não terem provas concretas, não denunciam. Temem que algo vá acontecer, tanto espiritual quanto material, temem alguma coisa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês têm informações de que esses abusos ocorrem com o consentimento dos pais, mães, ou isso acontece sem que essas mães saibam? Que tipo de informações vocês têm sobre isso?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Olha, temos informações de que isso acontece sem o conhecimento da mãe, dos pais, porque, no relato, as adolescentes dizem que vão "bailar no terreiro" e, no momento em que a pessoa entra em transe – ele trata as adolescentes como rainhas –, acontece o abuso. No momento em que a pessoa entra em transe, em que crê baixar o espírito, acontece. É nesse momento que acontece o abuso. Mas o que sabemos é que os pais não têm conhecimento. Só vão ter conhecimento depois.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Obrigada, Miriam.

Devolvo a palavra ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Agradecemos à Deputada Terezinha. Também aproveitamos para fazer algumas indagações à Miriam.

Miriam, você falou de diversas adolescentes. O Conselho Tutelar tem o número registrado dessas adolescentes que foram abusadas, exploradas sexualmente?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Além desse caso, temos mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Em relação às informações que as pessoas dizem, mas não registraram, você tomou conhecimento também de outros casos?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – De casos que as pessoas dizem, mas não registram, temos conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mais ou menos, quantas pessoas?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Em torno de oito a dez adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a mesma pessoa?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Com a mesma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Há casos de outras pessoas que exploram sexualmente crianças e adolescentes, que não só esse caso específico do Sebastião? O Conselho tem outras denúncias de outras pessoas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Só esse caso. Qual a idade média das meninas?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Entre 13 e 14 anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você falou que vários encaminhamentos foram solicitados ao Ministério Público e outros órgãos. Que encaminhamentos foram esses do Conselho Tutelar?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Em relação ao caso, encaminhamos à Promotoria, porque é a quem compete.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, pedindo o quê? O que vocês solicitavam da Promotoria?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Que ela tomasse as medidas cabíveis em relação à situação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – No momento, houve algum caso onde vocês perceberam que a ação de exploração havia sido imediata, e solicitaram da autoridade a realização do exame de corpo de delito, de outros exames?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Isso não foi solicitado pelo Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nunca fizeram.

Você é membro do Conselho Tutelar desde quando?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Desde 2002.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você falou que a mãe de uma das menores, a principal, fez a denúncia contra o Sebastião, depois telefonou para você dizendo que podia deixar tudo como estava, porque ela já havia recebido um cala-boca, que era uma casa. Os outros casos que as pessoas denunciam ou outros casos que foram registrados pelo Conselho Tutelar, também houve esse cala-boca, houve propina, manipulação ou só aconteceu com aquele caso?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – No momento só aconteceu esse caso.

Nos outros casos os pais têm receio, em nenhum momento citaram que houve um cala-boca.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quer dizer, você não tem conhecimento?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não temos conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas você questionou dos pais se teria acontecido alguma coisa a partir da experiência da Dona Severina?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, o que eles citam é o seguinte: tenho onde morar, levo a minha vida, tenho o que comer, não de maneira adequada. Então isso acaba sendo um cala-boca também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Isso mesmo.

Você falou que, quando vocês entram no bairro, há um controle dos passos de vocês. São pessoas contratadas pelo acusado ou são pessoas da própria comunidade? Como é que se dá isso aí? Tem gente que vai acompanhando? Quando vocês vão, eles vão atrás de vocês?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Comigo já aconteceu de eu entrar na área, duas pessoas me acompanharem, fazer questão de convite de comparecimento, e as pessoas me acompanharem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E você conhecia essas pessoas?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Eram homens ou eram mulheres?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Homens.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Homens?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Homens.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Armados?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você percebeu?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas eles faziam alguma coisa para intimidar você?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, somente questionaram: quem é você, aonde você vai e com quem vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tanto na entrada como na saída ou não?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, eles ficam observando. Me observaram até o momento em que entrei, com quem fui falar realmente, e observaram a minha saída.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Você, juntamente com outros membros do Conselho Tutelar, recebeu – é claro que isso é uma ameaça velada – ameaça explícita por telefone dizendo: "Olha, sai disso aqui, senão você amanhece com a boca cheia de formiga"? Aconteceu alguma ameaça mais explícita?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, nenhuma ameaça mais explícita.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O Conselho Tutelar não recebeu nenhuma ameaça explícita?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você sabe se outros conselheiros também...

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Se aquele que morreu também, se ele falou alguma vez que recebeu alguma ameaça?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, em momento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não, ele não falou.

Você diz que tem uma fita cassete. O Conselho Tutelar tem cópia dela?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, nós não temos cópia da fita.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E quem é que tem?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – A promotoria tem a fita. Porque o Conselho Tutelar foi orientado também a não fazer cópias, porque pode-

ria ser danificada a fita. Então ela foi encaminhada à promotoria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Sugiro à Relatora que solicitemos, requeiramos cópia dessa fita, porque parece ser não apenas uma ameaça velada, mas parece haver uma ação explícita do próprio acusado, de que tem costas largas, tem proteção e nada vai acontecer com ele. Essa fita foi gravada? Como é que vocês tomaram conhecimento dela?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Essa fita chegou nas mãos do Conselho Tutelar através de um morador do bairro do Coroado. Ele encaminhou a fita.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Miriam, a D. Severina falou para você há quanto tempo ela freqüentava aquela tenda espírita de propriedade do acusado Sebastião?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – No momento, não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não recorda. E a filha? Quando você ouviu a menina, a adolescente, ela falou há quanto tempo ela freqüentava?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Só falou que freqüentava.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas não falou o tempo?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, não falou o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi dito pela mãe ou pela menor, pela adolescente, quem é que financiou o aborto?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem financiou o aborto?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – O Sr. Sebastião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Seu Sebastião, foi ele que financiou o aborto?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Ele financiou o aborto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E disse onde o aborto foi feito?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Disse.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Onde é que foi?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Foi numa clínica clandestina que havia na Vila Embratel.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas tem o endereço dessa clínica?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não. A mãe não quis dar. A mãe da adolescente não quis dar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas era uma clínica clandestina.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Uma casa que fazia aborto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E não disse o nome da pessoa que estava nessa casa?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, não falou, não citou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas a rua, mais ou menos sabe a rua?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, a mãe não quis citar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Está ótimo. A mãe falou, ou a depoente, ou a adolescente, se ela ou a mãe, já que o acusado é Vereador, se alguma delas constava na relação dos contracheques que o Vereador tinha na Câmara de Vereadores?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem era que estava no contracheque? Quem tinha contracheque?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Quem recebia?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – A SRA. Severina.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o valor, qual era?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Trezentos e vinte reais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Trezentos e vinte reais. Mas no contracheque tinha trezentos e vinte ou tinha mais e ela só recebia trezentos e vinte?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Ela mostrou para a gente um extrato de conta bancária, não só um, vários extratos, pelos quais ela recebe esse dinheiro não trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Mas ela não apresentou a você um contracheque lá com nome, matrícula, nada?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, esse contracheque, não, ela tem somente o cartão do banco.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Cartão. Ela recebia isso da Câmara ou da Prefeitura?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Creio que da Prefeitura, não sei muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não sabe dizer.

Você sabe dizer, como Conselheira, se na tenda do acusado também outras pessoas recebiam dessa mesma forma que a mãe da adolescente recebia?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – No depoimento da própria mãe ela diz que sim, que outras mães recebem também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Que recebem também.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Que recebem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E que têm um cartão também?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Que têm um cartão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo.

Não citou o nome das outras?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, não citou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi narrado para você ou para o Conselho Tutelar como é que se deu o ritual antes do estupro da adolescente? Como é que ocorreu isso? Houve um ritual para isso. Ela narrou como é que se deu isso aqui?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Narrou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como é que foi?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Ela relata o seguinte: ao bailar, o Sr. Sebastião entrou em transe e afastou-se um pouco com a adolescente, e, nesse momento, aconteceu o abuso, momento em que se afastaram do meio onde estavam outras pessoas. Eles se afastaram porque, nesse momento, ele iria tratar a adolescente como rainha. Nesse momento, ela relata que aconteceu o abuso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Para ele, a adolescente era uma rainha?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E no lugar tinha algum sinal, alguma marca onde isso ocorreu, uma estrela ou uma lua, alguma coisa?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, a adolescente não relatou se tinha alguma marca.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não relatou, não. No chão?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, ela não relatou isso para o Conselho, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo.

Era dito, parece, tanto pela mãe quanto pela adolescente, que o acusado dizia que recebia uma entidade, um espírito, e que elas estavam ali para fazer uma obrigação. Era isso mesmo?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, uma obrigação. E outras garotas também eram chamadas para fazer essa obrigação?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Outras adolescentes também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Também?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito bem. Na época em que o fato ocorreu, a adolescente era virgem?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Na época, sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. E qual foi a reação dos moradores do Coroado, quando souberam da denúncia formulada pela mãe da depoente?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – O que sabemos é que a reação foi assim: esse Conselho não sabe com quem está mexendo. Porque a própria comunidade se sente ameaçada. Então, eles relatam isso: "O Conselho não sabe com quem está mexendo". Mas, em relação a terem uma iniciativa, não tiveram, permaneceram da mesma maneira como estavam.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Houve algum momento em que, no depoimento inicial, a mãe ou a adolescente afirmou que o acusado teria ameaçado de falar que elas poderiam receber alguma represália, caso depusessem contra ele?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Como é que foi?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Houve um momento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como é que foi isso?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Houve um momento em que a mãe da adolescente chegou para o Conselho e disse: "Não vou levar mais adiante. Não vou levar mais adiante, logo, porque já recebi uma casa e também por me sentir ameaçada. Não sei o que vai acontecer com a minha família, não sei o que vai acontecer com minha filha e nem o que vai acontecer comigo. Então, não quero levar adiante essa situação".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pois é. Mas no caso, por exemplo, da exploração que aconteceu no ritual. Para a adolescente foi dito: "Olha, você não tem que dizer nada a ninguém, porque se disser tem alguma

coisa com você". Ou na hora do aborto: "Você não pode dizer que houve esse aborto clandestino porque se falar que fui eu tem troca". Aconteceu isso ou não?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Segundo o relato da mãe, sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Muito bem.

Aí eu não sei se a Deputada Maria do Rosário tem mais indagações. E nesse sentido vamos, Srª Relatora, solicitar à Presidência que solicite a fita e, ao mesmo tempo, que nós possamos encaminhar às autoridades a proteção para a Miriam, que colocou, agora, com muita firmeza essa situação, mas que precisa seguir viva para continuar esse combate a esse tipo de crime que se comete contra crianças e adolescentes.

Eu passo a palavra para a Deputada Terezinha e depois para a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – **(fora do microfone – inaudível)** são tantas, Sr. Presidente. Gostaria apenas de fazer um encaminhamento a esta Comissão, para que a nossa assessoria possa solicitar, tanto na Câmara quanto na Prefeitura de São Luís, se existem registros de pagamentos feitos à Srª Severina. Que a nossa assessoria possa verificar junto à Câmara e junto à Prefeitura Municipal aqui de São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Trata-se de solicitação à assessoria para que possamos fazer os devidos encaminhamentos.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Excelentes consideração e requerimento da Deputada Terezinha: além da cópia da fita, a cópia dos procedimentos protetivos tomados pelo Conselho Tutelar.

Faço uma consideração e depois uma pergunta. A consideração é de que nós, em nenhuma medida, fazemos qualquer juízo sobre o culto ou a religiosidade de quem quer que seja, porque, em diferentes cultos e diferentes religiões, os jornais diariamente noticiam que existem pessoas que agem violentamente de forma sexual contra criança. Tristemente, de forma mais comum, corriqueira e cotidiana do que nós gostaríamos.

Então, a CPMI, o Congresso Nacional, uma instituição laica, que não tem um posicionamento religioso e que defende a liberdade religiosa de culto no Brasil, certamente tem que dizer isto: nós não queremos nenhuma atitude de violência de qualquer tipo, e aqui especialmente violência sexual contra crianças e adolescentes. E que ninguém esteja escudado, protegido na prática religiosa, na verdade, para cometer um crime, uma violência contra uma criança ou um adolescente. É o que não pode acontecer em nenhuma religião.

Pergunto se a senhora ouviu em algum momento qual o valor da casa que teria sido doada para A SRA. Severina, se ela depôs, se a filha falou no valor.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Esse papel chegou às nossas mãos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi?!

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Da doação da casa. Chegou às nossas mãos e foi também encaminhado à Promotoria. E no valor de... Não me lembro exatamente o valor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Mas existe uma doação formal.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Existe uma doação formal. Esse papel está na Promotoria também. Foi encaminhado à Secretaria dos Direitos Humanos também. Tanto esse papel da doação da casa quanto o da ultra-sonografia da adolescente, quanto da questão do dinheiro, dos extratos. Tudo isto foi encaminhado. Nós temos a cópia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem cópia disso?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Temos a cópia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós vamos requerer os procedimentos e os documentos que o Conselho tem, assim como aqueles documentos que estão com a Promotoria para análise e para contribuirmos com o trabalho de investigação desenvolvido sobre os recursos que essa pessoa detém. Comprar uma casa não é fácil. Essa pessoa a que estamos nos referindo, Sr. Sebastião de Jesus Costa, é Vereador do município de São Luiz. Desde quando ele é Vereador no município? Tem conhecimento do mandato?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, não tenho conhecimento do mandato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acho que é importante observarmos isto. E essas denúncias são de quando? Quando, exatamente, essas denúncias chegaram pela primeira vez ao Conselho Tutelar?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Em junho de 2002.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em junho de 2002. A senhora avalia que os procedimentos foram tomados no sentido da responsabilização ou há um processo que encontra morosidade?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Enquanto Conselheira, eu percebo que há uma morosidade não só nesta situação como, também, em outras situações. Há uma morosidade. Do ano passado para cá, o que foi feito até agora para garantir a segurança

dessas adolescentes ou que não aconteça com outras adolescentes?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todas essas adolescentes continuam morando no mesmo lugar?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Continuam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Continuam no mesmo lugar, portanto, com exceção da adolescente a que estamos nos referindo naquele caso. Mas as outras estão morando no mesmo local, portanto, com o mesmo grau de dependência?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Algumas adolescentes sim, porque também percebemos a questão de famílias estarem saindo do local, indo embora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Srª Relatora, eu tenho a cópia do termo em que o Sr. Sebastião de Jesus Costa doou, de livre e espontânea vontade, uma casa para Dª Severina Aires, portadora da cédula tal, "até porque a mesma muito me ajudou, e pelo tempo que sempre me apoiou eu achei que deveria agraciá-la com a casa". A mesma mede 5 metros de frente, 21 metros de cumprimento e 3 metros de fundo. Aí, fala do limite, que é na Rua São Sebastião, e diz que o número da casa é 6-A, o que mostra que o Sr. Sebastião de Jesus Costa tinha um patrimônio e que....

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Eu gostaria que você olhasse a data, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A data seria esta aqui? Não tem data, ou tem? Foi a data em que ele registrou no Cartório – 2000. É esta mesmo ou é outra?

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Justamente. A data deste documento foi no dia em que A SRA. Severina foi convidada a comparecer no Conselho com a adolescente. Às 3 da tarde, ela me ligou, dizendo que não iria mais, que já estava resolvida e que ela tinha acabado de receber uma casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Está bem. Algo mais, Deputada?

Nós, então, agradecemos a contribuição.

Srª Mirian, a senhora teria algo mais a acrescentar? Pode falar.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS MACHADO – Não, não tenho mais nada a acrescentar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mirian, este seu depoimento é importantíssimo para a CPMI e para essas meninas, porque, talvez, o seus pais e a comunidade do Entorno não tenham a possibilidade ou a coragem. Nós não estamos julgando ninguém, mas a sua atitude é de incentivo para que as pessoas não fiquem caladas, até porque elas vão perceber – e isto é importante – o apoio que nós vamos dando e constituindo como comunidade às pessoas que fazem esse depoimento. Nós também nos sentimos responsáveis pela segurança dos Conselheiros Tutelares e pela sua segurança. Tenho certeza de que a Gerência de Segurança do Estado vai assumir isto conosco, assim como a Polícia Federal e os promotores de Justiça. Então, quero dizer que, se te sentires ameaçada de alguma forma, o pior caminho para quem quer, enfim, apresentar-se inocente é atuar com ameaças. E tomara que isso não venha a ocorrer. Mas, se receberes ameaça, se estiveres numa situação difícil, a nossa presença e o nosso trabalho são no sentido do apoio às pessoas que enfrentam corajosamente a situação. Queremos ouvir de forma reservada aquelas que não querem se expor, aquelas que enfrentam e que dão o seu depoimento. Seu exemplo tem de nossa parte um respeito muito grande, uma consideração muito grande.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Eu agradeço A SRA. Miriam do Santos Machado pela contribuição. Quero dizer que é importante que comecemos a colocar com firmeza, clareza e serenidade tudo que você falou, na certeza de que a verdade nos liberta. Pode ser até que alguma forma de sofrimento aconteça, mas ela nos liberta. Temos a certeza de que você está contribuindo para que façamos esse combate à violência e às redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Você está liberada, e vamos convidar agora a próxima pessoa que vai prestar depoimento. (Palmas)

Merece aplauso mesmo.

Estamos esperando a mãe da adolescente. Ela está subindo para que possamos ouvi-la.

Vamos ouvir a Dona Severina. Depois, vamos fazer um pequeno intervalo para que as pessoas possam se alimentar. Depois, retornaremos para que algumas menores sejam ouvidas de forma reservada já que as crianças e adolescentes não podem ser expostas. O próprio Estatuto determina até a não-identificação porque elas têm uma proteção especial.

Estamos esperando a Dona Severina. Lembro às pessoas que tenham ou que queiram conversar ou prestar algum esclarecimento ou algum depoimento, que saibam de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes podem encaminhar à Comissão para que possamos ouvir as pessoas de forma reservada ou secreta, num outro local, outro espaço. É importante que comecemos a fazer uma rede de proteção porque, no momento em que a Miriam, amedrontada, veio aqui e falou, no momento em que outras pessoas

começarem a falar, com certeza, o acusado ou aqueles que exploram vão pensar duas vezes antes de fazer qualquer ameaça ou qualquer represália contra essas pessoas. O medo nos faz escravos. Deus nos fez para sermos criaturas livres; o medo nos escraviza; a verdade nos liberta.

Enquanto o pessoal chega, vamos comentar as primeiras informações. É importante que cada um veja o que está acontecendo na sua cidade, no seu Estado e nos mostre que isso não nos torna melhores ou piores, mas nos torna responsáveis por essa situação.

Faça adentrar a Dona Severina.

Peço à assessoria que faça com que a Dona Severina possa tomar assento, a fim de que possamos começar o seu depoimento. (Pausa.)

Reabertos os trabalhos, vamos tomar o depoimento dA SRA. Severina Aires, mãe de uma das adolescentes que foi vítima do estupro e da exploração sexual.

Há o termo de compromisso aqui.

Nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, compromete-se a dizer a verdade do que souber e do que for perguntado, não sendo obrigada a depor contra si própria. (Pausa.)

Solicito à segurança que coloque o Vereador numa sala, para que possamos chamá-lo no momento oportuno. Ele não pode ouvir o depoimento dela. (Palmas.)

Dona Severina Aires, pergunto se a senhora gostaria de fazer alguns esclarecimentos iniciais.

A senhora pode começar o seu depoimento daquilo que a senhora gosta.

A SRA. SEVERINA AIRES – Olha, primeiro, antes de mais nada, eu não ia nem denunciar o Sr. Sebastião, do Coroado. Só denunciei por causa de uma das mulheres dele, Márcia Cristina Araújo Veloso, que, no meio de uma multidão, fez minha filha passar por muita decepção. Lá tinha um monte de gente, e se eu tivesse falado, acho que nós teríamos apanhado – eu, ela e meu filho de 19 anos.

Eu não ia denunciar o Sr. Sebastião. Talvez já não estava nem mais lá no Coroado. Só o denunciei por causa da Márcia Cristina Araújo Veloso, que é uma das mulheres dele, que é pedante, acha que, por ser mulher de vereador, pode humilhar as pessoas, pisar as pessoas. Eu só fiz isso porque essa Márcia, nesse dia, bêbada, deu um *show*.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passo a palavra, agora, à Srª Relatora, para dar início aos seus questionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero pedir a gentileza dos senhores que estão aqui ao meu lado, sem interromper o trabalho dos senhores, do ponto de vista humano...

(Palmas.)

Obrigada também aos profissionais.

D. Severina, a senhora quer tomar um copo d'água? A senhora está bem?

A SRA. SEVERINA AIRES – Estou, enquanto a diarréia não baixar. Quando fico nervosa, me dá dor de barriga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É normal.

D. Severina, nós a convidamos para fazer um depoimento porque, em 2002, chegou ao conhecimento do Conselho Tutelar e, depois, dos Promotores que a sua filha Stephanie – desculpe, não queria dizer o nome, me perdoe – que a sua filha... Tem 13 anos a sua filha?

A SRA. SEVERINA AIRES – Agora, ela tem 15.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela parece com a senhora?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, até que não, porque ela tem o cabelo quase liso e eu tenho o meu seco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem três filhos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Tenho um de 19 e ela de 15.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dois meninos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, um menino e ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São dois filhos, um menino e a menina, que tem 15 anos agora. É uma idade bonita. Sempre sonhamos, como mães, com as filhas com 15 anos.

Pois então, estamos num trabalho de proteção das meninas, dos meninos também, mas principalmente das meninas. As meninas sofrem muito no Brasil, são muito atingidas. Há muita violência sexual contra meninas, muita menina é pega à força. Menina não tem escolha. Em 2002, chegou ao conhecimento do Conselho Tutelar – e não é o único caso, já ouvimos outras pessoas – de que a sua menina, então com 13 anos, dançava, participava de momentos religiosos, e num daqueles momentos ela foi vítima, foi forçada a fazer sexo com essa pessoa que a senhora conhece e que certamente considera, que é o Sr. Sebastião, do Coroado.

Quero que a senhora me diga: a sua menina passou por isso?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela tinha medo de me falar, porque pensava que eu ia bater nela. E

aí quando ela me falou, ele disse que não foi ele. Ele sempre dizendo. A menina diz que foi, mas ele sempre dizia que não tinha sido ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela dizia que tinha sido.

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim, e ele dizia que não. Agora, só que no dia dessa discussão a Márcia deu o nome e disse que quem tinha feito mal à minha filha tinha sido o Sr. Mauro e o Concentrado. E a minha filha disse que eles nunca nem tocaram nela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a sua filha sempre confirmou para a senhora que quem fez mal, como a senhora disse, que foi violento, que obrigou sua filha a ter um ato sexual, foi o Sr. Sebastião, do Coroado.

A SRA. SEVERINA AIRES – A gente morava lá. Quando a gente chegou lá ela tinha três meses de idade. Era assim como se ele tivesse sido o pai dela, porque nós sempre dependíamos dele desde quando ela tinha três meses de idade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde pequenina.

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela chamava ele de pai. Aí largou de chamar ele de pai porque uma das filhas dizia: papai não tem filho preto. Aí ela largou de chamar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – D. Severina, desde que a sua menina era pequena, a senhora freqüenta esse lugar?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a senhora morava ali também?

A SRA. SEVERINA AIRES – Morava no beco, ao lado do barracão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do lado do barracão onde acontece o culto?

A SRA. SEVERINA AIRES – É, tem um barracão, tem um corredor e as casas ficam assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora diria que a sua filha cresceu ali junto, seus filhos cresceram ali? A senhora esperava que acontecesse isso ali? A senhora nunca pensou?

A SR SEVERINA AIRES – Não, mas o pessoal diz que também tenho culpa. Eu não tinha trabalho. Ninguém ia querer uma mulher para trabalhar em casa de família com dois filhos pequenos. Foi a única pessoa que sempre me ajudou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dona Severina, a senhora tem o meu respeito. No Brasil inteiro, vemos mulheres que lutam para sustentar os filhos. Às vezes, a mulher não tem escolha: mora onde pode e se vira do jeito que dá para conseguir sustentar os filhos. Colocamos os filhos à frente de tudo.

A SRA. SEVERINA AIRES – Para não viver pedindo nas casas e nas ruas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora vivia pedindo?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não queria fazer isso?

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí, a senhora foi morar nesse lugar...

A SRA. SEVERINA AIRES – Cheguei e pedi o lugar para ele. Quando ela era pequena, o cabelo dela parecia cabelo de índio. Ele, então, fazia propaganda, dizendo: "olhem a filha que ganhei". O cabelo dela era lisinho, que nem segurava pom-pom, parecia cabelo de índio. Agora, não. Agora, segura até arame. Mas, quando ela era pequena, não segurava, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dona Severina, também fico emocionada vendo a senhora assim. Também temos que respirar fundo, não é? Mas vamos ser fortes e vamos conversar sobre essa história para a senhora nos ajudar. Então, a sua filha, desde pequenininha, foi crescendo ali?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando aconteceu essa situação com sua filha, ela ficou grávida?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi. Sofri com ela porque somos muito agarradas. Aonde eu vou, ela é como uma malinha comigo. Aonde eu vou, ela vai comigo. Se ela quer ir para a praia, no domingo, boto ela na frente, fico lá sentada, enquanto ela fica lá banhando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela está sempre com a senhora?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sempre comigo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a senhora reparou que a menina tinha algum problema?

A SRA. SEVERINA AIRES – Eu falava para ela, mas ela tinha medo de me dizer. Aí levei ela para uma consulta com o Dr. Abdo, e ele passou um ultra-som. No ultra-som, deu que ela estava gestante. Eu disse: "Mas ela não sai de casa". Só saía com eles. Quando eles viajavam, ela ia com eles. Se eles iam para Carolina, ela ia com eles. Toda viagem que eles faziam ela fazia com eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora viu, então, o ultra-som?

A SRA. SEVERINA AIRES – Vi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela estava grávida de quantos meses?

A SRA. SEVERINA AIRES – Parece que, no ultra-som, estava com seis semanas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seis semanas? Seis semanas são menos de dois meses, não é?

A SRA. SEVERINA AIRES – Vi no ultra-som.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que sua filha pensou? O que a senhora pensou?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela era muito alegre. Aí, ela só vivia triste lá, encolhida. Eu perguntava a ela: "O que tu tens?" E ela só triste. Aí todos vieram para cima de mim: "Vamos embora, Severina". Todo mundo me conhece de Coroado. Mas todos participaram, por isso estou aqui hoje. Todos diziam: "Vamos embora, Severina. Tu tens que tirar esse menino. Tu tens que tirar esse menino".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem dizia isso para a senhora?

A SRA. SEVERINA AIRES – Todo mundo. Todo mundo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Sr. Sebastião do Coroado disse isso para a senhora?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, ele, não. Ele foi o único contra para mim tirar. Ele disse que não era para mim tirar porque, na hora, ia aparecer o pai do menino.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele foi contra a senhora tirar o menino?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas quem lhe deu o dinheiro para a senhora fazer?

A SRA. SEVERINA AIRES – Insisti, insisti, insisti e ele me deu, mas não queria dar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto ele lhe deu?

A SRA. SEVERINA AIRES – Parece que foi R$350,00.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora pagou esse dinheiro para fazer...

A SRA. SEVERINA AIRES – Mas eu não sabia onde era a casa da Dona Isabel. Quem me levou foi a minha comadre, madrinha do outro menino.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu estava lendo aqui que aconteceu isso com a menina. Com seis semanas, a senhora descobriu. Mas ela foi fazer o aborto quanto tempo depois?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela já estava com seis meses. Só fiz isso em caso de desespero. O que eu passei, naquele período, não quero passar mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não procurou ninguém quando descobriu que ela estava grávida?

A SRA. SEVERINA AIRES – Quem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora conversou com alguém sobre isso?

A SRA. SEVERINA AIRES – Quem? Todos só me levavam para onde estou hoje.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dona Severina, essa conversa do aborto é complicada. No Brasil, a lei diz que, quando uma mulher – ou, ainda mais, quando se trata de uma criança, uma adolescente – é vítima de violência sexual, ela pode pedir ao juiz que a autorize o aborto. Não estou tratando aqui da questão religiosa ou do que cada um pensa sobre o aborto. Mas o juiz, de acordo com a lei, pode dizer que a adolescente foi estuprada, violentada e, por isso, ele autoriza o aborto, e isso deve ser feito até no hospital, pelo SUS – Sistema Único de Saúde. Agora, com seis meses, vou lhe dizer que já não podia mais mesmo. Estamos aqui numa conversa e tenho que lhe dizer que, com seis meses de gravidez, estamos numa situação complicada. Ninguém autorizaria, viu?

Então, por que a senhora não levou ao conhecimento de nenhuma autoridade, não procurou o Conselho Tutelar logo? A senhora não procurou o Conselho Tutelar?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Eu fui procurar o Conselho depois que a mulher dele queria bater na minha filha, humilhando a gente lá numa multidão de gente. Se a gente fizesse alguma coisa ali, todo mundo ia bater na gente, porque todos são da mesma...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, não foi em seguida ...

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando a senhora procurou o Conselho Tutelar, já tinha praticado o aborto inclusive; já tinha acontecido tudo isso; já estava lá adiante.

A SRA. SEVERINA AIRES – Já.

E só procurei o Conselho porque a minha filha não podia nem sair na porta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora sabe se o Sr. Sebastião fez o mesmo mal para outras meninas da sua comunidade? É importante a senhora dizer isso. Foi só a sua filha que ele pegou?

A SRA. SEVERINA AIRES – Que foi relatado agora foi só a minha, mas elas, lá, comentam, mas ninguém tem coragem de...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora já ouviu comentário?

A SRA. SEVERINA AIRES – Eles comentam lá. Todo mundo fala, mas, quando chega numa hora dessa, todo mundo nega; mas que todo mundo fala mal dele, todos dependem dele, todos falam dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Falam que ele faz isso...

A SRA. SEVERINA AIRES – Todos dependem dele ali. A maioria dos filhos de santo dependem dele e falam dele, mas, na hora...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que acontece? O que é ser dependente dele? Ele paga as pessoas, ele dá moradia? O que ele faz?

A SRA. SEVERINA AIRES – No meu caso, comecei trabalhando na casa de uma das mulheres dele. Aí, depois, ele me deu um quarto para eu morar com os meus dois filhos. Aí eu fui morar com eles, e ele ficava ajudando a gente. Depois, primeiro, ele me botou na Câmara. Da Câmara, fui para a Prefeitura, que foi esse último. Quando denunciei o caso da minha filha, também fui cortada e não recebi mais nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deixe-me perguntar uma coisa, Dona Severina. A senhora disse uma coisa que eu não entendi. A senhora foi trabalhar na casa de uma das mulheres dele, assim que a senhora chegou aqui. Por que uma das mulheres dele?

A SRA. SEVERINA AIRES – Assim que cheguei no Coroado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que uma das mulheres dele? O Sr. Sebastião é casado? A senhora sabe de alguma coisa? Ele tem mais de uma mulher?

A SRA. SEVERINA AIRES – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Quatro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quatro mulheres. A senhora sabe se algumas delas... O que as pessoas fazem da vida não me interessa. O que me interessa aqui é o seguinte: qual a idade dessas mulheres?

A SRA. SEVERINA AIRES – Já são de idade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não... Maior de idade, menor de idade?

A SRA. SEVERINA AIRES – Elas já são de idade, de trinta pra lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todas as quatro a que a senhora se referiu?

A SRA. SEVERINA AIRES – Hum, hum. Acho que a mais nova é essa Márcia aí. Deve ter uns 27 por aí assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo.

A senhora disse que primeiro trabalhou na casa de uma das mulheres dele; depois, a senhora disse que trabalhou em outros lugares. Onde mais a senhora trabalhou?

A SRA. SEVERINA AIRES – Depois que saí da casa da mulher dele, fui trabalhar na limpeza do barracão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora trabalhava na limpeza de onde?

A SRA. SEVERINA AIRES – Trabalhava na limpeza, dia de sábado, lá no barracão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele lhe pagava para isso? Ele lhe pagava um salário?

A SRA. SEVERINA AIRES – Era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tinha carteira assinada?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tinha um recibo que ele lhe dava? Ele tirava do bolso o dinheiro dele?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Emprestei a xerox do contracheque, do cartão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cartão do quê? É porque eu não vi todos os documentos. A senhora até me perdoe, é porque estamos andando pelo Brasil inteiro, vemos um e outro caso. A senhora tinha um cartão do quê? De banco?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Era da Prefeitura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora era funcionária da Prefeitura. Na época de que prefeito?

A SRA. SEVERINA AIRES – Acho que é de agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que ano era?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi nesse ano agora que eu saí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Faz um ano, mais ou menos, que a senhora saiu?

A SRA. SEVERINA AIRES – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora trabalhava em que repartição da Prefeitura?

A SRA. SEVERINA AIRES – O contracheque era pela Segov.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que...?

A SRA. SEVERINA AIRES – Segov.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário.) – Secretaria de Governo? É isso?

A SRA. SEVERINA AIRES – Acho que é isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É isso que chama?

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a senhora batia ponto? A que horas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, trabalhava lá pelo barracão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, a senhora ficava no barracão?

A SRA. SEVERINA AIRES – À disposição do barracão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – À disposição do barracão? A senhora nunca vinha para a Prefeitura?

A SRA. SEVERINA AIRES – Quando eu ia pegar algum contracheque para fazer alguma coisa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora precisava do documento, que era o contracheque, daí a senhora vinha; senão a senhora não era obrigada a vir. A senhora trabalhava para ele lá no barracão. Quem pagava o salário era a Prefeitura. Durante quanto tempo, D. Severina?

A SRA. SEVERINA AIRES – Pela Prefeitura, foi só um ano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um ano que a senhora fez isso?

A SRA. SEVERINA AIRES – Um ano e três meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí a senhora foi desligada quando denunciou. No mesmo mês?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, foi daí a uns três meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Três meses depois, ele desligou. E por que a senhora foi desligada? Porque quem dá o emprego é o Prefeito, não é o Vereador, não é?... O que aconteceu que a senhora foi desligada?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sei não. **(inaudível)**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O quê?

A SRA. SEVERINA AIRES – A mulher dele está aqui me olhando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está aqui?

A SRA. SEVERINA AIRES – Está bem me olhando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, vamos ver isso agora.

A SRA. SEVERINA AIRES – Não é a Márcia, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem uma outra pessoa? (Pausa.) Bem, então eu vou pedir um minuto, Deputado, para suspender os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Suspensão por um minuto. (Pausa.)

Peço a segurança para que verifique se tem algum familiar, alguma pessoa que possa estar ameaçando a D. Severina e que seja retirado da sala. Solicito da segurança que possa retirar, porque a informação é de que uma das mulheres do Sr. Sebastião estava ameaçando, através de olhares, a D. Severina. Então, ela deve ter toda a segurança para prestar o seu depoimento. Então, se tiver, peço agora à Segurança da Casa, pediria até ao Deputado Reginaldo que a Segurança da Casa não deixasse mais ninguém entrar neste plenário, a não ser autorizado pelo Presidente ou pela Relatora. Então, eu solicitaria que fosse dada essa aqui, porque quem vem aqui deve ter toda a liberdade para poder falar, não pode estar falando e alguém lá em cima, tentando, através de olhares, fazer ameaças. Então, é isso que estou pedindo.

Passo a palavra à Deputada Terezinha.

(intervenção fora do microfone – inaudível)

Não é pergunta, não. Ela quer um encaminhamento.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A D. Severina tem o direito, se não estiver se sentindo segura, de fazer o seu depoimento de forma reservada. Eu gostaria de perguntar à senhora se gostaria de fazer seu depoimento de forma mais reservada...

A SRA. SEVERINA AIRES – Gostaria.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – ... com poucas pessoas acompanhando, num ambiente onde a senhora pudesse se sentir melhor...

A SRA. SEVERINA AIRES – Gostaria.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – ... mais à vontade e mais tranqüila para falar, porque, se for assim, eu quero sugerir à Presidência desta Comissão que faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A dona Severina está continuando. No momento em que ela perceber que há coisas importantes a revelar, ela pode solicitar que essas coisas sejam ditas de forma reservada. O depoimento começou de forma pública, é do conhecimento. Acho que é dado a todos que estão aqui, não estou interferindo. Houve esse caso aí. Pedimos, quando o Vereador entrou aqui, que fosse retirado. Se fazemos aqui, o fato é público. Aquilo que é público não pode ser de forma reservada. Agora, se ela tiver informações reservadas que não disse para ninguém e quiser colaborar com a CPMI, ela poderá dizer que quer falar isso de forma reservada, e terá o direito de fazê-lo.

A SR. RELATORA (Maria do Rosário) – **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ela vai ter o tempo.

A senhora, quando for feita uma pergunta, diz que gostaria de responder essa pergunta de forma reservada. Mas, aquilo que a senhora puder responder aqui para todo mundo, a senhora responde, está bom? Quando a senhora quiser, a senhora diz: "essa pergunta eu quero falar só para a Comissão", está bom?

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Eu gostaria então de sugerir à assessoria da Comissão que garanta o acesso a este espaço apenas às pessoas que foram credenciadas, ou seja, que impeça a presença neste recinto de pessoas que possam intimidar, com a sua presença, a Dona Severina.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Já solicitei. Peço à segurança da Casa e ao pessoal da Polícia Federal, se aqui estiver, que não permita que ninguém mais adentre este recinto sem que haja a autorização do Presidente e da Relatora.

Vamos reiniciar o trabalho. Estava andando muito bem, a Dona Severina falando aquelas coisas que sabe e que pode dizer, que é do conhecimento público. Agora, se alguém fizer uma pergunta e ela quiser respondê-la de forma reservada, poderá fazê-lo.

Retorno a palavra à Deputada Maria do Rosário, que estava fazendo as perguntas, que estavam fluindo muito bem. Peço que nenhuma pessoa que esteja envolvida neste caso esteja presente. Mesmo as pessoas próximas da dona Severina não deveriam estar aqui, porque um depoimento pode interferir no outro.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muito obrigada, Deputado Luiz Couto.

Como foi dito pelo Presidente, se a senhora tiver alguma coisa que quiser dizer e não quiser que todo mundo escute, pode falar, e aí depois conversamos com a senhora.

A senhora sabe contar para nós o que aconteceu exatamente com a sua filha quando ela foi violentada?

A SRA. SEVERINA AIRES – Como assim?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que aconteceu naquele dia? Era de dia ou de noite?

A SRA. SEVERINA AIRES – No dia mesmo, ela nem me falou. Eu fui saber o que tinha acontecido com ela por causa da barriga dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora só soube depois. Isso eu entendi. Mas, quando a senhora descobriu, ela lhe relatou o que tinha acontecido?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela falou, mas ele disse que não foi ele. Ele disse que não foi ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a senhora foi falar com ele?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi. Aí eu levei ela para fazer o exame de conjunção carnal que a Drª Rosa pediu, e aí para aparecer quem foi. Eu queria saber quem foi. Eu já não estava brigando por causa da honra, eu estava brigando pela desmoralização.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora acha que a sua filha ficou desmoralizada. A senhora se sente...

A SRA. SEVERINA AIRES – Ficou, por causa da Márcia. A Márcia humilhou a gente no que ela pôde. Ela não é ninguém para desmoralizar a gente, não. A minha filha foi muito humilhada por causa da Márcia quando aconteceu isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é Márcia?

A SRA. SEVERINA AIRES – A Márcia Cristina Araújo Veloso. O irmão dela, Josué Araújo Veloso. Aliás, a família dela todinha ameaçava a gente. O Zeca, no dia 1º de março, foi lá em casa me ameaçar por causa de R$ 0,50. A senhora vê que um malandro desses não é tão mixo assim, pobre de espírito, para vir me ameaçar. Aí eu disse que se ele me fizesse alguma coisa... A minha filha ficou apavorada. Se ele foi, teve dedo da irmã dele, lógico! Porque eles são irmãos... Me ameaçou a irmã...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que ele dizia para a senhora quando ameaçou?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ele disse assim que ia roubar o processo. Pode procurar para a Drª Rosa ou para a Drª Rochele como eu falei isso para a Drª Rosa. José Araújo Veloso! E tenho medo de eles ainda me fazerem alguma coisa, porque eles não são flor que se cheire. E, até hoje, desde que denunciei isso, essa Márcia e o Zeca sempre debocharam da cara da gente, passando e ameaçando. Só que eu não dava motivo para parecer para eles que eu tinha medo deles. Mas, que eu tinha medo de eles arranjar um malandro para fazer alguma coisa comigo, eu tinha.

A Márcia, até hoje, dois anos, eles sempre debochando da minha cara.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E debochava com quê? O que eles diziam?

A SRA. SEVERINA AIRES – Passavam assim sorrindo da cara da gente. Quando ela olhava a minha filha, ela jogava o cabelo dela assim. A gente notava que era para a gente. E o Zeca foi me ameaçar lá, dizendo: "Tu pegou..." Deixe-me lembrar como foi que ele disse. Que eu tinha me vendido por mil reais. Eu disse: "Zeca, isso é coisa de pobre: mil reais?" Ele disse: "É, tu vai ver como eu vou roubar esse processo, porque tenho acesso lá nos processos(sic)".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele trabalha onde? Como é que ele tem acesso aos processos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ele disse que ia ver. Todo mundo sabe, só que ninguém... Inclusive na casa dessa moça que estava aí, ele falou lá. Gente de dentro da casa dela que me falou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Irmão dA SRA. Márcia. Como é que é mesmo o nome dele?

A SRA. SEVERINA AIRES – É José Araújo Veloso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Irmão dela?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi me ameaçar, e a minha filha ficou morrendo de medo, no dia 1º de março.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É essa moça que estava aqui?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Ele falou lá na porta que ele ia roubar o processo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era a única ameaça que ele lhe fazia?

A SRA. SEVERINA AIRES – E dizendo que a gente tinha se vendido por mil reais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tinha medo de que alguma coisa acontecesse com a senhora? De morrer, de ser morta?

A SRA. SEVERINA AIRES – Eu tenho, inclusive porque... Sei lá. Eu tenho, não vou dizer que não tenho, eu tenho. Ainda mais depois dessa, eu tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a senhora tinha medo que alguma coisa assim acontecesse de a senhora ficar doente, de a senhora ter algum problema religioso, de alguém fazer um "trabalho" ou coisa assim?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Se eu estivesse de ficar doente, eu já estava doente há muito tempo. Isso aí, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso aí não tem história. A senhora não tem medo disso aí não.

A SRA. SEVERINA AIRES – Não tenho medo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se a gente não tem medo, também não pega.

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É isso aí. Deixe-me perguntar uma coisa: outras adolescentes ou crianças que foram abusadas – eu já lhe perguntei isso –, mesmo que a senhora não saiba, que a pessoa não tenha confirmado, mas a senhora saberia – não precisa me dizer o nome – de alguma família que tenha vivido a mesma situação que a senhora, alguma mãe que também tenha sofrido esse deboche?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, deboche ali mesmo quem sofreu foi só a gente mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que a senhora acha que isso era mais contra vocês?

A SRA. SEVERINA AIRES – Porque foi, depois que a gente procurou o Conselho. Aí essa Márcia era a única das mulheres dele que veio em cima da gente. Foi essa Márcia, essa única que fez minha filha passar humilhação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois que fizemos o contato com a senhora, que a senhora foi no Conselho, então, a senhora começou a ser mais pressionada. Mas aí ele lhe deu uma casa.

A SRA. SEVERINA AIRES – Me deu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que é essa história da casa?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, essa história da casa, ele disse que foi por tempo de serviço que eu trabalhava com ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele não lhe deu essa casa assim combinando com a senhora de a senhora ficar...

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, isso aí não. Ele não falou, não. Ele disse que era por tempo de serviço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Eu moro lá desde quando a minha filha tinha três meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse tempo todo a senhora não tinha o salário regular? Só nesse período da Prefeitura?

A SRA. SEVERINA AIRES – Hum, hum!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas nós sabemos que a senhora procurou o Conselho Tutelar e disse que a senhora queria retirar o que tinha dito; porque a senhora ia receber a casa. E naquele dia que estava marcado para a senhora ir ao Conselho Tutelar, a senhora na verdade foi lá receber a casa.

Aconteceu isso no mesmo dia?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi.

Porque eu disse assim: Sr. Sebastião, o Conselho disse que amanhã tenho uma audiência com o César e com Amiro?

E ele disse: Não, minha filha; vai lá.

Fui lá e ele me deu a casa. E eu achava que só isso já estava bom. Eu queria mesmo era acabar com isso. Queria ir embora de lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a senhora não esqueceu o que aconteceu com a sua filha?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Não esqueci, por isso mesmo não queria ficar ali no Coroado.

A SRA. A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não queria mais o quê?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ficar ali no Coroado. Porque todo mundo diz que a pior besteira foi ter aceitado. Mas pode procurar que todo mundo nega. Todo mundo diz que a pior besteira que eu fiz foi aceitar aquela casa em frente à casa dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se a senhora voltar para sua casa agora, a senhora acha que vão lhe incomodar?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não quero voltar para aquela casa não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não quer mais voltar para aquela casa?

A SRA. SEVERINA AIRES – Nem faço questão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por quê?

A SRA. SEVERINA AIRES – Porque eu não quero mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Dona Severina, os outros Deputados vão perguntar umas coisas para senhora e a gente vai organizando isso.

Mas a gente quer olhar a sua situação e ver o que a senhora passou.

A SRA. SEVERINA AIRES – Outra coisa que eu quero também dizer é que as pessoas que estão ali atrás vão testemunhar que minha filha era amante do Sr. Mauro.

Quando se trata do Sr. César, eu exijo que apareça, que se faça um exame para ver se minha filha teve esses homens mesmo. Porque sei que tem gente ali, porque escutei a voz ainda agora. Eu sei que tem gente que está ali do outro lado que veio para testemunhar isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a senhora é uma mulher forte. A senhora é uma mulher muito forte.

A SRA. SEVERINA AIRES – Quero que eles comprovem isso, se a minha filha já foi mulher de outros homens.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sua filha era virgem?

A SRA. SEVERINA AIRES – Era.

Quero que essas pessoas que estão aí, porque diz que tem 28 pessoas para testemunhar contra mim. Estou disposta a enfrentar. Dona Darci; Dona Dorinha, Dona Soraya – que disse que era uma das mulheres de César –, se acontecer alguma coisa comigo, essas pessoas que estão aqui é que são responsáveis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas pessoas estão lhe ameaçando?

A SRA. SEVERINA AIRES – Essas pessoas que vão testemunhar, que dizem que minha filha... que César... Soraya disse que apanhava era muito, por causa da minha filha, que o finado César batia, e que hoje já está morto. Eu quero que elas provem isto.

Sei que elas estão aí atrás; elas devem estar no meio dessas 28 pessoas, porque já escutei a voz de uma aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas me diga uma coisa, Dona Severina, a senhora confirma então que a sua filha ficou grávida porque foi violentada sexualmente por essa pessoa, por esse homem, Sebastião Costa, que a senhora conhece desde que ela tinha três meses?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não sei nem se foi violentada; mas ela disse que o filho era dele e é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem.

Sua filha tinha treze anos naquele momento?

A SRA. SEVERINA AIRES – (inaudível)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que a senhora sonha para sua filha?

A SRA. SEVERINA AIRES – Tudo que toda mãe pensa. Tudo de bom para sua filha.

Com relação a essas pessoas eu quero justiça; essas pessoas que ficam caluniando minha filha.

E ela fez o exame de conjunção carnal. Não sei se voltou para a Delegacia das Mulheres. Mas que ela fez, ela fez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando ela fez esse exame de conjunção carnal?

A SRA. SEVERINA AIRES – No dia em que a gente estava no depoimento, que já estava na delegacia, a Drª Rosa pediu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é Drª Rosa?

A SRA. SEVERINA AIRES – É uma delegada da Delegacia das Mulheres.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Drª Rosa pediu esse exame e foi feito?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi feito lá no IML.

Aí eu quero saber se ele teve só esse homem. E se realmente comprovar, eu quero saber se ela teve só esse homem, ou se ela teve vários?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas lhe pergunto uma coisa: a senhora confia na sua filha?

A SRA. SEVERINA AIRES – Confio na minha filha. Mais na minha filha do que esses mentirosos...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora confia na sua filha mais do que qualquer pessoa do mundo?

A SRA. SEVERINA AIRES – Confio na minha filha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Confia no que ela lhe diz porque a senhora acompanhava diariamente essa menina.

A SRA. SEVERINA AIRES – Acredito no que ela me disse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou dizer uma coisa para a senhora: mesmo que ela tivesse tido outros namorados, isso não dá a ninguém o direito de tocar nela sem que ela quisesse.

A SRA. SEVERINA AIRES – Ainda mais essas pessoas. Quem são elas para desmoralizar a minha filha?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou satisfeita. A depoente confia na sua filha. Está defendendo a sua filha, a sua família; tem o meu respeito. Certamente tomaremos medidas para que ela esteja protegida de qualquer ação violenta de quem quer que seja, porque seu depoimento é importante. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com a palavra, a Deputada Terezinha.

A SRA. SEVERINA AIRES – Depois que eu sair daqui, se eu voltar, não sei. Mas tenho para mim que a Márcia, que é a mais saliente das mulheres dele, com certeza, é uma das que... ela e o irmão dela. Se hoje eu estou aqui, eu e o Sr. Sebastião estamos nisso, agradeço a Márcia Araújo Veloso e ao Sr. Zeca Araújo Veloso.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Dona Severina, a senhora pode ficar tranqüila, porque, se não quiser mais retornar para morar no bairro do Coroado, onde mora, esta Comissão pode garantir outro lugar, outro espaço onde poderá viver com seus filhos, tranqüila, segura, sem passar por constrangimentos, nem por nenhum tipo de ameaça. A senhora pode ficar tranqüila com relação a isso. (Palmas.)

A senhora já disse que, quando chegou lá, para morar próximo do Sr. Sebastião, a sua filha tinha três meses de idade. E, ao longo desses anos, ficou prestando serviços a ele. Disse que recebia um contracheque oriundo da Prefeitura de São Luís. A senhora era funcionária da Segov, Secretaria de Governo, dessa Prefeitura. A senhora recebeu, em algum momento, outro contracheque? Teve outro salário ou esse foi o único salário que recebeu?

A SRA. SEVERINA AIRES – Esse era o único.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Nunca chegou a receber outro salário em outro momento, nem outro rendimento?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A senhora participava das atividades que eram realizadas no barracão?

A SRA. SEVERINA AIRES – Participava.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Outras pessoas também participavam?

A SRA. SEVERINA AIRES – (inaudível)

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Existia outro ambiente aonde ele levava as meninas, ou no mesmo ambiente havia essas festas de que a senhora inclusive participava e nas quais ele se encontrava e se relacionava com as meninas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, dentro do salão não tinha nada de anormal.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – E aonde ele levava as meninas, então?

A SRA. SEVERINA AIRES – Era para rezar só.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Em que lugar?

A SRA. SEVERINA AIRES – Para o lado do fundo do barracão.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – No fundo do barracão? A senhora nos poderia informar como era esse espaço? A senhora entrava, disse que fazia a limpeza lá. Conhecia esse ambiente? Poderia descrever-nos?

A SRA. SEVERINA AIRES – É uma pedreira. Agora está cheia de santo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Era uma pedreira?

A SRA. SEVERINA AIRES – É uma pedreira.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Agora a senhora diz que está cheia de santos. Não era assim no passado?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Como era no passado?

A SRA. SEVERINA AIRES – Era só uma estrela assim no meio.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Uma estrela no chão?

A SRA. SEVERINA AIRES – Era.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – E foram feitas mudanças nesse local?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foram.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A senhora tem alguma idéia, imagina por que essas mudanças foram feitas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Porque ele reformou o barracão dele todinho.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A senhora tem alguma idéia de por que ele fez essa reforma?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não me preocupei.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – E o que tem hoje no barracão?

A SRA. SEVERINA AIRES – Tem as mesmas coisas que tinha, só que ele reformou o barracão, a pintura da frente.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Continua a estrela lá no chão?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não sei, não entrei mais lá, não.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A senhora ainda freqüenta lá?

A SRA. SEVERINA AIRES – Às vezes vou, às vezes não vou.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A senhora morava e mora lá com seus dois filhos. Existem outras mães que chegam lá, são protegidas, recebem algum tipo de apoio do Sr. Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não sei porque agora ninguém mais fala quase comigo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Mas, no passado, a senhora não conhecia outras mães que tinham filhas pequenas como a sua, garotas, adolescentes que moravam lá sob a proteção dele? Existiam outras mães?

A SRA. SEVERINA AIRES – Mora um bocado de mãe com criança.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Ainda hoje?

A SRA. SEVERINA AIRES – Mora.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Quando foi feita a ultra-sonografia em sua filha, ela estava com quantos meses de grávida?

A SRA. SEVERINA AIRES – Acho que eram 6 semanas. Deve ser 6.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Aqui no documento diz que são 23 semanas; é o laudo médico: 23 semanas.

A SRA. SEVERINA AIRES – Então deve ser isso.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Vinte e três semanas. Ela certamente já estava com a barriga aparecendo.

A SRA. SEVERINA AIRES – Só que não aparecia muito porque ela sempre foi gorda. Ela é mais gorda do que eu, ela pesa 76 quilos hoje. Ela sempre foi gorda, desde recém-nascida.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Certo. A senhora então só tomou conhecimento por causa do ultra-sonografia feita nesse período em que ela já estava com 23 semanas de gravidez.

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi. E a mulher dele ficava pressionando a gente dizendo em cima, a toda hora ela entrava lá em casa dizendo: "Severina tu é safada, Severina". A Márcia Cristina Araújo Veloso.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A senhora disse que ele tem quatro esposas. Poderia dizer o nome delas? A senhora conhece, sabe o nome dessas esposas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Márcia Cristina Araújo Veloso, Neusa Nunes, que era a que estava em Pebinha, Nelci Silva Lima e Maria das Graças Costa Nascimento.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A senhora falou ainda há pouco que ele tentou dizer que os responsáveis pela gravidez de sua filha eram Mauro e Concentrado.

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, ele não. O Sr. Sebastião nunca disse isso; quem disse foi a Márcia Cristina Araújo Veloso. Ela falou no dia em que eu estava lá e que ela chegou na minha porta – ela estava bêbada nesse dia – ela chegou e disse assim: "Sebastião, diz para a Severina que não foi tu que" – deixa eu ver o modo que vou falar porque ela falou o português claro – "que não fez nada com a filha dela; diz que quem estuprou a filha dela foi o Mauro e o Concentrado".

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Quem é Mauro e quem é Concentrado?

A SRA. SEVERINA AIRES – São os filhos de santo dele.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Que moram lá também?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, Concentrado mora pelo lado da Primavera, e seu Mauro mora lá para o lado... Inclusive, chamaram o seu Mauro e disseram que eu que tinha dito. Na real, eu e minha filha e a maioria das pessoas que moram lá sabem que não fui eu quem falou. Quem falou foi a Márcia Cristina Araújo Veloso.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – E ele? Ele assumiu que tinha, de fato, feito mal para sua filha?

A SRA. SEVERINA AIRES – Quem?

A SR TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – O Sr. Sebastião. Ele negou?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, ele disse que nunca fez nada com a minha filha.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – E a sua filha, o que diz para a senhora?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela diz que foi; mas ele diz que não foi.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Como ficou a sua filha depois desse acontecimento? Como ela era antes? Era uma menina alegre, divertida?

A SRA. SEVERINA AIRES – Antes ela era bem alegre, quando ela dava uma risada estralava para todo lado; antes.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – E depois disso?

A SRA. SEVERINA AIRES – Depois disso ela levou um bom tempo assim toda calma. Agora, ela já tem outro, já...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Está voltando à vida normal?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Ela estuda, hoje?

A SRA. SEVERINA AIRES – Estuda.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Faz que série?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela reprovou 3 anos aí agora ela está fazendo a 7ª e a 8ª.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Ela tem acompanhamento ou fez acompanhamento com algum psicólogo, teve outro tipo de ajuda?

A SRA. SEVERINA AIRES – O pessoal da Unaf é que está acompanhando ela.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Ainda hoje?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ainda hoje. Inclusive, ontem, a gente foi para onde eles... umas dez e meia, depois que recebi a notificação de vocês, a gente foi para lá, a gente estava lá na Unaf ontem.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Dona Severina, a senhora saberia nos dizer o nome de outras mães que têm filhas lá, que estão passando pela mesma situação que a sua filha passou?

A SRA. SEVERINA AIRES – Eu não sei se elas estão passando porque, de primeiro, todo mundo conversava comigo. Hoje em dia ninguém conversa mais assim comigo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A senhora conhece uma moça chamada Maria Elzita?

A SRA. SEVERINA AIRES – Conheço.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Quem é ela?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela é filha de santo dele, mora lá no final.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Mora lá também próxima de vocês?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Ela tem filha menor, adolescente?

A SRA. SEVERINA AIRES – Tem.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – De que idade?

A SRA. SEVERINA AIRES – Acho que é uns 13 ou 12, acho que é 13.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Treze anos. Certo.

A senhora recebeu a casa doada, diz aqui que foi doada para a senhora. A senhora tem este documento, não tem?

A SRA. SEVERINA AIRES – Tenho.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – E a senhora tem uma idéia do por que ele lhe doou esta casa?

A SRA. SEVERINA AIRES – Disse que foi por tempo de trabalho.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Foi o que ele disse. Mas a senhora acha o quê?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, nem acho nada, porque o pessoal dizia: ah! Severina, esta casa não é tua não, porque só pode ser tua mesmo quando a Neuci te der o recibo. Então, eu nunca tive certeza que era minha mesmo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Mas existe um documento aqui, a cópia está aqui nos autos...

A SRA. SEVERINA AIRES – Eu tenho outro comigo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – ..que diz que ele está doando a casa para a senhora, e tem aqui umas assinaturas de doação.

A SRA. SEVERINA AIRES – Hum, hum.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A casa, então, não é sua ainda hoje?

A SRA. SEVERINA AIRES – A casa é, porque eu tô lá dentro.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Mas a senhora diz que se Neuci não passar o recibo...

A SRA. SEVERINA AIRES – O pessoal que fala, o pessoal da rua é assim fofoqueiro mesmo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Sei. Tem mais alguma outra coisa que a senhora gostaria de colocar para esta Comissão?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – A senhora alguma vez foi ameaçada por ele? Se sentiu ameaçada por ele?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, por quem eu me senti ameaçada foi por essas duas pessoas que citei: Márcia Cristina Araújo Veloso e José Araújo Veloso. Essas foram as únicas pessoas por quem me senti ameaçada ali.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Certo. Obrigada, D. Severina.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – D. Severina, a senhora, alguma vez, recebeu alguma cesta básica doada pelo Sr. Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – Como todo mundo que é sócio dali da Associação, recebe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora recebe toda semana?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, toda semana, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quando?

A SRA. SEVERINA AIRES – Isso aí não é toda semana, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Recebe de quanto em quanto tempo?

A SRA. SEVERINA AIRES – Só os tempos assim de festa que os sócios recebem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas é só no tempo de festa?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É uma vez por ano ou tem...

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, é nos festejos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, em quais são os festejos que recebem?

A SRA. SEVERINA AIRES – Acho que, agora, vem Cosme e Damião...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Cosme e Damião.

A SRA. SEVERINA AIRES – ...aí vai o de junho, aí vai em frente assim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Junho, São João, também recebe?

A SRA. SEVERINA AIRES – De junho, dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Dia 13. E recebe mais que dia? Dia 8 de dezembro, recebe?

A SRA. SEVERINA AIRES – Recebe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – 2 de fevereiro, recebe também?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mais ou menos quantas vezes por ano a senhora recebe...

A SRA. SEVERINA AIRES – Ah! Não sei assim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não sabe, não? E nessa cesta básica, o que vem?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ah! De tudo, arroz, farinha, feijão, óleo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Óleo. Tudo?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora disse que todo mundo... Existem corredores de quartos. Estes quartos são de propriedade do Sr. Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – Qual corredores?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Onde são colocadas as famílias que são trazidas do interior para a Capital e que recebem a cesta básica. Esses quartos pertencem a quem?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, mas essas pessoas que recebem cesta básica não moram lá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas têm esses quartos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, ele tem quarto de aluguel.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem quarto de aluguel?

A SRA. SEVERINA AIRES – É. E quem não tem casa como eu, fui lá pedir para mim morar, aí ele dá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. A senhora...

Não tem um negócio de que quem recebe essas cestas básicas tem que ter uma troca que é participar das sessões e das penitências?

A SRA. SEVERINA AIRES – Como?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem recebe essas... Só recebe essas cestas básicas quem se comprometer a participar das sessões e das penitências?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Qualquer pessoa que chegar lá com fome ele tem essa bondade com ela. Qualquer pessoa que chegar lá com fome, aí ele dá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É verdade que quando ele fica em transe ele trata as adolescentes como rainhas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Minha filha nunca quis esse exercício de se preparar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nunca havia se preparado?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Minha filha nunca quis se preparar como isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sua filha nunca falou?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, ela nunca quis esse exercício de se preparar para, assim, ser mãe-de-santo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não, é rainha. Quando ele fica em transe ele diz: "Oh, minhas rainhas"! Nunca falou isso, não? A senhora nunca ouviu, não? Nunca ouviu, não?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora não ouviu ou não quer dizer?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Eu não vejo não. Porque o único dia em que ela ia se preparar ela não quis, ela já estava lá, ela comprou os preparos, mas ela não quis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Mas ele fala isso, não fala? Para as outras pessoas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Se fala...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Se a senhora disse que ela não teve é porque faz. Mas ela não quis.

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas que tem esse negócio de chamar de rainha...

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, de rainha, eu não sei. Sei que ele prepara, assim, para mãe-de-santo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como é que é? Diga.

A SRA. SEVERINA AIRES – Mais ela no meio de todo mundo, um monte de gente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Monte de gente.

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E essas penitências como é que são? São separadas?

A SRA. SEVERINA AIRES – As penitências é as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas separadas daquele negócio. E as penitências são feitas onde?

A SRA. SEVERINA AIRES – Lá pro fundo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Lá no fundo. Aí fica só a pessoa...

A SRA. SEVERINA AIRES – No fundo e dentro do barracão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Só ele e a pessoa que vai fazer penitência.

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Isso, não é? Certo.

Dona Severina, a senhora trabalhou quanto tempo? Quanto tempo a senhora trabalhou para o Sr. Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – Desde que... Eu moro lá desde que a minha filha tinha três meses.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – De três meses.

A SRA. SEVERINA AIRES – Que eu moro lá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora recebia quanto por mês?

A SRA. SEVERINA AIRES – Eu comecei a receber duzentos e cinqüenta e depois passou para trezentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas quem pagava era o Sr. Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, primeiro, eu recebia por ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Aí ele dava um recibo para a senhora. A senhora assinava o recibo?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Porque eu nunca assinei recibo, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Aí ele chegava para a senhora e pagava. Por que serviço ele pagava? Qual era o serviço que a senhora fazia?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Geralmente, todo mundo fazia a limpeza do barracão. Não era só eu não, era um monte.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quer dizer que todo mundo que fazia a limpeza recebia, naquela época, duzentos reais? Era?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Naquele tempo, não. Agora, que já...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Mas a senhora diz que desde que sua filha...

A SRA. SEVERINA AIRES – Porque eu, ele sempre me ajudou, desde quando eu...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Então, a senhora recebia desde que...

A SRA. SEVERINA AIRES – Agora, os outros eu não sei. Estou dizendo eu, porque ele sempre me ajudou, desde quando eu cheguei lá com a minha filha de três meses ele sempre me ajudou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E começou com duzentos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Depois de um tempo a senhora disse que não era ele mais quem pagava. Quem pagava pelo serviço que a senhora fazia?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ah, esse último eu recebi pela Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Alguma vez a Câmara de Vereadores também pagou para a senhora ou não?

A SRA. SEVERINA AIRES – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A Câmara de Vereadores.

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não? Tinha um contracheque, não tinha?

A SRA. SEVERINA AIRES – Eu tenho um contracheque que deve estar por aí, mas é da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É da Prefeitura.

Mas esse contracheque, a senhora começou a receber quando?

A SRA. SEVERINA AIRES – Está com...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Proventos, não é?

A senhora recebia quanto?

A SRA. SEVERINA AIRES – Era 342.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E no contracheque?

A SRA. SEVERINA AIRES – Trezentos e quarenta e dois.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora assinava algum recibo?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nunca a senhora recebeu...

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – ...assinou o recebido de 1.650 e só recebeu 200? Não teve esse momento em que a senhora assinava um valor e recebia outra parte?

A SRA. SEVERINA AIRES – Quando eu recebia 250?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

A SRA. SEVERINA AIRES – Ah! Isso daí era da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Da Câmara? Então tinha quanto? A senhora recebia, no caso, um valor maior, e depois passavam para a senhora 200?

A SRA. SEVERINA AIRES – Era para ajudar as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas eu quero saber se tinha esse recibo de 1.650?

A SRA. SEVERINA AIRES – Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora assinou? Assinou, mas não recebia todo esse dinheiro. A senhora disse que ele fazia isso para ajudar outras pessoas. Pegava o dinheiro da sobra e repartia com outras pessoas.

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É isso que a senhora está dizendo?

A SRA. SEVERINA AIRES – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Está bom.

É quando e que a senhora deixou de receber, de assinar esse recibo de mais para receber menos? Depois que a denúncia saiu a senhora deixou de receber essa coisa da Câmara?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, já não recebia mais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quando?

A SRA. SEVERINA AIRES – Esse de 1.600, eu não recebia mais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Depois da denúncia ou antes da denúncia?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, isso daí eu já nem recebia mais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quanto tempo, quanto durou esse período?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sei que o que eu larguei de receber foi o de 342, que foi depois da denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas a senhora assinou esse recibo de mais para dividir entre as pessoas por quanto tempo?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não foi muito tempo, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi um ano?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi um ano, e aí era da Câmara?(Pausa.)

A senhora alguma vez foi chamada para fazer esse ritual da penitência, ou não?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. Quem era chamado para fazer? Só as pessoas novas? Só as adolescentes? Só gente nova ou gente grande; adulto não precisa fazer penitência?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, porque todo mundo tinha que rezar, mas ...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas a penitência, só quem fazia penitência, quem era?

A SRA. SEVERINA AIRES – Pois é, tinha que rezar, mas não tinha ritual nenhum, pelo menos ...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não, veja, estou dizendo à senhora que a reza é todo um ritual; por exemplo, quando a senhora reza o seu rosário, o seu terço, a senhora faz um ritual, não é? Reza o Credo, depois reza o Pai Nosso, a Ave Maria, oferece tudo. Isso se chama ritual, significa tudo isso aqui; é um rito, não é? Quando a senhora vai para a missa ou vai para um culto, tem um ritual, tem cantos, tem leitura, tem música. Lá na tenda também tinha a dança que se fazia, tinha as orações, os cânticos, e tudo o mais. Pergunto a senhora: quem fazia essa penitência era só gente nova, não é?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, tinha gente grande também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas de quanto mais ou menos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Gente velha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas a senhora chegou alguma vez a fazer? A senhora disse que não fez.

A SRA. SEVERINA AIRES – Esse ritual, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É por que a senhora não precisava, ou é porque a senhora já estava ...? Como é que era? É porque já estava ....?

A SRA. SEVERINA AIRES – Em ritual assim de coisa, não; ia rezar lá na beira da piscina.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas a maioria das pessoas que faziam essa penitência, a maioria era gente nova, não é?

A SRA. SEVERINA AIRES – Crianças e novas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Crianças e novas. Está bom, é isso mesmo.

Dª Severina, a senhora fala que só denunciou esse negócio devido a uma das mulheres do Sr. Sebastião. Foi? Quem foi? Foi a Márcia?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi. Foi a Márcia Cristina Araújo Veloso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Aí a senhora foi e denunciou por causa disso aqui, porque ela a estava ameaçando?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi, porque ela era a única que dizia que a gente estava doida, que eu estava doida para entregar a minha filha para ele, que eu estava doida para a minha filha morar com ele. Aí ela ficava. Então ela era a única.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Mas aí ela dizia que a sua filha tinha saído, era com o **(inaudível)**, era com o Mauro, não foi?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi, ela afirmou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Para livrar... Para dizer que não era o Sr. Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela afirmou que tinha sido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Pronto.

A senhora recebeu, alguma vez, das outras mulheres do Sr. Sebastião outra ameaça? Alguma outra também a ameaçou alguma vez ou lhe disse alguma coisa?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não que eu me lembre.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Só a Márcia?

A SRA. SEVERINA AIRES – Só a Márcia Cristina Araújo Veloso. Ela ainda prometeu uma surra na minha filha. Eu estou esperando essa surra até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ela disse que ia dar uma surrar na sua filha?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela disse que ia dar uma surra na minha filha. Aí disseram o seguinte: não dê a surra na filha, dê na mãe dela. Todos os dias, quando eu ia para a feira, eu passava pela porta dela, para ver se ela me dava essa surra, porque eu ia achar bom. Como ela é mulher de Vereador, ela acha que é a tal.

A Drª Rosa falou que eu devia ter feito uma denúncia contra a Márcia Cristina Araújo Veloso por danos morais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora não fez isso?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não fiz porque esse assunto já estava lá no Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas ela continua ameaçando a senhora.

A SRA. SEVERINA AIRES – Se depender de mim, eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Por que não fez? A senhora disse que não tem medo, passava na frente da casa dela....

A SRA. SEVERINA AIRES – Mas agora eu tenho medo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem medo dela?

A SRA. SEVERINA AIRES – Dela não. Eu tenho medo de que eles arranjem algum malandro para me fazer algum mal, ela e o irmão dela.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem?

A SRA. SEVERINA AIRES – A Márcia Cristina Araújo Veloso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas a senhora disse que passava na frente da casa dela e a chamava para brigar.

A SRA. SEVERINA AIRES – Era para ver se ela me batia, para eu poder dar parte dela.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. A senhora não tinha medo e agora tem medo de fazer uma denúncia lá na delegacia.

A SRA. SEVERINA AIRES – De denúncia contra a Márcia eu não tenho medo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Vai fazer?

A SRA. SEVERINA AIRES – Se depender de mim, eu faço. Se for para eu fazer, eu faço a denúncia contra Márcia Araújo Veloso e José de Ribamar Araújo Veloso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como a senhora sempre fala que a Márcia a está ameaçando...

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi ela quem difamou minha filha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – ...a senhora tem que se preservar. Por exemplo, a senhora diz: se acontecer alguma coisa comigo, eu estou denunciando que Fulana de Tal está me ameaçando. Assim, quero fazer essa denúncia, porque se acontecer alguma

coisa comigo ou com minha filha... A senhora tem que registrar isso e depois procurar os promotores de Justiça para encaminhar essas questões.

Quando isso aconteceu com sua filha, que idade tinha ela?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela ia fazer quatorze anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ia fazer quatorze anos. Hoje ela está com quinze?

A SRA. SEVERINA AIRES – Hoje ela está com quinze.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora disse que sua filha era uma menina alegre, cheia de vida, e que depois disso ela virou uma menina triste. Ela ainda continua triste?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, agora não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ela já deixou a tristeza de lado.

A senhora disse que todo mundo dizia ...

Está havendo alguma coisa?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Se estiver aqui alguma pessoa que a senhora acha que tem, a senhora me fale, que mando retirar daqui. No depoimento, havia um menor aqui e pedimos para que ele saísse, porque há algumas coisas que o menor não entende. Isso pode trazer problemas. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente não permite isso.

Todo mundo dizia que era preciso tirar esse menino. A senhora já sabia se era menino ou menina?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi mais ou menos aos seis meses de gravidez que ela tirou a criança, não foi?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi, mas fiz isso por causa do desespero. Minha filha só vivia arriada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com quem a senhora falou para tirar esse menino?

A SRA. SEVERINA AIRES – Com uma comadre minha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, era comadre sua. Quem era essa comadre? Qual o nome dela?

A SRA. SEVERINA AIRES – Maria Graciléia Santana.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Essa Maria Graciléia levou a senhora ou disse que procurasse Fulano de Tal? Ela foi com a senhora?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela me levou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Para onde?

A SRA. SEVERINA AIRES – Para o Anjo da Guarda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O que é o Anjo da Guarda?

A SRA. SEVERINA AIRES – O Anjo da Guarda é um bairro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas quem tomava conta desse lugar onde tiraram o feto da sua filha?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi uma senhora de nome Isabel.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora sabe qual a rua?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, o ponto de referência é um mototáxi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Um mototáxi?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Em um lugar chamado Anjo da Guarda?

A SRA. SEVERINA AIRES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como é? É uma rua pequena, grande? Como é?

A SRA. SEVERINA AIRES – É toda complicada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É uma rua toda cheia de buracos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, é complicada para ir, mas quem já sabe...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É complicada. Certo.

A senhora disse que era contra, não foi?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Era contra. Ou seja, quem disse que era contra tirar era a senhora... A senhora queria tirar?

A SRA. SEVERINA AIRES – Porque a minha filha estava passando mal, estava em depressão, e o pessoal lá ficava em cima...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E quando a senhora disse o seguinte: olha, vou te...

A SRA. SEVERINA AIRES – Se eu soubesse que ia ter algum problema comigo, jamais... Eu podia passar o que passasse, e não teria tirado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo, D. Severina. Aí, a senhora foi...

A SRA. SEVERINA AIRES – Não teve ninguém para me orientar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Claro. Aí, a senhora falou com o Sr. Sebastião.

A SRA. SEVERINA AIRES – Ele sempre foi contra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. A senhora dizia "Eu vou tirar, vou mandar terminar..."

A SRA. SEVERINA AIRES – E o pessoal disse que ia nascer...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E ele era contra por quê?

A SRA. SEVERINA AIRES – Porque ele queria esperar nascer para na hora fazer o exame e ver quem era o pai.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Era?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo.

Mas ele deu para a senhora um dinheiro para a senhora fazer isso, não deu?

A SRA. SEVERINA AIRES – Mas porque eu insisti muito, porque ele não queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ele deu 350, não foi?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foi, mas na marra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi na marra?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi na marra.

E depois a sua filha, que tirou, precisou de algum medicamento.

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Aí, ele nunca deixou... Ele deixou de ajudar a gente agora, mas ele nunca deixou de ajudar a gente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ele ajuda a senhora com...

A SRA. SEVERINA AIRES – Ele ajudava com remédio...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Com remédio...

A SRA. SEVERINA AIRES – Com dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com comida...

A SRA. SEVERINA AIRES – Quando a gente precisava de qualquer coisa, pedia...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com roupa também?

A SRA. SEVERINA AIRES – Com o dinheiro a gente comprava roupa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com o dinheiro também.

Além do salário, ele dava outras coisas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, não. Com esse dinheiro que a gente ganhava.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo.

A SRA. SEVERINA AIRES – Aí, depois que a gente saiu, aí não...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo.

A senhora disse que recebeu a casa dele pelo serviço que a senhora prestou. Ora, se pelo serviço que a senhora prestou a senhora já recebia dele inicialmente, ele já lhe pagava, e, segundo, depois, quando ele deixou de pagar, a Câmara de Vereadores pagava a senhora... A senhora assinava o recibo, mas tinha um abatimento, porque a outra parte era para dividir com as outras pessoas, segundo ele, lá da comunidade, não era?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Depois, a senhora começou a receber da prefeitura. Mas por que ele dá uma casa se a senhora já estava recebendo tudo pelo serviço prestado? Que serviço mais... Porque a pessoa já recebia.

Por que a senhora recebeu mais a doação dessa casa, quando, por todos os serviços que a senhora fez, a senhora foi paga, recebeu e ainda devolveu uma parte do que a senhora assinou que recebeu para ajudar outras pessoas? Por que isso? O que foi?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não sei. Isso aí, nem me pergunte, porque não sei nem responder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não foi porque, quando... Não foi para, na linguagem, dizer: "para ela não denunciar mais, vamos dar um cala-boca para ela"? Não foi isso não?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não. Ele disse que não. Eu não sei nem explicar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não sabe. Mas não foi... A senhora não sentiu que tinha alguma coisa?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, mas ele disse que não foi. Aí...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas a senhora. Quero saber a senhora. A senhora não achou que ele queria fazer o seguinte: "vamos dar isso aqui..."?

A SRA. SEVERINA AIRES – Achei, mas ele disse que não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora achou. Pronto, a senhora achou. Mas ele disse que não. É claro que ele nunca ia dizer que ia praticar um ato para tentar corromper a senhora ou calar a senhora. Mas a senhora disse que era pelos serviços prestados. Pelos serviços prestados, a senhora recebeu o tempo todo, não tinha o que reclamar. Recebeu e ainda devolveu.

Então, essa casa que a senhora recebeu, vou ver se é essa casa mesmo. Onde está? Vamos ver se é essa casa mesmo. A senhora recebeu uma casa. Diz assim: "Eu, Sebastião de Jesus Costa, de livre e espontânea vontade, doei..."

Ele doou uma casa. A senhora assinou algum recibo dessa doação? Está aqui, não é? Recebeu ou não?

Mas a senhora recebeu algum recibo, assinou algum recibo pela doação dessa casa ou foi ele quem assinou?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, aí eu assinei um que ele ficou como ele tinha me dado a casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sei, mas a senhora não ficou com cópia desse recibo, não?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, eu fiquei com esse aí da casa. O que ele ficou eu não fiquei com cópia, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E a senhora não viu o que tinha escrito nesses recibos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, eu já fui ver na Delegacia das Mulheres, que a Drª Rosa me mostrou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Na Delegacia tem?

A SRA. SEVERINA AIRES – A Drª Rosa tinha lá e me mostrou, a Drª Rosa e a Drª Rochele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sei, então, a assessoria para solicitar à Drª Rosa cópia desse recibo que a Dª Severina assinou e ficou com o seu Sebastião de Jesus Costa.

Veja o seguinte: ele diz que doou a casa à senhora não pelos serviços que a senhora prestou a ele, mas porque a senhora o ajudou muito. Que ajuda a senhora deu a ele?

A SRA. SEVERINA AIRES – Eu tomava conta dos meninos dele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Dos meninos?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim, dos filhos dele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora tomava conta dos meninos, ainda ajudava a varrer o galpão e a senhora tomava conta dos meninos. Mas ele tinha quatro mulheres e ainda a senhora tinha que tomar conta?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, mas cada uma tem suas empregadas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Cada uma tem a sua empregada? E a senhora era empregada de quem? De qual delas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Antes eu fui de Dª Nelci.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Dª Nelci. E depois foi de quem?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, aí depois eu tive morando uns tempos com a Neusa, mas era só assim mesmo, ia lá, só morei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora cuidou mais dos filhos que ele teve com a Dª Nelci, não foi?

A SRA. SEVERINA AIRES– Não. Da outra que foi embora, a Lúcia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A Lúcia foi embora, e a senhora ficou e tomava conta na casa dele ou era....

A SRA. SEVERINA AIRES – Na casa dele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Na casa dele mesmo. Tá bom.

Veja se é isso aqui. "E pelo tempo que sempre me apoiou." Disse que a senhora sempre o apoiou. Apoiava em que a senhora?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, apoiar assim, em qual sentido?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não sei, ele diz aqui, eu queria saber que apoio a senhora deu a ele? Ele fala que ajudou, e depois diz que "pelo tempo que sempre me apoiou", eu não sei o quê? Apoiou, a senhora sabe explicar o que significa que a senhora sempre o apoiou o Sebastião? Foi em que esse apoio?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não sei, porque eu trabalhava lá com ele direto. Aí ficava, lá porque a chave do barracão quem tomava conta era eu.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – "E eu achei que devia agraciá-la com a casa." Ou seja ele deu uma casa para a senhora. Essa casa mede cinco metros de frente, é essa mesma?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ah, ah.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É essa a casa?

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Que mede vinte e um metros de comprimento? É?

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E que mede três metros de fundo. É essa mesmo?

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Ela limita com a casa de ...

A SRA. SEVERINA AIRES – Josué.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – De Josué de tal, depois com a garagem do Sr. Sebastião. Quem é o Sebastião, ele ou outro?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sebastião tem uma garagem também e a sua casa é próxima da garagem dele?

A SRA. SEVERINA AIRES – A parede da garagem é a parede da minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Limitando pela frente com a Rua São Sebastião. É essa Rua Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Essa rua em que a senhora mora é São Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – É Rua São Sebastião nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Número 6-A. E no fundo pela rua do arroz.

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ah, ah.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Essa Rua do Arroz também tem casas que pertencem a Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não.

O SR. PRESIDENTE(Luiz Couto) – Só pertence na Rua São Sebastião?

A SRA. SEVERINA AIRES – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E disse que a senhora pode, tem todo o direito de vender ou fazer o que bem lhe convier, livre de qualquer eventualidade, ressalvando que o número da mesma é 6-A.

Aí tem: Aureni Sousa de Araújo. Quem é essa pessoa? É também membro da irmandade?

A SRA. SEVERINA AIRES – Foram as pessoas que assinaram.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas é membro da irmandade também ou não? Participa também das festas lá e das rezas?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A Josilene Fonseca Costa também?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o Vinícius Alves Costa?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A senhora conhece todos eles?

A SRA. SEVERINA AIRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Conhece. Está bom.

Para concluir, a senhora conhece a Dona Maria Ozita?

A SRA. SEVERINA AIRES – Conheço, porque ela mora na mesma rua que eu.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Conhece a filha da Dona Maria Ozita?

A SRA. SEVERINA AIRES – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sabe que ela teve um caso igual ao da sua filha?

A SRA. SEVERINA AIRES – Que eu tenha certeza, não tenho não. Ela falava e depois...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas ela falou para a senhora?

A SRA. SEVERINA AIRES – Ela falou para a minha menina, mas só que procuro...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Era Maria Ozita que falava?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não, a filha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E a senhora disse que recebeu uma casa, mas que não queria voltar mais para essa casa. Ou seja, a senhora já mudou de idéia, vai voltar para a sua casa, tendo a proteção? Foi perguntado: por que a senhora não quer voltar? A senhora disse que estava com medo. Medo de quem e de quê?

A SRA. SEVERINA AIRES – De represália.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas a senhora disse que o Sr. Sebastião não a ameaçava, que só quem a ameaçava era a Márcia e o irmão dela e que a senhora não tinha medo, porque a senhora passava, inclusive, em frente a casa dela, para dizer: "Está ameaçando bater na minha filha? Quer bater em mim? Estou aqui". Por que esse medo? Medo de quê?

A SRA. SEVERINA AIRES – Essa história aí foi por que a Márcia disse que lá no Coroado... Eu não ficava no Coroado. Aí eu aceitei essa casa, passei toda humilhação com a minha filha, para mostrar para ela como eu ficava no Coroado. Só que agora eu...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Está certo. Então, é isso.

Pergunto à Deputada Maria do Rosário se tem mais alguma coisa a perguntar. (Pausa.)

Agradeço à Dona Severina Aires o seu depoimento.

Muito obrigado.

A senhora está liberada.

Agora, encerramos. A senhora tem mais alguma coisa a falar?

A SRA. SEVERINA AIRES – Não tenho, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado, Dona Severina. Peça ao pessoal da área de segurança para acompanhá-la.

Há uma menor que não pode ser ouvida aqui. Ela tem de ser ouvida em caráter reservado.

Vamos suspender agora esta reunião. Depois, vamos retornar para ouvir o Sr. Sebastião, que já está aqui. Temos de ouvir outra pessoa que está lá. O depoimento será em caráter reservado. Há uma menor e outra maior. Não é sobre esse caso, mas sobre outro caso.

Agora suspendemos esta audiência, dizendo que vamos ficar aqui e que só vamos sair daqui quando escutarmos todas as pessoas que foram intimadas, convocadas ou convidadas para prestarem depoimento.

Os senhores têm de quinze a trinta minutos para movimentar as pernas, porque ficamos o tempo todo sentados.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Peço apenas que V. Exª determine que seja feito o mesmo ordenamento depois.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – As pessoas que saíram estão com o credenciamento? Então, não saiam antes. Peço à Assessoria que dê uma ficha para cada pessoa, para depois ela entrar. Está bom? (Pausa.)

É preciso dar o número para a pessoa. Quem tem o crachá já pode sair.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pedimos à Assessoria que faça entrar no plenário o Sr. Sebastião de Jesus Costa.

Para a Relatora, foram encaminhados alguns documentos. A Relatora vai analisá-los. Ele solicita que esse documento seja lido. A Relatora dará o parecer, e tomaremos uma decisão se o documento servirá. Ou, então, S. Exª fará questionamentos sobre o próprio documento para o Sr. Sebastião.

Retomamos os depoimentos agora, depois de termos ouvido pela manhã algumas pessoas aqui. Depois houve uma audiência reservada. Agora retornamos aos trabalhos para ouvir o Sr. Sebastião de Jesus Costa. Ele disse que não é parente em nenhum grau da parte envolvida.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, em dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, de acordo com o que determina a Constituição Federal.

O termo foi devidamente assinado pelo Sr. Sebastião de Jesus Costa.

Sr. Sebastião de Jesus Costa, o senhor sabe por que está sendo convocado para depor nesta CPMI?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E por quê? Qual foi a razão?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É que um moço lá perto da minha casa que tem um motel.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – O nome é Herbert. E aí começou lá uma prostituição de menores muito violenta. Como Vereador, eu comecei a persegui-los, e ele começou a chamar umas determinadas meninas, procurava se era solteira ou não e oferecia dinheiro para gravar uma fita contra mim – ele com um moço de nome César, do Conselho Tutelar, que até já faleceu.

Então, fiquei sabendo. Essa mesma senhora que estava me caluniando, a D. Severina Aires, chamou-me e disse: "Olhe, tome cuidado que tem alguém preocupado com você e que está preparando algumas meninas para acabar com você". Eu disse pra ela: "Menina? Isso é verdade?" Ela disse: "É". Digo: "Tu assinas um documento?" Ela disse: "Assino". Aí mandei bater o documento, levei no cartório. Isso foi no mês de outubro. Ela assinou e disse quem estava induzindo ela e a filha e um bocado de menina, quer dizer, tudo quanto poderia contra a minha pessoa. E ele é muito brabo, ninguém pode dizer nada, porque ele mata e não pega um dia de cadeia. Ele é muito temido por todo mundo. E eu peço até segurança quando eu sair, porque, se ele souber, será perigoso para mim.

Então, resultado: foi publicado no mês de outubro o que ela disse. Eu tenho o documento, está nos meus autos, porque já está **sub judice**. Eu já fui, já depus na Justiça. Está lá nos autos o documento que ela escreveu me avisando. E, depois de cinco meses, ela mesma atentou contra a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra à Srª Relatora, para dar início aos questionamentos dirigidos ao Sr. Sebastião de Jesus Costa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Deputado Luiz Couto, Presidente da nossa reunião.

O senhor está nos repassando aqui, Sr. Sebastião Costa, alguns documentos, os quais vou fazer com que fiquem na Secretaria da CPMI. Já os estou passando à Secretária. São alegações suas. Estas fotografias, o senhor quer que elas fiquem com a CPMI ou gostaria de recebê-las de volta?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É complicado, porque eu vou mostrar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode falar no microfone, por favor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu vou mostrar para o juiz ainda a foto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo. Quanto a estes documentos aqui, o senhor quer nos deixar cópia?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, pode levar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Este pode ficar aqui?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu já trouxe para isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Então, estes documentos já estão com a Secretaria.

Então, recebemos oficialmente documentos apresentados pelo Vereador Sebastião Costa.

Sr. Sebastião, o senhor mora no bairro do Coroado?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mora há quantos anos lá?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Há 41 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos o senhor tem?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu tenho 61.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem 61 anos. O senhor passou a maior parte da sua vida, portanto, nesse bairro.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Esse bairro tem o nome Coroado por causa da minha religião. Eu recebo um guia por nome rei Sebastião, e tem coroa, e botaram Coroado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem propriedades neste bairro?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem propriedades?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tenho, sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas propriedades o senhor tem nesse bairro?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu só tenho mesmo uma, mas a tenda, que trabalha com trabalho social, as pessoas carentes, fez um bocado de apartamentozinho pequenininho para morar aquelas pessoas humildes. E eu consegui, nesse percurso, criar mais de 120 meninas, que se tornaram moças, casaram. Só no meu tempo foram feitos 18 casamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fez dezoito casamentos ali na sua tenda, é isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Na minha tenda, sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor se interessa, então, pelas meninas? O senhor disse que tem meninas. Meninos o senhor não tem ali?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu tenho meninos, e muitos. Inclusive, eu tenho, eu criei uns 70 meninos, que veio e fizeram o Segundo Grau.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chamou minha atenção que o senhor se referiu primeiro às meninas.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Eu primeiro falei primeiro as meninas, porque alguém tentou denegrir a minha imagem política com acusação infundada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é Vereador desde quando, Sr. Sebastião?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sou Vereador há cinco mandatos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há cinco mandatos. Então, já há 20 anos. Mais do que isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, 17. Vai fazer 20 agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vai fazer 20 agora, neste mandato, em que o senhor é Vereador aqui em São Luís.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Aqui em São Luís.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo.

Desde quando... Muitas crianças e adolescentes freqüentam a sua tenda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muitas pessoas adultas também?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Desde o começo, tem pessoas que freqüentam minha tenda e que para lá foram com sete anos, hoje estão com 40, 50 e têm filhos e filhas, já são casados, têm até neta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem idéia de quantas... O senhor tem o costume de convidar essas moças para bailar, para danças rituais, danças?

Eu quero lhe dizer que não quero entrar no cerne da sua religiosidade, porque a religiosidade de cada um é absolutamente respeitável, e nós aqui não estamos trabalhando com isso. Mas eu lhe pergunto, porque isso apareceu, que existem as danças, que as meninas dançam com o senhor.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas eu tenho muito prazer de dizer e peço que qualquer pergunta seja feita, pois nós temos 5,8 mil fiéis na Ilha de São Luís.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E dançam? Existem essas danças com as meninas, com as adolescentes?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não é só as meninas, é os rapazes, é as moças, é as casadas, é as velhas. Em suma, é uma família religiosa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor conhece A SRA. Severina Aires?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A dona Severina, faz uns 14 anos que ela chegou. Estava lá debaixo de um pé de árvore, com essa meninazinha no colo e o filho, e ela estava com problema, se esvaindo em sangue, não tinha parente. Chegaram aos meus ouvidos, e eu levei ela, e coloquei lá na minha casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E é verdade que a menina lhe chamava de pai durante um período?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Ela nunca me chamou de pai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca lhe chamou de pai?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque nós temos o depoimento dela mesma, que ela gostava do senhor como um pai, que lhe chamava de pai.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, isso aí não é verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não? Então, o senhor não se sentia como um pai para ela? O senhor acha que não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu me sinto. Todos eles me chamam pai-de-santo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, sim!

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não é pai real. É pai-de-santo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a dona Severina o senhor conhece há esse tempo.

A filha dela, então, freqüentava a sua tenda desde muito cedo?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Freqüentava, sim, senhora, e até hoje freqüenta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo.

E aí, a partir de determinada data, nós somos sabedores que há uma denúncia de que o senhor violentou essa menina. O senhor teria dito para essa menina tirar a sua roupa, teria dito para ela ficar como quando nasceu. O senhor conhece porque eu li, aqui, no seu depoimento, rapidamente, no documento que o senhor entrega. Cita as mesmas palavras que a menina nos disse, as mesmas palavras que a mãe se referiu a as mesmas palavras que a Conselheira Tutelar também se referiu. Então, o senhor cita as mesmas palavras – sempre as mesmas palavras. O senhor sabe quais as palavras?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Veja bem, mas aí, no Relatório, elas estão em contradição, porque na Delegacia elas dizem que eu usei a menina no ano 2001. Já, na Promotoria, em 2002 e quando todos sabem que em 2001 eu estava impossibilitado de qualquer tipo de coisa – está aí o retrato, com o pescoço queimado – e, segundo a informação, depois que começou esse problema é que fui saber que um cidadão de nome César, do Conselho Tutelar de Menor que, também, é ligado – lá, era ligado para esse Motel – tinha quando viveu com ela e, aí, eu fiquei sabendo que ele e o dono do Motel estavam montando uma peça contra essa pessoa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quando foi que, efetivamente, isto ocorreu – em 2002 ou 2001? Quando é que o senhor afirma que ocorreu essa violência – essa situação?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu não sei dizer porque eu não entendo nada sobre ela a esse respeito. Eu nunca fiz nada.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor lembra quando aconteceu essa festa, esse momento. A menina participou de um ritual chamado de – deixe-me verificar... Como é mesmo? Penitência? O senhor costuma...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe, veja bem: só fazem penitência mãe e pai de santo quando atingem 40 anos, pois rezam no pátio porque lá – está aí o retrato – só chega na porta uma pessoa. Não dá para brincar, não dá para entrar, não dá para nada. É apenas insinuação de que lhe foi feita até porque se quando é jovem, quando novo, eu nunca pratiquei tal ato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não disse que ela deveria fazer uma obrigação? O que é fazer uma obrigação na....?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu nunca falei isso.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o que é fazer uma obrigação? O que é uma obrigação? Que obrigação as pessoas teriam entre si que o senhor...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Obrigações é a pessoa...

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é uma pessoa bem articulada. O senhor é um Vereador desta cidade há muito mais tempo do que eu sou Deputada, do que nós aqui. Nós, também, já fomos Vereadoras e já fomos Deputadas Estaduais. Mas o senhor tem uma vasta experiência. Então, o senhor fala bem. Eu quero lhe fazer essa referência. Agora, eu quero lhe dizer também que o senhor tem que ser objetivo. Gostaria que o senhor – eu lhe faço uma pergunta e o senhor me responde. Vamos ver.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim, senhora. Porque foi – eu....ouço um pouco mal.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – O que é fazer obrigação? O que quer dizer isto?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Obrigação é, digamos, se eu sou do signo de Gêmeos, eu, então, tenho que rezar doze Pai-nosso a São Cosme e São Damião, acender uma tocha e pedir, assim, que protejam o meu lar e a minha casa.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário). – E obrigações sexuais?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Lá nunca existiu esse tipo de coisa porque nós respeitamos uns aos outros como a nós mesmos.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Deixe-me lhe perguntar uma coisa: o senhor conhece essa menina desde quando ela tinha 3 meses e aos 14 anos ela foi – 14 anos ou menos do que isto – ela nasceu aqui... O senhor sabe quantos anos essa menina tem?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe, eu não sei bem mas ela deve ter de 15 para 16.

A SRª. RELATORA (Maria do Rosário) – Na época, ela tinha 13 anos. Aos 13 anos ela foi violentada.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe, se ela foi violentada, eu não sei, não posso apontar ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não é o chefe lá da sua tenda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu sou o chefe da tenda, mas não...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe tudo o que ocorre lá. O senhor não é quem dirige tudo?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Veja bem. Eu sei o que nós fazemos dentro do templo, mas lá fora, assim como ali no bairro, é um bairro muito pesado. O Conselho Tutelar não se preocupou em tirar aquelas crianças da bebedeira, em tirar da rua. Você vê menina de onze, doze anos tudo bêbada ali por aqueles bares.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe se o Conselho Tutelar visita freqüentemente o bairro?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora. Agora, com essa confusão, é que eles têm visitado. Quando soube que o Sr. César, que era do Conselho Tutelar, tinha praticado isso com essa menina, que nós estamos **sub judice**... E a senhora, Deputada...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fez essa acusação ao Sr. César quando ele estava vivo? O senhor fez essa acusação em juízo a ele? Porque eu não tenho como inquiri-lo, eu não tenho como chamar o Sr. César aqui para ouvi-lo.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tenho como colocá-lo no lugar em que o senhor está.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós temos como investigar a verdade, mas o senhor precisa ter alguma consistência. O senhor está fazendo uma acusação também a uma pessoa que era conselheiro tutelar, que morreu, enfim, no exercício da sua função.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas, no arrolamento do processo, tem muitas testemunhas que provam isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas testemunhas são pessoas que moram nas casas que o senhor cede a elas?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora. São pessoas que às vezes vão ali em busca de um benzimento ou de um tratamento e, aí, vendo a injustiça, que é tão degradante, se comprometeram a depor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pagou quanto pelo aborto realizado pela menina?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – E eu nunca tomei conhecimento de gravidez nem de aborto. Disso aí eu nada sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem quantas esposas?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu não tenho muitas esposas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tem muitas...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu tenho uma companheira. Agora, só que sou um homem responsável. Sobre as mulheres que passaram na minha vida e que têm filhos meus, ainda que casadas, eu continuo ajudando os meus filhos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tivemos acesso a alguns depoimentos, e umas dessas pessoas com quem o senhor se relaciona, por várias vezes – A SRA. Márcia, se não me engano –, tentou negar que a gravidez da menina fosse responsabilidade sua, de violência praticada pelo senhor.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora o senhor me diz que o senhor nunca teve conhecimento sobre isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu nunca...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, essa sua esposa também não tinha tido conhecimento, mas tentava negar o que tinha conhecimento? O senhor tentou negar o que não tinha conhecimento?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu não tenho conhecimento e acho que a pessoa que informou isso deveria botar a cara para uma acareação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. O Presidente é quem determina o que vamos fazer.

Então, o senhor nega. O senhor não quer revelar quanto pagou para que a menina fizesse o aborto, para que fosse feito um aborto na menina?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe, eu não nego. Só se tiver alguém que quiser botar a palavra em minha boca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu direi o que a senhora quer. Agora, lamentavelmente, eu prometi aqui falar a verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, eu estou lhe perguntando. Exatamente. O senhor pagou ou não pagou?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu nunca paguei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me dizer que a pessoa lhe pediu, o senhor pode me dizer que a pessoa lhe implorou, o senhor pode dizer... Só estou lhe pedindo para dizer exatamente o que ocorreu.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas eu nunca paguei...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca pagou?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – ...porque não admito esse tipo de crime. Matar um inocente é um crime com aquele que não pode evitar, não pode clamar e não pode dizer a ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, vamos lá.

A SRA. Severina Aires trabalhou na prefeitura...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe, veja bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diga lá.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu sou um Vereador. Quando alguém chega me pedindo uma coisa que eu posso pedir a alguém que está lá mais em cima, eu peço. Quando aquele órgão acha que não deve mais aceitar o serviço prestado por aquela criatura, não cabe a mim, porque não tenho poderes para empregar. Peço à senhora...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pediu, então, um emprego para ela?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, eu não pedi exatamente um emprego para ela. Quando alguém vai lá em casa visitar, o prefeito, o governador, ou a senhora mesmo, eles todos pedem, fazem um bilhetinho, e aí fico cobrando das pessoas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não entendi. O senhor me desculpe, mas não entendi.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Digamos, a senhora é uma deputada de um partido muito querido, muito respeitado. Se a senhora for visitar minha casa, lá tem muita gente pobre. É claro que vão lhe pedir, e, como tenho certeza que o Lula é um homem que veio para salvar a bandeira da Nação, então, é claro que você é do partido dele, aí eu fico mandando cartas, mandando indicações, pedindo por aquelas pessoas, que é o meu papel de cidadão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tenta conseguir alguma coisa para as pessoas com quem o senhor convive?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com as pessoas que o senhor conhece?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora entendi. Então, vamos ver: o senhor tentou e conseguiu um emprego para a D. Severina Aires. O senhor tinha uma simpatia por ela, tinha atenção a ela, ela trabalhava lá, com o senhor, na sua tenda. Então, o senhor se preocupou com ela e conseguiu um emprego para ela na prefeitura?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe, ela exatamente prestava um servicinho, ajudando na limpeza do templo. Mas após que ela diz que o Sr. Herbert tinha encaminhado ela para o Ministério do Trabalho, para que ela me cobrasse, é porque já tinha trabalhado cinco meses. Então, chamei ela e doei uma casinha para ela, para que ela não fizesse isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, o senhor já está falando da casa que o senhor doou a ela.

Está certo, mas eu estava lhe perguntando do emprego dela. Como é que ela conseguiu um emprego na prefeitura? Deve ter um monte de gente querendo emprego na prefeitura. Será que ela foi pedir emprego para outro vereador?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que a D. Severina faria isso com o senhor, trabalhando lá, na sua casa, ia pedir para outro vereador?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Para qualquer vereador, porque, lá em casa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não pediu para o senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – ... não teve não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não conseguiu para ela?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Consegui alguma vez, mas, ultimamente, ela está pedindo é para outros vereadores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, eu digo naquele período em que ela trabalhou na prefeitura. O senhor é que conseguiu emprego para ela?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Consegui um contrato para cada um deles, por seis meses, um serviço prestado. Quando terminou, todos saíram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo. O que era o serviço dela na prefeitura?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A prefeitura, eu não sei. Provavelmente, porque, como ela tinha duas crianças, eu pedi a disposição dela, para que ficasse fazendo algum pequeno serviço no meu gabinete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No seu gabinete. Onde é que funciona o seu gabinete?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Na Câmara de Vereadores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Espera aí. Vamos ver aí.

A D. Severina, então, era contratada da prefeitura. A prefeitura pagava para ela um contrato emergencial, é isso? Era um contrato. Não era cargo de confiança, era contrato.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Veja bem, a prefeitura paga um salariozinho, e como aquele salariozinho não dá para a pessoa sobreviver, a gente, do salariozinho da gente, dá uma partezinha para ajudar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o que ela fazia no seu gabinete, na Câmara Municipal?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Era apenas limpar o gabinete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, ela não precisava ir à prefeitura? Ela estava à sua disposição.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, ela ia bater ponto. Geralmente tem que bater ponto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Sebastião, nós temos um depoimento aqui da própria D. Severina, vou lhe dizer, de que ela não precisava bater ponto, não; que ela trabalhava para o senhor mesmo, mas era contratada da prefeitura. O senhor tem que esclarecer isso aqui.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas veja bem: aqui, no Maranhão, ninguém pode estar à disposição sem o órgão que trabalha, senão não recebe dinheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem trabalha no seu gabinete?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – No meu gabinete, trabalha a D. Maria da Graça, a D. Justina Alves e o Sr. Vinício Alves.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem outras pessoas que estão assim contratadas da Prefeitura, mas que trabalham para o senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora, porque lá não é fácil, até porque quem tem mais acesso à Prefeitura são os Vereadores que dão sustentação a S. Exª o Sr. Prefeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que motivo o senhor deu essa casa, gastou R$5 mil, foi isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Foi. Essa casa foi porque o Sr. Belo chamou ela e induziu para levar ela até o Ministério do Trabalho para dizer que eu vivia explorando ela, porque eu só dava quantia xis, e ela vivia trabalhando. E eu disse quanto ela queria para evitar complicações, porque eu era um homem político. Ela disse que só servia se fosse uma casinha. E eu fui e doei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor comprou essa casa para ela? O senhor queria quitar uma dívida trabalhista que o senhor tinha com ela? O senhor queria quitar uma dívida trabalhista?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É, porque essa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era uma dívida trabalhista que o senhor tinha com ela?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É, porque não podemos, de maneira alguma, usar as pessoas e não dar os seus direitos, porque aí vai para o Ministério do Trabalho, e a coisa é muito grave.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O depoimento que eu tenho aqui diz que o senhor pressionou, que o senhor violentou essa menina de 13 anos. E eu quero dizer o seguinte: temos muitas indicações nesse sentido. Então, o senhor conhecia essa menina desde pequena, mas não sabe o que aconteceu com ela dentro da tenda onde o senhor estava?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas ela não vive dentro da minha tenda. Ela tem a casa dela, ela sai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é que ela mora agora? Não é pegado na sua casa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, ela mora sempre na rua, mas não é pegado a minha casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é do lado da sua casa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É em frente da minha casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque vi aqui no documento de doação que o senhor fez que fica grudada na sua casa ainda.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, não é verdade. A senhora pode mandar fazer uma sindicância. O que estou falando aqui é exatamente o que eu me comprometi: falar a verdade, nada mais do que a verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É, aqui diz o seguinte: que a direita é limitada pela casa do Sr. Josué de tal; à esquerda, pela garagem do Sr. Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Há uma garagem, mas a gente não mora em garagem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é da sua casa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, a garagem é longe da minha casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É longe? Mas é sua?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não é a minha casa, é a garagem da empresinha que a gente tem. Só quem fica lá é os carros. Eu não moro lá nem fico.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma empresa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA - É uma microempresa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Faz o quê?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sebatour Turismo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com turismo?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de turismo?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Freta ônibus para fazer excursão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome da sua empresa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sebatour Turismo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor tem essa empresa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Já faz uns três ou quatro anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor contrata a meninada da comunidade para trabalhar na sua empresa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora, porque isso é crime. Seria um erro eu pegar um de menor para trabalhar na empresa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, a partir dos 16, pode trabalhar em um emprego protegido. O senhor é muito zeloso com isso, não quer que a meninada trabalhe antes dos 16.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu sempre fui preocupado com o menor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso mesmo.

Bom, o senhor está negando aqui que tenha praticado essa violência. Está negando que pagou o aborto. Na verdade, o senhor está negando cada uma das questões. Vou passar aos meus colegas, ao Deputado Luiz Couto, mas tenho outras questões a lhe perguntar. Vou retomar depois desta colocação.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Com muita honra e prazer, eu lhe responderei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muito obrigada, Sr. Sebastião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra à Deputada Terezinha, pra que ela possa fazer os devidos questionamentos ao Sr. Sebastião de Jesus Costa.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Sr. Sebastião, temos aqui denúncias de que o senhor usa a influência e o prestígio que tem na cidade, na comunidade, para manter, sob sua proteção e tutela, muitas famílias, mães com filhos e filhas na faixa etária de crianças e adolescentes. São denúncias que nos levam a fazer uma série de questionamentos com relação aos fatos levantados hoje pelas testemunhas que por aqui passaram.

O senhor está dizendo que não tem e nunca teve envolvimento com nenhuma dessas meninas e adolescentes aqui citadas. No entanto, existem fatos sobre os quais somos obrigados a fazer alguns questionamentos. Foi dito aqui que o senhor doa casas, quartos para essas famílias se abrigarem. O senhor confirma essa informação?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Veja bem, sou considerado o maior comunitário da ilha do Maranhão, até porque nós lá trabalhamos assim: se aquela mãe de família é humilde, aquele pai de família não tem como fazer um casebre, nós nos juntamos em mutirão, fazemos aquele casebre e doamos àquela família. Já conseguimos cinco mil casas para famílias desabrigadas da nossa Capital.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Mas, nesses casos a que estamos nos referindo, não houve construção nem mutirão. Essas famílias não recebem os imóveis. Elas ficam morando de favor, o que as mantém dependentes do senhor, naquela área. É essa a informação que nos chega. E foi dito aqui, por uma das testemunhas, que essa é uma das razões

por que as pessoas se negam a dizer qualquer coisa contra o senhor, porque elas se sentem devedoras de favores e, de certa forma, prisioneiras desses benefícios que elas recebem do senhor.

Outra coisa que nos leva a fazer interrogações é o caso, por exemplo, de D. Severina e também de outra testemunha dizendo que ela era funcionária da Câmara de Vereadores. Pelo que disse aqui, ela recebia um contracheque com valor significativo, considerando o salário de hoje do País. Depois, ela foi retirada do cargo e passou a receber outro contracheque, dessa feita vindo da Prefeitura, em valor bem mais baixo, mas também, de qualquer forma, acima do salário mínimo. Por que ela era tão beneficiada com essas coisas todas, além da casa, da pensão, dos empregos? Por que ela tinha essa atenção do senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Veja bem, a senhora sabe que hoje tudo é o meio de comunicação. Ela trabalhava no meu gabinete, mas não tinha curso de computação. Precisava de uma pessoa mais eficiente e mais capaz. Então, alguém mais capaz foi trabalhar no computador, e ela, com formação menor, foi trabalhar diretamente com a Prefeitura, e não comigo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – O que ela nos disse aqui foi que, na verdade, ela nunca prestou serviços em nenhuma dessas instituições, dessas repartições, que ela, na verdade, prestava serviço para o senhor, limpava, cuidava do barracão, lá no bairro do Coroado. O senhor confirma essas informações?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A gente tem "coleginhos" comunitários. Quando a gente não tem condição, aquelas criaturas ficam trabalhando para a comunidade naquele colégio anexo ao município.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A denúncia que dona Severina fez contra o senhor e que, a princípio, apresentou ao Conselho Tutelar diz que o senhor abusou da filha adolescente dela.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olha, não é verdade isso. Em nenhum momento, passou-me pela cabeça. O que sei é que lá tem almoço do Conselho Tutelar, em que usavam os menores para fazerem determinadas coisas. Lamentavelmente, eles não vivem mais. Não tem nem como provar isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, ouvimos aqui hoje integrantes do Conselho Tutelar daquela área que confirmam as denúncias que dona Severina fez ao senhor e que dizem inclusive outras coisas mais. Publicamente, o comentário que corre lá na área é de que o senhor não havia abusado apenas da filha de dona Severina, mas também de outras meninas daquela região. Se não há denúncia é porque as mães têm medo e, inclusive, fazem pressão para que as filhas também não denunciem. Qual é a explicação que o senhor tem? O senhor vai continuar acusando aqui o conselheiro César, que inclusive já é falecido?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Veja bem, minha senhora, é com todo o respeito que quero lhe dizer que essas declarações são de pessoas que não trabalham e que, quando vêem alguém trabalhar, eles sentem, atacam e procuram jogar pau, pedra na árvore que tem fruto, porque se jogarem no pau pelado não tem nenhum respaldo.

A senhora veja bem, enquanto o Presidente ? estava lutando, ninguém jogava pedra. Mas, agora, se você for juntar as pedras que vão jogar nele, porque ele chegou ao poder, não tem, no mundo, carreta que carregue.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia descrever a esta Comissão como é realizado o ritual lá no seu barracão: as danças, os festejos, as festas, as penitências. Como é que esses atos ocorrem lá na sua tenda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Com muita honra e prazer. A baia consiste no seguinte, na palavra bíblica, "cantai e regozijai em meu nome", porque a Umbanda é uma ciência que tem sincretismo religioso. A penitência é de acordo com o signo. Se a pessoa é do signo de sagitário, ele vai fazer penitência a Oxalá, que é Deus; se aquele ali é do signo de câncer, vai fazer penitência à Iemanjá, que são as águas do mar; se aquele ali é de signo áries, vai fazer penitência a Ogum Guerreiro. E a penitência é rezar o Pai-Nosso, digamos 72 Pais-Nossos, para tirar um irmão ou uma irmã de uma vida maldita, quando estão exatamente fora da lei, porque eu jamais chamaria alguém de bandido. Eu chamo de fora da lei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É verdade que o Senhor dizia para as mães, cujas filhas participavam dos festejos, das danças, das festas, lá na sua tenda, que as meninas deveriam fazer penitência para não se tornarem prostitutas, para não acabarem nos cabarés da vida? É verdade que o Senhor afirmava isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Isso é verdade, porque o nosso maior cuidado era evitar que aquela criança, pro futuro, deixe de ser uma mãe exemplar para ser um delinqüente ou menino fora da lei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Senhor disse, ainda há pouco, que participavam das penitências as pessoas acima de 40 anos. Como é que o Senhor fazia essa afirmação de que as mães tinham que enviar as filhas para as penitências, para não se tornarem prostitutas?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas, as penitências de crianças eram no salão, e a penitência dos adultos era na estrela sagrada, onde não entra criança.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É verdade que o Senhor levava meninas, adolescentes, ainda na puberdade, para participarem dessas penitências, juntamente com o Senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Primeiro, não é verdade isso, porque só pode entrar, como já lhe disse, pessoas de 40 anos, que tem mais respeito pelas coisas divinas. Para as crianças, as penitências são feitas no salão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É verdade que o Senhor levou a filha dA SRA. Severina para um desses momentos de penitência e que lá o Senhor disse para ela ficar pelada, despida, como veio ao mundo, e que depois o Senhor mesmo tirou a sua roupa, mandou que ela se deitasse sobre a estrela, no chão, e o Senhor foi e manteve relações sexuais lá nesta tenda, nesta sala de penitência?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, lá não é uma sala, está bem aí o retrato. Foi...Não dá nem para uma pessoa sentar, quanto mais deitar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, a informação que temos é de que esse ambiente foi modificado, há algum tempo atrás.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – D. Severina disse que foi alterado o ambiente e que provavelmente, na sua simplicidade, ela acha que o ambiente foi alterado exatamente para que o Senhor pudesse ter uma salvaguarda, um álibi, dizendo que o ambiente hoje não comportaria esse tipo de ato. O Senhor confirma essa declaração de D. Severina?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, Senhora. Por que lá foi construído em 1966, e tem o pedreiro que fez. Se precisar, é só mandar intimá-lo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, então, Sr. Sebastião, não confirma a declaração da adolescente de que ela foi obrigada a manter relações sexuais com o Senhor, lá neste local. E foi obrigada porque, no início, o Senhor pôs a sua mão na boca da adolescente, dizendo para ela não gritar e dizendo que, nessa hora, o Senhor dizia pra ela que daria uma casa com tudo dentro. Expressão dela, que o Senhor daria uma casa com tudo dentro para ela, e que ela não deveria falar isso a ninguém, nem mesmo para a própria mãe.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não é verdade. Até porque, hoje, mas amanhã lhe trago o documento que a mãe dela mesmo assinou quando dizia que estava sendo insinuada por alguém do Conselho Tutelar, que era o finado César e mais algumas pessoas que levavam e escondiam no mato para ensinar como me ridicularizar e me acabar, porque havia outro candidato para ajudar.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Sebastião, ela afirma, ainda, que pedia, depois que o senhor tirou a mão da boca da adolescente, para que o senhor parasse e não levasse a termo a relação sexual. Mesmo assim, o senhor insistiu e foi até o final. O senhor nega isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Nego, até porque, veja bem, eu comecei a sofrer de câncer no ano de 1996. Passei por uma operação sem esperança de vida. No ano de 1999, fiz uma radioterapia, conforme está aqui o retrato. (Pausa.) O meu pescoço estava todo queimado. Eu não tinha condição sequer de levantar um peso de cinco quilos. Como eu teria condição de praticar um ato bárbaro e criminoso dessa natureza?

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o nome do médico que cuidava do senhor nesse período?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Aqui era o Pedro João Melo, o **(inaudível)**; era o Sr. Bicão, lá no **(inaudível)**. Meus documentos já estão todos na mão do juiz; quer dizer, o advogado está encaminhando. Em São Paulo, onde fiz a operação, foi na mão do Dr. Paulo Pontes, na laringe e estômago – laringectomia. Fiz um esvaziamento completo e até hoje – ainda lhe adianto mais – a criatura que diz uma história dessa não é um ser humano. Desculpe-me.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a esta Comissão que procurasse os médicos citados pelo Sr. Sebastião, para que possamos obter um parecer de todos durante esse período em que ele está dizendo que estava impossibilitado de exercer qualquer tipo de atividade ou ação nesse sentido.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – E até hoje, minha Deputada, ainda vivo em situação de cuidados. Minha prótese é limpa três vezes por dia. Geralmente, vou a São Paulo e peço para me repousar, porque, certas horas, não resisto.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece D. Maria das Graças?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Conheço.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – D. Neuza?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Conheço.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – D. Nelci?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Conheço.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – E D. Maria Cristina?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Maria Cristina?

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Márcia Cristina, aliás.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. A Márcia Cristina é a mãe de um garoto meu.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Essas senhoras foram ou são suas esposas?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, não são minhas esposas. Eu acabei de dizer: eu tive um, dois ou três filhos com aquela criatura quando eu era jovem; hoje quem tem de mantê-los no colégio e tudo sou eu, até o fim da minha vida.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma sobrinha chamada Joelma?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Veja bem, eu tenho uma sobrinha por nome Joelma que...

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – É filha de quem?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela é filha da finada Vitorinha.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Sua irmã?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Minha irmã, quer dizer, é filha dela, mas ela já é falecida.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – É verdade que o senhor abusou dessa sobrinha quando ainda adolescente e que ela teve uma filha com o senhor que hoje tem entre 11 e 13 anos de idade?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Essa menina que a senhora fala, a Joelma, o Sr. Herbert, junto com esse rapaz do Conselho Tutelar, andaram dando um dinheiro para ela dizer alguma coisa contra a minha pessoa, como aí deve ter alguém, não sei... É uma menina grávida que está ali e que se chama Flávia. Esse mesmo moço propôs a ela R$1 mil para ela dizer que o filho era meu, e ela disse que jamais faria isso, porque o bebê ia nascer e ia ter direito ao DNA, e que ela não ia praticar esse tipo de coisa.

Assim, são centenas de meninas que são... Porque seu Fulano tem um nome, tem um lar e quer viver comercializando criança... Como eu não concordo, levantam todas essas coisas graves em cima de mim.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (Bloco/PT – MA) – A Joelma mora aqui no bairro do Coroado também?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, não senhora.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (Bloco/PT – MA) – Onde ela reside hoje?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não sei. Há muito tempo, há uns 15 anos que ela foi embora.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (Bloco/PT – MA) – É verdade que ela mudou daqui e que a filha ficou morando, se não me falha a memória, com A SRA. Neusa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Na casa de Neusa, não mora ninguém. E, quando a D. Joelma vivia aqui, na verdade, a menina vivia lá, porque a D. Joelma era criatura que não tinha paradeiro. Mas, depois, ela conduziu quando arrumou emprego por lá, onde ela estava, e levou a menina.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (Bloco/PT – MA) – Um dos depoentes nos disse hoje, nesta Comissão, que essa menina, que hoje deve ter de 11 a 13 anos, só não chegou a ser violada pelo senhor também porque D. Neusa não permitia que ela freqüentasse a penitência lá na tenda e que a mãe, Joelma, inclusive, procurou tirá-la daqui, de perto do senhor, para evitar que isso viesse a acontecer também com a filha dela?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Essa pessoa que disse isso deve ser alguma que está paga para falar contra a minha reputação.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (Bloco/PT – MA) – O senhor conhece a senhora apelidada de Pelada?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Conheço, sim, senhora.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (Bloco/PT – MA) – Não é verdade, então, que o senhor abusou de uma filha dela, de uma adolescente filha dessa senhora?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Veja bem: jamais eu faria isso, por nada neste mundo. Não sei por que querem me fazer de bode expiatório com tanta coisa. Sou um homem operado que passou e que ainda passa por tratamento seriíssimo, e chegam a ponto de levantar tanta calúnia.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (Bloco/PT – MA) – O senhor abusou da filha adolescente dA SRA. Ana de Jesus Costa, da filha dA SRA. Ozita e da filha dA SRA. Natividade?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Veja bem: a qualquer uma que, por acaso, chegar a dizer isso, eu peço exame médico-legal, para que comprove tal denúncia, porque jamais eu faria um papel desses.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (Bloco/PT – MA) – Sr. Sebastião, pelo que podemos depreender de tudo o que está dito aqui, o senhor vive cercado

por meninas. As referências que aparecem aqui são dirigidas a meninas. O senhor vive cercado de famílias carentes que o senhor procura ajudar e proteger. Elas dependem do senhor econômica e espiritualmente, já que o senhor é o conselheiro espiritual dessas famílias, é o guia – pode-se assim dizer. E o senhor vem recebendo denúncias de que pratica relações sexuais com essas meninas. Mas o senhor diz para esta Comissão e para a platéia que acompanha os nossos trabalhos que tudo isso foi inventado por uma pessoa que, inclusive, já é falecida, que tudo isso não passa de calúnia.

O senhor não pensa que é muita conversa, que é muita história para levantar contra uma pessoa, uma autoridade, um representante do povo deste município a que o senhor pertence. Como o senhor explica todas essas questões que estamos levantando hoje?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É muito simples. Toda vez que chega perto de política eles botam que morri, joga caixão em televisão, inventando coisas, porque não podem inventar essas coisas, quando vejo que uma eleição que está-se aproximando.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Essas denúncias vêm sendo feitas já há algum tempo. Há algum tempo, a Dª Severina vem denunciando o que aconteceu com a filha dela, buscando justiça para que isso não venha a acontecer com outras meninas da nossa cidade.

O senhor não acha, então, que é muita perseguição, muita maquinação, muita invenção na cabeça dessas pessoas? Olhamos para a Dª Severina, que este Plenário conheceu e ouviu. Ela estava sentada aí onde o senhor está e vemos que ela é uma pessoa muito simples, sem instrução. Portanto, fica difícil acreditarmos que ela seja capaz de inventar tamanha artimanha, tamanha rede de intrigas só para perseguir alguém. Gostaria que o senhor refletisse sobre isso e, quem sabe, resolvesse, neste momento, confessar, falar a verdade sobre os fatos para esta Comissão, para esta comunidade que nos acompanha neste instante.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Se V. Exª quiser botar na minha boca o que devo dizer, eu vou dizer o que a senhora precisar.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Obrigada, Sr. Sebastião. Devolvo a palavra a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sr. Sebastião, o senhor não está obrigado, já que há um processo na Justiça correndo contra o senhor, a produzir nenhuma prova contra si. Agora, o senhor também não pode achar que nós e este pessoal que está aqui somos imbecis e sem inteligência. (Palmas.)

O senhor tem um discurso bem estruturado, do ponto de vista lógico. O senhor é Vereador há cinco mandatos e sabe muito bem bailar com as palavras, talvez pensando naquilo que faz também lá no galpão, ou seja, dança com as palavras. Quando analisamos seu discurso, encontramos as contradições, e vamos revelá-las.

O senhor vai responder apenas sim, não ou recuso-me a responder. Certo? Só responda o que eu perguntar.

O senhor declara todo ano Imposto de Renda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor acrescenta à sua declaração de Imposto de Renda também a declaração dos bens que o senhor possui quando vai entregar à Câmara de Vereadores todo ano?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu levo todos os anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor disse que o denunciaram ao Ministério do Trabalho. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tentaram.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Foi a Dª Severina que o denunciou?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Ela não denunciou; ela ia denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. Foi o dono, o Belo, que o denunciou?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Apenas eles prepararam para denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Se o senhor fica tão preocupado com a ameaça de denúncia do Ministério a ponto de dar uma casa de presente, imagine se as pessoas fizessem uma acusação contra o senhor! Talvez o senhor desse todos os seus bens.

Pergunto ao senhor: no dia 31 de julho de 2000, o senhor doou uma casa à D. Severina Aires? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi registrada em cartório? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Essa casa fica próxima à sua casa.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Defronte da minha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

Auzenir Souza de Araújo trabalha com o senhor também lá no galpão? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A D. Aurenir...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Aurenir.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – ...é médium do barracão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ela trabalha para o senhor. É médium do barracão.

A Josilene Fonseca Costa também é médium do barracão?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela é médium, mas não trabalha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo.

O senhor Vinícius Alves Costa trabalha com o senhor também no barracão? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Trabalha no gabinete. É meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É seu filho. Trabalha no seu gabinete. Foram os três que serviram de testemunha? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

Essa casa o senhor diz que doou de livre e espontânea vontade. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Contradição primeira: o senhor disse que deu de livre e espontânea vontade. Aparece a contradição: a ameaça do Ministério do Trabalho da denúncia fez o senhor doar. Depois vamos analisar.

O senhor disse que deu essa casa porque a D. Severina muito lhe ajudou. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim. Agora, só que ela...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Só isso. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. Só isso. O senhor responda "sim" ou "não". O senhor só responda aquilo que for perguntado. Depois, vou dar um tempo no final para o senhor dizer mais coisas. Mas o senhor responda só "sim" ou "não" ou diga "eu não quero responder", está bom? Para que haja mais tempo.

O senhor disse que resolveu agraciá-la com uma casa. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olha, eu...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim ou não? O senhor disse que...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – ...resolveu agraciá-la com uma casa, certo?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A casa é na Rua São Sebastião, nº 6 – A, sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor fez D. Severina assinar um recibo no valor de R$1.650,00 e só devolveu para a mesma a quantia de R$200,00, sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não, não.

Na Câmara de Vereadores, a D. Severina recebia por serviços prestados a seu gabinete, sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, na Câmara de Vereadores...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim ou não? Na Câmara de Vereadores, ela recebia pelos serviços prestados no seu gabinete, sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – No meu gabinete, quando eu estava na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

Ela ficou quanto tempo no gabinete?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ah, não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não se recorda. Mas o senhor a contratou para ser sua assessora, sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Contratei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Sim, ela foi sua assessora.

É verdade que o senhor era acostumado a assessores assinar um recibo num valor e, depois, as pessoas devolviam o dinheiro para o senhor distribuir com outras pessoas, sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nunca fez isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Nunca fiz isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nunca fez isso.

É verdade que no dia que o senhor assinou essa doação à D. Severina o senhor também fez com que ela assinasse um documento para o senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela assinou, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Esse documento era de que ela tinha recebido a casa ou era outro documento?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, ela recebeu a casa e eu, para que a pessoa entendesse que não era por ameaça do Sr. Herbert, dono do motel...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ah, sim, quer dizer que ela assinou uma declaração dizendo que não era por ameaça do Sr. Belo?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sr. Herbert, sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Herbert Belo. Foi isso que ela assinou? O senhor deu a casa de livre e espontânea vontade, mas pediu em troca que ela assinasse uma declaração dizendo que aquela casa que o senhor estava dando não era por causa da ameaça que o senhor Herbert Belo estava fazendo ao senhor, é isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim? Certo, muito bem. Vamos em frente.

O senhor conheceu o Sr. César, membro do Conselho Tutelar do Coroado?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, ele não era do Coroado, ele era da Conceição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, o senhor conheceu César, que era do Conselho da Conceição? Conheceu?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Conhecia, sim, mas eu não tinha intimidade com ele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo.

É verdade que o senhor fazia acusação de que o Sr. César era acostumado a explorar menores sexualmente, sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olha, isso aí eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não, eu pergunto: sim ou não? O senhor não acusou?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não acusou, mas o senhor diz que o Sr. César se juntou com o Sr. Herbert Belo para denegrir a sua imagem, sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor não conhecia ou pouco conhecia César. O senhor conhece o Sr. Herbert Luca?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Conheço muito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito. Há quanto tempo o senhor o conhece?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Desde que ele chegou para morar ali.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quanto? Mais ou menos dez anos?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mais ou menos uns nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nove anos. O senhor disse que os dois tinham uma peça contra o senhor. Que peça é essa? É essa a acusação?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É que eles sempre criaram problema contra a minha família.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pronto. O senhor diz que o Sr. César, que hoje não pode se defender, porque não existe mais, não está mais aqui, mas o senhor diz que o Herbert Luca é um homem que vive o tempo só pensando em fazer o mal ao senhor ou, então, querendo denegrir a sua imagem. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim, porque ele trabalha com outro político.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Só isso. Só isso o senhor diz aqui.

O senhor alguma vez foi à delegacia e prestou queixa contra César? Prestou alguma queixa contra César?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não senhor. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E prestou queixa contra Herbert Luca?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ninguém é doido de prestar queixa contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não, eu pergunto, o senhor prestou queixa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. O meu sobrinho que prestou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não, o senhor diz "não". O senhor não prestou queixa nem para César, nem para o dono de motel, ou seja, o Sr. Herbert Luca. Porque o senhor chama não de motel, na fotografia, o senhor não chama de motel não, o senhor chama de bordel. Não é isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O nome do bordel, o senhor sabe como é?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É Universidade do Amor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como é?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Está bem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Universidade do quê?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Do Amor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem escrito isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A minha vista não dá mais para ler.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo, está bom. Pronto.

O senhor disse que hoje, no seu termo de compromisso, é um homem divorciado. Não é isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quer dizer, se o senhor é divorciado é porque o senhor se casou.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Casei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Casou com quem?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Com a Dª Romana.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Teve com ela quantos filhos?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Só uma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor disse que teve com outras um relacionamento e teve com elas filhos. O senhor teve relacionamento com Márcia Cristina?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tive sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Com ela o senhor teve quantos filhos?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Um filho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor teve relações com ela quando ela tinha de 13 a 14 anos?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Menas verdade. Dezoito anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Qual foi o ano que o senhor teve relação com ela?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Deve ter sido... Nosso filho está com....

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não diga "mais ou menos" em relação ao ano e o tempo.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não recorda.

O filho de Márcia tem quantos anos?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Deve ter de oito anos mais ou menos, sete a oito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Oito anos. E a idade dela hoje é quanto?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Deve ser de 25 a 28, não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Vamos analisar isso aqui. Mesmo sendo isso aqui, alguma coisa está errada nesse meio, não é?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ah, mas não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Maria das Graças, o senhor teve filho com ela?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tenho sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem. Quantos?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tenho quatro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor viveu com Maria das Graças. Para ter quatro, o senhor não ficou só de uma vez. Esteve quantos anos morando com Maria das Graças?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mais ou menos quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quatro anos. Cada ano era um.

O senhor começou a ter relacionamento com Maria das Graças quando ela tinha quantos anos?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mais ou menos 22, por aí assim, ela tem 40 e poucos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Vinte e dois. As informações são de que todas elas eram menores quando o senhor começou.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor nega que elas eram menores? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não era nenhuma menor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor nega. O senhor também teve um caso com Nelci?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É com ela que eu convivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É essa que é a chamada...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Nelci Silva Lima.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas há um outro nome que o senhor falou: Romana.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Romana foi a primeira com quem eu fui casado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi a primeira.

Nelci é a que vive com o senhor agora?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem quantos filhos?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela tem dois. Ela deve ter 49 anos agora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E Neusa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A Neusa tem três. A mais velha está com 25 anos e já é casada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quantos anos tem a mais velha?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Deve ter de 21 a 25 anos. Eu não sei bem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A filha?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – De 21 a 25. Já é casada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor teve relacionamento com todas elas e teve filhos com elas. Certo? (Pausa.) Certo.

O senhor conhece uma pessoa conhecida por Concentrado?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Parece que ele tem um outro apelido, Faz que Dorme, não é?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu só o conheço como Concentrado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O que o Concentrado faz para o senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Concentrado não é meu empregado. Concentrado é um pedreiro, trabalha sempre, constantemente, em firmas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Ele é um pedreiro, mas ele participa das festas do galpão, não participa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olha, lá participam uns oitenta homens, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas a informação é a de que ele, quando passa do galpão para a estrela – o senhor disse que não pode entrar –, fica como uma espécie de vigia para não deixar ninguém entrar. O senhor confirma isso ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas foi dito aqui que o senhor mandou que aquela com quem o senhor teve um relacionamento – que o senhor diz que não é esposa, mas que tem filhos – transasse com o Concentrado. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhor. Isso é uma denúncia grave.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor somente diga "sim" ou "não".

O senhor conhece Osiléia?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Conheço, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ela é filha de Maria Osita?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor explorou sexualmente Osiléia, filha de Osita? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor abusou de duas menores que, de acordo com a denúncia, são suas filhas? Não vou dizer o nome delas. O senhor teria abusado de duas filhas? O senhor confirma ou nega isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não, o senhor não abusou.

Vou, agora, tratar de uma questão surgida a partir do depoimento prestado por diversas pessoas.

O senhor disse que tem uma entidade que o senhor incorpora. Essa entidade o senhor diz que é o rei Sebastião. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Também o senhor incorporou uma entidade por rei Floriano? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Só rei Sebastião?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Só rei Sebastião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É verdade que quando o senhor incorpora o rei Sebastião o senhor fica sentado em uma cadeira e deixa, ou seja, menores que ficam perto do senhor e diz "se você ficar aqui você vai ser minha mulher"?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A acusação há contra o senhor. Claro que o senhor não vai dizer porque seria prova contra o senhor.

É verdade que o senhor deu R$350,00 para financiar o aborto de uma menor, filha de D. Severina Aires? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. É verdade que, também na prefeitura, a D. Severina tinha um contracheque que foi solicitado pelo senhor para a D. Severina? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É verdade que outras pessoas que trabalham na Tenda do senhor recebem da mesma forma que a D. Severina?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Lá são cinco mil pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. É verdade que as pessoas que fazem a limpeza e preparam também recebem dinheiro da Tenda? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor diz que só as pessoas adultas é que podem passar para o lado da estrela. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O que aparece é que, na realidade, quem passava da porta não eram as maiores, eram as menores. Está lá em vários depoimentos. Não vou perguntar ao senhor, mas está lá nos autos e em vários depoimentos.

Quando o senhor fica encarnado ou se encarna com essa entidade, o senhor já... O pensamento do senhor já não é o pensamento como o senhor está aqui. Muda ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Veja bem, a gente não vê o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor não vê nada, o senhor não tem consciência do que faz quando está com o rei Sebastião?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Nenhuma pessoa tem quando está incorporado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pois é. Esse rei Sebastião que o senhor encarna foi todo esse rei Sebastião que estuprou, que violentou, que explorou sexualmente crianças? O senhor disse "eu não sei de nada do que aconteceu. Quando sou incorporado pelo rei Sebastião não tenho conhecimento do que acontece".

O senhor confirmou isso, que não tem conhecimento do que acontece, porque é uma entidade. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – O rei Sebastião é de luz, não pratica esse tipo...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas o rei Sebastião não sabe. Se ele não sabe o senhor não pode... porque se o senhor nem sabe o que o rei Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas se a gente reza, a gente é espírito...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas eu quero saber. O senhor disse que o rei Sebastião é um rei de luz, mas o senhor não sabe se ele é de luz porque o senhor não tem conhecimento de nada quando está incorporado. O senhor está com uma entidade que diz que está agindo no seu corpo. É assim que acontece?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não senhor. O espírito não se envolve nas coisas materiais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Eu só quero dizer o seguinte: quando o rei Sebastião toma o senhor, quando ele toma o seu corpo, a sua voz não é a mesma ou muda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muda ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas o senhor fez uma pergunta, eu tenho de responder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O rei Sebastião, quando o senhor o incorpora, o senhor muda de voz? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É o seu corpo que está lá?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É o seu corpo que está lá?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Só que a entidade é outra. Não é? Por exemplo, agora o senhor não está na tenda. O senhor é Sebastião de Jesus Costa.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Zezinho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas tem momentos, lá na sua tenda, que o senhor não é Sebastião de Jesus Costa. O senhor é rei Sebastião. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pronto.

Quando o senhor disse que a D. Severina...o senhor começou a dizer que aquela mulher que estava aqui mentia contra o senhor. O senhor confirma isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Que tudo que D. Severina Aires disse não é verdade?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – São coisas montadas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Coisas montadas. E quem monta isso? Luca?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É o senhor Herbert?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Luca tem muito poder, não é.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ele é perigoso. Ai daquele que ofender ele!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Solicito à assessoria que, se tivermos condição, ainda ouvi-lo. Foi ouvido na CPMI. Já foi ouvido pela assessoria.

É o seguinte. O senhor é um vereador e sabe como o discurso político pode ser bem estruturado, como pode ser lógico. As pessoas podem entender e cada um faz o seu. Há uma acusação de que o senhor tenha dito que todos aqueles que fizerem o mal contra o senhor terão o mesmo fim que teve o S.César. Sim ou não? O senhor disse isso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. O senhor disse que esse pessoal que lhe mandou notificação, todo ele, ia pagar por isso? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. Esse lugar que o senhor chama de Estrela era onde funcionava a pedreira? Era onde antigamente era a pedreira?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É onde é até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É a pedreira. Essa pedreira foi usada para tirar material? Como foi?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Essa pedreira é feita com pedra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi o senhor que construiu uma pedreira. É lá onde tem a estrela?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Lá entra o senhor... o senhor não, o rei Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Lá não dá para a pessoa entrar. A gente fechou essa porta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem entra lá não é o senhor, é o rei Sebastião?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Só entra o pecador, o guia não entra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E as meninas entravam? Por isso que as meninas tinham que fazer, antes...Agora entendi. As meninas tinham que fazer a obrigação para se purificar. Quem entra lá tem que se purificar.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Nenhuma menina de menor pode entrar lá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas tem. Ouvi o depoimento, está aqui no processo. O depoimento foi prestado. São as mesmas palavras. Alguma coisa, seu Sebastião, talvez o senhor tenha feito no momento em que estava incorporado pelo rei Sebastião e não se lembra. Mas de fato, as pessoas disseram. Ela disse: "Quem esteve em cima de mim foi o homem que tem aquela mesma(...)" E é essa mesma marca, esse mesmo instrumento que o senhor tem e fala com ele. O senhor fez a cirurgia. Ou seja, ela ouviu o senhor dizer: "Olha, não diga nada do que aconteceu aqui". Disse mais: "Olha, se você deixar fazer, vou dar para você uma casa com tudo dentro." O senhor confirma ou nega essas duas informações?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Isso aí não é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Diga sim ou não!

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não!

Ora, o senhor diz que não, diz que sim, só que, pelo o que o senhor falou, quem naquele momento falava não era o senhor, e o senhor não tinha conhecimento do que acontecia. Ora, é o rei Sebastião; logo, só o rei Sebastião é que poderia responder sim ou não. O senhor disse que não tinha. Contradição que aparece.

Mas vamos continuar.

É verdade que o senhor pagou um ultra-som para verificar se a filha de Dª Severina estava grávida? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não.

O senhor conhece uma pessoa por nome Mauro? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Esse Mauro também freqüenta o seu estabelecimento, a Tenda? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Freqüenta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

Qual é a função dele?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe, ele demora a ir lá, porque ele trabalha no DER.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ele é médium?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É médium.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É médium.

O senhor tem um retrato em que ele está numa tenda com outro homem de branco.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, aí é o meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pronto. Aqui está o senhor, aqui, neste momento, o senhor já não é Sebastião de Jesus, mas é o rei Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhor! Aí estou em repouso, o meu pescoço está todo queimado. Eu não podia fazer nada, eu estava queimado, eu morri.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas quem queimou o senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A radioterapia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A radioterapia. Certo.

E este rapaz daqui?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É o meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É o Vinícius?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É quem trata da minha....

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É o Vinícius. Está ótimo!

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sr. Sebastião, a Dª Severina, cujas palavras o senhor disse que não era verdade, disse que o senhor deu a casa para ela por uma indenização de trabalho. Isso é verdadeiro ou falso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhor, foi uma ameaça que ela fez no Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi uma ameaça. Certo.

Ela não recebeu a casa por causa de indenização do trabalho dela?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu alertei para ela não ir ao Ministério do Trabalho. Foi um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então o senhor deu a casa para dizer: "Olha, Severina, te dou a casa para você calar a boca, para você não ir lá me denunciar". Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – No Ministério do Trabalho. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim.

Para entender, esse rei Sebastião não incorpora sempre. Há uns dias em que vem ou é todo dia?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhor, o rei Sebastião é a entidade mais acreditada no Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas quais são os dias?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ele não tem dia, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não tem dia, depende da hora em que ele estiver...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Depende se chamar em socorro de alguém.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Então depende do dia.

Quando ele chega é que o senhor vai à Estrela. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Nunca vou em Estrela, rei Sebastião.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem vai à Estrela? É rei Sebastião? Quem vai à Estrela? À pedreira? É o senhor ou é o rei Sebastião?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É o médium que vai rezar. Cada vez, chega na porta, porque não cabe ninguém. É que a **(inaudível)**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E para onde vai o rei Sebastião

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – No salão, onde tem mais de 300 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Fica sentado no trono?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É, e uma multidão de gente perto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E é verdade que o senhor, um dia, disse para uma pessoa... Quando o senhor incorpora o rei Sebastião, o senhor fala de tudo o que as pessoas estão sentindo e vivendo. Então o senhor disse para uma pessoa que estava lá: "Você está com Aids". O senhor confirma que disse isso? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olhe, isso aí não é verdade, porque eu não trabalho assim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então o senhor não disse.

Há acusação de que quando o senhor entra para a pedreira a porta é fechada e fica o senhor sozinho com a menor. O senhor confirma ou nega essa informação?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, não podem entrar duas pessoas, só uma. E não pode fechar a porta, porque a gente morre sufocado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É claro que o senhor não se lembra, mas a menor, filha de D. Severina, disse que quando ela quis gritar o senhor colocou a mão na sua boca, impedindo que ela gritasse. O senhor nega essa informação?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Nego, porque isso eu jamais faria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor nega.

Nem todos são médiuns na tenda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Todos são médiuns, agora, uns incorporam, outros vêem, outros só têm intuição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem incorpora? Gostaria de saber mais ou menos a média de quantos incorporam.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Depois de 40 anos já incorpora.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então é com a idade que se incorpora.

Da dança que ocorre lá, participam todos: menino, menina, criança, velho.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Participam. É igual à Igreja Católica.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não é verdade?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É igual para todos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor não faça comentários além do que for perguntado, porque tudo o que o senhor disser além disso poderá revelar contradições e ser usado como prova contra o senhor. Então responda sim ou não. Se o senhor fizer comentários, obrigará a todos nós fazer comentários também sobre o que o senhor diz ou faz. E não é essa a nossa função.

Quando ocorrem as festas das entidades, normalmente o senhor entrega cesta básica para as pessoas da entidade. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Para todos que chegam lá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Para todos há cesta básica.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Essa cesta básica é promessa que se faz.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então o senhor faz isso no dia 13 de junho, não é?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Em toda festa se faz.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Que mais festas o senhor faz?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Em junho e em 27 de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E no dia 8 de dezembro, faz?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quer dizer que só são duas vezes.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E é todo mundo; 5.800 recebem cesta.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, não são 5.800; são as pessoas que passam. A gente sai pedindo nas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas todos os fiéis recebem?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Todos que chegam por lá. Quem é pobre recebe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E o senhor faz uma coleta, depois distribui a cesta para o pessoal.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem distribui é o Sr. Sebastião ou é rei Sebastião?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É o Sr. Sebastião, pois o guia de luz é pobre nas coisas materiais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito bem, não liga para coisa material.

Outra pergunta que faço ao Sr. Sebastião é a seguinte. Foi dito que o senhor chegou a ameaçar a menor, filha de D. Severina, e a sua família, caso elas depusessem contra o senhor. O senhor confirma ou nega essa afirmação?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não ameaçarei uma **(inaudível)**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor nega, não é? O senhor nunca pressionou a família de D. Severina, nem da menor, no sentido de alterar os seus depoimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor nunca pressionou?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor, que tem cinco mandatos e é um homem próximo ao Poder Executivo municipal e tem influência no Legislativo, disse que tem uma empresa de turismo. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Além disso, o senhor construiu uma série de quartos onde o senhor coloca pessoas da entidade para morar lá. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não é só da entidade, é qualquer um.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Qualquer um. E o senhor não cobra nada das pessoas?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não cobro, porque o guia não permite.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como é que o senhor, então... Mas o senhor paga o IPTU de todas essas casas?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olha o IPTU é pago somente das áreas que passam de R$10 mil. As pequenas áreas são isentas por uma lei municipal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas o senhor tem um bocado de casas aí, negócio...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas não é em meu nome. É em nome da Tenda e é utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Ah, sim. Os bens estão em nome da Tenda...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – E é de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É de utilidade pública.

Essa Tenda tem um patrimônio. Por isso que na sua declaração do Imposto de Renda, a pessoa física é isenta de declarar Imposto de Renda. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Como é isenta de pagar IPTU?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas paga água e luz, não paga? Ou é isento também.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Água e luz a gente paga.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas como é que o senhor... Os bens estão em nome da Tenda, certo? Como é que o senhor doa um bem da Tenda para uma pessoa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não é propriamente doado. As pessoas vão para ali até construírem o seu casebre. Eles não passam muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas o senhor doou uma casa à D. Severina.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas essa casa não tem nada a ver. Eu estou comprando da mão da D. Nelci.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim, mas aí o seguinte, aí é que está, o senhor disse que os bens estão no nome da Tenda, que o senhor...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Mas não é tudo que é em nome da Tenda.

O que é da Tenda, é da Tenda; o que é meu é meu.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Vamos ver quais são os bens que o senhor tem? A Tenda é do senhor ou da entidade?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A tenda, a casa é minha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O galpão?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A casa é minha, mas é de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A pedreira é do senhor ou da...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É da mesma Tenda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – A empresa de turismo é do senhor ou é da tenda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É minha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E casa, quais são as casas que o senhor tem?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu só tenho uma, a número 18.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas a casa que o senhor deve ter dado – esta aqui – e a casa que, como o senhor diz... O senhor deve ter dado uma casa para a D. Maria das Graças, deve ter dado uma casa para a D. Nelci, deve ter dado uma para a D. Neuza e deu uma casa para a Márcia Cristina.

O senhor não deu para aquelas pessoas?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, elas constroem, elas trabalham. E com o trabalho delas, vão construindo. Apenas, quando eu posso, eu ajudo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor dá casa para todo mundo, mas para os seus filhos não dá. Ou seja, D. Maria das Graças teve filho. Tem direito de ter uma casa, pela lei. O senhor disse que não deu casa.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu ajudo a construir apenas. Não é dada por mim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – No caso o senhor deu, porque, se o senhor tem o dinheiro e ajudou, é porque o senhor...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu ajudo a construir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Foi o senhor quem construiu a casa para a D. Maria das Graças?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Da Costa Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Também para a D. Neucy?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Também, mas essa está em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Para a D. Márcia Cristina?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Está em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor já tem... Neusa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Está em nome dela porque ela que fez a casinha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor tem um bocado de sobrinhos, um bocado de netas e, assim, como o senhor é um homem generoso em dar casa para quem necessita, também deve ter dado alguma casa para o pessoal mais próximo de sua família. Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor, como político, tem relação de proximidade com setores da Polícia Militar e da Polícia Civil? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então, quando tem algum problema, o senhor não busca nem a Polícia Militar e nem...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu disse que peço socorro, e a polícia vai.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E a polícia vai sempre?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Vai.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E participa também das festas lá?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eles vão para dar segurança.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então, são as Polícias Civil e Militar que dão segurança à sua tenda também? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É porque é muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim. Então, vamos solicitar informação ao comando da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança Pública. A Polícia Militar e a Polícia Civil, que devem dar proteção a toda a sociedade, estão sendo – parte delas – utilizadas para segurança particular ou privada.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não é particular, é só em época de festa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas tem.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A gente pede e vem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor disse que eles dão segurança à sua tenda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não é à minha tenda, é ao povo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas o povo está lá.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Em festa de 20 mil a 30 mil pessoas, tem que pedir segurança.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Na realidade, Sr. Sebastião, essa empresa que o senhor tem a Sebastiãotur...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Sebatur Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quantos empregados o senhor tem lá?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Lá só tem mesmo uma empresa de turismo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quantos empregados tem lá? Cinco, dez, quinze, vinte?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Lá não tem empregados. Quando aparece um contrato, alguém vem, pega o ônibus e vai...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor tem quantos ônibus na sua empresa?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Apenas 4.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem é que dirige esses ônibus?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Lá é assim: alguém quer fazer uma excursão, aí vem, pega o ônibus e, quando volta, tira o lucro e divide, porque eu não gosto de empregado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas quem é que cuida dos seus ônibus? É o senhor mesmo ou tem alguém que cuida da manutenção?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Meus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Quem? Vinícius...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Vinícius, Vitor, Jainara.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor tem um ônibus e não tem nenhum empregado para dirigir. Esses ônibus têm seguro?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Todos os documentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Imagine que o senhor coloca lá uma pessoa que não é da sua responsabilidade, se acontece um acidente, quem é que vai ser responsabilizado? Ou seja, na realidade, não tem ninguém para aqui. Então, vamos solicitar à Delegacia Regional do Trabalho daqui que faça uma inspeção na empresa do Sr. Sebastião de Jesus Costa, para verificar a situação da empresa. É uma empresa registrada? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É, sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pedi também, no setor de registro - deve ser a Associação Comercial -, sobre o negócio de turismo, para verificar o registro dessa empresa e como ela foi registrada: em nome de quem, endereço, função social, etc. É a Junta, não?

Quando alguém o procura precisando de dinheiro, o senhor empresta dinheiro para esse pessoal? Sim ou não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olha, não tenho condição de emprestar, porque não tenho dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – O senhor não empresta?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Há notícia de que o senhor faz agiotagem. O senhor nega?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Deus me livre!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É? O senhor nega?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Nego.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – É claro que, se alguém não toma dinheiro emprestado, o senhor também não tem dívidas?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tenho não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Não. Não tem dívidas. É? Não tem dívidas. Eu retorno a palavra à Deputada Maria do Rosário. Estou sugerindo a V. Exª, como Relatora, já que a maior parte dos bens do senhor ...

Essa tenda está registrada também? Tem CGC?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tem tudo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Então, vamos pedir também a declaração de... Não tem declaração de Imposto de Renda, porque é isento, mas vamos solicitar também informações sobre esse registro, para verificarmos a situação desse patrimônio que está em nome do Sr. Sebastião e outros que estão em nome da tenda.

O senhor tem conta bancária?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olha, a gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Sim ou não? Tem?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – A gente recebe dinheiro como Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pronto, como Vereador. E a entidade tem também conta bancária?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tem, mas custa a entrar dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Certo. Mas tem. Qual é o seu telefone, Sr. Sebastião?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – 243-2459.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem celular?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhor, que eu não tenho condições.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E na tenda? O senhor não tem. Como Vereador, não tem? Mas a Câmara fornece ao senhor o celular?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Celular, hoje, às vezes é mais barato do que outras coisas.

Qual o seu salário como Vereador?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É cinco mil e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Cinco mil e pouco. Esses cinco mil e pouco são de salário, mas o senhor tem também ajuda...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É, as consultas...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem consultas?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Tem alguma ajuda aqui, de algumas pessoas que vão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Tem verba social?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Quando vêm, dão uma cesta. Outros doam um saco de arroz.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Pois é, não tem só o salário. Tem outras coisas também.

Na sua tenda, também tem telefone. Qual o telefone de lá? Ou não tem?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – E nas casas da pessoas que o senhor citou aqui, tem telefone?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Em meu nome, não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Mas tem lá?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Você não telefona para lá, não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, porque eu só tenho esse: 243-2459.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Nós temos que orientar depois, conversar sobre a questão do sigilo fiscal, bancário e telefônico para verificar a situação.

Retorno a palavra à Deputada e, depois, à Deputada Terezinha para que possamos concluir o depoimento do Sr. Sebastião.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sebastião, tivemos aqui o depoimento da D. Severina, que foi muito contundente. A D. Severina esteve aqui conosco, e ela, sem dúvida, tocou a todos nós quando fez o seu relato. Ela foi muito sincera na sua fala, muito objetiva. Vimos que ela se emocionou quando esteve aqui conosco, porque ela teve medo.

Por que a D. Severina tem medo da D. Márcia e do senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela é bem insinuada. Ela já veio treinada pra isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpa. Eu não entendi.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela já veio treinada, segundo ela. Ela disse que ela era uma atriz, que ela sabia fazer a emoção.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela disse isso para o senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela disse não foi só pra mim, pra várias pessoas que estavam lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela disse isso quando ela foi agredida pela sua esposa, pela Márcia?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela nunca foi agredida. O contrário. Ela que, de vez em quando, quer cortar um de facão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o seu contato com essa adolescente desde o momento em que ela foi abordada sexualmente lá na sua tenda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Olha, eu não sei quando ela foi. Eu sei que ela continua entrando lá. Agora, se ela foi, se ela não foi, cabe a ela dizer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o contato que o senhor teve com ela a partir de então? O senhor fala com ela? O senhor tem encontrado essa menina?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela entra no salão. Lá a gente não tem discriminação, não se tem inimigo, não se tem raça nem cor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas por que ela poderia ser discriminada?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, porque a senhora perguntou se podia ter contato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Então, lá é livre arbítrio. Todo mundo pode entrar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela freqüenta o seu salão ainda?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Freqüenta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela tem sido vítima de deboches, de ataques? Ela se sente atingida por desvalorização? Como é que o senhor tem agido em relação a isso? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não está ao meu conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dentro do seu salão, nos arredores?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ninguém ofende ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor comprou essa casa para tentar, então, calar a denúncia que foi feita ao Conselho Tutelar?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já que não houve denúncia...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não foi no Conselho Tutelar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já disse. Deixe-me dizer uma coisa...

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela ia denunciar ao Ministério do Trabalho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já respondeu essa pergunta ao Deputado Couto. O Deputado Luiz Couto lhe perguntou, e o senhor respondeu "não". Houve alguma denúncia no Ministério do Trabalho, na Delegacia Regional do Trabalho?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não houve?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não. Tentaram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não houve denúncia contra o senhor?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas houve uma denúncia no Conselho Tutelar. O senhor estava muito preocupado com a denúncia no Ministério do Trabalho. O senhor estava preocupado com a denúncia no Ministério do Trabalho?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora. É porque eu sou político e não quero que alguém leve a minha imagem lá fora negativa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, o senhor estava preocupado com a denúncia no Ministério do Trabalho?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Qualquer denúncia, a pessoa se preocupa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a denúncia no Conselho Tutelar lhe preocupou?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, eu não sei se houve denúncia no Conselho Tutelar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem conhecimento de denúncia contra o senhor no Conselho Tutelar?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem conhecimento de inquérito contra o senhor? De processo contra o senhor? O senhor tem advogado constituído?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ah, o inquérito, eu tenho, mas não foi do Conselho Tutelar. Foi do Sr. Herbert. Foi ele que mandou o Conselho Tutelar fazer isso, porque o Conselho Tutelar obedece realmente a ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas quem fez a denúncia contra o senhor no Conselho Tutelar?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Foi o Hebert que chamou. Inclusive se encontrava ele e o Sr. César lá no motel. Fechavam as portas e, lá, armavam tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Sebastião, é o seguinte: exatamente no dia em que estava marcado para a D. Severina ir até o Conselho Tutelar, o senhor assinou essa declaração de que a casa ficaria pra ela.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que isso é uma coincidência?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu nem sabia do Conselho Tutelar nessa época. Nem sabia, nem sonhava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que soubesse. Mas então eu lhe informo: no mesmo dia, na mesma tarde em que ela estava agendada para ir para o Conselho Tutelar. Se o senhor não tinha conhecimento.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não tinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nem leu os processos? Não teve acesso a eles?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não tive, nem peguei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, vou lhe informar. Foi na mesma data, no mesmo dia, em que ela era esperada no Conselho Tutelar, ela foi possivelmente ao cartório de Alvimar, Braúna, 4º Ofício de Notas. Está aqui a sua assinatura, com as testemunhas, quando o senhor diz, no documento, citando número de identidade e de CPF da Dona Severina Aires, que estava repassando a ela, porque ela muito lhe ajudou.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, na mesma data.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Bem, eu não podia saber o que estava acontecendo. Eu fiz o meu papel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, então, com a mesma determinação do Deputado Luiz Couto, eu lhe pediria que o senhor dissesse sim ou não. O senhor não teve conhecimento da gravidez?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Em nenhum momento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Dona Severina se dirigiu ao senhor, pediu-lhe dinheiro, e não disse que era para um aborto?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Ela nunca me pediu dinheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Apenas ela me disse que a menina estava doente. E nada mais eu soube.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não sabia que ela estava grávida?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, o depoimento é muito claro de que o senhor sabia da gravidez, de que o senhor pagou o aborto. Peço, mais uma vez, que o senhor me responda, que confirme ou não. O senhor não pagou o aborto?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – De jeito nenhum. Eu jamais faria isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não pagou R$350?

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, eu não tenho mais questões. Quero lhe dizer que estou absolutamente convencida da veracidade, porque há algo que assim me diz. O senhor é um homem que acredita na sua entidade. Cada um de nós acredita, tem a sua fé. Eu respeito. A nossa CPMI tem absoluto respeito pela crença religiosa de cada um. Mas, antes de tudo, temos o respeito humano que nos une, inclusive, como brasileiros, com a liberdade de religião que temos. Em nenhuma medida, queremos desconsiderar essa sua devoção e essa sua liberdade. No entanto, quero lhe dizer que acredito em uma menina de treze anos. Eu acredito em uma menina que hoje tem quinze anos; acredito que ela foi vítima de violência sexual; acredito no que ela disse. (Palmas.)

Eu coloco fé, a minha fé, no depoimento dela de que ela foi vítima da violência. Ela nos relatou que estava escuro, que o senhor pediu que ela tirasse completamente a sua roupa, que ela teve dificuldade, sim, de lhe ver no escuro, mas que ela ouviu a sua voz; que até por uma característica pessoal que o senhor tem, talvez por uma situação peculiar sua, que respeitamos,

de saúde, inclusive, é uma voz particular. E não poderia ser confundida com nenhuma outra, de qualquer outra pessoa. Essa menina ficou grávida; ela foi levada a um aborto e esse aborto foi realizado em circunstâncias absolutamente dramáticas e trágicas. Então, essa menina foi levada a um processo de revitimização total, de destruição pessoal. E ainda se quer dizer que ela não diz a verdade! Eu quero dizer olhando nos seus olhos: eu acredito na menina e não estou acreditando no senhor! (Palmas.)

Não tenho mais perguntas ao senhor. Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto, para que ele faça as suas considerações. Deputado Luiz Couto, não tenho mais perguntas a esse senhor.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – É um direito que lhe assiste.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois, o senhor fala ao Deputado Luiz Couto. O Deputado Luiz Couto fez uma série de solicitações, que serão deferidas pela CPMI, com certeza, e pelos fatos, pelo conjunto de questões que o Deputado, inclusive, solicitou aqui, teremos uma abordagem que poderá objetivamente esclarecer aquilo de qual já temos consciência, que é a violência sexual existente contra essa adolescente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Concedo a palavra à Deputada Teresinha, se V. Exª deseja fazer alguma indagação.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu posso ir ao banheiro?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Depois, o senhor vai falar.

O SR. SEBASTIÃO DE JESUS COSTA – Eu gostaria de ir ao banheiro rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Solicito a presença da segurança, para acompanhar o Sr. Sebastião ao banheiro. (Pausa.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 13ª Reunião, realizada 18 de setembro de 2003.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às onze horas e cinqüenta e três minutos, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares, Deputada Maria do Rosário, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Eduardo Azeredo, Senador Flávio Arns, Senadora Fátima Cleide, Senador Augusto Botelho, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Suely Campos, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Maurício Rabelo, Deputado Luiz Couto, Deputada Almerinda Carvalho, Deputada Thelma de Oliveira e Deputada Alice Portugal, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN *"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil"*. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente Reunião Administrativa realizar-se-á em caráter reservado. Dentre os diversos assuntos tratados, a Senhora Presidente solicita a apresentação por parte do Corpo Técnico da Assessoria da Comissão a respeito das quatorze situações que esta Comissão investigará no decurso dos seus trabalhos, detalhando caso a caso por cidade e seus respectivos Estados, bem como relatando a respeito das diligências efetuadas e as sugestões das providências a serem tomadas pela Comissão, sendo aprovado por unanimidade dos membros. Prosseguindo, foi apresentado um calendário das futuras atividades da CPMI, sendo acordado entre os membros da CPMI que a Assessoria Técnica iria realizar algumas alterações e posteriormente a Secretaria da Comissão faria a distribuição aos membros do calendário juntamente com o quadro contendo as quatorze situações deliberadas. A seguir, a Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para dar início à leitura dos Requerimentos a seguir relacionados: **1)** Requerimento nº 078/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer investigação específica da Polícia Federal, uma vez que há justificada suspeita de privação de liberdade à respeito de denúncias sobre as adolescentes MJCL e JCL, da cidade de Codó, no Estado do Maranhão, que envolve o Deputado Estadual Camilo Figueiredo; **2)** Requerimento nº 079/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer a imediata abertura de Processo de investigação na Polícia Federal, bem como, o preliminar pedido de quebra do sigilo telefônico do Deputado Estadual Camilo Figueiredo; **3)** Requerimento nº 080/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer seja solicitado ao Juiz da 4ª Vara Criminal de Campina Grande, Estado da Paraíba, cópia do Processo nº 001.2001.003.905-3, que tramita

naquela Comarca; **4)** Requerimento nº 0**81**/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja remetida a esta CPMI, cópia da matéria sobre exploração sexual em Blumenau, Estado de Santa Catarina, veiculada nos dias 21 e 22 do corrente, visando a procedência das investigações; **5)** Requerimento nº 0**82**/2003, de autoria da Deputada Thelma de Oliveira, que requer seja encaminhado ao Delegado de Polícia Federal, Dr. Ramon Almeida da Silva, solicitação de cópia dos autos do Processo que investiga rede de Pedofilia na Internet em Tangará da Serra, no Estado de Mato-Grosso, envolvendo um Professor e um Empresário; **6)** Requerimento nº0**83**/2003, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que requer seja solicitado a Polícia Federal, o acompanhamento detalhado e sistemático do desembarque de estrangeiros, nos Portos e Aeroportos de todo o Território Nacional, durante o período que compreende a alta temporada com vistas a coibir, a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil; **7)** Requerimento nº 0**84**/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer seja oficiado ao órgão de registro de Empresas de Turismo do Estado do Maranhão e a Embratur, a fim de transmitir a esta CPMI a situação do registro da Empresa Sebastião Tur, do Senhor Sebastião de Jesus Costa e sua função social; **8)** Requerimento nº 0**85**/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer seja solicitado a Receita Federal, informações a esta CPMI, sobre a situação atual do CNPJ da Tenda Espírita São Sebastião do Vale da Natureza, de responsabilidade do Senhor Sebastião de Jesus Costa e com localização em São Luiz, Estado do Maranhão; **9)** Requerimento nº 0**86**/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer que a Receita Federal transfira a esta CPMI, cópias das Declarações de Imposto de Renda do Senhor Sebastião de Jesus Costa, referente aos exercícios de 1998 a 2003; **10)** Requerimento nº 0**87**/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer seja oficiado a Delegacia do Trabalho do Estado do Maranhão, a realização de inspeção da Empresa Sebastião Tur, do Senhor Sebastião de Jesus Costa e que transfira o produto dessa inspeção a esta CPMI; **11)** Requerimento nº 0**88**/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer seja oficiado à Polícia Federal a fim desta, considerar os casos dos meninos emasculados no Maranhão, aliado aos ocorridos em outros Estados, como parte de investigação Federal, e crie força tarefa para apurar esses fatos; **12)** Requerimento nº 0**89**/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a transferência para esta CPMI, do sigilo bancário, fiscal e telefônico, referente aos últimos três anos, dos denunciados por exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, a seguir listados: Walter de Oliveira Mafra, Nelson da Silva, Paulo César da Silva, José Carlos Terassi, Carlos Alberto Rossi, João Batista Pelegrini, Laércio Natal Storti, Gerson João Pelegrini, Edvaldo Biffi, Luiz Gonzaga Mantovani Borceda, João Lázaro Batista, Luis César Lanzoni, Luiz Dozzi Tezza, Vânia Regina Alves dos Santos, Roberto Dias Pinto, Ivo de Oliveira Capioglio e Albino Bruno Júnior; **13)** Requerimento nº 0**90**/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a Juíza de Direito da 1ª Vara Judicial de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, autorização para efetuar busca e apreensão das mídias que possa conter os dados armazenados nos computadores da Câmara Municipal de Porto Ferreira, que foram manejados por denunciados por exploração sexual de crianças naquele Município, a seguir listados: Walter de Oliveira Mafra, Nelson da Silva, Paulo César da Silva, José Carlos Terassi, Carlos Alberto Rossi, João Batista Pelegrini, Laércio Natal Storti, Gerson João Pelegrini, Edvaldo Biffi, Luiz Gonzaga Mantovani Borceda, João Lázaro Batista, Luis César Lanzoni, Luiz Dozzi Tezza, Vânia Regina Alves dos Santos, Roberto Dias Pinto, Ivo de Oliveira Capioglio e Albino Bruno Júnior; **14)** Requerimento nº 0**91**/2003, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer seja efetuada novas diligências na cidade de Belém, a fim de que possam ser aprofundadas as denúncias que foram relatadas durante as diligências realizadas entre os dias 28 e 29 de agosto do corrente, juntando-se a este, as propostas formuladas pelo Relatório da Técnica desta Comissão, Senhora Itamiram Rocha já em poder desta CPMI. Requer ainda que sejam diligenciados, conforme denúncia do Jornalista Mauro Neto – Redator do Jornal "O Liberal", os Classificados de Jornais, porque existem agenciadores de meninas que divulgam como serviços a sua exploração por meio dos classificados, e, **15)** Requerimento nº 0**92**/2003, de autoria da Terezinha Fernandes, que requer sejam tomadas as providências cabíveis para convocação do Deputado Estadual Camilo Figueiredo, da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, a comparecer a esta Comissão, para prestar informação acerca de caso já pautado quando da Audiência Pública, realizada no dia quatro de setembro do ano em curso, em São Luiz, Estado do Maranhão. A Senhora Presidente coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 14ª Reunião, realizada 24 de setembro de 2003.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às onze horas e cinqüenta e três minutos, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares Deputada Maria do Rosário, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Ana Júlia Carepa, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senador Flávio Arns, Deputada Laura Carneiro, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Celcita Pinheiro, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Mauricio Rabelo, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Almerinda de Carvalho, Deputada Thelma de Oliveira e Deputada Alice Portugal, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN** ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente Reunião Administrativa realizar-se-á em caráter reservado, tendo como depoente a adolescente VOR., que se encontra protegida pelo Programa de Proteção à Testemunha. A seguir, a Senhora Presidente determina à Secretaria que faça entrar no recinto a depoente que já preencheu e assinou o Termo de Compromisso, passando a qualificá-la. A Presidência solicita aos Senadores membros que para segurança da testemunha, a mesma passará a ser denominada pelo codinome de "Priscila". A Senhora Presidente concede a palavra inicialmente a Relatora, Deputada Maria do Rosário para dar início aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra, pela ordem, para inquirir a depoente os Senhores Parlamentares: Deputado Luiz Couto, Deputada Sandra Rosado, Deputada Almerinda de Carvalho, Deputada Thelma de Oliveira e a Deputada Laura Carneiro. Após o depoimento da convocada, a Deputada Laura Carneiro solicita à Mesa dos Trabalhos que seja oficiado ao Ministro Nilmário no sentido de solicitar-lhe a permanência da adolescente no Programa e que a mesma também passe a ser testemunha desta CPMI, sendo acatado pela maioria dos seus membros. A Presidência agradece a depoente pela colaboração prestada a esta Comissão, dispensando-a. Em seguida, a Presidência concede a palavra a Senhora Relatora para dar início à leitura dos Requerimentos abaixo relacionados: **1)** Requerimento nº 0**93**/2003, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que requer a realização, por Assessores desta CPMI, de diligência na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, a respeito de denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes nesse Estado, formuladas pela depoente VOR, objetivando obter agendas pessoais desta testemunha que estariam guardadas por seus familiares. E, a fim de operacionalizar essa diligência, requer-se ainda a expedição de ofício à Gerência do Programa Federal de Proteção à Testemunha na pessoa da Sra. Nilda Turra solicitando sua cooperação no sentido de contatar e sensibilizar os familiares de VOR, com o propósito de propiciar a entrega das referidas agendas, até a data do dia 26 de setembro do ano em curso; **2)** Requerimento nº 0**94**/2003, de autoria da Senadora Patrícia Fernandes, que requer a realização por Assessores desta CPMI de diligência na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, nos dias 25 e 26 de setembro do corrente ano, a respeito de denúncias sobre tráfico internacional e venda de crianças e adolescentes, sobre tráfico internacional e venda de crianças e adolescentes, entre outros fatos de violência e exploração sexual envolvendo esse Estado, convidando para depor, a Regina Rupp, Carlos Alberto Sfeir, Ubaldo Aparecido Fortunato, Cida Donatti, Capitão Alves Neves, Marly Kaiper, Vera Bogalho, Adriana Bannar, Juíza Maria Isabel, a Profissional do sexo conhecida por Zazá, a Psicóloga Suzete, Anita e Elmo (da equipe de investigação do COMCEX), Conselheira Cidoca, Bárbara (Coordenadora da Política Pública da Mulher), e Estela Scandola; **3)** Requerimento nº 0**95**/2003, de autoria da Deputada Thelma de Oliveira, que requer Audiência Pública, no mês de Novembro próximo, na cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, para que esta CPMI possa ouvir os envolvidos no Inquérito instaurado pela Polícia Federal; **4)** Requerimento nº 0**96**/2003, de autoria da Deputada Thelma de Oliveira, que requer sejam convidados para prestarem esclarecimentos sobre a situação no Estado de Mato-Grosso, da exploração sexual infantil, o Promotor da Vara da Infância e da Juventude, Doutor José Antônio Borges Pinheiro e a Senhora Maria Roseli Rodrigues Pinheiro Cândido, representante da Pastoral da Mulher Marginalizada, nessa CPMI, em data a ser previamente agendada; **5)** Requerimento nº

097/2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer Audiência Pública na cidade de Belém, Estado do Pará, com o objetivo de ouvir autoridades e entidades da sociedade civil da região, sobre o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual na Amazônia; **6)** Requerimento nº098/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer sejam convidadas a Senhora Maria José de Freitas e a Sra. Genilza Marreiro de Freitas, para deporem a esta CPMI, em Brasília-DF, no Senado Federal, em data a ser agendada, a respeito da exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo; **7)** Requerimento nº 099/2003, de autoria do Deputada Alice Portugal, que requer Audiência Pública na Assembléia Legislativa da Bahia; **8)** Requerimento nº 0100/2003, de autoria da Deputada Thelma de Oliveira, que requer diligência nos dias 25 a 30 do presente mês, nas cidades de Passo Fundo e, Porto Alegre do Estado do Rio Grande do Sul, pra ouvir depoimentos dos Senhores Delegado Paulo César Jardim, Delegada Iliete Rodrigues, Psicóloga Suzana Braum, Delegado João Antônio Leotti, Delegada Ivone Cataneo, Delegado Paulo Machado, Promotora Maria Cristina Cirme e Promotora de Justiça Criminal de Passo Fundo Mario Luiz Guadagnin; **9)** Requerimento nº 0101/2003, de autoria da Deputada Thelma de Oliveira, que requer a realização de diligência pela Assessoria Técnica desta CPMI, com o objetivo de investigar denúncias sobre a exploração sexual nas cidades de Cuiabá, Cáceres e Tangará da Serra, para preparação de Audiência Pública, a ser realizada no Estado de Mato Grosso, onde serão ouvidas as seguintes pessoas: Aluízio de Anunciação, Arilce Auxiliadora Amorim, João Batista Lelis, Maria Rosely Teixeira, Dr. Aristeu Dias Batista Vilela – Juiz de Tangará da Serra, Dra. Ana Luiza Ávila B. de Souza – Promotora de Tangará da Serra, Dr. Paulo Toledo Ribeiro Júnior – Juiz de Cáceres, Dr. Joilson de Campos Maciel – Promotor de Cáceres o Dr. Ramon Almeida da Silva, Delegado da Polícia Federal de Cuiabá/MT; **10)** Requerimento nº 0102/2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer diligência na cidade de Porto Velho, Capital de Rondônia, para apurar fatos que apontam para uma rede de pedofilia no Município, seja realizada junto às seguintes autoridades: Almir Rogério Gomes Rocha – Chefe do Comissariado da Infância e Juventude, Dra. Sandra Leani Vieira – Promotora de Justiça da Infância e Juventude, Dr. Valdecir Castellar Citton – Juiz da Infância e Juventude, Dra. Walkyria Vieira Boaventura Monfroi – Delegacia da Mulner, Dra. Elza Aparecida – Delegada de Proteção à Criança e ao Adolescente, Dr. Edivaldo Gênova – Corregedor de Polícia Federal, Dr. Marcos Aurélio de Moura – Superintendente da Polícia Federal e a Dra. Denise Campos – Juizado da Infância e Adolescente; **11)** Requerimento nº 0103/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a realização de Audiência Pública em Campo Grande/MS, para ouvir os Senhores: Luiz Otávio Flores da Anunciação, José Luiz Barbosa, César Disney Amaral Romero, Robson Martins, C S A (17 anos), D N M S (13 anos), R S S (14 anos), E V D R C (15 anos) e Maria Iza de Arruda Campos, depoimentos capazes de esclarecer a situação de redes de exploração sexual que atual no Estado; **12)** Requerimento nº 0104/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a realização de Audiência Pública em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, convidar Ruy Muggiatti, Maurício Cirino dos Santos, Marcelo Maggio, Margareth Matos de Carvalho, Adriana de Vargas, Adriana Grazielli Soligs, Roseli Andrade da Silva e Simone Faria da Silva, e convocar Arveni Vargas, a fim de esclarecerem a situação das redes de exploração sexual que atuam na região da tríplice fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina; **13)** Requerimento nº 0105/2003, de autoria da Deputada Suely Campos, que requer diligência, para apurar denúncias veiculadas no Jornal Folha de Boa Vista, edição de 04 de fevereiro de 2003, conforme cópias anexas, sobre a falsificação de documentos de menores envolvidos em casos de exploração sexual, denúncias estas efetuadas pelo Senhor Rocardison Gomes, Coordenador Estadual do Programa Sentinela em Roraima, programa este coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social – SETRABES; **14)** Requerimento nº 0106/2003, de autoria da Deputada Suely Campos, que requer diligência à cidade de Boa Vista/RR para apurar denúncias veiculadas no Jornal Folha de Boa Vista, edição de 04 de fevereiro de 2003, conforme cópias anexas, sobre a falsificação de documentos de menores envolvidos em casos de exploração sexual, e na oportunidade sejam ouvidas as seguintes pessoas: Ricardison Araújo Gomes – Coordenador Estadual do Programa Sentinela em Roraima, Socorro Santos – Coordenadora Municipal do Programa Sentinela em Boa Vista, Ivonilde Pinheiro Salucci – Pastoral da Diocese e Lília Maria Cruz de Almeida – Conselheira Tutelar; **15)** Requerimento nº 0107/2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer diligência na cidade de Guajará-Mirim, em Rondônia, fronteira com a Bolívia, destinada a investigar, por meio de depoimentos e coleta de informações, rede de exploração sexual para aquele País e Estados vizinhos. A rede foi denunciada em reportagem da revista Isto É, publicada em maio de 2002, e identificada pela PESTRAF, principal documento que ensejou a criação desta CPMI. Para

tanto, solicito que a diligência seja efetuada junto às seguintes pessoas: Rosângela Marsaro do Vale – Promotora de Justiça da Infância e Adolescência, Dr. Edvino Preczevski – Juiz da Infância e Adolescência, Dra. Simone Pereira – Delegada da Mulher e da Criança, Dr. Ronaldo Guilherme Campos – Delegado da Polícia Federal, Dr. Flávio Derzert da Mota – Comandante da Polícia Militar, Dr. Fernando Oliveira – Delegado da Polícia Civil e a Sra. Isabel Costa Hayden – Funcionária Pública Municipal; **16)** Requerimento nº 0**108**/2003, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que requer o deslocamento da CPMI para o Estado do Acre, para averiguar denúncias de exploração sexual sofrida por crianças e adolescentes; **17)** Requerimento nº 0**109**/2003, de autoria do Deputado Luiz Couto, que requer a realização por Assessores desta CPMI de diligência na Cidade de Campina Grande e João Pessoa, no Estado da Paraíba, a respeito de denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes nesse Estado. Será tomados depoimentos das seguintes pessoas: Joelson Lourenço da Silva e Josemir Fernando de Oliveira da Silva, funcionários da Prefeitura Municipal da Cidade de Cabedelo, Irmão Mário Fortuna e Enalva Chaves Novaes, representantes da Pastoral do Menor, Roseana Cavalcanti, Coordenadora do Projeto Sentinela, Ana Cleide, Secretária de Assistência Social do Município de Campina Grande, Dra. Polyana de Medeiros Fernandes Pimenta, Delegada da Polícia Federal de Campina Grande, Coordenadora de investigações sobre exploração sexual de criança e adolescentes, Josivaldo Farias de Albuquerque e Francinaldo Silva, Conselheiros Tutelares da cidade de Bayeux, na gestão anterior. e **18)** Requerimento nº 0**110**/2003, de autoria da Senadora Patricia Saboya Gomes, que requer convidar a Vereadora Maria Tereza Angelucci Silva e a Conselheira Tutelar Neuza Conceição de Jesus Silva, ambas de Porto Ferreira/SP,para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de "Exploração Sexual", em data a ser agendada posteriormente, à respeito dos casos de exploração sexual sob investigação em Porto Ferreira/SP. Após, a Senhora Presidente coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calhão*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 15ª Reunião, realizada 2 de outubro de 2003.

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às quinze horas e quarenta minutos, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senadora Fátima Cleide, Deputada Ann Pontes e a Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN *"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, esclarecendo aos presentes que a Audiência Pública destina-se a ouvir diversos depoimentos, tanto em caráter público como em caráter reservado, tendo em vista os fatos de "exploração sexual de crianças e adolescentes no País". Em seguida, a Presidência faz uma explanação sobre os trabalhos da CPMI e como as situações de exploração de crianças e adolescentes estão ocorrendo em diversos Estados brasileiros, agradecendo ao Presidente e Vice-Presidente da Assembléia Legislativa Estadual, assim como ao Deputado Pedro Teruel, pelo apoio dado aos trabalhos ora desenvolvidos, agradecendo também, aos Organismos Não-Governamentais quanto aos trabalhos em prol das crianças e adolescentes. Fizeram parte da Mesa dos trabalhos, a convite da Presidente, os Deputados Estaduais de Campo Grande, Celina Jallad, Simone Tebet, Sérgio Assis e Pedro Kemp. A Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Relatora, que também faz um breve relato aos presentes sobre os trabalhos desta Comissão e sobre as expectativas geradas pela sociedade civil com o resultado da Comissão. A Presidente informa aos presentes que a Reunião será continuada de forma pública, para ouvir os Organismos e Entidades que se encontram no recinto, convidando a Deputada Thelma de Oliveira para assumir os Trabalhos da Mesa e, também convida a Deputada Ann Pontes para funcionar como Relatora "ad hoc", em razão da Senadora Patrícia e da Deputada Maria do Rosário terem que se ausentar para tomadas de depoimentos de caráter reservado em outro ambiente. Após, a Presidência concede a palavra às Entidades e Representantes de Organismos, a seguir relacionadas, para que as mesmas possam prestar os seus esclarecimentos quanto às situações de "exploração sexual de crianças e adolescentes", mediante a visão de cada uma das Entidades que se fizeram presentes: Maria da Graça

Amaral Silva – Centro de Defesa dos Direitos Humanos "Marçal de Souza"; Maria Carmem Matsunaka Carlino – Coordenadora do Fórum do Colegiado Nacional dos Conselheiros Tutelares; Maria Rosana Rodrigues Pinto Gama – Coordenadora Especial Políticas Públicas para a Mulher; Alfredo Fagundes – Conselho Tutelar da Região Sul de Campo Grande, Dra. Adriane Perondi – Promotora da Infância e Juventude, Mônica Sueli Nonato de Castro – Presidente do CMDCA de Campo Grande e a Coordenadora do Programa Sentinela de Campo Grande/MS. Retornando, a Senadora Patrícia Sabóia e a Deputada Maria do Rosário reassumem as suas funções, determinando a Secretaria que faça entrar no recinto o Vereador César Disney Amaral Romero, que já preencheu e assinou o Termo de Compromisso, que a Presidente passa a lê-lo, qualificando-o. Em seguida, a Presidência concede a palavra a Senhora Relatora para proceder aos questionamentos ao depoente. Fizeram uso da palavra as Senhoras Parlamentares Senadora Fátima Cleide, Deputada Ann Pontes e a Deputada Thelma de Oliveira. Após, a Senhora Presidente determina a Secretaria que fizesse entrar no recinto do Plenário o depoente, Vereador Robson Leiria Martins, que também preencheu e assinou o Termo de Compromisso, qualificando-o e, em seguida, concedendo-lhe a palavra. A Presidência, passa a palavra a Senhora Relatora para proceder aos seus questionamentos ao Vereador Robson. Após, fizeram uso da palavra para questionar o Vereador, os Senhores Parlamentares: Deputada Thelma de Oliveira, Deputada Ann Pontes ea Senadora Fátima Cleide. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião de Audiência Pública, no Estado de Mato Grosso do Sul, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 02, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de investigar as situações de violência e de rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Gostaria, antes de iniciar esta audiência pública, de registrar a presença das autoridades que participam desta reunião. Agradeço ao Deputado Teruel, que desde o primeiro momento colocou a Assembléia Legislativa inteiramente à disposição desta CPMI, para que, aqui no Mato Grosso do Sul, pudéssemos também trazer a nossa colaboração no sentido de proteger crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual.

Agradeço ao Vice-Presidente, Deputado Braga, que se encontra presente, e a todos os outros Parlamentares, homens e mulheres. Registro a presença da Exmª Srª Maria Isabel de Matos Rocha, Meritíssima Juíza de Direito da Primeira Vara da Infância e Juventude, representando, nesta ocasião, o Sr. Desembargador Rubens, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; o Exmº Sr. Jorge Tadashi, Meritíssimo Juiz Substituto da Segunda Vara da Infância e Juventude Criminal; A SRA. Drª Maria Elizabete Dias Marques, Promotora de Justiça e Coordenadora Estadual da Associação Brasileira do Ministério Público, representando o Ministério Público Estadual.

Cumprimento e registro a presença da Deputada Maria do Rosário, Relatora desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Registro a presença de outras Parlamentares presentes, da Senadora Fátima Cleide, da Deputada Thelma de Oliveira e da Deputada Ann Pontes.

Registro a presença da Exmª Srª Eloísa Castro Berro, Secretária de Estado do Trabalho e da Assistência Social e Economia Solidária, representando o Exmº Sr. Governador do Estado do Mato Grosso do Sul.

Esclareço o Plenário que a presente reunião de audiência pública destina-se a ouvir diversos depoimentos sobre fatos que envolvem a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes de todo País. Antes de passar a palavra aos outros componentes e membros da CPI, gostaria de fazer um breve relato sobre aquilo que estamos fazendo e sobre o que desejamos, ao final da CPI: entregar à sociedade de todo o País um trabalho feito de forma muito minuciosa, muito mais do que isso, de uma forma bastante carinhosa por todos os vinte e dois membros desta CPMI, que têm dado grande parte do seu tempo, da sua história política em busca de defender os direitos de crianças e adolescentes.

Esta CPI surgiu de um debate amplo, amadurecido, buscando envolver toda a sociedade civil organizada, que também tem dado uma grande contribuição a toda sociedade brasileira, estando sempre atenta na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Instalamos esta CPI exatamente com esse objetivo.

Desde o dia 12 de junho a CPI está funcionando. Temos um prazo até dia 12 de dezembro, com a possibilidade, evidentemente, se for necessário, da sua prorrogação. Temos procurado, com alguns critérios, propostas e planos de trabalho, ouvir todas as denúncias relacionadas aos casos de formação de redes de exploração comercial sexual de crianças e adolescentes.

Esta CPI tem buscado trabalhar no País inteiro, nas cinco regiões do País. Nós nos distribuímos – os membros da CPI – por essas cinco regiões, a fim de ouvir os casos de exploração sexual. Escolhemos, de acordo com o que foi votado inclusive nas nossas reuniões, em Brasília, um plano de trabalho, que selecionou quinze casos em todo o Brasil. Isso foi feito no sentido de agilizar, para que esta CPI possa o mais rápido possível ter uma resposta concreta. O fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno bastante complexo que tem, infelizmente, tomado conta do nosso País inteiro, tem se alastrado, tem aumentado muito.

Portanto, também gostaria de agradecer aos senhores e às senhoras que participam desta audiência pública, certamente todos com o intuito de colaborar e de ajudar a acabar de uma vez por todas com este que é um dos piores dramas do nosso País, a violação dos direitos de crianças e adolescentes. Apesar de sabermos que temos um dos estatutos e das leis mais avançadas do mundo, infelizmente, o nosso estatuto, na prática, no dia-a-dia, acaba sendo violado por diversas personalidades da nossa sociedade.

O nosso objetivo é de dar uma resposta à sociedade sobre esse drama tão cruel que atinge milhares e milhares de crianças em todo o nosso País. Nós que somos membros desta CPI, a cada dia ficamos mais indignados com a condição de vida que levam milhares e milhões de brasileiros, crianças e adolescentes que, neste exato momento, poderiam estar desfrutando da sua infância, tendo a oportunidade de estudar numa escola boa e de qualidade, tendo a oportunidade de brincar e de ter acesso ao lazer e à cultura.

Infelizmente, num País que ainda é tão injusto e tão perverso, temos visto milhões de crianças que todos os dias se expõem às ruas em diversas atividades. A questão do trabalho infantil e da exploração sexual talvez seja uma das mais graves e uma das mais dramáticas formas de trabalho a que são submetidas as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Portanto, depois de amadurecer bastante essa idéia, instalamos esta CPI. Temos plena convicção de que, ao final dos nossos trabalhos, daremos essa tão esperada resposta a toda sociedade que anseia por uma posição, não só de nós parlamentares, mas evidentemente também das organizações governamentais e não governamentais que, dispostas, se unem e se dão as mãos em busca de soluções adequadas para esse problema tão grave que atinge tantas crianças.

Tenho dito isso em diversas ocasiões, de forma repetida, que a CPI não é, não tem a ingenuidade de imaginar que por si só irá acabar e erradicar a exploração sexual de meninos e meninas no nosso País. Mas, temos também a plena convicção da importância da colaboração do Congresso Nacional, buscando ajudar e auxiliar nas investigações que já estão sendo feitas e naquelas que, infelizmente, foram adormecidas ou estão mortas.

O nosso objetivo é romper com o silêncio que envolve a questão da violência sexual contra meninos e meninas no nosso País. Queremos mobilizar, mais uma vez, a sociedade para que todos nós sejamos companheiros e cúmplices nessa luta de acabar com a exploração sexual. Graças a Deus, temos sido recebidos muito bem em todos os Estados, em todos os Municípios por onde temos caminhado. Temos trabalhado no sentido de auxiliar, de ajudar, de colaborar e de dar as mãos à Polícia Federal, Ministério Público e à Justiça no nosso País, e temos encontrado – posso repetir, mais uma vez – graças a Deus, a disposição desses parceiros para que possamos chegar a uma conclusão e propor algumas alternativas e soluções que acreditamos que podem ajudar a enfrentar o drama da violência sexual no nosso País. Certamente, um deles é o eixo investigativo de buscar desbaratar e desmantelar essas redes que têm se aperfeiçoado no nosso Brasil e que exploram crianças e adolescentes.

Queremos propor um plano de políticas públicas sociais que sejam capazes de enfrentar o problema da violência sexual. Queremos também propor uma alteração na atual legislação para que possamos punir exemplarmente aqueles que se envolvam em atos de exploração sexual. Queremos também apresentar um plano de comunicação em que a sociedade possa estar permanentemente mobilizada, ajudando e colaborando para que acabemos de vez com todo esse mal.

Cada uma de nós, Parlamentares, tem estabelecido como prioridade nos seus mandatos a luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes em todos os sentidos. Cada uma de nós que aqui está tem um compromisso, a vontade, o ideal, a determinação, a coragem de poder, de uma vez por todas, levantar essa poeira que está por debaixo do tapete. A exploração sexual é conhecida no nosso País há muito tempo, mas muitas vezes fechamos os olhos ou consideramos isso uma coisa natural.

Hoje, estamos aqui justamente buscando também acordar essas pessoas que, não por má-fé, estão desacordadas ou despercebidas da gravidade desse problema. Digo isso e repito, como tenho feito sempre, que não só como Parlamentar, como Senadora, como Presidente desta CPMI, cujos trabalhos tenho o privilégio de conduzir, mas também como cidadã e mãe de três filhos. Sei como é grave esse problema. O susto, a ansiedade, o desespero, a desesperança muitas vezes envolvem pais que tentam, que buscam,

numa sociedade ainda tão injusta, dar o melhor de si para os seus filhos e para a sua família.

Tenho dito também que nenhum de nós, infelizmente, está livre de presenciar ou de ter em sua família, no seu círculo de amizade, um caso grave, como esse que estamos vendo em Mato Grosso do Sul, acontecer na nossa vizinhança, nos nossos lares, nas nossas casas.

Portanto, essa não é só uma tarefa do Presidente do nosso País, dos Governadores, dos Parlamentares ou do Congresso Nacional, é uma tarefa que deve envolver toda a sociedade, determinada e com a mesma vontade de, uma vez por todas, pagar essa dívida que temos com as crianças do nosso País.

Para finalizar e passar a palavra à Deputada Maria do Rosário, nossa Relatora, quero, mais uma vez, agradecer a participação, principalmente das organizações não-governamentais, que têm feito um trabalho extraordinário. Quero aqui também cumprimentar a Estela, por meio da Petrasf, que nos dá de presente uma pesquisa – na qual nos baseamos inclusive para o requerer esta CPI – que detectou 241 rotas de exploração, de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes em nosso País. Portanto, os nossos agradecimentos a cada um de vocês, um eco a essa nossa voz no Congresso Nacional.

Esta audiência pública terá como objetivo discutir dois casos conhecidos de toda a sociedade, principalmente de Mato Grosso do Sul: um, envolve a participação de alguns políticos que serão ouvidos, o outro, envolve a questão do tráfico internacional.

Para que de forma alguma possamos interferir ou atrapalhar, mas, ao contrário, colaborar com as investigações que têm sido feitas, esta audiência pública, em alguns momentos, será pública, com a participação de todos os senhores e as senhoras, e, em alguns momentos, terá que ser reservada, para que possamos ouvir algumas testemunhas em sigilo, importantes para o desbaratamento e desmantelamento definitivos dessas redes.

Portanto, peço a compreensão dos senhores e das senhoras, mas, em alguns momentos, quando a Presidência, com clara aquiescência de todos os membros desta CPI, achar por bem que ela se torne uma reunião reservada, assim será, para que possamos ter a tranqüilidade de poder ouvir aqueles que têm algo a acrescentar a esses trabalhos que estão sendo realizados pela CPMI.

Agradeço mais uma vez a participação de todos e passo agora a palavra à Deputada Maria do Rosário, para que possa fazer também as suas considerações. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Senadora.

Serei breve, para que possamos dar início aos nossos trabalhos.

Saúdo a todos Parlamentares e a todos os que nos acolhem: autoridades do Ministério Público, do Poder Judiciário, esta Assembléia Legislativa e as organizações não-governamentais. O trabalho que o trabalho que estamos desenvolvendo no Congresso Nacional somente é possível porque estamos realizando cada ação com uma parceria muito sólida com a sociedade civil. Ao longo de 10 anos, a sociedade civil, as organizações não-governamentais e os movimentos sociais organizaram uma resistência e ações de denúncia, para que o Estatuto da Criança e do Adolescente se transformasse em uma rede verdadeira, presente, na vida das crianças brasileiras, constituindo, de fato, um sistema de proteção.

O objetivo desta CPMI é, ao final dos trabalhos, no relatório, ao longo desses meses ainda, até o mês de dezembro quando temos a primeira etapa, entregarmos esse relatório no dia 12 de dezembro. Concluiremos essa etapa da nossa atuação contra a exploração sexual e as redes que promovem a violência sobre crianças e adolescentes no Brasil, inclusive atuando fora do nosso País. O Brasil não pode ser considerado, além das nossas fronteiras, como um lugar de onde partem crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e outras formas de violência.

As considerações que estamos aprofundando e aquilo que queremos oferecer estão sintetizados no que a Senadora Patrícia Gomes apresentou nos quatro eixos. Estamos realizando um eixo investigativo, trabalhando para que a sociedade brasileira sinta-se com o poder de dizer que a impunidade não estará estabelecida nos casos em que as crianças e adolescentes são vítimas, particularmente nos casos da violência sexual.

Durante muito tempo – e a sociedade denunciou claramente nesses últimos dez anos sob a vigência do ECA –, observamos que os crimes sexuais contra crianças e adolescentes ficaram velados. Parte deles acontece no ambiente familiar, onde a criança mais deveria ser protegida, mas ocorre também a exploração sexual comercial, os casos em que a violência transcende a casa onde ela está, nas ruas, nos motéis, nos hotéis, nas pensões, nas casas de massagem, nos diversos lugares onde ela está presente dentro da sociedade. Atinge crianças e adolescentes de todas as camadas sociais, mas especialmente leva a uma maior vulnerabilidade aqueles que socialmente se encontram em relações familiares e sociais precárias e que têm menor proteção diante de tamanha violência.

Precisamos desvelar esses casos e enfrentá-los de forma que a sociedade componha a sua possibilidade de pôr fim à impunidade. Portanto, a escolha das circunstâncias emblemáticas, que nos trazem inclusive a Mato Grosso do Sul, está ordenada dentro de um plano de trabalho. No entanto, a CPMI está recebendo muitas denúncias, além dos casos que mais chamam a atenção da comunidade. Estamos trabalhando em integração com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e recebendo denúncias que chegam ao Poder Executivo, ao Governo Federal, por meio do Disque-Denúncia, do Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, o 0800-990500. Muitas denúncias têm a identidade do denunciante devidamente estabelecida, mas, quando o denunciante não quer apresentar-se de forma clara, ele também tem essa possibilidade de contribuir; telefona para o Disque-Denúncia, para o 0800-990500, e essas denúncias das redes de exploração sexual, de pedofilia, chegam à CMPI. Da mesma forma, denúncias estão chegando aos conselhos tutelares locais, às instituições não-governamentais, aqui citando o Ibes, o trabalho desenvolvido pela sociedade civil.

É possível fazer denúncias relevantes para a resolução dos casos que trataremos hoje, mesmo após essa audiência, aqui em Campo Grande. A CPMI continuará acolhendo-as. As considerações e qualquer informação relevante serão encaminhadas às instituições, ao Ministério Público, nosso parceiro, ao Conselho Tutelar e, particularmente, à CPMI, por meio de contato com o Congresso Nacional, com o gabinete da Senadora, com a Câmara dos Deputados, por intermédio dos nossos gabinetes e, em especial, pelo 0800-990500, que é o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Para além disso, queremos um relatório final, trabalharmos aquelas políticas públicas que estão dando certo e também aquelas que somos devedores, para a sociedade brasileira.

Estamos estudando, a CPMI estará oferecendo mesmo antes de dezembro, quando temos o prazo para o relatório final neste período que estamos estudando e analisando o futuro orçamento que o Brasil, quando estamos analisando a pela orçamentária, o plano plurianual, o orçamento da União, já estamos estudando com a parceria do Inesc, da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, aqueias medidas e aqueias poiiticas que devem estar incorporadas ao Orçamento da União, com o objetivo de já observarmos a necessidade que já estamos, enfim, tendo como claras como políticas para o próximo ano. Porque o que queremos de fato, é que ao finalizar os nossos trabalhos tenhamos conseguido plantar aquilo que é fundamental; políticas públicas que permaneçam, uma rede que consiga atuar, onde cada um dos seus atores possa perceber a sua importância dentro das estruturas do ECA: o conselho tutelar, os conselhos de direitos, devidamente capacitados e com condições de trabalho, as delegacias especializadas, um Poder Judiciário atento às necessidades de agilização dos processos quando as crianças são vítimas, um Ministério Público cada vez mais presente na vida das crianças no sentido da proteção de direito, enfim, uma atuação que possa fazer permanecer na sociedade brasileira que é a nossa responsabilidade, das nossas instituições, e particularmente de cada um e de cada uma de nós, como cidadãos, como parte dessa cidadania, como compromisso ético, acima de tudo, que é isso que deve nos mover na relação com as nossas crianças, nós estaremos deixando algo de proteção.

Concluo, nobre Senadora, dizendo que temos uma tarde e uma noite de longo trabalho e o que queremos, especialmente, é dizer que o nosso trabalho não poderia ser realizado, em todos os cantos do Brasil, como já o estamos realizando, sem que a sociedade estivesse dizendo presente, sem que essa mobilização fosse tão forte como a percebemos, aqui em Campo Grande e sem que em todos nós estivesse muito presente esse sentimento, que frente à exploração sexual de crianças e adolescentes move uma forte indignação porque estamos trabalhando com crianças que são dilaceradas, que são mortas, que são esquartejadas, que tem todas as portas fechadas para sua existência: na família, na escola, nas instituições e que aqui estamos abrindo uma porta. Que essa porta seja da justiça, seja dos direitos, que ela seja, efetivamente, criança novamente, que elas sejam protegidas e que contém com todos nós para isso.

A audiência, como a Senadora disse, terá momentos que serão abertos, outros momentos serão reservados. Pedimos, como disse a Senadora, a compreensão dos senhores, porque esses momentos reservados serão unicamente com o objetivo de cumprirmos o estatuto da criança e do adolescente e de protegermos a imagem e a condição de pessoas que estão numa situação particular de desenvolvimento, que são crianças, que são adolescentes. Então, os nossos momentos reservados serão particularmente dedicados à oitiva de meninas e meninos que têm depoimentos importantes e que devem ser protegidos para que não sejam, justamente, revitimizados.

Muito obrigado.

Bom trabalho para todos nós. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Chegamos a um acordo. Agora teremos um momento em que ouviremos algumas pessoas cujos depoimentos serão reservados.

Tendo em vista a mobilização que foi feita, iremos nos dividir; a Comissão será dividida. A partir deste momento, um grupo de Parlamentares vai ficar aqui, deixará o microfone aberto para que a sociedade possa se manifestar, além daqueles que tiverem suas denúncias e que poderão falar nesta audiência pública da CPMI, nesta audiência oficial que constará, inclusive, do relatório final da relatora com sugestões e com o debate que vai se iniciar neste momento.

A Relatora, Deputada Maria do Rosário e eu, na condição de Presidente, teremos que nos deslocar; mas, em seguida, voltaremos para ouvir aqueles que irão depor em audiência pública aberta, em que todos poderão participar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora, como sugestão, poderíamos produzir rapidamente a listagem das entidades? Que só falassem neste momento as entidades registradas, conselhos de direitos ou organizações da sociedade civil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Neste momento, passo a Presidência à Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Thelma de Oliveira, se V. Exª me permite, como sugestão, poderia perguntar se está presente o Conselho Estadual dos Direitos da Criança, Conselho Tutelar da Cidade de Campo Grande? Associação de Conselheiros Tutelares. Poderíamos começar com os conselhos de direitos? Pode ser? Não são depoimentos tão formais. Iríamos fazer uma reunião posterior, estamos substituindo por um momento sem necessariamente entrar nos casos e vamos revezar. Com pelo menos umas cinco entidades presentes acho que seria possível.

A Deputada Thelma de Oliveira pediu para a Deputada Ann Pontes fazer a relatoria para nós, para a Senadora Fátima Cleide contribuir.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Boa tarde a todos, como representante do Estado vizinho do Mato Grosso, é uma grande honra e satisfação estar aqui com vocês. Esta mobilização demonstra que ainda a sociedade se indigna diante desses fatos com nossas crianças e nossos adolescentes.

Não vamos mais falar sobre os objetivos da nossa CPMI, que foram muito bem apresentados pela Senadora Patrícia Gomes e pela Deputada Maria do Rosário. Particularmente, afirmo que nós da região Centro-Oeste temos 33 rotas de abuso e de exploração das nossas crianças e adolescentes, envolvendo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, DF e que a nossa responsabilidade é muito grande. Isso não seria possível se não fosse com o apoio, a presença e a participação das diversas instituições e também da sociedade civil, que tem tido uma atuação e uma participação muito grande.

A Relatora Deputada Ann Pontes e a nossa Senadora Fátima Cleide estão aqui. Estamos estreando, e vocês terão que ter um pouquinho de paciência conosco.

Gostaríamos de ouvir – e acredito que seria primeiro – o Conselho dos Direitos das Crianças, pois é um momento único de estarmos todos debatendo e buscando soluções para esta questão tão grave em nosso País.

Então, já teríamos o representante?

Gostaria que cada um se identificasse e citasse o endereço onde a entidade funciona.

A SRA. MARIA APARECIDA DE ASSUNÇÃO RIBEIRO – Sou Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Conselho Estadual está localizado no Anexo I das SETAS, que é a casa da cidadania, na rua Marechal Rondon nº 613, Bairro Amambaí.

Em relação à questão do abuso e da exploração sexual, como é que o Conselho de Direitos tem trabalho nesta questão? O Conselho Estadual trabalha com câmaras temáticas e a questão do abuso e da exploração sexual nós trabalhamos com o Comcex, que é o Comitê Estadual contra o Abuso e a Exploração Sexual. Trabalhamos, portanto, com a câmara temática por meio do comitê. E como vou assumir o conselho a partir do dia 8 de outubro, até o momento sou a conselheira representante na câmara temática, no Comcex.

Temos acompanhado todas as questões relativas ao abuso e exploração sexual. Segunda-feira, agora, dia 6, teremos um evento na Praça Ari Coelho, motivo da camiseta, em função do Dia Estadual de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual. O comitê tem trabalhado conjuntamente com o CEDCA, e estamos atuantes nesta questão do abuso e da exploração sexual.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Muito obrigada. Gostaria de chamar o representante do Conselho Tutelar, porque os conselhos tutelares têm um papel fundamental, já que são as grandes antenas que recebem as denúncias da linha de frente. Se quiser sentar-se à mesa será melhor, pois o público poderá vê-la.

A SRA. VÂNIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA NOGUEIRA – Estou aqui representando o Conselho Tutelar Norte e também a Associação de Conselheiros Tutelares do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Associação de Conselheiros Tutelares teve eleição no dia 10, quando, então, assumi um novo mandato.

A Associação de Conselheiros existe há dois anos. Em Mato Grosso do Sul, há 75 Conselhos Tutelares em 77 Municípios. A Associação está acompanhando de perto esta situação por intermédio do Conselho Tutelar Sul. O papel do Conselheiro Tutelar é aplicar medidas de proteção em relação a toda a situação. Eu gostaria que o outro Conselheiro Tutelar estivesse presente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Ele está presente aqui?

A SRA. VÂNIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA NOGUEIRA – Ele deu a volta, mas não conseguiu chegar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Vânia, a senhora poderia detalhar quais são essas medidas de proteção?

A SRA. VÂNIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA NOGUEIRA – Cada medida de proteção é tomada dependendo da situação. O adolescente ou a criança que não pode retornar ao lar, devido a algum problema, vai para um abrigo onde recebe acompanhamento psicossocial e apoio sócio-familiar. Quando o adolescente ou a criança corre risco de vida são tomadas essas medidas de proteção.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Vânia, como são as condições dentro desses abrigos? Qual é a composição e quantas pessoas trabalham no Conselho? A senhora falou que tem psicólogos. É apenas para que eu faça uma anotação.

A SRA. VÂNIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA NOGUEIRA – O Conselho Tutelar é composto por cinco Conselheiros: um técnico, um assistente social e o pessoal do setor administrativo. Há um órgão, que nos acompanha, que tem psicólogos, assistentes sociais, educadores que trabalham junto ou em parceria com o Conselho Tutelar.

Quanto aos abrigos, é variável a capacidade de cada um de receber crianças e adolescentes. Em alguns, permanecem crianças até 7 anos; outros, recebem apenas os adolescentes. Tem abrigo de 72 horas, onde ficam as crianças que se perdem dos pais ou que são agredidas no final de semana. Até que se resolva a situação a criança permanece no abrigo.

Aqui em Campo Grande, temos abrigos, que são residências protegidas, onde ficam as meninas vítimas de violência doméstica e outros tipos.

Temos a casa das grávidas, onde ficam as meninas gestantes que não podem permanecer na família por alguma situação.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Mais alguma coisa, Deputada?

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Só ratificando: a senhora vai tomar posse a partir do dia 8 de outubro?

A SRA. VÂNIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA NOGUEIRA – Em 10 de setembro, tivemos uma eleição da Associação, mas sou Conselheira Tutelar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Com relação à atuação em si do Conselho Tutelar, quais são as principais dificuldades no desempenho da sua atividade?

A SRA. VÂNIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA NOGUEIRA – As dificuldades do Conselho Tutelar? Como qualquer pessoa que trabalha no atendimento da defesa, há riscos. Nosso trabalho é difícil, pois falta mais acompanhamento da sociedade que ainda não sabe o que é um Conselho Tutelar. Hoje, ainda não há uma divulgação do que é o Conselho, mas a visão de que o Conselho é um órgão repressor. Eles não vêem o Conselho Tutelar como uma proteção. Às vezes, no nosso dia a dia, precisamos estar conscientizando as pessoas de que ali... Porque há muitas crianças que têm a visão de que, se elas forem ao Conselho, elas vão ficar lá. Então, há esse tipo de visão.

Agora, as dificuldades existem em qualquer trabalho que venhamos a desempenhar. As dificuldades existem e temos que vencê-las.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Um último questionamento: foi dado algum treinamento para conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, já que vai ser um instrumento básico do trabalho de vocês?

A SRA. VÂNIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA NOGUEIRA – Não, para ser conselheiro tutelar é lógico que se tem que fazer uma prova, que exige conhecimento do Estatuto. Trata-se de uma prova teórica e a pessoa tem que ter... Agora, não existe um treinamento até então. Estou no meu primeiro mandato. Não existe. Estou dizendo isso em relação à capital. Agora, existem outros lugares em que há formas diferentes de eleição e de provas. Pode até ter uma capacitação.

Temos um núcleo de apoio aos Conselhos Tutelares, que é da Secretaria das Setas, o núcleo de apoio do SIPIA, onde, no início de cada mandato, eles estão lá para promover uma capacitação.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Queríamos agradecer a participação e dizer que sempre entendemos a participação e a importância dos Conselhos Tutelares no enfrentamento e na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Parabéns! Sei que é uma luta árdua, mas essa é a luta de todos nós que temos como missão resgatar a cidadania das nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada.

Queria agora registrar, com muita honra, a participação das Deputadas Estaduais Celina e Simone, que estão aqui nos prestigiando, e também dos Deputados Estaduais Sérgio Assis e Pedro Kemp.

Sejam bem-vindos. A presença de V. Exªs demonstra o comprometimento nessa luta.

Gostaria de chamar a Estela para estar falando aqui, representando o IBES. (Pausa.)

A SRA. ESTELA SCÂNDOLA – Boa tarde a todos.

Queria justificar, primeiro, que estamos correndo, porque tivemos que nos dividir: um grupo está acompanhando a outra parte da CPI e um outro grupo está aqui. As pessoas que estão sentadas aqui são do Comcex, do comitê estadual. Por isso, estamos nessa correria danada para darmos conta da demanda, em função da importância dessa CPI hoje.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Estela, qual a estrutura hoje do Comcex? Qual a estrutura desse conselho?

A SRA. ESTELA SCÂNDOLA – O Comcex é um comitê estadual pelo fim da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O comitê estadual foi fundado com outro nome, mas com a mesma idéia, em 1997. Mato Grosso do Sul organizou um comitê estadual já com a visão de que precisávamos de uma organização que reunisse organizações governamentais e não-governamentais e universidades, porque já entendíamos que a questão da exploração sexual não pode ser tratada como um explorado e um explorador, porque a exploração sexual, necessariamente, acontece em rede. Então, se a exploração sexual ocorre em rede, a necessidade é que nos firmemos como rede.

Então, o Comcex hoje tem mais de trinta organizações, que participam de forma integrada, dividindo as suas ações. Por exemplo, temos organizações que se dedicam mais ao estudo do turismo sexual, temos organizações que se dedicam mais ao estudo da problemática. Nós temos organizações que se dedicam mais à mobilização e à articulação. Nós temos organizações que se dedicam mais ao protagonismo juvenil. Temos organizações que se dedicam mais à rede de atendimento. Ou seja, dentro do Comitê Estadual de Crianças e Adolescentes nós discutimos os seis eixos de enfrentamento da violência sexual. Ele está localizado na Casa da Cidadania, que é um espaço da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Economia Solidária – desculpem-me, o nome é sempre nas SETAS, na Cândido Mariano. Ele é um comitê que tem uma coordenação colegiada. Essa coordenação é feita pelo Fórum das Organizações Não-Governamentais, que é Samoara, pela representação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança, que é Cidoca, pela representação dos Municípios que têm atendimento na área de violência sexual, que é o Moacir, de Ribas do Rio Pardo, e pela representação do Governo, compartilhada entre a Coordenadoria da Mulher e as SETAS. Essa coordenadoria é que faz o monitoramento de um plano estadual de enfrentamento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – E a eficácia desse plano, em sua avaliação, como está?

A SRA. ESTELA SCÂNDOLA – Até o ano passado, nós costumávamos fazer planos com muitas metas. Nós tínhamos planos de quinze páginas de metas a serem executadas. A partir deste ano, 5 e 6 de maio, houve um encontro estadual de comissões municipais e nós deliberamos que, para casa eixo, dos seis eixos de enfrentamento da violência sexual, nós vamos trabalhar com três metas só. Esse plano está no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente para ser apreciado e votado. A grande questão do engajamento nesse plano é que algumas áreas não se engajaram completamente na execução do plano estadual, em especial a saúde e a educação. Ou seja, nós temos uma área de assistência social bastante engajada, uma área de política de gênero bastante engajada. Agora acabamos conquistando um grande parceiro, a Fundação de Turismo, que começou a participar conosco efetivamente de uma discussão mais aprofundada sobre o turismo sexual em nosso Estado. Mas ainda temos debilidades em algumas áreas que para nós são cruciais para o enfrentamento, em especial a promoção de direitos e a prevenção, que,no caso, são a saúde e a educação, que seriam dois agentes fundamentais na área de prevenção.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Estela, gostaria que você apontasse alguns resultados do trabalho do Comcex como política pública definida para o Estado.

A SRA. ESTELA SCÂNDOLA – É legal dizer isso porque o Comcex nunca tem um resultado de uma organização. Como nós trabalhamos em colegiado, as organizações têm ônus e bônus no plano. Por exemplo, um resultado muito importante do Comcex este ano foi garantir o fortalecimento da equipe de investigação. O Estado de Mato Grosso do Sul passou por várias idéias sobre como a equipe de investigação deveria funcionar no que se refere à questão da investigação das redes de violência sexual. Em Mato Grosso do Sul, já tivemos uma equipe de investigação vinculada à governadoria, nós já tivemos uma equipe de investigação vinculada a ONGs, porque não conseguíamos um comprometimento do Governo. Felizmente, agora temos uma equipe de investigação com apoio direto da Secretaria de Justiça e Segurança, aumento do quadro de efetivo desses policiais.

A grande questão é que – posso dizer isso sem problemas, publicamente – ainda não temos uma articulação entre as diferentes polícias: Polícia Civil, Polícia

Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual e Polícia Federal. No momento em que conseguirmos agregar todos aqueles que trabalham na investigação desse caso, com certeza avançaremos na questão da investigação.

Outra questão que está colocada e que me parece bastante importante é que, com a criação das delegacias de proteção, diminui bastante o papel da equipe de investigação. Por exemplo, em Campo Grande, com a criação da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente, só vão para a equipe de investigação aqueles casos que ultrapassam o território de um Município. Então, fica muito legal, porque a DPCA consegue trabalhar toda a realidade de Campo Grande. Como só temos uma delegacia de proteção à criança e ao adolescente, a equipe de investigação do Comcex é muito cheia mesmo. Eu não saberia nem dizer quantas denúncias ele recebe. Estou esperando o Alves Neves chegar, ele está numa diligência. Acho que ele seria uma pessoa muito interessante de ser ouvida.

O 0800-6471323 recebe muitas denúncias todos os dias. Então, com essa equipe de investigação conseguimos trabalhar aquilo que também está fora dos municípios. Por exemplo, em muitos casos a equipe de investigação é chamada para atender àquilo que as delegacias dos Municípios não dão conta de atender.

Quanto mais conseguirmos avançar na criação de delegacias especializadas de proteção, fica muito mais tranqüilo para o nosso trabalho. Acho que esse é uma questão importante.

Conseguimos avançar na área de atendimento. Temos um trabalho bastante articulado com a SETAS (Secretarias do Trabalho e Ação Social), no sentido de que a área de atendimento seja feita de forma discutida, planejada. Tivemos uma dificuldade muito grande no Governo Federal passado, porque o Governo não consultava os órgãos colegiados estaduais para saber onde tinha que implantar programa. Então, muitas vezes os programas foram implantados não nos Municípios mais necessários, mas naqueles que tinham um acordo político partidário. Precisamos reforçar a importância do comitê estadual e do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente na implantação das políticas. É preciso que o Governo Federal olhe para essas instâncias e consulte-as sobre onde deve implantar serviços. Isso é uma coisa muito importante.

O Joseleno estava conosco aqui até agora. Temos feito uma discussão muito grande com o Ministério de Assistência Social para que se pergunte à sociedade organizada, aos conselhos, onde os programas devem ir, porque geralmente eles vêm negociados e são implantados em Municípios que não têm condições efetivas de operacionalizar.

Conseguimos avançar muito na discussão com secretarias que têm programas de inclusão social, que insiram na temática dos programas de inclusão social a questão da violência sexual. É preciso que a discussão do PETI passe pela questão da exploração sexual e da violência; é preciso que a questão do agente jovem passe por isso. Precisamos que os programas sociais façam o recorte de sexualidade, de violência, de etnia, de gênero. Essas são as questões fundamentais sobre as quais penso avançamos mais, mas efetivamente em algumas áreas avançamos muito pouco.

A SRA. (oradora não identificada) – Como contribuição para esta CPMI, o que você gostaria de passar para nós?

A SRA. ESTELA SCÂNDOLA – Precisamos conceber que os planos estaduais tenham o maior número de dimensões possíveis acopladas neles. Que sejam realmente efetivados planos estaduais de enfrentamento da exploração sexual, mas que esses planos sejam de comprometimento das diversas políticas sociais básicas.

A segunda questão que me parece importante é que precisamos reconhecer que Mato Grosso do Sul tem situações de aprofundamento das suas vulnerabilidades, em especial a desigualdade social que temos no nosso Estado. Em que pesem aos programas de inclusão social, mantivemos níveis alarmantes de desigualdade social. Temos uma relação geográfica com os outros países que é fundamental ser assinalada. Acho que essa foi a grande contribuição que trouxe a Pestraf – Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual. É livre o trânsito de pessoas entre o Brasil e Ponta Porã, todos os Municípios do interior e do sul do Estado especialmente, todos os municípios com fronteira com a Bolívia e o Paraguai. É livre o trânsito e o aliciamento de crianças e adolescentes, seja daqueles países para cá, seja daqui para os países de lá.

Parece-me fundamental mencionar a questão do nosso modelo de desenvolvimento. Quando as obras de infra-estrutura passam pelo nosso Estado, deixam um rastro de prostituição, que depois não temos como correr atrás e resolver. Um exemplo disso foi o gasoduto, sem dúvida nenhuma. Ele passou, deixou um rastro de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.

O Fórum do Meio Ambiente, quando expõe a situação do gasoduto, diz que temos os filhos do gasoduto em Mato Grosso do Sul, ou seja, as obras de infra-estrutura precisam, necessariamente, passar por um recorte de compromisso social das empresas que vêm fazer as obras de infra-estrutura.

Não é possível mais que as empresas ganhem tanto dinheiro fazendo as nossas obras de infra-estrutura e não tenham o compromisso social de combate à violência sexual que ocorre seja com seus trabalhadores, seja com seus dirigentes, seja porque não querem intervir na realidade em que estão vivendo.

Então, essas discussões são muito fortes para nós em Mato Grosso do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Tem mais alguma coisa, Estela?

A SRA. ESTELA SCÂNDOLA – Desculpem, corremos tanto para chegar aqui, e agora fico olhando para o pessoal, mas penso que há bastante gente que poderia colaborar.

Trouxemos várias pessoas, com várias visões diferentes. Solicitamos, por exemplo, que seja ouvido um fiscal do trabalho, porque eles estão desenvolvendo uma ação muito interessante, que é fazer o recorte para essa questão.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Muito obrigada, Estela.

Vamos então ouvir agora o Sr. Carlos Alberto, Auditor Fiscal do Trabalho de Mato Grosso do Sul.

O SR. CARLOS ALBERTO – Boa tarde a todos, aos membros da Comissão. O Ministério do Trabalho e Emprego tem um grupo especial de combate ao trabalho infantil e proteção ao trabalho dos adolescentes. E, em uma fiscalização desse grupo, um outro auditor fiscal e eu estávamos na cidade de Sete Quedas, que faz fronteira com o Paraguai, e dirigimo-nos até o Conselho Tutelar daquela cidade em busca de denúncias, perguntando alguma coisa sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, porque, como muito bem disse a Senadora Patrícia, é a pior forma de trabalho.

Lá, fomos informados de que o Conselho Tutelar da cidade de Itacuru pediu-lhes auxílio no sentido de investigar o desaparecimento de três adolescentes daquela cidade, que, provavelmente, estavam sendo exploradas no Paraguai.

Diante dessa informação, fomos ao Conselho Tutelar da cidade de Itacuru. Em contato com as conselheiras de lá, confirmou-se a denúncia e que, naquele dia, eles haviam recebido a informação, por telefone, de que uma das adolescentes havia tentado ligar para a mãe. E, por coincidência, uma conselheira que morava próximo atendeu a esse telefonema e descobriu que ela estava num bar na cidade de Corpus Christi, interior do Paraguai, que ela e as outras duas adolescentes estavam lá fazendo programas sexuais.

A mãe dessa adolescente, informada pelo Conselho – pois este não poderia ir até um país vizinho realizar diligência, nem o Ministério do Trabalho tem essa competência –, foi orientada a tentar buscar a filha dela, porque ela sabia o nome do bar onde estava a adolescente. Ela conseguiu, com muita dificuldade, chegar até a filha dela e viu que a situação era aquela. E as outras também estavam lá. Trouxe a filha com ela.

A dona do bar, que é uma brasileira – no Paraguai –, falou que a adolescente devia dinheiro e que não poderia sair dali. Mas conseguiu trazer. Aí, as outras mães, sabedoras disso, foram também até esse bar e trouxeram as outras duas filhas.

Essa primeira que chegou tivemos contato com ela. Ela tem 12 anos, aparenta nove, e nos relatou que as três pegaram uma carona de Itacuru, foram até a cidade de Sete Quedas. Lá, uma delas fez um programa com um Paraguaio - porque é fronteira a seco; é muito fácil atravessar a cidade -, recebeu e perderam o dinheiro. Foram a um bar para tomar uma cerveja e perderam o dinheiro. E ficaram rondando por ali, até que um senhor falou: "Não, tenho um lugar para levá-las". Foram até esse bar, na cidade de Corpus Christi, e ficaram lá fazendo programas. Cobravam R$ 50,00 por programa, R$ 25,00 ficavam com a dona do bar, R$ 25,00 para elas, mas como elas tinham que pagar alimentação, moradia, não ficavam com nada. Ela confirmou isso tudo.

Recentemente, com essas informações, peguei o nome das adolescentes, os endereços e fiz um relatório para a nossa coordenadora regional do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (Gectipa), A SRA. Regina Rupp Catarino, que o encaminhou para as autoridades competentes, o conselho.

Há pouco tempo, deixei meu telefone no conselho tutelar. Quando pegamos uma situação, fazemos um formulário, temos um cadastro e tentamos inseri-las em algum programa. A família dessa de doze anos até recebe a bolsa-escola estadual, aliás, vive dessa bolsa-escola estadual, pois o pai está desempregado e a mãe também não está trabalhando. Nós tentamos inserir as outras duas em algum programa. Não nós, a Regina, que é a coordenadora, tenta inseri-las em um PETI ou numa bolsa-escola.

Após esse relatório, há pouco tempo, recebi uma ligação em Dourados - porque sou da Subdelegacia de Dourados -, de uma das conselheiras, pedindo um auxílio para as adolescentes, porque duas tinham tentado voltar para o Paraguai e foram detidas na BR. Uma delas voltou para a casa dos pais e a outra, de doze anos, foi para um abrigo porque disse que não voltaria para a casa dos pais e fez a acusação de que estava sendo molestada sexualmente pelo padrasto

- denúncia que está sendo apurada pelas autoridades da cidade.

A conselheira do Município de Itacuru falou: "Não temos aqui um abrigo, não temos assistência psicológica, não temos nada, então veja o que você pode fazer". Foi quando liguei para a Regina Rupp, que estava viajando, e entrei em contato com a Samoara, que estava aqui. Ela ficou de resolver o que faria para ajudá-las. Depois, voltei a ter contato com a conselheira. Ela disse-me que ela está em um abrigo em Eldorado, mas é provisório, ela não vai poder ficar. Estão tentando uma família substituta, mas, devido a sua idade e a seu histórico na cidade, está sendo difícil.

Eu gostaria de entregar à comissão o nome de todas as adolescentes, seus pais, o endereço, se for necessário.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sim, Carlos, recebemos. Eu gostaria de saber de você, na sua visão, na sua análise, o que está faltando para implementar a política pública nessa área de proteção à criança e ao adolescente no Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. CARLOS ALBERTO – Eu tenho viajado no interior do Mato Grosso do Sul, nessas fiscalizações de combate ao trabalho infantil. Tenho observado que os conselhos tutelares não dispõem de nenhuma estrutura: viaturas, verba para combustível, computadores. Não têm sequer máquinas de datilografia. Eles conseguem fazer um trabalho muito além do que imaginamos ainda com essa pouca estrutura.

Além disso, há a questão social, o desemprego. As famílias dessas adolescentes estão aceitando muito passivamente essa situação. As famílias dessas adolescentes nós verificamos, porque não foi a primeira vez que essas adolescentes... Ali na cidade de Itacuru também elas eram exploradas sexualmente. A que tem 16 anos, desde os 11 anos, ali na ficha dela do Conselho Tutelar, já tem denúncias de exploração sexual. Mas eu acho que falta estrutura para os Conselhos Tutelares.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Para melhor desempenhar o trabalho.

Perguntei há pouco para a Vânia, se não me falha a memória, com relação a preparar os Conselheiros a conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com relação a isso terias algum comentário a fazer?

O SR. CARLOS ALBERTO – Tenho. Com surpresa, em alguns Conselhos Tutelares quando nós chegamos e questionamos a questão da exploração sexual do adolescente infantil, eles falam, com surpresa: "Não. Mas elas não são exploradas. Elas fazem porque querem". Como se elas pudessem ser um agente ativo nisso. Como se fosse a vontade delas. Então, eu já escutei em vários Conselhos: "Não, mas a própria forma como elas se vestem, isso e tal, hoje é normal e tal".

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sr. Carlos, por favor, o senhor me desculpe, mas no início eu não percebi, qual é o nome do Programa em que o senhor trabalha no Ministério do Trabalho?

O SR. CARLOS ALBERTO – É Gectipa – Grupo Especial do Combate ao Trabalho Infantil e Proteção à Adolescência.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor poderia nos assegurar que todos os seus companheiros de trabalho também têm a mesma preparação que o senhor, no caso, para resolver ou contribuir para a resolução desses casos quando diagnosticados ou quando procurados? E também queria, já aproveitando, fazer um outro questionamento: que o senhor apresentasse essa questão da exploração sexual. Como é que é a realidade na faixa de fronteira no Mato Grosso do Sul?

O SR. CARLOS ALBERTO – A questão é, alguns auditores gostam desse trabalho Gectipa, porque não envolve só exploração sexual, envolve o trabalho infantil. E como a sociedade ainda tem aqueles mitos, que é melhor estar trabalhando do que estar na rua, nós encontramos uma resistência da própria sociedade no combate ao trabalho infantil. Então, alguns auditores não gostam.

Mas, aqui, no Mato Grosso do Sul, a Regina representou o Brasil na OIT do trabalho infantil. Então, ela é referência nacional sobre esse combate do trabalho infantil. E ela nos traz o incentivo e sempre consegue os auditores para se fazer.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – No Gectipa, vocês têm a orientação, então, de que seja trabalhado desta forma como política pública, como trabalho mesmo, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO – Sim. Todas as vezes que procedemos a uma fiscalização, nós passamos nos Conselhos Tutelares e perguntamos.

Agora, a questão da prostituição na zona, a exploração na fronteira, se pegarmos casos concretos, com exceção desse caso, é muito difícil porque as pessoas não falam. As pessoas não querem se expor. Mas quando você começa numa conversa informal com um Conselheiro, fora relatório, fora isso, eles relatam muitos casos. Falar é muito fácil. É atravessar a rua, estamos aii. inciusive na cidade de Sete Quedas.

Essa adolescente com quem conversei me falou da presença também de uma outra adolescente brasileira lá naquele bar, mas que não era da cidade, não conhecia. Ela até relatou. Relatos ali na cidade, quando se conversa, existe muita exploração. Muita exploração sexual nessa zona de fronteira.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Estou com algumas perguntas para fazer, mas antes eu queria dizer que esse mesmo problema enfrentado em Mato Grosso do Sul é enfrentado por nós, em Mato Grosso. Nossa fronteira seca é de 720 km, e a facilidade de ir e vir é muito grande, porque existem muitas estradinhas em que não há como haver policiamento.

Em depoimentos colhidos das adolescentes, houve denúncias de que meninas da Bolívia vêm para o Brasil e, do Brasil, voltam para a Bolívia, nesse comércio sexual. Dizem até que as meninas bolivianas nem têm tanto interesse na prostituição, porque ganham muito mais dinheiro traficando drogas, sendo "mulas".

Então, nossa pergunta é a seguinte: como são tratadas as crianças de outros países que atravessam para cá? O que existe, na fronteira, de política de atendimento? Qual é a atuação da auditoria se a criança for paraguaia?

O SR. CARLOS ALBERTO – Quanto à exploração sexual da criança paraguaia, em fiscalização, não encontrei nenhum caso. Encontramos muito trabalho de crianças paraguaias, principalmente em Ponta Porã, como guardadores de carro, ambulantes. E nós, do Ministério do Trabalho, não temos mecanismos, não podemos inseri-los em nenhum programa existente no Brasil. E, quanto a esse programa, como política, na fronteira, não existe. Eu desconheço.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Nós também desconhecemos. Por exemplo, na Bolívia, no Paraguai, não existe.

Carlos Alberto, muito obrigada pelos seus esclarecimentos. Gostaríamos que você deixasse os documentos que mencionou há pouco.

Agora, ouviremos a Promotora Ariadne de Fátima Perondi, da Promotoria da Infância e Juventude, que nos relatará um pouco do trabalho que vem realizando.

A SRA. ARIADNE DE FÁTIMA PERONDI – Boa tarde, Senadora Fátima Cleide, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares presentes.

Eu gostaria de dizer que é uma imensa satisfação para o Ministério Público, por meio da nossa Promotoria, estar nesta Comissão para acompanhar, de perto e amiúde, o desenvolvimento desse momento histórico para Mato Grosso do Sul. Estou na área há tempo suficiente para fazer essa avaliação e afirmar, sem medo, que V. Exªs, hoje, com todo o apoio do Deputado Pedro Teruel, estão escrevendo e mudando a história e a cultura de Mato Grosso do Sul.

(Palmas.)

A sociedade de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul espera por este momento, pede esta porta que hoje V. Exªs abrem para a sociedade. E o Ministério Público, acompanhando freqüentemente esse desenvolvimento, pretende dar toda a sua força, por meio do desenvolvimento do seu trabalho e do exercício das suas funções.

Conhecemos toda a luta dos parlamentares deste Estado, acompanhamos a luta do Deputado Pedro Teruel e sabemos dos desafios que ele teve de vencer para hoje realizar esta audiência, com todas as senhoras e demais pessoas presentes nesta Comissão.

O Ministério Público está bastante preocupado com toda essa questão e, recentemente, ele estruturou as três promotorias de justiça que temos aqui na capital, da Infância e Juventude, para poder atender de maneira mais eficiente toda essa problemática que envolve os crimes praticados contra as crianças e os adolescentes.

Temos três promotorias de justiça. Uma delas responde pela prática de atos infracionais; a outra responde pelos interesses individuais, cuja responsável é a Drª Elizabeth, que estava conosco até agora; e a minha promotoria, que defende e pleiteia a proteção dos interesses difusos e coletivos, e também atua nos casos de crimes contra crianças e adolescentes.

A nossa atuação é do mês de abril deste ano. Trata-se de um pleito antigo nosso, feito junto à Procuradoria-Geral de Justiça e que nasceu já de um esforço antigo. Quem está aqui, e que também está escrevendo essa história, sabe do que estou falando, ou seja, de todo o esforço para criar a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. Para canalizar, para um só espaço e, com uma só voz, atender os casos de crimes praticados contra crianças e acabar de vez com aquele desmando e com aquele desrespeito à infância que ocorria nas delegacias espalhadas por toda a nossa capital. Infelizmente, falo somente por Campo Grande, porque está muito bem-estruturada, e o interior ainda tem muitos degraus para galgar.

Com a criação dessa delegacia especializada, pôde-se ter um raio-X mais concreto dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

As senhoras bem sabem, por meio do trabalho que vêm realizando pelo país afora que, uma vez que se começa a puxar o fio, a prateleira inteira vem abaixo. É isso o que estamos vivendo com Mato Grosso do Sul neste momento; é isso que o Ministério Público está acompanhando e participando, amiúde, deste trabalho todo.

Com a criação desta delegacia, com profissionais sérios e com todo o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado, vem-se desenvolvendo um trabalho de muita seriedade. Temos contado com muitos apoios dos órgãos constituídos para o desenvolvimento das nossas funções.

Acreditamos que Campo Grande está mostrando para o resto do País que está organizado e agindo dentro da lei, dando a resposta que a sociedade precisa e merece.

Eu mesma já estou há um tempo na área e posso dizer que muitas vezes fui, juntamente com a Drª Maria Isabel, a juíza que estava conosco agora há pouco, voz isolada nos clamores de respeito a crianças e adolescentes, à exceção das entidades que aqui se encontram hoje, que lutam, e que também estão escrevendo a história de Mato Grosso do Sul.

O que hoje podemos ver é que a sociedade está ao nosso lado. Então, hoje, a sociedade está pronta para se aliar a nós e cobrar a resposta, por meio da voz da Justiça.

Com a criação desta promotoria especializada, pela qual eu me encontro respondendo no momento, temos envidado muitos esforços na transformação de uma cultura jurídica, há muito tempo arraigada neste País, de impunidade dos autores de crimes, principalmente aqueles de natureza sexual contra crianças e adolescentes.

Temos conhecimento das dificuldades, que é caracterizar a materialidade e a autoria desses delitos, e cremos no esforço comum de alguns Estados que se anteciparam, como Pernambuco e Rio Grande do Sul, que contam com essas delegacias especializadas e vêm dando a resposta que as senhoras acompanharam pela imprensa ultimamente, e que a sociedade tanto almeja.

Temos tido muito apoio também de segmentos públicos desta sociedade para buscar alternativas para o atendimento dessas jovens, que também são um desafio. São jovens vítimas de crimes de natureza sexual, que envolve pessoas de natureza pública, com conhecimento público na sociedade. Elas precisam e merecem a nossa proteção. Temos avaliado que o Estado não está preparado para fornecer essa proteção. Existe a necessidade de uma proteção específica e adequada a essas jovens em desenvolvimento, muito embora bastante corrompidas e muitas delas estejam, infelizmente pela força das circunstâncias, em que se encontraram e que foram levadas a estar.

O Ministério Público vem desenvolvendo um trabalho com o apoio da Câmara Municipal, para coibir a venda de bebidas alcoólicas para crianças e jovens. Estamos acompanhando, em toda a Nação, os esforços legislativos também nesse aspecto, tentando fechar o cerco para que a bebida realmente fique centrada no consumo apenas para os maiores de 18 anos.

As nossas próximas atividades, dados os eventos que ocorreram na nossa comunidade, serão centralizadas na fiscalização dos estabelecimentos de motéis, para impedir que crimes bárbaros sejam cometidos dentro desses estabelecimentos, como aconteceu no ano de 1998, quando o Município criou uma lei, alterada pelo Deputado Pedro Kemp, aqui presente, para tentar coibir os crimes. E, infelizmente, não foi suficiente. Precisamos de mais apoio. Já recebemos o aceno positivo da Câmara Municipal no sentido de regulamentar aquela lei que, até hoje, permanece sem regulamentação. Em 1998, houve um estupro seguido de morte de uma menina de nove anos no interior de um estabelecimento de motel, fato público nesta comunidade.

Não podemos mais conviver com fatos dessa natureza. Campo Grande merece uma realidade diferente. A sociedade está cobrando. E a Justiça tem de mostrar sua voz, tem de se fazer ouvir. Nesse sentido, o Ministério Público estará lutando para que seu papel seja exercido.

Este é um momento histórico, escrito a tantas mãos, que hoje temos o prazer de estar acompanhando. O Ministério Público empresta todo seu apoio, voz e esforço, para que possamos olhar para trás, depois de um tempo, e dizer: "Avançamos". É isso o que todos nós aqui esperamos e é isso o que todos nós aqui queremos escrever.

Está presente a representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, muito atuante, bastante participativa, assim como representantes dos conselhos tutelares, que muito lutam e muito participam, vencendo horas de esforço e trabalho extraordinário no sentido de buscar alternativas. (Palmas.)

Tenho que esclarecer que, embora haja somente dois conselhos tutelares, muito a comunidade já trabalhou para aparelhar – ainda que seja insuficiente – e capacitar esses conselhos tutelares. Acreditamos que somos um dos poucos Estados que possui a Escola de Conselhos Tutelares e que funciona vinculada à Universidade Federal, na qual muitos conselheiros já tiveram oportunidade de se formar. Nós próprios, do Ministério Público, já tivemos oportunidade de proporcionar muitas capacitações aos conselheiros. Precisamos de muito mais. Porém, alguma coisa já foi feita.

Falei muito. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – A Drª Ariadne não falou muito, mas falou muito bem. Ela é um exemplo da importância da parceria que precisamos ter com o Ministério Público, com as promotorias. Congratulo-me com V. Sª pelo excelente trabalho e, sobretudo, pelo engajamento.

Nós que atuamos nessa área sabemos que, se não mantivermos isso como missão mesmo de vida, não conseguiremos realmente levar os casos adiante,

dadas as grandes dificuldades e desafios. A problemática é muito difícil para conseguirmos vencer.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Eu gostaria de fazer uma pergunta à Drª Ariadne.

Como operadora do Direito, que contribuição a senhora poderia oferecer em termos de implementar a legislação para facilitar a atuação na caracterização da exploração sexual de crianças e adolescentes?

A SRA. ARIADNE DE FÁTIMA PERONDI – Essa avaliação não é só do Ministério Público. Acredito ser também dos conselhos tutelares municipais de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Percebe-se, no atendimento de ponta individualizado, uma necessidade muito grande de programas de consistência que atendam ao adolescente, mantendo-o na sua família, para resgatar esses laços e fortalecê-los. Só por meio do fortalecimento dos laços familiares, consegue-se pensar em recuperar, reinserir e trabalhar com esse jovem. É impossível trabalhar com a criança ou o adolescente de maneira isolada. Ele precisa ser trabalhado dentro da família.

Percebemos muita deficiência dos programas públicos oferecidos no sentido de acompanhar o jovem para que ele permaneça na sua família. Recentemente, houve casos de atendimento a crianças e adolescentes usuários de drogas que precisavam urgentemente de um tratamento especializado, que foi providenciado pela Secretaria Municipal por meio dos hospitais especializados. Nós não tínhamos, como não temos, um programa de continuidade para manter esse jovem na família, para que ele pudesse resgatar, ali, as suas raízes perdidas e se recuperasse, inserindo-se na sociedade de uma maneira ajustada.

Então, na minha avaliação e dos órgãos que estão atuando mais próximos dessa área direta de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violação de direitos, um programa de continuidade para permanência dessa criança, desse jovem na sua família.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Agradecemos a Drª Ariadne, parceira nossa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e convidamos **A SRA. MARIA** das Graças Amaral Silva, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza, para que também faça seu pronunciamento. (Pausa.)

Não estando presente, convidamos o Sr. Alfredo Fagundes, do Conselho Tutelar da Região Sul de Campo Grande.

O SR. ALFREDO FAGUNDES – Senhoras e senhores presentes, Exmº Sr. Deputado Estadual Pedro Teruel, Presidente da Frente Parlamentar, a quem cumprimento, demais membros da Mesa, meu nome é Alfredo Luiz Fagundes. Sou do Conselho Tutelar da Região Sul, que atende aproximadamente 400 mil habitantes na nossa capital.

Fiquei muito feliz ao ouvir o discurso da nossa Drª Ariadne de Fátima Perondi. Foi dito muito bem que o ofício que exercemos tem que ser uma missão de vida.

Excelências, no campo da exploração sexual, o que temos observado, como membros do Conselho Tutelar aqui na Capital, é exatamente a falta de ampliação da rede de atendimento direcionada especificamente a essas crianças e adolescentes vítimas dessa violência.

Foi dita, há pouco, a necessidade de ampliação maior dessa rede e ouvimos o representante do Ministério do Trabalho dizer que, quando o problema chega no Município do interior, o Conselho Tutelar não sabe o que fazer, muito menos está preparado para uma situação como aquela. Aqui, na capital, ainda somos um pouco mais privilegiados, porque as oportunidades de se adquirirem os conhecimento são bem mais amplas. A grande dificuldade, hoje, é, como disse a digna Promotora, a continuidade desse acompanhamento, preferindo principalmente a aplicabilidade do art. 100 do Estatuto, que diz que, na aplicação das medidas, temos que preservar os vínculos familiares.

Então, como conselheiro tutelar, percebo essa grande dificuldade, ou seja, a continuidade.

Vejo o Programa Sentinela como, digamos assim, uma menina dos olhos, que precisa ser revestida de mais investimento para que possa, realmente, cumprir o seu papel, que é extremamente importante na rede de atendimento. Não vejo como a criação de mais abrigos vá resolver esse tipo de problema, não.

Como disse muito bem a Promotora, temos que manter a criança na família. É princípio básico da lei brasileira da criança e do adolescente mantê-los na família e prestar-lhes toda assistência, com uma equipe multidisciplinar, por exemplo.

Como eu já disse, o fortalecimento do Sentinela é extremamente importante.

Aqui em Campo Grande, temos o Grupo de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que tem toda a sua sistemática de trabalho definida, pronta para execução. Dele participam o CMDCA, a Secretaria Municipal de Assistência Social, os Conselhos Tutelares, o próprio Comcex, parece-me que o Ministério Público também, e o Juizado da Infância e da Juventude.

Para encerrar o meu discurso, considero como fator muito importante o reaparelhamento dos Conselhos Tutelares, para que realmente tenham condições de exercer sua função conforme a lei dita, porque o que vemos por aí é uma enorme deficiência dos conselhos

tutelares para que cumpram realmente a sua missão. Aí, fica muito difícil. Ficam trabalhando de improviso, fugindo das suas atribuições e responsabilidades legais. Então, vejo a necessidade de um reaparelhamento dos conselhos tutelares, bem como dos próprios Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que, então, possam exatamente cumprir o seu papel conforme a lei estabelece.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Muito obrigada pela sua participação.

Queríamos ouvir e chamar a Maria Rosana Rodrigues, coordenadora especial de Políticas Públicas para a Mulher. (Pausa.)

Vamos chamar outra pessoa. Concedo a palavra à Mônica Sueli, coordenadora do Programa Sentinela, de Campo Grande.

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Boa tarde a todos. Meu nome é Mônica Sueli Nonato de Castro, sou presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e coordenadora do Programa Sentinela de Campo Grande.

Primeiramente, quero falar mais da parte técnica, principalmente da questão das atribuições, que vejo, assim, como o grande entrave para todo o atendimento à criança e ao adolescente. O papel do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA, é definir, controlar e acompanhar a política de atendimento à criança e ao adolescente. Na nossa gestão, temos procurado dar muita ênfase principalmente à questão da prevenção, por meio do Fundo Municipal para Infância e Adolescência.

Hoje estamos principalmente trabalhando a parte curativa, o problema quando ele já ocorreu. Mas a questão maior que temos de evidenciar é investir em prevenção, em educação, em informação. Hoje o Conselho Municipal vem procurando cumprir esse papel, essa atribuição. Conforme o conselheiro tutelar Alfredo e a Drª Ariadne disseram, o problema não é criar mais abrigos e, sim, investir na família, e essa tem sido nossa grande luta hoje.

Temos hoje na capital, aqui em Campo Grande, aproximadamente 16 abrigos e, por meio do próprio Conselho Municipal de Direitos, procuramos investir no ano passado numa capacitação para todos os trabalhadores dessa área com 160 horas de aperfeiçoamento.

Também temos, ligado ao CMDCA, conforme o conselheiro disse, o grupo de enfrentamento, um grupo municipal de enfrentamento à violência sexual. Muitos dos Municípios contam com uma comissão, mas criamos um grupo de enfrentamento ligado ao Conselho Municipal, até para que o próprio Conselho Municipal acompanhe essa política de atendimento.

Há ainda o Programa Sentinela, implantado em Campo Grande em fevereiro de 2001. Até a presente data, atendemos aproximadamente 650 casos de abuso e exploração sexual, e grande parte deles ainda está em acompanhamento, com a dificuldade da própria reinserção dessa criança e desse adolescente à família, devido às dificuldades que todo o seio familiar tem encontrado em se reestruturar, para que essa criança, para que esse adolescente realmente tenha aquele direito preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, a questão da prioridade absoluta nas políticas sociais básicas. Temos o centro de referência que é o Centro de Atendimento Psicossocial onde oferecemos todo atendimento às vítimas bem como aos familiares de todo o tipo de violação de direitos. E, por intermédio do próprio centro, temos investido muito em capacitação bem como em prevenção.

Por meio de várias campanhas, temos procurado sensibilizar a sociedade no que concerne ao fenômeno do abuso e da exploração sexual infanto-juvenil. O papel atual do Município de Campo Grande, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem sendo o de cumprir a sua atribuição em relação à criança e ao adolescente e o CMDCA de Campo Grande vem fazendo a sua parte nesse papel.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Mônica, com relação às denúncias de exploração, de violência, tu observas que, ao longo do tempo, tem aumentado ou diminuído?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Existem duas vertentes, principalmente porque uma é a de que a denúncia aumentou, mas aumentou baseada no trabalho em que todos os componentes da rede de atendimento e toda a sociedade vem fazendo, no sentido de informar e esclarecer a população como denunciar.

Por outro lado, para nós aumentam esses casos em função da própria informação. Mas, o que temos procurado combater é que realmente isso não aumente no sentido de violações para que a criança tenha assegurados seus direitos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Mônica, essas denúncias acontecem no âmbito familiar ou fora dele? Onde há maior incidência?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – A maior incidência está no seio familiar. Em cerca de, aproximadamente, 68% dos casos a violência acontece dentro do próprio lar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Como tem sido praticada e por quem? Como tem sido a atuação das mães, dos familiares?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – As violências acontecem das pessoas mais próxi-

mas a essa criança. É o pai que aparece como o maior agressor e também o padrasto. Geralmente, a mãe, em função de uma certa dependência afetiva, material desse agressor, torna-se conivente com a situação.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Fui informada que aqui em Campo Grande haveria oitenta e um pontos de prostituição infantil. E Corumbá estaria entre as sete maiores na prostituição infantil.

O que teria a colocar em relação a essa afirmação?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Verificamos que, principalmente, por sermos um Estado com muitas divisões fronteiriças, esse seja um fator que contribua para o aumento de incidência. Por isso acreditamos que a prevenção, a informação, a parte educativa ainda é o melhor caminho para que toda a sociedade esteja sensibilizada e realmente encontre alternativas para vencer esta questão.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Com relação a bares, o que ocorre? Onde tu observas, pelo trabalho que desempenhas, onde se constata a maior freqüência dessa prática?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Existem várias situações.

Temos nos deparado e, até a Promotoria, temos um trabalho muito articulado, em parceria com conselhos tutelares e com a Promotoria, no sentido de fiscalização e o que se observa muito em Campo Grande atualmente é a questão dos motéis.

Ainda existe uma dificuldade em respeitar as leis. Elas estão no papel, mas na prática não estão sendo obedecidas. Verificamos que muitas pessoas, muitos adultos aliciam crianças e adolescentes e entram nos motéis dentro de Campo Grande. É um trabalho que estamos começando agora a fiscalizar através do Ministério Público.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – E os hotéis?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Os hotéis também. Não existe e a Promotoria está buscando, por intermédio da lei de combate que existe ao abuso e à exploração sexual, estabelecer critérios para que essas pessoas que têm o poder de coibir esse tipo de situação estejam alertas e informados, e que basicamente também sejam cobrados.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Aqui, nas praças públicas, é possível visualizar meninas – que expressão usaria – esperando programas, esperando acompanhantes?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Aqui há uma localidade que realmente favorece muito, a Praça Ari Coelho, onde temos visto. Temos feito um trabalho, tanto nós quanto o Programa Sentinela, em parceria com toda a rede e o Ibes. Pelas estatísticas, nesse local realmente se concentram muitos aliciadores e as próprias vítimas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Em termos de exploração sexual tanto de meninas como de meninos? De ambos os sexos?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – É. A maioria é de meninas, mas também temos um contingente bastante expressivo de meninos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Na escola, eles também são abordados na porta das escolas?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Hoje, uma das grandes metas de trabalho é a questão da escola, porque estamos trabalhando muito dentro das escolas. Então, temos que ver além do portão da escola, porque hoje os aliciadores estão nos portões das escolas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Gostaria de fazer alguma consideração, deixar alguma contribuição para esta CPMI?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – A nossa indignação, porque nós, como defensores, buscamos a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas verificamos que somos levados a fazer, como nesta audiência, um movimento para discutir algo que toda a sociedade já devia ter como uma bandeira vencida. No entanto, ainda estamos batalhando para conscientizar.

Sempre sensibilizamos, não conscientizamos ninguém. Mas ainda precisamos trabalhar muito, porque a sociedade precisa fazer seu papel de defesa e de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Apenas para concluir, Mônica, você diria que a vinda da CPMI poderia significar uma forma de sensibilização da comunidade?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Conforme a Drª Ariadne disse, quanto à CPMI, este é um momento único, principalmente porque ainda verificamos a rotulação que o Estado de Mato Grosso do Sul tem no País. Essa situação nos faz sentir até "minorizados" em relação a outros Estados do País.

Então, é uma oportunidade de mostrar a todo o Brasil que também somos um Estado que busca realmente salvaguardar a questão da criança e do adolescente e, principalmente, o que está preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Obrigada.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Inicialmente, quero me solidarizar, porque não é só o Mato Grosso do Sul que tem vive essa situação. Venho do Estado de Rondônia, também região de fronteira, com 1.500Km abertos de fronteira de rio, que conta com

apenas um posto de fiscalização de policiais federais, o resto é fronteira aberta. A minha solidariedade aos mato-grossenses-do-sul.

Mônica, você relatou que até fevereiro de 2001 foram registrados 650 casos no Programa Sentinela.

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Até agora. De 2001 até agora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – De fevereiro até agora. Desses casos, quantos foram denunciados e que resultados obtiveram na Justiça? Você teria condições de nos dar essa informação?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Atualmente, desses aproximadamente 650 casos, estamos acompanhando 261 e verificamos que a questão ainda precisa ter um trabalho mais diferenciado. Não existe ainda no Estado, aqui na capital, um trabalho com os agressores. Então, acredito que esse fator é muito agravante, porque a criança é vitimizada. Se a própria Justiça, por ter seu procedimento dependente de vários fatores, acaba sendo lenta para a situação de urgência da criança e do adolescente, e a criança ou o adolescente é vitimizado várias vezes; não pela inoperância da Justiça, que tem procurado fazer o seu papel. Muitas vezes, contudo, a morosidade contribui muito para a revitimização dessas crianças e adolescentes. Então, acredito que realmente nosso trabalho tem alcançado, em determinado momento, sucesso.

Esperamos muito mais ainda da Justiça, porque a ela cabe realmente a aplicação de todas as penalidades possíveis, conforme preconizam as leis vigentes.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Em algum desses 650 casos, a senhora sentiu morosidade por parte da Justiça?

A SRA. MÔNICA SUELI NONATO DE CASTRO – Acreditamos que, até com a mudança que a própria Drª Ariadne colocou, das autuações dentro do Ministério Público, isso tem mudado muito a questão da agilização. A criação da delegacia foi uma luta muito grande de todos nós que atuamos em relação à infância e à adolescência. Com a delegacia, temos certeza de que aquele caso vai se atendido na hora. Antes, não. Entrava por um sistema de denúncia, tinha que ir até o Conselho Tutelar, para depois se acionar a Justiça.

Então, verificamos que grandes avanços aconteceram, principalmente com essa nova forma de atuação do Ministério Público e, conseqüentemente, com a implantação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Srª Mônica, muito obrigada. Parabéns pelo trabalho no Sentinela, que, lá no meu Estado, também tem realizado, embora em número muito reduzido, um trabalho no sentido de proteger as nossas adolescentes e as nossas crianças.

Muito obrigada.

Gostaríamos de ouvir agora **A SRA. MARIA** Carmem, Coordenadora do Fórum do Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares.

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Estadual Pedro Teruel, que teve a grande iniciativa desta audiência pública, e todos os presentes.

Meu nome é Maria Carmem Matsunaga Carlino. Sou coordenadora de relações institucionais no Fórum do Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares.

Estou à disposição para as perguntas ou, se quiserem que eu comece a me delongar...

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Gostaríamos que a senhora começasse falando das políticas públicas.

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – Enquanto fórum nacional, estivemos no dia 13 de julho, a convite do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, Ministério da Saúde e do Ministério das Comunicações, assinando os protocolos de intenção e alguns convênios, com relação aos conselheiros tutelares.

O mais importante que estivemos assinando foi a parceria com o Banco do Brasil, de doação de cinco mil computadores aos conselhos tutelares no Brasil. Pelo que se tem visto aqui, a situação dos conselhos tutelares do Brasil é precária, com bastante dificuldade. E os conselheiros atuam na sua criatividade; na fala dos colegas aqui, são ousados.

Fui conselheira por dois mandatos; sou ex-conselheira e agora estou só cuidando dessa coordenação e deixei a presidência da associação aqui do Estado recentemente.

Esses cinco mil computadores vão equipar esses conselhos no Brasil todo.

Estivemos também no lançamento do 0800990500, para atender as denúncias que foram enfatizadas aqui.

Também estivemos assinando, da rede de atendimento, por intermédio do Ministério das Comunicações, a participação muito importante dos Correios em todo o Brasil no acolhimento também das denúncias.

E o mais importante, por meio, também, das Secretarias de Direitos Humanos, o programa de atendimento ao adolescente ameaçado de morte. Foi o lançamento desse programa, que, de início, atenderá 100 adolescentes em cada Estado, que já está funcionando no Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Agora vai se estender aos demais Estados do País.

O trabalho do fórum é o fortalecimento do conselhos tutelares. Estamos nos preparando. Estarei em Belém do Pará de 7 a 12, no nosso terceiro fórum naquela capital. Um dos nossos eixos é o reconhecimento da função do conselheiro tutelar. Estaremos estudando a redução da idade penal; estarão lá todos os representantes. O fórum é formado por cinco coordenadores, com representação de todo o País. Essa é a função do fórum colegiado nacional. Resido aqui no Mato Grosso do Sul.

Gostaria também de falar sobre a questão indígena – creio que nossa colega deixou de falar. Nós, do Mato Grosso do Sul, realizamos o primeiro fórum sobre a garantia de direitos da criança e do adolescente indígena, ocorrido em Dourados. Atendendo ao chamamento da própria população da reserva indígena de Dourados, por conta de abusos, estupros, drogas. Acontecimentos com um número bastante elevado.

Estivemos fazendo esse trabalho junto ao Conanda. A população indígena solicitou a implantação de conselho tutelar dentro da reserva indígena, ponto que terá que passar pelas senhoras, porque a legislação não permite, uma vez que o índio é tutelado. Enquanto isso não ocorre, houve a proposta, nesse fórum regionalizado em Dourados, para que seja criado um centro de referência para atendimento, plano que já foi aprovado. Receberemos a visita da Ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, em Dourados, para o lançamento desse centro de referência. Esse também foi um trabalho da Associação de Conselheiros Tutelares em parceria com a prefeitura de Dourados e os organismos locais operadores de Direito.

Gostaria de me referir ainda sobre a dificuldade dos conselheiros tutelares não só no Mato Grosso do Sul, mas em todo o Brasil. Essa dificuldade é grande por conta do não comprometimento dos Poderes. Vejo com grande ansiedade, com grande expectativa, principalmente com a vinda da CPI e dessa Frente Parlamentar agora aqui no Estado, um compromisso maior com a causa da infância e da adolescência, o que nos dá um pouquinho de alento e coragem.

O conselheiro tutelar – quando os colegas diziam que era do interior do interior – precisa ser ousado, precisa ser corajoso, porque além de colher a denúncia, precisamos encaminhá-la tanto para a Justiça como para as delegacias e para as redes de atendimento. O conselheiro tem que ser que nem Bombril: ter mil e uma utilidades. O conselheiro tem que se virar. E, geralmente, como disse o colega, não temos nenhum computador, não temos mesa, não temos sala, por falta de um reconhecimento ou até de uma conscientização maior das prefeituras municipais e também dos semis DCAs de cada município. No Mato Grosso do Sul não é diferente, não. Oxalá, agora, a Frente Parlamentar, nossos aliados, possa minorar essa situação.

E mais: há muitos conselheiros em todo o Brasil ameaçados de morte também, porque colhemos a denúncia, fazemos o seu encaminhamento e ainda recebemos denúncia. Somos ameaçados. Essa é uma situação bastante delicada, bastante séria.

Vi também que a colega Estela Scândola falou a respeito das obras do gasoduto. Eu gostaria de falar também das usinas canavieiras, nas quais a zona de prostituição é muito grande. Temos crianças paraguaias que deixam sua certidão de nascimento escondida, vêm para o Estado, vão se prostituir e vão para as estradas. O número é bastante grande sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Seriam crianças paraguaias?

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – Adolescentes paraguaias. Em Pedro Juan existe um conselho tutelar, não sei de que forma ele funciona. Pedro Juan é a divisa com Ponta Porã. Lá um conselho tutelar faz atuação, mas é só até ali. As adolescentes vêm, ficam nas zonas do baixo meretriz – nas ZBMs – se prostituem, acabam se fixando, arrumam domicílio, vêm atrás do conselho tutelar porque querem um documento, um registro de nacionalidade brasileira, buscam até isso. Foram muitas as situações nesse sentido. Como o adolescente indígena, na questão da prostituição é bastante forte.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Maria.

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – Carmem, pode me chamar de Carmem.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Está bem. Carmem, com relação à questão indígena, também sou do Pará, estamos fazendo esse levantamento, tu poderias nos fornecer a quantidade, a estatística e quem são esses exploradores? De que forma eles chegam às tribos?

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – A maior população indígena está na reserva de Dourados. A Stela até pode falar com mais propriedade porque é um assunto que ela também gosta e domina. Recebemos a denúncia de acadêmicos de Direito. As violações de direitos e os abusos ocorrem entre eles mesmos, dentro da reserva, com alguns casos fora da reserva que até já atendi, principalmente quando a mulher deixa o marido dentro da reserva – é o seu costume, ela sai – principalmente com a criança adolescente desaldeada, que não está nem lá dentro da reserva; ela sai, o marido arrumou outra esposa, então ela sai e vem para a margem das estradas. O adolescente vai para a prostituição, é explorado pelos caminhoneiros e pelos próprios índios. Essa foi a denúncia que colhemos e encaminhamos ao Conanda.

É só acessar o Conanda no item Fórum da Questão Indígena; todos podem saber mais sobre isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Tu consegues lembrar o período em que foi feita a denúncia, em que ano foi?

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – Foi no começo do ano.

Estela, você me lembraria mais ou menos a data do fórum em que esteve o pessoal do Unicef?

A SRA. ESTELA SCÂNDOLA – Abril.

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – Abril, no mês de abril.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Carmem, nomes dos conselheiros que estariam sendo ameaçados: você teria para nos fornecer?

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – Nós temos conselheiros nacionais. Alguns já estão sob proteção. Poderia estar passando, mas para registro de vocês. Isso em âmbito nacional.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Está bem, Carmem, ficaremos aguardando, porque isso também nos ajudará no trabalho de investigação.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Eu queria fazer uma pergunta para a Carmem. Temos mais ou menos 5,5 mil Municípios. Mais ou menos a metade dos Municípios conseguiram e têm conselhos tutelares. Essa é uma preocupação grande. Uma das questões que muitas vezes os conselheiros colocam – e aí eu gostaria de ouvi-lo – é a respeito da remuneração, que é um problema grave para os conselheiros.

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – A remuneração está no estatuto. De qualquer modo, esse problema é um dos eixos do nosso segundo congresso, que se realizará em Luziânia, próximo de Brasília. O congresso tratará a respeito do reconhecimento da função do conselheiro e, principalmente, e da não remuneração. É claro que isso terá que passar por V. Exªs também, mas já estamos fazendo uma campanha para substituir a palavra 'eventual remuneração'.

Nós, conselheiros, temos uma luta para não mexer no estatuto, porque a partir do instante em que se mexe no estatuto, abrimos uma brecha para que várias modificações possam ser feitas. Estamos, pois, lutamos como fórum nacional para suprimir as palavras 'eventual' e 'uma recondução'.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Só para finalizar. Srª Presidente, a senhora colocou há pouco que haverá um encontro em Belém, capital do Estado do Pará, em que uma das temáticas será a questão da redução da idade penal. Gostaria de saber de você, como representante deste conselho nacional, qual o posicionamento dos conselheiros com relação a essa temática.

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – É claro que somos contra, contra e contra. Então vamos debater, vamos estudar bastante e vamos repassar para todos os conselhos por intermédio de seus representantes, porque existe o mito até com o próprio conselheiro tutelar. Quando o colega de Dourados falou, houve até uma certa indignação de alguns, pois estava falando mal até de conselheiro tutelar, mas, na verdade, falta-nos capacitação para todos. Poucos conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente e é preciso capacitar cada vez mais o conselheiro tutelar, principalmente com relação à redução da idade penal. Isso seria uma vergonha para nós.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Qual seria, então, a sua sugestão para que houvesse essa divulgação, esse conhecimento?

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – Seria a nossa parceria com Parlamentares, com o Congresso Nacional, com a Frente Parlamentar. Fico contente porque o meu Estado está com um número bastante elevado de pessoas engajadas. Seria, então, a nossa parceira com o Senado, com os Deputados, enfim, com todos os Poderes, para que possamos fazer um bom trabalho.

Começamos a nossa caminhada, a nossa trajetória, no 3º Congresso Nacional de Direitos. E foi uma caminhada até o Congresso. Ali já deslanchamos um trabalho, uma campanha contra a redução da idade penal.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Queremos agradecer, Carmem, por esse belíssimo trabalho. Creio que esta e todas as questões que forem levantadas no fórum terão o nosso apoio na Câmara, no Senado, pela importância que reconhecemos dos conselhos tutelares, que, como já disse no início, são as antenas de todo esse trabalho que vem sendo realizado. Parabéns e obrigada.

A SRA. MARIA CARMEM MATSUNAGA CARLINO – Eu é que agradeço, principalmente pelo comprometimento desta CPI. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Gostaríamos de chamar agora o Deputado Pedro Teruel, que também é o Coordenador da Frente Parlamentar da Infância de Mato Grosso do Sul, agradecê-lo e parabenizá-lo, pois graças a seu esforço é que foi possível estarmos hoje, aqui, realizando esta audiência pública.

Deputado, é muito importante que V. Exª faça todo um relato dessa situação e de sua atuação também na questão da Frente Parlamentar da Infância de Mato Grosso do Sul.

O SR. PEDRO TERUEL – Inicialmente, agradeço a presença da CPMI do Congresso Nacional, que vem

tratar de um assunto tão importante, tão delicado, tão complexo como esse. Para nós, é bastante importante que seja incluída na pauta de discussão do resto do Brasil Mato Grosso do Sul.

Aqui, na Assembléia Legislativa, como de praxe na maioria dos Legislativos, temos a Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos, composta pelos Deputados Nelson Trad Filho, Onevan de Matos, Raul Freixes e Sérgio Assis. Os suplentes são os Deputados Ari Artuzi, Akira Otsubo, Flávio Kayatt, Pastor Barbosa e Pedro Kemp. Essa Comissão se dedica principalmente ao trabalho infantil, dentro da sua missão de direitos humanos, cidadania e também como comissão de trabalho. Ela também atua nas questões de direitos humanos e cidadania.

Há mais de um ano, no Mato Grosso do Sul, criamos a Frente Parlamentar Sul-Mato-Grossense, muito espelhada na Frente Parlamentar do Congresso Nacional, que também é mista, com a participação de Senadores e Deputados. A Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente conta hoje já com vários Deputados Estaduais, Vereadores e alguns Deputados Federais e Senadores do Estado. O número total de membros dessa frente é de 54.

Paralelamente à criação dessa frente, o Deputado Pedro Kemp, há aproximadamente um ano, ainda no mandato anterior, realizou aqui uma audiência pública sobre prostituição infantil, que teve uma série de desdobramentos junto às entidades.

O que percebemos – e penso que é preciso, de alguma forma, entendermos esse processo e o alimentarmos – é que, cada vez que se discute o tema, estimula ou anima ou dá segurança para as pessoas se manifestarem. Na ocasião - o Deputado Pedro Kemp está aqui e pretende entregar um documento à CPMI a seguir -, sentimos que aumentou o número de pessoas dispostas a colaborar com esse procedimento e com esse processo. Por ocasião da vinda da CPMI aqui, no Estado - a imprensa tem dado uma excelente cobertura aos passos da CPMI -, aumentou, de forma assustadora, a quantidade de denúncias, de manifestações, de informações que podem colaborar muito na investigação que esta CPMI está procedendo.

Então, entendemos que, se pudermos, de alguma forma, dar ou divulgação ou tranqüilidade ou segurança para que as pessoas possam colaborar, a sociedade civil organizada poderá ajudar muito.

A Frente Parlamentar está se constituindo numa verdadeira rede que não pretende, pela suas funções, e nem irá substituir qualquer entidade, conselho ou iniciativa que já exista para trabalhar o assunto. A pretensão da Frente Parlamentar é a de estar à disposição de todas essas entidades tanto públicas quanto da sociedade civil, para levar ao Poder Legislativo os assuntos coletados e discutidos ou as políticas definidas pelos conselhos. Assim como a CPMI levanta dados do Brasil inteiro para levar para dentro do Poder Legislativo e dar encaminhamentos aos diversos organismos para que sejam tomadas providências. Também temos essa comissão. Os Vereadores e Vereadoras, em cada Município, podem atuar, dentro de sua atribuição parlamentar de fiscalização do Executivo, podem fazer a fiscalização se as políticas do Executivo, os procedimentos ou proposições que tramitam têm algo que fere os direitos da criança e do adolescente. Nesse caso específico, as Vereadoras e Vereadores podem, em cada Município, fazer repercutir, por meio do Legislativo, as informações, as preocupações e o desrespeito com relação a crianças e adolescentes.

Entendemos que é possível, por meio da Frente Parlamentar. É um dispositivo a mais. Volto a dizer: ocorre-me aqui, nem sei se é o caso, que, por desdobramento desta CPMI, alguns Estados já estão discutindo a possibilidade de criação de CPI estadual, própria para o Estado. Se não estão, não sei se seria o caso. Mas esta Casa conta com o grande apoio de todos os parlamentares quando traz ao debate, ao Plenário, questões que tratam da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Por isso, é possível que esta Casa seja um palco que possa fortalecer esse trabalho.

Posso informar que a experiência da Frente Parlamentar continua crescendo. Certamente, com esses fatos, a Frente Parlamentar, que possui 54 parlamentares, deve aumentar significativamente de número com a entrada de parlamentares que, certamente, terão muito a contribuir com a questão.

Era o que eu tinha a informar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Muito obrigada, Deputado.

Só confirmando: a Frente Parlamentar conta com quantos?

O SR. PEDRO TERUEL – Cinqüenta e quatro membros. É constituída por Senadores, Deputados Federais – da Bancada federal do Estado alguns já aderiram –, Deputados Estaduais e Vereadores. Pegamos todos os Parlamentares do Estado de Mato Grosso do Sul. É aberta a adesão. O termo de adesão é que às vezes impede uma adesão maior. O termo de adesão, é claro, se posiciona de forma veemente contra o trabalho infantil e contra a redução da idade penal. Há, em alguns dispositivos, a obrigação de defender no orçamento verbas para que as entidades viabilizem, como os depoimentos já deixaram claro, a estrutura. A Frente Parlamentar também trabalha no sentido de se incluir, no orçamento municipal, estadual e federal,

orçamento para as políticas de defesa da criança e do adolescente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Então, a Frente estaria organizada nas três esferas: federal, estadual e municipal?

O SR. PEDRO TERUEL – Exatamente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Englobando os 54 membros?

O SR. PEDRO TERUEL – Seria a Frente Parlamentar, nas três esferas, dos Parlamentares de Mato Grosso do Sul. Ela tem um ano e meio, aproximadamente, de existência.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Deputado, inicialmente, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa da Frente de juntar todas as esferas e lutar por mais recursos contra a exploração sexual e contra o trabalho infantil.

Tenho uma pergunta. Como V. Exª crê que a Frente Parlamentar pode dar continuidade aos trabalhos que a CPMI desenvolverá ainda no decorrer deste dia?

O SR. PEDRO TERUEL – Entendo que o parlamentar tem um instrumento muito forte à sua disposição que é, primeiramente, a imunidade por seus atos como parlamentar. Isso dá ao parlamentar uma condição diferenciada em relação ao cidadão comum. Em segundo lugar, os parlamentares têm à sua disposição uma tribuna. A imprensa nos dá uma cobertura muito grande às manifestações da tribuna, e o Parlamentar pode ser um multiplicador ou fazer com que toda a sociedade possa ouvi-lo por meio da tribuna. Mas, ainda que os Parlamentares dos três níveis tenham em suas competências essa oportunidade, essa é a única oportunidade que o Parlamentar tem de mexer com o orçamento ou poder definir por gastos na aprovação do orçamento. Todas essas instâncias estão recebendo agora o orçamento para o ano que vem. Então, nas três instâncias, dá para os Parlamentares poderem defender a rubrica, a criação de rubricas ou o aumento das rubricas, inclusive se criando rubrica específica por tema que está sendo discutido, hoje, em função da gravidade e da grande quantidade de casos declarados, reportados pelas entidades.

Outra condição da Frente Parlamentar é utilizar a sua atribuição de fiscalização, podendo fiscalizar o Município, interferir no Executivo municipal e também interferir na legislação municipal com relação a alvarás que a prefeitura dá para funcionamento de casas de **show**, casas de festa, motéis ou coisas desse tipo. Pode ser um instrumento muito forte ao alcance dos Parlamentares, para que rapidamente possam criar alguns dispositivos para dificultar ou, preventivamente, poder evitar essas questões.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sr. Deputado, foi-nos informado aqui que Campo Grande teria 81 pontos de prostituição infantil e que Corumbá estaria entre as 7 maiores cidades em prostituição infantil. Diante desses dados, há a possibilidade de uma CPI no âmbito estadual?

O SR. PEDRO TERUEL – Entendo, até pelo resultado da audiência pública que o Deputado Pedro Kemp realizou há um ano. Por essa audiência pública e pela repercussão e pelos desdobramentos que esses eventos trazem, acredito que talvez produzisse bons efeitos uma CPI dentro de Mato Grosso do Sul, porque ela estaria, durante todo o período, durante os 120, os 180 dias, trabalhando com todas as questões, em todas as cidades do Estado de Mato Grosso do Sul. É uma forma um pouco diferenciada, porque a CPMI trabalha o Brasil inteiro, passa por aqui, faz o trabalho, levanta dados e não permanece mais do que dois dias.

Então, acredito que sim, pode ser uma boa idéia. Porém, uma idéia que não pode ser minha, nem tenho condição de antecipar o resultado. Seria uma consulta às lideranças das bancadas aqui da Assembléia e, posteriormente, talvez, uma consulta aos Deputados e Deputadas, para ver qual é a avaliação da maioria dos Parlamentares desta Casa.

Sem dúvida alguma, acredito que poderia ser por um período longo. Uma CPI passaria a ser um espaço a mais para as entidades poderem estar debatendo o assunto, mostrando suas dificuldades, o seu empenho, o seu trabalho. E a CPI, talvez, e já estou aqui fazendo uma defesa, sem conversar com os demais Parlamentares, possa ser um dos procedimentos adotados aqui, em vista do grande número. Inclusive, quando se fala "identificados 80 pontos, identificadas cidades em que o caso é mais grave", parece que já há um indicativo para que alguma coisa seja feita para chegar a esses pontos. Se se sabe o endereço e a cidade, certamente alguma coisa precisamos fazer para chegar até lá.

Quero aqui dizer que o Governo do Estado tem uma série de programas sociais, que é um dos elos dessa ligação toda, tem vários programas sociais como nunca o Estado teve e tem também vários programas de inclusão social, como, por exemplo, o Bolsa-Escola, que foi um dos programas que chegou a uma família, num depoimento aqui, em que se falou que havia uma criança no Paraguai. Então, dá para ver que o programa social chega e tem exigências, cobra dessa família a participação, a criança na escola, e, mesmo assim, vemos que o programa tem que estar constantemente corrigindo – e mensalmente é feito este trabalho: o Estado, através da Secretaria, mensalmente tem reuniões com as mães para verificar a freqüência na escola e

outras coisas e tem cortado programas de famílias que não preenchem os requisitos da inclusão social.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Muito obrigada, Deputado.

O SR. PEDRO TERUEL – Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Antes de passar a palavra à próxima pessoa, eu gostaria de saber se o Deputado Pedro Kemp gostaria de dizer algumas palavras à CPMI.

O SR. PEDRO KEMP – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o trabalho da Comissão em todo o País. Aqui em nosso Estado, com certeza, vai trazer uma contribuição para a luta das entidades organizadas, deste Parlamento, do Ministério Público e de todos aqueles que estão engajados no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Também quero fazer um registro aqui. O Ministério Público está muito empenhado. Quero parabenizar o Ministério Público. A Drª Ariadne já fez uso da palavra. O MP, realmente, está bastante empenhado, vem desenvolvendo um trabalho brilhante. Também quero registrar e parabenizar o trabalho da Polícia, da Delegada que conduziu o inquérito e fez um trabalho exemplar.

Quero parabenizar também as entidades da sociedade civil, o Comcex e todas as demais entidades que têm compromisso com os direitos da criança e do adolescente. E eu não diria que aqui, no Estado do Mato Grosso do Sul, estamos tendo um aumento de casos de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, nem um aumento dos casos de exploração sexual deles, mas estamos, sim, registrando mais as denúncias e apurando. E isso eu queria dizer que está sendo feito graças ao trabalho maravilhoso do Ministério Público, da Polícia e das entidades da sociedade civil, como o Ibes, que já há alguns anos vem desenvolvendo pesquisas, levantamentos. Baseamo-nos, inclusive, numa pesquisa do Ibes para a realização de uma audiência pública no ano passado nesta Casa, quando protocolamos um projeto de lei – hoje já é lei no Estado – e quero passar uma cópia à CPMI. Acho que essa lei estadual pode servir, inclusive, de modelo para que outros Estados também contribuam em termos de legislação, já que temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei avançadíssima. Mas acho que, nos Estados e nos Municípios, podemos ter iniciativas nesse sentido que podem somar no combate a todas as formas de violação aos direitos das crianças e dos adolescentes. Esse projeto de lei foi trabalhado quando eu ainda era Vereador em Campo Grande, e aconteceu aquele lamentável fato – a que a Drª Eliana se referiu – da menina Eliana, de 9 anos de idade, que foi estuprada e também assassinada no interior de um motel. A partir daquele fato, aprovamos uma lei municipal na Câmara e, depois, aqui, na Assembléia, passamos a receber denúncia. Por exemplo, um empresário da capital também foi flagrado num motel com uma menina de 12 anos, casos de pais que abusavam sexualmente de crianças portadoras de deficiência mental. Tomamos a iniciativa de melhorar e ampliar esse projeto de lei e apresentá-lo aqui, na Assembléia Legislativa. A audiência pública teve por finalidade discutir o projeto, mas também receber contribuições da sociedade civil organizada, além de discutirmos a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes porque de fato essa rede existe. Quando se fala desses pontos de exploração aqui em Campo Grande e no Estado, constatamos isso. E saímos da Assembléia Legislativa, fomos para os Municípios do interior do Estado, fizemos mais sete audiências públicas no interior do Mato Grosso do Sul e escolhemos os Municípios identificados. São Municípios de grande afluxo de turistas e que também registram muitos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O que constatamos nessas audiências públicas, aqui em Campo Grande e no interior? No Mato Grosso do Sul, a exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre muito no interior de casas de massagens, motéis, bares e hotéis. No interior do Estado, está muito ligada a atividades turísticas, ao turismo ecológico e, principalmente, ao turismo de pesca. Temos aqui alguns carnavais fora de época, algumas cidades realizam festas, atraem muita gente. Nesses festivais, nesses carnavais fora de época, há muito o registro de casos de exploração de crianças e adolescentes e há também pessoas que convidam adolescentes de um determinado Município como se fossem para a festa, para o carnaval. Na verdade, essas pessoas estão sendo aliciadas para programas e elas nem sabem que aquela que fez o convite está recebendo dinheiro. Então, estão sendo exploradas sem saber disso. Acham que estão sendo convidadas para um passeio, para, enfim, participar da festa.

Uma questão que ficou também muito registrada nas audiências públicas é o grande número de casos de abuso sexual dentro de casa, cometidos por pais, padrastos, tios, irmãos mais velhos, parentes próximos. E, na exploração sexual comercial de adolescentes, o que nos chamou a atenção foi o fator econômico, as famílias pobres, muitas vezes, não denunciam, não procuram ajuda, até porque acaba sendo um meio de sobrevivência, de ajuda no orçamento doméstico.

Registramos casos de avó, por exemplo, que cuidava dos netos, porque a filha tinha deixado a casa. Ela mesma levava as netinhas para exploração sexual, em busca de orçamento, de recursos para o sustento

de seus netos. Então, nessa questão, constatamos muitas vezes que a família é conivente porque aquelas adolescentes trazem recursos para casa. É um dado bastante complicado.

Estamos percebendo também que havia quase que um consentimento por parte da sociedade, de um modo geral, pelo menos no senso comum, de que isso é normal, de que o homem pode fazer programas com meninas, não há problema nenhum. Há quase que uma aceitação, e culturalmente isso sempre foi admitido.

Porém, de uns tempos para cá – e atribuo muito ao trabalho das entidades, dos conselhos tutelares, dos conselhos de direitos, do Programa Sentinela, das universidades também, que realizam um trabalho preventivo importante –, a sociedade vem rejeitando esse comportamento. Causa indignação, principalmente quando esse comportamento parte de pessoas que deveriam dar exemplo para o conjunto da sociedade, principalmente de respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Percebemos aqui em Campo Grande, por exemplo, pelas denúncias que estão vindo à tona e sendo apuradas, que há uma indignação muito grande por parte das pessoas. É importante que esses trabalhos sirvam para a reflexão e o debate, a fim de aprofundarmos ainda mais a rede de proteção da criança e do adolescente, como eu disse, por intermédio do Ministério Público e, de um modo geral, dos Poderes constituídos – do Poder Legislativo, do Poder Executivo e também das entidades da sociedade civil.

Era essa a contribuição que queria dar, falando da lei – hoje não se trata mais de projeto, mas de lei estadual.

Queria dizer também que, por onde passamos realizando as audiências públicas, houve um efeito imediato que foi a articulação, naquela localidade, das autoridades e da sociedade civil, buscando constituir essa rede de proteção da criança. Convidamos para comparecer às audiências públicas o juiz da cidade, o padre, os pastores, os promotores, os Vereadores, os conselhos tutelares, as escolas, os diretores das escolas. Ao final da audiência, ficava sempre este compromisso: de nos unirmos para fazer um trabalho preventivo, e não deixar que os casos aconteçam para depois tomarmos providências.

Outro assunto importante que queria abordar é que as pessoas estão se encorajando e denunciando, mas ainda faltam, por parte do Poder Público – no caso dos Municípios, por parte das Prefeituras – serviços de atendimento à criança vítima de violência e de exploração sexual e a seus familiares. Constatamos isso em alguns Municípios. Realizei uma audiência pública num Município onde a Prefeitura, depois de constatar o caso, teve de pagar hotel para a criança sair de casa, pois ela era abusada pelo padrasto, e não havia um abrigo no Município. Então, a Prefeitura pagou hotel para a criança ficar fora de casa durante algum tempo. Ao final da audiência pública, o Prefeito falou: "Hoje me conscientizei de que eu tenho de construir um abrigo para as crianças vítimas de violência". Considero muito importante esse trabalho.

Outra questão é a mudança de cultura. Na cidade de Camapuã, por exemplo, realizamos uma audiência pública onde foi relatado o seguinte fato: um conjunto musical foi fazer um **show** no Município e os rapazes, que foram de Campo Grande para a cidade se apresentar, assediaram uma adolescente. Houve uma confusão, e os rapazes do conjunto foram para a delegacia com a adolescente para depor. Ao final da confusão, a menina, de vítima, passou a culpada. Eu diria o seguinte: por ser um conjunto de artistas, não poderiam sair da cidade como agressores de menor. Não ficava bem para a imagem deles. Então, a menina ficou como aquela que provocou, que insinuou, que chamou a atenção. É preciso provocar essa mudança de mentalidade, de cultura, a partir de agora.

Precisamos conscientizar todos os segmentos da sociedade de que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento avançado e importante, mas o mais importante é que ele esteja na cabeça das pessoas e seja, na prática, respeitado, para que, de fato, a criança e o adolescente tenham o direito de serem crianças e adolescentes e sonharem com um futuro melhor. Essa é a minha contribuição. Gostaria que constasse nos relatórios da CPI também essa contribuição da Lei Estadual do Mato Grosso do Sul, quem sabe servindo de sugestão para outros Estados como um instrumento a mais nessa luta.

Muito obrigado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Deputado, ainda com relação ao projeto de lei de V. Exª, no art. 8º há o seguinte: "... motéis, hotéis, pensões, boates, casas de espetáculos eróticos, casas de massagem e congêneres deverão afixar, nas respectivas portarias, em local visível, o mesmo texto previsto no artigo anterior:

"Exploração sexual e/ou maus-tratos contra crianças e adolescentes são crimes. Denuncie."

"Parágrafo único. Será obrigatória a apresentação de documento de identificação do usuário que quiser adentrar nos recintos dos estabelecimentos referidos no **caput** deste artigo."

Este artigo, de alguma forma, está sendo cumprido, está sendo implementado? O que falta para a sua implementação?

"Art. 10. Qualquer cidadão poderá apresentar denúncia do descumprimento desta lei nos órgãos de proteção à criança e ao adolescente para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Parágrafo único. Para facilitar o acesso da população aos meios de denúncia, o Poder Público Estadual deverá disponibilizar uma linha telefônica gratuita exclusivamente para casos de exploração sexual e maus-tratos contra crianças e adolescentes, devendo promover a divulgação do número telefônico em todo o território estadual."

Deputado, foi implementada essa linha? Como está sendo no todo a aplicabilidade dessa lei aqui no Estado?

O SR. PEDRO KEMP – Felizmente, posso afirmar a V. Exª que estamos observando que há um esforço muito grande para que a lei seja cumprida no Estado. Por parte, por exemplo, do Governo Estadual, temos sim linha telefônica à disposição. A Secretaria de Assistência Social, por meio do Comcex, tem feito uma campanha de divulgação desse disque-denúncia, foi feito um **folder** com o 0800, também temos o telefone 1407-SOS criança. Esses telefones têm sido amplamente divulgados pela imprensa e pelas entidades. Esse **folder** que conta muito com o apoio da Secretaria de Assistência Social tem sido divulgado nas escolas, nas praças, em campanhas, como a de agora em 6 de outubro, em que novamente as entidades estarão nas praças, abordando motoristas no trânsito, entregando o material e divulgando, por exemplo, o disque-denúncia. Esse art. 10 está sendo cumprido.

Quando a lei foi aprovada, tivemos o cuidado de, em um primeiro momento, divulgá-la. Fizemos também um **folder**. Sabemos que muitas vezes as leis são aprovadas e não saem do papel. Essa era uma preocupação nossa. Então, fizemos ampla divulgação da lei. Eu, por exemplo, tomei o cuidado de tirar cópia da lei e encaminhar a todos os motéis, hotéis e similares, principalmente aqui em Campo Grande, para que colaborassem e tomassem essas medidas de prevenção, exigindo documento de identificação e também afixando a frase: "Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é crime". Depois tive o cuidado de visitar algumas casas, hotéis, motéis, e constatei em alguns esse cartaz afixado.

Não sei dizer se todas as casas de massagem, se todos os motéis têm essa frase fixada. Mas, pelo menos, alguns atenderam o nosso pedido. Também a imprensa, se vocês observarem e tiverem agora em mãos um jornal da nossa cidade, verão, nos classificados, na coluna de anúncios de acompanhantes, de casas de massagem, essa frase. Num primeiro momento, um jornal de grande circulação do Estado atendeu ao disposto na lei. A outros jornais não estavam atendendo enviamos ofício alertando, e eles passaram a incluir essa mensagem nos classificados.

De modo geral, minha preocupação em relação à lei é com a fiscalização das casas de massagem, dos motéis, dos hotéis, principalmente no interior do Estado. Essa fiscalização, a meu ver, tem que ser permanente e constante, até porque já foram flagradas pessoas explorando crianças em motéis. Mas por que a polícia chegou até lá? Porque uma funcionária do motel telefonou, denunciando. Se não houvesse aquela denúncia, talvez aquele motel teria permitido ou teria continuado a permitir a entrada de menores.

É muito importante a sociedade civil colaborar, denunciando, mas também é importante que o Poder Público faça a fiscalização. O que mais me preocupa em relação à lei é saber se, de fato, os estabelecimentos comerciais que permitem a exploração de crianças e adolescentes serão punidos. A lei prevê até o fechamento dos estabelecimentos. Em um primeiro momento, multa; depois, o fechamento. Essa fiscalização não pode deixar de ocorrer e, em alguns momentos, deve ser intensificada a partir das denúncias feitas pela sociedade.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Hoje, essa fiscalização é feita por que órgão do Governo Estadual?

O SR. PEDRO KEMP – Basicamente, pelas delegacias de polícia e pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. Antes, havia apenas a delegacia que fazia as ocorrências de delitos cometidos por crianças e adolescentes. Agora, existe uma delegacia especializada na proteção aos direitos de crianças e adolescentes, que tem atuado, e muito bem, nesses casos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Obrigada.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Deputado, uma das grandes preocupações e um dos eixos da CPMI é com relação à comunicação, à publicidade. Nosso compromisso é o de construir, por intermédio dos órgãos de comunicação, uma imagem positiva. No caso dessa jovem em Camapuã, por exemplo, tentaram inverter a imagem. Temos essa preocupação. Os órgãos de imprensa, de comunicação serão fundamentais para que, por meio deles, possamos construir outra imagem. Só assim mudaremos a cultura da nossa população.

Contudo, no projeto, pelo que foi exposto, os pontos abordados estão mais direcionados aos anúncios. Queria saber se aqui, em Mato Grosso do Sul, já existe um trabalho para o maior envolvimento da imprensa na hora de apresentar essas questões não apenas como

matéria de denúncia, mas de construção de outra imagem dessa situação.

O SR. PEDRO KEMP – Aqui no Estado, está-se iniciando um trabalho interessante e importante. Queria citar aqui o trabalho da ONG Gira Solidário, que faz um trabalho interessante com o pessoal da área de comunicação, com jornalistas, para que eles abordem, de maneira correta e adequada, as informações relativas a crianças e adolescentes. Já houve casos em que os jornais estavam expondo, de forma inadequada, crianças em algumas matérias, em algumas notícias. Até por influência dessa ONG, os jornalistas passaram depois a observar a forma adequada, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Creio também que essa entidade acaba fazendo um trabalho de conscientização, no sentido de que os profissionais da área de comunicação também estejam comprometidos com a luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O trabalho dessa organização não-governamental está sendo iniciado. Acredito que já esteja surtindo algum resultado positivo e, com certeza, vai avançar mais.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma de Oliveira) – Eu queria, então, agradecer ao Deputado, parabenizá-lo pelo projeto, bem como a todas as entidades que estiveram conosco até agora, e peço desculpas àquelas que não conseguimos chamar para exporem seus questionamentos.

De qualquer forma, muito obrigada a todos.

Passo agora a direção dos trabalhos da mesa para a nossa Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

DEPOIMENTO DO SR. CÉSAR DISNEY AMARAL

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dando continuidade à nossa audiência pública, determino à Secretaria que faça entrar neste recinto o depoente, Sr. César Disney Amaral Romeiro. (Pausa.)

Sr. César Disney, eu advirto V. Sª que, nos termos do art. 203 Código de Processo Penal, sob as penas da lei de dizer a verdade, no que souber e no que lhe for perguntado. Informo-lhe que V. Sª tem o direito de permanecer calado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5ª, inciso, da Constituição Federal.

O depoente, Sr. César Disney, já preencheu e assinou o termo de compromisso que neste momento passo a ler:

Nome completo: César Disney Amaral.

Identidade nº 000132149 – SSP/MS.

Idade: 43 anos.

CPF nº 257.183.801/63.

Estado civil: casado.

Endereço residencial: (omitido).

Profissão: professor.

Local onde exerce a sua atividade atualmente: Câmara Municipal de Campo Grande.

À pergunta se é parente, em algum grau, da parte envolvida, ele respondeu "não".

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade, no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, da Constituição Federal, que já consta da assinatura do Sr. César Disney Amaral.

Eu passo imediatamente a palavra para a Relatora, Deputada Maria do Rosário, para que S. Exª possa iniciar as suas indagações e, em seguida, aos outros Parlamentares que desejarem fazer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, Srs. Parlamentares, eu proporia inicialmente que, como estaremos tratando de adolescentes, estabelecêssemos um código, para que não precisássemos tratar nominalmente as adolescentes, para protegê-las.

A minha proposta, Srª Presidente, é que façamos uma listagem, conferindo o número, para cada uma delas e, nas perguntas, perguntemos sobre o número. Se isso for possível, faremos uma legenda.

Eu passaria ao Sr. César Disney a mesma legenda, para que somente ele e a Mesa, bem como o diretor dos trabalhos tenham o código para que, quando citarmos as adolescentes, elas não sejam identificadas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. César, a Presidência pergunta a V. Sª se deseja, antes do iniciar, para que a Deputada Maria do Rosário faça as indagações, se manifestar, ou enfim, dizer a sua versão dos fatos.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Excelência, eu gostaria, neste momento, de afirmar a minha inocência. Eu não sei quais motivos levaram algumas pessoas a me acusarem. Mas quero dizer que confio em Deus e na justiça do nosso País. Eu gostaria de dizer também a V. Exª que aqui observamos, durante todo esse tempo, um prejulgamento sobre todos os dados colocados. Isso prejudicou sobremaneira a nossa imagem, comprometendo, inclusive, todo um trabalho até hoje realizado e desenvolvido em nosso Município e em nosso Estado.

Mas estou totalmente à disposição da Justiça. Gostaria de dizer ainda a V. Exª que, quando soube da nossa preventiva, eu me apresentei para a autoridade policial me colocando, dessa forma, à disposição da Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu só esclareço a V. Sª, antes de passar a palavra

para a Deputada Maria do Rosário, que o objetivo desta CPI não é fazer nenhum tipo de julgamento, principalmente um julgamento antecipado. Nós estamos aqui para apurar os fatos, para ajudar, auxiliar, colaborar com as investigações que estão feitas, porque esta CPI tem como compromisso e objetivo investigar as redes de exploração sexual quanto a crianças e adolescentes no nosso País.

Temos viajado o Brasil inteiro em busca de soluções para esse drama tão cruel que atinge milhões de crianças e adolescentes no nosso País, onde adultos utilizam como comércio os corpos das nossas crianças e adolescentes.

Então, o nosso objetivo único, aqui, é esclarecer os fatos e dar uma resposta a essas crianças e adolescentes que foram tão prejudicados na sua infância e na sua adolescência.

Eu passo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Prezado Sr. Vereador César Disney, eu quero que o senhor compreenda que muitas vezes, para nós, tratarmos desse tema também é difícil, porque as perguntas dizem respeito a fatos que são bastante graves, e há crianças e adolescentes, o que nos move de forma específica. É mais difícil, portanto, por se tratarem de crianças e adolescentes vítimas da violência e da exploração sexual.

O senhor é casado ou convive maritalmente com alguém?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu sou casado. Tenho uma filha e convivo com a minha esposa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quanto tempo o senhor é casado?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Há três anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor só tem uma filha?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tenho uma filha de dois anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De dois anos. O senhor mora em que bairro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na Vila Nova Bandeirantes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sempre morou nesse bairro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Durante praticamente toda a minha vida eu vivi no Bairro Amambaí, mas trata-se de um bairro vizinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode repetir? Desculpe.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Durante praticamente toda a minha vida...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O nome do bairro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Vivi no Bairro Amambaí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Amambaí.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Mas trata-se de bairro vizinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor morava em que endereço no Bairro Amambaí?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Avenida Salgado Filho, 348.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor lembra do seu telefone nesse endereço?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – 325-6000. É esse telefone há mais de dez anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mantém esse telefone na sua casa, portanto?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na residência da minha mãe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor morava na casa da sua mãe?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Até então, na residência dos meus familiares.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua mãe permanece morando na Rua Salgado Filho, no Bairro Amambaí?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Permanece.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse telefone 325-6000?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa casa onde mora sua mãe tem casas de aluguel nos fundos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tem uma vila de casas que são de aluguel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que são próximas à casa da sua mãe, que fica na frente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – São próximas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, até o seu casamento, morava nessa casa com a sua mãe?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Morei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor reconhece que nos fundos da sua casa morava a família da adolescente que eu lhe dei, ali, como número um?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Reconheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma afilhada da idade da adolescente, que costumava brincar com ela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tenho uma afilhada que nós criamos em casa e não me recordo de que brincava com ela, mas a minha afilhada morou muitos anos na minha residência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não mora mais na sua residência?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. Ela voltou para a casa dos pais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor reconhece, portanto, que a adolescente número um freqüentava a sua casa, brincando?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não. Não freqüentava a minha casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não brincava de bonecas com a sua afilhada?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ela morava próximo, mas não freqüentava a minha casa em nenhuma oportunidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor também não freqüentava a casa dela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Também não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor conhece a mãe da referida adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheço, conheço. Declarei isso, inclusive, em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece a mãe da referida adolescente e sabe que ela esteve separada do seu marido durante um determinado período?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há cerca de três anos atrás?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez um pouco mais. Não posso precisar datas, mas talvez um pouco mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse período, o senhor manteve relações com a mãe da adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tive uma relação com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com a mãe da adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Com a mãe da adolescente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, a mãe da adolescente é adulta. O senhor manteve relações sexuais com essa menina aos dez anos de idade?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – De maneira nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüenta motéis, em Campo Grande, com a sua esposa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais os motéis que o senhor freqüenta, em que o senhor já esteve?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez, nos últimos anos, Ipacaraí, Classic, por aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi a última vez que o senhor foi ao motel?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez no início de agosto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é seu telefone atual? Esse 325–6000 é da sua mãe? E o da sua casa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Esse é da minha mãe. Da minha casa é 325–2202.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor esteve no motel acompanhado de quem?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – De uma amiga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode revelar o nome?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Gostaria de preservar, até por...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos essa amiga sua tem?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Mais de 30 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o seu telefone celular? Por acaso seu telefone celular é: 99027022?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Esse telefone ficou, aproximadamente, uns cinco meses desativado, mas é esse o telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando esse telefone está desativado?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Há um cinco meses. Ele ficou desativado por algum tempo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele está desativado hoje? O senhor reconhece esse número como seu?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Meu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O telefone do seu gabinete é 3260215?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Suas funcionárias são Jaqueline, Francisca, Carlos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de perguntar por que o telefone foi desativado.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu tinha um outro aparelho que perdi. Daí, não ativei, não comprei um novo aparelho e ficou desativado, usava eventualmente o celular da minha esposa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tinha dois aparelhos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. Perdi o aparelho do 7022. E estava desativado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando estava desativado, então? Como estava há exatamente um mês?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Há aproximadamente uns cinco meses, e ele foi ativado há aproximadamente um mês e meio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor reconhece que recebia na sua casa, no seu gabinete e na casa da sua mãe telefonemas da adolescente número um, que lhe deixava recados?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em algumas oportunidades ela me ligava dizendo que a mãe precisava falar comigo e ela deixava recado ora no meu celular, ora na minha residência, ora na residência da minha mãe, ora no meu gabinete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual era o assunto que a mãe guardava com o senhor?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Assuntos dos mais variados; pelo fato de sermos políticos, ela acompanhava também a política, normalmente em função do nosso trabalho na Câmara, tínhamos um trabalho muito assíduo, muito na área social.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É verdade que o senhor contribuía ou contribuiu financeiramente para a mãe algumas vezes? O senhor pagou alguma coisa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não tinha o costume, Excelência, de contribuir financeiramente; talvez uma, duas, ou três vezes durante esses anos todos de conhecimento com a família.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando o senhor precisou dar esse dinheiro foi em cheque ou em dinheiro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não me recordo de que tenha sido em cheque, nunca grandes quantias, pouco recursos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mais ou menos quanto?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não posso lhe precisar, mas, quando ocorreu, foi R$20; não muito.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando foi a última vez que o senhor deu dinheiro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já deve ter algum tempo, não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tinha um pálio vermelho, de quatro portas.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tive.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor saiu com a mãe da adolescente número um e com a adolescente? Foi a um motel quando ela tinha dez anos e praticou relações sexuais com ela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em absoluto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na presença da mãe?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Jamais, em momento algum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está comprometido em apresentar aqui exatamente a verdade, e o senhor não pode certamente produzir provas contra o senhor, mas lhe pergunto diretamente porque essa adolescente, após ter vivenciado a situação da exploração sexual, passou por dificuldades médicas. O senhor tem conhecimento? O senhor pagou médico para a adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Absolutamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem conhecimento disso?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, isso não aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. César, com a amizade que o senhor tem com a família da adolescente, o que o leva a crer que ela estivesse dizendo todas essas coisas então?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tenho a impressão, Excelência, que possivelmente possa haver nessa história uma fantasia exagerada, até porque em nenhum momento ocorreram essas acusações que me imputam hoje. Tenho a convicção de que pode ser uma fantasia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que é uma fantasia coletiva, porque a outra adolescente também já apresentou razões e se apresentou, enfim, como tendo o senhor a chamado para relações sexuais, inclusive com a presença da adolescente número um. O senhor não conhece, o senhor nega que conheça? A adolescente número um o senhor disse que conhece.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que conheça a adolescente número dois? O senhor não conhece a adolescente número dois?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conhece de onde? Como?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheço de uma das oportunidades em que estive na residência de Dona Antônia, mãe da adolescente número um.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu só pediria, apesar de ser já adulta, mas é fácil identificar pelo nome da mãe, então que também não se referisse à mãe.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Perfeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diga: a mãe da adolescente, entendeu? Essa adolescente número dois estava na casa então da número um, que está aí?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor foi visitar, então, a adolescente número um?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor disse que não freqüentava essa casa.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não fui visitar a adolescente número um, eu sabia que a adolescente número um com sua mãe havia mudado há pouco tempo, porque, algum tempo atrás, eu havia dado uma carona para a mãe e a filha. Deixei-as na casa, fiquei sabendo onde moravam – e inclusive declarei isso na delegacia de polícia e no meu interrogatório junto ao juiz aqui de Campo Grande – e afirmei que estive lá em uma oportunidade em que essas adolescentes estavam juntas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor esteve lá sozinho também ou só nessa oportunidade? Numa oportunidade em que a adolescente não estava em casa, o senhor esteve lá também então uma outra vez?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Estive numa outra oportunidade em que ela não estava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, já são duas vezes em que o senhor esteve na casa.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez eu tenha estado durante todo esse episódio, desde o momento em que conheci essa senhora, aproximadamente umas quatro vezes na sua residência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nessa nova residência em que ela foi morar?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, entre a anterior e essa. Entre a residência anterior e essa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor havia declarado anteriormente que tinha ido uma vez lá.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É. Eu fui perguntado em juízo se estive lá em tal data, e eu respondi que estive. Não podia faltar com a verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, certamente, o senhor disse que esteve lá uma vez, e agora são quatro.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, o juiz me perguntou: o senhor esteve em tal data na casa da fulana? Estive. Ele não me perguntou se eu estive várias vezes na casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nessas quatro vezes, o senhor ia tratar de que tipo de assunto? Político?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Político. Sou Vereador na cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas ela é o quê? Uma espécie de cabo eleitoral? Fez campanha para o senhor?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A mãe sempre gostava de política e já esteve trabalhando politicamente como cabo eleitoral. Então, na verdade, o meu interesse é um interesse eleitoral, tanto que, durante todo esse tempo, eu tinha tido esses contatos com ela e não neguei em nenhum momento que os tive.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas o senhor afirma que teve, antes disso, uma relação com a mãe da adolescente número um?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Afirmei também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o carro que o senhor tem hoje?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Uma Blazer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma Blazer. Como são os vidros dessa Blazer?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eles têm um insufilm.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a sua esposa também dirige essa Blazer ou somente o senhor a dirige?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente, ela dirige.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece os motéis Bodoquena e Classic?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Stilus, que outros motéis o senhor conhece?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Stilus eu não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outros motéis o senhor conhece?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Aqui em Campo Grande, temos poucos motéis; não são muitos. Eu declarei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas nós queremos que o senhor declare novamente.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu declarei Ipacaraí, Classic, Castelinho talvez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma então conhecer a adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Confirma conhecer a adolescente nº 2?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Confirma conhecer a adolescente nº 3?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Confirma conhecer a adolescente nº 4?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde o senhor conhece a adolescente nº 4? Quem lhe apresentou?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A nº 3.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na residência da mãe da adolescente nº 1.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A mãe da adolescente nº 1 é quem lhe apresentou?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A mãe dessa adolescente lhe apresentava, oferecia?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, absolutamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor teve alguma vez oferecimento de alguma menina por parte dela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Absolutamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde quando o senhor conhecia essas adolescentes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheci nessa oportunidade. Não tive grande oportunidades nem muitos contatos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor sabe qual é hoje a mãe da adolescente nº 1, o que ela faz? Em que ela trabalha?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Creio que seja dona de casa. Creio que seja dona de casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que busca o sustento?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ela é casada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O esposo é que trabalha?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – O esposo é que trabalha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor recentemente comprou algum telefone celular ou alguém da sua família comprou algum telefone celular?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Relatora, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra, a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor poderia nos informar se as vezes em que foi aos motéis elencados por V. Sª, foi solicitado a apresentação de documentação na entrada?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A maioria das vezes, sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Da acompanhante também?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Principalmente da acompanhante.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Tem registro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Os motéis provavelmente têm.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Houve pagamento com cheques nesses motéis?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez tenha pagado com cheque em alguma oportunidade.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor não se lembra se houve pagamento? Afirma se houve ou não?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Pode ter havido sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Os contatos com a adolescente nº 1 sempre foram por telefones ou havia outro meio de saber o que ela queria. Qual era a forma que, via de regra, a adolescente nº 1 utilizava para manter contato com o senhor?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Normalmente ela dizia que a mãe precisava falar. Eu não tive oportunidade de me encontrar com ela só.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Então, reitero a pergunta. Os contatos, via de regra, eram feitos por telefone?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Via de regra, sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor nunca foi visto na companhia da adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Durante esses anos todos, fui visto uma vez com essa adolescente, na companhia da mãe, no dia em que avistei a mãe próxima à escola. Parei, não sabia que a menina estava próxima. Ela me disse que a filha estava vindo. Parei para conversar, cumprimentei, e ela me pediu uma carona. Ela entrou no banco da frente, a menor no banco de trás. Não houve nenhum cumprimento, nenhuma maneira de demonstrar intimidade. Eu a levei à residência e imediatamente voltei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor se lembra quantas vezes, mais ou menos, a adolescente nº 1 telefonou para o seu celular?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Várias vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Várias quantas, 10, 20, 100?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não tenho idéia, porque, na verdade, às vezes, até por conta do nosso trabalho, o celular normalmente fica com alguém, com uma secretária, com um assessor. E praticamente durante todo o dia temos reuniões, trabalhos, fora o nosso trabalho em sessões na Câmara, sessões públicas. Normalmente, o telefone celular fica com um assessor, até para não atrapalhar os nossos trabalhos. E eventualmente ela deixava recados no celular, deixava recados em outros telefones. Normalmente retorno as ligações que recebo. É comum eu dar retorno a todas as ligações que recebo; portanto, é possível também que possa...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas era algo insistente? Quando começaram os telefonemas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Desde que fui Vereador a primeira vez.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando foi isso?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – No mandato passado – de 1996 para cá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Os telefonemas da adolescente começaram em 96; nós estamos em 2003.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É, eram eventuais. Não aconteciam todos os dias, mas eventualmente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Começaram os telefonemas em 96?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, a partir do meu primeiro mandato. A Senhora perguntou quando foi o meu primeiro mandato: a partir de 96.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mais ou menos nessa ocasião, a adolescente nº 1 começou a lhe telefonar?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez, para ser mais... – tenho que me recordar, na verdade, talvez do meio do mandato para frente. Não posso precisar datas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu estava fazendo as contas aqui e pensando: se foi mais ou menos há 6, 7 anos, a adolescente que hoje tem quase 14 anos, tinha 7 anos.

Eu já fui Vereadora, sempre lutando e defendendo a causa e a bandeira de crianças e adolescentes. Não me recordo, absolutamente, de nenhuma criança com 7 anos de idade ficar ligando, insistentemente, para o meu telefone para tratar de assuntos da mãe, uma adulta, ainda mais com um político.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez, então, tenha sido um pouco mais adiante.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com 10 anos, então?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu disse que não posso precisar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com 10 anos o senhor diria?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez um pouco mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mais ou menos com 10 anos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Normalmente, a mãe, às vezes, também fazia o contato. Deixava recado que precisava falar comigo e, eventualmente, eu retornava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem-me preocupado e me interessa realmente a questão da adolescente naquela época. Se foi, então, quando ela tinha 10 anos de idade, qual seria esse assunto? Quando o senhor retornava, o que ela dizia que a mãe dela queria?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A mamãe precisa falar com você.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que a mãe não ligava para o senhor?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente, a mãe ligava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas quando ela ligava... Eu sei porque também tenho filhos: uma criança de 10 anos ficar intermediando uma conversa da mãe com um político, um Vereador? Qual seria o interesse da criança, naquele momento?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não tenho noção de que interesse poderia ser esse. Nunca observei isso até então.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nunca lhe preocupou essa insistência nos telefonemas? O senhor nunca comentou com a mãe dela que sua filha insistia em ligar para o senhor.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Comentava. Disse algumas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chegou a comentar com a mãe, então, que a filha insistia?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Comentei, pedia que não houvesse essa insistência. Para que tenham uma idéia, mais recentemente, a minha assessoria tinha a recomendação de não me passar esses telefonemas por conta dessa insistência, que aumentou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas essa insistência era só para que o senhor falasse com a mãe dela. Ela não dizia o assunto e nem a mãe quando o senhor retornava para a mãe. A mãe tinha realmente um assunto ou era...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Às vezes tinha e às vezes dizia que não era nada de importante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor deu o telefone para a menina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É, o telefone da Câmara é público.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, o seu telefone celular, o telefone da sua mãe.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tenho a impressão de que ela descobria esses telefones. O telefone da minha mãe é um telefone praticamente público, porque já tem mais de 10 anos, e todos os meus amigos e vizinhos têm conhecimento desse número.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ela se sentia bem à vontade de lhe telefonar. As pessoas sentem-se à vontade para lhe telefonar, normalmente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na condição de político – e V. Exª sabe disso – somos muito requisitados, principalmente na condição de Vereador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor diria que, no tempo em que a mãe dela morou ali e que a família dela morou ali, havia um conhecimento, havia uma proximidade pelo menos que dava essa intimidade àquela família de procurá-lo mais do que outras?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Poderia dizer que, com a mãe, havia uma amizade. Isso, na minha opinião, promovia esse contatos telefônicos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor conhece o pai da adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – De onde o Sr. o conhece?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Quando ele morou próximo à minha residência.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Passado esse momento não houve mais contato, não soube?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente, nos encontrávamos, casualmente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Gostaria que o Sr. me ajudasse no nome de uma praça que foi citada aqui, Praça Ari Coelho. Alguma vez o Senhor foi visto nessa praça com algumas das adolescentes? Nº 1 e 2?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não posso precisar, creio que não. Próximo?

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Conversando, no carro ou fazendo ronda?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O Senhor não foi visto por populares, transeuntes, conversando com a adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Nem com a adolescente nº 2?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O Sr. tem conhecimento que a adolescente nº 1 tem outros irmãos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – São 2 irmãos, uma menina e um menino.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O Sr. os conhece?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conhecia, conheci.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Só o adolescente nº 1 lhe acionava ou eles também lhe procuravam?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, eles não me procuravam.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – É comum adolescente ligar para o Senhor, por intermédio, a pedido de mãe ou de qualquer outro familiar, para pedir ajuda?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Essa questão de pedir ajuda independe de ser adolescente ou de ser adulto, não me recordo de que outras adolescentes me pediram ajuda, mas isso independe, a necessidade independe de idade. Não posso assegurar e lhe informar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Então, deixa ver se eu entendi. De forma muito particular, apenas a adolescente nº 1 acionava o senhor para solicitar ajuda para a família?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nem sempre que ela me ligava e ela nunca falou para mim que necessitava de ajuda. Ela dizia que a mãe precisava falar comigo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Era somente essa adolescente ou é hábito outras adolescentes fazer esse mesmo tipo de solicitação para suas respectivas famílias?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não é hábito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor tem secretárias, foi citado o nome das secretárias numa das perguntas. Elas retornavam essas ligações?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente sim, para saber do que se tratava, qual era o recado, quem tinha deixado, um trabalho de assessoria.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Mas elas chegavam a transmitir algum recado, algum posicionamento do Sr. para a adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Nunca transmitia, o senhor transmitia pessoalmente toda e qualquer informação, todo e qualquer questionamento? Elas só faziam ligar única e exclusivamente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Elas recebiam as ligações e, algumas vezes, me davam o recado. Algumas vezes, nem recado, em função até da quantidade de ligações de outras pessoas que recebíamos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Não tinham o hábito de transmitir informações do senhor para a adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, pelo menos que eu saiba.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. César Disney, o Sr. já esteve com as adolescentes nº 1 e 2 juntas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Estive em uma oportunidade, na residência da senhora mãe da adolescente nº 1.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Na casa dela, o Sr. encontrou a adolescente nº 2 também?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheci.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Há pouco, o Sr. afirmou que poderia ser uma fantasia da adolescente nº 1. Que razões o Sr. teria para fazer essa afirmação?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É muito difícil você imaginar quais as razões tudo isso estaria acontecendo. Procurei até, para não ser injusto com as pessoas, como algumas pessoas estão sendo injustas comigo, de não formar juízo.

Quero dizer ainda para V. Exª que sou cristão e, nessa condição, não me permito julgar.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor há de convir que as crianças, quando fantasiam, geralmente o fazem com astros de novela. O senhor sabe a idade precisa hoje da adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Precisa? Não.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor sabe onde estuda a adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Sei porque uma vez, conforme já afirmei, dei carona para a mãe da adolescente e para a adolescente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – A carona foi de onde para onde?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Da escola para casa e ...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor estava passando casualmente em frente à escola?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Casualmente. Na verdade, fica em uma região da cidade em que o meu trabalho eleitoral e político é mais forte e determinado e estou sempre nessa região praticamente todos os dias e até moro próximo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor afirmou há pouco que dava presentes para a adolescente n° 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em absoluto. Não afirmei isso.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Chegou a dar R$20,00 para ela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. À mãe da adolescente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – E aos outros irmãos dela, o senhor alguma vez, pela mãe, ofereceu alguma coisa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não me recordo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor afirmou que o telefone 7022 foi perdido pelo senhor. Como o senhor o perdeu?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Fui acompanhar um campeonato de futebol na Vila José Abrão e lá não me recordo se deixei ou fui furtado. Não liguei mais em outro aparelho.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Então, foi num estádio que o senhor perdeu?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Num campo de futebol, num conjunto residencial em que passei a manhã assistindo jogos e não me recordo; voltei para casa sem o celular.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de lhe perguntar sobre a adolescente nº 3. Onde o senhor a conheceu?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na residência da mãe da adolescente nº 1.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Foi a primeira vez que o senhor viu a adolescente nº 3?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Foi.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor nunca tinha tido contato com ela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Fui conhecê-la exatamente lá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Depois que o senhor teve contato com a adolescente nº 3, o senhor teve novamente outros contatos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A única vez foi nesse dia?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez tenha visto em outro dia, mas não mais conversei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nenhum contato pessoal? Em nenhum local?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. Recordo-me que em uma oportunidade havia um recado dela na minha residência. Não sabia de quem se tratava, mas, depois de alguns dias, como na residência da minha mãe existe um livro em que se anotam os recados. E como passo lá periodicamente, praticamente toda semana, de três em três dias, chamou a minha atenção, e retornei para saber quem era. Retornei uma vez da residência da minha mãe e só.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Retornou a ligação?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Retornei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o que ela queria?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, na verdade, talvez ela não tivesse me reconhecido. Eu perguntei se ela havia me ligado, disse que era o César, ela ficou na dúvida e eu agradeci e desliguei o telefone.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela não sabia se tinha ligado para o senhor?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na verdade, tenho a impressão de que, pelo fato de não ter falado que era o César Disney que estava falando, porque sou conhecido assim, ela não tenha se recordado que havia ligado, ou não reconheceu o César sem o Disney.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor nunca foi visto na porta do colégio de nenhuma dessas adolescentes, a não ser no dia da carona?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A não ser nesse dia. Na porta, em momento nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por perto do colégio, parado, esperando alguém.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Próximo é possível, até porque moro nessa região, mas passando, parado, também nunca...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Parado o seu carro nunca foi visto?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Creio que não.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor tem conhecimento de alguém que faça serviços de agenciamento de meninas menores de idade? Serviços sexuais?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não tenho contatos com esse mundo. Se conheço é de maneira desapercebida, sem saber a atividade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor sabe qual é a atividade da adolescente nº3?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu pediria que o senhor olhasse a...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já consegui decorar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não sabe o que ela faz.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela estuda?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei, não posso afirmar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tenho algumas questões ainda que... Aguardamos

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. César, continuamos com muitas dúvidas em relação a esses telefonemas que o senhor recebia de, praticamente, uma criança, em número, como o senhor disse, bastante grande, tão grande que não se consegue recordar. Se fosse o inverso, se, de repente, fosse sua filha que estivesse realizando esses telefonemas para um político, seria normal? O senhor acha que seria normal?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Se esse político fosse uma pessoa conhecida da família, talvez.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Em número não lembrado? Duzentos telefonemas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Mas não creio que haja 200 telefonemas.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor não afirmou, mas também não deixou de afirmar.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Mas não afirmei, em momento nenhum, que tivesse tido 200 telefonemas.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Mas concordou que seria um grande número.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez, em quatro anos, essa somatória tenha...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Quer dizer que o senhor acharia normal que a sua filha ligasse para um político inúmeras vezes para resolver os problemas de dentro da família, com 10 anos de idade? O senhor acha que isso seria normal?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu tenho impressão que, se acontecesse isso com a minha filha, muito provavelmente o contato seria eu próprio, não seria de maneira nenhuma... não me furtaria a resolver os problemas de casa. Acompanho muito a minha filha, que tem dois anos, preocupo-me muito com ela, sofri muito nestes dias que fiquei afastado...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Presidente, com todo respeito, mas as questões referentes a sua filha... Também queremos protegê-la, o senhor não se preocupe.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É que ela está perguntando sobre a minha filha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Perguntou hipoteticamente sobre o futuro, quando a sua filha tivesse 10 anos.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto. Não lhe posso dizer que acho normal nem que não acho normal. Isso aconteceu algumas vezes, mas não com essa freqüência nem com essa incidência de 100, 200 telefonemas. Houve alguns telefonemas durante esse período, mas não chega a ser nessa quantidade.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor não se preocupou em conversar com a genitora da adolescente sobre os telefonemas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já afirmei que, algumas vezes, pedi para a genitora conversar com a adolescente, com a menina...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – E ela continuou telefonando.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Algumas vezes, não tão insistentemente como está sendo colocado, mas algumas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, muitas vezes, no decorrer dos nossos trabalhos, há uma tendência de se inverter as questões, e aqueles que são vítimas são transformados em algozes. Estamos aqui falando de uma menina de 13 anos e de outras também muito jovens. Portanto, a responsabilidade sobre os telefonemas que uma menina de 13 anos dá é de quem os recebe, de quem permite ou de quem não atende devidamente, ou seja, dos adultos, não da adolescente. Faço questão de me referir a isso porque poderemos entrar em uma linha – e não gostaria que o depoente entrasse – de responsabilização da adolescente pelo vínculo que foi estabelecido com o senhor, que tem que explicar por que essa adolescente lhe telefonava tanto. E falo isso porque está absolutamente comprovado nos autos pelos telefonemas que o senhor recebeu dela, e certamente respondeu, ou que deu antes a ela. É preciso que o senhor explique a situação, e não que se procure na adolescente a responsabilidade sobre isso.

Aliás, quero declarar ao senhor que, trabalhando com o tema da violência, constatei que as adolescentes e as crianças não fantasiam, não contam atos sexuais, inclusive grupais, se não os tiverem vivenciado. E temos depoimentos seguros que acabamos de colher aqui, eu e a Senadora Patrícia, e já estão relatados nas peças do Ministério Público, que indicam uma prática sexual ativa pela adolescente nº 1 desde os 10 anos de idade. Portanto, quero perguntar de forma objetiva e o senhor me responda "sim" ou "não".

O senhor responde "sim" ou "não", frente à seguinte situação, sobre a qual há farto depoimento e comprovações: o senhor teve um caso com a mãe da adolescente número um, com quem o senhor manteve relações sexuais?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor me diz "sim" ou "não" para o fato de ter solicitado à mãe da adolescente que lhe oferecesse sexualmente a sua filha de dez anos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor assediava sexualmente essa menina, quando ela lhe visitava para brincar de bonecas com a sua afilhada?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em momento nenhum, jamais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor esteve num hotel com a mãe da adolescente, ela

então uma criança, com dez anos, e com a adolescente, por pelo menos três vezes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor levou essa mãe e essa criança no Fiat que ela descreveu, se não me engano, Pálio? Preciso recorrer, mas ela não precisou, quando fez esse depoimento. Pálio vermelho, quatro portas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu tinha um Pálio vermelho quatro portas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor levou essa criança de dez anos e a mãe a um motel?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, de maneira nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor manteve relações sexuais com ela pela terceira vez, ainda na terceira vez acompanhado pela mãe, fez com que essa menina perdesse a sua virgindade?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu nunca estive com essa menina num motel. Eu nunca estive fazendo ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor esteve com a mãe no motel?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Com a mãe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são os motéis que o senhor freqüentou com a mãe da menina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Castelinho, Motel Ipacaraí e Motel Classic.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quanto tempo o senhor teve esse relacionamento com a mãe da menina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não foi muito demorado, foi um período curto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que ano foi esse período? Pelo menos em que ano o senhor deve lembrar.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É que datas eu não preciso, mas acredito que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já era Vereador? Estava no primeiro mandato?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já, no primeiro mandato. Acredito que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As eleições foram no ano 2000? Era período eleitoral ou antes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Após o período eleitoral.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No ano 2000, após o período eleitoral?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega ou confirma que levou essa menina nas primeiras vezes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, perdoe-me, é do primeiro mandato. O segundo mandato é que, na verdade, está em curso. Mas o primeiro mandato...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas as eleições, então, foram em...?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em 1996.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em 1996 e, depois, no ano 2000. Por isso que lhe perguntei.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto. Mas em 1996, no primeiro mandato.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – No primeiro mandato? Mais ou menos quanto tempo? Um ano, dois anos, três anos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A relação? Creio que uns seis meses, no máximo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que, no ano 2000, tenha mantido relacionamentos com a mãe da menina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüentou com quem, neste ano 2000, este motel Classic?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Com uma amiga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não gostaria de dizer o nome dela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Prefiro manter a...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor casou o senhor estava...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se o senhor desejar, pode só escrever num papel. Se não desejar falar o nome, se não se sentir à vontade pode colocar num papel e entregar dobrado, que posso recebê-lo.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é exatamente o período do seu casamento? Quando é que o senhor assumiu maritalmente uma convivência?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Há três anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há três anos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Há três anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor não se lembra do mês?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não me lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma união estável?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Senhora?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma união estável, o senhor não fez um ato de casamento? O senhor tem uma união estável?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ah! Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma união estável, portanto é uma convivência marital absolutamente regular?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Harmônica. É isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Agora, quando o senhor foi morar com a sua esposa, o senhor mantinha já relacionamento com a mãe da menina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já havia mantido anteriormente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, já não estava se relacionando com a mãe da menina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já não estava mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor me confirma ou nega que a sua Blazer costuma e foi vista – portanto, eu lhe pergunto isso – passar pelo bairro de moradia dessa menina nº 1.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É a mesma região em que eu moro. É muito provável que tenha sido visto passando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento de que sua esposa teria procurado essa menina nº 1 e feito ameaças ou dito que havia notícias de que ela sabia desse relacionamento e queria pegá-la ou estava indignada com o relacionamento?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em uma das oportunidades em que ela ligou para minha casa, a minha esposa atendeu o telefone e andou conversando com ela. Posteriormente, o bina no telefone acusava um telefone que ela conseguiu localizar. Ela foi até o local, mas ela de maneira nenhuma manteve contato, até porque esse telefone era um telefone público e ela não...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa indignação da sua esposa se deveu a quê?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Deveu-se à insistência de ela ter ligado mais de uma vez naquela oportunidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Naquela oportunidade o senhor procurou a menina? Eu preciso que o senhor seja muito preciso nisso. O senhor falou com a mãe da menina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, de maneira nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não falou com ninguém? A sua esposa se incomodou, ela ficou indignada com o senhor, foi atrás da menina de Blazer, e o senhor não fez nada? Não foi falar com a menina, não falou com a mãe dela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Após, eu falei com a mãe dela. Pedi para que ela não ligasse mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, mais uma das vezes em que o senhor se encontrou com a mãe dessa menina e com ela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, eu falei por telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor telefonou para ela e disse...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Falei por telefone. Pedi o favor para ela, porque ela havia ligado, minha esposa havia atendido. Minha esposa não entendeu o motivo de ela já ter ligado mais de uma vez, ter deixado recado e ela ter insistido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a idade da sua esposa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Vinte e seis anos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Na verdade, ela sentiu ciúmes da adolescente de treze anos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na verdade, ela sentiu não digo que seja ciúmes, ela se sentiu importunada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas por um telefonema?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez dois.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O que a adolescente dizia no telefonema?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Disse que queria falar, que precisava falar. Ela disse: já dei o seu recado. Você aguarde que ele deve retornar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aí a adolescente ligou outra vez?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A adolescente talvez tenha ligado duas vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só com duas ligações a sua esposa se incomodou, e o senhor, com bastantes ligações, nunca se incomodou?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu me incomodei. Eu já disse que pedi para a mãe da adolescente falar para ela...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas isso aconteceu durante quatro, cinco, seis, sete anos. Nem sabemos mais quantos anos.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Quatro anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca pensou que essa adolescente poderia precisar de ajuda, que o senhor poderia encaminhá-la para algum atendimento, que a família poderia...?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor achou que era normal ela ficar telefonando-lhe? O senhor ligava para ela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente dava retorno.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor ligava tanto para ela? Por que o senhor manteve esse relacionamento?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não ligava tanto para ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor manteve o relacionamento?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não mantive esse relacionamento. Em nenhum momento eu mantive esse relacionamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor alimentava? Essa menina se apaixonou pelo senhor e o senhor alimentava isso?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – De forma nenhuma. Se isso aconteceu, não é de meu conhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E quando ela lhe telefonou? Eu queria só entender essa coisa do telefonema. Eu não entendo: se ela passou tantos anos ligando para o senhor, para intermediar um telefonema seu com a mãe da adolescente, provavelmente assuntos políticos, e o senhor talvez só se incomodou quando as ligações começaram a ser muitas, o senhor não explicou à sua esposa que, na verdade, essa era uma adolescente filha de uma amiga, de uma cabo eleitoral, de alguém que o tinha ajudado na campanha e que não era nada de mais?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na verdade, ela não se identificava. Talvez tenha sido esse o motivo de minha esposa ter ficado chateada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que será que ela não se identificava para sua esposa?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que sua esposa sabia que era ela, se ela não se identificava?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A minha esposa não sabia que era ela. A minha esposa detectou o telefone de um orelhão e foi lá saber quem é que podia estar ligando. Mas também não ficou sabendo quem era. Esse foi o momento em que aconteceu e depois não aconteceu mais.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Na ida de sua esposa até esse local havia algumas meninas que identificaram para sua esposa quem é que estava ligando?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não tenho conhecimento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Como foi que sua esposa ficou sabendo que era a menina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ela não ficou sabendo que era a menina.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não sabe de nada? Não sabe até hoje...?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, ela não sabia.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Ela nunca ameaçou a menina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Jamais, em momento nenhum!

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – E o senhor? Nesse acontecido de ela ter ligado para sua casa, sua esposa ter ficado chateada, de ela ter ligado novamente para o local, como foi o seu contato com a adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não tive contato nenhum com ela.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor não a ameaçou?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, em absoluto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nem reagiu?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu liguei para a senhora sua mãe e pedi que ela não ligasse mais, porque ela estava incomodando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Incomodando a quem?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A partir dali, a minha esposa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas foi só nesse momento que o senhor falou que ela estava incomodando?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. Eu já havia falado para a mãe dela que ela não ligasse, porque eu precisava trabalhar, que eu tinha ocupação, que eu estava ocupado. Eu já tinha feito isso anteriormente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas nessa vez?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Dessa vez eu falei com a mãe.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando foi esse telefonema? O senhor se lembra?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não me recordo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem uma idéia de quanto tempo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez no ano passado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Depois disso, a adolescente parou de lhe telefonar?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Olha, ligava eventualmente, mas não já...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quantas vezes mais ou menos.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Uma vez por cada quinze dias, talvez.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E falava o quê?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Que a mãe precisava falar comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ainda?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ainda, ela sempre que me ligava me ligava para transmitir o recado da mãe, não sei se todas as vezes que ligava a mãe efetivamente estava querendo falar comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, eu entendo. Eu quero saber o seguinte, mesmo depois que o senhor disse à mãe que ela não ligasse mais porque isso estava lhe criando aborrecimento ou algum tipo de constrangimento...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Algumas vezes, ligou algumas vezes, não tantas vezes, mas ligou algumas vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Uma vez de quinze em quinze dias, mais ou menos.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez, uma vez por mês.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela ligava sempre do telefone público ou de telefone celular?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ela, não sei, não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O celular da gente tem uma bina.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É, mas normalmente ela não ligava mais no celular, até porque eu fiquei cinco meses sem celular.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, ela ligava para onde?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente ela ligava na residência da minha mãe, eventualmente ligava na Câmara, mas não com tanta insistência.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mais ou menos de quinze em quinze dias?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez, talvez uma vez por mês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor voltou a utilizar o telefone? O senhor falou que ficou cinco meses desativado.Oficialmente vamos ver, por solicitação da Senadora, depois.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez um mês e meio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O 9902-7022.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez há um mês e meio atrás que ele foi religado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quando o senhor utilizou, por último, o telefone da sua mãe, esse 325-6000, para telefonar para a casa da adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez há uns... Não posso lhe precisar porque a minha cabeça não é um computador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em torno, data.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez há uns quatro meses atrás.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quatro meses? O senhor nega que teria, no início do mês de agosto, telefonado para a adolescente, para a casa dela, com intuito de organizar um programa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não me recordo de ela ter telefone nesse período. Pelo menos se tem eu não sabia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De ela ter telefone o senhor não se recorda?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Residencial, não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por quê?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não sabe? Mas em períodos anteriores o senhor sabia que ela tinha telefone.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Lá atrás sabia que tinha telefone, saiba o número do telefone, recentemente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que se algum telefonema existe da casa da sua mãe para a casa da adolescente ou para a adolescente esse telefonema não foi dado pelo senhor, foi dado por alguém ou outra pessoa da sua família? Sua mãe.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não conheço... Para ser sincero com a senhora, eu não conheço

nem o numero do telefone celular que eventualmente possa ter sido dela nem o número residencial fixo que tenha sido dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas como o senhor respondia aos telefonemas que ela lhe dava?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Enquanto ela tinha telefone, enquanto elas moravam na residência que tinha telefone.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando elas saíram dessa residência que tinha telefone?.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei precisar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Um ano, dois anos, três anos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei precisar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como o senhor ligou há mais ou menos um ano e meio, o senhor disse que foi o último telefonema e o senhor ligou para a mãe dela reclamando? Para onde o senhor ligou?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Há um ano e meio?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acabou de nos dizer que respondia a todos os telefonemas.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela lhe telefonava de orelhão, o senhor respondia para o orelhão?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. Tenho a impressão de que não falei um ano e meio, há aproximadamente uns seis meses, aproximadamente seis meses.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu perguntei para o senhor do telefonema que a sua esposa se aborreceu.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ah, sim, aquele telefonema foi dado de um orelhão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Há quanto tempo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Aproximadamente um ano ou mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então a adolescente já estava em outra casa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Mas ela, na verdade, segundo informação que eu tenho, ela estava num bairro da cidade, ela ligou de lá de um orelhão, minha esposa detectou o número desse orelhão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu também entendi essa parte. Só queria saber como foi que o senhor retornou para a mãe dela, para que telefone.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nessa oportunidade, ela tinha telefone fixo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela tinha telefone fixo nessa oportunidade?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tinha telefone fixo nessa oportunidade, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agora não mais?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Agora não mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por quê?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela tem um telefone celular?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa foi a última fez que o senhor falou com ela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E como é que o senhor retorna para onde?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nessa oportunidade, ela tinha telefone. Aproximadamente, até uns quatro meses atrás ou cinco, ela ainda tinha telefone. Depois, que eu tenha conhecimento, já não tinha mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos recomeçar, para sabermos essa data, que é importante: esse telefonema da adolescente que aborreceu a sua esposa foi mais ou menos um ano atrás?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Aproximadamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aproximadamente um ano atrás. Depois disso, o senhor disse que a adolescente diminuiu os telefonemas, e que mais ou menos uma vez, de quinze em quinze dias, ela lhe telefonava.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ela diminuiu os telefonemas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que o senhor fazia para retornar essas ligações, se o senhor não tinha mais contato do telefone nem nada?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Até enquanto tive o contato do telefone, eventualmente eu retornava – eventualmente. Depois de, aproximadamente, quatro ou cinco meses para cá, ela já não tinha mais telefone, ou pelo menos eu não sabia mais o número. Então, a partir desses quatro ou cinco meses atrás, já

não ligava mais na residência para dar retorno, porque eles não tinham telefone.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, o senhor não dava mais retorno? Faz quatro ou cinco meses que o senhor não dá mais nenhum retorno?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Enquanto elas tinham telefone, eu dava o retorno eventualmente, após isso eu não tinha como dar o retorno.

A SRA. (oradora não identificada) – A adolescente nº 1 costumava ligar para a casa da sua mãe também?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente ligava.

A SRA. (oradora não identificada) – E falava com quem lá?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Com quem atendesse o telefone: a minha mãe, a minha sobrinha, a minha irmã.

A SRA. (oradora não identificada) – E o que ela falava? Que assuntos ela dizia?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Dizia que a mãe queria falar comigo. Pelo fato de ela ter morado próximo de casa, as pessoas conheciam: oi, como vai você? Tudo bem? Normal. Quando identificava que era ela. Às vezes, ela não se identificava também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a data do seu aniversário?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – 17/07.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fez quantos anos agora?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Quarenta e três.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma que fez uma comemoração do seu aniversário no Motel Classic?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não esteve presente no Motel Classic?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há farta comprovação de que o senhor esteve lá no Motel Classic.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde foi que o senhor comemorou o seu aniversário?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não comemorei o meu aniversário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não esteve com ninguém no Motel Classic?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Absolutamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nos dias 4 e 8 de agosto de 2003?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu veículo GM Blazer, cor chumbo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – O meu aniversário foi em julho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, no início de agosto o senhor não teria...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – No início de agosto, sim. Confirmei isso em depoimento em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor esteve no Motel Classic?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não se tratava de uma festa de aniversário, então?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Absolutamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De toda forma, o senhor esteve no Motel Classic. Com quantas adolescentes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Com nenhuma adolescente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantas adultas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Com uma adulta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Essa que o senhor não pode revelar o nome, que prefere não revelar?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Que eu prefiro não revelar até para preservar os seus direitos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que esteve com as adolescentes nº 1, nº 2 e nº 3 no Motel Classic?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que consumiu lanche, tomou seis cervejas junto com as adolescentes e que pagou a conta, que custou R$102,00? O senhor tem conta em que banco? O senhor nega e me diga em que banco o senhor tem conta.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nego. Tenho conta no Banco Bamerindus.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem uma conta no HSBC?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tenho uma conta no Bamerindus HSBC.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bamerindus e HSBC. E que o senhor tem conta no Banco do Brasil?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – HSBC Bamerindus e Banco do Brasil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conta no Banco do Brasil?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – No HSBC Bamerindus.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo, mas o senhor confirma então que tem essa conta no HSBC. O senhor pagou R$102,00 pelo motel nessa data. O senhor confirma?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É provável.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pagou quanto para as adolescentes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não estive com adolescentes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas elas se recordam de que se tratava de uma sexta-feira, o horário compreendido coincide exatamente com o período em que o senhor esteve no motel, que o senhor confirma ter estado no motel. E é muito difícil para nós entendermos que elas ficaram ali esperando na porta para ver exatamente o horário em que o senhor estava lá dentro.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu, na oportunidade em que estive com essas adolescentes, comentei sobre isso. Na oportunidade em que disse que estive com essas adolescentes, comentei sobre isso. Isso, inclusive, declarei em juízo também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor comentou com as adolescentes que tinha ido ao motel?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Que tinha estado no motel nesse horário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Meu caro Vereador César Disney, o senhor tinha essas conversas sexuais com essas adolescentes, então? O senhor contava as suas energias, as suas disposições sexuais? O senhor confirma, então?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, eu não falei sobre isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor falou que foi fazer o que no motel? Ver TV? O senhor foi fazer o que no motel?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu falei que tinha estado lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma, o senhor está me relatando aqui que tinha, então, conversas de caráter sexual com as adolescentes, tratava com elas sobre a sua presença nos motéis, com quem é que o senhor ia. Já é uma boa pista para termos a verdade aqui.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Excelência, eu não disse isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor disse.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu disse que havia comentado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Comentou o que com elas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na verdade, eu comentei na presença delas que estive nessa oportunidade. Só isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E de mais quem? Quem mais, o senhor estava comentando com quem quando elas ouviram?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Com a mãe da adolescente nº 1.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor mantinha um relacionamento íntimo com a mãe dessa adolescente nesse período?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não era íntimo mais, já tive...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor conta que vai para o motel para quem o senhor não é íntimo? O senhor contou numa assembléia na Câmara de Vereadores? O senhor contou onde, para todo mundo ouvir?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não contei numa assembléia da Câmara. Comentei com a mãe da adolescente nº 1 e as adolescentes estavam próximas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todas essas.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Todas elas. Mas não foi numa conversa direta com elas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi numa conversa com quem?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Foi numa conversa com a mãe.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor comentou a hora em que esteve no motel também?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Comentei, aproximadamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a suíte que o senhor ocupou no motel?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois vou lhe dizer: a suíte nº 12. Porque há a comprovação e há esse depoimento por parte das adolescentes.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor esteve sozinho com elas ou o senhor levou algum amigo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na verdade, não sei de que data a senhora está falando. Esti-

ve numa oportunidade, no início de agosto, e, nessa oportunidade, comentei, próximo a uma delas, que tinha estado num motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De uma ou das três? O senhor acabou de dizer que era das três e mais da mãe, quase que uma reunião...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto, isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor falou com quem, afinal?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Com a mãe da adolescente nº 1.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E todas as outras ouviram isso?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Estavam próximas. Não posso assegurar-lhe que elas ouviram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor falou do horário em que o senhor esteve?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Falei do horário aproximado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor falou o nome da pessoa com quem esteve também para a mãe da adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não falou o nome da pessoa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pegava as adolescentes em que casa, em que local?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu nunca peguei as adolescentes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas tenho aqui um depoimento de uma outra data em que o senhor foi para um motel. O senhor confirma? O senhor esteve em um outro motel aqui, o Motel Luana.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não esteve no Motel Luana, acompanhado da adolescente nº 2? O senhor não esteve nesse motel?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Relatora, gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não Pois não. Deputada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sr. Vereador, com que intuito o senhor fez esse tipo de comentário à mãe da adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Foi um momento, sem avaliar as conseqüências, um daqueles momentos em que você, numa conversa sem espírito amargo fala alguma coisa. Não tive nenhum intuito, enfim...

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor tem o hábito de fazer esse tipo de comentário com outras pessoas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não tenho o hábito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Então, o senhor confirma que teve um envolvimento amoroso com a mãe da adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Confirmei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor tinha o hábito de passear de carro com a mãe e a filha, durante esse envolvimento amoroso?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. Não tinha esse âmbito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Nunca houve nenhum passeio?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Tomar sorvete?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Nunca o senhor foi visto em sorveteria na companhia da mãe da adolescente nº 1 e da adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nunca. Jamais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não seria por que o senhor talvez não fosse para a sorveteria e levasse a adolescente para o motel com a mãe dela, quando ela lhe ofereceu sexualmente a filha?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nunca. Jamais.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sr. Vereador, o senhor chegou a pedir alguma prova de amor para a mãe da adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Absolutamente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Qual a relação com o pai da adolescente nº 1, já que o senhor teve um caso amoroso com a mãe da adolescente nº 1 e ainda dava carona para ambas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Era uma relação normal, formal, sem maiores envolvimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele já trabalhou para o senhor?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nunca? O pai dela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em absoluto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – A adolescente nº 1chegou a ir a sua casa ou ao seu gabinete na Câmara Municipal?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Na Câmara Municipal, tenho a convicção de que não. Na minha casa, provavelmente, esteve no portão. Não tenho conhecimento de que ela tenha entrado lá alguma vez.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Mas o senhor teve conhecimento de que ela chegou a ir ao portão da sua casa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Até porque ela morou durante algum tempo nos fundos da minha casa, numa vila nos fundos da minha casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Além da sua esposa, quem mais tinha conhecimento de que a adolescente nº 1 lhe procurava para pedir ajuda?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A adolescente nº 1 não me procurava para pedir ajuda. A adolescente nº 1 me procurava para transmitir recados da sua mãe.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Que tipos de recados eram estes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Recados: a mamãe quer falar com você.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Se limitava exclusivamente a esse tipo de comunicação?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Normalmente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – E o senhor atendia a todas as solicitações?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Que solicitações?

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – De que a mãe queria falar com o senhor.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente dava retorno.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Quando tinha contato com a mãe, o que a mãe lhe pedia?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Normalmente, a mãe conversava amenidades. Queria saber como eu estava, porque ela tinha me visto no jornal, na televisão, se estava tudo bem; de repente alguma opinião sobre o que fazer no Parlamento. Trata-se de uma pessoa que lê jornal, que está sempre atenta aos acontecimentos. Era nesse sentido, na grande maioria das vezes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor sabe o grau de escolaridade da mãe da adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor chegou alguma vez a dar ajuda financeira à adolescente ou à mãe da adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu já várias vezes falei sobre isso aqui, nesta mesma audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim, mas a Deputada está perguntando, e o senhor tem que responder. Ou então...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Mas a Deputada estava aqui todo o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas quem decide a pergunta que será feita é a Deputada, e não o senhor.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor poderia, por gentileza, repetir?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A mãe, pouquíssimas vezes, pouquíssimas vezes, tive a oportunidade de ajudar não com quantias elevadas; a filha, em nenhum momento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Qual seria esse valor? Qual a quantia?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – R$20,00 ou R$30,00.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Não mais do que isso?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Questões insignificantes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – E presentes? Chegou a presentear alguma vez a adolescente nº 1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Jamais. Em momento nenhum.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Não houve presentes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Jamais.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vereador, eu queria fazer uma pergunta. No início, o senhor disse que imaginava que a insistência da adolescente nº 1 em lhe telefonar poderia ser uma fantasia que ela estava criando. Eu queria saber se as outras adolescentes que também citam o seu nome e o tipo de relação que tiveram com o senhor também podem estar fantasiando da mesma forma?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Excelência, eu não disse que a adolescente estivesse fantasiando por isso. Eu disse, numa resposta que dei, que isso possa ser resultado de uma fantasia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A denúncia...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ou seja, a mesma coisa.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A denúncia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A denúncia?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não os telefonemas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E as outras adolescentes, a que o senhor atribui?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Elas são, segundo as informações, principalmente dos jornais, um grupo de amigas. Eu pude comprovar uma vez, quando tive o contato, que elas eram extremamente unidas, ligadas, e formavam um grupo de amigas. É possível que isso possa ter acontecido de uma maneira combinada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas com o intuito de lhe prejudicar? Se o senhor é um amigo da família...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei qual o intuito, mas a verdade é que já prejudicaram.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim, mas mesmo o senhor sendo...

Depois que isso aconteceu, que, enfim, a imprensa toda divulgou, qual foi a sua atitude? De procurar o pai, a mãe das adolescentes, saber o que estava acontecendo, por que estavam fazendo isso com o senhor?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. Até porque, segundo os próprios jornais, eles haviam saído da cidade, e a menina estava sob a tutela de uma casa de guarda. Portanto, não tive como fazer nenhum contato.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. César, o senhor, sendo Vereador em uma cidade como Campo Grande... Tivemos a oportunidade, antes, de ouvir vários representantes da sociedade civil, e percebemos que o movimento social, na cidade de Campo Grande, em defesa dos direitos da criança e do adolescente, é bem influente. O senhor, como Parlamentar, conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheço.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – E, no seu mandato, o senhor teve alguma ação voltada para a divulgação dos direitos da criança e do adolescente, para a defesa desses direitos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tive a oportunidade de participar da criação do Conselho da Criança, em que ajudamos com estrutura física, no sentido de ajuda para o aluguel, combustível para locomoção, advogados, no sentido de substanciar o seu estatuto. E, indiretamente, em outros casos: sou autor da lei municipal que obriga exames em crianças recém-nascidas, para detectar...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sim, mas, com relação a abusos sexuais, o senhor, já que teve esse momento de entrosamento com o movimento social, em algum momento, passou pela sua cabeça fazer a denúncia de que a menina estaria ligando para o senhor, lhe importunando, ou pedir ajuda ao conselho, qualquer coisa desse tipo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu nunca imaginei, na verdade, que as ligações que se reportavam a recados da mãe pudessem resultar nisso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor negou – eu lhe perguntei acerca do seu aniversário porque eu tinha a impressão, e realmente confirmo, analisando os depoimentos e também a representação da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude – que, no dia do seu aniversário, esteve no motel Classic? O senhor esteve lá das 16 às 17 horas.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não estive.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma que tem um veículo corsa, também?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Confirmo, e esse veículo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cor branca?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Esse veículo, nessa oportunidade, estava emprestado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para quem?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Para um amigo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode dizer o nome dele?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu gostaria de...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor declina?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já declarei, em juízo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Senadora lhe deu essa possibilidade. Se o senhor quiser, depois, dar por escrito, não há nenhum problema.

O senhor, portanto, estava onde, nesse momento?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Estava na residência da minha família, da minha mãe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da sua mãe.

No dia... Temos outras datas aqui, também, em que o senhor esteve no motel Classic. De todos os motéis, esse é o que o senhor mais freqüenta?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu sempre... fui várias vezes a esse motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse é o que o senhor mais freqüenta?

Além desse, qual é o que o senhor freqüenta?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Talvez seja o que mais vá... O mais freqüente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor conhece as pessoas e as pessoas lhe conhecem? O senhor conhece bem o motel Classic?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, portanto, esteve também no motel Classic por duas outras vezes com a adolescente nº 2?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu nunca estive com nenhuma adolescente no motel Classic.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é impressionante, porque elas dão o seu número de telefone, sabem exatamente os seus horários, organizam...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Sou um homem público.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas elas devem ficar ali... Elas botaram um detetive no seu encalço?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, meus telefones...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que o senhor acha que essas adolescentes têm todo o perfil da sua...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Os meus telefones são públicos praticamente. O da Câmara é um telefone público; o telefone da residência da minha mãe é um telefone que tem mais de dez anos, que todos os meus amigos conhecem, que todas as pessoas da minha relação conhecem, que todos os meus assessores conhecem e que é quase que um telefone... Todos os meus vizinhos conhecem, porque, às vezes, inclusive, utilizam-se desse telefone. Portanto, pelo fato de sermos homens públicos, ter o nosso telefone...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor está me confirmando inclusive os horários em que esteve lá. Esses horários batem exatamente com o que disseram as meninas e com o que o Ministério Público levantou. Por exemplo, no dia 17 de julho, às 16h30min, o senhor entrou...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu estava na residência da minha mãe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem mais, além da sua mãe, estava lá?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Várias pessoas estavam lá nesse dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Várias pessoas? O senhor poderia citar uma ou outra pessoa que não fosse exatamente sua parente ou envolvida afetivamente com o senhor?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Pessoas de fora. Pessoas de fora do convívio da família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há um automóvel GM Corsa, cor branca, placa HRJ 0548, devidamente registrado no Motel Classic no dia 17 de julho de 2003, que entrou lá às 16h30min e saiu às 18h05min. Desde quando o senhor emprestou esse automóvel?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nós, na verdade, na condição... Quando um amigo pede um favor, dificilmente você pode negar. Eu estava na casa da minha mãe, não iria sair nas próximas horas e emprestei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tinha consciência de que esse seu automóvel estava sendo usado para ir ao motel?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não; não especificamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse seu amigo lhe pediu especificamente para isso?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não especificamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele pediu emprestado para quê?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Pediu emprestado o carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a presença das adolescentes exatamente nessa data lá? Seu amigo estava com as adolescentes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não creio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não seria ele?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não creio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E se elas estavam lá? E se temos comprovação de que elas estavam lá? E se elas foram nesse carro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, elas não foram nesse carro com certeza, porque ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Elas teriam se encontrado lá com a pessoa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, em momento nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse veículo Blazer, de cor preta, é seu também?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos veículos o senhor tem?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Tenho esse veículo. O Corsa é da minha esposa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o veículo Corsa é da sua esposa, e o veículo Blazer é seu?

Aqui temos de novo o registro do senhor no dia 4 de agosto, no mesmo Motel Classic, das 09h50min às 12 horas. (Pausa.)

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nesse dia, já disse que estive com uma amiga. Confirmei isso em juízo e aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que nós temos aqui o cheque que o senhor passou no motel, não é? Isso está devidamente comprovado.

O senhor conhece bem os pais da adolescente número 1? Bem, que o senhor possa dizer que é uma pessoa da sua convivência, tanto o pai quanto a mãe?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, por que o senhor foi almoçar na OAB com os pais da adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não fui almoçar na OAB com os pais da adolescente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem almoçou na OAB?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Creio que os pais da adolescente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quem?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Com um membro da OAB.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um membro da OAB em seu nome.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fez alguma tentativa de acordo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em momento nenhum. Posso esclarecer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é sabedor desse almoço?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Segundo o que me disse um advogado da OAB, ele foi procurado pelo casal, porque, segundo ele, esse casal gostaria de desmentir o que estava sendo veiculado na imprensa, e eles foram atrás dos seus direitos, porque sabiam que a OAB, segundo ele, era um local que eles deveriam procurar. E ele me comunicou isso, mas não estive almoçando com ...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é o advogado? O nome dele?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Dr. Moacir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dr. Moacir de quê?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Creio que Moacir Salgado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o Dr. Moacir Salgado almoçou com essas adolescentes...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Almoçou com os pais da adolescente número um...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei se ele almoçou. Sei que ele...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esteve com os pais da adolescente. Com que objetivo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Atrás de buscar uma maneira de se colocar diferentemente o que a mãe havia feito no depoimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o Dr. Moacir, solidário com a sua posição, tentou organizar uma...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, o Dr. Moacir, solidário com a posição dos pais, que buscavam por justiça, apresentou a eles – segundo a informação que tenho – uma lista de advogados, da qual os pais escolheram um. Daí para frente não sei mais.

A SRA. (oradora não identificada) – Srª Relatora...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada, deixe-me compreender bem essa situação. O Dr. Moacir marcou esse almoço por conta dele?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não sei se ele marcou esse almoço. Não sei se ele almoçou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Digamos que não seja almoço, mas um encontro normal. Não me interessa qual é o cardápio. Interessa-me que houve um encontro na OAB. Por que esse encontro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Excelência, segundo a informação que tenho, que me chegou, o Dr. Moacir afirmou que ele havia sido procurado pelos pais da menina na OAB e que ele havia encaminhado uma listagem de advogados para que ela procurasse defender os direitos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o Dr. Moacir não é o seu advogado?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, em absoluto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os advogados da adolescente foram indicados pelo Dr. Moacir?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Segundo a informação que tenho, ele indicou uma lista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que é absolutamente regular, não há nenhum problema nisso.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Segundo as informações que tenho...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os pais é que teriam procurado a OAB.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Os pais que procuraram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor costuma guardar recursos? Como o senhor guarda os seus recursos? O senhor tem determinadas economias?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não tenho muitas economias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem muitas economias.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pagou alguma coisa para os pais dessa adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em absoluto. Jamais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que iremos quebrar o sigilo bancário do senhor e da sua família, da sua mãe.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – O movimento que tenho é o meu movimento normal, de todo mês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por isso lhe pergunto: o senhor comprou, recentemente, quatro aparelhos celulares?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não comprei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sua esposa comprou?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Minha esposa comprou, mas já tem algum tempo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto tempo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Acho que nove meses, dez meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me dizer o número dos celulares que ela comprou?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – O telefone dela é 981... 985-1366.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como? 981 985?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – 981 ou 985?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não entendi.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – 981. Perdão, 938.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já há vários. 938?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É este: 938-1366.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – 938-1366. E o outro telefone?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ela só tem esse.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela não comprou quatro celulares?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. Ela só tem esse.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela não comprou quatro celulares?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, em absoluto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse talvez seja o dela. Mas qual o senhor deu para o pessoal?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Para quem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela comprou a mais.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Para quem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou lhe perguntando. Sei lá, o senhor que me responda.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Que pessoal?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor já deu o telefone...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Jamais. Já respondi também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor nunca deu telefone celular?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece uma senhora de nome Márcia, que trabalha no Iagro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já manteve relacionamento de caráter sexual ou de caráter afetivo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É minha amiga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É sua amiga. O senhor quer me responder a essa questão ou não?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ela é minha amiga. Não tenho nenhuma... É uma amiga.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já saiu com alguma funcionária do IMC?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Jamais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já manteve relacionamento sexual, mediante pagamento, com funcionárias, com alguém?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Funcionárias da onde?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não vou citar.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero lhe perguntar exatamente se o senhor já manteve relacionamento sexual mediante pagamento.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual o seu horário trabalho?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – O nosso horário de trabalho, na verdade, as sessões são específicas. Temos sessões, no período vespertino, às terças-feiras e quintas-feiras. Nas quartas-feiras...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De que horas a que horas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – De 15h às 18h.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que dias da semana?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Terças e quintas. Normalmente, às quartas e segundas, eventualmente às sextas, ocupamos para as sessões públicas. Trabalho também na parte da manhã, dando expediente, recebendo o público na Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A sua função é só como Vereador?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Atualmente, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nos dois mandatos?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor é professor de quê?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – História.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor poderia me confirmar se esse advogado é Presidente da OAB ou membro?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Ele é membro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor saberia me dizer se esse advogado tinha contato com a família ou não? Foi a primeira vez que ele manteve contato com essa família?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não tenho conhecimento, mas, pelo que ele me relatou, ele foi procurado e não conhecia anteriormente, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Então, o senhor confirma que a família teria procurado o advogado?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Exatamente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Nesse encontro, o senhor sabe informar se foi oferecida ajuda para pagar advogado, já que a mãe da adolescente nº 1 está sendo arrolada como co-autora?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não tenho conhecimento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor não tem conhecimento. O senhor tem conhecimento de qual o poder aquisitivo da família da adolescente nº1?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – O que sei é que o esposo da mãe da adolescente nº 1 é eletricitário com larga experiência nesse campo. Com relação aos seus vencimentos, não tenho convicção. Tenho a impressão de que não deve ser muito ruim, em função do que eu observava.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – A mãe da adolescente nº 1 trabalhava?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, que eu saiba.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – No período que vocês mantiveram relacionamento amoroso, ela trabalhava?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eventualmente, ela trabalhava como manicura, essas coisas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Obrigada.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Sr. César, o senhor é um homem violento?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – De jeito nenhum?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Apesar da cara de feio, não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Não é violento?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – O senhor nega que, quando se sentiu ameaçado por uma denúncia de exploração de menor, tenha ameaçado o pai?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – O pai?

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – É.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, em nenhum momento.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Em nenhum momento?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em nenhum momento.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Nem a mãe?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Em absoluto.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Nem a adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL (PSDB-MT) – Nem a adolescente.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Mas temos declarações, comprovadas, que dizem exatamente o contrário: de que o senhor ameaçou tanto o pai, quanto a adolescente e a mãe tentando que o caso não viesse a público e, ainda, de que abusou da autoridade de Vereador, dizendo que tinha um relacionamento político forte e que, por isso, não iria acontecer nada ao senhor.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu nunca conversei sobre isso com o pai da adolescente, em momento nenhum. Com a mãe da adolescente, como já afirmei, liguei e comentei.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Comentou o quê?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Comentei o fato. Só isso. Não tive oportunidade de ter contato físico com essas pessoas para agredi-las. Jamais fiz isso. Em momento nenhum.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor teria comentado com a mãe da adolescente nº 1 que quem estaria enrolado não era o senhor e sim a adolescente nº 3?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – O senhor e o Vereador Robson têm passado pela mesma situação. Por que imagina que o Vereador Robson também está sendo acusado? O senhor é muito amigo dele? Qual a sua relação com ele?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Temos uma relação de colegas. Não existe uma relação de amizade profunda durante as nossas vidas. Não sei por que ele...

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – É o primeiro mandato do Vereador Robson?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É o primeiro mandato.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – E ele freqüenta a sua casa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – O senhor freqüenta a casa dele?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Também não.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Alguma vez ele o apresentou a alguma pessoa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Jamais, em nenhum momento.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – O senhor já o apresentou a alguma pessoa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nunca.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Alguma menina menor de idade?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Jamais. Não tinha essa intimidade com o Vereador Robson

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Há denúncia de que a mãe de uma adolescente teria sido conivente com tudo isso. O senhor imagina que a filha tenha querido denunciar a mãe? Por quê?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não posso precisar. Não tenho essa condição. Efetivamente, tenho tentado buscar um motivo, uma razão, e eu tenho que ser sincero com V. Exª: não consigo imaginar os motivos que levaram a isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma questão não está clara para mim. O senhor confirma que esteve neste motel, até porque seu cheque foi pego lá – foi um trabalho bem feito das autoridades locais. Dessa vez que pegaram o seu cheque, o senhor havia feito pagamento com cheque, não tinha dinheiro no bolso.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já faz algum tempo, Excelência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foi este ano?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Foi este ano. Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em agosto deste ano?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse, dos R$102?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Perto da data de aniversário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Início de agosto?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tenho aqui.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já faz mais tempo. Pode verificar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse, dos R$102?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Pode verificar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor confirmou essa data para mim. As outras, o senhor não confirmou. O senhor confirmou exatamente a data que está comprovada aqui e disse que as adolescentes souberam porque o senhor contou para

elas. Ao mesmo tempo em que o senhor diz que não queria conversa ou que estava tentando desvencilhar-se dos telefonemas...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não falei com a adolescente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deixe-me concluir. Ao mesmo tempo em que o senhor diz em todo o seu depoimento que não queria mais ter os telefonemas, que estavam lhe incomodando, que o senhor não queria ter esse relacionamento. Ao mesmo tempo, o senhor disse que foi lá na mãe da menina, na presença de todas elas, quase que numa assembléia geral, e contou que o senhor esteve num motel, o horário, quanto o senhor pagou, porque não tinha condições de essas meninas saberem disso.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, mas não foi. Eu não tenho, não foi assim que eu relatei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que foi então? O senhor relate para mim como é que o senhor falou com aquela senhora.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu falei com a senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Faz de conta que ela está ali: como é que o senhor falou com ela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – As meninas estavam próximas. Muito provavelmente alguém ouviu, alguma das meninas, que eu estive no motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Motivado pelo quê que o senhor teve essa conversa de caráter sexual?

Olha, eu vou lhe dizer uma coisa: as pessoas não saem por aí contando que foram aqui, que foram ali, com quem foram.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu sei. Foi uma conversa aleatória, sem nenhum espírito armado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É? O senhor costuma, então, tratar de sua sexualidade com todo mundo?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não? Com adolescentes?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com a mãe dessa menina o senhor tinha esse hábito?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não tinha o hábito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem essa proximidade, o senhor mantém um relacionamento com ela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não tinha o hábito, foi uma eventualidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que entrou nesse assunto? Puxado pelo quê? "Ah, o senhor conhece tal motel?" "Eu conheço esse". "Como é que é esse aqui?"

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não. Não posso precisar como é que começou, não me lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Olhe, o senhor não está me respondendo essa questão, realmente.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já faz algum tempo, eu não tenho precisamente como é que começou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não faz tanto tempo, meu caro Vereador.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O depoimento foi em agosto, e o senhor confirmou que realmente disse que esteve na frente das adolescentes em agosto.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Correto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor, anteriormente, tinha dito que estava aborrecido com tantos telefonemas. O que o senhor foi fazer na casa dela?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, mas isso anteriormente. Eu disse, também, que a adolescente tinha diminuído essa insistência, que já não era mais...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ficava ligando uma vez de quinze em quinze dias?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor foi lá fazer o quê na casa dela, nesse dia?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Passei próximo e resolvi chegar, sem nenhum compromisso, sem nenhum motivo específico.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Olha, eu quero lhe dizer que parece...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O marido dela estava em casa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, ele não se encontrava.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele estava viajando ou estava trabalhando?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não posso lhe precisar, não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não perguntou onde estava o dono da casa?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, não perguntei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor vai lá tratar da sua ida ao motel, não pergunta onde está o dono da casa...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu já disse, Excelência, no momento...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outro assunto lhe teria levado lá?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A eventualidade. Eu estava passando próximo, não tinha nenhum assunto específico, eu já disse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, o senhor não tinha me dito isso.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Já tinha dito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A eventualidade?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A eventualidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor costuma bater na porta das pessoas e dizer: "Olha, eu fui ao motel tal"?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, mas não foi assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa situação é absolutamente inverossímil.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Mas não foi assim, Excelência, não foi dessa forma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, como é que foi? O senhor conte, nós estamos aqui para ouvir. Nós ouvimos detalhadamente as meninas e quero dizer que elas foram riquíssimas nos detalhes, tanto da situação de estupro quando essa menina tinha dez anos, quanto que uma delas lhe apresentou a outra porque estava cansada do senhor. Queria se livrar do senhor, queria se livrar da situação de exploração e lhe apresentou uma outra, jovem também, com menos de 14 anos, o que configura violência presumida. Isso já é um crime.

Elas foram nos detalhes, elas contaram como a mãe entregou a ela, como a mãe ficou esperando do outro lado, como aconteceu cada fato, isso é marcante na vida dessas meninas, e o senhor tem que nos dar uma resposta mais objetiva.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu tenho, Excelência...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até porque a verdade é que nos liberta.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É, na verdade é o seguinte: nós estamos... nós sofremos o inquérito e fomos acusados pela denúncia da Promotoria Pública. Nós vamos responder em juízo a todas essas acusações e vamos provar a nossa inocência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem direito de me responder assim ou de não me responder, não há problema, mas realmente eu preciso lhe dizer, porque é a minha obrigação, é a minha função e a minha tarefa, que é inverossímil essa circunstância de que o senhor foi à casa dessa senhora contar sua experiência sexual num motel.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, mas eu não contei nenhuma experiência. Eu comentei o fato de ter passado no motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor comentou o horário, o carro em que foi...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – A proximidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Horário? Aproximado?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O carro em que foi.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Fui no meu carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que o senhor bebeu, o que comeu. O senhor comentou também o preço que gastou? Talvez o senhor não tenha comentado quanto pagou para as meninas. Quanto é que o senhor pagava para as meninas?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Eu não pagava absolutamente nada para as meninas porque eu não tive essa oportunidade, eu não fui...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua prática era estabelecer um vínculo afetivo para a exploração sexual, não era pagar? O senhor nunca pagou?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não, eu nunca tive essa pretensão.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Vereador, esse bairro onde mora a mãe da adolescente nº 1, que o senhor foi visitar, é um bairro que o senhor tem...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Base eleitoral.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Base eleitoral. Quem mais, nessa rua da adolescente, o senhor conhece, que costuma visitar?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Nessa rua não, mas nas proximidades, sim.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Nessa rua, a única pessoa é a mãe da adolescente?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Que eu identifique agora, sim. Pelo menos, que eu identifique agora, que eu me lembre, sim. Mas, nas proximidades, há muitos eleitores, muitos amigos, pessoas que trabalharam comigo nas eleições e na política.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Mas é costume do senhor ir à casa dos eleitores, sentar, conversar, bater papo descontraído.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É natural.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – É normal?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – É natural.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Se precisarmos de alguns nomes de pessoas nesse bairro, nessa comunidade cuja casa o senhor costuma freqüentar, o senhor pode nos dar?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Claro.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Gostaria que, assim que encerrasse, o senhor colocasse numa relação o nome dessas pessoas que o senhor costuma visitar nas redondezas da casa da mãe da adolescente.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Está certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero dizer ao senhor e a todos que a nossa intenção é contribuir – de uma certa forma, estamos contribuindo – com o senhor, porque o nosso desejo é que o senhor possa explicar a sua inocência não somente quando do inquérito para o Poder Judiciário, mas para sociedade como um todo.

Estamos lhe dando essa oportunidade. Por isso, na verdade, não a partir de um posicionamento tomado, estamos perguntando-lhe, assim como fizemos com as meninas. E algumas questões não ficaram respondidas.

Há também a questão dos celulares, Vereador César, porque a sua esposa comprou quatro celulares.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Gostaria de saber em que loja e como se comprovar isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem essa informação? A sua esposa não lhe contou?

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não existe essa informação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem, então vou trazer posteriormente, talvez não seja possível agora, mas temos informações precisas nos autos da compra dos quatro celulares.

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Mas não existe essa comprovação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Espero que ela tenha comprado legalmente para não ser mais uma...

O SR. CÉSAR DISNEY AMARAL – Não existe essa comprovação, e, quanto à legalidade, é só observar os números que forem citados.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, já consta nos autos, Senadora, os quatro celulares comprados pela esposa do Sr. César.

Muito obrigada, Senadora.

DEPOIMENTO DO SR. ROBSON LEIRIA MARTINS

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não havendo mais nenhuma indagação a fazer, agradeço ao senhor pela presença e determino à secretaria que faça entrar nesse recinto o depoente Robson Martins. (Pausa.)

Sr. Robson, esta CPI agradece ao senhor pela presença hoje, para que possamos buscar esclarecimentos sobre episódios que envolvem a sua pessoa.

Advirto-o, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sobre as penas da lei de dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, informando que tem o direito de permanecer calado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

O depoente, Sr. Robson Martins, já preencheu e assinou o termo de compromisso que passo a ler: nome completo: Robson Leiria Martins; identidade 000110193; idade: quarenta anos; CPF: 285.507.491-68; estado civil: amasiado; bairro Aero Rancho; profissão: funcionário público estadual; local onde exerce sua atividade atualmente: Câmara de Vereadores. Quando perguntado se era parente em algum grau de parte envolvida, respondeu que "não".

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, em dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal. Aqui consta a assinatura do depoente, Sr. Robson Leiria Martins.

Sr. Robson, vamos iniciar as nossas indagações e vou passar, em seguida, a palavra à Deputada Maria do Rosário, Relatora desta Comissão. Antes, pergunto se o senhor deseja manifestar-se, mesmo antes das perguntas da Relatora e dos membros da CPI. O senhor deseja falar algo em sua defesa, enfim, algum comentário?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Senadora, demais membros da Comissão, senhoras e senhores presentes, o que tenho para declarar já foi declarado em juízo, mas me coloco à inteira disposição desta Comissão, da Justiça e de toda a sociedade para todo e qualquer esclarecimento com que eu possa contribuir neste momento e em todos os momentos que forem necessários.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a contribuição de V. Exª e passo, então,

a palavra à Deputada Maria do Rosário a fim de que possa iniciar as indagações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, antes, gostaria de solicitar que possamos utilizar o mesmo expediente, no caso de V. Exª querer explicar ao depoente.

Vereador Robson, como não vamos tratar nominalmente as adolescentes que fizeram o depoimento em que o senhor está citado e também o Vereador César Disney, vamos estabelecer um código numerando as adolescentes para quando tratarmos de cada uma delas ou das circunstâncias podemos fazê-lo a partir do número.

Com o sentido de que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem de proteger a identidade das crianças e adolescentes, atuamos a partir dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – o senhor deve conhecê-lo. E essa legislação não somente nos obriga, mas nos anima a defender a infância e atuarmos, portanto, a partir da preservação integral. Então, este é para o senhor. Depois, gostaria que, ao final, o senhor me devolvesse. O que não fizemos antes com o Vereador César Disney; se ele puder nos devolva.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vou pedir à Secretaria que, por favor, providencie o papel de volta com o número das adolescentes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ficou com o Vereador. E é importante que esteja conosco.

Bem, Vereador, é o seguinte: temos aqui uma série de depoimentos que dão conta do seu envolvimento sexual com adolescentes. Frente a essa circunstância, estamos atuando aqui em Campo Grande não somente com essa situação, mas com outras denúncias. Hoje, especialmente, em audiência pública tratando dessas denúncias, e ainda trataremos de um outro caso, mas no Brasil inteiro estamos fazendo o enfrentamento da exploração sexual.

Acerca do caso a que estamos nos referindo, pergunto-lhe se o senhor é casado ou convive maritalmente com alguém, se tem filhos, a idade deles. Esta é a minha primeira questão.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sou casado. Amasiado, casado praticamente,...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Há o nosso reconhecimento.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Há onze anos. Estamos esperando o segundo filho. É meu segundo casamento. Tenho um outro casamento anterior a este, e tenho filhos, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem quantos filhos então?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Cinco filhos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cinco filhos. Que idade eles têm?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Dezesseis, treze, sete, três e cinco meses de gestação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas são meninas?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Três.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que idade?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Uma para nascer, uma de dezesseis e uma de sete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. Uma família grande. O senhor mora onde em Campo Grande?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – No Conjunto Aero Rancho. No Conjunto Habitacional Aero Rancho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Faz tempo que o senhor mora nesse local?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Quinze anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem a sua base eleitoral em que região?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Especialmente na região do grande Aero Rancho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüenta motéis de Campo Grande?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não costumeiramente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas já os freqüentou?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Já freqüentei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode dizer com quem freqüenta motéis?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Com a minha esposa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com a sua esposa. Com que freqüência e qual a última vez que o senhor foi a um motel?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não há uma freqüência, mas eu me recordo que tenha ido a um motel com minha esposa há menos de um mês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Há menos de um mês, dois meses, eu tenho ido com minha esposa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que carros o senhor possui? Um carro, dois carros? Que placas?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu costumo usar um carro Astra, placa HSR-4500.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor só tem esse carro?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não. Tenho o carro que geralmente é usado pela minha esposa. E tenho um outro veículo que é para uso comunitário...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia me dizer todos os veículos que o senhor tem e as placas e cores...?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não. As placas eu não tenho de cabeça. De duas Kombis...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode pedir que nos seja passado, então?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim. Tenho duas outras Kombis, tenho esse Astra e um Corsa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E um Corsa?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem um Corsa de que cor?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Vermelho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um Corsa vermelho?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um Astra de que cor?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Prata.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Prata?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as Kombis?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Brancas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor tem quatro veículos sob sua responsabilidade, em seu nome?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Registrados no seu nome.

Qual o motel que o senhor diz ter ido com sua esposa há menos de um mês, há cerca de um mês?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Motel Xodó.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde fica?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Na saída para São Paulo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos motéis há na saída para São Paulo?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É mais do que esse?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que seja.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Existiam outros. O senhor costuma freqüentar este motel?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outro motel o senhor já freqüentou?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mesmo com a sua esposa?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Mesmo com a minha esposa, **em outros tempos.**

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor só pode citar esse?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mesmo o senhor dizendo que tem o hábito de freqüentá-lo com sua esposa?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não tenho hábito de freqüentá-lo. Não tenho hábito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor declarou que costumeiramente vai a motel com sua esposa.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obviamente não temos realmente nada a buscar em relação a isso; mas eu gostaria de lhe perguntar que outros motéis o senhor já foi com sua esposa.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor só foi a esse motel, ou já foi a outros e não recorda o nome?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me recordo ter ido a outro motel...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sempre vai com ela?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – ... mas neste tenho convicção.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes o senhor foi a esse?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Diversas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Diversas vezes nesse mesmo motel, com a sua esposa. É isso que o senhor afirma?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Consta aqui nos documentos do Ministério Público do Estado e também no inquérito policial que, no dia 28 de julho de 2003, o senhor esteve num motel. O senhor esteve

num motel? Não faz tanto tempo assim. Se o senhor não vai seguidamente, o senhor deve se lembrar.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acredita que não.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece as adolescentes que eu escrevi os nomes aí para o senhor?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Uma delas eu conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual delas o senhor conhece?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – A nº 1.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A nº1.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde o senhor conhece a nº1, quem lhe apresentou?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Ninguém me apresentou. O pai dessa nº 1 trabalhou comigo um período e, então, dessa forma eu a conheci.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual era o serviço que ele realizava para o senhor?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Ele trabalhou como motorista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor visitou a casa dele algumas vezes?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Algumas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele levava sua filha até a sua casa? Levava a filha dele?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, nunca aconteceu isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E sua esposa conhece a adolescente nº1?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sua esposa conhece a família da adolescente nº1?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que conhece o pai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conhece o pai. A adolescente nº1 visitou alguma vez a sua casa?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, que eu saiba não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor conhecia a casa dela?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Conhecia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando ela morava exatamente onde?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – No Aero Rancho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No Aero Rancho.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – No conjunto Aero Rancho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela morava, portanto, próximo da sua casa, com sua família.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Ela morava na minha comunidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor a conhece da sua comunidade, assim como o pai dela. Quanto tempo o pai dela trabalhou com o senhor?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Pouco tempo, uns 15 dias apenas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E por que o senhor não permaneceu com ele?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Ele vinha de um empreendimento grande, um trabalho antigo, que me consta, ele tinha uma proposta de emprego cujo salário era melhor. Esse foi o motivo que me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As demais adolescentes o senhor declara não conhecer?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Modificou a numeração aqui, Senadora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, vamos seguir pela antiga. O senhor me devolva esse papel do computador. De fato o senhor tem razão, modificou a numeração. Vamos nos referir à antiga, porque fica mais de acordo para nossa gravação, para o registro. Senão, podemos confundir o depoimento que foi dado até agora.

Então, as demais adolescentes, a nºs 1 2, 3, 4, o senhor declara que não conhece?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca esteve com ela?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não conheço. Pelas fotografias que me foram mostradas tanto no fórum quanto na delegacia, não as reconheci.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor afirma não ter estado em um motel no dia 28 de julho?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que não estive em motel no dia 28.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como o senhor acredita, sabe ou não? Foi ou não? Sim ou não?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foi?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, então, declara que não foi a um motel no dia 28 de julho. O senhor conhece um motel chamado Doces Momentos?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Doces Momentos, não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor declara que não recorda ou não conhece?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me recordo, não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É possível que o senhor já tenha estado lá e não se recorde?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – De forma alguma. Não estive nesse motel. Não faço a mínima idéia de onde seja. Não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Peço licença por um minuto.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – A Deputada Ann Pontes vai fazer algumas perguntas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sr. Vereador, dando continuidade, apenas para ratificar: o senhor conhece a adolescente de nº 1? Confirma?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Conheço. Aliás, eu a reconheci na fotografia como sendo filha do Sr. Carlos, que trabalhou comigo nesse período.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Certo. E a adolescente nº 2? O senhor confirma que a conhece?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não conheço. Não a reconheço, pelo que foi me demonstrado nas fotografias.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor só fez o reconhecimento por intermédio de fotografias? Não foi feito um contato visual, pessoal, com a adolescente de nº 2?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não senhora, não foi feito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Caso seja feito isso, o senhor a reconheceria?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Talvez. Acredito que não, pelo nome, pelas características, pelo fato, acredito que não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – E a adolescente nº 3?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não faço a mínima idéia de quem seja também.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor afirma que não conhece a adolescente nº 2.

E o senhor conhece a família da adolescente de nº 2?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que não também, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Também não.

O senhor já recebeu algum telefonema das adolescentes acima referendadas, ou seja, da adolescente nº 1?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Que eu identificasse como...

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Nº 1, o senhor recebeu telefonema da adolescente nº 1?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Que eu identificasse como sendo essa pessoa, acredito que não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Vereador, vou repetir, porque anteriormente o senhor disse que reconhece a adolescente nº 1.

O senhor chegou a receber um telefonema da adolescente nº 1, que, segundo informação, é filha de um ex-motorista seu? Ela chegou a fazer alguma ligação para o senhor?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Não.

O senhor tem algum sítio?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Não é proprietário?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Tenho, tenho propriedade, sim, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Mas não de um sítio afastado?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sítio não. Sítio seria uma ...

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Uma chácara, porque lá no meu Estado usamos a expressão sítio.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, tenho um lote, que não se caracteriza nem como chácara, nem como sítio em nosso Estado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Onde fica esse lote?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Ele fica na beira do rio Aquidauana, na divisa dos Municípios de Dois Irmãos do Buriti e Terenas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Por favor, esclareça a essa Deputada que não é da região. Daqui até o seu lote, de carro, leva quanto tempo?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Levaria uma hora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Nesse percurso, há motel?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não reparei. Não faço idéia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Há quanto tempo o senhor tem esse lote?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Desde o início do ano.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Deste ano de 2003?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Deste ano de 2003.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – E nunca observou se, ao longo da estrada, há motel?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que deva ter, sim, senhora, mas não por observação específica.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor lembra então... O senhor teria freqüentado esse motel, já que é um caminho do seu lote?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Jamais.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Certo.

O senhor sabia que a adolescente de nº 1 era amiga de infância das adolescentes nºs 2 e 3?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não senhora, não sabia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor não sabia.

O senhor não se aborreça se vou ser repetitiva, mas é para que fique bem claro.

O senhor tem o hábito de freqüentar motéis?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não senhora. Hábito, não senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Não é um hábito.

O senhor tem, então, lembrança de quais o senhor costuma ir, já que não é um hábito? O senhor tem preferência por um? Ou quando resolve ir, ou quando vai, varia ou sempre vai ao mesmo?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu tenho ido a esse motel.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor poderia repetir o nome?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Motel Xodó.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Motel Xodó. Exclusivamente esse?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Exclusivamente esse.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Ok. Quando o senhor vai, esporadicamente, ao motel, já pagou a conta do motel com cheques?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – É provável que sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor não lembra?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me recordo, mas é provável que sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor tem conta no banco HSBC?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, tenho conta no HSBC Bamerindus.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor não lembra que o senhor efetuou pagamentos de despesas de motéis com cheque do banco HSBC?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me lembro, mas é possível que isso tenha acontecido.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – É possível?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – É possível.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor tem um celular de número 99848324?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, há quase dez anos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor tem o hábito de passar para as pessoas – e aqui, como o senhor é um homem público, aos seus eleitores – o número desse celular para que eles liguem?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, senhora. Isso é um hábito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Um hábito seu?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Em função disso, retorno a lhe perguntar: em momento algum nenhuma das adolescentes nºs 1, 4 e 2 ligaram para esse celular?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Com esses nomes identificados dessa forma, acredito que não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor não lembra ou não ligaram?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Se ligaram, ligaram com outro nome ou ligaram de uma outra forma, mas que me recordo desses nomes, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Nunca houve ligação? Seu número é esse número, com os nomes das adolescentes de nºs 4, 2, 3 e 1 ou 1, 2, 3 e 4?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Não. O senhor sabe em que escola a adolescente nº 1 estuda?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O senhor já freqüentou uma rua – para mim, é difícil porque não moro aqui – atrás do trilho?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Atrás do trilho, Deputada? Nós temos uma via de trilhos aqui, na nossa capital, e eu não tenho o hábito, realmente, de freqüentar essa rua.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Em que bairro essa rua fica? É um bairro residencial?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – É uma travessa de fora a fora, corta todo o centro da cidade, faz uma curva dentro da cidade, e externa posteriormente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Então, só por gentileza, confirme: o senhor não tem o hábito de freqüentar essa rua próxima ao trilho? Eu já lhe preciso o nome dessa rua.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não tenho costume.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – E nem de ter sido visto nessa rua com a adolescente nº 2 no interior do seu veículo?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que de forma alguma.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Ok. Obrigada.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senadora Fátima Cleide

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. Robson, o senhor conhece os familiares da adolescente nº 2?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não conheço.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Não conhece?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não conheço porque não identifica, não sei quem é essa pessoa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor falou que costuma freqüentar o motel...

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eventualmente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Eventualmente. Qual foi a última vez que o senhor foi ao motel?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que nos últimos dois meses eu tenha ido, sim, ao motel. Não me recordo o dia exato.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Quais foram as pessoas ou a pessoa que o acompanhou?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – A minha esposa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – A sua esposa. Pelo que pude perceber, no início, o senhor falou que sua esposa está grávida. Quantos meses?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Está gestante. Está entrando no quinto mês.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Por enquanto, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vamos esperar a Deputada Maria do Rosário. (Pausa.)

Enquanto a Relatora Deputada Maria do Rosário chega, eu queria saber qual é a sua relação com o Vereador César Disney? Vocês são amigos íntimos, um freqüenta a casa do outro? Já se conheciam antes de serem Vereadores?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Conheço o Vereador César Disney há muito tempo, mas nunca tive um laço de inter-relacionamento familiar ou pessoal. Ele é de um partido diferente, oposto ao meu. Nosso relacionamento na Câmara de Vereadores é respeitoso, porém não mais que isso. Não tenho relacionamento interpessoal com o Vereador César Disney.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor ficou surpreso quando soube que ele também estava envolvido nesses episódios?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Naturalmente que o assunto é grave, e fiquei surpreso com o meu nome envolvido nisso. Não tenho nada a declarar referente ao fato de o César Disney estar envolvido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vereador, por que o senhor imagina que essas adolescentes possam ter envolvido o seu nome, se o senhor não tem nenhuma relação com elas?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – O Juiz Luiz Carlos Ataíde me fez a mesma pergunta, Senadora, e eu respondi que até agora não consegui interpretar realmente o que pode estar acontecendo por trás dessa história toda. Então, esta é a minha resposta: não faço idéia do porquê disso tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não reconheceu nenhuma das adolescentes?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Pelas fotos a mim mostradas, não reconheci, exceto a número 1.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual o tipo de relação que o senhor tinha com a adolescente número 1?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Nenhum tipo de relação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como o senhor a conhecia?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu a conhecia porque o pai trabalhou comigo um período...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Trabalhou como?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Trabalhou como motorista. Um período pequeno, mas suficiente para eu ter de visitá-lo uma ou duas – no máximo quatro – vezes na sua residência, pegá-lo, e ele, às vezes, deixava...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu ia à casa dele uma ou outra vez, no máximo quatro vezes, e ele também me deixou na minha casa uma, duas ou três vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele era motorista?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, trabalhava como motorista.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E só lhe deixou uma ou duas vezes?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, não era muito freqüente. Trabalhamos durante um período pequeno de, no máximo, 15 dias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que tão pouco?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Ele tinha saído de um empreendimento e tinha uma proposta melhor em relação à questão salarial. Então, ele seguiu o caminho dele. Não trabalhamos por muito tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como o senhor conheceu a adolescente número 1?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu a vi uma ou duas vezes na casa dele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando o senhor tinha ido lá?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Visitá-lo?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Quando fui a trabalho, com ele comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tem conhecimento de que, na sua cidade, existem pessoas que fazem agenciamento de meninas menores de idade?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – De caráter pessoal, não tenho conhecimento. Tenho conhecimento pela mídia, pela vivência como Parlamentar, a imaginação, a observação no meu trabalho. Temos esse conhecimento mais pela mídia. Mas de ter relação com alguma pessoa que tem esse tipo de trabalho ou de envolvimento, não tenho conhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor, então, disse que nunca foi visto com nenhuma dessas meninas, dessas adolescentes, em nenhum lugar da cidade, a não ser quando foi visitar o pai da adolescente nº 1? Em nenhum motel, praça pública ou clube? Na sede do operário?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – De forma alguma, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor nunca convidou alguém?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mesmo sem saber a idade? Imaginando que fossem meninas mais velhas ou mais novas?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não convidei. Não houve isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada. Vou esperar a Relatora chegar para que possa continuar as perguntas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Senhor Vereador, nas vezes em que o senhor foi ao motel foi solicitada identificação do senhor e da sua esposa?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Todas as vezes que fui ao motel, recordo-me de que tive que abaixar o vidro do veículo. Mas não me recordo se houve a cobrança. Não me recordo. Minha esposa é uma senhora adulta. Acredito que não seja possível. Qualquer pessoa que atenda, ao vê-la, não imaginará que seja menor de idade.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Já fui informada de que há uma lei aprovada no Estado sobre motéis. Farei a leitura do artigo: "Será obrigatória a apresentação de documento de identificação do usuário que quiser adentrar nos recintos de estabelecimentos referidos no **caput** deste artigo". Seriam espetáculos eróticos, boates eróticas, casas de massagem, serviços de acompanhante e outros expressos em qualquer canal, motéis, hotéis, pensões, boates.

Nas vezes em que o senhor foi, em alguém momento, apresentou documento de identificação, já que há uma lei no Estado que determina tal identificação?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me recordo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sim ou não?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Não houve identificação?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – De fato, não me recordo se houve. Acredito que não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tem um terreno, não é?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Há 70 km de distância mais ou menos?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que seja nessa média. Um pouco mais, talvez.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Alguma adolescente já esteve com o senhor nesse terreno?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – A minha filha. Com a minha família.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Foi a adolescente que esteve lá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A adolescente nº 1 já esteve lá?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Nunca esteve lá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor chegou a construir uma cerca?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Naturalmente. Foi cercado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – No início. Logo em seguida à compra.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando o senhor o comprou?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – No início do ano.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deste ano?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Deste ano. Em março ou abril, contratei a construção da cerca.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É a 70 km de distância?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que seja mais ou menos isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Os depoimentos falam na construção dessa cerca. Fico pensando que é muito difícil uma menina ir verificar. O que o senhor imagina? O senhor divulgou? Alguém soube? Muita gente soube?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Naturalmente. Eu tinha um programa de rádio que foi suspenso exatamente por esse motivo. Acredito ter-me pronunciado nesse programa, fazendo referência a um torneio que foi realizado no local. É um local, inclusive, em que realizei diversas atividades esportivas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor já chegou a pagar, com um cheque de R$25,00, a alguma adolescente?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Pagar a alguma adolescente com R$25,00? Acredito que de forma alguma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nunca pagou?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Nunca paguei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nunca usou cheque?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Posso ter doado, ter dado ajuda para alguém com esse valor em cheque. Da forma como V. Exª menciona não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pergunto exatamente isto: o senhor já deu R$25,00 em cheque a alguma adolescente?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor disse, agora há pouco que não. No entanto, disse que pode ter feito uma doação.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Para outras pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas não para adolescentes?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim ou não?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Adolescente, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Menor de idade?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Antecipadamente, peço que compreenda que, algumas questões, eu talvez venha a repetir.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não tem problema, Excelência. Estou à disposição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Minha intenção não é cansar o senhor ou as pessoas que estão participando aqui conosco, porque estamos com tarefas paralelas aqui. Tive realmente que fazer o atendimento de uma situação.

O senhor tem conta bancária?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Tenho, sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o seu banco? O senhor foi perguntado?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – HSBC Bamerindus.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – HSBC Bamerindus. É onde o senhor tem conta bancária.

O senhor declarou, quando lhe perguntei, que não conhece o Motel Doces Momentos.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acredita? O senhor conhece? É sim ou não!

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não conheço, não!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque, se o senhor diz "acredito", fico pensando que o senhor não acredite muito.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim. A senhora pode acreditar que não conheço esse motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não conhece.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, pelo que me consta, foi-me informado, porque também não conheço tão bem Campo Grande quanto gostaria, esse motel fica no caminho da sua residência. O senhor não passa, pelo menos, pela frente? O senhor não sabe onde fica?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não sei localizar esse motel. Não sei, Excelência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois, vamos ter que ver no mapa isso. O senhor tem certeza de que não passa pela frente?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Tenho certeza de que não conheço esse nome de motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Gostaria de lhe perguntar ainda... O senhor disse que não conhece, mas tenho um depoimento que descreve um quarto de motel onde havia um quadro, ou há um quadro de uma mulher nua, em que aparecia apenas o corpo, até o joelho, sem cabeça. E esse depoimento diz que o senhor esteve nesse apartamento e que o senhor não tinha, naquele momento, dinheiro em espécie, para pagar a conta e pagou com cheque do Banco HSBC. O senhor confirma? O senhor não passou esse cheque do HSBC no motel?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não passei. Não fui a esse motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não conhece esse quarto?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não conheço esse quarto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O depoimento diz, inclusive, que o senhor, além de pagar o motel, pagou R$80,00 para a adolescente nº 1, que é a que o senhor...

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – De forma alguma, Excelência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega? O senhor diz que não?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor realmente – a Deputada Ann Pontes lhe perguntou, tenho certeza – nega conhecer a adolescente nº 2?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Nego. Não a conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca praticou um ato sexual com ela?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual é o número do seu celular?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – 9984-8324.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse telefone o senhor sabe que a adolescente sabe de cor? O seu telefone é divulgado assim?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – É, sim, senhora. É muito divulgado. Tenho há quase dez anos esse número.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor publica o seu telefone celular? O senhor disse que não conhece essa moça. O senhor disse que não conhece. Creio que ela tenha 15, talvez, agora. Veja, o senhor diz que não conhece. Como é que alguém que o senhor não conhece tem o seu celular. Parou na minha frente, e eu perguntei: "Qual o celular do Vereador?" Pá, pá, pá, pá, pá. Estou citando aqui. Vou-lhe repetir, só ouvi agora o senhor me dizer: 9984-8324.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – A senhora já gravou o meu celular.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, tenho anotado porque ela me disse.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Acredito que o meu celular talvez, de todos os Vereadores do Estado do Mato Grosso do Sul, seja o mais popular.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela lhe telefonou. Essa adolescente lhe telefonou, duas semanas depois que o senhor teve o primeiro encontro com ela, ela lhe telefonou, pedindo que o senhor a acompanhasse numa praça, que o senhor a apanhasse numa praça, buscasse-a numa praça. Ela lhe telefonou?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca esteve nessa praça, num sábado à noite,

com aquele carro que o senhor tem – e que ela também cita –, de cor prata?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, senhora. Não estive, não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mantém que não conhece. O senhor tem que relacionamento com o Vereador César Disney?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – De trabalho, praticamente dentro do Plenário, na Câmara de Vereadores. Esse é o relacionamento respeitoso que todos os Parlamentares têm um com o outro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com certeza.

Em quantas legislaturas o senhor já atuou?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – É a primeira legislatura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor já tinha sido candidato anteriormente. Se elegeu aqui nesta legislatura?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual a sua profissão realmente?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sou funcionário público estadual.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que área da função pública?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu fui praticamente, Senadora, criado nesta Casa. Entrei como lavador de carro, cheguei a garçom, me mudei para o conjunto Aero Rancho na luta comunitária e fui eleito Vereador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma bela biografia política.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu acredito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas agora vamos tratar aqui dessa sua circunstância, pois os depoimentos são absolutamente claros de que o senhor buscou essa adolescente na praça, que o senhor queria ir para um para um motel, enfim, de que o senhor a levou para trás do Atacadão, próximo dos trilhos. O senhor nega?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Nego, sim senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante o almoço, o senhor não esteve com essa adolescente nº 2?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – De forma alguma, minha senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Senhor não telefonou nunca para a adolescente, o senhor nega que conhece a adolescente nº 3?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não a conheço. Com este nome eu nunca liguei para ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E com que nome o senhor poderia ter ligado para uma adolescente?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu tenho costume de que quando recebo uma ligação no meu celular a cobrar eu recebo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu nome está na bina dela?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Ela deve ter ligado com outro nome, então. Eu não a conheço...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, não, não foi ela que ligou, foi o senhor que telefonou para ela.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Se eu retornei para ela foi retornando uma ligação que ela certamente fez para o meu celular ou então ligou a cobrar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, então, a adolescente nº 3, também teria o seu telefone?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não sei. Eu não a conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Senhor não conhece, ela lhe telefona, o senhor diz, e o senhor liga para ela...

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu não sei se ela telefonou para mim. E nem se eu telefonei para ela...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas que o senhor telefonou para ela nós sabemos, porque o seu telefone ficou gravado na bina dela.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Se ficou, Excelência, com certeza não foi para nenhum tipo de assunto que ora esta Comissão apura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, qual seria o assunto que uma pessoa que o senhor não sabe quem é e que o senhor não sabe que telefone é esse?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu não sei realmente quem é essa pessoa ou quem quer que seja o motivo da...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, digamos o seguinte: eu não tenho – a Senadora vai certamente solicitar, o Poder Judiciário já o fez; e determinou – aqui a listagem dos telefonemas que o senhor deu. Mas eu tenho a informação de que o seu telefone está na bina dela. Como é que o senhor tinha o telefone da adolescente nº 3, que, aliás, é adolescente mas prática o agenciamento das demais para fins da exploração sexual?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Bom, eu não a conheço. Se eu liguei para ela, Excelência, certamente para tratar assunto comunitário ou por ter retornado uma ligação...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe o nome dela, qual é o assunto comunitário que o senhor tem com ela?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não faço a mínima idéia, não identifico esta pessoa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é o seu telefone particular, não é nem do seu gabinete, não é nem o do seu assessor. O senhor deu o seu telefone particular para falar com uma pessoa, não pode dizer que não sabe quem é a pessoa.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu falo no meu telefone celular ainda, depois de todo esse episódio que diminuiu consideravelmente os meus telefonemas, eu falo ainda mesmo assim, com cerca de 100 pessoas por dia, Excelência. Não dá para lembrar os detalhes de cada telefonema que faço.

De forma alguma eu tratei com esta pessoa que está como número três alguma coisa relacionada com este assunto que esta Comissão apura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor foi ao motel com a sua esposa, a sua esposa está com quantos meses de gravidez?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Está entrando no quinto mês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi mesmo a data que o senhor foi?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me recordo exatamente a data.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas mais ou menos se o senhor me disser já me atende?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Mais ou menos dentro do último mês, dentro de 45 dias eu estive com ela em um motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo. Aí, o senhor foi com a sua esposa, e o que o senhor consumiu? O senhor pediu o frigobar?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não se recorda?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não me recordo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vereador, só porque ficou uma dúvida de onde é a localização do motel...

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Qual motel, senhora?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Este que lhe perguntei: Doces Momentos.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não sei onde fica esse motel.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A informação que estou tendo é de que esse motel fica ao lado esquerdo de quem vai de Campo Grande para a chácara, o terreno que o senhor tem. O senhor nunca viu?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Devo ter visto, mas não sei o nome, não me recordo...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas há um motel nesse caminho?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não tenho certeza. Não tenho percebido, não tenho...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quantas vezes o senhor vai na chácara?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Vou várias vezes. Às vezes uma, duas vezes por mês.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por mês? E nunca chamou a atenção o motel?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Nunca me chamou a atenção. Não me chamou a atenção.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse motel vai ter que fazer propaganda maior. Desse jeito ninguém vai chegar perto dele, ninguém sabe que ele está lá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vereador, qual é o seu carro?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – De uso freqüente, diário, é um Astra.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De cor prata?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor alguma vez já esteve em frente à Escola Caíque Rafaela Brandão?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Já devo ter estado nessa escola diversas vezes, porque é próxima da minha casa, tenho um trabalho nessa região, e essa escola, inclusive, tem a sua existência por conta da minha luta comunitária. É uma escola conquistada pela nossa comunidade e teve o meu...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É uma escola antiga?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não muito antiga, é uma escola que deve ter no máximo oito anos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor vai sempre a ela?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Vou sempre a ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas o senhor costuma dar carona para alguém? Às vezes alguém pede uma carona, e o senhor dá a carona?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Já fiz isso, sim, senhora. Hospitais...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Na escola também?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Na escola nunca deu carona?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, senhora. Nunca. Não me recordo de forma alguma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em outros lugares já?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Já e já socorri muitas pessoas no meu carro para hospitais, para velórios, para diversos lugares, mas, da forma como a senhora coloca, de maneira alguma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é a forma que estou colocando?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Se na frente de uma escola dei carona a alguém. Não me recordo disso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não se recorda ou... O senhor quer ter um tempo para pensar se realmente...

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, não dei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então não existiu?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não existiu.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Porque o senhor tinha dito que não se recordava, estou tentando lhe dar um tempo para o senhor tentar...

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não existiu.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Se a resposta para a senhora ficar mais clara assim, então não existiu.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não existiu. Assim fica mais claro, até porque nos depoimentos constam testemunhas, inclusive crianças e adolescentes do colégio que o viram lá, na porta do colégio, dando carona a crianças e adolescentes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora, eu ainda gostaria de perguntar ao Vereador: quem lhe apresentou a adolescente nº 2?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – A senhora perguntou a mim? Quem me apresentou a adolescente nº 2? Não conheço a adolescente nº 2.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor vai freqüentemente à sede do Operário?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sou Presidente dessa instituição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é o Presidente dessa instituição.

Porque temos um depoimento aqui da adolescente de que foi até lá e manteve relações sexuais com o senhor lá e que o senhor pagou R$50 para ela na hora do almoço.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – É impossível isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega isso?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nega esse depoimento.

O senhor chegou a falar com a adolescente? Quando o senhor ligou para o telefone dela – o senhor telefonou para ela, já vimos aqui, essa é a número 3 –, o senhor falou o que com ela? O que o senhor tratou com ela?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não liguei para essa pessoa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor me disse que é possível que o senhor tivesse ligado, inclusive, porque eu lhe disse que está no bina, que tenho a informação.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – É possível, não com esse nome e com essa identificação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tratou nada com ela?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não. Não conheço essa pessoa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Vereador, o senhor disse que é o Presidente do Clube...

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Operário Futeboi Clube. Sim, senhora.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – E o senhor disse, negou, que não esteve com a vítima nº 2. Mas o senhor tem um escritório lá.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não, senhora.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Não tem um escritório?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não. Meu escritório específico, não. Todas...

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Não, não é o seu escritório, não estou falando do escritório do senhor, estou falando do escritório do clube. Lá há um escritório.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Existe a sede, sim, senhora.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Que tem um escritório.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Várias salas, diversas salas.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Numa delas há cadeiras?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Tem.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Mesas redondas para reunião?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Mesas para reunião, sim, senhora.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Tudo isso está muito descrito no depoimento da vítima nº 2. Então ela esteve lá.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Ela esteve lá?

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Estou perguntando ao senhor. Porque foi...

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Na minha presença?

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Ela declarou isto: que esteve lá, no horário do almoço, no momento em que os funcionários não estavam. Ela descreve todos os móveis com bastante detalhes quanto à cor e diversos sinais que o senhor acabou de afirmar que existem. Independentemente de tudo, disse que o senhor teria pedido a ela que fosse lá e que iria deixar a porta encostada. Fez a descrição exata da sala, com o seu nome e tudo. O senhor nega tudo isso?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – A sede do Operário Futebol Clube é acessível à visitação.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – A qualquer pessoa?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, senhora.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Qualquer um pode entrar no escritório?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não é grande. É uma sala com diversos... Não é grande coisa, digamos. É uma sede simples, aberta às pessoas que quiserem visitar. Inclusive, houve época em que a visitação era freqüente, quando da exposição de troféus e quadros. Enfim, podemos dizer que é uma sede acessível, como a de uma associação comunitária.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Então, o senhor nega?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Comigo, na minha presença, não me recordo de forma alguma. Nego que estivesse comigo.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT) – Certo. Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Vereador, o senhor nunca teve algum contato telefônico com a adolescente número 3?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Com este nome, com certeza, não.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Depois que essas meninas foram à delegacia, o senhor não ligou para a adolescente número 3 e perguntou o que havia acontecido?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não. Que eu me recorde, com esse nome, não, senhora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Não se preocupou com a prisão delas e com o que poderia causar?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Preocupei-me quando vi meu nome citado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – E quando foi que o senhor soube que havia sido citado?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – No dia 15 de agosto, recordo-me bem da data.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Dia 15 de agosto. Assim, tendo havido uma ligação dela, que o senhor pode ter retornado, não lembra se a conversa foi para verificar o que havia ocorrido?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Com esse nome, com essa pessoa citada aqui, não me recordo de haver falado. Não falei.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Então, poderia ter sido com outra adolescente, de outro nome?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Com outra pessoa, mas não sobre esse assunto. E não com essas pessoas que estão aqui, Excelência.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor é Presidente do Clube, do Operário?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Sim, senhora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor não lembra se convidou a adolescente de número 2 para ir até lá?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não convidei, senhora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – O senhor não convidou?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não convidei.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Não a recebeu?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Não a recebi.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, penso que já encerramos. Teria apenas mais uma questão para o senhor. Li nos autos, novamente, que o senhor mais de uma vez esteve nesse motel, não sei se pelos depoimentos, mas também pelo cheque que deu, do banco HSBC.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Em qual motel?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse que foi citado, que o senhor disse que não conhece.

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Eu não estive nesse motel, Excelência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Queria apenas deixar registrado que há um depoimento aqui que diz que o senhor esteve lá no dia 28 de julho, e, nesse período, de fato, o quarto esteve ocupado, e o pagamento foi feito com um cheque. Queria deixar isso consignado para que pudéssemos ouvi-lo sobre isso. Se o senhor tem alguma coisa a declarar, que o faça. É só.

Senadora, da minha parte, concluí. Não sei quanto às colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não havendo mais nenhuma indagação, o senhor pode se retirar. A CPI agradece sua presença. Nós o convidamos para tentar esclarecer alguns fatos. O senhor tem algo mais a acrescentar?

O SR. ROBSON LEIRIA MARTINS – Desejo a esta Comissão total sucesso nos trabalhos. Coloco-me sempre à disposição da Justiça e desta Comissão sempre que necessário. Obrigado pela oportunidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora, quero dar ciência de que recebemos um ofício, na verdade, um convite. Na segunda-feira, será registrado, em Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual de Combate à Violência e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. E, na praça Ari Coelho, ocorrerá uma movimentação da sociedade civil, das entidades, dos movimentos, das pessoas comprometidas com a proteção dos direitos. Então, queremos cumprimentar esse movimento. Desejamos que esse 6 de outubro seja marcado por muito êxito na proteção das crianças contra a violência, que começa, muitas vezes, no ambiente familiar, mas que, em geral, acaba levando-as a um percurso de exploração sexual. Isso é muito comum. Há crianças que começam a ser exploradas como vítimas em um ambiente familiar e, em seguida, apresentam um histórico de circunstâncias de exploração sexual do triste meio da prostituição adulta. Tratamos exatamente desses casos neste momento, para nossa tristeza.

Fizemos a oitiva, nesta tarde, de algumas testemunhas e dos dois Vereadores. Quero dizer aos senhores que a CPMI havia feito convite também para um depoimento d**O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO**, assessor do Sr. Zequinha Barbosa. O ofício diz que ele não está em Campo Grande, mas está à disposição para um futuro depoimento, que será agendado. Nem o assessor nem o Sr. Zequinha Barbosa tem qualquer fórum privilegiado, mas tratou-se de um primeiro convite de nossa parte, portanto, certamente, nós os ouviremos pela densidade do caso, que tanto preocupa essa comunidade.

Portanto, faremos um novo agendamento, que ainda não podemos precisar se será aqui mesmo em Campo Grande ou em Brasília. De toda forma, será de acordo com a disposição e a possibilidade que **A SRA. PRESIDENTE** determinar, e não somente dos que serão ouvidos, porque não existe fórum privilegiado, como no caso de Deputados Estaduais, enfim. Esse caso é diferenciado. **A SRA. PRESIDENTE** tem a prerrogativa de agendar, de fazer uma convocação para o caso próximo, mediante o não-comparecimento no dia de hoje, mesmo com a justificativa apresentada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não havendo mais pergunta a ser feita e nenhuma pessoa mais a ser ouvida na audiência pública, vamos encerrá-la neste momento, para que possamos ouvir outras testemunhas reservadamente, para poupá-las da exposição e para continuar ajudando nessas investigações e na apuração desse dramático caso que envolve pessoas nesta cidade.

Antes de encerrar, gostaria de agradecer mais uma vez aos membros desta CPMI, que têm se dedicado de forma exemplar, acompanhando todos os fatos e episódios, independentemente de serem da sua base eleitoral. Os Parlamentares têm buscado se desdobrar para acompanhar de perto e minuciosamente o desenrolar da nossa CPMI. Quero igualmente agradecer às senhoras e aos senhores que estiveram presentes, acompanhando de forma solidária para que pudéssemos realizar esta audiência pública hoje.

Volto a dizer que nosso propósito, nossa idéia, é buscar justiça para essas tantas crianças e adolescentes que têm sido maltratados, expostos, violentados e, muitas vezes, mortos ou desaparecidos.

O intuito desta CPI é buscar não apenas todos aqueles momentos em que falamos, o eixo investigativo, mas também proporcionar uma nova legislação que seja capaz de punir, com mais rigor, os envolvidos nesses episódios tão tristes e lamentáveis que, certamente, emocionam cada um de nós que está aqui à frente e também cada um de vocês que participa, presencia e acompanha a todas essas crianças e adolescentes.

Certamente, é um enorme drama que comove a muitos brasileiros. O nosso objetivo é mobilizar ainda mais a sociedade para que todos possam nos ajudar a procurar romper esse silêncio em torno de um tema que ainda tem tantos tabus e preconceitos, e que, infelizmente, muitas vezes, até pelas questões culturais, acaba punindo essas crianças e adolescentes, que, na verdade, são vítimas da agressão, da violência e do crime praticado por adultos.

Portanto, o nosso compromisso é ir até o fim desta CPI, não importa quem esteja envolvido nela, em qualquer lugar. Queremos, ao final da CPI, dar uma resposta justa a todas essas crianças e adolescentes.

Agradeço à Assembléia Legislativa em nome do Deputado Pedro Teruel, que, como já disse, desde o primeiro momento, foi nosso grande aliado para que essa audiência pública pudesse ser aqui realizada.

Agradeço a todos os Parlamentares que estiveram aqui presentes, acompanhando, a todas as organizações não-governamentais, e, enfim, a todas as senhoras e senhores.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 16ª Reunião, realizada em 9 de outubro de 2003.

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às quinze horas e vinte minutos, na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputado Luiz Couto e Deputada Sandra Rosado, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN** ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Presente também, a Deputada Federal Selma Schons. Havendo número regimental, a Senhora Relatora Deputada Maria do Rosário declara abertos os trabalhos, esclarecendo aos presentes que a Audiência Pública destina-se a ouvir diversos depoimentos, tanto em caráter público como em caráter reservado, tendo em vista os fatos de "exploração sexual de crianças e adolescentes no País". Em seguida, a Relatora convida o Deputado Luiz Couto para presidir os trabalhos da Mesa, enquanto a Senadora Patrícia Saboya Gomes retorna de uma missão externa pela CPMI. O Presidente em Exercício, Deputado Luiz Couto agradece aos membros da Casa Legislativa Estadual pela oportunidade de estar realizando essa importante reunião e convida o Presidente interino da Câmara de Vereadores, Ney Patrício da Costa que de posse da palavra parabeniza os membros da Comissão e, tendo que se ausentar da cidade devido a compromissos assumidos anteriormente, coloca o seu gabinete, assim como as dependências da Casa à disposição da CPMI. A Senhora Relatora registra a chegada da Presidente, Senadora Patrícia Saboya que assume os trabalhos, agradecendo aos Expositores, aos convidados, aos representantes de Organizações Não-Governamentais e as Entidades de Direitos humanos e a todos os presentes, convidando em seguida o expositor, Dr. Maurício Cirino dos Santos – Promotor da Área da Infância e Juventude para dar início a sua exposição. Em seguida, a Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para dar início aos seus questionamentos. A seguir, a Senhora Presidente convida o Dr. Marcelo Maggio – Promotor da Infância e Juventude e o Dr. Ruy Maggiatti – Juiz da Vara da Infância e Adolescência para comporem a Mesa dos Trabalhos. Tendo que se ausentar, a Presidente passa a Presidência a Deputada Laura Carneiro, que assume os Trabalhos da Mesa. Dando continuidade aos trabalhos, a Senhora Presidente, Deputada Laura Carneiro determina a Secretaria que faça entrar ao recinto dos trabalhos a vítima Joelma que preencheu e assinou o Termo de Compromisso e, passa a lê-lo, qualificando-o e, em seguida, concede a palavra a depoente e para as suas considerações iniciais. A Presidência concede a palavra a Senhora Relatora para proceder aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra o Deputado Luiz Couto, a Deputada Sandra Rosado, a Deputada Selma Schons e a Deputada Ann Pontes. No decorrer da Audiência Pública foram tomados seis depoimentos de adolescentes, em caráter reservado vítimas de exploração sexual. A Presidência suspende a Reunião por alguns minutos e ao reabrir os trabalhos, a Deputada Laura Carneiro determina a Secretaria que faça entrar ao recinto a depoente Avenir Vargas, conhecida pelo apelido de "Carol", que ao ser questionada pela Pre-

sidência se está acompanhada por algum advogado, a depoente responde que não. Diante da negativa, a Presidência indaga aos presentes se há algum advogado que possa assistir à depoente no decorrer de sua oitiva, apresentando-se a Dra. Clarissa Maun Colette – OAB nº 33.573, que se prontifica a acompanhá-la. A Presidência pergunta a Sra. Arveni se a mesma havia conseguido entrar em contato com o seu advogado e a mesma disse que não, solicitando então à depoente o número do telefone do seu advogado e o nome completo dele, tendo como resposta o número (45) 9975.5045 e o nome completo é Dr. César Advar de Souza – Procurador do Município. A Presidência indagou também se a depoente gostaria de tentar mais uma vez de manter contato telefônico com o Advogado, tendo como resposta sim. Desta forma, a Presidente determina a Secretaria que ligue para o número fornecido pela depoente, obtendo como resultado a ligação que ninguém atendia. A Presidência ao atender os preceitos legais e, tendo a depoente uma advogada "ad hoc", dá início aos questionamentos, concedendo inicialmente a palavra a Senhora Relatora. Fizeram uso da palavra para questionar à depoente, os Deputados Luiz Couto, Sandra Rosado e Ann Pontes. A seguir, a Presidente dispensa a depoente e determina a Secretaria a entrada do próximo depoente, o qual, entra no recinto emcapuzado. A Presidência suspende a Reunião por alguns minutos para que a Secretaria possa tomar as providências necessárias para transformá-la em reservada. Fizeram uso da palavra para questionar ao segundo depoente, os Senhores Deputados Luiz Couto, Sandra Rosado, Laura Carneiro e Ann Pontes. A Presidência dispensa o depoente e determina a Secretaria a entrada da Liliane Asper última depoente, que também depõe de forma reservada e, após preencher e assinar o Termo de Compromisso, a Senhora Presidente passa a qualificá-la. A seguir, a Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para proceder aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra, para questionar a depoente, os Senhores Deputados Laura Carneiro, Sandra Rosado, Ann Pontes e Luiz Couto. Após, a Senhora Presidente solicita a retirada da depoente e convida o Dr. Ruy Maggiatti – Juiz da Vara da Infância e Adolescência, para, de posse da palavra, realizar uma explanação sobre a situação de "Exploração Sexual" naquele Estado, sendo questionado inicialmente pela Senhora Relatora e após, pelos Deputados Ann Pontes, Luiz Couto e Sandra Rosado. Após, a Senhora Presidente agradece a presença do Juiz, Dr. Ruy, pela sua colaboração prestada a esta Comissão, e não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calhão*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 02, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião é uma audiência pública, na cidade de Foz do Iguaçu, onde nos encontramos, na Câmara Municipal da cidade, destinada a ouvir diversas circunstâncias a respeito da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nesta cidade e região.

Ouviremos depoimentos de autoridades, de testemunhas – pessoas, portanto, em diferentes papéis –, possivelmente, de pessoas que já tenham sido indiciadas e poderemos tomar, portanto, o depoimento, de forma pública ou mesmo reservada, de forma a preservar que os depoimentos sejam feitos da melhor forma possível e estabeleçam garantias, inclusive, às pessoas, da não existência de qualquer circunstância futura de coerção sobre quem quer que seja. Então, estaremos, durante a tarde, produzindo, por esses dois caminhos, a possibilidade de tomada dos depoimentos.

Esclareço que, motivada por compromissos tomados nesta cidade, em diligência da CPMI, a Presidente da nossa Comissão, Senadora Patrícia Saboya Gomes, encontra-se em uma atuação dessa natureza, em conjunto com a Deputada Laura Carneiro.

Convido, imediatamente, para que componham a Mesa conosco, o Deputado Luiz Couto e a Deputada Selma Schons. Convido-os na qualidade de Relatora desta CPMI.

Mesmo que rapidamente, quero esclarecer que a nossa CPMI foi composta por um requerimento assumido pela Câmara e pelo Senado, com alguns objetivos. O primeiro objetivo é a realização de um inquérito que configure, para a sociedade brasileira, a responsabilização de quem age violentamente, por meio da prática do comércio de seres humanos, do comércio sexual contra crianças e adolescentes.

Nesse sentido, temos viajado por todo o Brasil e contamos com parlamentares como o Deputado Luiz Couto, que é parlamentar da Câmara dos Deputados, do PT do Estado da Paraíba, e a Deputada Selma Schons, que participa de modo especial desta audiência, em Foz do Iguaçu, e que tem acompanhado com atenção, mesmo sem integrar diretamente, as iniciativas da CPMI, pelo envolvimento e o compromisso

com as políticas sociais, com a seguridade e com os direitos humanos, além de outros parlamentares. Somos 11 parlamentares da Câmara dos Deputados e 11 Senadores e Senadoras atuando em todos os Estados brasileiros para o enfrentamento de relações, enfim, que têm configurado a circunstância de que a sociedade brasileira confia cada vez menos nas suas autoridades.

Já estamos colhendo iniciativas muito positivas, uma sociedade cada vez mais ativa e que denuncia. Hoje, pela manhã, tivemos a alegria, nesta CPMI, de estar na Itaipu Binacional e verificar o esforço dessa comunidade, por meio dessa empresa pública de caráter binacional, para incentivar a denúncia, como está consignado na campanha que foi lançada pela manhã, com a presença de várias autoridades.

Quero, mesmo que rapidamente, dizer que a CPMI tem três outros objetivos, além da realização do inquérito para responsabilização. O segundo objetivo, portanto, é que, ao final dos nossos trabalhos, tenhamos uma leitura de como a legislação brasileira consegue operar para que os objetivos sejam alcançados – a proteção das crianças, a proteção integral e a responsabilidade de quem atua de forma criminosa –, e que possamos avançar, do ponto de vista legislativo, na normativa do nosso País, na legislação federal, inclusive com sugestões para os estados e para os municípios.

Também pensamos que, ao final dos nossos trabalhos, deveremos estar produzindo políticas públicas, como sugestões, a exemplo daquilo que já está afirmado no pacto e nos documentos produzidos por uma série de organizações não-governamentais, que estão, hoje, sendo articulados por uma comissão interministerial, sob responsabilidade da Presidência da República e, em particular, do Ministério da Justiça.

Nesse sentido, já percebemos que, não viemos a Foz do Iguaçu somente contribuir, mas também buscar, e as iniciativas que têm sido tomadas, de articulação da sociedade civil, articulação com a OIT, são importantíssimas como exemplo de um trabalho que é possível ser desenvolvido nas regiões de fronteira.

Enfim, queremos valorizar imensamente o trabalho desenvolvido por todos os parceiros da sociedade civil e Organizações Não-Governamentais.

Por último, pretendemos uma mudança na cultura deste País, em que os determinantes de gêneros étnicos e da cultura da violência, que perpassa todas as relações sociais e econômicas do País, possam ser superadas, especialmente a partir da nossa responsabilidade maior, ética e política, como lutadores e defensores dos direitos humanos, de estarmos atuando na defesa dos direitos da criança.

Portanto, ao manifestar os nossos objetivos, e antes de passarmos aos depoimentos, eu, na qualidade de Relatora, convido, para que assuma a coordenação dos nossos trabalhos, o Deputado Luiz Couto, titular desta Comissão, que presidirá os trabalhos, nesta tarde, em conjunto com a Senadora Patrícia Saboya. À tarde, S. Exª estará coordenando os trabalhos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Passo a palavra ao Presidente da Câmara, para, como Presidente desta Casa, já que S. Exª também tem que se retirar, fazer sua saudação aos presentes.

Também registro as presenças dos Vereadores Edison Massoni, Francisco Brasileiro e Valdir de Souza.

Com a palavra, o Presidente da Câmara de Foz do Iguaçu, o Vereador Ney Patrício.

O SR. NEY PATRÍCIO – Muito obrigado, Deputado Luiz Couto, que preside os trabalhos desta CPMI.

Parabenizo a iniciativa dos nobres Deputados, que buscam a erradicação da exploração da sexualidade infantil em todo o Brasil inteiro, e os trabalhos desenvolvidos, à participação efetiva nas ações, na busca, na proteção do menor. Na verdade, S. Exªs, pelo menos, procuram diminuir a dor de todos os brasileiros em relação à exploração sexual infantil no País.

Como Presidente desta Casa, quero dizer-lhe que estamos à disposição de V. Exªs no tempo em que for necessário, hoje, amanhã e em outras oportunidades também.

Peço desculpa à Comissão, pois, anteriormente, já havia dito que tenho uma viagem marcada para daqui a pouco, mas aqui estará o Vereador Chico Brasileiro à disposição de V. Exªs, representando a Casa, assim como os Vereadores Edison Massoni e Valdir de Souza, que também poderão auxiliar nos trabalhos.

A Casa está à disposição e não medirá esforços para que o trabalho de V. Exªs tenha o objetivo-fim totalmente cumprido.

Muito obrigado pela oportunidade de estar com V. Exªs. Obrigado por estarem nesta Casa de Leis de Foz do Iguaçu. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, como disse a Deputada Maria do Rosário, esta CPMI não tem como função punir, como muita gente pensa. Não é a CPI quem pune, não é ela quem julga, não é ela quem condena. Ela investiga, ela apura e, ao apurar, traz elementos, indícios, evidências, que são encaminhados, por meio de um relatório, feitas algumas comunicações, outros pedidos de indiciamento para autoridade, Ministério Público e outras que pedem providências às autori-

dades do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário.

Enfim, a missão da CPI é apurar, investigar. Por isso, ela realiza as chamadas diligências, que são processos para identificar se as denúncias recebidas têm consistência ou não. Há o trabalho anterior à diligência, que não é comunicada – se for comunicada, ela deixa de ser diligência, porque todos saberão dela. Depois, marca-se audiência – já que estamos na cidade – após as diligências realizadas em Foz do Iguaçu.

Hoje, estamos aqui para ouvir autoridades, testemunhas, pessoas também que estão denunciadas ou têm envolvimento ou como vítima ou como réu na exploração sexual de crianças e adolescentes.

Efetivamente, a exploração não anda sozinha. Ela está ligada à pornografia via Internet, ao tráfico de drogas, ao aliciamento e ao tráfico nacional e internacional de adolescentes e crianças para outros países. Como estamos aqui na tríplice fronteira, com certeza, essa vinculação aparece com muito destaque.

Nesse sentido, esta CPMI quer investigar não apenas as ações criminosas isoladas, mas, como elas se constituem numa rede de exploração, precisamos contrapor a rede de exploração e a rede de proteção, para enfrentarmos de vez a questão.

Convido o expositor Dr. Maurício Cirino dos Santos, Promotor da área criminal, para, em contribuição a esta Comissão, prestar seus esclarecimentos.

Registro a presença da Deputada Federal do PFL do Rio de Janeiro Laura Carneiro, membro titular da CPMI.

Concedo a palavra ao Dr. Maurício Cirino para prestar seu esclarecimento aos membros da Comissão.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Boa tarde a todos e, em especial, aos Parlamentares Membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional – Senado da República e Câmara dos Deputados. Boa-tarde a todos os munícipes e autoridades presentes nesta reunião.

Meu nome é Maurício Cirino dos Santos. Sou Promotor de Justiça da Comarca de Foz do Iguaçu, atuando junto à 1ª Promotoria de Justiça desta Comarca, com atribuições na área criminal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) – Peço-lhe um momento, Dr. Maurício.

Passo a Presidência da Mesa à Senadora Patrícia Saboya, para que S. Exª assuma os trabalhos.

Depois retornaremos para s trabalhos da Previdência desta tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dr. Maurício, desculpe ter interrompido. Quero aproveitar essa oportunidade, hoje tem sido um dia muito corrido. Cumprimento os senhores e as senhoras, infelizmente, não vou poder continuar audiência pública, porque tenho que acompanhar um outro trabalho da CPMI. Estamos buscando dividir os membros da CPI em grupos, mas também não gostaria de ter vindo a Foz do Iguaçu sem participar, pelo menos um pouco, desta audiência pública, apesar dos outros trabalhos que estava buscando realizar ao lado da Deputada Laura Carneiro.

Eu ficarei só mais alguns minutos aqui dentro, mas não queria deixar de presidir pelo menos por um minuto esta audiência pública, agradecendo a presença, a participação e a colaboração dos senhores e das senhoras.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Estávamos falando da minha atribuição na Comarca de Foz do Iguaçu. Tenho atribuições na área criminal, perante a 3º Vara Criminal da Comarca e também atribuições na área de família.

Recém chegado na Comarca, cheguei em maio deste ano na Comarca de Foz de Iguaçu, oriundo da Comarca de Açaí, que fica na região de Londrina e, desde então, estamos com atribuição nessas áreas específicas.

Com relação especificamente a casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, por eu ser um dos Promotores com atribuição na área criminal, me foi recentemente distribuído, somos treze Promotores da Comarca. Dentre esses treze, nove possuem atribuições na área criminal. Nesse sentido, recentemente, foi-me distribuído um inquérito que versa justamente sobre prática no Município de Foz do Iguaçu de exploração sexual de crianças e adolescentes e de rufianismo. Traduzindo à literalidade do Código Penal, significa o agente tirar proveito da prostituição alheia, no caso, de crianças e de adolescentes, auferindo renda para si próprio dessa prostituição, fazendo dessa prática seu meio de vida.

Então, atuando especificamente nesse caso, pude ter contato pontualmente em um dos casos de exploração sexual ocorridos nessa Comarca. A título de esclarecimento, ofereci denúncia criminal perante a 3ª Vara Criminal desta Comarca, a denúncia foi recebida judicialmente, o processo se encontra em pleno desenvolvimento, a acusada, no caso, Arveni de Vargas, foi interrogada já judicialmente. Estamos no início do processo, na realidade, porque ainda vão ser inquiridas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, dentre as quais quatro adolescentes, que seriam as vítimas dessa exploração sexual, que foram identificadas sem que se possa excluir possibilidade de identificação, no curso do processo, de outras adolescentes ou crianças submetidas a idênticas condutas criminosas. Posterior-

mente, terá oportunidade também, a defesa, de o juiz ouvir as testemunhas arroladas pela defesa. O processo segue seu trâmite com produção de provas das mais variadas formas, de acordo com a necessidade e com a especificidade de cada aspecto das práticas ilícitas. Nesse sentido, considero salutar o processo e acredito que eu possa contribuir, de alguma maneira, com os trabalhos da CMPI, neste caso pontual, haja vista que me foi dada essa atribuição.

Ressalto que recebo, com grande alegria e entusiasmo, a informação e a verificação reveladas, no período da manhã, da inauguração dessa campanha contra redes de exploração sexual de crianças e adolescentes na região da tríplice fronteira e contra organizações ali envolvidas. Enalteço, com igual satisfação e entusiasmo, os trabalhos desenvolvidos pela CPMI, não apenas na região de Foz do Iguaçu, mas, como tenho acompanhado pelos jornais, pela imprensa, pela televisão e pelas revistas, em regiões como São Paulo, Porto Ferreira – como ouvimos falar –, Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil com idênticos problemas.

Represento, neste momento, a idéia do Ministério Público nesta comarca. O Ministério Público reputa imprescindível e fundamental o imediato combate a esse tipo de criminalidade, que vitimiza essas crianças e adolescentes que terão, se não for desencadeada uma ação enérgica e preventiva contra seus agressores, um futuro totalmente deturpado e desviado daquele que esperamos para as crianças e adolescentes do nosso País.

Sendo assim, manifesto a minha satisfação de poder, de alguma forma, contribuir com os trabalhos da Comissão. Coloco-me à disposição para alguns questionamentos que a Comissão reputar necessários, principalmente em relação a este caso pontual.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI. (Pausa.)

Interromperei a reunião por mais um minuto. Infelizmente, precisarei ausentar-me, pois meu vôo sairá às 16 horas. Convido, portanto, a Deputada Laura Carneiro para tomar assento à Presidência e dar continuidade aos trabalhos.

Muito obrigada a todos. Desculpem-me realmente por não poder ficar.

A Deputada Laura Carneiro ficará como Presidente **ad hoc**. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Concedo a palavra à nobre Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Srª Presidente, Deputada Laura Carneiro, a quem cumprimento e também à Senadora Patrícia Saboya Gomes, a qual tem viajado pelo Brasil inteiro e que está deixando este recinto neste momento para cumprir diligência referente a trabalhos desta CPMI.

Cumprimento, ainda, o Dr. Maurício Cirino dos Santos pela atuação, pelo trabalho desenvolvido. Quero dizer que, em todos os lugares do Brasil, o Ministério Público tem sido o nosso parceiro tanto na sua área de especialização, na área da infância e da juventude, quanto na área criminal, porque estamos trabalhando na proteção das crianças e precisando permanentemente atuar sobre aqueles que agem de forma criminosa contra elas.

As primeiras questões que quero dirigir-lhe dizem respeito ao volume de casos que o senhor tem sob sua responsabilidade, na área criminal, acerca da criança e do adolescente e da exploração sexual, de exploradores sexuais de crianças e adolescentes, também expediente sobre o tráfico de seres humanos, envolvendo tanto o de mulheres quanto o de crianças e adolescentes. Qual o volume de casos com que o senhor tem trabalhado acerca da exploração sexual e tráfico de seres humanos?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Com relação a crimes nesta área e, especificamente, no tocante à acusada Arveni de Vargas, objeto da denúncia do Ministério Público no mês de junho, sob minha atribuição existe, além deste processo, um outro em que a acusada é a mesma pessoa e que tramita perante a 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu. Esse processo, por coincidência, conta com a audiência de inquirição de testemunhas no dia de amanhã, nas dependências do fórum.

Além desses dois processos com relação a Arveni de Vargas, existe um terceiro processo da mesma pessoa, pela mesma prática, mas cuja atribuição está afeta a outro Promotor da área criminal, Dr. Marcelo Camargo, que atua perante a 3ª Vara Criminal desta comarca.

Vejam os senhores. Com relação a esta acusada, são três processos criminais que tramitam na comarca de Foz do Iguaçu. Esses processos, especificamente, são voltados a ações de exploração coletiva, não casos individuais. Ou seja, foram identificadas condutas ilícitas voltadas a vitimizar crianças e adolescentes em certo número.

Afora esses três processos criminais, existe um sem-número de processos criminais em que eu realizei denúncias. Cheguei à comarca no mês de maio deste ano e, desde então, devo ter oferecido cerca de cinco ou seis denúncias envolvendo exploração sexual e, aí sim, em casos individuais, ocorridas de maneira doméstica, ou seja, no esconderijo dos lares, praticados

por pais, praticados por mães, por tios, por padrastos. A violência sexual ocorre dentro de casa. Afora essas cinco ou seis denúncias criminais que ofereci, outros processos criminais que já estavam em andamento agora estão afetos à minha promotoria. Posso afirmar que, relativamente a práticas criminais envolvendo exploração sexual de crianças e adolescentes, deve estar afeto à minha promotoria algo em torno de vinte casos. Eu atuo na 3ª Vara Criminal e existem outros promotores de varas criminais, que também têm processos que versam sobre essas práticas. Quer dizer, esse número se projeta. Na verdade, são nove promotores que atuam na área criminal, cada qual trabalha, é certo, com processos criminais que versam sobre crimes dessa natureza. É importante informar que sou promotor da vara criminal e da vara de família. Existe também na Comarca o promotor da infância e da juventude – essa não é a minha área de atribuição – Dr. Marcelo Maggio, também presente nesta reunião, que atua especificamente na área de criança e de adolescente, e não na área criminal. Como a última denúncia era um caso criminal, esse processo fugiu da esfera de atribuição do Dr. Marcelo, que, repito, atua só na Vara da Infância e da Juventude. Por isso foi distribuído a um dos promotores criminais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, os casos de exploração sexual são analisados pelas promotorias criminais de modo geral. Não existe uma promotoria que receba todos os casos sobre exploração sexual.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Veja bem, até então era dessa maneira. O que ocorreu na Comarca de Foz do Iguaçu e o que está ocorrendo neste momento? Foi criada na Comarca de Foz do Iguaçu a Promotoria de Investigações Criminais exatamente para atuar na investigação e no combate daqueles crimes reputados de grande afetação social, tais como tráfico de drogas e roubo e receptação de veículos. Um grupo de promotores, do qual faço parte, trabalha especificamente nessa Promotoria, criada agora no mês de setembro, cujo coordenador é o Dr. Rudi. Uma das metas dessa Promotoria é exatamente o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes porque nós, membros do Ministério Público, tendo em vista as especificidades da Comarca de Foz do Iguaçu, consideramos essencial a investigação e o combate especializados a esses tipos de crime. Então, nós estamos desenvolvendo esse trabalho, desde a criação da Promotoria de Investigação Criminal, e esses tipos de crime estarão...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estarão, portanto, em uma promotoria de forma ordenada, a fim de que possa haver um mapeamento mais objetivo.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu lhe perguntaria ainda qual é a natureza predominante das modalidades de exploração sexual que o senhor tem.

O senhor disse que tem vinte casos, sendo que seis deles estão relacionados, possivelmente, a casos de violência sexual no ambiente doméstico, ou seja, abuso sexual. Ou são vinte casos de exploração sexual comercial?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Não, a grande maioria que temos constatados são de violência doméstica.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No ambiente familiar.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – No ambiente familiar não só por parentes das vítimas. No caso, seria violência doméstica, mas também casos isolados de estupro e atentado violento ao pudor fora do ambiente doméstico, mas também contra crianças e adolescentes.

Então, com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes, mais especificamente, o rufianismo, que é aquela conduta do agente tirar proveito da prostituição das crianças e adolescentes, existem, acredito que, identificados, três ou quatro casos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesses três ou quatro casos, o senhor cita esses três em que há o envolvimento direto dessa pessoa que está presa no momento que é a Carol?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Existem três procedimentos em que o Ministério Público Estadual está atuando nas promotorias estaduais – dois sob sua responsabilidade e um sob a responsabilidade do Dr. Marcelo?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Promotoria da Infância e Juventude, portanto, não tem atribuições na área criminal?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Não tem. Há essa distribuição em razão do volume de trabalho da Comarca de Foz do Iguaçu e da atual problemática brasileira que exige uma atuação especializada na área da infância e da juventude voltada à aplicação de políticas sociais básicas a essa área e ao seio da família e voltada também à problemática do adolescente infrator.

Existe um promotor...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E no Ministério Público existe algum projeto específico voltado ao combate da exploração sexual?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Veja bem. No Ministério Público, enquanto cúpula, ou seja, a Procuradoria-Geral de Justiça existe uma preocupação e ações voltadas ao combate nessa área. O resultado disso é exatamente a criação dessas promotorias de investigação criminal. Essa Promotoria de Investigação Criminal funcionava no âmbito do Estado do Paraná somente na Comarca de Curitiba e, recentemente, como falei, foi criada nas comarcas de Foz do Iguaçu, Cascavel e Londrina, por serem grandes centros que exigem uma atuação especializada voltada ao combate ao crime organizado.

O que é a Promotoria de Investigação Criminal? Ela se constitui em um grupo de operadores – no caso, membros do Ministério Público, da Polícia Civil e da Polícia Militar – que tem por objetivo precípuo a especialização e a centralização de informações com relação à criminalidade organizada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dr. Maurício, o senhor tem dois casos relacionadas a essa situação onde há envolvimento da Carol. Quais são as datas em que o senhor iniciou esses procedimentos? Ela está, neste momento, com medida de privação de liberdade, está detida. obviamente pelo último desses casos, pelo caso mais recente, mas de quando é o caso anterior?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Ocorreu da seguinte forma: esse último caso foi identificado em junho de 2003. Houve a prisão em flagrante da acusada, ofereci a denúncia criminal, ela foi recebida e está em curso. Durante o processamento dessa ação criminal, houve um pedido de liberdade provisória e me manifestei contrário a esse pedido de liberdade provisória. Houve uma decisão judicial em sentido contrário. Ou seja, ela foi colocada em liberdade. Dessa decisão, apresentei um recurso para o Tribunal, e está sob valoração no Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. Concomitantemente a isso, identifiquei um outro inquérito policial do ano de 2000, que estava ainda mediante investigação perante a 1ª Vara Criminal, no qual a acusada...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, não tinha sido oferecida denúncia.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Não tinha sido oferecida denúncia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desde o ano 2000.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Desde o ano 2000. Havia algumas diligências que tinham sido requeridas no processo, algumas cumpridas, outras não. E o que verifiquei? Buscando os antecedentes dessa acusada, constatei esse inquérito, e, na minha concepção, já havia elementos suficientes para oferecimento de denúncia. Por coincidência, ela estava em liberdade provisória também nesse inquérito. E como houve essa prática posterior, de junho de 2003, foi então que eu pedi a quebra da fiança nesse processo do ano de 2000, porque ela estava em liberdade provisória e praticou um fato criminal na vigência da liberdade provisória. E uma das condições para a liberdade provisória é não praticar infrações penais em período posterior. Pedi a quebra da fiança, e o juiz então decretou a prisão preventiva da acusada nesse processo de 2000, que temos audiência amanhã. Com relação a esse processo de junho, em que foi concedida a liberdade provisória a ela, e a minha manifestação havia sido contrária, protocolei um recurso junto ao Tribunal de Alçada, informando da necessidade de manutenção da prisão da acusada também nesse processo, e está sob julgamento no Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, eu gostaria de lhe pedir, mesmo que sucintamente, que o senhor apresentasse o caso Carol, como o senhor o trabalhou e no que ele consiste. E, especialmente, gostaria que, mesmo antes de apresentar o caso, o senhor me respondesse se chegou a ouvir as quatro adolescentes. Por que pergunto isso? Porque a CPMI quer ouvir essas adolescentes. E elas estão desaparecidas. Se o senhor tem conhecimento de onde podemos encontrar essas adolescentes neste momento; as adolescentes que eram exploradas sexualmente. Nesta Casa todas as indicações são nesse sentido. O inquérito vai ser nesse sentido. A sua solicitação ao Poder Judiciário para a determinação, enfim, da prisão preventiva foi também nesse sentido. Vai-se organizando um juízo de que essas adolescentes claramente estavam sexualmente exploradas. E neste momento queremos ouvi-las. Já pedimos diligências da Polícia Federal, estamos autuando, estamos buscando essas adolescentes e não as encontramos em Foz de Iguaçu e nessa região. Não há, portanto, indicações delas, que fariam o depoimento hoje. E isso nos preocupa sobremaneira.

Então, se o senhor tem... Se o senhor as ouviu sobre o depoimento delas, e o que o senhor pensa que pode aqui nos adiantar, e que não prejudique... Nós temos, acho que seria importante. E... Mas que o senhor nos relatasse. E especialmente sobre o caso, como o senhor o vê neste momento, para que a CPMI possa contribuir nas investigações que o senhor mesmo tem trabalhado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deputada Maria do Rosário, Dr. Maurício, só... Primeiro, convidar o Dr. Marcelo, que, se puder fazer parte da nossa Mesa, seria um prazer para esta Comissão. E, aproveitando a pergunta da Deputada Maria do Rosário, cumprimentá-la, apenas pedindo que o senhor pudesse talvez explicar um pouco do caso de 2000. Porque desse não temos aqui a documentação. Se o senhor tiver, podia já nos fornecer, o que nos facilitaria na inquirição da testemunha, quer dizer, da indiciada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E mesmo, nobre Deputada Laura, porque solicitar cópia desse processo e dos outros dois processos também. Porque tem dois. Se o senhor tiver...

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Infelizmente não tenho comigo agora. Mas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas se o senhor tiver em memória, acho que seria importante...

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Sim, com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – A notícia de que as adolescentes não foram encontradas realmente preocupa o Ministério Público. Estamos tendo essa informação neste momento, neste dia, recebi a informação informal alguns minutos atrás, a Deputada nos confirma. Realmente preocupa o Ministério Público, porque é uma situação efetivamente estranha, não há razão para que essas crianças, essas adolescentes tenham sumido das suas residências até porque, quando foram ouvidas em delegacias de polícia, foram encaminhadas para as famílias. Houve um encaminhamento via Conselho Tutelar, via delegacia de polícia, para as famílias em Capitão Leônidas Marques. Esse fato novo realmente preocupa o Ministério. Essas adolescentes efetivamente foram arroladas para serem inquiridas judicialmente e o depoimento delas é imprescindível, faz parte do conjunto probatório no processo criminal. Eu não cheguei a ouvir as adolescentes, porque houve o inquérito policial e a investigação foi feita na delegacia de polícia, elas foram inquiridas na delegacia de polícia. O momento para nós ouvirmos as adolescentes seria o do processo criminal e ocorreu da seguinte forma: houve interrogatório da ré, expediu-se carta precatória para a Comarca de Capitão Leônidas Marques para elas serem ouvidas na Comarca. Então, o momento que elas seriam ouvidas seria o próximo ato judicial, a ouvida delas via carta precatória perante o juízo da comarca de Capitão Leônidas Marques. Até liguei esses dias para a Comarca de Capitão Leônidas Marques para saber se já havia sido designada a audiência e não houve data ainda para essa inquirição.

Com relação ao caso a que me foi dado atribuição e à proposta de ação criminal pelo Ministério Público, pode-se colocar da seguinte forma: segundo o que foi articulado e o que foi apurado em sede de inquérito policial na delegacia, sob a presidência da Drª Aline, na Delegacia da Mulher e do Turista, a conduta da acusada consiste – e essa é a proposta embutida na denúncia do Ministério Público – no seguinte: a acusada estabelece contatos para colher adolescentes no local que é denominado Casa da Carol – é assim popularmente relatado no inquérito –, estabelece contatos para angariar essas adolescentes, para acolher essas adolescentes nesse local. Essas adolescentes, oriundas de cidades do Paraná, vêm para Foz do Iguaçu e se alocam nesse local. A partir de então, estabelecem uma convivência ali naquele local, e a partir de então os clientes, que, enfim, já devem ter o conhecimento desse local, dirigem-se ate lá e escolhem as adolescentes com as quais eles querem praticar relações sexuais. As relações sexuais ocorridas não se verificam no local. As relações sexuais se verificam nos motéis da cidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chegou nesse contato que teve com as peças e a busca informações no inquérito realizado pela delegada. Não sei se chegaram a tentar para o fato de duas adolescentes efetivamente serem do Paraná, uma de Realeza, outra aqui de Foz do Iguaçu, mas das outras duas adolescentes uma ser de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, natural do Rio Grande do Sul e a outra de Santa Tereza, no Paraguai.

O senhor me diria que o esquema Carol poderia ser compreendido como um esquema com outras ramificações, que busca... Por exemplo, nessa cidade vizinha, nessa cidade mais próxima, de Capitão Leônidas Marques, o aliciamento lá, o convite a essas jovens se daria com o sentido de elas já virem para a casa da Carol, independente se claramente para exploração sexual ou não? Havia um convite lá para que as meninas viessem para cá? O ônibus era pago, ou algum...

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – É possível e é provável que ocorra dessa maneira. Até por conta disso pedimos a quebra do sigilo telefônico do local, para identificarmos eventuais contatos estabelecidos com a comarca de Capitão Leônidas Marques, porque, na visão do Ministério Público, efetivamente, há outras pessoas envolvidas nesse esquema de exploração sexual. Uma vez identificadas no curso da ação criminal, isso será objeto de aditamento à denúncia essas pessoas serão igualmente respon-

sabilizadas criminalmente. Acredito, e a investigação verte-se nesse sentido que haja uma espécie de ponte nessas cidades com pessoas que estabelecem contato com a acusada, e também com as adolescentes, para intermediar esse deslocamento com custeio e financiamento das despesas. Acredito também que a vinda delas ao Município já seja direcionada para a prática sexual. Ou seja, elas têm conhecimento de que vão trabalhar nesse sentido, e aí acontece uma circunstância que reputamos essencial para que isso aconteça. Normalmente essas são adolescentes que possuem dificuldades financeiras, de classes sociais com marginalização social, ou seja, baixa classe social. Cientes disso, as pessoas que angariam essas adolescentes fazem oferta de dinheiro e outras promoções para que elas venham praticar esse tipo de conduta aqui na comarca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Verificamos na leitura que os programas sexuais estariam em torno de R$150,00, com um terço desse valor sendo repassado à própria Carol, pelo depoimento que lemos das próprias adolescentes. O senhor, então, avalia. Esses não são programas – convenhamos – a serem pagos por quem ganha um salário pequeno, por quem ganha um salário mínimo.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então pergunto se vocês chegaram a ter acesso a alguma listagem de clientes, ou fotografias, filmagens...

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Com relação aos valores, houve a constatação, pelos elementos de prova constantes do inquérito policial, de que os preços eram fixados com os clientes, e, via e regra, 30% desses valores eram repassados à acusada pelas adolescentes, ou seja, a adolescente se dirigia ao motel com o cliente, ele realizava o pagamento. Desse pagamento, a adolescente ficava com 70%, e a acusada, com 30%. Isso acontecia com relação a todas as adolescentes que estavam sendo exploradas sexualmente. Essa é a figura do rufianismo, ou seja, a pessoa se aproveitar dessa prática para o seu meio de vida.

Com relação à clientela, no inquérito, há referências até a clientes oriundos da China.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da China?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – É. Há referência, por parte de uma adolescente, de que teria tido relação sexual com um chinês. Acredito que essa deva ser uma prática constante nesse tipo de atividade. Sabemos que Foz do Iguaçu é uma cidade de turismo internacional. Grande parte das pessoas que vêm conhecer Foz do Iguaçu é oriunda de outros países – é claro que também há pessoas que são de diversas regiões do País – e possui poder aquisitivo considerável, e que esses valores para ter esse tipo de prática. Infelizmente, o turismo de Foz do Iguaçu se desvirtua um pouco na sua finalidade, porque parte desse turismo é direcionado à exploração sexual de adolescentes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses sequer devem ser considerados como turistas. Agem como criminosos e assim devem ser tratados.

Concluo, por aqui, então, Srª Presidente, agradecendo ao Promotor, sem prejuízo de outras questões que os colegas possam trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Agradeço à nobre Relatora.

O Deputado Luiz Couto quer fazer algumas perguntas. Depois, será a vez da Deputada Selma Schons. Imediatamente depois, pedindo vênia ao Dr. Marcelo, passaremos à primeira testemunha do "caso Carol", até porque temos um horário. Na medida em que uma ré presa vem depor, não é possível que ela fique muito tempo. Então, primeiro, temos que ouvir a testemunha, para depois passarmos à ré presa. Posteriormente, continuaríamos nossos trabalhos, até mesmo, eventualmente, de forma reservada, com os Srs. Procuradores e os Srs. Promotores.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dr. Maurício, Arveni de Vargas, a chamada Tia Carol, ao prestar seu primeiro depoimento, informou há quanto tempo ela exercia esse tipo de atividade de aliciamento e de exploração de crianças e de adolescentes?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – No interrogatório judicial da acusada, ela nega totalmente as práticas referidas na denúncia, não só nesse fato de 2000, de que fiz a denúncia, mas também nesse fato recente, de junho de 2003. Tive oportunidade de acompanhar o interrogatório dela, e ela realmente nega essas acusações. Ela diz que desconhece que, no interior do local onde reside, encontrem-se crianças e adolescentes com a finalidade específica de praticar atos sexuais. Esse foi o teor do interrogatório dela nos dois processos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas há uma gerente da casa onde Tia Carol exercia essa atividade, que, mais ou menos, conta como aconteceu, desde que ela chegou de Maringá. Não é isso?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – É. Veja bem: o interrogatório da acusada é um meio de prova. Evidentemente, ela pode tecer a versão que entender conveniente. Enfim, na verdade, ela poderia até ficar em silêncio, de acordo com a Constituição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até mentir, na qualidade de indiciada.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Sim. Ela não é obrigada a produzir prova contra si. Então, o que vai acontecer? Esse é um elemento de prova, mas existem outros tantos elementos de prova que estão sendo juntados aos autos. E, no momento da sentença, quando há o confronto desses elementos e se verifica que a versão da acusada está totalmente divorciada do conjunto probatório que se apresenta, evidentemente ela não é – a versão da acusada – considerada.

Isso nós vamos verificar no final da instrução processual, ou seja, estão sendo juntados elementos de prova oral e material. Ao final, faremos o cotejo desses elementos para sugerir a versão do Ministério Público. É evidente que a defesa vai apresentar a sua versão, e o juiz, valorando esse conjunto de provas, vai proferir uma sentença de absolvição ou de condenação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa denúncia foi feita pelo Conselho Tutelar?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Sim. Pelo Conselho Tutelar de Capitão Leônidas Marques.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só que alguns depoimentos afirmam que as adolescentes dessa relação vinham de várias cidades. E essa gerente disse que, por um tempo, ficou encarregada de mandar as passagens para que as adolescentes pudessem vir para o local. Na realidade, isso não demonstra ser uma rede mais ampla, interna, de tráfico?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – É bem possível que isso ocorra. Um dos elementos de prova que postulamos no inquérito - além do depoimento oral, que é extremamente valoroso, principalmente os depoimentos das adolescentes e dos conselheiros tutelares que vão ser ouvidos - é justamente a quebra do sigilo telefônico. Não a interceptação telefônica, mas a quebra do sigilo telefônico, para que nós verifiquemos os eventuais contatos que eram realizados a partir do local, para avaliarmos se efetivamente há uma rede.

Acredita-se que haja essa rede. Coincidentemente foi identificado o Município de Capitão Leônidas Marques. Mas é bem provável que isso ocorra em outros municípios do Paraná e é até provável que isso ocorra com adolescentes oriundas do Paraguai ou da Argentina. Aí, entraríamos no tráfico internacional, havendo talvez uma questão de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso, pelo que é possível identificar do depoimento daquela que se dizia gerente, no momento, da casa onde a Tia Carol guardava as meninas, as adolescentes, é que ela teria vindo também como menor para a casa de Tia Carol e que depois havia se tornado gerente. Ou seja, que era responsável por essa parte de cuidar das adolescentes, de mandar...

Não foi perguntado como se dava esse contato com as adolescentes de outros Estados? Como ela mandava o dinheiro? Alguma rede aparecia aí. Como essas meninas chegavam à casa? Alguém estava lá, e era encaminhada a passagem para que elas viessem para a casa da Tia Carol. A testemunha identificou a Joelma?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Veja bem, a Joelma não foi ouvida ainda em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não foi ouvida, não?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Não. Então, o próximo ato judicial seria a audiência de inquirição de testemunhas arroladas pelo Ministério Público, entre as quais a Joelma, e também a inquirição das adolescentes. E, nesse sentido, é muito importante para que verifiquemos aquelas pessoas que trabalhavam em conjunto com a acusada, até porque, como ressaltei, é bem possível e é provável que outras pessoas sejam responsabilizadas criminalmente ainda nesse processo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No depoimento na delegacia, algumas adolescentes não tinham documentos, não apresentaram documentos. Outras apresentaram documentos inclusive de irmãs, o que revela também a falsidade no sentido de documentos de pessoas que estão como maiores serem, de fato, menores. É citada uma boate, e não sei se a promotoria já procurou identificá-la, mas a gerente disse que, antes de ser gerente da casa da Tia Carol, ela participava com outras meninas dessa boate - Lascivos, parece-me.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Em um motel?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – É, na verdade é um hotel, que seria um motel, freqüentemente utilizado para práticas sexuais. A meu pedido, houve até o encaminhamento de cópias do processo criminal para a Vara da Infância e da Juventude, para apurar eventual prática de infração administrativa, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque existe uma norma do Estatuto que prevê multas aos estabelecimentos que acolherem crianças e adolescentes sem que estejam acompanhados dos pais ou sem que haja autorização expressa dos pais para esse acompanhamento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Correto. Só para concluir, Dr. Maurício, é interessante. Depois,....

Quanto à condição social dessas menores, elas vêm de periferia, de condição social de famílias desempregadas, de baixa renda, como é?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – A grande maioria dessas adolescentes são oriundas de famílias de baixa renda. Essa condição social é a arma utilizada pelos aliciadores para captar essas adolescentes, porque o atrativo, para elas, de ter um ganho considerável e de certo vulto faz com que se desloquem das suas famílias, das suas cidades, para Foz do Iguaçu, por exemplo. Então, esse é um aspecto determinante no aliciamento dessas adolescentes. Normalmente, são famílias desestruturadas socialmente, totalmente excluídas do processo de produção e de consumo, totalmente excluídas das oportunidades que a sociedade deveria proporcionar a elas.

Diante disso, reputo importantíssima uma ação do Governo Federal - em sintonia, aliás, com o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente - para implementação de políticas sociais básicas, voltadas principalmente à erradicação da pobreza e ao apoio e à orientação à família, para que essas adolescentes tenham uma alternativa de vida diversa da criminalidade. E aí entraríamos não só na questão da exploração sexual, mas também no tráfico de drogas e nos pequenos furtos, que desembocam para crimes mais graves.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para concluir mesmo, há casos de adolescentes que ficaram na casa da Tia Carol e que, depois, foram para a Argentina e há casos de adolescentes que moravam no Paraguai.

Agora, há quanto tempo o senhor atua como Promotor aqui?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Cheguei na Comarca em maio deste ano.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, o senhor não tomou conhecimento de que pessoas que foram testemunhas ou que denunciaram, quando houve uma CPI estadual que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes, foram eliminadas? O senhor tomou conhecimento disso?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Não tomei conhecimento, não tive esse conhecimento.

Cheguei em maio, oriundo da Comarca de Açaí, que é da região norte do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Concedo a palavra à Deputada Selma Schons.

A SRA. SELMA SCHONS (PT – PR) – Obrigada, Srª Presidente.

Quero agradecer a presença da CPI no nosso Estado. Como Deputada por este Estado, mesmo não sendo titular desta Comissão, resolvi estar com essa equipe, uma vez que fazemos parte da Frente Nacional de Defesa à Criança e ao Adolescente.

Quero agradecer às pessoas desta cidade, de Foz, do nosso Estado, pela preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – V. Exª me concede um minuto?

Apenas para avisar que a Deputada Ann Pontes e a Deputada Sandra Rosado, membros titulares da CPI, chegaram de uma outra diligência, em outro Estado, e vieram se juntar a nós no trabalho desta comissão.

Peço a V. Exªs que, por favor, sentem-se à Mesa.

A SRA. SELMA SCHONS (PT – PR) – É bom recebê-las na nossa comissão, Deputadas.

Quero agradecer às autoridades aqui de Foz do Iguaçu e às do Paraná pelo empenho que têm feito neste trabalho tão árduo que vamos encontrando.

Quero agradecer ao Promotor Maurício pela disponibilidade de estar conosco e de estar depondo sobre o caso vulgarmente conhecido como caso Carol.

O senhor mencionava que, normalmente, esse crime está associado à droga e ao roubo de veículos. Gostaria de ouvi-lo se, neste caso específico, houve alguma caracterização desse crime nesse sentido.

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Até o presente momento, pelo que foi apurado em inquérito policial, não houve identificação de que houvesse outro tipo de crime nesse caso pontual.

A relação que vislumbramos nessas práticas sexuais é também uma relação de possível ocorrência de tráfico de drogas, porque muitos desses programas aventamos que sejam coroados com a utilização de drogas de grande potencial. E, nesse sentido, haveria um comércio também ligado a essa exploração sexual.

Até o presente momento, não houve identificação formal, o que não está excluído em sede do desenrolar do processo criminal.

A SRA. SELMA SCHONS (PT – PR) – O senhor dizia que a ré, a denunciada, neste caso, estava presa, depois foi solta e que houve um ato infracional nesse período; que o senhor a chamou novamente. Que ato infracional foi constatado nesse período, nesse exato momento?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – O mesmo ato infracional.

A SRA. SELMA SCHONS (PT – PR) – O mesmo. Repetido?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – O que ocorreu foi o seguinte: ela estava sob liberdade provisória num processo anterior e veio a cometer esse crime posterior agora, em junho de 2003, com base nessa conduta posterior, porque daí houve um pedido do Ministério Público de quebra da fiança, porque ela

estava em liberdade provisória mediante fiança, sujeita a algumas condições, dentre as quais não praticar fatos criminais posteriores.

Então, como houve esse fato criminal posterior, com base nisso, pedi a quebra da fiança, e, aí, houve a prisão dela.

A SRA. SELMA SCHONS (PT – PR) – Exato. Também consta dos autos que as meninas que estavam na casa, chamada Casa da Tia Carol, no dia seguinte a essa comercialização do sexo, algumas iam procurar emprego, outras iam trabalhar de doméstica e outras levavam material para São Paulo, mercadoria para São Paulo. Tratava-se de que mercadoria mais especificamente? O senhor poderia nos dizer?

O SR. MAURÍCIO CIRINO DOS SANTOS – Isso será melhor identificado com a colheita do depoimento das adolescentes. Só registro minha perplexidade em constatar a notícia da não localização das adolescentes. Não tenho dúvida de que o Ministério Público vai se esforçar para que elas sejam efetivamente ouvidas, porque constituem um elemento de prova importante para o desenrolar do processo criminal.

Esse aspecto será efetivamente identificado quando da colheita do depoimento delas.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quero dizer à Deputada Selma e a V. Exª que a informação do Conselho Titular da cidade foi de que as adolescentes teriam fugido de casa. Mas a Polícia Federal, neste momento, está checando a informação nos endereços que temos disponíveis, para que, ao final dos trabalhos, eventualmente, se tiverem alguma novidade que seja possível tornar pública, nos passar os dados.

A SRA. SELMA SCHONS (PT – PR) – O mesmo sentimento de perplexidade que o nobre Promotor expressa nós também sentimos e já sentimos em outras ocasiões, quando, como Vereadora, tive oportunidade de ser Presidente da CPI do Narcotráfico, na cidade de Ponta Grossa. Seguidamente acontecia isto: pessoas importantes em processos como esses eram simplesmente escondidas. Isso é muito difícil e é o que mais atrapalha um trabalho tão sério. Sabemos quantas vezes estamos amarrados.

Nesse sentido eu queria registrar aquilo que o Deputado Luiz Couto registrou no início. Esta CPI às vezes sente esses limites de não poder trabalhar com as provas. Hoje de manhã tivemos oportunidade de ouvir autoridades nesse sentido do limite institucional com que trabalhamos.

Agradeço, Srª Presidente. Mais uma vez quero falar da coragem e da energia que cada um de nós tem despendido nesse trabalho tão necessário, mesmo com todas as limitações. E queremos oferecer aqui esse somatório, para que busquemos fortalecer cada vez mais as instituições que trabalham nisso.

Obrigada, Srª Presidente.

A PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Agradecendo à Deputada Selma e ao Dr. Maurício Cirino dos Santos, peço que tanto o Dr. Maurício quanto o Dr. Marcelo permaneçam na reunião, porque começaremos com o depoimento da Joelma, que é importante para produção de prova na ação principal.

Eu pediria à assessoria da Comissão que trouxesse a depoente Joelma Fernanda Idal Lucena. Peço que as Deputadas Ann e Sandra que, por favor, passem mais um microfone; senão ficaremos sem possibilidade de fazer perguntas.

Ela tem que vir, claro! Ela está convocada como testemunha e tem que ser trazida. Ela pode se negar, e decidiremos se encerramos ou não a reunião, mas ela está convocada e, como qualquer convocado, tem que vir...

Ela pode até se recusar a falar, mas, depois, poderemos negociar publicamente que ela fale. Mas vir, ela tem que vir.

Por favor, fique aqui na frente para que todos os Deputados possam vê-la. (Pausa)

Ela já assinou o termo de compromisso.

Boa tarde. Lerei o termo de compromisso para que fique registrado.

Joelma Fernanda Idal Lucena é seu nome?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Esses são seus dados, escritos por você. Não preciso ler. Eu vou ler um texto e você o repetirá comigo, que foi o texto que você assinou, mas tem que ficar registrado. Repita, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nos termos...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Nos termos...

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – ... do art. 203...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – ... do art. 203...

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – ... do Código de Processo Penal...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – ... do Código de Processo Penal...

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – ... sob as penas da lei...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – ... sob as penas da lei...

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – ... me comprometo a dizer a verdade...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – ... me comprometo a dizer a verdade...

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – ... do que souber e me for perguntado.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – ... do que souber e me for perguntado.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Queremos informá-la de que, em momento algum, você é obrigada a falar algo contra você mesma, porque a Constituição lhe garante esse direito. Você está depondo na qualidade de testemunha, portanto, auxiliando os trabalhos desta Comissão. Quando a chamamos, fomos informados de que, de alguma maneira, você não queria depor de forma pública. É isso?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você vê algum problema em falar na frente das pessoas?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eu não queria depor aqui. Queria que fosse privado.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Privado, não. Reservado você gostaria de depor?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – É.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Na verdade, o processo é quase público, todos sabem. Você é uma colaboradora da CPI, na medida em que você é uma testemunha. Então, você está colaborando com os trabalhos.

Toda vez que fechamos as informações, de alguma maneira ajudamos a sociedade a não saber e ajudar a sociedade a não saber significa não combater. Então, como você teve coragem de ir à delegacia depor, eu queria fazer um apelo a você. Podemos simplesmente transformar esta sessão reservada, não é esse o problema, mas não estaremos contribuindo como poderíamos, não para o caso específico, mas para que outras crianças e adolescentes não sofram a mesma coisa. A decisão é sua.

O Deputado Luiz Couto e todos nós queremos saber se você, eventualmente, recebeu alguma ameaça.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quando você chegou, foi para a mesma sala da Tia Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nesse momento, ela falou alguma coisa, brigou com você ou não disse nada?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ela ficou caladinha, sabendo que você depôs contra ela?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não falou nada.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Olhe para mim. Deixe-me explicar: não sei por que a vida me colocou nessa atividade, mas já ouvi todo tipo de testemunhas que você quiser, de todas as áreas: do narcotráfico, de coisa pesada, de pirataria. E afirmo que ela deve ter dito algo para você, porque você sabia que viria e que seria uma sessão aberta. Ela deve tê-la amedrontado de alguma maneira. Não fique com medo, não. Pode ficar tranqüila.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ela não disse nada?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ela chegou e a cumprimentou? Como foi?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Só me cumprimentou.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Disse: "Oi, tudo bem?"

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Hum, hum.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E como foi?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Só. E falou que não era para eu depor aberto. Ela pediu.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ah, ela falou, ela pediu para você não depor aberto?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Poderemos, posteriormente, transformar a sessão em reservada, mas primeiro concederei a palavra à Relatora para iniciar suas perguntas. Se, eventualmente, houver necessidade, transformaremos a sessão em reservada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, gostaria de fazer uma pergunta a ela.

A SRª PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Concedo a palavra a V.Exª pela ordem, Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – As perguntas são feitas. Você as responde. Se você achar que alguma pergunta deva ser respondida de forma reservada, você diz. Mas há algumas perguntas que você pode responder. Então, acho importante você colaborar com a CPI. A verdade é importante que a gente diga. Com certeza, vai tirar um peso de você. Se você achar que poderá sofrer alguma ameaça, você tem que dizer à

CPI, porque a CPI tem que dar proteção a você. Se você se sentir ameaçada, você tem que dizer à CPI, porque a CPI pode solicitar a proteção para você. Então, é bom que você diga a verdade. Não dizer a verdade porque você não sabe, é uma coisa; mas você não dizer a verdade, mesmo sabendo, porque está com medo, é outra coisa. Agindo assim você não estaria colaborando nem com a CPI, nem com a Justiça, nem para que os fatos pudessem ser revelados. Por isso, peço a sua colaboração para com esta CPMI. Depois que você falar, vai sentir seu coração e sua mente muito mais livre, inclusive poderá dizer: "Eu também colaborei para erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País".

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Joelma, por um dever de ofício, tenho que lhe explicar uma coisa: você, quando assinou aquele termo de compromisso, na qualidade de testemunha, na verdade, você jurou dizer a verdade. Isso significa dizer que, se você mentir, você pode incorrer – tenho a obrigação legal de te explicar isso – em um crime chamado de falso testemunho. Então, não minta, porque senão você, que não tem crime nenhum, passará a ter. Estou lhe pedindo para não mentir. Isso, para nós, é importante na medida em que você é testemunha e, portanto, tem que falar a verdade sob pena da lei.

Com a palavra, a nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Deputada Laura Carneiro.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Membros desta CPMI, minha cara Joelma Sena, aqui estamos sob uma circunstância em que houve uma tentativa coercitiva contra uma testemunha desta CPMI. Quero deixar isso consignado, estabelecido claramente, neste espaço físico em que estamos nos preparando para ouvi-la.

Eu e a Joelma tivemos um contato anterior, ocorrido em uma outra sala e estamos muito atentos – **A SRA. PRESIDENTE** e todos nós –, no sentido de garantir que o seu depoimento seja o mais claro possível e os seus direitos fundamentais assegurados. No entanto, preocupa-nos a tentativa de te impedir de fazer um depoimento.

Aqui, vamos lhe fazer algumas perguntas. Mas aquela que você achar que não pode responder, você nos diz que não pode responder, aí a deixaremos para um outro momento. se **A SRA. PRESIDENTE** assim o definir em conjunto com a Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não vejo problema, porque pelo simples de ela, a Joelma, ter feito esse pedido já nos permite um novo indiciamento no inquérito desta CPMI contra a senhora Arveni Vargas, vulgarmente chamada de "tia Carol".

Por outro lado, você é nossa testemunha. Portanto, você está colaborando conosco. O ideal seria que você pudesse falar tudo em público. Mas se você achar que tem alguma coisa que não pode falar você diz: "Não, essa aí eu gostaria responder depois". Aí, depois, faremos uma reunião reservada com você, depois abriríamos novamente a reunião com a entrada da Carol, está bom?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Tudo bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Joelma, desde quando você reside no chamado "pensionato da Carol", na casa dela?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Desde o começo do ano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Começo deste ano de 2003?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você poderia falar mais perto do microfone? A barriga deixa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Deixa. No começo do ano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantos meses de gravidez você está?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Seis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já está perto de nascer.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, desde o início do ano você reside nesse lugar.

Qual o lugar em que você nasceu?

De qual cidade você vem? Você morava aonde?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Maringá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Maringá. É o seu local de nascimento?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você morava em Maringá. Então, veio morar em Foz do Iguaçu, na casa da Carol.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem convidou você?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Um prima minha que mora aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa sua prima, ela mora também na casa da Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não? Mas ela conhecia a Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela também participava daquela escolha das pessoas?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Ela tem outro tipo de profissão, outra atividade pela qual ela se sustenta?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ela trabalha por telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, ela recebe por telefonemas.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela não é do mesmo...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ela conhecia a Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa sua prima é que convidou você para vir morar em Foz do Iguaçu?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na época, a Carol pagou o seu ônibus?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que você juntou um dinheiro? Como é que foi?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A minha prima mandou pra mim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sua prima mandou?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você sabe se sua prima convidou outras pessoas que você conhece para morar ali?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou outras mulheres, ou outras meninas?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Que eu saiba, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só convidou você. Qual era a sua atividade dentro dessa casa? Qual era a sua função lá no dia-a-dia?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A gente era escolhida na sala por cliente, a gente trabalhava só à noite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante o dia, você tinha alguma função específica?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No caso, à noite, a que hora a casa abre para que os clientes possam fazer a escolha?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – É 24 horas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Funciona 24 horas, durante o dia também.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você não trabalhavas de dia?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só à noite. Existe uma turma, portanto, do dia e uma turma da noite, para que fique aberto 24 horas?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Quem queria trabalhar de dia trabalhava; quem não queria não trabalhava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as pessoas moram na própria casa ou moram em outros lugares? Moram na própria casa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No caso, você dormia e fazia sua refeição na própria casa? Você é moradora?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, além de participar dessa escolha de receber os clientes, você tinha outras funções?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você cuida de crianças?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não. Agora, sim, eu cuido dos filhos dela; mas, antes, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Antes, não. Alguma função de receber as pessoas, de abrir a porta?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhuma outra função?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você prefere não responder essa questão e pensar melhor?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom, porque eu li nos seus depoimentos anteriores que você tinha uma tarefa que se relacionava às meninas que tinham de vir de ônibus.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você prefere pensar sobre isso?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Então, eu passo adiante e, depois, voltamos a esse tema, Srª Presidente.

Quanto atendimento do telefone, tem alguma agenda de telefone que a casa tenha?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Fotografias? Era comum se fazerem fotografias?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Também não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também não. Quanto àquele dia em que foi feito o flagrante – você se lembra bem daquele dia –, com a delegada e as pessoas que chegaram na casa, se você não quiser responder ou quiser responder depois alguma questão, peço que passe. Mas, por favor, não falte com a verdade. Faço até um apelo a você, pelo esclarecimento que a Presidente fez de que, na qualidade de testemunha, você não pode por ter feito um juramento de dizer a verdade aqui para nós.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ao invés de mentir, você pode dizer "não dá para responder isso agora". É melhor que mentir, porque, senão, ficamos obrigados a agir contra você, o que não é nosso objetivo, entendeu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o meu apelo a você, porque a verdade, somente ela, nos pode ajudar. O Deputado Luiz Couto tem dito isso em vários lugares – e quero dizê-lo antes mesmo que ele utilize da palavra. Somente pela verdade, vamos conseguir organizar e responsabilizar as pessoas que têm envolvimento com ações criminosas. Se não atuarmos assim, teremos grande dificuldade de também inocentar aqueles que são inocentes e que podem ter sido envolvidos nessas redes de violência, de exploração sexual de crianças e adolescentes. Estás lembrada das tuas declarações naquele dia, quando foi feito o flagrante e identificou-se na casa quatro meninas?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não muito bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas te lembras das quatro adolescentes?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eram, portanto, 4 meninas menores de 18 anos?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conhecestes essas meninas quando? Quando chegaram à casa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Conheci elas na casa, quando elas chegaram, porque eu não tinha conhecimento com elas, nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E por que caminho elas chegaram à casa da Carol? Quem as convidou para ir à casa da Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Porque antes tinha menina que trabalha com a Carol nessa cidade, e essas menina mandava as outras.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma menina, portanto, que trabalhava na cidade de Capitão – como é mesmo o nome da cidade?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Capitão Leônidas Marques.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Capitão Leônidas Marques é o nome da cidade?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nessa cidade, havia uma menina que trabalhava com a Carol ou para a Carol? Era funcionária?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Trabalhava com a Carol.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com a Carol. Essa menina enviava, então, outras daquela cidade?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Neste caso, essa menina... Por que tu chamas uma menina da tua idade, com quantos anos achas? Maior de idade?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Maior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Maior de idade. E o nome dessa menina tu gostarias de nos dizer, ou de escrever? Poderias escrever esse nome para mim? Então, pedirei que o Felipe de Ângelus traga-nos um papel para as questões que tu quiseres escrever, em vez de dizer. Essa pessoa que trabalhava com a Carol, trabalhava ou trabalha ainda?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Trabalhava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Trabalhava, não trabalha mais. Ela recebeu algum dinheiro para que essas meninas chegassem, com certeza, à casa dela aqui?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a troco de que ela saía convidando as pessoas para trabalharem na casa da Carol? Tu não sabes de nenhum dinheiro?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De nenhum dinheiro. E os programas que vocês praticam na casa da Carol, uma parte desse recurso é pago para ela?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Trinta por cento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para programas com que valor?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – De R$100,00.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em torno de R$100,00, 30% vocês entregam para a Carol. Nesses programas, além do pagamento dos 30%, há algum outro dinheiro que é preciso pagar, como para ter sabonete, roupa lavada, comida?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nada? Nesse período, alguma pessoa que trabalhava na casa da Carol saiu de lá, abandonou a casa? Nenhuma?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só chegaram pessoas novas?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Existe alguma ameaça para as pessoas que tentam sair da casa? Se a pessoa quer ir embora, existe alguma ameaça?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, isso não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso não? Tu nasceste em Maringá?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu vivias em companhia de teus pais em Maringá? Tens alguma formação profissional, alguma coisa em que tenhas trabalhado antes em Maringá?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca trabalhastes? Só em casa, mesmo, nos serviços da casa, em que trabalhamos bastante?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com que idade começaste a fazer teus programas?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – 18 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Começaste aqui, em Foz do Iguaçu?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, antes de ir para a casa da Carol...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eu trabalhava por telefone com minha prima.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui em Foz do Iguaçu?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E como conheceste a Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Depois, eu voltei pra casa, daí, minha prima conhecia a Carol, e minha prima ligou pra mim e falou que tinha uma casa, e eu queria voltar pra cá. Daí, minha prima mandou a passagem pra mim e eu voltei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quanto tempo trabalhaste por telefone antes?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ai, não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não te lembras?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantos anos vieste de Maringá para Foz do Iguaçu?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Dezoito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Filhos tu não tens?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu esperas gêmeos, agora?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim. Gêmeos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o teu endereço residencial atual? Onde tu moras atualmente?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Com a Carol.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na casa dela ainda?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a tua função lá agora?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eu só cuido das crianças.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que são filhos...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dela.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu recebeste alguma ameaça neste período?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ninguém te procurou neste período?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com intenção de que tu não fizesse depoimentos?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu ficaste sozinha com os filhos dela, ou tem outra pessoa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – É a empregada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu e mais uma outra senhora?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome dessa senhora?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ângela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A dona Ângela.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A cozinheira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A dona Ângela também é a cozinheira do estabelecimento, não é?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu tens algum telefone em teu nome?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – No meu nome?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Celular ou fixo?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Celular.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O celular? Tu poderias deixar o número para nós aqui no papel, para podermos fazer esses contatos contigo? É só este telefone que tu tens?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu sabes de cor um telefone da Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Oi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O telefone da Carol tu sabes de cor?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu poderias deixar pra nós também?

Eu gostaria de perguntar também se tu tens o telefone da tua prima, pelo qual ela trabalha?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – No momento eu não tenho contato com ela mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É? Por quê? Ela não mora mais em Foz do Iguaçu?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ela está em Maringá, na casa da minha mãe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela foi para Maringá quando?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – No mês passado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Desculpe-me, Relatora, eu gostaria de um aparte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você poderia deixar o endereço também da casa da sua

mãe. Se a sua prima está na casa da sua mãe, você deve saber o endereço da casa da sua mãe, lá de Maringá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outras pessoas trabalham com a sua prima?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Que eu saiba só ela, sozinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela trabalha sozinha pelo telefone?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou ela... Outras meninas de Maringá que tenham vindo pra cá, que tu conheces?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu conheces algumas meninas que tenham ido para além da fronteira? Tu chegaste a ir alguma vez?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu não fizeste trabalhos sexuais no Paraguai ou na Argentina?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – No Paraguai já, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu já estiveste no Paraguai?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que cidade?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Na Ciudad Del Leste.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui vizinha?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto tu foste ao Paraguai, como foi isso? Como tu chegaste a ir até lá para fazer o teu programa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Os clientes ligavam e pediam pra gente ir até lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi no período que tu estavas pelo telefone? Ou ligavam também para a casa da Carol? Funciona pelo telefone?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ligavam na casa da Carol.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também, então, tem serviço de telefone?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De agenda, no caso, não é?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não. Os clientes ligavam e falavam para levar menina. Daí ela levava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela levava em que carro?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – No táxi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre de táxi. Ela tinha algum motorista, particularmente, que ela preferia para fazer...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... o transporte, ou... E é comum essa passagem de ida para Ciudad Del Leste e para outras cidades?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu tens conhecimento se outras meninas também faziam programas no Paraguai além de ti? Ou essas pessoas já tinham uma preferência por ti, já te conheciam?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Já me conheciam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já te conheciam e te chamavam. E, no caso, esses programas eram feitos onde, no Paraguai?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Em apartamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em apartamentos. Esses apartamentos são da própria Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não. O apartamento é dos clientes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dos próprios clientes?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Das quatro adolescentes, qual delas tu identificas? Com quem tu tiveste algum programa conjunto? São comuns programas conjuntos também? No caso desses programas conjuntos, com qual delas tu já tiveste programa conjunto?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A Marcela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu até te peço desculpas imensas, porque eu não quero que tu digas o nome. Tu deves escrever aí. Como elas são adolescentes, não vamos dizer o nome. Mas essa menina que tu disseste, tu tiveste um programa conjunto com ela?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – As letras. As iniciais da menina, pode ser.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, eu já entendi. Eu vou anotar aqui.

Com essa menina, então, tu tiveste um programa conjunto. Esse programa foi realizado onde?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Paraguai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No Paraguai. E a própria Carol foi quem acompanhou vocês até lá?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – Então, ela acompanhava até lá, esperava, e trazia vocês de volta?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não. A gente ficava e depois a gente voltava.

A SRA. – Voltava como?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – De táxi.

A SRA. – De táxi mesmo, para casa. Quanto custou esse programa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – R$100.

A SRA. – Isto foi em que mês?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não me lembro.

A SRA. – Não te lembras? Mas é razoavelmente recente?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Foi, não faz muito. Não me lembro muito bem.

A SRA. – Não te lembras muito bem. Nesse caso, era um cliente, ou dois, ou três, quanto clientes eram?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, cada uma ficava com um cliente.

A SRA. – Então, era um convite. Um chamado para dois clientes?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – E esse chamado foi feito pelo telefone, então?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – Então, com certeza, Joelma, na casa da Carol, que é uma casa que tu vives há meses, no mínimo...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Seis meses.

A SRA. – Há 6 meses, nessa casa, com certeza, tem algumas anotações...

O SR – Nove meses.

A SRA. – Nove meses. Nessa casa, existem algumas anotações, deve ter algum agendamento. Peço que me respondas, pensando bem sobre isso, sobre o registro das pessoas que telefonam, os clientes, sobre telefones, é possível até que a Carol guarde alguns telefones que tu tenhas mesmo, alguns telefones para dizer que chegou uma pessoa nova, ou algo assim. Alguma coisa que faça parte do negócio. Como uma preocupação de manter os clientes. Isso existe, essa preocupação de manter os clientes?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Porque sempre são os clientes que ligam, a gente nunca liga para os clientes.

A SRA. – Vocês nunca ligam?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. – E quando eles ligam, eles já são conhecidos da casa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – Então, a gente pode dizer que vocês conhecem os clientes?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – Sejam brasileiros ou paraguaios. Estrangeiros de mais longe é difícil conhecer, não é?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – Existem estrangeiros de outros lugares que freqüentam?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. – Chineses?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Chineses, bastante. Coreanos.

A SRA. – Europeus?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não. Europeus, não.

A SRA. – Latino-americanos de outros países, além do Paraguai, também não?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. – Mais os chineses mesmo?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Coreanos e chineses.

A SRA. – Coreanos e chineses?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – E brasileiros?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Também.

A SRA. – Os brasileiros também freqüentam. Os brasileiros vocês conhecem?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – No geral, vocês conhecem?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – Está certo. Isto é importante para sabermos, porque vamos pedir que tu escrevas, que nos diga os clientes, não necessariamente agora, mas vamos continuar conversando sobre isso.

Ainda quero te perguntar se a Carol tem algum imóvel no nome dela, outra casa além dessa.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Que eu saiba, não.

A SRA. – Os programas nunca aconteciam na casa dela?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. – Se ela aluga algum outro imóvel ou não?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Também não sei.

A SRA. – Tu também não tens?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. – Qual a renda mensal que tu conseguias auferir? Quanto, mais ou menos, para termos uma idéia. Tu conseguias guardar alguma coisa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, é difícil.

A SRA. – Mais ou menos tens idéia de quanto conseguias guardar? E, até mesmo, quantos programas fazias por dia ou por noite?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Cinco ou seis.

A SRA. – Cinco ou seis programas numa noite?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – Sempre indo de um lugar para outro de táxi?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – A chamada, o agendamento era ligando lá. Aí tu ias. Terminava um programa ia para outro?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – Nesse caso, Joelma, as adolescentes tinham a mesma rotina de trabalho que tu, que és adulta. Elas tinham que cumprir. Não tinha farinha porque eram menores de idade. Era a mesma rotina? Cinco ou seis programas por noite?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A mesma coisa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem, por enquanto. Tenho outras questões, mas acho que estamos numa boa conversa. Você está dando uma contribuição muito importante.

Obrigada.

Depois eu retomo algumas questões com você.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço à Deputada Maria do Rosário.

O Deputado Luiz Couto vai fazer uma tarefa, mas antes quer fazer umas perguntinhas a Joelma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Joelma, com certeza, essas duas crianças que você tem no seu ventre vão ficar muito honradas se você não aceitar a provocação da Tia Carol, que lhe pediu que não desse informações. Você começa a falar. Elas também vão sentir-se honradas porque sua mãe colaborou com a CPMI.

Você diz que esteve uma primeira vez aqui em Foz do Iguaçu e depois retornou a sua terra. Qual foi a primeira vez que você esteve aqui? Quando foi, mais ou menos? Em que ano? Você tinha quantos anos de idade mais ou menos?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Dezoito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dezoito? Dezoito. Você nasceu em Cianorte, não foi?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E viveu em Cianorte até que idade?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não. Nasci em Cianorte, mas morei em Maringá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas você ficou em Cianorte, nasceu lá e ficou quanto tempo em Cianorte? A sua infância foi lá ou foi em Maringá?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Foi em Maringá.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há quanto tempo você saiu de Cianorte? Com quantos anos sua família saiu de Cianorte?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eu não lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você tem quantos irmãos e irmãs?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Dois.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É você e mais...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – ... dois irmãos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dois irmãos. Quando estudou em Maringá fez até que série?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Primeiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Primeiro. E trabalhou alguma vez depois de dezesseis anos? Trabalhou?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ficava em casa, ajudando em casa.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você disse que esteve aqui com dezoito anos.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Depois você retornou a Maringá. Quando você esteve aqui ficou na casa da sua prima. Foi?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Onde era a casa da sua prima aqui?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Na Vila Holanda.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Onde?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Como?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Onde fica a casa da sua prima, na qual você ficou a primeira vez?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Vila Holanda.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem o endereço?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Diga o endereço.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – De cabeça, não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então escreva aí depois.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deputado Luiz Couto, só uma pergunta: qual era o nome da sua prima?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Liliana.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Liliana?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Obrigada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que você veio morar na casa da sua prima Liliana? Você saiu da Maringá...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eliane.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Lidiane?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eliane.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Liliana Asper, é isso?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eliane?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eliane.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Na casa de Eliane. Você veio morar na casa dela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Liliana.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eliane.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eliane. Você veio morar na casa de Eliane. Mas como é que teve esse contato? Você escreveu para ela ou ela escreveu para você? Como foi isso aqui?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ela escreveu para mim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você veio com autorização dos pais? Como foi?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Com autorização dos meus pais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. O que veio fazer aqui? Porque Eliane dizia que era para você vir para cá? O que viria fazer aqui? Ela escreveu dizendo que você vinha fazer o que aqui?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, eu vim ficar um tempo, daí eu não quis voltar mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você, com dezoito anos, veio para Foz do Iguaçu, saiu da sua casa para morar com a prima. Vinha fazer o que aqui? Havia um emprego para você em Foz do Iguaçu?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. Ela só dizia que era para você vir. Mesmo assim, seu pai e sua mãe deixaram que você viesse?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a sua prima tinha contato permanente com a sua família lá em Maringá?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ela veio para cá, para Foz do Iguaçu. Há quanto tempo ela morava aqui?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mais ou menos cinco anos, dez anos?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não tenho a mínima idéia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabe? Mas ela entrava em contato direto com você, Joelma!

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Faz muito tempo já que ela mora aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, faz muito tempo. Mas vamos supor: mais de cinco anos, mais de dez anos que ela morava aqui? Isso é importante.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Mais de cinco anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Cinco anos. Ela morava, também, em Maringá e veio morar aqui?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela disse para você, quando saiu de Maringá, que vinha para cá fazer o quê?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ela veio morar junto com meus tios.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Seus tios moravam aqui?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim, também moram aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você tinha a casa dos seus tios, mas, quando você chegou aqui, foi morar na casa da sua prima?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a sua prima já tinha contato com a Tia Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, ela não tinha contato. Que eu sabia, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Mas acho que ela deveria ter, não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É. Mas ela vivia de quê, aqui, quando você chegou?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ela trabalhava por telefone. Os clientes ligavam para ela por telefone.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Ela era garota de programa. Ela tinha um telefone em casa e ela mesma fazia o agenciamento com seus clientes?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. No dia que Tia Carol foi presa, você estava na casa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quantas pessoas estavam na casa, na hora em que Carol foi presa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A gente estava em seis.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Seis? Você e quem mais?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A Liliana...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não... Havia uma de maior, não havia?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A Liliana.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. E quem mais?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – As quatro menores.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que a sua prima também estava lá?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

Liliana... E a Ângela também estava lá, nesse dia?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Também estava lá. Certo. Aí, você foi também para a delegacia, não foi?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Acompanhando. Na delegacia, você disse, inclusive, o número de telefone da casa onde você ficou. Você se lembra do número de telefone? Você disse lá para o delegado o número do telefone da casa de Tia Carol.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Já escreveu?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Já.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não pode dizer o número de telefone que você escreveu?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Dizer o número?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – 578-1344.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Você diz que fez até o primeiro ano, sabendo ler e escrever. Quando você chegou à casa de Carol, você não foi tomar conta do... Não era você que ligava para as pessoas, por telefone, mas você diz que, quando você chegou aqui em Foz do Iguaçu, na casa de Carol, há mais ou menos um mês – significa que a prisão foi agora em junho –, você chegou mais ou menos em maio, não é?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em maio. Você diz que saía com outras meninas, para fazer programas sexuais. É verdade isso? Você confirma isso?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que você mentiu lá no departamento da Polícia Civil? Você não... Antes de você tomar conta da casa, como você toma hoje, você não saía com as outras meninas, para fazer programas, também, em motéis e em apartamentos?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim, sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Certo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você foi, alguma vez, em um motel chamado Lascivius?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi quantas vezes, mais ou menos, a esse motel?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Muitas vezes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Muitas vezes. Mas vamos ver... Muitas vezes, mais de dez, mais de cinco? Ou era um motel que era freqüentado freqüentemente por vocês?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Um motel que era freqüentado sempre.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sempre.

A SRA. – Mas era o mesmo ou havia algum outro, eventualmente?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Tinha esse e tinha o Play Time.

A SRA. LILIANA ASPER – Como?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Play Time.

A SRA. LILIANA ASPER – Play Time?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem marcava esse encontro não eram vocês; havia uma pessoa na casa de...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – O cliente vinha e escolhia as meninas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E não tinha uma menina que, depois, foi embora para Buenos Aires, na Argentina, e que ela trabalhava na casa de Carol, que depois foi embora?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não tinha? Ela é de maior ou de menor?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – De maior.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual é o nome dela?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Fabiana.

O SR. LUIZ COUTO – Fabiana? E quem era a Lisa?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Irmã dela também.

O SR. LUIZ COUTO – É de menor ou de maior?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Maior.

O SR. LUIZ COUTO – Quer dizer, tinha a Fabiana e tinha a Lisa. Essa Lisa tomava conta alguma vez... Ela trabalhava na casa de Carol e, segundo o depoimento seu, era ela que marcava e que pedia para que você, juntamente com outras meninas, entrasse numa sala, e os clientes faziam a escolha. Era verdade isso aqui?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, vocês ficavam lá... Mas ficava vestida ou ficava nua para fazer a escolha? Como é que era?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Vestida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o cliente entrava lá, dizia: eu quero essa aqui...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – E levava.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E levava. E levava ou para o apartamento ou para o ....

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Motel.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Motel. Para o motel.

Você falou que o preço era R$100,00, mas não teve um tempo que subiu um pouco mais? Chegou até quanto pagar o cliente?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – R$200,00.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – R$200,00. Dos R$200,00, você dava 30% para a Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você ficava morando na casa de Carol, não era?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Comia lá, dormia lá. E era de graça isso mesmo ou você não pagava também pela comida e pela dormida também, não?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não. Só era os 30%.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só os 30%?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer...

A SRA. – Só um aparte. Quem recebia o dinheiro? Era ela ou era você?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ela.

A SRA. – Quer dizer 30% do que você achava do que ela recebia, não é isso? Está certo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca vocês recebiam diretamente? Vocês não recebiam o dinheiro diretamente? O dinheiro era pago a Tia Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ela dizia que era R$100,00 e dizia que ficava com 30%, mas vocês nunca chegaram a ter em mãos o dinheiro, porque só repassava o dinheiro que ela dizia que ficava com 30% e passava a outra parte para vocês? Não era isso?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Isso é importante de ver isso aqui.

A SRA. LILIANA ASPER – Nessa questão do dinheiro, Padre Deputado Luiz Couto... Joelma, me diz uma coisa que parece que é importante para nós. Alguma vez, algum cliente que teve com você te disse que teria pago mais do que ela te contou que pagou? Por exemplo, ela disse que custou R$100,00. Aí depois o caro disse: Não, eu paguei R$300,00. Alguma vez você lembra, porque isso é muito comum? Por isso que estou lhe perguntando.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. – Qual o foi o caso, você lembra?

Não precisa nem dizer quem foi, porque os clientes não me interessam que você diga agora. Não interessa à Comissão que você diga agora, porque senão sai todo mundo correndo da cidade. Então, não me interessa. Eu sei quando a gente está perguntando.

Não precisa dizer o nome da pessoa, mas quanto ela disse para você que tinha recebido e quanto você disse... Quanto, na verdade, ela recebeu? Que o cliente disse que recebeu.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – O cliente disse que tinha pago R$300,00, mas ela disse que tinha recebido R$100,00.

A SRA. LILIANA ASPER – ...Direito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Joelma, alguma vez nesse programa rolou alguma coisa de droga ou não?

A SRA. – Se teve alguma cocaína, maconha, crack, alguma coisa de ...

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não? Lá na casa tinha ou não?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, na casa, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha alguém na casa que também transava essa questão de droga ou não?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, que eu saiba não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E algum cliente, quando ia para o apartamento ou para o hotel, oferecia droga e bebida para vocês?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Oferecer, oferecem sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ofereceu bebida e droga?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você consumiu alguma vez?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ofereciam?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ela fala dos clientes na reunião reservada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você disse que, após um tempo, deixou de ser escolhida pelos clientes e que ficou apenas atendendo ao telefone. Foi por que você já estava grávida? Qual foi o motivo? Eles

não gostavam mais de você? Por que os clientes não estavam mais escolhendo você?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eu atendia ao telefone, só que quem levava as meninas era a Carol.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você disse que não era mais escolhida. Era colocada lá, e ninguém queria mais você.

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Porque, nesse tempo, eu já estava grávida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Joelma, a partir desse momento, você ficou sendo responsável pelo atendimento do telefone e ficou também com outra atividade na casa. Qual era a outra atividade que você tinha além de atender aos telefonemas dos clientes?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eu abria a porta para os clientes, mas quem atendia era a Carol.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas havia outra atividade que você fazia também?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Que eu saiba, é só essa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem mandava o dinheiro para as meninas de outras cidades irem para a casa da Carol?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Carol.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era ela?

A SRª JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela dava o dinheiro, mas, por exemplo, quem entrava em contato com as meninas para que elas viessem?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – As meninas ligavam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E você atendia?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim. E falavam com ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí a Carol dizia para elas: "Para a menina vir para cá, ela precisará de tantos reais". Ela entregava o dinheiro para você, para você colocar no banco ou no correio para que elas viessem?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em seu depoimento à Delegada, você não se lembra de ter dito que era você quem mandava as passagens de ônibus para as meninas de outras cidades, que ligavam e pediam? Nunca aconteceu isso? Olhe o que você disse à delegada. Você não se lembra de que isso aconteceu? A Carol não lhe disse que havia uma menina daquela cidade que precisava vir para cá? Ela não disse: "Pega aqui o dinheiro e manda para ela"? Como esse dinheiro chegava? A Carol mandava por quem? Pelo correio?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ela ia à rodoviária e comprava as passagens para as meninas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. E como as meninas sabiam das passagens? Ela morava em outra cidade.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – As meninas ligavam para ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas como elas pegavam as passagens?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não sei. Elas retiravam as passagens.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Lá?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, ela tinha um contrato com as empresas em que ficava estabelecido o fornecimento de passagens para Fulana, Fulana e Fulana, mesmo sendo menores de idade?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mesmo sendo menores?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nobre Deputado, interrompendo um pouco para que a Joelma respire, como o Presidente da Casa não está e não conheço os vereadores, existe algum vereador presente?

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Vereador, recebi a informação de que a Casa fecha às 18 horas. Já são 17 horas e ainda faltam alguns depoimentos. V. Exª, como único Vereador presente, pode, de alguma maneira, pedir à assessoria desta Casa que permaneça até o final dos trabalhos desta CPMI. Se os funcionários saírem, será inviabilizado o trabalho a ser feito, e deixaremos de ouvir alguns depoimentos absolutamente importantes. Tenho certeza de que V. Exª, como Vereador desta Casa, nos auxiliará.

V. Exª tem a palavra. A Casa é sua.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – Obrigada, Presidente. O Presidente Ney Patrício, antes de viajar, deixou autorizado o uso da Casa à Deputada Maria do Rosário, se for preciso, até a madrugada. Em qualquer momento, a Casa está disponível.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – É importante que V. Exª, por favor, leve isso à Diretora-Geral. Acho que ela não entendeu as ordens do Presidente. Obrigada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, você disse que a Carol ligava para a empresa e dizia: "Forneça passagem para a fulana e para a, b e c" e elas vinham para a Casa de Carol.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. – Quem ia receber na rodoviária? Alguém ia receber essas meninas na rodoviária?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, elas pegavam o táxi e vinham.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem pagava o táxi?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A Carol.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só com 30% a Carol pagava comida, dormida, táxi a passagem. É muito caridosa.

Quando chegavam as meninas, quem atendia?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você disse há pouco tempo que você atendia as meninas.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim, falava com as meninas, mas quem dava as regras da Casa era ela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você diz que Carol nem sequer gostava de falar com as meninas.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim, o que ela mandava falar eu falava com as meninas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas era você que falava, a Carol não queria nem falar com as meninas?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só queria das meninas outras coisas. Que as meninas produzissem para ela manter o negócio dela. É isso?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você fazia uma espécie de investigação da menina? Saia a idade dela, de onde ela era? Era você que fazia isso?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, a Carol já sabia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Padre, eu só gostaria de fazer uma pergunta. Resumindo, você seria como se fosse uma secretária dela? O que ela mandava você fazia. É óbvio, você não estava mais fazendo programa lá, ela estava te sustentando, você estava grávida, que opção você tinha? Ela mandava comprar passagem, você comprava passagem. Mandava telefonar, você telefonava. Mandava receber o telefonema e você recebia o telefonema, ou seja, o que ela mandasse.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você estava – e daqui a pouco vou perguntar se ainda não está – absolutamente refém dela. É isso?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Joelma, quando você prestou depoimento na delegacia, você falou sem qualquer pressão, foi perguntado e você respondia, certo? Como foi na delegacia?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eles fizeram pressão também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem fez pressão sobre você?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A Delegada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A Delegada fez pressão sobre você?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você confirma isso, que a Delegada fez pressão?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que tipo de pressão, querida?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Que era para eu falar a verdade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso não é pressão. Dizer a verdade não é pressão. Pressão é não falar a verdade, porque pode ocorrer algo com você, cale a boca, porque você está morando lá em casa, mas, dependendo do que você falar, não poderá ficar. Isso é pressão. Se mandar dizer a verdade, você vai dizer que a Laura fez pressão com você, porque pediu para você dizer a verdade. Dizer a verdade não é pressão.

Você respondeu tudo e disse lá que era você que atendia as meninas, perguntava o nome delas, se elas eram menores. Umas mentiam dizendo que eram maiores.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim, quase todas mentiam dizendo que eram maiores.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Outras entregavam o documento de identidade da irmã, ou falso. Era isso?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você alguma vez, sabendo que aquelas meninas eram menores, que aquelas adolescentes eram menores, chegou a dizer para a Carol que estava fazendo uma coisa er-

rada. Você alguma vez advertiu Carol para que não recebesse meninas menores?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O que ela dizia?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Que não iria dar em nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que iria dar em nada? O que ela dizia? Porque ela tinha gente influente que dava proteção para ela? Era isso?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Acho que sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Acha que sim? Das pessoas que foram lá, você sabe que quem paga R$300,00 por um programa não é um trabalhador de salário mínimo, que ficará dois meses sem comer nada, ou seja, não teria nem feira, era gente graúda que fazia, ou seja, era gente importante que chegava na casa de Carol. Não era?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Gente de muito dinheiro, não era?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – (...) na reservada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu pergunto só isso aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Eu já entendi o que o senhor quer. O senhor deixa eu lhe fazer um aparte para ajudar na pergunta?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Tinha algum delegado que freqüentava bastante a casa da Carol? Seria o Delegado Kikushi?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Obrigada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha político também?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha advogado?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, advogado não...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Algum juiz, algum empresário?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhecido na cidade?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Comerciante?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E gente que trabalhava como proprietário rural também tinha?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Além do delegado, tinha outros policiais que iam lá também?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tinha.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Muitos?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pouco.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Mas ia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E esses policiais faziam a escolha das meninas que estavam lá?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E era policial graduado ou como é que era? Era gente que tinha bastante estrela aqui...?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas tinha policial no meio. Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ela diz depois, nas... É que, nesse caso específico, eu fiz a pergunta com nomes em função de outros indícios.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alguma vez vocês eram obrigadas a fazer mais de um programa por noite?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E não teve uma menor que chegou lá...?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputado, Joelma tinha nos dito antes, só para confirmar, que até seis programas eram realizados. Não é?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tanto tu quanto as adolescentes. Isso fica confirmado?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, vocês iam, voltavam, aí tinha outra rodada e escolhia? Ou já ia para o motel, e as pessoas já iam para o local?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ou você já tinha uma agenda...

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não. Se escolhia, isso aí...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas vinha um primeiro. Aí já tinha o segundo que escolhia lá, para vir o terceiro? Como é que dava? Porque você disse que chegou a ter até seis programas. Como é que fica? Voltava para casa, e tinha outra rodada de escolha? É assim?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não tinha uma vez que havia uma agenda?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era voltar para casa para ter uma nova rodada. Era verdade isso mesmo?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pronto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Padre Couto, na outra parte do depoimento a depoente havia dito que há o agendamento por telefone. Então, necessariamente tu não precisavas voltar para casa, podia ir de um programa para o outro.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As adolescentes também?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A maioria.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por isso é que eu perguntei para ela se havia algum agendamento.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A maioria. Quase todas as meninas faziam assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quase todas as meninas faziam assim.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Inclusive as quatro adolescentes?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Farei outra pergunta: para essas adolescentes e para vocês era disponibilizado celular, ou vocês não podiam comunicar-se com ninguém? Como vocês sabiam, na rua, que haveria outro programa?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Por celular.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Vocês todas tinham celular e podiam usá-lo?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse celular é pago pela Carol?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Joelma, como havia na casa da Carol tantas menores e adolescentes de Capitão Leônidas Marques? Ela tinha alguma vinculação com a cidade? Conhecia pessoas?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ou havia alguém em Capitão Leônidas que entrava em contato com Carol, para dizer que lá também havia meninas que poderiam vir para cá?

Você mora em Foz do Iguaçu. Há várias adolescentes de Capitão Leônidas Marques. Como Carol tinha contato com essas adolescentes? Como era?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Uma chamava a outra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a primeira vez? Quem é que fazia? Não havia uma lista de telefone de Carol em Capitão Leônidas. Como essas adolescentes chegavam a ter conhecimento da casa de Carol?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Porque tinha uma menina que trabalhava na Carol antes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ah, havia uma menina que trabalhava com Carol e começou a dizer-lhe: "Lá em Capitão Leônidas Marques, há muitas adolescentes para quem vocês podem telefonar, que ela virá para cá". Era isso mesmo?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E essa que trabalhou inicialmente na Carol era maior ou menor de idade?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Maior?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Maior. Quem era maior de idade de Capitão Leônidas Marques?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pe. Couto, a princípio, eu disse a ela que, se não quisesse dizer o nome, escrevesse naquele papel.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, vou pedir à nossa Assessoria que traga aquele papel.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você escreve para mim?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou esperá-la escrever.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Vou continuar fazendo as perguntas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Joelma, depois que o Pe. Couto concluir, mesmo que tenhamos outras questões, podemos parar um minuto para você ir ao banheiro. Precisa ir?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Joelma, há uma contradição entre um momento em que você fala e um depoimento que presta na delegacia. Você diz que os clientes iam lá, eram colocados num quarto e vocês eram escolhidas.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Numa sala?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Numa sala. Mas havia outro momento em que o cliente pedia e que vocês iam ao local. Também acontecia assim?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Iam como?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A gente ia de táxi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De táxi?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não havia uma van no meio não?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De quem era essa van, de Carol?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, vocês pegavam as adolescentes e as iam deixando cada uma no motel tal, apartamento tal e depois as recolhiam?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, elas voltavam sozinhas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Voltavam. E Carol pagava o táxi delas?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual era a cor da van?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A cor?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Azul.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A cor do carro, da van?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Azul.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Azul. Está na garagem dela ainda essa van?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela a vendeu?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Creio que sim. Deve ter vendido. Não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você sabia a placa? Escreva aí.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – A placa eu não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas você andava tanto no negócio desta placa. Com o nome da casa, pode ser que lembre que havia uma placa. Havia um taxista específico que vocês chamavam para levá-las? Um taxista marcado: "Telefone para fulano que ele vem para cá". Havia?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem era esse taxista? Quer escrever? Escreva aí. É ele que tem um veículo monza?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É? Um monza branco?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Isso. E depois ele deixou de fazer corrida para vocês porque parece que ele bateu o táxi dele e deixou de fazer o serviço. É verdade isso?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Todos aqueles que freqüentavam a casa de Carol eram conhecidos de Carol, todos eles. Certo. Alguma vez chegou um cara com os olhinhos meio fechados, algum chinês, aquele pessoal que anda com os olhinhos bem fechadinhos na Casa de Carol também? Chegou?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Algum chinês apareceu lá? Japonês ou chinês?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Chinês.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Os chineses iam à casa de Carol. Você alguma vez foi escolhida por algum desses chineses, saiu com algum desses chineses?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, esses chineses também freqüentavam a casa de Carol. Vocês chegaram a ter alguma relação, algum programa dentro da própria casa de Carol?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era tudo fora?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E aí, quando você deixou de ser escolhida, você começou a receber salário de Carol para viver?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E como é que você vivia? Você tinha que... Você ficava lá, atendendo telefonema, fazendo... ou seja, fazendo a entrevista com as adolescentes que chegavam e não recebia nada disso aqui?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fazia tudo de graça?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim. Nunca recebi nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nadinha?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E como é que você comprava roupa e tudo o mais, calçado, tudo o mais? Era a Carol que comprava para você?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E aí, como é que era? Porque, depois que você deixou de... não tinha mais o dinheiro do cliente, não é? Não tinha mais.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você prefere responder isso depois?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está bom. Está certo. Eu pergunto a você, Joelma: sua família lá em Maringá sabia que você aqui, em Foz do Iguaçu, estava exercendo esse tipo de atividade?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não. É também uma das razões que você tem receio de que... Eles já sabem disso aqui? Tomaram conhecimento depois, ou não? Ainda não sabem?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando foi feita a prisão de Carol, havia um papel pregado em uma das paredes do pensionato. Nesse papel estavam as regras para que as adolescentes, o pessoal que lá freqüentava tivesse que seguir? Havia esse papel mesmo? O que é que dizia, mais ou menos, esse papel?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eram as normas da casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Normas? E quais eram essas normas?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você prefere responder depois? (Pausa.)

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você responde depois? (Pausa.)

Quem é que fez essas normas? Foi Carol?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como era a atividade de programa: ela ocorria durante toda a semana, mas, nos finais de semana, era muito mais gente que procurava? Ou era igual em todos os dias da semana?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Mais em fim de semana.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas todos os dias havia programa?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, quando chegava sexta-feira, sábado, aí aumentavam os clientes, é verdade assim?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No final de semana, algumas faziam até seis programas por noite?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Hum, hum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E aí, todo esse programa, antes de sair, o cara tinha que dar o dinheiro para a Carol, não é?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não saía de lá sem que entregasse o dinheiro. E quando vocês retornavam é que recebiam a parte de vocês?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, Carol recebia dos clientes e, quando vocês retornavam, ela entregava para vocês o que dizia ter recebido dos clientes. E já retirava os 30% dela?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era isso mesmo? Mas você nunca soube mesmo, nunca viu alguém entregar pacote de dinheiro? Eles pagavam com cheque, com dinheiro, como é que era o pagamento?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Com dinheiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Chegaram alguma vez a pagar com cheque?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Já.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com cheque também.

E, mais ou menos, qual era a média, por noite, de dinheiro que Carol entregava para as adolescentes? Sabia não?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, isso daí não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para você, você já sabia, porque... Mas não sabia das outras não?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E as meninas não comentavam quanto tinham recebido? Nunca falavam?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não, é difícil.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse motorista de táxi que você descreveu parece que também ele gostava de fazer uns clientes por fora, de fazer contato com alguns clientes e falar para vocês: "olha, tem Fulano de Tal de tal apartamento que está querendo". Ocorria isso?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer, o motorista também já estava querendo entrar no negócio de Carol. Carol sabia disso ou vocês faziam isso fora do momento em que ela não estava na casa?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Tinha vez que ela sabia, tinha vez que não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o que ela dizia quando sabia disso, que o motorista tinha feito o programa e ficado com o dinheiro?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não falava nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não falava nada? Não seria porque havia o contrato desse motorista também, e ela descontava depois nas corridas?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era verdade que eram os chineses os maiores clientes de Carol?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E eles pagavam em real? Ou chegavam a pagar em dólar ou em outra moeda?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Em dólar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ela pagava vocês em real quando fazia...

Então, Srª Presidente, estou contente com as... E acho que, com o tempo que estamos vendo, verificamos que Joelma está se abrindo mais. Acho que ela teria muito mais condições – e terá – de prestar uma informação.

Só para terminar, o Dr. César lhe procurou alguma vez, procurador da...?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Que é procurador do município, que é advogado da Carol.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você nunca viu o Dr. César na casa de Carol não?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conhece ele?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que você conheceu ele?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Eu conheci o Dr. César aquela vez agora, em que a Carol foi presa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas nunca tinha visto ele antes não?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ele não freqüentava a casa de Carol não?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O Dr. César está aqui, por acaso?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Obrigada, Deputado Luiz Couto. Eu queria explicar à Plenária que temos ainda, além da Carol e de um outro

preso, mais seis testemunhas que vamos ter que ouvir de forma reservada. Então, vou fazer só mais uma perguntinha à Joelma, e vamos transformar, depois da pergunta, a reunião em reservada, e depois voltamos em reunião aberta com o depoimento da Carol, e, dependendo do que acontecer, eventualmente, se o preso admitir, pelo menos, ele entra, fazemos as perguntas básicas e depois transformamos a dele também em reservada.

Joelma, de tudo – acho que você vai nos ajudar mais ainda –, tem uma coisa que não consigo entender, que não encaixa na história: quando a Carol foi presa, junto com você, e você depôs na Delegacia e disse a verdade. Mas ela continuou mentindo no depoimento dela, o que também é natural. Só não entendo como ela permitiu que você continuasse cuidando dos filhos dela quando você depôs falando a verdade, portanto contra ela. Eu queria entender o que ela lhe falou, como foi. Alguma coisa ela deve ter dito, não pode ser.

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – (inaudível).

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não, não precisa ser hoje. Em algum momento.

Porque vamos raciocinar. Eu trabalho para você, aí você é presa. Aí eu chegou lá e digo: é verdade, ela tinha uma casa de prostituição, é tudo verdade o que vocês estão pensando. Aí você vai me manter trabalhando com você? Como?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – (inaudível).

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você quer responder reservadamente? É isso?

A SRA. JOELMA FERNANDA IDAL LUCENA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, eu queria pedir apenas aos promotores, à Polícia Federal e ao juiz que, por favor, permanecessem, pedindo desculpas a todos os outros amigos, mas eu tenho que transformar a reunião, neste momento, em reservada, e só podem permanecer as pessoas que têm acesso ao processo ou a Assessoria técnica da Comissão.

(Pausa.)

Talvez pudéssemos abaixar um pouquinho o som. Corta o alto-falante, mantendo – corta para fora – só o sistema interno e diminui o som do interno. Porque, como é muita gente para ouvirmos...

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Voltamos a transformar a reunião em pública. Fizemos a oitiva da Joelma Fernandes e (inaudível) e depois fizemos umas seis oitivas de forma reservada, como havia sido anunciado.

Agora, peço à Assessoria que, por favor, faça adentrar ao recinto da Comissão a indiciada Arveni de Vargas, vulgarmente conhecida como Tia Carol. (Pausa.)

Gostaria de esclarecer à Srª Arveni que, na medida em que ela se encontra indiciada e presa, ela tem o direito constitucional de se recusar a responder e permanecer calada, embora essa não seja a melhor forma de se defender, mas é um direito que a senhora tem e que tenho de resguardá-lo.

Seu advogado está presente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Indago à plenária se existe algum advogado presente? (Pausa.) Doutora, por favor, V. Sª puder funcionar como advogada **ad hoc** da indiciada? (Pausa.)

V. Sª pode declinar o seu nome e o seu registro na OAB, por gentileza?

A SRA. CLARISSA MARIM COLETO – Clarissa Marim Coleto; OAB 33.573.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Consulto o Promotor, Dr. Maurício, se S. Exª pode nos acompanhar na composição da Mesa, na medida em que V. Exª é Promotor do caso, e isso é importante. Caso o Dr. Marcelo e o Dr. Rui, também quiserem participar, estão convidados para os trabalhos.

Está suspensa a reunião por dois minutos. (Pausa.)

Está reaberta a reunião.

Srª Arveni, a senhora quer conversar com a advogada? A senhora abre mão do direito que tem? Enfim, é uma decisão sua.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Gostaria que o meu advogado estivesse presente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Eu também. Mas passamos toda a tarde procurando o seu advogado e a senhora inclusive, não é verdade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É. Mas eu não sabia que hoje eu deporia aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas a senhora chegou aqui bem cedo e o seu advogado não chegou até agora. Por que, não a interessava? É isso?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, se for possível, eu gostaria que A SRA. Arveni Vargas dissesse o nome de seu advogado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Tentamos durante todo o dia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Peço que ela diga publicamente o nome do advogado para ficar consignado que ele foi procurado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Como é o nome do seu advogado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – César.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Dr. César. S. Exª é um Procurador do Município?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Qual é o sobrenome de S. Exª?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Advar Tabato Souza.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – S. Exª foi procurado durante o dia, várias vezes, a senhora acompanhou, e não entendo porque, sendo funcionário municipal, S. Exª não se encontra na cidade. Mas, enfim... S. Exª pode estar trabalhando em outro lugar.

A senhora quer tentar novamente ligar para ele?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Gostaria.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Um minutinho. Tem aqui um celular.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora pode dizer o número, por favor?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – 9975-5045.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deixa eu lhe explicar, Dona Arveni. Na verdade, seu advogado não pode – esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito – se comunicar com a senhora; a senhora já deve saber o que fazer. Na verdade, é um processo diferente do processo normal de uma delegacia ou do Poder Judiciário. É uma garantia ter um advogado ao seu lado; para que não possamos fazer nenhum tipo de arbitrariedade, o que também seria impossível. A senhora está convocada com autorização judicial para depor, só para lhe garantir que tudo foi feito com trâmite legal necessário.

O telefone mais uma vez chama e não atende. A senhora tem outro número. A senhora está dando o número certo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Provavelmente, ele não quer atender. Obviamente, ele sabe que a senhora está aqui. Cumprimos o que manda a Constituição, que é lhe garantir o direito de ter um advogado. Eu lhe ofereço, neste momento, se a senhora quiser conversar particularmente, uma advogada **ad hoc**. A senhora abre mão desse direito?

O depoimento está suspenso enquanto a indiciada conversa com a doutora.

(Pausa.)

Srª Arveni, já terminaram? Se a senhora puder responder sempre no microfone, por favor.

Quero deixar claro para a plenária, na medida em que a sessão é pública e de direito, que a Drª Clarice, embora seja também profissional ligada à OIT, está absolutamente credenciada, como profissional que é, de operar em qualquer caso como advogada **ad hoc**, por ser profissional e porque, necessariamente, é a minha primeira profissão, sabemos nós advogados as diferenças em cada uma das ações que, eventualmente, temos que acompanhar. Sabemos diferenciar as nossas atividades processuais.

Vamos, então, começar o depoimento dA SRA. Arveni. A senhora pode, por favor, identificar o seu nome, o seu endereço, nacionalidade, etc.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – O meu nome é Arveni de Vargas, brasileira, solteira, residente na rua Pedro Inácio Brecuti, 99, Foz do Iguaçu, Jardim Itália.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Inicialmente, vamos passar a palavra à Deputada Maria do Rosário, relatora desta CPMI.

V. Exª tem a palavra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Boa noite aos senhores e senhoras, Sr. Presidente, antes quero perguntar à depoente se ela gostaria de fazer alguma colocação sobre os fatos que a trazem para depoimento aqui nesta CPMI.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – A princípio não. Agora, no decorrer, não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Porque a Deputada Maria do Rosário pergunta se a senhora gostaria de, mesmo antes de ser perguntada, falar sobre alguma coisa. Ou seja, a senhora já depôs no inquérito. Temos o seu depoimento. A senhora poderia, eventualmente, querer falar sobre isso.

A senhora não quer, prefere ser perguntada, é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora prefere ser chamada de Arveni neste depoimento ou prefere que eu lhe chame por Carol?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Pode ser por Arveni.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dona Arveni, a senhora, que utiliza também o nome de Carol, mas aqui solicita ser chamada pelo seu nome de registro, acabou de dizer à Presidente o seu endereço na rua Pedro Inácio Brecuti. E a rua Pedro Inácio faz esquina com...?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ayrton Sena.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse endereço que a senhora dá é o mesmo endereço onde, numa ação flagrante, a polícia identificou várias adolescentes sendo exploradas sexualmente. A senhora confirma que esse é o seu endereço de moradia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Esse é o meu endereço de moradia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora nasceu aqui mesmo no Paraná?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu município de nascimento é Realeza?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Realeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui no Paraná.

Por que motivo a senhora veio morar em Foz do Iguaçu e quando a senhora veio?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Vim morar há doze anos atrás.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E por que motivo a senhora veio?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Vim por livre e espontânea vontade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a senhora tinha uma motivação de trabalho?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu tive, comecei a estudar no Colégio Agrícola.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora vem de uma região agrícola e foi estudar no Colégio Agrícola.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não vim de uma região agrícola. Eu vim de Cascavel e comecei a estudar ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que outras regiões a senhora, em que épocas também?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora saiu de Realeza com quanto anos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Muito pequena.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E foi para onde?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Cascavel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com dez anos a senhora morava onde?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Com dez anos acho que ainda em Realeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quinze anos? A senhora voltou para Realeza, então?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu lhe pergunto objetivamente que cidades a senhora morou no Paraná?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu morei em Santa Lúcia e Capitão Leônidas Marques.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Realeza, Santa Lúcia...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – E Cascavel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Cascavel. E em que período a senhora morou em Santa Lúcia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Deve ter sido nos meus 15, 16 anos por aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo. A senhora viveu em companhia dos seus pais?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora veio para Foz do Iguaçu sozinha, com filhos? A senhora tem filhos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Teve seus filhos aqui ou veio com filhos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sozinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Veio com mais alguém, veio sozinha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sozinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Naquela época, a senhora se matriculou em uma escola em Foz do Iguaçu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa escola era a escola agrícola?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem alguma formação profissional, a senhora chegou a concluir os estudos na escola agrícola?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora exerceu que profissões, que funções a senhora... ao longo da sua vida?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Trabalhei como vendedora no Paraguai muitos anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde a senhora trabalhava no Paraguai?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – No Gebai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso era com venda de eletrodomésticos, eletroeletrônicos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eletrônicos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eletrônicos. Nessa sua profissão como vendedora a senhora chegou a trabalhar aqui em Foz do Iguaçu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual período que a senhora trabalhou no Paraguai como vendedora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Dos 22 anos para frente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual é a sua idade atual?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – 39.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – 39 anos. Srª Arveni, a senhora foi morar neste endereço a quanto tempo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Há dois anos atrás.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde a senhora morava anteriormente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Na Avenida Jules Rimet, que hoje é a Airton Senna, é a mesma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É a mesma, trocou de nome?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Trocou de nome.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a senhora morou nesta outra avenida, então a senhora mora agora nesta rua Pedro Inácio há dois anos, e antes disso morava em que endereço?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Na avenida Jules Rimet, nº 240.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nº240. Nesse endereço que a senhora mora hoje, na rua Pedro Inácio, quantas pessoas moram nessa casa com a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Hoje, neste momento, estão apenas meus quatro filhos e mais duas ou três pessoas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E antes do flagrante que foi dado pela Polícia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sempre funcionou assim como uma pensão, porque as meninas que querem vem para cá trabalhar, elas me pagam mensalmente, e quanto a elas não tenho nada a responder.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto elas lhe pagam mensalmente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – R$100,00

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem recibo de pagamento por aluguel?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Devo ter.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tinha quantas meninas no mês de junho deste ano?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Umas quatro, cinco, por aí. Não me recordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora mantém algum registro da presença dessas meninas, são somente meninas? Meninos a senhora a não tem ali?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Atualmente a senhora exerce qual profissão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sou vendedora lá no Paraguai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual o seu endereço de trabalho no Paraguai?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É Lai-Lai Center, 3º Piso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que funciona lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Uma loja de informática?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é o dono?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Rose.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Rose. Casa Rose também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Casa Rose. Sim, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quando ela disse que moravam quatro ou cinco meninas, não é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Além disso, seus quatro filhos e mais duas pessoas. Então,

na casa eram 4, com a senhora 5, seis, sete, mais cinco meninas, doze pessoas.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Por aí.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – É isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Digamos que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Qual o tamanho da casa? Quantos quartos, quantos banheiros?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem três quartos embaixo, cada quarto tem três beliches, em cima tem dois quarto que é um dos meus filhos e outro que é o meu .

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, cada quarto de baixo tem três beliches.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Três. Um chega a ter quatro beliche.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quatro beliches.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, quatro beliches em três quartos significa...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Oito.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Um quarto tem oito camas, no outro tem seis camas.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É. E no outro tem duas...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – No outro tem duas beliches?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então são mais quatro, não é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então eu teria dezoito vagas na sua casa, é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Significa dezoito vagas. Então, a senhora... esse aluguel... a senhora... em torno de R$1,8 mil por mês.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, nunca estava lotado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nunca tava lotado...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas alguma vez... qual era o máximo de pessoas que iam lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Dez pessoas, por aí. Era o máximo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dona Arveni, quanto é que a senhora paga de aluguel dessa casa ou a casa é de sua propriedade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, a casa é da... é da minha irmã praticamente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela não lhe cobra aluguel?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não lhe cobra o aluguel?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Eu pago (inaudível).

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é, como é o nome da sua irmã, que é uma pessoa tão bondosa... praticamente sua irmã, é sua irmã ou não é sua irmã?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É... irmã.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É sua irmã?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – É. Irmã de sangue.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, sim... Mãe ou irmã?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Irmã

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, a sua irmã. Ela não lhe cobra nada, então? É sua irmã de fato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, minha irmã de fato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É... como é o nome dela? A senhora...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Roseli de Vargas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – EssA SRA. Roseli de Vargas tem outras casas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com o mesmo conteúdo de pensionatos como a senhora aqui disse?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem uma casa em que ela mora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem uma casa que ela mora...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E tem mais alguma casa... que ela aluga?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem mais uma que a minha mãe mora que é dela também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa casa, qual é o valor dessa casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Qual casa?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa que a senhora mora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca a senhora fez uma avaliação?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a casa é praticamente sua, não é? Porque se é da sua irmã e ela não lhe cobra aluguel, a senhora tem uma vantagem grande, não é? A senhora fica então com o dinheiro inteiro do aluguel que a senhora cobra...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, tem luz, tem água, que paga, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas pelo menos a senhora não precisa pagar aluguel...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É, mas, por exemplo, agora eu estou sem ninguém na minha casa e tenho que pagar água, luz e tenho que pagar empregada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hum, hum...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Porque agora eu estou presa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora ta com problemas financeiros, então? A senhora tem problemas financeiros?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, a senhora então é vendedora, trabalha nessa ? Lai-Lai, Center, 3º piso, Casa Rose.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é que é dono desse lugar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É... ah, quem é dono eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora faz que expediente lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É... trabalho lá, viajo pra São Paulo, levar mercadoria também...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são as cidades que a senhora viaja em São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É... capital mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Capital?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, Dona Arveni, a senhora sabe o conteúdo dos depoimentos e a senhora sabe exatamente o que nós estamos aqui construindo, porque o flagrante que foi dado na sua casa indica a presença de adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deputada, V. Exª me concede um aparte antes de V. Exª passar à parte do depoimento?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ainda... só continuando, você disse que você trabalha... que você trabalha... que você trabalhava... nesse momento que você ta presa não pode trabalhar. Lai-Lai Rose é uma loja de eletroeletrônicos, não é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Informática.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Informática ou eletroeletrônicos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, eletroeletrônicos era antes, quando me perguntaram.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Agora é informática?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Que é que vende lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Lá vende tudo que é coisa de computador, de...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Que é que é ... eu sou analfabeta em computador, não sei ligar. Que é que vende lá? Quais são os aparelhos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, vende...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você é vendedora lá, pelo menos sabe o nome dos aparelhos.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É... mas eu levo, né?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Como você leva?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Pra São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você leva pra São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E oferece em São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não, e como é que funciona? Vamos lá me explica. Você... ela faz o que... então você não trabalha lá, você vive viajando, é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É. Mais ou menos... é mais pra isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Me explica aí como é que funciona isso. Que é que você leva?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu levo informática.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas o que... informática? Eu não entendo de informática.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – São acessórios para computador, placas de computador, teclado de computador...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E o que mais?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Vai embalado e não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Já vai tudo embalado – e você, então, acha que são acessórios. Pode ser cocaína, e você nem sabe.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Tenho certeza de que não é.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, você sabe o que tem embalado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, o que tem embalado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – O que tem embalado foi o que ela me disse: "Olhe, isto aqui é assim, assim, assim..."

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O que é esse "assim, assim, assim"?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, eu não me recordo dos nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está bom. Esse material que é embalado – você pega um carro, um ônibus, um avião?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ônibus.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você vai de ônibus?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Vou de ônibus.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – São esses ônibus de sacoleiros que saem daqui ou um ônibus normal, direitinho, na rodoviária?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – De sacoleiros, tanto faz.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Qualquer ônibus. Aí, você pega esse material e sai daqui para vender em São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não vou vender – já está vendido lá.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, você só entrega?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso, só entrego.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas você tem nota fiscal, tudo bonitinho? Não sabe?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei também.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – De repente, você pode estar cometendo um crime que você nem sabe, não é? Você está carregando um material que você não consegue ver o que é, que você carrega do Paraguai para o Brasil. Com certeza, o material de informática custa mais do que US$150 – de repente, você pode estar cometendo um crime pior ainda. Tome cuidado com o que você diz.

Mas vamos continuar.

Aí, você viaja, então, com esse material – estou achando melhor você falar a verdade, porque a pena será menor do que isso. Nisso, vem evasão de divisas, descaminho, contrabando... A coisa é mais complicada.

Então, vamos continuar.

Você, então, pega esse material e o leva para São Paulo – na capital – e lá você o entrega aonde?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu entrego numa residência de um pessoal de lá.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sempre na mesma residência?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Varia muito.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Varia. Normalmente, em que bairro você entrega?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – No centro. Geralmente, eles pegam na rodoviária.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – No centro de São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Onde?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Com um pessoal lá...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Eu não conheço muito bem São Paulo, porque eu sou do Rio, mas residência no centro de São Paulo que compra computador? Vai ser difícil, porque o pessoal no centro de São Paulo não tem residência. Vamos tentar lembrar o bairro – vamos te ajudar. Vamos lembrar os bairros onde você entrega em São Paulo, porque o centro de São Paulo não é igual ao centro de Foz de Iguaçu ou do Rio de Janeiro. O centro de São Paulo é um centro financeiro, onde há poucas residências. As pessoas têm dinheiro para comprar computador e muito mais – pedir que venha de Foz do Iguaçu para lá. São Paulo tem um monte de lojas que vendem computador como a Mesbla – a Mesbla não existe mais – mas tem a Casas Bahia ou sei lá. Qualquer supermercado compra material de computação em São Paulo. Então, para poder vir daqui e levar para lá tem que ser um material muito bom, muito caro, e quem mora no centro de São Paulo não tem dinheiro para isso. Vamos tentar, então, lembrar dos bairros. Você se lembra de algum bairro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes a senhora foi a São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Muitas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não lembro quantas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora foi ao centro de São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ao centro de São Paulo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Deputada Laura tem razão. A senhora achou alguma casa lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Eu entrego em **shoppings**...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que **shopping** a senhora foi no centro de São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me lembro também.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Só um minutinho. Quero advertir a advogada que, se, eventualmente, ela tiver algo para falar com a cliente, ela não fale diretamente. Ela venha à Mesa e fale com a Presidente, e eu posso ou não autorizar.

Pode continuar, Srª Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Deputada Laura lhe perguntou, então, sobre seu trabalho, sobre a sua profissão. A senhora diz que está com dificuldades financeiras, mas tem um bom advogado. Toda pessoa tem direito a um bom advogado, e tomara que todos sejam bem bons.

Quanto a senhora está dispondo ou é necessário para o pagamento desse advogado – a senhora já fez algum pagamento agora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não fiz nenhum pagamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como a senhora o contratou?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ele conhece a minha irmã. Ele é amigo dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a senhora tratou de valores?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tratou de valores também.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não tratamos de valores também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem conta bancária?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que a senhora não tem conta bancária?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Porque não tenho dinheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem algum impedimento legal de ter conta bancária, tem alguma dificuldade de crédito que lhe impeça ou não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tenho também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É isso. É... a senhora possui algum imóvel em seu nome?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Que tipo de impedimento bancário a senhora tem? Serasa...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Por que a senhora está com seu nome no Serasa? Mas responde a algum tipo... responde a estelionato... cheque sem fundo em outras palavras?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não... mas como é que seu nome foi parar no Serasa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Porque não tinha dinheiro para pagar as últimas parcelas.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Últimas parcelas de quê?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que é que a senhora pagava?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Acho que foi um sofá que eu comprei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Aí a senhora não pagou e protestaram o título, é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas foi por cheque que a senhora deu ou foi promissória?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, foi promissória.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ah, então é isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E... veículos... a senhora tem veículos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não tem nenhum veículo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nenhum veículo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhum veículo a senhora tem?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não tem uma van por acaso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não tem um Chevette?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Brasília?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não tem nenhum veículo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na sua família alguém tem uma van?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Na minha família? ... Tem

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguém tem uma van.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem tem uma van?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É o meu irmão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seu irmão tem uma van. Seu irmão mora aqui, em Foz do Iguaçu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, mora no Paraguai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mora no Paraguai. Mora onde no Paraguai?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah... nem sei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora não sabe onde mora seu irmão?!

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Aqui no Paraguai? Do lado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – (Inaudível) por ali, ele mora lá no sítio.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mora num sítio no Paraguai... mas, assim, a senhora trabalha no Paraguai... quer dizer, quando a senhora...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem muita diferença uma coisa com a outra.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não... diferença coisa... Eu não comparei as duas. Tem diferença até porque não fiz comparação. Mas eu diria: a senhora trabalha no Paraguai, ele mora no Paraguai, a senhora não sabe onde, não o vê nunca?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Vejo de vez em quando.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Vez em quando... E essa van que a deputada pergunta em algum momento ficou com a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ficou sim, muito tempo... bastante tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ah, bom, então...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora utilizava essa van, então, para que exatamente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Olha, desde que essa van ficou comigo, ela praticamente nunca andou, sempre deu problema e continua dando porque está estragada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quantos lugares tem essa van?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, acho que uns quatro, cinco lugares.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa van está em nome do seu irmão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Está em nome do meu cunhado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, seu cunhado.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é que está esta van agora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Está na casa da minha mãe, estragada, faz uns seis meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E onde é que é a residência da sua mãe?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É... próxima a minha casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Relatora, ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – A senhora me concede?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, Deputada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Arveni, este é o primeiro processo que a senhora foi arrolada ou existem outros?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Existem outros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – A senhora saberia precisar quantos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Acho que mais um.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sobre o que é esse outro processo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – O mesmo fato.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O mesmo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Fato.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O mesmo fato. A senhora poderia colocar...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, esse parece... Foram umas meninas que brigaram na minha casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Umas meninas que brigaram na sua casa...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – O primeiro processo.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – E o segundo processo foi por causa de quê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Foi sobre a pergunta que a moça fez ali, quando foram flagrados os adolescentes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Certo. Eu vou fazer uma pergunta. Se porventura a senhora já respondeu, gostaria que ela fosse ratificada. A senhora é uma pessoa conhecida na cidade de Foz do Iguaçu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu acho que sim... não sei...

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sim ou não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu acho que não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – A senhora é mais conhecida por D. Arveni ou Tia Carol?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tia Carol... Eu nunca tinha ouvido falar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Nunca tinha ouvido falar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É a primeira vez.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – É a primeira vez que a senhora está ouvindo essa expressão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Exatamente. Como Carol, sim, mas Tia Carol nunca tinha ouvido.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Então, refaço: a senhora é mais conhecida como Arveni ou Carol?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Seria como Carol, mas não sou tão conhecida assim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Mas se eu chegar no bairro ou na sua rua e perguntar: onde mora a Carol, as pessoas saberiam informar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Na minha rua, acredito que saberiam.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo. Aqui na cidade, a senhora é conhecida por exercer qual profissão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei, porque não freqüento nenhuma sociedade.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No seu bairro, a senhora é conhecida por exercer qual profissão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, no meu bairro... Por nenhuma profissão, não sou conhecida, porque eu saio de manhã e volto à noite para casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A sua vizinhança não sabe o seu local de trabalho? A senhora não tem contato com a vizinhança?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E ainda assim é conhecida no bairro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Acredito que seja, né? São poucas pessoas que moram naquele bairro, e, na minha rua, são praticamente três, quatro moradores.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, deixe-me ver se entendi. A senhora é conhecida por Carol, mas eles não sabem a sua profissão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Pelo menos, para mim não perguntaram.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que significa a expressão "normas da casa"?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – "Normas da casa"? É que, quando as meninas estão lá, elas têm que ter horário para tudo, não é?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Horário para quê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Horário para... Essas normas são elas mesmas que fazem.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi encontrado, em sua residência, manuscrito tendo essa expressão. É um tanto estranho, se elas que fixam essas normas, e foi encontrado isso, e a senhora é a dona da casa. Por gentileza, esclareça o que quer dizer a expressão "normas da casa".

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Olha, não sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi encontrado um documento na sua casa. A senhora tinha conhecimento desse documento escrito "normas da casa"?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Elas escrevem muitas coisas, colocam na parede e colocam...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas foi a senhora que escreveu esse documento. É a sua letra que está na parede.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E a senhora, como moradora da casa, sabia o que havia escrito. É isso que quero saber: o que tinha escrito, enquanto "normas da casa"?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Só para complementar a sua pergunta, por que há necessidade, na sua casa, D. Arveni, de ter normas da casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Mas a casa é da senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, mas eu já falei: saio pela manhã e volto à tarde.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – A senhora sai pela manhã e volta à tarde?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – A senhora disse, há pouco tempo, à Deputada Ann... Creio que foi a Deputada Ann que perguntou a respeito da sua profissão. Acho que foi a Deputada Maria do Rosário... A senhora disse que é funcionária da Lai-Lai Center?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – A senhora tem carteira assinada, lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – E a senhora trabalha, dá expediente todo dia lá e não tem nenhum registro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não trabalho com expediente.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Sai de manhã e volta de noite?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É, de tarde.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Trabalha lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim. Chego, praticamente, subo para o segundo piso, e tomo banho...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Não tem "normas da casa"?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Se tem...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Ou não tem carteira assinada?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Arveni, a senhora tem o hábito de receber visitas em sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pessoas da cidade têm o hábito de freqüentar a sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Autoridades têm o hábito de freqüentar a sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Turistas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Que eu veja, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora nos colocou que a sua casa é uma pensão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como é feito o ingresso para que eu possa... Para que a pessoa que chegue seja... Há uma assinatura de um contrato? Como é feito? Qual é a seleção que a senhora faz? O que a senhora exige para aceitar alguém, em sua casa, na condição de pensionato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Há sempre um documento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – A identidade. Às vezes, registros...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora tem esse registro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Algumas têm, algumas não têm; algumas, eu chego em casa, já estão lá; depois, eu só faço o recibo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por gentileza, me esclareça. A senhora sai de manhã e só retorna à noite?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem controla o ingresso dessas meninas para ficarem em pensionato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, sempre alguém que está em casa, né?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem é esse alguém?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Depende.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quem normalmente fica? É o que a Deputada Ann quer saber. Quem normalmente... A senhora está trabalhando o dia inteiro. O que ela está perguntando é muito claro: quem recebe as meninas em casa?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Na sua ausência?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Na sua ausência?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, era a Fernanda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem é Fernanda?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Ann, gostaria que a senhora retomasse com a depoente a pergunta, que ela não respondeu, no meu modo de ver, sobre as normas. A senhora perguntou a ela sobre as normas que estavam escritas em um papel na parede e...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – As normas da casa quais eram?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) As normas da casa? – Eu quero saber que norma é essa que a pessoa precisa estar às quatro da tarde pronta para receber clientes.

Essa é uma norma de um pensionato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Com multa de R$50,00?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pagando R$ 20,00 por mês, além de 30% de cada programa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Pagando R$20,00 por mês?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além de 30% de cada programa.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não é verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Pagando R$20,00 por semana. A Deputada se enganou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pagando R$20,00 por semana?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Por semana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pagando R$20,00 por semana mais 30% de cada programa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mais R$50,00 de multa, se não estiver pronta às quatro da tarde.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É difícil para mim guardar tudo isso, mas a senhora deve saber. Então nós vamos perguntar exatamente para que a senhora tenha oportunidade de responder e nos dar consciência da verdade do que a senhora praticou. A senhora está sendo processada pela terceira vez pelo mesmo crime.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – É verdade que a senhora está processada pela terceira vez pelo mesmo crime?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Acho que é a segunda vez.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Segunda? A senhora só responde a dois processos, quer dizer, a um inquérito e a uma ação penal?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso. Qual é o crime?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Só essas duas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, processada nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não está processada ainda?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ainda não. A senhora pagou fiança?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Pagou fiança.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, agora não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não estava numa situação provisória de liberdade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, agora estou presa.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Por quê? Qual o crime da senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Por...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Rufianismo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Parece que foi.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Corrupção de menores?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Mas por quê? A senhora diz que no pensionato da senhora não existe isso? Não existe... A norma da casa é uma *coisa eventual que cada um faz*. Existem denúncias de que a senhora aplica multas.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não é verdade.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – E aí a senhora não sabe qual é o crime de que a senhora está sendo acusada?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – O crime de que eu estou acusada eu sei, só que não é verdade que cometi esses crimes de que estou acusada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora nega que aplique multas nas adolescentes que estejam na sua casa? A senhora nega isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não aplica multas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ninguém precisa pagar multas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As adolescentes não pagaram nenhuma multa para a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Elas não ficaram devendo nada à senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu lhe pergunto isso para precisar exatamente qual era a atividade das adolescentes.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, isso cada uma faz o que quiser.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – E como é que tem norma na casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Essas eu não estou sabendo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Relatora, gostaria só de concluir as minhas perguntas. A D. Arveni ficou de nos dizer quem ficava responsável pelo controle do ingresso na sua residência na ausência dela. Quem é Fernanda? Foi este nome que a senhora citou?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Foi. Não era praticamente ela. Se estivesse qualquer outra pessoa, poderia ser outra pessoa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Quem é Fernanda?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Fernanda já esteve aqui hoje, já depôs para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Fernanda?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não, não recebemos nenhum depoimento de Fernanda.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Joelma, Fernanda.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ah, Joelma.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E diga uma coisa para mim: só para esclarecer, num dos inquéritos policiais, a senhora responde por rufianismo, submissão de criança ou adolescente à prostituição e corrupção de menores. São três crimes diferentes, mas a senhora não está presa por causa desse processo. Para eu lembrá-la, nesse processo, e até para a sua advogada **ad hoc** saber, a senhora conseguiu... Pagou fiança. Houve um recurso do Ministério Público, que se encontra agora no Tribunal de Alçada para julgamento. A senhora está presa por causa de um inquérito com pedido de prisão preventiva, num inquérito do ano 2000, sobre o mesmo caso. É isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora não se lembra. Estou lhe informando apenas, porque, talvez, seu advogado não lhe tenha informado devidamente. Como hoje tomei conhecimento disso, estou lhe informando, para a senhora saber do que é acusada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – D. Arveni...

Desculpe, Presidente, desculpe.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Para a condução dos trabalhos, Deputada Ann, é importante que ela termine o raciocínio para que voltemos a palavra à Relatora, a fim de que, depois, nós outros possamos perguntar. Por favor, conclua o raciocínio.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dona Arveni, a senhora tinha o hábito de aceitar adolescentes em pensionato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Quando eu estava, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora tinha ciência de que, na sua residência, que funcionava como pensionato, morava adolescente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como a senhora explica a presença de adolescente na sua residência no momento em que foi lavrado o flagrante?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Foi uma armação que fizeram.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Armação de quem?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – De quem não sei, mas vivem me perseguindo. Eu gostaria de saber o porquê.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem a persegue?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem teria interesse?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Eu queira um aparte em um aparte. A senhora disse para a Deputada Ann que a senhora não sabia das adolescentes.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas antes a senhora tinha dito que as adolescentes chegavam pedindo um documento, com registro, carteira de identidade, e que a senhora, todas as noites, voltava para casa. Eu queria entender como uma pessoa volta para casa e não sabe que, na sua casa, existem quatro ou cinco adolescentes. No começo, a senhora disse que existiam quatro ou cinco adolescentes na sua casa. Onde está errada a história? Não faz sentido. Se essas pessoas existiam... A senhora disse que havia cinco adolescentes. Eu anotei. Está aqui. A senhora disse que era uma pensão, que custava R$100 por mês, que inclusive a senhora achava que tinha os recibos, que, antes de a senhora ser presa, havia entre quatro e cinco meninas lá. A senhora explicou como eram os quartos. Eu lhe perguntei, e a senhora disse que havia quatro ou cinco adolescentes. Depois a senhora completou, dizendo que essA SRA. Fernanda seria a pessoa que, quando a senhora não estava, recebia as pessoas. Vamos supor que, mesmo que fosse A SRA. Fernando quem recebesse as pessoas, a senhora voltava para a casa todas as noites. E a senhora não sabia que, dentro da sua casa, moravam adolescentes? Por um lado, a senhora disse que não sabia. Primeiro, a senhora disse que sabia. Agora, a senhora está dizendo para a Deputada Ann que a senhora não sabia. Então, vamos chegar a uma conclusão: a senhora sabia ou a senhora não sabia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, às vezes, eu sabia, mas nem sempre eu sabia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas a senhora não voltava para casa todas as noites?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Voltava, mas, como já lhe falei, eu chegava, subia, ia tomar banho, ficava com meus filhos e nem descia mais para a parte de baixo da casa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quem bancava a comida desse povo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu não falei que trabalho?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora pagava a comida de todo mundo sem nem saber quem havia em casa? Como faz mercado? Eu sei quantas pessoas há na minha casa, sei quantas galinhas tenho que comprar por mês, quanto de arroz, feijão, óleo.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso aí sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O mínimo que a senhora tem que saber é quantas pessoas moram na sua casa, para poder fazer a compra do mercado. Ou estou errada?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Está certa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, a senhora sabia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sabia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Eu só queria saber isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Deputada Sandra quer fazer uma colocação.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – A senhora disse que não sabia que havia essas pessoas na sua casa. Inicialmente, a senhora disse que sabia, depois disse que não sabia. Alguém levava essas adolescentes, no caso, para a casa da senhora? Fazia o encaminhamento?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Nenhum familiar, alguma mãe?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – A senhora chegava e estava todo mundo lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Normalmente, era assim que acontecia.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Como uma instituição filantrópica da senhora para abrigar adolescentes que estavam na rua? A senhora levava para casa, dava alimentos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, porque acho que isso não cabe a mim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Cabe a quem?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – A órgãos responsáveis.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sim, mas, de repente, a senhora está dizendo que elas chegavam lá, ficavam, a senhora fazia as compras e mantinha esse pessoal todo, alimentava.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu já falei que cobrava R$100,00 por mês.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas R$100,00 dão para tudo isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – R$100,00 de cada uma.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas dá para manter uma pessoa com R$100,00?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Dá.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – R$100,00 por mês dá para manter água e luz?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Dava.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Em retribuição a esses R$100,00 a senhora poderia dizer a que essas adolescentes tinham direito por mês? Alimentação a senhora já disse que tinha. O que mais?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Alimentação e banho.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Banho. Roupa de cama?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, isso normalmente elas tinham.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sim, mas a despesa para isso tudo a senhora bancava?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, geralmente elas tinham.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – A senhora tem certeza de que os R$100,00 davam para cada uma?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Davam.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Nada mais a senhora cobrava delas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Nada a senhora cobrava? Essas meninas iam com referência? Quem dava a referência da casa da D. Carol, como a senhora era conhecida. Elas iam como para lá?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Tia Carol.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ela já disse que não sabia desse "tia".

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Essa para mim foi uma novidade.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Carol, pronto, sem a novidade. Na rua elas escutavam falar e iam para lá porque com R$100,00 dava para...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Geralmente, algumas trabalhavam no Paraguai, outras...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Havia jovens do Paraguai também?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Havia meninas que trabalhavam no Paraguai.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ninguém acompanhava na casa a atividade dessas meninas? Se estudavam, se iam para a rua, se faziam alguma compra? Não tinham referência nem a família entrava em contato com a senhora para saber? Por exemplo, que a filha estava hospedada no pensionato, como ela estava, do que precisava, estavam saindo das normas da casa? Ninguém procurava?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Algumas procuravam.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – As mães?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem lhe procurou?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quais eram as meninas que trabalhavam no Paraguai?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Havia muitas.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quais, por exemplo? Não precisa lembrar de todas.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Havia a Fabiana, a Elisa, a Sirley.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Todas essas são maiores?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – São, a Sirley hoje é casada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Que bom.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Outra coisa, a senhora falou em armação. Quem fez armação contra a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu não sei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – A senhora tem algum motivo na sua vida para alguém perseguir a senhora, fazer armação para prejudicá-la?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei se tenho, mas acredito que deve ser.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Há alguém com poder na cidade para fazer esse tipo de armação contra a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Acredito que sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Quem são essas pessoas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei quem são.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – A senhora acredita e pronto. É alguém com poder político, poder empresarial?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É, pode ser.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Poder financeiro? A senhora não tem noção?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Só sabe que pode ter?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Isso em conseqüência de alguma desavença com a senhora, algum interesse, por exemplo, empresarial contrariado, já que a senhora era quem levava mercadoria para São Paulo? Algum comerciante da cidade se sentiu prejudicado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não posso responder essa pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Aproveitando a direção que a Deputada Sandra está dando para a inquirição, entre essas personalidades, hoje pela manhã eu e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente desta CPMI, tivemos algumas conversas pela cidade. As outras Deputadas e o Deputado Luiz Couto permaneceram aqui e eu e a Senadora fizemos algumas visitas pela cidade. Soubemos, numa dessas visitas, que a senhora tinha relacionamento com várias pessoas importantes da cidade, ou seja, que tinham, de alguma maneira, influência na cidade. Alguns nomes vieram à tona nessas visitas que fizemos pela manhã. Por exemplo, o nome de um delegado – não sei dizer bem o seu nome –, que me parece que sofreu um acidente ou algo assim. A senhora conhece algum delegado que sofreu um acidente de moto, se não me engano?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Conheci há muitos anos. Faz muito tempo que não a vejo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Que não o vê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O nome dele é Kikushi?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Parece que é, mas faz muito tempo que não...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Muito tempo? A senhora tem certeza? Vou dizer-lhe algo para ajudá-la a não mentir. A nossa Comissão tem o poder de quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal.

Não precisamos pedir autorização ao juiz. Nós mesmos quebramos. Evidentemente, a escuta telefônica deve ser solicitada ao juiz, mas a simples quebra de sigilo da conta telefônica e da conta reversa nos indica que esse delegado tem telefonado para sua casa para saber notícias da senhora enquanto está na cadeia. Por que será que ele telefona para a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu não acredito, porque ele, como delegado, teria acesso ao lugar onde estou.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ele tem visitado a senhora lá? A senhora tem certeza de que não... Não se esqueça...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não que eu tenha visto.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora não o viu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Só se ele esteve por lá, mas não falou comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deixe-me novamente dizer-lhe – por um dever de ofício, até porque a minha formação não permitiria nada diferente – que a senhora pode eventualmente dizer que não quer se incriminar, mas mentir poderá prejudicá-la em seu processo. Está certo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu sei disso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Estou apenas lembrando esse fato. Essa é uma decisão sua. Tivemos a informação – não apenas de uma fonte, pois, como eu disse, obtivemos hoje pela manhã informações de várias fontes – de que a senhora teve uma relação afetiva, em algum momento de sua vida, com esse delegado e de que o relacionamento de vocês – pessoal e já não mais afetivo – permanece. A senhora confirma ou nega a informação?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nunca tivemos um relacionamento afetivo. Fomos amigos há muitos anos e faz muito tempo que não o vejo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Que não o vê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora tem certeza disso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Absoluta.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O que a senhora chama de muito tempo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Há uns três ou quatro anos.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Três ou quatro anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porém, a senhora sabia exatamente do assunto, pois quando a Deputada, antes mesmo de perguntar o nome da pessoa, falou sobre o acidente, sobre a possibilidade de um delegado acidentado, a senhora sabia exatamente de quem se tratava. Esse acidente é mais recente ou é antigo?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Esse acidente não ocorreu no ano passado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Bem de antes eu não o via mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a senhora tem acompanhado essa pessoa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Fiquei sabendo do acidente pelo jornal.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E a senhora ficou muito consternada com o acidente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não teve nenhuma diferença. Para mim, não fez nenhuma diferença.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Mesmo sendo seu amigo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Já fazia muito tempo que eu não tinha contato com ele.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – A gente sofre pelos amigos.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Volto a lembrar-lhe de que a quebra de sigilo telefônico permite a constatação das ligações efetuadas e do número dos telefones. Digo isso apenas para lembrar-lhe a situação. Estou afirmando que alguns telefonemas – segundo informações e depoimentos que recebemos – têm sido feitos para sua casa. Ninguém liga para alguém que não vê há três ou quatro anos para saber como estão os filhos dessa pessoa que está presa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpe-me interrompê-la, Deputada Laura?

A senhora preferiria pensar sobre o assunto e nos responder com mais segurança sobre sua relação com esse delegado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, tivemos um tipo de relação...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse sentido, a Presidente poderia dar-lhe a oportunidade de pensar melhor até com o sentido de a senhora não se prejudicar, declarando o que poderia ser desmentido.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Provavelmente, a senhora será desmentida, sendo mais um fato contra a senhora.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, porque acredito que vocês estão querendo obrigar-me a dizer uma coisa que não é verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não, não estamos querendo nada. Se a senhora está negando, não há problema.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu não tenho por que dizer que não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – D. Arveni, deixe-me explicar-lhe. A senhora não quer dizer, a senhora está dizendo que é mentira. Não há problema. Aliás, eu já disse no começo e repito: o indiciado tem o direito de mentir. Só que isso, no final, lhe prejudica, mas não há problema nenhum. A senhora pode continuar mentindo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora quer (inaudível) ou simplesmente não responder a essa questão?

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Ela negou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora negou.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não tem como ela voltar atrás. Ela negou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deixe-me perguntar-lhe mais algumas questões. Por que a senhora utiliza esse nome de Carol? De onde vem esse codinome?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Desde que nasci.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É mesmo? A senhora nasceu Arveni.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E, em seguida, a sua própria mãe resolveu mudar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sua mãe. É essa a melhor versão. Seu pai?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eles brigavam muito pelo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pergunto-lhe então: por que essas pessoas que ficavam na sua casa e que foram localizadas naquele dia do flagrante todas elas também utilizam outros nomes?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora mesmo disse: "Eu vou dar um exemplo: Fernanda e Joelma".

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É. Joelma Fernanda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas todas as demais?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Creio que é uma opção de escolha, quem quer mudar pode mudar.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Era uma prática de sua casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso é uma prática de sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, da minha não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma prática das relações vinculadas à prostituição. Quero-lhe dizer o seguinte: não temos nada a trabalhar com a opção das mulheres adultas. Se as pessoas querem vivenciar a prostituição ou se já vivenciam inclusive desde muito cedo e são profissionais do sexo têm inclusive o nosso respeito. Não temos nada contra os profissionais do sexo. Ao contrário, temos respeito por pessoas que são profissionais do sexo, desde que essas pessoas não incorram na exploração de crianças e adolescentes. Por isso, pergunto-lhe: essa prática que envolvia adultos e adolescentes na sua casa, que prática é essa da troca de nomes?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Adolescentes? Não era do meu conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é do seu que a senhora tinha cinco adolescentes na sua casa?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Cinco adolescentes?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, elas chegaram à noite.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Naquele dia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É. Chegaram pela manhã. Em seguida, chegou o Conselho Tutelar e eu nem sabia que aquelas pessoas iam vir à minha casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que era que a senhora não sabia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Que aquelas meninas iam chegar à minha casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora nem sabia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sabia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora sabe de que Municípios elas são?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E como elas entraram sem registro na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Pois é. Porque recém-chegaram...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – À noite?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É. E, no dia seguinte, eu nem tive contato com essas pessoas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Elas chegaram pela manhã ou à noite?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Creio que foi à noite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora estava em casa?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Pela manhã.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu acredito que já estava dormindo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Elas entraram e foram dormir?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, elas chegaram e alguém deve tê-las recebido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguém, quem? Foi a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foi a senhora que as recebeu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não foi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as pessoas vão entrando na sua casa e quem quiser chegar lá pode dormir?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode ficar.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora disse aqui para as Deputadas que não tinha conhecimento de prostituição de adolescentes na sua casa. De adultos, a senhora tinha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Quem quiser fazer o que quiser da sua vida eu penso que faz.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Mas na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, lá não faz. Lá foi provado, já viram que não há a menor possibilidade, que há muitas pessoas, muitas camas no mesmo quarto. Não há banheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por esse motivo, então, a senhora pensa que lá não seria possível realmente as pessoas fazerem programas sexuais?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não. Lá é impossível.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a senhora colocou regras que lá não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Que eu coloquei regras que lá não, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não queria que lá existissem programas sexuais?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Se quisessem fazer, que fizessem fora. Ali, não. Dentro... do portão para fora, façam o que quiser. Do portão para dentro...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o seu telefone dessa residência na rua Pedro Inácio, qual era?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – 578 1344.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse telefone é o telefone pelo qual a senhora recebia o chamado de clientes que faziam o agendamento das adolescentes e das mulheres?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, eu não recebia chamada nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a Deputada Laura Carneiro já lhe alertou que nós vamos fazer a revelação da sua conta pregressa.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Esse aí, que se as meninas recebiam elas têm... não tem problema. Elas tinham telefone celular e daí, se...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Só te explicar, D. Arveni, a Deputada Maria do Rosário, que é nossa Relatora, todos os Deputados que estão aqui e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, nós não chegamos à senhora à toa. Obviamente aqui as pessoas não estão perdendo seu tempo. O dinheiro que nós recebemos é público, é da Nação brasileira, então nós estamos trabalhando, e ninguém ia chamar uma pessoa se não tivesse indícios de ocorrência, não tivesse uma denúncia, enfim, se não houvesse casos concretos. Então, eu não diria que tem um depoimento, há vários depoimentos que dizem exatamente o contrário do que a senhora está dizendo.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Pois é, eu acho...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora acha que isso é uma grande armação, é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu acho até estranho de eu ser chamada numa CPI, quando há tantas coisas mais interessantes que eu acho para se resolver do que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é exatamente isso que nós queremos saber da senhora. Nós queremos que a senhora diga, então, nos relate, se a senhora quiser falar depois ou agora, nós gosta-

ríamos que a senhora falasse agora, até em seu próprio benefício, que forças e quem estaria interessado em lhe prejudicar.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, isso eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Concorrentes seus da área dos profissionais do sexo, da exploração sexual, da prostituição?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quem faz exploração sexual aqui em Foz?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Também não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E o que é que tem de mais importante, então, para a gente aqui em Foz investigar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É, eu não sei. Eu sei que na Avenida das Cataratas, tem casas com luzes coloridas, com bebidas, então, por que não lá?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E a senhora sabe do que a gente está fazendo na cidade? Como é que a senhora pode saber se não estamos lá também?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Relatora...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Gostaria de aproveitar a oportunidade.

Na sua residência, a senhora colocou bebida? Tinha bebida na sua casa, na sua residência?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não possui nenhum tipo de bebida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é que cuidava à noite do pensionato? Quem é responsável por esta casa à noite?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – À noite, ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos empregados a senhora tem?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Uma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma funcionária?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que, inclusive, cozinha.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Que cozinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É a mesma funcionária?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas essa funcionária cozinhava durante o dia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou não era necessário servir almoço?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, servia o almoço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Servia o almoço. Tá bom, e durante a noite?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – À noite, ninguém. Se saía...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acho que seria mais fácil a senhora assumir essa questão da prostituição adulta, pelo menos. Porque é absolutamente claro que a senhora trabalha com prostituição.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Se elas saíam, problema delas. Saem e entram a hora que elas quiserem, porque a casa seria...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos programas sexuais eram feitos pelas mulheres...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto a senhora recebia, em média, por noite?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Por noite?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dos programas que elas realizavam?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, nunca recebi de nenhum programa delas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não depositava em banco, então onde é que a senhora guarda o dinheiro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É isso que eu gostaria de saber.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu que estou lhe perguntando.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, vocês fazem quebra de sigilo bancário, essas coisas, então...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não deixa, a senhora não tem conta bancária, pelo menos aqui. não sei se a senhora deposita no Paraguai...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – E teria pelo menos um carro para andar?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se a senhora tem uma conexão internacional.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem uma Van.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Faz seis anos que está estragada, porque eu não tenho dinheiro para consertar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois é, mas eu acho que nós vamos saber que ela rodou bastante por aí.

Deixa eu lhe perguntar uma coisa: a senhora deposita na conta de outra pessoa? A senhora tem outra pessoa? Estou lhe perguntando, até acho que a senhora não vai me responder, mas gostaria que a senhora, pelo menos, tentasse me responder isso. (Pausa)

A senhora só tem essa funcionária, a senhora não vai me responder sobre...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não tenho...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora só tem essa funcionária? Como é o nome dela?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ângela.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A cozinheira?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A profissão dela?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ué, cozinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só esta? (Pausa)

Uma outra pessoa cuidava da casa para a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Que cuidava da casa? Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem que relação com pessoas de Capitão Leônidas Marques? Quem que a senhora conhece nessa cidade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – De Capitão Leônidas Marques? Não conheço ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não conhece ninguém na cidade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas a senhora disse que passou por lá, foi uma das cidades pela qual a senhora morou.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, morei em Santa Lúcia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora disse que passou por...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Quando eu era muito jovem, com quinze, dezesseis anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem parentes lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Capitão Leônidas a senhora tem parentes. Quem é que a senhora tem lá? Tio?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Um tio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um tio. A senhora conhece alguém dessa cidade? A senhora não conhece ninguém nessa cidade? A senhora não admite ter conhecimento de que duas dessas meninas eram dessa cidade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, fiquei sabendo no dia em que elas chegaram e que ocorreu o fato. Nesse dia fiquei sabendo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – No dia em que elas chegaram?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No dia em que elas chegaram ou no dia em que ocorreu o fato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Foi no mesmo dia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, não. A senhora disse antes...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei se chegaram à noite ou no outro dia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas, elas chegaram à noite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, elas ficaram um bom tempo na sua casa.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Fiquei sabendo, na realidade, na delegacia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Agora é a terceira versão do mesmo fato em dois segundos. Nunca vi algo igual. A senhora falou três versões em uma frase. Primeiro, a senhora disse que foi no mesmo dia.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Mas eu não posso...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Depois, a senhora lembrou que tinha dito que era à noite, aí, virou de noite. Depois, quando a senhora viu que tinha feito a besteira de falar de noite e de dia, a senhora resolveu que foi na Delegacia.

Qual das três versões? Vamos lá. Escolha uma.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Foi na delegacia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está bem, então. Versão da delegacia.

Esse Hernandarias é onde mora o seu irmão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, Hernandarias.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Isso. Lá também não é uma zona de prostituição?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Que eu saiba, não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas é, só para lhe informar. Estou lhe informando porque a senhora está me ajudando a me informar.

Diga-me uma coisa: a senhora disse em seu depoimento, e aqui a senhora confirma, que trabalhava na loja de eletrônicos, mas, em contrapartida, todas as pessoas ouvidas dizem o contrário.

A testemunha Joelma conta que era uma casa de programa, que ela inclusive fazia, o motel que era usado. O senhor Claudinei Lopes fala da mesma maneira. O Conselho Tutelar recebeu e apurou a denúncia. A Delegacia fez toda a investigação. As adolescentes – não posso citar os nomes porque são adolescentes – foram ouvidas, fizeram exames, nenhuma era mais virgem. Enfim, isso nesse processo. Dos outros processos consta sempre a mesma acusação. Portanto, de exploração de menores **lato sensu.** Por outro lado, o seu próprio depoimento é absolutamente contraditório, na medida em que a senhora, ao mesmo tempo em que trabalhava o dia inteiro, tomava conta da casa; ao mesmo tempo em que tinha seus quatro filhos em uma casa, tinha também meninas que podiam até fazer programa. Então, não faz muito sentido.

Fico imaginando como é que alguém que tem seus quatro filhos em uma casa e não pratica rufianismo pode ter lá meninas ou mulheres que se prostituam. Queria entender - a senhora pode olhar para mim, por favor? – como é que isso funciona.

Como é que pode? Como é que combina? Onde colocamos os nossos quatro filhos também colocamos meninas que fazem programa porque elas pagam R$100,00?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Por quê? Há alguma diferença?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Claro que há.

Como é que uma pessoa que tem quatro filhos tem coragem de imaginar utilizar menores na prática sexual.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu não utilizava menores.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora não recebia? A senhora nega peremptoriamente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Se eu soubesse, não receberia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora não sabia das menores?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora levou um susto quando viu, à noite?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Na verdade, levei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Levou um susto, porque a senhora é perseguida?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sou.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Perseguida. Alguma vez teve batida policial na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Teve.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E quando foi?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, não me lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Só uma vez, não é?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Sempre tinha.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sempre tinha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Por que tinha batida na sua casa se era um pensionato? A Polícia não tem o que fazer?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Por isso eu gostaria de saber.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Dona Arveni, a senhora não me conhece bem, mas estou extremamente calma. Mas, se existe alguma coisa que não admito, é a senhora imaginar que eu sou burra ou que um de nós aqui é idiota, porque não somos.

Então, vamos diminuir a brincadeirinha, parar com o sarcasmo, porque a senhora está em uma CPI. Eu não quero que a senhora responda também por desacato, porque é mais um crime, e já vai ser muito complicado a senhora se livrar de todos esses aí que a senhora disse, além do descaminho – porque a essa altura já entrou o descaminho, e mais alguns. Então, se a senhora puder ser menos sarcástica, vou tentar respeitá-la. Se não, eu vou perder o respeito pela senhora e acho que não vai dar certo.

Deixe eu lhe perguntar aqui: nunca houve então... Essas batidas policiais eram feitas por que Delegacia de Polícia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Pelo Conselho Tutelar.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ah, as batidas eram do Conselho Tutelar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Por que será que o Conselho Tutelar vivia na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Não vivia.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não? Quantas batidas foram feitas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nessa que eu... Nessa agora, foi feita uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Batidas, uma vez?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É. Uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora disse que foram várias. Agora, foi só uma vez?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Lá foi uma vez. Depois foi a Polícia Federal, foi uma conscientização de... Conscientização.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Conscientização de quê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, de que... Falou com as meninas lá, fez uma reunião com elas, olhou os documentos...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora conhece muitos chineses?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Muitos coreanos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Também. Trabalho no Paraguai e conheço muitos deles.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Muitos libaneses?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Também.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Hoje havia alguns amigos da senhora aqui pela manhã. Eu não acho que eles estejam novamente, mas a senhora tem algum amigo chamado Cazuza? Estava aqui preocupado hoje com a senhora. Esteve aqui pela manhã.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Cazuza?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – É.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – No momento, eu não me lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Esse amigo estava aqui, estava até de terno, gordinho.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – No momento, eu não me lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não se lembra?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (PFL – RJ) – No momento. Pode ser que mais tarde a senhora se lembre?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está certo.

A senhora talvez se lembre, a sua irmã... A senhora disse para a Deputada Maria do Rosário que empresta a casa.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Hum, hum.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ela é uma pessoa muito rica, não é?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não? Ela trabalha em quê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ela não trabalha.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – De onde sai o dinheiro para comprar as casas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ela é casada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sim. E o marido faz o quê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – O marido trabalha no Paraguai.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Em quê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, ele tem... Ele representa uma... uma... Ele tem... Não sei como vou dizer. Ele tem um... Ele representa a Gold Star no Paraguai.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – O que é Gold Star?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, é computador e não sei mais o quê.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – É o quê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É... Que eu sei, é computador, televisão, essas coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas é uma empresa legalizada?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, isso eu não sei. É lá no Paraguai, e isso é problema dele. Eu acho que eu não tenho nada a ver com isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora pode não ter, mas nós temos. Se não for por esta CPI, é pela CPI da Pirataria. Portanto, a mim me interessa duas vezes sempre.

Então, ele tem essa empresa, e por isso eles têm dinheiro, então, para ter tantas casas e...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora tem quatro filhos? É isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – De que idade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem onze, dez, oito e três.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Três, oito, dez e onze?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Hum, hum.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E onde essas crianças estão? Quem cuida delas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Estão na minha casa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quem cuida delas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Está com a minha secretária.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Com a sua secretária.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Com a Ângela e com a minha mãe.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quem é a sua secretária?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – A Ângela, que sempre cuidou deles desde que nasceram.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A sua secretária não é a Joelma?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, é a Ângela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só para compreender esse seu relacionamento com as suas funcionárias ali. Por que motivo a senhora acha que a Fernanda faz um depoimento contra a senhora: Ela era responsável por receber esse pagamento das outras adolescentes, das outras moças?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora conferiu a ela alguma responsabilidade ou teve alguma discussão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ela é uma pessoa da sua confiança?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o que aconteceu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela era responsável por recolher o dinheiro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não sei. .. das adolescentes? (Pausa)

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não sei. Quem era responsável por recolher o dinheiro? Por pegar a contribuição?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu já disse, se elas faziam programa era problema delas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não sei. Sim, mas estou lhe perguntando outra coisa, eu entendi a senhora me dizer isso. Mas sobre a contribuição?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não tinha contribuição.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) –Não tinha R$100,00?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhuma contribuição?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora então nega que elas contribuíssem com qualquer recurso? Ninguém recolhia esse recurso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No dia em que a senhora, em que as adolescentes foram encontradas na sua casa a senhora estabeleceu com elas a tentativa de passar essa versão do pensionato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, ia conversar com elas no dia seguinte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora falou com todas e combinou que iam dizer que era um pensionato? Vocês fizeram essa combinação?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não tínhamos chegado a fazer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E por que motivo as pessoas que trabalham com a senhora fizeram um depoimento diferente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aliás, a senhora disse que não sabe, mas hoje, quando estive lá naquela sala a senhora falou exatamente o quê para a Fernanda? (Pausa)

O que a senhora falou para ela sobre o depoimento dela aqui? A senhora pediu alguma coisa a ela?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, conversei tantas coisas com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui, naquele pouco espaço? Cheguei tarde, então?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, conversamos pouquíssima coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mais ou menos, o que foi essa pouquíssima? A senhora perguntou como é que ela estava, se estava sol lá fora? Qual foi a conversa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Perguntei como é que estavam as minhas crianças. Isso foi o que me lembro de ter perguntado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Agora deixe-me ler um trechinho aqui do que a Ângela – a Ângela é sua cozinheira, que a senhora disse que cuida dos seus filhos, por quem a senhora tem respeito, cuida dos seus filhos desde criança, olha aqui um trechinho que resume tudo, ela diz assim, o depoimento dela – se ela quiser eu dou uma cópia: que quase todos os dias aparecem homens para conversar com Carol e escolher as meninas para fazerem programas, as quais ficam de pé em uma sala aguardando serem escolhidas pelos clientes, os quais, após escolherem a menina, saem da casa e vão para os motéis.

Isso é Dª Ângela, que cuida dos seus filhos, que trabalha com a senhora há 12 anos e quem, portanto, a senhora respeita. A senhora poderia nos explicar isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, não sei por que falou isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ela inventou?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Existem vários depoimentos como esse, portanto, estamos lhe dando essa oportunidade,

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Estamos tentando ver se a senhora coopera.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é uma pessoa em que a senhora confia? A senhora confia seus filhos a ela! Como é que nós... Se a senhora confia seus filhos a ela, como é que nós vamos não confiar no que ela está dizendo sobre a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei por que ela está dizendo isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora acha que ela é digna de confiança; a senhora entrega os seus filhos para ela?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Acho que sim. Talvez já não seja mais, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que motivo nós não vamos confiar no que ela está dizendo?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas o seu advogado não lhe disse desse depoimento?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então a senhora, desculpa, mas é melhor procurar outro advogado. É o mínimo. O seu advogado não lhe disse nem quem está depondo contra a senhora...

A SRA. (aparteante não identificada) – Srª Presidente, (inaudível).

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não. A senhora pode primeiro conversar comigo; depois a senhora pode ir a ela, por favor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Posso perguntar mais uma questão?

A senhora conhece um taxista de nome Edmar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Oi?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Taxista. Trabalha com táxi.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – João Edmar?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode ser.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E Ademar?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Srª Deputada, a advogada me pede um segundo para orientar sua cliente.

(Pausa.)

(Ao fundo, conversa praticamente inaudível entre a advogada e A SRA. Arveni de Vargas.)

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Vamos retomar às atividades. Retomamos os depoimentos.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Eu gostaria de perguntar: a senhora não tem renda fixa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, fixa, não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – A senhora falou que era funcionária de uma empresa, a Lai-Lai Center.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É. Não é empresa, é um **shopping**.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Mas não tem renda fixa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – A senhora nunca entrou com nenhuma ação contra essa empresa, na condição de trabalhadora explorada, sem carteira?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, porque é de parente.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – É de parente seu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Então, a senhora vive sem renda fixa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Somente com esses R$100,00 de cada pessoa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não só com esses, porque eu também trabalho.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Quem é Dona Maria Siqueira?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Maria Siqueira? Minha tia.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Ela é a proprietária do telefone?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Hum, hum.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Sim.

Qual a relação dela com a Secretaria de Segurança Pública do Estado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Porque tem algumas ligações para a Secretaria nesse telefone.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Para a Secretaria do Estado?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Da residência de onde a senhora mora. A casa é da irmã e o telefone é da tia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – A senhora não sabe qual é a relação?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Volto a insistir e penso que a Deputada Laura Carneiro fez uma pergunta semelhante: a senhora tem filhos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – A senhora não se preocupa com a origem dessas pessoas que vão e moram na sua casa, sem a senhora saber quem são?

Eu sou mãe, assim como a senhora também o é. Eu me preocupo com quem os meus filhos estão, quem vai à minha casa, quem tem contato com o meus filhos.

A senhora não tem essa preocupação?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu responderei em juízo.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Tendo em vista que a Deputada Sandra Rosado não tem mais perguntas, passo, então, a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Srª Arveni de Vargas, conhecida por Carol, a senhora nasceu no Município de Realeza?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E morou lá até que idade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS – Eu não me lembro.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Mas veio para Foz do Iguaçu em que ano?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu vim para cá quando tinha 22 anos, por aí.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – A senhora saiu de lá e veio para cá, ou residiu em outros locais também?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, eu residi em Cascavel.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E de Cascavel, a senhora saiu com...a senhora começou a trabalhar com quantos anos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu saí de Santa Lúcia com 16 ou 17 anos. Não me recordo.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Com 16. Aí a senhora foi para Cascavel. A senhora trabalhou lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Trabalhei.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Em quê?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Como empregada doméstica.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Depois de Cascavel, aí veio...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Vim para Foz.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E aqui a senhora começou a trabalhar...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Aqui, no Paraguai...

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E começou a trabalhar como empregada, ou...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Aí já fui trabalhar em uma loja.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Sim. Mas com carteira assinada ou não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E aqui, a senhora veio morar no local onde mora hoje?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E onde morou aqui?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Aqui, eu morei na Avenida dos Imigrantes, na Vila Holanda. Foi a minha primeira residência.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E depois foi morar onde?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Fui para Beverly. Lá residi uns sete anos.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Daí a senhora foi...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Daí eu mudei para esse lugar que resido hoje.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – A senhora mudou para esse local. E a senhora foi para esse local. A senhora conseguiu comprar essa casa onde está morando? Comprou o terreno, a casa? Como foi?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu comprei o terreno, mas não consegui pagar. Daí, a minha irmã construiu a casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – A sua irmã já morava aqui?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Já.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – A senhora freqüentou a escola e fez até o 2º Grau?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E como profissão, nunca teve um registro em sua carteira de trabalho?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Acho que não.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Nunca teve trabalho com carteira assinada?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não me lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Em nenhum local?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Nunca pagou também contribuição previdenciária?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Também nunca recebeu do patrão 13º salário?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso eu sempre recebi .

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Como, se não tem carteira assinada?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, fala-se: "vamos fazer um acerto".

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – A senhora assina os recibos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Qual a loja em que a senhora...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Casa Rose.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – No Paraguai?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – É importante solicitar, de fato, dessa casa a identificação para sabermos dessa relação, já que há uma assinatura, e, é claro, ninguém paga sem que haja uma assinatura.

Então, a senhora já foi empregada doméstica. Depois só trabalhou na loja e montou um pensionato. Não foi isso o que a senhora falou?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E esse pensionato é registrado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E como a senhora mantém um pensionato sem qualquer registro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Se eu for registrar, daí...

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – O que acontece?

A senhora sabe que a Delegacia Regional do Trabalho também pode processá-la por atividade ilegal? Ou seja, a senhora está exercendo uma atividade que não está registrada.

A senhora também não pediu alvará da Prefeitura para funcionar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Ia pedir agora, este ano.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Então, seu pensionato, mesmo que fosse, estaria de forma irregular.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – A senhora concorda que estaria e que a senhora iria pedir o alvará de funcionamento.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ia, quando eu acabasse a casa agora.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Certo. Mas veja o seguinte: a senhora disse "acabar a casa". Como é que a senhora investe numa casa que não é da senhora – é da sua irmã?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Mas ela iria acabar, queria que eu legalizasse tudo certinho.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Sim, mas a senhora está investindo para a casa da sua irmã.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não eu investindo; ela iria acabar.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Não, mas a senhora disse: "eu estava acabando agora, quer dizer, ajudando a gravar..."

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não foi isso que eu disse.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Está gravado. Depois a gente pode até... A senhora disse que foi a sua irmã, mas a senhora falou lá que era a senhora que estava acabando. A van, que a senhora diz que funcionava, era de quem?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É do meu cunhado. É do meu irmão, mas está em nome do meu cunhado.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Pois é. Mas a senhora, depois, quando reclamou aqui, disse: "olha, eu não tenho nem condição de ajeitar a minha van".

Como é que é isso agora? Quero que a senhora explique se a van é da senhora, do seu cunhado ou do seu irmão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, é do meu irmão. Está no nome do meu cunhado, meu cunhado é paraguaio, é um carro com placa paraguaia, então, é um carro difícil de achar peça, e não temos dinheiro para arrumar ele.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Certo. Quer dizer que carro aqui, quando o pessoal quer se livrar, bota com a placa do Paraguai.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei se bota do Paraguai.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Mas o carro não foi comprado aqui?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, é carro paraguaio.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deputado, só um aparte sobre o carro.

Só queria entender uma coisa: se o carro é de seu cunhado, por que está no nome do seu irmão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, é do irmão e está no nome do meu cunhado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ou o contrário. A senhora já me confundiu. É o tal de em nome de um em nome do outro. Por que ele simplesmente não põe no nome dele?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É porque o meu irmão é brasileiro e não pode ter carro paraguaio no nome dele.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A não ser que pagando imposto; pagando imposto pode.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, aí ele se torna um carro brasileiro. E, como ele era funcionário do meu cunhado, meu cunhado comprou o carro para ele.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não, poder pode; senão é "laranja", em outras palavras. Poder não, deve. Se o carro é dele, o dinheiro que comprou o carro é dele, tem que ser registrado no nome dele e pago o imposto, porque o carro era paraguaio e chegou no Brasil. Senão, é outro crime, agora contra seu cunhado.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Esse é o correto, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Se a senhora contasse toda a verdade, era menos crime. Cada vez que a senhora mente a senhora conta um crime. Como a senhora não conhece a lei, cada vez que a senhora mente está imputando um crime a outro.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – A senhora não está obrigada, Dona Carol, a responder nada que possa prejudicá-la. Mas é importante que a senhora diga "este aqui sim, não, me reservo...". Então, é importante que a verdade seja esclarecida, porque ela pode até doer, mas ela vai nos libertar e nos tirar de uma série de questões.

Então, a senhora mora nessa casa com sua irmã. E quem mora com a senhora nessa casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, minha irmã não mora nessa casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Quer dizer, ela deu para a senhora morar.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E o telefone é de quem?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É da minha tia.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – E o celular é de quem?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Que celular?

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Tem um celular, que a senhora diz que tem um celular. Quando a se-

nhora prestou depoimento, a senhora colocou "9106-2144". Esse celular é da senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Esse é meu.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Pronto. Então, pelo menos tem alguma coisa que é da senhora, que é o seu celular.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas está no seu nome também?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Esse é aqueles pré-pagos

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ah, não há nem dúvida.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Acredito que não esteja também.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Pois é. Nesse caso, D. Carol, a casa em que a senhora mora tem quantos cômodos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem três quartos na parte de baixo, tem duas salas, um banheiro e na parte de cima tem dois quartos, uma lavanderia e um salão aberto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E qual foi o número maior, que a senhora disse que é uma pousada...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Pensionato.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual foi o número maior de pessoas que a senhora teve na sua pensão, qual foi o maior número de pessoas que a senhora recebeu na sua pensão.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O maior número, mas teve alguma vez que a senhora tinha dez pessoas em casa...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Por aí, dez, doze...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Doze? Doze foi o número máximo que a senhora teve?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E para que tinha cama para dezoito?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, pode ter quantas camas quiser, mas não é o fato de estar com dezoito pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora imagina um quarto com quatro beliches! Ou a senhora coleciona beliche ou é porque vai ser utilizado!

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Era para ser utilizado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, o objetivo era ter dezoito pessoas?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, nessa casa, ela tem uma parte térrea e tem uma construção... Essa construção em cima é o lugar onde a senhora mora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E embaixo, quem é que...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É a mesma casa...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mesma casa. Mas, essas pessoas que segundo a senhora funciona como pensão, como elas chegavam a casa, como elas buscavam essa pensão? Tinha alguma propaganda? Algum anúncio no rádio, informando que tem pensão, que procura? Como é que era?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, sempre alguém informa. Nunca teve propaganda.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, por exemplo, tinha gente que veio lá de Capitão Leônidas Marques, não é isso? Como é que esse pessoal foi tomar conhecimento de que lá no bairro onde a senhora mora tinha uma pensão que recebia moças para ficar lá?

Como se deu isso aí? A senhora poderia explicar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Responderei em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só em juízo, está bem, a senhora não quer responder...

O seu estado civil qual é?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Solteira.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Solteira. A senhora tem filhos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – São quantos filhos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Quatro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – São do mesmo companheiro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Companheiros diferentes?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, hã!

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De dois, ou como foi? São quatro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Quatro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é que foi?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Três pais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Três pais?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Tem alguma relação com esses parceiros ou companheiros em termos de contribuir em alguma coisa para a criação dos filhos, ou não tem nenhuma relação mais?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem. Um tem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem? Só um?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Só um.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E ele fornece quanto por mês para...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem mês que dá 250, tem mês que dá duzentos...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Um minutinho só, Deputado, eu gostaria apenas de registrar e agradecer a presença dos Srs. Vereadores Chico Brasileiro, Nilton de Nadai, Cleusa das Neves, Eliseu Ferreira, e do Secretário de Turismo Neuso Rafagnin.

Obrigada em nome de todos os Deputados da CPMI.

Continue, Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A sua renda mensal dependia do trabalho que a senhora faz, das ajudas que a senhora tem agora com relação a um parceiro, companheiro da senhora, e também do que a senhora disse que as pessoas que estavam no pensionato pagavam. Qual era a renda média mensal que a senhora tinha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não tinha renda fixa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mais ou menos, quanto saía por mês, numa média? (Pausa.) A senhora não sabe ou não quer dizer?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não vou responder.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pronto, a senhora não quer responder.

A senhora tem conta bancária?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca abriu conta bancária?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca teve caderneta de poupança?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Uma vez, muitos anos atrás.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi em que banco?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Bradesco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Bradesco.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Posso fazer uma pergunta?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Explica para mim uma coisa: a senhora disse que a Fernanda cuidava das mensalidades, do pagamento das meninas. É isso? (Pausa.) Ela recebia os R$100 por mês ou era a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu não disse isso. Eu não respondi isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, desculpe, pode ser erro meu. É muita informação para um dia só.

Quem recebia, então, o pagamento das meninas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei. Não é do meu conhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – No pensionato. As meninas pagavam R$100 por mês. A senhora não falou?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – No pensionato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E elas entregavam esse dinheiro a quem?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Às vezes era para mim, às vezes era para a Fernanda.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Às vezes era para a Fernanda. E quando era para a Fernanda, a Fernanda prestava contas direitinho para a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então a senhora confia na Fernanda?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ela trabalhava há muito tempo com a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quanto tempo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não lembro. Uns seis, sete meses, por aí.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas a senhora confiava nela para deixar a casa, os filhos e ainda, eventualmente, a aceitação de uma pessoa ou outra na casa, é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ela, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nela, a senhora confiava. Nela e na Ângela?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está certo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora recebia, dessas pensionistas em cheque ou em dinheiro mesmo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Dinheiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nunca recebeu cheque?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há algum imóvel em seu nome?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Nenhum?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nenhum.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora disse que esse apelido, Carol, vem desde o nascimento.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, desde criança.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No caso, é um apelido familiar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Peço licença ao Deputado para fazer uma pergunta à senhora: no dia em que houve a apreensão das meninas, eram quatro que estavam na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me lembro mais.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Essas meninas estão desaparecidas. Onde elas estão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei. Estou presa, não sei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Sim, mas a senhora tem contato com o mundo exterior.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Por telefone, a senhora tem contato com algumas pessoas.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Nenhum?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nenhum.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Mesmo tendo sido acompanhada, tendo havido quebra de sigilo telefônico e tudo, a senhora reafirma que não tem contato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não tenho.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Não sabe onde essas meninas estão?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Nem de onde elas são?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. E onde elas são, hoje eu já sei.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – A senhora sabe?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Que são do sertão...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Porque a senhora disse que não sabia, que elas iam chegando e iam ficando.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, fiquei sabendo naquele dia, na delegacia.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Obrigada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, ao chegarem essas pessoas, a senhora procurava saber de onde era, porque elas tinham que apresentar a documentação para saber se eram maiores, uma vez que a senhora diz que só recebia maiores. Não era isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E como a senhora diz que não sabia na hora de onde elas vinham? (Pausa.) A senhora pegava a documentação e sabia de onde elas vinham. Agora, a senhora diz que só depois que foi feita a prisão é que a senhora soube. Como a senhora explica isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É que não havia dado tempo, porque elas tinham chegado à noite, e, no outro dia, sete e meia da manhã, já acordamos...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas não fica estranho, Dona Carol, que uma pessoa chegue à sua

casa e a senhora nem a identifique, não saiba quem é, como é, algumas chegam até com filho pequeno, são mães? É preocupante isso. Pergunto: a senhora tem conhecimento da denúncia que foi feita na última vez que foi presa? O seu advogado informou à senhora por que foi presa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E por que foi?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me recordo como se diz.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Diga com suas palavras o que entendeu. Ele explicou para a senhora o que era rufianismo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Parece que foi isso que ele me falou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Explicou o que era?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não disse para a senhora o que era?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E se fosse um palavrão? Rufianismo é a pessoa explorar alguém para tirar proveito econômico; viver da exploração sexual, seja de adolescente, seja da prostituição adulta. Corrupção de menor, a senhora sabe o que é? A senhora está sendo acusada de corrupção de menor. Quando for se defender, o que dirá? Perguntarão: o que é isso? O seu advogado não explicou para a senhora o que é corrupção de menor?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Acredito que ele vai ter tempo de me explicar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vai ter? Já teve bastante tempo. A senhora já foi ouvida. Pergunto: a casa onde funciona esse empreendimento situa-se na rua Pedro Inácio Brecuti com a avenida Jules Rimet. É isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Fica no bairro Jardim Itália?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Esse bairro é muito populoso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. É um bairro novo, com poucos moradores.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem poucos moradores. Trata-se de um loteamento?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É um loteamento.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por acaso, a senhora conhece uma pessoa de nome Pedro Machado Leite?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – No dia da prisão, quem a levou para a delegacia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei o nome das pessoas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabe. A senhora conhece a Fernanda?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como a Fernanda chegou à sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me recordo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não se recorda, mas deu a ela uma atribuição, como a senhora disse. Qual era a atribuição dela na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Responderei em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Responderá em juízo. A senhora disse que tomou conhecimento, no dia da prisão, que aquelas adolescentes apreendidas naquele dia, só depois, de que eram do Município de Capitão Leônidas Marques. As pessoas que moraram na sua casa de que outros Municípios eram, na casa onde funcionava o seu empreendimento?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – De Cascavel, Pato Branco, Tabajara.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Havia alguém de Maringá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me recordo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De Cianorte havia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – De Cianorte também não me lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E lá do Paraguai também tinha gente do Paraguai que morava lá no seu empreendimento?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Também não me lembro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não se lembra não? E conhece uma pessoa de apelido, assim, Thaís?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Thaís, sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conhece?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Como é nome da Thaís?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me recordo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Thaís também morou na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Thaís morou na minha casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sua casa?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Era Liliana Asper? Thaís é Liliana?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me lembro, mas acredito que sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E essa Thaís, a senhora sabe onde ela hoje está?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ela morou na sua casa quanto tempo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ela morou... ela morou uma época, depois ela casou-se, foi embora e depois...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ela casou-se?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É, depois separou. Casou-se não, amigou-se e depois voltou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas depois voltou para sua casa depois que separou?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É, depois ela voltou. Daí, depois eu...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabe onde está?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei mais nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas conhece Thaís?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Conhece Fabiana?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Fabiana... conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – É a Thaís ou não? É outra? Quem é a Fabiana?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – A Fabiana é hoje uma menina casada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sim, mas a senhora conhece, é parenta da senhora, alguma coisa assim?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Fabiana... não, não é parente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora tem alguma sobrinha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Qual o nome?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Janice...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Janice?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não tem nenhuma sobrinha de nome Fabiana?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Você sabe o que a Thaís disse? O depoimento da Thaís, a senhora conhece? A senhora conhece?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A Thaís é a Liliana, né?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não tenho certeza se é ela.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas a Liliana morou na sua casa? Hoje ela está já mais velha, tem 23 anos. E ela diz aqui, a mesma coisa que a sua cozinheira: que fez alguns programas na casa, que ela conta a história dela e depois, diz: que quando chega um cliente na casa da Carol, esta chama todas as meninas, inclusive as menores de idade, não sabendo os nomes, pois tem pouco contato com as menores. E ficam todas de pé para que os clientes possam escolher, para fazer os programas. Em seguida, as mesmas vão para os quartos, aguardando Carol para dizer qual delas foi escolhida, porque na casa de Carol nunca é feito os programas, e sim os clientes aparecem, escolhem as meninas e as levam para os motéis.

É exatamente, em outras palavras, o mesmo depoimento prestado pela sua cozinheira. A senhora diria que também a Liliana está mentindo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Responderei em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Certo. E nesse mesmo depoimento da Liliana, ela fala no senhor Agostinho, um chinês, de nome Agostinho. A senhora conhece?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Chinês com nome de Agostinho? Difícil. Primeiro que...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Difícil não, porque aqui todo mundo tem codinome. Então, não é difícil por isso. Provavelmente o nome dele de batismo não é Agostinho, senão não era chinês, mas, como todos aqui têm codinome, o codinome dele é Agostinho. A senhora não conhece?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não me recordo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Mas diz que ele parou na frente de sua casa, chamou a senhora, e a senhora foi verificar, e Agostinho chamou duas meninas. E um outro depoimento diz também a mesma coisa. Esse Agostinho, diz, que é um chinês importante lá do Paraguai, só gosta de meninas. A senhora não conhece Agostinho?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quem a senhora conhece na cidade, só por curiosidade? Além da sua...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Você diz de gente importante?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sim.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ninguém.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ninguém.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – De gente sem importância? Porque, para mim, todas as pessoas são importantes.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Para mim também, mas acho que a sua pergunta não foi essa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não. Só perguntei quem era Agostinho.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Já falei que sou uma pessoa que não convivo muito na sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora não convive muito. Mas a senhora tem um bom relacionamento, conhece muita gente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não. A senhora mora na cidade há quanto tempo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Há uns dez anos, onze anos, por aí.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – É. A senhora disse antes, mas dez, doze, está bom. E nesse tempo todo não deu para fazer relacionamento?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sou muito de sair de casa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora sai o dia inteiro.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Mas a trabalho, e não pra...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não para passear?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não para passear.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nem dá tempo, mas, enfim, a senhora chega de noite, cansada. Com certeza, não dá tempo para isso.

Deputado Luiz Couto, eu mesma vou policiar aqui. Às vezes, o ímpeto é maior do que a responsabilidade, mas são cinco para as dez, nós ainda temos de ouvir um preso e mais uma testemunha que chegou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. É que essas questões vão surgindo, e, no momento em que há uma intervenção, a gente perde...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sei, V. Exª tem razão. É apenas para lembrar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu pergunto o seguinte: a senhora conhece ou conheceu alguém pelo nome Silvana Farias de Paula?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Com esse nome, não me recordo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Silvana Farias de Paula era irmã de uma outra. Essa era maior, e a outra usava na sua casa esse documento. A senhora disse que conhece a Fernanda e que Fernanda morou lá no seu estabelecimento e era ela que recebia o dinheiro das que moravam na sua casa. Não foi isso que a senhora disse?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Às vezes, ela e, às vezes...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E, às vezes, a senhora.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O telefone 578-1344 é de onde?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É da minha residência.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É da sua residência?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E que está em nome de...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Maria Siqueira.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Maria Siqueira. Não houve uma pessoa que veio da cidade de Maringá e que foi morar na casa da senhora não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Olha, eu não me lembro de todos os lugares das pessoas que vão morar na minha casa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E Elisa? Elisa morou na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me recordo do nome de todas elas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Elisa, que depois foi para a Argentina.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me recordo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não recorda?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Uma coisa que... Quem é Sueli Vargas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Minha prima.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sua prima. E no dia que a senhora foi presa e conduzida à delegacia, estava presente o seu advogado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era quem o seu advogado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Era o César.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – César Edward Abath, é isso mesmo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É esse mesmo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E hoje o seu advogado não está presente.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há alguma explicação para isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu acredito que, pelo menos onde eu estava, não deixaram eu ter contato com ninguém. Eu queria ligar para eles...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E não deixaram a senhora ligar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Lá não. Daí, depois que cheguei aqui, tentei várias vezes...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Lá onde a senhora está presa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não permitiram que a senhora ligasse?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando a senhora chegou aqui, a senhora tentou entrar em contato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tentamos várias vezes.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Desde cedo a senhora tentou e não conseguiu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, desde do horário que eu cheguei aqui, 2 horas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, no caso, desde que chegou aqui, a senhora tentou, com seu advogado, e não conseguiu localizá-lo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Devo ter tentado umas dez vezes. Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Veja o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Só para registrar que tem 8 horas isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Oito horas. A senhora disse, interrogada, que as meninas que residem em sua casa pagam uma pensão de R$100 por mês, sendo que lá somente dormem. É isso mesmo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, em outro momento, a senhora disse que elas pagam também pela comida e pela...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, pela comida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como é, elas só dormem na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, elas dormem e comem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está aqui, no seu depoimento, que pagam R$100 para só dormir. Porque elas saem...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim. Tem umas que saem, que trabalham fora, é verdade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim, mas aí, em outro momento, a senhora disse que elas pagam também pela comida e também pelo banho.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, sim, mensal.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem fazia a feira era a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim, mas normalmente elas saíam de manhã.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Saíam de manhã, mas quando chegam, de noite, precisam tomar café e tudo o mais, não é?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Elas tinham a chave de casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tinham.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Tinham. Podiam chegar à hora que fosse?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Podiam chegar às 2, 3, 4, 5, 6, 7 horas da manhã?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A qualquer hora elas podiam chegar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – A qualquer hora.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não constava das normas que o horário máximo era às 4 horas da manhã?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, veja o seguinte: como é que uma pessoa que está na sua casa como pensionista – pensionista paga por mês –, e tinha gente que pegava mercadoria lá do Paraguai e ia vender em São Paulo? Há alguém, na sua casa, que fazia isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu que fazia isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora era quem fazia isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim. Mas eu não pegava e ia vender em São Paulo. Eu pegava e entregava em São Paulo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Entregava em São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora pegava a mercadoria e a entregava em São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com nota, com tudo, ou sem nota?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Com nota.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Com nota?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora entregava a quem, lá em São Paulo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu responderei em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em juízo. Mas era da loja onde a senhora trabalha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Da loja onde trabalha. A senhora diz que trabalha como empregada no Paraguai, certo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Há um depoimento que menciona que a senhora é sócia da loja. Como é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim. Era sócia, mas, depois, não fui mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a senhora é uma pessoa que não tem bens, que não tem imóvel, uma pessoa cujo dinheiro é só para manter a casa, porque R$100 é para a feira e tudo o mais. A senhora é sócia de uma loja de eletrônicos no Paraguai e não tem nenhum bem em seu nome? Como a senhora explica isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu responderei em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Existe essa informação de que a Srª. Carol é sócia de uma loja de eletrônicos no local onde trabalha, no Paraguai.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ela a firma, ela mesma disse.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, mas ela disse que era empregada, agora já é sócia, e que vai responder em juízo.

A senhora diz o seguinte: que não quer saber da vida das pessoas; depois da porta da sua casa elas fazem o que quiserem. É isso mesmo? Foi isso que a senhora afirmou?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E a senhora aceitaria na sua casa pessoas que ficariam se prostituindo, para morar na casa onde há crianças?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu responderei em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em juízo.

Qual é a sua profissão atual?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu responderei em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Em juízo.

A senhora já respondeu no auto de qualificação. A senhora disse que era comerciante e disse também que não foi processada. Como não foi processada se a senhora estava sob fiança quando, depois, teve o problema?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu responderei em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só em juízo. Pois é.

Sua situação econômica como comerciante, trabalhadora de uma loja de eletrodomésticos, que o Paraguai vende muito, é mais ou menos de quê? De classe média? Qual é a sua média? Dá para viver bem, ou como é?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu responderei em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A senhora já respondeu, dizendo que a sua situação econômica era baixa, ou seja, é uma pessoa que não tinha condições econômicas, embora seja sócia de uma loja de eletrodomésticos.

Eu vou concluir, mas antes há algumas questões. A senhora conhece uma pessoa de nome Edmar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Edmar?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vamos ver se a senhora se lembra. Ele tem um táxi.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Conheceu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o que acontecia? A senhora contratava o táxi dele? Como era?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não houve nenhum momento em que a senhora andou no táxi dele ou pediu para ele fazer uma viagem, ou não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Eu pedi várias vezes para ele fazer alguma viagem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Mas era viagem para quê? Para levar as meninas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Nem era eu mesma quem pedia, eram elas que pediam.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Elas que pediam?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Elas. Não era nem eu.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Elas que pediam, lá da casa onde a senhora morava, usando o telefone?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Não usando o meu telefone. De certo usavam o telefone delas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Delas?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora conhecia ele fisicamente?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Porque ele ia lá sempre.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Buscá–las.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, buscá–las não. Ele ia lá sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E onde é que encontramos ele?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Em Assunção.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ele está morado em Assunção agora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Faz muito tempo. Sempre morou lá.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ele sempre morou em Assunção?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim. De vez em quando ele vinha passear para cá.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ele vinha passear e era taxista aqui? Como é que pode um negócio desses? Ele vinha passear para ser taxista aqui, morando em Assunção?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Olha bem o que a senhora construiu? Pelo menos constrói uma história verossímil, porque essa nem verossímil é. Ele era taxista aqui...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu também não sabia que era taxista.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Bem, a senhora acabou de dizer que as meninas ligavam chamando ele de táxi.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Mas isso era quando ele estava ali.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então,ele não morava em Assunção, é isso?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Mas não vem passear pra cá?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sim, passear é uma coisa, e ser motorista de táxi é outra. Tem problema ser motorista de táxi...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Se era taxista eu não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Eu queria entender. Tente explicar, por favor.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu responderei em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está certo. Aí melhorou.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que era em um táxi que ele vinha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Eu responderei em juízo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está bom. A senhora disse que eram as meninas que faziam o contato com ele. Mas, era um táxi?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não era táxi. Era um carro particular dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Um carro particular. Era carro daqui ou do Paraguai?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Do Paraguai.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Do Paraguai. Srª Presidenta – está subindo aqui a figura majestática –, primeiro, é importante verificar que constatamos que A SRA. Carol responde de forma genérica, quando responde, e quando percebe que caiu numa contradição ela fala que vai responder em juízo, mas já respondeu. E aquilo que é dito aqui é registrado. E ela não procurou dizer: não falei isso, significando que assumiu várias perguntas, várias respostas, que aqui foram feitas. Em segundo lugar, espero que o Detran daqui possa ter um controle maior de carros do Paraguai que ficam aqui fazendo serviços proibidos por lei, ou seja, se existem táxis aqui de Foz do Iguaçu, é ilegal que carros do Paraguai estejam funcionando aqui, levando pessoas, inclusive em vans, também em táxi ou mesmo carro particular, servindo para levar pessoas, ou seja, tirando proveito econômico disso aqui. Eu tinha conhecimento de que muitos carros brasileiros eram roubados e levados para o Paraguai. Agora, não sabia que os carros voltavam para fazer serviço aqui no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Antes de encerrar o depoimento da SRA. Arveni, queria fazer três perguntas rápidas e simples. A senhora conhece alguém de nome Jorge da Silva?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Jorge da Silva?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Sim. Conhece no sentido de já ter falado com ele. Conhecer acho que a cidade inteira conhece. Mas, a senhora já falou com ele?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Conhece e já chegou a conversar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Que tipo de relacionamento a senhora teve ou tem com essa pessoa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ele apenas era diretor do cadeião onde fiquei presa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Ah, ele era diretor do cadeião onde a senhora ficou presa, onde a senhora está presa agora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora está presa agora no cadeião?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E ele ainda é o diretor de lá?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Hoje não é mais.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Hoje ele não é mais. Mas a senhora já esteve presa outra vez?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Já.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Quando foi que a senhora esteve presa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Há uns dois meses atrás.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – No processo em que a senhora conseguiu liberdade condicional, que é do flagrante. Aí o Ministério Público recorreu.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – E neste período de dois meses...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nesse período eu conheci ele.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Conheceu ele neste período. E a senhora conhece algum político da cidade, em especial?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nenhum?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nenhum deles, no cruzamento do cadastro de telefones,

não vou chegar a nenhum nome de nenhum político da cidade? A Senhora tem certeza?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está certo. A senhora, claro, já ouviu falar, todos já ouviram falar, até nós, mas a senhora já manteve algum contato telefônico com o Sr. Dobrandino?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nunca?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora não prefere responder essa questão em juízo?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está certo. Nunca manteve nenhum telefonema?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Nem do celular de nenhuma das meninas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está bom.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Alguma pergunta?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Srª Presidente, sobre a cidade de Capitão Leônidas Marques. Quantas vezes a senhora já esteve na cidade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Várias vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Recentemente a senhora esteve na cidade? Qual foi a última em que vez a senhora esteve na cidade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – A última vez faz mais ou menos uns dois anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uns dois anos. Sim.

E quem a senhora conhece – eu já lhe perguntei, mas eu gostaria de saber –, quem a senhora tem, alguma pessoa em especial, que já morou com a senhora e que está morando nessa cidade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Que está morando nessa cidade, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que já esteve na sua casa, que tenha, porventura, convidado as demais a irem para a sua casa.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, tem. Mulher, você disse?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode ser mulher ou homem.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é que a senhora poderia me dizer que...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sirley

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sirley essa pessoa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sirley Ribeiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora sabe o endereço dessa pessoa? O bairro?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – O bairro é Avenida Jules Rimet, mas o número não vou-me recordar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o mesmo nome de rua ou de avenida que a senhora tem aqui?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É o mesmo; ela mora para cima lá de casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma coincidência somente? A senhora não se enganou, é o mesmo nome mesmo...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É o mesmo nome.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... da rua que a senhora...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Tem uma vidraçaria, não me recordo o nome também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa pessoa morou na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Morou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma pessoa de nome Carla que morou na sua casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também está nessa...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Está no Paraguai hoje.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No Paraguai. Em que cidade?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Cidade Del Este.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E é uma pessoa natural dessa cidade, Capitão...

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, de Capitão, que mora aqui, acho que não tem nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Lá, Carla, a senhora não tem ninguém?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero-lhe perguntar também se a senhora conhece a Avenida Iguaçu lá em Capitão Leônidas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Avenida Iguaçu?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ah, não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não conhece? Não localiza?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não, não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguém lhe telefonaria dessa Avenida Iguaçu?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Curitiba, a Rua Sânito Rocha? A senhora já esteve em Curitiba?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora conhece essa Rua Sânito Rocha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De Lindoeste, quem, em princípio, tem relações com a senhora, pessoais?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É uma amiga minha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma amiga sua?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todas mulheres lhe telefonam, homens nunca lhe procuram em casa?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Poucos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as meninas que trabalham lá também não são procuradas? Esse seu negócio vai falir assim.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ela vende roupas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, essa sua amiga vende roupas, de Lindoeste.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – É uma amiga de infância.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem, vou ouvir então as suas considerações. Santa Terezinha, ninguém, nenhum motivo para lhe telefonar?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Para mim, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cascavel?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Cascavel, tem minhas irmãs.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem irmãs em Cascavel?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Duas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma menina que morou com a senhora?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não me lembro. Há pouco tempo, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vila Celeste?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem quantas meninas, a senhora tem idéia que moraram na sua casa ao longo desses dois anos pelo menos?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não faço idéia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não tem qualquer registro disso? Nunca se preocupou? Não mantém qualquer contato?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas moram no exterior?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Também não tenho idéia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não quer declarar? Não tem idéia?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não tenho idéia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem, por acaso, uma sobrinha ou uma afilhada morando em Buenos Aires – não sei exatamente qual é o parentesco – de nome Fabiana, junto com Liza, e um karaokê.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora mantém contato com elas?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não mantém contato sequer com a sua sobrinha? A senhora já esteve em Buenos Aires?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – A senhora não mantém contato com a sua sobrinha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não. Há muito tempo que não a vejo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então, a Fabiana é sua sobrinha? Eu lhe perguntei se a Fabiana era sua sobrinha mais ou menos há uma hora, e a senhora disse que não. Disse que a sua sobrinha tinha outro nome.

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Se for Fabiana, não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora não tem uma sobrinha Fabiana? A senhora acabou de me declarar isso.

É filha de qual das suas irmãs? A senhora tem quantas irmãs?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não tenho nenhuma sobrinha Fabiana.

Tenho uma menina que morou comigo muitos anos, mas não é minha sobrinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é sua sobrinha?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não seria um codinome?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero-lhe ajudar, lembrando quais são as possibilidades de codinome que a senhora tem. Não?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algumas outras cidades, não vou nem discorrer sobre todas, Sr. Presidente, mais para se ter uma idéia.

Em Santa Helena, quem a senhora conhece nas Secretarias do Poder Público, na Prefeitura? A senhora conhece alguém do Poder Público em Santa Helena?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas está-lhe telefonando. Ninguém?

Está bem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deputada Ann Pontes, V. Exª ainda tem uma pergunta ainda?

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – É só um esclarecimento.

Srª Arveni, na primeira vez em que esteve presa, o advogado César Vaz Souza também foi seu advogado?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Ele é Defensor Público, ou a senhora o contratou de forma particular?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Ele é contratado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Quem ofereceu ajuda para fazer o pagamento desse profissional?

A SRA. ARVENI DE VARGAS (Tia Carol) – Minha irmã.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sua irmã. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não vou fazer essa pergunta, porque seria uma falta de ética profissional. A senhora também não é obrigada a dizer quanto paga ao seu advogado.

Não há mais perguntas para a depoente. Pediria que a senhora não fosse embora. Como há outra testemunha sobre o seu caso, eventualmente os Deputados podem decidir por uma acareação. Mas, em princípio, a senhora está dispensada. Agradecemos seu depoimento.

Da mesma maneira, agradecemos a presença e a colaboração da Drª Clarice, que acompanhou este caso.

Peço à Assessoria que traga o preso, por favor, encapuzado, porque ele vai depor na qualidade de testemunha para esta Comissão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há outro depoimento.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Depois, há outra testemunha.

Pediria que ela esperasse, antes de ir para o presídio, para o cadeião, como é chamado.

Quer ouvir primeiro a testemunha, depois o preso?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu gostaria.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Vem, agora, o preso; a testemunha ainda não chegou. Esse preso vai entrar. Fizemos um acordo preliminar de que ele se dispõe a prestar alguns esclarecimentos mas não gostaria de ser identificado, até porque, como

preso, provavelmente, se for identificado, amanhã estará morto.

Como ninguém aqui quer ser responsável por uma morte, ele vai entrar, e não vamos demorar mais de meia hora no depoimento. Vamos novamente encerrar por meia hora, vocês podem tomar um cafezinho, depois retomamos com a outra testemunha que será pública novamente.

Não precisa sair ainda, pode ficar. Na hora em que precisar sair, eu aviso. Apenas aviso que esse será o procedimento.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – Essa pessoa tem relação com este caso, Deputada?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Não. Pode até ter, porque não sei o que ele vai falar. Uma parte eu sei que não, mas outra, quem sabe?

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Eu peço ao depoente que não fale ainda porque ainda há pessoas na sala.

Por favor, eu gostaria, se possível, que os promotores permanecessem, se tiverem ainda força física.

O senhor pode permanecer, se quiser. O senhor é policial federal?

(Pausa.)

Podem abrir as portas e considerar a reunião aberta.

Obrigada. (Pausa.)

(A reunião converte-se em aberta.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, segundo a nossa agenda de hoje, temos agendada a presença do Dr. Rui aqui, na CPMI.

Dr. Rui, se o senhor pudesse sentar ao lado da Deputada Ann Pontes.

Queríamos, desde já, agradecer ao Dr. Rui, que iria falar às 4 horas da tarde, já é uma da manhã, e ele não só permaneceu todo o período, como nos auxiliou, acompanhou os trabalhos, auxiliando inclusive em dúvidas que tínhamos. Especialmente, em nome de todos os Deputados da Comissão e agradecer. E pedir também Deputado Luiz Couto se pudesse subir à Mesa. E pedir ao Dr. Rui que pudesse fazer a sua explanação no que achar que era importante para conhecimento desta CPMI.

Obrigada a V. Exª.

O SR. JUIZ RUI – Exmª Srª Deputada Maria do Rosário, relatora desta CPMI, Exmª Srª Deputada Laura, Exmos. Srs. Deputados, gostaria de começar falando a respeito desse assunto, tocando num fato que aconteceu em novembro de 1997, quando esteve em Foz do Iguaçu uma comissão da Câmara dos Deputados, formada pelo Deputado Nilmário Miranda e pelo Deputado Roque Zimmerman e a Deputada Dalila Figueiredo.

Naquela ocasião, tive a oportunidade de acompanhar essa comissão numa pequena viagem, de algumas dezenas de quilômetros, na região de Hernandarias e depois de Santa Rita.

Mas os deputados, na ocasião, relataram-me que nenhuma adolescente foi encontrada nas visitas agendadas, porque, justamente, tinham sido agendadas.

Quando chegamos em Hernandarias, tivemos que passar por um lugar que era um escritório de policia ou coisa parecida – era uma espécie de delegacia – e fomos recebidos por uma pessoa que tinha uma graduação acima de soldado da polícia nacional. E naquela ocasião ele comunicou que a comissão não estava autorizada a entrar no quilombo de Hernandarias.

O quilombo é um lugar onde foram ajuntados vários prostíbulos. E essa situação decorreu de uma necessidade que decorreu em Hernandarias de tirar os prostíbulos de lugares visíveis e reuni-los todos em lugar fechado, como se fosse a solução de um problema. Sentiram como um problema o fato de o prostíbulo estar a céu aberto, à vista de todos. Então, eles foram reunidos em um lugar só, com esse nome, e cercados por muros altos.

E a comissão estava interessada em fazer a visita a esse lugar, porque havia denúncias de que ali já haviam sido encontradas adolescentes. Esse policial comunicava, justamente, que a comissão não estava autorizada a entrar lá. A conversa foi indo para frente, porque eles queriam saber o motivo, e não havia motivo. O policial fez essa comunicação, e a certa altura ele levantou a voz e perguntou por que todos não voltavam para o Brasil, porque ali era o Paraguai e não o Brasil.

Então, um dos Deputados perguntou se poderiam pelo menos olhar, passar na frente e aí ele só foi dizendo que o melhor era voltar para o Brasil, que o caminho de volta para o Brasil era outro, etc.

Voltamos para o microônibus e fomos na direção do quilombo, dava mais ou menos uns 3, 4 quilômetros e, no caminho, encontramos um outro policial, um soldado, um soldado raso, digamos uma pessoa sem graduação da polícia. Perguntou-se se ele estava indo naquela direção e ofereceu-se a carona para ele, ele entrou para pegar essa carona ... (fora do microfone) ...

E o pagamento de um certo valor em função do número de pessoas, mulheres e adolescentes que se encontrassem ali autoridades policiais.

Quando chegamos no quilombo, vimos um lugar totalmente cercado com muros altos e com uma só entrada. Na frente dela, dois guardas armados com rifles

ou escopetas, alguma coisa parecida. Aquele rifle, não é revólver, que tem o cano longo. Rifle.

Então, não estavam autorizados a entrar dois Deputados, dois que estavam na Comissão, um deles era o Roque e o Nilmário. Desceram para entrar como visitantes normais e foram, depois relataram que ali era um lugar em que estavam casebres, passava uma rua pelo meio, o chão era de terra batida, lugar bastante pobre, e não havia nenhuma menor naquele momento.

Numa outra ocasião, estava com o Marclich que agora está na Secretaria do Centro Nacional de Direitos Humanos, se não me engano, ele estava recebendo a visita de um jornalista do Rio que estava fazendo matéria sobre prostituição na zona de fronteira, mas do lado paraguaio. Escutei ele falando para o jornalista tomar cuidado por causa do problema porque para fazer a matéria tem que ir como um cliente. Não pode revelar a identidade, e ele foi.

Depois, o Omar me falou, no retorno, que ele se descuidou dentro do prostíbulo e acabou revelando a sua identidade. Ali foi posto o cano do revólver dentro da sua boca.

Então, essa situação do Paraguai é complicada, porque há um aparato pesado de ameaças e também um controle rígido das pessoas que entram ou saem ali. As meninas são atraídas não para a prostituição, mas para serviços domésticos, normalmente, e ao chegarem deparam com uma situação diferente e acabam entrando naquele ciclo de serem cobradas mais do que o seu crédito. Eu soube de um caso, especificamente, em que houve uma morte de adolescente e de alguns casos em que foram resgatados; inclusive, a própria Comissão conseguiu resgatar uma pessoa, conforme está na reportagem que foi encaminhada à CPMI.

Lembro-me, também, de uma vez em que houve o resgate com a atuação do Comitê Tripartite, com certa facilidade. Esse comitê poderia ser mais utilizado para esse fim, porque tem justamente uma facilidade muito grande de fazer contatos com as autoridades policiais de forma tranqüila e ágil, operacional, tornando-se desnecessário que se crie um risco à vida de pessoas; como ouvi há pouco, teria ido algum Comissário Tutelar e trazido alguém de lá de forma arriscada. Penso que o Comitê Tripartite poderia ser um canal seguro e bom, porque funciona bem. Na última conversa que tive com um policial federal chamado Rodrigues, que conhece a história do Comitê, ele disse que as ações praticadas até agora têm dado muito bons resultados; que elas são contundentes, porque são incisivas; e que tudo é facilitado pelo bom conhecimento que eles têm entre si.

Em Foz do Iguaçu, depois que houve a divulgação de um documento chamado de Dossiê da Prostituição Juvenil da Cidade, se não me engano, do ano de 1996, esse problema passou a ser mais discutido, e os casos de meninas em situação de prostituição em locais certos e fechados foram-se tornando cada vez mais raros por causa das batidas feitas pelo Conselho Tutelar e pelos órgãos de fiscalização em geral, inclusive, policiais e comissários de vigilância. Então, nos últimos anos, os casos foram diminuindo, conforme o que pude levantar na Vara da Infância e também de relatórios dos comissários de vigilância de Foz do Iguaçu, da Vara da Infância, mas isso nos lugares fechados. O que aconteceu, aparentemente, é que essas meninas podem ter saído desses lugares, mas ido para as ruas, onde essa abordagem não era estimulada por não haver uma estrutura de apoio para recebimento e também por não haver pessoal treinado para fazer essa abordagem de uma maneira adequada.

Com o início do trabalho da OIT, há cerca de dois anos, esse problema das meninas nas ruas diminuiu também bastante. Após a vinda dos Deputados, nessa mesma época, foi formado um grupo de voluntários que constituíram o chamado Fórum de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil aqui em Foz, do qual eu fazia parte. Esse fórum pertencia ao Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu e era muito pequeno. As pessoas eram voluntárias. Esse fórum, a certa altura, fez a opção fundamental de fazer um trabalho de prevenção. Foi esse trabalho que gerou esse programa chamado Formação do Cidadão, a respeito do qual enviei um documento à Deputada Relatora, para o seu conhecimento. Ainda é um trabalho que está no começo, mas segue as diretrizes de Riad, que é um documento da ONU para prevenção da delinqüência juvenil. Ele tem a vantagem de buscar atingir as causas comuns à prostituição, à violência e às drogas. Ele tem também uma metodologia básica, que é atingir a população juvenil através do ambiente escolar, que é um ambiente estratégico para se alcançar esse objetivo, recuperando a auto-estima do professor e também buscando atingir a comunidade com essa mensagem.

A idéia é que cada professor, cada aluno que participa da escola e cada família se torne consciente de como deve cuidar-se e também como deve ajudar a cuidar dos outros. Assim, eles poderiam formar uma rede de autoproteção e também de denúncia.

Isso é importante porque a maioria das denúncias que chegam ao Conselho Tutelar ou ao Judiciário parte dos professores. Há também a questão do abuso sexual intradomiciliar, que não é exploração. Ele pode gerar a exploração mais tarde, mas enquanto ocorre só dentro de casa, ou vai ser um vizinho que vai saber

de alguma coisa, ou provavelmente é o professor que poderá, se estiver com seu olhar mais ou menos aguçado e esperto, enxergar que algo está errado com a criança ou com o adolescente e comunicar o fato.

Esse abuso que ocorre dentro de casa também é muito importante. Nós sabemos como buscar o fato e trabalhá-lo. O programa Formação do Cidadão tem feito isso por dois caminhos. Um deles é o de tratamento da família. As reuniões de terapias de grupo e de terapia familiar estimulam as manifestações espontâneas. De modo que pode acontecer que haja um relato de uma confissão, porque é o alivio da questão da culpa. Ao mesmo tempo, há o compromisso de um tratamento e da recuperação de vínculos familiares que estão doentes. E o outro lado, nos casos mais graves, há a comunicação à autoridade competente para a tomada das providências cabíveis.

Existe outra situação aqui em Foz do Iguaçu que é um problema particular da cidade. Refiro-me à questão das filas de caminhão em frente ao EADI (Estação Aduaneira de Interior). As filas agrupam centenas de caminhões que vêm de todos os lugares do Brasil para passar na fronteira, principalmente do porto de Paranaguá, que serve o Paraguai. Essa é uma situação inusitada, porque sabemos que Foz do Iguaçu tem, de um lado, a questão da oferta da prostituição juvenil em virtude de causas ligadas à pobreza, à desestruturação familiar, à desagregação da família e tudo mais que isso pode gerar. Por outro lado, sabemos que há duas metades aí. Há a questão da demanda. Essa demanda é criada pelo Estado. Por quê? Porque, primeiro, acontecem essas filas, geradas por um serviço público ineficiente do ponto de vista do tempo, porque, se surge uma fila tão grande é porque o serviço é lento - lento o suficiente para que a fila se forme, é o que quero dizer. Poderíamos pensar que é possível, pelo menos teoricamente, que esse serviço se torne mais rápido e possa evitar a formação da fila, porque uma fila se forma na medida em que um fica, e o serviço não corre mais rápido do que a chegada do que vem depois. Então, a lentidão do serviço causa a fila.

Em segundo lugar, em função da fila, surgiu uma espécie de favela na margem da rodovia 277, com lanchonetes e casas de apoio, digamos assim, para esses motoristas que passam ali dois, três, quatro dias e, a partir de certo momento, deve bater o desespero na pessoa. Sabemos que essa é outra ponta do problema. Na verdade, é uma demanda pela prostituição criada artificialmente, porque ali haverá 300 caminhões, 400 caminhões. Não se sabe ao certo quantos são, mas são muitos, porque a fila sai pela BR, vira, entra para o bairro e vai embora. Quando termina a rua do bairro, ela vem na segunda fila de estacionamento. São muitos os caminhões, e essas casinhas ficam ali na margem da BR.

Há um ano, mais ou menos, conversei com um juiz federal e ele me disse que há uma ação em andamento, movida pelo DNER - se não me engano - ou pela concessionária da rodovia para a reintegração de posse, mas que, em virtude de um motivo processual, não foi concedida a medida liminar.

Então, são essas as principais idéias que tenho a trazer. Fico à disposição da Comissão para tudo o que for necessário esclarecer.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Queria agradecer as palavras e, mais do que tudo, as sugestões feitas pelo Dr. Rui e passaria imediatamente a palavra à Relatora, que quer fazer algumas considerações sobre a manifestação do nosso juiz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Primeiro, Dr. Rui, quero cumprimentá-lo não apenas por estar conosco até este momento, mas por sua disposição, que, na verdade, não é de um dia ou de uma noite, é de uma vida.

Realmente, precisamos fazer esse reconhecimento, até devido ao seguinte fato: houve uma Comissão Parlamentar externa instituída em 1997, por requerimento da Deputada Dalila Figueiredo, que teve como participantes o então Deputado e atual Ministro na Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, e também o Deputado Padre Roque Zimmerman, do Estado do Paraná. Ao buscarmos o relatório final dessa Comissão externa, verificamos que ela foi requerida com base em documento que o senhor fez chegar à Câmara dos Deputados. Naquele momento, além de desempenhar as funções de juiz de Direito, o senhor era coordenador do Fórum de Combate à Violência, Exploração e Turismo Sexual Infanto-Juvenil de Foz do Iguaçu. O senhor fez aquele documento diante das conclusões que todos - entidades, o movimento social -, naquele período, haviam compilado em pesquisa, em documentos importantes. Isso tudo ordenou o importante trabalho de diligência que foi realizado não apenas no território nacional, mas também naquela investida em território paraguaio, com todos os riscos.

Quero também referir que, nesse documento, que é uma peça importantíssima e que faremos referência com certeza ao relatório, inclusive pelas suas recomendações finais que em muito permanecem atuais. temos duas peças fundamentais no parlamento brasileiro de investigação e de levantamento sobre esse tema. Uma é o relatório final da CPI da Exploração Sexual, em 1993, e outro é o documento da comissão externa e o seu relatório também. Eu lhe perguntaria, de forma direta, para que o senhor possa fazer uma

abordagem, o senhor avalia que aquelas características que foram encontradas pelos deputados que estiverem no Paraguai e identificaram ali aquele chamado quilombo, área do quilombo em Hernandarias, que verificaram em outra área ao longo da chamada via carreteira, um local conhecido por vilas brasileiras, onde entrevistaram moças brasileiras que disseram que é comum que à noite naquela período elas diziam que, à noite, as casas em que viviam, à noite, transformavam-se em prostíbulos e onde era possível encontrar adolescentes brasileiras, se senhor pensa que essa realidade daquele período se agravou, permanece idêntica e que medidas foram tomadas para o enfrentamento, na sua avaliação, lá pelo lado paraguaio também? Só lhe pergunto porque aqui no Brasil estamos vendo, claro a OIT está trabalhando dos dois lados, não é, já há um novo momento construído com as políticas que estamos desenvolvendo, mas também vamos precisar responder a uma nova realidade ainda mais perversa frente ao fenômeno da globalização, da abertura realmente das fronteiras, esse novo momento econômico, histórico, o lugar das fronteiras que foi se potencializando, sendo potencializado em termos de violação de direitos, então eu lhe perguntaria se o senhor considera que esta mesma realidade é a realidade nos nossos dias de hoje?

O SR. JUIZ RUI – Olha, no ano de 2001, abril de 2001, foi feita uma reportagem sobre prostituição na fronteira, pela repórter Fátima Zucarelli, foi publicada no jornal **Gazeta do Paraná**, foi encaminhado o material para a comissão a respeito dessa reportagem, e a descrição da reportagem coincide com aquela feita pela comissão da Câmara dos Deputados – isso de abril de 2001. Então, veja, um ano e alguns meses atrás, dessa época para cá, após o início dos trabalhos da OIT, não tive conhecimento se essa realidade veio a mudar para melhor, mas não posso fazer uma afirmação se piorou ou melhorou, não tenho..., mas pela reportagem, a descrição da reportagem corresponde mais ou menos aquilo que os deputados encontraram. Então a situação se manteve, aparentemente, até abril de 2001. O que podemos inferir é que não deve ter mudado muito não, porque para que essa situação possa mudar vai ter que haver uma mudança de postura das próprias autoridades paraguaias, inclusive – e especialmente – a sua polícia, porque percebemos, a própria Comissão, os Deputados também colocaram isso em relevo que havia uma ligação entre esses prostíbulos e policiais na questão da cobrança das taxas, que foi confirmado até por aquela pessoa que entrou no ônibus, o Deputado, e deixou isso bastante claro.

Então, parece-me que essa mudança depende de uma vontade política bastante forte, o suficiente para que essas barreiras sejam afastadas e se possa fazer um trabalho que torne esses espaços vazios limpos da presença de adolescentes brasileiros ou mesmo paraguaios – mas, na maioria, são adolescentes brasileiros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor me permitiria? Apenas para complementar.

Em 97 – o senhor acompanhou diretamente –, o Reverendo Omar, o Deputado Nilmário e o Deputado Padre Roque procuraram o Consulado Brasileiro, no Paraguai, dando conhecimento de que estariam entrando naquele território. E o Consulado Brasileiro, talvez não pudesse fazer de outra forma, deu conhecimento às autoridades paraguaias. E toda uma sorte de dificuldades foi vivida, porque o documento conclui, em diversos aspectos, que não tenha havido uma boa vontade das autoridades paraguaias naquele momento.

O senhor pensa que, neste momento – na verdade, estou-lhe perguntando porque queremos, como definimos hoje pela manhã, estabelecer um caminho de responsabilização também das autoridades brasileiras, paraguaias, um trabalho conjunto, porque a nossa solução é essa –, temos as portas abertas para essa possibilidade ou o senhor avalia que há um sentimento no Paraguai de que a responsabilidade não é deles, que estamos transferindo a nossa responsabilidade para eles?

Porque, na verdade, no Paraguai, existem meninas brasileiras, existem aliciadores brasileiros e existem casas de prostituição, onde brasileiros estão. E essa afirmação não é de agora, é de 97, do Deputado Nilmário Miranda, de que estamos, com base no documento e na reportagem, revivendo aqueles momentos nos dias de hoje.

Por isso lhe pergunto no sentido de verificar. O senhor entende que, por parte das autoridades brasileiras e das autoridades paraguaias, estamos vivendo um melhor momento para enfrentarmos essa situação?

O SR. JUIZ RUI – Acredito que sim. Pudemos ver, hoje, que estava vindo uma comissão de parlamentares, que não pôde chegar, mas estava vindo o Ministro.

Também em relação ao Paraguai, quando qualquer autoridade é convocada ou convidada para fazer parte de algum encontro ou discutir o problema, nunca percebi nenhuma resistência ou nenhuma má vontade. Pelo contrário, sempre se comportaram de uma forma bastante amigável, buscando colaborar. Inclusive, o mecanismo do comando tripartite poderia ser uma boa opção para articularem ações. Ele já funcionou bem, se não me falha a memória, pelo menos num caso de resgate de adolescente.

Acredito que o momento é propício. Em virtude de tudo o que está sendo feito – inclusive esse programa está sendo aplicado em três territórios, também no Paraguai – o momento é muito propício.

Nunca houve da parte dessas autoridades má vontade. Ao contrário. Só que, nas vezes em que houve encontros, estudos, percebemos que houve um avanço lento, porque as coisas não funcionam da parte de baixo, na base.

Então, ali o problema é mais complicado. Percebemos que é preciso um trabalho diferente do que é feito aqui, que envolve vencer os entraves que estão nessa base, na parte da corrupção policial e na parte de fazer com que aquilo que as autoridades estão pensando seja aplicado na prática.

Uma outra coisa que queria dizer é que as autoridades judiciais paraguaias podem também, já houve um caso, pelo menos uma vez, em que recolheram todas as adolescentes que estavam no Brasil, desculpem, estavam no território paraguaio em prostíbulos etc e trouxeram para o Brasil, só que aqui não havia nenhuma estrutura de recebimento para poder tratá-las adequadamente e às suas famílias, e dois três dias depois estavam todas de volta para o lugar, e foram de volta andando pela ponte, e esse também é um problema gravíssimo que nós não conseguimos superar, porque a ponte hoje ainda continua sendo uma dificuldade muito grande porque ela não opõe nenhuma resistência, nada, nenhuma dificuldade à passagem dessas pessoas, e a fiscalização que é feita ali, como foi falado hoje de manhã, é sobretudo em armas, trocas, carros, contrabando, coisas contrabandeadas, e menos em pessoas, e, na verdade, o problema aqui são pessoas que estão passando e a fiscalização teria que ser feita em pessoas. Conversei com o delegado federal sobre esse assunto e ele ponderou que não tinha pessoal. A Comissão levou, a comissão dos deputados levou para Brasília essa necessidade de se investir, trazer recursos para a Polícia Federal de Foz, e, infelizmente, não veio nenhum resultado e a última vez que se tocou neste assunto foi quando dei uma entrevista para o Programa do Ratinho e, para a minha surpresa, foi ao ar no programa mesmo. E falei isso, que não tinha chegado nenhum recurso a Foz do Iguaçu para melhorar a estrutura da Polícia Federal, porque aquela ponte é uma realidade diferente, a estrutura tem que ser outra, não pode ser uma estrutura normal e ela tem que ser muito grande. O então Ministro da Justiça, cujo nome não me recordo, talvez seja o mesmo dessa reportagem aqui, disse, no microfone do entrevistador que foi lá cobrar, que viria a Foz na semana seguinte. Mas nunca veio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero pelo menos deixar registrado que recebemos realmente o Dr. Rui... esse documento que relata o projeto, o programa operacional para implantação de projetos educacionais de cidadania junto à rede escolar municipal e estadual de Foz do Iguaçu, que se chama Formação do Cidadão e trata-se de um programa que é bastante importante, temos o maior interesse de estarmos conhecendo ainda mais e levando mesmo ao conhecimento, inclusive, do Ministério da Educação. O senhor com a sua contribuição, o trabalho que está sendo desenvolvido aqui junto com as demais políticas que estão sendo implementadas dão uma importante contribuição no sentido de que também queremos implementar políticas de caráter preventivo, e a escola é um lugar onde o vínculo afetivo, amoroso, de relacionamento, de educação e de vida que os educadores têm com os seus alunos podem compor a melhor estar entre as melhores estratégias de prevenção dessa violência. Portanto, cumprimento-o, quero que estenda a todos os participantes do projeto com imensa valorização da proposta que está sendo desenvolvida, ou seja, um compromisso com a denúncia, com a justiça e, ao mesmo tempo, implementação de políticas que estejam prevenindo circunstâncias que, amanhã ou depois, poderiam estar também num julgamento, num inquérito, num processo, enfim, numa mesa e que o senhor devesse também estar tomando as decisões. Estamos aqui realmente prevenindo e a prevenção é a melhor proposta.

Então, parabéns, receba o meu abraço pessoal e a disposição de continuarmos esse trabalho.

De minha parte é isso, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Com a palavra, o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – (Inaudível) saiu agora, domingo, 1º de maio de 2003, **O Horror da Exploração Sexual de Crianças.**

O SRª RUI – Não, essa é anterior; não tenho essa aí.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, também **Gazeta do Povo**.

O SRª RUI – Certo. Ouvi falar dessa reportagem.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Parece-me que nos mesmos locais. Condomínio de Hernandarias.

O SRª RUI – Hernandarias. É esse, é esse quiiombo. é o chamado quiiombo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E depois tem Liliana, de 16 anos, é uma das vítimas do prazer. (Trecho inaudível)

Parece que depois daquela ali continua "tudo dantes como no quartel de Abrantes".

Ou seja, pouca coisa mudou.

O SRª RUI – Sim, a realidade é a mesma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ou seja, de fato ali é uma terra onde, efetivamente, deve ter todo o apoio e a conivência das autoridades policiais e do próprio governo do Paraguai. Parece-me que isso não é uma coisa que chama a atenção. O que é mais grave é que são brasileiras que ali estão.

Veja aqui que há um fato que chama a atenção: a exploração de menores ocorre com mais freqüência em cidades onde há mais imigrantes.

O SRª RUI – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – As brasileiras estão presentes nos prostíbulos de Ciudad Del Leste, São Alberto, São Cristóvão, Laranjal, Santa Rita, Santa Rosa, Tuparenda e outras localidades. Esses Santos e essas Santas devem estar todos achando que vão mudar de nome, porque é a ação da exploração presente, ou seja, de brasileiras que estão indo para lá. Quando verificamos que há também paraguaias que vêm para Foz do Iguaçu. Parece-me que a ponte, que é a ponte da amizade, tem outro nome, não é tanto de amizade não, é mais... poderíamos chamar de outra coisa.

Então, eu vejo que isso aqui é uma matéria que tem hoje, revelando aquilo que eu soltei em 2001, numa dimensão muito maior.

Ou nós enfrentamos isso aqui ou vamos ter, cada dia mais, os castelos daquela região, onde a exploração sexual acontece de forma sistemática. E a impunidade favorece tanto o cliente como a agenciadora.

Efetivamente, há pouca coisa, sempre buscamos os agenciadores, os exploradores. Mas o cliente também, que usa a menor, deveria ter uma legislação muito mais restritiva, ou seja, de crime hediondo para quem se utilizasse de criança e não ter aquelas prerrogativas que tem. Paga uma fiança e vão embora.

Vejo, com muita indignação, que, de fato, a luta, inclusive tem uma zona de perigo, em que as brasileiras estão presentes nos prostíbulos de pelo menos sete cidades próximas à fronteira.

O SRª RUI – Trata-se de um eixo que vem desde Salto Guaíra, passa por Ciudad Del Leste, sobre para o noroeste, até Santa Rita, se não me engano.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Queria apenas uma questão que me chama a atenção.

O SR. JUIZ RUI – Mas eu não estou vendo o muro aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É só uma pergunta, Dr. Rui.

O SR. JUIZ RUI – Pois não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Se na Vara da Infância e da Juventude existe um procedimento investigatório sobre tráfico de adolescentes para a cidade de Puerto Iguazu, para fins de exploração sexual, onde o transporte das vítimas estaria sendo realizado por uma rede de moto-taxistas de Foz do Iguaçu? Há alguma coisa sendo investigada sobre esse aspecto?

O SR. JUIZ RUI – O Marcelo já foi?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Já.

O SR. JUIZ RUI – Eu precisaria examinar. É provável até, porque ...eu tenho ali...na última contagem, eu tinha 4 mil processos e eu entrei ali em abril deste ano. Então, eu não tenho memorizado tudo, mas é possível que haja, sim, mas só que eu poderia lhe dar essas informações depois de olhar os autos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu só queria lhe dizer, doutor, que nós ficamos honrados em ter em V. Exª um Juiz preocupado com essa situação e, também, de termos Promotores de Justiça preocupados. É claro que o tempo que os senhores têm aqui é insuficiente para conhecer toda essa realidade, mas tenho certeza de que nossa luta vai continuar e tenho a plena convicção de que esta CPI encontrará não apenas medidas legais mas também políticas públicas para que nós possamos enfrentar de vez esta situação – ou nós enfrentamos isto agora ou nós estaremos colocando as nossas crianças sob o risco de não ter um sonho livre, mas um pesadelo, como nós vimos naquela campanha. Espero que a campanha não apenas fique na área de Foz do Iguaçu e da Ciudad Del Leste, mas que isso possa se propagar para todo o Paraguai e para todo o Brasil e que efetivamente o Governo brasileiro considere as fronteiras como áreas prioritárias em termos de recursos, de material e de políticas públicas ou nós vamos fazer de conta que estamos combatendo o crime. Ou seja, aquilo que o senhor reclamou de que a Polícia Federal... E eu tenho certeza, porque muita gente, quando aqui acontecem operações, vêm ficar aqui durante um ou dois meses porque, às vezes, o pessoal que está aqui não está sequer disponível para fazer todo esse enfrentamento nessa área tão grande. Eu, então, vejo que ou nós enfrentamos as fronteiras ou as fronteiras vão adentrar – como as entradas e bandeiras – de outra forma, com a exploração sexual por todo o País.

O SR. JUIZ RUI – Só complementando: eu acho que é preciso que se reverta a situação da ponte, porque ela, hoje, criou uma figura dentro da cidade que é totalmente ilícita – não é nem mais informal, mas totalmente ilícita – que é a profissão denominada de "laranja". "Laranja" é a pessoa que carrega coisas. Mas que coisas são essas? Ou são cigarros (é ilícito) ou é a muamba (contrabando) ou sao armas ou è o tráfico de entorpecentes. Então, o que acontece? A pessoa que está indo para isto lá, se ela for adolescente, está em situação de altíssimo risco. Só o fato de estar ali se presume isto. E se for adulto, ele também estará

correndo risco, porque quem, todos os dias está carregando coisas e mais coisas, daqui a pouco poderá estar carregando droga e, aí, poderá ser preso. A situação é tão complexa que não se pode, simplesmente, acabar com isto da noite para o dia, porque milhares de pessoas dependem disso para comer naquele dia. Então, é preciso que se crie uma retaguarda de apoio, uma base – como o senhor acabou de falar – de política pública que absorva esse contingente de população e, aí, sim, intervir. Do contrário, só se vai empurrar essas pessoas para dentro da cidade, que não conseguirá absorver um grande número de pessoas sem ter o que fazer de uma hora para outra e sem ter o que comer. Então, é por isso que é importante, inclusive até para a cidade descobrir a sua própria identidade essas políticas serem realmente implantadas, e nós sabemos que a identidade de Foz é totalmente ligada ao turismo, por causa das suas maravilhas e aqui eu acho que é um lugar que o que for investido vai ter retorno, porque essas maravilhas são muito belas mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deputada Ann.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr. Rui, só uma confirmação: à época, em 97, o senhor colocou a necessidade da criação dessa estrutura para receber as crianças repatriadas. Atualmente, foi criada, tem essa estrutura, como é que está hoje? Também: já que um dos objetivos dessa CPMI é fazer o aperfeiçoamento na legislação, sugestões de V. Exª, como um dos operadores do Direito, no sentido de como preencher determinadas lacunas na lei, seriam de grande importância e valia. Hoje, nós só temos o tráfico internacional de mulheres e nós sabemos, hoje, que há também o de crianças e adolescentes, e há o tráfico internacional e interno, e nós não temos uma legislatura que tipifique isso. Qual é a preocupação: fazer esse aperfeiçoamento na legislação, além de coibir a impunidade, vai servir de estímulo aos operadores do Direito.

Basicamente, era isso e gostaria só de registrar também a minha preocupação, hoje, com o depoimento de uma adolescente que conseguiu ser resgatada de uma situação de exploração. Foi nos colocado pela adolescente e pela mãe que ela não conseguiu ser inserida em nenhum programa de reabilitação. Então, faço um apelo aos representantes do Projeto Sentinela que, de alguma forma, pudessem entrar em contato conosco, para que nós pudéssemos passar o nome dessa adolescente, porque a mãe está desempregada e a adolescente, hoje, está atravessando uma situação de risco. Se não tiver uma presença, uma medida nesse sentido, a tendência é que essa adolescente retorne à atividade anterior.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Queria agradecer, inicialmente, ao Dr. Rui e dizer que os trabalhos de hoje foram brindados com um final absolutamente importante para o trabalho desta CPMI, um trabalho de resgate, um trabalho, de alguma maneira, de auxílio na criação dessas políticas públicas, que forme uma rede de proteção para essas crianças e adolescentes em situação de exploração. Ainda dizer a V. Exª que a questão da Polícia Federal não é de Foz do Iguaçu e nem específica. Essa fronteira do Oiapoque há dois anos tinha um agente lotado, quer dizer, temos no Brasil, na Polícia Federal, sete mil homens, enquanto a Argentina, com um território muito menor, tem na sua guarda nacional quatorze mil homens, portanto o dobro do que tem a Polícia Federal. Sabemos especialmente da situação da ponte e as suas implicações não só na área do ser humano, do tráfico de pessoas, portanto, mas de tráfico de armas, tráfico de drogas, do descaminho e do contrabando. Ainda da necessidade de, junto ao Paraguai e também junto à Argentina, encontrar aduana compartilhada. Enfim, são algumas tentativas que estão se fazendo em nível de Governo Federal, com a Receita Federal e a Polícia Federal trabalhando conjuntamente, mas sabemos que isso tudo é sempre muito falho, na medida em que não há uma outra perspectiva de desenvolvimento econômico na região que possibilite a essas pessoas uma maneira de sobreviverem, no caso da modificação necessária e urgente no sistema da ponte.

A título de exemplo, só imaginar que temos, diariamente, cinco mil viagens só de moto-táxi na Ponte da Amizade, o que já prova a quantidade de pessoas que são empregadas não apenas como "laranjas", mas em uma atividade lícita, que é o moto-táxi, que, ao fazem esse trajeto, sobrevivem, afinal de contas a atividade é lícita. Os moto-táxis sobrevivem, por se tratar de atividade lícita, mesmo sendo utilizados para uma atividade ilícita.

Quero, especialmente, parabenizar o trabalho desenvolvido hoje pelas Srªs e Srs. Deputados desta CPMI – Deputado Luiz Couto, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Relatora Maria do Rosário –, e, ainda, agradecer os trabalhos que nos foram apresentados pelo grupo da OIT e da Itaipu Binacional, que lançou a campanha. Espero que esse filme – talvez com outro 0800 – não fique em Foz do Iguaçu, nem na fronteira. Que possamos, por meio da TVE, levá-lo ao alcance nacional.

Agradeço aos membros do Ministério Público: Dr. Marcelo, e especialmente o Dr. Maurício, que estiveram, durante todo o dia, conosco, nos auxiliando nas inquirições. Agradeço ainda à Polícia Federal, que também prestou sua colaboração, trazendo-nos os presos, fa-

zendo as intimações e, de alguma maneira, fazendo a escolta da delegação; agradeço à Delegada Aline, que, durante o dia, nos auxiliou com algumas informações fundamentais para o nosso trabalho.

Agradeço aos funcionários da Câmara de Vereadores, principalmente o pessoal do sistema de som, que se mantiveram firmes – nós ainda saímos para tomar um cafezinho – durante todo o período de trabalho. Agradeço também aos funcionários da CPMI que, também da mesma maneira, fizeram todo o aporte necessário ao sucesso, no nosso entendimento, desta diligência. Em um dia pudemos administrar vários casos, ouvir várias testemunhas – foram mais de 10 ou 12 depoimentos.

Agradeço especialmente aos Vereadores Edson Mezomo e Dilto Vitorassi e ao Presidente em exercício desta Casa, Deputado Nilton de Nadai, que possibilitou não só a continuação dos trabalhos até agora, como também o funcionamento da CPI com muita tranqüilidade.

Amanhã, eventualmente, não estarão presentes a Deputada Ann Pontes, a Deputada Sandra Rosado, a Deputada Maria do Rosário e eu. Mas o Deputado Luiz Couto permanecerá na cidade ainda. Caso a Polícia Federal consiga intimar as adolescentes, S. Exª ainda fará a oitiva das adolescentes, o que facilitará, de alguma maneira, não só o trabalho da promotoria e, portanto, do juízo, mas também do inquérito parlamentar.

Enfim, agradeço a todos, à imprensa e a todos os participantes, de uma maneira geral, que resistiram até o fim dos trabalhos.

São 2h05min da manhã do dia 10.

Parabéns a todos.

Dou por encerrada a reunião de hoje.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 02h05min do dia 10)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 17ª Reunião, realizada 22 de outubro de 2003

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às onze horas e trinta e nove minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares: Senadora Patrícia Saboya Gomes, Deputada Maria do Rosário, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Augusto Botelho, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputado Luiz Couto e Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN** ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Havendo número regimental, a Presidente Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente passa a leitura do Ofício nº 0639/2003, subscrito pelo Vereador Gilson Alberto Strozzi, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, que informa a impossibilidade do comparecimento da Vereadora Maria Tereza, convidada por esta CPMI para prestar esclarecimentos na presente reunião, assim como, a Presidente informa que o convocado, Sr. Zequinha Barbosa, pela segunda vez não comparece a esta CPMI, ficando portanto o mesmo sujeito aos artigos 218 e 219 do Código de Processo Penal, caso do não comparecimento a sua próxima reconvocação. Da mesma forma, a Senhora Presidente também esclarece que a Senhora Genilza Marreiro de Freitas, de Porto Ferreira, também estará sujeita ao artigo 219 do Código de Processo Penal, caso o não comparecimento a próxima reconvocação da mesma a esta Comissão. A seguir, a Senhora Presidente determina a Secretaria que proceda a condução do depoente Senhor Luiz Otávio Flores da Anunciação ao Plenário desta Comissão. A Senhora Presidente informa que o depoente já preencheu e assinou o Termo de Compromisso e passa a lê-lo. A Presidente pergunta ao depoente se o mesmo gostaria de fazer alguma colocação a esta Comissão, sendo que o depoente dispensa a oportunidade de fazê-lo no início de seu depoimento e sim no final da reunião. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra a Senhora Relatora para dar início aos seus questionamentos ao depoente. Fizeram uso da palavra, pela ordem de inscrição para questionar o depoente, os Deputados Laura Carneiro e Luiz Couto. De posse da palavra, a Deputada Laura Carneiro, pergunta ao depoente se o mesmo gostaria de ser acompanhado no decorrer do seu depoimento por um advogado, uma vez que o mesmo é indiciado, tendo portanto do Senhor Luiz Otávio

a negativa de que não sente nenhuma necessidade do acompanhamento de um advogado "ad hoc", abrindo mão portanto, de sua prerrogativa, e desta forma, a Senhora Deputada Laura Carneiro solicita que a sua resposta seja então consignada em ata. Às quatorze horas e quarenta minutos, a Presidência determina a Secretaria que providencie o esvaziamento do Plenário para que a presente reunião pública se transforme em caráter reservado, conforme acordado com o depoente, Senhor Luiz Otávio Flores da Anunciação. Ao se transformar a presente reunião em caráter reservado, a Presidente concede a palavra pela ordem, para questionar o depoente aos seguintes Senhores Deputados Luiz Couto, Laura Carneiro e Ann Pontes Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003, CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago do Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la como aprovada. (Pausa.)

A SRA. (oradora não identificada) – (Inaudível).

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada!

Há expedientes a serem lidos. Na verdade, um ofício de Porto Ferreira:

"Tendo sido comunicada por telefone pelA SRA. Secretária da CPMI sobre transferência do convite a mim formulado, por meu intermédio, no Ofício nº 0639/2003 cumpro informar a V. Exª que, lamentavelmente, não haverá condições de comparecimento em Brasília, na próxima quarta-feira, 22/10/2003, tendo em vista que, na mesma data, será realizada uma sessão extraordinária na Câmara Municipal de Porto Ferreira, com previsão de votação, inclusive. É o relatório final na Comissão Especial de Inquérito, por mim presidida. Dessa forma, a minha presença na sessão extraordinaria supra-referida será imprescindível, em vista de disposições contidas no Regimento Interno da Casa".

Assina a Vereadora Maria Tereza, de Porto Ferreira. E também é assinado pelo Presidente em exercício, Vereador Gilson Alberto Strozzi.

Solicito à Secretaria que providencie a entrada ao recinto do convidad**O SR. LUIZ OTÁVIO** da Anunciação.

Antes, porém, eu gostaria de registrar que não compareceu hoje o Sr. Zequinha Barbosa, pela segunda vez em que já foi convocado a comparecer a esta CPMI. E, pelo art. 218 do Código de Processo Penal c/c o art. 219 do mesmo código, as penas serão aplicadas por esta CPMI, já na próxima vez em que for convocado.

Da mesma forma, A SRA. Genilza Marreiro de Freitas, de Porto Ferreira, a quem será aplicado o art. 218 do Código Penal.

Peço à Secretaria que conduza **O SR. LUIZ OTÁVIO** da Anunciação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, enquanto estamos agilizando a presença do depoente, eu gostaria de registrar, de acordo com o trabalho que desenvolvemos em Foz do Iguaçu, em audiência pública, que a assessoria técnica da CPMI tem ficado permanentemente em contato, verificando os desdobramentos de cada audiência que vamos realizando, tanto no sentido da investigação quanto especialmente no sentido do atendimento às vítimas e à inserção delas em políticas públicas e das suas famílias também, com caráter protetivo, inclusive pelas ameaças que sofrem quando essas vítimas vêm a denunciar.

Quanto à Foz do Iguaçu, nas circunstâncias em que lá investigamos, ainda temos o desaparecimento de todas as meninas que se encontravam na casa de prostituição de que tratamos durante audiência pública e que foi um lugar de flagrante da polícia local pela Delegacia da Mulher e da Criança.

Esse foi um dos casos em que trabalhamos de forma mais dedicada, ali, em Foz do Iguaçu, identificando uma rede de exploração sexual no interior do Estado do Paraná para Foz do Iguaçu e de Foz do Iguaçu mesmo, na relação com o Paraguai, como V. Exª pôde observar, e para a Argentina.

Quero manifestar, portanto, uma preocupação muito grande com o desaparecimento dessas meninas, que estavam agendadas para prestar depoimento em Foz do Iguaçu e não foi possível ouvi-las. Até este momento, a Polícia Federal, nas suas investigações e nas suas buscas, não conseguiu identificar o verdadeiro paradeiro dessas meninas, que são do interior do Estado do Paraná.

Então, que fique aqui registrado, porque, possivelmente, num requerimento a V. Exª, teremos que voltar a Foz do Iguaçu e, **in loco**, verificarmos as buscas que estão sendo realizadas, no sentido da localização, pela responsabilidade que temos especialmente com

elas, que são vítimas da exploração sexual naquela cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A CPMI acolhe a preocupação da Relatora, Deputada Maria do Rosário, e irá também buscar o reforço necessário junto à Polícia Federal para que o mais rápido possível possamos ter a informação necessária sobre o destino dessas meninas, dessas adolescentes.

O depoente já preencheu e assinou o termo de compromisso, que passo a ler.

Nome completo: Luiz Otávio Flores da Anunciação.

Identidade: 5741/D.

Idade: 40 anos.

CPF nº 534497039-00.

Estado civil: solteiro.

Endereço residencial: Rua 26, nº 471, Bairro Novo Campo Grande, Cidade Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Profissão: Engenheiro Agrônomo e Acadêmico de Direito.

Local onde exerce sua atividade atualmente: IZB/UCDB.

É parente em algum grau da parte envolvida? O depoente diz que não. O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal? Sim. E traz a sua assinatura.

Antes de iniciar, eu gostaria de perguntar a**O SR. LUIZ OTÁVIO** se gostaria de fazer, inicialmente, alguma consideração a esta Comissão antes que a Relatora possa proceder com suas indagações. A CPMI está providenciando um microfone.

Aviso também que a qualquer momento a reunião desta CPMI poderá tornar-se reservada, dependendo da necessidade.

O SR. LUIZ OTÁVIO gostaria de fazer inicialmente alguma consideração a esta Comissão?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Se V. Exª permitir, eu gostaria primeiramente de cumprimentar a todos, mas eu gostaria de fazer consideração, se for necessário, ao final.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo, então, imediatamente a palavra à Relatora, Deputada Maria do Rosário, para que possa iniciar suas indagações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom dia.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Bom dia, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nossa expectativa aqui é de podermos esclarecer algumas questões que se apresentaram quando da nossa presença em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e que são absolutamente sérias.

O senhor tem conhecimento dessas questões. E os nossos questionamentos serão com o objetivo do esclarecimento e da determinação da verdade no sentido da proteção das crianças e adolescentes brasileiros.

Qual é a sua formação profissional e onde o senhor trabalha?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sou formado em agronomia, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Atualmente estou fazendo curso de Direito na UCDB (Universidade Católica Dom Bosco) e exerço... Fui um dos fundadores do Instituto Zequinha Barbosa – Correndo pela Vida; até junho, por aí, eu era o Vice-Presidente. Como eu exercia também cargo administrativo e o tempo era muito escasso, dividimos em diretorias e eu assumi umas das coordenadorias – desculpe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor assumiu uma coordenadoria de... O instituto é dividido em coordenadorias e o senhor assumiu que coordenadoria?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A mais recente foi a Coordenadoria de Comunicação e Marketing.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O instituto então tem um Presidente...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tem um Presidente, tem um Vice... É um...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E tem as coordenarias?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, tem a diretoria, que é composta de – como se diz –, como em qualquer fundação: presidente, vice-presidente, diretor executivo, tesoureiro, primeiro, segundo e assim vai.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as coordenadorias.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Isso é a diretoria. Aí vem a parte funcional. Eu saí da diretoria para assumir uma parte administrativa, digamos assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor saiu da diretoria em junho?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Acho que foi em junho, por aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria que saiu da diretoria por conta desses

acontecimentos? Porque em junho já estavam absolutamente públicos esses acontecimentos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não. Os fatos chegaram ao meu conhecimento após o dia 18 de agosto, se não me engano, porque fiquei no Rio Grande do Sul por doze dias. Tenho um filho que mora lá e fui passar o dia dos pais com ele, fui antes, e fui passar o meu aniversário, que foi no dia 17. E voltei dois dias após.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas foi em agosto que recebeu a notícia de que seria retirado da diretoria e teria outras funções?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, Deputada. A minha saída da diretoria não teve nada a ver com o caso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi a pergunta que lhe fiz.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, tá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor avalia qual foi o motivo da sua saída?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não teve nada a ver com o caso. É justamente isso que acabei de dizer. Havia onerado muito minhas funções lá dentro, então, passei a exercer um cargo que já existia, de superintendente, que eu ocupava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo, mas foi dentro desse período em que essa circunstância ficou publicamente estabelecida. Exatamente nesse período.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, mas o que quero dizer a V. Exª é que, publicamente, eu fiquei sabendo pela televisão. V. Exª verá, no decorrer da nossa conversa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Mas eu lhe perguntei, objetivamente, primeiro, sobre a sua mudança de função.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não foi, não tem...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor avalia que não, porque observamos agora, pela sua resposta, que foi, coincidentemente, no mesmo período da mudança. Outros cargos mudaram na diretoria?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Já estava sendo feito um fluxograma, um organograma, há tempos, a pedido do Zequinha Barbosa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E outros nomes foram retirados da diretoria?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Somente o senhor?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não, foram alocados. Permaneceram as mesmas pessoas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas dos demais vice-presidentes, dos demais membros efetivos da diretoria, algum outro membro saiu da diretoria e foi para outra função?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero uma resposta objetiva.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Somente o senhor. Obrigada.

Desde quando o senhor trabalha no Instituto Zequinha Barbosa?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Trabalho desde a fundação, que se deu em 19 de outubro de 2000, ou de 2001, se não me engano – agora me confundi. Esse projeto do instituto eu ajudei a criar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. O senhor é funcionário, portanto tem vínculo empregatício com o instituto?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Deixe-me explicar. O instituto funciona com projetos. Por exemplo, recebemos verbas do Unicef, um exemplo no qual eu me encaixo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para atender as crianças?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim. Para atender as crianças.

Respondendo a pergunta de V. Exª em relação ao vínculo empregatício, o que fazemos? Nesse projeto que enviamos, informamos quais são as necessidades dos técnicos, das pessoas que estarão envolvidas no projeto.

O Instituto Ayrton Senna, por exemplo, tem uma alocação de recursos para esse tipo de função.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo, eu compreendo como funcionam projetos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nós não temos vínculo empregatício.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu nome está inserido nos projetos como participante, consultor ou gerente?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Certo. Mesmo quando era Vice-Presidente, tínhamos uma...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. No caso, o senhor recebe financeiramente para desenvolver projetos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sobre esses projetos, em geral, quem responde prioritariamente, hierarquicamente, é o Presidente do Instituto, que é o Zequinha Barbosa?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – O Zequinha Barbosa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem horário de trabalho determinado ou depende dos projetos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Depende dos projetos. Como eu representava o Zequinha em viagens, vinha muito, inclusive, a Brasília, para ver a questão dos projetos, e não tinha horário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Como o próprio Zequinha também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pergunto: quantas crianças são atendidas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A meta eram 120 crianças.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todas em Campo Grande?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Todas em Campo Grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E que idade, exatamente, as crianças têm? Qual é o enfoque?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Todo o nosso projeto foi adotado seguindo as orientações do Instituto Ayrton Senna e do Unicef. Inclusive a parte jurídica do estatuto nós a copiamos deles, porque tivemos uma assessoria gratuita. Este projeto é chamado Educação pelo Esporte, e tem âmbito nacional, para crianças de 7 a 14 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual a sua relação de fato com o Sr. Zequinha Barbosa é antiga?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Zequinha e eu nos conhecemos quando tínhamos em torno de 14, 15 anos de idade, em Três Lagoas, cidade natal dele, e onde residi por um período de três anos. Ali fiz a 5ª , 6ª e 7ª séries.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, adolescentes ainda. O senhor tem uma relação de amizade; são amigos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – De irmandade até.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se freqüentam, enfim, compartilham tudo?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Têm intimidade pessoal?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Temos. Não eu e ele. Mas um saber da vida do outro, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que lugares freqüentam em Campo Grande?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, aqui estou para esclarecer e até para premiar o trabalho que V. Exª tem feito, do qual sou fã. Veja um **e-mail** que lhe mandei, aliás, nem existia ainda esse negócio de CPI, em que eu trabalhava voluntariamente em uma cidadezinha do interior do Rio Grande do Sul, onde mora meu filho. Então, aqui estou para dizer exatamente a verdade. Portanto, caso V. Exª queira pular esses meandros e ir diretamente ao assunto, creio que irá se surpreender, porque V. Exª vai saber, de minha boca, a verdade. V. Exª pode ir direto ao assunto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu acredito que o senhor vai dizer a verdade, até porque o senhor fez esse juramento aqui.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mas tem muita gente aqui que jura e... Digo isso porque assisti a outros depoimentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. Mas acreditamos que o senhor vai dizer a verdade.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – V. Exª vai chegar à verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A nossa intenção é essa. Mas não quero pular. Quero lhe perguntar se o senhor é casado.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Solteiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Solteiro.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu me separei há três anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. O Senhor costuma sair para se divertir?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor costuma sair, para se divertir, com o Zequinha Barbosa?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quando ele está em Campo Grande; quando nós estamos, porque nós viajamos o Brasil inteiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E que lugares vocês freqüentam em Campo Grande?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Freqüentamos vários lugares, principalmente restaurante, porque Zequinha tem um gosto e eu tenho

outro. Quando se fala em se divertir, ele, por exemplo, gosta de dançar, eu não gosto. Então, normalmente não vou a lugares onde tenha música alta, essas coisas. Quando a gente vai é em algum restaurante, algum barzinho com música amena.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então costumam sair juntos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mora em Campo Grande?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Resido lá em Campo Grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor costuma se hospedar em algum hotel em Campo Grande? Motel? Que lugares o senhor freqüenta normalmente nesse estilo? Tenho que lhe perguntar.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Lógico. Como resido em Campo Grande, não há necessidade de eu freqüentar um hotel. Freqüentar freqüentemente é redundância, mas estar em algum hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em um motel?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Motel, sim, mesmo porque eu sou solteiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são os motéis que o senhor costuma freqüentar em Campo Grande?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É um bem próximo à minha casa, chamado Stylo's Motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Stylo's Motel. Este é próximo à sua casa. Quanto próximo? No mesmo bairro?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim. É muito próximo, se tivesse uma ligação entre uma avenida que fica o motel e a minha casa, seria, acho, praticamente 200 metros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além do Stylo's Motel, o senhor já esteve em outros motéis?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Já. Sou nascido e criado lá, Deputada. Então, após a minha separação, eu entrei num estado, que acho até que ainda me encontro, que até digo que isso aqui vai servir até como terapia. Por isso, resolvi vir falar expressamente a verdade porque, após a perda repentina da minha família, a minha vida realmente virou de cabeça para baixo. Como solteiro, tive uma vida – já que estamos falando de motel – sexualmente bastante ativa. Então, conheço muitos motéis em Campo Grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, é comum para o senhor encontrar pessoas em bares, enfim, e estabelecer algum relacionamento com elas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, quando eu saio, sim. A senhora perguntou dos hábitos meus e do Zequinha. Quando o Zequinha chegava, às vezes, a passar 90 dias, 50 dias em Campo Grande, nesse período, se a gente saía duas ou três vezes era muito. Por quê? Porque eu prefiro ficar em casa; mas, quando eu saio, esse tipo de atitude diante da noite seria isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa fase sua, essa fase mais ativa, em que o senhor esteve mais vinculado à noite, o senhor algumas vezes tomou a iniciativa de convidar amigos, por exemplo, para sair juntos, tipo – os homens saem juntos – de convidar o próprio Zequinha Barbosa.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tomei e fui convidado também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, isso. Então, o senhor confirma que convida?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – E sou convidado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso. Encontra algumas pessoas.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos sair juntos, vamos até um motel?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque não estamos aqui para fazer nenhum juízo de valor ou moral sobre a vida das pessoas, mas é exatamente essa história que as adolescentes nos contam. Nós as ouvimos, e elas nos contam – vou-lhe perguntar sobre isso – que estavam num lugar que eu lhe pergunto se o senhor conhece. O senhor conhece o restaurante ou casa noturna ou bar, local de encontro chamado Chips?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já esteve lá algumas vezes?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca esteve lá?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, mas eu conheço como todo campo-grandense

conhece; é um local muito movimentado na avenida mais movimentada de Campo Grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca esteve lá? Nunca entrou no restaurante?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Aquilo lá é um bar aberto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um bar?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca chegou naquele bar ali?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu acho que, uns dois anos atrás, eu fui. Agora, eu passei ali em frente. Por exemplo, eu me lembro de que eu me relacionava com uma moça, e ela gostava muito de tomar Keep Cooler de Morango; e só em dois locais que eu encontrava aquilo, porque eu acho que é ruim, não sei, é uma bebida que eu não aprecio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que poucas pessoas compram.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Acho que pouca gente aprecia, inclusive.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma bebida mais doce. Talvez tenha relação, inclusive, com a idade, né, das pessoas mais jovens?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mesmo porque essa moça, ela, nem sei onde ela está mais... Eu tinha encontrado a bebida num posto de gasolina, numa outra avenida, e ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ali. E o senhor costumava ir ali comprar?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, mas só que ali, Deputada, a gente pode estacionar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não precisa sair do carro.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não precisa sair do carro, dependendo do movimento, né? Está cometendo uma infração, porque é fila dupla.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo, pelo menos uma multa de trânsito. Mas é comum que as pessoas cheguem naquele lugar e nem saiam do carro, peçam e as pessoas levam lá, mas é exatamente isso que as meninas relatam.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mas a senhora vai ver que, no meu caso, não se configura.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, vamos lá então. Então, o senhor foi algumas vezes e confirma que nesse local não saiu do carro?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, mas não nesse período que a senhora está falando dessas meninas que eu não chamo de meninas, mas tudo bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor não chama de meninas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque a senhora vai ver. Eu tive envolvimento com uma delas e fiquei sabendo que era menor de idade não foi nem pelo jornal; foi pela televisão, eu estava a caminho de Campo Grande, vindo do Rio Grande do Sul.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor teve envolvimento com uma delas? O senhor teve envolvimento...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Envolvimento afetivo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Poderia pegar um papel para mim?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Envolvimento afetivo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou passar-lhe uma folha para que o senhor... O senhor poderia escrever para mim o nome dela?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – V. Exª não quer continuar na linha?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, mas o senhor mesmo me deu uma informação que acho é bastante significativa. Eu gostaria que o senhor escrevesse, porque não vamos dizer o nome das adolescentes, nem a primeira letra, na medida em que elas são conhecidas. Então, se o senhor puder escrever.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está bem. Escrever o nome...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor escreve e eu peço para alguém pegar e entregar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos ver aqui, então. Vamos guardar esse nome aqui para conversarmos sobre ele. Deixe-me perguntar-lhe algo: o senhor gosta de fotografias? O senhor fotografa?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem equipamento fotográfico?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Tenho um que é bem comunzinho, digamos assim. O instituto dispõe, quando precisa do fotógrafo, da máquina fotográfica, da própria CDB, ela que faz as fotos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe me dizer qual a máquina fotográfica que o senhor tem?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tenho uma que foi apreendida na minha casa, de propriedade do meu filho, que estava no Rio Grande do Sul, que, se não me engano, é uma Canon digital, bem ultrapassada, daquelas que têm que acoplar ao computador. Quando, um pouco antes de ir para o Rio Grande do Sul, e aí eu havia estado no programa **Jô Soares**...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso vou lhe perguntar.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Acho que seria uma desculpa, e não estou aqui para... Não quero, como falei...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor só está me respondendo a esta pergunta: o senhor tem máquina fotográfica?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É que aí fica aquela coisa, Deputada: se V. Exª pinçar algumas coisas, acho que vou ficar como o monstro da história. Se V. Exª continuar essa história desde o início, como estava vindo, porque...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas essa é a oportunidade que a Senadora tentou lhe dar no início, inclusive. Agora, tenho de lhe fazer as perguntas adequadas que me interessam.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não entendi assim. Se a Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Luiz Otávio, no começo da nossa reunião, eu lhe ofereci se o senhor gostaria de fazer algum comentário sobre a sua vinda aqui. O senhor sabe o motivo por que está aqui. Então, a partir de agora, quando o senhor diz que não desejaria, a não ser no final, mas gostaria apenas de cumprimentar, então, os Parlamentares terão o direito de fazer as perguntas que desejarem, e o senhor de respondê-las ou não, como li no início.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sinceramente, Excelência, não entendi. Inclusive, eu estava querendo colaborar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se o senhor gostaria de falar, então, antes...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora, eu agora gostaria de seguir, então, esta linha: só fazer-lhe as perguntas e acho que o senhor está respondendo adequadamente. Sinto-me satisfeita com as suas respostas, no sentido de que estamos compondo uma linha de raciocínio.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está bem. Se no final, então, eu puder também, se ficar alguma lacuna.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com certeza. Vamos lá, então.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Na verdade, eu não ia nem falar, eu vim tão à vontade, porque sei também o que está escrito nos autos, eu vim tão à vontade para dizer o que está escrito...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou dizer-lhe algo: vamos seguir o nosso trabalho.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está bom, está bom.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acho que estamos trabalhando adequadamente aqui. O senhor declarou que quer que a verdade esteja aqui, enfim, clara, e estamos tentando isso.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, é por isso...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos ver: o senhor tem uma máquina fotográfica, que é aquela que foi apreendida. O senhor tem somente aquela máquina fotográfica?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, quando nós fomos ao programa do **Jô Soares**...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, antes do **Jô Soares**, quero saber da máquina fotográfica: o senhor tem uma máquina fotográfica, ou duas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, tenho essa, que nem estava em meu poder. Eu tinha uma outra, que foi roubada junto com o toca-fitas do carro...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Roubada quando?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quero ajudar V. Exª.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas o senhor está me ajudando. Uma máquina foi roubada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Essa máquina aí não foi aquela em que foram tiradas as fotos, que V. Exª quer saber.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas vamos fazendo esse raciocínio?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Veja bem, o senhor tem uma máquina que foi apreendida, uma outra que foi roubada. O senhor tem o registro de ocorrência do roubo da máquina, quando ela foi roubada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Infelizmente, está sendo tão comum, em Campo Grande, roubo de toca-fitas, e eu dei azar porque estava no porta-luvas a máquina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois é, toca-fitas e máquina fotográfica? O senhor não está

confiando nas autoridades? O senhor achou que elas não iam... Por que o senhor não registrou?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque, se V. Exª quiser, mostro outro boletim de ocorrência, no qual fui...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, não vamos julgar isso.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, V. Exª está perguntando se...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é um homem esclarecido. O senhor não fez o registro? Quando foi roubada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não tenho nem idéia. Acho que foi - eu viajei no final de julho - em maio, eu acho. Deve ter sido em maio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que máquina era esse que foi roubada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ela foi comprada, inclusive, aqui, em Brasília, no Natal. Ela não era nem minha. Era da minha mãe. Eu dei de presente de Natal. Eu tenho o meu irmão, que reside aqui, em Brasília. Nós compramos, e eram duas **Canon**.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma **Canon**. Então, o senhor tinha marca da máquina.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Era qual tipo de **Canon**? Com **zoom** ou sem **zoom?**

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Dessa bem comum. Inclusive o meu primo que está aqui estava junto comigo, quando eu comprei. Ela custou R$ 230.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi essa que foi roubada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Essa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela é igual a outra, ou não?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não. Uma é digital. A que estava lá com o meu filho é digital, bem comum, que uma criança opera...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a outra era uma **Canon**.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A outra era uma Canon, de R$ 230, que comprei aqui, no Shopping, no Gilberto Salomão, no Lago Sul.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor perdeu uma máquina de R$ 230 e o toca-fitas.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quando a senhora pergunta máquina, ela era da minha mãe. Mas a minha mãe tem 76 anos e quem usava era a máquina era eu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor pode ser considerado um fotógrafo amador, porque, uma pessoa com duas máquinas fotográficas e que anda com elas, gosta de fotografar. O senhor fotografa?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Essa máquina, que estava em poder do meu filho, estava há um ano lá. Eu comprei de segunda mão. Eu a comprei de segunda não, e dei para ele; e nunca usei essa máquina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas a outra o senhor levava no carro. Então, o senhor andava fotografando. Porque, quem leva no carro, é porque vai fotografar. Por que o senhor levava a máquina?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Às vezes, o Instituto precisava. Isso aconteceu várias vezes. Quem foi ao Instituto viu que, quando tinha algum evento fora, em que o Zequinha estava, isso é praxe; não sou eu. Qualquer pessoa que está lá, tendo uma máquina, ela fotografa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, então, o Instituto tem uma máquina; mas, ainda assim, o senhor usava a sua, às vezes. O Instituto tem equipamento fotográfico.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É uma pena, porque...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que eu quero chegar às fotografias que foram tiradas das adolescentes exploradas sexualmente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, eu também quero ajudar a senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todos nós sabemos exatamente onde queremos chegar. Então, vamos chegando. Eu quero saber sobre os equipamentos fotográficos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu sugerir para a senhora...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – É uma questão de ordem, não é sobre a matéria.

Eu pediria, uma vez que a testemunha também é indiciada, que V. Exª pudesse nomear como advogado **ad hoc** o primo do depoente, pois, se não me engano, ele é advogado. V. Exª pode nomeá-lo, na sua autoridade de Presidente, como advogado **ad hoc** do caso, apenas para acompanhar o depoente?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu somente gostaria de saber se ele quer, porque ele foi...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Mas o advogado **ad hoc** é uma nomeação mesmo. Chamamos o advogado, e ele, naturalmente, aceita a nomeação. Isso é comum na nossa atividade profissional.

(Intervenções fora do microfone)

O senhor também pode abrir mão formalmente do advogado, não há problema algum.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu tenho um advogado. Eu não o trouxe porque foi falado que ele não precisaria estar aqui, e eu confio nesta Comissão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Eu quero saber se o senhor abre mão da presença de algum advogado ao seu lado.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Se V. Exª quiser colocar algum da Comissão, eu aceito. Mas, colocar o meu primo, eu considero injusto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – O senhor abre mão? Há algum problema para o senhor abrir mão da presença de um advogado. Só quero saber isso. Se o senhor vai abrir mão, não tem problema algum.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Desde o início, eu abri mão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Então, está certo. O senhor abre mão da presença do advogado. Isso vai ficar consignado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É só para ficar consignado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, agradeço pela gentileza de abrir mão de uma prerrogativa que é sua, mas havíamos compreendido que o senhor já tinha...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso me foi pedido. Se não me engano, o Zequinha alegou que não viria hoje aqui, porque não tinha como trazer o advogado dele. E, para mim, não tem problema.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom, então, deixe-me voltar com o Senhor, a esta circunstância: o Instituto tem máquina fotográfica e equipamento fotográfico?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não chegamos lá, mas vou me adiantar. Na ida à entrevista com o Jô Soares... Volto a afirmar que o Instituto nunca teve máquina fotográfica. Usava-se a máquina do Zequinha Barbosa há muitos anos. Inclusive, essas máquinas foram perdidas; uma foi perdida...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor me disse há pouco que o Instituto tinha equipamento fotográfico.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. O Instituto tem parceria com a Universidade Católica Dom Bosco. Quando o Instituto precisa, ele faz uso ali. O que acontece? Pela magnitude da entrevista, com o Jô Soares, queríamos levar uma máquina.

Tudo que pese para a universidade é feito por CI, Comunicação Interna. Não foi possível levar uma máquina fotográfica da universidade. O que aconteceu? Um dos diretores, que estava presente à entrevista do Jô, foi até uma loja, no Shopping Morumbi, comprou uma máquina e praticamente a doou, porque não recebeu esse dinheiro de volta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Doou a máquina. Então, a foto apreendida pela polícia no Instituto...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi tirada com essa máquina. Agora, chegamos à máquina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que máquina?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Essa que foi comprada no Shopping Morumbi, em São Paulo, por ocasião da...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foi tirada, portanto, com a sua máquina.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não foi tirada com a minha máquina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa máquina, que foi comprada no Shopping Morumbi, ficou em poder de quem? Quem bateu as fotos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu bati as fotos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor bateu as fotos. O senhor colocou o filme na máquina?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Coloquei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem bate as fotos coloca o filme.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Com essa máquina, foram tiradas as fotos da entrevista com o Jô Soares.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas fotos o senhor tirou?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Em torno de trinta fotos, no programa, ou trinta e quatro fotos; era um filme de trinta e seis poses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De trinta e seis poses. Quantas fotos foram apreendidas? O senhor lembra? Eu vou pesquisar isso. Isso eu não tenho aqui.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nenhuma. Apreendida comigo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. no Instituto.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Uma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma foto. Então, o senhor depõe no sentido de que utilizou quase todo o filme, talvez não todo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mas, a delegada que foi lá, que esteve na minha casa fazendo a busca e apreensão, não apreendeu o restante das fotos porque ela não quis. Ela falou que, pelo depoimento das moças, bastava uma foto. Então, ela pegou uma foto do Zequinha sendo entrevistado pelo Jô.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são as outras fotografias que o senhor fez com aquele filme?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Lá no Jô Soares devo ter batido umas trinta e duas fotos; restaram umas quatro fotos. Para retirar o filme da máquina, quando cheguei...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A gente bate todas antes de mandar revelar.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, antes até de retirar e colocar outro filme. No dia em que cheguei de São Paulo, estando em São Paulo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que dia o senhor chegou de São Paulo?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, data assim... É fácil. A entrevista do Jô Soares, se não me engano, foi no dia 22; no dia 23 à noite, nós embarcamos para Campo Grande. É uma coisa assim. Não foge muito disso.

O que aconteceu? Essa moça, que declinei o nome, inclusive, liguei de São Paulo, tentando falar com ela, porque... A senhora já pulou uma parte aí, né? A senhora já pulou uma parte aí; a senhora já foi lá para as fotos... Tem a parte em que eu saí com as meninas junto com Zequinha Barbosa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está tudo escrito aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor quer falar sobre a sua saída com as meninas e o Zequinha Barbosa...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quero, Deputada. Eu quero falar tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor quer falar tudo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quero.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, por favor.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Começa desde o início, então?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me responder, então, sobre a sua saída com as meninas e Zequinha Barbosa. Eu volto para as fotos depois.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, zera tudo. Foi o seguinte, Deputada. Eu estava... Nós fomos convidados para essa entrevista com o Jô Soares. Eu não tinha uma roupa adequada, porque foi confirmada a minha presença quase em cima da hora. Dirigi-me ao shopping, em Campo Grande, comprei algumas roupas, passei para jantar em uma churrascaria que eu freqüento. Resolvi não jantar. Vim. Normalmente pela... Vou traçado mais ou menos para a senhora entender o porquê. Essa churrascaria, quando a gente sai, dá nessa rua 15 de novembro. Eu passando ali, notei que tinha três meninas, sentadas em um ponto de ônibus. Ta. Uma delas aparentou que tivesse me observando. Dei a volta para me certificar. E, novamente, senti que havia uma reciprocidade de olhares. Estacionei. Essa moça veio. Perguntei o que ela estava fazendo. Ela disse: "Olha, nós vamos a um baile às 11 horas. Eu falei assim: "Gostaria de, antes de... até a hora do baile a gente sair, bater um papo e tal? Ela disse: "Estou com minhas amigas." Eu falei: "Não tem problema." Ela chamou as amigas. Elas entraram no carro e fomos dar uma volta. Voltamos para as imediações do shopping e eu perguntei onde elas gostariam de ir, porque é aquilo que falei antes para a senhora. Não gosto de baile, não gosto de barulho. Perguntei se queriam ir a algum barzinho... Afonso Pena só não tem mar, mas é como se fosse uma orla. Aí, uma delas falou, a que se dizia mais velha: "Nós somos garotas de programa." Eu já vinha, nós – Zequinha e eu... Esse instituto foi criado com muito sacrifício, Deputada, com muita dedicação de ambos. Inclusive, passou pela perda das próprias famílias, porque a gente dedicava mais tempo a tentar construir esse instituto do que qualquer outra coisa. Um mês atrás, dois meses atrás, não me lembro, nós tivemos um... Já vinha vindo com um certo problema de administração... Não é de administração, porque... Aí, tivemos uma pequena discussão, e aquilo não ficou sanado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem teve essa discussão?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – O Zequinha e eu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor e o Zequinha?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque a amizade mesmo, como eu disse para a senhora... Como eu dizia, era de dois irmãos, realmente. Aí, quando elas me falaram isso, liguei para o Zeca. Falei: "Zeca, tem três garotas aqui que se dizem garotas de programa. Parei no orelhão, liguei para ele. Ele me chama de mano véio... Ele trata como irmão.

Ele falou: "Olha, mano véio, está na hora de a gente comemorar... Sei lá, comemorar nossa harmonia entre os dois... E entre as famílias porque, pelo que li, chegou a afetar, inclusive, as próprias famílias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pensou em comemorar a harmonia entre as famílias com as garotas de programa, então?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A senhora falou que não ia me julgar aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, não estou lhe julgando. Estou pensando...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Se eu tivesse...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor me permita. Também tenho os meus...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu não tenho...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu não quero lhe julgar, mas também não vou passar a mão na sua cabeça.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, eu também...a cara de pau de dizer aqui que gosto, que aprecio uma situação dessas, de precisar sair com uma garota de programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chamou o seu mano velho para retomar o relacionamento que vocês tinham.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – (rindo) Eu convidei, ele aceitou e falei: "Bom, vou passar no caixa eletrônico, e a gente se encontra nas proximidades do aeroporto, perto desse local lá, em que resido, que tem um motel".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi nesse motel que é perto da sua casa, que o senhor tinha declarado.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É, e quando chegou a hora do combinado – ele estava demorando, ele estava para a frente do OCDB, que é uns três quilômetros dali –, eu estava sem celular e tornei a ligar para ele, falei "olha, Zeca, não estou conseguindo tirar dinheiro aqui no Itaú e vou tentar o Itaú do aeroporto, que sempre está aberto" e que ficava no caminho do motel.

Fui lá, consegui tirar o dinheiro lá e liguei para ele novamente. Agora não lembro se liguei novamente para ele dali. Não, fui ao motel para ligar para ele do motel. Cheguei lá...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse mesmo motel?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É, cheguei lá não tinha suíte disponível, que é um motel aconchegante, bem pequenininho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas meninas estavam com o senhor? Três?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Três. Aí,...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só um minuto. Eram três meninas para fazer um programa com o senhor e com o Zequinha?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – O Zequinha Barbosa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eram os dois para fazer o programa com as três?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Com as três. Fui até lá, e não tinha a vaga; retornei, liguei de um outro orelhão. Acho que tínhamos marcado, a princípio, no Círculo Militar, ali em Campo Grande, para ir ao motel, mas como eu já tinha ido, retirado dinheiro no banco e tal, voltei, liguei, ele estava praticamente atrás de mim e falou "não, já estou te vendo daqui", porque é na Afonso Pena perto do Círculo Militar.

Aí, dali saímos, meu carro estava com as compras que eu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De roupas, de...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – ...estava cheio de coisa lá dentro, inclusive umas ficaram no banco e outras no porta-mala. Aí, resolvi deixar no posto. Uma das meninas foi comigo, nos dirigimos ao posto de gasolina, posto Marcelo, deixei o carro lá, entramos no carro do Zequinha...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi aí que o senhor trocou de carro. Como é o carro dele mesmo?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É um Toyota Corolla.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o Corolla?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso. Eu estava num Celta prata.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu carro que é um Celta ficou no posto de gasolina?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ficou no posto de gasolina e, aí, nos dirigimos para o motel. Motéis grandes que têm na saída de São Paulo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como? Não entendi.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Motéis grandes que estão na saída de São Paulo, que pouco freqüento porque a distância é muito longa e são motéis enormes, digo, suítes enormes. Entramos em um lá, o Zequinha não gostou, falou que era muito velha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês chegaram a ver o quarto?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Só olhamos assim e ele já falou "não, essa aqui e muito velha" e fomos para um outro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor lembra o nome desse motel que o senhor acabou indo?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não sei a ordem, mas, com certeza, um se chama Classic e o outro chama-se Bodoquena.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Um chama-se Classic, e o outro, Bodoquena.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bodoquena?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bodoquena, né?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E foi nesse aí que vocês acabaram ficando.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então. Bom, nesse caso, ali vocês mantiveram relações sexuais com as adolescentes?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor voltou a sair com essa adolescente depois?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu só queria fazer esse parêntese: desde o início, Deputada – e a senhora não me perguntou, e eu fiquei... a senhora sabe porque estou falando isso; eu fui vítima como essas meninas. Desde o início, essas meninas não falaram a idade que tinham, não aparentavam a idade que tinham, é tanto que não houve nenhum subterfúgio para escondê-las de portaria. Se a senhora perguntar para elas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O motel não perguntou nada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, e perguntar para elas se algum de nós perguntou para elas, disse para elas se esconderem, não aparecerem, não. De onde elas lhe falaram, duas tinham 18 anos e uma tinha 19.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deixa eu perguntar uma coisa para a senhor, então, referente a isso que o senhor está colocando: o senhor e o Zequinha Barbosa coordenam um programa com cerca de 120 crianças e adolescentes, portanto, vêem crianças e adolescentes todos os dias de 7 a 14 anos. O senhor tem filhos, meninas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, não, não; meu filho é...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só tem um filho homem, não tem meninas. Mas me parece pouco compreensível que quem tem esse contato cotidiano..., porque o senhor sabe que é bem sério. O Zequinha Barbosa, ele inclusive esteve na casa dessa adolescente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nós vamos chegar lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor quer contar essa parte porque ele foi na casa... Estou gostando mais o senhor contando... está só contribuindo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu só queria terminar o que a senhora estava falando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Exatamente. O seu raciocínio de quando chegaram ao motel.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Certo, mas pegando só a última palavra que ela falou. Deputada, eu tenho consciência de que a acusação é extremamente grave. Eu próprio, Senadora, e depois, quando eu falei nas considerações finais, a senhora... Só isso que eu queria falar, e lá, no final, vamos falar o porquê. Porque a minha vida e a do próprio Zequinha... O Zequinha optou por negar; acho que aí acabou a nossa amizade, porque eu optei por contar... É, porque ele já deu um depoimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Acho que a sua opção é transparente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Por quê? Porque eu, a vida que eu tenho, eu denunciaria, Deputada. Eu não sabia. Se eu soubesse, principalmente a Débora – desculpem-me, falei o nome –, com que eu me envolvi afetivamente, eu teria denunciado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se eu lhe perguntar, então...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Só para pegar esse final que a senhora falou...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou entendendo que o senhor teria denunciado.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu não sabia mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor declara que não sabia...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu não sabia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... mas declara também que teve, sim, envolvimento sexual com essas três adolescentes?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tive. É aí que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou lhe passar o nome aqui.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu sei quais são. Ah, não, com essa aqui não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só com essas duas primeiras?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – E uma outra que eu nunca mais vi. Posso escrever o nome da outra?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Relatora, só para otimizar os trabalhos, sugiro que seja criada uma espécie de senha para nós aqui

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos numerar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Números 1, 2, 3, para que pudéssemos acompanhar o raciocínio das colocações que estão sendo feitas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está concordando, Senador? Vamos numerar...

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Letra?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, letra também não. Letra a gente não quer mais que use. Inclusive na legislação, a gente está tentando mudar. Vamos numerar as adolescentes e vamos passar o número como um código para vocês. Só preciso ficar com essas aqui. Pode anotar aqui. Pode passar para o depoente também.

O senhor confirmar que manteve relações sexuais com as duas primeiras e com essa terceira que o senhor mesmo declarou aqui?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim,

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que também está nos depoimentos das adolescentes. Eu lhe pergunto: o senhor fotografou?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Fotografei. Já que a senhora estava gostando do raciocínio, creio que o meu raciocínio vai ser bem completo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual delas o senhor fotografou? Fotografou as três?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quando tivemos lá com a 1, a 2 e a 4...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com essas adolescentes, vamos chamá-las assim: 1, 2 e 4.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Aí, para mim, adolescente é menor de idade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, mas é que é, né? Hoje o senhor já sabe.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Só pediria para não pronunciar que não sabia há época. Não quero pegadinha aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, o senhor já deixou claro, o seu depoimento está claro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ninguém usa de pegadinha aqui, de forma alguma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Assim como o senhor esta sendo claro, nós também estamos sendo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então está bom. Só estou pedindo clareza.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A realidade é que elas são todas menores.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hoje o senhor já sabe, está informado. Que é o termo que nós utilizamos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, a quatro é aquela que escrevi:

Zequinha esteve com as três, eu estive com as duas.

Quando eu tive acesso, ontem, ao inquérito, fiquei sabendo por uma das meninas que na verdade ele só esteve com duas. Então,...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que uma das meninas... Que não tinha se consumado.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está escrito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia nos dizer... O senhor viu...? Ele esteve presente, sexualmente, com a um, com a dois e com a quatro.

Agora deixa eu te perguntar o seguinte: entre irmão a gente briga, entre amigos também. O senhor estava com alguma dificuldade, tinha algum grilo, alguma dificuldade no relacionamento seu com o Zequinha Barbosa. Então – não nos interessa exatamente o que é – o senhor resolveu estabelecer uma nova ponte, recuperar esta relação, e optou por essa estratégia...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Já estava estabelecido. Digamos assim, foi uma comemoração infeliz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tudo bem.

O senhor teve, então, essa idéia, a partir do momento em que estava com as meninas... Mas em ou-

tros momentos vocês já tinham vivenciando essa experiência conjunta?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi a primeira vez?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Primeira vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não era comum na relação de vocês?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nós tivemos, cada um saiu com uma moça, foi em Belo Horizonte, foi a única vez, e cada um ficou numa suíte, ficou em hotel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que o senhor foi ter essa idéia. O senhor queria é agradar o Zequinha, o senhor queria que ele ficasse legal, que a relação chegasse numa harmonia. Podia ser: vamos dançar, vamos jantar... Ou podia ser: vamos fazer um programa com essas meninas.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A minha idéia era ter saído, ir num barzinho e ficar nisso, porque acho que da forma como sou, se eu sair, se eu convidei, para gente tomar alguma coisa, tenho certeza que essas meninas não iam sair, para fazer um programa. Elas falaram que eram garotas de programa.

Ainda falei: Vocês tem preconceito a negros, ainda falei isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pelo menos isso, não.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tenho um amigo meu, está aqui em Campo Grande – não cheguei em detalhes -, ele não está legal, eu também não estou legal, se vocês estiverem a fim. Foi isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas isso lhe pareceu que isso ia agradar... Foi uma estratégia de aproximação. O senhor não ia fazer uma coisa que não fosse aceitável.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, Deputada, mas é que agradar parece que é algo de patrão e empregado, puxação de saco. É coisa de amigo. Não me passou: Vou agradar o Zequinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, recuperar essa relação?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A relação estava recuperada.

O fato mesmo era comemorar essa relação que estava recuperada, porque sofremos muito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o fato delas serem meninas bonitas e jovens – pelo menos isso -, jovens objetivamente, lhe chamou a atenção positivamente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso era tão bacana que poderia ser compartilhado com um amigo que se queria bem?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Era isso, aquilo que falei para a senhora. Foi uma comemoração infeliz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com que meninas ele manteve relações sexuais?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Com a 1, a 2 e a 4, as mesmas que estavam lá comigo. Eu mantive com a 1 e a 2.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor viu, foi na mesma suíte.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, a suíte é enorme, tem uma separação e não ficou eu e ele pertinho...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, claro, entendi, mas era no mesmo lugar, no mesmo ambiente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A SRA. me desculpe. Agora já aconteceu. Todo mundo aqui é da... A senhora falou que poderia ser reservado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. O senhor gostaria?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, gostaria porque estou envolvendo outra pessoa e acho que tem que dar direito ao Zeca de falar ou não, e tudo está em segredo de Justiça. Em Campo Grande eu não depus na delegacia porque não estava correndo em segredo de Justiça. Depois que me recusei e fiz constar no inquérito, aí sim, correu em segredo de Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O segredo de Justiça é pelas adolescentes. Elas são menores de idade.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Lógico.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque temos que preservar a identidade delas no sentido de recuperarem a sua vida.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu também me sentia vilipendiado. E se tudo não for verdade?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Veja como é adequada a sua postura frente aos fatos ao revelar, demonstrando que não há razão para o segredo ser em relação a quem pratica isso. Quem pratica precisa responder perante a sociedade.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Estou pedindo pelo Zeca, que não está aqui para se defender.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor deseja, nossa Presidente pode avaliar.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não veio, mas foi convocado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou deixar muito claro para o senhor...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não quero, em momento nenhum, parecer... E avisei a todos eles que no dia que fosse convocado iria falar a verdade. Como já falei para a senhora, eu fui vítima tanto quanto essas meninas estão sendo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deixe-me recuperar com o senhor antes de definirmos uma nova estratégia para a nossa reunião. O senhor trabalha em uma instituição que faz atendimento direto de adolescentes. O senhor conhece os adolescentes. Essa menina primeira... Quero dizer para o senhor que é bastante grave, porque essa menina primeira que o senhor citou tem 13 anos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quando eu fiquei sabendo, eu estava vindo do Rio Grande do Sul, Deputada, pode até parecer cômico, me deu dor de barriga. Fiquei pasmo. Eu estava em um restaurante em Dourados, faltavam 200km para chegar em Campo Grande, eu perdi a fome. Como a viagem era longa... Eu achei aquilo um absurdo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor ficou impactado assim?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque o vereador que estava envolvido na televisão era o mesmo que a menina tinha me falado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor confirma também que ela lhe relatou, muito antes de ser público, tudo aquilo contra o vereador César Disney...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tudo, tudo. Eu encontrei com ele dentro da casa dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor esteve na casa dessa menina? Quantas vezes o senhor esteve lá?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tudo o que estou falando eu tive o consentimento... Se alguém tiver que ir para a cadeia é a mãe da menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque tudo o que estou falando... Eu tive o consentimento da mãe da menina, que não me falou a idade, que pediu para tirar as fotos e gostou e queria que eu tirasse outras... Fiquei abismado porque tinha um menino de 9 anos e uma menina de 10. Elas mostraram essas fotos na frente – aí eu sei da gravidade – dessas crianças. Eu falei: Que é isso? A mãe falou alguma coisa como bonito, eu a chamei para o canto e disse que havia criança ali. Ela sabia que depois que aconteceu tudo isso de eu ter saído com ela... Estou passando por uma fase difícil, não sei até quando vou agüentar porque não passa. Como já falei, eu me casei uma vez só e estava muito carente. Essa mãe sabia da minha carência afetiva, ela podia ter falado que essa menina era menor de idade, mas levou essa farsa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa menina é menor de 14 anos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso significa violência presumida.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Menor impúbere.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, mas depois que fiquei sabendo. Foi a hora que eu falei para a senhora que estava vindo de Dourados. Fiquei sabendo pela televisão. Peguei o celular e falei: Zeca, acabei de ver um negócio aqui que tem a ver com a menina com quem eu estava saindo! E o vereador que ela falou que também saiu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor encontrou o vereador dentro da casa dela, o que ele fazia lá? Estava aparentemente envolvido com o quê? O vereador César Disney ou o Vereador Robson Martins? Quem o senhor encontrou lá?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – O vereador César Disney.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse vereador, César Disney, viu as fotos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Isso eu não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, na sua frente, ele não viu as fotos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, eu parei o carro fora, mas não gostaria de cortar, a gente chega lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas vamos chegar no vereador também, que é importante.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mas onde estávamos?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor estava me dizendo que a mãe mostrou as fotos que o senhor fez, que o senhor bateu, as fotos que eram ...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, estávamos antes, estávamos lá no motel.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ainda estava no motel.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – No motel. Não vamos mais falar no motel. Quero sair do motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No motel... O senhor já respondeu que fez um programa com elas...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mas quero explicar para a senhora onde começou a minha afetividade com essa moça.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Saímos de lá, do motel, ainda estávamos lá e ela me chamou e falou: achei você muito educado e tal. Não tenho telefone, mas tem uma amiga minha...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Achou o quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Educado, carinhoso. Eu não tenho telefone, mas tem uma amiga que tem. Aí eu falei para ela: número um, passe-me, então, o seu endereço, porque eu não tenho por que... Sou solteiro. Vou lá, no seu endereço. E ali ela demonstrou ser uma menina decente e comprovou isso no final, que eu não errei na minha... Acho que é a mais decente de todos nós é essa menina aí, porque o próprio pai e a própria mãe pediram para ela mudar o depoimento a troco de dinheiro e essa menina não fez isso. Não estou muito errado também no que penso das pessoas.

Falei para ela: se você quiser, vou lá te visitar. Ela me deu um papelzinho, escreveu o seu nome e o endereço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Só confirmando: o senhor está se referindo à número um?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – À número um. E aí fiquei com carinho por essa moça. Na saída, ela pediu... As outras saíram para beber, não bebemos lá e nem ela bebeu, o que foi um ponto positivo. As outras beberam e pediram para ficar em um outro lugar. Acho que nesse lugar que elas falaram no início. Não conheço aquela região de Campo Grande, mas acho que era um baile. E elas insistiram, insistiram muito para ela ficar, mas ela optou por ir embora conosco. Deixei o Zeca no posto de gasolina, peguei o meu carro e a levei embora para casa. E ali perguntei: você deu o telefone dessa sua amiga para o Zeca ou o seu endereço? Ela falou: não, estou dando só para você o meu telefone. Falei: "– Então, está bom." Deu endereço e telefone.

Em seguida, fomos para o Jô Soares. Ali, como a suíte é bonita, ela manifestou a vontade de tirar umas fotos, tinha uns coqueiros, umas coisas assim. Eu falei: na hora que tiver oportunidade, você querendo, eu tiro. Voltamos, eu peguei... Mesmo de São Paulo, liguei para o telefone dessa amiga dela, que é a número três.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. – Aí, eu não me lembro – liguei do Hotel Pathernon, em São Paulo, eu estava hospedado lá – se eu deixei recado na secretária ou não. Acredito que não, porque nunca ninguém me questionou. Mas ali em São Paulo estava com vontade de vê-la assim que chegasse a Campo Grande.

Desci no aeroporto e liguei. Alguns amigos estavam nos esperando. Ali do orelhão mesmo liguei e falei: olha, sou um amigo da nº 1. Não sei se ela falou para você, mas ela me disse que quando eu precisasse falar com ela por telefone eu poderia ligar para você. Acho que você é vizinha dela. Pode dar o recado? Só que está meio tarde, talvez se ela... Se não for possível eu entendo.

Ela falou: "Não é tarde, não. Você ainda vai me dar uma carona. Você pode me dar uma carona?" Eu falei: posso. Só vou até minha casa trocar de roupa e te pego onde você estiver.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Pela ordem, qual é essa adolescente?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Essa para quem eu liguei?

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Sim.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A nº 3. Liguei para essa moça. Fiz umas duas ligações, porque é um bairro um tanto quanto complicado. Aí eu disse a ela: olha, se você puder esperar na avenida, porque estou próximo à avenida, próximo à casa da 1, pois ela morava ali próximo. E assim foi feito.

Não a conhecia. Aí, ela teve que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A nº 3 o senhor não a conhecia?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, a nº 3.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não a conhecia?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não a conhecia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela não tinha ido da primeira vez, então?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, e a primeira que vez que eu tinha falado foi quando eu desci do aeroporto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, naquele primeiro programa foram as outras três?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, a nº 1, a 2 e a 4.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quando ela me falou de quem se tratava, combinei, e ela disse: "Olha, vou estar em tal lugar". Ela falou. Eu passei com o carro e não gostei da aparência. Infelizmente, se eu tivesse ido embora e deixado para ir a casa... Eu não ia deixar de rever a nº 1. Mas naquele dia, eu voltei. Falei: fui eu que te liguei e tal, você é amiga da nº 1, você pode me levar até ela? Ela falou: "Posso". Andamos umas quatro ou cinco quadras. Elas estavam próximo a um terminal de ônibus e estavam indo para o centro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa moça nº 3 cobrou alguma coisa para levá-lo até a outra?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nada, nada, não cobrou nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quanto que o senhor pagou pelo primeiro programa, quando o senhor esteve com Zequinha Barbosa? Só para retomar em termos de valor, de preço.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu paguei R$40,00 para cada uma e não me lembro se foi 60 ou 80, porque eu quis, para a nº 1. E as despesas do motel quem pagou foi o Zeca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele pagou com dinheiro?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não me lembro. Houve uma cena lá, e ele ficou muito brabo e uma das meninas chegou a chorar, porque deixou a portinha aberta e ele ficou com medo de ter sido reconhecido. Em seguida, a menina sentou em cima do CD dele. Aí danou tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele ficou brabo com essa menina?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ficou. E essa menina chorou dentro do carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com qual delas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Com a nº 2.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela chorou porque ele foi agressivo verbalmente?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Verbalmente, nem xingou. Ele fala alto normalmente. Que eu lembre o único xingamento que houve foi de burra. Acho que na explosão isso é relevante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, eu o conheço.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sabemos bem que existe no Brasil uma erotização precoce. As moças, às vezes, aparentam um pouco mais de idade, mas é estranho que o senhor e o Zequinha não tenham reparado, porque 13 anos é muito pouco. Insisto nesse ponto. Vocês, em nenhum momento, perceberam que elas tinham treze anos ou perguntaram isso? A fundação trabalha com adolescentes. É muito estranho. O processo em si, essa coisa ficar na rua, ir para cá ou para lá, está bem, ou melhor, é isso que acontece, infelizmente, no Brasil e em outras partes do mundo. Insisto no fato de elas serem menores de idade. Foram vocês dois e não é possível que não tenham percebido que elas eram menor de idade.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Senador, o senhor chegou agora, mas eu vim com toda a tranqüilidade depor e falar a verdade porque eu não percebi. Quando percebi, foi quando vi na televisão. Eu tinha aquiescência da mãe. No final, é que fui perceber, perceber não, a própria mãe falou que ela faria dezoito anos – essa foi a mentirinha que ela pregou – no dia 31 de dezembro próximo agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem lhe disse isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A mãe, mas lá na frente. Está respondido, Senador?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É importante essa informação da mãe.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Patrícia Saboya Gomes) – Ela lhe disse a idade?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, no final do relacionamento...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A adolescente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não. A mãe deia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você não perguntou?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, eu perguntei. A mãe confirmou a idade dela de dezoito anos. No dia em que fui lá, tinham comprado uma pizza para a menina que estava fazen-

do dez anos. Aí ela, em tom de brincadeira, disse: eu brinquei com você...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria que a menina de dez é uma criança. Olhando para ela, o senhor nota que ela é uma criança.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A senhora conheceu as meninas? A de dez e a de treze?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conheci a de treze anos; a de dez não.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quero que a senhora veja: a de dez é extremamente criança; a de treze é uma mulher feita.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Senadora, acho que as ponderações do Senador Eduardo Azeredo são absolutamente pertinentes, porque precisamos conhecer...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu falei, está gravado isso tudo, está tudo por escrito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o senhor chegou à casa da menina?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu quis me encontrar com a número um. Tive que telefonar para esta aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sozinho?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sozinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Neste momento, o senhor não convidou o Zequinha Barbosa?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, o Zequinha estava em São Paulo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para este segundo momento ele não foi?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, ele estava em São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele continuou em São Paulo após seu comparecimento no Programa do Jô Soares?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Continuou. De lá foi para o Nordeste. Apareceu depois de uns quinze ou vinte dias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor logo que chegou do Programa do Jô Soares resolveu procurar a adolescente número um por intermédio da adolescente número três?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Como havia sido instruído.

A SRA. PRESIDENTE (PPS – CE) – Certo. Combinaram de se encontrar, de pegá-la na casa dela. E daí?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Zequinha Barbosa também pagou as adolescentes, ou o senhor pagou um cachê total? Na primeira vez, foi só o senhor quem pagou?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi só eu. Foi um rateio, ele pagou a conta do motel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Houve um rateio financeiro entre vocês. A despesa total vocês dividiram.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ele nem sabe que eu paguei a mais para a outra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Entendi que a despesa total foi dividida e o senhor pagou a mais porque quis para essa adolescente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Paguei a mais porque quis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Houve um pagamento dos dois.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Enfim, encontrei-me com a número um. Não me lembro se nessa data dei carona, porque numa vez dei carona para uma menina, eu não me recordo nem o nome, que estava com essa número três.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor a encontrou em casa?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A número três?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, a número um. O senhor foi levado até a casa dela.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Eu estava falando para a senhora...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A número três o levou aonde?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A número três falou: ela está a quatro ou cinco quadras, próxima a casa dela, porque ela saiu da casa dela e foi para um terminal de ônibus para o centro. Eu a peguei e levei. E, desde o início, o meu santo não bateu com essa número três. O primeiro lugar que ele quis ir foi ao Chips, que a senhora mencionou. Ocorre que o Chips é notoriamente um lugar de garotas de programa. A senhora havia me perguntado se eu freqüento. Não, eu não freqüento, mas eu conheço. Falei no início que eu não me sinto bem e me sinto extremamente envergonhado de estar aqui expondo a minha vida, porque acho que, sendo transparente, vai chegar em toda a verdade.

Não era a primeira vez que eu tinha usado esse expediente de sair com mulheres de programa. Então, eu sabia que ali pelo menos não era freqüentado por boas mulheres de programa. Boas no sentido do ser

humano. Minha vida está tão arrasada, Deputada, que já paguei garota de programa para ficar conversando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Mas aí, nesse caso, o senhor não queria só conversar. O senhor gostou das meninas...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, mas aí não gostei que essa menina tivesse...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela seguiu no carro com vocês ou não?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, ela pegou carona.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa e uma outra ainda?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, a de número dois estava junto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tá. Então, estava a de número um, a de número dois e a de número três no seu carro, a partir do ponto de ônibus. E onde é que foram?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, essa queria ir para o Chips, e, novamente, a número um falou: "Não, já que me encontrei com o Luiz Otávio, eu vou ficar com ele". Essa ficou danada, possessa, essa de número três: "Pôxa! Mas fiquei aqui, fui tão legal com você, te esperei, porque você queria falar com a número um". Eu falei: "Olha, primeiro, eu não vou lá, não freqüento e não vou levar vocês".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Daí o senhor as levou para onde? Largou em algum lugar?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Daí ela me fez ir até lá para depois dizer o seguinte: "Não, se vocês não ficar aqui comigo, quero voltar para casa". Aí tive, contra a vontade, que falar: "Olha, moça, sou uma pessoa extremamente calma. Agora, você está... Pôxa!" Aí tive que voltar, deixá-la próximo da casa dela. E saí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor seguiu com a de número um e a dois e foi para onde?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Íamos a um barzinho, não me lembro se fomos ou não. E aí a dois, não foi nem a um, falou assim: "É, não esqueci que você prometeu que vai tirar umas fotos da um".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já estava com a máquina, que é aquela que foi para o Jô Soares?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu estava com a máquina, com a minha maleta, estava com tudo ali, porque só troquei de roupa e nem tirei a coisa do carro. Eu estava com uma maleta, uma que está agora na outra sala.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E aí o senhor levou as meninas, as duas, para um motel?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, ainda brinquei com ela, falando: "Você quer que tire uma foto sua?" Peguei a máquina e tirei uma foto dela, dentro do carro. Essa foto também tem. Aí a número um insistiu: "Não, ela quer também tirar essas fotos".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor quer me dizer que não queria ir para o motel dessa vez? Queria.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, eu achei um outro presente, pô! Eu queria ir só com a número um.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor foi com as duas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ambas queriam. Só que eu queria, desde o início, manter um relacionamento só com a número um.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor levou as duas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Levei as duas. Elas pediram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor teve relações com as duas, então?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Com uma só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com essa número um?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Com a número um, mas tirei foto das duas. Entreguei... Tirei as fotos... Não me lembro se fomos para algum outro lugar antes ou depois. Enfim, deixei-as em casa. Aí que vem uma...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso era de noite, de madrugada já?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Era noite. O nosso vôo chega às 21 horas e 15 minutos. Aí a convivência com a número um foi se estreitando. Então, nesse dia, a número dois, depois que tiramos as fotos, ela cochilou, deu uma cochilada. E aí mantivemos uma relação amorosa mesmo, porque não foi nada... Foram duas pessoas que estavam se conhecendo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem. Só que ela tem treze anos. Vamos lá. Deixa eu lhe dizer o seguinte: Aí, o senhor saiu desse motel e quando é que o senhor voltou a encontrar essa menina?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, aí...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor manteve por quanto tempo relacionamento com ela?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi curto, porque, depois eu fui logo para o Rio Grande do Sul, e vem a história do Vereador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas antes do senhor ir para o Rio Grande do Sul, o senhor foi na casa dela.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, aí, fui. Aí, fui na casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor foi na casa. Isso me interessa, porque eu quero saber da mãe dela.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está bem, fui na casa dela. Passei. Tinha uma Blazer escura com um adesivo da cidade de Campo Grande, alguma coisa branca, assim, do lado direito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós já ouvimos falar de uma Blazer de propriedade do Vereador.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deduzi que fosse a tal Blazer do César Disney.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela já havia lhe falado do César Disney.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ah, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu queria saber se ela já havia lhe falado sobre o César Disney...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Aí, nessa última saída que tive com ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor saiu com a um e com a dois.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Como?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nessa saída que foi com a um e com a dois.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso. Enquanto a dois dormia, ela foi me contando algumas coisas e, nessa oportunidade, ela me contou e eu falei para ela. Falei: "Olha, eu acho que você não deve. O cara é casado. O que ele vai ... você vai ser sempre a segunda".

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela relatou que estava apaixonada ou alguma coisa desse tipo ou que só mantinha um relacionamento?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Ela relatou que foi muito apaixonada, mas que estava se desvencilhando e foi até combinando aqueles motivos que eu estava apregoando ali para ela. Aí, ela me contou do Vereador, mas não me contou toda essa podridão que vim saber pela imprensa. Apenas que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela lhe contou que a mãe havia oferecido ela, sexualmente, para o Vereador, quando ela tinha 10 anos de idade?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Nunca falou isto. Aí, eu falei: "Olha, eu não vou te prometer nada, mas estou passando por um momento difícil e me simpatizei por você; me afeiçoei com você" – e senti essa reciprocidade por parte dela – "se você quiser me conhecer melhor, me dê oportunidade para conhecê-la". Aí, ela me falou um pouco da família e falei que gostaria de conhecer a sua família.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí, o senhor pediu para conhecer a família dela?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Pedi. Não me lembro se era seis e meia ou sete horas de um dia...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí, o senhor foi levar as fotos para ela ver também.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, porque elas ainda não tinha sido reveladas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Aí, não me lembro se foi um, dois ou três dias após – acho que foram dois dias após – ela me falou: "Você vai tal dia, entre às seis e meia ou sete horas que eu já estarei lá". Quando cheguei lá, encontrei essa Blazer estacionada. Passei reto e não parei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque, segundo a descrição, era a Blazer do Vereador.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela é que tinha falado.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ela tinha falado que ele tem uma Blazer assim, assim, e foi opção minha. Ela não chegou para mim e falou para mim: "Ele vai estar lá e se ele estiver lá, não entre." Ela me contou isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já conhecia o Vereador?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, de vista. Eu participei do Governo. Tive a honra de participar do Governo Zeca do PT. Aí, o Vereador estava lá e eu dei meia volta e fui embora.

Revelei as fotos e levei para a mãe dela – levei para ela. Fui recebido pela mãe dela no portão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Até então, o senhor não a conhecia.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não conhecia. Eu tinha ido há uns dois ou três dias para conhecer, como havia falado: "Quero conhecer a tua família." Cheguei lá, ela disse: "Ah, você que é o

famoso Luiz Otávio, muito comentado aqui pela um", e me encheu de elogios. Aquilo que ela havia falado... Ela estava tomando banho e, em rápidas palavras, ela me falou que me achou uma pessoa muito descente e muito educada e tal, tal. Eu pensei: "Opa, a impressão foi boa". Como eu a conheci como uma garota de programa, é lógico que a minha cabeça estava turbilhando. Começar uma relação, por mais que estejamos carente... Mas eu gostei do que vi ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor mostrou as fotos pra menina?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nisso vêm essas duas crianças. Aí a um? e a própria mãe: tô sabendo que você tirou as fotos; nos estamos morrendo de curiosidade para ver. Eu fiquei... Por isso que eu falo, Deputada, não é apenas só aparência, é a conduta. Ela tem uma conduta de mulher que com quarenta anos eu tenho vergonha ainda. Se a senhora quiser me chamar de mentiroso ou de ingênuo, a senhora pense o que quiser, mas eu tenho que falar com o meu coração aqui pra senhora, porque respeito o trabalho que vocês fazem.

Essas duas eram duas mulheres que o único que teve um pouco de decência na frente daquelas crianças fui eu. Eu fiquei envergonhado. Se a senhora viu as fotos, as fotos não são fotos assim, é... que adjetivo que eu vou utilizar... eu chamaria de fotos sensuais, não são umas fotos... é...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas elas mostraram para as crianças?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Elas mostraram. Isso eu fiquei indignado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chegou a pagar alguma coisa pra mãe dela?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Aí...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pediu dinheiro?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Pediu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pediu?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Pediu. Inclusive, Deputada, se a senhora puder... se não tiver... esperar a Presidente, que está lendo... Viu, Exª, inclusive se alguma coisa não tiver batendo e vocês puderem me ajudar...? Porque às vezes eu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, está tudo batendo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque às vezes uma ida lá, eu confundo com uma outra...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, está tudo coerente com o depoimento das meninas. Eu quero saber disso: se ela lhe pediu dinheiro; quanto ela lhe pediu e motivada por quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – E aí ela...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque isso não tava ainda, isso é novo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Aí ela pegou e tinha o aniversário dessa de dez anos. Ela pediu a pizza, ela pagou a pizza. É como a senhora falou: era novo ali. É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A mãe que pagou?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É. Pagou porque eu saí. Eu fui em casa tomar banho e retornei. Aí até me ofereceram; eu não quis. Então, em momento algum, eu deixei na cabeça dessa menina que eu queria ser mais um a usar meu pouco poder econômico, mas pra elas deve ser muito, pra comprar o carinho delas. E fui bem recebido ali. E não gostei daquilo que acabei de falar.

Quando eu voltei, a menina que estava fazendo aniversário tinha levado um tombo no pegar a pizza lá, acho que do motoqueiro, ali. É bem acidentado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando o senhor voltou de onde?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – De casa. Eu fui... eu deixei elas vendo as fotos, porque era meio cedo ainda e aí fui em casa, tomei banho e voltei. Aí ela tinha me falado que a aniversariante tinha caído e realmente tava torcido o pé.

A dor persistiu. Fui até uma farmácia com a número 1, comprei uma pomada, só que aí eu já comecei a me atrasar pro compromisso que eu tinha. Dali da farmácia tinha um orelhão, eu tava sem celular ainda, liguei. E falei, falei: olha, eu posso levar essa moça comigo aí? Era uma conversa até sobre política, relacionada à viagem do Zeca com um dos diretores, amigo, ex-vereador, um monte de coisa, nosso, que hoje é o advogado do Zequinha Barbosa. Liguei pra ele e falei: só que eu to acompanhado, eu posso levá-la comigo?

Ele falou: pode. Fui. Voltei, entreguei a pomada. Quando eu to saindo, a número 1 me diz o seguinte: olha... ela entendeu... eu achei bonito nela porque ela me respeitou, como eu a estava respeitando. Ela entendeu que não deveria mais... tinha um código ético e moral – se pode se chamar assim, sem ter combinado – que não iria ter essa coisa de dinheiro. Teria se...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela lhe falou que não queria mais recebê-lo?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. É isso que eu quero dizer. O que achei respeitoso foi que não precisou falar. Ela sentiu em mim, e eu senti nela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que ela estava saindo já porque estava interessada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque estava interessada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bom. Mas aí...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Aí, só que ela falou: "Estou constrangida, porque, com esse tombo da minha irmã, minha mãe pediu se você não tem como arrumar R$20,00 para o táxi". Daí, falei: "Tá bom". Tinha havido, realmente, esse pequeno incidente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foi a mãe que, diretamente, lhe pediu?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A mãe não lhe pediu dinheiro, diretamente, então?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Ela que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pediu à filha que pedisse?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É. Mas eu a vi, porque aí ela não entrou na casa. A mãe veio até o portão, ela pegou, deu, a mãe agradeceu. Aí, ainda me preocupei com a menina, e falei: "Estou sem celular"...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. Parece uma mãe preocupada com o tombo da filha...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, parecia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No entanto, é acusada de levar uma criança, com 10 anos, para ter atividade sexual com o seu amante?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Depois que fiquei sabendo, aí, tudo começou a bater. Aí...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela lhe contou isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Até hoje, nunca mais vi essa senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. A menina havia lhe contado do envolvimento e dessa parte, de que a mãe havia lhe oferecido ela?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não. Ela não me contou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Insisto, porque isso é...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Por isso que falei, Deputada. Se eu ficasse sabendo, não ia esperar a senhora ir a Campo Grande, não. Eu teria denunciado. Aí, ela pegou... Fomos à chácara do Dr. Abadio, conversamos, rapidamente, o que tínhamos para conversar, e ele me fez um convite. Falou: "Olha, amanhã, estamos indo para a fazenda da minha namorada, vocês não querem ir?" E ela ficou entusiasmada: "Ah, eu quero."

Volto lá na casa da mãe dela. "Então, vamos lá pedir para a sua mãe." Na mesma hora, a mãe autorizou; ela fez... Quando voltei...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde é essa chácara?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A chácara é onde o advogado mora, meu amigo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E vocês iam viajar para um outro lugar?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Daí, só no outro dia, nós iríamos cedo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quando eu estava ali, que mostrei as fotos, que ela falou que, inclusive, tinha que tirar uma da sogra... Achei até estranho, porque, tirar daquele jeito...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deixe-me só interrompê-lo, um minutinho, para tirar uma dúvida? Estou percebendo que, no seu relato, há uma preocupação muito grande, sempre, em perguntar à mãe, em pedir autorização à mãe. E o senhor diz que jamais imaginou que ela fosse uma menina de 13 anos de idade. Pensou que ela fosse já maior de idade. Já tinha ido ao motel duas vezes, já tinha tirado algumas fotos com ela, já tinha ficado só. Por que tanta preocupação em estar comunicando para a mãe?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Justamente... Porque isso, na verdade, essa comunicação ocorreu uma única vez, né? Mas aí eu estava querendo era estabelecer um outro tipo de relacionamento, respeitando a família. Inclusive, mais adiante vamos ver, eu queria conhecer o pai. O pai também era ausente, e acho que só às segundas e terças, pela profissão dele. Aí, voltamos...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só uma questão. Mas o Zequinha Barbosa também esteve na casa?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Esteve.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Em outra ocasião.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ainda não chegou aí...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que o Zequinha Barbosa foi fazer na casa dessa menina, dessa número um?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A senhora não quer que eu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não chegou ainda lá?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não chegou.

Outra coisa: não fui também... Senadora, não é só a questão de pedir autorização; é questão de que íamos dormir fora. Saímos para voltar na mesma noite. Fomos até o meu amigo e íamos retornar a casa. Como íamos sair mais cedo, íamos sair cedo, no outro dia...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse seria o dia de ir para a fazenda, com o advogado e a namorada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso. No dia...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Aí, o senhor foi à casa dela, pedir autorização...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É, fui avisá-la, né? Porque acreditava que a mãe deveria ficar preocupada. Porque, segundo ela, quando ela fez o programa conosco, ela falou: "Tenho 18 anos..." Tudo o que falei e que a senhora acabou de falar, só que ela falava que não sabia, que a mãe não sabia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ah, que a mãe não sabia?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ela falava que a mãe não sabia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas o senhor viu que não era verdade quando a mãe viu as fotos e achou muito natural e bonito?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ela achou, e eu vi que ali havia alguma coisa errada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mesmo assim, o senhor achou que deveria pedir autorização para viajar no outro dia?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A questão foi um comunicado. Não vejo mal nenhum também em pedir autorização. Para a senhora ter uma idéia, um dia, a Número 1 não queria sair – porque acho que ia receber a visita do Vereador – e disse: "Não, você vai, você vai".

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor presenciou isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. A mãe falou na minha frente. Foi até bom a senhora falar isso, porque agora me lembrei do que aconteceu. Nesse dia mesmo em que voltamos, ela tinha combinado com as amigas de sair. Se não me engano, foi nesse dia em que ela tinha combinado com as outras amigas de sair. A mãe falou: "Não. Pôxa! Vai! Vocês vão para a fazenda amanhã. E vai sair". E fui lá com a intenção de dormirmos em um motel, para, no outro dia, partirmos para a fazenda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E ela não foi?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi. A própria mãe a incentivou. Ela estava meio relutante.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor disse que ia dormir em um motel com ela e que depois ia para a fazenda?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, eu falei para a mãe que íamos dormir juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Aí fui até minha casa, porque também não estava preparado para ir para a fazenda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor mora só?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Moro com meus pais. Tinha uma casa próxima à dos meus pais, mas não tenho mais.

Fui até minha casa, peguei uma muda de roupa, uma bermuda, coloquei no carro e fui para o Hotel Metropolitan.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Hotel?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Hotel Metropolitan.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não pediram a identidade dela no hotel?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não pediram.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor já era conhecido no hotel?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sou conhecido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, as pessoas não pediram?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não sei se eles têm essa atitude com todo mundo, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Os hotéis precisam pedir, assim como os motéis, identidade de quem dá entrada no estabelecimento.

Qualquer pessoa que vai hospedar-se em um hotel tem que dar identidade e todos aqueles dados. Lá não pediram a identidade da adolescente Número 1?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Senadora, o trabalho que estão realizando aqui e em todo lugar já está surtindo efeitos. Não fui depois a motel, mas fiquei sabendo que não se entra mais em hotel de Campo Grande sem identidade, assim como em motel.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Era só para esclarecer. Então, lá não pediram?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Nem lá, nem lugar nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor dormiu no hotel?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Entrei, dormi, tomamos café da manhã, no dia seguinte. O hotel tem uma piscina agradável. Amanheceu um dia muito bonito, porém frio. Ela queria ficar no hotel para desfrutar um pouco da piscina. Ela achou que estava muito frio. Mas eu estava comprando a idéia, porque estava um tempo agradável para ficar no hotel. A diária se encerrava só ao meio-dia. Liguei para esse meu amigo e disse: "Não vamos mais. Estamos no hotel e não vamos mais". Ele insistiu: "Pôxa, está tudo preparado aqui. Já comprei as coisas". Perguntei para ela, e ela concordou. Chegamos lá, e já estava tudo arrumadinho. Passamos na casa da namorada dele e tivemos uma tarde praticamente...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A namorada dele já o era há muito tempo ou também era alguma menina...?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não. Era há muito tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Maior de idade?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Bem mais de idade. Não sei nem se tem mais idade do que ele. Ele deve ter uns 50 anos. A fazenda é dela. Lá encontramos uma família comum, o irmão dela. Em nenhum momento, ficamos pegando a mão, beijando, nada, mas como duas pessoas que estão realmente se conhecendo. Eu estava apresentando a pessoa em que estava interessado aos meus amigos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como namorada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Até ali não, porque estava cedo ainda. Aí, almoçamos...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É correto dizer que o senhor estaria se apaixonando por elas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Falei isso no início, é correto. Não fiquei apaixonado, Senador, eu estava extremamente carente e ela me envolveu. Aliás, eu me senti atraído por ela. Faltou a Deputada ter-me corrigido, senão faltará a parte do Zequinha ter ido à... Já estou no final da história e pulei, a senhora não me corrigiu.

Agora vou ter de voltar, porque ela me perguntou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos voltar para a chácara.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A ida do Zequinha foi anterior a esta noite em que estive lá e dormi no Hotel Metropolitan. A ida do Zequinha se deu da seguinte forma: eu próprio, conversando com a mãe dela, aí sim, daquilo que eu havia visto das fotos daquela criança de 9, 10 anos. O Governo do Estado tem um projeto muito bom, bem próximo à casa delas, deve ser a uns 100 m ou 200 m da casa dela. Convidei o Zequinha para ir lá. Ela me pediu também para conhecer pessoalmente o Zequinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando foi isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi aí que pulei. Eu até tinha pedido que, caso eu pulasse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Para o senhor não ir e voltar, o senhor estava falando da chácara quando me retirei por um instante. Eu queria retomar se o senhor tem ciência, se o senhor confirma - porque o depoimento que temos é esse - a presença do Sr. Abadio.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Confirmo ele e a namorada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo, como o senhor disse, a namorada dele.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – O Dr. Conrado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E que o senhor apresentou a menina que estava com o senhor como sua namorada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, para o Abadio falei que eu estava interessado naquela moça.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. E o pediu que ela dissesse que tinha quantos anos se fosse perguntada?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, que ela dissesse a verdade, 18 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No depoimento da adolescente temos uma outra referência, por isso que lhe pergunto.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, eu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que o senhor teria pedido para ela dizer que tinha 17 anos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Se eu fosse pedir alguma coisa, pediria que ela tivesse 20, 25.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas talvez não fosse tão convincente. O senhor é um homem inteligente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Até concordo. Não pedi nada. Eu gostaria também de ter um pouco de mérito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo, o senhor tem o mérito de quem está nos relatando aqui.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Que a senhora me desse o mérito de que essa menina pudesse ter mentido e eu possa estar falando a verdade. Convenhamos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É exatamente isso que estamos tentando desvendar. Ela diz que o senhor teria...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não aconteceu isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em algum momento o senhor teve preocupação com a idade dela nessa chácara, de comentar com ela: olha, se alguém perguntar a idade...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque isso é muito presente no depoimento dela.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Com ela não tive preocupação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a adolescente?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Com a mãe do Abadio eu tive, mas estou falando para vocês agora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que a preocupação?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Por ser um homem de 40 anos com uma moça de 18, que falava 18 para um senhora de 70 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual foi a sua preocupação?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Só isso, porque a casa é da mãe do Abadio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas você comentou com ela?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, que eu me lembre, não. Mas acho que comentei na frente do próprio Abadio, ali, junto a ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Comentou o quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A questão, se a mãe dele... A pessoa em quem estou interessado é uma pessoa nova. E outra a própria...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor sempre teve consciência de que ela era jovem, bastante nova, que alguém poderia estranhar?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Jovem, eu nunca disse que não, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor disse que ela era nova.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – O dobro, a minha idade é o dobro. Na sociedade em que vivemos, uma pessoa que tem 40 anos com outra que diz ter 18, a diferença de idade é muito grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas meninas disseram exatamente o nome que elas tinham desde a primeira vez ou elas mudaram os nomes?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mudaram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, essa confusão de nomes existiu de fato?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Existiu de uma só que eu me lembre. Mas demorou muito pouco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor diz que demorou pouco?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi até bom a senhora ter lembrado. Uma das coisas que evidenciou que o número 1 deveria estar fazendo alguma coisa muita recentemente, como programa, foi porque ela não conseguiu levar adiante o nome que tinham combinado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, elas haviam combinado um outro nome, e os senhores logo perceberam que aquilo não era verdadeiro.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, pelo menos de uma. Porque – se não me engano - era Bia o nome

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que houve? Trocaram?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Trocaram.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor e o Zequinha Barbosa perceberam que não era exatamente...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não fui nem eu que percebi. Quem percebeu – sou muito ruim para perceber nome, idade, fisionomia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só um minuto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor chegou a perceber que havia a troca de nomes?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi percebido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, convenhamos, meu car**O SR. LUIZ OTÁVIO**, o senhor percebeu que elas trocaram os nomes, e não pensou que elas iriam trocar a idade?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, eu não. Não é questão de... O nome se troca e... Se a senhora dissesse que não era a Deputada Maria do Rosário, eu acreditaria. Mas, se a senhora me dissesse que tem 50 anos, eu perceberia. Eu não percebi, eu não percebi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque é claro que não é um caso fútil...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não, mas trocar o nome...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...uma outra idade, mas para fugir da proibição legal.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não. Proibição legal é a idade. Eu estava com uma moça com todos os atributos da idade que eu presumia que ela tivesse.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso é absolutamente subjetivo, porque o que é objetivo é que ela tem 13 anos, e as outras têm 15 anos, e vários indicativos o senhor poderia ter durante todo o tempo, além do seu conhecimento com o trabalho, com as crianças no instituto onde o senhor trabalha diretamente com adolescentes da mesma idade, de que ela poderia estar trocando a idade.

Parece-me absolutamente inverossímil que o senhor era um desavisado sobre a idade.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que o senhor não se preocupou com a idade.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Era. Era e eu disse que, no final, a mãe dela disse que ela teria 17 anos e que faria 18. Só que aí muita coisa que eu percebi na mãe estava sendo sinalizada para mim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De minha parte, acolhi o seu depoimento, até este momento, com muita atenção e o cumprimento por estar contribuindo com o ordenamento dos fatos e a reconstituição que estamos fazendo neste momento da ordem dos fatos. Creio que o senhor está, de fato, colaborando. Talvez uma coisa ou outra, assim como o senhor me pediu que lhe dê o crédito de estar dizendo a verdade e que talvez a diferença é que, para a menina, ela não cometeu um crime. Não há por que ela esconder-se neste momento. Ela, na verdade, não cometeu um crime, e está sendo punida já por muitas vezes, por circunstâncias de violação de direitos, de uso e exploração de seu corpo.

Da minha parte, em meu encerramento, quero dizer que há, no seu depoimento, uma parte com a qual concordo totalmente, que é quanto à verdade e à decência dessa menina de 13 anos. Essa menina, vítima da violência de sua mãe, de autoridades locais, de pessoas diversas, é, como o senhor disse, absolutamente decente no seu trato, é uma pessoa que merece resgatar uma condição de vida com dignidade, estar protegida, que merece ser criança aos 13 anos, ser pré-adolescente como os nossos filhos, as nossas filhas, e não ficar indo de motel em motel, de bar em bar, de carro em carro, sendo paga para programas sexuais.

Essa menina completou 13 anos no último dia de dezembro do ano passado. Portanto, em agosto, em junho, ela tinha 13 anos e meio, nem se aproximava dos 14; as demais, 15 anos.

Então, eu observo com muita preocupação, ao mesmo tempo que eu cumprimento por estar contribuindo com esta CPMI - em parte, pelo menos. Em outra parte, eu quero dizer que a situação é bastante grave e muito diferente do que disse, por exemplo, o Sr. Zequinha Barbosa. Desrespeitando esta CPI, ele não está aqui hoje. Além de ser convocado, ele será, como a Presidente determinou, conduzido para o seu depoimento da próxima vez. Pois bem, o Sr. Zequinha Barbosa, em um depoimento público, disse que é tão grave quanto ser pego como atleta em **dopping**. Eu quero dizer que é muito mais grave, muito mais grave. Essa é uma comparação absurda. Muito mais do que uma fraude, aqui é a violência contra uma criança.

Eu concluí, Srª Presidente.

Creio que outros Parlamentares vão querer se dirigir ao senhor.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vai sair?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, vou permanecer. Só vou ouvir os demais e as suas respostas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo palavra à Deputada Laura Carneiro.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mas a senhora não queria saber como que o Zequinha foi lá?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, aí o senhor pode também dar a resposta...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Os outros Parlamentares também vão se manifestar, enfim, tirar algumas dúvidas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) - Aos pouquinhos, chegamos lá. Tentarei ser o mais breve possível.

Sr. Luís Otavio, de alguma maneira o senhor já contribuiu com os trabalhos da CPMI, mas restaram para mim algumas dúvidas. Inicialmente, o senhor havia dito – e eu anotei – que nunca tinha estado no Chip's, embora soubesse onde era. Segundos depois, o senhor disse que esteve lá há dois anos. E, ao longo do depoimento, o senhor disse que, efetivamente, lá era um local de programas e tal, de garotas de programa, por isso o senhor não o freqüentava. Então, vamos tentar ver qual é o melhor depoimento, se é o primeiro ou é o segundo. Qual a última vez em que o senhor esteve no Chip's?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Doutora...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É muito simples.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Posso continuar?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A pergunta é simples: qual foi a última vez? Só isso.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu só queria explicar uma coisa: quando a Deputada Maria do Rosário começou a fazer perguntas, eu achava que seria melhor essa linha que no fim foi adotada. Pôde-se... Acho que aí não, não, não... Acho que não houve dúvidas no que falei. Eu não estive! Sentar-se à mesa do Chip's, eu não estive. Eu não estive lá, doutora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo. O senhor nunca sentou, então, à mesa do Chip's?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sentei. Aí é que entra aquela questão, que foi uns dois anos atrás.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor ficava na... Não, então vou refazer a pergunta, porque...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque é um dos barzinhos que fica na Afonso Pena...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu já sei. Sr. Luís Otávio, deixa eu explicar para o senhor: eu vou fazer perguntas muito diretas. Então, se o senhor puder, quanto mais direto o senhor for, mais rápido a gente faz as perguntas. Há vários Deputados querendo perguntar.

Qual foi a última vez em que o senhor esteve no Chip's, seja num carro, seja dentro do Chip's? Ou a última vez em que foi atendido pelo serviço Chip's? Pronto, assim fica melhor.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não me recordo, faz muito tempo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A última vez?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu estive lá só para deixar a Eva, que foi no último dia...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não diga o nome, por favor. Diga Número 2.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Estive lá para deixar a Número 2, que foi no último dia que tive contato com a Número 1.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – E aí eu... porque foi quando eu peguei o vereador lá dentro da casa dela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor disse que o senhor teve uma determinada amiga - não sei se era maior ou menor, o senhor sabe - que gostava de uma bebida específica de morango.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, quando eu falei que eu entendo "quando você esteve lá?" é sentar-se à mesa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, estou lhe perguntando...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Uns dois anos atrás.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor disse que tinha uma amiga que gostava de uma determinada bebida de morango que eu não consegui entender o nome da bebida...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Keep Cooler.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, que gostava do Keep Cooler de morango e que o senhor ficava lá, em fila dupla, para que ela pudesse beber a tal bebida; é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não, doutora. Não. Eu me expressei mal então. Fila dupla que eu brinquei é: pára-se o carro, o carro está parado aqui, a calçada está aqui, o garçom está aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então? Então? É isso o que estou falando...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então? Pede a bebida, eventualmente...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, como se fosse um barzinho que atende no carro...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Como um **drive thru**...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como aqueles **drive thru** americanos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então? É assim que funciona o Chip's.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não. Não é assim, não. Lá é um bar que tem... Tá tudo lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Também. Ele funciona **drive thru** e internamente; é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, mas é mais internamente, porque não é fechado...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mais internamente?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mais internamente, porque não é fechado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mais internamente. Certo. É um bar aberto, já entendi.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tudo aberto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas, de qualquer jeito, é tipo um **drive thru**.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – As mesas são nas calçadas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como se fosse um...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – E estou falando dos Chip´s porque ali é conhecido como Chip's. São uns três barzinhos, se não me engano, juntos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, sim. Todos esses.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Bom, essa sua amiga do keep cooler de morango, qual era a idade dela? O senhor se lembra?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ah, essa devia ter uns 25, 26 anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Era uma adulta, digamos; vinte e cinco, vinte e seis anos. E o senhor, então, costumava levá-la para tomar o **keep cooler** de morango que só tinha no Chip's, é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não é que tinha, mas o que me lembro, no Chip's, era desse keep cooler.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O keep cooler. É só do que o senhor se lembra do Chip's.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, falei em um posto de gasolina, mas é que estão falando tanto em Chip's que a senhora poderia perguntar do posto também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, estou lhe perguntando...Dr. Luiz Otávio, sou muito tranqüila, mas queria apenas que o senhor me respondesse o que lhe pergunto. Não quero saber da sua vida toda, nem quero... Não me interessa. Me interessam...

A minha linha de raciocínio o senhor não vai montar. Quem monta sou eu, está certo? Então, vamos continuar.

A última vez que o senhor esteve lá foi há dois anos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Falei, de...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No **drive trhu** ou internamente. A última vez em que o senhor esteve, depois do caso da Dois, antes da última ida para levar a número dois...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Já estive, há dois meses, para levar número dois.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, antes desses dois meses, qual foi a última vez que o senhor esteve lá?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Que eu me recorde, deve ser dois anos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Dois anos. Está certo.

O senhor disse – quer dizer, ficou absolutamente claro para nós – que existiam várias máquinas fotográficas. Curiosamente, uma em nome do seu filho, uma em nome da sua mãe, embora sua mãe, se entendi bem, more em Brasília.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, viemos passar o Natal e o Ano Novo aqui, em Brasília, e comprei essa máquina aqui e dei de presente...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas mora com ela?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu moro com ela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mora com ela. Está certo. Então, uma máquina é do seu filho, outra é da sua mãe, e o senhor nunca teve máquina. Foram roubadas. Enfim, isso não dá nenhuma relevância para o assunto, mas, efetivamente, foi comprada uma máquina no shopping Morumbi. Essa foi apreendida?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, a que foi apreendida foi a do meu filho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi a do seu filho? A máquina que tirou as fotos das meninas é que é a do Morumbi, é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu estava lendo o laudo de apreensão, e o senhor disse que foi tirado um rolo de 36 filmes, não é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foram tiradas, no programa Jô Soares, em torno de 34, 32 fotos. Eu as completei, em um motel, para 36 e tirei mais um filme, se não me engano, de 24 poses das meninas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, agora melhorou porque antes o senhor tinha dito...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, Deputada!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Doutor, só um minutinho. O senhor não me consteste porque eu anotei. Aliás, tenho a mania de anotar. Primeiro, o senhor disse...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está gravado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se o senhor quiser, depois a gente manda para o senhor a fita.

Primeiro, o senhor disse que eram 30 fotos; depois, disse que eram 32 e, agora, o senhor está dizendo que são 34 fotos. Desse filme de 36, o senhor disse que era um rolo. No laudo de apreensão da busca e apreensão se fala em dois rolos e, agora, o senhor diz efetivamente que, de um rolo, foram tiradas aproximadamente 32 fotografias – vou pôr meio termo para o senhor – e, do outro, que seria de 24 fotos, foram fotografadas as meninas desse segundo rolo, é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Me desculpe, não quero que a senhora fique chateada comigo. Não consigo responder "sim" ou "não", Deputada. Eu quero esclarecer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Responda, responda, esclareça! Vamos lá: do primeiro rolo, o senhor tirou aproximadamente 32 fotos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu tirei aproximadamente 32 fotos. O rolo tem 36. Completei com quatro delas vestidas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Delas vestidas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Vestidas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tinha mais um rolo de 24 que tirei elas nuas e seminuas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Na verdade, foram tiradas aproximadamente 28 fotos das meninas, sendo que quatro delas vestidas, no rolo junto com a questão do Jô Soares, e um segundo rolo de 24 poses...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nuas e seminuas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nuas e seminuas. Isso o senhor sabe que se caracteriza como pedofilia. Eu estou perguntando se o senhor sabe. Tecnicamente...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tecnicamente, se eu soubesse que estava lidando com menor de idade...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só para dizer que isso caracteriza pedofilia pelo Código Penal Brasileiro. Fotografar menor.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Se eu soubesse, Deputada...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo. Não estou dizendo que o senhor sabia. Mas...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Estou lhe dizendo a característica do crime qual é; a tipificação penal qual é. Bom, o senhor disse, em sua declaração, alguma coisa que me surpreendeu e que é muito grave. E gostaria até que, dependendo da sua explicação, que apurássemos. O senhor disse que a Delegada não quis apreender as fotos, todas as fotos; que ela...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Porque ela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Fale no microfone. Explique para mim o que quer dizer "a Delegada não quis apreender todas as fotos", se ela estava fazendo... se ela estava cumprindo determinação judicial de busca e apreensão exatamente das fotos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Porque, quando ela foi lá, não tinha foto erótica nenhuma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah! Então, não é que ela não quis, ela não encontrou.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Mas eu estou falando daquele albinho a que ela teve acesso. Aquele albinho.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Porque existia outro albinho a que ela não teve acesso, é isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, quando eu fiquei sabendo do caso, é óbvio...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não. A pergunta é se... Doutor...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – ...que eu queimei essas fotos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, o senhor queimou as vinte e quatro, as...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Não tinha vinte e quatro. Porque foi apreendido na casa da menina. Na casa da menina.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu sei.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Na minha linha de... Mas a senhora não quer que eu continue... A mãe dela me pediu para ampliar algumas fotos. Até nisso eu fui decente. Como eu não costumo tirar foto, eu entreguei para ela todas as fotos e todos os negativos. Recortei apenas o do Jô Soares, que isso era meu. Mas ela teve acesso inclusive a ver essas fotos. E aí, quando eu estava saindo, a mãe dela falou assim: "Olha, eu queria que você ampliasse algumas, porque ficaram boas". A própria mãe.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – A mãe da número um.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A mãe da número um. Porque, se não,...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A mãe da número um, então, pediu que o senhor ampliasse as fotos das meninas de um rolo de vinte e quatro poses.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É. Porque, se não, eu não teria em meu poder nenhuma foto e nenhum negativo. Como, daí, o caso saiu na imprensa, e saiu a questão das fotos, que Luiz de tal tivesse tirado,... Por isso que eu falo na decência da menina. Porque no momento que tentaram mudar o depoimento dela para favorecer os vereadores a peso de dinheiro, aí ela contou a verdade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor...

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – A informação que eu tenho é que se tentou essa abordagem com a menina número dois e a menina número um. Quem disse que não mudaria foi a menina número dois.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu fiquei sabendo que não mudaria a número um. Foi a número um. E ficou decepcionada com o pai, porque o pai teria começado tudo isso aí.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ia receber recursos. Bom, mas eu vou voltar à pergunta. O senhor não entendeu. O senhor disse, no início do seu depoimento, e eu anotei a sua frase: "A Delegada não quis apreender todas as fotos".

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – "Só apreendeu a foto do Jô Soares." Ela não quis ou as fotos não existiam naquele momento?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não mais existiam naquele momento?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – As fotos que estavam à disposição da Delegada eram as fotos da entrevista no Jô Soares. As fotos da menina, que tinham, as poucas que tinham no (inaudível), eu havia queimado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então o senhor queimou as fotos que tinha em seu poder?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E os negativos permaneceram em seu poder?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Queimei também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Também queimou.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – E depois de tudo isso, queimei inclusive as do Jô Soares. Porque, quando ela retirou, eu imaginei, falei: "Ela deve ter falado da questão que o filme estava no...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ora, mas que problema tinha se elas fossem maiores? Qual era o problema de fotografar mulheres maiores e ter essas fotos na sua casa? Nenhum.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, eu estava seguindo orientação para uma negativa. E eu estava relutante. É tanto que isso ficou... Porque a minha índole era mesmo...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Minha pergunta é muito simples. Vou voltar à pergunta.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Para mim,...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só um minutinho. Fica calmo, senhor Luiz Otávio. A minha pergunta é simples. Ora, se as meninas eram maiores, podia ter cem, duzentas, trezentas, quatrocentas fotos de mulher maior. Não tem nenhum problema. Se uma mulher quis tirar foto nua para o senhor, o problema é seu, o problema é dela. A pergunta é: se as meninas, na sua consciência, eram maiores, por que o senhor destruiu as fotos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, ninguém quer ser envolvido num

escândalo dessa envergadura, mesmo sabendo que as meninas são maiores.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mesmo sabendo que as meninas são maiores?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mesmo sabendo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Qual é o problema de ter foto de mulher nua maior, meu Deus? Qual é o problema? Não é crime, não.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não nessas circunstâncias. Não nessas circunstâncias. Eu, com duas moças no motel? Por isso eu disse.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso é tara, mas não é crime.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Que seja, mesmo assim tenho vergonha. Eu deveria ter tido na hora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não estou lhe julgando, não sou juíza e nem vou lhe julgar. Cada um responde pelos seus atos, não sou juíza. Acho que o senhor não está entendendo a pergunta.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Entendi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, o senhor já entendeu. Talvez, por isso, o senhor esteja tentando desviar o principal. Quero que o senhor me entenda.

Vamos por outro lado: em que momento o senhor queimou as fotos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi no momento em que meu advogado pediu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para o senhor queimar as fotos.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ele me orientou que, se eu tivesse algo que me ligasse ao escândalo, que eu me desfizesse. Inclusive de máquina fotográfica, tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi isso, Sr. Luiz Otávio?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi logo que nós chegamos e que vi isso na televisão. Nós nos reunimos, como falei para a senhora, deve ter sido no dia seguinte ou dois dias depois... Minto: ele falou para eu me desfazer. Como eu não queria – junto tinha um processo de separação da minha ex-mulher – ele falou: "Você chega aqui e acaba com tudo." Eu não quis acabar, porque ali tem coisas, são documentos meus.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não. Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Peguei tudo junto, botei num saco, escondi e aí, depois que passou essa confusão toda, fui lá e queimei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, essa questão da sua separação judicial não nos interessa.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deve ter sido uns cinco dias, Senadora. Uns cinco dias depois da busca e apreensão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quando lhe pedi um advogado, enfim, e o senhor aceitou a desistência, era porque, mesmo como testemunha, o senhor de alguma maneira se incrimina em ocultação de prova, enfim.

É um dever de consciência, na medida em que são cinco anos na Faculdade de Direito, e tenho alguns deveres de princípio. Por isso lhe pedi, naquele momento, isso.

Bom, o senhor disse que em determinado momento, uma das meninas – o senhor só não disse qual das meninas – teria sentado em cima de um CD no carro do Zequinha Barbosa. Qual das meninas? No microfone, por favor.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A dois.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A dois. O senhor poderia descrever a altura da dois, mais ou menos? Ela tem 1,50 metro, 1,60 metro ou 1,70 metro, 1,75 metro?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Devo ter 1,64 metro...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, ela.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, estou fazendo uma analogia. Ela deve ter, sei lá, 1,63 metro, 1, 62 metro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mais ou menos da sua altura?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E o senhor, em algum momento, soube a idade dela? Nunca conversou sobre isso com ela?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não entendi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nunca conversou com a número dois sobre a idade dela?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Com todas foi conversado na entrada do motel. Quando eu as conheci, eu tinha essa preocupação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro, o senhor perguntou, e todas elas disseram: "Não, somos de maior"?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Duas com 18, e essa número quatro disse que tinha19.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Disse que tinha 19 e as outras disseram que tinham 18. O senhor olhou e, aí, entendeu que elas tivessem essa idade.

Em princípio, in dubio pro reu, estou aceitando que o senhor acreditava, mesmo, que elas menores. A única coisa que me deixou em dúvida foi o negócio da queima das fotos. Mas, enfim, é a prova material e é natural que o advogado tivesse lhe orientado para queimar a prova material da ação criminosa.

Mas, efetivamente, uma moça de 18 anos sentou em cima de um CD, segundo o senhor contou.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Era uma caixinha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma caixa de CD, que deve ter quebrado a caixa ...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Para a senhora, a senhora deve ter sido uma ótima advogada, e a senhora está sendo detalhista.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, era advogada de família.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, melhor ainda, lida com o dinheiro dos outros.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, com o dinheiro, não, com a ...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A desgraça.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com a desgraça, por isso que estou acostumada com a desgraça, e essa é uma delas.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não me cabe julgá-lo e gostaria de que você também não julgasse a minha profissão ou a minha atividade,

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Gosto tanto que sou acadêmico de Direito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que bom!

Então, essa menina sentou numa caixa de CD. O senhor não acha estranho que uma moça de 18 anos, uma mulher de 18 anos, porque a essa altura é uma mulher, como o senhor disse, uma garota de programa, quer dizer, uma mulher que estaria acostumada a transar, que sabe negociar, isso tudo, chore, porque sentou numa caixa de CD e recebeu uma bronca de um homem com quem ela estava saindo? Não é esquisito isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ela tinha acabado de receber uma bronca lá dentro, porque tinha deixado a portinhola aberta e o Zequinha ficou com receio de ter sido...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então ela recebeu algumas broncas, digamos assim?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, duas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Duas broncas, ela recebeu?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Duas fortes que mencionei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Duas fortes broncas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É, uma quando ele abriu a portinhola, e ele fala alto, no do CD pior ainda, porque...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deu um grito?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – .. ele é apaixonado pelos CDs dele, não gosta que ninguém toque nos CDs, e ela sentou em cima, agora se ela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor imagina que uma mulher – claro que já estou nos 40, mas –, uma mulher vai chorar porque sentou num CD e levou uma bronca. Se é uma mulher, o mínimo que essa mulher faria era dizer: olha, meu filho, o senhor enfia o seu CD..., entendeu, diga-se de passagem, estou aqui porque senhor está me pagando, e dá licença que vou-me embora.

O senhor em nenhum momento parou para pensar como é que essa mulher de 18 anos, acompanhada de mais três mulheres, portanto, quatro mulheres dentro de um carro, desculpe-me, três mulheres dentro de um carro, todas mulheres, uma dessas mulheres chora e fica por isso mesmo, como se fosse... O senhor não conseguiu perceber a fragilidade dessa mulher de 18 anos, acompanhada de outras duas mulheres de 18 anos?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A fragilidade sim...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor me parece uma pessoa sensível. Estou me irritando, porque há certas coisas que não batem. Entendeu?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A gente aqui aprende algumas coisas nesta Casa. Imaginar que uma mulher, ou três mulheres, de 18 anos vai chorar porque sentou num CD é, para mim, a prova da fragilidade, e aí dois homens que saem com três mulheres também não são crianças, são homens que sabem o que estão fazendo, estão fazendo mé-

nage a cinque, mas sabem o que estão fazendo. Não é isso? Então, também não há inocente nenhum nos dois homens. Ora, se não há inocente, e uma dessas mulheres de 18 anos chora, alguma coisa está errado. O senhor não parou para pensar? Ou o senhor acha que prostituta adulta, sem mulheres que utilizam isso como profissão, e acredito que cada um opta pelo que quer para sua sexualidade, faz o que quer da sua sexualidade, você acha, você que é um homem que usa garotas de programas, também adultas, já ouviu falar que uma mulher adulta chorou porque sentou num CD de um desgraçado que pagou para ela para transar? (Bate na mesa.)

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Já ouvi, Deputada...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor já ouviu? Não, quero que o senhor me diga se já conheceu alguma mulher adulta, prostituta, que chorou porque sentou num CD.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, disso aí eu presenciei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, além da que o senhor imaginava, além desse caso, algum outro caso.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Primeiro que eu não trato mulher, nem de garota de programa, da forma como o Zequinha trato aquela moça, ele foi realmente estúpido com ela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, eu não estou perguntando como foram, como trataram; eu estou perguntando se o senhor conhece.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, nunca vi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Algum caso na história da sua vida. O senhor disse aqui: costumava sair com garota de programa. Que alguma garota de programa na sua frente, ou junto estava o senhor com o Zequinha Barbosa, algum momento na sua vida o senhor ouviu falar, soube de um amigo, de quem seja de uma garota de programa adulta que tivesse chorado porque levou uma bronca do cliente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ah, de bronca eu já vi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ah, elas choram porque levaram bronca.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Já vi, tem pessoas sensíveis, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Acho, até imagino que chore porque foi espancada...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, eu falei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas porque sentou num CD? Quebrou um CD?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quando falei que inclusive já paguei apenas para estar conversando, tanto eu chorei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não acredito.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – ... como muitas pessoas, muitas gurias já choraram.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor está falando de outra coisa.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Agora, se a senhora me perguntar desse fato que aconteceu, foi um fato inusitado. Eu conheço o Zequinha, ele é um doce de pessoa e muda desse doce para uma pessoa estúpida.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Tá bom.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – E ele foi extremamente estúpido com ela.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, se foi um fato inusitado, o senhor acha comum essa dupla chorar?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Inclusive, quem fez ele pedir desculpas fui eu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor acha normal, então. Está certo, não tem problema não. Mas vamos lá.

Não tenho dúvida da sua sensibilidade. Eu quero não ter dúvida. Imagino, até, que o senhor se envolveu com a menina, mas uns depoimentos trazem uma frase sua que eu queria entender melhor como aconteceu.

Deixa eu ler para o senhor:

"A menor de nº 3 conta que, quando o senhor se encontrou com a menor de nº 1 e de nº 2 para tirar as fotos, em determinado momento, o senhor perguntou à menor de nº 3: 'E aí, não vamos tirar as fotos?'"

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu já falei sobre isso. Foi ao contrário.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu ainda nem perguntei. Eu só estou lendo. Vou fazer a pergunta.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ah, bom. Para mim, isso aí é uma pergunta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, estou lhe dizendo o que está descrito no depoimento. Minha pergunta é a seguinte: a menor de nº 3 diz, então, que o senhor ia tirar foto com a nº 1 e a nº 2, que foi verdade, as fotos existem, certo? Outras menores, em seu depoimento, disse que saiu com o senhor três vezes, em duas das quais praticou sexo, coito, e em uma vez apenas fotografou. Saiu com o senhor três vezes, uma das menores diz.

Juntados os dois depoimentos, a sensação que me dá é que, efetivamente, essa terceira ida é exatamente a descrita nessa frase.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, a pergunta é: com a menor de nº 2, quantas vezes o senhor foi ou esteve com ela em motel ou casa onde pudesse manter relações?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tive.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quantas vezes?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tive nessa primeira vez, quando nós as conhecemos, e tive a segunda vez, quando foram tiradas as fotos. E saí uma terceira vez, dei carona para ela, que foi o último dia, em que não chegamos...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com a menor nº 2?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor disse que teve relações sexuais uma vez.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E uma vez tirou fotos? Da menor nº 2.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Da 2.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não estou falando da 1, estou falando da 2.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Da 2.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Como é?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Uma vez.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma vez relações sexuais.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Estivemos num motel. Na segunda vez, ela cochilou, ela dormiu.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas mantiveram, então, duas vezes no motel.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Duas vezes no motel e uma vez, relação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Uma vez relação?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E as fotos o senhor tirou no dia em que ela cochilou?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas como? Com ela dormindo?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, depois que tirou as fotos, já falei sobre isso, eu fique conversando com a nº 1.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Olha só: o que foi perguntado pela Deputada Maria do Rosário, pela Senadora ou pelo Senador, nos permite fazer as nossas perguntas.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está certo, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Certo? São uma checagem para o nosso entendimento, está certo?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, por favor, o senhor só não questione o que a gente pergunta, porque sabemos exatamente o que estamos perguntando.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pode parecer que não, mas sabemos.

Então, o senhor disse que esteve duas vezes com a menor nº 2?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Estive com ela três vezes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Três, então melhorou.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Três. A senhor perguntou: uma vez, quando eu a conheci; duas vezes, quando tirei a foto; três vezes, quando fui na casa da nº 1.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só para levá-la?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ela estava com o Vereador, e eu, retornando para minha casa, na avenida seguinte, dei uma carona para ela, e ficamos conversando.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quero apenas lhe dizer que a menor número 2 alega que o senhor saiu com ela três vezes. Das três, em duas, vocês mantiveram coito. Em uma, foi apenas para fotografia.

Estou fazendo aqui apenas o contraponto dos depoimentos.

O senhor nega a expressão "E, aí, não vamos tirar as fotos?"

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nego.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

Considerando que não tenha sido essa frase que o senhor usou, efetivamente, numa das datas, o senhor esteve com as menores 1, 2 e 4 apenas para fotografia? Ou não? Também houve...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não?

O SR LUIZ OTÁVIO – As menores 1, 2 e 4, que não está aqui no meu papel, foram a primeira vez, quando estiveram com o Zequinha Barbosa. Depois, penso que não localizaram essa 4 até hoje.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Localizaram, sim. Mas vamos continuar. O senhor teve, então...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Confere os nomes, então, para...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, os nomes são os mesmos. Sei exatamente o que estou fazendo. Fique calmo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Estou sem a número 4 aqui, no meu papel.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Você está sem a número 4?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Estou.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É, então, eu acho. Como ela estava dizendo que essa número 4 esteve comigo mais vezes...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Luiz Otávio, eu estou lhe perguntando. Eu não estou dizendo nada.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A senhora falou que foi encontrada. Eu estava curioso também, porque...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu estou lhe perguntando se o senhor esteve...Nas fotografias, quem estava? A número 1 e a número 2?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Só.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A número 4 não estava?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só estava no primeiro dia?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Só no primeiro dia.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

Com a número 2, o senhor disse que teve relações sexuais uma vez e ela disse que teve duas. Com a número 4, o senhor teve uma, porque só encontrou uma vez.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com a número 1, o senhor teve várias vezes, porque ela era, em princípio, sua namorada.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor, aliás, a levou pessoalmente a algum lugar. E isso se faz com a namorada.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, ou com quem se está interessado em namorar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim, mas, se já estava até transando com ela, para mim, já estava namorando. Estava ficando, porque, hoje em dia, o nome é ficar, não é mais namorar.

Com a número 3, o senhor manteve relações sexuais?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nenhuma.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, nas fotos, só tinham a número 1 e a número 2?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Só.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que não tinha a número 3 nas fotos, se foi a número 3 que levou?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – O que está havendo é o seguinte...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu não entendo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Essa número 3 entrou na nossa relação apenas no dia em que eu precisei me comunicar com a número 1. Foi no dia...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – De onde é que ela apareceu? Por que ela aparece na história?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu falei, Deputada, mas tudo bem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas eu não ouvi.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ela, a número 1 falou: "Eu não tenho celular. Quando você precisar, você liga para esse número e fala com essa número 3". Além disso, ela me deu o próprio endereço.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Aí, a número 3 acha quem quiser a qualquer hora.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu desci no aeroporto, após a ida a São Paulo, liguei, identifiquei-me, dizendo: "Sou amigo da número 1, que tinha me falado que, se eu precisasse falar com ela, era para eu entrar em contato com você, que é vizinha e tal e tal".

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor já falou isso. Não estou preocupada com isso, não. Minha pergunta não é nesse sentido. Vou lhe fazer a pergunta de outra maneira.

O senhor disse, então, que só esteve com a número 4 uma vez, que foi esse dia do Zequinha.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vou ler o seu depoimento na delegacia especializada de Campo Grande: "Neste ato, é dada ciência ao interrogando que uma das adolescentes, que figura nesses autos como vítima, encontra-se grávida, já devidamente comprovado por meio de exames clínicos e laboratoriais. Este declarou que irá colaborar no que for necessário, quando indagado se se submeteria a exame de DNA".

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Estavam falando da menor número 4, da número 1 ou da número 2?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Como não foi citado o nome, só pode ter sido da número 1, da número 2 ou da número 4.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não se interessou por saber quem poderia estar grávida do senhor?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não usou preservativo, portanto?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É lógico que usei, Deputada. Por isso, fiquei tranqüilo. Qualquer uma que fizesse essa afirmativa poderia ser... Não haveria problema de eu estar colaborando.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi a única resposta que o senhor deu na delegacia. A todas as outras o senhor respondeu que somente declararia em juízo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Houve outras.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Fora isso, o senhor respondeu sobre sua mãe. Nada relevante sobre o tema. Até sobre se conhecia o motel o senhor disse que só responderia em juízo. Até sobre o carro do Zequinha, do Corolla, do instituto, o senhor respondeu que só falaria em juízo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, foi...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Um momento. Eu estou perguntando, e o senhor está respondendo. O senhor disse que era em função da sua preocupação, do segredo de justiça. Creio ser natural. É claro que é muito desgastante para um ser humano. Não tenho dúvidas. Mais desgastante ainda é para quem tem que cuidar desse assunto como atividade profissional. Fico imaginando se, estando o senhor ao lado do seu advogado, não deu tempo de explicar. O que foi? O que aconteceu para o senhor não falar nada? Eram perguntas banais. Não havia perguntas relevantes na delegacia. Banais não eram, mas muitas não o comprometeriam em nada. Eram perguntas de fácil acesso, quer dizer, o registro do carro era facilmente verificável. Por que o senhor não as respondeu?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Estive na delegacia, primeiramente, para prestar o mesmo depoimento que estou prestando hoje.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro. No inquérito.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Fui muito mal tratado por uma delegada, pela Drª Maria Rita do Nascimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Li isso aqui.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Antes disso, estive sozinho e de boa vontade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor foi...?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ligaram-me para que eu passasse lá para assinar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não foi intimado, portanto? O senhor deu-se por intimado.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Para ser intimado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi até lá e assinou a intimação.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ligaram-me para que eu fosse intimado. Fui lá. Chegando lá, havia cinco ou seis delegados. Pressionaram-me de tal forma...! Estou me iniciando no Direito, mas sei que tenho direito a ter um advogado naquele instante. O que aconteceu?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Naquele e neste. Por isso perguntei-lhe no começo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Neste aqui eu não sabia. Sabe por quê?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Enfim.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Se a senhora gosta de explicar, eu também quero fazer minha defesa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pode explicar. O senhor já explicou.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A senhora Dulcídia falou-me que não seria necessário. Ele nem teria condições de estar aqui.

Fui até lá e disse que tinha ido para assinar a intimação e que compareceria no outro dia com o meu advogado. Até aquele momento eu estava disposto, desde o início, a acabar com isso. A senhora não sabe. Desculpe-me, Deputada, no estágio em que chegamos não me preocupa mais o que a senhora pensa ou não sobre minha pessoa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Claro.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Preocupa-me a questão jurídica, que é grave. A senhora está fazendo o seu trabalho e a respeito por isso. Sou uma pessoa preocupada em falar a verdade a respeito de tudo o que aconteceu. Fui parte disso. Por isso, perguntei à Deputada se ia retirar-se. Se fosse, a única coisa que queria falar era sobre o trabalho que desenvolvo no Rio Grande do Sul. A senhora não tenha dúvida alguma: se eu soubesse, eu não teria saído com essas meninas; fui lá, sim, para colaborar. Fui tratado dessa forma. Quando estive lá, fui orientado a negar a autoria. Sinceramente, Deputada, eu poderia ter feito a negativa da autoria e o processo correria normalmente, mas eu não estaria dormindo hoje. Retomei, então, novamente essa linha. Pensei comigo: "Basta!" Mudei, então, de advogado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Já ia perguntar isto. Mudou de advogado?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mudei. Foi a primeira atitude que tive. Eles seguiram a linha da negativa da autoria e eu adotei a seguinte linha: esse advogado é de graça, é amigo, é do instituto. Pensei comigo que eu não precisava de um amigo, mas de uma pessoa que entendesse juridicamente o que eu queria. "Mas é assim" – me disse.

Quero pagar um advogado a quem vou dizer que sei dos riscos que estou, mas que quero dormir tranquilo, Deputada. Por isso, vim aqui pela minha família, pelo meu filho. Se vou ser ou não preso, não me importa. Depois vou poder dormir tranqüilo. Vou poder encará-los. Só ontem – não sei se V. Exª sabe – consegui encarar os funcionários do instituto. Pensei: "Está definido."

Uma única que quero dizer-lhe de forma reservada é que recebi ameaça ontem, à noite, em casa. Então, o que acontece? Resolvi falar. Vou poder encarar cada pessoa que quiser encarar, sem nenhum problema de consciência. Isso ninguém me tira. Então, só por esse motivo que eu não respondi lá na delegacia, porque, se o juiz me chamasse antes da CPI, o que estaria acontecendo seria a mesma coisa. E só respondi a essas coisas banais porque percebi que um dos Vereadores também se manifestou dessa forma e eu, como convivi com essas meninas, sei que esse Vereador não foi citado em momento nenhum. Por isso digo que poderia também está havendo mentira, como há algumas mentiras em relação a mim. E não tenho interesse nenhum nisso. Não conheço esse Vereador.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual Vereador?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Robson Martins.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esse não tinha sido citado nunca?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nunca foi citado esse rapaz.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor convivia com as meninas ou teve com elas duas vezes, uma vez com uma e uma vez com a outra?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – No período em que eu convivi, Deputada. No período em que eu convivi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Luiz Otávio, deixe-me dizer-lhe algo. Conviver com alguém – diria assim, eu convivo nesta Casa com poucos Deputados, embora os veja todos os dias.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A senhora está-me pegando pela palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Fazer o quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, vamos mudar a palavra. A senhora está indo exatamente no sentido da palavra. Então, muda-se a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A palavra é conviver. Não estou dizendo que o senhor vai conviver maritalmente, não.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, às vezes em que eu estive.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Conviver significa estar muitas vezes, não duas vezes. Isso não é conviver.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Está certa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor há de convir que isso não é conviver. Estar duas vezes com uma pessoa não é conviver.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputada, já conheço seu trabalho. A senhora é inteligente e tem o vocabulário que eu não tenho. Desculpe-me.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor cursou Faculdade de Direito em Campo Grande, e eu fiz no Rio. Isso não faz muita diferença, não.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mas seu vocabulário... A senhora está-me querendo pegar pela palavra. Então, peço-lhe desculpas. A palavra não é conviver. A palavra é "os dias, os momentos".

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Nos momentos em que o senhor esteve com essas pessoas...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nos momentos em que eu estive com essa menina, em nenhum momento foi citado o nome do Vereador Robson Martins.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Em nenhum momento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Com as meninas nºs 2, 3 e 4. Falemos agora da menina de nº 1. Entendi claramente que o senhor se envolveu. É um ser humano. Imaginando ou não... Vamos até dizer que o senhor soubesse que possuía menos que 18 anos. O senhor se envolveu com ela. Para mim está nítido, claro e absoluto. Com a número 1. Esse envolvimento deixa-me meio tonta. O senhor se envolveu, mas por outro lado não fez nada para que ela saísse daquela atividade.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não chegamos ao final da história.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, conte-me. O que o senhor fez?

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Pela ordem. Gostaria de tentar, na medida do possível, acompanhar o raciocínio dele. Ele estava na fazenda e teria passado o dia com a adolescente nº 1. Logo em seguida, disse que por ter percebido a situação da irmã da adolescente nº 1 teria levado o corredor Zequinha Barbosa para que, de alguma forma, a criança fosse integrada ao programa. O senhor parou aí. Gostaria que desse continuidade.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi aí que me lembrei da falha que cometi. Pedi a ajuda da Mesa porque, eventualmente, poderia pular alguma parte da história.

Eu havia pulado e recordei-me. Teve a ida do Zequinha à casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Exatamente.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – O que aconteceu?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vamos à história número um.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nas conversas que tive com a mãe, depois de ter visto aquelas duas crianças lá, percebi que ela sabia do trabalho que fazíamos, pois é divulgado. Eu mesmo propus a ela que integrasse o ...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O instituto.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Que integrasse essas crianças no Parque Ayrton Senna. Ela me disse que gostaria de conhecer Zequinha Barbosa e que as crianças participassem do projeto. Até então, acreditava que aquela mãe tinha interesse e viu em mim uma pessoa que poderia...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está no depoimento de Zequinha Barbosa essa história.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Uma pessoa que poderia ajudar a evitar o mau que ela havia feito.

Estávamos passando por lá. Fica há uma quadra da avenida. Li, em uma entrevista, que Zequinha disse que insisti para que ele fosse. Não. Ele mesmo. Estávamos passando...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Vocês dois estão bem grandinhos para que um insista com o outro. Vamos continuar.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não é preciso insistir. Fui até lá com ele e o apresentei. Para aquelas pessoas humildes entendi que era legal conhecer um atleta. Eu tinha falado do menininho. Ele foi até lá, brincou com as crianças e explicou que o CDB – que é a Universidade Católica Dom Bosco – ficava muito longe do lugar onde moravam. Já havia falado para a mãe dela que o Parque Ayrton Senna era a 200m ou 300m da lá. Essa foi a ida do Zequinha Barbosa. Outra coisa. Ele sabia que eu estava interessado, antes mesmo da viagem ao Jô Soares. Por quê? Estávamos no Banco Itaú tirando dinheiro para a viagem – e não tive acesso ao depoimento dele – e disse-lhe que queria investir, e no bom sentido, não em dinheiro, mas emocionalmente, nessa menina. O que você acha?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me ler para o senhor. Ele disse:

Segundo lhe confidenciou, Luiz Otávio estava interessado nessa adolescente, Débora, e por isso

pediu para o interrogando ir até a casa dela dizendo que a mãe de Débora queria conhecê-lo.

Perdão, que a mãe da número 1 queria conhecê-lo.

Estava lendo e fui direto. Desculpe-me, Presidente. Perdi todo o meu elã agora. Vamos novamente.

Que, segundo confidenciou-lhe Luiz Otávio, estava interessado na adolescente nº 1 e, por isso, pediu para o interrogando ir até a casa dela dizendo que a mãe da número 1 queria conhecê-lo e lhe pediria para incluir um casal de filhos pequenos em um dos programas do Instituto Zequinha Barbosa.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Até aí tudo certo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É absolutamente correto.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu achei que ele tivesse falado do meu interesse no Banco Itaú, porque no Banco Itaú tivemos o seguinte diálogo. Eu falei que eu estaria interessado, que eu queria ter realmente esse compromisso com essa menina e perguntei – estávamos eu, ele e o Dr. Abadio. Quando falo Dr. Abadio não é necessariamente na condição de advogado, porque também é nosso amigo, então eram três amigos que estavam ali. Falei: "O que vocês acham?" O Zequinha falou assim: "Você vai se apaixonar por uma 'putinha'?" E o Abadio – eu já a havia levado à fazenda – falou: "Pelo comportamento dessa moça, acho que você pode ajudá-la." Então, fiquei com a segunda opção, que eu já vinha... E aí até discuti com o Zeca – porque o Abadio não sabia que ela tinha participado de nada conosco, ficou sabendo só depois, na condição de advogado, quando voltei do Rio Grande do Sul. Aí ele nos fez sentarmos...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – E contar a história. Claro, advogado tem que saber tudo, é natural.

Mas, então, no raciocínio ainda da sua relação com a nº 1...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Desculpe-me cortá-la, mas posso terminar o que eu havia prometido?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pode, pode.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então aí está superado. Voltando, então, da fazenda, combinei com a nº 1 para... Devo tê-la deixado em casa em torno das três horas da tarde e combinei com ela que iria buscá-la em torno de sete, sete e meia para sairmos. Quando retornei nesse horário – aí sim finaliza a história que eu tive com todos – cheguei lá, estava o Vereador César Disney. É mais ou menos assim, uma edícula, e aqui é uma varanda, bem nesse canto aqui estava o Vereador e ela sentada no colo do Vereador.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A nº 1?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – A nº 1. A irmãzinha dela... Senti que a irmã dela, aquele menino, a mãe, acho que vendo que ali tinha alguém interessado em realmente não julgar o que aconteceu com a menina – porque com a mãe eu não sabia, é aquilo que falei, se eu soubesse, eu denunciaria –, pegou e veio toda feliz, com coisa assim: "Está o cara aqui", torcendo que ela fosse sair. Quando vi a cena, não houve problema nenhum, simplesmente falei para ela – foi a última vez que a vi e a última frase que falei para ela: "Você escolheu seu destino. É ele".

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Escolheu o caminho.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nunca mais me encontrei com nenhuma delas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Uma dúvida: o senhor foi visto pelo Vereador? Houve essa visualização, um viu o outro?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Acredito que sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Numa varanda.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Acredito que sim porque, apesar de que estava escuro, mas ele já sabia, porque segundo ela...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sete e meia da noite.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Segundo ela, ela disse que o Vereador havia perguntado para ela se o Zequinha tinha sido – é até bom para corroborar aquilo que a senhora falou da outra, mas me lembrei agora –, se o Zequinha tinha sido educado ou carinhoso, alguma coisa, com ela. Porque ele já havia visto o Zequinha ser mal-educado com outras pessoas em público.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então quer dizer que o Vereador César Disney também conhecia o Zequinha e já tinha visto ele ser...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, segundo... Isso eu não participei. Segundo a menina.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Segundo a nº 1, que teria declarado para o senhor que o Zequinha Barbosa teria...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quando se exalta ele grita...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Quer dizer, o Vereador César Disney também, provavelmente, já tinha visto alguma dessas cenas.

Agora deixe-me perguntar-lhe: então o senhor foi até o final tentando que a nº 1 ficasse com o senhor, o senhor se envolveu mesmo, até que chegou lá, ela estava sentada no colo do Vereador...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ela veio até mim...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foi até o senhor...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – ... e falou: "Não, ele está"...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – ... o senhor se decepcionou, disse "não, não adianta"...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É. "Ele está querendo me presentear e tal, eu estava ali". Eu falei: "Não, vamos encerrar". E aí...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só uma última pergunta. O senhor disse, em determinado momento, no final do depoimento, que acha que o Zequinha teria dito que o senhor é que insistiu para ele ir. É isso?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu li numa entrevista no... Como é o nome do jornal?

A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não interessa o jornal. O senhor leu numa entrevista.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Num jornal de São Paulo; foi a única entrevista que ele deu. No Diário de S.Paulo – para nós não chegou o Diário de S.Paulo, chegou a transcrição da entrevista.

A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – No Diário de S.Paulo, é verdade.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – No Diário de S.Paulo. Chegou a transcrição da entrevista num jornal da cidade. O que eu havia visto era isso.

A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ele disse que o senhor insistiu com ele?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Foi.

A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por que o senhor acha que ele fez isso? O senhor acha que ele está querendo jogar toda a culpa no senhor e tirar da reta?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não é só isso. Acho que o problema maior, não sei se ele se precipitou ou se ele confiou muito no taco dele – desculpe a expressão...

A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não tem problema.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – ... é que ele sabia que eu falaria a verdade. No final, depois que fizerem todas as perguntas, quero me reportar a uma situação que vivenciei ontem.

A SRª LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Que ocorreu ontem, à noite, na sua casa. Srª Presidente, encerro, mas, depois das perguntas, penso que seria importante dar ao depoente a oportunidade de explicar o que ocorreu ontem à noite na casa dele. Teria recebido uma ameaça. Estou satisfeita.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Luiz Otávio, começarei fazendo perguntas a respeito do depoimento do Zequinha. O Zequinha disse, em seu depoimento, que conhece a número 1; que você a levou à casa dela, dizendo, de antemão, que estava interessado na número 1; e que você confidenciava para ele esse interesse que tinha na número 1. Você tinha em Zequinha um confidente?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não só eu tinha nele um confidente, como ele tinha um confidente em mim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Essa foi a primeira vez que ele foi a essa casa e conheceu a número 1, só porque você a levou à casa da mãe?

O SR. LUIZ OTÁVIO – Foi.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ou ele conhecia antes?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Ele participou da primeira vez. Fomos a um motel.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quer dizer que ele conhecia antes? O que parece, Luiz Otávio, é que Zequinha tentou – como se diz na linguagem popular – tirar da seringa e transferir tudo para você.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É o que eu imaginei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Analisemos o que ele disse. O Zequinha disse que foi lá, e que a mãe pediu para colocar um casal de filhos menores num programa do instituto. Ele respondeu que era muito longe, que deveria colocar num programa do Governo e que, se não conseguisse, poderia falar com uma pessoa que trabalha no Instituto Zequinha de Abreu.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Instituto Zequinha Barbosa. Lá trabalha o Daniel, o Wellington, o Camilo(?).

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E o Rodrigo?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não. Quando ele fala do Rodrigo, deve ser o Rodrigo Terra, Presidente da Fundesporte...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Da Fundesporte,

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – ...que é do Governo do Estado. Trata-se desse projeto – falei sobre esse assunto – que fica a 200 metros da casa dela.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Aí, sim. Estou vendo a estrela de V. Exª. Penso que deva conhecer esse projeto; um excelente trabalho está sendo feito.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Volto às perguntas a partir das informações. Ele disse que você e o pessoal da Universidade Católica Dom Bosco tiravam fotografias dos eventos que eram realizados pela fundação e que as revelavam em Campo Grande. Corresponde essa informação? Os eventos do instituto eram fotografados por você e pelo pessoal da UCDB?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Da UCDB. Corresponde.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Era em Campo Grande que você mandava revelar aqueles filmes que você tirou das meninas?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Dependendo... Das meninas?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Mandei revelar em Campo Grande.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Campo Grande?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Campo Grande.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você poderia dizer o nome? Se não quiser, escreva o nome do estabelecimento.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Aí que vem Deputado, quando falo que quero colaborar...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É importante para nós.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO –... no início falei, quando estou envolvendo terceiros...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, mas não tem problema nenhum. Só para a gente saber.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É uma empresa, é uma empresa idônea. Amanhã vai aparecer o nome dessa empresa. Gostaria de me reservar o direito de não dizer o nome da empresa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, está bem. É um direito.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Então, chega, as pessoas já estão sofrendo. Mas uma empresa?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De forma reservada, você pode dar?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Posso até falar de forma reserva para o senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – De forma reservada. Está ótimo. Você... ele diz que o seu celular estava danificado e que forneceu, por várias vezes, o celular dele para que você telefonasse.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu não tinha... Esse é o depoimento dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Dele.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – O Zequinha Barbosa... Aliás, uma das nossas brigas... Porque o Zequinha ele tem uma... Isso qualquer um pode comprovar. Ele adora um telefone, tanto um celular como... cada vez que ele se hospedava na minha casa ou em casa de qualquer outra pessoa, ele usava os telefones indiscriminadamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, ele disse...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso não corresponde a verdade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é, então você...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu não uso o celular dele.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você teve celular que foi roubado?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Tive.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quantos celulares foram roubados?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Um só, o outro eu passei para... esse eu fiz, não sei quem me perguntou, esse eu fiz boletim de ocorrência, por isso nunca deu em nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Tem uma das depoentes que fala que você teria dito que já tinha perdido cinco celulares.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu posso passar o nome das empresas de quem tive celular.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo, é importante depois que possa fornecer...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Para vocês. Porque eu nem lembro mais...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – ... inclusive com o número dos telefones que você já teve.

Mas ele disse que, um dia, o seu celular estava danificado e você quis ligar para a número um, e ele forneceu o telefone e você ligou do celular dele para a número um.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Nunca liguei do celular dele para a número um. Primeiro, doutor, Deputado...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É importante que você estabeleça aqui...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – ... quem tem celular é a número três.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É, mas ele diz que forneceu o celular para que a número um telefonasse para uma colega.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso é verdade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Zequinha.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim, mas ele não forneceu para mim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O quê?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Ele não forneceu esse celular para mim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não, ele forneceu para a número um também.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – É, ela pediu emprestado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ele diz também que o seu celular tinha sido danificado e que, várias vezes, emprestou celular para que você utilizasse. E ele diz que não conhece a número três. Não conhece a número três, ou seja, pelo que vejo, a única pessoa que ele diz que conheceu, conheceu na casa da mãe dela, que você o levou e que a mãe pediu para que aqueles dois filhos pudessem ficar no programa do instituto. Mas não conhece mais ninguém.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Deputado, posso fazer, então, junto com a questão da empresa... Estou à disposição. Agradeço a oportunidade que vocês estão me dando para não citar algumas coisas aqui.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Depois que sair na imprensa, como se refere ao Zequinha Barbosa, falo depois para o senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está certo.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sabe por quê? É o mínimo de respeito...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Eu pergunto: a número três que está aí, era do conhecimento do Zequinha?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Respondo depois para o senhor.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. As fotos que foram mostradas para ele, não reconheceu nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Uma sugestão, até pelo adiantado da hora, talvez fosse o momento de agora...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É que eu tenho... É importante esse depoimento do Zequinha para que nós, depois, possamos perguntar a ele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É isso que eu quero sugerir.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só o que ele puder responder.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Eu respondo tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes)– É isso que eu queria sugerir. V. Exª continua na hora do reservado com as suas perguntas, com as suas indagações.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A gente só faria reservado para não ficar jogando para depois. O senhor faria essas perguntas, e **O SR. LUIZ OTÁVIO** responderia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está bom. Ele poderia, ou seja... Vamos deixar o Zequinha e vamos partir agora. (Ininteligível.)

Não, eu sei, mas aí tem uma coisa que é pública ainda. Só para entender uma coisa, veja: você disse que tomou conhecimento da denúncia, ou seja, quando você vinha...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Do Rio Grande do Sul. Pelo que vejo aqui, esses acontecimentos teriam ocorrido em julho, mais ou menos, alguns deles, o pedido para busca e apreensão foi assinado no dia 26 de agosto e só no dia 28 de agosto a apreensão foi feita lá, indo lá no instituto e indo a sua casa.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Isso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – A sua casa. É claro que, quando você tomou conhecimento, tudo o que tinha de elementos que pudessem prejudicá-lo você, você retirou da sua casa e retirou também do instituto. É o normal.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – No instituto não tinha nada.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não tinha, mas, se tivesse, você faria isso, não é?

O SR. LUIZ OTAVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Você faria quando? Só uma informação: você pagava a conta por meio um cartão Rede Shop?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, com o Rede Shop eu pago muito pouco.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Muito pouco.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Muito pouco. Pago com o meu cheque do Banco Itaú ou com dinheiro.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, nas suas idas lá nos hotéis e motéis, era por meio do cartão que você pagava?

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Doutor, eu li isso, que uma das meninas falou que foi paga. Eu juro, eu tentei me lembrar e eu acho que eu não paguei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está bom.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Quem paga todas as contas com o cartão Rede Shop é o Zequinha.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – OK. Vou acatar a sugestão da Presidente para que possamos fazer agora a audiência reservada com **O SR. LUIZ OTÁVIO**.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pediria à Secretaria que esvaziasse a sala, e ficassem só os Parlamentares. (Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputado Luiz Couto, V. Exª me permitiria fazer uma pergunta bem simples, porque que ficou uma dúvida? Depois V. Exª retoma?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor precisa de algum intervalo? (Ininteligível.) Se precisar ir ao toalete...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Aí se você, por exemplo... O reservado é algo que fica para Parlamentares. O advogado poderia ficar, se ele quisesse.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixa eu explicar. Se o senhor quiser considerá-lo como seu advogado, não tem problema nenhum.

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Não, não considerei até agora. Eu ia atender um pedido dele, porque ele é recém-formado e ele está aprendendo também.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Porque isso é mais para consumo interno. Tá bom. Isso não será...

O SR. LUIZ OTÁVIO FLORES DA ANUNCIAÇÃO – Só gostaria de ir ao banheiro rapidinho.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Era isso que eu estava lhe perguntando...

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil

Ata da 18ª Reunião, realizada 30 de outubro de 2003.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, reúnem-se as Senhoras Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Deputada Ann Pontes e a Deputado Sandra Rosado, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN ***"com a finalidade de I, investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Havendo número regimental, a Senhora Relatora Deputada Maria do Rosário declara abertos os trabalhos, esclarecendo aos presentes que a Audiência Pública destina-se a ouvir diversos depoimentos, tanto em caráter público como em caráter reservado, tendo em vista os fatos de "exploração sexual de crianças e adolescentes no País". Em seguida, a Relatora agradece ao Presidente da Assembléia Legislativa de Porto Alegre Deputado Wilson Covatti e os demais membros da Casa Legislativa pela acolhida e receptividade. A Senhora Relatora convida a Senhora Deputada Sandra Rosado para presidir os trabalhos, tendo em vista que a Senhora Senadora encontra-se ainda em Brasília, cumprindo suas funções legislativas, tendo que participar das votações nominais no Senado Federal. Deverá, portanto, a chegar em Porto Alegre ao final da tarde. A Senhora Deputada Sandra Rosado, no exercício da Presidência, agradece aos membros da Casa Legislativa Estadual pela oportunidade de estar realizando essa importante reunião e, em seguida, determina a Secretaria que faça entrar no Recinto o primeiro depoente, Vereador Giovani Netto, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, qualificando-o. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao depoente para suas considerações iniciais e, após, concede a palavra a Senhora Relatora para proceder aos seus questionamentos, sendo também inquirido pela Deputada Ann Pontes e pela Deputada Sandra Rosado. A seguir, a Presidência agradece a contribuição do depoente, solicitando a entrada no recinto da segunda depoente, que foi vítima de exploração sexual e, atualmente conta com dezenove anos de idade. A depoente entra no recinto encapuzada, e atendendo ao seu pedido, passa a ser denominada pelo codinome de "*Maria*". A Presidência informa aos presentes que a mesma preencheu e assinou o Termo de Compromisso, passando a qualificá-la e, em seguida, indaga se a depoente deseja fazer alguma colocação perante

esta Comissão, obtendo a resposta afirmativa. Após as colocações da depoente, a Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para proceder aos seus questionamentos. A seguir, a Senhora Presidente determina a Secretaria que faça entrar no recinto dos trabalhos a mãe da depoente anterior, que também depõe de forma encapuzada, sendo chamada pelas Senhoras Parlamentares, atendendo ao seu pedido pelo codinome de "*Antonia*". A Presidência lê o Termo de Compromisso que está preenchido e assinado pela depoente, concedendo-lhe, a seguir, a palavra para as suas colocações. Após, a Presidência concede a palavra a Senhora Relatora para aos seus questionamentos. A Senhora Deputada Ann Pontes fez uso da palavra para questionar ao depoente. Prosseguindo, a Presidente solicita a entrada no recinto da quarta depoente Elizete Elizia de Almeida Machado, que ao tomar assento solicita a Senhora Deputada Sandra Rosado, Presidente em exercício, para prestar o seu depoimento em caráter reservado justificando estar se sentindo constrangida. A mesma está acompanhada por seu Advogado, Dr. Luiz Lopes de Azevedo – OAB / RS nº 42.255. A Presidência após consultar a Mesa, ficou, portanto, acordado aceitar o pedido da depoente Elizete Elizia, de depor em caráter reservado. A Presidência determina a evacuação do recinto, transformando a presente reunião de caráter público, em reservado. Permaneceram no recinto as Deputadas Sandra Rosado, Maria do Rosário e Ann Pontes, a depoente e seu advogado, os membros da Equipe Técnica da CPMI, o Delegado da Polícia Federal e o Dr. José Antônio Dornelles de Oliveira, da Superintendência do Rio Grande do Sul. Após o depoimento da Senhora Elizete Elizia, a Senhora Presidente declara suspensa por alguns minutos a reunião, dispensando a depoente. Em uma sala reservada ao lado do Plenário, as Senhoras Parlamentares recepcionaram a Senadora Patricia Saboya Gomes, Presidente da CPMI, que acabara de chegar de Brasília, a fim de participar da Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Porto Alegre. Naquele instante, as Senhoras Parlamentares recebem uma denúncia que o Advogado da depoente que acabara de prestar esclarecimentos a CPMI, Dr. Luiz Lopes de Azevedo estava utilizando o seu telefone celular por várias vezes, no decorrer da Reunião Reservada, o qual utilizava-se o seu celular a pedido da sua cliente. Às vinte horas e vinte e cinco minutos, as Senhoras Parlamentares solicitaram a entrada na sala ao lado do Plenário, do Advogado para que o mesmo pudesse esclarecer a referida denúncia. Na presença da Senadora Patricia Saboya Gomes, das Deputadas Sandra Rosado, Ann Pontes e Maria do Rosário e, também, do Delegado de Polícia Federal, Dr. José Antônio Dornelles de Oliveira, a convite das Senhoras Parlamentares, apresentou-se na sala em que se encontrava as Parlamentares, bem como o Delegado de Polícia Federal, o Advogado Dr. Luiz Lopes de Azevedo, alegando receber ligações de seus clientes e, após ser perguntado se o mesmo pudesse mostrar de livre e espontânea vontade, as ligações recebidas apenas no decorrer da Reunião Reservada, o mesmo respondeu afirmativamente, mostrando e ditando para o Delegado de Polícia Federal os seguintes números e horários correspondentes quando da realização do depoimento de sua cliente, em caráter reservado. O Advogado, Dr. Luiz Lopes de Azevedo passou a ditar os seguintes números de telefones recebidos pelo seu celular: (54) 381.3744, recebida às dezenove horas e cinquenta e três minutos; (54) 616.8113, recebido às dezenove horas e nove minutos, sendo que a mesma ligação fora recebida por cinco vezes, em seqüência de minutos, recebendo os telefonemas com chamadas que vibravam o seu aparelho celular, segundo o próprio Advogado, até às dezenove horas e quarenta e três minutos. Ao ser perguntado quanto ao número do seu celular, o Advogado respondeu que o seu celular é de número (051) 9105.5067. As Senhoras Parlamentares dispensam a presença do Advogado e, após, alguns minutos, reabrem os trabalhos da Reunião. A Senhora Presidente em exercício, Deputada Sandra Rosado declara reabertos os trabalhos, passando a direção dos trabalhos da CPMI à Senhora Senadora Patricia Saboya Gomes, que de posse da palavra agradece às Senhoras Parlamentares pelos trabalhos aqui desenvolvidos. Prosseguindo, a Presidência determina à Secretaria a entrada no recinto do Delegado Rodrigo Lorinzini Zuco para prestar esclarecimentos, esclarecendo que o mesmo já preencheu e assinou o Termo de Compromisso e, que passa a lê-lo e, após, concede-lhe a palavra que, condição de convidado, dá início à sua explanação. A seguir, a Senhora Presidente Senadora Patricia Saboya Gomes concede a palavra a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário para dar início aos seus questionamentos. Fizeram uso da palavra, para perguntar ao convidado as Senhoras Deputadas Sandra Rosado e Ann Pontes. A Senhora Presidente agradece ao Delegado Zuco pela colaboração prestada a esta Comissão. Após, a Presidência solicita a entrada do preso, Luiz A. L. Gonçalves, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, sendo qualificado em seguida. A Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Relatora para questionar ao depoente indagando ao depoente se o mesmo encontra-se acompanhado por seu Advogado, recebendo a resposta negativa. O depoente relata que o seu Advogado não mais se encon-

tra no Solar dos Câmaras e que havia ido embora. A Senhora Presidente convida o Dr. Lino Marcelo Vidal Muñoz, OAB / RS nº 49.627, para funcionar como Advogado "*ad hoc*". Em seguida, a Senhora Presidente passa a palavra a Senhora Relatora para prosseguir aos seus questionamentos ao depoente. Fizeram uso da palavra para questionar ao preso, as Senhoras Deputadas Ann Pontes e Sandra Rosado. A seguir, a Presidência determina a Secretaria a entrada no recinto dos trabalhos, o Delegado Paulo Cesar Caldas Jardim para prestar os seus esclarecimentos, concedendo-lhe a palavra para as suas considerações. Após, a Presidência concede a palavra a Senhora Relatora para fazer seus questionamentos e, em seguida, passa a palavra as Senhoras Deputadas Ann Pontes e Sandra Rosado que também questionaram ao depoente. Após, a Senhora Presidente agradece a contribuição do Dr. Jardim para com esta CPMI, ao tempo em que determina a entrada da Senhora Suzana Braum, que já preencheu e assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. A Presidência concede a palavra a Senhora Suzana para que a mesma possa proceder às suas colocações e, em seguida, concede a palavra a Senhora Relatora para questionar ao depoente. Fizeram uso da palavra, as Senhoras Deputadas Ann Pontes e Sandra Rosado. A Senhora Presidente suspende a Audiência Pública por alguns minutos. Reabrindo os trabalhos, a Presidência convida o Conselheiro Tutelar Tiago Musa Rosa, que também preencheu e assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. A Senhora Presidente indaga ao depoente se o mesmo gostaria de fazer os seus esclarecimentos ou se gostaria de ser questionado diretamente, obtendo do depoente a resposta que estaria de pronto atendimento às perguntas da Senhora Relatora, que deu início aos seus questionamentos. A seguir, a Presidência agradece a presença do convidados pela colaboração prestados a esta Comissão. Ato contínuo, a Presidente solicita a entrada ao recinto do Delegado Paulo Vilela Ruschel, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo, concedendo-lhe em seguida a palavra para as suas considerações. Após, a Presidente passa a palavra a Senhora Relatora para dar início aos seus questionamentos. Fez uso da palavra para questionar ao depoente, a Deputada Sandra Rosado. A Presidência agradece a colaboração prestada pelo depoente a esta CPMI. A seguir, a Senhora Presidente determina a Secretaria que faça entrar no recinto, o Advogado Gilnei José de Oliveira da Silva, que preencheu e assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. A Presidente concede a palavra ao depoente para seus esclarecimentos iniciais e, em seguida, passa a palavra a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário para proceder aos seus questionamentos. Fez uso da palavra para questionar ao depoente a Deputada Sandra Rosado. Ao final, a Presidência agradece a colaboração prestada pelo depoente, dispensando-o em seguida. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Rosário) – Declaro abertos os trabalhos da 18ª audiência pública desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, hoje realizada na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Esta CPMI foi criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de investigar as situações de violência e as redes de exploração sexual de crianças e de adolescentes no Brasil.

Em meu nome e em nome de todos os integrantes da CPMI, da Deputada Ann Pontes, do PMDB do Pará, da Deputada Sandra Rosado, do PMDB do Rio Grande do Norte, em especial, agradeço a receptividade da Casa Legislativa do Rio Grande do Sul, que nos acolhe e que está colaborando para o perfeito cumprimento da missão a que se destina esta CPMI.

Comunico aos presentes que a Senadora Patrícia Saboya Gomes estará presente aos trabalhos no final da tarde de hoje, assumindo, então, a Presidência. A Senadora não está presente neste início dos nossos trabalhos nem tampouco conseguiu acompanhar a oitiva reservada que foi realizada, em função da votação da reforma da previdência no Senado Federal, para a qual foi convocada, como Vice-Líder do Governo naquela Casa.

Teremos uma tarde e uma noite de trabalhos.

A nossa CPMI já esteve em cerca de dez Estados brasileiros, com audiências públicas e com diligências. Aqui mesmo, no Rio Grande do Sul, já realizamos uma audiência em Uruguaiana, na fronteira oeste. Em todas as regiões do Brasil em que estivemos presentes, identificamos a exploração sexual comercial como uma triste realidade na vida das crianças e dos adolescentes. Isso nos leva, com muita energia e determinação, a atuar para o enfrentamento dessa circunstância.

A CPMI está formada com quatro objetivos fundamentais. O primeiro deles é o enfrentamento da impunidade. Observamos, seja no interior de São Paulo, em Porto Ferreira, seja em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, seja em São Luís, no Maranhão, seja em outros Estados por onde passamos, uma atuação que vai mobilizando a sociedade civil e dando fôlego

à atuação das autoridades responsáveis pelos inquéritos, das autoridades policiais, do Ministério Público, apoiando-se nas iniciativas e na atuação das autoridades dos Estados. O objetivo é justamente fazer com que as peças produzidas ao longo da investigação possam ser bem realizadas, para que, ao final, haja a devida responsabilização das pessoas que atuam criminosamente contra crianças e adolescentes em todos os lugares do Brasil.

Podemos dizer, com muita preocupação, que, em todas as regiões, encontramos circunstâncias de violência e de exploração sexual contra crianças e adolescentes, absolutamente articuladas à situação social, econômica e cultural de cada uma dessas regiões. Preocupa-nos toda a situação de fronteira do Brasil. As nossas investigações estão sendo muito firmes em todas as regiões. As denúncias têm chegado com muita agilidade – e cada vez mais – à CPMI. A própria Senadora Patrícia Saboya Gomes tem sido a coordenadora desse trabalho, com o sentido de promover um enfrentamento por meio de um vínculo atuante, conjuntamente com a própria Polícia Federal, que é quem nos apóia nas nossas diligências técnicas e na nossa equipe técnica.

Com este objetivo, estamos instalados no Rio Grande do Sul também: o de enfrentarmos a violência e as redes de exploração. Como as senhoras e os senhores poderão verificar, a base para o trabalho que estaremos desenvolvendo são os inquéritos que já foram realizados pela Polícia Civil gaúcha, a atuação do Ministério Público, atuações que são relevantes para o trabalho que estamos desenvolvendo. Enfim, já buscamos cópias e obtivemos novas informações no último período, com o contato direto com testemunhas, que estarão corroborando para que, no processo, haja a condenação dos responsáveis e para que nenhuma injustiça venha a ser realizada.

Todos nós que compomos esta CPMI estamos determinados nessa tarefa. Estaremos, no próximo dia 04, realizando uma audiência pública em Brasília, com a presença do Relator da ONU para a infância, já apresentando um relatório preliminar daquilo que estamos colhendo em todos os lugares do Brasil por onde estamos passando. E há uma forte mobilização da sociedade civil.

Quero registrar a presença, com muito carinho, do Deputado Fabiano Pereira, que coordena nesta Casa, na nossa Assembléia Legislativa do Estado, onde tive a honra de ser também Parlamentar, uma subcomissão dos direitos da criança e do adolescente, que promoveu uma jornada importantíssima.

Entre os documentos da jornada, que foram entregues na semana passada à sociedade, há um documento importantíssimo para o trabalho que estaremos desenvolvendo e para o relatório da CPMI.

Portanto, quero cumprimentar o Deputado Fabiano Pereira e, por meio dele, todos os Parlamentares desta Casa e todos os Vereadores aqui presentes, cujas presenças já percebemos muito importantes.

Passo a condução dos trabalhos à experiente e importante Parlamentar, com relevante contribuição a esta CPMI e ao Congresso Nacional, a Deputada Sandra Rosado, para que possa dar início aos trabalhos desta tarde e noite. Assumirei, portanto, as tarefas pertinentes à Relatoria.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Boa tarde a todos e a todas as rio-grandenses-do-sul! Eu, que sou uma rio-grandense-do-norte, quero saudar inicialmente as Deputadas Maria do Rosário e Ann Pontes, que são membros desta CPMI, e registrar o relevante trabalho que as duas Parlamentares realizam nesta CPMI.

Quero também registrar a presença do Deputado Fabiano Pereira e parabenizá-lo pelo trabalho já mencionado pela nossa companheira Maria do Rosário.

É uma honra estar no Rio Grande do Sul, para fazer parte desse trabalho, que se vem consolidando em nosso País. Como muito bem disse a Deputada Maria do Rosário, esse é um trabalho que vem encorajando as pessoas a fazerem as denúncias e os comunicados necessários a esta CPMI, para que possamos dar encaminhamento a esse trabalho, que é importante para solucionar um problema tão grave.

Em todos os cantos de nosso País, temos encontrado as mais diferentes formas de exploração sexual das nossas crianças e das nossas adolescentes. Em cada lugar, há uma peculiaridade, mas todas elas estão envolvidas por um aspecto de crueldade muito grande. Estamos assistindo a um País que quer acertar, mas que está, ao mesmo tempo, envolvido com um problema tão grave, como o que atinge frontalmente as nossas crianças e os nossos adolescentes.

É uma honra muito grande presidir estes trabalhos no período da tarde. Já ouvimos, durante a manhã, depoimentos de testemunhas, de vítimas e de pessoas que têm alguma contribuição a dar à CPMI.

Agradeço, inclusive, a gentileza e o carinho com que todos os senhores e senhoras têm acolhido os trabalhos da CPMI.

Registro também a presença da SRA. Ana Paula, que representa o Prefeito de Porto Alegre, o Dr. João Verle.

Cumprimento todos os presentes.

Recebemos das mãos da Drª Ana Paula o relatório das ações desenvolvidas pela Prefeitura.

Entendemos que todos os segmentos – não somente os gestores públicos; tanto o federal, como os estaduais e os municipais – têm uma importância muito grande nesse trabalho, nessa integração. Mas também a sociedade civil organizada tem um papel fundamental para o bom andamento dos nossos trabalhos e também para as soluções que buscamos.

Informo aos presentes que, na sala das Câmaras, há um telão para dar maior comodidade aos participantes deste evento. Mas penso que está todo mundo bem acomodado, porque foi tudo muito bem cuidado. Mas estamos dispondo de um telão, para que todos acompanhem os trabalhos.

Dando prosseguimento, determino à Secretaria que providencie a entrada ao recinto do Sr. José Giovanoni Neto.

O depoente já preencheu e assinou o termo de compromisso. O depoente é O Sr. José Giovanoni Neto, 42 anos, CPF nº 326955600/44, casado, residente à Rua Guilherme de Vasconcelos, nº 534, bairro Fortes, na cidade de Soledade – RS. Exerce o mandato de Vereador. Exerce suas atividades de parlamentar municipal exatamente na Câmara Municipal de Soledade. Não tem nenhum parente envolvido, em nenhum grau, no assunto que estamos tratando.

O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal. Ele afirmou que tinha exatamente esse compromisso de falar absolutamente a verdade.

Advirto o depoente do compromisso de dizer a verdade do que lhe for perguntado. Ele já assim o fez. Eu gostaria de perguntar a**O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO** se ele gostaria de fazer, inicialmente, alguma colocação a esta Comissão.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Se possível, eu gostaria.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Está concedida a palavra ao senhor.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Primeiro, quero cumprimentar as nobres Deputadas e todos os que estão nesta audiência.

No Brasil e no Rio Grande do Sul, nós, gaúchos, imaginávamos que estávamos isentos desse mal, que é o mal do aliciamento de crianças e jovens, da exploração sexual.

Na minha cidade, só para situar as Deputadas, há aproximadamente 30 mil habitantes e seis favelas. Esses são dados do IBGE de 2000, com a devida correção feita em 2002. Portanto, esses bolsões de pobreza produzem algumas distorções sociais nas cidades pequenas, no interior do Estado, sobretudo na nossa, que é centro de uma região muito pobre. Os principais índices sociais do Estado, medidos pela nossa Fundação de Economia e Estatística, apontam para o fato de que a nossa região é a mais pobre do Estado. Lutamos muito por criar uma região específica para conseguir combater essas diversidades.

Com isso, na nossa região, desenvolveu-se o setor de exploração de pedras preciosas e semipreciosas, que rende para a cidade de Soledade, para os empresários, em torno de US$50 milhões por ano, dos quais 100% são isentos de impostos. Portanto, a cidade não se beneficia diretamente do dinheiro da produção, da extração e da exportação de pedras. Não existe, evidentemente, uma cadeia produtiva, e, conseqüentemente, há geração de emprego, mas esta é baixa.

Com iss, as nossas crianças e os nossos adolescentes estão em situação de risco. Aproximadamente cinco mil pessoas – são 1.084 famílias – em situação de risco. Elas não têm onde morar e o que comer, não têm salário, não têm renda, ou seja, não têm nada. E isso produziu, então, a ação dessas pessoas mais pobres, fazendo com que se deixassem levar pela droga e pela prostituição.

Recentemente, na nossa cidade, quatro meninos foram assassinados pelo tráfico de drogas. Eles eram os chamados "aviõezinhos" e foram aliciados para a droga. E, recentemente, chegou ao nosso conhecimento, por meio da denúncia de uma menina, um processo de exploração sexual que envolvia os empresários das pedras em favor dos seus compradores internacionais. Essa menina, quando denunciou, queria sair do esquema e não estava conseguindo, porque estava sendo perseguida, ameaçada. A sua família também estava sendo ameaçada, porque ela foi levada para esse sistema pela própria irmã. Conseqüentemente, ela não conseguia dele sair. Procurou-nos na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Soledade, e nós encaminhamos, então, todo esse processo para a Justiça e para a Polícia. E, diga-se de passagem, a Polícia Civil e a Brigada Militar atuaram de forma impecável. Mas o desenrolar desses processos desemboca na Justiça, sobretudo no Ministério Público, na parte da Infância e da Juventude.

Como há o envolvimento de empresários ligados ao setor, que têm um grande poder econômico, e também de relações políticas muito pesadas e muito fortes, não tivemos outra alternativa, a não ser recorrer para a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, por meio do Deputado Estilac Xavier e do Deputado Fabiano, que produziram todo o embate – vamos dizer assim – técnico, para dar vazão a essas denúncias.

Com a visibilidade que se deu – ou seja, isso foi parar no jornal, na imprensa –, mais pessoas e mais meninas vieram denunciar. Hoje, já temos, então, o entendimento. No momento em que essa primeira menina nos denunciou, não tínhamos conhecimento do grau e da complexidade do problema que estávamos puxando. E hoje já temos uma visão muito séria disto: realmente, existe uma rede alimentada pelo dinheiro desses compradores internacionais e também dos empresários, que acaba no submundo, produzindo todo o desenvolvimento de aliciamento, levando essas meninas, depois, a se prostituírem em cidades maiores da região. Todas acabam indo para Carazinho, Passo Fundo, Santa Maria, Santa Cruz do Sul. E, talvez, essas pessoas não tenham conhecimento de como tudo acontece, porque elas ou seu dinheiro, são, na verdade, de certa forma, usados.

Mas, em tudo isso, alguns empresários agiram com requinte de crueldade, porque – vou dizer e até pode ser forte para as mulheres – compravam as virgens, pagavam muito bem, e esse dinheiro servia depois para alimentar o tráfico de drogas e o tráfico de mulheres. Em uma região pobre, acaba-se produzindo isso em cidades próximas, como Barros Cassal, Espumoso, Fontoura Xavier, Ibirapuitã e Lagoão, que é a cidade de pior índice social do Estado do Rio Grande do Sul.

Então, essa situação nos levou a fazer o enfrentamento em outro nível, porque, além de muito dinheiro, envolve um risco enorme para essas pessoas.

A primeira situação que apresento é a da proteção à testemunha. Tivemos dificuldades com isso. Em que pese a Polícia e o Ministério Público terem agido, o programa de proteção, num primeiro momento, selecionou apenas uma das denunciantes, mas o seu companheiro ficou fora do programa. Conseqüentemente, ela declinou de ir para o programa, porque não foi levada em consideração uma questão chamada relação humana.

Essa menina, quando foi vendida pela mãe e levada pela irmã, com doze anos de idade, para ser estuprada, disse: "Não quero mais essa vida". E foi para a rua, onde esse rapaz a recolheu, levou-a para casa, deu alimentação, roupa e dignidade. Conseqüentemente, ela não ia abandoná-lo no momento de fazer a denúncia.

Precisamos rever essa questão da proteção à testemunha. É preciso proteger a vítima e a família da testemunha, senão não vamos conseguir solucionar o problema.

Vivemos esse dilema. Passei trinta dias jogando essas duas pessoas, de cidade em cidade, com dinheiro do meu próprio bolso, para conseguir tirá-las do círculo vicioso em que estavam e tentar evitar que elas fossem facilmente atingidas por esse poder econômico que não mede esforços para comprar, para subverter.

Logo em seguida, descobrimos que, desde 2000, há uma ação na Justiça, que se divide em duas partes: uma ação civil de indenização e uma ação criminal contra duas aliciadoras.

Por incrível que pareça, a ação civil que envolvia os dois empresários andou. Em sessenta dias, foi liquidada a fatura, fizeram um acordo e os empresários pagaram. A proponente propunha R$60 mil de indenização. Eles fizeram um acordo entre advogado, partes e o aliciador. Ele pagou R$3 mil, e terminou ali. Para a nossa surpresa, descobrimos que a ação penal não andou.

Haverá uma primeira audiência no dia 11 do mês que vem, talvez porque, com toda essa repercussão que teve o caso, seja interessante fazê-lo andar.

Então, não quero aqui culpar o Judiciário ou dizer que o Judiciário não atende, mas o Judiciário tende – e tivemos problemas com o Ministério Público – a olhar a questão com dois pesos e duas medidas. Nas cidades pequenas, há um envolvimento muito grande entre Juiz, Promotor, Delegado e a sociedade. Percebemos isso em nossa própria cidade. Logo depois que o Juiz e o Promotor chegam, ele já está incluído, e não quero falar mal de nenhum clube de serviço ou coisa desse tipo. Isto acontece em todo lugar: ele é inserido no contexto social da cidade e cria relações pessoais que o impedem de agir.

Tivemos esse problema. Um dos Promotores que tratavam do caso teve a coragem, a hombridade, de se declarar impedido porque era amigo pessoal da família de um dos aliciadores. Essa é uma outra questão.

Então, já apresento duas questões: a das testemunhas e a do Ministério Público e do Judiciário, que, em crimes como esse, não tem rapidez, sobretudo quando não envolvem pessoas de classe mais abastada, quando envolve pessoas de baixa renda e assim por diante.

Diante disso, não havia outra alternativa, a não ser buscar o apoio dos órgãos estaduais e agora o dos órgãos federais, por meio desta CPMI. É o único jeito que vemos de proteger a nossa própria integridade física, a das vítimas e a das testemunhas.

Se não tivéssemos dado visibilidade a essa questão, se isso não tivesse saído na imprensa, não estaríamos aqui, com certeza; teria terminado por lá mesmo.

Há outra questão que considero importante. Tenho tido problemas de saber como agir. Nós, Parlamentares, temos pouca informação e poucos caminhos a seguir. Depois é que fiquei sabendo que havia um 0800 para

denúncia. Eu não sabia como agir, havia pouca informação. Existe pouca informação nos colégios e nos órgãos oficiais. A própria Polícia não está aparelhada suficientemente para atender a esse tipo de denúncia. O Ministério Público está abarrotado de ações, e, na Justiça, ocorre o mesmo. Em que pese – é o que digo e repito – todos terem sido exemplares quando agiram, terem sido honestos, depois que demos a visibilidade estadual, pelos órgãos de imprensa, foi que conseguimos evidentemente conduzir isso de forma mais rápida e eficiente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – O senhor concluiu? (Pausa.)

Antes de conceder a palavra à Srª Relatora, a Deputada Maria do Rosário, quero informar, tanto ao senhor, que vai prestar esses esclarecimentos, como também às Deputadas Maria do Rosário e Ann Pontes, que não pronunciaremos os nomes das duas adolescentes que estão sob proteção. Informarei aos três que vamos tratá-las por uma numeração, para evitar maior exposição de ambas.

Concedo a palavra à Srª Relatora, para dar início aos seus questionamentos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cumprimento o Vereador José Giovanoni Neto pela sua disposição e pelo seu trabalho. Pelo que pude ler no seu depoimento à Delegacia de Polícia de Soledade – importante trabalho realizado pela Delegada Ivone, também naquela cidade –, observamos que o senhor foi procurado para receber essa denúncia após ter anunciado a criação de uma comissão de direitos humanos que o senhor busca implementar no Legislativo municipal.

De fato, verificamos a importância de iniciativas desse tipo, à semelhança do que ocorre no Rio Grande do Sul com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e do trabalho que é desenvolvido também na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Neste caso, a CPMI representa as duas Casas Legislativas do Congresso Nacional.

Então, o senhor recebeu a denúncia dessa jovem. E a minha primeira pergunta ao senhor é: qual foi a sua primeira atitude frente ao recebimento dessa denúncia? De alguma forma, já tinha conhecimento anterior sobre os casos que essa jovem, agora com 16 anos – à época, ela tinha 12 anos –, relatou ao senhor?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Na nossa cidade, infelizmente, há um senso comum – até vou pronunciar a frase do promotor público, que o disse quando chegou a Soledade – de que algumas pessoas são inatingíveis, são intocáveis pela lei. Há vários episódios, e é assim que acontece – vamos ser bem honestos e diretos. Aqueles que têm como se proteger com o dinheiro se protegem, e aqueles que têm como se proteger com a política também se protegem. E o povo fica à mercê disso aí.

Tínhamos conhecimento disso. Havia um conhecimento já anterior, de aproximadamente três anos atrás. O Delegado Edson Tadeu Cezimbra fez um inquérito, ouviu três ou quatro meninas, e, quando o inquérito chegou no Judiciário, elas retiraram a denúncia, por "n" motivos, porque fizeram um acordo, porque mudaram. Nós sabemos o porquê. Sabemos que foi o poder econômico novamente que influiu nesse processo todo e que fez com que elas mudassem.

O Delegado as denunciou por perjúrio. Como elas eram menores de idade, evidentemente isso não aconteceu, porque uma delas alegou que tinha sido coagida na Polícia a falar.

Então, temos conhecimento disso. Há muito tempo tentávamos articular uma forma, mas isso tem que vir por intermédio da denúncia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É claro.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não existe outra maneira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse caso, então, a que o senhor se refere, de conhecimento anterior – que seria o conhecimento público; podemos dizer que as pessoas em Soledade têm conhecimento –, é referente àquela ação do ano 2000...

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Do ano 2000.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E que acabou não sendo confirmada depois. Os depoimentos não foram renovados, não foram confirmados. Houve uma retirada, um acordo, que o senhor citou aqui.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Houve um acordo, como aquele pelo qual foram pagos R$3 mil. Nesse caso, quando o senhor recebeu a denúncia da jovem nº 1, qual foi o seu primeiro procedimento?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – A partir do relato da menina, primeiro, a gente ficou estarrecido pela forma como foi conduzido esse processo, mas, em seguida, a gente buscou orientação. O Ministério Público e os promotores articulamos uma forma adequada de fazer com que essa menor viesse até o Ministério Público e até a Polícia para fazer a denúncia.

A gente leu os inquéritos anteriores e percebeu que não dava para percorrer o mesmo caminho que foi levado pelo Delegado anterior. Articulamo-nos com a Delegada Ivone, que é muito experiente nesse caso, que trabalhou em casos de jovens e adolescentes na outra Delegacia em que ela trabalhava, e ela nos

orientou que levasse pra sala de audiência o Conselho Tutelar, o responsável pela menina, o Ministério Público, uma assistente social, se tivesse, para que todos ouvissem o depoimento dela. Eu fiz isso. Eu a escondi durante um tempo. Depois, no dia certo, eu a levei, e ela prestou depoimento na Polícia, juntamente com o Ministério Público.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vereador, ela se sentiu ameaçada quando lhe procurou?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Quando ela me procurou, ela já estava escondida, porque ela já tinha fugido de caso com esse rapaz. E ela tinha muito medo de que acontecesse com a irmã dela, que tem nove anos hoje, o que aconteceu com ela. A maior preocupação dela era proteger a mãe, mesmo sabendo que a mãe tinha um envolvimento, e a própria irmã. Ela só nos pediu uma coisa: que pudesse proteger a mãe e a irmã.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse caso, podemos dizer que a jovem nº 1 revelou ao senhor que foi levada pela sua irmã a uma determinada casa, mantida pelo Sr. Aldo Lodi e pelo Sr. Jandir Lodi, empresários de pedras em Soledade, e que foi violentada quando tinha cerca de treze anos por esse Sr. Aldo Lodi?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É exatamente isso?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Exatamente isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse é o conteúdo da denúncia?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Este é o conteúdo da denúncia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o que ela lhe revelou?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No depoimento dela ao senhor, ela chegou a referir por quanto tempo, além desse primeiro contato no qual ela foi levada pela irmã, ela manteve essas relações com o Sr. Aldo Lodi?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Ela disse que manteve por aproximadamente três anos essa relação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual a motivação dessa jovem, que, no seu depoimento, disse ter sido violentada por ele, com a ajuda física da própria irmã?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Exatamente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que ela permaneceu, no depoimento que ela fez ao senhor...

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Primeiro, quando ela era bem mais jovem, o medo, porque ela foi levada pela irmã e segurada pela irmã em todas as vezes que esteve com ele, nos três anos. Então, ela tinha medo no começo. E depois, quando ela começou a receber dinheiro, ela começou a comprar mantimentos para casa e, como ela mesmo disse, conseguiu comprar uma televisão. E aí, evidentemente, ela continuou com aquilo, mas, quando começou a não poder mais freqüentar o colégio – porque era a chacota das colegas, por ter apelido de amante do Aldo –, ela abandonou o colégio. Aí começou seu desespero pra tentar sair dessa situação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além disso, quero lhe perguntar: o senhor tem conhecimento das circunstâncias de vida dessa menina socialmente? É uma menina empobrecida?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – A mãe, ela e a irmã são pessoas... A casa não tem nem banheiro. É um único cômodo, onde dormem todos juntos. E elas só tinham, para se manter, o dinheiro que vinha do empresário. Conseqüentemente, não têm nenhuma condição... Não conheço detalhes, mas a casa conheço. Conheço a mãe delas. São pessoas extremamente pobres.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento de festas realizadas no Município, em chácaras, sítios, para onde são levadas as meninas também para empresários que vêm de fora, além de políticos?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Dado pelas meninas. Elas relataram esses acontecimentos, que eram eventos que aconteciam, sobretudo nas proximidades de uma feira internacional de pedras que ocorre lá. Esses empresários eram levados até as chácaras, nas proximidades da cidade, para onde eram levadas várias meninas para servir tanto a compradores, quanto a empresários.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor teve contato, portanto, com mais do que essa menina. Essa foi a primeira adolescente com quem o senhor manteve um diálogo?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque ela o procurou, denunciando a situação em função do seu envolvimento com o tema de direitos humanos.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantas outras adolescentes o senhor teve contato e

que também vivenciaram essa situação da exploração sexual?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Com mais duas e com a mãe de uma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou pedir, então, que o senhor escreva o nome delas aqui, para que possamos saber. Pergunto-lhe isso, porque hoje, pela manhã, ouvimos depoimentos reservados de pessoas que estão sob a proteção do programa de proteção a testemunhas e adolescentes. Para que não precisássemos colocá-las em exposição aqui, ouvimos crianças e adolescentes pela manhã.

Está muito presente para mim o depoimento da jovem nº 1. Mas, das demais, vou lhe pedir, se puder, para nos dizer o nome. Além disso, gostaria que o senhor informasse o local em que era realizado esse agenciamento sexual. O senhor sabe para que local eram levadas essas adolescentes por esse Sr. Aldo Lodi e pelo seu irmão, Jandir Lodi, também citado em todos os depoimentos das adolescentes que tive oportunidade de ler, na Polícia?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Uma delas, a nº 2, falou que eram levadas para as chácaras na periferia e não especificou o local. Uma terceira, que está aí, disse que eram levadas para as chácaras logo após a Polícia Rodoviária Federal, mas não tenho conhecimento. É um lugar muito escondido. Disse que eram levadas para lá de várias formas: de van, de táxi. O lugar, especificamente, nenhuma delas me disse, e nem perguntei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece uma lanchonete chamada Novilho Preto?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse lugar é de agenciamento? O senhor avalia que o é? Ou não é possível termos certeza sobre isso, na sua opinião?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Só tenho conhecimento de que o acusado é freqüentador desse lugar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento de uma casa que esse Sr. Aldo, que ainda chamamos na condição de testemunha, mantém próximo a esse local?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Só do relato da nº 1.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do relato da nº 1.

Srª Presidente, por alguns minutos, vou ter que estar em outra sala para ouvir um outro depoimento reservado, mas gostaria que a Deputada Ann, que ouviu os depoimentos pela manhã, pudesse prosseguir com as perguntas ao Vereador Giovanoni.

Cumprimento-o imensamente pela sua coragem, sua determinação.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Muito obrigado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente, o povo de Soledade deve ficar muito orgulhoso, porque essa iniciativa, essa determinação nos orgulha a todos no Brasil. E só há um caminho para enfrentar essa realidade, que é pela coragem, dizendo que a Justiça é para todos. Não há poder maior em ninguém que o transforme em alguém impune. Portanto, seja quem for, com poder econômico, quem quer que seja, precisamos de representantes dignos do povo que levem adiante. Meus cumprimentos.

A Deputada Ann Pontes seguirá com as observações, para que eu possa fazer a oitiva do outro depoimento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Boa-tarde, Sr. Vereador.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Boa-tarde.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por gentileza, esclareça-me uma coisa: o primeiro contato que o senhor teve com a adolescente nº 1 foi feito por intermédio de uma advogada?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor poderia declinar o nome da advogada?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Ela me pediu que não o fizesse.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por gentileza, então, escreva, só para conferir os depoimentos que hoje tomamos, para ver se conferem os nomes. (Pausa.)

Esse foi o primeiro contato que o senhor teve com a adolescente nº 1?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Até então, nunca a tinha conhecido, nem a visto pela rua?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ok. Quanto ao depoimento da adolescente nº 1, o senhor sentiu firmeza nesse depoimento? Ela titubeou, ela foi segura o tempo todo?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sempre. Sempre foi segura.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Qual seria o envolvimento da mãe?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Veja bem: quando você não tem o que comer e tem três filhos para alimentar, é mais fácil você fazer que não vê ou que não sabe do que querer saber e ver, porque isso

dói muito mais. Então, a mãe não tinha condições nem morais, nem físicas e nem humanas de tentar impedir isso, até porque a outra irmã já estava nesse universo, nesse mundo. Quem sabe se lá era a única forma de obter recurso para se alimentar e para alimentar os outros?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas é isso que quero lhe perguntar. No depoimento que a adolescente nº 1 prestou para o senhor, ela disse, de forma textual, esse conhecimento dessa situação de exploração em que ela vivia?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E, de uma certa forma, uma conivência?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim. Inclusive, ela disse que apanhava da mãe quando ela não queria ir.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Chegava a apanhar. E de que forma era a contribuição na despesa da casa? Ela chegou a detalhar isso? Como esse recurso chegava? Como ele era aplicado?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Ela recebia o recurso por intermédio da irmã, que ficava com a metade, e a outra metade dava para ela, para a mãe, para dividir as despesas da casa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A próxima pergunta era exatamente essa, porque foi uma das observações que fiz, de forma incisiva, para a adolescente. A adolescente nº 1 afirmou o quanto ela recebia e para quem era feito o pagamento dos encontros com o empresário Jair? Somente ela recebia, ou a irmã ficava com tudo? Qual foi a versão que ela disse para o senhor, para ver se bate com a versão que recebemos hoje?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Ela disse que, num determinado momento – que não sei qual –, ela pressionou o empresário e que esse empresário teria dado para ela R$3 mil.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem teria pressionado: a adolescente ou a irmã da adolescente?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – A adolescente o pressionou, dizendo que ia contar, que ia abrir o jogo e que não ia mais, que não queria mais e que não ia mais. Daí, ele disse: "Então, eu te dou R$3 mil". Daí deu em cheque para irmã, e a irmã foi ao banco, junto com ela, resgatou o cheque, dividiu o dinheiro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela informou o banco? Qual foi esse banco?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Banco Bradesco.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só confirmando para bater com as informações recebidas: o cheque foi dado para irmã da adolescente nº 1 no valor de R$3 mil. Ela lhe informou se a irmã depositou esse dinheiro e se, ao chegar no banco, houve a necessidade de consulta ao empresário para saber se liberava esse valor ou não? Ou elas não chegaram a esse detalhe?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Ela só me disse que a irmã tinha uma conta-corrente, uma poupança, com bastante dinheiro, porque movimentava muito a conta e tal, e que ela depositou lá e deu a outra metade pra ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vou lhe fazer também uma pergunta um tanto delicada. O senhor fique à vontade se não quiser responder. Houve algum comentário da adolescente nº 1 com relação às preferências sexuais? O que o empresário Jair gostava de fazer? E o que o irmão do empresário, o Sr. Aldo, gostava que ela fizesse?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Eu não respondo, porque ela não comentou comigo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com relação a esses encontros com o empresário Jair, ela precisou o local?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Precisou.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor poderia repetir, por gentileza?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Ela ia a uma casa no Bairro Farroupilha, nos fundos do restaurante Novilho Preto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Essa casa é central ou é afastada da cidade?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não, é na periferia. Ela é às margens da BR-386.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor sabe me informar se atualmente funciona um restaurante ou alguma coisa assim que o valha, venda de comida?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não, não sei falar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Além da adolescente nº 1, o senhor poderia nos informar, listada tal qual foi feito com o nome da advogada, o nome de todas as adolescentes que a adolescente nº 1 arrolou?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não, porque peguei o depoimento dela e não fiquei perguntando para ela coisas que não adiantavam ela me dizer. Ela tinha de dizer para a assistente social, para a pessoa do Conselho Tutelar e para a Polícia. E não li o depoimento dela depois.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não leu?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, passemos à segunda adolescente, à adolescente nº 2. Como foi o primeiro contato dela?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Essa moça chegou até mim trazida pelo outro Vereador, o Vereador Alisson, que a descobriu por meio de uma conversa numa feira livre de lá. Ele conversou com ela e a convenceu de nos procurar. Ela veio até nós, e explicamos para ela a implicação que tinha, a situação, que era muito complicada. Ela confessou que fazia esses contatos, que chamava as outras meninas para levá-las e que ela mesmo não se prostituía, mas que ela chamava conforme os clientes queriam. Ela alegou que foi uma única vez, na primeira vez em que ela teve contato conosco. Mas, depois, na Polícia, ela mudou o depoimento e disse que foram várias vezes. Diante disso, nós a alertamos de que, no momento em que ela prestasse depoimento para Polícia, evidentemente ela estaria envolvida no processo, porque também ela, com 25 anos, estava aliciando as menores.

Tentamos interferir com o Ministério Público e com a Delegada, para que fizesse um acordo com ela, para que ela conseguisse se proteger, então, pelas leis hoje existentes, que protegem as pessoas que prestam depoimento.

O Ministério Público e a Delegada aceitaram essa situação, e ela concordou em prestar depoimento na Polícia. O que ela contou basicamente, na Polícia, foi o que ela nos relatou brevemente, mas não li nenhum depoimento de nenhuma dessas moças.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A adolescente nº 2 também estava acompanhada de advogada?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vou listar alguns nomes para V. Sª, nomes indicados pela adolescente nº 2. No início do seu depoimento, V. Sª nos informou que era de conhecimento da cidade, uma cidade de 30 mil habitantes, que havia essa rede de exploração com pessoas que tinham dinheiro, pessoas de posse. Vou listar alguns nomes e peço que V. Sª confirme se eram esses ou não os nomes ventilados, pessoas que participavam dessas festas regadas à bebida, à droga e à violência até sexual. Chegou a ser comentado na cidade que, numa dessas festas, uma das adolescentes teve a roupa rasgada?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Comigo não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não chegou a ser comentado. Então, vamos lá: Jandir?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Aldo?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr. Rogério?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Lauri?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não ouviu falar?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Fabiano Barela?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Rodrigo Barela?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Acredito que seja Kênia. Há um senhor chamado, uma pessoa chamada, conhecida ou apelidada por Kênia?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Pelo apelido, não conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não é conhecido?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Deve ter outro nome, mas a moça falou esse. E Ênio?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Alisson? Vereador Alisson?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Que eu saiba, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor está ouvindo isso agora?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Estou ouvindo agora. Como lhe disse, eu não li os depoimentos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela chegou a indicar o nome de alguém do Ministério Público ou que trabalhasse no Ministério Público e que também estivesse envolvido?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Que eu saiba, não. Para mim, pelo menos, ela não relatou. Aliás, a adolescente nº 2 falou muito pouco comigo. Ela falou muito mais na Polícia. E eu, por uma questão de sigilo e de não querer interferir, não li o depoimento dela. Portanto, ela disse esses nomes que estão aí; ela confirmou. E confirmou o nome de umas meninas também, de algumas meninas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor poderia também fazer essa listagem, que nós não podemos repetir aqui, para ver se bate com os nomes que ela também nos elencou?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Das meninas?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Exato. Das adolescentes?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Posso. (Pausa.)

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vou listar alguns. Veja se o senhor se lembra?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Vamos ver. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Enquanto a Deputada Ann Pontes faz as anotações, quero registrar a presença da Deputada Maria Helena Sartori, que nos honra com a sua presença, e da Drª Berloni Tuscato, Coordenadora Estadual da Mulher, órgão pertencente ao Governo do Estado.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Enquanto esperamos a lista, gostaria de consultá-lo quanto a dois nomes que esqueci. O senhor conhece algum senhor chamado Itajubá?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele também era um dos nomes que...

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Citado no depoimento da nº 2.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Turela?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Também.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Também.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Também registramos a presença do Deputado Federal Pompeo de Mattos, que nos honra.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Realmente, há um nome aqui de que eu não me lembrava e que foi dito.

Este daqui é o nome mesmo, mas ela usa outro nome para trabalhar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Sr. Vereador.

Da minha parte, Srª Presidente, acredito que obtive os esclarecimentos, mas gostaria de deixá-lo ainda à vontade, no sentido de saber se V. Sª ainda tem algo a colaborar com esta CPMI.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não neste momento, mas, talvez, no fim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Gostaria só de praticamente repetir uma pergunta: o senhor informou que quem recebia o dinheiro da adolescente nº 1 era a irmã e a mãe?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Ela me disse que era apenas a irmã. A mãe recebia depois.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Mas a mãe recebia consciente da origem?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Sim, ela sabia.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Ela favorecia também a utilização da filha?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – De certa forma, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – E o senhor tem notícia se os acusados continuam a mesma prática de abuso?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Talvez, hoje, com a visibilidade que isso tomou, não. Mas, há muito pouco tempo, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – E o senhor tem alguma informação a respeito de os acusados perseguirem suas vítimas?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – De acordo com relatos das vítimas, sim. Não é uma ameaça direta, mas, de certa forma, velada: vou queimar sua casa, vou judiar da sua mãe.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Eles continuam?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Não havendo mais nenhum Parlamentar...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quero fazer uma última pergunta restante. Mais um nome ficou, e gostaria que o Vereador me esclarecesse se ele era também um dos veiculados. Falo do Dr. Getúlio.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Pela nº 1.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com relação à irmã da adolescente nº 1 – fica difícil falar o nome dela, especificamente, porque ela tinha várias irmãs –, ela chegou a afirmar, no depoimento, que a irmã mais velha, que inicialmente a teria levado para esse encontro com um empresário, também estava levando a irmã de 17 anos – seria a terceira irmã. Ela chegou a abordar isso com V. Sª?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Chegou. E disse que a maior preocupação dela realmente era esta: denunciar, para parar esse processo, antes que chegasse na irmã mais nova, que estava fazendo 12 anos e que, provavelmente, seria levada também pelo mesmo caminho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não, Vereador, ainda não é esta a irmã. É um pouco acima. Ela é um pouco maior e diz que a irmã mais velha teria levado também a terceira ou quarta irmã. O senhor confirma isso? Ela teria dito isso?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não, para mim não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pelo que entendi, o que deu coragem para a adolescente nº 1 fazer a denúncia era o fato de ela temer pela de irmã de nove anos. Mas a outra irmã, logo após ela, também teria sido levada.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Para mim, ela não relatou isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não foi relatado isso?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Faço uma última pergunta: o senhor, como pessoa envolvida, que, praticamente, iniciou essa luta, está sofrendo algum tipo de pressão ou ameaça?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – A pior ameaça é a da ação do submundo, que vem por baixo. Não é uma ameaça direta, é velada. Mas, como se trata de pessoas que têm muito dinheiro, o que eles fazem? Eles vão até o bar que freqüentamos, ao supermercado que freqüentamos, chegam lá e dizem ao proprietário: "Olha, se o Vereador e sua família continuarem vindo aqui, nós não viremos mais. Você vai ser inimigo da classe das pedras". Isso, evidentemente, vai minando a resistência. Onde você chega, você é ameaçado. E se inverteu a situação. Quer dizer, quem é bom, quem está denunciando, quem está ajudando quem precisa ficou, de repente, mal, porque a classe empresarial está vendo que vai perder mercado internacional. Quando essa questão tomar vulto nacional, evidentemente que os compradores internacionais, que vinculam muito suas compras a essas questões, sobretudo os americanos e os europeus, não vão querer mais. E isso eles têm jogado na mídia e na própria cidade.

Acredito que, a partir de hoje, eu e minha família estaremos em risco muito maior. Já me articulei com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e também com a Polícia Civil e com a Brigada Militar de forma a tentar garantir a minha integridade física e a de minha família. Tenho, evidentemente, uma estratégia para isso.

Mas é importante que esta Comissão estude esta questão, trabalhe esta questão de como é que um Parlamentar, um Vereador do interior de Soledade, que entra nesse brete... Porque agora só há um caminho, para frente. Como dizem os pecuaristas da minha terra, depois de entrar no brete, só tem que ir para a frente, não tem mais como voltar, não é, Deputado Pompeo? Só há um jeito de nos proteger: que a justiça seja feita, e de forma exemplar. Se isso acontecer de forma rápida e segura, não preciso me preocupar, porque estou protegido. Mas, se isso se prolongar, se começar a ir para a frente, aí, evidentemente, estarei bem prejudicado na situação. Uma coisa é enfrentar pessoas iguais; outra coisa é enfrentar pessoas desiguais. E essas pessoas têm muito dinheiro! Elas ganham, num único mês, o que não vou ganhar em toda a minha vida trabalhando. É uma situação completamente diferente. Então, evidentemente, tenho medo, tenho muito medo, mas vou ter que seguir em frente, porque não tenho alternativa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vereador, qual o sentimento do senhor em relação à população local?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – A população apóia, sobretudo a população mais pobre. Mas, como existe uma diferença muito grande entre o que tem menos e o que tem mais – é brutal a concentração de renda lá –, a influência financeira, do dinheiro em si, é muito grande. Muitas pessoas que estavam apoiando, em determinado momento, saíram da base de apoio. Até mesmo o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores declarou na audiência pública que não tinha nada a ver com isso, que não sabia de nada e que nem queria saber. Veja a pressão política e econômica que se exerce sobre um vereador que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores! Eu sou apenas o Secretário dessa Comissão, o Relator.

O que peço? Peço que isso não fique como está, que as pessoas culpadas sejam punidas e que as vítimas possam ser protegidas. Existe um esquema aqui no Estado, como já relatei, de proteção à testemunha. Mas o nome está dizendo: testemunha. E a vítima? Aí não sabemos como é que fica. É só isso que peço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor está tendo a solidariedade dos seus Pares?

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Com certeza. Estamos todos unidos. Tenho o apoio da Bancada do meu Partido aqui, tenho o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, em todos os níveis. A Polícia tem agido de forma rápida e bem-orientada. O Ministério Público, por meio do Dr. Guimarães, sempre agiu quando solicitado. A Drª Mirelle, que é a Coordenadora do Protege em Porto Alegre, tem-nos dado uma boa cobertura em relação à proteção às testemunhas. Os magistrados da nossa cidade têm hipotecado grande apoio, que tem sido fundamental, nas suas falas no rádio, na imprensa.

Acredito que, neste momento, estamos seguros. Mas não sabemos como será o dia de amanhã.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidente, eu gostaria de fazer um pedido a V. Exª. Con-

versei com a adolescente nº 2, que pede que a família dela seja poupada, o máximo que for possível. Ela disse que está chamando para si toda essa responsabilidade, todo esse peso da denúncia. Como o senhor bem disse, são pessoas influentes política, econômica e socialmente. Então, ela faz um apelo no sentido de que a família – pai, mãe, irmãs – não seja associada a ela, porque a família está lá na cidade, que é pequena, e ela teme por isso. Então, eu pediria que o senhor continuasse sendo aliado nesse sentido: proteger a família da adolescente nº 2.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Com certeza. É bom que se deixe dito publicamente nesta audiência que o pai e a mãe ficaram sabendo no momento em que comuniquei a eles. Eles são pessoas humildes, do interior do Município. Mandaram a filha para a cidade para estudar, e, quando viram, ela estava envolvida com tudo isso. Eles não sabiam e não sabem de nada, não sabem quem está envolvido, não sabem de nada. Eu é que tive o desprazer, vamos dizer assim, de ir até a família e avisar. É um problema muito sério, porque a menina foi trazida pelo programa e sumiu. E a família está sem notícia, sem saber como está a menina, para onde ela foi. Deveria haver um acompanhamento também para a família.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pelo que senti, no depoimento, ela pede que a família fique distante, até por uma questão de proteção da família.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Com certeza.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Se a família souber a fundo o que está acontecendo, correrá risco de vida. Então, ela prefere que a família saiba o menos possível.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Encerrou, Deputada Ann Pontes?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Convido o Deputado Pompeo de Mattos para fazer parte da nossa mesa. (Pausa.)

Pergunto ao nosso querido e ilustre companheiro da Câmara dos Deputados se ele gostaria também de interrogar o depoente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Na verdade, também quero cumprimentar a nossa Presidente, a colega Deputada, e dizer da honra que o Rio Grande do Sul tem de receber uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Câmara e do Senado, dessa envergadura e dessa importância.

Esta CPMI está tratando de um tema complexo, duro. Às vezes, temos de falar nas entrelinhas, entre dentes, por conta daquilo que revela. Estou acompanhando o caso, até porque diz respeito ao nosso Estado, diz respeito à minha região, inclusive minha região política: Soledade. Venho da região de Soledade, do planalto médio, das Missões. Estou acompanhando de perto esse trabalho. Eu absolutamente não quero fazer nenhum questionamento. Acho que os questionamentos estão bem feitos. Cheguei na metade da conversa. Conheço, por alto, os fatos que estão sendo narrados pelos vereadores, os fatos que a própria imprensa noticia, as conversas que ouvimos, as informações que se têm.

No planalto médio, nos últimos meses, houve notícias envolvendo menores. O noticiário tem sido rico em informações negativas por conta de sumiço de crianças, morte de crianças. Eu mesmo, como Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos na Câmara Federal, já participei de uma comitiva, juntamente com o Deputado Enio Bacci, Presidente da Comissão, e com o Deputado Giovani Cherini, também na Assembléia Legislativa gaúcha. Estivemos na Câmara de Vereadores e falamos com lideranças da comunidade de Soledade, para tomar pé na situação, conversar com as autoridades locais, com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, com a Delegada de Polícia de Soledade. Esteve lá o Dr. João Paulo, que está aí conosco também, nosso Delegado do Deic. Autoridades estaduais estão preocupadas com o problema.

Há um trabalho – e quero falar aqui, a título de contribuição –, um esforço muito grande da Polícia Civil gaúcha, que quero aqui reconhecer. Permitam-me dizer, em nome da Comissão de Direitos Humanos, de que tenho a honra de ser o Vice-Presidente, que a Polícia Civil gaúcha, não só a Polícia de Soledade, mas também a Polícia Estadual, tem-se envidado, não tem negado absolutamente nenhuma estrutura necessária para empreender ações em Soledade e em Passo Fundo, na região.

Em que pese isso, sabemos que os fatos estão acontecendo. Então a vinda da CPMI é que dá visibilidade a esse fato, dá importância a esse fato, chama a atenção para esse fato, dá responsabilidade a quem a tem.

O Rio Grande do Sul agradece o trabalho que V. Exªs estão fazendo. Estamos honrados por poder estar aqui testemunhando-o.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Muito obrigado.

Não havendo mais nenhum Parlamentar Federal para questionar o depoente, queremos informar que o mesmo está dispensado.

O SR. JOSÉ GIOVANONI NETO – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Determino à Secretaria que providencie a entrada ao recinto de uma testemunha que solicitou que não tivesse seu nome revelado, mas que já preencheu e assinou o termo de compromisso que foi apresentado, nos seguintes termos:

Advirto a depoente que a mesma está sob o compromisso de dizer a verdade, no que lhe for perguntado e no que souber, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, tendo o direito de permanecer calada quanto a depor contra a si própria, conforme preceitua a Constituição Federal, no art. 5º, LXIII.

Então, vamos utilizar de um cognome para a depoente e vamos assim tratá-la por Maria.

Pela ausência da Deputada Maria do Rosário, que está em outra sala ouvindo outros depoimentos, convido a Deputada Ann Pontes, para ser Relatora ad hoc. Informo a S. Exª já tem pode fazer os questionamentos que assim o desejar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Maria, na verdade, eu queria ouvi-la. Como você poderia colaborar com esta CPMI, no sentido de elucidar os fatos?

A SRA. MARIA – É só vocês me perguntarem, que eu respondo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você tinha conhecimento do envolvimento – vou listar alguns nomes – de determinados empresários, de pessoas conhecidas na cidade que participavam de festas regada a vinho, muitas vezes drogas, com crianças e adolescentes?

Se você tiver conhecimento, sacode a cabeça ou diz "sim". Isso fica a seu critério. Vou falar alguns nomes. Sr. Jandir?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr. Rogério? (Pausa.)

Lauri? (Pausa)

Fabiano Barela? (Pausa.)

Rodrigo Barela? (Pausa.)

Ênio? (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Eu gostaria que a depoente respondesse, não se limitasse apenas ao gesto positivo ou negativo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Recomecemos, então. Jair?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Jandir?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr. Rogério?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Lauri?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Fabiano Barela?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Rodrigo Barela?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ênio?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Alisson?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quênio?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Turela?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr. Rogério?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não? (Pausa.)

Vou lhe pedir Maria para escrever numa lista...Ou melhor, há uma listagem com as adolescentes envolvidas nessa rede de exploração. Por gentileza, liste para mim as pessoas com as quais você teve contato, as que você sabe que de alguma forma estiveram envolvidas nessa rede de exploração sexual. (Pausa.)

Maria, ainda faltam dois nomes. Por gentileza. Itajubá?

A SRA. MARIA – Desse, eu tenho conhecimento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E com relação ao empresário Aldo?

A SRA. MARIA – Também.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele recebia algum valor dos estrangeiros para proporcionar sexo a esses estrangeiros que vinham comprar as pedras?

A SRA. MARIA – Acho que sim, senão não estaria arrumando as gurias para eles, não é?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não ouvi o final.

A SRA. MARIA – Acho que sim, senão ele não estaria arrumando as gurias para eles.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você tinha idéia de quanto ele recebia?

A SRA. MARIA – Não. Disso não tenho idéia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você sabe do local onde se davam essas festas?

A SRA. MARIA – No prédio dos Lordes, em Soledade mesmo. Nos apartamentos 4.004 e 4.002.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Havia um outro local ou chácaras?

A SRA. MARIA – Só tinha uma chácara para quem vai a Passo Fundo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Uma chácara em Passo Fundo.

A SRA. MARIA – No caminho de quem vai para Passo Fundo, no asfalto, na BR.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem era o proprietário dessa chácara?

A SRA. MARIA – O Sr. Jandir.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com que freqüência essas festas aconteciam?

A SRA. MARIA – Uma a duas vezes por semana.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como se dava o aliciamento dessas adolescentes?

A SRA. MARIA – Como assim?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como elas ficavam sabendo da realização? Quem fazia o convite? Quem iria apanhá-las?

A SRA. MARIA – Ou ligávamos na firma ou no celular deles, ou eles entravam em contato conosco e mandavam nos pegar em determinado lugar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, Maria, você também participava?

A SRA. MARIA – Eu também participava.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quanto era pago para cada adolescente?

A SRA. MARIA – Entre R$80,00 e R$100,00.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por menina?

A SRA. MARIA – Por menina.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Havia a utilização de drogas?

A SRA. MARIA – Havia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como a droga chegava?

A SRA. MARIA – As gurias que usavam drogas pediam drogas e ganhavam.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para essas pessoas que você disse "sim"?

A SRA. MARIA – Para as pessoas para quem eu disse "sim".

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nas festas a droga já estava lá?

A SRA. MARIA – Já estava lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Elas eram obrigadas a fazer sexo grupal?

A SRA. MARIA – Às vezes, havia duas gurias com um homem ou dois homens com uma mulher.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você chegou em uma dessas festas a presenciar uma cena em que um desses empresários chegou a rasgar a roupa de uma delas?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você não chegou a ver essa cena?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você não chegou a ver essa cena?

A SRA. MARIA – Não, essa não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como foi o seu ingresso nessa rede?

A SRA. MARIA – O seu Aldo vivia me seguindo e outra amiga minha na rua. Daí ele fazia promessas que ia dar isso, dar aquilo, e a gente acabou saindo com eles.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele cumpria as promessas?

A SRA. MARIA – Nem sempre.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que tipo de promessas ele fazia?

A SRA. MARIA – Ele prometia assim: saia comigo até 18 anos, que depois tu ganha uma casa no teu nome, um carro, mas até hoje a casa e o carro não vieram. Sempre promessas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Depois desse programa, ele pedia que você arranjasse outras?

A SRA. MARIA – Pedir ele pedia, só que as gurias que eu tinha, que eram minhas amigas e que saiam junto comigo ele já conhecia, já tinha saído, não tinha como arrumar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Alguma vez ele manifestou interesses por virgens?

A SRA. MARIA – Sempre, ele sempre pega gurias virgens primeiro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele oferecia mais pelo fato de elas serem virgens?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quando você entrou nessa rede de exploração sexual você tinha quantos anos?

A SRA. MARIA – Treze anos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem foi a primeira pessoa que fez essa inserção?

A SRA. MARIA – O Sr. Aldo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Sr. Aldo mesmo?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dessas pessoas para as quais você disse "sim", você saiu com todos eles?

A SRA. MARIA – Com todos eles.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com que freqüência?

A SRA. MARIA – No início, a gente saía com o Sr. Aldo. Depois ele passa para o Sr. Jandir e vai pas-

sando para os outros caras. Depois, ele começa a nos vender para os estrangeiros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você poderia listar quem são os outros caras?

A SRA. MARIA – O Sr. Aldo, o Seu Jandir, o Itajubá. Não me lembro...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Dr. Getúlio?

A SRA. MARIA – Com o Dr. Getúlio, nunca saí.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas sabia se ele saía com outras gurias?

A SRA. MARIA – Disso eu sempre soube.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Além da utilização de drogas, ele batia em vocês? Havia agressões físicas?

A SRA. MARIA – Eu, pelo menos, nunca fui agredida.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Aldo é uma pessoa violenta?

A SRA. MARIA – Se é, comigo nunca foi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele tinha medo de ser denunciado?

A SRA. MARIA – Olha, eu acho que não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nunca manifestou para você esse receio?

A SRA. MARIA – Nunca.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidente, se a Deputada Maria do Rosário quiser fazer algum questionamento, será o tempo em que vou elaborando outros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero cumprimentar o Deputado Pompeu de Mattos, meu colega na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Agradeço por sua presença aqui na CPMI. Estamos percorrendo o Brasil e, no nosso Estado, também encontramos situações como essa.

Também cumprimento a depoente pela sua coragem, pela sua determinação. **A SRA. PRESIDENTE** deu um outro nome a ela?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Maria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o meu. Vamos lá.

Então, cumprimento-a, Maria, pela disposição, como uma mulher de luta que muito cedo começou a perceber a violência na sua vida.

Todos os depoimentos que já ouvimos acerca desse caso, frente ao que estou ouvindo agora – e, no início dos trabalhos, do seu depoimento, eu estava ouvindo um depoimento reservado na outra sala, de uma criança, vítima também da violência sexual; portanto, não pude estar aqui no início das suas declarações especialmente à Deputada Ann Pontes –, confirmam essa citação que tu fizeste do Sr. Aldo Lodi.

Tu confirmas, então, que a pessoa com quem primeiro tu tiveste relações sexuais, aos 13 anos, foi o Sr. Aldo Lodi?

A SRA. MARIA – Confirmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele te pagou por essa relação?

A SRA. MARIA – Pagou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto ele te pagou?

A SRA. MARIA – Como eu era virgem, ganhei R$200,00.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele pagou diretamente a ti? Ou uma outra pessoa veio te pagar?

A SRA. MARIA – Diretamente a mim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algumas vezes, tu foste chamada para fazer programas sexuais por outra pessoa que não por ele?

A SRA. MARIA – Só pelos caras da firma, os irmãos dele, os que trabalham lá mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outros irmãos dele se envolvem com esse tipo de programas sexuais com adolescentes?

A SRA. MARIA – O Jandir, o Luís Lodi e o Moacir Lodi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Jandir...

A SRA. MARIA – Moacir e Luís.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses três são irmãos do...

A SRA. MARIA – O Moacir é o sobrinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Moacir é o sobrinho dele?

A SRA. MARIA – É filho do Luís.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além, então, do Sr. Aldo, estes aqui te chamavam diretamente para programas sexuais?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas alguma mulher ou algum homem organizava festas das quais tu chegaste a participar?

A SRA. MARIA – Havia duas: a Jussara e a Serenita.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas duas organizavam festas das quais, além de ti, outras adolescentes participavam?

A SRA. MARIA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu começaste com treze anos?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu conheces outras adolescentes que começaram com a mesma idade, com 13 anos, ou até mais novas? Eu gostaria que tu não disseste o nome delas. Mas tu podes escrever, no papel que estava à sua frente, os nomes de outras meninas como tu, da cidade ou da região, que foram agenciadas quando menores de 18 anos.

A SRA. MARIA – Sim. Eu já escrevi no papel antes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já escreveu para a Deputada Ann Pontes? (Pausa.)

Destas, tu poderias escrever quais são as que começaram com menos de 14 anos? Com menos de 14 anos, configura-se violência presumida e uma situação de estupro.

A SRA. MARIA – Sim. Uma delas até tem um filho com um estrangeiro. É a primeira que citei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A primeira que tu anotaste aqui, com a sua letra, tem um filho com um estrangeiro?

A SRA. MARIA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu sabes se esse estrangeiro tem ciência de que tem esse filho?

A SRA. MARIA – Ele sabe que tem um filho, porque, quando ele vai à cidade, ele vai ver a criança.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O estrangeiro volta freqüentemente à cidade?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse estrangeiro é de que país?

A SRA. MARIA – Da França.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu chegaste a fazer programas com estrangeiros naquela casa? Existe um prédio dos Lodi na cidade?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu chegaste a fazer programas?

A SRA. MARIA – Várias vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como era a preparação para esses programas?

A SRA. MARIA – O Sr. Aldo ligava para nós tipo às 3 horas ou 4 horas da tarde e avisava: "Às 7 horas ou 8 horas, vocês vão, tocam o interfone do tal apartamento e falam que fui eu que mandei". Daí a gente ia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E os estrangeiros pagavam diretamente a vocês?

A SRA. MARIA – Diretamente a nós.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu achas que eles pagavam alguma coisa ao Sr. Lodi ou não?

A SRA. MARIA – Eu acho que sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pagavam pelas meninas também?

A SRA. MARIA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma vez tu ouviste que, além de pagar para vocês, eles pagavam pelo agenciamento que o Lodi fazia?

A SRA. MARIA – Nunca ouvi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso não?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, você nunca soube que o Sr. Lodi recebia esse dinheiro por oferecer vocês aos estrangeiros?

A SRA. MARIA – Nunca soube. Sempre desconfiei, mas nunca tive certeza. Nunca ouvi nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas tu chegaste a desconfiar disso por quê?

A SRA. MARIA – Porque, se ele não ganhasse alguma coisa, ele não estaria arrumando guria sempre para os caras.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esses estrangeiros dirigiam a empresa dele próprio para a compra de pedras.

A SRA. MARIA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Poderia ser um presente?

A SRA. MARIA – Disso não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não sabes?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca viu como eles tratavam isso?

A SRA. MARIA – Não, nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa questão de, para virgem, pagar-se mais? Tu disseste que, quando tinha 13 anos, foste vítima dessa violência sexual e que recebeste R$200,00?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois que tu deixaste de ser virgem, o preço mudou?

A SRA. MARIA – Mudou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pagavam menos?

A SRA. MARIA – Sempre menos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto?

A SRA. MARIA – De R$80,00 a R$100,00. Dependia do cara que tu saía e do tempo que tu ficavas com ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O máximo, então?

A SRA. MARIA – O máximo era R$100,00.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu chegaste a conhecer outras meninas que, virgens, também começaram com esse Sr. Aldo? E estas que estão anotadas?

A SRA. MARIA – Já houve algumas que sim. Uma ou duas daí sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E também recebiam mais?

A SRA. MARIA – Sempre receberam mais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As virgens preferencialmente sempre ficavam com ele antes?

A SRA. MARIA – Sempre era ele que pegava as virgens primeiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele não oferecia as virgens para os estrangeiros e para os outros?

A SRA. MARIA – Não. Ele é que sempre tirava a virgindade...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele é que tirava a virgindade das meninas.

Há mais uma questão. Não sei se a Deputada Ann Pontes perguntou sobre as chácaras?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pode complementar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes, tu foste a festas em chácaras da região?

A SRA. MARIA – Várias vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quem eram os proprietários dessas chácaras?

A SRA. MARIA – Sempre fui a uma chácara que era do Sr. Jandir Lodi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre na mesma?

A SRA. MARIA – Sempre na mesma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas tu tens conhecimento de outras festas? Tu chegaste a ser convidada para festas em outras chácaras ou em outras casas que eram de propriedade de outras pessoas?

A SRA. MARIA – Fui umas duas ou três vezes almoçar na chácara do Turela. Foram as únicas chácaras a que eu fui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é o Turela?

A SRA. MARIA – Turela é um advogado lá da cidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse advogado também promove essas festas?

A SRA. MARIA – Sei que ele saía com uma guria que era minha amiga. Daí eu fui almoçar uma duas vezes lá na chácara dele. Mas já ouvi comentários de que ele saía com gurias sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse almoço era uma confraternização? Era feito com as famílias? Ele levava a esposa?

A SRA. MARIA – Não. Ele ia com uma amiga minha. Daí até no segundo almoço a que fui, a esposa dele chegou e pegou os dois juntos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa sua amiga tinha quantos anos?

A SRA. MARIA – Dezesseis anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Também do Município de Soledade?

A SRA. MARIA – Também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa sua amiga começou a andar com esse Turela aos 16 anos ou antes disso?

A SRA. MARIA – Ela começou a andar com ele com uns 15 anos, eu acho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era uma espécie de programa que ela fazia com o Turela? Ele a pagava?

A SRA. MARIA – Eu acho que sim, porque, sempre que ela saía com ele, ela voltava para casa com dinheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E tu foste almoçar duas vezes lá na chácara?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu também participaste de programas com ele?

A SRA. MARIA – Não. A gente ia lá e almoçava. E logo a gente retornava para a cidade, porque ele tinha que trabalhar. Era sempre dia de semana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dia de semana?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele fazia programa com ela?

A SRA. MARIA – Fazia. Ele saía com ela à noite. Ou, então, no final de semana, quando ele saía com ela, eles faziam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Naqueles almoços não?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Naqueles almoços, foram somente ela, tu...

A SRA. MARIA – E ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse Sr. Turela?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu podes afirmar com convicção que ele mantinha relação com essa moça de 16 anos?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E que ele pagava por isso?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E que essa moça sobrevivia da exploração sexual? Ela precisava desse dinheiro?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, não era uma relação consentida? Não era por que ela gostava dele, por que ela namorava com ele? Era por que ele pagava para ela?

A SRA. MARIA – Porque ele pagava para ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aos 16 anos.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Relatora, peço a palavra pela ordem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vou pegar o depoimento de outra adolescente. Antes de me retirar, eu gostaria de fazer mais três perguntas para a Maria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não, Deputada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Maria, os nomes da lista são codinomes ou nomes verdadeiros?

A SRA. MARIA – Nomes verdadeiros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Alguma destas moças é irmã da adolescente nº 1? Eu gostaria de passar a senha para a Maria, para que ela entendesse a minha pergunta.

Repito a pergunta, Maria: da lista que você nos forneceu, uma dessas adolescentes é irmã da adolescente nº 1?

A SRA. MARIA – Não. Deixe-me ver. Acho que não.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosada) – Você se refere ao número só. Confirma "sim" ou "não".

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Aldo e Jandir são irmãos do Prefeito de Soledade, o Sr. Hélio Ângelo Lodi?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O Prefeito também costuma participar desses eventos?

A SRA. MARIA – No meu conhecimento, não. Se ele costuma, é muito escondido, sem que ninguém saiba.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dos que você participou, ele não estava presente?

A SRA. MARIA – Nunca estava presente. E nem há comentários de que ele saía com alguém.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Além desses dois irmãos, outros participavam?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Você poderia elencá-los rapidamente?

A SRA. MARIA – Dizer o nome?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso.

A SRA. MARIA – Participavam o João, de uma agropecuária, o Moacir e um dos filhos do Prefeito, o mais velho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são os nomes, por gentileza?

A SRA. MARIA – Maurício.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eles são maiores de idade?

A SRA. MARIA – São. Ele é casado já.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deixa-me ver se entendi, Maria. Os filhos do atual Prefeito participavam também?

A SRA. MARIA – Um dos filhos sim, o mais velho.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Muito obrigada.

A SRA. MARIA – De nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Deputada Ann Pontes.

Maria, sabemos que, no ano de 2000, algumas denúncias foram feitas e que, depois, houve um acordo e algumas pessoas voltaram atrás. Você tem conhecimento disso?

A SRA. MARIA – Mais ou menos. Um pouco sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da denúncia daquela época, que já envolvia essas mesmas pessoas?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu sabes se as pessoas que fizeram as denúncias naquela época foram ameaçadas de alguma forma, para que retirassem as denúncias?

A SRA. MARIA – Acho que não; acho que foram compradas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Compradas com dinheiro, com casa?

A SRA. MARIA – Havia um tempo em que era eu e uma guria. Para uma delas, ele alugou uma casa e falou que, depois que terminasse, ele colocaria no nome dela essa casa, e até hoje a casa não está no nome da guria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas promessas eram reiteradas, eram sempre feitas? Promessas de casa?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Existia isto: "Fica comigo até os 18 anos?".

A SRA. MARIA – Não, eles falavam: "Eu fico até os 18 anos, e depois vocês ganham uma casa e um carro".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso era uma promessa?

A SRA. MARIA – Era uma promessa. Quando tu fazias 18 anos, eles não saíam mais contigo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E "esse fazer 18 anos e não sair mais contigo" é exatamente o avesso do que pudesse parecer. Dezoito anos é a idade da maioridade, em que a pessoa faz as suas opções sexuais no mundo adulto, digamos; cada vez se faz mais cedo. Mas você acha que isso significava o quê? Realmente, a preferência por meninas mais jovens?

A SRA. MARIA – Acho que sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era isso?

A SRA. MARIA – É, depois da maioridade, eles não teriam compromisso nenhum e com a guria menor de idade já teriam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todas as meninas com que eles andavam eram menores de idade?

A SRA. MARIA – Naquele tempo em que eu saía com eles, eram, sim, todas menores de idade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você saía de carro com esse Sr. Aldo Lodi?

A SRA. MARIA – Algumas vezes, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que carro ele tinha naquele período?

A SRA. MARIA – Um Eclipse vermelho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual era o lugar em que vocês faziam os programas?

A SRA. MARIA – Ou numa casa que eles tinham num bairro da cidade ou na chácara ou na própria casa dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além desse Eclipse vermelho, havia outro carro?

A SRA. MARIA – Depois, ele trocou esse carro por uma BMW amarela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele chegou a lhe dar algum presente de maior valor?

A SRA. MARIA – Eles davam muitas vezes anel, relógio, pulseira, gargantilha, essas coisas de pedra, lá da firma mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando ele lhe pagava, ele o fazia com cheque ou com dinheiro vivo?

A SRA. MARIA – Sempre com dinheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca ele lhe deu um cheque?

A SRA. MARIA – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Motel também não era freqüentado?

A SRA. MARIA – Nunca fui a motel com ele. Com eles, ali da cidade, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E, ao mesmo tempo em que fazia programas com ele, fazia também com o Sr. Jandir, o Luiz, o Moacir – todos eles agendavam programas –, o João, o Maurício, filho do Prefeito. Com quantos anos você fez o último programa com eles?

A SRA. MARIA – Com 18 anos. Depois, saí fora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente com 18 anos? Você ganhou a casa? O carro?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas tinham sido prometidos?

A SRA. MARIA – Tinham, mas, até hoje, nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu chegaste a cobrar isso?

A SRA. MARIA – Nunca cobrei, saí fora numa boa. O que eu queria era paz, era me ver livre deles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu querias ficar longe?

A SRA. MARIA – Longe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esses lugares onde você fazia esses programas com eles? Como era a casa dele por dentro?

A SRA. MARIA – A casa dele é bem fina, tem de tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu ficavas no quarto dele ou na sala?

A SRA. MARIA – A gente chegava e sentava na sala, ele servia alguma coisa para a gente comer ou beber, depois a gente ia para o quarto dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E como é por dentro em termos de disposição. Entra direto na sala?

A SRA. MARIA – A gente sempre entrava pela garagem, subia na sala, depois subia as escadas e ia para o quarto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E como é esse quarto?

A SRA. MARIA – É um quarto normal, como todos os outros quartos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas do que tu lembras de particularidades dentro da casa dele? Não digo nem de móveis, mas da disposição das peças. Há essa escadaria, há alguma escada da garagem ou vai direto?

A SRA. MARIA – Há uma escada da garagem para a sala, e depois há uma escada da sala para os quartos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A cozinha é junto da sala ou não?

A SRA. MARIA – Não, é separada, é do lado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há uma porta de acesso?

A SRA. MARIA – Tem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa escadaria que sobe? De que tamanho ela é?

A SRA. MARIA – Ela não é muito grande. Da garagem para a sala é de uns três degraus, e a outra é de uns cinco ou seis, no máximo. Não é muito grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, é uma escadinha pequena da garagem para sala e depois uma escada maior para cima?

A SRA. MARIA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse outro lugar, que era o prédio deles, onde tu fazias os programas também com os estrangeiros? Tu freqüentaste esse local fazendo programa também com eles ou não?

A SRA. MARIA – Com eles não, só com os estrangeiros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é esse local?

A SRA. MARIA – Esse local é um dos maiores prédios que há na cidade. A gente chegava, tocava o interfone e falava que eram eles que tinham mandado. Pegava o elevador e subia. Há uns apartamentos mais simples, só com um sofá na sala, um barzinho. Na cozinha, só tem geladeira, fogão não tem, e os quartos só têm uma cama, roupeiro e banheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quem atendia ao porteiro? Quem abria a porta?

A SRA. MARIA – Os caras mesmo lá em cima. Tocava o interfone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estava marcado, então?

A SRA. MARIA – Estava marcado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E vocês tiveram alguma dificuldade com idioma, ou as pessoas falavam português?

A SRA. MARIA – Eles falavam português.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A maioria falava português?

A SRA. MARIA – A maioria. Era um pouco enrolado, assim, mas a gente entendia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que países são os estrangeiros?

A SRA. MARIA – Eram japoneses, franceses, coreanos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tu lembras exatamente o ano e o mês em que tu estiveste fazendo esses programas lá nesse local?

A SRA. MARIA – Não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É difícil para ti?

A SRA. MARIA – É difícil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu queria pedir para tu tentares recuperar na tua memória e fazeres uma tabelinha, pelo menos para verificarmos as viagens dos empresários internacionais e as compras que tenham feito aqui, com notas.

A SRA. MARIA – Não tenho como lembrar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É difícil lembrar isso?

A SRA. MARIA – Não lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É difícil lembrar o ano?

A SRA. MARIA – Sim, comecei com eles quando eu tinha 15 anos, 16 anos. Depois, com 18 anos, parei de sair totalmente. Não tenho nem como lembrar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E isso já faz tempo?

A SRA. MARIA – Faz tempo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo.

Não sei se a Deputada Sandra Rosado gostaria de fazer alguma pergunta. Se não, eu gostaria que deixasse à disposição da depoente, para que ela pudesse falar também.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Quero fazer só uma pergunta: Maria, você tinha medo das pessoas que abusavam de você sexualmente? Você era pressionada? Você disse que o que queria era se ver livre deles, mesmo sem receber o prometido. Você era pressionada constantemente a manter relações com eles?

A SRA. MARIA – Sim. Muitas vezes, eu não estava a fim de sair com o cara, mas era obrigada a sair com o cara.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Faço outra pergunta quanto à prática de desvirginar, que você falou que era do Sr. Aldo. Você tinha notícia de que algum estrangeiro tinha essa prática com outras adolescentes?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Você tem conhecimento de que a Polícia sabia desse esquema de exploração? Ou o Ministério Público?

A SRA. MARIA – Olha, não tenho conhecimento nenhum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Permita-me fazer uma pergunta, Deputada.

Maria, quem te levou pela primeira vez?

A SRA. MARIA – O Sr. Aldo mesmo que me seguiu na rua e me ofereceu carona. Eu comecei indo com ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aos treze anos, ele te seguiu na rua?

A SRA. MARIA – Ele vivia seguindo sempre as gurias na rua. Eu acho que até hoje ele cuida da entrada de colégio, da saída.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você estava saindo da escola?

A SRA. MARIA – Era uma tarde, nem lembro o que eu estava fazendo na rua. Daí ele me seguiu e me ofereceu carona. Começou a prometer isso e aquilo, e eu acabei saindo com ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele te seguiu na rua quando você tinha 13 anos?

A SRA. MARIA – Com 13 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E você tem conhecimento de que ele freqüentava todas as escolas justamente com esse objetivo?

A SRA. MARIA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O irmão dele, o Jandir, também?

A SRA. MARIA – O Jandir, não. O Jandir já é mais reservado. O Aldo é que arruma as mulheres para o Jandir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você chegou a sair de Soledade durante algum período e foi para uma outra cidade para tentar ficar longe daquilo e teve que voltar?

A SRA. MARIA – No momento é que estou fazendo isso. Depois dos 18 anos, comecei a sair e fico bem menos tempo em Soledade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou satisfeita, Srª Presidente.

Só há mais uma questão que me foi passada pela Assessoria Técnica sobre a Exposol.

Você sabe se, em torno da Exposol, existe o agenciamento de adolescentes para...

A SRA. MARIA – Olha, isso não sei, porque, geralmente, a essas Exposol que estão tendo lá, nunca fui a nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Você não chegou a ir?

A SRA. MARIA – Não. Isso não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque esse é um depoimento que apareceu aqui.

Penso que é isso, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – O Deputado Pompéo de Mattos não quer fazer nenhuma pergunta? (Pausa.)

Tenho a informar que esta Comissão convocou o Sr. Jandir Lodi e que o mesmo deu ciência assinando de próprio punho a sua convocação para estar presente a esta reunião de audiência pública.

Mediante isso, o filho do Sr. Jandir encaminhou a esta Comissão, há pouco tempo, um telegrama em que relata que o seu pai, o Sr. Jandir Lodi, ao dirigir-se para Porto Alegre, foi acometido por um quadro clínico de encefalopatia hipertensiva, sendo o mesmo encaminhado ao serviço de Neurologia e Neurocirurgia do Hospital São Vicente de Paula, em Passo Fundo. E mencionou o referido telegrama que segue em anexo o atestado médico, o que não ocorreu. Recebemos apenas o telegrama.

Diante disso, esta Presidência determinou à Secretaria que fizesse contato telefônico com o referido hospital, a fim de certificar-se se a justificativa apresentada tem fundamento.

Por oportuno, esclareço que, caso haja negativa do hospital quanto ao atendimento clínico ao depoente e o mesmo não apresente, até mesmo via fax, o atestado médico, esta Comissão tomará as medidas cabíveis, conforme preceitua o art. 218 do Código de Processo Penal.

Gostaria de saber d**A SRA. RELATORA** se há algum questionamento ainda a ser feito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, a minha solicitação a V. Exª é para que se dê um prazo de, no máximo, duas horas para obtermos essas informações e termos aqui ou o atestado devidamente justificado, para que possamos agendar nova data para o depoente, ou o próprio depoente, se não se confirmar a informação que nos foi repassada.

Então, pediria que, em duas horas, pudéssemos ter isso – portanto, ao longo da nossa audiência. Solicito o deferimento por parte de V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Está deferido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

Ainda tenho uma questão a apresentar à depoente, que mencionou estrangeiros. Como a senhora sabe, é uma absurdo imenso a violência que é cometida aqui pelos nossos conterrâneos. É um absurdo imenso também a violência cometida pelo turismo sexual, o que, aliás, tristemente caracteriza o Brasil no mundo inteiro. Empresários vêm em busca do turismo sexual unicamente. Vêm aqui com pretexto outros, do turismo de negócios ou busca de empreendimentos, mas, na verdade, nem podem ser chamados de empresários

ou de turistas, pois são criminosos que agem dentro do nosso próprio País. Estamos empenhados em dar um fim nisso.

Gostaria que a senhora lembrasse de que países são esses estrangeiros que estiveram aqui. A senhora pode confirmar que o primeiro nome que me passou é o da jovem que tem um filho com um estrangeiro?

A SRA. MARIA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esta jovem vive em Soledade?

A SRA. MARIA – Vive.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É possível, portanto, ser localizada em Soledade?

A SRA. MARIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou pedir que depois me passe o endereço ou o nome completo da jovem.

A SRA. MARIA – Não tenho o endereço e nem o nome completo dela, mas, ontem, quando dei depoimento na Delegacia, mostrei onde ela morava, lá em Soledade mesmo. Eles pediram o endereço, e eu mostrei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A nossa Polícia Civil gaúcha tem esse endereço?

A SRA. MARIA – Tem o endereço dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além disso, a senhora sabe o nome desse francês, já que ele veio várias vezes aqui?

A SRA. MARIA – Sei o nome dele sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Poderias nos dar, por favor?

A SRA. MARIA – Dominique.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dominique?

A SRA. MARIA – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos tem a criança hoje?

A SRA. MARIA – Três anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um inocente também e tem que ser preservado, cuidado.

A SRA. MARIA – O sobrenome, a senhora o tem?

A SRA. MARIA – Não, só o nome.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tens o nome de algum outro estrangeiro dos que vieram?

A SRA. MARIA – Nilo. Só o de um japonês, que é Nilo. Do resto, não me lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nilo, japonês?

A SRA. MARIA – Nilo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Talvez nem seja o nome dele. Não é um nome japonês também. Seria um brasileiro com feição de japonês?

A SRA. MARIA – Não. Ele é japonês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Japonês? Falava japonês?

A SRA. MARIA – Ele falou para nós que era japonês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Falou que era japonês. Além desses, sabe outros nomes estrangeiros?

A SRA. MARIA – Não tenho como lembrar. O nome é muito complicado. Nem lembro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muito complicado.

Eu lhe agradeço imensamente; a sua contribuição é inestimável. Parabéns pela sua coragem. Vamos seguir. Até o final desses esclarecimentos, não vamos descansar com isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Gostaria de saber se há algum esclarecimento a mais a ser prestado?

A SRA. MARIA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Não havendo mais nenhum Parlamentar que queira fazer questionamentos, a depoente está dispensada.

Vamos convocar mais uma depoente, que, da mesma forma como Maria, solicitou que não fosse identificada pelo seu nome real. Então, vamos dar um codinome para que ela preste o seu depoimento.

A depoente já assinou o termo de compromisso. Nós a advertimos, da mesma forma que às demais, que ela está sob compromisso de dizer a verdade no que lhe for perguntado e no que souber, conforme o art. 203 do Código de Processo de Penal, tendo o direito de permanecer calada quando depor contra si próprio, conforme preceitua a Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXIII.

Vamos aguardar um pouco, já que a depoente também prefere não ser identificada. Por isso, ela virá aqui encapuzada. Vamos aguardar um pouco, para que ela entre na sala da audiência pública. (Pausa.)

Solicito que seja convocada a Relatora, Deputada Maria do Rosário, ou a Deputada Ann Pontes.

Vamos usar um codinome, para que a senhora seja questionada, já que houve, de sua parte, a preferência para não haver a sua identificação.

Então, vamos chamá-la de Antônia. Gostaria de saber, inicialmente, se a senhora tem algo a dizer a esta Comissão.

A SRA. ANTÔNIA – Podem fazer as perguntas, que eu responderei.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Vamos aguardar apenas alguns instantes, para que **A SRA.**

RELATORA, Deputada Maria do Rosário, retorne a esta sala, para que sejam iniciadas as perguntas.

Inicialmente, pergunto à senhora se tem conhecimento de uma rede de agenciamento de menores na cidade.

A SRA. ANTÔNIA – Há aquelas pessoas que foram mencionadas. Temos conhecimento do fato.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Todas essas pessoas de que a senhora tem conhecimento já foram denunciadas, ou o foram somente as duas que foram aqui convocadas também para prestar depoimento?

A SRA. ANTÔNIA – Todas que foram convocadas.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Somente as duas pessoas?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Eles agenciavam, ou outras pessoas também participavam dessa forma de agenciamento?

A SRA. ANTÔNIA – Outras pessoas participavam também.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Vou lhe passar a folha para a senhora relacionar qual o nome dessas pessoas que também faziam agenciamento de menores.

A SRA. ANTÔNIA – Elas eram conhecidas na cidade. Daí umas iam levando as outras e informando. Várias pessoas faziam tráficos. Não era só uma nem duas. Várias pessoas...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Agenciavam?

A SRA. ANTÔNIA – Agenciavam e levavam para esses empresários.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora pode listar o nome dos agenciadores?

A SRA. ANTÔNIA – Escrever aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Escrever, sim.

A SRA. ANTÔNIA – Sim. Está ok. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Mas sem dizer o nome, porque ela solicitou que não fosse registrado.

A senhora relacionou aqui nomes de pessoas. Essas pessoas eram aliciadas? Eram jovens? Fale destes quatro primeiros nomes.

A SRA. ANTÔNIA – Todas eram aliciadas juntas.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Sim. Os aliciadores era só o Aldo e o Jandir?

A SRA. ANTÔNIA – E a Jussara e a Fátima.

PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Elas a aliciavam, levavam as jovens, menores e adolescentes, para eles?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora tem conhecimento de que essas jovens aliciadas recebiam dinheiro para os programas que realizavam?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, mas só que a gente não ficava sabendo do valor. Elas comentavam, e a gente ouvia, algumas contavam para as outras do tráfico que elas recebiam. Elas, às vezes, davam valor e, outras vezes, não.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora tem conhecimento de que o Sr. Aldo tinha preferência pelas virgens e de que ele pagava um valor mais alto pelas meninas virgens que eram levadas até ele?

A SRA. ANTÔNIA – Sim. Era muito comentado, e ele sempre fazia isso. Ele só pegava as gurias virgens de 12 anos, até 15 anos e 16 anos. Depois, ele as passava para outros empresários.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Esses empresários eram brasileiros ou estrangeiros?

A SRA. ANTÔNIA – Eram estrangeiros e também alguns brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora tem o nome de algum desses empresários?

A SRA. ANTÔNIA – Não. Não sei o nome assim, só por estrangeiro. Nome adequado, não sabemos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A prática que esse Sr. Aldo tinha de desvirginar as meninas era seguida também por esses outros empresários, ou isso era um privilégio dele?

A SRA. ANTÔNIA – Era privilégio, por intermédio dele, ele encaminhava as gurias.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Não. Mas, na primeira vez em que elas participavam e eram desvirginadas, estava somente o Sr. Aldo? Ou outros empresários – tanto nacionais quanto estrangeiros – iam à cidade? Eles também encaminhavam para isso ou não?

A SRA. ANTÔNIA – Com certeza, sim, faziam isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Também faziam?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – E pagavam um preço mais alto?

A SRA. ANTÔNIA – Depende da guria. Se fosse virgem, se eles gostassem do programa, eles pagavam a mais, e outras eles pagariam menos. Depende do gosto como eles queriam que fizessem para eles.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Sempre havia a prática, por parte do Sr. Aldo, da pressão e da violência contra as famílias das suas vítimas, ou elas iam porque gostavam? Ou eram pressionadas?

A SRA. ANTÔNIA – Acho que algumas eram pressionadas, e outras....

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Algumas?

A SRA. ANTÔNIA – Eram pressionadas por eles mesmos, que iam aos colégios ou às cidades, e outras eles tinham intermediários que faziam o tráfico.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Esses intermediários acompanhavam a vida das meninas e das famílias, para que elas ficassem permanentemente sob ameaça deles?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Você tem notícia de que todas as famílias viviam sob ameaça do Sr. Aldo?

A SRA. ANTÔNIA – Todas não, mas algumas; outras famílias não faziam conta, deixavam à vontade – não tinha ameaça. Eram poucas que tinham ameaça.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora, então, considera que algumas famílias tinham conhecimento do abuso sexual que era praticado contra as meninas? E essas famílias deixavam por que eles eram pessoas importantes ou por que ele era uma pessoa importante na cidade?

A SRA. ANTÔNIA – Eram pessoas importantes, tinham dinheiro. As gurias chegavam em casa levando dinheiro, e, daí, os pais não faziam conta, iam poupando e levando em troca de dinheiro, de pagamento. Eles enrolavam as gurias, e elas iam caindo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Mas eles enrolavam e pagavam, ou enrolavam e não pagavam, como em alguns casos de que temos notícias, em que prometiam e não cumpriam?

A SRA. ANTÔNIA – Dificilmente. A maioria só prometia e não cumpria com o pagamento. Para algumas gurias, prometeram casa, e, até os dezoito anos, tinham tudo. Depois de 15 anos, 16 anos, eles já cortavam e não davam mais. Só promessa.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – O Sr. Aldo tinha preferência por gurias de até dezoito anos. A partir daí, essas meninas eram liberadas por ele, mas continuavam sob pressão, ou ele as deixava, e elas simplesmente permaneciam na lei do silêncio?

A SRA. ANTÔNIA – Sim. Permaneciam na lei do silêncio. Daí eles não procuravam mais; saíam procurando as gurias mais novas e iam deixando aquelas da fase de dezesseis a dezoito anos. Eles não se envolviam mais.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – É de conhecimento geral da cidade essa prática por parte desses dois empresários?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A prática do abuso, da exploração sexual?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, é bastante. E há bastante conhecimento da parte de toda a cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – É um assunto de que se tem conhecimento na cidade como um todo?

A SRA. ANTÔNIA – Todos comentam. Eles fazem os abusos. Onde é o pobre, aparece; onde é o rico, daí, não, o dinheiro tampa, não aparece nada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Quer dizer que eles exploravam principalmente ou unicamente meninas da classe mais pobre?

A SRA. ANTÔNIA – A classe mais pobre, mais baixa.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Não tem nenhum fato de uma menina de classe média?

A SRA. ANTÔNIA – Não, que eu tenha conhecimento, não.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora tem notícia de que as mães concordavam com essa exploração?

A SRA. ANTÔNIA – Sim. Várias mães aceitavam, sei lá, gostavam, não proibiam os filhos, não faziam ver como é que era, e eles se aproveitaram de muitas, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora tem notícia de que alguma mãe levou uma filha para ser explorada sexualmente pelo Sr. Aldo?

A SRA. ANTÔNIA – Não, isso aí eu não tenho certeza, mas muita gente...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Mas gostavam?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, gostavam.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora, por exemplo, sabe se era do conhecimento da cidade como um todo que havia, por parte da Justiça, da Polícia, alguma providência, ou somente agora, mais recentemente, depois que a primeira teve coragem de denunciar, é que as providências começaram a ser tomadas? Ou não há ainda nenhuma providência encaminhada?

A SRA. ANTÔNIA – Providência séria mesmo, não foi tomada nenhuma ainda. A maioria vai, eles prometem pagamento, elas vão e retiram, e daí a Justiça não faz nada, deixa solto.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Muito obrigada.

Passo a palavra à Deputada Relatora, para que possa prosseguir nas suas indagações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero cumprimentá-la. E, situando-me, a senhora nunca participou desse tipo de programa?

A SRA. ANTÔNIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ou chegou a participar?

A SRA. ANTÔNIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, seu conhecimento é por familiares seus, que passaram por essa situação?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando a senhora recebeu essa informação de que essa pessoa da sua família estava vivendo isso, o que a senhora buscou naquele momento?

A SRA. ANTÔNIA – Olha, o desespero foi muito grande. A gente procurou várias pessoas, principalmente as de mais idade, e comentou o fato. Foi lamentável, era muito triste, muito doloroso para uma família. Era uma mãe de família que nunca pensava que fosse acontecer com a própria filha dela o que aconteceu realmente. É muito doído, muito doloroso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No caso, era a sua filha, então. A sua filha tinha quantos anos quando começou a ser agenciada?

A SRA. ANTÔNIA – Treze anos. Mas só fomos descobrir, quando ela tinha quinze anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aos trezes anos, então, ela teve a primeira relação sexual?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, a primeira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E como é que a senhora descobriu?

A SRA. ANTÔNIA – A gente descobriu, depois, que a gente perguntava para ela, ela sempre começou a negar o começo. Daí, ela apareceu grávida e contou tudo, a versão, a verdade, como é que foi, o que aconteceu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela chegou a ter o bebê?

A SRA. ANTÔNIA – Teve, só que ela ganhou nenê prematuro, e, daí, durou dois dias e faleceu o nenê.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Veio a falecer.

Ela teve o filho em que hospital?

A SRA. ANTÔNIA – Hospital Frei Clemente, em Soledade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Lá em Soledade mesmo?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quem era o pai da criança?

A SRA. ANTÔNIA – Ela nunca declarou para nós quem era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, com 15 anos, ela estava grávida?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, com 15 anos. Quando ela ganhou, ela não tinha nem 16 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tinha completado 16 anos ainda?

A SRA. ANTÔNIA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando a senhora soube que ela havia tido a primeira relação sexual com 13 anos... A sua filha já menstruava com 13 anos?

A SRA. ANTÔNIA – Olha, acho que foi depois que ela menstruou, daí. Ela tinha mais ou menos uns 13 anos para 14 anos, quando ela menstruou a primeira vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora sabe que, hoje, pela manhã, nos depoimentos que ouvi, também referentes ao mesmo caso, uma menina jovem, adolescente, também teve a sua primeira menstruação – era ainda, portanto, uma criança – mais de um ano após ter tido as primeiras experiências sexuais com essa mesma pessoa que a senhora cita aqui.

No caso, a sua filha teve essas primeiras experiências sexuais com quem? Com quem a senhora sabe que a sua filha teve a sua primeira experiência sexual, com 13 anos?

A SRA. ANTÔNIA – Olha, a gente nunca pensava, não é? Daí, quando a gente descobriu, é que a gente foi ver, analisar as coisas. Mas ela, com certeza, diz que foi com o Aldo a primeira vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa pessoa, esse senhor visita a sua casa? Ele já foi à sua casa alguma vez?

A SRA. ANTÔNIA – Não, nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele já lhe ofereceu alguma coisa em troca do silêncio?

A SRA. ANTÔNIA – Não, nunca procurou, e nunca entramos em contato sobre isso. Era só com a minha filha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele nunca lhe ameaçou ou a ela?

A SRA. ANTÔNIA – Não, ele nunca me ameaçou. O único que ameaçou ela, ela e o pai dela foi o Jandir, o irmão dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o que ele disse à senhora, ao seu marido e a ela?

A SRA. ANTÔNIA – Ele passava por nós, ele fazia sanha, ele fazia menção de colocar o meu neto por cima... Mas a gente sempre se cuidou e se protegeu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem outras filhas?

A SRA. ANTÔNIA – Não, só tenho uma, e é casada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mais velha, portanto, que essa sua jovem?

A SRA. ANTÔNIA – Não, mais nova.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mais nova, mas já é casada?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos tem essa sua filha?

A SRA. ANTÔNIA – Dezoito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dezoito anos? Essa mais nova?

A SRA. ANTÔNIA – É, a mais nova.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que é casada, então?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando a senhora soube, a sua filha tinha 15 anos?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, durante algum tempo, então, que a senhora já sabia, a sua filha permaneceu fazendo programas sexuais?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que a senhora lidou com isso? A senhora precisava desse dinheiro? Ela lhe levava dinheiro para casa?

A SRA. ANTÔNIA – Não, nós nunca precisamos do dinheiro dela. Ela nunca levou dinheiro para casa. Às vezes, ela aparecia com alguma roupa, alguma coisa, ela dizia que ela ganhava. Ela nunca levou dinheiro para casa, e nós nunca vimos ela com dinheiro também, que fosse dado por eles. Nunca apareceu nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, durante algum tempo ainda, a senhora sabe que ela manteve alguns programas?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem idéia de com quem ela fazia programas, nesse período, com menos de 18 anos?

A SRA. ANTÔNIA – Ela fazia, quando vinha algum empresário que procurava ela, não sei... Acho que ligava no celular, entrava em contato com ela, e daí, ela fazia, mas faz mais de ano que ela não faz programa assim com...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela tinha um celular, então?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual era o número do celular? É o mesmo que ela usa hoje?

A SRA. ANTÔNIA – Não, era o outro, que eu uso, que eu fiquei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Então, a senhora poderia escrever em um papel o número do celular dela? O número que ela tinha, naquela época, que é o seu, agora, não é?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, o anterior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o número do celular que ela tem hoje?

A SRA. ANTÔNIA – Está bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem telefone na sua casa?

A SRA. ANTÔNIA – Não. É este celular aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É esse que a senhora usa para tudo, então?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, esse de cima; o debaixo é o dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem telefonava para ela, chamando-a para programas com estrangeiros?

A SRA. ANTÔNIA – Eram eles, por intermédio do Aldo ou por intermédio dele mesmo, descobria e dava o celular. Daí eles vinham e eles mesmos ligavam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, vamos ter que pedir, Deputada Sandra, o relatório dos telefonemas. Solicito o relatório dos telefonemas anteriores e dos daquele período.

A senhora poderia precisar o período em que a sua filha fazia programas, se nos anos de 2000, 2001, 2002?

A SRA. ANTÔNIA – Ela começou, acho, em 2002, em que nós descobrimos. De 2002 para cá, 2001, 2002. Fomos descobrir realmente o que ela estava fazendo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, quando a senhora descobriu, ela já fazia há mais tempo?

A SRA. ANTÔNIA – Há mais tempo, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, podemos dizer que foi anterior a isso?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, foi anterior a isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela já tinha esse telefone celular?

A SRA. ANTÔNIA – Não, ela tinha o primeiro. Nós demos para ela depois, em 2001.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi a senhora mesma? O primeiro número que a senhora colocou aqui é desde 2001?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, de 2001. Comprei no meu nome, e ela usava o telefone. E, quando ela saía, ela levava o telefone. Ela não o deixava em casa. Como nós precisávamos do telefone, daí compramos outro para ela. Tirou no nome do pai dela o segundo telefone

que ela tinha, mas esse não faz um ano que foi dado para ela. Então, foi comprado agora em 2003.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo. Esse telefone, então, foi a senhora que comprou e o seu marido?

A SRA. ANTÔNIA – Sim. Os dois. Fomos nós que compramos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não foram pagos por essas pessoas?

A SRA. ANTÔNIA – Não foram pagos por essas pessoas; fomos nós que compramos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma vez a sua filha foi buscada em casa?

A SRA. ANTÔNIA – Várias vezes. Pegavam ela na esquina, a uma quadra ou duas casas de casa. Eles iam pegar ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem? Eles quem?

A SRA. ANTÔNIA – Quando os empresários não iam, eles mandavam o motorista pegar e levar em tal lugar. Eles marcavam. Faziam tudo por telefone, e daí ela ia esperar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando a senhora diz "eles", a senhora se refere a quem?

A SRA. ANTÔNIA – O motorista da firma ou o próprio Aldo mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Sr. Aldo Lodi é que mandava buscá-la?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem mais?

A SRA. ANTÔNIA – Eles mandavam o motorista deles, ou eles iam buscar, ou tinha ou outro lá, um tal de João também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele ia pessoalmente buscá-la ou mandava alguém?

A SRA. ANTÔNIA – Ele mandava alguém buscar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a senhora pode me responder que carro ele tinha? Qual a cor do carro pelo menos?

A SRA. ANTÔNIA – Ele tinha um carro vermelho; não me lembro do nome e nem da placa. Só sei que era vermelho e que ele passava, às vezes, e ia buscá-la lá. Realmente, na minha casa, ele nunca entrou, mas ele passou na frente. Parou, às vezes, pegou ela na frente de casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora chegou a vê-lo buscando a sua filha na porta de casa?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Daí, nesse caso, a senhora concordava com isso?

A SRA. ANTÔNIA – Não, a gente não concordava. A gente falava para ela, mas ela não ouvia a gente. Ela, ultimamente, depois, ficou muito agressiva. A gente aconselhava ela para o bem, e ela não... Tinha horas em que ela aceitava, outras horas, não. Ela pegava e saía com as amigas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora sabe se a sua filha usava drogas?

A SRA. ANTÔNIA – Usava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Usava drogas?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de drogas ela usava?

A SRA. ANTÔNIA – Ela usava cocaína.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E essa droga era oferecida também por essas pessoas?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, por essas mesmas pessoas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso é comum? A senhora tem informações sobre esse uso de drogas como algo comum por essas pessoas? Quem lhe relatou isso?

A SRA. ANTÔNIA – Eu acho que sim, porque várias gurias que saíam com eles comentavam que eles levavam a droga para elas nas festas, nas jantas que eles faziam com as gurias. Eles mesmos levavam e transferiam para as gurias usar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não entendi a última parte. Eles levavam para elas nas festas e...

A SRA. ANTÔNIA – E faziam as gurias usar. Daí todas elas eram viciadas por eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em cocaína, no caso?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas outras meninas eram amigas da sua filha?

A SRA. ANTÔNIA – Sim. Algumas tinham conhecimento, mas a maioria agora não está mais lá. Mas elas tinham conhecimento. Elas saíam juntas. Elas estudavam no mesmo colégio, mas não na mesma sala. Daí umas comentavam com as outras que eles levavam o jantar e davam drogas para elas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora sabe como o Sr. Aldo Lodi conheceu a sua filha?

A SRA. ANTÔNIA – Não sei dizer direito, porque ela foi levada para ele por outras pessoas, por essas duas aí. Daí não tenho conhecimento do fato. Não sei como foi, mas com certeza foi no colégio em que ela estudava. Ela comentava que ele ia esperar ela e que

ia pegar as outras. Ele tinha uma amante, ele levava no colégio e ia buscar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma menina da escola era amante dele?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora sabe o nome dela?

A SRA. ANTÔNIA – Sim. É uma tal de Fernanda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Até lhe peço para não dizer.

Quanto às drogas, as meninas comentavam com a senhora dentro da sua casa?

A SRA. ANTÔNIA – Não, às vezes, elas comentavam... Quando a gente saía na rua, a gente ouvia comentário. Umas falavam para outras, e a gente ouvia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Elas visitavam a sua filha?

A SRA. ANTÔNIA – As amigas, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As amigas da escola?

A SRA. ANTÔNIA – Da escola.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas amigas da escola também estavam fazendo programas?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, também faziam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Comentavam isso com a senhora?

A SRA. ANTÔNIA – Sim, comentavam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quanto tempo a senhora soube disso?

A SRA. ANTÔNIA – Uns cinco ou seis meses. Depois, perdemos contato. Depois que as gurias fizeram 18 anos, elas não quiseram mais me fazer conta. Umas foram para um lado, e outras, para outro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que, depois dos 18 anos, umas foram para um lado, e outras, para outro?

A SRA. ANTÔNIA – Primeiro, eles não procuravam mais. Daí umas se mudaram de lá. A minha guria também não quis ficar mais em casa. Ela passa mais tempo com meus irmãos, os parentes, do que em casa. Perdemos o contato com elas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é o nome da escola que sua filha freqüentava?

A SRA. ANTÔNIA – O Ginásio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O Ginásio de Soledade?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que países eram os estrangeiros que a senhora sabe que estiveram em Soledade nesse período?

A SRA. ANTÔNIA – Eram japoneses que vinham para ali comprar pedra e coisas assim. Daí saíam, mas, faz mais de ano, um ano e meio, que elas não saíam mais com eles.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, não sei se V. Exª tem ainda alguma ponderação a fazer à depoente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Não quero fazer um pré-julgamento, mas gostaria de saber se havia uma conivência das mães, havia a autorização das mães ou havia, digamos assim, uma conduta muito benevolente das mães com essas meninas, para que elas fizessem esses programas? Entendi isso. A senhora sabia que a sua filha era abusada sexualmente e que fazia programas com o Sr. Aldo. A senhora concordava com isso?

A SRA. ANTÔNIA – Não, não concordava.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Mas ele ia ou mandava alguém ir pegar sua filha na quadra. A senhora via o carro?

A SRA. ANTÔNIA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora tomou, alguma vez, a providência de ir até ele, de reagir, de denunciá-lo?

A SRA. ANTÔNIA – Não. Nunca conversamos com ele. Só o conhecemos de longe. Nunca ele propôs, nem eu o procurei. Só no processo o denunciamos. Daí ela confessou que foi ele, e fizemos a denúncia na Delegacia.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora denunciou depois de quanto tempo que tinha conhecimento?

A SRA. ANTÔNIA – Fizemos a denúncia em 2000. Ela tinha saído de casa com essas amigas dela. Daí não tínhamos conhecimento do fato. Só fomos descobrir no ano de 2002, quando ela deu o depoimento, e eu estava junto. Ela acusou, e a gente já tinha feito, na Delegacia, a ocorrência. E, então, continuou o processo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com relação ao uso de drogas, a senhora fez a denúncia ou tem conhecimento de que alguma mãe fez a denúncia?

A SRA. ANTÔNIA – Várias fizeram. Elas comentavam que as filhas também usavam, mas não sabiam quem dava; só depois que elas confessaram.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A senhora tem conhecimento de que essas meninas continuam sendo usuárias de drogas?

A SRA. ANTÔNIA – Não, não tenho conhecimento mais. Há um ano e pouco, a gente perdeu o contato e não pode afirmar.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Repasso a palavra para **A SRA. RELATORA**, para saber se ainda tem algum questionamento a fazer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, Srª Presidente. O depoimento é bastante coerente e traz os elementos importantes frente aos depoimentos que já tomamos em separado. Confirma algumas questões e acrescenta outras. Então, seguimos ouvindo e agradecemos à testemunha pela disposição. Pedimos que leve até o final esse processo, pois, assim, está colaborando para que sua cidade e seu País sejam melhores e para que as meninas estejam protegidas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Não havendo mais nenhum Parlamentar que queira fazer pergunta, a depoente está dispensada.

Muito obrigada. (Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pergunto se a Drª Lesley está aqui, a nossa assessora jurídica. (Pausa.)

Vamos tentar localizá-la.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Solicitamos que a Secretaria providencie a entrada da próxima depoente – o que já aconteceu –, **A SRA. ELIZETH ELÍZIA DE ALMEIDA MACHADO**, cuja identidade é a de nº 6088757932 – SSP/RS. Ela tem 25 anos, é solteira e residente à Rua 13 de maio, nº 1.595, no Bairro Missões, na cidade de Soledade. Sua profissão é: do lar. É parente de uma das partes envolvidas, é irmã de uma das denunciantes.

A depoente se comprometeu, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado. Ela já respondeu afirmativamente.

Pergunto, inicialmente, à depoente se tem alguma colocação a fazer a esta Comissão.

A SRA. ELIZETH ELÍZIA DE ALMEIDA MACHADO – Fico constrangida na frente das pessoas. Eu poderia falar de forma particular? A senhora é quem sabe.

A SRª PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Há duas alternativas: ou a senhora faz o seu depoimento de forma reservada, ou solicitamos que a sala seja evacuada, para que a senhora preste o seu depoimento.

A SRª ELIZETH ELÍZIA DE ALMEIDA MACHADO – A senhora é quem sabe o que é o melhor.

A SRª PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Passo a palavra à Srª Relatora, para que S. Exª tome a decisão.

A depoente gostaria de fazer seu depoimento de forma reservada, porque se sente constrangida em prestar publicamente os esclarecimentos.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, requeiro a V. Exª que suspendamos os trabalhos, para que essa decisão possa ser tomada de forma colegiada. Se V. Exª assim determinar, poderemos suspender os trabalhos por dez minutos, para que V. Exª também possa pronunciar-se sobre o assunto.

A SRª PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Suspendo, portanto, os nossos trabalhos pelo prazo de dez minutos.

(A reunião é suspensa às 18 horas e 10 minutos e reaberta às 18 horas e 37 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Está reaberta a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Informo que, atendendo à solicitação dA SRA. Elizeth, consultamos os outros membros da CPMI e já lhe informamos a decisão. Tomaremos o depoimento dA SRA. Elizeth em separado, de forma reservada, já que não é intenção desta Comissão causar nenhum constrangimento a nenhum acusado, depoente, réu ou ré. Essa não é a nossa intenção. Também informamos à depoente que esta Comissão reabrirá imediatamente a reunião da CPMI caso seja detectada alguma forma de burla e de negação das perguntas que forem realizadas. Já obtivemos, por parte da depoente, o compromisso de responder a todas as nossas perguntas.

Portanto, vamos nos deslocar. Assim que forem concluídos o interrogatório e os questionamentos que faremos, retornaremos a esta sala.

A SRA RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, na sua opinião, não será possível utilizarmos esta sala?

A SRA PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com certeza.

A SRA RELATORA (Maria do Rosário) – Talvez possamos pedir às pessoas que fiquem na sala ao lado, sem o telão.

A SRA PRESIDENTE (Sandra Rosado) – É necessário que todas as pessoas se ausentem desta sala. Solicitamos a gentileza para que as pessoas sejam...

A SRA RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode ficar lá atrás, então?

A SRA PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Pedimos desculpas a todos, mas estamos atendendo à solicitação da depoente. Chegamos a um acordo. Por isso, ficarão nesta sala somente os membros da CPMI.

A SRA RELATORA (Maria do Rosário) – E o advogado.

A SRA PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Sem dúvida. O advogado.

(A reunião é suspensa às 20 horas e 16 minutos e reaberta às 21 horas e 03 minutos.)

A SR. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Declaro reabertos os trabalhos da nossa 18ª audiência pública, na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

É com satisfação que passo a Presidência dos trabalhos para a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Antes de mais nada, quero cumprimentar todos os que participam desta audiência pública e agradecer à Deputada Sandra Rosado por ter dirigido os trabalhos durante todo o dia de hoje. Só pude comparecer agora, às 19 horas, em função de uma votação no Senado. Agradeço também à Deputada Ann Pontes, que está colhendo depoimentos, e à Deputada Maria do Rosário, que todos, certamente, conhecem pelo trabalho exemplar que vem realizando ao longo da sua vida, em defesa, principalmente, dos direitos de crianças e adolescentes não só do seu Estado, mas, certamente, de todo o País.

Solicito à Secretaria que providencie a entrada no recinto do Sr. Delegado Dr. Rodrigo Zucco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Srª Presidente,...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tenho um documento a ser entregue à CPMI, mandado pelo Sr. Amadeu Vale, um dos advogados do Sr. Jandir Dirceu Lodi. É um atestado médico e o laudo hospitalar, comprovando a impossibilidade de seu comparecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor, por favor, pode entregar à Secretária da CPMI, Drª Dulcídia.

Na verdade, é um atestado médico, atestando que o Sr. Jandir Lodi sofreu de hipertensão arterial. A CPMI o convocou – apenas para comunicar àqueles que estão presentes à reunião – o Sr. Jandir Lodi e recebeu, agora, a confirmação de que não poderá estar presente em função de cefaléia e hipertensão arterial. Em um segundo momento, esta CPMI irá convocá-lo novamente a comparecer para prestar esclarecimentos.

Agradeço ao senhor.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra ao Delegado Rodrigo Zucco.

Gostaria de saber se o senhor deseja fazer uma introdução, dizer algumas palavras, antes que os Srs. Parlamentares façam suas indagações.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Sim, Excelência. É com muito prazer que estou aqui para falar – em nome da Polícia Civil, vai falar o Diretor – sobre o que foi feito pela Polícia Civil do Estado no combate à exploração sexual infantil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dr. Rodrigo, o senhor me perdoe. Peço um minuto, pois tenho só que ler o termo de compromisso.

O seu nome completo é Rodrigo... O senhor poderia completar?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Rodrigo Lorenzini Zucco.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A sua identidade é a de nº 207708851. É solteiro. Tem 32 anos de idade. O CPF é o de nº 628345330-91. O seu endereço residencial é: Presidente Roosevelt, 981, Bairro São Geraldo. Exerce a profissão de Delegado de Polícia, em atividade na 4ª Delegacia.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si. Segue aqui a sua assinatura.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Senadora, continuando, é com muita satisfação que vejo esta CPMI sendo instalada para investigar e, de certa forma, combater a exploração sexual infantil. E é importante que S. Exªs saibam que aqui, no Rio Grande do Sul, já está sendo feito um trabalho há bastante tempo de combate à exploração sexual infantil, por meio do Secopi, um grupo especializado, comandado pelo Delegado Paulo Jardim, que trata justamente sobre a exploração sexual infantil. Dezenas de pessoas já foram presas.

O que me leva até à CPMI é um trabalho feito no início do ano pela 4ª Delegacia de Polícia, quando lá compareceu a mãe de uma menor nos relatando que a filha, em companhia de outras menores, crianças, estaria se prostituindo na zona norte de Porto Alegre.

Imediatamente, instauramos o inquérito, passamos a investigar e descobrimos que realmente, na zona norte de Porto Alegre, na esquina da Câncio Gomes com a Farrapos, havia dezenas de meninas que se prostituíam. E, durante um longo tempo, fizemos um monitoramento daqueles locais, descobrimos quem eram os clientes e verificamos, então, que havia uma rede de taxistas – se não me engano são oito no total – que lá compareciam com passageiros, que pegavam

as menores e levavam até drives e motéis e praticavam sexo com essas menores.

Desde o início do trabalho, comuniquei ao meu diretor o que estávamos investigando. Recebemos todo o apoio necessário no sentido de viatura e efetivo para combater esse grave delito que ocorria em Porto Alegre. Conseguimos as provas contra os taxistas, e eles foram presos. Infelizmente, eles respondem em liberdade ao processo penal pelos benefícios que a lei lhes concedem por serem primários. Um deles está preso e será ouvido pela CPMI. Ele traficava, abusava sexualmente das menores, violentava-as, cortava-as com navalhas, deixava-as presas alguns dias dentro de motéis. Com o final do inquérito policial envolvendo os taxistas, conseguimos prender todos os autores e demos por encerrada aquela investigação.

Mas não sabíamos até onde ia a dimensão dessa exploração sexual infantil que existe em Porto Alegre. Descobrimos que outras menores também praticavam sexo vendendo seu corpo em outras regiões de Porto Alegre. O Delegado Jardim, por meio do Secopi, combateu esses outros locais em Porto Alegre. Descobrimos que dezenas de menores vendiam seus corpos em troca de dinheiro, e o dinheiro normalmente era usado para compra de drogas.

Posteriormente, houve um depoimento dado por um menor, um garoto de apenas oito anos à época, que nos relatou que, entre um dos clientes, havia um transexual. Ele chamava o transexual de bicha – era essa a palavra que ele usava. E, por volta, se não me engano, do mês de maio ou junho, recebemos denúncias de travestis de Porto Alegre de que um travesti ex-presidente de associação estaria coagindo os travestis a pagarem uma quantia para poderem se prostituir. Relatavam os travestis que procuraram o Delegado Paulo Sérgio Jardim que havia extorsões praticadas e que esse presidente da associação protegia outros travestis foragidos.

No final, por determinação do Ministério Público, colhemos depoimento do menor de idade, o garoto, e de uma menor, na época, de 12 anos, que confirmaram que esse presidente da Associação dos Travestis era um dos clientes que levava a menor para praticar sexo.

Então, havia um grande envolvimento de travestis e também de prostitutas, que exploravam as menores. E, fechando o cerco a essas quadrilhas – entendo que sejam quadrilhas de taxistas –, prendemos dezenas de pessoas, traficantes também. E, no final do mês de julho, se não me engano – não tenho a data certa –, concluímos os outros inquéritos policiais que estavam em andamento na Delegacia e os remetemos ao Poder Judiciário.

Cabe ressaltar que o Rio Grande do Sul tem, sim, um trabalho de combate à exploração sexual infantil. E, na medida do possível, apesar do pequeno efetivo de que dispomos em Porto Alegre, o Deca e o Secopi, que é o grupo especializado, comando pelo Delegado Jardim, estão combatendo a exploração sexual em Porto Alegre e em todo o Rio Grande do Sul.

Coloco-me à disposição para qualquer pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra à Relatora, Deputada Maria do Rosário, para que possa iniciar suas indagações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Delegado Rodrigo Zucco, cumprimento-o pelo trabalho desenvolvido. Vamos seguir com as nossas questões, com o objetivo de extrairmos, ao máximo, da sua experiência profissional, do seu trabalho, do inquérito que o senhor realizou, o que possa contribuir para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Vejo que aqui há a presença do Delegado Jardim, da Suzana, do pessoal do Deca, que também tem uma importante contribuição a dar. A Delegada Eliete esteve aqui conosco durante a tarde. Quero cumprimentar os senhores pelo trabalho desenvolvido.

Vamos ver se nós, como CPMI, conseguimos alcançar o nosso objetivo: enfrentar esse crime em todo o Brasil, apoiando as iniciativas tomadas nos Estados nesse mesmo sentido. É o que estamos fazendo em todos os Estados brasileiros.

Delegado Rodrigo, a primeira questão é a seguinte: há quanto tempo o senhor trabalha nessa região?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Há um ano e meio, trabalho na região da 4ª Delegacia, que é uma região onde não ocorre muito a exploração sexual infantil. A exploração ocorre na área da 17ª Delegacia e da 3ª Delegacia. Por que para ali vão as menores de idade se prostituírem? Ocorre que aquele local foi escolhido por empresários para montarem suas boates, os famosos cabarés de alto nível. Então, as menores, ao redor dessas boates, mostram seu corpo, com o objetivo de pegar um daqueles clientes de maior posse que se dirigem até essas boates conhecidas de Porto Alegre.

A prostituição maior que a gente viu se deu na região da 17ª Delegacia. Mas as mães dessas menores moravam na área da 4ª Delegacia. Por isso, iniciamos a investigação por ali.

Respondendo à pergunta objetivamente, trabalho há um ano e oito meses na 4ª Delegacia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, portanto, afirma que, na sua região, que é a da 4ª Delegacia, o tipo de prostituição que acontece

também se relaciona a casas fechadas, como boates, saunas, casas noturnas, lugares que têm alvará de funcionamento.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – A prostituição, em si, ocorre nessas casas noturnas. A prostituição infantil, que é proibida, dá-se ao redor das boates mais famosas de Porto Alegre. As menores se colocam nesses lugares com o objetivo de atrair os clientes que vão a essas boates famosas, conhecidas, porque são clientes de alto poder aquisitivo. Esta foi uma constatação nossa, com as prisões que fizemos, verificando as pessoas que foram investigadas: nenhum dos clientes era de classe baixa. Os clientes que exploram sexualmente as menores são normalmente de classe média e classe média alta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos meninos e meninas o senhor chegou a investigar nesse inquérito?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Se não me engano, foram de dez a doze menores que ali se encontravam. A Suzana sabe melhor. Foram doze.

Conseguimos prender os autores em flagrante e encaminhar essas menores a tratamento, mas, infelizmente, 99% delas voltaram às ruas. Há uma dificuldade em se tratar dessas menores. Todas elas são viciadas normalmente em pedra. Elas, hoje, não usam mais cocaína, usam pedra para fumar. E os centros de atendimentos às crianças e adolescentes não conseguem mantê-las muito tempo internadas sobre tratamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor afirmaria que, além dessas doze, existem outras?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Existem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) — E esse tipo de exposição em torno desses clientes de maior poder aquisitivo é comum?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É muito comum. Inclusive, algumas pessoas foram presas pela equipe do Delegado Jardim, pelo Deca – Departamento da Criança e do Adolescente –, em outras regiões de Porto Alegre. Na região de Ipanema, ocorreram algumas prisões feitas pessoalmente pelo Delegado Paulo Jardim, e, em algumas outras regiões de Porto Alegre, há notícias também de exploração sexual infantil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada, posso só fazer uma pergunta?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) — É claro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual foi a data dessas prisões?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Foram as mais variadas. Foram neste ano, início deste ano.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – No início deste ano. E essas pessoas permanecem presas?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Algumas foram presas e permanecem presas; principalmente as que estão envolvidas com o tráfico foram presas. É muito importante a pergunta de V. Exª, porque a legislação é muito branda ainda nos crimes praticados contra as crianças. Encontramos uma dificuldade imensa em enquadrar os autores de abuso contra maiores de 14 anos, porque eles fogem do estupro e do atentado violento, que são crimes graves, mas entram no art. 244, "a", do Estatuto da Criança e do Adolescente, que fala sobre a exploração de adolescentes que praticam sexo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas essas pessoas que foram presas eram clientes dessas boates?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Eram clientes das boates, e há os que passavam ao redor das boates e pegavam as menores para fazer programas.

Seria muito importante – e a CPMI é oportuna para isso – que houvesse uma modificação na legislação, quem sabe um aumento da pena do art. 244, "a", do Deca. Ou, então, dever-se-ia suprimir uma palavra que lá está escrita, que diz da exploração. Para prender os autores, temos que provar que eles estão explorando a menina e não que ela está se oferecendo.

Não sei se pude explicar. O artigo fala que é crime se a pessoa explorar a adolescente para que ela pratique sexo. Só que, daí, quando nós pegamos e prendemos os autores em flagrante, eles dizem: "Não. A menina está se prostituindo porque ela quer. Ela já é prostituta, não a estou explorando. Só fui fazer um programa com ela". Aí eles tentam da penalização.

Seria muito importante alterar esse artigo, para que pudéssemos atuar mais fortemente no combate à exploração infantil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas alguns desses clientes ainda permanecem presos?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Alguns permanecem presos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Clientes?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não, clientes não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) — Os agenciadores.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Os agenciadores. Os taxistas, principalmente. Um deles, se não me engano, já foi ouvido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Será ouvido.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Vai ser ouvido. Permanece preso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Somente esse?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Esse era o que coordenava. Não, há mais um outro traficante que também explorava sexualmente as menores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor pode afirmar que essas pessoas permanecem presa pela combinação com o tráfico de drogas?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Com o tráfico de drogas e não pela exploração, porque a legislação é falha nesse ponto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pergunto, porque, realmente, entre os nossos objetivos, Delegado Zucco, está o de compilarmos um conjunto de sugestões para fazermos modificações legislativas, utilizando, inclusive, um rito diferenciado que a CPMI poderá contar no Congresso Nacional, na tramitação desses projetos. Nós, com certeza, estaremos apoiando isso.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Seria muito importante. Iria auxiliar muito a Polícia Civil no combate a esse tipo de crime. Como as senhoras puderam perceber, com muita perspicácia, os clientes dificilmente ficam presos. Seria muito importante um aumento da pena ou, quem sabe, uma tipificação específica para os clientes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) — Srª Presidente, como não podemos tratar as vítimas pelo nome, porque estamos falando aqui de crianças e de adolescentes – a maioria, inclusive, é de crianças –, penso que poderíamos estabelecer uma legenda, junto com o Delegado, dos nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya) – Estamos apenas colocando um nome e um número correspondente, para não citar o nome das crianças e das adolescentes.

Delegado, o senhor falou sobre um travesti que também estaria envolvido. Foi pedida alguma vez a prisão?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Sim. Ela esteve presa durante nove dias. Por um erro do juiz de plantão, ele concedeu a liberdade um dia antes de vencer o prazo da prisão temporária do travesti. Pudemos notar que esse travesti exercia uma influência muito grande entre os outros travestis, que atuavam também. É algo específico de Porto Alegre, pela localização: os travestis trabalham ao lado das crianças que vão ali para oferecer o corpo. Descobrimos que esse ex-presidente da associação mantinha uma ligação muito forte com um dos taxistas que levava os clientes para praticarem sexo com dois menores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor falou que as denúncias contra os adultos, naquela região, nesse caso, são várias. O senhor citou cárcere, pois as crianças ficavam presas em hotéis, motéis. O senhor poderia me dizer o nome dos hotéis e motéis?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – De cor, não tenho o nome de todos eles. Sei que a menor nº 1 nos relatou que o traficante que está preso, esse taxista – que é traficante e taxista por coincidência –, levava a menor nº 1 para vários motéis de Porto Alegre, como o Motel Coliseu, Motel Ilha Verde, Motel Hollywood, e para o drive-in, que funciona bem próximo à Rua Câncio Gomes, utilizado com muita freqüência para a prática de sexo com menores. Essa menor nº 1 relatou que, por diversas vezes, foi mantida, durante dias, dentro de quartos de motéis e hotéis de Porto Alegre, sendo submetida a toda série de abusos sexuais e violências.

Outra menor que não está relacionada aqui teve o rosto cortado por esse Louco – o apelido do taxista é Louco. Ele passava a navalha nas menores que não quisessem trabalhar para ele e que não recebessem os clientes que os taxistas levavam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Recordo-me de ter lido, nos documentos e no inquérito, o nome dessa menina que foi cortada por esse que é réu, responde e está preso, que é Luiz Armando Lassen Gonçalves.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É importante ressaltar que esse mesmo taxista, de apelido Louco, em 1997, perdeu a guarda do seu filho por maus-tratos contra o menino. Simplesmente, retiraram a guarda do filho do Louco, mas não tomaram nenhuma providência penal, no sentido de que ele fosse responsabilizado. Quem sabe, se o tivessem prendido em 1997, ele não estaria nas ruas, comandando essa quadrilha de taxistas que explorava as menores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É verdade.

Esse procedimento de suspensão do pátrio poder, naquele momento, foi movido pelo Conselho Tutelar.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É. Foi movido pelo Conselho Tutelar, que recebeu denúncia das professoras de que o filho desse taxista apresentava problemas seriíssimos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor afirma que não foi feito nenhum procedimento penal pelos maus-tratos que ele imputava ao filho?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Pelo que tive conhecimento, ele só perdeu o poder da guarda da criança, mas não foi responsabilizado criminalmente pelo que aconteceu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe se esse Luiz Armando era o único que repassava drogas para as meninas?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não. Descobrimos diversas pessoas que vendem drogas para crianças. Muitas delas foram presas. Há ainda outros pontos em Porto Alegre, que terão de ser fechados no futuro. Aquela região é também muito conhecida pelo tráfico de drogas. São lugares que chamamos de pontos de venda dos vapozeiros – apelidamos dessa forma. As menores compravam de diversas pessoas. Algumas foram presas, outras continuam soltas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi o primeiro contato que o senhor teve com essa situação criminosa? Quem o procurou?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Primeiramente, a mãe da menor nº 1 me procurou na Delegacia, apavorada, porque a filha e as outras menores estavam-se prostituindo na região da Avenida Farrapos. Foi o primeiro momento em que tive conhecimento desses fatos, no início do ano – se não me engano. Até porque a prostituição não ocorria na área da minha Delegacia. Apenas as meninas moravam na área da minha Delegacia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando ela o procurou, ela já apresentou o nome das outras meninas que estavam organizadas?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Apresentou o nome das outras meninas. Ela tinha feito uma ocorrência no Departamento da Criança e do Adolescente – Deca – e sabia o local onde estava ocorrendo a exploração. Imediatamente, instauramos o inquérito, filmamos todo o local, identificamos alguns clientes e fizemos autos de prisões em flagrante. Depois, repassamos o início da investigação para o Delegado Paulo César Jardim, que montou uma equipe para que isso fosse investigado em toda Porto Alegre, não apenas na região da Farrapos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto a essa operação que vocês conseguiram organizar com êxito naquele primeiro momento, compreendi as dificuldades sociais e psíquicas da dependência do uso de drogas e o conseqüente retorno das meninas para as ruas. O senhor pode me afirmar que, naquele local, nesses hotéis e motéis e nesse drive-in, não ocorrem mais situações de exploração sexual contra crianças e adolescentes? Ou não é possível afirmar isso?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Posso afirmar para a senhora que continua ocorrendo. Infelizmente, pela falha da legislação, como eu estava relatando, os clientes conseguem escapar. Os clientes que mantêm sexo com maiores de 14 não podem responder por estupro ou por atentado com violência presumida Então, eles entram no art. 244, "a", do Estatuto da Criança e conseguem provar que a criança já era prostituta e que ele não a estava explorando, que estava simplesmente praticando sexo com elas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todos esses locais estão completamente abertos ao público? Nenhum desses hotéis foi fechado?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Alguns foram fechados, mudaram de lugar e montaram novos drive-in. Esses lugares, em Porto Alegre, são propícios à exploração infantil, porque as menores se abaixam dentro do carro, colocam o carro dentro do box, baixam lonas, conforme as menores relataram. Lonas são colocadas ao redor do carro, e lá eles praticam sexo com as crianças.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse sentido, sem prejuízo das responsabilidades penais, existe legislação. O próprio ECA, além da legislação municipal, ampara o fechamento desses lugares. Parece-me que a Prefeitura Municipal já tem todas as condições, por desvio de uso do alvará, para o fechamento imediato do recinto nessas situações.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Inclusive, Deputada, foi muito bom o depoimento prestado hoje pelo menor nº 2, que nos forneceu mais elementos que não sabíamos: novas casas e novos locais aonde ele teria ido praticar sexo com pessoas maiores. Tomaremos a providência de fechá-los a partir de agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me afirmar que existe o envolvimento das mães ou de familiares adultos no favorecimento da exploração sexual dessas adolescentes?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Ficou muito claro na investigação que as mães têm uma participação muito grande. As menores faziam em torno de dez programas por dia e ganhavam em torno de R$20,00 a R$30,00 por cada programa. Então, numa noite, elas ganhavam R$200,00 ou R$300,00. No fim de uma semana, isso dava R$2,1 mil por semana. Elas gastavam quase tudo isso para drogas e, com o restante, compravam umas roupinhas bonitinhas para poder passear. O resto do dinheiro era para sustentar a família, normalmente numerosas, que se localizam nas vilas Mário Quintana e dos Papeleiros, que a senhora deve conhecer muito bem na vila Farrapos

– várias menores são dali. Há, sim, uma conivência da mãe, com exceção dessa mãe que foi procurar a Delegacia para tirar a filha do mundo da prostituição. Com exceção dessa, todas as outras, de forma conivente, aceitavam a exploração das filhas, porque ganhavam dinheiro com isso. É um absurdo.

Outra coisa que aconteceu e prejudicou muito nossa investigação e prejudicará o processo penal foi o fato de que, quando essas menores foram depor no Judiciário, apesar de toda a precaução que tivemos de não deixar que os taxistas as vissem, quando chegou ao Judiciário, no corredor – eu estava presente e relatei isso para a juíza –, na hora do depoimento, estavam, lado a lado, as menores, os taxistas e os parentes dos taxistas. Todos estavam presentes, claramente coagindo as menores e dizendo que eles não praticavam os crimes contra essas menores. Por isso, boa parte deles foi solta. Sete dos taxistas foram soltos, e um permanece preso, por essa falha gravíssima que ocorreu no foro central de Porto Alegre, que prejudicará e contaminará o processo todo.

Tivemos todo um cuidado de fazer um trabalho acompanhado por Conselheiros tutelares, que presenciaram todos os reconhecimentos, que foram feitos por meio de imagens. Colocamos os taxistas numa sala, e uma câmera de vídeo os filmava, o que era transmitido para uma televisão que estava no meu gabinete. Isso foi feito para que eles não vissem os menores e não os coagissem durante a investigação e depois no processo. E, agora, tenho conhecimento de que as menores estão nas ruas, e os taxistas, além de as estarem coagindo novamente, ainda estão explorando essas menores, as mesmas que tiramos das ruas no início do ano.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Como eles operavam exatamente? Eles utilizavam sexualmente as crianças. Mas, além disso, eles as agenciavam para outros clientes?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Exatamente. Eles exploravam as crianças e conseguiam os clientes, normalmente pessoas de classe média alta do Rio Grande do Sul, algumas até conhecidas – não declinarei os nomes aqui –, que eram clientes dessas menores e também do garoto de nº 2. Os taxistas levavam clientes específicos para praticarem sexo com as crianças. Foi nesse sentido que conseguimos fazer uma conexão entre os vários taxistas. Na verdade, era uma quadrilha que explorava sexualmente essas menores e que levava os clientes a praticar sexo com elas.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Sabemos que os hotéis nessa região não são hotéis de poder aquisitivo melhor. Ou estou enganada?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Os hotéis são de poder aquisitivo razoável. Alguns deles são...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esses que abrigavam ou que abrigam?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Alguns são motéis bons. Fiz prisões em alguns deles e, por isso, eu os conheço. São motéis bons de classe média, classe média alta. Não é motel de beira de estrada, de caminhoneiro.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – São apenas motéis? Ou hotéis também?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Motéis e hotéis também.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Motéis de duas, três ou quatro estrelas?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Há vários motéis, com todo tipo de estrela. Um dos motéis é cinco estrela. Um dos motéis que fica ali é cinco estrelas.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é esse motel que o senhor citaria?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – No meu entendimento, o Motel Coliseu é cinco estrelas e é bom. Hoje, graças ao depoimento que V. Exª colheu do menor de nº 2, ele nos relatou que ia fazer sexo no Motel Coliseu, num primeiro momento. Ele entrava com a menor de nº 1, e depois chegavam os clientes, ou seja, alguma forma de conivência havia por parte desses estabelecimentos. Descobrimos isso hoje, pois ele não havia relatado isso. Mas a Deputada Ann Pontes, que se retirou, conseguiu obter essa informação do menor.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – A Deputada Ann Pontes está tomando outro depoimento e, por isso, não está conosco.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada, deixe-me fazer uma pergunta. O senhor disse que esses taxistas, pelo que eu compreendi, voltaram a ter sua profissão de taxista e também continuam explorando? O senhor pode esclarecer-nos essa situação?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Uma das menores me afirmou que eles voltaram a toda carga e que já conversaram com uma das menores para que ela voltasse a trabalhar para eles. E continuam fazendo isso com certeza, porque isso é uma mina de ouro, digamos assim. Eles ganhavam muito dinheiro com isso aí.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tem como fornecer-nos os nomes desses taxistas?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não tenho essa informação comigo, mas tenho como fornecer o nome de todos eles.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor poderá citar o nome de todos eles logo em seguida?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – São os sete que estão soltos.

A SRª PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Os que estão citados no processo?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Com exceção do Louco – o Luiz Armando –, os outros taxistas estão soltos.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma o nome de Jurandir Joel da Costa Melo?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Eu preciso verificar. São os que estão no inquérito, os que foram indiciados.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – E Elemilton F. Maia.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Isso. Flávio.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Atalíbio Sérgio Moura, Lourivan Rodrigues Klein e Flávio Gomes.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Uma das menores relatou-me que todos estão na rua de novo. Se saíssemos daqui agora, neste momento, e fôssemos à Câncio Gomes, esquina com a Farrapos, encontraríamos ali todas as menores, com exceção da que está dando depoimento. Todas as outras estão lá trabalhando, recebendo seus clientes, vários certamente levados pelos taxistas.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem uma lista de clientes que identificou? O senhor sabe? Não lhe peço que diga os nomes no microfone. O senhor poderia anotá-los para mim?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Sim. Tenho uma lista dos que foram identificados. Há algumas imagens que fizemos no local e pegamos algumas placas dos carros de clientes que ainda serão identificados. De repente, a CMPI poderá conseguir que as menores falem os nomes dos clientes – são clientes famosos do Rio Grande do Sul, conhecidos pelo povo gaúcho. Elas não quiseram dar depoimento contra essas pessoas até pela repercussão que essa atitude causaria, mas elas têm a relação da clientela. São pessoas famosas do meio artístico e até mesmo do meio político.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Isso é importantíssimo, porque, apesar de a nossa legislação não ser, como o senhor disse, tão atenta ao cliente, ainda assim podemos tentar responsabilizá-los e estamos interessados nisso.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – A Deputada Ann Pontes conseguiu que o menor contasse fatos que ele não disse na Delegacia e que agora se lembrou. Seria muito importante ouvirmos essas meninas, que têm a relação e os telefones dos clientes, que poderiam muito bem ser responsabilizados pelos seus atos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essas meninas têm telefone celular?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Quase todas elas têm telefone celular, porque ganham razoavelmente bem por semana. O pessoal do Deca tem um trabalho muito bom de acompanhamento. Eles têm o telefone de todas as menores.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chegou a solicitar a quebra do sigilo telefônico? Não a escuta...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não, pedi a quebra do sigilo telefônico num dos inquéritos. Verifiquei, realmente, que o nosso suspeito abusava sexualmente das crianças. No entanto, posteriormente, foi criado o Secopi, um grupo especializado que comanda as investigações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seria pertinente se pedíssemos, por exemplo, uma investigação sobre o sigilo telefônico das adolescentes, já que elas têm telefone?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Seria.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pensa que elas usavam telefone para agendamento de clientes?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Com certeza, várias delas usam telefone para agendamento de programas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não se refere, neste caso, a um menino de oito ou nove anos?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não, às meninas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Refere-se às meninas de 14 e 15 anos?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Algumas ainda eram menores de 14 anos na época; tinham 12 anos. Havia uma de dez anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ainda assim, ela tinha telefone?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Tinha telefone e tem os números das pessoas que agendavam os encontros.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Peço a palavra, pela ordem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não, Deputada.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor disse que há pessoas de destaque. Segundo

pudemos observar em depoimentos reservados, colhidos hoje pela manhã, são menores de classe social extremamente baixa, de baixo poder aquisitivo. O senhor falou em classe média?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Os clientes pertencem à classe média, à classe média alta.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor conseguiu – é uma coisa na qual temos muito interesse – conhecer essas pessoas. Se têm destaque no mundo artístico, político, empresarial, é importante até para servir de exemplo. Algumas das meninas que ouvi tiveram maior facilidade de fornecer nomes apenas de pessoas que moravam no bairro delas, os proprietários de ponto no bairro mais especificamente, porque me parece que é um bairro que tem um verdadeiro foco de exploração.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É um bairro de classe média alta, com várias empresas, vários estabelecimentos comerciais.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Papeleiros?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não nos Papeleiros, mas, da Voluntários em direção a Farrapos, há várias empresas. É uma zona comercial com várias boates, onde elas praticavam os programas. Os clientes não são dali; são de fora e eram levados pelos taxistas até ali para fazerem programas com as menores.

Cabe ressaltar que, infelizmente, as menores não nos quiseram dar depoimento na Polícia em relação a essas pessoas conhecidas. Elas se recusaram a falar, até porque poderiam perder os clientes. Inclusive, devem estar continuando a manter contato com esses clientes.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor conseguir obter algum nome?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Sei o nome das pessoas, mas não gostaria de decliná-los, porque eu precisaria ter o depoimento da menor para me resguardar juridicamente. Tenho certeza de que a CPMI pode conseguir que as menores relatem para V. Exªs os nomes dessas pessoas. Eu sei quem são.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Reservadamente, o senhor nos poderia fornecê-los? Assim, no interrogatório dessas meninas...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Reservadamente, eu poderia fornecê-los, até para não cometer um...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Segundo a experiência que obtivemos durante o dia, havia alguns caminhos, e tentamos com que elas espontaneamente apontassem esses caminhos. Como elas não falavam, começávamos a perguntar-lhes: "E Fulano?". Então, elas iam revelando os envolvidos devagarzinho. Apenas uma me relatou que, ontem, fez programa com um senhor rico. Insisti muito para que ela fornecesse o nome desse cidadão, que, segundo ela, tinha alto poder aquisitivo. Ela me disse ainda que havia sido levada para a casa dele e me contou, inclusive, detalhes.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Ela tem o telefone dele?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ela não me forneceu.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É uma menor de um de nossos casos?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sim.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Já sei de quem V. Exª está falando. É um cliente tradicionalista do Rio Grande do Sul?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ela o tratou por vovô: "Era um vovozinho". Perguntei-lhe por que o chamava de vovozinho, e ela me disse que ele era velho e que, quando chegou à casa dele, viu que havia muitas fotografias. Indaguei-lhe de quem eram as fotografias e se a casa era dele. Ela respondeu que sim e disse: "Ele, inclusive, quando passou pelo retrato da vovozinha, sorriu muito, deu uma gargalhada". E perguntei o porquê, e ela disse que era certamente por que era o retrato da vovozinha dele, da mulher dele. Mas insisti para que ela me fornecesse esse dado.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Ela me disse o nome, mas não quis dar o depoimento.

A SRA. SANDRA ROSADO (PFL – RN) – Ela não forneceu o nome.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Ele deve continuar sendo o cliente dela, não é? É um cantor tradicionalista do Rio Grande do Sul.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, Deputada Sandra Rosado, no mesmo sentido que V. Exª está solicitando, estamos lhe solicitando reservadamente. Então, queremos que o senhor escreva...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Farei isso, Senadora. Vou pegar...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vai ficar de posse da CPMI, e vamos trabalhar juntos.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Sim, sem problema. Vou pegar a relação. Eu a tenho completa na Delegacia. Vou pegar essa relação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Gostaríamos que V. Exª escrevesse agora. O senhor sabe?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Eu sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está também aqui conosco numa atitude de colaboração.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Eu sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que é um depoimento, e vou lhe pedir que o senhor escreva hoje, agora.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Escreverei para a senhora não agora, mas hoje ainda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor pode fazê-lo sem preocupação, porque este é um compromisso nosso: não vamos divulgar.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – O problema todo é que as menores não deram depoimento, e notei que o menino nº 2, hoje, falou mais do que ele tinha falado para mim. No mesmo sentido, acredito que, quando forem feitas conversas reservadas com essas menores...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É claro.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Quando forem feitas essas conversas em salas separadas, elas relatarão as mesmas coisas que elas relataram para mim e não darão depoimento, porque não querem formalizar isso.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas acolhendo o seu condicionante. Nós estamos acolhendo o seu condicionante de que não houve depoimento formal das adolescentes. Ainda assim, estamos lhe pedindo.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Isso, isso. E eu poderia ser responsabilizado, não é? Eu poderia até ser responsabilizado por uma calúnia.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor está entendendo?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Sim.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Essa menor, inclusive...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Ela poderia nos levar até a casa, não é?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ela chegou pela madrugada em casa, e tive a sensação de que ela estava, inclusive, ainda um pouco drogada, porque ela me disse que usou muita pedra durante a noite.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Exatamente.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E, na metade do depoimento, ela se virou para mim e disse que o que ela estava com vontade mesmo era que eu arranjasse um cigarro. Ela perguntou se alguém tinha maconha, porque ela estava precisando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela disse que estava precisando muito.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ela disse que estava precisando muito. Eu disse a ela que, primeiro, ninguém conduzia maconha ali. E ela disse: "Nenhum outro cigarro? Nenhuma outra coisa? Porque o que eu estou precisando mesmo para continuar aqui é isso". Eu disse: "Não, você não vai ter, porque não tem aqui isso mesmo".

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É. Eu acho que ela teria condições até, se ela quisesse – e isso a CPI pode aprofundar mais –, de nos levar até a residência dessa pessoa, porque ela deve conhecer muito bem. É capaz até de descrever a residência pelo seu interior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos contribuir com o seu trabalho, o senhor pode ter certeza.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – O trabalho está sendo coordenado pelo Delegado Paulo César Jardim, e acho que contribuiriam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos fazer o possível. Realmente, vamos nos empenhar.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Muito importante é a modificação desse artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente, se possível.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Sandra, não sei se posso seguir com mais umas coisas aqui.

O senhor disse que os taxistas faziam sexo com as crianças e as adolescentes e também as levavam até outros lugares. Eles a levavam a hotéis, motéis, residências também?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Do que temos conhecimento são hotéis e motéis, porque, normalmente, os clientes dessas menores e da criança nº 2 são pessoas casadas, de 40 anos de idade para cima. Então, eles normalmente não iam para residência, iam para hotéis e motéis.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, era um trabalho de agenciamento, além da exploração em si.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí o senhor concluiu por esse sentido, solicitou a prisão de todos os envolvidos.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Todos foram presos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E, no caso da criança nº 2? Quero que o senhor me relate quais fatos envolvem essa criança.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Essa criança, no início da investigação, já apareceu com a menor de nº 1, que era uma das pessoas exploradas sexualmente, e relatou que um dos taxistas levava sempre um travesti para fazer programas com ela. Posteriormente, quando estávamos investigando as extorsões praticadas contra esse travesti em Porto Alegre, apareceu o nome desse travesti. Por meio de requisição do Ministério Público, fizemos o reconhecimento fotográfico e descobrimos que o travesti indiciado em um outro inquérito por nós era aquele que ia fazer programa com o menor de nº 2.

No caso desse travesti, pela escuta telefônica que fizemos, conseguimos constatar que realmente era verdade. Ela comentava os programas que ela fazia com crianças e adolescentes, perguntava para os clientes, empresários: "Tu queres fazer comigo? Já fizeste com menino e com menina?". E o cliente dizia: "Já fiz". Os clientes relatavam, e ela também relatava os programas que fez com menores de idade. Chamo de ela, mas é um travesti.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Compreendemos.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Até porque, quando nós os chamamos de "eles", eles ficam brabos com a gente. Então, eu os chamo de "elas". Constatamos que esse travesti tinha uma rede de prostituição, comandada por ele, envolvendo travestis que, às vezes, utilizavam crianças para praticarem sexo com os clientes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o travesti mantinha uma rede de prostituição adulta, quanto a isso, nós nos importamos, não gostamos, mas, de toda forma, esse não é o objeto definido desta CPMI. Mas, quanto ao envolvimento das crianças em si, o senhor afirma que essas mesmas crianças eram exploradas sexualmente por um travesti? No caso, falo desse que o senhor identificou.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – No caso, dois menores. Os menores nºs 1 e 2 eram explorados sexualmente pelo travesti, e, inclusive, o travesti praticava sexo com o menino, enquanto o taxista praticava sexo com a menina, tudo dentro de um carro num drive-in.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor promoveu, com certeza, a identificação.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Identificamos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como foi feita a identificação?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Em janeiro, o menor já nos relatava que um dos clientes era o que ele chamava de "velho" e – desculpem-me a palavra – "puto", porque ele não sabia falar travesti. Ele falava "velho" e "puto".

E, posteriormente, quando do inquérito em que investigávamos o travesti, constatamos que o travesti falava constantemente com um taxista que levava os outros travestis até o ponto de programa, e, por meio das conversas, na escuta telefônica, descobrimos que um dos taxistas, com o qual o travesti falava constantemente, era o mesmo taxista indiciado por nós no inquérito dos dois menores: os de nºs 1 e 2.

Então, ficou claro que aquele "velho puto" que o menor relacionava em janeiro era o mesmo travesti investigado. E, posteriormente, meses depois, isso foi confirmado pelos reconhecimentos fotográficos que ambos os menores fizeram e reconheceram, sem sombra de dúvida, esse travesti.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse caso, o senhor afirma, pelos depoimentos que colheu, que esse travesti era ativo sexualmente contra o menino?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Uma coisa que me chamou a atenção e que eu não sabia, até pela pouca experiência, pela idade, é que todos os travestis nunca são o pólo passivo dos relacionamentos; eles sempre são o pólo ativo. Os clientes que buscam travestis não são os que agem, são, digamos assim, agidos. E constatamos isso também no caso desse travesti; era ele que violentava sexualmente o menor de nove anos, com oito anos na época.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Confesso ao senhor que não conheço essa situação.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Eu também não sabia disso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse caso, se ele era ativo, que características ele tinha que indicavam que ele fosse efetivamente um travesti?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Segundo o próprio menino disse, lá em janeiro ainda, ele era homossexual e chamava o taxista de meu marido, meu amor. E, segundo os dois menores me disseram, ele dizia assim para o taxista: "Vai, meu macho, pega...". Não vou falar os palavrões aqui. Dizia: "Come essa menina, come esse menino, vai meu macho". Dizia palavras obscenas. Então, segundo os menores, isso identificava ele como o sendo o "puto"; ele era a relação passiva do envolvimento com o taxista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, o senhor afirma que a mesma pessoa que as crianças conheciam do cotidiano do ponto, da rua, é a pessoa que foi, seguramente, identificada como a responsável por essa violência lá no drive-in? É a mesma pessoa?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Como?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – As crianças já conheciam...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Conheciam o taxista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conheciam o taxista?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – E conheciam o travesti, porque, em quatro oportunidades, o travesti praticou sexo com os menores nº 1 e 2.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em quatro oportunidades?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Exatamente. Inclusive, o menor relatou isso para a Deputada agora de tarde.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E eles eram conhecidos desse travesti também porque... Esse travesti se prostituía onde?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não. Ele não se prostituía. Ele era ex-presidente de uma associação. Ele comandava alguns travestis em Porto Alegre. Inclusive, cabe ressaltar que esse ex-presidente da associação mantinha em sua residência, às vezes, travestis foragidos que haviam praticado crimes e eram condenados.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele próprio não se prostituía naquele ponto?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não. Ele já é um travesti velho. Então, ele dificilmente conseguiria clientes. Então, ele satisfazia as vontades dele por meio do namorado, o taxista de nome Flávio. E iam lá e praticavam sexo com as crianças.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chegou, portanto, a ouvir o depoimento do Flávio?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Fiz o depoimento do Flávio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como foi isso? O senhor pode nos relatar?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não me lembro agora. Eu teria que dar uma olhadinha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acho que seria interessante se o retomássemos.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, vou pedir à Deputada Sandra...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É claro que os acusados sempre negam, não é? Eles não vão confirmar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é importante, porque o senhor está nos esclarecendo muitas coisas que, no depoimento com as crianças, não conseguimos compreender. Agora, estamos compreendendo melhor.

Se a Deputada Sandra Rosado puder continuar, se tiver algumas considerações a fazer, vou ler o depoimento do Flávio, para ver se posso dialogar com o Delegado Zuco sobre esse depoimento.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Eu queria saber do senhor o seguinte: em um dos depoimentos que ouvi hoje, a menor informou que era explorada também, no seu bairro, por policiais civis e militares.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Qual das menores?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não estou sabendo exatamente qual.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – A de nº 1, a de nº 2 ou a de nº 3?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – É porque o papel foi...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Se não me engano, o Departamento da Criança e do Adolescente – Deca – investiga isso, porque há, sim, notícias de envolvimento de policiais civis e militares.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não sei qual é a numeração que o senhor está vendo aí, porque...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Acredito que seja a de nº 3.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Foi, inclusive, essa que fez o depoimento a respeito do cidadão que ela chamou de vovô, que a levou para casa.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Foi essa aí. Exatamente.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Ela diz que foi explorada, por várias vezes, por quatro policiais civis e por quatro policiais militares.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – O que ela disse para mim é que eram militares, que, com a própria viatura, iam até ela e a exploravam, e que, em uma das oportunidades, dois policiais civis teriam feito a mesma coisa.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Não sei se o senhor tem essa informação, mas ela tinha pavor a ir só, porque eles praticavam o chamado "arrastão". Eles observavam a quantidade de programas que elas tinham feito, para ver se elas tinham dinheiro, levavam-nas, maltratavam-nas e tiravam o dinheiro delas. Então, sempre que via se aproximar aquele carrinho, como ela diz, ela procurava uma companheira para ficar junto, para evitar esse tipo de "arrastão".

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Essas informações, eu já não as tenho. Só tenho conhecimento, porque ela me relatou alguma coisa em relação a

isso. E isso foi investigado ou está sendo investigado pelo Deca, se não me engano.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Insisti, mas ela se negou a fornecer os nomes por que tinha medo.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Com certeza, até porque elas voltaram para a rua para fazer os programas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor também tem notícia de que algumas menores – não sei o número que o senhor tem aí – já estão articulando os pontos?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Elas convivem em perfeita harmonia com as prostitutas e com os travestis. Há uma divisão de área, mas não há maiores problemas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Elas parecem que já estão se tornando independentes e criando esses próprios pontos para se livrar... Elas seriam as exploradas e as agenciadoras, ao mesmo tempo.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Inclusive, como moram nas vilas carentes de Porto Alegre, elas convidam amiguinhas que estejam na idade entre 9 e 12 anos para se iniciarem na prostituição.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Eu gostaria ainda de saber sobre outra informação que ela nos passou: o senhor tem notícia de que alguns hotéis da cidade têm o nome de hotéis só de fachada? Na realidade, pelo que ela – permanece a mesma – me disse, eram hotéis que não tinham apartamentos. Eles tinham salas. Eram salas em que elas utilizavam drogas. E eram os próprios proprietários desses hotéis... Ela, inclusive, citou o nome. Não sei se o senhor tem alguma informação sobre o Hotel Master.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não tenho essa informação.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Hotel Master. Perguntei: "Mas você ia lá para quê?". Ela disse: "Vou para me drogar, porque é o próprio funcionário que me entrega, que me vende a droga". Eu perguntei como era, e ela falou que não havia acomodação de quarto, era uma sala.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Na Farrapos tem muitos hotéis que são pontos de droga. Inclusive fechamos um, nem há um mês, fechamos um desses hotéis.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – São pontos.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – São pontos de droga. As menores vão lá e praticam sexo e usam as drogas.

A SRA. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Eu também ouvi dela a informação de que há também... ela usa o termo "manjona". Aqui é lésbica?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Manjona?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Manjona. Manchorra, manjona.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Manchorra?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Machorra. É um termo, porque cada região tem uma peculiaridade. É machorra, não é? Que também aliciava meninas.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É exatamente.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor tem notícia?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Inclusive uma delas foi presa.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – É?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É, uma delas foi presa.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – A mulher ou a ...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – A mulher.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas todas duas são, agora uma faz o papel do marido (risadas).

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Exatamente, uma delas foi presa.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas está presa?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Eu não tenho certeza se está presa ainda. Acho que sim, porque ela respondeu por tráfico também.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sempre há uma associação, não?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Sempre, o dinheiro, boa parte dele é usado para a compra da pedra, que elas chamam de pedra, que é o crack.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Essa informação ela me passou. Ela faz programa porque é viciada e precisa do dinheiro para comprara a pedra.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – E roupas. Elas sempre estão bem-vestidas. Nas ruas, nos locais onde as encontramos, estavam bem-vestidas, todas, estão com celular, pagam as continhas delas e ajudam em casa com o restante do dinheiro.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Agora, esse depoimento que o senhor está dando com relação à apresentação delas. As que vieram hoje

aqui para fazer esse depoimento, elas não tinham esse aspecto.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É que a senhora pegou elas...Que horário foi que elas deram depoimento para a senhora? De manhã cedo?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Devem ter chegado aqui em torno de nove horas.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É, o pessoal que faz o acompanhamento dessas menores, nesses horários é o horário que elas estão dormindo, deveriam estar dormindo. Elas se produzem mesmo é à noite, para sair, para fazer os programas, e, durante o dia, como elas moram nas vilas, casas humildes, elas nem podem ostentar aquilo que têm, até para evitar de serem furtadas. Mas, normalmente, estão bem-vestidas, bem-arrumadinhas, com roupas boas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Pela experiência do senhor, ouvimos duas mães: uma é dessa que estou falando e que o senhor já identificou, e a outra, acredito, ela não compareceu, a filha, hoje, porque disse que não vinha aqui não, porque já tinha ido a muitos lugares e não dava em nada. Essas duas mulheres se mostraram, uma, uma mulher alienada pelo sofrimento, como se já tivesse entregue os pontos; e a outra, dessa que a filha não veio, veio pedindo socorro para salvar a filha, porque ela ia resistir ver a filha naquela situação.

O senhor acha que isso é um jogo de cena, pela experiência, pela vivência que o senhor tem mais do que todos que estamos chegando hoje aqui? Elas têm isso como um mecanismos de defesa ou elas participam?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – A senhora falou muito bem, elas têm isso como mecanismo de defesa. Nenhuma mãe quer a filha se prostituindo, até mesmo nas classes baixas. Elas amam suas filhas, apesar de elas estarem drogadas e se prostituindo, mas, de uma certa forma, têm uma conivência e até participação na exploração sexual infantil, porque elas recebem as filhas às cinco, seis da manhã em casa para dormir, a criança passa o dia inteiro dormindo, não vai à aula, não faz nada, não tem nenhuma atividade, e à noite sai para a rua. Então, coniventes elas são, obviamente são. Mas é realmente isso, a senhora pegou muito bem, é um mecanismo de defesa. Até para não se sentirem mal, elas dizem que não querem, que não admitem, que querem salvar as filhas. Mas elas participam; até da distribuição do dinheiro elas participam.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Aqui em Porto Alegre, por exemplo, todas reclamaram da falta de uma política pública. Elas não dizem política pública, mas elas dizem que não têm para onde levarem as filhas. Uma delas inclusive me mostrou alguns encaminhamentos que foram feitos e que ela não tem como colocar a filha nesses abrigos ou em hospitais para a recuperação. Existe esse aparelhamento aqui?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Existem alguns órgãos que fazem isso. Tem uma universidade, a Ubra, que dá um apoio muito grande a isso aí, mas é que as menores não querem ficar lá. Lá, elas não podem fumar a pedra delas, elas não podem usar drogas, elas têm que obedecer rigorosamente os horários e as determinações, elas não podem praticar sexo nesses lugares. Então, na verdade, elas não querem ficar internadas. Todas essas meninas foram encaminhadas pelo Departamento das Crianças e Adolescentes a estabelecimentos para fazer tratamento anti-drogas. Algumas fizeram e fugiram depois, saíram correndo, porque continuavam viciadas, na dependência. E a vida não é muito boa nesses centros de atendimento – boa no sentido de que elas não podem fazer aquelas coisas que elas gostam de fazer, que é zoeira, se drogar e praticar sexo também, que elas fazem até mesmo por vontade, não só pelo dinheiro.

Cabe ressaltar o caso do menor nº 2, que, mesmo estando abrigado, segundo a assistente social me relatou, ele ainda se oferece para os garotos do estabelecimento onde está abrigado. O único que ficou internado foi o menor nº 2 e, mesmo estando lá, sob toda uma orientação psicológica feita por um organismo muito bom, ele continua se oferecendo para os meninos companheiros para ser a mulher do relacionamento.

A SRA. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Esse é um dado que a gente também constatou. Uma delas fugiu porque lá teve uma atividade que ela considerou que era muito puxada para ela, mas era simplesmente porque, na verdade, ela não queria...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – É um dinheiro muito fácil, Excelência. Elas ganham um dinheiro razoável, elas têm as coisas delas, que elas não teriam. Não se prostituindo, elas ficariam morando nas vilas, catando papel, quem sabe.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor tem informação de qual o índice de desemprego aqui na cidade de Porto Alegre?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não tenho esse dado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas é muito elevado?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Acho que deve estar compatível com as outras capitais.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Com a média do País, que é muito elevada.

Acho que era isso que tínhamos que perguntar. Temos que aguardar aí o retorno, só para ver se as outras têm alguma consulta. Eu já encerrei agora as minhas informações.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero pedir desculpas a todos vocês, mas é que estão acontecendo muitas coisas ao mesmo tempo. Então, estamos procurando nos dividir para, enfim, dar conta de tudo que temos que ouvir e das ações e das estratégias que precisamos adotar. Não sei se a Deputada Maria do Rosário ainda teria algum...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, só agradecer e lhe pedir que, se o senhor esqueceu...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não esqueci, Excelência. Vou relatar para a senhora os nomes, e aí a senhora toma as providências. Vou relatar pessoalmente para a senhora os nomes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não quer escrever?

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Não quero escrever, porque há a questão penal de uma acusação. O importante é que as menores dessem esse depoimento. Essa, de quem a Deputada colheu o depoimento, com certeza sabe chegar a essa casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O delegado disse que tem conhecimento informal, que não é um conhecimento formal, não foi em depoimento...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Eu vou relatar para a senhora os nomes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu pedi que ele escrevesse, e ele acha que pode ter prejuízo, porque pode estar...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Cometendo uma calúnia. Eu teria que provar aquilo que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas eu preferia que ele fizesse isso durante a audiência, porque, se não tivermos os nomes, fica muito difícil checarmos isso com as adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se o senhor puder escrever apenas.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Vou relatar para as senhoras.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor pode escrever e entregar aqui nas nossas mãos e não se compromete. Vamos atrás, enfim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque registramos que o seu depoimento nesse sentido é informal e reservado, e estamos assumindo a responsabilidade de não divulgar esses nomes em hipótese alguma.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Exatamente. Então, forneço para as senhoras.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Senadora tem um cofre da CPMI. É verdade.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Vou fornecer os nomes, então.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Eu acho que as menores relatariam para as senhoras esses nomes, com certeza, como relataram para mim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se perguntarmos a elas com os nomes...

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Com certeza. "É? Confirma?" "Confirmo" Obviamente. E uma sabe até chegar na casa, ir até lá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Delegado, gostaríamos de agradecer pelo seu depoimento, que certamente é de muita utilidade e precioso para nós da CPMI. Eu gostaria também de, em nome de todos os Membros da CPMI, agradecer pelo trabalho que vem realizando e pelos serviços que está prestando não só à Comissão, mas certamente à garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes do País e do Rio Grande do Sul.

O SR. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Agradeço. Cabe ressaltar, no final, que faço questão de vir aqui prestar o meu depoimento, porque o trabalho da CPMI é muito importante, que trata sobre esse tema tão problemático.

Cabe ressaltar que recebemos todo o apoio do Secretário de Segurança Pública, o Dr. José Otávio Germano, que criou um órgão e um grupo especializado só para combater a prostituição infantil no Rio Grande do Sul.

Agradeço, e estou à disposição para qualquer questionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada.

Eu gostaria de pedir à Secretaria da CPMI, a Drª Dulcídia, que peça à Polícia para conduzir o Sr. Luiz Armando. (Pausa.)

Peço aos agentes da Polícia que, por favor, retirem as algemas para que ele possa prestar o depoimento. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Luiz Armando, eu vou lhe passar às mãos o termo de compromisso que o senhor tem para preencher, comprometendo-se a falar a verdade.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Tenho de assinar?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tem de preencher o termo de confiança.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu nome e os dados sobre a sua pessoa. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Luiz Armando, o seu advogado está presente?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. Ele tinha um compromisso. Ele estava aí até às sete horas, mas demorou demais, então ele saiu e deixou outra pessoa no lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já tem outra pessoa?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Parece que sim, se não foi embora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor precisa do advogado e dessa outra pessoa ou abre mão do advogado?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não abro mão do advogado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não abro mão do advogado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, quem é o advogado? (Pausa.)

Se ele é advogado do senhor...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Há algum tempo, falei com ele. Agora não vejo ele aí.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço à Secretaria que faça entrar na sala o advogado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele vai fazer as vezes de advogado, porque o advogado do réu não permaneceu. (Pausa.)

Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O advogado está em cinco minutos aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Solicito a V. Exª, porque estamos fazendo uma definição no momento, uma vez que o advogado do réu não permaneceu, que pergunte ao Plenário se existe outro advogado neste recinto que possa assumir apenas para o momento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Enquanto o advogado chega, eu pergunto, então, ao Plenário se existe algum advogado aqui presente que possa, neste momento, acompanhar o réu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é advogado?

O SR. LINO MARCELO VIDAL MUNHOZ – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pergunto a V. Sª se...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se o senhor aceita ficar, então, como advogado, enquanto o advogado dele chega, em cinco minutos, para que possamos começar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Apenas para o momento da oitiva.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É de praxe da CPI, quando não há o advogado, nós perguntarmos se existe outro presente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na medida em que o senhor está aqui conosco, acompanhando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ou então, eu queria...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Numa sessão pública da sua função.

O SR. LINO MARCELO VIDAL MUNHOZ – Não há problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço ao senhor que, por favor, dissesse o seu nome.

O SR. LINO MARCELO VIDAL MUNHOZ – Meu nome é Lino Marcelo Vidal Munhoz.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não. Aqui está presente o advogado Dr. Lino Marcelo Vidal Munhoz, advogado ad hoc.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Advogado ad hoc.

Eu pergunto, se a Senadora me permite, ao senhor se gostaria de falar alguma coisa para o seu advogado...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – ... antes de iniciar o depoimento.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ele não é meu advogado, né, mas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele está cumprindo, neste momento, aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O seu advogado não está presente. Ele está chegando. Ele deveria estar, mas não está aqui presente. Então, eu pergunto ao senhor se quer falar antes com o advogado, antes que comece o depoimento.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, eu peço à polícia para novamente colocar as algemas e conduzi-lo à sala ao lado. (Pausa)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou fazer o seguinte: vou requisitar a Luciana para ficar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só ficar entre a mesa e o réu. Obrigada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Sr. Luiz Armando preencheu o termo de compro-

misso e ficou faltando um item. Tenho procurado advertir os depoentes que estão sob o compromisso dizer a verdade no que for perguntado e no que souber, conforme o art. 203 do Código do Processo Penal.

O SR. LINO MARCELO VIDAL MUNHOZ – Ele está como testemunha, não como acusado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes).– É apenas para qualificá-lo. No processo ele é réu.

O SR. LINO MARCELO VIDAL MUNHOZ – Réu é a qualidade dele aqui hoje. Se a qualidade dele aqui é de réu, ele pode dizer que, pela Constituição,...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele pode dizer o que ele quiser. O senhor tem razão.

A SRª. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É, tem liberdade.

É, exatamente, pelo art. 5º da Constituição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É que não podemos desfazer a condição que ele tem hoje, que é a de réu.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele tem o direito de permanecer calado quando depor contra si próprio. É o que nos informa, pelo art. 5º.

O SR. LINO MARCELO VIDAL MUNHOZ – Essa é a minha argumentação, nesse sentido. Não podemos desconhecer a condição dele de réu. Correto, isso em outra esfera. Agora, aqui, qual é a condição dele? A de acusado ou de testemunha?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que nós colocamos?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como acusado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o termo de convocação dele para responder ao advogado, exatamente dentro do tema de convocação que ele recebeu? Nós temos o termo de convocação aqui a mão?

Nós vamos, então, pegar o termo de convocação...

O SR. LINO MARCELO VIDAL MUNHOZ – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, tem razão V. Exª, é pertinente e adequado. O senhor está contribuindo. Muito obrigado. É um espírito público importante. É um bom advogado esse seu.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não é meu advogado. É que ele ficou aqui até às sete horas. Ele avisou que tinha um compromisso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu sei, eu conversei com o seu advogado aqui.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – E foi marcado para as quatro horas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas veja o senhor que nós estamos trabalhando desde muito cedo. Eu peço que o senhor compreenda também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nós ainda não almoçamos e estamos aqui desde as nove da manhã.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Relatora, eu poderia fazer algumas perguntas?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós não começamos ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A nossa equipe técnica está informando que, como tem processo, ele está aqui como acusado.

É o advogado?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o avogado ad hoc que nós havíamos providenciado. Pergunto ao Dr. Lino se ele gostaria de continuar com a sua função.

O SR. LINO MARCELO VIDAL MUNHOZ – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nos termos da convocação, ele está como acusado. Só para esclarecer ao advogado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora, eu acho até que é importante para as pessoas compreenderem que o nosso objetivo é proceder de todas as garantias processuais. Por isso é que nos providenciamos um advogado ad hoc, porque toda pessoa tem direito à defesa, quando está sendo acusada, e mesmo não sendo o advogado do réu, nós solicitamos a uma pessoa que ficasse como advogado. Mas, neste momento, ele chegou, efetivamente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está esclarecido, então?

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI para que possa iniciar as suas indagações ao réu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, quero deixar muito à vontade a Colega Deputada Ann Pontes também, no sentido de que possamos interagir nas colocações, porque ela também atuou de forma muito importante nesse dia, com depoimentos reservados que são esclarecedores para a oitiva que estamos realizando agora.

Quero cumprimentar o Dr. Lino e o advogado que assume agora, ad hoc, gentilmente, para as garantias do acusado e, permita-me também Senadora, cumprimentar os trabalhadores da Susep, que fazem a escolta e que estão, enfim, trabalhando aqui, e passaram o dia nesta escolta, que é muito importante para esse trabalho que estamos desenvolvendo.

Muito obrigada, então.

Dentro das questões aqui, Sr. Luiz Armando, o senhor é acusado de várias circunstâncias, mas a minha primeira pergunta é se o senhor conhece o Sr. Flávio Árias Lopes.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor conhece o Sr. Lourivan Rodrigues Klein.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor conhece o Sr. Atalíbio Sérgio Moura.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só um minuto, Deputada, eu pediria para o senhor falar mais perto do microfone, porque a reunião está sendo gravada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor conhece o Sr. Juramir Joel da Costa Melo.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor conhece Elemilton Fritz Mayer?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desses citados, o senhor afirma conhecer o Sr. Lourivan Rodrigues Klein?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde o senhor conhece esse Sr. Lourivan Rodrigues Klein?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ele trabalha em táxi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor também trabalha em táxi?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É a sua profissão?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem quantos anos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Quarenta e sete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é taxista há quanto tempo?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Há mais de 20.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é a praça em que o senhor atua? O senhor teve um ponto fixo e depois... Não sei se há ainda... Antigamente havia pontos.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Existem pontos fixos, mas nem sempre eu trabalho em carro de ponto fixo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem carro próprio de táxi, ou o senhor aluga?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, trabalho no carro de um cunhado meu.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Luiz Armando, por favor, eu pediria ao senhor que afastasse um pouco a cadeira e chegasse perto do microfone, porque esta audiência está sendo gravada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, portanto, trabalha num carro de um cunhado seu?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E não tem um ponto fixo?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor opera em que área da cidade?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Todas. Centro, mercado...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor cita essas áreas como áreas principais de trânsito, mais pessoas pegam táxis, o senhor permanece por aqui.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor reside?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Na Avenida Alberto Binos, 819.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo. Também na região central da cidade, portanto.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe das responsabilidades que lhe estão sendo imputadas.

Vou lhe dar uma lista de nomes e não vamos poder tratá-las pelo nome. Vou lhe dar uma listagem de crianças e adolescentes, que acredito que o senhor conheça, mas vou pedir ao senhor para tratá-las pelo número que eu vou colocar ao lado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando o senhor for se referir o senhor se refere ao número e não ao nome da criança.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por enquanto, vou lhe deixar esses quatro números que a nossa Secretaria vai lhe passar.

O senhor conhece a pessoa de nº 1 que o senhor tem aí?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde o senhor a conhece?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Conheço ela do centro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Conheço ela, já fiz corrida para ela. Corrida de táxi, já fiz.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor fez corrida para onde. Para onde o senhor levou essa moça?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Para casa, várias vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde ela mora?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Na Frederico Mendes, 511.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor é bom com os números, não é?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Alguns.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor lembra bem do número da casa?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente porque o senhor foi várias vezes.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Olha, a mãe dela seguido me procurava, quando ela fugia, para achá-la. Eu achava e levava para casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A mãe dela mesmo que o procurava?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Exato, está no processo. Se a senhora ler a senhora vai ver.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu já li.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Está ou não está?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas eu vou lhe perguntar tudo de novo.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Então, tá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Luiz Armando, a Deputada Maria do Rosário faz as perguntas que desejar fazer, da forma que desejar fazer, o senhor por favor só responda especificamente às perguntas.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Respondo, respondo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sem ironia.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Mas não tenho ironia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sem ironia, por favor.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não faço ironia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por favor. Estou só lhe comunicando isso. Por favor, o senhor fique sem ironia.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Estou dizendo que está no processo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, vamos ver, Sr. Luiz Armando. Estamos sem pressa, então, vamos ver aqui.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não vou a lugar algum.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É. Exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tenho certeza, e talvez por um longo tempo.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Acho que não. Acho que a senhora não leu o processo direito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos ver ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço novamente para o senhor se comportar, respeitar a Deputada.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Estou me comportando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, o senhor não está.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Estou respeitando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por favor, o senhor se comporte, senão tomaremos outras providências. A Deputada Maria do Rosário está aqui como Relatora da CPMI e exijo que o senhor tenha respeito e responda exatamente o que ela lhe perguntar.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Mas não faltei ao respeito com ela.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por favor, o senhor não responda mais. Agora, espere a pergunta dela.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ela que disse... Não fui condenado, ela já está me condenando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ela não está lhe condenando de forma alguma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos ver, então.

Como é mesmo que lhe chamam, além do seu nome? O senhor tem algum apelido, alguma alcunha?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Devo ter.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor conhece?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Devo conhecer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É verdade que lhe chamam... Como lhe chamam? O senhor sabe como lhe chamam.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – A senhora sabe também como me chamam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Mas estou lhe perguntando.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Tenho um apelido, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o seu apelido?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Louco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o que o senhor prefere?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, detesto esse apelido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem outros apelidos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse, então. Normalmente as pessoas lhe chamam por esse nome?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, algumas, só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algumas pessoas lhe chamam.

Essa menina, a primeira, chama o senhor por esse nome?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O menino, o segundo, chama o senhor por esse nome?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Esse segundo, não conheço, senhora, não marquei ele aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não... A terceira lhe chama por esse nome?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca vi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A quarta lhe chama por esse nome?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor confirma esses dois.

A primeira menina não lhe chama pelo apelido. Chama o senhor pelo nome?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa menina que o senhor diz que levou à sua casa, realmente quero lhe dizer que tinha me passado isso, eu não tinha o número tão presente da casa dela. É 511, na Frederico Mendes.

Quantas vezes o senhor a levou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Várias vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não sei exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não se recorda.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Trabalho em táxi, senhora. Levo as pessoas, mas não posso recordar quantas vezes fui naquele endereço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor faz essa corrida normalmente?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Como assim? Fiz algumas vezes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algumas vezes.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algumas vezes o senhor fez essa corrida, também trazendo essa menina para o centro da cidade?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é comum essas meninas pagarem táxi? Quanto custa uma corrida, então, da Câncio Gomes, esquina com a Comendador Coruja, até a Frederico Mendes, 511?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nove, dez reais. Agora deve estar entre dez, onze reais.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor cobrava isso no taxímetro?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Bem, nunca fiz corrida de graça.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor cobrava isso no taxímetro. Ou o senhor cobrava por outras formas? O senhor cobra em dinheiro?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, eu cobrava em dinheiro, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Cobrava em dinheiro.

O senhor achou engraçado isso? O senhor cobra de outras formas de algumas outras pessoas?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, sempre cobrei corrida de táxi em dinheiro. Eu nem sabia que existiam outras formas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou lhe perguntando, o senhor é quem sabe.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – E estou lhe dizendo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vezes o senhor foi a esse drive-in, que é na Comendador Coruja?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É na Comendador Coruja, esse drive-in? Talvez eu não tenha lido exatamente... Onde fica esse drive-in que o senhor...?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Na cidade há alguns drive-ins, não é só na Comendador Coruja que existe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor poderia citar? Cite alguns.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Que eu saiba?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Na Comendador Coruja. Na Avenida do Forte fizeram outro também. Deve ter mais uns dois. Deve ter um na Ipiranga, se não fechou. Há vários drive-ins na cidade, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na Ipiranga. Onde mais? Todos com a mesma caracterização? Lugares para sexo?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não entrei lá, não sei...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dos adultos não me importo. não tenho nada a ver com isso.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Levo corrida, não entrei lá dentro, mas acho que é para sexo, não é?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor freqüentou esses lugares quantas vezes?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com as adolescentes?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nenhuma vez?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega. É isso? O senhor não quer responder?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, estou lhe dando a resposta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está negando isso?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, estou lhe dizendo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que temos depoimentos muito consistentes no sentido contrário.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Acho que não, senhora. Nunca entrei lá, como pode ter algum depoimento?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde o senhor busca as pedras de crack que o senhor vende?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não vendo pedra de crack, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, não bebo, não fumo, não cheiro. Não sou viciado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conta bancária?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tem conta bancária no seu nome? O senhor tem conta bancária no nome de alguma outra pessoa?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conjunta?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Caderneta de poupança?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. Sou pobre.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem casa própria?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem nada?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não tenho nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tem nada.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem conta bancária, não tem... Mas o senhor trafica?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que trafica. Está certo. Imagino que o senhor ia negar.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Me pegaram com droga ou alguma coisa?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Fui pego com droga ou alguma coisa?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem porte de arma?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem arma?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Tinha uma arma, e tinha registro. Porte, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só o registro?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Onde está essa sua arma?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Na delegacia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi apreendida a sua arma?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor usa estilete?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca usou estilete?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca cortou ninguém?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca. Não uso estilete.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega também isso?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que a adolescente de nº 3 tenha sido cortada pelo senhor?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nega que as tenha ameaçado de morte?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nego.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor agenciava essas adolescentes na Câncio Gomes?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Durante quanto tempo o senhor manteve esses relacionamentos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu nunca mantive relacionamento com qualquer uma delas. Eu apenas as conhecia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conhecia de onde?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Metade de Porto Alegre as conhece.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Metade de Porto Alegre as conhece?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor afirma isso?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Elas são prostitutas. Então, elas estão na rua, todo mundo vê.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso é uma perspectiva, o senhor acha que elas são prostitutas, eu acho que elas são crianças.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Pode ser, mas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que o senhor explorou.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. Negativo, senhora, nunca explorei ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não as explorou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E metade da cidade as conhece?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim, elas estão na rua.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem, por exemplo, as conhece? Quem eram clientes? O senhor devia ver.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não sei. No momento em que as gurias estão na rua todo mundo passa por elas. Acho que elas devem conhecer pelo menos a metade de Porto Alegre.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E elas pagavam a quem para ficar ali?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Oferecia segurança ou vendia pedra para elas...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor só transportava, o senhor é um taxista honestíssimo, não é um homem violento.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Que eu saiba, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem filhos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos filhos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Três.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Três filhos. Que idade têm os seus filhos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Quinze, 23 e 18.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dezoito?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor convive com seus filhos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Convive com todos os seus filhos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eles moram com o senhor?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, eles moram com a mãe deles. Sou separado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Os três moram? (Pausa.)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem impedimento judicial de convivência com seus filhos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Só de um que tenho...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não houve nunca uma determinação judicial contrária?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Só um.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Só, os outros dois, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só um?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um é pouco, não é?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Bem, tenho...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que o senhor fez contra esse seu filho, que o Juiz determinou...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não fiz nada, senhora. Não fiz nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem, então veremos por que o Juiz lhe impede de ver o seu próprio filho.

Acho que a Deputada Ann Pontes poderia seguir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor poderia só dizer por que o senhor foi impedido de conviver com seu filho.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Isso aí está na Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu sei que está na Justiça.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu perdi a guarda provisória dele, depois entrei com recurso e...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas por que perdeu a guarda provisória?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Me acusaram de violência.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E nunca houve violência?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. O doutor Renato Zamora Flores está no processo, é minha testemunha. Se a senhora ler o processo, a senhora vai ver que não houve nada disso de que fui acusado, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se a Deputada Ann Pontes quiser seguir, Srª Presidente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Inicialmente, são alguns esclarecimentos.

Por gentileza, o senhor poderia confirmar há quantos anos trabalha na praça?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Há mais de vinte.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Há mais de vinte anos. Dos motoristas indicados pela Relatora, o senhor confirma que só conhece um motorista de táxi? Por gentileza, reafirme para mim os pontos em que o senhor trabalhava, via de regra.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu trabalhava no centro, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No centro? A rua Câncio era um...?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ali não é não é ponto de táxi, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas o senhor costumava passar por lá?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Passo várias vezes pela Farrapos, pela Voluntários, pela Câncio Gomes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Para dar acesso ao ponto onde o senhor trabalha?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, não, passo com corrida, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Corrida? Nessa passagem, era comum o senhor constatar a presença de crianças e adolescentes nesta rua, na Farrapos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É comum? Elas andam em grupo? Como é que se dá? Por gentileza, me esclareça. Não sou da cidade, para eu poder até contextualizar tudo o que está se passando.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Olha, algumas vezes, quando passava ali, via algumas gurias ali. Agora, se elas andam em grupo ou sozinhas, não sei dizer.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Essas gurias que o senhor via, é isso que quero detalhar, elas andavam sozinhas, em grupo de três, de duas, como é?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Olha, via tudo junto ali. Se elas andam em grupo, não sei. Não convivo com elas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A olho nu, percebe-se que são adolescentes, crianças?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Qualquer pessoa pode ver.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não tem como se confundir que elas seriam adultas. Está claro, está nítido que são crianças e adolescentes?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Adolescentes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi colocado há pouco pelo senhor a questão do apelido, e um dos motivos é "louco". Que atitudes sua justificam esse apelido?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nada a declarar. Esse apelido surgiu na praça junto aos seus colegas de trabalho?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Desde quando esse apelido começou a colar de forma muito forte à sua pessoa?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Relatora, confesso que fica um tanto difícil, o depoente não está colaborando.

Vou passar uma listagem, gostaria que o senhor me identificasse quais dessas adolescentes o senhor conhece. (Pausa.)

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não me lembro de nome nenhum desses.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não me recordo de nome algum desse.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nenhuma dessas? O senhor tem ou tinha o hábito de ir à Vila dos Papeleiros?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca entrei nessa vila.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nunca entrou nessa vila. Em algum momento, uma dessas adolescentes chegou a lhe dar um prejuízo de mil reais? O prejuízo que falo de tirar do senhor mil reais e, por causa disso, o senhor ficou furioso, marcando o rosto dela por causa disso?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nada a declarar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nada a declarar. O senhor alguma vez ameaçou de morte alguma delas?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Alguma vez o senhor encontrou familiares de umas dessas adolescentes que presenciaram essa ameaça de morte?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) - O senhor, há pouco, informou à Relatora que conhece a adolescente de nº 1. Que tipo de convivência o senhor tinha com ela?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não tinha convivência com ela. Eu não vivi com ela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Chegou a fazer programas com ela?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pois bem. O senhor é motorista e vai me ajudar, mais uma vez, para que eu possa identificar, com precisão, alguns locais, alguns deles já citados pela Relatora, mas eu gostaria que fosse dado ênfase. Ilha Verde é motel ou é hotel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Aquilo lá é chamado de motel.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Motel.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor tem o hábito de freqüentar esse motel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor tem o hábito de levar clientes a este hotel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Raras vezes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Raras vezes. Coliseu é motel ou é hotel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Que eu conheço, é hotel.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Hotel.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor chegou a se hospedar alguma vez lá?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não me lembro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não lembra?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não me lembro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu ia lhe pedir um favor, encarecidamente: por gentileza, se aproxime mais do microfone. Eu estou tendo dificuldade em lhe ouvir, senão eu pediria pra arredar a mesa um pouco mais pra ficar audível, porque, infelizmente, eu não estou conseguindo lhe ouvir e as suas informações, ainda que precárias, vão... É um verdadeiro quebra-cabeça essa história. Toda e qualquer informação é precisa. Retomando, Coliseu é motel ou é hotel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu conheço um hotel no centro que chama Coliseu. Se existe um motel com o nome de Coliseu, não conheço.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ok. O senhor já freqüentou esse hotel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Que eu me lembre, não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor já levou passageiros a esse hotel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não. E Bela Vista é motel ou é hotel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Motel.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Motel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Motel, mas é um motelzinho pequeno.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Motel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor também já freqüentou esse local?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Já levei corrida lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Já levou corrida, mas o senhor já utilizou dos serviços?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não. O senhor chegou a conhecer a mãe da adolescente nº 1?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como foi esse contato?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Como assim?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Onde o senhor a conheceu?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Conheci lá na vila, numa corrida que fiz.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que vila?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ali a Vila Areia, é na Frederico Mendes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por gentileza, se aproxime. É vila...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ali é próximo da Vila Farrapos. Conheci ela na casa dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor conheceu...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Na casa dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E como é que o senhor sabia que ela era mãe da adolescente nº 1?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não sabia. Foi ela que falou que aquela era a mãe dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor conheceu através de uma corrida de táxi?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Exato.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como ela, de repente, não mais que de repente, começou a falar da filha? Como é que foi essa conversa?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu nunca falei dela, sobre a filha dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mais um motivo para eu lhe perguntar: que conversa o senhor estava tendo pra ela chegar e identificar a filha dela para o senhor?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ela não identificou a filha dela para mim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, por gentileza, nos esclareça.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – A filha dela é que disse que aquela ali é minha mãe, nada mais.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ah, ela pegou o seu carro, o seu táxi pra uma corrida, e entabulou que diálogo?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Quem?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A mãe da adolescente nº 1.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não fiz corrida para mãe dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, vamos retomar para eu entender. O senhor conhece a mãe da adolescente nº 1?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Exato.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De que forma o senhor conheceu a mãe da adolescente nº 1?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Através da filha dela. Quando eu fiz uma corrida até a vila, a mãe dela estava esperando ela. Aí eu fiquei conhecendo a mãe dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Houve alguma conversação ou foi só um conhecimento visual?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Conhecimento.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Visual?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Visual.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Exato. Não mais teve contato com ela?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Algumas vezes a vi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De que forma?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Quando eu passava lá, estava na frente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Apenas isso? Não havia cumprimento, não parava para conversar?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada. Obrigada, Srª Relatora.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Por favor, qual o relacionamento que o senhor teve com a jovem que o senhor navalhou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Qual?

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Qual o relacionamento que o senhor teve com a jovem que o senhor navalhou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Essa que eu marquei aqui que a senhora quer saber?

SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Que o senhor navalhou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não navalhei ninguém, senhora.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – No rosto, no nariz.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor não navalhou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não uso navalha.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor tomou conhecimento, por meio de colegas taxistas, de que havia a acusação de que um taxista havia navalhado uma jovem?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não fiquei sabendo.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor nunca soube disso?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E por quanto tempo o senhor se relacionou com a adolescente nº 4?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca me relacionei com nenhuma delas. Apenas conheço elas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor conhece um taxista chamado "Fofão"?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E Luciano?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Que eu me lembre, não.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E Camurça?

O senhor costuma pegar meninas e adolescentes no ponto da Nossa Senhora dos Navegantes, perto da lomba, como dizem, lombada?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, senhora.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Nunca pegou. E essas que o senhor leva para a Vila Farrapos?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu levei algumas vezes.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E não foi desse ponto? O senhor teve relações sexuais com as adolescentes nºs 1 e 4? Quantas vezes?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nenhuma delas.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor disse aí que uma das adolescentes, o senhor teve conhecimento com a mãe e tal, porque conversou... O senhor, normalmente, nas suas corridas, mesmo com adultos, com adolescentes, com crianças, que o senhor faz, o senhor costuma ter sempre esta conduta: o senhor pára, desce, conversa com a mãe e tudo o mais?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Quando alguém vem falar comigo, sim, senhora.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor desce, não é?

Repetirei uma pergunta, mudando o termo que há no processo todo e no depoimento: qual o relacionamento que o senhor teve, e durante quanto tempo, com a jovem contra a qual o senhor usou um estilete?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu nunca tive relacionamento com ela.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – E como o senhor sabe que é a jovem do estilete?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – A senhora acabou de me dizer que é a Josie, né, que me deu uma navalhada...

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor não pode dizer o nome.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ah! desculpe, eu me esqueci.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – O senhor não pode dizer o nome. Mas existem fortes indícios e acusação, a toda hora, de pessoas ligadas, da família, dela própria, de que ela teve o rosto cortado aqui pelo nariz com o estilete que o senhor usou.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não uso estilete, senhora.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Mas nesse dia o senhor estava com um estilete?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não uso estilete, nem nesse dia, nem outro, nem outro. Eu não uso.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sim. Quer dizer que não há isso? Está OK, muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu queria saber se o senhor já teve relações sexuais com alguma adolescente.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Que eu me lembre, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim ou não?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já lembrou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não tenho, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nunca teve?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A relação com essas jovens era meramente de profissional taxista?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Exato. Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como é que o senhor começou, então, a conhecê-las pelo nome, se era só uma relação profissional?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Elas faziam corrida, né? E elas me diziam o nome.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como? Elas faziam corrida?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Elas usavam o meu táxi...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A adolescente nº 1, quantas vezes o senhor, mais ou menos, fez corrida com ela?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Várias vezes eu levei ela em casa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Uma, duas, dez, cem vezes?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não sei precisar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não tem idéia?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. Não contei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E a adolescente nº 4?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Poucas vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Poucas vezes? E como o senhor lembra do nome dela?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu acabei de dizer: cada pessoa ali que... Ali se conhece por nome as pessoas. Conheço todas as pessoas, toda mulher prostituta da noite, traficante, eu conheço, sei o nome deles tudo. Mais alguma coisa?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim. Qual é a relação que o senhor tem com esses traficantes e prostitutas que o senhor conhece tão bem?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nenhuma, a não ser que alguns pegam o táxi. "Me leve em tal lugar", eu levo e pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas aí, quando fazem a corrida, o senhor logo decora o nome das pessoas?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, a maior parte das pessoas a gente não conhece por nome, conhece pelo apelido, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas dessas aqui não lhe demos o apelido, demos o nome.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Algumas conheço por nome. Nem sei se esse aqui é o nome delas, sei que uma costuma chamar a outra por esses nomes. Agora, se é o nome delas verdadeiro, eu não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Elas andam juntas no seu táxi?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. Eu nunca peguei elas juntas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Você disse que elas andam. O senhor acabou de falar.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Foi só uma vez só que eu levei essas duas aqui, que são primas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual o número?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – A 3 e a 4, juntas. Eu nunca levei elas juntas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nunca levou elas juntas?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Essas aqui, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor, alguma vez, levou essas meninas para casa, por exemplo, de alguém?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De algum homem?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De algum adulto?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sempre era só pra esses locais.

O senhor tinha conversa com elas, perguntava sobre a vida delas?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Raras vezes. Elas vivem falando, vão conversando.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Srª Presidente, só para um esclarecimento, aproveitando a sua linha de raciocínio. Eu gostaria que o senhor repetisse, por gentileza: o senhor levou as adolescentes 3 e 4 no seu carro?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Hum?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor confirma que o senhor transportou as adolescentes de nºs 3 e 4?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por gentileza, o senhor poderia se aproximar mais do microfone?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Num primeiro momento, o senhor disse que só conhecia as adolescentes nºs 1 e 4. E agora o senhor admite que o senhor não só conhecia, como transportou a adolescente nº 3.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu conheço a 1, a 3 e a 4. Eu afirmei desde o início.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não. No início o senhor disse que não conhecia a 3.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu anotei aqui.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. Eu não conheço este 2 aqui, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não. O senhor falou 2 e 3.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. Eu falei que eu conheço a 3, a 4 e a 1. Eu não conheço o 2, que eu nunca vi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu acredito que nós temos registrado aqui tudo o que está sendo falado.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não me lembro disso. Não me lembro disso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No momento em que o senhor falou, eu mesma registrei o que foi "sim" e o que foi "não".

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Aqui, eu conheço as três aqui.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ok! Então, vamos reiterar. Coloque de formas claras e textuais. Quais as adolescentes listadas ao senhor que o senhor conhece?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Os números.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – A nº 1, a 3 e a 4. Aqui.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A 1, a 3 e a 4, o senhor transportou no seu carro?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pra onde?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Levei algumas vezes ela em casa, na vila.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Levei a nº 1 várias vezes em casa, que eu lhe falei. Levei a 3 e 4 juntas só uma vez. Depois levei a 3 separada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pra onde o senhor levou a 3 e a 4 juntas uma vez?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Vila Farrapos, lá onde moram.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, o senhor sabe onde elas moram?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim. Eu levei elas em casa de táxi. Como é que eu não vou saber?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como o senhor sabia que elas moravam lá?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Elas me disseram.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pelo visto, então, havia bastante diálogo ao longo da corrida?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não, senhora. Se eu pego uma corrida, a pessoa pára em tal lugar, desce. É ali que mora. Eu entendo assim. Também eu não pergunto se aquela ali é tua casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas se me permite, Deputada Ann, apenas para ajudá-la.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Pois não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não deve ter sido uma vez, né? Porque, quando o senhor pega um cliente esporádico, o senhor não lembra exatamente onde é que deixou. São tantas corridas num dia. Quer dizer, nós podemos assim compreender que...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Bem, nem tantas. O serviço de táxi tá bem lento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas nós podemos compreender que o senhor várias vezes levou essas jovens, então?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Poucas vezes, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, então, o senhor tinha uma boa memória sobre elas. O senhor as via...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu sempre tive boa memória, senhora. Se eu a levar num determinado lugar uma vez na vida, eu lhe digo, daqui um ano ou dois onde lhe levei. Mais alguma coisa?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor sabia o que elas faziam?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim, porque já vi elas ali no ...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor sabia que elas eram exploradas?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não sei se são exploradas, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – São, porque são crianças e adolescentes e, se estão ali, é porque são exploradas.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não sei se são. Não sei se são.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não. Eu estou só lhe explicando que são exploradas, porque são crianças e adolescentes.

Quem são as pessoas motoristas de táxi que o senhor conhece? Porque, de todos os nomes que nós demos, o senhor só conhece um.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem são as pessoas com quem o senhor mais tem relação, com a mesma profissão: motorista de táxi? Outros motoristas de táxi da cidade que o senhor conhece?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu conheço vários, mas por nome, né? É difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas o senhor conhece as clientes adolescentes que o senhor levou algumas poucas vezes na casa, e não se lembra dos nomes dos motoristas de táxi?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Espera aí. Se eu levar em casa a senhora e a senhora me disser o seu nome, eu me lembro. Agora, se a senhora não me disser, eu não posso saber o seu nome.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seus colegas de vinte anos!

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Bom, mas são dez mil taxistas em Porto Alegre. A senhora quer que eu me lembre?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, não precisa ser dos dez mil, não. O senhor não entendeu a pergunta. Eu vou refazer.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ah, bom! Ah, não! Ah, ta!

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu vou refazer a pergunta.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ah, tá.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor conhece outros motoristas de táxi, evidentemente.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Claro que conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu estou lhe pedindo alguns nomes daqueles que têm mais aproximação, mais relação com o senhor, já que o senhor não conhece esses que nós dissemos.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Bah! Aí tem vários.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor poderia citar alguns nomes?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Claro! O Ricardo, o Paulo, o Pedro.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Como?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ricardo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mais perto do microfone.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Ricardo, Paulo, Pedro, Aluízio, Inácio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me afirmar com tanta convicção que o senhor não conhece esses aqui que eu lhe citei? Se o senhor não se lembra dos outros...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Desses nomes que a senhora me citou, eu só conheço um, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah me parece interessante que o senhor não consiga se lembrar destes aqui, lembrar que não conhece. Mas poderia conhecer, mesmo sem saber exatamente o nome.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Aí pode ser. Eu posso ter visto eles. Agora conhecê-los, tenho certeza de que não. Mas já posso ter visto eles algumas vezes, não tenha dúvida.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor foi muito categórico em dizer que não conhece de modo algum esses aqui.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Que eu me lembre, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sobre as crianças que o senhor levava, o senhor cobrava em torno de R$9 a corrida da Câncio Gomes à Vila Farrapos? O senhor sempre pegava essas jovens na Câncio Gomes ou pegava em hotéis?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu peguei ela algumas vezes...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário)– Nessas vezes em que o senhor pegou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu peguei ela na Avenida Farrapos, quando atracava o táxi e parava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário)– O senhor acha que elas tinham dinheiro para pagar essa corrida do quê?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu nunca perguntei para elas o que elas faziam, como elas ganhavam dinheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor sabe.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Claro que eu sei, mas vou perguntar por quê? A vida é delas, não me interessa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário)– Mas o que era?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Era o quê?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário)– Do que elas sobreviviam, como tinham dinheiro para pegar táxi?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu desconfio que elas são prostitutas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Elas estão sempre no mesmo local, e o senhor está desconfiando ainda.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu passo ali, elas estão ali, alguma coisa estão fazendo ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pegou em algum hotel, ou motel?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre na rua.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu vi elas na rua.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na Farrapos com...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu via nas imediações da Farrapos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A Farrapos é longa?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não sei, não posso precisar onde elas estão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor precisa exatamente para onde levou e não precisa onde pegou? O senhor não tem boa memória quando o senhor não quer.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. Deixa eu completar. Aquelas pessoas ali não têm um ponto fixo. Elas ficam numa esquina, noutra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que esquinas?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Que elas ficam? Farrapos, próximo da Pelotas, Comendador Azevedo, Comendador Coruja.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse drive-in da Comendador Coruja, o senhor já pegou algumas ali?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Que me lembre, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor me diria se tem outras adolescentes na rua ali?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Onde?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além dessas? Na Farrapos e nas imediações?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Está cheia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas o senhor acha que...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não contei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em torno...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não contei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não são as únicas.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nas casas de prostituição também?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não freqüento casas de prostituição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor está na porta, o senhor pega clientes.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Mas eu não cuido disso aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como taxista, estou perguntando como taxista, na sua profissão. O senhor pega adolescentes na porta, na portaria dos hotéis, além dessas que estamos citando aqui? Gostaria que o senhor respondesse como colaborador dos nossos trabalhos.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – A cidade está cheia de prostitutas, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De adolescentes?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Como a senhora achar melhor. Eu calculo que são muitas. Quantas exatamente não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa menina nº 3, que o senhor levou uma vez junto com a nº 4.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Inicialmente, o senhor nos disse que não a conhecia. Fui muito precisa aqui. Talvez o senhor se tenha enganado. É melhor o senhor dizer isso para nós que fazer de conta. Inicialmente, o senhor disse assim: "A nº 1 e a nº 4 eu conheço".

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – A nº 1, a 3 e a 4. Eu marquei aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor marcou, mas não me disse. No caso da nº 2, quando foi a última vez que o senhor a levou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Qual?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A nº 3, desculpe.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Faz tempo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto tempo?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não sei exatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está há quanto tempo detido?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Preso? Nove meses.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certamente foi no início deste ano?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Acho que antes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor certamente reparou que ela tem uma marca no rosto.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Reparei. Tem uma marquinha mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma marquinha pequena?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não reparei também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não olhou muito para ela?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que foi feita como aquela marca?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não perguntei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não se importou, não se interessou.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não posso sair perguntando para as pessoas, porque têm marca aqui, marca ali. Não sou médico. É vida alheia. Não me interessa. Não posso perguntar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nunca pergunta nada para ninguém?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não. Se a senhora tiver uma marca na cara, eu não vou perguntar o que foi isso, é uma indiscrição da minha parte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas essa menina, na primeira vez que o senhor a levou nessa corrida, ela não tinha marca nenhuma?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não reparei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas na segunda vez o senhor reparou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu já vi ela com uns sinaiszinhos, mas não sei se aquilo é marca de alguma coisa, não sei dizer. Nunca perguntei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Um pequeno sinal na sua opinião.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu não reparei bem, senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não olhou bem.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Se eu começar a examinar o rosto de uma pessoa, vou acabar batendo o carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem que ser um motorista zeloso mesmo, porque, enfim, o senhor é profissional.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não dá para analisar todo mundo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então foi uma pequena marca que o senhor notou?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Se não me engano, tem uma marquinha no nariz, eu não vi bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Ann, tem mais alguma pergunta?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só para concluir, mais duas.

Vou lhe mostrar uma fotografia, e o senhor, por gentileza, só confirme se conhece essa pessoa ou não, se já transportou essa pessoa no seu carro.

Márcia, por gentileza...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tem mais fotos atrás. Às vezes, facilita. Esse aí?.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor chegou a conhecer um senhor chamado Pires, mais conhecido por Cabeleireiro Pires?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Conheci na cadeia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por que ele está preso, o senhor sabe?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Para começar, senhora, ele não está preso, ele está em liberdade.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele está em liberdade.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quando o conheceu na cadeia, chegou a ter algum contato com ele, alguma conversação...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu via ele, eu tava preso. Só iso. Não tenho amizade com ele, se é isso o que a senhora quer saber.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não. Não quero saber se tinha amizade. Mas se houve conversação, em troca de informações, algum comentário.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor conhecia alguma moça chamada Janaína?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Janaína? Não me lembro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não lembra ou não conhece?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não me lembro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor não lembra ou não conhece?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Eu conheço uma pessoa com esse nome, mas não sei qual é a pessoa a que a senhora se refere.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vamos ver se é a mesma pessoa. Ela mora na Vila dos Papeleiros.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Nunca estive na Vila dos Papeleiros. Não conheço ninguém na Vila dos Papeleiros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esclareça: essa Vila dos Papeleiros é próxima à rua Câncio Gomes? É próxima?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – É perto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É uma área onde o senhor sempre fazia trabalhos...

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Sim. Eu passo pela Vila dos Papeleiros, mas nunca entrei na Vila dos Papeleiros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Eu não estou perguntando se o senhor entrou. Estou informando para ver se é a mesma Janaína.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não conheço nenhuma Janaína dali, senhora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A Janaína que o senhor conhece não mora na Vila dos Papeleiros, e o senhor não lembra de tê-la levado em seu carro?

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Srª Relatora. Estou satisfeita.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse sentido, Deputada Sandra, já fiz as considerações que queria ao Sr. Luiz Armando. Agradecemos a ele. Não pensamos que há uma colaboração muito grande de sua parte. Mas, também, não esperamos que o senhor diga nada que possa ser colocado em juízo contra o senhor. Então, de toda forma, estamos colhendo nossos depoimentos, buscando que a verdade seja estabelecida. Estabelecendo, quero dizer ao senhor, um trabalho de proteção das crianças e dos adolescentes. Nós não queremos fazer nenhum julgamento moral de quem quer que seja, mas que os crimes que são cometidos contra as crianças e os adolescentes não fiquem impunes. Essa é a nossa tarefa.

Estamos protegendo e buscando proteção para milhares de crianças brasileiras, inclusive aqui, onde nós vivemos, mas em todo o Brasil. Esse é o sentido da presença de parlamentares de outros Estados. Nós estamos percorrendo o Brasil inteiro e fazendo um diagnóstico de como a legislação impera e de como podemos fazer isso.

E queremos sensibilizar as pessoas, porque somente a verdade e o estabelecimento dela é que podem garantir que tenhamos uma sociedade de direitos e de reconhecimento sem violência. Digo isso ao senhor porque queremos que o senhor se converta a essa possibilidade.

Muito obrigada, então. Não sei se há outra consideração.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Da nossa parte, é só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor está dispensado.

O SR. LUIZ ARMANDO LASSEN GONÇALVES – Dispensado?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Peço à polícia, por favor, que coloque as algemas e o conduza.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada.

O advogado precisa assinar o livro.

Peço à secretaria da CPMI que conduza A SRA. Sirley a esta sala.

Tenho aqui o termo de compromisso e, para facilitar os nossos trabalhos e não expô-la, vamos lhe chamar pelo nome de Vera, se concordar.

Leio: a depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, de dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigada a depor contra si própria, nos termos do art. 5º. Assim tem a sua assinatura.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário, não sem antes agradecer a presença da senhora hoje aqui nesse depoimento, nesta audiência pública da CPMI. Certamente, seu depoimento será de grande utilidade para esta CPMI.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Senadora.

Antes quero cumprimentá-la. Não sei se a Senadora apresentou, mas vamos chamá-la de Vera, já disse isso, apenas para manter a sua identidade.

Dona Vera, durante quanto tempo a sua filha faz programas sexuais.

A SRA. VERA – Quando eu descobri, já fazia uns quinze dias mais ou menos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos ela tem atualmente?

A SRA. VERA – Quinze.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela começou com catorze anos?

A SRA. VERA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem certeza de que isso começou aos catorze anos ou foi antes?

A SRA. VERA – Aos catorze.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua filha sofreu algum tipo de violência sexual anterior, do padrasto, do pai, do vizinho? Alguém a estuprou anteriormente, a violentou?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua filha teve a primeira relação sexual com quem?

A SRA. VERA – Não me falou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não lhe relatou?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora perguntou isso a ela?

A SRA. VERA – Perguntei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela não lhe relatou?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a senhora sabe se a sua filha conhece conhece o Luiz Armando?

A SRA. VERA – Conhece.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde ela conhece?

A SRA. VERA – Acho que da rua também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora pediu alguma vez a ele que levasse a sua filha pra casa?

A SRA. VERA – Pedi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a senhora o conhece também?

A SRA. VERA – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde que a senhora o conhece?

A SRA. VERA – Ela que me apresentou ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela lhe apresentou ele como? Dizendo: este é...

A SRA. VERA – No tempo em que fui procurar ela na delegacia, descobri tudo isso aí.

Aí, ela disse que só voltava pra casa se eu deixasse ela trazer alguém. Aí, quando foi, ela trouxe ele, dizendo que era namorado dela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela lhe apresentou então pela primeira vez como namorado?

A SRA. VERA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando a senhora foi à delegacia foi porque a sua filha estava sumida de casa?

A SRA. VERA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos dias?

A SRA. VERA – Olha, mais ou menos, uns 15 dias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aí, a senhora procurou a 4ª DP?

A SRA. VERA – É claro. Depois, fui a outra delegacia também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo. E como é que a senhora conseguiu encontrar sua filha? Foi a DP, mesmo?

A SRA. VERA – Não. Fui eu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora mesma que encontrou?

A SRA. VERA – Quando eu chegava perto dela, ela entrava nos táxis e saia. Não tinha como pegar ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E onde foi que a senhora encontrou sua filha?

A SRA. VERA – Na Câncio Gomes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na Câncio Gomes, na rua?

A SRA. VERA – Hum hum!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando a encontrou, já tinha tentado várias vezes e ela tinha entrado dentro dos táxis?

A SRA. VERA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que táxis?

A SRA. VERA – Não sei, não dava para ver.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qualquer um, assim? O primeiro que passava?

A SRA. VERA – O primeiro que passava ali, ela entrava e ia embora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem. Ela voltou para casa... A senhora conseguiu falar com ela...

A SRA. VERA – Hum hum!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...e ela voltou para casa?

A SRA. VERA – Voltou, depois foi de novo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ela lhe fez essa condição de levar uma pessoa até em casa?

A SRA. VERA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa pessoa era o Luiz Armando?

A SRA. VERA – Era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela, então, mantinha relações sexuais, que a senhora sabia, com o Luiz Armando?

A SRA. VERA – Provavelmente que sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela comentou alguma vez?

A SRA. VERA – Comentou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora viu também?

A SRA. VERA – Não. Ver, eu não vi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só comentou?

A SRA. VERA – Hum hum!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela comentou que mantinha relações sexuais com outras pessoas?

A SRA. VERA – Sim. Depois que eu apertei ela bastante, daí sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quem a senhorase lembra, especialmente?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, assim, características particulares. Por exemplo, um travesti?

A SRA. VERA – Eu não estou sabendo disso aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca?

A SRA. VERA – Que eu saiba, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que ela tivesse feito programa com um travesti?

A SRA. VERA – O que ela fazia na rua, eu não sei de nada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, isso ela não comentou com a senhora?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tampouco lhe perguntou sobre isso?

A SRA. VERA – Nem sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca ela lhe contou sobre um travesti?

A SRA. VERA – Ah! Ela fala, comentava, coisa assim, mas a gente não dá muita bola.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tinha um menino. Eu vou lhe passar uma listinha aqui para ver se a senhora pode me dizer se conhece essas crianças. No caso, esse menino de nº 2, a senhora conhecia?

A SRA. VERA – Conhecia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele costumava andar com sua filha?

A SRA. VERA – Sim.

A SEª RELATORA (Maria do Rosário) – E sua filha o levou para o ponto?

A SRA. VERA – Se levou, eu não sei; mas andavam juntos sempre, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela comentou que teria feito algum progama em conjunto com esse menino?

A SRA. VERA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quem?

A SRA. VERA – Ela disse pra mim que era um homem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que era um homem.

A SRA. VERA – Agora, depois de muito tempo, ela diz outras coisas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, no começo, não aparecia isso?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. VERA – O que aparecia no começo é que eram?

A SRA. VERA – Dois homens, um homem, sei, lá.

A SRA. VERA – Como? Mas que ela teria feito programa com o Davi, ela tinha lhe contado?

A SRA. VERA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpe. Isso a senhora confirma, que ela contou para a senhora que fez um programa, um ou vários programas com este menino nº 2°?

A SRA. VERA – Isso

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Juntos?

A SRA. VERA – Acho que sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora se lembra se esse programa era em hotel ou em carro?

A SRA. VERA – Não sei, porque não estava junto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bom. Essas pessoas, crianças e adolescentes que lhe dei os nomes, a senhora conhece todos?

A SRA. VERA – Conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todos freqüentavam a sua casa?

A SRA. VERA – Não

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De onde é que a senhora conhece?

A SRA. VERA – Da rua, junto com ela.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Moram na mesma rua?

A SRA. VERA – Não. Mas elas moram em outra vila, mais para a frente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, então, de que rua? Da Câncio Gomes?

A SRA. VERA – Eu conheci na Câncio Gomes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando a senhora esteve lá, elas estavam lá?

A SRA. VERA – Eu procurava ela muito. Eu ia quase toda noite para lá. Eu saía só de madrugada, e encontrava sempre essas outras gurias lá também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto tempo a senhora ficou procurando a sua filha?

A SRA. VERA – Quase quinze dias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora ouviu falar em Janaína?

A SRA. VERA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que fazia essa Janaína?

A SRA. VERA – Diziam que estava com ela, depois não estava, porque eu peguei ela na casa de outra pessoa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que pessoa é essa?

A SRA. VERA – Do Pires.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando pegou a sua filha ela estava na casa do Pires. A senhora sabe se o Pires mantinha relações com ela?

A SRA. VERA – Acho que não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que não?

A SRA. VERA – Ela é racista.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mesmo se ele pagasse? Todo esse sexo era pago, não é?

A SRA. VERA – Mesmo assim, acho que não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora recebeu alguma ameaça?

A SRA. VERA – De dentro do presídio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De quem?

A SRA. VERA – Do Luiz Armando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele mandou alguém à sua casa lhe ameaçar?

A SRA. VERA – Não, pegar a guria nas ruas, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E quem levou essa ameaça para a senhora.

A SRA. VERA – Ele mesmo me ligava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele ligava do presídio?

A SRA. VERA – Hum hum!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a senhora tem o telefone para o qual ele ligou?

A SRA. VERA – Eu já vendi ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas qual era o número?

A SRA. VERA – 914-2618.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a senhora teve esse telefone por quanto tempo?

A SRA. VERA – Uns quatro ou cinco anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – 914-266...

A SRA. VERA – E 14.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – 914-26614?

A SRA. VERA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas não é celular?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É o número da sua casa?

A SRA. VERA – Não. É 914-186... Não lembro mais agora.

A SRA. **A SRA. RELATORA** (Maria do Rosário) – Mas esse telefone é muito importante.

A SRA. VERA – Eu vendi esse telefone assim...

A SRA. **A SRA. RELATORA** (Maria do Rosário) – Mas não tem problemas. A senhora vai lembrar.

A SRA. VERA – É mais fácil perguntar para ela. Ela que sabe melhor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a sehora lembra.

A SRA. VERA – Não lembro mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por que a senhora vendeu o telefone?

A SRA. VERA – Por causa dessas coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por causa das ameaças?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é muito importante, Senadora Patrícia, que ela lembre.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Claro!

A SRA. VERA – Vendi porque não agüentava nem mais atender o telefone.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A senhora vendeu como?

A SRA. VERA – Vendi na rua, assim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não sabe para quem?

A SRA. VERA – Vendi por R$40,00. Não vendi, dei ele.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Por quê?

A SRA. VERA – Porque eu não agüentava mais aquilo ali. Era muita ligação, muita gente me ligava dizendo coisas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que tipo de coisas?

A SRA. VERA – Que eu tinha mais filhos; que não ia durar muito tempo aquilo ali; que era uma tempestade num copo de água e que logo iria passar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas ameaçando?

A SRA. VERA – Sim, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas me diga: é 914...

A SRA. VERA – Não me lembro, não adianta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então´, vou lhe dar mais um tempo para lembrar.

A SRA. VERA – Não vou lembrar. Sou muito ruim para guardar telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Às vezes me esqueço também de um número...

A SRA. VERA – Nem o meu não estou lembrando direto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem um outro?

A SRA. VERA – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o outro?

A SRA. VERA – 917180 21.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguém lhe telefonou para esse número?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eles não têm esse número?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou precisar que a senhora descubra esse telefone, vamos ter que pensar sobre ele, porque esse telefone tem a comprovação de que a senhora recebia as ligações lhe perseguindo.

A SRA. VERA – Mas eu não tenho o número.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando que a senhora vendeu o telefone?

A SRA. VERA – Faz tempo já, uns 6 ou 7 meses.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas a senhora deve se lembrar para quem deu o número desse telefone, para algumas pessoas amigas certamente a senhora deu.

A SRA. VERA – Dei.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A senhora poderia dar o nome de uma dessas pessoas para que nós nos informássemos do telefone? Algum parente, alguma pessoa da família, alguma vizinha, alguma amiga?

A SRA. VERA – Depois eu botei tudo fora, eu troquei. Era só eu e meu irmão que tínhamos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quero saber o nome de alguma pessoa amiga, conhecida ou familiar que tivesse esse número de telefone.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Um esclarecimento. D. Vera é o nome? A SRA. acredita que a adolescente nº 1 saberia o número?

A SRA. VERA – Ela sabe.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com certeza?

A SRA. VERA – Com certeza.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então temos, Srª Presidente, como conseguir esse número.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua filha usava esse telefone?

A SRA. VERA – Quando estava em casa usava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ela não levava com ela?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ela usava esse telefone para marcar agenda com os clientes?

A SRA. VERA – Creio que não. Depois muita gente ligava para lá. Muitos homens ligavam para casa. Foi por isso que vendi também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem lhe telefonou? A senhora lembra do Luiz Armando. Quem mais? Pires lhe telefonou?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca lhe telefonou?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Zé lhe telefonou?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada, permita-me fazer uma pergunta sobre algo que não entendi direito. O telefone que a senhora vendeu é um celular?

A SRA. VERA – É.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A senhora vendeu e não sabe a quem? Passou no meio da rua e perguntou quem queria?

A SRA. VERA – Vim no centro vender e vendi para um cara que vende fichinha de vale transporte. Então, não sei como...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O número, que a senhora não lembra, e que vamos perguntar para a sua filha, estava no seu nome?

A SRA. VERA – Não, nem esse está no meu nome também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está em nome de quem?

A SRA. VERA – Peguei de segunda mão. Quando o meu marido morreu, ele deixou já para mim o telefone. Foi ele que comprou. Sei que era Valdinei só.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem, vamos localizar depois. Diga-me uma coisa, D. Vera, Crente lhe telefonou? Algum Crente lhe telefonou?

A SRA. VERA – Não sei lhe dizer. Assim, como assim, Crente?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Chamado Crente mesmo. Não é quem acredita em alguma coisa. Luiz?

A SRA. VERA – Só o Luiz Armando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só o Luiz Armando? Esse lhe telefonava com certeza?

A SRA. VERA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mais alguma pessoa? Janaína lhe telefonou?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mais alguma pessoa? Petiça lhe telefonava?

A SRA. VERA – Não, essas aí passam direto dizendo coisas lá, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que elas dizem na sua casa?

A SRA. VERA – Tudo que a senhora possa imaginar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por exemplo.

A SRA. VERA – Nome de tudo quanto é tipo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por quê?

A SRA. VERA – Para a Adriana, né?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora se sente ameaçada por ela?

A SRA. VERA – Não, por ela, não. Por essas gurias, não. Mas elas passam dizendo muita coisa na rua, dizendo que fulano vai sair e a Adriana não vai durar 2, 3 dias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vou lhe passar um número de telefone para que a senhora possa confirmar se é o seu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora conhece Sônia?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Lembro a senhora que não diga o nome da sua filha, para preservá-la.

É este o número?

A SRA. VERA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse é o antigo?

A SRA. VERA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já temos o número antigo.

Esse número era por cartão?

A SRA. VERA – Por cartão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seu telefone, então, não era de cartão?

A SRA. VERA – Esse outro também é de cartão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse também é de cartão.

Essa ameaça que chegou à senhora chegou só pelo telefone?

A SRA. VERA – Só por telefone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ninguém lhe procurou?

A SRA. VERA – Um dia, quando não estava em casa, a minha guria disse que passou gente e perguntou assim: "A mamãe está em casa? Então, vai ser hoje o dia".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora está com medo disso? Está preocupada com isso?

A SRA. VERA – Eu estou preocupada porque tenho mais filhos pequenos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos têm seus filhos?

A SRA. VERA – Sete, três, dois, dezoito, vinte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora permanece morando no mesmo lugar?

A SRA. VERA – No mesmo lugar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seu marido morreu de quê?

A SRA. VERA – Câncer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Faz tempo?

A SRA. VERA – Vai fazer três anos agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora ficou sozinha? A senhora trabalha em quê?

A SRA. VERA – Não trabalho. Sou dona de casa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só cuida das crianças?

A SRA. VERA – É, e tenho peças de aluguel.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A senhora tem alguma pensão?

A SRA. VERA – Não. Estou com advogado ainda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por enquanto, é isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dona Vera, vou lhe passar uma lista e vamos conversar sempre me referindo ao nome dessas adolescentes aqui indicadas. Procure sempre tomar muito cuidado e sempre se referir à numeração e jamais ao nome delas.

Antes de mais nada, eu quero agradecer-lhe, pois sou mãe de três adolescentes.

A adolescente com quem conversei não está nessa lista, mas é muito próxima da senhora. Há um vínculo consangüíneo, e confesso que me surpreendeu, pois é forte, corajosa e tem uma boa imagem do pai.

Algumas coisas que ela me colocou estão conflitando um pouco com o seu depoimento. Então, é preciso confiar, D. Vera. Agora é o momento, agora é a hora, assim como a adolescente nº 1 – vamos chamá-la assim – confiou em mim. Sempre quando eu perguntava se ela estava dizendo a verdade, de forma espontânea, falou: "Em nome do meu pai, é verdade".

A SRA. VERA – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi aí que percebi que a imagem do pai é forte. Então, também faço este apelo, em nome dele, da imagem que ela tem dele: colabore conosco. Ainda que muitos aqui, seja nesta cidade ou em qualquer lugar deste País, não acreditem na punibilidade, é preciso acreditar, para que mais crianças e adolescentes não sejam vítimas de uma atitude como essa.

A adolescente nº 1 me falou que, quando perdeu a virgindade, teria sido com o namorado. De imediato, não foi conversado isso, mas que, depois, ela colocou isso, conseguiu conversar, e a senhora chegou a orientar: "Minha filha, então, usa camisinha".

A SRA. VERA – Eu orientei antes de acontecer isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Exato. A senhora confirma isso?

A SRA. VERA – Confirmo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso é muito importante para confirmar a minha credibilidade com relação a essa adolescente, porque, há pouco, veio um depoente que tentou desacreditá-la e colocar para a opinião pública que eram prostitutas e não prostituídas. Inverte-se o papel: em vez de vítimas, são culpadas de tudo isso, de gerar todo este transtorno na vida de todo mundo. É um assunto doído, mas precisamos ter a coragem de enfrentá-lo. Isso, pode ter certeza, é difícil para todos nós.

A SRA. VERA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela me informou também que a senhora só tomou conhecimento de que ela fazia programas quando foi detida em uma blitz e foi para a delegacia. A senhora confirma isso?

A SRA. VERA – Sim, porque fui um montão de vezes atrás dela. Aí, peguei as duas delegacias, a 4ª e a da Vila dos Papeleiros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Certo.

A SRA. VERA – Quando eu peguei a primeira vez, foi na delegacia...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora desconfia de que ela usava drogas?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela foi categórica. Ela disse que não, e foi nesse momento que ela usou o nome do pai, mas que ela foi muito tentada a usar.

A SRA. VERA – Droga ela não usa, nunca usou; odeia droga.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela confirma também, com relação ao cabeleireiro chamado Pires, que ele também tentou manter relação com ela, e ela foi do jeito que a senhora colocou. Ela disse: "Eu sou racista".

A SRA. VERA – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Bateu. Então, percebe-se que a coisa está encaixando.

Então, por gentileza, esclareça-me o seguinte: a senhora nos informou há pouco que, por meio daquele

telefone que a senhora confirmou que era seu, a senhora recebia ameaças do Sr. Luiz Armando.

A SRA. VERA – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Detalhe para mim. De que forma vinha essa ameaça? Ele já ligava se identificando, ele...

A SRA. VERA – Quando ele falava comigo, ele falava numa boa, né?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como numa boa?

A SRA. VERA – Dizia que era para eu ir ao fórum, isso e aquilo; dizia que ia retirar não sei o quê. E, quando ele pedia para falar com ela, ele dizia um monte de coisas, coisas assim que não dá nem para repetir.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por gentileza, repita porque vai nos ajudar, para formar o perfil dele.

A SRA. VERA – Que quando ele sair, que ela não vai durar muito tempo e que ia fazer tudo que já tinha feito com ela de novo, que ela não ia ficar muito tempo solta. Ou ficava com ele ou ela ia para baixo do chão.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Veja se a senhora confirma esta versão colocada pela adolescente. Houve a prisão do cabeleireiro Pires e houve a prisão da Janaína. A mãe da Janaína esteve em sua casa ameaçando-a e a adolescente nº 1, culminando com a ida da senhora e da adolescente ao Fórum para desdizer o que a senhora tinha dito.

A SRA. VERA – Tudo isso aí.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por favor, confirme sim, para ficar registrado.

A SRA. VERA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Que tipo de ameaça a mãe da Janaína colocou? Seja expressa. Como foi a abordagem?

A SRA. VERA – Ela disse que filha dela não ia ficar na cadeia e que, se nós quiséssemos ficar lá, era para contribuir com eles.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Contribuir com quem?

A SRA. VERA – Ela levou ela até na rádio. Chegava lá, pegava e levava, sem mais nem menos. E disse para a gente negar tudo lá no Fórum.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E assim a senhora fez?

A SRA. VERA – Eu fiz, não tinha escolha, né?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nesse dia, ela acompanhou a senhora e a adolescente nº 1 até o Fórum? Ficou acompanhando para ter a certeza de que ia ser dito o contrário?

A SRA. VERA – Isso. Foi uma kombi lotada. Eu e ela fomos de ônibus. Lá, todo mundo se encontrou e houve aquilo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Com relação a essa lista que eu lhe dei, tive informação de que a adolescente nº 1 e a adolescente nº 6 iniciaram a sua filha nos programas. A senhora sabia disso?

A SRA. VERA – Eu não sabia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O que a senhora sabia de cada uma delas que seria interessante para esta CPMI? Quais delas usavam drogas? Quais delas saíam com o motorista? Se a senhora sabia o nome de alguns desses motoristas.

A SRA. VERA – Eu sabia que elas usavam droga e se prostituíam.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – De 1 a 6?

A SRA. VERA – De 1 a 6.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sem exceção? Isso confirma também, Dona Vera, a informação da adolescente.

A SRA. VERA – Todas elas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Conversando com a adolescente, ela disse que teria feito programa com três motoristas. Um deles se chamava Flávio, era branco e, na primeira vez que fez esse programa, ele estava acompanhado de um travesti, conhecido da cidade, e ela estava com um menino. Ela comentou isso com a senhora?

A SRA. VERA – Comentou.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora poderia dar mais informações?

A SRA. VERA – Ela só comentou que fez programa com ele e o Davi... e o outro guri também tinha feito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Muito cuidado para não falar o nome.

Ela falou em dois Flávios. A referência foi Flávio branco, Flávio moreno e um terceiro motorista, que era baixo, gordo e careca, cujo nome ela não sabia.

A SRA. VERA – Comigo ela não comentou isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não houve esse comentário.

A SRA. VERA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O depoente que a antecedeu nos informou que a conheceu da seguinte forma: ele foi deixar a adolescente em casa, a senhora estaria na porta, e ela indicou: aquela é minha mãe. Ele informou a posteriori que sempre cruzava com a senhora na rua. A senhora confirma isso?

A SRA. VERA – Cruzar na rua, nunca nos cruzamos. Ela que me apresentou ele lá em casa mesmo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele chegou a sair do táxi?

A SRA. VERA – Saiu.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Entrou em sua casa?

A SRA. VERA – Sim. Nós estávamos fazendo churrasco. Era noite de Natal. Ele jantou lá e tudo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Chegou a jantar?

A SRA. VERA – Chegou

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora serviu churrasco?

A SRA. VERA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele chegou a ajudar em casa com alguma despesa?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Além dessa confraternização natalina, teve outras ocasiões em que esse senhor, deixa só eu repetir o nome dele para ficar registrado, o Sr. Luiz Armando, esteve na sua casa?

A SRA. VERA – Duas vezes ele veio trazê-la para mim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tornou a entrar?

A SRA. VERA – Não, só a deixou na porta.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, repetindo. Das três vezes, uma ele entrou, comeu churrasco, duas vezes na porta e depois voltou. A senhora teria alguém que confirmasse essa sua versão? Primeiro, de que houve essa confraternização natalina? Alguém mais estava na sua casa?

A SRA. VERA – Tenho, mas agora não posso lhe dizer.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Tudo bem. Por gentileza, depois a senhora escreva num pedaço de papel para alguém confirmar essa sua versão, por gentileza.

Sua filha chegou a ficar alguns dias morando, não sei se essa é a expressão que vocês usam aqui, na casa da Janaína? Ela tinha o hábito de sair de casa e passar vários dias sem...

A SRA. VERA – Nesses quinze dias em que ela saiu ela ficou lá sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi exatamente esse o número de dias que ela me falou.

A SRA. VERA – Esses dias ela ficou lá por essa vila...

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Na Vila dos Papeleiros?

A SRA. VERA – Não. É atrás do Sesi, Mário Quintana.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Era lá onde a Janaína morava?

A SRA. VERA – Não sei nem onde ela mora.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora acredita que a Janaína arranjava os programas não só para a sua filha, mas para todas essas aí que listei para a senhora?

A SRA. VERA – Teceram comentários, mas não cheguei a ver nada. Então, não posso falar, porque não cheguei a ver isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vou lhe mostrar uma fotografia. Acho que a senhora teve contato com essa pessoa.

A SRA. VERA – Nunca vi.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Segundo a sua filha, ele foi uma das pessoas com quem ela fez programa. Essa pessoa é muito conhecida aqui, na capital do Estado, influente inclusive, e que também faz ameaças.

Diga-me uma coisa, Dona Vera. Antes desse envolvimento afetivo com o Sr. Luiz Armando, a adolescente chegou a comentar quem era a outra adolescente com quem ele se relacionava anteriormente?

A SRA. VERA – A número 1.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Exatamente. O que a senhora pode me informar com relação à número 1? O que ele teria feito para ela?

A SRA. VERA – Disse que tinha batido nela, pegado pelos cabelos na rua, jogado contra a parede, um monte de coisas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por que ele teria feito isso?

A SRA. VERA – Não sei, não estava junto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas ela não chegou a comentar porque ele teve essa reação tão violenta? Ela chegou a comentar que essa adolescente número 1 teria roubado, tirado...

A SRA. VERA – Ah é, roubado droga.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora lembra o valor?

A SRA. VERA – Não sei. Sei que se refere a droga.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela falou que essa adolescente teria tirado dele mil reais.

A SRA. VERA – Não estava sabendo, sabia que era droga.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Droga também. Ele também usava droga?

A SRA. VERA – Que eu saiba, nunca o vi usando.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sim, mas a adolescente chegou a comentar o quê com relação a essa questão de drogas?

A SRA. VERA – Que ele vendia, só.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Vendia para quem? Ela chegou a comentar?

A SRA. VERA – Não. Ela não me falava muita coisa sobre isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Fui informada também que está tendo uma contradição. Que ela saía por volta das 5h30, retornando às 20h, de modo que a senhora não sentia a falta dela, porque no período noturno ela estava em casa. É verdade isso?

A SRA. VERA – Isso é verdade. Ela saia inclusive até com o primo dela e mentia para mim que trabalhava de engraxate.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Por gentileza, D. Vera, repita.

A SRA. VERA – Ela dizia que estava trabalhando de engraxate com o primo dela.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Trabalhando como engraxate durante o dia?

A SRA. VERA – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – À noite, ela estava em casa?

A SRA. VERA – Isso.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela só passou a se ausentar nesses quinze dias que ela ficou na casa da Janaína. Até então, não era hábito...

A SRA. VERA – Não, ela não saia assim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Não saia. A senhora poderia me dizer o nome desse primo.

A SRA. VERA – É Miquéias.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela tinha outro primo que encontrava na rua? Porque ela me citou o nome de um primo.

A SRA. VERA – O Miquéias e o gordo, que eu não sei o nome dele.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela só sabia o primeiro nome, que foi quando ela conheceu esse menino, que estava na companhia desse primo dela.

A SRA. VERA – Eu acho que foi mesmo, porque ela trouxe ele um dia para dormir lá em casa. Aí deixei ele pousar uma noite e, na outra noite, eu disse para ela: "Não, não dá mais, né?"

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Era essa a expressão que eu queria lembrar "pousar".

Quantas dessas adolescentes pousaram na sua casa ou quanto esse menino pousou na sua casa?

A SRA. VERA – Ele pousou na minha casa assim não direto, mas umas três, quatro vezes. Aí eu dizia para ele: "Olha, no outro dia tu vais embora para tua casa". Quando eu via, ele estava deitado lá em frente da minha casa, dormindo.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Repetindo a pergunta: dessas seis adolescentes, alguma delas pousou na sua casa?

A SRA. VERA – Não o tempo que eu morei lá.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só o menino?

A SRA. VERA – Sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – No máximo três vezes.

A SRA. VERA – É.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Aí a senhora pediu para que ele ...

A SRA. VERA – Sim, porque daí ela saia junto com ele e demorava mais tempo, né.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora percebeu que a Adriana...

A SRA. VERA – Ela não saia arrumada nem nada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ela trazia alguma coisa de diferente para casa?

A SRA. VERA – Numa deixou transparecer nada.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Roupa diferente, objeto diferente.

A SRA. VERA – Sim, ela trazia calçado. Dizia que tinha comprado com o dinheiro que tinha engraxado. Essas coisas assim ela dizia sempre. Eu dizia para ela: "Mas tu estás engraxando demais, né?" Aí ela dizia: "Não, mas é verdade, quer ir perguntar, pode ir". Eu perguntava para o primo dela e ele confirmava que sim.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O primo confirmava.

A SRA. VERA – Hum hum!

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora acredita que o primo também sabia?

A SRA. VERA – Sim, ele sabia.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Além dessas que eu citei para a senhora, a senhora acredita que tenha mais jovens envolvidas?

A SRA. VERA – Que eu conheça são essas daqui.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas a senhora acredita que além dessas tenhas outras?

A SRA. VERA – Ah, tem mais, mas nomes eu não sei, né?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Bem mais.

A SRA. VERA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Se a senhora lembrar de algum nome pode colocar por escrito.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso, se porventura ficou faltando algum nome.

A senhora manteve contato com alguma das mães dessas meninas que também saiam à cata de suas filhas, procurando?

A SRA. VERA – Pelo contrário, nenhuma saia à cata. Quando eu chegava na casa delas, elas diziam assim: "Deixa! Vai para a tua casa, quando ela sentir saudade ela vai para casa. Não fica se estressando atrás".

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora poderia me dizer, escrever, qual era a mãe que lhe falou isso? Qual delas?

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A de nº 1, 2 ou 3. Qual foi a que lhe disse isso?

A SRA. VERA – A da 3.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Foi? Quem mais lhe desencorajou de sair procurando?

A SRA. VERA – A da 3 e a outra não está aqui.

A SRA. – Está faltando nome então?

A SRA. VERA – É.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A senhora pode colocar o nome ou então dizer?

A SRA. VERA – Não, é que eu só ia assim procurar ela né, aí eu chegava lá e eles me diziam assim. O nome delas eu não sei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora chegou a procurá-la na Vila dos Papeleiros?

A SRA. VERA – Não, lá foi o meu filho que foi buscá-la e tomou um tiro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora nunca chegou a ir a essa vila?

A SRA. VERA – Nunca entrei.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nunca entrou.

A SRA. VERA – Nunca entrei nem quero entrar.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – É tão ruim assim, lá?

A SRA. VERA – Só de passar na rua já é uma coisa, imagina lá dentro como é. Então, eu nem pretendo nunca entrar lá. Meu guri recém agora, esta semana, fez cirurgia para repor o intestino no lugar. É muita coisa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Só para concluir, D. Vera, eu gostaria de agradecer. Eu perguntei para a adolescente nº 1 o que ela pensava do futuro. Ela tem planos de refazer a vida, estudar. E perguntei com relação a essas meninas, ela disse que, dificilmente, elas sairiam. Ela disse que todas continuam fazendo programa. A senhora confirma isso?

A SRA. VERA – Vê eu não vejo, mas elas passam na frente da minha casa, de ônibus, sempre no mesmo horário ainda.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ou seja, apesar de toda a repercussão que teve ou está tendo o caso, elas continuam em situação de risco.

A SRA. VERA – A mesma coisa.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – E ela fez uma colocação que achei muito forte.

A SRA. VERA – Tem até a mãe da nº 2 que, às vezes, vai junto.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Isso é importante.

A SRA. VERA – Passa na frente da minha casa. A minha casa é bem na frente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Mas vai junto no programa?

A SRA. VERA – Vai junto lá para o tal de ponto esse.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A senhora sabe a idade da adolescente nº 2?

A SRA. VERA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tem alguma idéia se ela é mais ou menos da idade da sua filha?

A SRA. VERA – Eu acho que ela é menos.

A SRA. – PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mais nova.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Então, ela vai para o ponto fazer programa?

A SRA. VERA – Ela vai sempre junto com a guria.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – A senhora não sabe informar se ela também participa dos programas.

A SRA. VERA – Acho que sim, porque tem muita gente que comenta que ela também vai.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Quem faz esse comentário? O pessoal da vila.

A SRA. VERA – O pessoal da vila.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Concluindo o meu raciocínio, ela colocou exatamente isso: que ela acha difícil essas adolescentes saírem, porque é uma dependência não só com a droga, muito grande. Elas têm uma necessidade de voltar a utilizar algum tipo de química e que elas não têm alternativas. A senhora concorda com isso?

A SRA. VERA – Eu acho que sim, porque, se a gente luta junto, elas têm que sair. Agora, se deixar, ficar parada, não sai nunca.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada, Dona Vera.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pergunto aos parlamentares se alguém deseja fazer mais alguma indagação.

Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, de toda forma, penso que a senhora tem que buscar realmente apoio para a sua família. A senhora é uma mulher sozinha com seus filhos. Merece apoio institucional do Poder Público. Essa é a idéia de que uma família tem que estar protegida, a senhora está fazendo uma boa caminhada no sentido de manter a sua família. Reconhecemos isso. Talvez isso possa significar muito pouco, mas a senhora está contribuindo para esse trabalho. Que a senhora fique em contato com as autoridades, não se deixe intimidar e procure manter informadas as autoridades sobre a sua situação. E procure entrar nos programas públicos, através do próprio Década, do próprio atendimento que a senhora teve, e garantir que possa ter apoio social para lhe ajudar no cuidado com seus filhos pequenos.

Desejo tudo de bom para a senhora. Uma boa sorte.

A SRA. VERA – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dona Vera, obrigada. Também queria agradecer em nome de todos nós que fazemos parte da CPMI, desejando à senhora realmente conseguir recompor a sua família, que está passando por um momento difícil. E todos somos solidários e o nosso trabalho tem sido nessa direção e nesse sentido.

Portanto, o seu depoimento e as suas palavras são muito importantes para que possamos continuar com muita força, coragem e determinação esse trabalho que estamos fazendo.

Muito obrigada.

Drª Leslie, Drª Dulcídia, pediria para entrar agora o delegado, Dr. Paulo César Jardim. (Pausa.)

Dr. Paulo, tem aqui um termo de compromisso, que o senhor deve assinar, comprometendo-se, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade. A assinatura é aqui. A idade: 51 anos; a identidade; o endereço residencial, bairro; a sua profissão: delegado de polícia.

Antes de iniciar, queria agradecer ao senhor por estar aqui mais uma vez, todos nós reconhecemos o trabalho que o senhor vem realizando em busca de ajudar também a buscar essas crianças e adolescentes todos que estão nas ruas, o seu depoimento, o seu trabalho tem sido muito importante para essa causa, que hoje já tem ganho vários aliados nessa mesma luta.

Antes de começarmos algumas perguntas e indagações, o senhor poderia relatar um pouco daquilo que já sabe, da sua experiência, para que, em seguida, pudéssemos fazer as perguntas.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Primeiramente, quero dizer da minha satisfação em participar desse processo, que para mim é fundamental, haja vista essa realidade que tenho vivenciado aí fora. Quero cumprimentar e quero que as senhoras me perdoem por privilegiar esse cumprimento à Deputada Maria do Rosário, que é um expoente aqui no Rio Grande do Sul, e nós que a admiramos tanto por liderar aqui no Rio Grande essa campanha, esse trabalho de combate ao abuso e à exploração sexual. A Deputada Maria do Rosário tem sido exemplo para todos nós e, de imediato, assim que ela me convocou, coloquei-me à disposição. Estamos trabalhando juntos já há algum tempo, e tive, inclusive, a satisfação e a honra de recebê-la em meu gabinete, onde ela foi conhecer o Secopi, que é um órgão que foi instalado no Rio Grande do Sul, inédito, chamado Serviço Especial de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil. É um órgão que criamos no início do ano, em torno de janeiro ou fevereiro. Temos no Estado o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente, que é o Deca, que tem compromisso com esse tipo de problema, da criança problemática, mas havia necessidade, haja vista a repercussão do primeiro caso que foi abordado aqui com o Delegado Zucco. Teve uma repercussão muito grande porque envolvia esses taxistas e envolvia principalmente esse travesti conhecido em Porto Alegre. Então, conversamos e chegamos à conclusão de que se fazia necessário criarmos um segmento eminentemente operacional ligado ao Departamento que dirijo e que fôssemos trabalhar somente fazendo operações com prisões. Íamos, em um determinado momento, mudar a idéia, mudar a cara de Porto Alegre, pelo menos o centro de Porto Alegre, ou pelo menos esse quadro de prostituição que a nós agredia muito. Então, foi montado esse Secopi no nosso Departamento, pincei alguns policiais, até porque leciono na academia há alguns anos e conheço o nosso time, que teriam características, perfis, que se adequariam a esse tipo de trabalho, porque para lidar com criança, com adolescente tem que ter alguma sensibilidade. Algumas moças, algumas senhoras também foram convidadas a trabalhar no Secopi e aceitaram esse trabalho. Em montando esse grupo de trabalho, a nossa primeira providência foi mapear Porto Alegre. O que fizemos? A Deputada Maria do Rosário conhece, temos um mapa de Porto Alegre, onde, em função das denúncias que tínhamos, em função das ocorrências que tínhamos e em função de algumas denúncias que o Deca estava recebendo, mapeamos com pontos toda a cidade de Porto Alegre, pela tipificação de ilícitos que estavam acontecendo.

Marcamos os casos de pedofilia, que era um botão azul. Não lembro exatamente as cores, mas, por cores diferentes, pedofilia, abuso sexual e exploração sexual. E, cada uma dessas ocorrências e denúncias que tínhamos, fomos mapeando. Hoje, se chegarmos na sala do Secopi, temos condições de olhar o mapa e ver qual a tipificação de ilícito mais denunciado e aqueles casos que já apuramos.

Digo que, com a divulgação desse trabalho, dobrou, triplicou o número de ocorrências, mas, por outro, notamos que 80 a 90% das denúncias – e conferimos uma por uma, todas elas, com relatório; a equipe vai no local e faz o relatório – são denúncias falsas, vamos dizer assim. São, por exemplo, donos de bar, de boates, de restaurantes que denunciam outros concorrentes, ou são vizinhos que denunciam a filha da vizinha que não volta. Então, já dizem que tem tráfico e prostituição. São pessoas que namoram na porta do prédio, então já dizem que isso é prostituição.

Mas, independente dessas ocorrências, montamos um trabalho diferenciado.

Reconhecemos que o trabalho de polícia, pelo conhecimento que a senhora tem, imagina que o policial usa algema, revolver, pistola, enfim, essas coisas todas, esses instrumentos todos. Nós agregamos ao nosso instrumento de trabalho um que para nós era fundamental: nós queríamos robustecer de forma tal e qualificar de forma tal a prova daquele ato que estávamos fazendo que não deixasse a mínima dúvida. O Ministério Público, assim que recebesse um inquérito formalizado por nós ou aquele tipo de prova, não teria dúvida em constatar que ali estava um momento de abuso, ali estava um momento de exploração. Que instrumento foi esse? Uma filmadora. Bastante simples: uma filmadora.

Então, todas as nossas prisões, nós as fazíamos com filmagem.

Tenho alguns filmes, Senadora, de prisões em flagrante, em que encontramos as pessoas nuas, seminuas, transando com as adolescentes; as adolescentes colocando roupa; ou então algumas prisões em que a pessoa ainda está com a camisinha no pênis. Fazemos tirar a caminha. Isso tudo filmado. Temos isso porque duvido que alguém no Judiciário vá negar que estava abusando daquela criança se está ali a prova indiscutível. Talvez alegue um incidente de sanidade. Mas, para nós, o importante era isso.

E, independente disso, começamos a ouvir essas crianças, esses adolescentes explorados. Então, tenho alguns filmes – e posso ceder com o maior prazer, já ofereci isso para a Deputada –, das crianças dando os seus testemunhos de como começaram a se prostituir, de como fazem, e elas contam isso com a mesma naturalidade como se fossem discutir uma partida de futebol. Não há nenhuma preocupação em sonegar alguma informação. Elas contam, porque a vida delas é essa.

Começamos a fazer muitas prisões. Não saberia dizer agora exatamente quantas, mas seguramente em torno de vinte prisões seguidas. Prendemos desde pastores, taxistas, empresários, profissionais liberais. Todos esses inquéritos foram encaminhados para a Justiça. E uma coisa que me marcou muito e que para mim tem sido motivo até de uma certa agonia, é uma pergunta que tenho feito, em todos os momentos, nos lugares onde venho falar sobre esse assunto. A pergunta é a seguinte: e o depois? Porque prender a adolescente que está sendo abusada e prender o abusador ou explorador é fácil. O problema é que, dois ou três dias depois, essa mesma criança, essa mesma adolescente volta para o mesmo lugar. É um absurdo isso.

Para a senhora ter uma idéia – eu já externei isto em outros lugares –, num determinado momento eu me senti como se o abusador, o explorador dessas adolescentes fosse eu. Por quê? Porque, na minha função policial, elas seriam as minhas iscas, porque eu sei que elas estão lá, eu sei que essa menina que há pouco falou vai estar lá daqui a pouco, porque essa é a vida delas. E onde está a minha contestação?

Não existem nos órgãos governamentais, seja municipais ou estaduais, nenhum programa de forma tal que impeça o retorno delas para a rua. Isso me machuca, tanto que, num determinado momento, paramos um pouco as operações, porque não mudava muito. Algumas dessas adolescentes, dessas crianças já me chamam de tio Jardim. Algumas delas, logo depois da prisão, quando estamos formalizando o auto de prisão em flagrante, dizem: "Tio, eu quero um cheese, quero um refri, estou com fome".

Então, parece-me que se tornou uma coisa muito corriqueira, uma coisa muito caseira, as mesmas detenções, aliás, as mesmas apreensões, com pessoas diferentes, é claro, mas o quadro não muda.

Talvez a colaboração que eu pudesse dar neste momento para a CPI fosse exatamente neste sentido. Talvez estimular os governos estadual ou municipal no sentido de que montasse uma política pública para realmente tirar essas meninas das ruas.

A Suzana, num dia desse, estava me falando – e também ela é uma grande trabalhadora nesse sentido – que duas das nossas conhecidas estão grávidas, e é claro que elas nem imaginam quem é o pai. E o perfil dessas adolescentes, em regra, é bastante pobre; eu não diria pobre, mas miserável. Elas têm uma característica que sempre digo aonde vou: elas têm cheiro. Elas têm cheiro porque não tomam banho. Elas tem

cheiro porque moram em situações de dificuldade, moram em casebres. Imagino que o fogo seja fumaça. É uma coisa que a mim marca muito esse detalhamento. Se a senhora notar, essas adolescentes têm uma média de 10, 12, 13 ou 14 anos, mas uma aparência de 8 ou 9 anos. Não têm seios, não têm corpo, não têm nada. Usam chinelos de dedo, e, no meio dos dedos, eles estão encascurados.

Uma coisa interessante que noto é que a todas as pessoas que são presas, eu pergunto: "Tchê, tu tá maluco? O que tu tá fazendo com essa criança? Qual o porquê disso?" E a resposta, em regra, é mais ou menos assim: "Ah, Delegado, é uma aventura". "Ah, Delegado. É uma experiência." "Ah, Delegado, é uma fantasia." É claro que eu digo: "Agora, tu vai curtir a tua fantasia no presídio. Espero que alguém tenha" – não devia dizer isto, mas às vezes eu digo – "uma fantasia semelhante contigo quando tu estiveres lá, pernoitando algum tempo no presídio". Até porque é um momento de indignação ver esse tipo de comportamento.

Então, o Serviço Especial de Combate ao Abuso e à Exploração está funcionando a todo o vapor, mas, no momento, de certa forma, insatisfeito – se é que posso colocar dessa forma – porque nós não vemos complemento do outro lado.

E, se a senhora me permite, quero fazer a seguinte colocação – que é bastante forte: eu tenho participado de inúmeros debates, seja na Câmara de Vereadores, na Assembléia Legislativa ou em encontro com diversas ONGs e, nobre Senadora, eu vejo muitos discursos, vejo muito papo, vejo muitas pessoas discorrerem sobre o problema do menor, o problema do adolescente, o problema do abuso. E aí, às vezes, quando termina aquela pessoa de falar, eu pergunto: "Escuta, qual é o programa que tu estás fazendo? O que a tua ONG fez? Quantos vocês já tiraram das ruas?" "Ah, sim, nós estamos aguardando que venha verba não sei de onde, estamos aguardando não sei o quê". Em regra, todo mundo está fazendo discurso – alguns mais bonitos, outros não tanto –, todo mundo está extremamente preocupado. Eu vejo as pessoas e já sei mais ou menos de cor qual o discurso em relação ou o porquê da pobreza, por que existe esse tipo de prostituição, mas acho que está na hora de pensarmos no depois.

Enquanto a polícia repressiva, a Polícia Judiciária faz o seu papel – e acho que poderia fazer bem melhor se tivesse mais condições, como recursos humanos e recursos materiais –, de certa forma, num projeto inédito em nível nacional, como estamos realizando aqui, no Rio Grande do Sul; por outro lado, nós não vemos resposta desse trabalho. Tanto que eu me proponho, se for necessário, a sairmos nas ruas. Nós enxergaremos isso que estou dizendo.

Eram esses, então, os aspectos preliminares que eu gostaria de colocar antes de ser perquirido, no sentido de, primeiro, dizer que aqui, no Sul, nós já estamos trabalhando. Esse segmento do Secopi está no meu gabinete e não é um órgão tipo uma delegacia, que toma depoimentos, que faz investigações prolongadas. Não é essa a função. Para essa função, temos um Departamento específico, que é o Deca. Essa função é específica do órgão de proteção à criança. Nós criamos esse segmento para, exatamente, dar um reforço e ser um órgão eminentemente operacional, que eu conheço tão bem porque participo de todas – e, quando digo todas, nenhuma delas fica de fora – as operações, eu e a nossa equipe. Passamos as noites e as madrugadas fazendo campana em alguns lugares e, via de regra, obtemos êxito. Por outro lado, eu pergunto: êxito? E amanhã?

É dessa forma que eu gostaria de concluir neste primeiro momento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada. Eu compreendo a sua frustração.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Eu quero até pedir desculpas por ter-me manifestado dessa forma, mas é um pouco de indignação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Todos nós desabafamos em torno dessa causa.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – É um desabafo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tenho certeza, o senhor tem toda a razão em se sentir dessa forma. Mas, certamente, tem dado uma grande contribuição. Acho que isso, também, é muito importante.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Seguramente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra à Srª Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Srª Senadora.

Quero cumprimentar, também, o Delegado Paulo César Jardim e dizer do nosso respeito pelo seu trabalho e agradecê-lo pelas generosas palavras. Mas, especialmente, referir que, pelo menos onde estamos, estamos procurando fazer o máximo das atribuições que temos. Quero dizer que formamos um grupo significativo de Parlamentares e vamos procurar, com muito empenho, retirar da sociedade brasileira esse estigma de impunidade. Para isso, precisamos das operações muito bem organizadas, o que deve acontecer no nível local. E sua experiência aqui, do Secopi, é importante, na caminhada que estamos fazendo pelo

Brasil, no sentido de indicar o caminho da especialização, da agilidade nos procedimentos, porque durante muito tempo, Delegado, em todos os lugares onde vamos, no Brasil inteiro, observamos que os inquéritos polliciais são feitos de forma precária, até pelas dificuldades operacionais que as nossas polícias civis têm. Essas mesmas dificuldades, de efetivo e de condições de trabalho, muitas vezes encontramos também na Polícia Federal. Quando, em Foz do Iguaçu, estivemos numa região de fronteira, e mesmo em outros lugares, sentimos o empenho dos profissionais, mas verificamos que há dificuldades de efetivo, dificuldade de perícia. E, quando estamos, especificamente, com inquéritos sobre a questão da infância – e o senhor fez uma síntese perfeita –, verificamos que, frente a outros crimes, como tráfico de dogas, latrocínios e homicídios, essa circunstância fica diminuída no âmbito da ação policial.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – É verdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esses inquéritos que não dão resposta precisa acabam, quando são produzidos efeitos em termos de processo, depois acabam estabelecendo também procedimentos que não têm seqüência, que ficam paralisados. E nós temos tido acórdãos no Poder Judiciário que nos deixam também absolutamente preocupados. Há um sistema de impedimento da garantia das crianças e adolescentes no Brasil, e é um pouco isso que vamos apresentar ao relator da ONU na próxima semana.

Do ponto de vista concreto, Delegado Jardim, gostaria que o senhor abordasse, antes mesmo de tratar desse caso, da situação com que o senhor se deparou, e levou adiante com êxito, do pastor.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – A situação do pastor foi bastante interessante. Nós recebemos a denúncia – nós temos inúmeros casos parecidos com esse, Deputada – de alguns familiares de uma igreja evangélica aqui de Porto Alegre que o pastor, em determinado momento, aproveitava da crença, da confiança que obtinha junto às famílias e convidava as crianças, os filhos, para passear na casa dele, ou passear de carro, e, nesse momento, ele abusava sexualmente das crianças. Às vezes, ele ia fazer visitas aos pais, aos familiares, e estes precisavam sair e deixavam as crianças com o pastor, em casa, dando alguma aula, ensinado alguma coisa, fazendo catequese. Nesse momento, ele abusava das crianças.

Esse pastor foi denunciado pela própria congregação dele e fugiu. Ele foi embora para a Bahia. Tomamos conhecimento de que ele estava na Bahia e de que, em função de um processo de separação judicial, ele deveria voltar ao Rio Grande do Sul para participar de uma audiência. Como sabíamos de todo esse quadro, representamos pela prisão preventiva dele e, assim que chegou ao aeroporto – é claro que monitoramos todos os passos que deu da Bahia até Porto Alegre –, ele foi preso, com ordem judicial. Aliás, todas as prisões que fizemos ou foram com ordem judicial ou em flagrante, que não deixam dúvida.

Aquele caso do pedófilo, nós fizemos também mediante mandato judicial. Aquele senhor que tinha inúmeras crianças dentro de casa. Nós tínhamos o filme em que ele aparecia nu, dentro de casa, com as crianças nuas brincando com o pênis dele. Enfim, essas coisas todas.

Mas o caso do pastor, especificamente, foi dessa forma. Ele abusava em função da credibilidade que gerou no seio das famílias, das quais ele era, afinal de contas, o pastor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele está preso agora?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Ele está preso agora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo.

No caso esse que estamos analisando aqui, quero lhe perguntar a que o senhor atribui o fato de só ter um preso hoje, quando foram vários os taxistas arrolados?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Eu diria para a senhora, Deputada, que nenhum dos inquérito policiais foram feitos pelo Secopi. Em todos os inquéritos policiais, nós damos o passo inicial, fazemos as prisões e encaminhamos para a 4ª Delegacia ou, agora, encaminhamos para o Deca. Todas as formalidades são feitas nesses segmentos, porque é lá a competência. Somos, na realidade, um órgão de apoio que criou corpo em função do êxito de suas operações.

Mas o que me preocupa não é a elaboração da prova, é exatamente uma colocação feita pelo Delegado Zucco, quanto à tipificação do ilícito. Lembro que, logo no início, pegávamos o Código Penal, examinávamos em que artigo iríamos enquadrar, e encontrávamos dificuldade. Talvez no atentado violento ao pudor, e não era bem essa a tipificação, porque alguns legisladores pensam diferente. Então, fomos para o art. 244-A. Talvez, ali, encontremos alguma coisa. Ali, fala-se em abusar e explorar sexualmente a criança. E aí vem aquela discussão trazida pelo Delegado Zucco: até que momento ela está sendo abusada, até que momento ela está sendo usada? Claro, sabemos que é criança, não tem discernimento, ela tem que crescer, saber mais o que está fazendo. Mas, por outro lado, ela está ali por livre e espontânea vontade. Enfim, é a tese que os advogados estão defendendo hoje e que está

obtendo êxito na área judicial. Enquadramos, fazemos o enquadramento, porque é o que temos.

O que sugiro, respeitosamente, é que façamos um novo artigo, que seria o art. 244-B do ECA – creio que isso é possível, apenas um artigo –, no sentido de que possamos deixar de forma bem clara que praticar ato sexual com criança ou adolescente – talvez dessa forma, mas é claro que, tecnicamente, tem que ser diferente – tipifica o ilícito penal e a pena seria tal, tal, tal.

Talvez a palavra "abusar" ou "explorar"... Com esses dois verbos, estamos encontrando dificuldade. Nós, não, digo, o Judiciário está encontrando dificuldade em fazer a tipificação específica para aquele ato que está acontecendo. Talvez seja por aí.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acredita, portanto, que essa determinação é baseada na fragilidade da peça legal?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Na fragilidade da forma como foi montado esse artigo. Se conseguíssemos redigir um texto novo, um artigo novo, de forma tal que se fechassem todas as portas para esses argumentos, que já temos vários no Rio Grande do Sul, talvez esses argumentos nos servissem de instrumento para melhorar o nosso aparato jurídico, a nossa legislação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Delegado.

Está acolhida a sua sugestão.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr. Paulo, o senhor tem sofrido algum tipo de ameaça, em função desse trabalho que o senhor vem desenvolvendo?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Nenhum?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Não, nenhuma ameaça, de maneira nenhuma. Muito pelo contrário, o que temos recebido são muitos elogios, principalmente da Deputada, que nos dá um apoio muito grande, e temos recebido o apoio da comunidade gaúcha, muitos telefonemas. Não esperávamos a repercussão desse trabalho. E a repercussão se refletiu não só nos cumprimentos, em telegramas – essas coisas que normalmente acontecem –, mas no número de denúncias. E não conseguimos, ainda, montar esse projeto em nível estadual. Por enquanto, estamos só no nível de Porto Alegre. Talvez na grande Porto Alegre, no próximo semestre. Já estamos combinando com os diretores das regiões metropolitanas montar esse tipo de trabalho. Se nós conseguirmos colocar, em cada região policial, no interior do Estado, um segmento do Secopi ou um segmento destinado a esse tipo de trabalho, não tenho dúvida de que o reflexo será bem melhor.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor Luiz Armando, que foi depoente aqui, eu pedi que se levasse até ele a foto do travesti, e perguntei se ele o conhecia. São três fotos. Ele foi veemente em dizer que não o conhecia.

O senhor acredita nessa tese?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Olha, Deputada, já convivi e convivo, há tantos anos, com delinqüentes, e parece-me que ele não só é um delinqüente, como é uma pessoa doente, pela forma como se comportou, com esse tipo de perfil. Seguramente, ele estava mentindo. É raro alguém que faça os atos que ele faz dizer, naturalmente, que fez isso ou aquilo.

Em regra, as pessoas que gostam de contar os crimes são os estelionatários. Esses, sim, têm prazer em contar o ilícito penal que cometeram, mas o abusador sexual ou o homem violento que faz essas agressões, via de regra, nega.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor sabe o nome desse travesti?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Sei, claro.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – O senhor poderia...

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Adelmo – não saberia dizer exatamente a pronúncia do sobrenome – Schwazenbaut, alguma coisa assim.

Eu fui uma das pessoas que o prendi em sua residência, com ordem judicial, porque assim que o Delegado Zucco iniciou os trabalhos em janeiro em relação aos taxistas, naqueles depoimentos apareceu não só a menina que foi ouvida há pouco, como esse menino. Eles diziam que transavam com um velho veado. Tomei aqueles depoimentos. Li aqueles depoimentos todos, e tínhamos aquela noção: tem um velho veado. Mas o inquérito foi concluso, encaminhado à Justiça. Passados uns três ou quatro meses, em razão da ameaça a que essa menina estava sendo submetida, eles procuraram o Delegado Zucco mais uma vez. E, nesse depoimento, o Delegado Zucco teve a sensibilidade de imaginar – nós começamos a pensar – quem poderia ser. E, pela descrição, apareceu. E, quando mostramos a fotografia no meio de várias fotografias: "Conhece?" "Sim." "Quem é o velho veado, a que, na época, você se referia?" "Era esse."

Muito bem. Foi dada essa informação para a Justiça. Acabou o inquérito. Para minha surpresa, passados mais uns dois meses, recebi em meu gabinete alguns travestis que se diziam ameaçados, que se sentiam explorados, que se sentiam chantageados por um travesti – talvez até em função do Secopi, do trabalho e

todas as prisões que fazíamos. Fiz um ofício, porque, no nosso segmento, como disse, não fazemos inquérito. Encaminhei ao Delegado Zucco, até porque era da área dele, para que tomasse esses depoimentos. Ele começou a tomar depoimento dos travestis, e as denúncias começaram a aparecer. Todos os travestis, não só os que estavam presos, como os que foram ouvidos, começaram a denunciar que esse Adelmo, que é líder de uma comunidade de travestis de Porto Alegre, não só extorquia, como abusava sexualmente de crianças.

Então, nós representamos, o Delegado Zucco representou – nós, sempre conversando, mas a formalização feita por ele – judicialmente pela escuta do telefone desse Adelmo. Aí foi a pedra de toque. Aí começou a aparecer esse Adelmo, contando a forma como transava com as meninas, o que ele tinha feito. "Rebentei a fulana, porque a fulana era assim, era assado. Quantos anos tem? Eu tenho de tal tamanho." Ele começou a contar uma série de circunstâncias.

Muito bem. Até então, nós já sabíamos que ele era envolvido com adolescentes e com os taxistas. Nós chamamos essa menina mais uma vez, e ela foi ouvida. E, sendo ouvida, ela nos contou a forma como ela e esse menino transavam com o Adelmo, travesti conhecido em Porto Alegre, e mais um taxista chamado Flávio. Um transava no banco da frente, outro transava no banco de trás. Nas mais diversas formas, eles transavam.

Lembro que, na época, conversei com o Delegado Zucco e perguntei sobre a pertinência de ouvirmos esse menino, até porque ele tinha oito anos para nove anos. O Delegado Zucco me disse: Olha, acho que não é o momento, até pelo abalo emocional em que ele se encontra. Nós sabíamos, com perdão da expressão, que o ânus do menino já não era mais ânus, tinha virado uma cloaca. Esse era o termo que se usava, tal o estrago que tinha acontecido.

Mas, quando o Delegado Zucco mandou o inquérito para a Justiça, isso deve fazer uns três ou quatro meses, o Ministério Público requereu que fosse ouvido esse menino, com todas as cautelas pertinentes, é claro. Então, o Delegado Zucco tomou a providência não só de ouvir o menino – acompanhado, é claro, pela assistente social –, mas de pedir que ele fizesse um auto... Primeiro, narrasse o que fazia com esse travesti, que ele chamava de puto velho. O menino narrou. Temos depoimento disso. Depois, fez o reconhecimento. Esse mesmo reconhecimento e esse mesmo depoimento, mais ou menos similares, foram feitos na delegacia de polícia por uma das adolescentes, filha da senhora que depôs há pouco, contando, mais ou menos, da mesma forma. Aliás, essa menina, ali fora, há pouco, me contava – daquele jeito que a senhora conversou com ela –, bastante descontraída e corajosa, algumas coisas que tenho até vergonha de dizer pelo linguajar dela: "Não. O Fulano fazia assim, fazia assado. Pedia até que beijasse". Essas coisas assim, narrando o ato sexual, que esse travesti – repito: Adelmo Schuazenbaut, alguma coisa assim – conhecido como Marcele. Por esse nome, ele é conhecido em Porto Alegre.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Apesar de todas essas denúncias, ele chegou a ser preso ou ouvido? A informação que tenho é a de que ele esteve hoje aqui, em plenário.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Para minha surpresa, ele estava aqui, em plenário. A senhora não me pergunta, mas lhe digo: como eu me senti e algumas pessoas se sentiram, recebi isso como uma agressão não só às pessoas de bem, mas até a esta própria CPMI. Achei uma agressão muito forte. Ele já foi preso por exploração. Na época, o enquadramos em cinco ou seis artigos. Se a Suzane pegar minha agenda, direi, porque relacionei, mais ou menos, para não esquecer. Ele foi preso. No momento em que íamos representar pela prisão preventiva dele, por um equívoco – quero usar esse termo do Judiciário –, ele foi solto um dia antes. Lembro-me que, na época – vou pegar meus óculos para enxergar –, ele foi preso e enquadrado por extorsão, em função da extorsão que ele fazia em relação aos outros travestis. Os travestis, para trabalhar na rua, tinham que dar uma quantidade em dinheiro para ele. Se não dessem, apanhavam de pessoas que ele mandava bater.

Em uma das gravações que fizemos por ordem judicial – imagino que esta CPMI já tenha essas gravações –, ele diz literalmente: "A travesti fulana tem que pagar uma multa de R$1 mil porque não se comportou".

Então, ele foi enquadrado por extorsão, atentado violento ao pudor – tipificação que, mais ou menos, se aproxima –, por estupro, pelo art. 244 do ECA, e também por favorecimento pessoal. Tínhamos informações, inclusive dos próprios travestis, que ele escondia travestis foragidos do sistema judiciário na casa dele. Essas foram as tipificações e os enquadramentos que fizemos à época. E ele foi preso por isso. Imagino que agora esteja respondendo o processo em liberdade, que é um direito de todo cidadão, afinal de contas, o Judiciário entendeu dessa forma. Eu não contesto decisão do Judiciário. Só lamento o fato a que assisti hoje, nesta Casa – uma Casa de respeito –, imbuído do espírito que todos temos, não tenho a menor dúvida: vê-lo aqui presente. Pareceu-me uma afronta a tudo o que estamos fazendo. Foi como me senti.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Dr. Paulo, eu gostaria de fazer mais dois questionamentos. O senhor acredita que ele é uma pessoa influente?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Não tenho dúvida que seja.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Ele é conhecido no meio policial? Ele teria algum tipo de acobertamento?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Para a senhora ter uma idéia, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na última administração, colocou-o na Academia de Polícia Militar e na Academia de Polícia Civil na condição de professor. Para verem como ele é conhecido no Rio Grande do Sul. Para se ter uma idéia, ele deu uma entrevista, na época, aos jornais, que foram recortados – todos os alunos da academia tinham –, em que ele dizia que não tinha conhecimento jurídico e técnico nenhum, até porque não podia ter, mas que tinha 30 anos de rua, o que era suficiente para ensinar as pessoas.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Como se dava o envolvimento desse travesti com os motoristas de táxi e as adolescentes?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Eles já se conheciam. A informação que tenho, por meio do Delegado Zucco, é a de que alguns motoristas de táxi pegam seus clientes e levam à casa desse travesti. Temos alguns depoimentos, que seguramente já estão com esta Comissão, de pessoas, moradores do prédio onde ele mora, que contam sobre crianças e adolescente e outras pessoas que eram deixadas por taxistas na casa desse travesti.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Esses taxistas que estão respondendo processo?

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Não, eu diria os vizinhos contam que motoristas de táxi levavam pessoas para fazer programas ou para ir à casa do travesti. Adolescentes e adultos, mas eu não saberia dizer se são os mesmos. Isso não.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Obrigada. É isso, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não tenho pretensões de estarmos concluindo as informações que o senhor possa nos oferecer; ao contrário, o que nós queremos é, no desenvolvimento do nosso trabalho, buscar informações. Conversamos com o Delegado Zucco, justamente no sentido de contribuir com as investigações que vocês já estão desenvolvendo e que elas possam, efetivamente contribuir, na peça final do inquérito, tanto dos que estão em curso quanto desses que estão concluídos, com novos elementos que possam vir a corroborar, enfim, contribuir com as definições dos Srs. Promotores e do Poder Judiciário para estabelecer essas informações.

Faço essa referência, porque nosso contato com o Delegado Jardim deverá continuar.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Seguramente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos permanecer trabalhando. Inclusive, já quero adiantar ao senhor que adotaremos na CPMI o seu sistema de mapa. Estaremos fazendo o mapa do Brasil, com os tipos penais, o que estamos encontrando e as fragilidades legais, como as que foram aqui apontadas pelo senhor, com o sentido de oferecermos, no rito específico que a CPMI tem no Congresso Nacional, propostas de mudança na legislação brasileira.

Eu lhe agradeço.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Muito obrigado, Deputada. Eu gostaria de encerrar, agradecendo a oportunidade de ter-me manifestado. Registro que, quando comentei que tenho ouvido muito discurso, muito lero-lero em torno desse tema, eu gostaria de fazer uma ressalva. A Deputada Maria do Rosário é – como falamos na linguagem policial – linha de frente, porque não fica só no discurso. Estamos trabalhando e ela vai a campo. Essa é a ressalva que eu gostaria de fazer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário)– Muito obrigada, o senhor também tem a minha admiração.

O SR. PAULO CÉSAR JARDIM – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Solicito à Secretaria que introduza a esta sala **A SRA. SUZANA BROWN**.

Informo que **A SRA. SUZANA BROWN** preencheu o termo de compromisso com a sua identificação pessoal, residência, estado civil, profissão, que é policial civil, além de ter se comprometido, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade.

Concedo a palavra à Srª Relatora.

A senhora prefere fazer uma exposição ou iniciar com as nossas perguntas?

A SRA. SUZANA BROWN – Primeiramente, quero agradecer. Assim como o Delegado Jardim já disse, é uma oportunidade para nós poder levar para o centro do País todo o nosso trabalho. Coordenamos o serviço de psicologia da Delegacia para Crianças e Adolescentes Vítimas. Somos, como todos aqui, grandes militantes nessa causa, há mais de 15 anos, fazendo parte da Polícia Civil, como servidora e policial, coordenando um serviço, mas também fazendo parte de movimentos, como o movimento pelo fim da exploração sexual e a entidade Coletivo Feminino Plural, uma ONG que

trabalha e que luta pelos direitos das nossas meninas, das nossas mulheres e dos nossos meninos.

A intenção é também trazer esse sentimento. Sempre procuramos, durante as nossas oportunidades, trazer para a sociedade o quanto "dolorimos". É um verbo novo. Certa vez, encontramos Adalberto Caspare, um professor na área de Português, até brincamos com ele. Gostaríamos, sim, de ver pelo menos presente esse verbo, porque esse é o nosso sentimento quando atendemos as nossas meninas e adolescentes. Na realidade, essas meninas que foram ouvidas são nossas filhas, como chamamos, porque praticamente as vimos nascer. Atualmente, com muita tristeza, esse é o retrato das irmãs, porque a maioria chegou à exploração sexual por intermédio das irmãs mais velhas. Hoje, nós as encontramos durante as nossas abordagens, pois trabalhamos efetivamente com isso. Queremos agradecer também ao Delegado Jardim e ao Secopi, que faz parte da instituição policial – o Deca também tem alguns representantes junto ao Secopi – e também junto ao Delegado Zucco. Na realidade, somos uma grande família, temos o mesmo objetivo e combatemos sistematicamente todas as formas de violência contra o ser humano, a mulher, o idoso, a criança.

O Delegado Zucco, além de responder pela 4ª Delegacia, ele também responde pela Delegacia do Idoso. Também já ouvimos histórias ao longo dos nossos anos na Polícia Civil frente às delegacias especializadas, como a da Mulher e a do Idoso. Temos orgulho de ter nascido no Rio Grande Sul, de ser gaúchos, e de ser uma referência nacional no combate à violência e à exploração sexual em razão do nosso trabalho. O Deca é a Polícia Civil gaúcha que tem uma referência no centro do País, porque é uma instituição que traz sete delegacias especializadas, sendo uma na capital e seis no interior. Nos próximos dias, estaremos inaugurando mais duas especializadas – uma em Passo Fundo e a próxima em Livramento. Esse é um pedido de toda a sociedade.

Há, na Delegacia da Vítima, um atendimento de diagnóstico e um tratamento com crianças vítimas de violência. Coordeno esse trabalho juntamente com os nossos convênios com as universidades. Somos sete psicólogas e há, na instituição da Delegacia da Vítima, uma psicóloga que nos cuida e que nos prepara para esses atendimentos, trazendo também esse pioneirismo de prevenção de saúde mental.

Mas, voltando às nossas dores, na realidade, essas meninas têm irmãs mais velhas e, quando trabalhamos nas abordagens, percebemos que elas já passaram por nós quando eram adolescentes. Hoje, elas são maiores de 18 anos. Porém, o que nos assusta é que agora estamos trabalhando com a terceira geração, porque, no futuro, ocorrerá com as nossas meninas de 12 e 13 anos a mesma situação que vivem hoje as meninas de 18 e 19 anos, porque já estamos fazendo abordagens de meninas de 10, 9 e 8 anos, que são as irmãs, a maioria.

(Intervenção fora do microfone)

A SRA. SUZANA BROWN – Conheço. É nossa grande... .

(Intervenção fora do microfone)

A SRA. SUZANA BROWN – Hum hum!

(Intervenção fora do microfone)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acho que sim. Suspenderemos por uma hora e voltaremos.

Houve uma abordagem de duas meninas de 11 anos e 15 anos num carro com dois adultos.

A SRA. SUZANA BROWN – Podemos, até porque provavelmente são as nossas. Não tem problema nenhum, até porque já conhecemos, são nossas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seria bom se a senhora fosse.

A SRA. SUZANA BROWN – Isso vem confirmar o que dissemos todos os dias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma situação até estranha, porque, no meio do seu depoimento, isso ocorre. Mas, de qualquer forma, é a vida que vocês estão cotidianamente enfrentando.

A SRA. SUZANA BROWN – É a oportunidade não só a presença da Marcele aqui, que o Delegado já comentou, do que é a impunidade. Vou ser bem sincera com vocês: não ficaríamos surpresas se não fosse uma das nossas, inclusive as de hoje de manhã, que estivessem no local, porque isso é só uma questão de tempo. Creio que isso vem justamente demonstrar esse nosso sentimento, porque é o nosso dia-a-dia, não é, Delegado? São as nossas noites, as nossas madrugadas. Às vezes, a ironia do destino é tanta que elas chegam antes de nós nas apreensões. Quer dizer, elas são apreendidas, é feito todo um trabalho de entrega para os pais, e, quando estamos chegando aos nossos locais de trabalho, elas já estão ali.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de relatar àqueles que estão acompanhando a reunião que a idéia é de, neste momento, suspender por pelo menos uma hora as audiências públicas. Ainda temos de ouvir quatro pessoas e dar prosseguimento às declarações da Susana. Neste momento, a Polícia encontrou duas meninas menores com dois adultos, e a CPMI quer estar presente ao local. Peço desculpas a todos que estão presentes. Devemos suspender os trabalhos e reiniciá-los em uma hora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Senadora.

(Suspensa à 0 hora e 37 minutos, a reunião é reaberta às 2 horas e 10 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Declaro reabertos os trabalhos da 18ª reunião de audiência pública, na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02, de 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Determino que a Secretaria providencie a entrada no recinto d**O SR. TIAGO MUSA ROSA**.

O SR. TIAGO MUSA ROSA assinou o termo de compromisso, fornecendo seus dados completos, nome, identidade, CPF, estado civil, endereço residencial, bairro, cidade e profissão: de Conselheiro Tutelar. Exerce suas atividades atualmente no Conselho Tutelar de Passo Fundo. Não tem grau de parentesco com nenhuma parte envolvida. O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio. Está assim assinado o compromisso d**O SR. TIAGO MUSA ROSA**.

Pergunto a V. Sª se gostaria de realizar a sua exposição preliminar ou se preferia que fosse perguntado.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Acho que poderia ser direto, Srª Deputada, que me fossem feitas as perguntas e, dentro do possível, se houver alguma colocação que for cabível, eu as conduzo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – A nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário, tem a palavra para iniciar, ou V. Exª prefere que eu faça alguma pergunta inicialmente?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Posso começar.

Inicialmente, quero cumprimentar o Conselheiro Tutelar Tiago Musa Rosa, até me desculpando pelo horário. Nós o ouviremos agora e, em seguida, também ouviremos o Delegado Rushel e também o Dr. Gilnei. Agradeço pela disposição de vocês de permanecerem até este momento e colaborarem com a CPMI.

Passo Fundo acabou se transformando em um local para onde é impossível não termos os olhos voltados. Então, a minha primeira consideração é sobre isso, porque, hoje mesmo, a Deputada Ann Pontes, quando lia sobre o relato dos jovens assassinados, lembrava um trabalho que estamos desenvolvendo – e a Deputada Ann é do Pará – sobre os meninos emasculados, cujo processo, depois de vários anos, somente agora chegou a julgamento. E estamos fazendo uma caminhada importante no Norte e Nordeste do País pela responsabilização daqueles entre 19 e 26 casos de meninos que foram emasculados, na sua grande maioria mortos, outros não – alguns sobreviveram daquelas atrocidades –, mas tivemos esses casos ao longo de quatro anos. Aqui, na região de Passo Fundo, tivemos dez casos de mortes violentas num período de seis a oito meses talvez, não tenho precisamente agora.

Então, a minha primeira questão é se o senhor, como Conselheiro Tutelar de Passo Fundo, conhece os casos, está acompanhando os casos referentes às quatro crianças que foram mortas em Passo Fundo.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Na condição de Conselheiro Tutelar, eu tomei conhecimento dos fatos que envolveram as mortes do menino Volnei, do Jéferson Borges da Silveira, do Índio, o Júnior, e também tomei conhecimento, desde o início, do desaparecimento do Alessandro Silveira, um menino que, desde março, está desaparecido. Todos os casos tiveram alguma passagem pelo Conselho Tutelar, ou o Conselho, numa tentativa de subsidiar as famílias em algo que fosse necessário dentro das suas atribuições, teve contato com esses fatos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento neste caso e esteve, como Conselheiro Tutelar, acompanhando os quatro casos. Até este momento, o senhor tem conhecimento de definições conclusivas, no âmbito do inquérito policial acerca desses casos?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Do que eu tenho conhecimento, Deputada, com relação ao caso do Volnei é que já houve sete adolescentes suspeitosde participação na sua morte que estiveram por um período recolhidos no Case regional lá de Passo Fundo. E que existe também a possibilidade de haver um oitavo participante nesse caso, que seria provavelmente uma pessoa maior de idade que estaria sendo acobertada por esses adolescentes, ou protegida, digamos assim. Porém, desconheço maiores peculiaridades sobre esse caso. Diante ainda de se tratar de ser um suspeito e o inquérito ainda estar em andamento, não tenho maiores detalhes. Apenas, com relação a esse fato da morte do menino Volnei, além do conhecimento de quem seriam os adolescentes, em virtude de ser Conselheiro Tutelar, eu os recebi, juntamente com uma colega, na sede do Conselho Tutelar, onde eles buscaram um auxílio, numa tentativa de defesa, vamos dizer assim. Eles nos relataram que teriam, de certa forma, sido coagidos por policiais civis no momento em que prestaram os depoimentos.

Isso, digamos assim, de uma forma geral, é a completude de informações que tenho acerca do caso do menino Volnei.

Com relação a esse fato denunciado por esses sete adolescentes, sob a orientação de um promotor da área criminal, tanto eu quanto a minha colega colhemos declarações de todos os sete e repassamos ao Ministério Público para que as devidas providências fossem tomadas. Inclusive, os adolescentos foram encaminhados para exame de lesão corporal, porque eles afirmavam, ou relatavam, nas suas declarações, que teriam sido vítimas de algum tipo de agressão. Mas, ao analisar o laudo sumário do DML, não foi constatado em nenhum deles lesão corporal, a não ser em um dos adolescentes, que apresentava uma ferida no dedo de um dos pés, direito ou esquerdo. Mas, com exceção dessa ferida, não havia nenhum indício de lesão, de que eles haviam sido agredidos.

Porém, pelo procedimento nosso, os fatos foram levados ao conhecimento do Ministério Público, porque havia o impedimento. Houve a sugestão, por parte do promotor da área criminal que atende aos atos infracionais, de que as mães, em vez de serem atendidas no Conselho Tutelar, buscassem um registro de ocorrência policial com o delegado regional. Porém, este, o Delegado Ênio, se encontrava de férias e, como seu substituto, encontrava-se o delegado responsável pela delegacia que estava apurando a morte do Volnei. Diante dessa impossibilidade, foram encaminhadas as suas declarações e os laudos do DML ao Ministério Público.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor considera, como Conselheiro Tutelar e, portanto, um guardião do Estatuto da Criança e do Adolescente, que o procedimento de internação desses adolescentes na Fase foi feito nos moldes que estão preconizados no ECA, ou o senhor considera, além da denúncia deles, nos procedimentos em si...

O SR. TIAGO MUSA ROSA – O que é previsto, Deputada, seriam, inicialmente, 45 dias de internação provisória. Até onde tenho conhecimento, o prazo em que eles ficaram recolhidos ao Case foi superior a esses 45 dias. A informação é essa, a que tive acesso pelos meios de imprensa e, também, pelos próprios familiares, por ocasião de uma audiência pública que foi realizada em Passo Fundo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No caso desses adolescentes, eles ficaram internados em Passo Fundo?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não. Já existe um processo, uma apuração com relação à superlotação do Case de Passo Fundo, originada por um trabalho do Conselho Tutelar, sendo que o Case de Passo Fundo comporta 40 adolescentes e, na época em que fizemos uma vistoria, existiam em torno de 74.

Então, nós caminhamos também. Já existe algo no Ministério Público nesse sentido. E, diante dessa superlotação, acredito eu que esse tenha sido o motivo pelo qual nem todos os adolescentes ficaram em Passo Fundo. Parece-me que eles foram divididos e foram conduzidos até a cidade de Santa Maria, Uruguaiana e... não recordo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Santo Ângelo.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Santo Ângelo, provavelmente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ainda me permita perguntar: no caso dos adolescentes que foram mortos em Passo Fundo, o senhor pode afirmar que todos, de alguma forma, tiveram algum atendimento no Conselho Tutelar? Qual deles teve atendimento no Conselho Tutelar? O Volnei, o senhor chegou a atendê-lo, ou algum outro Conselheiro?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não, no caso do menino Volnei, anteriormente, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Anteriormente, isso.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não, que eu tenha conhecimento, ele não era um menino que era atendido pelo Conselho Tutelar, o Volnei.

No caso do Jéferson, tanto ele quanto seus irmãos eram atendidos pelo Conselho Tutelar.

E, no caso do indígena, o Júnior, apenas no ano do seu desaparecimento o pai compareceu ao Conselho Tutelar e foi encaminhado para a delegacia de polícia para o registro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o Alexandre Silveira?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim. Esse, eu, com uma ponta de esperança, considero apenas como um desaparecido. Já era um menino atendido pelo Conselho Tutelar, um menino que havia passado por instituições de abrigo, a família dele já era orientada. Tanto que a filha, a irmã mais velha do Alessandro, tem como profissão a prostituição e seus três ou quatro filhos ficam aos cuidados da avó materna. Então, essa avó, de poucas condições, já por vezes necessitou de auxílios e encaminhamentos do Conselho Tutelar.

O próprio Alessandro também se encontrava, por vezes, em situação de risco, de vulnerabilidade, sendo por momentos conduzido para sua residência e, em outras situação, como já havia mencionado, sendo conduzido ao abrigo, de onde, não raras vezes, ele também acabava fugando.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desses meninos, o senhor pode afirmar... Volnei era um menino trabalhador.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Isso, vendia rapaduras na cidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Veja, Deputada Sandra, a precarização da vida da pessoa! Um menino vendendo rapaduras acaba morto.

O Jéferson...

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Era engraxate.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era engraxate, um menino trabalhador. O Júnior, indígena, vendia balaios. E o Alessandro, que o senhor ainda tem esperanças de que esteja vivo, e todos devemos ter, tinha também um histórico de pequenos trabalhos?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Também. Em algumas ocasiões, ele era abordado nas ruas de Passo Fundo com sua caixa de engraxate. Mas, em alguns momentos, sob a orientação da própria mãe, ele foi encontrado realizando mendicância, com papéis, como se fossem atestados médicos, de que a mãe possuía câncer ginecológico e não tinha condição de prover o seu tratamento. Então, ele andava com esses bilhetes, inclusive com o carimbo e a assinatura de um médico. Esse médico veio a público, em uma rádio local, manifestar que ele não havia feito atendimento algum àquela senhora, sendo que provavelmente aquele carimbo havia sido retirado de qualquer outro prontuário.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Não vi se ficou muito claro se o senhor acha que há alguma ligação entre as crianças emasculadas, a que a Deputada Maria do Rosário fez referência, tanto no Pará quanto no Maranhão com seitas religiosas, embora isso não tenha acontecido aqui.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Acredito que não.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – São casos isolados?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Tenho convicção de que são isolados.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Há o envolvimento de adultos, embora a suspeita maior recaia em cima dos próprios adolescentes.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Com relação ao caso do Volnei.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Só no caso isolado. Nos outros, não há nenhum direcionamento.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Existem suspeitos. Porém, esses são maiores de idade, pelo menos no que diz respeito, até onde tenho conhecimento, ao caso do Jéferson e, da mesma forma, ao caso do menino indígena, do Júnior.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Isso aconteceu há quanto tempo?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Tiveram início, acho, com a morte do Volnei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Primeiro foi o Volnei.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Volnei, acho que dever ter sido em junho, julho.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Do ano passado?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não, deste ano.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Deste ano já?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Todos são deste ano.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Essas crianças que tiveram passagem pelo Conselho Tutelar, havia algum indício? Eles passaram porque estavam vivendo na rua ou havia algum indício e eles foram direcionados para atendimento no Conselho Tutelar por algum tipo de exploração sexual, ou não?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não, esse tipo de ligação não tenho condições de afirmar. Apenas que o Volnei, no único atendimento, até onde tenho conhecimento, só foi prestado, na verdade, a sua família a partir do momento em que o corpo foi encontrado.

Com relação ao Jéferson, a família já era atendida porque o pai incitava não somente ele como seus irmãos à mendicância. Há a situação de alguns de seus irmãos de uso de drogas, que foram encaminhados para tratamento. Inclusive o pai conduziu um dos irmãos do Jéferson à cidade de Caxias do Sul, na tentativa de buscar uma outra forma de tratamento, porque em Passo Fundo não existia. Mas também sem ligação – da mesma forma, com o Júnior – com fatos ou casos de exploração sexual.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas é verdadeiro ou não que uma pessoa com a profissão de viajante comercial, representante comercial, instalou-se em um hotel na cidade de Passo Fundo e para esse hotel levou, para programas sexuais, um adolescentes que suspeita-se seja um desses meninos que veio a ser morto?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Deputada, até onde tenho conhecimento – em princípio, essas informações, acredito, fazem parte do inquérito policial –, eu sei da situação desse viajante que, ao que tudo indica, foi visto com o Jéferson nesse hotel, que fica numas das saídas de Passo Fundo, inclusive em direção a Porto Alegre, e sobre o qual também já existe uma infração administrativa que está tramitando no Ministério Público, porque o responsável hospedou duas adolescentes nesse hotel. Essas adolescentes haviam

fugido de casa e pernoitaram nesse hotel. Elas mesmas fizeram esse relato aos meus colegas e, depois, a própria proprietária confirmou para mim e também para meus colegas.

Até aí, posso lhe responder que sim, que é verdadeiro. Agora, se a intenção desse viajante, desse representante comercial ou vendedor, se seus atos se destinavam à exploração sexual, fico impossibilitado de responder, por não ter maior conhecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa situação do hotel veio ao conhecimento do Conselho Tutelar primeiro ou primeiro da polícia?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Primeiro do Conselho Tutelar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, vocês receberam um contato do próprio hotel fazendo esse registro?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não, uma das adolescentes que estava lá fez contato com alguns membros de sua família. E, depois que saíram do hotel, foram localizadas, mas houve a confirmação através delas. Elas foram localizadas, parece-me que numa sexta-feira. Na quinta-feira ou na terça-feira, dois Conselheiros de Passo Fundo foram até o hotel, e a responsável pelo hotel confirmou que elas haviam pernoitado lá. Foi assim que foi tomado...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No caso dos meninos, essa ciência, essa informação de que essa pessoa tinha se hospedado no hotel, esse viajante, e que teria levado para o seu quarto um menino, chegou ao seu conhecimento e do Conselho Tutelar através do próprio hotel? Foi o hotel então que tomou a iniciativa?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não. Nós, como órgão, como Conselho Tutelar, tomamos conhecimento disso através da polícia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Certo. Os sete adolescentes que são tidos como suspeitos pela polícia e que ficaram cerca de 60 dias na Fase, que é a nossa Febem aqui do Estado, Deputada Sandra, esses sete adolescentes tinham passagem pelo Conselho Tutelar?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Dois deles, que me recordo, sim. Situação de infreqüência escolar, uso de drogas, filhos de uma mulher que é tida como traficante e de um pai que atualmente está foragido do sistema penitenciário – ele estava na condição de albergado, apenas pernoitava no presídio – mas, após o início das investigações, a partir de um determinado momento, ele deixou de retornar ao presídio para pousar. Então, esses dois recebiam atendimentos. No ano passado, houve o envio de Ficais, fichas de comunicação de alunos infreqüentes, ao Conselho Tutelar pela situação de infreqüência escolar desses dois irmãos, que são dois dos sete adolescentes. Então, eles tiveram essa passagem pelo Conselho Tutelar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu lhe pergunto ainda: o senhor considera que as investigações estão sendo desenvolvidas com o sentido de elucidação, de esclarecimento desses fatos? Já são passados alguns meses, e temos uma certa ansiedade na sociedade – imagino em Passo Fundo, deve ser maior ainda! Ao mesmo tempo, precisamos de elementos muito concretos para a responsabilização. Então, como é que o senhor imagina que isso...

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Acredito que as investigações estejam sendo tomadas a partir de fatos que tenham possibilitado se chegar às conclusões até então existentes. Certamente que essas devam estar devidamente embasadas em provas, digamos assim, circunstanciais. Uma conclusão particular minha, enquanto Conselheiro, um fato que ocorreu e não posso deixar de mencionar, é que, enquanto atendi três desses sete adolescentes na minha sala, houve o furto, o roubo de um cheque preenchido, que estava dentro da minha carteira, que se encontrava dentro da primeira gaveta da minha mesa, sendo que, além da minha pessoa, somente os dois irmãos e seus pais, um outro adolescente e a sua irmã, que estavam acompanhando, tiveram acesso ou permaneceram na minha sala. Em alguns momentos, precisei me ausentar. Não sei se posso concluir isso, mas de forma alguma eu os estou julgando como suspeitos de um fato para que sejam culpados de outra situação, apenas fico com esta constatação de que, daqueles três adolescentes que passaram pela minha sala, ou alguns desses três, ou os pais de dois, de um e de outro, retirou esse cheque preenchido de dentro da minha carteira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse cheque era um cheque seu?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Era um cheque do meu pai destinado ao pagamento da minha faculdade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E esse cheque não era cruzado?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era um cheque que pôde ser sacado no caixa?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim, poderia ter sido trocado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E foi?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não, porque eu...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sustou?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – ... num determinado momento imaginei que poderia ser uma situação, poderia chegar a esse ponto de alguém, digamos assim, pegar esse cheque, fui conferir na minha carteira, ele não estava mais. De imediato, entrei em contato com o meu pai, ele foi até ao banco, sustou o cheque, registrei ocorrência policial com relação a esse acontecimento, e até hoje então esse cheque não apareceu até o banco, não tem como ser...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não houve essa tentativa...

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não, não houve.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... que poderia ter sido apreendido, enfim. Eu lhe pergunto: sobre os casos na região, o senhor avalia que tem alguma conexão entre esses casos que o senhor tem trabalhado mais em Passo Fundo e outros casos na região?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Com relação ao caso de Erechim, parece-me que tem um suspeito e até parece que ele está preso ou algo nesse sentido. Então, não teria uma conexão. Mas acredito que seja Não-Me-Toque o nome da outra cidade em que, parece, existem indícios de que esse mesmo vendedor, esse mesmo viajante que foi visto com o Jéferson, no dia da morte de um outro menino lá naquela cidade, existem comprovações, notas fiscais, algo nesse sentido, que provam a estada dele na cidade. Não sei se no dia em que o menino desapareceu ou no dia em que ele foi encontrado. Mas isso daria margem para pensar no possível envolvimento dele com essas duas mortes, que ocorreram em cidades distintas, digamos assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Conselheiro, eu gostaria de saber sobre Passo Fundo. Quais desses quatro meninos freqüentavam a praça central com grupos de outros adolescentes?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – O Jéferson era um que freqüentava a praça juntamente com seus irmãos. O Alessandro Silveira não só freqüentava a praça central mas a praça do hospital da cidade, as imediações do Hospital São Vicente, e outros locais, os shoppings, enfim, locais de grande concentração de público.

Sobre o Volnei, como já tinha mencionado antes, não tenho conhecimento; sequer o conheci. Não tive, em momento algum, contato com ele. Assim como com o Júnior também não. Pela localização de alguns indígenas que vendem artesanato em Passo Fundo, eles procuram estabelecer-se ou nas imediações da rodoviária... Eu já vi na saída para Soledade e, conseqüentemente, para Porto Alegre, e em algumas ruas de Passo Fundo. Mas não que estivessem perambulando pela praça.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Coincidentemente, esses dois meninos, Jeferson e Alessandro, são justamente os que tinham passagem pelo Conselho Tutelar?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, podemos dizer que o centro e especialmente as praças são lugares de vulnerablidade freqüentados pelas crianças.

No caso desses meninos, é possível verificarmos no histórico deles o fato de terem sido abusados sexualmente ou explorados comercialmente? Eles freqüentavam alguma casa? Alguns adultos tinham por hábito explorá-los?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Em se tratando do Jéferson, em meados do mês de junho ou de julho do ano passado, existia um sujeito em uma rua lateral da praça, um indivíduo conhecido pela alcunha de "Cabeça", ou "Cabeção", que comprava cola de sapateiro, solvente ou tíner e repassava principalmente para um dos irmãos do Jéeferson, menino que chegou a ser encaminhado e realizou, por um período, tratamento para desintoxicação.

Essa informação que eu passo é obtida dos relatos dos próprios meninos. Elas foram levadas ao conhecimento da brigada militar, que, por várias vezes, o abordou e realizou um trabalho para verificar se realmente procediam essas informações. Mas, na apuração disso, não foi comprovado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nesse procedimento feito, identificando os que compravam tíner, a produção de loló, algo assim, não há pessoas responsabilizadas?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não, porque esse indivíduo, depois de determinado período de tempo, deixou de andar pelas ruas de Passo Fundo. Ele é um homem que, antes de atingir a maioridade, também havia sido atendido pelo Conselho Tutelar e pela Secretaria de Assistência Social de Passo Fundo.

As indicações eram de que ele fazia esse fornecimento, em um primeiro momento, para – digamos – criar o vício nesses meninos e, a partir de então, tirar o seu sustento. Os meninos, a partir do dinheiro que retiravam do trabalho de engraxate, faziam a aquisição desses produtos com ele.

Ele permaneceu pouco tempo na cidade de Passo Fundo, esteve muito tempo fora e, nessa semana ou na semana passada, eu o vi novamente, mas não mais na situação de rua e nem mesmo andando com esses meninos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Temos percebido em nossa caminhada que, sempre, onde há droga, há exploração sexual. O crack está dissemina-

do, estamos encontrando crianças comprando a pedra por R$5,00. Quer dizer, a droga está tomando conta de uma tal forma que, para obter R$5,00, R$10,00, R$20,00, R$50,00 – e depois do uso do crack, é muito difícil obtê-lo com qualquer trabalho, obviamente, porque todas as deficiências acabam se manifestando na própria pessoa, em termos de coordenação, de possibilidade de concentração em qualquer função. As crianças e os adolescentes acabam enveredando pelo caminho da exploração sexual. O senhor diria que isso é uma realidade para Passo Fundo?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Em parte. Em se tratando não desses meninos, mas de algumas adolescentes que, por vezes, já foram abordadas e já foi constatado que se encontravam em situação de prostituição e isso, em alguns momentos, era justamente para a manutenção do vício, principalmente de crack. Mas, com relação a esses meninos, não tenho condições de afirmar que havia obtenção de dinheiro para aquisição de substâncias entorpecentes.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, num sentido mais amplo realmente. O que o senhor poderia declarar-nos sobre a exploração sexual em Passo Fundo, além das circunstâncias do abuso sexual que estou convicta de que é a maioria dos casos atendidos pelos senhores no Conselho Tutelar? Um perfil que está muito presente para nós é a existência de violência no ambiente familiar ou por pessoas próximas à família. Sabemos que majoritariamente os casos se referem a circunstâncias no próprio ambiente familiar. Pergunto-lhe sobre a exploração sexual que denota pagamento, cliente, o caráter comercial mesmo, em que o corpo da criança é transformado em mercadoria e a única intenção do adulto é a exploração, levando essa criança a uma circunstância de vitimização da qual ela inclusive dificilmente terá saída. A pergunta que lhe faço é porque nós ouvimos – o senhor deve ter participado, o senhor chegou ainda pela manhã – a situação de Soledade, Município próximo a Passo Fundo, e constatamos que é dificílima. Identificamos a existência de redes, uma espécie de leilão de virgens, uma série de denúncias gravíssimas em torno do Município de Soledade. Como o senhor observa Passo Fundo em relação a isso?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Eu não acredito na existência de uma rede tão bem articulada como nos casos de Soledade. Antes a Deputada Sandra me perguntou se eu gostaria de fazer alguma explanação. Ao responder sua pergunta, gostaria de trazer à CPMI que algumas notícias veiculadas nos órgãos de imprensa, quer locais, de Passo Fundo, quer regionais, discordam um pouco da realidade. A prova disso foi apresentada no Ministério Público, numa reunião da qual participaram Conselho Tutelar, Polícia Civil, Brigada Militar, Promotoria da Infância e da Juventude, Promotoria Criminal e outros órgãos da sociedade civil, em que a Brigada Militar realizou um levantamento das meninas ou mulheres que se prostituíam ao longo da Avenida Brasil, principalmente no Bairro Boqueirão, em Passo Fundo.

Foram-nos apresentadas essas imagens e nos foi indagado que idade aproximadamente essas meninas teriam. As idades que foram informadas variaram entre 14, 16 e 17 anos. Após esse momento, o responsável por essas filmagens passou a identificá-las de acordo com o que havia sido feito no local onde elas se encontravam e se constatou que todas aquelas que apareciam nas filmagens eram maiores de idade. Porém, foi uma conclusão e um consenso entre os participantes da reunião: em todos os casos, evidenciou-se o uso do crack. Então, o uso de crack e a prostituição acabavam definhando seus corpos, dando a impressão de que eram adolescentes. Isso foi uma constatação. É claro que existe prostituição. O próprio Conselho Tutelar já recebeu denúncias e já prestou atendimentos a adolescentes que se encontravam realizando prostituição nesses locais. É uma minoria o número de mulheres, principalmente nessas paradas de ônibus. Claro que existe exploração sexual em Passo Fundo. Nessas paradas de ônibus, existem rumores de que uma pessoa, uma mulher maior de idade, faz o gerenciamento. Porém, até o presente momento, cerca de três ou quatro adolescentes foram encontradas. Três delas, das quais tenho conhecimento, não estão mais na prostituição; duas, ainda recentemente, foram abordadas em um motel, em Passo Fundo, por agentes da Polícia Civil de Porto Alegre que estavam chegando em Passo Fundo. Eram agentes do Denarc e constataram essa situação.

Em relação a uma outra adolescente que estava na rua se prostituindo, também houve uma atuação da Polícia Federal e um indivíduo foi preso. A coincidência entre esses dois fatos é que em ambas as situações um mesmo motel servia de local para essa prática sexual, o Motel Paineira.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse motel permanece aberto?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Permanece aberto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não há nenhum procedimento no sentido...

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim, segundo informações da promotora da Vara da Infância e da Juventude, ela já solicitou a interdição ou até mesmo o fechamento, porque são duas situações constatadas. Além, é claro, dessas situações, há também o próprio

depoimento das adolescentes afirmando que o local se destinava a esse tipo de acontecimento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse motel é em Passo Fundo?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Em Passo Fundo. Além desse motel, também teria um outro que, nos depoimentos de uma das adolescentes, foi citado, a Pousada do Angico, que ficaria em um outro extremo da cidade. O Paineira Motel fica no bairro Boqueirão; a Pousada do Angico, no bairro Petrópolis. E dada a facilidade do ingresso dessas adolescentes, acabava sendo muito utilizado para esse tipo de situação.

Ainda com relação a sua pergunta sobre exploração sexual, existem casas noturnas em Passo Fundo. Inclusive em uma delas foi constatada a presença de uma adolescente que portava carteira de identidade falsa e, nos seus depoimentos, na delegacia, ela afirmou ter comprado essa carteira na cidade de Serafina Correa, pelo valor de R$315,00. Ela era uma menina do Estado de Santa Catarina, da cidade de Três Barras.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ela já estava há quanto tempo no Rio Grande do Sul?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Eu acredito que há um bom tempo, tendo em vista que já tinha passado por várias cidades gaúchas antes de Passo Fundo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre vivendo a exploração sexual?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quantos anos o senhor a encontrou?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Eu tenho a impressão de que com 17 anos. Em outubro deste ano, parece-me, ela completou 18 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu depoimento é muito importante, porque retoma uma rede de exploração que identificamos há dez anos.

Ela era uma menina de Santa Catarina, da cidade de Três Barras?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – De Três Barras, que saiu com o consentimento da mãe, saiu de casa para trabalhar como babá, em uma casa de família, por intermédio de uma pessoa de que não me recordo agora. Mas ao chegar na casa, ela constatou que não se tratava de uma casa de família. A partir daquele momento, foi aliciada ou colocada nessa situação de exploração. E ela já havia, no Rio Grande do Sul, passado pela região metropolitana, parece-me que Canoas, e cidades da serra, Serafina Correa, Guaporé, Marau, enfim, e estava em Passo Fundo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela foi agenciada, portanto. E quem a agenciou lhe deu o documento falso?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Se estou correto nas minhas memórias, a pessoa que a tirou de casa desde o início, em um dado momento apresentou-a a um indivíduo, a um dono de uma boate em Serafina Correa, de apelido Zinho ou Binho, e ele lhe ofereceu uma carteira de identidade com a finalidade de evitar que ela tivesse problemas ou até mesmo o proprietário do estabelecimento sofresse uma ação, uma penalidade por parte da polícia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, portanto, ouviu o depoimento dessa jovem?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim, acompanhei o depoimento dela na delegacia de polícia de Passo Fundo. Logo após ter sido encontrada com essa identidade falsa, ela foi conduzida a sua mãe, nessa cidade catarinense, por intermédio do Conselho Tutelar daquela cidade. Então, antes dela ir a delegacia de polícia tomou a iniciativa de colher o seu depoimento, para agilizar, procurar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que ano foi isso?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Foi este ano. Em fevereiro deste ano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia escrever o nome da moça naquele papel para mim?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Eu tenho uma cópia da ocorrência policial.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode deixar uma cópia aqui na CPMI?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse caso envolve falsificação de documentos. É uma situação bastante interessante para a comprovação das hipóteses com as quais estamos trabalhando. Eu lhe pergunto se o senhor verificou, no caso daquelas jovens filmadas na Avenida Brasil – todas, depois, foram tidas como maiores de idade –, se existia a possibilidade de documento falso.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Eu acredito que não, porque a grande maioria delas, senão todas, já havia sido vítima de estupro. Foi uma constatação de quem fez esse levantamento por parte da Brigada Militar. Ao pesquisar os nomes, pela documentação, foi recebida a informação de que todas haviam sido vítimas de estupro. Então, as idades, acredito eu, deveriam coincidir, ou pelo menos os dados de identificação da pessoa, o que talvez inviabilizasse, naquele segundo momento, ser um documento falso.

Já houve denúncias, em Passo Fundo, de que carteiras de trabalho seriam falsificadas. O Conselho Tutelar foi até a subdelegacia do Ministério do Trabalho buscar informações para detectar se uma carteira

de trabalho era falsificada ou não, sendo que nos foi repassado que a partir de determinada data o subdelegado havia saído e, portanto, a partir daquela data, a assinatura não poderia mais ser a dele, mas sim de outra pessoa.

Havia informações a respeito de uma casa que fica a cinqüenta metros do Conselho Tutelar, no centro de Passo Fundo. Mais de duas ou três vezes estivemos no local, acompanhados pela polícia, fazendo a verificação da documentação dessas mulheres que lá trabalhavam e nunca foi constatado nada que permitisse maior suspeita.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse documento falso da moça que pegou o documento em Serafina Correa, dessa moça que é de Santa Catarina, o senhor o teve nas mãos?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tratava-se de um espelho de carteira de identidade?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Isso. De carteira de identidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Oficial? Um espelho legal, ou uma cópia grosseira?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Eu não diria que era uma cópia grosseira. O que levantava a suspeita de que fosse falso eram os números do registro dela, que pareciam ser feitos a máquina de escrever, diferentemente das demais informações, que eram possivelmente impressas no computador.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em princípio, o papel poderia ser oficial?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Poderia ser realmente oficial, a foto dela com...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse documento foi apreendido?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim. Pelo menos naquele momento ficou na 3ª Delegacia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além desse caso envolvendo uma menina de Santa Catarina, o senhor identificou outras meninas de Santa Catarina ou de outros Estados?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Não. Apenas de outras cidades.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que cidades?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Na cidade de Seberi houve uma situação em que a própria proprietária da casa noturna chamou a Brigada Militar porque um dos clientes fez o pagamento com um cheque que ela desconfiou seria roubado. No decorrer do atendimento, a Brigada Militar conduziu todos os presentes até a delegacia de polícia. Chegando lá, uma das moças que trabalhava na casa, por medo, acabou se identificando como sendo adolescente.

Ela, acredito eu, até então ainda não havia sido devidamente identificada, mas por medo, por estar numa delegacia de polícia, verbalizou esse medo e acabou se apresentando, então, como uma adolescente da cidade de Seberi.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual era a casa em que ela estava se prostituindo?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Eu não me recordo o nome, mas eu também, de todas as situações que envolviam exploração...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A casa era em Passo Fundo?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Em Passo Fundo. Eu tirei cópia das ocorrências policiais e posso fornecê-las.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ótimo.

Então, uma jovem de Seberi?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – De Seberi.

Outra situação em que foi constatado um favorecimento à prostituição ocorreu lá em Passo Fundo, por parte de um sujeito chamado de Declaudir, que é da cidade de Ciríaco. Ele vinha até Passo Fundo, teve conhecimento de onde era o abrigo municipal destinado a receber adolescentes do sexo feminino, e lá ele buscava, ou tentava, ao menos, buscar essas adolescentes para levá-las. Em algumas circunstâncias chegou a apresentar a casa de prostituição dele em Ciríaco para essas adolescentes, sendo que após as declarações da coordenadora do abrigo, e de algumas adolescentes que chegaram a conhecer a casa, tomei a liberdade de registrar a ocorrência policial.

O Delegado Ruschel, que era ou é ainda o delegado lá de Ciríaco, repassou, dentro dos seus procedimentos, a ocorrência para lá, e a Polícia Civil também esteve na casa e constatou a presença de mais de uma adolescente de Passo Fundo. Porém não se caracterizou no momento uma situação de exploração. Apenas elas estavam no interior dessa casa, e era dia. E esta semana, na terça-feira, conversando com o delegado regional, ele entrou em contato com a delegacia de lá e disse que o inquérito está em fase de ser concluído. Existia a possibilidade de, no mês de outubro, ainda ser concluído.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas essa é efetivamente uma casa de prostituição?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – De prostituição.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E lá dentro estavam as adolescentes?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Veja, são aquelas fragilidades que temos na lei, porque tudo indica a responsabilidade dos proprietários daquele estabelecimento.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Inclusive...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não precisaríamos ter um ato sexual sendo realizado ali para identificar, porque, afinal de contas, a presença ali já seria uma forma de corrupção. Eu, pelo menos, acredito nisso, e é bastante grave.

O SR. TIAGO MUSA ROSA – E há uma questão que vi o primeiro delegado da parte da noite mencionando agora: muitas vezes há dificuldade, pela legislação vigente, de se tomarem providências mais efetivas. E, realmente, tenho aqui acho que cinco ou seis ocorrências policiais, todas envolvendo ou o favorecimento à prostituição ou a corrupção de menores, mas naquele intuito de quem quer combater esse tipo de crime nunca tive o êxito, nunca tive a felicidade de ver alguém preso em flagrante pela...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento de jovens de Passo Fundo que tenham de lá saído para vivenciar a exploração sexual em outros lugares?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Essa situação de Ciríaco é uma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além dessa?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Na terça-feira desta semana, tomei conhecimento, por meio de uma menina que estava há cerca de um mês fora de casa, que inicialmente havia saído de casa para trabalhar como babá na cidade de Carazinho, que, na verdade, ela se encontrava numa casa de prostituição em Não-Me-Toque.

Em Passo Fundo existe uma Central de Atenção, que foi criada a partir de um termo de parceria firmado em 17 de junho ou julho, pelo Ministério Público, visando a uma maior coleta de dados e a uma prioridade no atendimento a vítimas de violência sexual. Essa Central de Atenção recebeu a denúncia de que no bairro José Alexandre Záchia existia um veículo, um Monza cinza, ou de cor escura – chegaram até a nos passar uma placa, que foi pesquisada e da qual não existia cadastro –, e que esse indivíduo levava meninas para locais onde ocorriam situações de prostituição. Estivemos no bairro, porém não constatamos nada e, diante da placa que não nos possibilitava chegar a um suspeito, permanecemos indo até esse bairro, fazendo verificação, e nessa terça-feira essa mãe que veio me procurar veio me dar as informações que estavam faltando.

Tratava-se de um indivíduo proprietário de uma casa de prostituição em Não-Me-Toque. Uma mulher que se prostituía em sua casa e morava nesse bairro intermediava, com outras adolescentes, sendo que em uma das ocasiões cerca de cinco a seis adolescentes de Passo Fundo foram levadas até essa casa de prostituição. A duas delas foram repassadas certidões de nascimento com outros nomes para que, numa investida da polícia ou até mesmo do Conselho, apresentassem esses documentos a fim de comprovar a maioridade. Uma delas ficou, realmente, em Carazinho, cuidando das crianças, dos filhos das mulheres que se prostituíam lá em Não-me-toque, um total de sete crianças, com idade entre três meses e dez anos, que ficavam com uma menina de dezesseis anos. E essa adolescente, cuja mãe nos procurou após um mês da sua saída de casa e de uma falta de contato, após a fuga de uma das meninas de lá, é que veio nos passar essas informações. E já houve o registro de ocorrência policial, essa adolescente foi encontrada lá, já retornou para Passo Fundo, já foi entregue à sua mãe e foi instaurado um inquérito lá, pela Delegacia de Não-Me-Toque. É uma outra situação que meninas de Passo Fundo saíam e iam para outras cidades.

Há também uma casa de prostituição, que recentemente foi fechada por uma ação de despejo, onde, por duas vezes, foi feito o registro de ocorrência policial por existir a presença de adolescentes nessa casa de prostituição. A casa não tem nome, não tem placa, não é tida como boate, mas é do conhecimento popular que se destina à prostituição. A proprietária é conhecida por Jane e, numa circunstância, eu estive na casa propositalmente, porque tinha visto na sacada a adolescente da qual eu tinha a informação de que se encontrava lá, foi feito o registro de ocorrência policial, da mesma forma que nos demais casos. Numa outra situação, o Delegado Ruschel estava de plantão, foi feito o flagrante; porém, não foi homologado pelo juiz plantonista, numa situação que, a princípio, nos dava a impressão de se tratar de cárcere privado e de favorecimento à prostituição, tendo em vista que uma adolescente relatava não ter condições de sair da casa, porque a proprietária ficava com a chave do apartamento dentro da sua calcinha, enfim, toda uma outra situação de exposição ao uso de droga e fornecimento de bebida alcoólica. Porém, inicialmente, aparentavam ser duas adolescentes, mas, na verdade, uma era maior de idade e depois de um tempo ela veio a confirmar na delegacia que já possuía mais de dezoito anos.

E nessa Jane, então, em duas circunstâncias já foi constatada a presença de adolescentes lá. E uma outra situação de desaparecimento de uma adolescente de Passo Fundo, também por uma prostituta que freqüentava essa casa, houve a informação de que essa

adolescente esteve lá. Então, em Passo Fundo existem mais de 23 casas de prostituição e, seguidamente, o Conselho Tutelar, a Brigada Militar, a Secretaria Municipal da Indútria e do Comércio, a Secretaria da Fazenda, fazem vistorias de rotina visando coibir situações de exploração sexual de crianças ou de adolescentes, porém nada foi constatado. Numa noite já chegamos a identificar 270 pessoas, porém não constatarmos a presença de nenhuma adolescente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – O senhor concluiu?

O SR. TIAGO MUSA ROSA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Nós nos sentimos perfeitamente satisfeitas com as informações e, não havendo mais nenhum Parlamentar que queira questionar o depoente, ele está dispensado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Antes, Srª Presidente, quero fazer meus agradecimento, meus cumprimentos pelo seu trabalho e quero registrar que o depoente trouxe, Srª Presidente, neste momento, à Senadora Patrícia, alguns documentos que foram enviados pelo Delegado Ênio Gomes de Oliveira. Recebemos oficialmente na secretaria da CPMI os documentos.

A SRA. MÁRCIA A. SANTANA (Assessora) – Com licença, Deputada, o Delegado inclusive fez referência, por telefone, eu conversei com ele, e disse que estaria mandando esses documentos. Isso é referente a um processo da morte do menino Volnei, é bem pontual esse documento.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Determino à Secretaria que providencie a entrada ao recinto d**O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL**, que assinou o seu termo de compromisso, com todos os seus dados completos, nome, identidade, idade, endereço, cuja profissão também é Delegado de Polícia. O depoente compromete-se, segundo assinou, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber ou que lhe for perguntado.

A nossa Relatora teve que se ausentar. Passo a palavra a V. Sª.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Primeiramente, quero manifestar a minha alegria por estar nesta Casa, que procura de uma forma muito direta e objetiva recolher dados que possibilitem realizar realmente levantamento, no País inteiro, da situação do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Sou titular da 1ª Delegacia de Polícia de Passo Fundo. Participei das investigações da morte do menino Volnei da Siqueira dos Santos, o vendedor de rapaduras. Também estou encarregado da apuração da morte do menino Jéferson e, agora, da morte do menino Júnior, o indiozinho, a qual estava a cargo de uma outra delegacia. Para fins de melhor aproveitamento da investigação e verificar possível vinculação entre os casos, o último caso, o do Júnior, veio também para a minha delegacia.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – As informações que o senhor tem são mais ou menos complementação aquilo que o depoente anteriormente falou.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Exato. Com relação ao que foi mencionado, a casa de prostituição dA SRA. Jane, realmente fiz a autuação em flagrante da proprietária do estabelecimento, na realidade um apartamento disfarçado, onde se encontravam em princípio duas adolescentes. Entendi no momento que se configurava uma situação de flagrante, era uma situação em que elas alegavam estar em cárcere privado, não conseguiam sair daquele apartamento. Posteriormente, verificou-se que uma delas era maior de idade. Tinha mentido a idade, porque achava que ia ser penalizada, quando, na realidade, era uma vítima. Ao chegar no Judiciário, não foi homologado o flagrante exatamente por aquelas dificuldades de tipificação penal no que ser refere à exploração, o que é exploração, o que não é, o que é abuso sexual, o que não é. Em razão disso não foi homologado flagrante, mas o inquérito foi concluído e remetido à Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Indago à Srª Relatora se gostaria de fazer alguma pergunta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Delegado, o senhor ouviu a consideração que fiz ao Conselho Tutelar. Essa é uma preocupação nossa com o Rio Grande do Sul, porque vamos verificando uma situação permissiva de violência contra crianças e adolescentes no meio do tecido social. Encontramos tanto a violência motivada pelo lucro, quanto encontramos a violência gratuita, motivada pela imposição do adulto sobre a criança, que não está determinada por um ganho financeiro, mas por outros ganhos de poder na relação com a infância. O senhor está há quantos anos em Passo Fundo?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Em Passo Fundo, estou desde 1995, portanto, há oito anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma experiência bastante considerável na região, então?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Anteriormente o senhor já era delegado?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que região do Sul?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – No Município próximo, Tapejara.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tapejara. O senhor considera que este último período foi mais destacado em violência contra crianças, ou o senhor acha que essa situação é uma constante? Se analisarmos números anteriores sobre violência vamos verificar uma situação rotineira?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Parece-me que a questão da criança e do adolescente, obviamente, está ligada à condição social deles. Obviamente, no decorrer dos anos, vamos dizer, então, nestes oito anos que estou em Passo Fundo, efetivamente percebe-se que há um crescimento do número de crianças e adolescentes em situação de risco, que vivenciam a situação na rua. A condição social lhes impõe que estejam na rua, "trabalhando" como engraxates, como vendedores de rapadura, como é o caso da vítima Volnei. E os pais têm tido um papel de omissão completa, total.

Não tenho dúvida em afirmar que esses crimes que ocorreram ultimamente em Passo Fundo têm muito a ver com a omissão, inicialmente, dos pais. E apesar de todos os esforços das entidades de atendimento à criança e ao adolescente, do Centro de Atenção, que foi mencionado pelo conselheiro tutelar, que me antecedeu, recentemente criado, apesar da atuação exemplar do Ministério Público da Infância e da Juventude, tudo isso ainda não foi suficiente para tirar todas as crianças e adolescentes da rua. E Passo Fundo não é diferente das demais cidades, pelo menos das de médio porte.

Efetivamente, tenho notado um crescimento, com certeza, mas ligado ao que está mais presente, que é a da droga, o entorpecente. Isso é que tem feito que as crianças e adolescentes sejam, eventualmente, vítimas de maus tratos, vítimas de pessoas inescrupulosas, que tentam abusar sexualmente dessa situação. Era isso que eu gostaria de esclarecer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Passo Fundo, em suas investigações, no seu trabalho – porque o senhor conhece muito bem aquela região –, o senhor considera que é um pólo quando falamos em drogas?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Com relação à droga, a Polícia Federal foi instalada lá e tem procurado atuar nessa questão do tráfico de entorpecentes. Obviamente, Passo Fundo, pela situação geográfica, é uma rota que une o Sul com o Norte e com a fronteira com Santa Catarina. Isso tem sido um fator preponderante nesse problema dos entorpecentes. Mas o consumo do crack é que tem me chamado a atenção durante todos esses anos.

Quando eu cheguei em Passo Fundo, há oito anos, não havia esse consumo que verificamos hoje, a criança e o adolescente totalmente drogados. Nós conversamos com eles, nas situações em que são ouvidos, nos inquéritos policiais, nos procedimentos, e eles relatam que, muitas vezes, têm consumido o crack, e o crack tem sido devastador nessa questão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto ao caso dos meninos assassinados, que é um caso dificílimo, imagino o sofrimento de quem tem a responsabilidade de levar adiante um inquérito, o sofrimento maior...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – O sofrimento das famílias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...das famílias, dos irmãos, das crianças, dos pais, da comunidade como um todo, e também de quem tem a responsabilidade das respostas.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem tem a responsabilidade sente também o peso dessa atribuição cotidianamente.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Dessa necessidade de apurar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É claro, da necessidade até de prestar conta à comunidade. O senhor, avaliando as circunstâncias das mortes, não apenas em Passo Fundo, mas pelo seu conhecimento da região, por ter trabalhado em Tapejara, no norte do Estado, verifica alguma relação entre os crimes ocorridos na área estendida de Passo Fundo e da região?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Não. Até o momento, como eu já disse, eu estou com três casos, o Volnei, o Jeferson e o Júnior. Não vejo nenhuma vinculação. Durante todas as investigações que foram feitas, inclusive com a presença de agentes do Deic de Porto Alegre, que se encontram em Passo Fundo auxiliando a polícia, não há qualquer dado que permita afirmar que há vinculação entre os crimes ocorridos em Passo Fundo e os crimes ocorridos nas cidades circunvizinhas. Também Soledade, por exemplo, é um caso diferenciado. Se V. Exª me permite, em Soledade, segundo consta, haveria talvez a questão de os adolescentes e crianças lá, as vítimas, serem usados no tráfico de entorpecentes, conforme mencionado pela própria delegada que presidiu aqueles inquéritos. Em Passo Fundo não há esse dado. Até o momento, não há esse dado de que as vítimas seriam usadas por traficantes para distribuir drogas, para comprar e revender, etc.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em Passo Fundo, o senhor caracterizaria como crime do tipo passional, pelo menos até o momento?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Num dos casos, o do Volnei, por exemplo, percebe-se que os

adolescentes infratores, vamos dizer assim, ingeriram bebida alcoólica excessivamente. A própria vítima tinha 24 decigramas por litro de sangue. Para V. Exªs terem uma idéia, com 6 decigramas uma pessoa adulta é considerada embriagada para dirigir veículos. Havia 24 decigramas numa criança de 11 anos, o Volnei. Imaginem o estado em que se encontrava a vítima. Ficou claro nos autos que ela foi literalmente levada a se embriagar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela foi embriagada.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Sim, embriagada, para que pudessem praticar o delito, e, nesse caso, existe a questão da droga. Por quê? Porque os autores consumiram drogas e existem relatos nos autos – está nesse documento que o conselheiro tutelar trouxe agora, que é a cópia parcial do inquérito policial. Além disso, a intenção seria subtraírem as rapaduras do menino, da vítima, e possível dinheiro, para comprar drogas para consumo próprio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor firmou uma convicção, portanto, sobre a autoria desse crime?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Nesse caso, sim. Existe, inclusive, a reconstituição, a reprodução simulada dos fatos, referente a dois dos adolescentes. Eles forneceram essa versão, depois de terem sido ouvidos na Polícia, na presença dos pais, dos responsáveis ou de um conselheiro tutelar, e foram até o local com a polícia e o perito do IGP, e forneceram a versão fotografada, a reprodução simulada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Delegado, como o senhor atuou em relação aos outros casos que o senhor buscava elucidar em torno desse caixeiro viajante? Quando o senhor ficou sabendo?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Quando é que surgiu a suspeita sobre esse...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa informação.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Bom, me permita, incialmente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso já é público, não há o problema de o senhor declarar...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – O problema talvez seja eu dizer o nome.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, quaiquer coisa, o senhor anota.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Porque, na realidade, devo salientar que apenas são suspeitos os três que estão presos hoje. Estão em prisão temporária, decretada pela Justiça, e, portanto, ainda não há indiciamento formal. Portanto, não sendo indiciados, eu me vejo impedido de divulgar o nome, mas posso falar como o viajante, por exemplo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim. Sem o nome.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Esse viajante surgiu durante a investigação do caso Jeferson. Havia a menção de que a vítima, o Jeferson, teria sido visto num hotel da cidade, na companhia desse suspeito. Ficou algum tempo ali, eventualmente para fazer um programa sexual e, ao sair, após ter ficado em torno de meia hora naquele hotel, na companhia do menino, saiu dali. E aí ele aparece morto. Dias após é encontrado o seu corpo. A polícia conseguiu essa informação no próprio hotel: "Foi visto o menino e tal."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa é uma questão que considero importante: o hotel que identificou avisou a polícia? Alguém viu que esse menino tinha entrado no quarto, alguém do hotel?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Foi assim: na realidade, um policial obteve essa informação no próprio hotel, por casualidade. Para dizer bem a verdade, um policial nosso foi fazer uma refeição lá, e surgiu o comentário dos próprios funcionários. Fica difícil eu dizer isso agora, não posso citar as testemunhas, porque é prejudicial a elas no sentido de...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas foi pelo hotel?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Foi pelo hotel. Na realidade, houve o comentário lá de que teriam reconhecido na imprensa, quando saiu a foto do menino, da vítima, quando apareceu o corpo. "Mas este aqui é aquele menino que esteve no outro dia, e tal, com aquele senhor, com o Fiat."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sabe por que pergunto isso ao senhor?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Pois não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Do ponto de vista da política pública, já que temos responsabilidade de ver também esse lado, como é que opera cada um, fico pensando que, se essa pessoa do hotel, que alguns dias depois viu a foto e se deu conta, tivesse – no momento em que viu o menino efetivamente dentro do hotel – se dado conta de que aquilo era uma irregularidade, um crime, que aquilo não era adequado, que o hotel não poderia permitir, se naquele momento alguma autoridade tivesse sido oficiada, recebido um telefonema, talvez...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Talvez tivesse sido evitado o fato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente. Então, é no sentido da aprendizagem, por mais difícil que possa ser, porque é perverso isso.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Sim. Mas o que a pessoa relata? Ela nos relata o seguinte: que, a partir do momento em que viu que alguma coisa estava estranha – um menor engraxate, com a caixa de engraxate no ombro, subir com ele, com uma maleta, no hotel –, ficou atenta e já pediu que se fosse identificá-lo. Isso está nos autos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pegou o registro, portanto?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Aí é que está a questão. Esse hotel não tinha livro de entrada e saída de hóspedes. Na realidade, apenas anotou em uma fichinha, em um papel, e forneceu, depois, à Polícia, o nome e o quarto em que tinha ficado, uma coisa assim. A partir daí, a Polícia conseguiu identificá-lo. Mas o autor, de certa forma, não admite, em nenhum momento, que tenha estado com a vítima. Que esteve com um menino, mas não com a vítima.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E, neste caso, já que ele não admitiu, como o senhor foi produzir uma reconstituição? Isso eu não entendi também.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – A reconstituição foi no outro caso, no anterior.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. Eu sei que o senhor reproduziu uma reconstituição do caso Volnei.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Está certo, entendi. Mas não foi uma reconstituição, tecnicamente falando. O que aconteceu é que eu e o outro Delegado, do Deic, junto com os promotores de Justiça, decidimos, já que ele tinha, em determinado momento...

No início, no primeiro dia, ele negou os fatos e disse: "Eu estive lá no hotel com o menino e mantive relações". E, já na reinquirição, ele negou e disse o seguinte: "Não, eu não tive nada com o menino, mas saí do hotel e fui em direção à Perimetral [que é onde está o mato em que ele foi encontrado mesmo], e dali fui levá-lo em casa, e entrei em luta corporal com o menino". "Mas entrou por quê?" "Porque ele começou a me pedir dinheiro." E coisas desse tipo.

Então, mas é de uma forma que ele fala! Às vezes se acha que ele está falando sério, e, às vezes, que ele não está falando de forma muito convicta. Então, ele não nos dá assim a segurança e a certeza de que seja uma pessoa totalmente centrada, totalmente lúcida. Em razão disso é que eu estou com ele preso temporariamente, por mais de trinta dias. Já consegui prorrogação temporária, estou aguardando os laudos. Obviamente, nós coletamos sangue para comparação de DNA com o material do Jéferson, e, até o momento, estamos aguardando as perícias.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Delegado, como foi essa história de que ele se dirigiu a outro lugar onde teria ficado o menino Volnei?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Está certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso foi noticiado.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Isso foi noticiado. Eu perdi o raciocínio. Quando nós saímos, eu disse: "Bem, leve-nos ao local onde ocorreu a tal luta". "Está bom." Nós o colocamos na viatura – eu, o outro delegado, os promotores e o autor, o suspeito. E fomos até as proximidades do hotel. "Daqui do hotel foi para onde?" "Vim pra cá." E fomos na estrada. Passamos pelo local, no mato, do Volnei, porque é o primeiro mato a que se chega, e nada. Ele, nada. "Continua." Então, vamos indo. "Vá nos dizendo." "Vai." E olhando e dizendo: "Não, não sei". "Continuamos?" "Continua o carro." "Então vamos." Chegamos ali, acho que a uns quatro ou cinco quilômetros. "Não, não. É mais para trás. Meia volta." Fizemos a meia volta. "E agora? Diga-nos para que lado é." "Não, é o lado... Agora, já que estamos indo, é o lado esquerdo." Mas o lado esquerdo não é o mato correto; porque são dois lados. O Volnei é num lado da estrada, e o do Jéferson é bem mais adiante, em outro lado da estrada.

E, efetivamente, quando chegamos próximo ao mato do Volnei, ele disse: "É essa estrada aqui." Há uma estradinha. "Pára aqui o carro." Paramos. E ele fica daquele jeito: "Ah, pois é, não sei, não tenho certeza." É muito difícil lidar com ele, para dizer a verdade. E, realmente, ele disse: "É mais aqui, viemos para cá, nesta trilha aqui". Entramos na trilha e ela era efetivamente a trilha onde estava o corpo do Volnei. Só que ele não foi até o final. Quando chegou na metade do caminho, ele parou. "E onde é que foi a luta?" "Foi aqui." Ele reproduziu ali onde teria ocorrido a tal luta e onde ele teria deixado o menino. E ele teria ido embora. Voltado para a estrada, pegado o carro e ido embora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E ele declarou que deixou o menino vivo?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Isso. Ele diz que não sabe o que aconteceu com o menino, que ele passou um pedaço de um fio no pescoço do menino.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De toda forma, isso já é quase um atestado de que esses meninos morreram...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Sim, mas só quem escuta essa pessoa falando tem a dimensão de até que ponto ela nos deixa inseguros quanto à questão. Mas, realmente, de certa forma, ele admitiu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor avalia que o fato de ele ter ido para esse lugar onde ele deixou o Volnei...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Sugeriria que ele estaria envolvido no caso Volnei?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Essa pergunta eu me fiz várias vezes. Eu percorri várias vezes esses locais. Por incrível que pareça, é o único matagal, o único mato que tem as características que ele cita – "Parei o carro no acostamento e dali segui a pé com o menino, entrei no mato..." –, porque percorremos todo o trajeto entre o mato do Volnei e o mato do Jéferson. Não há um mato com essa característica que fique bem na beira da estrada. O único mato que existe, que permite pegar o carro, colocar ali, e entrar diretamente no mato, é o do Volnei. Os outros têm uma valeta, um buraco muito grande, ou um barranco muito alto, que não permite a entrada, ou há uma cerca de arame farpado. Tanto de um lado como do outro da estrada.

Ele disse que foi casual, e o pior é que não se consegue ter uma convicção de que efetivamente ele não tenha mostrado o mato a esmo mesmo. E que tenha caído ali. Ele foi até a metade do caminho, ele não chegou até o local onde foi deixado o corpo do Volnei. Faltavam mais de 30 metros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No dia em que o Volnei morreu, ele estava cumprindo suas tarefas profissionais naquela região?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Estava próximo, em Carazinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na cidade vizinha?

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – A uns 40 quilômetros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quer dizer que o senhor já vai mapeando uma possibilidade realmente de que essa pessoa...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Sim, tanto que ele está preso até o momento. Na verdade, temos dois outros suspeitos, que também estão presos, porque... Acho que é importante para a Comissão isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por exploração sexual.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Exato. Já vi que a senhora leu bem o inquérito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou tentando acompanhá-lo também.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Está certo. Realmente, ali existia um local onde moravam dois indivíduos, separadamente, em duas peças separadas, de aluguel. E vários adolescentes dormiam nessas duas peças, passavam noites ali, com total descontrole dos pais desses meninos. E alguns dos adolescentes mencionam que havia ali fornecimento de bebida alcoólica, fornecimento de entorpecentes, eventual abuso sexual – pediam para beijar na boca, os meninos transavam com algum dos dois. Um deles tem até o apelido – desculpe-me a palavra — de Putãozinho. Quer dizer, era motivo de chacota entre os adolescentes.

Em razão disso, instaurei um inquérito separado, paralelamente a esse, porque fiz uma busca e apreensão. A primeira coisa que fiz foi solicitar à Justiça um mandado de busca e apreensão naquela casa, para apreender possíveis entorpecentes ou até roupas, alguma coisa que pudesse ter indicativo de vinculação ao crime. Chegamos lá e constatamos a presença de uma lasca de maconha, 0,3 grama, menos de meia grama, o que não permitiu um flagrante.

Mas, de qualquer forma, instaurei o inquérito policial e estou apurando até o momento. Já está praticamente concluso o inquérito, e está claro o envolvimento de dois deles, então, na questão do abuso sexual. Vou enquadra-los no art. 244-A, além de atentado violento ao pudor, tráfico de entorpecentes, fornecer entorpecentes às crianças, aos adolescentes e venda de bebida alcoólica.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso demonstra a situação em que esses meninos já vivenciavam, de alta vulnerabilidade...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – O pai de um deles; aliás, o pai da própria vítima, do Jéferson, tinha pleno conhecimento dessa situação, porque os dois outros irmãos do Jéferson também dormiam ali com o pleno conhecimento dos pais. É uma situação muito...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Delegado, neste caso, o senhor tem uma janela aberta. No caso Volnei, também. O senhor tem duas janelas abertas, pelo menos...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Me esclareça melhor essa janela aberta...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já está trabalhando com a idéia dos sete meninos, que o senhor já havia formado uma convicção...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Formei e está formada. Entendi a sua pergunta. V. Exª me questiona no sentido de que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se o senhor trabalha com a idéia de esse outro caixeiro viajante possa ser o responsável. Por esse fato...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – É que existe o seguinte: é a questão de os laudos de DNA darem negativo nos sete adolescentes? É nesse sentido?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Inclusive. Mas pelo fato mesmo de esse caixeiro viajante ter ido ao local em que largaram o menino...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – A polícia trabalha com algumas outras linhas de investigação para outras pessoas que, no momento, não seria viável...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No sentido de não atrapalhar as investigações ...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – É. Ainda estamos em andamento. Mas existe a possibilidade de ter a participação de mais uma pessoa, obviamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois é, esse oitavo, que se fala muito. Então, não seria dos sete o DNA...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Com certeza, não é.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, os senhores continuam trabalhando com a idéia de um oitavo.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Certo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu estou satisfeita. Eu só gostaria de lhe perguntar: frente aos acontecimentos, a Polícia Civil gaúcha abriu um expediente quanto à denúncia dos meninos de que não teriam sido atendidos adequadamente.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Sim. Tem um procedimento em andamento na Corregedoria-Geral de Polícia, na Cogepol.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Delegado, nós queremos que tudo seja realmente esclarecido. Pode contar que nosso objetivo é esse em todos os sentidos. Isso, inclusive, nos mobiliza em ouvirmos todas as partes deste processo. E desejamos nos somar, frente a todas as informações que tivermos, e ir construindo o esclarecimento. É claro, o senhor sabe de nossa postura, que jamais poderíamos nos sentir tranqüilos quando existem denúncias frente ao atendimento dos adolescentes em conflito... São duas questões: uma é que tem que ser apurado, efetivamente, a denúncia do que os sete fazem, num sentido muito positivo, especialmente para a polícia e como um direito deles frente as denúncias que fizeram. E, de outro lado, a outra questão é que é preciso ter o máximo de isenção no acompanhamento e na resolução do caso. Então, nós trabalhamos com duas questões...

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Inclusive, o Ministério Público está acompanhado as investigações pari passu. Estão sempre presentes na Delegacia. Eu faço contato diário e eles comparecem à delegacia e acompanham as investigações. Claro que agora aqui não é objeto da questão, mas da denúncia dos meninos. De qualquer forma... Obviamente, só diria uma questão interessante: as denúncias ocorreram somente após a divulgação pela imprensa dos resultados das investigações. Isso é um dado que me chama a atenção. Mas acho que não é o foro adequado...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É... Nós acolhemos e quero manifestar ao senhor a nossa preocupação, principalmente porque sempre que se questiona a forma como a comprovação dos fatos vai sendo construída, isso fragiliza o próprio argumento de comprovação dos fatos. Temos então preocupação com isso. Vamos acompanhar, como o senhor bem sabe, e o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que está situado também em Passo Fundo, tem feito vários contatos com a CPMI sobre isso.

De toda forma, deixo claro ao senhor que estamos tratando como duas questões, com gradações diferenciadas. Mas as duas são circunstâncias que devem ser esclarecidas.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Nós, da Polícia Civil, fazemos questão.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tudo tem que ser esclarecido.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Obviamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E, antes de tudo, certamente os fatos relacionados às mortes. Mas nenhuma atitude que não seja absolutamente dentro da legalidade contribui para o esclarecimento. Confiamos que podemos trabalhar dentro da legalidade e dos princípios constitucionais e chegar ao esclarecimento. Dentro desses princípios, o senhor conte conosco.

O SR. PAULO VIDELA RUSCHEL – Obrigado. Realmente, nestes vinte anos de função policial, sempre procurei dar o melhor de mim e vou continuar sendo assim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Delegado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Muito obrigada ao Dr. Paulo Videla Ruschel.

Não havendo mais nenhum Parlamentar que queira questionar o depoente, ele está dispensado.

Solicito à Secretaria que providencie a entrada no recinto do Sr. Gilnei Flores.

Informo que o convidado já preencheu e assinou o termo de compromisso, que tem todos os seus dados: nome, identidade, estado civil, endereço residencial. Ele comprometeu-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º.

Com a palavra o Dr. Gilnei Flores, que poderá expor mesmo diante do adiantado da hora.

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – Obrigado. Na verdade, o meu nome é Gilnei José Oliveira da Silva, fazendo uma pequena correção.

A SRA. PRESIDENTE – Peço, então, desculpa. Foi um erro da Secretaria. A Secretaria me informa que realmente o seu nome é Gilnei José Oliveira da Silva. Nossas desculpas!

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – Na qualidade de advogado, represento a Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo, que é filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos e que vem tentando acompanhar e fazer algumas anotações a respeito dos casos de morte e violência contra crianças e adolescentes na cidade de Passo Fundo.

Recentemente – não digo tão recentemente assim – já se fazia algum acompanhamento, inclusive das questões de exploração sexual, com a própria subcomissão que existe na Assembléia Legislativa do Estado, presidida pelo Deputado Fabiano. Depois de alguns acontecimentos, a Comissão de Direitos Humanos resolveu por bem, por meio da sua Coordenação, nomear alguém que estivesse acompanhando mais de perto esses casos e que pudesse, ao final, ou pelo menos no decorrer do andamento das investigações e dos procedimentos, inclusive policiais e judiciais, colaborar de alguma forma.

Por se tratar de um procedimento que corre em segredo de Justiça, haja vista que crianças e adolescentes estão envolvidas, na qualidade de vítimas e também na condição de supostos autores, nós não pudemos até então produzir algo com tanta qualidade. Mas buscamos algumas fontes de informação e passamos a então trazê-las, inclusive pretendemos entregar formalmente à CPMI, que são notícias colocadas em jornais da cidade, especificamente os dois maiores meios de comunicação jornalística que existe na cidade, e, a partir disso, fizemos o relatório de um caso específico, em alguns casos preliminares, do caso Volnei. Então, faremos a entrega disso.

O que nos chama a atenção e de que maneira entramos nesse caso foi a partir de algumas colocações e alegações, acusações sérias feitas pelas mães dos sete meninos envolvidos, ou supostos autores. Elas trouxeram algumas irregularidades que existiram durante a fase investigatória e nós, conversando com as mães, entendemos que elas deveriam procurar o Conselho Tutelar e a Promotoria da Infância e Juventude para que se fizesse, formalmente, essa acusação das irregularidades.

Essa acusação foi feita em 30 de julho de 2003, no Conselho Tutelar. E, logo após, foi remetido à Promotoria, que instaurou então o procedimento investigatório que trata desses casos.

As mães alegam que, durante a fase investigatória, aconteceram essas irregularidades. Por exemplo, durante os depoimentos em que os meninos foram submetidos a interrogatórios, elas disseram que não acompanharam na íntegra e nem sequer estavam algumas presentes. No caso específico de um dos meninos – e é um dos dois que teria provavelmente mais culpabilidade nesse caso do Volnei Siqueira dos Santos –, elas dizem que eles entraram na sala e uma mãe, especificamente, não pôde acompanhar, na primeira vez. E aí me permito falar aqui tão só aquilo que me foi relatado. Inclusive tive uma conversa com um dos meninos de uma maneira bem extrovertida, até para que não se condicionasse como um interrogatório, e tentei com que ele me colocasse de que maneira, na verdade, estavam existindo essas irregularidades. Pedi até que ele reconstituísse mais atrás os envolvimentos, as questões sociais dele, a questão de divertimento, as questões educacionais, como ele vivia dentro do bairro dele, dentro da região onde ele morava, com as pessoas com que ele se envolvia, questionando, inclusive, a questão de uso ou não de algum tipo de droga ilícita, especialmente crack, e também lícita, no caso de álcool. Ele me disse que não teria bebido em nenhuma oportunidade, mas me confessou que teria experimentado duas vezes crack. Perguntei, então, a ele se naqueles dias – tentei colocar a data em que aconteceu o caso específico do Volnei – ele tinha usado alguma coisa. Ele disse que não. A partir daí, ele foi me dizendo que nem sequer o conhecia, nunca tinha se relacionado, não o tinha visto. Aí eu disse: "Ocorreram esses fatos. Esses fatos vieram a público. Houve, dentro do bairro, e no local onde você mora, uma movimentação policial e, a partir daí, vocês começaram a perceber algo. Não te chamou a atenção isso?" Ele disse: "Sim, chamou, mas ninguém me procurou, não fomos consultados por ninguém". Certa manhã, a polícia chega, uma manhã de sábado, e, numa operação muito grande – não me especificou e não questionei quantos policiais estavam envolvidos, mas ele disse que apenas estava dormindo e a mãe é que estava acordada. Como a mãe dele estava presente no momento, questionei – e junto comigo estava a Secretária da Comissão de Direitos Humanos, Luciana Zanela, que acompanhou em todo o momento. Além disso, estavam presentes mais duas mães, além da mãe desse adolescente. Então, a mãe disse que, acordada naquela manhã de sábado, a polícia chegou e perguntou onde estava o adolescente especificamente, que depois fornecerei o nome. "Ele está dormindo." "Então, chame-o porque precisamos falar com ele e ele terá que nos acompanhar até a delegacia."

Nesse momento, ela o chamou, que não teve tempo de colocar, segundo as informações que ele e a mãe passaram, uma blusa, e que foi sem vestimenta adequada, apenas de bermuda. Chegando na de-

legacia algo chamou bastante a atenção – segundo relatos dele e posso até abrir aspas para falar isso. Chegando a uma sala especificamente nessa manhã de sábado, depois de 7 horas da manhã, ele chega na frente do investigador, que diz, tentando reproduzir o que ele disse no momento em que fazíamos anotações: "Esse não é o adolescente que procurávamos. O que procurávamos era mais cabeludo, com brinco e outras especificações. Ele ficou quieto, e houve então outra manifestação: "Bem, façamos o interrogatório com esse adolescente mesmo". Foi perguntado então se ele conhecia, naquele primeiro momento, um menino chamado Volnei. Ele respondeu que não conhecia, e foram feitos alguns procedimentos que ele não conseguiu especificar. A mãe que o acompanhava não pôde entrar neste momento na sala e foi colocado que ela deveria ficar na sala ao lado e que seriam perguntas rápidas – e, pelo jeito, foram – e que ela ficaria assinando os documentos na sala ao lado. Isso no sábado.

No domingo, logo depois, eles retornaram – parece-me que foram buscá-los – à delegacia para depor. Aí, sim, num aspecto mais formal, esse adolescente passa por um momento de interrogatório. Nesse interrogatório, a mãe disse que também não pôde estar presente e, a partir daí, começa uma narrativa desse adolescente em contar alguns aspectos para nós.

Naquele momento, ele é perguntado novamente se conhecia o adolescente Volnei Siqueira dos Santos. Ele respondeu que não. "A gente já sabe", e foram questionando e pressionando. Então, ele diz: "Nesse momento, eles começam a me pressionar de uma maneira, e inclusive levei alguns tapas e assim ocorreu durante o interrogatório". Chegou um momento em que ele chorava. Ele dizia que estava chorando e os policiais disseram: "Não adianta. Agora, a casa caiu e a gente já sabe de tudo".

Ele conta que, em determinado momento, eles disseram: "Você só tem de dizer para nós 'hum-hum' ou coisas desse gênero". Conta ele que, noutro momento, um dos policiais se sentou ao lado dele e desferiu um soco; aí, então, ele chora bastante.

O que conto foi uma conversa tida com um dos adolescentes cujo nome darei depois.

Ele me contou isso, e questionei: "Mas não tinha ninguém com você? Sua mãe onde estava? Não existia a presença de um advogado ou de alguém, por exemplo, de um Conselheiro Tutelar?' Chamo a atenção para o fato de que me parece que a função do Conselho Tutelar realmente não é acompanhar interrogatório. Existia um Conselheiro que acompanhou, no entanto, até porque estava de plantão, atendia o telefone e saía da sala. Um momento que me chamou a atenção é quando ele diz que o Conselheiro volta para ver como ele está, ele chora, o Conselheiro sai uma segunda ou terceira vez – permitam-me não poder dizer especificamente –, vai até a mãe e diz "a senhora pode ficar calma", até porque a mãe não acompanhava o interrogatório, "porque agora ele está mais calmo, ele apenas chora, porque está nervoso".

Aí ele foi contando mais algumas coisas. Ele disse que esse interrogatório começou de manhã. Houve mais alguns pontos que ele traz, como agressões e tapas. E ele diz: "a partir de certo momento, eu respondia só 'hum-hum'; eles perguntavam e eu, chorando: 'hum-hum'". Especificamente bem assim.

Era determinada hora da tarde, já se passava do meio-dia, e os policiais que acompanhavam esse interrogatório perguntavam se ele estaria com fome e sede. Ele disse que sim. Nesse momento, não sei quem disse a ele que eles estariam também com fome. Mas, enfim, não providenciaram. A partir daí vão para a diligência, onde vai-se fazer a reconstituição; nessa reconstituição, então, especificamente, ocorrem as mesmas alegadas agressões.

As minhas observações com relação a isso, até agora, foram feitas com base no diálogo que tive com esse adolescente. Nós, da Comissão de Direitos Humanos, a partir do que nos foi dito, até pela responsabilidade que temos e também para não cometer injustiça tanto com esses adolescentes quanto com os policiais que estão envolvidos nesse trabalho, fizemos um pedido, que foi entregue ao Ministério Público no dia 6 de outubro de 2003. Fizemos um pedido formal para que o Ministério Público nos informasse ou trouxesse a informação se realmente esses depoimentos dos sete adolescentes envolvidos na morte do adolescente Volnei ocorreram ou não com a presença de advogados, se durante todos esses momentos existia a presença de delegados de polícia e das mães.

Mais tarde, fizemos um pedido – aliás, até anteriormente – se haveria possibilidade de ter essas alegadas torturas. Houve uma resposta do Ministério Público que disse que essa hipótese estaria descartada, tendo em vista que tinham sido feitos laudos médicos onde não se apresentou e se afastou completamente a hipótese. Recentemente, no dia 28 de outubro, fizemos um pedido formal novamente ao Ministério Público no sentido de que se realizassem exames e avaliações por uma equipe interprofissional de psicólogos e assistentes sociais para ver também se seria possível avaliar a veracidade das informações dos adolescentes.

Eu poderia colocar mais algumas coisas, mas acredito que haja alguma pergunta, e tenho mais ainda a dizer em relação a esse caso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Com a palavra a Deputada Relatora, Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dr. Gilnei, primeiro, agradeço-lhe; depois, em nome da nossa CPMI, ao cumprimentá-lo, cumprimento toda a Comissão de Direitos Humanos pelo trabalho importante que é desenvolvido, não somente em Passo Fundo, mas em âmbito nacional.

Pergunto-lhe se o senhor acompanhou essas ultimas etapas da investigação de que tivemos notícia. Perguntei ao Delegado Ruschel, inclusive, sobre a abordagem que foi feita desse caixeiro viajante, e, em princípio, o que vou chamar agora de revelação, sem querer, do lugar onde o menino Volnei foi morto ou foi colocado morto. Como é que o senhor analisa isso, frente às contradições que possam existir em relação a esse caso?

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – A avaliação que faço é meramente em alguns aspectos informativos que temos pelos meios de comunicação, como já disse, e por alguns outros por falas que temos com pessoas que estão próximas ao ocorrido.

Peço permissão para retomar um pouco para se fazer uma avaliação no final disso. O primeiro relatório final das investigações dos sete supostos envolvidos e entregues à Promotoria, que lhes imputava, então, a autoria desse caso da morte do Volney, trazia especificamente somente esses autores.

O SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Somente os sete que estavam citados.

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – Isso; apenas, tão-só os sete. Essas observações estão bem claras nas reportagens que deixarei para a CPI e no nosso relatório preliminar, onde fizemos, inclusive, a reprodução da fala do Delegado. Acredito que nem é preciso porque ele mesmo opinou em relação a essa convicção.

A partir daí, parecia que tudo estava resolvido realmente, e se julgou. Talvez as mães já estivessem fazendo alguns questionamentos em relação à fase investigatória. Mas aí ocorre esse outro crime e se levanta, a partir de então – e aí chama a atenção –, que o juiz responsável pelo caso... No momento em que é denunciado – retomo antes – no momento em que o relatório final chega às mãos da Promotoria – ainda não tinha chegado nas mãos da Promotoria, mas já tinham sido apontados os sete envolvidos –, o Promotor que assume, então, o caso, pede a internação provisória dos sete adolescentes, supostos autores do crime. Eles são colocados na casa em Passo Fundo. As mães acompanham. Eu queria falar no final, mas estou tentando fazer uma abordagem numa linha seqüencial, para que possa ficar bem claro. Quero demonstrar também aquilo que os meninos estão falando. Eu já disse que quero reproduzir algumas falas deles, desse menino com quem conversei especificamente.

Quando eles entraram na casa naquela noite, já passava de 19h, eles foram colocados em lugar apropriado, até para que não ficassem juntos com outros meninos, porque os outros meninos que estavam nas medidas de internação já sabiam do ocorrido e que eles iriam estar ali naquela noite. Eles chegaram, foram recebidos e colocados numa sala, separados. Eles contaram que nessa sala não existia colchão. Eles passaram a sentir frio, deitaram no chão e usaram uma camiseta – falou um deles, o único com quem conversei até agora. Deixo claro essa observação. Disse que eles tiraram a camiseta e deitaram nesse chão frio, de piso, de lajota. Eles passaram ali um pedaço da noite. Veio uma moça e deu-lhes um, dois ou mais cobertores. Um deles perguntou se não tinha um colchão. A resposta foi a seguinte: "é só isso que pude conseguir para vocês".

Eles foram transferidos para a Casa de Santa Maria, parece-me, Uruguaiana, e, durante o caminho percorrido, não sei se com policiais ou se com pessoas que estão envolvidas com o próprio sistema Fase, eles vão algemados dentro de um microônibus, segundo eles. Ele conta – isso fica bem retratado na maneira como ele relata – que estavam algemados no banco, com a cabeça para baixo, quase que tentando colocar a cabeça entre as pernas, e as autoridades que os acompanhavam proferiam algumas palavras do tipo: "Como vocês foram fazer isso com aquele guri? Como vocês são capazes?" Coisas desse nível e mais fortes um pouco. Quando eles levantavam a cabeça, fazendo um movimento até como se estivessem cansados, recebiam tapas na cabeça. Aí eles se escoravam uns nos outros, cansados. Essas autoridades diziam: "Vocês parecem putos, encostados uns nos outros". Eles então choravam muito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa pessoa que agia assim era de dentro da Fase?

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – Isso eu não sei responder, porque até agora estamos tentando descobrir quem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que local eles estavam?

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – Eles estavam dentro do microônibus que os estava levando às casas nesses respectivos Municípios.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando eles entraram nessas casas, nesses abrigos de medidas sócioeducativas, eles passaram pelo exame de corpo de delito?

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – Faço uma observação no sentido sentido, que pode ser con-

firmada. Tive uma conversa com o Juiz da Vara de Infância e da Juventude de Santo Ângelo, João Batista Saraiva, até porque ele foi recentemente meu professor numa das pós que faço, relatando a ele o trabalho que a Comissão de Direitos Humanos vem fazendo. Ele me disse: "Gilnei, esses meninos vieram de lá apanhando" – gostaria inclusive que ele pudesse ser ouvido para confirmar isso –, "e vou te dizer mais, para mim, pode ser até que esses meninos não estejam nem um pouco envolvidos com a morte do Volnei. Nós temos que ter cuidado para não expô-los, mas eu tenho relatórios em Santo Ângelo". Porque dois meninos ficaram em Santo Ângelo, dois em Santa Maria e um em Uruguaiana. Ele disse assim: "Tenho relatórios. Recentemente, quando pedimos as avaliações psicológicas, solicitamos fossem feitos esses pedidos em Santo Ângelo, Santa Maria e Uruguaiana, de avaliações, inclusive de corpo de delito. Se existem, que nos sejam trazidos, inclusive avaliações psicológicas".

Quero pedir à Comissão que reforce esses nossos pedidos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) –Já os solicitamos.

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – Obrigado. E que, inclusive, o Juiz da Infância e Juventude, João Batista Saraiva, possa, de alguma maneira, por meio de ofício, estar trazendo isso que estou colocando. Ele coloca de uma maneira que me deixa quase convencido de alguns aspectos, mas ele pode colocar melhor que eu.

Então, a partir daí, esses meninos são internados e vem um exame que chama a atenção, porque quem leva a público é exatamente o juiz que cuida do caso. Ou seja, o Juiz da Infância e da Juventude vem a público, pelos meios de comunicação, e diz que os exames feitos no DNA de Volnei, de sangue, e do esperma colhido não têm relação com os sete adolescentes envolvidos. Ele vem a público, a reportagem diz isso – não sou eu quem está dizendo. Numa rádio, ele diz isso também.

Peço permissão para ler aquilo que está numa reportagem, publicada em um jornal, cujo título é: "Juiz aponta possibilidade de crimes terem um único autor", até porque já existia esse outro, publicado em 23 de setembro de 2003.

A reportagem traz: "Clóvis Guimarães de Souza [é o Juiz da Infância e Juventude] disse que o exame de DNA do sangue e esperma encontrados no corpo do menino Volnei Siqueira dos Santos deu negativo em relação aos sete menores que estão recolhidos no Centro de Atendimento Sócio-Educativo".

O Juiz diz isso. Isso repercute a tal ponto... Aí, realmente, talvez aquilo que as mães vinham trazendo, diziam... Logo depois disso, aconteceu uma audiência pública com a Subcomissão de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Passo Fundo, em que houve algumas manifestações das mães.

Passada essa manifestação, um outro jornal traz a alegação, tentando contradizer essa manifestação pública do Juiz. Vem, então, uma manifestação de alguns delegados, de um promotor, que disse que o caso estava completamente encerrado e que não havia a possibilidade de... A perícia era apenas um elemento de prova, mas o que contava eram as confissões, eram tão só as confissões. Isso era apenas mais um elemento de prova.

Depois, há uma publicação em jornal, em que o perito de criminalística responsável pelo caso disse que o material foi insuficiente. Os meninos ainda estavam internados. Observe-se que passaram aquelas medidas de quarenta e cinco dias que o Estatuto da Criança e dos Adolescentes coloca. Então, é retomada a investigação dos casos.

Aí chegamos, talvez, à sua pergunta. Por isso, tentei fazer esse histórico, pelo menos minimamente, para termos algo lógico.

É preso um suspeito, que, faço a observação, em todos os momentos é considerado suspeito, mas os sete adolescentes até hoje não são considerados suspeitos. São considerados, como já foi inclusive dito, numa convicção de que são os autores, mesmo que esse exame... Se, na palavra do Juiz, esse exame não tem relação, o Juiz estava dizendo isso. Hoje, o Juiz encontra-se de férias. Mas vem um perito e diz: "Não, o material não foi suficiente", respaldado pela fala de promotores. Então, aparece esse suspeito – dito suspeito, mas, em relação aos menores, não, há uma convicção –, faz-se a reconstituição e, por incrível que pareça, aponta como o local o mato em que estaria o corpo, ou teria sido depositado o corpo de Volnei, em um primeiro momento.

Parece-me que, depois, as reportagens revelam também que foi feita uma segunda reconstituição, em que ele se afastou pelo menos alguns metros desse local. Mas a polícia considerou que não estava a contento e não considerou como elemento, não sei se de prova; pelo menos, a reportagem traz isso.

O que chama a atenção é que ele pode estar envolvido – pode, eu disse –, mas é uma fase investigativa, não caberia a mim dizer se ele está ou não, mas talvez possa estar. O que chama a atenção é que esses meninos agora estão sendo imputados, inclusive por autoridades públicas, como os próprios vereadores, dizendo que eles estão, sim, envolvidos nesses casos.

Especificamente sobre esse caso, não sei se respondi. Mas quero parar aqui para saber se respondi de alguma forma a sua pergunta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – Então, na verdade, a nossa preocupação na Comissão de Direitos Humanos não é – e quero chamar bem atenção para isso – estar fazendo um prejulgamento, ao contrário de que a opinião pública faz, mas isso é a opinião pública. Pior seria um prejulgamento de autoridades públicas. Isso é mais sério. Ou talvez não se encarar a possibilidade de seriedade. Quero dar uma opinião aqui, porque tem-se dito muito que são mães, são pais que são irresponsáveis quanto aos filhos, mas não se faz um questionamento do sistema ou daquilo que foi imposto a esses adolescentes. Ninguém nasce com o potencial de ser criminoso ou de querer estar vulnerável a essas condições seja de exploração, de morte, de droga. Há de se avaliar o contexto. Norberto Bobbio diz que não devemos avaliar uma árvore na floresta, mas toda a floresta, para se saber o contexto em que se vive.

Acredito que essas crianças e adolescentes, inclusive os que são vítimas e que estão envolvidos como supostos autores, estão condicionados, estão vulneráveis a todas essas questões. E tem que estar bem claro que aqueles apontados como autores hoje talvez tenham de – é isto que quero dizer – voltar à sociedade, eles têm de estar na sociedade. Digamos que possam até ser, mas eles terão que voltar para a sociedade.

Se existe uma rede de proteção, como existe em Passo Fundo, por que acontece isso? Nós questionamos. Inclusive a Comissão de Direitos Humanos pediu a abertura de um inquérito civil público contra o Município de Passo Fundo, questionando a omissão de política pública em todos os aspectos, e também mencionando a omissão de políticas públicas existente naquele Município para a proteção efetiva de crianças e adolescentes.

Não estamos julgando, mas apenas querendo que o Ministério Público e a Promotoria de Infância e Juventude abra esse inquérito e não só peça as cópias de todos os programas, mas que faça a avaliação, peça as avaliações. O último menino que ainda se encontra desaparecido, parece-me, ele fazia parte de um programa de assistência do próprio Município. Inclusive, na manhã em que desapareceu, estava nesse programa. À tarde não foi à escola e, até onde eu tenho informação, continua desaparecido.

Quero retomar um pouco para dizer que é preciso ter cuidado quando se fala que apenas estão envolvidos por omissão de pai ou mãe. A política pública não atende apenas à criança, deve atender à família. A proteção integral que se dá hoje à criança e ao adolescente, desde a Convenção Internacional de Crianças e Adolescentes, coloca que, em raras hipóteses, terá medidas para afastar a criança do lar. Tem-se como prioridade deixar a criança no seu meio, ou seja, na sua família biológica. Tentar isso, pois é isso que se deve fazer.

De nada adianta continuar assim se não houver programas inclusive da recuperação da família, ou pelo menos se os programas não forem eficientes.

Então, apenas faço essa abordagem para fazer um contraponto a essas questões de que as famílias, nesses casos, não sei se também não são vítimas nessas questões.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Da minha parte, Srª Presidente, quero estabelecer a minha concordância em muitos aspectos aqui apresentados pelo Dr. Gilnei acerca do contexto familiar e comunitário.

Na verdade, procuramos não fazer uma abordagem de análise da fala de cada um dos depoentes. Procuramos extrair apenas os fatos para conseguirmos compor uma peça no inquérito.

Particularmente, tenho concordância com o senhor, mas, nos depoimentos anteriores, onde isso talvez tenha aparecido, procuramos não estabelecer nenhuma polêmica, porque a posição do depoente é a sua posição ideológica, seu posicionamento frente ao mundo, seu olhar. E isso não está sendo aqui analisado pela CPMI. Então, as nossas abordagens com os depoentes foram nesse sentido dos fatos relacionados.

Penso que a Comissão de Direitos Humanos desenvolve um trabalho importantíssimo. Quero lhe pedir cópia da documentação que produziram. E quero, ao mesmo tempo, lhe dizer que já tomamos providência, já tendo sido assinado pel**A SRA. PRESIDENTE**, por requerimento da diligência que realizamos em Passo Fundo, com a nossa equipe técnica. Naquele momento, na mesma semana, a Secretaria da CPMI enviou solicitação às casas de internação dos jovens em conflito com a lei de cópia da documentação referente a laudos das psicólogas e psicólogos e também laudo do IML de corpo de delito, realizado para o ingresso nas casas.

Quero dizer também que tivemos sempre no Rio Grande do Sul, durante muitos anos, um procedimento padrão, que penso que nao deveriamos perder, que é, no ingresso de qualquer pessoa privada de liberdade por determinação judicial numa casa, seja adulto, seja adolescente, de acordo com o regime absolutamente distinto que há entre um e outro, nos dois casos, no entanto, deve-se realizar o exame de corpo de deli-

to. O laudo pericial anterior, realizado no momento do ingresso, é comprovação importante para futuras circunstâncias de violência sofridas dentro dessas casas, de poderem ser determinadas se foram anteriores ou se foram realizadas ali dentro. E penso que isso devemos propor seja adotado para procedimento no Brasil inteiro.

Lamentavelmente, vou observando que aqui no Estado vamos perdendo esse procedimento, que considero bastante importante e que foi realizado ao longo dos últimos anos. Por isso que solicitamos esses laudos. Espero tê-los em breve, inclusive com o sentido de podermos dialogar com a Comissão de Direitos Humanos sobre a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Não havendo mais nenhum parlamentar...

O SR. GILNEI JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA – Quero só fazer uma observação, tão-só para dizer que a minha fala aqui, em momento algum, tentou fazer um prejulgamento. Quero que fique bem claro com relação a isso. E que apenas estou trazendo um relatório, que é um relatório preliminar, da Comissão de Direitos Humanos, onde pretendemos fazer um relatório que seja mais fundamentado. Sistematizar isso. E procurei tão-só repassar aquilo que foi colocado.

Não faço avaliações. Não faço prejulgamentos e não faço nenhum tipo de imputação a A ou B nos casos envolvidos. Venho apenas para colaborar com a CPMI e, principalmente, para pedir uma colaboração da CPMI, assim como já foi feita, em relação a esses casos em Passo Fundo. Obrigado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, apenas para dizer que a sua colaboração foi bastante importante. Compreendi que, no seu caso, o seu depoimento, e o princípio da Comissão de Direitos Humanos não é de um posicionamento prévio, mas sim de que tudo seja feito dentro dos princípios constitucionais da legalidade e das garantias individuais do direito de defesa e, inclusive, que as autoridades não tenham essa pressão para um prejulgamento.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Rosado) – Não havendo mais nenhum parlamentar que queira fazer uso da palavra, agradeço a presença dos Sr. Gilnei, bem como de todos que aqui estiveram colaborando com os trabalhos da CPMI desde às 10h da manhã de ontem.

Não havendo nada mais a tratar agradeço a presença das Srªs e Srs. Parlamentares e de todos os presentes e, especialmente, de todos os que compõem a secretaria da CPMI pelo carinho e cuidado com que trabalharam durante todo esse período.

Declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 4 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 19ª Reunião, realizada 5 de novembro de 2003.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às quinze horas e vinte e quatro minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Eduardo Azeredo, Senador Paulo Paim, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Flávio Arns, Senadora Fátima Cleide, Deputada Ann Pontes, Deputado Sandra Rosado, Deputado Mauricio Rabelo, Deputado Luiz Couto, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Thelma de Oliveira, Deputada Alice Portugal, Deputada Almerinda de Carvalho e Deputada Sueli Campos, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** Presentes também os Senhores Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi. Havendo número regimental, a Presidente Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião administrativa de caráter reservado, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, a Senhora Presidente comunica aos presentes que dentre os diversos assuntos administrativos a serem tratados, há sob a Mesa dos Trabalhos, Requerimento de nº 0111/2003, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que requer a realização, pela CPMI de Diligência, visando a averiguação dos casos abaixo enumerados, bem como sejam ouvidas as pessoas listadas, quando do deslocamento desta CPMI ao Estado do Rio Grande do Norte: Caso da Menor Maria de Fátima Cleiton da Silva de Mossoró/RN, sejam ouvidas as seguintes pessoas: Dra. Fátima Maria Costa Soares, Dra. Fátima Diogenes, Irmã Heiem e a Sra. Divanete Eunídia da Costa Souza, assim como, a averiguação de caso ocorrido na cidade de Santa Maria/RN, a respeito de exploração sexual de crianças e adolescentes, abusadas pelo Sr. José Faustino

de Araújo, para tanto, requer seja ouvida as seguintes pessoas: Sr. José Cláudio Cardoso da Silva e Sr. José Faustino de Araújo. A Presidência coloca em discussão o Requerimento, não havendo nenhum Parlamentar que queira discutir, coloca-o em votação, sendo aprovado por unanimidade dos seus membros. Após a Presidência concede a palavra a Relatora Deputada Maria do Rosário para suas considerações. Fizeram uso da palavra, pela ordem, os Senhores Parlamentares Deputada Sandra Rosado, Deputada Laura Carneiro, Deputada Terezinha Fernandes, Senador Pedro Simon, Deputada Alice Portugal, Deputado Luiz Couto, Senadora Fátima Cleide, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Flávio Arns, Deputada Suely Campos, Deputado Almerinda de Carvalho, Deputada Thelma de Oliveira e a Deputada Ann Pontes. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 20ª Reunião, realizada 6 de novembro de 2003.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas e cinqüenta e sete minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se as Senhoras Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Ann Pontes, Deputado João Magno, Deputada Sandra Rosado, Deputada Suely Campos, Deputado Luiz Couto, Deputada Almerinda Carvalho e Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN ***"com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** *Havendo número regimental, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Sr. José Luiz Barbosa ("Zequinha Barbosa"). Após, a Senhora Presidente determina a Secretaria que conduza ao recinto dos trabalhos o Sr. José Luiz Barbosa, que já preencheu e assinou o Termo de Compromisso, qualificando-o em seguida. A Presidente indaga ao depoente se o mesmo gostaria de fazer alguma consideração a esta Comissão, que aceita passando a ler uma declaração aos membros da Comissão. Após, a Presidente concede a palavra a Senhora Relatora Deputada Maria do Rosário para dar início aos seus questionamentos ao depoente e, em seguida, passa a palavra a Deputada Laura Carneiro, primeira inscrita, para proceder às suas perguntas ao depoente. No decorrer dos questionamentos da Deputada Laura Carneiro, o Advogado do Sr. José Luiz Barbosa, Dr. Abadio Marque de Rezende – OAB nº 2894 – MS, levanta-se do assento em que se encontrava acompanhando os trabalhos da Comissão, disse a Senhora Presidente que queria fazer uso da palavra, falando em voz alta e com o tom alterado. O Advogado, embora sendo advertido diversas vezes pela Presidência que não poderia usar da palavra durante o depoimento de seu cliente, o mesmo insistia em se manifestar publicamente com o pretexto de alegar questão de ordem, tendo o seu pedido indeferido, com base nas normas de Direito Processual Penal e das normas Internas do Congresso Nacional, as quais regem as CPI's. Com a permissão da Presidência, o Dr. Abadio aproxima da Mesa dos Trabalhos para conversar em particular com a Presidente Senadora Patrícia, acerca da alegada questão de ordem. Porém, quando o Advogado se aproximou da Senhora Presidente, falando, em tom audível para todos, que pretendia fazer uso da palavra em público para argüir questão de ordem. Não podendo conceder a questão de ordem solicitada pelo Dr. Abadio, Advogado do depoente, a Presidência advertiu o Advogado de que mandaria retirá-lo do recinto, caso ele continuasse a ter o mesmo tipo de comportamento. O Advogado, então, disse que só sairia do recinto caso fosse preso, chegando ao absurdo de apontar o dedo em riste no rosto da Senhora Presidente e, falando em tom acintoso, se a Presidente queria que ele argüisse a questão de ordem cochichando na sua orelha. Sem outra alternativa para manter a ordem e a regularidade dos trabalhos, a Presidente e a Relatora ordenaram a retirada do recinto do Dr. Abadio, determinando à Polícia do Senado Federal que o conduzisse, decretando a sua prisão em flagrante. A Presidência suspende por alguns minutos os trabalhos da Comissão. Reabrindo os trabalhos, a Senhora Presidente comunica que em razão do comportamento inconveniente do Dr. Abadio Marque de Rezende, Advogado do Sr. José Luiz*

Barbosa, de insistir em desobedecer a ordem desta Presidência, para que não se comunicasse com o seu cliente durante o depoimento, nem de se dirigir a esta Presidente de forma deselegante, restando portanto determinar a retirada do Dr. Abadio, com o intuíto de manter a ordem e a regularidade dos trabalhos, com o fundamento nos termos que autoriza o artigo 794 do Código de Processo Penal. A seguir, a Senhora Presidente retoma a Lista de Inscrição, concedendo a palavra a Senhora Deputada Laura Carneiro que lembra ao depoente que é indiciado e que o mesmo deveria estar acompanhado de um Advogado no decorrer do seu depoimento, perguntando-lhe se gostaria de nomear um Advogado "ad hoc", e o Sr. José Luiz Barbosa disse aos membros da CPMI que abria mão do direito de ser acompanhado por um Advogado. A Senhora Relatora Deputada Maria do Rosário informa ao depoente que se encontra presente o Advogado Dr. Augustino Pedro Veit – OAB nº 10.374 – DF, e que o mesmo dispõe funcionar como Advogado "ad hoc" do depoente. Diante da negativa do depoente, a Deputada Laura Carneiro e a Senhora Relatora, solicitaram que seja consignada em Ata a decisão do depoente de não aceitar a nomeação de um Advogado "ad hoc". Pela ordem de inscrição, fizeram uso da palavra para questionar ao depoente, o Deputado Luiz Couto, a Deputada Terezinha Fernandes, a Deputada Ann Pontes, a Deputada Sandra Rosado, o Senador Flávio Arns. A Senhora Relatora Deputada Maria do Rosário comunica aos presentes que irá apresentar Requerimento à Comissão, no sentido de solicitar ao Conselho Nacional de Assistência Social, uma análise e Auditoria completa das ações, dos recursos, das práticas instituídas pelo Instituto Zequinha Barbosa, assim como irá requerer a quebra dos sigilos bancários e fiscais da referida Fundação. Por deliberação do Plenário e com a aquiescência do Sr. José Luiz Barbosa, a Presidência determina que a presente reunião pública se transforme em reservada, suspendendo-a por alguns minutos para que a Secretaria tome as providências para a evacuação do Plenário, permanecendo apenas a equipe de Assessores Técnicos e membros da CPMI no recinto. Reabrindo os trabalhos, a Senhora Presidente dá continuidade aos questionamentos ao depoente. Fizeram uso da palavra pela ordem, a Deputada Ann Pontes, o Deputado Luiz Couto, a Deputada Terezinha Fernandes a Deputada Laura Carneiro, a Deputada Thelma de Oliveira,. a Deputada Sandra Rosado e o Senador Flávio Arns. A Senhora Deputada Terezinha Fernandes comunica aos presentes que também irá apresentar Requerimento à Comissão, no sentido de solicitar a acareação do depoente, Sr. José Luiz Barbosa com as vítimas e, também, com O Sr. Luiz Otávio Flores da Anunciação. *Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calhão, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Havendo número regimental, declaro aberta a **20ª reunião** da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito,criada através do Requerimento nº 02, de 2003-CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la como aprovada.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Srª Presidente. V. Exª pode pedir dispensa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Solicito à Secretaria que providencie a entrada ao recinto do convocado, que é o Sr. José Luiz Barbosa.

O depoente já preencheu e assinou o termo de compromisso, que passo a ler:

Nome completo: Sr. José Luiz Barbosa. Identidade: 001390854-SSP-MS. Idade: 42 anos. CPF: 023 542 708 01. Estado civil: divorciado. Endereço residencial: Rua Araqueme...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ariqueme.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ariqueme, Condomínio 2001, Bloco 44, apartamento 15. Bairro Alto de Pinheiros, São Paulo. Profissão: ex-atleta. Local que exerce sua atividade atualmente: na Confederação Brasileira de Atletismo. Pergunta-se: é parente em algum grau da parte envolvida? Não. O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal. Assina: José Luiz Barbosa.

Gostaria de adverti-lo, Sr. José Luiz Barbosa, de que está sob compromisso de dizer a verdade no que lhe for perguntado e no que souber, conforme, novamente, o art. 203 do Código de Processo Penal, tendo o direito de permanecer calado quanto a depor contra si próprio, conforme preceitua a Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXIII.

Antes de iniciarmos as indagações, pergunto se o advogado está presente. Peço ao senhor para trocar de local, ficar desse lado.

Antes de iniciarmos e passar a palavra à Relatora, Deputada Maria do Rosário, pergunto ao Sr. José

Luiz Barbosa se gostaria de, inicialmente, fazer alguma colocação a esta Comissão, antes que comecem as perguntas. Se o senhor gostaria de se manifestar sobre o assunto que o traz aqui hoje.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Bem, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a Presidente desta Comissão, Senadora Patrícia Saboya Gomes, e gostaria de dizer que tenho um documento prescrito por mim, no qual... Foi prescrito por mim, para... Gostaria que *seria* lido, porque esse documento vai ser o balizamento da minha conduta diante desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Queria que *seria* lido para que todos pudessem ouvir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor mesmo faça a leitura desse documento.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tenho só uma cópia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não. Ele vai fazer a leitura, pode me dar uma cópia que ficará conosco.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – "À Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Exploração Sexual – Senado Federal.

Srª Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, demais membros desta CPMI:

Eu, Zequinha Barbosa, venho, com muito respeito e acatamento, perante essa ilustrada CPMI, antes de ser questionado por seus membros, trazer a minha posição e o meu pensamento quanto ao trabalho desta Comissão, voltada ao benefício da criança e do adolescente, bem como quanto à minha conduta aqui, nesta CPMI.

Inicialmente, desejo externar, sinceramente, os meus cumprimentos pelo grande trabalho que está sendo desenvolvido por esta CPMI em prol da criança e do adolescente em todo o território nacional. Já não era sem tempo a criação dessa CPMI que atende, inegavelmente, aos anseios e às aspirações de toda a comunidade brasileira.

Srs. e Srªs. Deputados e Senadores, tenho o privilégio de, ao encerrar o meu ciclo desportista como atleta corredor e ter iniciado um círculo social, retornando ao Brasil, eu que vivi quase 20 anos nos Estados Unidos, voltei ao meu Estado, Mato Grosso do Sul, aonde, juntamente com algumas pessoas de boa vontade, pude realizar um antigo sonho há muito tempo acalentado: criar o instituto "Zequinha Barbosa Correndo pela Vida."

Desde então, há mais de dois anos, em parceria com uma grande instituição de ensino superior – a Universidade Católica Dom Bosco –, temos desenvolvido um modesto, porém gratificante trabalho em prol da criança e do adolescente, sobretudo daqueles em situação de estado de vulnerabilidade social. Para isto, soma-se a nós instituições de reconhecimento nacional e internacional às quais não irei declinar neste momento.

Quanto à minha atuação perante esta CPMI, desejo registrar, hoje, sem nenhuma ofensa ou desrespeito aos membros, porém exercitando uma prerrogativa que a Constituição Federal me garante, qual seja a de expressar livremente o meu pensamento, dizer que, quanto aos fatos relativos ao inquérito policial ao qual fui indiciado perante a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, em Campo Grande, bem como em relação à ação penal dele decorrente, eu, aqui, hoje, estou não na qualidade de testemunha, mas de indiciado e de acusado.

Optei invocar o direito constitucional de permanecer em silêncio e de só prestar os meus esclarecimentos em juízo, porque, assim, prossigo, quero explicar: sou homem público, conhecido nacionalmente e internacionalmente.

Essa acusação que pesa contra a minha pessoa tem me trazido incontáveis prejuízos e, inclusive, principalmente, de ordem moral. Sei que aquilo que disser, aqui, hoje, negando a minha participação nos fatos, será usado contra mim, inclusive pela mídia, através de entrevistas que serão dadas por membros da CPMI, como, aliás, tenho observado acontecer. Efetivamente, isto é o que tenho visto ocorrer, logo após a audiência, quando indiciado e acusado são ouvidos perante esta CPMI.

Reafirmo: não quero ofender ninguém. Faço apenas uma constatação de fatos. O que se fala aqui não vale; vale sim a interpretação que se dá nessa entrevista aonde, invariavelmente, as informações prestadas por aqueles que aqui vêm são contestadas e levadas a público, de uma forma distorcida, de modo a induzir a população brasileira a acreditar na culpa de membros suspeitos e que ainda não foram condenados. Por isso, não quero me defender aqui. Aqui não direi que sou inocente ou culpado, não comentarei os meus depoimentos prestados na Delegacia de Polícia. Aqui não comentarei depoimento de suposta vítima nem tampouco de indiciado nem daqueles que comparecem perante esta CPMI.

Realmente, optei pelo silêncio, neste momento, quanto aos fatos pelos quais sou acusado. Por enquanto, esse direito é assegurado até aos culpados, o que não é o meu caso. O direito de não me auto-incriminar. A minha defesa será feita perante o Poder Judiciário, a quem cabe me julgar. Se merecer ser condenado, serei. Se merecer ser absolvido, serei.

Efetivamente, as análises críticas e comentários que seguem após a audiência realizada perante esta

ilustrada Comissão são feitos de modo a provocar a desmoralização pública, ou seja, irreparáveis prejuízos perante a sociedade, ferindo fortemente a imagem e a honra das vítimas dessa entrevista.

Aqui venho com a máxima boa vontade, com o espírito de colaboração com a CPMI. O dano é ainda maior àqueles que, como eu, vivem de sua imagem, imagem esta, aliás, construída e conquistada com muito sacrifício, de uma forma honesta, pelo talento que Deus me deu – o de correr -- e, também, pela minha conduta disciplinada e ética, as quais sempre foram reconhecidas em meu País.

E, quanto aos fatos alheios, refiro-me ao inquérito e à ação penal decorrente, estou inteiramente disposto a essa Comissão. Responderei todos os questionamentos com a máxima boa vontade, contudo aqui vim para respeitar todos e espero igualmente ser respeitado. Afinal de contas, a Constituição Federal assegura a todos, indistintamente, o reconhecimento de sua dignidade humana. Assim, estou disposto a prestar um depoimento de forma respeitosa. Gostaria de ser inquirido também da mesma forma, sem qualquer constrangimento ou prejulgamento de culpa.

Por fim, entendo, em que pese a minha postura perante essa Comissão no que tange a meu depoimento, mercê de minha experiência na lida com criança e adolescente, não poderei me omitir quanto às informações de que sou detentor. Quiçá posso servir aos interesses idôneos dessa CPMI, a qual não busca os holofotes e as câmeras, mas desenvolve despreendido e sério trabalho em prol menores explorados, inclusive sexualmente. Acredito que o povo brasileiro não vai me prejulgar, mas aguardará o pronunciamento da Justiça.

Por último, desejo requerer que seja lido em plenário, em audiência dessa CPMI, em alto e bom som, a minha presente manifestação para o conhecimento de todos, bem como seja juntada cópia aos autos dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Desejo que o Brasil conheça a minha posição aqui adotada, bem como suas razões e não apenas comentários que se seguirão fatalmente pela versão dos membros da CPMI.

Essa manifestação efetivamente representa a minha posição, traduz a conformidade da Carta Magna do meu País.

Respeitosamente,

José Luiz Barbosa, Zequinha Barbosa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Zequinha Barbosa, em primeiro lugar, gostaria de esclarecer ao senhor que esta CPI não faz prejulgamentos. Aliás, a nossa função não é julgar; essa obrigação é da Justiça.

Nós temos obrigação, como CPMI, de ouvir aquelas pessoas que foram denunciadas, que foram acusadas pelo trágico fenômeno da exploração sexual no nosso País, em que pessoas que muitas vezes estão acima de qualquer suspeita acabam sendo envolvidas, estão envolvidas nesses atos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Portanto, nós temos esse compromisso, assim tem agido a CPMI durante todas as suas reuniões, suas audiências públicas, diligências, sem fazer, de forma alguma, qualquer tipo de prejulgamento.

Evidentemente, é preciso esclarecer que o senhor já tinha sido convocado em outras ocasiões e só hoje está se fazendo presente a esta Comissão. Mesmo assim, esta Comissão insistiu por diversas vezes, inclusive pelo contato com o seu próprio advogado, para que pudesse vir e esclarecer esses fatos de que tomou conhecimento não só o seu Estado como o País inteiro.

Portanto, esclareço também àqueles que estão nos ouvindo que nós o convocamos para esta CPI como testemunha, porque partimos do princípio de que o senhor é uma testemunha que pode ajudar a esclarecer esses fatos que estão colocados no Brasil inteiro. Mas o senhor se declara e prefere estar aqui hoje como indiciado, como acusado. Então assim será. Esta CPI, a partir desse momento, então, o escuta como indiciado.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário, Relatora da CPMI, para que inicie logo as suas indagações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados Federais, Sr. Zequinha Barbosa, senhoras e senhores que acompanham a audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, como disse a Senadora Presidente da nossa Comissão, o nosso objetivo, Sr. Zequinha Barbosa, é precisamente avançarmos nos trabalhos que estamos desenvolvendo no Brasil inteiro e que têm obtido êxito nas diferentes regiões do Brasil, particularmente, inclusive, a partir de uma posição muito aberta e coerente do povo do Mato Grosso do Sul, da atuação da comunidade, da sociedade civil, das entidades, da coragem, inclusive, de mães que nos procuraram e do próprio depoimento de crianças e adolescentes que nos procuraram.

O trabalho que desenvolvemos, em uma audiência pública no Mato Grosso do Sul, depois teve desdobramento aqui, em uma audiência com o Sr. Luiz Otávio, e hoje temos, finalmente, o depoimento de V. Sª, para que possa esclarecer os fatos.

A SRA. Presidente claramente disse da nossa determinação inicial, de que fosse ouvido como testemunha, mas acatamos respeitosamente a sua posição e o seu desejo de ser considerado, neste processo legislativo, como está sendo considerado no processo penal, como indiciado, portanto, como acusado do crime de exploração sexual.

V. Sª assim se declara e nós acatamos, segundo o que disse A SRA. Presidente.

A primeira questão que faço ao senhor, no sentido de que possamos estabelecer uma linha de raciocínio, é: qual o local da sua residência? Onde o senhor reside?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Resido na Rua Ariqueme, Bloco 44, apartamento 15, em São Paulo. Alto de Pinheiros.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor reside, portanto, em São Paulo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem residência em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Residência em Campo Grande? Não. Na realidade, quando eu estava em Campo Grande, sempre fiquei em hotéis e coisa. Fiquei muito em hotéis e, também, às vezes, fiquei junto à família do Luiz Otávio. Ficava em hotéis e, às vezes, ficava, por ser muito amigo, com a família do Luiz Otávio. Só isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia esclarecer para nós quem é exatamente Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, Luiz Otávio... Se tiver alguma coisa... Como falei para a senhora, não estou falando em juízo. Declarar quem exatamente é Luiz Otávio, isso prefiro fazer em juízo e declarar para o juiz, que é a pessoa na qual realmente julgar. Acho que não tenho nada a declarar. A única coisa que tenho a dizer é isto: tenho que dizer em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente onde o senhor se hospeda em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Hospedo no Hotel Metropolitan, sempre estou no hotel Metropolitan.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sempre, portanto, no mesmo...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não sempre; na maioria das vezes. Já fiquei em outros hotéis, como Novotel, mas sempre no Metropolitan, e, em algumas oportunidades, ocasiões, por ser, desde infância, amigo da família de Luiz Otávio, também ficaria e fiquei algumas vezes, sim, não algumas vezes, várias vezes, na casa também do Luiz Otávio, quando havia necessário, por questão até econômicas também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem família, tem filhos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem família?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso. Reside em San Diego, na Califórnia. Tenho uma filha de dez anos e uma filha de seis anos, que mora em San Diego, na Califórnia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quanto anos o senhor morou nos Estados Unidos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Há quase 20 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quase ou durante 20 anos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Residi, nos Estados Unidos, do início de 1983 a praticamente 2001.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor voltou ao Brasil...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É. Aí, fiquei, nesse período de 2001, 2002, até agora, em transição. Ia para lá, voltava, até realmente definir a questão do meu divórcio nos Estados Unidos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor poderia afirmar, pela estada, pela... Os seus filhos são norte-americanos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São norte-americanos, cidadãos americanos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – São cidadãs americanas.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua ex-esposa também é norte-americana?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Também é americana.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode afirmar que residiu, durante cerca de 20 anos, e tem uma residência lá, tem família lá, tem familiares?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tenho família lá, correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, portanto, diria que tem residência lá?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso, tenho. Tenho até o **greencard**, sou membro... Tenho residência, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Isso, na Califórnia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso na Califórnia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o senhor poderia declinar, novamente, o endereço, na Califórnia, apenas para registro?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Para registro?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Porque o senhor é uma pessoa que tem, portanto... Em São Paulo, é a sua residência fixa; em Campo Grande, o senhor eventualmente está; e, nos Estados Unidos, o senhor tem a sua família?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o seu endereço, na Califórnia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É 6268, Ald**(?)** Street, na Califórnia, em San Diego. O telefone lá é 619 – que é o código de área – 3032318.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia dizer que, então, há uma segunda residência sua também. Está em seu nome a propriedade nos Estados Unidos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Na questão da... Quando houve o divórcio, preferi deixar para as minhas filhas. Tenho uma experiência muito difícil, porque meu pai me deixou com oito anos de idade também, e tentou levar tudo da minha mãe. Fiz totalmente o oposto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor deixou...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Deixei o que tinha que deixar para lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, a residência lá, em nome já das suas filhas, é residência própria?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Residência própria, sim. Está no nome da minha ex-mulher.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos anos têm as suas filhas?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A mais velha, dez, e a mais nova, seis anos. A mais velha nascida no dia 10 de setembro de 1993 e a mais nova, no dia 05 de agosto de 1997.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quanto tempo o senhor criou, se foi o inspirador, o chamado Instituto Zequinha Barbosa, Correndo pela Vida?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, eu, para quem pouco conhece, tenho uma história de vida que é o seguinte: a minha avó já foi empreendedora social, Maria Glemen Estevão, inclusive nos autos de alguns documentos se encontra. Maria Glemen Estevão foi pioneira da assistência social na minha cidade. Ela criou a Fundação Abril Porto de Jacó.

Eu, quando, desde criança, por ter sido pobre e ter passado por dificuldade, porque eu passei fome, entendia que a pobreza... Nunca via a pobreza como defeito, e sim como uma virtude, porque fiz dela um instrumento para poder vencer na vida.

Tinha um sonho de que, se um dia eu me tornasse alguém, seja um médico, um doutor, o que fosse, eu ia poder... Se eu tivesse numa posição de oportunizar aqueles menos privilegiados, eu ia oportunizar.

Então, eu tive um sonho desde criança de que um dia, se eu pudesse ter a oportunidade, sim, eu ia entrar na ação social, para poder dar oportunidade para aquelas crianças. Não necessariamente ter que ganhar medalha da forma que eu ganhei.

Então, eu sempre tive esse sonho e, quando eu tive oportunidade, na minha volta para o Brasil, eu realizei, eu comecei a iniciar essa minha maratona que é o empreendedorismo social.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Inclusive faço questão que o senhor compreenda, até pelas suas manifestações anteriores, na correspondência que o senhor entregou à Srª Presidente, que aqui o senhor vai fazer um depoimento absolutamente tranqüilo e que nós temos respeito pelo cidadão e pela pessoa. Nós nos pautamos pelos direitos humanos. Não agredimos quem quer que seja.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, tudo bem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos lhe fazer as perguntas. O senhor vai respondendo com a máxima tranqüilidade, assim como estamos desenvolvendo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sem erro, com tranqüilidade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que nós queremos ao final é a proteção dos direitos da criança. Então, quero estabelecer com o senhor, de princípio, para que o senhor tenha clareza de que o nosso trabalho é absolutamente sério e respeitoso do ser humano que está aqui à nossa frente, seja quem ele for.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Independente, porque o nosso trabalho é esse.

Então, o senhor teve essa inspiração para a criação do Instituto Zequinha Barbosa. Sucintamente, o senhor poderia me dizer qual é o público que é atendido por esse Instituto e como funciona?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O INstituto Zequinha Barbosa, nós trabalhamos com criança de sete a quatorze anos, criança que está em estado de vulnerabilidade social, que tem como objetivo a cidadania, porque a gente entende que a cidadania é uma coisa eterna.

E, para que isso acontecesse, não bastava somente ter um nome e uma boa vontade; precisava de uma parceria. O porquê disso? Porque entendo que a ação social do Brasil só vai melhorar o dia que se esta-

belecer uma relação de responsabilidade entre o poder público e a sociedade civil organizada, porque entendo, no meu caso, que eu defendo o esporte, o esporte não é um direito, senão direito, uma garantia.

Então, o Instituto...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Zequinha Barbosa, e qual é exatamente o público do Instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O público é criança em estado de vulnerabilidade social, de sete a quatorze anos. Criança com alta repetência escolar, criança que já está dentro da droga ou está próxima da droga, está querendo se prostituir, fazendo do esporte um instrumento de socialização na prática.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria então de que bairros... Funciona em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Funciona em Campo Grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que bairros de Campo Grande provêm as crianças que são atendidas ou que estão dentro do programa do seu Instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vêm dos bairros na proximidade da Universidade, que é o Jardim Seminário, em Campo Grande.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São crianças, portanto, empobrecidas?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Família em vulnerabilidade social, como o senhor disse aqui, que precisa de uma oportunidade e um programa que a sociedade civil oferece.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Exato.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem parcerias com o Poder Público?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tenho parceria com o Poder Público. Somente uma, que é com o Ministério do Esporte, que acabou de ser efetivada recentemente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem seleciona? Imagino que deva haver uma verdadeira corrida para o Instituto.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantas vagas o senhor tem nos seus programas sociais?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Há disponibilidade de cento e vinte vagas para as crianças, mas devido à condição que o Instituto passa, por não ter transporte, hoje nós atendemos um número bem pequeno, bem menor, mas o intuito é atender cento e vinte crianças, sim. Mas, devido a não termos o dinheiro para o transporte, que é uma coisa bastante difícil, é uma coisa que eu tenho batalhado, porque facilita, porque essas crianças... A localidade da Universidade é um pouco longínqua e, às vezes, para essas crianças virem fica bastante difícil. Então, a gente tentou, através de parceria até com órgão estadual e municipal de um ônibus, mas ficou bastante difícil pela questão de passe escolar, etc.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor diz que tem vaga para cento e vinte crianças, e quantas crianças estão efetivamente sendo atendidas hoje?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Hoje, aproximadamente está bem, aproximadamente entre vinte e cinco a trinta criança no máximo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com uma capacidade ociosa, de fato, bastante ampla, o senhor diria.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De 25 e 30 crianças realmente é no máximo um quarto.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto. Iniciou-se o ano passado com muito. Mas, como a gente não conseguiu o transporte por causa... Neste ano, elas começaram...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nunca chegou a atender, então, 120?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Na realidade, chegamos a atender, no ano passado, aproximadamente 80 crianças. Tenho que verificar. Mas nunca chegamos ao número máximo, devido às dificuldades de transporte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pergunto-lhe ainda: para essas 25 a 30 crianças terem ingressado no programa, outras tantas, então, gostariam de estar e não estão?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com certeza. O meu objetivo meu, inclusive, é mais do que isso. É trabalhar não só com instituto, mas ampliar isso muito mais. Eu gostaria de criar um centro de excelência social.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor apresentou projetos para as instituições para o atendimento de 120 crianças, e está atendendo 30 crianças?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Apresentamos e conversamos com ele a razão pela qual nós não estamos... Eles estão notificados e sabem dessa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Inclusive do ponto de vista do financiamento?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Do ponto de vista do financiamento.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são as instituições que fazem o financiamento das políticas do Instituto Zequinha Barbosa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Como?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que instituições estão lhe garantindo financiamento?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Instituto Ayrton Senna, Fundação Kellogs, que no ano passado, nos ajudou muito, a própria Unicef, o Ministério do Esporte.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Seria para 120 crianças?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sim. Inclusive, do Ministério, começamos a trabalhar... quando houve exigência ainda e nós não estava conseguindo o transporte. Para muitos deles, o transporte é a coisa mais difícil; dão alimentação...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual é o financiamento, por exemplo, do Ministério do Esporte para o seu trabalho? Quanto em recursos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Os recursos foram aproximadamente R$45 mil, que inclusive entendemos que...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por ano?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Anual. Tudo é anual?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E a Fundação Ayrton Senna?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A Ayrton Senna trabalha mais com recursos humanos e material educacional. Tudo isso é prestado conta com responsabilidade. Se houver necessidade de ampliar, tudo isso é mantido junto com a universidade...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Que outras instituições financiam?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A Fundação Kellogs.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com quanto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A Fundação Kellogs, na ocasião que estávamos desenvolvendo, no ano passado, providenciou US$35 mil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – US$35 mil?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, algo em torno de R$100 mil. Ainda assim, para 35 crianças?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Na ocasião, quando estávamos iniciando, iniciamos porque existia um trabalho do recursos humanos, um trabalho logístico que precisa ser feito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não acha que é um **per capita** bastante alto por criança? Digo isso porque observamos qual o **per capita** da criança da escola.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Mas esse dinheiro ainda...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor deve estar com um **per capita** de R$4 mil, R$5 mil por criança.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Entendo. Mas tudo isso está esclarecido. Se precisar fazer uma prestação, está tudo esclarecido. Mandei inclusive uma carta ao Ministro, quando, imediatamente, a equipe pedagógica entendeu que nós ia fazer uma parceria nas exigências do Ministério do Esporte. Mandamos uma carta ao Ministro, informando a ele que queríamos fechar a escola por questão interna deles. Eles entendiam que tínhamos que iniciar no ano que vem. Foi pedida uma prorrogação de tudo isso, para que, no ano que vem, iniciemos o projeto correto, com as cem crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Para ficar bem claro, Sr. Zequinha Barbosa, o senhor falou que recebe em torno de US$35 mil...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu recebi US$35 mil da Fundação Kellogs.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E dos outros institutos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – De recursos humanos do Instituto Ayrton Senna.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Instituto Ayrton Senna lhe paga recursos humanos. O que significa isso? São os funcionários que trabalham?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso. São os funcionários, material esportivo, educacional, deslocamento, participação, por exemplo, em congressos porque eles fazem um trabalho de capacitação ,porque vamos nos tornar disseminador de programa de esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Entendo. O senhor sabe o recurso que é repassado à instituição pelo Instituto Ayrton Senna?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foram R$60 mil/ano. Existe uma planilha de custo, onde está tudo desenvolvido.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual é a outra Fundação? Unicef também?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Unicef.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Repassa recursos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Repassa recursos também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor sabe o valor desses recursos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Da Unicef foi por volta de, aproximadamente, com certeza, uns R$50 mil, uma coisa assim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Há mais algum outro?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O outro é o Ministério dos Esportes. Tudo isso...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De quanto é o repasse do Ministério dos Esportes.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – De R$49mil.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse recurso todo somado para um ano?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Dado anualmente, mas se precisar ser prorrogado por questões que estamos ajustando de acordo com a necessidade do instituto, isso é prorrogado e tudo isso é prestado conta direitinho. Também tem a Caixa Econômica Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Todos esses institutos, Sr. Zequinha Barbosa... É uma conta...

Nós que trabalhamos muito com essa área social sabemos das dificuldades que geralmente as instituições, as organizações não-governamentais enfrentam para manter seus programas, porque os recursos são sempre poucos e, às vezes, insignificantes em relação ao trabalho que é realizado. O senhor tem uma proposta, na Fundação Zequinha Barbosa, de trabalhar com 120 crianças; trabalha com algo em torno de 25 crianças. Todas essas instituições que repassam esses recursos têm conhecimento de que os recursos seriam para 120, mas que o instituto só trabalha com 25?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Exatamente. A equipe pedagógica e as pessoas que trabalham fazem esse reconhecimento. Tem mais: todo esse recurso, se não atender àquilo, temos a responsabilidade de devolver ou de prorrogar isso e passar pra frente, para que a gente possa atender muito mais. O objetivo é esse. A grande dificuldade de todos nós, como eu falei, é o transporte. A maioria dessas entidades não dá dinheiro para o transporte. Então esse dinheiro não poderia, porque o transporte acarreta, mais ou menos, de 25% a 30% de um projeto, porque é muito caro o transporte.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas com todo esse recurso que o senhor recebe, nunca deu para comprar esse transporte?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Porque o dinheiro foi destinado para as crianças, e não foi destinado ao transporte. Quando se faz os convênios...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eles não aceitam?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não aceitam. Tem uns, por exemplo, que não dá nem para alimentação, só para material de gasto. Uns dão para alimentação, outros para transporte e outros para recursos humanos. Quer dizer, para o transporte não tem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Zequinha, alguma vez o senhor devolveu o dinheiro da sua Fundação?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No ano passado, usamos todo o dinheiro, que foi notificado e justificado. Por enquanto não devolvemos, porque este foi um ano letivo em que todos começaram a participar e, no final do ano, teremos uma prestação de contas, na qual devolvemos. No caso do Ministério, fizemos a prorrogação. Se tivermos que devolver esse dinheiro, com certeza absoluta vamos devolver.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Só um aparte?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não quero um centavo de nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Farei um aparte sobre o mesmo assunto. Só para perguntar se em algum outro ano houve devolução. O instituto existe há quantos anos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele foi fundado em 2001, com a parceria feita com a Universidade Católica Dom Bosco. Em 2002, tentamos iniciar o projeto, o que foi bastante difícil, não conseguimos as parcerias que queríamos, conseguimos somente a Fundação Kellogs. Junto com a Fundação Kellogs, nós tentamos estender alguns dos materiais, mas não sabia se ia conseguir alguns patrocínios.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Só funcionou em 2002?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Funcionou me 2002 e está funcionando agora, em 2003.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Em 2002 vocês devolveram algum dinheiro?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não foi devolvido nenhum dinheiro, mas a Fundação...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Está respondido, Srª Presidente. Obrigada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Deputada Laura Carneiro e Srª Presidente.

Conhecendo as instituições brasileiras, as entidades de caráter social e o terceiro setor, observamos que o senhor tem sido muito capaz no sentido da captação dos recursos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muitas instituições têm confiado no setor.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Instituições de caráter e corretas, que prestam relevantes

serviços à sociedade brasileira e ao mundo inteiro. Mas, em termos de efetividade no atendimento das crianças, o senhor não tem conseguido colocar as crianças dentro do programa, porque o senhor está sendo capaz no sentido da captação dos recursos, e só tem 25 crianças, exatamente o contrário do geral das entidades brasileiras. Podemos considerar assim?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto, inclusive, uma das grandes razões... Como falei, o projeto funciona dentro da Universidade Católica Dom Bosco, porque em muitos lugares a que vamos, por ser um projeto de educação pelo esporte, a infra-estrutura é muito precária, às vezes não conseguimos infra-estrutura, mas estamos tentando, de alguma forma, junto com a equipe pedagógica, realmente aprimorar, nesse sentido, para que possamos...

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor falou em equipe pedagógica. Com quem o senhor conta nessa equipe pedagógica? O senhor tem certamente... As crianças fazem refeição?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No ano passado, fez. Neste ano, por exemplo, não tivemos refeição. Fazíamos um trabalho... até porque todo o dinheiro desses patrocínios precisa ter um destino correto.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem nutricionistas na sua equipe?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Se tenho nutricionista? Não temos nutricionista dentro da equipe, mas a universidade dispõe de acadêmicos. Temos uma parceria com a universidade.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Além dos recursos para pessoal do Instituto Ayrton Senna, além dos recursos que o senhor tem para o financiamento das políticas, a universidade lhe dá o suporte?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Suporte... espaço físico.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Por exemplo: alguma vez o senhor serviu refeições? As crianças se alimentam?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Servimos, sim.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – São crianças empobrecidas.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Servimos refeição, sim. Neste ano, a refeição... Nós trabalhava até certo período, porque o dinheiro de muitas das entidades, por exemplo, não vem destinado para refeições. Tentamos negociar, mas o que foi feito no convênio, o que está escrito no papel não veio para refeições. Essa foi uma preocupação, porque nós queríamos... Você sabe que tem muitas entidades dá dinheiro específico para algumas coisas.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto, o senhor declara que não há refeições. Não há nutricionistas nem cozinheiros, ou seja, pessoas que trabalham com alimentação.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Trabalhamos na universidade e existe um papel...

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Não estou perguntando sobre o que a universidade lhe subsidia a mais, além do local. Pergunto ao senhor se há, no quadro de pessoal, esses profissionais, como nutricionistas.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não temos. Nutricionista não temos.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem certamente, para 25 crianças.... Eu e a Senadora Patrícia Saboya Gomes somos pedagogas. Nas nossas salas de aula certamente já houve 30 ou 40 crianças. A Deputada Celcita Pinheiro também disse que já trabalhou com 40 crianças pequenas. Com certeza, já trabalhei com esse número de crianças em vilas populares de Porto Alegre.

O senhor deveria atender 120 crianças. Na expectativa de atender 120 crianças, o senhor deve ter, digamos, três pedagogas.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Temos um educador, que é um professor de educação física, um pedagogo e outro professor de educação física, além dos acadêmicos que trabalham no projeto.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Então são dois professores de educação física e um pedagogo. E assistente social?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tem uma assistente social.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Então, há apenas uma assistente social, contratada pelo projeto. Psicóloga?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – São acadêmicos da universidade. Ganham bolsa...

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Também são subsidiados.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – São subsidiados e ganham bolsa.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem esse apoio da universidade no programa.

O SR. ZEQUINHA BARBOSA – Isso.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Quais são os outros profissionais?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Existe o corpo administrativo: uma secretária, uma estagiária.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Deixe-me contar: há um pedagogo, dois professores de educação física, não há psicólogo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Assistente social.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Uma assistente social. Esse é o corpo técnico.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – E os acadêmicos, uma pedagoga, um professor de educação física. Todos são educadores que trabalham no projeto.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Há um ou dois professores de educação física?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tem um professor de educação física, que também é pedagogo e advogado, Dr. Porto, que é da equipe pedagógica.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Não podemos contar como várias funções. Precisamos contar cada pessoa como um profissional.

A SRª LAURA CARNEIRO – Peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele é pedagogo.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Permita-me concluir. Quero saber quantos são os profissionais para cuidar das 25 crianças. Há quase o mesmo número de profissionais e de crianças.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tem dois pedagogos: o Professor Porto, Diretor da equipe pedagógica; o Daniel For, que é o Diretor do projeto.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode dizer que ele exerce apenas uma função. Qual é a função dele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Pedagogo.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Há dois pedagogos; um professor de educação física...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele faz a gestão de projeto. Ele organiza o projeto. É pedagogo, está na área.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos relacionar novamente: um pedagogo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Que está na área com o projeto.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Outro pedagogo. O senhor tem dois pedagogos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Uma pedagoga que trabalha com as crianças.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Um professor de educação física.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Um professor de educação física.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Esses são os profissionais que trabalham na área técnica.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – E também tenho uma assistente social e uma de letras.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Uma pessoa de letras. Qual é o trabalho que ela faz?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – São acadêmicos da universidade.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – A pedagoga é paga...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A pedagoga coordena os acadêmicos, junto com...

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Os acadêmicos não contam, porque o senhor não lhes paga. São estagiários da universidade. O senhor não precisa remunerá-los.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eles ganham bolsa da universidade.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Da universidade e não dos programas.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eles ganham bolsa.

A SRª RELATORA (Maria do Rosário) – Esse trabalho está meio confuso. São 25 crianças. Não conseguimos precisar. São 25 crianças. Como é que é feito o acesso a essas crianças? Quem é que selecionou o João, e não o Henrique? Que vai o Pedro e não vai o fulano?

A SRA. SANDRA ROSADO – Pela ordem, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não.

A SRA. SANDRA ROSADO – Só para complementar a pergunta que V. Exª está fazendo.

Existe um número razoável de pessoas envolvidas. Gostaria de saber, só para complementar a sua pergunta e suas ponderações, se existe algum convênio formal da Universidade com a Fundação para pôr as pessoas nessas funções. Outra: se existe um documento formal da Universidade com a Fundação de convênio para a utilização de estagiários.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Existe, existe. Tudo isso existe.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Deputada Sandra Rosado. A questão é bastante pertinente.

O SR. FLÁVIO ARNS – Só uma pergunta para complementar a sua. Gostaria de saber o salário pago para o professor de educação física e o pedagogo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor pode responder ao Senador.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aí, esse salário foi dado de acordo com as entidades que disponibilizaram os recursos. Então, foi passado de acordo com o mercado de trabalho. Então, esse salário varia de R$600, que está dentro do mercado, a R$2 mil. Essa é a variação do salário. Foi feito de acordo com as instituições que disponibilizaram os recursos humanos pra gente.

A SRA. (Não Identificada) – Só a título de esclarecimento, com relação ao salário. Cada entidade paga um funcionário ou cada uma paga um pedacinho do salário do funcionário? Isso não ficou claro.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Existe uma planilha de custos para todos os recursos humanos e são pagos de acordo com esses recursos humanos dentro da planilha de custos. Então, isso foi desenvolvido dessa forma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada. Prossigamos. Quer dizer, que, por alto, já somei em torno de R$350 mil no mínimo e os salários para cerca de cinco profissionais de no máximo mil reais.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Srª Deputada, pela ordem.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu falei de R$600 a R$2 mil no máximo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, uma média de R$1,2 mil.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Peço a palavra apenas para complementar essa informação.

Ele fez questão de frisar muito o fato de que não recursos para alimentação e transporte, o que está inviabilizando o atendimento ao número de crianças a que a Fundação se propõe em seu projeto.

Ele disse que o Instituto Ayrton Senna repassa R$60 mil por ano para pessoal, a Universidade D. Bosco disponibiliza o espaço físico, o Ministério dos Esportes destina os recursos; o Unicef, os R$50 mil. E os US$35 mil que a Fundação Kellog's repassa? Gostaria de saber, por favor, qual o destino desse outro recurso, para que tenhamos uma informação completa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Existe todo um corpo administrativo que tem trabalhado para que isso tudo possa bem esclarecido. Então, tenho consciência de que tudo que consta ali é totalmente esclarecido. Então, por exemplo, quando iniciou com a Fundação Kellog's foi mais porque não tínhamos logística. Uma série de coisas tinha de ser gasta, que o gasto é muito grande. Então, esse dinheiro foi feito em logística, inclusive com transporte. Pedimos a ele que precisávamos de transporte para nos locomover, para que os pedagogos fossem às áreas longínquas divulgar o trabalho. Outra coisa incluída nisso, por exemplo...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – A Fundação tem um veículo? Que tipo de veículo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O transporte temos. Um carro toyota foi comprado, até porque eles entendiam também que a gente recebia pessoas importantes, que tinha que usar esse carro para ir para tudo quanto é lugar. Então, foi comprado esse carro sob autorização da Fundação Kellog's.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor responde à Deputada Terezinha Fernandes que a Fundação tem um carro toyota. Quanto custou esse carro toyota? É um carro importado.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É um carro usado também. Foi vinte e...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem a nota?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tenho, tenho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A nota de compra?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – R$22 mil.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é um gol nacional?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é um Volkswagen nacional, um Fiat nacional, é um toyota.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Dentro do entendimento da diretoria do corpo técnico, eles decidiram e compraram o carro, está entendendo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor considerou importante a compra deste carro... O senhor, como presidente do instituto, considerou que esse carro era importante para que, exatamente, que o senhor declarou?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Como estava no ano passado na questão de que a equipe pedagógico, todo o trabalho que estava sendo feito, ele precisava de transporte, talvez até para poder receber pessoas no início, etc., porque a gente entenderia naquele momento era importante ter para que facilitasse, porque muitas pessoas também estavam naquela condição, trabalhando com muita dificuldade. Então...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Meu caro senhor, o senhor declarou até agora que só tem 25 crianças, apesar de ter 400 mil reais, em torno disso...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto. Quatrocentos mil reais acho que não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por alto, porque os dados não são oficiais. Nós estamos aqui trabalhando com as informações que o senhor está dando, e eu, realmente, fui somando aqui e cheguei a mais de trezentos pelo menos.

O senhor declarou até agora que a sua dificuldade é de transporte e o senhor disse que a equipe técnica tem dificuldade de transporte também. O senhor, então, optou para que a equipe técnica andasse de Toyota e as crianças andassem a pé. Foi essa sua opção?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, na ocasião, a opção não foi essa. A opção foi que, diante da situação, eles entenderam que necessitavam de um carro,

e esse carro foi comprado. O carro foi comprado, inclusive foi comprado sob a tutela, inclusive do próprio Luiz Otávio, que foi lá e comprou o carro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois bem. Qual é exatamente o papel do senhor Luiz Otávio no instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele era Vice-Presidente do Instituto, só isso. Ele foi Vice-Presidente do Instituto e depois...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Durante quanto tempo ele foi vice-presidente?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Até...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Desde o início?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Desde o início até maio.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Até maio desse ano?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Desse ano.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, portanto, concordava e o escolheu como a pessoa da sua confiança para exercer essa função?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto. Até então, correto. Até que nós tivemos... eu não gostaria de entrar muito no mérito dessa questão do Luiz Otávio por questão que eu acho que tenho que falar em juízo, porque tem muita coisa que acho que poucas pessoas conhecem e sabem e eu tenho que dizer isso em juízo, somente em juízo, até porque o que aconteceu, o que tenho para dizer é o seguinte: em maio houve um... Por problema psicológico e de conduta, a diretoria do IGB pediu solicitou a ele para que ele renunciasse ao cargo por questão de conduta, por uma questão psicológica e de conduta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A diretoria...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ... do instituto já tinha...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – São quantos membros na diretoria?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ah, são... tem...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor pode relatar os nomes, por favor?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – São o presidente, que sou eu, o vice-presidente, que era o Luiz Otávio, secretário-executivo o Vanderlei do Porto Pinto, o tesoureiro, Dr. Abadio, também a segunda secretária.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só um minutinho. O Dr. Abadio é o seu advogado, que está aqui presente?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E ele também é membro do instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele é membro do instituto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Esse conselho recebe alguma ajuda de custo também?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Qual?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Os membros?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ninguém recebe? Nem presidente, nem vice, nem a diretoria.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. A única pessoa que foi enquadrada dentro do programa, que trabalhava de frente, que era da diretoria, foi o Luiz Otávio, que passou a ser um funcionário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor citou, então, a diretoria anterior, com a presença do Sr. Luiz Otávio na vice-presidência.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em maio houve essa modificação e foi solicitado...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Por questão psicológica e de conduta dele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E foi solicitado...

O SR. – ... que causou indisposição geral, porque saiu do campo profissional para o pessoal.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E foi solicitado que o Sr. Luiz Otávio saísse da sua função de vice-presidente. Quem efetivamente assumiu a vice-presidência no lugar do Sr. Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nós teríamos... Nós teríamos hoje o conselho deliberativo. A diretoria se organizou para tentar... Na ocasião, houve a tentativa, inclusive, de botar um do meu irmão para ser vice-presidente, mas, por questão de distância, falamos: "Não", até para poder não vincular esse negócio do nepotismo, aí eu falei: eu acho que isso não vai...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Muito justo da sua parte.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ... não vai ficar ético. Aí tentamos, aí até foi negado, e a vice-presidência, até porque nós temos que colocar os devidos problemas que nós tivemos, estava tendo... Então, se existia uma medida cautelar para que isso fosse bem estudado, para que nós não sofresse e passássemos o constrangimento de uma pessoa numa posição tão

importante que poderia botar em risco a situação do instituto...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, então...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Então, hoje está se decidindo. Eu me afastei também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ah, não há um vice-presidente?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Na realidade, vice-presidente hoje, que entrou, foi o Dr. Renato...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode citar o nome inteiro?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Renato da Rocha.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Houve alguma outra modificação?

Em maio foi o Dr. Renato que assumiu o lugar...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, em maio foi o seguinte...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é que foi?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Em maio, em maio, o conselho resolveu eleger que poderia ser o meu irmão, até porque o meu irmão...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu entendi que poderia ser o seu irmão e o senhor não quis por motivo de consciência.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aí passou, isso vai para consenso, o tempo foi passando, é lógico, até para se decidir, decidiram, mas entendemos que não era...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas a primeira decisão foi tomada em maio. Não ficou um vácuo. O Sr. Luiz Otávio Flores da Anunciação foi retirado do Conselho, da diretoria. Então quem assumiu o local?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Quem assumiu o local da vice-presidência?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A vice-presidência?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No momento, ninguém porque estávamos elegendo alguém correto. Não poderia ser imediatamente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vocês não elegeram ninguém mais? Ninguém foi escolhido?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não foi escolhido. A pessoa que foi escolhida, depois de um consenso, seria o meu irmão, porque morava... Aí falei: primeiro, não quero caracterizar nepotismo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu já entendi porque não foi o seu irmão. Agora eu quero saber quem efetivamente responde pela vice-presidência.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Hoje, na realidade, ficou entendido que foi é o Dr. Renato. Inclusive vai ser...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E antes do Dr. Renato?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Antes do Dr. Renato, o Conselho, junto com o Secretário-Executivo, estava exercendo essa função. A Secretaria, os diretores da...

A SRA. (Não Identificada) – Srª Relatora, por favor. Complementando a informação, após a retirada do Sr. Luiz Otávio do cargo de vice-presidente, ele assumiu alguma outra função no Instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele passou simplesmente a funcionário do Instituto. Foi a coerência da diretoria a ele. Ele passou a ser funcionário do Instituto.

A SRA. (Não Identificada) – Passou a ser funcionário com remuneração inclusive?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso.

A SRA. (Não Identificada) – Obrigada.

O SR. (Não Identificado) – Ele nos informou que o Luiz Otávio, em função de necessidade financeira, saiu da vice-presidência para assumir um cargo administrativo, porque precisava ser remunerado.

Pelo que ele relatou, no meu entendimento, posso estar errado, ele ocupou uma função importante na área administrativa, estava administrando um setor, então...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele criou a superintendência, ele chamava de superintendência.

O SR. (Não Identificado) – Isso. Ele disse...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele não foi eleito e nem foi...Ele criou essa superintendência, ele escrevia sobre a superintendência.

O SR. (Não Identificado) – Mas não havia uma incompatibilidade, se era uma questão psicológica, que o impedia de ser vice-presidente? Uma função administrativa de superintendência tem uma ação direta, constante e permanente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Concordo com você. Isso passou a ser... Até então, esse problema... Ele tinha uma função importante dentro. Aí que houve uma disposição geral que saiu do campo profissional para o campo pessoal e aí ele passou simplesmente a ser um funcionário junto ao Instituto que respondia igual a todos e ele, por ter sempre uma posição privilegiada, houve uma disposição geral que passou do campo profissional para o pessoal.

É tudo o que tenho a dizer eticamente sobre esse rapaz. Você entendeu? Ele era um funcionário do Instituto.

A SRA. (Não Identificada) – O senhor acabou de relatar que o único da diretoria que tinha uma remuneração era o Sr. Luiz Otávio. Quanto ele ganhava como vice-presidente? Que funções que ele exercia que justificaram essa remuneração e quanto ele passou a ganhar quando deixou o cargo de vice-presidente e passou a ser um funcionário administrativo, assim dizendo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Bom, antes ele tinha um salário, se não me engano, que foi dado a ele de R$2.000,00 (dois mil reais), um salário nesse sentido.

Depois que saiu, a própria diretoria, todos entendemos que ele teve uma participação, foi uma pessoa que também cooperou. Não estou aqui só vendo o lado ruim, estou vendo que houve a cooperação junto, nessa construção... A diretoria entendeu que poderia permanecer com o que estava ganhando dentro dessa função, exercendo as funções que deveriam ser exercidas, até para que nós tomássemos uma posição e, antes disso, para que mudasse dentro da diretoria e dentro de um consenso, para que isso fosse mudado...

A SRA. (Não Identificada) – Quanto ele passou a receber?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele continuou recebendo o que recebia.

A SRA. (Não Identificada) – Quanto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Continuou recebendo o que estava recebendo dentro de um consenso junto à diretoria que entendia isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Percebo no senhor...

A SRA. (Não Identificada) – Pela ordem, Relatora, somente para complementar a pergunta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu acho que vamos estabelecer essa prática, mas entro novamente na retomada e com a liberdade dos Parlamentares também...

A SRA. (Não Identificada) – É só para complementar.

O senhor disse que pagava a ele. Ele era funcionário...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Instituto.

A SRA. (Não Identificada) – Sim, o Instituto. Ele recolhia para a Previdência?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Se ele recolhia? São formas de RPA, que se paga em forma de RPA, que é a forma com que se paga, RPA.

A SRA. (Não Identificada) – A fundação recolhia para a Previdência?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – RPA.

A SRA. (Não Identificada) – Somente dele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. De todos os funcionários são pagos através de RPA.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Zequinha Barbosa, o senhor ficava na casa do Sr. Luiz Otávio.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, fiquei sim. Não neguei isso desde o início. Residi, sim, algumas vezes, na casa dele. Com certeza absoluta. Até porque os pais dele me conhecem desde os 13 anos de idade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não fica na casa de quem não conhece bem realmente, tem um relacionamento até afetivo, enfim, de trato pessoal, digamos assim.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Concordo. Concordo. Agora, tem um problema...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma amizade de muitos anos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com amizade muito grande. Com o maior respeito, a amizade que eu tenho inclusive pelos pais dele, e tudo. Agora...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Há quanto tempo o senhor conhece?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Conhecemos na cidade de Três Lagoas, onde nasci, depois eu fui para os Estados Unidos, mantivemos algum contato e, depois de 1997 para cá, quando eu vim a Campo Grande, numa homenagem que foi feita a mim, começamos a manter uma correspondência, a ter contatos. E aí eu fui...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi seu colega de infância? O senhor confirma que foi seu colega de escola?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu confirmo. Mas, com o passar do tempo, com a época, agora, o ser humano muda.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Foi seu colega de escola. Há um relacionamento, então, de muitos anos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O ser humano tem essa capacidade de mudar. Você concorda comigo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Claro. Eu lhe pergunto para precisar exatamente o tipo de relacionamento que o senhor teve ao longo dos anos...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Lógico.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...que é um relacionamento, enfim, que nós, pessoas adultas hoje, temos um carinho pelos nossos colegas de escola de ontem. Isso é natural. E é...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com certeza absoluta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor tinha esse... É um amigo que o senhor trouxe da infância, o senhor ficava na casa dele...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto. Uma pessoa que eu devo a oportunidade... Ele deu oportunidade, sempre apoiei, sempre estive ao lado dele no momento mais difícil dele. Que ele teve um problema psicológico depois da separação dele que foi bárbaro. Eu estive ali como amigo e sempre mantive a minha postura como cidadão amigo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Era comum...

O SR. ZEQUINHA BARBOSA – Então, como amigo, como ser humano, se eu errei, eu tenho o direito de errar e de acreditar. Porque eu acredito o seguinte, Excelentíssima Deputada: a partir do momento em que você deixa de acreditar no ser humano, você não tem que estar mais aqui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu acredito no ser humano, antes de tudo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Então.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Srª Presidente, eu gostaria de fazer...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não, Deputada.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – O que não ficou bem esclarecido para mim é o seguinte: se esse Sr. Luiz Otávio era o Vice-Presidente do Instituto, mas não remunerado e ele apresentou problemas psicológicos, como ele falou, um comportamento não compatível com a função de vice; ele passa a ser praticamente um superintendente, como ele falou, que é uma...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Ele se intitulava superintendente.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Isso.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele se intitulava superintendente.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Isso. Então, porque realmente...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Depois ele passou a ser... Desculpe, mas ele passou a ser um funcionário.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Isso. Mas, mesmo assim, passou a ser um funcionário que tinha acesso à casa. Eu gostaria de saber se...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É. Como todos os funcionários têm que ter acesso ao Instituto.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – ...o que havia de comprometimento. Talvez, havia alguma pressão, alguma coisa que ele não poderia deixar o Instituto? Havia algum comprometimento entre, no caso, o senhor e ele que ele não pudesse deixar o Instituto? Já que o comportamento dele não era compatível com o trabalho do Instituto, e ele permanecer, e ainda mais remunerado? Havia alguma coisa, algum compromisso entre vocês?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Nenhum comprometimento. Apenas sim a gratidão e o reconhecimento do trabalho. Foi isso que toda a Diretoria entendia. Simplesmente isso. Nenhum comprometimento. Nenhum.

A SRA. (Não Identificada) – Srª Presidente...

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – É porque é estranho a pessoa continuar no trabalho...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Comprometimento nenhum.

A SRA. (Não Identificada) – Srª Presidente, gostaria de...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foi apenas que a Diretoria entendia que pelo fato de que ele... O reconhecimento também pelo que ele fez, pelo trabalho que ele tem feito junto ao Instituto, e que ele tinha os méritos dele. Então, a Diretoria entendeu assim e isso permaneceu assim. Não houve comprometimento nenhum. Até porque não tem comprometimento nenhum.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Sim. Mas que é estranho é. A pessoa continuar com problemas comportamentais, problemas psicológicos, e continuar no Instituto, com função até importante como antes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Srªs e Srs. Parlamentares, até para tentarmos organizar e agilizar os trabalhos, a Relatora se dispôs a ser bem flexível e a ouvir também outros parlamentares. Mas, de alguma forma, isso pode fugir um pouco do raciocínio que a Relatora tem tentado colocar.

Então, eu pediria só para deixarmos a Relatora concluir o seu raciocínio, até para não fugir um pouco... Sei que todos têm muitas perguntas a fazer e também têm essa mesma direção, mas eu pediria à Deputada que concluísse o seu raciocínio, abrindo à Deputada Telma e, em seguida, que a Relatora possa retomar o seu raciocínio.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA – Na linha que a Deputada Almerinda de Carvalho falou, do aspecto psicológico. Quer dizer, o Sr. Luiz Otávio era vice-presidente, apresentou problemas de conduta e se tornou um simples funcionário.

Agora, é verdade que ele dirigia o único carro que havia lá na Fundação. É isso que foi colocado, que ele era uma das pessoas responsáveis por dirigir o carro que o senhor também utilizava e que era para receber, como o senhor mesmo disse, pessoas importantes.

Era nesse carro também que vocês costumavam sair quando você estava em Campo Grande, hospedado. Era esse o carro e era ela quem dirigia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Na maioria das vezes, eu não dirigia o carro, porque quem dirigia o carro era o Luiz Otávi, pelo fato de que eu não tenho uma carteira aqui no País, porque eu represento, só porque a minha carteira é americana... Então na maioria das vezes ele dirigia, como assim os outros funcionários do instituto também dirigiam o carro, dentro da necessidade que fosse apresentada, com certeza sim. Outros funcionários, como hoje, por exemplo, o Wellington, que é o Diretor Administrativo, está dirigindo o carro, dentro das necessidades que for precisar, dentro do Instituto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Deputada Thelma.

Nessa relação pessoa de amizade, é comum que o senhor... O senhor é um homem que gosta da noite e de se divertir?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu não. Gosto da noite?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não sai à noite?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sair à noite saio, mas quando você falou gosta da noite... Olha, para começar, nunca bebi, nunca fumei, não gosto da noite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, não, tudo bem. Não lhe perguntei isso.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aí é totalmente um equívoco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor gosta de dançar, por exemplo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Gosto, é um hobby meu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É uma pergunta absolutamente inocente da minha parte. Não precisa se defender de dançar.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Gosto, lógico, gosto de dançar, mas da forma que colocaram, a senhora deu a impressão que eu sou boêmio. Não sou boêmio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, não eu não. Eu não dou impressão nenhuma. Eu lhe pergunto e o senhor responde.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Lógico, então está respondido! Só estou deixando bem claro para que fica bem claro. Eu não sou boêmio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor quer responder ou não quer responder? O senhor gosta de sair à noite?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Já respondi e falei que não sou da noite.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem, é uma pergunta. O senhor não precisa ficar preocupado em relação...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não estou preocupado nem um pouquinho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, portanto, quando estava em Campo Grande... Não sei em São Paulo, mas vários depoimentos que temos indicam que o senhor é uma pessoa que sai à noite, como muitas outras pessoas. É absolutamente legítimo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estou lhe perguntando, para, na verdade, saber do senhor, já que havia essa relação de amizade, se era comum que o senhor, na noite, estivesse junto com o Sr. Luiz Otávio da Anunciação.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, normalmente quando saía, eu saía... Quando tinha que sair sozinho até para eventos, porque às vezes sou convidado em eventos, ou saía com amigos meus que não são amigos deles. Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não era comum, então, o senhor estar...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não era comum. Não tinha essa freqüência.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois, o senhor saía...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não tinha essa freqüência. Era comum assim sair quando tinha que sair, para bater papo só isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então o senhor...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Bater papo ou ir a alguns eventos ou algumas ocasiões ele não estava bem, a gente saía para conversar, até porque ele... Quando eu saía, digo, saía para... Se eu saísse para divertir junto com meus amigos que não era amigo dele, até porque aí é questão de estilo, de gostar, de quem gosta e de quem não gosta. Só isso, não era mais que isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, de toda a forma, o senhor confirma que algumas vezes esteve em lugares noturnos também com o Sr. Luiz Otávio. É isso. Algumas vezes o senhor esteve.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Lugar noturno, com certeza, lugar noturno.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além de trabalhar com ele durante o dia. Ele era seu amigo. É absolutamente natural.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A maioria das vezes eu estava fora de Campo Grande também.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Zequinha Barbosa, quando a Deputada fala algum lugar noturno, pode ser um bar, pode ser um restaurante, então não é necessariamente...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, com certeza absoluta, não, pode ficar tranqüila.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem o acompanhou, por exemplo, numa viagem de trabalho que era importante para o senhor, que não é relacionada à diversão, mas uma viagem de trabalho do Instituto? Quando o senhor esteve no programa do Jô Soares, quem o senhor escolheu para acompanhá-lo? Era um momento importante da sua carreira.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Lógico. Ali quem escolheu foi... Quem foi comigo foi o Dr. Abadio e o Luiz Otávio, até porque... E o meu irmão foi convidado.

Na ocasião, inclusive essa posição foi tomada também junto à diretoria até porque acho que a intenção de todos, dentro da diretoria, se você trabalha com ação social e respeitosamente, ali tinha uma pessoa que estava passando por algumas dificuldades e até então ali o comportamento vinha se evoluindo... houve o convite...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não é necessário o senhor justificar. Apenas quem o acompanhou foi o seu hoje advogado, integrante da diretoria.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto. E também no início foi até advogado do Luiz Otávio. A primeira pessoa que ele socorreu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o Sr. Luiz Otávio. E certamente aquele era um compromisso importante para o senhor.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Era um compromisso importante, sim, para...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De visibilidade para o trabalho.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – De visibilidade para o instituto, para a gente poder tentar ali...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não era um compromisso comum. Era um compromisso importante, mais importante...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Era, porque ali era a oportunidade de estar demonstrando... A gente não tinha um **site**, falar de outras coisas, inclusive oportunizar para ver se a gente conseguia falar de outras coisas, para dar uma visibilidade do instituto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, para aquele compromisso que o senhor considerou importante, o senhor convidou aquele em quem hoje o senhor confia, inclusive profissionalmente, como seu advogado, que é merecedor da sua confiança e do nosso respeito. De outro lado, o senhor convidou também este que o senhor imputa problemas psicológicos. Ele já havia sido retirado da vice-presidência?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É, ele foi como funcionário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele já foi como funcionário. Então, ele manteve a prerrogativa da sua confiança, naquele período, quando o senhor o convidou, entre todos da Diretoria, para acompanhá-lo numa atividade importante - o que também considero -, de visibilidade, como aquela do Programa do Jô Soares.

Então, além disso, estando absolutamente comprovada essa sua relação, o senhor poderia me responder quem faz a seleção das crianças que ingressam nos programas ou no programa do Instituto Zequinha Barbosa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso é feito pela equipe pedagógica, juntamente com Daniel For, que é o Professor Porto, junto a mais... Faz seleção junto às escolas e à vizinhança local. Faz o chamamento e seleciona essas crianças também com a equipe de assistente social e psicólogos...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor disse, na sua fala inicial, que as crianças atendidas são aquelas com histórico de vulnerabilidade social.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor citou, inclusive, crianças e adolescentes...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – De 7 a 14 anos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De 7 a 14 anos, em vulnerabilidade social, e aquelas em risco da prostituição infantil. O senhor disse isso aqui?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu falei que estado de vulnerabilidade social indica várias coisas, que a criança é envolvida em todas as situações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor citou aqui o risco da prostituição infantil.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estou dizendo assim...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Genericamente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Genericamente, o que quer dizer vulnerabilidade? Vulnerabilidade quer dizer drogas, estar envolvido numa série de... que podem estar exposto a essas situações.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na sua fala, o senhor...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Criança também com família com baixa renda de salário, de custo, isso também. São critérios que estão dados. Repetência escolar, a criança que está...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Deixe-me lembrar V. Exª...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só um minuto, Deputada. Realmente, importa-me agora concluir essa questão.

O senhor falou aqui que uma... O senhor confirma, porque está gravado, está escrito pela Deputada Laura Carneiro...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Quer que eu lhe diga exatamente o que ele disse?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pois não, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Crianças querendo se prostituir.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor disse crianças querendo se prostituir? A Deputada Laura Carneiro, que é uma diligente e atenta Deputada...

A SRA. LAURA CARNEIRO – V. Exª sabe que tenho um ouvido bom.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E uma Deputada que anota.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Posso até ter sido equivocado aqui na forma como falei, mas a intenção que falei.. Estado de vulnerabilidade social são crianças que estão expostas a várias situações que podem levar à droga – estou usando esporte como instrumento de sociabilização -, à prostituição. Então, quero reafirmar. Eu fui equivocado, porque...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Segundo a Deputada Laura Carneiro, o senhor afirmou aqui crianças que...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Que estão em estado de vulnerabilidade social.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não. O senhor afirmou. A Deputada Laura Carneiro anotou e temos gravado. Temos tudo aqui gravado. Além de apresentado pela **TV Senado**, temos aqui a gravação.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Podemos recuperar a qualquer momento.

Mas o senhor disse isso aqui. O que o senhor quis dizer exatamente com querendo se prostituir?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, olha aqui, vou ser sincero...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor acha que crianças querem se prostituir?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Olha aqui...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Adolescentes querem se prostituir?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Pelo contrário. Eu disse que o instituto trabalha com crianças que estão em estado de vulnerabilidade social. Dentre elas, têm várias possibilidades que elas estão expostas. Uma pode levar à prostituição. Fui equivocado, mas não falei com a intenção de dizer... Claro que criança nenhuma quer fazer isso, criança nenhuma quer a droga. Eu fui pobre, passei por dificuldades...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A sua situação, nós já entendemos e respeitamos.

Quero declarar, mais uma vez, que o senhor, como ser humano, tem o nosso respeito.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Claro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A dignidade da sua história e da sua família tem o nosso respeito. As pessoas pobres deste País têm o nosso respeito, mas as pessoas pobres deste País não estão sendo ouvidas nesta CPMI. É o senhor que está sendo ouvido.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Concordo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, eu lhe perguntei objetivamente. O senhor disse, segundo a Deputada Laura Carneiro, que crianças querendo se prostituir configuram um aspecto da vulnerabilidade.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que o senhor quis dizer com "crianças querendo se prostituir"?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Pelo contrário. Eu não quis dizer exatamente nada disso. O que eu quis dizer é que o Instituto tem como objetivo o trabalho da cidadania. E trabalhar com criança que está em estado de vulnerabilidade social. Dentro desse estado de vulnerabilidade social estão crianças que estão envolvidas com drogas, que está exposta a isso. Que pode estar exposta...eu fui equivocado. Agora...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está tentando retificar...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu jamais iria e seria até uma coisa, seria um equívoco meu dizer que criança quer se prostituir ou que criança quer droga. Não, pelo contrário. Eu criei um instituto...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos passar adiante...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu criei um instituto com o objetivo de trabalhar a cidadania, fazer campeões de personalidade...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não quer manter no seu depoimento essa expressão "querendo se prostituir". Mas o senhor disse aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não é que eu estou falando que a criança está querendo se prostituir. A criança não quer se prostituir. Ninguém quer se

prostituir. É isso o que eu quero dizer para a senhora. A palavra vulnerabilidade social está englobada nisso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vamos adiante. Mas o que o senhor considera como vulnerabilidade social? O senhor disse aqui que, no público de 07 a 14 anos, nas circunstâncias da vulnerabilidade social, a "prostituição infantil", como o senhor disse - eu não chamo assim, porque me refiro sempre à "exploração sexual". Mas como o senhor citou "prostituição infantil" como um dos braços ou aspectos da vulnerabilidade social a que as crianças estão sujeitas e que são crianças atendidas pelo seu instituto, precisamente a prostituição infantil. O senhor disse isso ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Essa questão, eu digo e reforço, falo: são crianças que estão em estado de vulnerabilidade social. Eu acho que, espera aí, se estão querendo caracterizar... porque estão querendo de alguma forma...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor disse aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu fui claro. Nós trabalhamos com crianças que estão em estado de vulnerabilidade social. Eu fui claro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que o senhor considera...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A vulnerabilidade social ela está envolvida uma série de situações...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por exemplo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Criança que pode estar na droga ou que poderá vir para a droga; criança que pode estar exposta, como a senhora disse que eu usei uma palavra aqui equivocadamente, à exploração sexual infantil ou não pode... O que nós... O objetivo do instituto é a cidadania, é evitar, é a prevenção, porque...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está certo. O senhor confirma nesta prevenção que um público que, em princípio, pode estar, na sua opinião, atingido pela exploração sexual...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correndo o risco.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em risco, é atendido pelo instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Exato. Crianças que correm esse risco, que está em risco de vulnerabilidade social, são atendidas sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vulnerabilidade social, incluindo a exploração sexual?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A vulnerabilidade social inclui tudo. O drogado, o que está prostituindo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O drogado eu entendi. O senhor poderia me responder com objetividade?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Inclusive isso, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, agora vem a minha pergunta, uma que o senhor está confirmando exatamente o que disse inicialmente...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O instituto não está à caça, procurando quem é... Não está escrito na testa de ninguém o que eles fazem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, ele terá de ouvir a pergunta para poder responder. Vamos combinar que eu pergunto e o senhor responde.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Está ok.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra A SRA. Relatora, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o que exatamente o instituto faz para proteger, como o senhor disse - o caráter protetivo -, as crianças da prática do que o senhor inicialmente chamou de prostituição infantil e depois devidamente, acredito, corrigiu com base na expressão que eu usei "exploração sexual"? O que o instituto faz na prática para proteger essas crianças?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O instituto usa o esporte como instrumento de socialização para que, educando essas crianças da consciência que eles precisam ter, dar cidadania.

Eu acho que assim nós vamos fazer aquela prevenção que todos querem diante da sociedade brasileira, que é a consciência dessa criança que nasce... O instituto vê, na prática, a criança como ser integral na sua proteção, para que eles possam entender da educação, ter o esporte como instrumento de socialização, não na questão competitiva. Eu acho que aí nós estamos prevendo o esporte exatamente como instrumento de socialização. Nada mais do que isso o instituto faz.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Zequinha Barbosa, dando continuidade à indagação da Deputada Maria do Rosário, o senhor disse que o Instituto trabalha mais ou menos com 25 crianças e adolescentes.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tem conhecimento de que algumas dessas crianças esteja nessa situação de vulnerabilidade em relação à questão da exploração sexual?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Alguma menino ou menina dentro do instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Nunca houve...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O seu instituto trabalha só com prevenção?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Nós fazemos a prevenção. Se nós recebermos uma criança que está nessa condição, porque, claro, com certeza, nós estamos abraçando toda causa. O instituto não faz distinção nenhuma, só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu quero saber, Sr. Zequinha Barbosa, se o instituto tem conhecimento de algumas dessas crianças, meninas ou meninos, que estejam ali e estejam, por exemplo, sendo exploradas sexualmente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É lógico que, com 25 crianças, como já dissemos que fomos professoras e geralmente ensinamos numa sala com 30, 40 ou mais alunos, é muito fácil conhecer, perceber e saber as características, dificuldades e qual é o estado de vulnerabilidade de cada uma dessas crianças. Dentro do instituto, algumas das crianças...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor pode afirmar que não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, no meu instituto, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No trabalho desenvolvido pelos técnicos, o senhor tem conhecimento de alguma vez ter sido relatada por alguma criança essa circunstância? Digo isso porque nós, como educadoras, na primeira vez em que ouvimos esses depoimentos das crianças e depois, muitas vezes, ouvimos na sala de aula pela confiança dos nossos alunos no nosso trabalho e na nossa conduta protetiva em relação a eles.

Então alguma vez um dos técnicos do instituto recebeu algum depoimento sobre crianças vítimas de abuso ou de exploração sexual?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, de abuso... Não, nenhuma vez.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então o senhor não tem nenhum caso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não tenho nenhum conhecimento nem está nos relatórios, porque se faz relatório disso mensalmente. Não tem nada de exploração...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguma vez, alguma mãe ou alguém o procurou para ingresso no programa justamente pensando que ele pudesse contribuir, no sentido de ajudar seus filhos ou crianças que estivessem vivendo esse drama?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vivendo o drama da exploração sexual? Não, nesse sentido da exploração sexual especificamente, não. Famílias procuram para fazer parte do projeto como um todo, mas não especificamente nesse tema de exploração sexual.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então a sua manifestação acerca de que o programa se relaciona com a prevenção da exploração sexual, que o senhor chamou aqui de prostituição infantil, é uma manifestação genérica, sem nenhum dado concreto. Não há uma política específica do instituto contra a exploração sexual?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Como eu falei, a gente trabalha em cima da vulnerabilidade social para fazer exatamente o que eu falei: é o trabalho de prevenção, de acolher sem distinção nenhuma. Se tiver necessidade, estamos lá para fazer esse trabalho, sem distinção nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe que o enfrentamento da exploração sexual determina uma capacitação específica, abordagens, cuidados.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com certeza absoluta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor concorda com isso? Então me responda: alguma vez, a sua equipe técnica fez alguma formação específica para trabalhar com crianças em vulnerabilidade pela exploração sexual?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, porque a gente usa o esporte como instrumento de socialização e, outro detalhe, o nosso foco é a prevenção e a cidadania dessa criança como ser integral. Então o nosso foco não é especificamente a exploração sexual. É isso que eu quero que vocês entendam. O foco do instituto é a cidadania, que tem como objetivo...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor considera, entre os temas da vulnerabilidade social, a exploração sexual com relevância, porque o senhor a citou aqui como uma das políticas do instituto.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É um fato realmente importante, mas se caso vir nós temos todo um corpo junto à Universidade, que tem profissionais preparados que realmente possam nos assistir nesse campo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então o senhor não tem, no instituto, nenhuma política real, apesar de ter declarado inicialmente que seria um dos objetivos, de enfrentamento da exploração sexual. Não há um programa. É genérico, cidadania...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Dentro do nosso estatuto...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O que o senhor considera como cidadania?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Dentro do estatuto do instituto, sim, abrange inclusive esse trabalho da questão da sexualidade como um todo. Dentro do nosso estatuto do instituto existe sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como, por exemplo, o senhor abrange a questão da sexualidade? Há alguma política sobre gravidez na adolescência? Como é feito?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É exatamente falando de temas da sexualidade precoce, orientando eles nesse sentido da...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é feita essa orientação?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso é feito com os pedagogos, com as pessoas que têm o conhecimento, que está ali, na prática, junto com essas crianças.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Como é feito? Pelos pedagogos, como?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Orientação dentro de aulas, explicando abertamente, dentro do respeito, para que eles entendam.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os pedagogos tratam do tema da sexualidade como?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eles tratam de acordo... Eu acredito, porque, entendo e respondendo, eles tratam de acordo com o tema. Existem temas para cada mês. Então, sexualidade. Eles vão tratar nesse sentido.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então o instituto também trata do tema da sexualidade no seu âmbito?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Claro, com certeza absoluta, dentro de temas e isso está dentro...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tratou pessoalmente do tema da sexualidade dentro do instituto algumas vezes? O senhor dá aulas? O senhor faz o quê?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu não dou aulas. A minha função é trabalhar na captação, ir lá, falo com as crianças no sentido de ver e acompanhar o projeto como é que está, como é que eles estão sentindo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor tem um trabalho interativo diretamente com as crianças?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Um trabalho direto? Não. O trabalho quem tem é a equipe pedagógica.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não fala com as crianças?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu vou lá, eu faço a visita esporadicamente, quando estou em Campo Grande. Converso. Alguma recreação. Ver como é que está o projeto. Pergunto se estão gostando do projeto. Nada mais do que isso.

A SR RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor ainda tem essas 25 crianças no programa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estamos trabalhando com essas 25 crianças no programa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hoje o senhor diria que elas estão freqüentando, as 25?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu acredito que sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não sabe ao certo? O senhor é o Presidente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu sei que as crianças tá lá, dentro do trabalho.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se hoje nós formos lá?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Hoje, se for lá, eu acredito que tenha...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quantos dias da semana as crianças freqüentam o instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Segunda, quarta e sexta.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – São três dias somente. Então, não são todos os dias.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não são todos os dias.

Então, o senhor me diz que são os pedagogos. Talvez eu tenha que ouvir os pedagogos sobre isso, porque o senhor realmente, com todo o respeito, o senhor é o Presidente do Instituto, mas não conhece muito o funcionamento, talvez assim de como é feito.

Mas é de praxe, então, que os pedagogos freqüentem ou que membros da diretoria indiquem pessoas para o programa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Como? Repita a pergunta, por favor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se membros da diretoria indicam crianças para o programa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Se membros da diretoria indicam as crianças para o programa? Não. O selecionamento é feito junto com a equipe pedagógica e junto às escolas, com pedagogos, com diretores e professores de escola ou da região que entende que as escolas têm...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas quem autoriza? Quem dá a palavra final sobre o ingresso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sobre o ingresso? É a equipe pedagógica.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem é o responsável sobre a equipe pedagógica?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Daniel Frer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Daniel Frer. É isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso. É a equipe pedagógica.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele é pedagogo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele é educador, junto com... Não, ele é professor de educação física.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele é formado...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Em educação física.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em educação física na universidade. Ele é que responde. Há uma seleção das crianças?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sim. Ele junto com a equipe pedagógica, com o Wanderley Porto Pinto, que é também o diretor desta equipe pedagógica, que é um pedagogo, e junto com a outra pedagoga, que é a Viviane.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Uma família que tem um filho, então, leva lá e essa equipe é que seleciona? Tem alguma prova?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tem, tem critério de como isso é feito, tem legítimo critério para ser aprovado. Tem que estar dentro do critério...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É de praxe a diretoria ou o Presidente do Instituto ir à casa das crianças para que elas sejam inseridas no programa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não é de praxe não. Nós não fazemos isso. A gente vai às escolas e podem ser divulgados nos bairros, nas comunidades, mas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas me responda uma coisa: mesmo tendo só 25 crianças e precisando de crianças para dar uma resposta às instituições que estão depositando mais de R$300 mil, precisando de criança no programa, com essa carência de criança que o senhor tem no programa hoje, não é? O senhor tem dinheiro, e não tem criança. Tanta instituição não tem dinheiro nenhum, e está cheia de criança. O senhor tem esse dilema. O senhor precisa de criança no seu programa. O senhor nunca foi à casa de ninguém para propor a inserção do programa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Se eu fui a casa de alguém para propor? Eu fui na comunidade, em escolas, nós vamos em escolas. Eu especificamente em residência? Não. A gente... Quem faz especificamente que poderia ter ido, não posso afirmar aqui, seria a equipe pedagógica. Mas eu ir especificamente casa por casa, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor Luiz Otávio ia na casa das pessoas?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, isso aí é uma pergunta que compete a ele responder.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Se ele ia nas casas das pessoas, do meu conhecimento, não. Eu não ia na casa de pessoa nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor, acompanhado dele, foi a alguma residência avaliar o ingresso de alguma criança ao programa? Isso eu lhe pergunto porque, se ele foi sozinho, o senhor não tem conhecimento; e se ele foi com ele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Avaliar programa especificamente?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Convidar. A Deputada está perguntando se o senhor foi na casa – vou tentar ajudar na pergunta da Deputada.

Se o senhor, em algum momento, foi à casa de alguma criança ou adolescente, acompanhado do Sr. Luiz Otávio ou sozinho, convidar alguma dessas crianças que pudessem estar no estado de vulnerabilidade, como o senhor colocou aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Convidar?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Convidar ou propor, dizer: nós temos o Instituto Zequinha Barbosa, que abriga crianças em estado de vulnerabilidade ou de pobreza.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ir lá especificamente com esse propósito de propor, convidar e chamar para o projeto? Nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não? Com qual propósito, então, o senhor teria ido à casa de alguma criança?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A proposta que tem, é o que eu falo que está relacionada ao inquérito, como eu falei, eu me reservo para falar em juízo, no qual eu dei o meu depoimento que vocês leram. Foi a única vez só. Isso está em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor pode dizer?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu falei que vou responder em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não quer responder?

A SRA. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A essa pergunta da Senadora o senhor vai responder em juízo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A proposta que... A única vez que houve essa proposta foi especificamente para atender um interesse específico dele. Nada mais que isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor pode relatar para a CPI qual foi esse...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso está nos autos do inquérito, entendeu? Está lá no inquérito. Acho que vocês devem ter lido o inquérito.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim, eu sei, mas estamos aqui, hoje, na CPMI e há outros Parlamentares que não tiveram acesso. Então eu queria saber se o senhor...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O que ocorreu foi o seguinte, exatamente como estou dizendo para a senhora: a única vez que eu fui, que eu não vou, foi a pedido dele, por insistência dele, só isso. E isso eu dei no inquérito e falei no inquérito policial que está cuidando lá.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E foi em que residência?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foi a residência na qual...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não precisa dizer o nome da menina.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não preciso envolver. Só isso. Então, eu prefiro dizer...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor está dizendo, também em favor de si próprio, algumas coisas aqui. Eu acho que o seu advogado, a sua estratégia aqui conosco não é também de negar informações que sejam...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu não estou negando informação.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor tem nas mãos, conforme lhe passou a Deputada Laura Carneiro, cinco nomes que estão numerados. Nós vamos tratar esses nomes pelos números, porque, como o senhor sabe, nós não vamos dizer publicamente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu respeito. Não tem problema.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, quero lhe pedir essa gentileza, nos termos do que a lei nos determina e do que pensamos ser correto, inclusive, na proteção da imagem das crianças e adolescentes.

Então, foi na casa da adolescente de nº 1 que o senhor esteve para verificar se as irmãs dessa adolescente deveriam ingressar no programa a pedido do Sr. Luiz Otávio? O senhor confirma isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, não foi a pedido das irmãs. Foi um equívoco. A mãe que insistia para conhecer o ídolo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De quem?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Da nº 1. Que queria conhecer o ídolo, e isso, ela e ele falando, disse que ela gostaria de colocar ele, isso é palavra dele e não minha... Eu simplesmente disse: devido à região que se encontra, não pode fazer parte do nosso projeto, não pela questão de transporte que nós não tinha, mas indiquei que, ali na proximidade de onde se encontrava, tinha programas sociais onde somente esse casal de filhos fossem.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um menino e uma menina, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – De que idades?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aproximadamente entre oito a onze anos no máximo, eu acredito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, o senhor esteve, efetivamente na casa da adolescente nº 1...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso eu coloquei no meu inquérito. Só isso que eu quero dizer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acompanhando... Mas o Sr. Luiz Otávio estava junto com o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foi a única vez. Foi insistência dele. Ele estava comigo, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ele insistiu com o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele insistiu porque ele dizia ter um interesse. Eu não sabia quem era a pessoa. Isso é um respeito, porque eu não monitoro ninguém.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Que interesse ele tinha?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele simplesmente disse que estava interessado numa menina. Só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Numa irmã dessas crianças...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estava interessado numa pessoa. Só isso que ele falou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Interessado afetivamente? Interessado na sua relação pessoal? Não era interessado nas crianças? O interessado que o senhor falou... O senhor confirma para nós que ele estava interessado nessa adolescente de nº 1...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu acredito que sim, não é? Se ele está interessado, entre aspas, seria isso aí. Então, sabendo, eu por ser... Eu nunca me ne-

guei a ir em casa de pessoas, visitar, porque lá eu sou ídolo, as pessoas me conhecem. Então eu fui na maior boa vontade, para não dar a entender: Ah, não...

Então, eu fui. Fui com tranqüilidade por quê? A pedido de uma pessoa que queria, amigo, tinha as intenções. Então eu falei: Então eu vou. Simplesmente fui e não fiquei mais do que dez minutos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então ele lhe pediu isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele pediu esse favor.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse favor que ele lhe pediu foi depois que ele tinha sido retirado da vice-presidência. Então, digamos que é um momento que vocês estavam conversando e, com uma reconciliação, o senhor quis fazer um favor a um amigo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não é o momento. Até ali, aquilo que eu falo para você... Eu, ali, ele me pediu, até porque eu sou uma pessoa que respeito, cada um tem as suas decisões. A partir do momento em que ele tomou a decisão dele, eu falei: tudo bem, como amigo... Eu fui como amigo, como ídolo, como uma pessoa que todos gostam que vá visitar. Eu não fui especificamente... E quando ele queria, dizia: "Ah, põe no projeto!" Eu disse: não tem condições de pôr. Isso é óbvio!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele fez uma tentativa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele fez uma tentativa. Eu fui como amigo de uma mãe que queria conhecer um ídolo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor diria que ele quis agradar a família daquela jovem, daquela adolescente...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, isso aí é uma pergunta...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...com a sua presença, no sentido de que o senhor é um ídolo? Ele disse que o senhor era o ídolo da menina?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, a mãe sabe, né? Não é a menina, foi para a mãe; eu não fui com a menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor foi lá para conhecer a mãe.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A mãe...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor seria o ídolo da mãe.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A mãe queria conhecer o ídolo e também, na cabeça dele, por ser uma família humilde – respeitosamente aqui –, e se mostrou decente, ele pensando que poderiam de alguma forma aquelas crianças fazer parte do projeto. Eu falei, diante da família: isso é inviável pela localidade, pela distância longínqua que tem o projeto, onde se encontra.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas quando o senhor esteve lá estavam presentes na casa...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem exatamente estava presente na casa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estava a família como um todo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quem era a família como um todo? A mãe...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A mãe, as duas filhas e essa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A dona Ângela...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – E essa ...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Dona Ângela é a mãe.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Essa moça...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa moça de nº 1.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso, essa moça, na qual ele dizia que tinha um interesse. Mas eu, simplesmente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E as crianças.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – E as duas crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Zequinha, quando ele disse que tinha interesse nessa adolescente, o senhor sabia que ela era uma adolescente ou o senhor pensava que ela era uma pessoa maior de idade?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com certeza, na minha cabeça, lógico, eu achava que era uma pessoa maior de idade. Com certeza absoluta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Ele lhe falou a idade dela?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Em nenhum momento?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nenhum momento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E o senhor, que tem costume, porque tem um instituto que trabalha com crianças e adolescentes de sete a catorze anos de idade...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Quando o senhor viu essa adolescente, o senhor percebeu que ela era menor de idade?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, realmente, não...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Porque eu conheci a adolescente e vi claramente que ela era menor de idade.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Quando eu estive ali, inclusive no "papo", na conversa informal, fiquei dez minutos, conversei, cumprimentei rapidamente e olhei, analisei, vi ela como uma moça. Eu não fui lá fazer um detalhe físico e dizer "será que ela..."

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É claro, estou falando pela experiência que o senhor tem de ter um instituto que trabalha com crianças e adolescentes.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, realmente apresentava ser uma...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora, permite-me? Inclusive porque o senhor tem...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Pode apresentar uma adolescente de mais idade. Até, inclusive, na minha cabeça, na minha concepção ali, até porque fui com o intuito da criança... A mãe queria botar uma criança de oito e de onze na minha cabeça. Com muito respeito, acreditei que ela nem poderia fazer parte do projeto e teria muito mais do que catorze anos. Só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas ela queria colocar os irmãos mais novos, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Exatamente. Ela veio pedir... Esse foi o pedido que foi feito.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sim, os dois irmãos mais novos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Os dois mais novos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A irmã mais velha não estava interessada pelo programa.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, esse pedido não foi feito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor veja bem: estamos falando aqui... E o senhor está confirmando que esteve nessa residência com o Sr. Luiz Otávio, com o objetivo que o senhor declinou aqui...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Lógico. Isso está nos inquéritos, não?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Aqui é um outro inquérito. Vamos esclarecer que aqui é um outro inquérito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Acho melhor esclarecer logo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Esse aqui é um outro inquérito, é um inquérito do Parlamento brasileiro, e nós vamos lhe fazer essas perguntas, o senhor vai...

O SR. ZEQUINHA BARBOSA – Com certeza.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Estamos aqui contribuindo para o esclarecimento dos fatos. Aliás, a sua presença aqui é neste sentido. Nós, inclusive, queríamos o senhor como testemunha. Ficamos surpreendidos quando o senhor se declarou aqui um indiciado, um acusado. Mas foi assim que o senhor se declarou, estamos trabalhando nos termos em que o senhor, certamente, foi orientado pelo seu advogado.

Mas estamos aqui com uma menina de treze anos, não fez nem catorze.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Hoje.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Hoje ela não fez nem catorze.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Na época ela era bem menina.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Ela tinha acabado de fazer treze anos, tinha saído dos doze. E o senhor está confirmando para nós o envolvimento do Sr. Luiz Otávio com essa menina de treze anos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, eu acho que ele veio aqui, deu o depoimento dele, não deu? Então, acho que ele confirmou. Então é aquilo que eu falei, acabei de repetir e li aqui: eu me reservo a falar em juízo. Acho que isso aí é uma questão que ele falou e determinou. Acho que isso aí... Tenho que respeitar o fato dele. Acabou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acho que é importante.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Mas prefiro falar em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor, de toda forma, está confirmando todo o andamento aqui conosco, o que acho que é importante para que a verdade esteja estabelecida...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É claro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... dos fatos, que o senhor esteve lá, que ele lhe pediu para estar lá, que o interesse era a inclusão das crianças menores, e não dessa criança de treze anos no programa.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O interesse dele era na menina. Esse era o interesse dele. Agora, o pedido que ele me fez foi que a mãe, como ídolo, queria me conhecer e quais seriam as possibilidades de ter essas crianças no programa. Eu falei: olha, é dificulda-

de porque não temos transporte e moram numa região longínqua. Porque simplesmente...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor foi até lá na casa...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele que me levou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ... em que carro?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele que me levou, ele estava dirigindo e ele me pegou no instituto e com o carro...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E qual é o carro em que o senhor estava?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O carro do instituto. Ele que pegou o carro do instituto e foi.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele me levou até porque eu dou palestra, falo em escola e ele me levou. Estava na região e falou: "Olha, aqui que mora, vai lá para você fazer..."

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas, então, o senhor era sabedor de que estava indo lá para visitar uma pessoa que era a sua fã com o intuito de impressionar a filha, então havia esse interesse pessoal e o uso do carro foi feito.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu não estava com o intuito pessoal. Eu fui lá a pedido da mãe que queria conhecer o ídolo e queria saber quais as possibilidade de... Se poderia ingressar no projeto. Isso a palavra do Luiz Otávio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor concordou que o verdadeira interesse era na adolescente de 13 anos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – De quem?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário)– Do Sr. Luiz Otávio.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele confirmou aqui para vocês.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas agora eu estou perguntando ao senhor. O senhor me confirmou isto aqui...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu estou dizendo que confirmei. Ele disse que ele tinha intenção e interesse na menina. Eu não posso monitorar e nem vigiar. Pois é!

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não, o senhor está me confirmando que participou desse momento e que o carro que foi utilizado é o carro do instituto. É essa a pergunta e é essa a resposta. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É muito normal e já está muito claro que o senhor tem ou teve uma relação de amizade com o Sr. Luiz Otávio. E é normal, porque nós, mulheres, também temos amigas, quando há uma relação de sair, de ficar hospedado desde a infância, que haja uma conversa em que se diz: estou interessado em alguma pessoa. Você me ajuda ou o que você acha desta pessoa, ela é assim, diz as características, convida, como ele fez.

Eu ainda não compreendi como o senhor trabalha no instituto, tanto que lhe perguntei. Como o senhor tem uma experiência de trabalhar no instituto, com crianças de 7 a 14 anos de idade, e tem filhos também, é natural reconhecer quando a criança ou um adolescente tem 18, 19 anos, ou se ela tem 14 ou 13 anos ou 12, como era o caso da adolescente nº1.

Então é muito normal, depois de conhecer esta criança, que o senhor, pela amizade ou pela intimidade que tinha com o Sr. Luiz Otávio, pudesse pelo menos ter dito: mas, Luiz Otávio, essa menina tem 13 anos de idade, não deve passar disso. O que você está fazendo com uma menina de 13 anos de idade tendo mais de 40 anos de idade? É normal uma relação?

O senhor considera normal um adulto de 40 anos e tantos anos de idade, como era o caso do Sr. Luiz Otávio – só sua opinião –, se relacionar afetivamente com uma criança em estado de vulnerabilidade, como devia ser, de uma família pobre, uma menina, naquela ocasião, de 12 anos de idade? O senhor chegou algum conselho ao Sr. Luiz Otávio: não faça isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha aqui, assim que eventualmente eu vim para São Paulo e fiquei, quando ele falou do interesse, eu só fui a dez minutos, eu não tive mais contato. Vim cá com a menina e conversei pouco no sentido a esse desenvolvimento. A única coisa que eu perguntei, que uma vez ele perguntou e tentou falar foi: E o pessoal? Falei: o pessoal está lá, está tranqüilo. Eu não entro mérito do que ele está fazendo agora; isso é da consciência dele. Eu acho que ele é sabedor de tudo isso. Sabendo que nós trabalhamos com criança, ele sim, uma pessoa inteligente, tinha que ter o discernimento de entender isso. Agora não cabe eu monitorar e dizer: o que está ocorrendo?

Depois do acontecido, obviamente a gente falou: você deveria saber, você sabia se ela falou. E por que você não deixou? Até porque isso é uma coisa que tem perguntar para ele. Porque eu perguntei, de acordo quando ele veio aqui, ele falou e disse que não sabia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tem conhecimento de que o Sr. Luiz Otávio tenha mantido relações sexuais com a adolescentes nº 1?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ah! Ele confessou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu quero saber só se ele alguma vez lhe falou, se o

senhor tomou conhecimento da relação entre os dois, relação mantida entre o Sr. Luiz Otávio e a adolescente nº 1. O senhor sabia? Ele chegou a lhe informar?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele me informou depois de tudo que veio à tona.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só depois?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Depois que veio à tona que eu falei, aí sim: pôxa, onde você estava com a cabeça? Só. Então, não houve uma informação, até porque eu estava viajando. Eu não procurei me informar...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É porque é normal entre amigos se dar até um conselho. Quantas vezes uma amiga me pede um conselho ou eu peço.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aí, Senadora, é chorar sobre o leite derramado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não, estou querendo saber, Sr. Zequinha Barbosa, o que o senhor pensa sobre uma relação de um adulto, como o Sr. Luiz Otávio ou tantos outros, que se relaciona com crianças ou adolescentes? O senhor pensa o que sobre isso? Queria ouvir o seu pensamento sobre isso? O senhor acha que é uma coisa normal?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Do, do... normal?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De um adulto com uma criança de doze anos de idade. O senhor acha que isso é normal?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, claro que não. Isso não é normal.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, o normal é que também, como amigo dele, o senhor pudesse ter dito: olha, isso é um absurdo que está acontecendo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto, mas a partir do momento que você sabe do verdadeiro, dos fatos, da realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, o senhor não sabia a idade dela?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu não sabia. Quando houve a tona, e com certeza absoluta, puxa, foi realmente dito a ele sim. Mas aí, como falei, é chorar sobre o leite derramado. Quem tinha que fazer o discernimento de tudo isso aí era ele...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É lógico.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ...a partir do momento em que ele soubesse que ela tinha...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nós entendemos isso.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ...essa idade, ele tinha que ter...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nós entendemos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Agora, ele não falou para mim especificamente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A responsabilidade é toda dele nesse sentido. Só estou querendo compreender o que o senhor pensa a respeito da relação de adultos com crianças.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não é normal, não é normal, na idade de doze anos, não é normal. Adulto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Qual a idade que é normal no seu pensamento?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Acho que a idade normal depende também de cada um, da formação. Mas a idade correta, depende da idade, seria dos dezoito anos para cima, que já é uma idade que tem uma maturidade. Até concordo, na idade dele, principalmente, que já tem 40 anos, é normal. Agora...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Então, o que aconteceu foi anormal?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Dentro do ponto de vista, sim, é anormal você fazer uma relação com... aqui, que futuro se pode esperar de uma criança dessa, até porque ela tem uma vida inteira para crescer, para conviver. Acho que está privando até da própria vida da adolescente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A última pergunta, Sr. Zequinha Barbosa: o senhor sabia que a adolescente nº 1 se encontrava nesse estado de vulnerabilidade, que já era explorada sexualmente dentro de Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Não.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não sabia mesmo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – A partir das questões feitas pelA SRA. Presidente, quero lhe perguntar quais são os motéis que o senhor freqüenta em Campo Grande.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, não freqüento motel nenhum. Dei a minha declaração ao juiz, me reservo falar um juízo. Falei em juízo e não... eu falei lá. Se vocês leram os inquéritos das delegadas, no qual dei o depoimento...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Relatora já esclareceu e eu queria esclarecer novamente: lá era um inquérito, aqui é uma CPI do Congresso Nacional que vai lhe fazer talvez as mesmas

perguntas que já lhe fizeram, até porque não sou só eu e a Deputada Maria do Rosário que tivemos acesso.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas há outros parlamentares. São 22 parlamentares que fazem parte desta CPMI. Queria somente lhe fazer um apelo, Sr. Zequinha Barbosa...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor é uma pessoa conhecida do Brasil, pelo seu desempenho. Quantos e quantos brasileiros já torceram pelo senhor, sabem que veio de uma família humilde, que conseguiu crescer com seu esforço, evidentemente com apoio e colaboração de outras pessoas. Para nós, o senhor, o tempo inteiro, desde que chegou, coloca que sempre quis ajudar, até porque teve uma infância muito difícil, as crianças e os adolescentes da sua terra.

O senhor está tendo oportunidade, nesta CPMI, de fazer exatamente isso, de nos ajudar, de colaborar. O senhor pode realmente não responder, mas o tem como colaborar com esta CPI. Então o apelo que esta Presidência lhe faz é que o senhor nos conte a verdade do que aconteceu, para que a CPI possa tomar as providências cabíveis e descobrir o que aconteceu em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. Então o senhor está tendo uma oportunidade aqui, diante de diversos parlamentares, diante da imprensa, diante de pessoas que trabalham pelos direitos de crianças e adolescentes de esclarecer os fatos.

O senhor pode deixar de falar, mas, ao mesmo tempo, se tiver realmente a boa intenção de cuidar, ajudar essas crianças que estão em estado de vulnerabilidade, que o senhor possa falar de coração aberto, verdadeiramente, para que possamos prosseguir com o nosso trabalho. É esse apelo que esta Presidência e certamente todos os membros lhe fazem.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com maior respeito, Senadora, é o que eu falei: a minha vida é um livro aberto. Eu tô com intuito, realmente a minha intenção aqui, realmente é cooperar. Agora você tem que entender que os comentários maldosos feitos depois, aqui, de uma imagem que foi construída, minha, honesta, eu tenho que me preservar, porque eu vivo da minha imagem...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mas é a oportunidade que o senhor tem para desfazer qualquer tipo de imagem.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Plenamente. Estou plenamente com a Srª. Mas acho o seguinte: é que realmente ninguém... Construo uma imagem há 23 de carreira, arduamente, trabalho dedicado, empenho. Então, infelizmente, a mídia, realmente, está aí, porque esse caso tomou essa voltura porque o Zequinha Barbosa está vinculado. Se não estivesse vinculado, não ia tomar essa grande voltura a nível nacional que está tomando. Tenho certeza absoluta.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Tenho, talvez, que discordar do senhor, até porque, nos depoimentos que recolhemos, nas audiências, nas diligências que fizemos pelo Brasil afora, muitas pessoas estão também chamando a atenção da mídia não por ser quem são, mas porque estavam explorando crianças e adolescentes. Então, acho que a mídia tem cumprido um papel importantíssimo no sentido de proteger também as nossas crianças e adolescentes.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu quero ser bem claro que eu estou aqui, realmente, para poder cooperar. Agora, eu acho que eu tenho também que me preservar, porque eu tenho a minha imagem. A minha imagem foi construída na base da honestidade. Eu tenho que preservar porque eu sei o quanto... Eu fiz 166 mil quilômetros, dei quatro voltas na Terra para construir isso daqui. Então, acho que eu tenho que preservar tudo isso. É a minha imagem que está em jogo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Bem, seu Zequinha Barbosa, vamos seguir, então, com as nossas considerações aqui. Já disse ao senhor, o respeito pelo ser humano, mas nós temos aqui a tarefa do reconhecimento da verdade. E eu quero lhe dizer que nós ouvimos o depoimento das adolescentes, das mães, das autoridades locais, e o senhor não foi citado primeiro pela própria CPMI. Primeiro, o senhor foi citado pelas adolescentes e pelas autoridades locais em Campo Grande. A sua imagem, certamente, o senhor a quer vinculada à verdade e há momentos na vida em que é preciso enfrentar os fatos e apresentar-se com tudo aquilo que for verdadeiro, justamente no sentido de preservação daquilo que foi construído ao longo de toda uma história.

Portanto, o que nós esperamos do senhor é que possamos chegar ao esclarecimento dos fatos, para que essas meninas sejam protegidas e para que o bom exemplo esteja presente em toda a sociedade brasileira, da responsabilização efetiva e de pessoas que assumem as suas próprias responsabilidades sobre os seus atos.

Seguindo, quero lhe perguntar se é verdade que o Sr. Luiz Otávio lhe convidou para sair num programa noturno em conjunto com as adolescentes que estão citadas no papel que o senhor tem à sua frente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu acabei de dizer para vocês: não tenho nada a ver com essa história. Meu nome está sendo envolvido em toda essa história. Então, o que eu quero dizer é aquilo que eu

falei. Não, e me reservo o direito de falar em juízo. E estou dizendo não, porque a minha verdade...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que o Sr. Luiz Otávio lhe telefonou propondo um programa e que o senhor tenha participado dele sem reconhecer que essas meninas eram adolescentes?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nego. Eu não tive envolvimento nenhum, gente. Eu estou sendo sincero e verdadeiro. Falei junto, lá no inquérito em Campo Grande. Então, me reservo o direito de falar em juízo, até porque lá é que vai me julgar, entende, mas aqui... Estou sendo sincero. Não tive envolvimento nenhum. Estão envolvendo meu nome nessa história toda. Eu não tenho nada a ver com essa história.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor conhece o nome de alguma dessas adolescentes que está escrito no papel ao seu lado?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nenhuma. A única que eu falei pra vocês antes, e estou sendo sincero e verdadeiro...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só o número.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ...foi o nº 1, que, por eventualidade, foi rapidamente. Fiquei sabendo, realmente, quem era depois que veio à tona que ele acabou me dizendo essa pessoa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor já respondeu.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Qual foi a primeira vez que o senhor encontrou a adolescente nº 1?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Somente quando ele me convidou. Quando ele me convidou pra ir... que a mãe queria... Eu conheci rapidamente. Não fui lá pra conhecer especificamente essa moça. Eu fui especificamente pra falar com a mãe, relatar algumas coisas do projeto e informar a eles que eu não tinha condições. Só isso, nada mais do que isso, dez minutos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma ou nega que esteve com o seu assessor Luiz Otávio, em quem o senhor confiava a ponto de convidá-lo pra acompanhá-lo no programa do Jô Soares, procurando um motel para estar sexualmente com as adolescentes, sendo que primeiro foram ao Stylus Motel, próximo ao aeroporto, não encontrando lá vaga?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Se eu confirmo? Não tive envolvimento nenhum. Estou sendo envolvido nessa história, repito mais uma vez. Não tenho nada a ver com isso, não tenho nada a ver com essa história, o meu nome está sendo envolvido nisso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já esteve alguma vez no Motel Stylu's?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já esteve em hotéis como Indaiá e Vale Verde, na Avenida Afonso Pena?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sim, eu já fui, até porque fui Secretário Estadual de Esportes e estive lá com o governo. Estive em hotéis como Indaiá, Vale Verde, Novo Hotel...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Lá tem quadras?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Quadras?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim, de esportes.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No Novo Hotel, sim.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor disse que foi aos hotéis como esportista...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Como hóspede, como convidado, na maioria das vezes, e quando tive que fazer algum trabalho a nível de diretoria, essas sugestões da diretoria, passei a reunir diante desses hotéis que tivessem salão apropriado para poder fazer reuniões, mas nada mais que isso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O depoimento que temos indica que naquela noite vocês estavam precisamente com essa Toyota. O senhor dirigia a Toyota?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não estava dirigindo a Toyota.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor às vezes a dirigia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Dirigia acompanhado de pessoas do instituto. Com exceção de que alguma vez, por uma emergência de não ter quem dirigisse, fui até a cidade de Dourados para falar na Unei, uma unidade de menores infratores onde fui dar uma palestra. Mas, normalmente, sempre tinha alguém do instituto que dirigia e me acompanhava.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor confirma que conhece o Motel Bodoquena? Esteve no Motel Bodoquena?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não estive no Motel Bodoquena.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Acompanhado legitimamente de uma pessoa adulta, homem ou mulher?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nunca estive.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabe onde fica esse motel?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Especificamente o endereço dele?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Localização.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sei que ele se localiza em Campo Grande, especificamente não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Saída para São Paulo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu não sabia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Os depoimentos que temos indicam este motel como onde os fatos teriam ocorrido. O senhor confirma ou nega que além das adolescentes com quem houve uma interação o recepcionista ou funcionário do motel o reconheceu?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu nego porque eu não estava presente. Eu não estava presente envolvido nessa história.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega conhecer todas essas adolescentes, além da número 1?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Todas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não quer olhar melhor a número 2?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não conheço nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – E nunca esteve em um motel em Campo Grande? Não estamos falando que estivesse acompanhado de crianças e adolescentes. O senhor nunca freqüentou nenhum tipo de motel em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu nunca freqüentei motel em Campo Grande. Nas vezes que saio eu fico num hotel, mas não saio porque tenho pessoas adultas, que não preciso citar o nome.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor conhece esse lugar chamado Chip's Lanches?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Fiquei sabendo do nome quando dei inquérito, mas não fico em bar, e fiquei sabendo quando deu inquérito e eles me informaram onde era.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No hotel Metropolitan, algumas vezes o Sr. Luís Otávio permaneceu com o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Como hóspede? Junto comigo?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Sim.

O SR. – Eu sempre fiquei no hotel. Algumas vezes ele foi lá para conversar e ficou até altas horas da noite, mas depois voltou. Normalmente ele fazia as reservas e entrava. Mas eu especificamente não, a não ser na época de governo, quando estávamos como secretário de esportes, por algumas vezes, para conversar, ele ficou no hotel, entre 1998 e 1999.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor tem conhecimento da existência de fotos nuas das meninas?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, o conhecimento, ficamos sabendo através da própria confissão, aqui, do Luiz Otávio.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No dia em que foram feitas as fotos o senhor não estava presente?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não estava presente. Não estava presente mesmo! Não estava presente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não estava ali presente?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Estava viajando. Estava fora. Não estava presente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor estava viajando?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu tava fora. Eu não tava presente quando foi feito isso, nada disso. Eu não estava presente. E acho que se eu tivesse presente eu Campo Grande eu não tava participando de nada, não tava envolvido em nada disso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor já tinha conhecimento dessa interação sexual entre o Sr. Luiz Otávio, como foi perguntado?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Até então ele falou que tinha um interesse, só. Falou que tinha um interesse que era pra conhecer quem...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Já havia acontecido essa data em que no Motel Bodoquena essa festa teria ocorrido?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, eu não posso informar, até porque quando... eu não tenho data específica, até porque eu não perguntei. Quando eu fui lá, ele dizia que tinha um interesse nessa jovem, nessa moça, e a família queria me conhecer, que é a mãe. Mas não tem como informar. Estou sendo sincero e verdadeiro. Não tenho esse tipo de informação porque eu não estava presente e não estou envolvido nisso. Como é que eu vou informar uma coisa que eu num estou envolvido? Eu estou aqui abertamente, falando com toda sinceridade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quando tomou conhecimento dessa circunstância toda, não lhe foi apresentado? Porque essas adolescentes, o senhor sabe disso, estavam vivenciando uma rede de exploraçao sexual, e elas andavam em grupo. Inclusive os depoimentos todos nos indicam que a casa da adolescente número um, onde o senhor esteve, era freqüentada por todas as demais. A interação entre elas, agenciadas para exploração sexual, é muito grande. Então me causa surpresa que o senhor negue conhe-

cer qualquer das demais adolescentes, tendo ido na casa da adolescente número um.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, o conhecimento que eu digo que eu tive lá, como falei, tive dez minutos e vi, vi a presença dessa garota, moça, mas não entrei em detalhe desse tipo. Uma coisa que eu botei inclusive no depoimento, que eu me recordo, que na ocasião eu botei sinceramente e falei junto aos delegados, no qual ela, se não me parecia, falei se não me lembro, a única coisa que me chamou a atenção é que ela se usava um óculos. Só isso. Mas no mais, eu fiquei apenas dez minutos e me retirei do recinto. Não entrei em contato. Não entrei mais em contato, não fiz mais...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor chegou a ter conhecimento, naquela data em que o senhor fora à casa, quando o senhor confirma, que essa adolescente tinha vivenciado uma triste situação de vida, na medida em que os fatos estão sendo esclarecidos e vai se confirmando que ela foi oferecida sexualmente a um vereador daquela capital quando tinha dez anos de idade?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Até não. Isso eu fiquei sabendo através da mídia e dos jornais. Fiquei sabendo através de mídia e dos jornais. Aliás, eu tava em São Paulo quando me disseram que eu tava sendo indiciado, que eu não sabia. Eu fiquei sabendo através da imprensa.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor gosta de música?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Gosto. Gosto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Tem coleção de CDs?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E o que fez a adolescente número dois, que o deixou nervoso, irritado, contra um CD de sua propriedade?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, mais uma vez não posso responder só porque eu não estava presente. Eu não fiz nada, porque eu não estava presente. Como é que eu vou responder uma coisa que eu não estava presente? Não tem como. Não tem como. Com todo respeito, sempre deixava o CD dentro do carro. Agora, eu não posso responder.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Essa noite o senhor tinha CDs dentro do carro.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nessa noite? Não tinha não. Meus CDs sempre ficam dentro do carro, sempre! Sempre estão... Na maioria das vezes, sempre ficou dentro do carro. Então, eu não posso responder porque eu não tava presente. Eu não tava presente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Alguém quebrou o seu CD nessa noite? Digamos que o senhor esteve com as adolescentes pelo menos dentro do carro!

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu não tive com mulheres em momento algum, em momento algum. Eu estou sendo sincero e verdadeiro. Como é que eu vou responder uma coisa que eu não sei, Excelência! Exmª Deputada, eu não sei, não sei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Está bem, Srª Presidente. São essas considerações por enquanto. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário. Eu passo, então, a palavra à Deputada Laura Carneiro para que também possa fazer as suas indagações.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. José Luís Barbosa, eu ouvi atentamente toda inquirição feita pelA SRA. Relatora e pelA SRA. Presidente e fiquei imaginando que ou todas as crianças e o Sr. Luiz Otávio mentem ou o senhor está mentindo. Diria que o senhor tem direito a se calar na medida em que é indiciado, direito legal. O senhor, por favor, olhe para mim e não para o seu advogado. Eu vou mudar de lugar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por favor, Srª Presidente, eu gostaria que as Parlamentares e os Parlamentares que fossem fazer suas considerações ficassem à Mesa, conosco, no sentido de facilitar inclusive o trabalho das Srªs e Srs. Parlamentares.

Deputada Laura Carneiro já pode inaugurar esse procedimento que contribui efetivamente.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Se o senhor puder olhar para mim facilita.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estou olhando, com certeza.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Que bom, vamos começar.

Pelo que ouvi até agora, quero cumprimentá-lo, porque o senhor veio a caráter, com a bandeira brasileira. Um dia na minha vida fui advogada, e alguns advogados que acham que a vestimenta do indiciado da testemunha pode influenciar de alguma maneira o trabalho das pessoas do Direito ou da Justiça que eventualmente façam questionamentos, como no nosso caso, um inquérito parlamentar. Isso não impressiona.

Todos nós temos absoluta consciência do seu trabalho como desportista. Isso é inegável, mas não significa dizer que adolescentes e um assessor seu, um amigo de sua confiança, todos literalmente o acusaram de dois crimes. Aliás, o senhor está indiciado em dois crimes: no crime de exploração sexual, porque uma das meninas tem mais de 14 anos, e no crime de estupro, porque uma das meninas tem menos de 14 anos de idade, portanto, a violência é presumida.

Então, temos duas opções: ou todos são mentirosos ou o senhor está mentindo.

Digo-lhe que o senhor tem direito a mentir, ou melhor, o senhor não tem direito a mentir. O senhor tem o direito de ficar calado, por isso, desde o começo, disse, na sua primeira explanação, que iria utilizar o seu direito constitucional de responder apenas em juízo.

E aí vem a diferença: este é um novo inquérito, só que é um inquérito parlamentar, diferente do inquérito da delegacia. É um inquérito muito mais amplo, na medida em que não é um delegado lhe perguntando, e sim o Parlamento.

Eu não tenho muitas dúvidas e conheço um pouco da sua história. Sei que esse instituto foi criado também por uma motivação que não relembrar o nome de Zequinha Barbosa, porque existe atrás disso uma candidatura eleitoral. O senhor seria candidato, aliás, pelo meu Partido. E falo isso com a maior tranqüilidade. Não sei se foi. O senhor chegou a ser candidato?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, inclusive eu...

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor é filiado a algum Partido?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sou, sou afiliado.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sou filiado, não é afiliado.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Bom, eu hoje faço um trabalho e fiz junto com o PFL.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Isso, no meu Partido, por isso que eu disse.

O senhor é filiado.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Se eu sou afiliado? Eu assinei todos os papéis aqui junto com a cúpula e lá na minha cidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Isso. O senhor, antes, trabalhou no Governo Zeca, do PT, e depois o senhor se filiou ao PFL, o que significa dizer que tanto faz, ou o PT ou o PFL, o senhor estava na política.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu fui convidado, eu fui convidado como secret...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sim, mas está na política.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, mas eu, eu, eu não tinha felização quando eu trabalhei junto ao... Você entende? Eu entrei com intuito.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Entendi. intuito de algum dia fazer política.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu não tinha intenção nenhuma de fazer política. Para ser sincero eu não tinha intenção nenhuma de fazer política. Quem disse isso está equivocado.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Que bom. Ninguém disse, eu estou lhe perguntando.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com certeza, se um dia eu vim, eu tiver, eu decidir, mas perguntar hoje você tem intenção, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não, hoje nem se o senhor fosse doido o senhor teria. Vamos continuar.

O senhor começou o seu trabalho no ano passado de, digamos, montar esse centro de atendimento a crianças em situação de risco, e vou começar pela primeira pergunta, que é simples, que é a primeira contradição do dia de hoje. Fiquei caladinha ouvindo. O senhor não gosta de falar muito aqui, também não falou muito em juízo, não, mas falou alguma coisa. Dentro do que o senhor falou... Aqui o senhor disse que eram umas 25 crianças, não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu acredito que seja aproximadamente 25 crianças, sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO – No seu depoimento que foi dado no dia 26 de setembro, para ser exata, o senhor disse que eram 60. O que está certo: 25 ou 60?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu disse que a capa... Na época, que eu estava trabalhando, dizia, aproximadamente 60, até concordo aí. Mas, eu verifiquei, fazendo as verificações...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não preciso que o senhor se estenda na conversa. A pergunta é simples: no seu depoimento antigo, o senhor disse que eram 60; hoje, o senhor diz que eram 25. Em determinado momento, a Deputada Maria do Rosário disse assim... Fico de cabeça baixa, andando, mas tenho dois ouvidos, além de uma cabeça pensante. Então, ouço com os dois ouvidos. O senhor disse, em determinado momento, que, normalmente, eram sempre os 25, quer dizer, que não houve um aumento nem uma diminuição. Perguntaram claramente... Afinal, eram 60, eram 25 ou, efetivamente, o senhor não sabe de nada do Instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu sei. Quando existia o trabalho, eu falei, tava aproximadamente, exatamente, 60. Hoje, se vendo e nós fazendo, perguntando a toda a equipe pedagógica, existe aproximadamente, hoje, 25 crianças. Isso foi ato confirmado, até porque, anteriormente, se existia esse número. Por isso, eu falei. Entendeu?

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então, efetivamente, houve um equívoco em seu depoimento inicial, quando o senhor disse à Deputada Maria do Rosário que no máximo chegaria a 30 e que nunca passou ou diminuiu disso. Mas, na delegacia...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu cheguei a dizer, e está gravado, que chegou a mais que

esse número, mas diminuiu devido ao transporte. Isso foi dito.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Devido a transporte.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então, em um mês e meio, o senhor baixou por causa do transporte, não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não é isso o que eu estou dizendo.

A SRA. LAURA CARNEIRO -Então me explique.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Existiu... Isso aí, parte da equipe pedagógica que sabe quais as razões. Eu trabalho no instituto e faço a função de captar recursos. Só isso...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não estou muito preocupada com isso. Só quero mostrar que se o senhor quer manter a linha da verdade, pelo menos... O senhor falou o tempo todo assim: vocês têm que ler o inquérito, ler o inquérito. Nós já lemos o inquérito. Só que este é um novo inquérito. Inicialmente, já na primeira pergunta, mostra que o senhor deu dois números diferentes...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Até porque, tudo indica, ou pelo menos na sua fala o senhor tem alguma informação nova sobre o instituto e que, antes, isso tudo eu sinto , posso estar errada e o senhor vai me dizer se estou errada ou não, eu vou lhe perguntar. Mas a sensação que eu tenho, em função de tudo que eu li e ouvi, é que quem tocava o instituto era o seu amigo Luiz Otávio, estou errada?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Quem tocava o instituto... Existia uma equipe toda montada que tocava o instituto...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então, eu vou fazer uma pergunta um pouco melhor. Quem coordenava essa equipe que tocava o instituto era o Luiz Otávio. Estou certa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Luís Otávio, como Vice-Presidente, ele trabalhava e estava em frente porque, na minha ausência, ele coordenava junto com a equipe...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ele coordenava a equipe que fazia a ação. Não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Claro que, por isso, o senhor tem poucas informações e o Luiz Otávio tem muito mais informações do instituto, o que é absolutamente natural, até porque o senhor é o Presidente do Instituto.

Vamos continuar. A sua relação com o Sr. Luiz Otávio era boa, muito boa. Não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não... A relação é... sempre... dentro...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Continua boa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA– Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Quando acabou a amizade?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA– Como eu falei para você... para vocês aqui dentro da CPI...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Deixa-me dizer para o senhor... Eu estou lhe chamando de senhor, gostaria que me chamasse de senhora.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA– Excelentíssima Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não precisa de excelentíssima, não. Só de senhora.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Senhora, a partir do momento... quando eu disse que ele teve esse problema psicológico e tudo, passou do campo profissional para o pessoal, eu mantive a relação muito bem, até porque a gente se entendia com grande respeito, o respeito que tem é o reconhecimento que se deve ter ao trabalho. Eu sempre fui amigo dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Já entendi. E que manifestação de deficiência psicológica foi essa? Como ela se manifestou? Ele deu um ataque histérico? Ele bateu em alguém? Como foi? O que ele fez para o senhor chegar à conclusão de que ele estava com um problema psicológico?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não só eu, mas foi com toda a diretoria.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não quero saber da diretoria, não estou perguntando da diretoria.

Sr. José Luiz Barbosa, não estou perguntando da diretoria. Isto aqui não é uma audiência com o Jô; isto aqui é uma audiência do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Entendo e respeito porque sei que não é audiência com o Jô.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então vamos continuar. A pergunta não é à diretoria, é ao senhor.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então vamos lá, responda, por favor: em que momento o senhor descobriu que o Sr. Luiz Otávio estava passando por problemas psicológicos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A partir do momento em que Luiz Otávio, ele tem uma freqüência, um hábito de alcoolismo, e muitas vezes...

A SRA. LAURA CARNEIRO – De alcoolismo. Então ele é alcoólatra?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele não bebe assim com uma freqüência, mas, quando bebia, se

descontrolava. Então a gente entendeu que ele... Entendendo essa situação, que aquilo poderia também vir a acarretar outros problemas dentro do instituto, já tido no trabalho...

A SRA. LAURA CARNEIRO – E ele bebia com freqüência no trabalho?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele não bebia no trabalho, ele não bebia no trabalho, mas no final de semana bebia e desequilibrava e fazia algumas ações...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ele se desequilibrava no final de semana, quando ele não trabalhava.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No final de semana e, às vezes, segunda, terça ele não ia para o instituto. Às vezes, ele ficava segunda e terça. Ele tinha problema. Ele tem um problema com alcoolismo, e isso devido aos problemas pessoais que ele teve, que acho que ele devia ter relatado aqui para vocês.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ele relatou.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Problemas pessoais da separação...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Uma pergunta: o senhor assistiu na televisão, na **TV Senado** tudo, não foi? Sentadinho na cadeira com o seu advogado? Foi assim que aconteceu?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não assisti.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não assistiu não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sinceramente, não assisti.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Como é que o senhor sabe tudo que aconteceu na reunião sem assistir? Nem eu recebi as notas taquigráficas, o senhor não viu na televisão, como o senhor adivinhou que ele falou aqui?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A imprensa toda de Campo Grande relatou tudo; ele foi lá e deu uma entrevista para todo mundo na imprensa.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ele deu uma entrevista de tudo o que falou aqui?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele deu.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Isso já vai me ajudar, então a gente não vai precisar nem falar o que ele já falou.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele deu entrevista lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ele já deu entrevista e leu tudo. O senhor não viu na televisão, na **TV Senado**? O Brasil inteiro quis ver; o senhor, não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, eu estava em compromisso. Na hora em que eu estava aqui, eu tenho trabalho. Não estou simplesmente à disposição para sentar; eu não vi.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor trabalha aonde?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Trabalho no Instituto Escola Brasil, junto com a Federação Paulista de Atletismo, então eu estava aqui também.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor mora em São Paulo então?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Moro.

A SRA. LAURA CARNEIRO – E trabalha em São Paulo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Trabalho em São Paulo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Trabalha em São Paulo e mora em São Paulo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Resido em São Paulo também.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Seu domicílio eleitoral é qual?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O meu domicílio eleitoral?

A SRA. LAURA CARNEIRO – São Paulo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, Campo Grande. Desculpe-me, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, que ali está a minha família e ali é a oportunidade...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então o seu domicílio eleitoral é no Mato Grosso do Sul?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Em Três Lagoas, até porque desde muito tempo sempre foi lá, porque eu morava fora do País e, quando eu vinha, tinha oportunidade de encontrar os meus familiares num momento como esse, quando eu teria que voltar.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Diga uma coisa aqui para mim, o senhor disse no seu depoimento... Aliás, vamos ao Luiz Otávio.

Em determinado momento, falando do Sr. Luiz Otávio, um dos depoimentos que eu li, já não sei mais qual deles, o senhor disse que o Sr. Luiz Otávio insistiu com o senhor para sair com ele.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele pedia para que eu fosse lá. Ele dizia: vamos lá, vamos para conhecer o pessoal. Eu falei: olha, não tem... quando tiver oportunidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Qual pessoal?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vamos conhecer lá a mãe da menina que quer. Eu falei: quando tiver oportunidade, a gente vai devido ao trabalho. No dia que eu tiver oportunidade, eu irei lá. E isso, depois que ele fez alguns pedidos, quando surgiu oportunidade, eu fui lá rapidamente, como relatei aqui para a senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor foi lá e conheceu.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Conheci a mãe, a família, dei o autógrafo; não dei o autógrafo, só conversei com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Isso o senhor já disse aqui. Deixa eu dizer para o senhor: aqui não tem bobo. Fora os sessenta que esqueceu, o senhor está declarando o que declarou no seu depoimento na delegacia: que conheceu a menor nº 1, que foi na casa dela no final de junho, mais ou menos no início de julho. Foi esse período que o senhor foi mesmo? Qual foi o mês que o senhor foi?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não me recordo mesmo da data, mas foi num período de férias.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Mais ou menos em julho?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foi antes de julho. Foi provavelmente final de junho, mais ou menos nesse período aí.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor não lembra exatamente da data, só sabe que era época de férias?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Provavelmente seria época de férias na escola.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não tem provavelmente. Era época de férias ou não era?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não sei responder se a escola estava de férias. Até porque as escolas aqui têm férias diferente. No Brasil, tem certas escolas que saem de férias...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Há quantos anos o senhor mora no Brasil que até hoje não sabe quando são as férias de julho? O senhor é brasileiro ou americano?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sou brasileiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Que bom. Então o senhor está usando minha bandeira.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Graças a Deus. Com muita honra.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então o senhor deve, minimamente, saber quando são as férias escolares deste País.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aí que é que está, tem escolas que têm um programa diferente de data.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. José, por favor *na me faça de idiota, que eu* não vou lhe fazer. Vamos fazer um trabalho decente aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A minha intenção não é essa.

Manifestação fora do microfone.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Aqui, diretamente à Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor não pode falar publicamente. Venha falar com a Presidente. O senhor não pode falar, senão vou pedir para retirá-lo da sala. O senhor não pode falar!

O SR. ADVOGADO – *(Inaudível)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Vou chamar a segurança e pedir para retirá-lo da sala.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor venha falar comigo, caso contrário vou mandar retirá-lo da sala.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É um desrespeito por parte do advogado. Há um desrespeito do advogado pelo nosso trabalho. Inclusive fisicamente ele agora tenta nos intimidar. Pediria que o senhor ficasse mais longe, lá atrás, por favor. O senhor não se aproxime da cadeira da Presidente! É absolutamente irregular que uma pessoa se levante no meio dos trabalhos e pense que vai...

(A Presidente da CPMI manda prender o advogado do depoente)

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, cumprimento V. Exª pela medida adequada, correta, justa, firme, porque não há qualquer dúvida da tentativa de impedir os trabalhos da nossa CPMI, primeiro pela medida protelatória que foi feita, ao longo de três tentativas do Sr. Advogado e do depoente, hoje, aqui, auto-intitulado, inclusive, como indiciado, no sentido de que esse depoimento não fosse feito. Neste momento, solicito a V. Exª possamos seguir os trabalhos com a Deputada Laura Carneiro. E a nomeação de um advogado ad-hoc.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Suspenderia a sessão por cinco minutos.

O Sr. Zequinha Barbosa pode permanecer no local em que está.

Queria reunir a equipe técnica com os advogados da CPI, para que possamos nomear um advogado **ad-hoc** para o Sr. Zequinha Barbosa.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Só queria dizer que fui convocado só uma vez.

(Suspendem-se os trabalhos da CPMI)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estamos reabrindo os trabalhos desta audiência e gostaria de comunicar tanto à imprensa que aqui está quanto aos parlamentares, assessores e aqueles que nos escutam neste momento que, em razão do comportamento inconveniente do advogado do Sr. Zequinha Barbosa, que além de insistir em desobedecer à ordem desta Presidência para que não se comunicasse

diretamente com o seu cliente, como foi alertado desde o início, e também por se dirigir a esta Presidência de forma desrespeitosa, determinei a sua retirada deste recinto com o objetivo de manter a ordem e regularidade dos trabalhos, nos termos que autoriza o art. 794 do Código de Processo Penal.

Portanto, ao reabrir a sessão, indago ao Sr. Sr. José Luiz Barbosa, se deseja que seja nomeado um advogado **ad hoc** para possamos continuar a audiência pública.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não é preciso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço ao Sr. Zequinha Barbosa e passo novamente a palavra à Deputada Laura Carneiro para que possa continuar as indagações.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. José Luiz, eu estava afirmando que durante o seu depoimento na delegacia o senhor disse que o Sr. Luiz Otávio o levou à mãe da menor número 1, que lhe pedia que colocasse um de seus filhos na instituição que o senhor preside, que a visita durou cerca de 10 minutos. O senhor disse ainda que trabalhou como secretário extraordinário no Governo do Sr. Zeca e que o Luiz Otávio trabalhou com o senhor e disse que não conhecia as adolescentes nºs 2 e 3.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É verdade. Não conheço. Gostaria de dizer que me reservo a falar em juízo daqui para a frente.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Vou lhe perguntar. O senhor pode dizer isso sempre se não quiser falar. Eu lhe diria que exatamente porque o senhor tem um nome a preservar, é um homem do esporte, e digo isso como representante do Estado do Rio de Janeiro, estamos aqui quase na época do Pan, o senhor é um homem que trouxe medalhas para o nosso País, que, ao contrário de não falar, o ideal seria falar. Em função até da posição que o senhor ocupa, entendo a sua preocupação com a imagem, ela sairá muito mais arranhada por não falar do que falando a verdade, obviamente. Se o senhor achar que alguma coisa o incrimina, poderá até não falar. Agora, ao deixar simplesmente de responder às perguntas que não necessariamente podem incriminá-lo, ao invés de ser bom para a sua imagem, poderá ser pior. Mas, enfim, é uma decisão sua e não minha.

Fico preocupada porque entendo o posicionamento do seu advogado na medida em que o Sr. Luiz Otávio disse claramente para todos nós que a estratégia de defesa era exatamente ficar calada e que por esse motivo o Sr. Luiz Otávio teria mudado de advogado. Neste momento, há um rompimento de relações, porque ele entendeu que o melhor era dizer o que tinha acontecido, embora ele tenha repetido, defendendo-o inclusive, a ele e ao senhor, que ele não tinha noção de que aquelas adolescentes eram menores. Ele sempre achou que fossem maiores de 18 anos. Então, essa é uma diferença de estratégia dos advogados, do senhor e do dele, de condução da defesa.

Informo-lhe que este não é o inquérito da polícia; trata-se de um outro inquérito, com outros dados, que pode ter outras testemunhas, notícias e documentos. Mas vou continuar lhe perguntando.

O senhor disse que só soube das fotos no seu depoimento. É verdade?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor vai falar em juízo. Eu queria entender como o senhor só ficou sabendo das fotos no seu depoimento se antes, necessariamente, alguém deveria ter lido a abertura do inquérito e o seu advogado deve ser eficiente, lendo os depoimentos que foram anteriores ao seu, a fim de prepará-lo para o depoimento, obviamente.

Então, queria entender como o senhor só ficou sabendo das fotos no dia do seu depoimento. Anteriormente, o senhor não foi avisado pelo seu advogado sobre nada do que tinha sido feito no inquérito?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor vai responder em juízo? Está bom.

O senhor disse à Srª Relatora que lhe chamou a atenção que a menor nº 1 usava óculos. Isso não pode incriminá-lo, mas queria entender por que lhe chamaram a atenção os óculos e não a menor.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo. Eu estava rapidamente lá e a única coisa que achei foi o óculos, porque é uma coisa que está no rosto. Vou falar em juízo

A SRA. LAURA CARNEIRO – Os óculos eram espelhados?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Conseguimos entender o porquê dos óculos.

Efetivamente, antes de o senhor decidir só falar em juízo, vou fazer o seguinte: da próxima vez, serei a última a perguntar, porque atraio essa intenção.

Antes disso, o senhor tinha dito que foi efetivamente nas férias e coincide com o depoimento da nº 1 e da nº 2 sobre o caso. Esse caso teria ocorrido em julho, efetivamente, nas férias. O senhor, o Sr. Luiz Otávio e três menores, a nº 1, a nº 2 e a nº 4, teriam estado no Motel Bodoquena, que o senhor disse não conhecer. Primeiro, o senhor disse que nunca tinha ido,

depois disse não conhecer. Afinal, o senhor nunca foi ou não conhece?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Só vai falar em juízo. Está certo.

O senhor se hospedava na maioria das vezes no Hotel Metropolitan quando ficava lá em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Grande parte sim, mas, como falei, vou responder em juízo, que é melhor.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Vou continuar lhe perguntando, depois o senhor responde em juízo, tudo também, não tem problema. Vou deixar consignado.

O senhor costuma freqüentar motéis?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou responder em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor é muito amigo do Sr. Luiz Otávio. Ele tem como **hobby,** ele gosta de fotografia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou responder em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor freqüenta, já freqüentou ou sabe se o Sr. Luiz Otávio freqüentava ou freqüentou a Lanchonete Chips?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou responder em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O Sr. Luiz Otávio foi seu assessor na Secretaria Extraordinária de Esportes do Governo do Zeca?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele apenas teve o emprego nomeado pelo governo para ele lá, ele trabalhava junto da Secretaria.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ele era seu assessor, então?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor poderia relatar a esta CPMI o motivo pelo qual o Sr. Luiz Otávio foi demitido do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega que ele tenha sido demitido precisamente por motivações éticas na condução do trabalho, malversação de recursos já naquele período?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor foi afastado do Governo do Mato Grosso do Sul ou se afastou por decisão própria?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Só mais uma questão, Deputada, na linha em que V. Exª, de forma muito competente, está desenvolvendo. Permita-me, até no sentido de recuperarmos aqui com o senhor um trabalho que queremos desenvolver pela verdade, como o senhor sabe, e muitas informações que o senhor nos franqueou aqui serão utilizadas para o mapeamento dessa situação verdadeira. Agora o senhor modifica a sua postura, como um direito seu, ao longo do trabalho, mas queremos apelar para o senhor.

A primeira dificuldade, um dos motivos pelos quais o senhor rompeu com o Sr. Luiz Otávio foi porque este seu assessor e vice-Presidente do Instituto Zequinha Barbosa o denunciou junto à Fundação Avina, uma fundação que prestigia e mantém trabalhos importantes quanto a lideranças que atuam no terceiro setor? Ele o denunciou efetivamente junto à Fundação Avina por malversação dos recursos do Instituto Zequinha Barbosa? O senhor rompeu com ele por esse motivo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, senhor.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Srª Presidente, deixo claro que as perguntas estão todas sendo consignadas, mesmo com a resposta de que só serão respondidas em juízo. Mas vamos continuar.

Sendo um homem na sua idade, jovem, separado, pelo que o senhor disse, é natural que o senhor namore, que faça esses tipos de programas sexuais com mulheres diversas ou o senhor tinha uma relação única?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor costumava sair com as ditas mulheres de programa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Vai falar em juízo.

O senhor, em algum momento, poderia dizer que saiu com alguma adolescente mesmo sem saber que o era?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor poderia dizer se alguma vez o saiu com alguma adolescente, e o senhor sabia que era adolescente, ou percebeu durante o ato sexual que se tratava de adolescente, quando viu o corpo, etc.?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor conheceu a D. Zenaide Flores Ferreira?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Conheço, sim, a D. Zenaide Flores Ferreira e conheço também o Sr. Eliseu Ferreira da Anunciação.

A SRA. LAURA CARNEIRO – A D. Zenaide é a mãe do seu ex-amigo, Sr. Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor, nos últimos quatro meses, chegou a estar no Motel Stilus?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor chegar a estar no Motel Bodoquena?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor disse que, na maioria das vezes, alguém dirigia para o senhor, sua carteira de habilitação não servia no Brasil. Mas também disse que, em determinado momento, teria ido a Dourados dirigindo. Sem habilitação, é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Correto. O senhor podia também dizer que ia falar isso só em juízo.

O senhor conhece o Vereador César Disney?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Mas o senhor disse que conhecia. Enfim, o senhor pode falar em juízo, não tem problema.

O senhor alguma vez saiu para jantar com o Vereador César Disney?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor sabe sobre que pena está respondendo, sobre que crimes?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor reside em São Paulo, pelo que o senhor disse, não é isso?

O SR. ZEQUINHA BARBOSA – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Qual foi a última vez que o senhor foi a Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Nem isso o senhor pode responder?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A última vez em que eu estive em Campo Grande foi agora, quando eu fui denunciado para ser preso. Estive lá e voltei.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor ia ser preso? Que história é essa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A promotora disse que era uma PP, ordem de prisão preventiva. Eu fui até lá e me coloquei à disposição do juiz. Mandei escrever um documento de que se fosse preso eu estaria ali e me apresentaria diante ao juiz. Foi só isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Quando foi isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Agora, nesse final de semana que passou. Eu fiquei lá até na segunda-feira e retornei a São Paulo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O que o senhor estava fazendo no feriado, naquele feriadão de três dias por causa do dia do servidor? O Dia do Funcionário Público não foi uma terça-feira, dia 28? O feriado, na maioria dos estados, não foi adiantado para o dia 27 de outubro, segunda-feira? O senhor lembra?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Feriado do servidor público? Eu estava aqui em São Paulo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – No dia 28?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Em São Paulo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – No dia 27 estava onde? Em São Paulo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Continuava em São Paulo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Em São Paulo o senhor trabalha em algum lugar?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Trabalho.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Onde o senhor trabalha em São Paulo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu não só trabalho com o Instituto Escola Brasil...

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor trabalha no Instituto Escola Brasil?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Lá é serviço público? Eu não conheço o instituto.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É privado. Faço um trabalho voluntário junto à Federação Paulista de Atletismo. Só isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O pessoal trabalhou no dia 27, segunda-feira?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A gente faz um trabalho de consultoria. Eles trabalharam.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor se lembra o que estava fazendo no feriado? Na segunda-feira o senhor estava onde? O senhor lembra?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu estava em São Paulo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor estava em casa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu não fiquei só em casa, saí. Fiquei em casa, saí.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor ficou em casa na maior parte do dia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu fui fazer as coisas que tenho que fazer normalmente.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor almoçou em casa?

A SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Normalmente eu como, porque eu moro só...

A SRA. LAURA CARNEIRO – A que horas o senhor almoça mais ou menos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Varia, ao meio-dia, à uma hora, uma e meia, depende.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então o senhor acha que na segunda-feira, dia 27, por volta de meio-dia, 13 horas, 13 horas e pouco, o senhor estava em casa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Provavelmente. Eu não sei o horário, mas eu estava em casa.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor viu televisão nesse dia? O senhor lembra?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não lembra de ter visto televisão? Nem **Jornal Nacional**? Todo mundo vê **Jornal Nacional**, Jornal da Band, Jornal da Record, todos os jornais.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não vi jornais.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Eu poderia perguntar-lhe se no dia 27, segunda-feira, às 14h30min, o senhor não assistiu pela **TV Senado** a transmissão do depoimento do Sr. Luiz Otávio. O senhor estava em casa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não assisti.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não estava trabalhando. Não teve curiosidade de assistir?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não tive porque eu não tinha canal a cabo. Recentemente é que coloquei canal a cabo. A **TV Estado** é canal a cabo, se não me engano.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Recentemente, há quanto tempo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Há uma semana mais ou menos.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor só tem TV a cabo há uma semana?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor não assiste à **Esporte TV**?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Nem àqueles canais de esporte?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Assistir eu assisto. Mas, como na época eu não tinha TV a cabo, eu não assistia.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Como o senhor assistia sem TV a cabo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A televisão? Com antena normal, os canais normais.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não, os normais não. Aqueles de esportes não pegam. Só na TV a cabo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Na minha casa eu não assisti.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor deve ser um dos poucos paulistanos de classe média que não têm uma TV a cabo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Na época eu estava...

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor só tem há uma semana TV a cabo? Qual é a TV a cabo que o senhor tem?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Contratei o **DirecTV.**

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor nunca teve **Sky, Net**?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Se fizermos um requerimento desta Comissão a essas companhias – estou lhe perguntando, ainda há tempo de o senhor mudar –, perguntando desde quando na sua residência existe TV a cabo – temos seu endereço...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Na Ariqueme.

A SRA. LAURA CARNEIRO – ...não vai aparecer nenhuma tv a cabo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Antes de uma semana atrás?

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Foi feito recentemente. Eu nem estava lá quando eles colocaram a instalação da **DirecTV.**

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não estava lá?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não ouvi o depoimento dele porque não tinha TV a cabo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não tem nenhum amigo que tenha?

O SR. ZEQUINHA BARBOSA – Olha, moro num complexo, mudei recentemente para esse complexo. Então, não tenho assim...

A SRA. LAURA CARNEIRO – O que é um complexo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É o condomínio onde eu moro.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Um condomínio. O senhor não conhece ninguém lá?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Conheço, mas não para ir lá assistir TV a cabo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor sabe dizer se o seu tesoureiro... Não vou falar no seu advogado, porque seu advogado é uma coisa; vou perguntar como tesoureiro. O tesoureiro da entidade é o Dr. Abadil, não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ele continua sendo tesoureiro?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Continua.

A SRA. LAURA CARNEIRO – E ele é tesoureiro da instituição e também chegou a ser advogado do Sr. Luiz Otávio e seu?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Chegou a ser. Em que momento ele deixou de ser advogado do Sr. Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, isso foi eu e o Luiz Otávio, então o que tenho que falar vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Por que o senhor acha que o Sr. Luiz Otávio, quando... O senhor não sabe, mas a vamos lhe contar. O senhor não viu, mas a contaremos um pouquinho o que aconteceu aqui.

O Sr. Luiz Otávio pareceu muito magoado com um amigo, muito triste por ter perdido um amigo. Como é que o senhor se sente?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo. Estou tranqüilo, porque não tenho nada a dever, não tenho mágoa nenhuma, porque sempre fiz o bem para ele, só isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ele não falou mal do senhor.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Também não estou magoado com ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ele não falou mal, mas ele estava magoado com o senhor, porque o senhor não entendeu o que ele queria. Na verdade, a linha de defesa dele só era diferente da sua. Ele diz que efetivamente saiu com as menores um, dois e quatro ao seu lado, só que não sabia a idade delas, e contou alguns detalhes de forma reservada, então não posso falar publicamente. O senhor quer, de alguma maneira, depois conversar só com os Deputados?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Só vai falar em juízo? O senhor acha que é melhor falar somente em juízo? O senhor acha que não é bom colaborar conosco?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Até onde eu tinha de colaborar eu colaborei, então vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Até agora o senhor não colaborou com nada; o senhor negou tudo. O senhor não quer contar tudo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Só vou falar em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Sr. Zequinha Barbosa, existe um procedimento da CPMI de que quando alguém vem prestar um depoimento nós podemos transformar a sessão em reservada. Portanto, sem imprensa, sem o plenário, apenas com os parlamentares. Então, esse é um direito que o senhor tem, se assim o desejar.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Agradeço, mas só vou falar em juízo. Muito obrigado.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Vamos continuar.

O senhor disse, antes de resolver só falar em juízo, que o Sr. Luiz Otávio tinha tido um problema psicológico de conduta, passou ao alcoolismo e, por conta disso, houve um rompimento das suas relações com ele. Se houve um rompimento das relações, como é que uma pessoa com alcoolismo continua a ser funcionário desse Instituto que trabalha exatamente com a inclusão de crianças? Era melhor o senhor tê-lo aposentado, dado um dinheiro para ele: você está doente, vai se cuidar, vou lhe dar uma licença, vou continuar lhe pagando, mas não dá mais para você cuidar de criança, porque são crianças já em situação de risco e vou estar trazendo mais um risco para essas crianças. Então, eu queria entender que lógica é essa. Dá para o senhor explicar isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Só em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Mas é uma pergunta tão simples... Muito bem, só em juízo.

Vou pedir à Deputada Ann Pontes, se ela me permitir esse obséquio, que mostre apenas ao depoente essas fotos para ver se ele reconhece alguém. Só para saber se ele reconhece.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não conheço ninguém.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então diga que o senhor não está vendo bem.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não estou vendo bem e não conheço daqui , das que eu consegui ver, não conheço nenhuma dessas aqui, está muito escuro. Eu não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Laura, pergunto ao depoente se ele teve dificuldade em reconhecer porque as fotos não estão boas. As fotos não estão boas?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estão ótimas, não tem como... Mesmo assim não consegui reconhecer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu ouvi o senhor dizer que as fotos estão escuras. Que está com dificuldade. O senhor considera que as fotos não estão boas?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não, e ali, pela imagem, eu não conheço nenhuma ali. Além de estar escura, afirmo que não conheço.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor chegou a dizer à Deputada Ann, e ouvi, que as fotos estavam escuras e o senhor estava com dificuldade de fazer o reconhecimento. O senhor acha que não fez o reconhecimento porque as fotos estavam escuras?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não fiz o reconhecimento porque eu não conheço e as fotos também estão escuras. Não conheço elas ali.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas o senhor declarou isso aqui, que as fotos não estavam boas suficiente. Eu ouvi quando o senhor disse à Deputada Ann.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estavam escuras, eu não conheço. Não reconheço e as fotos escuras.

A SRA. ANN PONTES – Pela ordem, Relatora, eu pedi que ele falasse direto ao microfone e informasse se ele não estava reconhecendo porque as fotos estavam escuras ou se ele não reconhecia.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Como disse anteriormente.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele disse a V. Exª isso. Eu ouvi bem mesmo não estando ao microfone.

A SRA. ANN PONTES – Eu pedi que ele falasse diretamente ao microfone.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Vou lhe fazer uma outra pergunta.

O senhor disse à Deputada que gostava muito de música e que o senhor tinha CDs no seu carro. Se o senhor não ouviu o depoimento do Luiz Otávio, ou se o senhor ouviu, ou se lhe contaram, o senhor sabe que essa foi uma das perguntas que eu fiz a ele. Ele contou aqui como aconteceu, com detalhes. Eu até me irritei, em determinado momento, com a explanação que ele fez, mas ele disse que o senhor era uma pessoa que às vezes ficava nervoso. O senhor fica normalmente nervoso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, meu comportamento é normal, eu não fico nervoso. Tenho... nervoso dependendo, mas não...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não,porque hoje eu vi... Houve um momento em que o senhor começou a ficar nervoso com a Deputada Maria do Rosária, ela até lhe pediu para se acalmar.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Até antes de entrar nessa sessão, como eu fiz lá em Campo Grande, eu pedi para dizer que tenho o tom de voz alto e às vezes passa a impressão de que eu estou nervoso, mas não estou nervoso, não. Estar nervoso, mas não é o momento. E eu devia ter feito isso aqui antes, até porque eu fiz isso com as delegadas: olha, devido ao meu timbre de voz, não vai dar a entender que eu estou querendo de repente agredir. Não, pelo contrário, eu não vim aqui para causar polêmica.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Aliás, ele também disse que não era que o senhor fosse agressivo. A forma de o senhor falar é que parecia agressiva em virtude do tom. Mas o que foi muito fácil sentir no depoimento do Luiz Otávio é que ele o tempo todo, de alguma maneira, protegeu o senhor. Mesmo dizendo a verdade, ele tentava, até como um amigo magoado, lhe passar a mão, e o senhor, pelo que li, pelo contrário, em algum momento, aliás, não lembro em qual dos documentos eu li, conduz, como se ele, Luiz Otávio, lhe tivesse levado o pobre e inocente Sr. José Luiz Barbosa ao ato delituoso. O que o senhor entende disso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Como?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Vai falar em juízo.

Uma das menores, especialmente a menor de nº 2, teria sido agredida pelo senhor verbalmente, porque ela teria sentado em cima de alguns CDs no carro. O senhor disse à Deputada Rosário que isso é mentira, que nunca aconteceu nada nesse quilate. Nunca aconteceu o caso. A menina não sentou nos CDs, foi o que o senhor respondeu, porque não aconteceu o caso. Se tivesse acontecido, se o senhor dissesse que é verdade, eu diria que ela esteve no seu carro.

Então, vamos supor que fosse o senhor "x". O senhor "x" estava no carro com uma menina na frente e essa menina sentou em alguns CDs, levou uma bronca e começou a chorar. Se o senhor tivesse que analisar um caso como esse, se estivesse sentado aqui onde estamos e tivesse que pensar quem era esse senhor "x", o que o senhor pensaria desse senhor "x"? Primeiro, essa criança começa a chorar. O senhor acha viável dizer que o senhor "x" diria que essa pessoa seria adulta ou que seria menor?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Puxa, mas não é o senhor. É o senhor "x".

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor acha normal um adulto ou uma moça de 18 anos chorar porque sentou em cima de alguns CDs?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor acha normal uma mulher de 40 anos sentar em cima de CDs e chorar?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Respondo em juízo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor tem muitos CDs?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Gosto de música, tenho vários CDs.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Quantos CDs o senhor tem?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não contei, não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Nunca contou?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O senhor gosta tanto de música.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É correto, mas nunca contei.

A SRA. LAURA CARNEIRO – O meu vôo é somente às 18h40min, são 14h14 min. Estamos eu, a Deputada Terezinha, o Deputado Luiz Couto, Deputada Ann e Deputada Sandra. Se cada um de nós falarmos por uma hora e meia, mais ou menos, o senhor terá que repetir que vai falar em juízo mais de mil, duas mil vezes. O que o senhor prefere: ajudar ou continuar falando em juízo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo, porque já fiz 166 mil quilômetros, que são quatro voltas da Terra na linha do Equador. Então, dois mil não é problema.

A SRA. LAURA CARNEIRO – É mole?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Exato.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Para nós também.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nem para nós, Deputada Laura. Para nós está tudo tranqüilo.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Eu não sei correr, mas falar eu falo que é uma beleza.

Presidente, até por uma questão de justiça, depois V. Exª volta a me inscrever. Vou ficar aqui sentadinha esperando para os outros deputados poderem falar. Depois V.Exª volta e eu continuo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se V. Exª me permite, eu lhe perguntaria: por que o senhor considera que responder... O senhor pode olhar para mim para podermos estabelecer um diálogo?.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto, estou olhando para a senhora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu costumo aqui olhar para as pessoas diretamente. Penso que facilita o entendimento.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não tem problema.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Por que o senhor considera que responder à pergunta da Deputada Laura Carneiro, na situação hipotética que ela construiu acerca dos CDs, de uma menina que senta no CD, que leva uma bronca do dono do CD, por que o senhor considera que isso, de alguma forma, o incrimina?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vou falar em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não pode sequer responder o que isso tem a ver com a sua própria história?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Fui claro, vou falar em juízo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor nega, portanto, que dentro de um motel...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sou inocente, como falei no depoimento, não devo nada, não tenho nada a temer.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – ...uma adolescente, após ser explorada sexualmente, por um acaso, um acidente sentou no CD e levou uma bronca do proprietário dos CDs, que havia explorado sexualmente essa menina. O senhor acha que isso não ocorreu? Então, se isso não ocorreu, se o senhor nega completamente, por que o senhor não responde à pergunta hipotética da Deputada Laura Carneiro? É só uma pergunta hipotética: o que o senhor pensa de uma circunstância como essa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Prefiro falar em juízo.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes) – Com a palavra a Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Sr. Zequinha Barbosa, nessas audiências da Comissão, por onde estivemos em vários locais do Brasil, temos ouvido tanto testemunhas quanto pessoas que estão sendo acusadas. E percebemos, em primeiro lugar, por parte das vítimas, os sentimentos envolvidos, porque muitas das crianças e mães dessas meninas que já temos ouvidos também choram em nossa presença, pela dor de ver as filhas ou, às vezes, a própria vítima, por

se ver envolvida em situações como essa de abuso e exploração sexual.

Da mesma forma, também temos ouvido os abusadores, e eles têm mais ou menos o mesmo perfil que o senhor tem procurado mostrar para esta Comissão hoje, um perfil da frieza com que trata tanto a Comissão quanto a situação da qual está sendo acusado.

O senhor é um atleta que já deu muito orgulho para nós, brasileiros. Todos nós conhecemos a sua história e, em algum momento, vibramos com o senhor e valorizamos o esforço que o senhor fez para superar a condição em que nasceu. Deu a volta por cima, com muito esforço e sacrifício pessoal. Sabemos disso com certeza.

E eu me pergunto então se o senhor que viveu essa experiência de nascer um menino pobre. Conforme a sua declaração hoje, o seu pai abandonou a família quando o senhor era pequeno ainda. E, após superar todas as dificuldades, tornar-se um atleta conhecido e famoso não só no Brasil, ter a idéia de montar um instituto, uma fundação, exatamente para ajudar aquelas crianças lá no Mato Grosso, a sua terra, tirá-las daquela mesma situação que o senhor viveu no passado, podendo oferecer outra alternativa de vida àquelas crianças, meninas e meninos do seu estado. Então é uma atitude bonita que reconhecemos como sendo algo positivo, importante. E, como o senhor, sabemos que existem muitas experiências assim no Brasil.

Mas, ao começarmos a ouvir, nesta Comissão, depoimentos como o do Sr. Luiz Otávio, por exemplo, que esteve aqui, e agora ouvindo as poucas respostas que o senhor tem dado para esta Comissão, mesmo nelas conseguimos perceber que o senhor pode até ter tido um sentimento bonitp na hora de mentalizar a criação dessa fundação, mas o que nos parece é que, na prática, ela não vem cumprindo os objetivos a que se propôs.

A primeira constatação que podemos fazer é que a fundação que se propõe a atender 120 meninos e meninas de 7 a 14 anos, crianças e adolescentes em risco pessoal e social e sujeitas à vulnerabilidades, como o senhor mesmo falou repetidas vezes, e por alguns impedimentos, acredito que, de uma certa forma ultrapassáveis até, porque o senhor diz que hoje só atende a 25 crianças porque não tem transporte, a não ser no Mato Grosso do Sul, não sei... No meu Estado, o Maranhão, em qualquer bairro, em qualquer lugar que se chega, se você quiser montar um instituto, uma fundação para atender meninos e meninas que estão em situação de risco e de vulnerabilidade, pode ter certeza de que vão aparecer não só 120, mas 200, 300, 500 meninos, porque existem tantos precisando desse apoio que o senhor nem imagina. Então muito me admira que no Mato Grosso do Sul não se consiga estabelecer um ponto para montar uma estrutura que atenda esses meninos, considerando que não se pode gastar com transporte.

São tantas as entidades que ajudam e que são generosas. Nós, que acompanhamos o trabalho social no Brasil, vemos as dificuldades de financiamento, e o senhor tem sorte porque encontrou entidades que financiam a sua fundação. No entanto, essa entidade não consegue fazer o atendimento que esses meninos efetivamente precisam e merecem.

Pergunto-me e começo a perguntar para o senhor em que local está localizada a Universidade Dom Bosco.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No Jardim Seminário, na Avenida Tamandaré, em Campo Grande.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Mas isso, em Campo Grande, é centro?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É distante.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Desculpe-me a interrupção, apenas para fazer um registro.

Mesmo o depoente tendo aberto mão da presença de um advogado para sua defesa, a CPMI providenciou e está presente o Dr. Agostinho Pedro Wait, OAB-DF 10.374, à disposição do senhor, como advogado **ad hoc.** O senhor não deseja utilizar dessa prerrogativa. Está correto? O senhor abriu mão efetivamente de um advogado **ad hoc?**

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto. Falei no início.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então deixo consignado que o Dr. Agostinho está presente conosco, a chamado da CPMI.

E gostaria de perguntar também, Srª Presidente – perdoe-me a Deputada Terezinha – se existe algum outro advogado do escritório ou que atue conjuntamente com o Dr. Abadio que está presente na audiência. Se existe essa pessoa, por favor, peço que seja identificada devidamente. Há algum advogado que assumiu a causa, alguém do escritório?

Pergunto ao senhor se identifica alguém que seja do escritório do Dr. Abadio.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Aqui só veio ele, não tem ninguém.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Veio somente ele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Somente ele.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Algum outro advogado que estaria responsável pelo senhor está presente?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então, diante dessa afirmação, agradecemos ao Dr. Agosti-

nho Pedro Waitt a sua disposição, que o faz de forma dativa conosco. A declaração do depoente serve como verdade sobre a presença de outro do escritório.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Muito bem, Sr. José. Qual é a avaliação, hoje, do senhor, enquanto pessoa, que não tem nada a ver até com a nossa situação, do trabalho que a sua fundação realiza naquela cidade?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, o objetivo do instituto, Exmª Deputada, é trabalhar a cidadania. Quero fazer campeões de personalidade, caráter, respeito e amor. O porquê disso? Porque vou desenvolver quatro principais características básicas de disciplina para o ser humano se direcionar ao sucesso: primeiro, a disciplina...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O senhor acha que está atingindo esses objetivos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estamos trabalhando para atingir esses objetivos. É correto, por isso que a gente trabalha. Então, é a disciplina, a determinação, que é querer muito, a perseverança, que é querer sempre, e a coragem, que faz você acreditar naquilo que os outros pensam que é impossível.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Mas se o senhor se propõe a atender cento e vinte meninos e meninas; atende hoje a vinte e cinco, mesmo recebendo recursos para atender cento e vinte. O senhor acha que está cumprindo com os objetivos, atendendo efetivamente?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Dentro do esforço, sim. O porquê disso? Todos os recursos quando vêm são destinados especificamente para certas situações. Ele não vem assim... Para certas situações. Tem entidades que especificamente destinam "queremos o dinheiro para que fique aplicado só aqui". É assim. Então, dentro do possível... Estão entendendo?

Você acha que não houve essa preocupação aqui? A senhora acha que eu também não procurei o poder público quando acabei de falar que dentro de uma relação... Eu procurei, sim, a Prefeitura, o Governo do Estado, junto ao Fundo de Esporte, para ver se eu conseguia um transporte para melhorar, para tentar pegar algum...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O senhor não conseguiu recursos para transporte para as crianças, mas o Instituto conseguiu comprar uma Toyota – declaração feita pelo senhor.

De que ano é esse veículo? Qual o ano de fabricação desse veículo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Acho que é de 2000, ano 2000.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Ano 2000, uma Toyota Corolla de cor prata. O senhor disse que ela custou R$22.000,00? Eu não entendo...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aproximadamente. Foi entre R$22.000,00 a R$23.000,00.

A SR. TEREZINHA FERNANDES – Eu não entendo muito de carro, mas uma Toyota do ano 2000 custa apenas isto? Foi comprada em que ano?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foi comprada no final do ano passado.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Em 2002?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso, foi comprada em 2002. Já estava muito rodada, etc. Tudo isso teve uma condição específica.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Quem se responsabilizava por esse veículo no Instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O veículo estava à disposição do Instituto. Todos os funcionários tinham direito de dirigir.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Considerando que o senhor mora em São Paulo. O senhor é o Presidente da Fundação, mas mora em São Paulo. Na sua ausência, quem assume todas as responsabilidades administrativas em todas as áreas? Quem responde, efetivamente, pela Fundação lá em Mato Grosso do Sul?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Antigamente ou agora, hoje?

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Hoje.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Hoje, quem está respondendo é o Dr. Renato Rocha.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O seu Advogado aqui presente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, esse aqui é o Dr. Abadio.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – E no passado?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No passado, quem respondia na qualidade de como reajustar tudo, seria o Vice-Presidente, que é o Sr. Luiz Otávio.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Por que mesmo o Sr. Luiz Otávio saiu da Vice-Presidência?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Como expliquei, foi por uma questão psicológica e de conduta. A Diretoria solicitou que ele se dispusesse do cargo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Mas o que é mesmo a questão psicológica e a conduta? O senhor poderia ser mais específico para nós?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Era o comportamento que ele tinha e que a Diretoria entendia que não era de acordo com a função que ele exercia dentro do Instituto como Vice-Presidente.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Exemplo de conduta pouco recomendável para estar no Instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Era o tratamento que, às vezes, ele dava para as pessoas dentro do Instituto, usava muito algumas expressões e outros tipos de comportamento pessoal que é dele, que ele fez e a gente, dentro da melhor maneira, procurou assimilar isto para que nós pudéssemos dar andamento no nosso trabalho.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Pelo que nós vimos aqui, o Sr. Luiz Otávio é o seu amigo. Vocês se conhecem desde criança e adolescente e são amigos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É, deste Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O Sr. Renato, que hoje é o atual Vice-Presidente, qual é a sua relação com ele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele é o Diretor da cadeira de Direito na Universidade Católica Dom Bosco e também...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Qual é a sua relação com ele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A minha relação é muito boa.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O senhor o conhece desde quando?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu conheço o Dr. Renato há pouco mais de alguns anos, desde que cheguei aqui, nesse relacionamento que desenvolvi junto com a Universidade Católica Dom Bosco, que foi a partir do ano 2000.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – É seu amigo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – E os outros membros da Diretoria da Fundação, também são todos seus amigos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – São amigos. Alguns eu conheci na época em que trabalhava dentro do Governo. São amigos, pessoas idôneas.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Qual foi o critério que o senhor adotou na formação da direção dessa Fundação? Foi critério de amizade ou critério de representatividade, critério de compromisso ou de envolvimento com as causas de crianças e adolescentes ou com as causas esportivas? Afinal de contas, quais foram os critérios?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Os critérios foram que nós entendíamos que era a questão da idoneidade, de compromisso, seriedade, capacidade e responsabilidade. Eu não estava visando ninguém importante. A questão era pessoas idôneas, de respeito e que entendia a causa – que era a minha causa – que era cidadania. E essas pessoas foram escolhidas nesse sentido.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O senhor conhece o Sr. Luiz Otávio há tanto tempo e não conhecia essa faceta da personalidade dele, de ter dificuldade de relacionamento, ou de ter desvio de personalidade, que só foi revelada agora?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não... Olha aqui, quando eu estava... Na infância, estudando, aí cada um foi pro seu lado, até aí é um adolescente. Na volta, que eu tive aqui trabalhando, nós entendia que todo esse comportamento fosse um problema psíquico que ele estava tendo, psicológico, com desequilíbrio emocional, do fato da separação que ele teve diante de sua família. Ele tem um filho o qual ele preza muito. E aí ele começou a ter esse tipo de comportamento. Então a gente entendia aquilo era um período de depressão, um período de dificuldade que ele se passava. Até então, a gente acreditava que isso um dia ia sarar. Várias vezes...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Essa dificuldade foi causada por quê? Que dificuldades eram essas que ele vivia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Pela questão de depressão, pela separação da ex-mulher dele, que ele se separou e aí ele teve esse comportamento.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Qual é o conceito que o senhor tem hoje do seu amigo ou ex, Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Esse conceito eu prefiro falar em juízo. Eu não vou falar agora porque eu acho que existia uma pessoa antes e uma pessoa depois. Então eu não posso aqui... Só isso só que eu tenho que dizer, sabe? Eticamente não tenho muito que falar sobre esse rapaz, sabe? Eu prefiro falar em juízo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O senhor sabe que hoje não consegue dizer para esta comissão que conceito o senhor tem desse amigo de tantos anos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não, o conceito que eu sempre tive do Luiz Otávio foi um conceito de uma pessoa de responsabilidade, um amigo, de sinceridade.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Hoje? Hoje?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, agora. Desde que houve esse comportamento que eu falei pra você, eu comecei a avaliar ele de uma outra forma. Acho que tudo você precisa ter uma ética e respeito. Fui avaliando e fui analisando, até porque nada tinha

acontecido até 30 de maio, nada. Sempre houve um grande respeito, até, portanto, que eu levei esse cidadão em vários lugar, com um bruta respeito. Todo mundo da diretoria, todo mundo do instituto o respeitava no maior escalão, sabe? Com o maior respeito. Eu acho que eu não tô aqui...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Hoje qual é o seu conceito sobre ele hoje?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, meu conceito, sabe? Eu, como amigo, igual muita gente, tô perplexo da capacidade das coisas que ele acabou... do tanto que ele fez comigo e chegou o ponto que chegou no sentido de que, poxa, eu sempre respeitei e faltou respeito. Então eu acho, como eu falei pra senhora, eu prefiro falar em juízo, que eu acho que isso é uma questão pessoal minha e eu prefiro falar em juízo.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O Sr. Luiz Otávio, quando da sua estada aqui conosco... O senhor não sabe, porque já declarou que não acompanhou o depoimento dele, não tem conhecimento do que ele falou aqui, certamente, porque não acompanhou. Mas o senhor sabia que o tempo inteiro, quando se tentava fazer qualquer referência à pessoa do Zequinha Barbosa, ele sempre procurou colocar o senhor numa posição elevada? Que ele fez questão de destacar reiteradas vezes o apreço, a admiração que tinha, reiterando que o senhor era uma pessoa que merecia o respeito nosso, de todos nós, brasileiros, e em nenhum momento ele procurou vincular. O que ele disse aqui e o que temos acompanhado não só no depoimento dele, mas também das adolescentes e crianças, todos falam a mesma coisa. Todas as quatro ou cinco pessoas falam a mesma coisa, Sr. Zequinha. É impressionante. Os depoimentos que temos em mãos, do Sr. Luiz Otávio, da nº 1, da nº 2, da nº 4, batem, dizem a mesma coisa efetivamente. Então ou eles se prepararam muito bem para prestarem esse depoimento ou então há alguma coisa errada no meio do caminho e só o senhor está falando a verdade; esse povo todo está mentindo, porque o que eles dizem e está aqui escrito... Eles dizem a mesma coisa, tudo pontuado: para onde foram, por onde passaram, o que fizeram, o que conversaram, tudo eles dizem e batem as informações. Mas as suas são totalmente diferentes.

O senhor diz que foi na casa da número um.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso, a convite dele.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Foi a convite dele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso. Não fui voluntariamente, não. Não fui, assim... Fui, a convite dele.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Foi, a convite do seu amigo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O que o senhor fez lá?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Simplesmente, cumprimentei, falei, expliquei a questão do projeto, me apresentei, que a pessoa, a mãe queria me conhecer. Por volta de dez minutos, cumprimentei... Inclusive, até me lembro, recordo que fiz uma brincadeira, porque sou santista e o garoto era corinthiano. Falei: "Você devia torcer para o Santos". Fiquei, mais ou menos dez minutos, e me retirei.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Nessa data, o senhor encontrou lá a adolescente número um?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estava lá essa moça. Que eu, realmente, cheguei, com muita tranqüilidade, não procurei... A mãe que me recebeu, as duas criancinhas, começamos a conversar, e ela estava, essa moça, estava à distância, à distância, lá, na casa, e a gente conversou.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O senhor sabia, tinha a informação de qual era a ligação, a relação do Sr. Luiz Otávio com essa família?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Até porque a única coisa que ele falou é que ele tinha um interesse e que gostaria... Que ele tinha um interesse nessa moça e que ele gostaria que eu fosse lá, para conhecer, para falar. Exatamente isso. Até ali, ele só tinha o interesse. Quais as intenções ele não me descreveu e falou quais são as intenções.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Certamente, o senhor deve conhecer, pelo menos de nome, todos os motéis lá de Campo Grande, porque isso todos nós conhecemos, freqüentando ou não. Quem mora em uma cidade sabe.

O senhor conhece o Motel Classic?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Os motéis, como já falei, não estive presente nesse motéis, não conheço, porque... Conheço de nome, como a senhora falou, de apenas ouvir nomes, e tem propaganda...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Nunca esteve nesse motel?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Nunca esteve?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, nunca estive no motel.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O senhor nunca esteve lá, com as adolescentes número um, número dois, número quatro e o senhor Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Nunca?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nunca.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O Sr. Luiz Otávio, exatamente para refazer a relação dos senhores, que estava abalada, depois dessa crise que vocês viveram, na tentativa de reconstruir e de agradar o amigo, não levou o senhor, com essas adolescentes, para esse motel?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Nem no motel Bodoquena?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Também não.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Em nenhum momento?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nenhum momento.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O senhor só conheceu a adolescente número um quando esteve na casa dela?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – E as outras que são citadas aqui o senhor nunca viu?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Nunca ouviu falar?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Terezinha...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT – MA) – Pois não, Deputada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – No sentido que a Deputada Terezinha lhe perguntou, a adolescente... O senhor está com a lista das adolescentes?

A adolescente de número três não participou daquele momento?

O senhor confira a lista junto conosco.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Essa lista aqui?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É. Olhe bem a lista, até para fazermos esse trabalho.

A adolescente número três acompanhou o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não. Não conheço. Estou falando... Não conheço ninguém aqui. Estou falando para a senhora. A não ser a número um, não conheço, não tenho, não tive ligação nenhuma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputada Terezinha, ainda sobre as questões que V. Exª, no início dos seus questionamentos, fez ao depoente, acerca do Instituto Zequinha Barbosa, gostaria de propor à Srª Presidente que, diante da imprecisão das informações que estão sendo prestadas acerca do papel desse instituto, das suas práticas e mesmo da deficiência que estamos observando aqui, com amplo financiamento público, desde o Governo brasileiro até as instituições de caráter privado, fundações, institutos internacionais que confiaram nessa instituição, com sede em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, diante dessa circunstância que estamos observando, pelo depoimento que foi feito a todos os Parlamentares que até este momento questionaram o depoente acerca do Instituto Zequinha Barbosa, penso que a CPMI deve solicitar ao Conselho Nacional de Assistência Social que estabeleça uma análise, uma auditoria das ações e dos recursos, das práticas desenvolvidas por aquela instituição, uma vez que ela deve, provavelmente, estar inserida no plano da política da assistência social, assim como da política do esporte também. E estamos observando em todos os momentos que esse Instituto está muito distante de ser uma instituição de proteção dos direitos da criança, desde o número de crianças atendidas até a incapacidade do Presidente do Instituto, aqui presente, de nos dar qualquer informação precisa sobre a prática pedagógica, assistencial e de atendimento dessas crianças.

Então, de pronto, faço essa solicitação, como requerimento, com base especialmente nas respostas e na falta de fundamento que o depoente apresentou nas considerações que fez a todos os Parlamentares, mas especialmente na primeira fase das perguntas, que foram feitas pela Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço a sugestão da Relatora, a Deputada Maria do Rosário. Esta Presidência acata essa sugestão. Acredito que ela seja uma providência necessária neste momento, até porque, infelizmente, não conseguimos perceber o real sentido do Instituto e as dificuldades, inclusive na questão do transporte, da alimentação, com os recursos que vieram. Então esta CPMI irá, Deputada Maria do Rosário, providenciar que a sugestão de V. Exª seja acatada.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Só para concluir, Srª Presidente, saber se existe também, já que o Sr. Zequinha Barbosa tem pouca informação a nos passar ou não quer nos informar, se existe um conselho, alguma coisa que acompanhe e avalie as atividades desse Instituto, dessa fundação, porque sempre há. Presta-se conta para alguém de tudo aquilo que se faz.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tem o conselho, o conselho fiscal. O Instituto tem um conselho fiscal que acompanha todo esse...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Mas está dentro da diretoria do instituto.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – E nós, junto com o corpo administrativo, junto com a Universidade também, porque a Universidade também está de frente nisso.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Vocês atendem meninos e meninas de sete a quatorze anos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Qual é o acompanhamento que os pais... A fundação tem algum tipo de relacionamento com as famílias dessas crianças que participam dos programas.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A equipe pedagógica conversa, porque tem um acompanhamento junto com as famílias. É a equipe pedagógica que faz esse papel.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Certo.

Srª Presidente, vou encerrar as minhas perguntas, nesse primeiro momento, mas considero que o pedido que a Deputada Maria do Rosário, nossa Relatora, faz é de fundamental importância, porque a impressão que nos passa, uma forte impressão, é de que temos que comprovar, embora não seja objeto desta CPMI. Creio que não podemos passar por um trabalho desse, verificar as condições em que essa fundação funciona e fechar os olhos, fingindo que nada está acontecendo, porque a impressão que nos dá, a princípio, é de que, na verdade, montou-se ali um grupo e, como há pessoas de prestígio, de nome, consegue financiamento para que essas pessoas fiquem utilizando os recursos destinados a essa entidade, para que sejam feitas essas orgias que estamos vendo declaradas aqui nesse depoimento. A impressão é de que estão utilizando em benefício próprio, e não efetivamente para a finalidade a que a entidade se propõe.

Então, temos que investigar, porque sinto no ar o cheiro de que há, de fato, a má utilização dos recursos dessa entidade para outras finalidades que não aquelas a que se destina.

Obrigada.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Gostaria de dizer que acho que intenção não é essa.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – A palavra está com a nossa Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto, para que proceda às suas indagações.

O SR. LUIZ COUTO – Srª Presidente, Srª Relatora, demais membros desta CPMI, Sr. Zequinha Barbosa, o senhor, no início, leu o documento informando que não estava na condição de testemunha, e sim como indiciado e afirmava naquele momento que só falava em juízo, mas temos algumas informações do que o senhor falou que são importantes inclusive para que possamos identificar melhor a atuação do Instituto Zequinho de Abreu desde a sua fundação e o trabalho que ele realizou, de natureza nobre, cuidando de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade, ou seja, em estado de risco social.

Embora o senhor tenha o direito sagrado de ficar calado, para não haver prova contrária – já que há um processo contra o senhor na Justiça por essa situação –, a verdade nos liberta, tira um peso de nós. É claro que o senhor não é obrigado a construir nenhuma prova contra si mesmo, mas é ruim para o senhor, como um homem que teve tantas glórias neste País e que o representou em eventos internacionais. O senhor se sentirá melhor, menos pesado, já que, para correr, o senhor tinha a leveza necessária para ganhar as corridas.

Embora o senhor possa não revelar algumas coisas agora, as crianças e adolescentes que prestaram depoimento revelaram. Em juízo, o senhor há também de dizer algo, até para se defender. Mas há um juízo maior – o juízo de Deus – do qual não podemos nos livrar. Lá não teremos o direito de responder em juízo. Ele revelará tudo. Ele nos dirá: "Vinde benditos, meu Pai...". Ele dirá: "Ai daqueles que escandalizarem uma das crianças". Melhor seria que colocasse uma pedra amarrada no pescoço e jogasse ao mar. Ou seja, o escândalo da criança revela isso.

Esse é o apelo que faço para que o senhor responda a algumas perguntas. Com certeza, após essa revelação, o senhor se sentirá muito mais livre. E, mesmo que tenha cometido algum erro, como diz a canção: "Reconheço a queda, e não desanimo. Levanta, sacode a poeira, dá a volta por cima".

O senhor já enfrentou tantas poeiras na vida; pode enfrentar também essa e dar a volta por cima. Se a instituição é idônea, se faz um trabalho nobre, com certeza continuará exercendo sua função.

Inicialmente, quero conhecer melhor o Instituto Zequinha Barbosa. Pela informação que temos, quando foi fundado, o Luiz Otávio fazia parte dessa fundação também?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Junto com toda a diretoria.

O SR. LUIZ COUTO – Quem fazia parte da fundação inicial, quando o instituto foi criado? A idéia partiu de quem? Vocês estavam conversando... Fale-me sobre isso.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foi um sonho. Desde que eu era garoto, falava que um dia eu iria criar um instituto. Quando entrei no Governo, falei; "Vamos ver se, junto com o Governo, conseguimos criar um instituto". Acabou dando certo. Daí para frente, man-

dei dar continuidade porque eu estava treinando nos Estados Unidos.

O SR. LUIZ COUTO – Isso foi em 2000, 2001?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu já tinha a idéia. Foi em 1999, quando eu estava dentro do Governo.

O SR. LUIZ COUTO – Quando você era atleta?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso. Levantei a idéia da criação. Vamos trabalhar a idéia, que é importante.

O SR. LUIZ COUTO – A primeira conversa que o senhor teve sobre a sua idéia foi com o Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A primeira idéia que eu sempre tive? Não. A primeira idéia que sempre tive foi com a minha mãe.

O SR. LUIZ COUTO – Com a sua mãe?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Claro. Sempre falei para minha mãe que um dia eu gostaria de fazer uma instituição.

Aí, conversando com amizades dentro do Governo, disse que sempre tive o sonho de criar um instituto. Que tal tentarmos criar um instituto? Ele falou que a idéia era excelente, gostou da idéia, abraçou e desenvolveu a idéia. Na ocasião, ele trabalhava como agrônomo, depois que saiu do Governo, ele deixou a agronomia e realmente começou a trabalhar, porque eu estava longe, nos Estados Unidos, para levantar o instituto.

O SR. LUIZ COUTO – Você e o Luiz Eduardo reuniram um grupo de pessoas para colocar no papel, fazer um estatuto e criar o Instituto Zequinha Barbosa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO –De quem foi a idéia de dar o nome Zequinha Barbosa? Foi sua ou foi do grupo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A idéia de criar o instituto?

O SR. LUIZ COUTO – Não, de dar o nome.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É por causa do meu nome, Instituto Zequinha Barbosa, por causa do uso do meu nome, do prestígio.

O SR. LUIZ COUTO – Mas quem deu a idéia para criar?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Para dar a idéia do Instituto Zequinha Barbosa: Correndo pela Vida, foi, inclusive, uma pessoa que trabalhava no Governo, que perguntou que tal o nome Instituto Zequinha Barbosa, Correndo pela Vida. Falei que era bacana, era muito forte. Então, surgiu a idéia do Instituto Zequinha Barbosa, Correndo pela Vida. Mas, como não deu certo no Governo, a gente continuou com a idéia do Instituto Zequinha Barbosa.

O SR. LUIZ COUTO – Certo, vocês criaram e tinham como objetivo cuidar dessas crianças em situação de vulnerabilidade, situação de risco, até num aspecto preventivo, para que menores de 7 a 14 anos não entrassem na marginalidade ou na criminalidade. Era essa a idéia inicial?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto, era essa a idéia inicial e até hoje.

O SR. LUIZ COUTO – Não havia uma instituição, então vocês fizeram um convênio com a Universidade Dom Bosco.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A idéia partiu de que era preciso fazer uma parceria. Hoje, para poder fazer alguma coisa na ação social, é preciso ter uma parceria. Então, iniciamos com a Universidade Católica Dom Bosco.

O SR. LUIZ COUTO – Vocês foram falar coma reitoria da universidade e logo eles aceitaram a idéia ou houve alguma demora para atendimento dessa parceria?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, na hora os reitores aceitaram a idéia, é lógico que essa idéia foi desenvolvida. Como qualquer convênio que é feito, existem as contrapartidas, existe o processo normal. Mas, no final, deu tudo certo, a gente realmente concretizou o convênio.

O SR. LUIZ COUTO – A Universidade é dos padres salesianos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eles são salesianos.

O SR. LUIZ COUTO – Pelo que você colocou no início, vocês receberam recursos para atender 120 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Por que vocês têm apenas 25 crianças?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A questão foi que a maioria desses recursos não vinha especificamente. Por exemplo, para o transporte a distância é longínqua, existe todo um processo de leis para colocar essas crianças. Como é distante e não se pode colocar crianças pequenas dentro do ônibus para vir diretamente para a Universidade. Alguns daqueles próximos da Universidade vêm de bicicleta e os que estão mais próximos vêm até caminhando. Faz muito calor em Campo Grande, então vêm até caminhando.

O trabalho que foi feito ao longo disso, tentando estabelecer com algumas comunidades de escola para que o projeto saísse de lá da Universidade, porque é muito vinculado à Universidade, mas que, num respeito à Universidade, poder estender esse projeto para outras áreas. Existe um processo natural que a Universidade gostaria de ter um projeto de extensão, assim começou esse trabalho. Foi com dificuldade pela questão da infra-estrutura, não tinha nada, era totalmente precário, e a gente queria da melhor maneira... Estou falando aqui pela equipe pedagógica que ana-

lisava, que estava à frente de tudo isso. Tudo isso foi sendo analisado, foi muito difícil. A gente queria iniciar, mas iniciamos pequeno. Queria 120, não atendemos 120. Nem por isso deixamos de fazer o trabalho que está sendo feito, e com muito respeito.

O SR. LUIZ COUTO – Dos recursos que recebiam, alguma parcela era repassada para a Universidade Católica Dom Bosco?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Como a gente não tinha o controle, até o dinheiro da Fundação Kellogs vinha diretamente para a prestação de contas com a universidade, que recebia dinheiro e prestava conta, e prestávamos conta normalmente com muito respeito. A partir deste ano, começamos a administrar tudo isso da melhor maneira: estendendo e atingindo esse número. O esforço foi hercúleo de tentar fazer esse contato, a extensão desse projeto, mas é realmente difícil. Precisamos dos alunos que têm que se locomover. São estudantes que, às vezes, não têm muita condição e estão em dificuldades. Então, existe uma série de percalços e de dificuldades que temos encontrado para realmente atender. Esse dinheiro tem que ter um respeito; não poderia ser jogado aleatoriamente.

O SR. LUIZ COUTO – Pelo que eu entendi, inicialmente o dinheiro era destinado à universidade, que prestava contas.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Fundação Keilogs, isso.

O SR. LUIZ COUTO – Depois, vocês começaram a...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Legalmente, a gente não tinha ainda a carência de um ano para administrar.

O SR. LUIZ COUTO – Depois de um ano, quando vocês obtiveram personalidade jurídica, vocês começaram a administrar.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO – A partir daí, vocês faziam a prestação de contas?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Todo órgão administrativo que tem uma folha de pagamento...

O SR. LUIZ COUTO – Basta isso.

Vocês receberam recursos, segundo seu depoimento inicial, do Instituto Airton Senna.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Exato.

O SR. LUIZ COUTO – Recursos humanos, consignados no valor de R$60 mil, valor destinado ao pagamento de funcionários e material esportivo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Material didático.

O SR. LUIZ COUTO – Esportivo também ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Poderia ser também. Quando tinha que ser esportivo, também. Fazer colete, camiseta, etc.

O SR. LUIZ COUTO – Vocês receberam R$50 mil por ano da Unicef. Esse dinheiro da Unicef servia para quê? Já vinha carimbado ou isso dependia de autorização da diretoria?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, já estava de acordo com as necessidades que o Instituto tinha. Nós temos problemas, por exemplo, de manutenção. Como vamos fazer essa manutenção institucional? É difícil manter uma instituição. Então, tinha que se avaliar tudo. Filantropia é muito bom e muito bonito, mas ninguém vive de brisa. Isso é bastante difícil.

O SR. LUIZ COUTO – Essas instituições exigiam do Instituto uma contrapartida?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A contrapartida já está explícita. No sentido de quê? De apresentar os resultados...

O SR. LUIZ COUTO – Por exemplo: algumas instituições financiam certo valor, mas a instituição também precisa colaborar. Essa colaboração pode ocorrer com o pagamento de pessoal, com a estrutura, e já pagamos o aluguel. Havia alguma contrapartida financeira?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Instituto não tem fundo para dar esse tipo de contrapartida. Fizemos a parceria, exatamente porque não tínhamos infra-estrutura.

O SR. LUIZ COUTO – Era fundo perdido?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Como?

O SR. LUIZ COUTO – No caso, vocês prestavam contas e não havia nenhuma contrapartida?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A nossa contrapartida...

O SR. LUIZ COUTO – Financeira?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. O Instituto ainda não tem fundo para fazer essa contrapartida, para dividir essas despesas.

O SR. LUIZ COUTO – Esse dinheiro que vocês receberam do Ministério dos Esportes – R$49 mil – era destinado para a compra de material esportivo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Inclusive alimentação. Na época, havia uma exigência, nós estávamos com dificuldade. Tentamos, inclusive, fazer uma parceria com uma escola. Infelizmente, os recursos demoraram tanto... Os recursos não chegavam no início do ano letivo. Alguns chegavam em abril, outros mais tarde um pouco. Então, ao longo do ano, tentamos... Apesar da demora, tentamos fazer, da melhor maneira, com as escolas já em funcionamento, algum trabalho com esses recursos, para mostrar que estamos sérios,

trabalhando, porque esses recursos não chegaram inicialmente feitos.

O SR. LUIZ COUTO – E havia uma fundação que parece ser estrangeira da qual os senhores receberam US$35 mil, correspondentes, segundo o que o senhor disse, a R$130 mil. Os senhores recebiam em dólar ou em real?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foi mandado pela universidade em reais mesmo. A Universidade que repassava esses recursos e nós prestávamos contas com a Universidade corretamente.

O SR. LUIZ COUTO – Então, veja o seguinte. Você diz que esse projeto funcionava no âmbito da Universidade Católica D. Bosco e, por conta da Universidade, eles forneciam espaço físico, psicólogos, que eram da Universidade.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – São acadêmicos.

O SR. LUIZ COUTO – E estagiários.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Estagiários de Psicologia, Serviço Social, Educação Física.

O SR. LUIZ COUTO – E a Fundação entrava com pagamento de uma professora de Educação Física?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Uma professora de Educação Física.

O SR. LUIZ COUTO – Dois pedagogos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Dois pedagogos.

O SR. LUIZ COUTO – Uma assistente social?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Uma assistente social.

O SR. LUIZ COUTO – Uma secretária?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Uma secretária, uma estagiária.

O SR. LUIZ COUTO – E de uma estagiária.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – E de um administrador.

O SR. LUIZ COUTO – Havia um administrador. Os membros da diretoria eram remunerados? O presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, secretário, nem tesoureiro.

O SR. LUIZ COUTO – E o Luiz Otávio recebia de quê?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Luiz Otávio, de acordo com a lei – não sou jurista -, embora tenha a Lei da OCIPs, ele dizia que, dentro da Lei da OCIPs, se pode ser remunerado, de acordo com o Conselho Fiscal. Então, ele, por ter iniciado a luta, trabalhado arduamente, estava de frente e ele tinha sido remunerado e disso todos e todas as instituições têm ciência.

O SR. LUIZ COUTO – E só ele, da diretoria, recebia, era remunerado?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Da diretoria?

O SR. LUIZ COUTO – Sim. Executiva?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Exatamente. Mais tarde, quando veio, passou também o Professor Porto Pinto, que era da diretoria e que também é secretário executivo, que trabalha - é um pedagogo, um educador -, que passou também a ser, não sei se a partir de maio ou...

O SR. LUIZ COUTO – Então, inicialmente, era Luiz Otávio que recebia e, a partir de um tempo, o secretário executivo também recebia. Correto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No início, ninguém ganhava nada.

Não, não. O secretário executivo não recebia, não. Partiu deste ano, no mês de maio.

O SR. LUIZ COUTO – Estou dizendo que, a partir de um certo tempo...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso. Foi muito tempo depois. Isso tudo visto junto ao Conselho Fiscal, junto a um órgão administrativo.

O SR. LUIZ COUTO – Inicialmente, o senhor disse que o instituto funcionava desde 2001.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele foi fundado em 2001. Ele não funcionava. Ele foi criado em 2001.

O SR. LUIZ COUTO – Ele começou a funcionar, de fato, quando?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Em 2002, quando o primeiro recurso da Fundação Kellog's veio, em agosto de 2002. Foi quando a gente começou a tentar da melhor maneira fazer isso realmente valer. E aí nós tínhamos muitos gastos.

O SR. LUIZ COUTO – E esse dinheiro que vinha dava para vocês atenderem às 25 crianças e sobrava alguma coisa ou tudo ainda faltava?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O que foi feito? Como entendíamos que de repente esses contratos não conseguíamos...

O SR. LUIZ COUTO – Que isso podia ser usado depois.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Podia ser usado só depois. Então, a gente ia, com o maior respeito, e fazia todo um trabalho para que isso futuramente possa vir a ser nada, até porque, para eles devolverem esse dinheiro... Eles diziam: "Vocês façam da melhor maneira". Então, é investido em quê? Em material esportivo, para que futuramente a gente comece a fazer e se estender.

O SR. LUIZ COUTO – Parece que havia a idéia do funcionamento do Instituto Zequinha Barbosa de criar uma espécie de filial nos Estados Unidos. Havia essa idéia de criar uma filial lá nos Estados Unidos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não. Não é criar uma filial. A realidade é a seguinte...

O SR. LUIZ COUTO – Mas havia a idéia de criar alguma coisa semelhante.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A idéia foi a seguinte. Eu morava há 20 anos nos Estados Unidos e eles doam muito dinheiro e eu, por ser conhecido, as pessoas gostariam de doar dinheiro para o instituto respeitosamente. Só que, para poder fazer isso legalmente, o Instituto tinha que ser legal dentro dos Estados Unidos, porque não se pode doar dinheiro para ter desconto no imposto de renda. Então, a idéia existia, sim, de criar um instituto lá dentro ou um órgão altamente respeitoso, que tem...

O SR. LUIZ COUTO – E isso foi feito ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não.

O SR. LUIZ COUTO – Não foi feito por quê? Porque a idéia não deu certo, porque, quando deu certo, apareceu esse problema aí?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não. É porque a idéia estava assim para fazer, para começar a fazer um trabalho, aí, como surgiu esse problema, não deu certo. Até porque nós tínhamos que ter os trâmites legais para poder realmente fazer. Então, eu ia lá exatamente por quê? Para buscar recursos, para mandar, inclusive, para o próprio projeto que tem que coordenar na universidade para ajudar com tudo.

O SR. LUIZ COUTO – Certo, mas havia a idéia de que nos Estados Unidos... Funcionaria onde esse...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, primeiro eu ia fazer... a idéia ia ser lançada em Nova York.

O SR. LUIZ COUTO – Nova York.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso. A idéia é ser lançada em Nova York para poder fazer ali, e ali, sim, realmente o instituto se tornava legal, e com muito respeito, que isso aqui é uma conta específica...

O SR. LUIZ COUTO – Certo, claro.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com muito respeito. Nada com fins de se beneficiar...

O SR. LUIZ COUTO – Então, era uma idéia de criar essa instituição, para que pudesse recolher recursos, doações...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Até porque, pela manutenção do instituto, que é muito caro, nós precisamos ter a manutenção do instituto, e essa também é outra nossa grande dificuldade.

O SR. LUIZ COUTO – Certo. Eu entendia... Pode falar.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Porque o instituto corria o risco do projeto continuar e o instituto morrer, como si próprio pelo instituto não ter recurso para se fazer a manutenção.

O SR. LUIZ COUTO – Entendi muito bem a organização do Instituto Zequinha Barbosa, o seu funcionamento e até a possibilidade que teria em termos de doações, mas deveria ser algo oficial, reconhecido nos Estados Unidos, para receber esses recursos e repassar para a fundação.

Você nasceu em Três Lagoas, não é?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Três Lagoas.

O SR. LUIZ COUTO – O conhecimento que você tinha de Luiz Otávio foi desde a sua infância, não foi?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ah, por volta ali de... eu tinha uns catorze anos, estudou junto, então ali ele ficou três anos em Três Lagoas e dali a gente...

O SR. LUIZ COUTO – Mas ele disse que vocês eram muito amigos, vocês...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ah, estudamos no mesmo colégio.

O SR. LUIZ COUTO – Então você saiu de Três Lagoas, foi fazer a sua... Você saiu de lá para...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ... para a rede esportiva. Saí para fazer o atletismo.

O SR. LUIZ COUTO – E ele foi fazer agronomia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele foi terminar o colégio dele; quando retornou fez agronomia.

O SR. LUIZ COUTO – E ele saiu de Três Lagoas, foi morar em Campo Grande, não é? Você também, quando ia a Campo Grande, ficava na casa dele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Na época que eu vinha do esporte?

O SR. LUIZ COUTO – Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu não ia quase a Campo Grande, mas o nosso contato era assim ou via carta, para eu saber como é que está, para saber como ele estava, ou às vezes ele tem parente em Três Lagoas, que também às vezes ele esteve lá para me ver, mas a maioria das vezes, quando eu vinha dos Estados Unidos para cá, como atleta, eu passava anos sem ir até na minha cidade.

O SR. LUIZ COUTO – Mas ele informou aqui, logo no início, que você era muito íntimo e que, quando ia, já com o Instituto Zequinha Barbosa, você ficava na casa dele, hospedado, porque você tinha toda a liberdade. Você ficou algumas vezes hospedado na casa...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sim, fiquei sim e sou eternamente grato aos pais dele por essa generosidade que eles fizeram comigo, até porque, quando eu tinha divorciado, eu vim para cá, estava nesse trânsito e fiquei ali para sentir um conforto que é uma família no qual eu respeito os pais dele, a mãe dele.

O SR. LUIZ COUTO – Inclusive posso dizer que as referências que o Luiz Otávio fez eram até de, num primeiro momento, fazer uma defesa sua, dizendo que vocês eram mais do que amigos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Como irmão.

O SR. LUIZ COUTO – Vocês eram confidentes. Você confidenciava as coisas suas para ele e ele também confidenciava para você. Havia mesmo esse clima de confidência, de conversar das coisas que estavam passando entre vocês dois?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, a gente, quando estava amigo e o relacionamento todo perfeito, eu acho que isso aí a gente conversava, até porque nós estávamos juntos num projeto e eu passava assim não todas as coisas, mas eu passava algumas coisas que era importante, que ele tinha que saber, até porque, se ele estava aqui, ele tinha também, preocupava com a minha imagem e resguardava, então ele tinha que saber algumas coisas, mas nem tudo, principalmente, em relação a coisa pessoal; era muito mais coisa profissional.

O SR. LUIZ COUTO – E você, no caso, até porque era um amigo de confiança que conhecia você, na composição da diretoria, ele ficou como vice-presidente, uma vez que você não podia estar presente o tempo todo em Campo Grande porque tinha atividade em São Paulo e outras atividades e, no caso, colocou, na diretoria, o Luiz Otávio como vice-presidente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO – Ele administrava em seu nome, como vice-presidente, porque o Presidente é quem... mas ele tinha autorização para emitir cheque.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Lógico, ele tinha a minha procuração, tinha todos os meus dados.

A partir do dia 30 de maio, quando houve essa coisa, ele deixou de ter todos os poderes sob procuração.

O SR. LUIZ COUTO – Ele tinha uma procuração para fazer tudo em seu nome?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tinha. Foi concedido e isso foi explicado à diretoria. Todos sabiam disso porque tinha que ter alguém e ele era uma pessoa de confiança.

O SR. LUIZ COUTO – O Luiz Otávio disse quando foi retirado da vice-presidência foi dada para ele uma diretoria de comunicação e marketing.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É, ele passou a ser um funcionário exatamente em comunicação, porque, a partir do momento que ele saiu da vice-presidência e não ia mais responder, a diretoria também entendeu, solicitou a ele, entendia o quê? Era importante, até porque entendíamos, por tudo que ele tem feito e também pela situação que a pessoa precisa ter um foro, mesmo que ele fosse se afastar, precisa, de repente, ter uma oportunidade de estar inserido no mercado de trabalho. Então, deixamos ele trabalhando e ele foi trabalhar como um potencial que é bom de **marketing**, que seria uma pessoa de marketing para a gente, dentro do instituto.

O SR. LUIZ COUTO – E maio, a diretoria decide o afastamento do Sr. Luiz Otávio da vice-presidência, certo? E você disse que ele estava com problemas psicológicos. Desde quando você começou a perceber que o Luiz Otávio... porque o problema psicológico não chega de uma hora para a outra.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

O SR. LUIZ COUTO – Desde quando você começou a perceber isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Desde a vez que ele tinha esses comportamentos e a gente entendia que o comportamento, até então, seria um efeito psicológico na conduta dele em relação a seu problema pessoal, que foi o divórcio. Então, a gente entendia que teria que dar uma oportunidade. Por várias vezes foi citado a ele para fazer um tratamento psicológico, para procurar médico.

O SR. LUIZ COUTO – E ele aceitou ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, ele disse que tinha vergonha, que não podia fazer porque queria... por causa da minha imagem. Eu disse: olha, eu acho que você tem que fazer um tratamento. A mãe e o pai pediam excessivamente para que ele fosse fazer um tratamento.

O SR. LUIZ COUTO – Era alcoolismo ou tinha mais alguma coisa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É, o comportamento, quando estava sob esse efeito agredia.

O SR. LUIZ COUTO – Agredia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso. Verbalmente e falava... entendeu? Verbalmente. A partir daí começamos a perceber que isso ia custar um risco alto para o instituto e aí...

O SR. LUIZ COUTO – Mas, veja o seguinte: se esse rapaz, segundo o que você diz, estava com problema psicológico e quando bebia ficava meio violento, brigava, fazia coisa que não era normal, foi afastado de uma vice-presidência, mas foi dado para ele um setor que é responsável pela comunicação e pelo marketing do Instituto Zequinha Barbosa. Não parece estranho isso? Vocês concederam um prêmio para ele ou foi para dizer "olha, fica por aí".

Ele era vice-presidente e vocês disseram: "Agora você vai ficar tomando conta da diretoria de comunicação e marketing". Era só uma função ou ele não fazia isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Existia a função e ele procurava fazer o trabalho de marketing dentro da possibilidade, até porque entendíamos que o instituto ia crescer e que um dia poderia ter...

O SR. LUIZ COUTO – Mas era de confiança da diretoria. A diretoria o colocou como algo de confiança?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Junto com a diretoria, lógico que se solicitou e foi criado o órgão.

O SR. LUIZ COUTO – Quem ficou no lugar dele como vice-presidente?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Bom, aí é que está. Quando se criou isso daí, a diretoria tinha, por um período de tempo, poder, se organizar para colocar alguém no lugar do Luiz Otávio. E o que ocorreu é que nós, dentro de um consenso, achávamos... Eu falei: olha... Eles conversaram: "Mas como a gente vai colocar?" Eu falei: olha, como meu irmão está mudando para cá, poderemos colocar meu irmão como vice-presidente. Mas tudo isso tinha um trâmite. Também tínhamos que analisar a capacidade, a responsabilidade que tinha, para que ele pudesse realmente trabalhar efetivamente.

Bom, entendemos que isso não seria viável porque também não queria caracterizar nepotismo, aquela coisa toda. Eu, para um cargo tão importante... **(?)** nepotismo, é um cargo tão importante...

O SR. LUIZ COUTO – Certo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Se não vai ficar, pôxa... Eu falei: não, vamos deixar essa coisa, na diretoria, bem clara. Se tivesse que ter alguém da família, poderia ter até um cargo mais de baixo, onde não haveria problema nenhum. Que é normal, em qualquer instituição, as pessoas de família colocam alguém de família. E aí, não... Aí houve o quê? Junto com a diretoria, para resolver isso: "Ô, Zequinha, a gente vai respondendo até achar a pessoa correta para isso".

O SR. LUIZ COUTO – Aí ficou um tempo vaga a função.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É. A função ficou um tempo vaga.

O SR. LUIZ COUTO – E quem é que, nesse momento, já que você não estava lá, que era o Presidente, ele tinha uma procuração...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Depois de 30 de maio, ele não tinha procuração.

O SR. LUIZ COUTO – E a quem foi dada essa procuração para continuar gerindo os recursos e administrando a Fundação?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A Fundação tinha um corpo administrativo. Então, junto com o Secretário Executivo, o pessoal do corpo administrativo, eles entenderam que eles ali iam se responsabilizar até...

O SR. LUIZ COUTO – Sabe, Zequinha, mas você...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Wellington Amaral.

O SR. LUIZ COUTO – Quem?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Que hoje que está nessa condição.

O SR. LUIZ COUTO – Foi quem?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foi a pessoa que ficou junto..

O SR. LUIZ COUTO – Sim, mas você é Presidente e não podia estar o tempo todo lá em Campo Grande. Você forneceu uma procuração para que o Luiz Otávio, em seu nome, pudesse assinar recibo, cheque, fazer pagamento, tudo, agir em nome da instituição. Ora, ele foi afastado, no dia 30 de maio. Você não podia estar em Campo Grande. Você já tirou a procuração dele, ou ele continua com essa procuração?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Não. Tirei a procuração.

O SR. LUIZ COUTO – Pronto. E deu para quem?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Essa procuração não foi dada para ninguém, porque a gente precisava de uma pessoa de confiança. Então, eu não passei. Que a procuração que ele tinha também exercia poder sobre contas bancárias minhas e etc.

O SR. LUIZ COUTO – E a partir daí era você que assinava?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Quando eu tinha oportunidade, sim. E...

O SR. LUIZ COUTO – E quando você não tinha oportunidade? Quem assinava?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aí eles mandavam para mim aqui para São Paulo, eu assinava e devolvia.

O SR. LUIZ COUTO – Ah. Quer dizer, não tinha ninguém lá que assinava. Mandavam para cá e você começou a assumir a responsabilidade de assinar tudo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu sempre assumi a responsabilidade de assinar tudo. Na grande maioria...

O SR. LUIZ COUTO – Não. Eu estou dizendo que, no momento, você, depois da...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ah, depois.

O SR. LUIZ COUTO – Estou pergunta para entender apenas. Não estou fazendo ainda o juízo de valor não. Você tinha uma procuração com o Luiz Otávio, em quem você confiava, mas, a partir de um momento, você não confiou mais nele por questões mais psicológicas, porque poderia haver problemas para o próprio Instituto, e você cassou essa procuração. E, a partir daí, era você, exclusivamente, que respondia pelo Instituto Zequinha Barbosa.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Deputado, V. Exª me concede um aparte rápido?

O SR. LUIZ COUTO – Pois não.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Você disse que na procuração tinha uma autorização para movimentação de conta bancária. Apenas conta bancária do Instituto ou também conta bancária pessoal sua, em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Pessoal também.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Então, conta bancária pessoal e conta bancária do Instituto. Obrigada.

O SR. LUIZ COUTO – A partir desse momento, para a questão de vice-presidente, deve ter havido até alguma sugestão para que um familiar seu pudesse substituir. Você: "Não. Pode ser uma questão de nepotismo, dizer que está, vamos deixar vazia até que encontremos uma pessoa de confiança para isso". Foi isso mesmo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Foi.

O SR. LUIZ COUTO – Foi nesse sentido.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nesse sentido. Até porque meu irmão também não poderia vir morar em Campo Grande. Então por essa questão...

O SR. LUIZ COUTO – E hoje, quem está ocupando a vice-presidência? Ou está vazia ainda?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. A Diretoria agora está decidindo, porque eu me afastei da Presidência. Então o Dr. Renato está, hoje, exercendo a função de presidente. E eles, inclusive, se não me engano, hoje, por essa semana vai ter uma reunião no qual isso está sendo também decidido.

O SR. LUIZ COUTO – O Dr. Renato era assessor jurídico do instituto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, ele era o segundo tesoureiro do instituto, mas só trabalhava junto à universidade.

O SR. LUIZ COUTO – Certo, mas quem dava assessoria jurídica ao Instituto Zequinha Barbosa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Bom, aí toda a diretoria, junto o Dr. Jonas, o Porto, o próprio Dr. Renato, o próprio Dr. Abadio.

O SR. LUIZ COUTO – Quer dizer, eles faziam parte da direção?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Fazia, porque conduzia essa questão...

O SR. LUIZ COUTO – Quer dizer, o Dr. Abadio também era membro da diretoria?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Era tesoureiro do instituto.

O SR. LUIZ COUTO – O Dr. Renato também era membro?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso, era o segundo tesoureiro.

O SR. LUIZ COUTO – E o outro era o doutor?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Porto, que é o secretário executivo.

O SR. LUIZ COUTO – Porto, secretário. Eram advogados os três ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Porto é advogado e educador, um pedagogo que trabalha, dá aula hoje.

O SR. LUIZ COUTO – O Renato também é advogado?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele é advogado e é diretor da cadeira de Direito da universidade.

O SR. LUIZ COUTO – E o Abadio é advogado e...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – E professor da universidade.

O SR. LUIZ COUTO – E é membro da diretoria.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Hum, hum.

A SRA. ANN PONTES – Nobre Deputado, o senhor me concede um aparte, por gentileza?

Só para ficar registrado e que fique bem entendido: no instituto, quantos advogados trabalham?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Que trabalham dentro do instituto?

A SRA. ANN PONTES – Ainda que não seja na condição de advogado, mas que tenha por formação a advocacia.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Formação por advocacia? É o seguinte, quando escolhermos a diretoria, escolhemos por unidade, não por questão profissional. Então o Dr. Joanas, que é do conselho fiscal...

O SR. LUIZ COUTO – Qual é a profissão dele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Também formado em Direito, era professor da universidade; o Dr. Abadio;...

O SR. LUIZ COUTO – O Dr. Porto.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Dr. Porto é formado em Educação Física, Pedagogia, tem curso direito de administração esportiva e Direito.

O SR. LUIZ COUTO – E o Abadio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Dr. Renato, que é a pessoa também que formado, mas ninguém foi escolhido por...

O SR. LUIZ COUTO – Eu sei, só para entender que eles não eram uma espécie de assessoria jurídica; eles eram membros da diretoria do instituto.

A SRA. ANN PONTES – Um último esclarecimento: O Dr. Renato também é advogado?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É professor da universidade.

A SRA. ANN PONTES – Certo, então são advogados ao todo? Dos membros, quatro são advogados?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É, que é o presidente o Dr. Joanas, o Dr. Porto, que tem formação de Direito também, Dr. Renato, e o Abadio Marcos.

O SR. LUIZ COUTO – O Dr. Abadio é membro da diretoria e, hoje, é seu advogado também.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO – Além dele há outra pessoa que é advogado? O Dr. Renato também é advogado?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Também é.

O SR. LUIZ COUTO – E o Porto também?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Que é meu advogado?

O SR. LUIZ COUTO – Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

O SR. LUIZ COUTO – Não. O outro, como é o nome?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Joanas também não.

O SR. LUIZ COUTO – Não. Então só o Dr. Abadio e o Dr. Renato têm uma banca de advocacia. Você contratou a banca deles ou eles fazem isso em nome da fundação?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ah, eles fazem em nome da... A pessoa física minha contratou ele como profissional.

O SR. LUIZ COUTO – Certo, mas quem paga para ele? Você, pessoa física, ou a fundação?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, é eu, pessoa física, a fundação, não. De forma alguma.

O SR. LUIZ COUTO – Quer dizer, eles têm uma banca de advocacia e você contratou esses dois como advogados para defendê-lo e é o senhor que paga.

Pois rão, Laura, Você queria falar.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Era só um aparte, Padre.

Se o senhor José pode informar: hoje estava presente apenas o Dr. Abadio ou existia algum outro advogado acompanhando-o?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, só o Dr. Abadio.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ah, então não havia nenhum outro advogado ligado...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aqui não.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Só um minutinho, deixe-me terminar a frase. Ligado ao Dr. Abadio ou ao senhor aqui hoje em Brasília?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Presente aqui, não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Permita-me só pedir que V. Exª precise a pergunta ao depoente.

O SR. LUIZ COUTO – Pois não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se todos são da mesma banca. Ouvi dizerem que eram quatro advogados. V. Exª perguntou e ele disse na primeira vez: Jonas, Abadio, Porto e Renato, que são da diretoria ou conselho e são advogados. Todos são da mesma banca? Todos são do escritório do Dr. Abadio?

O SR. LUIZ COUTO – Parece que todos são professores da Universidade, não são? O Abadio é professor da universidade?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Professor da universidade.

O SR. LUIZ COUTO – O Jonas também?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Só o Dr. Renato e o Abadio são professores na universidade.

O SR. LUIZ COUTO – E o Porto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele dá aula em colégio particular e tem seu próprio escritório. O Jonas tem seu próprio escritório.

O SR. LUIZ COUTO – O Porto tem seu escritório, o Jonas tem seu escritório. Renato e Abadio formam uma banca?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Trabalham juntos. Estão no mesmo escritório.

O SR. LUIZ COUTO – Há outros advogados que trabalham com eles ou somente os dois?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, tem outros advogados lá. É um grupo que eles formaram lá.

O SR. LUIZ COUTO – Havia um secretário-executivo que ficava lá e os pedagogos. O horário de trabalho do Luiz Otávio dependia dos projetos que ele estava encaminhando, não é? Ele representava o senhor em viagens. Não é verdade que, quando o senhor não podia, ele o representava em viagens?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso. Correto.

O SR. LUIZ COUTO – Aliás, ele vinha muito a Brasília. Era isso mesmo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO – Para acompanhar a questão dos projetos. Correto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso.

O SR. LUIZ COUTO – Agora, ele falou que a meta do instituto era atender 120 crianças.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO – Todas elas eram crianças de Campo Grande. Não eram?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – De 7 a 14 anos. Mas, dentro do nosso estatuto, tem a condição de estar expandindo, não necessariamente...

O SR. LUIZ COUTO – O senhor foi uma criança e depois um adolescente que ficou um tempo em Três Lagoas. É claro que, quando alguém morou em um Município, ele gosta que o Município dele também esteja presente na sua vida. Por que nenhuma criança de Três Lagoas participava? Por questão de transporte? Porque era distante?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. A questão é que, na época, não existia universidade com infra-estrutura e até em Campo Grande ficaria mais fácil de trabalhar, porque as grandes empresas do Estado estão em Campo Grande. Então, seria fácil ali trabalhar na captação de recursos. Eu já tinha o propósito de realmente, a partir de 2004, desde que se acertasse tudo direito, iniciar em Três Lagoas. Em Três Lagoas, não tem escola de educação física, faltam alguns recursos que nós, respeitosamente, íamos fazer.

Quando eu iniciei minha carreira, eu corria em Três Lagoas, no Exército. Lá, tem o Exército. Eu tinha falado com o Major: olha, Major, quem sabe, na mesma postura, fazer o que fazemos com a Universidade Católica. Usar as estruturas, mas tudo isso passa pelo processo do Ministério da Defesa. etc. A gente queria, porque eles têm um complexo totalmente ocioso que estava lá, iniciar um trabalho em Três Lagoas. Mas, para isso, exigia um procedimento primeiro, para acertar as coisas, deixar bem feito esse projeto-piloto em Campo Grande, para que possamos se estender. A semente foi plantada, mas isso não quer dizer que ela foi germinada. A idéia existia, mas existir de acordo com os passos que podemos dar daqui para frente.

O SR. LUIZ COUTO – A amizade que tinha desde a infância com Luiz Otávio fez com que ele também pudesse acompanhá-lo em diversas viagens pelo Brasil inteiro. Certo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Certo.

O SR. LUIZ COUTO – Ele era sempre uma pessoa de muito confiança, que o acompanhava. Ele chegou a ir para o exterior também?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Nunca foi para o exterior.

O SR. LUIZ COUTO – Só aqui no País mesmo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Só no País.

O SR. LUIZ COUTO – Cada um financiava por sua conta as viagens? Ou era o senhor que financiava as viagens de Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Financeiramente, eu custeava as viagens.

O SR. LUIZ COUTO – Era o senhor que custeava as viagens de Luiz Otávio.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ou quando tinha evento, pedia esse evento também, custeava, devido o nome que usava; eles dividiam...

O SR. LUIZ COUTO – Em seu nome pessoal ou da fundação?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Isso quando seria pessoal seria sim...

O SR. LUIZ COUTO – Certo. Mas quando ele vinha para Brasília acompanhar projeto era a fundação que fornecia passagem e diárias para ele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Normalmente, aproveitávamos essas viagens nas oportunidades em que eu estava aqui em Brasília e, por ter viajado muito, eu dava a minha milhagem e vinha.

O SR. LUIZ COUTO – Alguma vez Luiz Otávio o convidou para o senhor fazer um programa com adolescentes?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Para fazer programa com adolescente ele nunca me convidou.

O SR. LUIZ COUTO – Mas ele era um rapaz que gostava muito de fazer isso, não é? O senhor que o conhecia...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu sei que ele sempre gostava de mulheres, sempre gostou de mulher, como homem...

O SR. LUIZ COUTO – Por exemplo: uma das meninas que é "E". Não qual é o número de "E"... Dois. Foi na casa dessa que o senhor esteve, na família? Qual foi a casa em que o senhor esteve? O senhor esteve uma vez na casa de uma porque...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Número 01.

O SR. LUIZ COUTO – Número 01, que é essa? (Pausa.) É dois...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O que tem a dois?

O SR. LUIZ COUTO – O senhor não foi na casa da dois, e sim da um?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO – Nessa casa da um, o senhor foi uma vez com o Luiz Otávio, porque ele ia mostrar umas fotos que tinha tirado.

A número um, uma vez Luiz Otávio chegou a dizer para o senhor: "Estou apaixonado por essa menina". E o senhor teria dito: "Também você se apaixonar por uma putinha dessas?!"

O senhor disse isso para ele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

O SR. LUIZ COUTO – Nunca ele chegou a dizer para o senhor que estava apaixonado pela número 01? Nunca?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

O SR. LUIZ COUTO – E o senhor nunca chegou a dizer isso: "Mas também, rapaz, se apaixonar por uma..." A expressão foi essa. O senhor nunca disse isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

O SR. LUIZ COUTO – A partir dessa experiência, o senhor foi convidado a participar do programa de Jô Soares. Certo? Foi a partir da experiência do Instituto Zequinha Barbosa ou foi para falar sobre outras coisas?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Ali foi mais uma questão... Eles queriam a minha pessoa como atleta. E eu aproveitei o gancho para também dar uma palavra sobre o nosso instituto, sobre o nosso trabalho.

O SR. LUIZ COUTO – Todas as atividades do instituto eram fotografadas. Vocês tinham fotografias até para a prestação de contas, tinham de apresentar o que estavam fazendo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – As atividades? Sim, todas as atividades... A maioria era fotografada. Por exemplo, o corpo da universidade que fotografa...

O SR. LUIZ COUTO – Mas o Luiz Otávio tinha uma máquina fotográfica. Dizem até que um assessor seu, lá em São Paulo, quando o Jô Soares estava sem máquina, comprou uma para tirar suas fotografias no programa. Foi isso mesmo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No Jô Soares Compraram uma máquina lá em São Paulo?

O SR. LUIZ COUTO – Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eles estavam com a máquina lá. Então, se foi comprada lá, foi comprada em São Paulo. Eu vi que a máquina realmente estava lá para bater fotos.

O SR. LUIZ COUTO – E foi ele quem tirou as fotografias ou foi outro assessor seu?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Do Jô?

O SR. LUIZ COUTO – Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A maioria das vezes foi ele quem tirou as fotografias. E realmente...

O SR. LUIZ COUTO – Era ele normalmente, quando se tirava fotografia das ações, que encaminhava para revelar. O senhor nunca levou um filme para revelar, era sempre o Luiz Otávio quem o fazia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Diante da falta de recursos humanos. Então, às vezes, ele levaria para revelar, quando batia pelo Instituto. Normalmente, a universidade também bateria essas fotos, às vezes revelava e nos entregava as fotos também.

O SR. LUIZ COUTO – Mas o senhor não costumava, por exemplo, ir a um foto para entregar um rolo de filme para revelar. Nunca fez isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não é que eu nunca fiz isso.

O SR. LUIZ COUTO – Em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ocasionalmente, quando havia um filme para revelar – se isso tivesse que ser feito e esse filme tivesse sido entregue – , se eu estivesse junto, dizia: vamos revelar o filme que está aí. Não se esqueça de revelar o filme. Ocasionalmente, ele era feito ou era entregue para ser feito – filme relacionado ao Instituto, questão de projetos, de algum evento ou das pessoas que estiveram lá. Exatamente isso.

O SR. LUIZ COUTO – Certo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Mas eu não tinha... Até porque sou muito fotografado e recebo todas as fotos.

O SR. LUIZ COUTO – O Luiz Otávio disse que o senhor gosta muito de telefonar, que tem uma espécie de mania de telefonar. Alguns chamam isso de Síndrome de Graham Bell. É realmente verdade que o senhor gosta muito mesmo de telefone?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Recebo muitas ligações. Normalmente, por ser uma pessoa muito procurada, procuro ser coerente e claro e responder às pessoas que me telefonam e que realmente estão...

O SR. LUIZ COUTO – Inclusive o senhor usava o telefone celular dele.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Usei o celular dele, como, às vezes, ele usava o meu celular. Isso é normal no âmbito de trabalho.

O SR. LUIZ COUTO – Então, isso ocorria. Quero apenas saber o que se passava.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Na maioria das vezes, quem ficava com o meu...

O SR. LUIZ COUTO – Não era ele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Era ele. Ele, às vezes, fazia as ligações e respondia. Eu dizia: "Atende aí, responde, liga". Na maioria das vezes, ele ficava com o meu celular.

O SR. LUIZ COUTO – E o senhor pagava a conta?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO – Algumas vezes, quando não havia celular, o senhor também usava o celular dele, mas em menor proporção.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Muito menor.

O SR. LUIZ COUTO – Alguma vez, o senhor foi convidado pelo Luiz Otávio e pelo Dr. Abadio para ir a uma granja que ele possuía em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Granja?

O SR. LUIZ COUTO – Como?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Possuía o quê?

O SR. LUIZ COUTO – Uma granja que ele possuía; uma chácara em um local onde ele possuía uma fazenda para uma festa? Alguma vez o senhor foi?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

O SR. LUIZ COUTO – Nunca esteve na fazenda ou na granja ou na chácara?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Dr. Abadio tem uma chácara.

O SR. LUIZ COUTO – Sim, uma chácara.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Onde mora a família dele.

O SR. LUIZ COUTO – O senhor já esteve lá?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu vou porque sou amigo e não convidado. Agora, para ir em festa... Ele tem clientes, por exemplo, que têm fazendas. Creio que isso é diferente.

O SR. LUIZ COUTO – Certo.

O SR. ZEQUINHA BARBOSA – Eu ia porque conhecia a família, a mãe dele. Então, a gente ia só na casa da mãe dele, onde mora a mãe dele e a família do Dr. Abadio, na chácara.

O SR. LUIZ COUTO – O senhor foi lá fazer uma visita por ser amigo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Visita normal. A gente ia no fim de semana.

O SR. LUIZ COUTO – Mas não foi chamado para participar de festa nessa chácara?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Na chácara do Dr. Abadio?

O SR. LUIZ COUTO – Sim. Participou de alguma festa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. O objetivo é bater papo, conversar, tomar tereré. Festa, nunca.

O SR. LUIZ COUTO – Certo. Quando o senhor não estava na casa – algumas vezes o senhor ia à casa de Luiz Otávio – e queria mais privacidade, o senhor se hospedava em que hotel em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – No Metropolitan.

O SR. LUIZ COUTO – Metropolitan.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Com freqüência, mais no Hotel Metropolitan. Porém, já me hospedei em outros hotéis.

O SR. LUIZ COUTO – Quais são os outros hotéis em que o senhor se hospedou?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Indaiá Parque, Novotel, Hotel Internacional, etc.

O SR. LUIZ COUTO – Havia algum hotel chamado Rio Verde?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Vale Verde.

O SR. LUIZ COUTO – Vale Verde. O senhor também esteve nesse hotel?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Faz muito tempo. Eu ia lá na época que o Governo tinha um convênio com esse hotel.

O SR. LUIZ COUTO – Mas o senhor já esteve lá?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Há muitos anos. Hospedava-me mais no Metropolitan.

O SR. LUIZ COUTO – O senhor ia mais ao Metropolitan?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Hum-hum.

O SR. LUIZ COUTO – O senhor ia a Campo Grande de quanto em quanto tempo? Ou dependia dos eventos? Por exemplo: todo mês você ia a Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Todo mês, tinha vez que eu ficava um bom tempo para poder estar resolvendo as coisas.

O SR. LUIZ COUTO – Alguma vez você ficou um ou dois meses lá em Campo Grande?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Teve vezes que lá, no ano passado, com a maior dificuldade, nós estávamos no processo, fiquei alguns meses sim.

O SR. LUIZ COUTO – Mas neste tempo você ficou no hotel ou na casa de Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Um tempo no hotel, outro tempo ficava na casa do Luiz Otávio, teve vezes que eu até fiquei na própria casa do Dr. Abadio.

O SR. LUIZ COUTO – E do Dr. Renato também ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu não tenho parentesco em Campo Grande. Eu tenho parente, mas por ter sido de uma família muito pobre os parentes nunca procurou e eu também fico com respeito e não procuro. Mas...

O SR. LUIZ COUTO – Na pergunta feita pela Deputada Laura, você negou que uma adolescente tivesse sentado em cima de um CD seu e que você teria reclamado disso aqui. Você nega? Continua negando. Certo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Certo.

O SR. LUIZ COUTO – Você sabe que há hotéis idôneos, mas existem outros que não são tão idôneos e que favorecem inclusive a prática da prostituição global, mas de adulto.

Nas suas andanças lá por Campo Grande, você nunca percebeu a presença de menores nesses hotéis?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Nunca.

O SR. LUIZ COUTO – Mas sabe que tem hotéis que fazem isso tipo de coisa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Bom, historicamente falando pela vivência, dizem que realmente existe. Mas eu, particularmente, não vi nada não.

O SR. LUIZ COUTO – Quando nós interrogamos o Sr. Luiz Otávio, ele disse que há momentos em que parece que o senhor perde a paciência. Ele disse que

conhece o senhor desde muito tempo, que o senhor é um doce de pessoa e que muda de doce para um certo ar de estupidez, sendo at mal educado. Ocorre isso algumas vezes com o senhor ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, eu acho que no curso da minha vida ocorreu, mas não faz parte da minha índole ser estúpido, ser mal educado não.

O SR. LUIZ COUTO – Quer dizer, não é comum o senhor passar da doçura para...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu sou uma pessoa que tenho personalidade e possuo pulso firme nas minhas idéias e nas minhas coerências.

O SR. LUIZ COUTO – E nas relações com as crianças, já que o senhor é Presidente de um instituto que cuida de crianças e adolescentes de 7 aos 14 anos? Como é? O senhor pode até, às vezes, ser mal educado com a pessoa adulta. Mas com essas crianças, como o senhor trata os de 7 aos 14 anos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, eu trato elas muito bem, com muita coerência, até que para que a criança poder entender o adulto, o adulto tem que diminuir. Ou seja, chegar o olho no olho e bater papo. Eu sempre fui uma pessoa que gosto de criança, estive envolvido com criança e sempre respeitei e tratei muito bem as crianças. Então, o meu envolvimento com criança sempre foi da melhor. Dou palestra, sou palestrante, falo com jovens e adolescentes...

O SR. LUIZ COUTO – Quando tinha essa idade de 7 aos 14 anos, o senhor sofreu algum tipo de estupidez ou de violência ou o senhor foi bem cuidado?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu, graças a Deus, fui bem cuidado, porque a minha mãe é a pessoa que noqual eu sou grato por tudo que tem feito na minha vida até hoje. Então, não de forma alguma. Não carrego nenhum remorso. Não tenho nenhum problema ou algum distúrbio em relação a isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Padre, posso fazer rapidamente um aparte?

O SR. LUIZ COUTO – Claro.

A SRA. LAURA CARNEIRO – No começo do depoimento, José Luiz, você disse que não era comum você sair com o Luiz Otávio. Agora, no depoimento para o Deputado Luiz Couto, você disse que tinha parentes, mas não tinha contato com os mesmos. Ao mesmo tempo, ao longo do depoimento, você diz que é um homem como qualquer outro. Vou até usar a sua expressão, que você "não bebe, não fuma, mas gosta de dançar", não é um "homem da noite", uma expressão utilizada pelo senhor: "Não, eu não sou um homem da noite".

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu não sou um homem da noite.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Foi na hora em que você ficou nervoso! Mas isso não significa dizer que goste de dançar. Nós não dançamos de dia, mas de noite, o que não quer dizer que você é um homem da noite, mas você gosta de dançar. Eu também gosto. Enfim, a pergunta é: ora, se você não tinha parentes, se você gosta de dançar...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, ter parentesco, eu tenho.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não, não tinha parentes com quem você convivia. Se o Luiz Otávio era tão seu amigo que a sua conta pessoal era ele que movimentava por procuração, você não podia dirigir, porque não tinha carteira de motorista, quem dirigia para você era ele, então, com quem você saía?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, tenho amigos em Campo Grande, tenho vários amigos.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Muitos amigos?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Sou uma pessoa bastante conhecida, querida...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não, claro!

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ... e tinha vários amigos. E a questão, quando eu tinha que sair à noite realmente com os amigos, o táxi, tem uma pessoa com a qual eu saía, que me pegava, e etc. Entende?

A SRA. LAURA CARNEIRO – Mas quem pagava as suas contas? Era você? Porque o cheque, quem assinava...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Acontece o seguinte: ele tinha na minha ausência, mas o cheque quem ficava era eu.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ah, você também tinha um talão.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Claro que eu tenho. Ele tinha na minha ausência. Ele ia na questão de banco.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Normalmente você não saía com ele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Normalmente para a noite noite, você está querendo dizer?

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não, sair à noite, para tomar um chopp, para passear, para ir dançar, um cidadão comum...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Saía mas não tinha essa freqüência, porque eu não saía com freqüência na noite para tomar chopp, até porque eu não bebo. Já fui várias vezes contra na questão de bebida.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Tomar uma coca-cola. Enfim, saía, meu Deus do céu, ia bater papo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, como eu falei, que a gente saiu para bater papo, sim, em algumas ocasiões, o que eu citei aqui. Eu não tinha uma

freqüência de estar envolvido em noite, em dançar, até porque ele não é de dançar, nada disso.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Eu acho que o senhor não me entendeu, Sr. José. É muito simples. Eu fico imaginando que, para você dar a sua conta pessoal, a procuração para a pessoa assinar por você... Não é a conta-empresa, não é a conta do instituto; é a sua conta pessoal. Eu até posso assinar e dar o cheque em branco, mas deixar o talão para o outro assinar é mais complicado. Fazemos isso com quem temos uma intimidade absoluta. Acho que nem com marido eu teria coragem de fazer, de todo jeito... Enfim, eu não fiz nunca. Mas só com uma pessoa com quem você tenha muita intimidade, muito relacionamento. Eu estou me referindo a relacionamento pessoal, não estou dizendo nada diferente disso. Para ficar claro, antes que digam que eu estou lhe ofendendo, o que também não seria ofensa, tem que haver uma relação muito forte entre as pessoas.

Então fico imaginando: o senhor ia para a casa dele, ele assinava a conta e tinha o seu talão de cheque, vocês eram amigos, muito amigos, ele dirigia para o senhor, e o senhor, quando saía, deixava-o sozinho? Não saía com ele? Levava-o junto para sair com os outros amigos. Eu não consigo entender, não faz sentido.

Sr. José, eu quero acreditar no que o senhor está falando, mas não consigo, porque tem que fechar; tudo tem começo, meio e fim, mas nisso há uma brecha. Então o senhor está na casa dele, jantando lá, depois do jantar fala: Vamos pegar um cinema! – Você, fica aí na sua casa, porque já bancou o meu jantar, agora eu vou ao cinema com outro amigo. Pelo menos vai junto!

Eu não consigo entender como isso funciona. Não cabe na minha cabeça.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É o seguinte: ele tinha a minha procuração, mas eu ficava com o meu cheque e os meus cartões ficavam comigo. Isso era questão de ele ir ao banco, se tivesse que fazer alguma coisa, o gerente do banco sabia que ele tava... Ele não assinava cheque por mim, não fazia nada disso.

Outro detalhe: eu expliquei, não estou aqui para contestar. O que eu sei vocês não têm idéia do tamanho que é, então eu acho que não vim aqui para contestar, é um direito quando me reservei de falar em juízo. O que eu tenho que falar do Luiz Otávio vou falar em juízo. Não tenho que estar aqui contestando, e respeito isso eticamente, é tudo que tenho que falar desse rapaz. Não estou aqui para contestar, mas a dificuldade...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Quer dizer que o senhor sabe muito mais do que está nos contando. O senhor acabou de dizer que sabe muita coisa e não quer nos contar. É isso?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Em que sentido o senhor se preserva o direito...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Da vida da pessoa, não quero entrar em detalhe. Na vida pessoal não vou entrar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas não estamos perguntando da vida pessoal. O senhor sabe...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Me reservo para falar em juízo, eu respeito...

O SR. LUIZ COUTO – Só o seguinte: o Luiz Otávio diz inclusive que o gosto do senhor era diferente do gosto dele, porque o senhor gostava de dançar e ele gostava de outras coisas. Ele chegou a dizer isso aqui. Mas eu queria continuar.

A SRA. ANN PONTES – Pela ordem, Sr. Deputado, só um esclarecimento.

Por gentileza, então o senhor confirme para mim que o Sr. Luiz Otávio movimentava sua conta bancária.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, até... Mas acontece o seguinte: quando eu digo movimentar é no sentido assim: ele tinha minha procuração, ia para o gerente, conversava, numa questão de haver uma necessidade, que fosse necessário isso daí, mas porque ele tinha minha procuração.

A SRA. ANN PONTES – Certo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Mas na maioria das vezes quem cuidava e fazia isso era eu. Ele não tinha meu cheque, não tinha o cartão. Numa questão de emergência, se precisasse fazer uma emergência, eles estariam lá.

A SRA. ANN PONTES – Sim, então em caso de emergência. Qual era a instituição bancária onde ele tinha essa procuração para poder movimentar?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Banco Itaú.

A SRA. ANN PONTES – Banco Itaú. Muito obrigada.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Lá em Campo Grande.

O SR. LUIZ COUTO – Era Luiz Otávio também o responsável por fazer a sua declaração de imposto de renda? Ou você contratava uma empresa para fazer isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso aí... Tem pessoas que... Eu que tenho que ir na Receita Federal para declarar.

O SR. LUIZ COUTO – O senhor costumava pagar suas contas com cheque, cartão?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Quando tinha que pagar com cheque, pagava com cheque, quando era necessário pagar com cartão...

O SR. LUIZ COUTO – Cartão e às vezes com espécie também?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ... pagava com cartão e, na maioria das vezes, pagava com dinheiro também.

O SR. LUIZ COUTO – Dinheiro também. Certo.

Costumava também pagar contas; quando saía com Luiz Otávio, era o senhor que pagava as contas ou ele que pagava?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, realmente, quando saíamos, se fosse para almoçar ou alguma coisa, às vezes eu pagava, ou ele pagava, ou a gente rachava.

O SR. LUIZ COUTO – O senhor alguma vez viu o Sr. Luiz Otávio com essa nº 1?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu?

O SR. LUIZ COUTO – Sim. O senhor viu alguma vez?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

O SR. LUIZ COUTO – Com a nº 2?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Também não. Com nenhuma.

O SR. LUIZ COUTO – Nenhuma?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Apenas estive... Reafirmo aqui que fui à casa da nº 1, mas não vi o Luiz Otávio...

O SR. LUIZ COUTO – Em nenhum momento ele...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, de forma alguma.

O SR. LUIZ COUTO – E ele nunca falou a você da paixão dele sobre a nº 1?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, o que ele falou é como eu falei hoje aí: que ele estava interessado nessa...

O SR. LUIZ COUTO – Nº 1.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ... nº 1. Simplesmente pediu para que eu fosse lá.

O SR. LUIZ COUTO – Certo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Mas, posteriormente, quando você via de fato aqui o que ele falou, então faço valer a palavra dele.

A SRA. ANN PONTES – Pela ordem, Sr. Deputado, só uma informação: o senhor lembra onde e quando ele teria feito esse comentário com o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, é até... Esse comentário foi até relativo. A gente estava... Não sei se a gente estava no instituto – não sei se eu estava trabalhando ou se saí caminhando fora do instituto – e ele só disse que gostaria que eu fosse conhecer, insistiu. Foi a primeira vez que ele falou. Aí, em outras ocasiões, até andando no carro, ele insistiu, até que, um dia, surgiu a oportunidade, e eu fui até para não achar que a gente não estava querendo ir lá, não estava desmerecendo a pessoa e etc. Mas não foi uma coisa assim, não posso especificar. Foi uma conversa comum, quando estávamos andando, a nível de trabalho, quando estávamos em Campo Grande.

A SRA. ANN PONTES – Então, só confirmando, pelo que o senhor se lembra, teria sido no instituto que ele fez esse comentário?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, olha, o comentário – uma coisa que acabei de dizer para vocês...

A SRA. ANN PONTES – Eu só queria saber onde teria sido, em que local.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Especificamente?

A SRA. ANN PONTES – É. O senhor lembra?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, nós estávamos caminhando, a nível de trabalho, pode ser no local de trabalho. Não posso dizer assim...

A SRA. ANN PONTES – O senhor não lembra?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ... o dia exatamente, a data, onde foi. Ele falou: "olha, eu estou, preciso...", numa conversa informal, andando, ele falou: "Olha, eu gostaria que você conhecesse uma... essa pessoa...", a primeira vez.

Na segunda vez, estavam dirigindo. Nós tínhamos ido fazer alguns trabalhos do instituto no centro da cidade e ele pegou: "Poxa! Você precisa ir lá pra gente ir lá conhecer..." Ele estava dentro, dirigindo, dentro do carro.

Da próxima vez em que ele falou, inclusive, estávamos próximos à região, ele falou: "Pô! Vamos lá conhecer... para ...a gente conhecer?" Eu falei: Pô, mas agora? Ele falou: "Vamos lá. A gente mata isso logo. É rapidinho."

Foi isso. Eu peguei, fui, atendi e fui lá e conheci a família.

A SRA. ANNE PONTES – Quando ele fez esse comentário tinha alguém mais próximo que pudesse confirmar essa sua versão? Quando ele lhe confidenciou que estava interessado pela adolescente número um, ele fez isso só...

Só para o senhor entender direitinho: somente o senhor e ele ou havia uma terceira ou quarta pessoa que também ouviu esse comentário?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Bom, quando ele falou especificamente para mim, ele falou caminhando especificamente, num sentido, pra mim, dentro do carro. Agora, se ele fez comentário para outras pessoas,

eu não estou sabendo. Isso eu não sei. Ele fez uma coisa especificamente. Ele falou para mim:"olha..." Ele falou uma vez a convite. Ele só falou assim: "Eu estou interessado..." Depois: "Aquele pessoal, vamos lá..." Ele falou a primeira vez.

O SR. LUIZ COUTO – Então, quando você foi na casa da...

A SRA. ANNE PONTES – Deputado, só para ver se eu entendi. Foi só uma única vez que ele fez esse comentário. Teria sido em um momento em que ele estava no carro e somente estavam o senhor e ele. É isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele fez...

A SRA. ANNE PONTES – Uma única vez ele foi feito esse comentário...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele fez o comentário que estava interessado.

A SRA. ANNE PONTES – Mas só uma vez?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu falei que ele fez três vezes. Ele insistiu: "Vamos lá, precisamos ir lá conhecer". Ele fez esse pedido. Não foi um comentário. Ele fez esse pedido que eu fosse lá.

A SRA. ANNE PONTES – Não, Seu Zequinha. O que eu gostaria de saber é o seguinte: o comentário que eu estou lhe perguntando não é aquele insistindo para ir à casa da adolescente. Não é isso o que eu quero. O que eu quero saber do senhor com precisão é o seguinte: quantas vezes ele disse que estava interessado na adolescente número um? Foi apenas uma vez? Onde ele fez esse comentário e tinha alguém próximo ouvindo isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Que eu me recordo, ele fez uma vez e não tinha ninguém próximo. Que eu me recorde, quando ele falou para mim, ele conversou, eu não estava prestando atenção. Ele falou: "Estou interessado", e só...

A SRA. ANNE PONTES – Então, uma única vez ele comentou...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele continuou insistindo...

A SRA. ANNE PONTES – No carro.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele continuou insistindo para que eu fosse. Nós estávamos num ambiente de trabalho. Nós estávamos nos encaminhando, dirigindo ao carro, e ele falou: "Pô, você precisa ir lá ver aquele pessoal". Depois de muito tempo... Quer dizer, queria... essa criança, digamos, essa jovem, que ele quer conhecer... "Eu estou interessado numa moça"

Aí, encaminhando, depois ele falou, quando ele queria, ele insistia pra que eu fosse lá, ele falava: "Poxa, vamos lá para conhecer, que a mãe quer conhecer. O pessoal, a família quer conhecer..."

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. José, eu acho que o senhor não está entendendo bem. E eu vou tentar o gancho da Deputada Anne para chegar à pergunta um pouco mais clara.

No momento em que, ou em um dos momentos, em que o senhor estava acompanhado do Sr. Abadio, seu Advogado, é verdadeira a afirmação – feita pelo próprio Sr. Luiz Otávio – de que vocês três estavam juntos e de que, nessa ocasião, ele afirmou que estava interessado na moça? Houve essa ocasião, esse momento?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O momento...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Estava o senhor, o Sr. Abadio e o Luiz Otávio.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, o que ocorreu foi o seguinte: ele... Agora, sim falou com o Dr. Abadio. Falou sim, porque... fez o comentário. Ele comentou para o Dr. Abadio. Agora, ele fez o comentário para o Dr. Abadio.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Ninguém disse que foi o senhor, não.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Então, eu acho que...

A SRA. LAURA CARNEIRO – O que a Deputada Anne estava tentando dizer é que foi ao mesmo tempo.

E é verdade que o Sr. Abadio disse o seguinte: "Pelo comportamento dessa moça, acho que você pode ajudá-la." É verdade que ele disse isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, realmente, nesse momento, esse comentário eu não vi. Vou ser sincero em dizer para você que eu não vi. Esse comentário que ele falou, porque o próprio Abadio falou: "Olha, o Luiz Otávio falou dessa menina."

Esses comentários eu não estava, vou ser sincero, eu não estava presente. Agora, ouvi só isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Está certo. Mas é verdade que vocês três, como afirma o Sr. Luiz Otávio, que diz claramente o que vou ler para o senhor? Vou ler: "Quando falo Dr. Abadio, não é necessariamente na condição de advogado, porque também é nosso amigo. Então éramos três amigos que estávamos ali".

Só quero ter certeza disto: vocês eram três amigos do tipo unha e carne: o senhor, o seu advogado e o Sr. Luiz Otávio. É isso? Unha e carne os três; amigos de verdade. É isso?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Somos amigos sim, amigos de verdade, só que aí, nesse...

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não, a pergunta era só essa. Eu agradeço o aparte concedido pelo Deputado Luiz Couto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Deputado Luiz Couto, estamos todos abusando de V. Exª.

O SR. LUIZ COUTO – Eu sou muito paciente e generoso.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Deputado Luiz Couto.

Quero apenas entender por que o senhor, apesar dos convites do seu amigo Luiz Otávio, foi tão resistente a lhe prestar essa gentileza em ir à casa da moça ou da adolescente, no caso. Por que o senhor estava resistindo tanto?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu não estava resistindo. A questão era criar uma oportunidade. Ele falou, porque morava diferente. "Olha, quando der oportunidade, eu vou lá." Eu não tinha disponibilidade de tempo de ir prontamente lá. Eu disse: irei sim, quando tiver oportunidade. Quando surgiu a oportunidade, eu fui, com a maior boa vontade.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Mas ele insistiu. Como o senhor respondeu à Deputada Anne, o senhor considera que ele foi insistente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Ele pediu, ele me lembrava: "Vamos lá, não vamos esquecer de ir lá".

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então ele teve que lhe pedir várias vezes porque o senhor não o atendeu prontamente. Por que o senhor resistiu?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Porque, na ocasião, eu não tinha realmente como ir, a oportunidade não era. Eu tinha outros afazeres que ali não dava. Aí fui fazer os afazeres e não teve condição realmente. Então só fui quando tinha... Eu não posso... Todo mundo me pede e prontamente vou lá. Não, não é assim.

A SRA. IRELATORA (Maria do Rosário) – Sim, mas se tratava de uma pessoa muito próxima do senhor, com quem o senhor tinha uma relação privada, que lhe fez vários favores, que cuidava da sua conta bancária, que tinha uma relação íntima com o senhor, que, no Hotel Metropolitan, ficava hospedado junto com o senhor.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, eu falei que ficava no Metropolitan quando estava na época de governo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não grite; por favor, se tranqüilize.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Por favor, se puder manter o respeito à Deputada, nós agradecemos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor se tranqüilize. Eu faço a pergunta e o senhor responde. Vamos continuar assim, com a mesma tranqüilidade.

O senhor ficava na casa dele, então era uma pessoa próxima. Ele teve que pedir três vezes até o senhor atender.

Pareceu-me, ao longo do seu depoimento, que o senhor não estava muito confortável em ir até a casa dessa moça. O senhor não estava tranqüilo em ir até lá, atender esse pedido dele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Tanto tava que fui.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então a minha impressão foi equivocada.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Quando ele me fez o pedido, repito aqui: gente, é questão de oportunidade. Eu não poderia. Eu estava às vezes em reuniões, eu saía. Uma vez, até num final de trabalho, "nós estamos aqui perto; vamos lá então". Então eu fui. Mas eu fui na maior boa vontade, com o maior respeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor pode me responder quais são os seus afazeres cotidianos. O senhor tem tantos afazeres, mas nem conhece o instituto que preside! E o senhor diz que tem muitos afazeres. Quais são os seus afazeres? Qual é a sua rotina de trabalho quando o senhor está em Campo Grande?

A SRA. LAURA CARNEIRO – Numa cidade onde ele não mora, diga-se de passagem.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É o trabalho que tenho feito junto às instituições, a conversar, a procurar fazer o que nós não tinha, correr atrás para ver se fazia um portifólio, para ver se fazia folder, para ver se fazia uma série de coisas junto às empresas. Então eu ia conversar na tentativa...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O seu trabalho era junto às empresas.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O meu trabalho em Campo Grande era junto, na captação de recursos, dentro das necessidades do instituto. Devido o meu nome ter algum prestígio, isso facilitaria para abrir as portas para que as pessoas do instituto viessem...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então o senhor considera que a sua missão no Instituto Zequinha Barbosa era fazer a captação de recursos. O senhor se considera competente, portanto, para essa captação. E o senhor captou bastantes recursos.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – E, como Presidente, responderia a todas as coisas, assinava e tudo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então a sua competência...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ...que era a imagem e eu averiguava também todas as coisas que vinham acontecendo.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Então a sua preocupação principal seria a captação dos recursos. Por isso, inclusive, vocês optaram por Campo Grande. O senhor citou que haveria uma série de empresas de porte em Campo Grande.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Lá no Estado do Mato Grosso do Sul, até porque eu queria atender o meu Estado. Falei: vou iniciar em Campo Grande, porque tem uma universidade, é um projeto piloto e a gente vai estender se for possível, dentro da medida do possível. A gente não pode dar um passo maior do que a perna.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Portanto a captação dos recursos não era secularizada, sem dúvida. Agora, deixe lhe perguntar – perdoe-me, Deputado Luiz Couto —, de forma derradeira, nesse momento: o senhor sabia que essa adolescente atuava como uma garota de programa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Nunca. Nunca soube.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não sabia?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não sabia. Não sabia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Vou-lhe perguntar de novo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Pode perguntar.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor sabia que essa adolescente atuava como garota de programa?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Eu só fiquei sabendo junto das notícias, mas, antes, nunca chegou ao meu ouvido que ela fazia...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É essa a sua resposta?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu acho que é uma resposta muito significativa, porque o senhor reconhece que ela é uma adolescente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A senhora disse adolescente. Eu não falei.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Realmente, o senhor, em nenhum momento, vacilou em me responder considerando que ela era uma adolescente.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Respondi a pergunta, senhora, não sabia de forma alguma.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor não sabia...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – O senhor respondeu que ela não era garota de programa do seu conhecimento, mas não negou que ela fosse uma adolescente e que o senhor tivesse conhecimento sobre isso.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Mas é aí que está.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Eu estou satisfeita, Srª Presidente. Por favor, Deputado Luiz Couto.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO – Vamos continuar, Zequinha.

Você, como uma pessoa reconhecida nacional e internacionalmente, é claro que o seu conhecimento também em Campo Grande, tanto que você disse que uma das suas atividades era no sentido de entrar em contato com instituições para obter doações para o Instituto Zequinha Barbosa. Era muito mais uma representação para conversar com entidades e pessoas para que pudessem colaborar com o instituto. Era isso mesmo?

O SR. ZEQUINHA BARBOSA – Isso.

O SR. LUIZ COUTO – Então, você conhecia muita gente em Campo Grande.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É, as pessoas me conhecem, até porque sou uma pessoa pública.

O SR. LUIZ COUTO – Então, eu vou perguntar para saber se você conhece, por exemplo, o Vereador Robson Martins. Você conhece?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Conheço de nome.

O SR. LUIZ COUTO – Nunca teve assim contato com ele?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. O único contato que foi feito, que existiu, foi quando ele era secretário de infra-estrutura, secretário do Governo do Estado – não vou saber qual era a função —, numa ação popular do Governo no qual ele estava presente e eu fui convidado junto pelo Governador, pela comitiva do Governador, para fazer desse parte desse evento. Nada mais que isso, assim também como foi o...

O SR. LUIZ COUTO – O César.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ...o César Disney, assim como também o Vereador Robson Martins, que foi... Uma vez, não sei se o bairro Cruzeiro do Sul ou Cruz Azul, alguma coisa assim, no qual teve um evento esportivo e eu fui dar o pontapé inicial. Apenas cumprimentei e fui. Nunca mais...

O SR. LUIZ COUTO – Com o César também a relação...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – ...não tive contato pessoal. Isso falo, mais ou menos, de um ano e meio atrás ou dois anos atrás quase.

O SR. LUIZ COUTO – Quando você foi convidado por Luiz Otávio para ir à casa da nº 1, você já sabia que Luiz Otávio estava apaixonado pela nº 1?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Olha, ele não falou que ele estava apaixonado. Ele disse o seguinte:

que ele estava interessado e que a família, a mãe, especificamente a mãe, gostaria de conhecer eu como ídolo e que, talvez, também se havia alguma possibilidade daquele casal de filhos fazer parte do nosso projeto.

O SR. LUIZ COUTO – Certo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Falei: olha, isso é inviável. Então, eu só fui nessa condição, de atender um pedido de uma mãe que queria conhecer um ídolo e que ele fez esse pedido e eu atendi esse pedido a ele. Não atendi prontamente, como disse, por questão de responsabilidade também.

O SR. LUIZ COUTO – Você, um homem que, além do instituto e das preocupações que você tem como ex-atleta, como cidadão, eu pergunto se você... Você disse que gostava muito de dançar. Era um lobby pra você a dança, mas, quando esteve em Campo Grande por mais tempo, você participou de festas lá que ocorria na sociedade ou era mais do seu trabalho para o hotel ou para a casa do Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, com certeza, eu tive convidado para festas sociais do próprio governo, tipo nomeação de melhores atletas do Estado, medalhas, fui condecorado com a medalha de Honra do Mérito Militar e fui convidado, sim. Então, socialmente eu sairia nesse sentido. E, quando tinha meus amigos, lógico, de vez em quando, saía, assim, pra dançar porque é o meu hobby. A maioria das vezes eu ia, geralmente eu ia até pela parte da tarde, que são lugares, uma casa de samba que tocava música MPB, parte de tarde, normalmente, nesse sentido.

O SR. LUIZ COUTO – Certo. É claro que o senhor, como homem divorciado, separado, que fica muito tempo em Campo Grande, deve ter freqüentado, além desses ambientes em que havia festividades, inaugurações, alguns motéis, certo?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Se eu freqüentava alguns motéis?

O SR. LUIZ COUTO – Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não.

O SR. LUIZ COUTO – O senhor nunca, durante... O senhor não era celibatário, não tinha voto de castidade, no relacionamento, como o senhor...?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não. Isso aí... Freqüentar motel, até num país constitucional, é uma coisa tão normal e natural.

O SR. LUIZ COUTO – Não, é isso mesmo que estou perguntando.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – É tão normal e natural. Agora, eu não tinha, não tenho esse hábito de tá freqüentando motel, esse hábito de freqüentar motel.

O SR. LUIZ COUTO – Certo.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Agora, não tenho hábito de freqüentar motel, nunca, não tenho esse hábito de freqüentar motel. Principalmente quando eu tava lá em Campo Grande não tenho esse hábito. Agora, não tô aqui dizendo eu que, por exemplo, na minha carreira esportiva, há muitos anos atrás, sim, aqui em São Paulo, freqüentei motel, mas não tenho hábito. Desde que eu voltei, que estou fazendo esse trabalho social, não tenho esse hábito de freqüentar...

O SR. LUIZ COUTO – Então, o senhor nunca esteve no Motel Classic?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, nunca.

O SR. LUIZ COUTO – Nunca esteve?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Nunca. Em nenhum desses motéis.

O SR. LUIZ COUTO – Nem em Bodoqueno?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, nunca.

O SR. LUIZ COUTO – O senhor conhece o Rodrigo, que é da Fundesporte?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Rodrigo Terra.

O SR. LUIZ COUTO – Conhece?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Conheço.

O SR. LUIZ COUTO – Qual era o relacionamento que os senhores tinham, do instituto com a Fundesporte?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A relação, a Fundesporte...

O SR. LUIZ COUTO – O senhor já trabalhou na Fundesporte ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Não, não, não trabalhei. A relação foi que eu até tentei e tem documento, através da Fundesporte, como também de outros órgãos ali do Estado, um apoio ou até mesmo uma parceria, junto ao instituto, naquilo que fosse necessário, mas isso não ocorreu por questões políticas, e eu tenho de respeitar isso, nada mais. O Rodrigo Terra é uma pessoa formidável, gosta de esporte e sempre que tem oportunidade esportiva sempre me convidou e sempre me respeitou.

O SR. LUIZ COUTO – Srª Presidente, farei agora as últimas perguntas, uma vez que há um telefonema da CPI do Extermínio, e tenho que entrar em contato com o delegado.

Essa Toyota que os senhores compraram, quem fez a intermediação para a compra da Toyota foi o Luiz Otávio?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – O Luiz Otávio, junto com a universidade, ele foi atrás, pra correr, porque precisava, e ele fez esse trabalho. Até, na ocasião, foi ele que foi lá e fez o trabalho, é lógico, tudo dentro de um consenso, a diretoria sabendo de tudo isso.

O SR. LUIZ COUTO – Essa Toyota, pelo preço que os senhores pagaram, não seria importante, no caso, uma Kombi, que conduziria cerca de 9 crianças, não seria muito mais? Por que compraram uma Toyota e não uma Kombi para levá-las, já que o problema que os senhores mencionam de não haver mais gente no instituto é por causa do transporte?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Isso, a partir... Quando estávamos, na ocasião, trabalhando nos períodos da Fundação Kellogs, então, todos, dentro de um consenso, entendeu: "Olha, gente, temos de comprar um carro pra ficar à disposição do instituto, no sentido de estar fazendo esse trabalho de formiguinha mais burocrático, esse trabalho da manutenção, que é muito difícil". Então, houve esse consenso e comprou-se o carro, até porque queriam estudar a possibilidade no ano seguinte. Nós tínhamos de trabalhar e ver a possibilidade de estar comprando até o propriamente dito ônibus. Porque se havia visto a possibilidade até de comprar ônibus, mas existia uma série de diretrizes, por causa de como botar essas crianças, de segurança. Existe o ônibus escolar. Então, existe toda uma série de diretrizes para que possa, com segurança, colocar essas crianças.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – Deputado Luiz Couto, conceda-me um aparte.

Mas, Sr. José, o senhor disse que havia o impedimento de que se gastasse o recurso na compra de veículo. Como é que puderam comprar a Toyota e não puderam comprar outro tipo de veículo que pudesse atender a clientela?

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Aí foi consultada a Fundação Kellogs e, dentro disso que eu acabei de explanar, eles colocaram que era necessário ter um transporte, até que nós conseguimos realmente viabilizar legalmente, procurar dentro fazer a coisa correta, para que não botasse ninguém em risco, principalmente as crianças, para que nós pudéssemos estar avaliando. Inclusive, esse ano todo foi a minha busca...

A SRA. TEREZINHA FERNANDES – O senhor não acha estranho – porque eu acho – que se consiga construir toda logística para que a direção da fundação possa exercer as suas atividades burocráticas, como você está dizendo, e não se construam as condições para que a fundação possa cumprir a sua atividade-fim, que é o atendimento às crianças e adolescentes? O senhor não acha estranho isso?

Na verdade, a fundação não cumpre com a sua função precípua, hoje, porque não tem veículo, não tem recurso para alimentação. No entanto a fundação tem um veículo Toyota que, pelas declarações que estão aqui, serve inclusive para ir para motéis. E não tem condições de se criar condições de atender a clientela a quem se destina o objetivo final dessa fundação.

O senhor não acha isso errado? Ou o senhor está querendo dizer que nós somos todos trouxas, estamos aqui desde as 10h30min da manhã, que não vamos entender que o senhor está, esse tempo inteiro, tentando nos enrolar, nos passar para trás? Pensa que nós somos o quê? Trouxas, burros?! Que não vamos perceber essas coisas?

Pelo amor de Deus, senhor, com todo respeito que temos pelo nome, pela carreira que o senhor construiu, vamos falar com seriedade! São 16h18min e nós estamos aqui desde as dez e pouco da manhã, ouvindo o senhor dizer essas coisas que não convencem absolutamente ninguém nesta Comissão. Então, se o senhor quiser um espaço – a nossa Presidente e a nossa Relatora já disseram –, se o senhor quiser ter uma conversa, um momento reservado com a Comissão, eu tenho certeza de que esta Presidência estará à disposição do senhor. Mas por favor, não brinque mais com a nossa inteligência, porque nós não estamos aqui para fazer brincadeira nem piada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deputada Terezinha, eu queria...

O SR. LUIZ COUTO – Srª Presidente, eu só quero concluir a minha...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Só um minutinho, Deputado.

O SR. LUIZ COUTO – Deixe-me concluir, já que estamos...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Só para responder à Deputada Terezinha...

O SR. LUIZ COUTO – Quando estamos obtendo informações, a outra intervenção...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Concordo com V. Exª, mas nesse momento a Deputada Terezinha questiona a Mesa e, de alguma maneira, tenho que responder.

O SR. LUIZ COUTO – Está bem. Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Eu queria dizer ou reiterar o que já disse a Senadora Patrícia Saboya: seria interessante para o Sr. José se nós transformássemos esta reunião em reservada e ele pudesse colaborar com a CPMI, lembrando ao Sr. José Barbosa que o Sr. Luiz Otávio assim o fez, por várias horas, de forma aberta, mas em determinado momento decidiu falar de forma reservada, e tenho a certeza de que colaborou muito com os trabalhos.

O senhor já disse claramente que sabe muitas coisas. Ele também dizia que sabia e as contou. Talvez fosse interessante para o senhor que nós tivéssemos não apenas uma versão, mas as duas versões. Senão,

a este inquérito parlamentar, restará apenas a versão do Sr. Luiz Otávio.

Agora, volto a palavra ao Deputado Luiz Couto e, depois, se o senhor quiser, responda.

O SR. LUIZ COUTO – Agora vou fazer algumas proposições.

A poesia nos ensina muito, assim como a música popular. Há uma música do Caetano Veloso com o nome de "Outras Palavras". Por trás das palavras, podemos identificar outras palavras, então é importante analisar toda a situação. E, também, aprender com a música popular brasileira de que só uma palavra nos devora, aquela que o coração não vê. E é claro que ele disse que tem muita coisa a dizer, em juízo, acerca do Sr. Luiz Otávio e, talvez, de outras situações.

Então, nesse sentido, como tivemos aqui um depoimento, e ele vai poder negar, porque, há um depoimento do Luiz Otávio em que ele afirma uma série de situações, solicito à Presidência que façamos o requerimento de uma acareação entre o Sr. Luiz Otávio e o Sr. Zequinha Barbosa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Está deferido desde pronto, mas V. Exª, por favor, faça-o por escrito, para que possamos votar na audiência...

O SR. LUIZ COUTO – É importante que esse confronto exista, porque alguém pode estar sendo prejudicado ou tentando não revelar palavras. Daí, uma acareação será o momento em que cada um... E pode ser uma acareação inclusive de forma reservada, se houver problema, mas, é importante que haja essa acareação.

Depois, Srª Presidente, não é por estar desconfiando, mas porque é importante que as coisas sejam claras. Se o Instituto Zequinha Barbosa fez tudo corretamente, tem tudo no livro, ou seja, o que entrou, o que saiu, não tem nada a dever para a sociedade.

Além da auditoria que V. Exª, Deputada Maria do Rosário, solicitou, através de requerimento, é importante também que nós peçamos, não por desconfiança, mas até em nome da verdade, a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de todos os membros da diretoria do Instituto Zequinha Barbosa.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Deputado Luis Couto, sem querer interrompê-lo, pediria que todos os requerimentos de V. Exª sejam feitos por escrito.

O SR. LUIZ COUTO – Eu vou fazer, mas quero dizer ou expressar o que faremos.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª, se me permite, Srª Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Concedo a palavra à Relatora.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – V. Exª, Deputado Luiz Couto, tem o meu apoio para os requerimentos que está apresentando. Penso que, para o bem da verdade, é preciso essa acareação e também as determinações.

O SR. LUIZ COUTO – Está bem, farei uma série de requerimentos, já aceitando a orientação dA SRA. Presidente, Deputada Laura. Tenho uma série de solicitações e o farei no sentido de que a verdade possa ser a nossa marca fundamental. Não nos cabe, Zequinha, fazer julgamento. A CPI não tem, claro...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu respeito e vou dizer, até como falei por questão da minha própria imagem, por questão de respeito a querer falar. Agora, realmente, tenho, com todo respeito, e quero dizer que tenho coisa. Não vou, publicamente e em televisão, estar aqui tentando dizer coisas pessoalmente no qual acho que cabe a mim dizer no momento correto, até porque seria muito fácil sair acusando... Eu acho... Eu tenho fatos e tenho realmente fatos comprovados... E até que, se for entender, gostaria até de dizer para vocês que tenho fatos realmente. Sei, realmente, de muita coisa. Na minha orientação, no meu pensamento, não vim aqui deferir ou confrontar... Não vim fazer um confronto e criar polêmica.

O SR. LUIZ COUTO – Não é no sentido de confrontar ou desqualificar o outro. Há uma palavra que foi dita e fica a palavra daquele que disse contra a palavra que você não disse. Então, como fica a imagem? Fica a imagem de uma versão só, e não pudemos ouvir a outra versão, que é a sua.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO – Tendo as duas versões, teremos condições de dizer quem está com a verdade e quem está tentando apresentar algo como verdade, o que não é. Então, nesse sentido, parece que, no primeiro momento, o Luiz Otávio ficou nessa situação de não dizer aquelas outras palavras. Mas, na reservada, ele disse um bocado de palavras. Na audiência reservada, qualquer coisa que você diga pode ser usada contra você. É algo que fica apenas para a Comissão.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Correto.

O SR. LUIZ COUTO – Se você quer mesmo, numa audiência reservada, dizer para a Comissão, para que a Comissão possa diligenciar, para aprofundar... Na reservada, não haverá imprensa, só mesmo os Parlamentares. Qualquer Parlamentar que publicizar aquela informação que você disser será responsabilizado. Então, faço um apelo a você, que tantas glórias e tantas alegrias deu ao povo brasileiro, se você não estaria disposto... Eu acho que hoje talvez a fome não deixe, porque depois de um tempo...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu vim aqui para terminar isso hoje.

O SR. LUIZ COUTO – Se você não estaria disposto, por exemplo, em uma audiência reservada, a dizer essas coisas que você não pode dizer agora, porque não quer expor um amigo seu na imprensa, não quer expor coisas que são até, do ponto de vista, pessoal, mas que, numa audiência reservada, daria para conseguir. Então, você pensa se você teria condições...

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – A reservada vai ser agora?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Pode ser. O senhor aceita fazer uma sessão reservada?

O SR. LUIZ COUTO – Srª Presidente, fico contente que realizemos essa audiência reservada. É importante que uma palavra dita em sessão reservada possa se confrontar com outra também...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Até porque temos a questão da do Diário de São Paulo, aquilo que aconteceu na véspera do depoimento do senhor Luiz Otávio.

Mas eu queria, antes da sessão reservada... Se a Deputada Anne Pontes tivesse ainda algumas pergunta para fazer na sessão aberta, depois transformaríamos em sessão reservada. Deputada Anne, V. Exª quer fazer perguntas na sessão aberta ou na reservada? V. Exª pode começar a fazer perguntas na aberta e, depois, começa também na reservada.

A SRA. ANNE PONTES – Srª Presidenta, confesso para a senhora que as minhas perguntas são bastante objetivas. Tenho receio de que o Sr. Zequinha fique um tanto intimidado. Então, se houver o comprometimento que os meus questionamentos serão respondidos de forma clara e objetiva, concordo que seja reservada. Mas, se eu sentir que ele estará tergiversando, querendo não ser objetivo nas respostas, vou solicitar que seja aberta novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Obrigada, Deputada Anne Pontes.

Sr. José Barbosa, o senhor concorda que passemos agora a uma fase de audiência reservada. Portanto, sem a presença de jornalistas, de qualquer assessoria, salvo a Comissão e os Parlamentares. Ninguém fica mais na sala, além do senhor, é óbvio, desde que o senhor tenha o compromisso de colaborar. Senão retornaremos à audiência aberta.

O SR. JOSÉ LUIZ BARBOSA – Eu vim aqui para colaborar, gente. Eu não vim para criar polêmica. Só tenho que preservar a minha imagem, só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro) – Então agradeço a presença de todos. Eventualmente, poderemos voltar, se não for cumprido o compromisso, mas transformamos neste momento a sessão em reunião reservada.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 21ª Reunião, realizada 25 de novembro de 2003.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às quinze horas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se as Senhoras Parlamentares: Senador Flávio Arns, Deputada Maria do Rosário, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputado Luiz Couto, Deputada Almerinda de Carvalho e Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº ***02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** *Havendo número regimental, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a discussão do "Pacto para um Verão livre de Exploração Sexual". Presentes também, as seguintes autoridades representantes do Poder Executivo, Organismos Internacionais e Organizações Não-Governamentais que atuam na área da Infância e da adolescência, os Senhores: Dra. Claudia Maria de Freitas Chagas – Secretária Nacional de Justiça, Dra. Elisabeth Leitão – Assessora Especial dos Direitos Humanos, Dra. Claudia Dias – Coordenadora do Comitê Intersetorial de Enfrentamento da Violência Infanto-Juvenil, Dra. Raquel Nisquier – Representando o Ministro Nilmário Miranda, Dra. Lítia Cavalcanti – Representante da ABMP/MA, Dra. Neide Castanha – Coordenadora do Comitê, Sra. Karina Figueiredo – CECRIA, Sra. Jussara de Goiás – INESC, Sra. Simone Fonseca – CEDECA EMAÚS/Pará, Sra. Miriam Bréa – SMJ, Sra. Graça Gadelha – POMMAR USAEID, Sr. Joseleno Vieira dos Santos – Coordenador do Programa Sentinela, Dra. Hélia Barbosa – Secretária Executiva do ECPAT Brasil, Dr. Marcelo Gladson Pires – Representante do Superintendente da Polícia*

Rodoviária Federal, dentre outros. Fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares Deputada Maria do Rosário, Senadora Patrícia Saboya, Senador Flávio Arns, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Thelma de Oliveira, Deputada Ann Pontes, Deputada Suely Campos, Deputada Sandra Rosado, Deputado Luiz Couto e Deputada Almerinda de Carvalho. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a **21ª reunião** da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 02/2003 – CN, que tem por finalidade investigar as situações de violência e as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Esclareço ao Plenário que esta é uma reunião de trabalho para discutir um pacto por um verão livre de exploração sexual.

Diversos convidados aqui estão na qualidade de expositores: colaboradores e representantes do Poder Executivo, organismos internacionais e organizações não-governamentais que atuam na área da infância e da adolescência, que poderão colaborar com o tema ora lançado por esta CPMI.

Antes de convidar nossas autoridades para compor a Mesa, pergunto ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior ou se poderemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Está dispensada.

Eu gostaria de convidar a Drª Cláudia Chagas, Secretária de Justiça, a Drª Rachel, representante do Conanda e do Ministro Nilmário Miranda, e a Drª Neide Castanha, do Comitê de Enfrentamento. Peço que todas tomem assento. Não vou pegar mais ninguém de surpresa.

Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a presença de todos ao nosso chamamento. A CPMI tem trabalhado ao longo desses cinco últimos meses de forma bastante árdua. Visitamos, caminhamos por todo o Brasil para conhecer uma realidade muito triste e dolída para nós. Temos presenciado o depoimento de crianças, de adolescentes, de maes e pais, de pessoas que se encontram, por vezes, em um estado de vulnerabilidade gigantesco. O trabalho tem mobilizado cada um de nós, Parlamentares membros desta CPMI, mas não apenas nós, assim também toda a sociedade tem-se mantido em torno de um tema que começa a ocupar a agenda do nosso País pela relevância que tem, pela preocupação que merece. Falo da questão da violência sexual.

Antes mesmo de esta CPMI ter sido instalada e de eu e a Deputada Maria do Rosário termos nos conhecido pessoalmente, nós nos encontramos por diversas ocasiões, antes mesmo de assumirmos os nossos mandatos, para discutir o tema da criança e do adolescente. Desde o início, tivemos a mesma preocupação com a questão da violência e a da exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País, tendo em vista o nosso envolvimento e o de outros Parlamentares na questão. Foi daí, então, que começamos a conversar com as organizações não-governamentais, internacionais, com os órgãos governamentais, para discutir a possibilidade de buscarmos, por intermédio de uma CPMI, a resposta para as aflições que todos nós, que abraçamos essa causa, temos em nosso dia-a-dia.

Cada um de nós está aqui ajudando, colaborando, lutando, tendo alguns momentos felizes, vitoriosos, outros de tristeza, de derrota, mas sempre com a certeza de que encontramos um caminho, um rumo para dar uma resposta concreta à sociedade. Mais do que isso, queremos pagar, resgatar uma dívida que todos nós, a sociedade e o Estado, temos para com nossas crianças, para com os nossos adolescentes. Não falo só do assunto de que tratamos especificamente nesta CPMI, do problema das redes de exploração sexual, mas do cotidiano das crianças e dos adolescentes do nosso País, principalmente aqueles que vivem abaixo da linha da pobreza, expostos a todo e qualquer tipo de violências, nas nossas ruas, das pequenas, médias e grandes cidades do nosso País.

Portanto, com o passar dos meses da CPMI, apesar de essa luta fazer parte do nosso cotidiano, começamos a ver o tamanho da dificuldade e do problema com que estamos lidando, até porque, em alguns momentos, acabamos, como se diz no linguajar popular, mexendo num formigueiro e nos deparando com situações com as quais não imaginávamos que poderíamos nos defrontar. Isso reforça ainda mais o nosso empenho, a nossa determinação, de continuarmos nessa luta, porque acreditamos que seja o caminho correto, o caminho mais certo, para resgatar essa dívida que temos com milhões de crianças e adolescentes do nosso País.

Estamos sempre buscando com a sociedade essa parceria e essa aliança, que é de fundamental importância para que possamos avançar, dentro mesmo da CPI, no Congresso Nacional, nessa luta que acreditamos ser o caminho certo para tudo isso.

Hoje, a CPMI já tem mais de 600 denúncias dadas aqui nesta Secretaria. Escolhemos um plano de

trabalho que acreditamos pudesse agilizar o trabalho da CPMI. Então, numa reunião com os parlamentares, definimos 15 casos que retratam a exploração sexual no nosso País e que atinge todo o Brasil. Nas cinco, tivemos o cuidado de, nesses casos emblemáticos, ocuparmos o espaço em todas as regiões do País. Mas, mesmo assim, debruçando-nos diariamente sobre esses 15 casos emblemáticos, outros, também de tamanha relevância, têm-nos chegado. E a CPMI tem como responsabilidade chegar a uma conclusão no relatório final que será apresentado pela Deputada Maria do Rosário. Essa é resposta que todos buscamos.

Ao longo dessa trajetória, cada um de nós tem visto a gravidade, o tamanho e a necessidade cada vez maior de repartirmos essa questão com a sociedade civil organizada. Por isso, estamos hoje aqui novamente.

Conseguimos prorrogar o prazo da CPMI por mais 6 meses, o que é importante, porque existem várias recomendações e casos que ainda precisam de um detalhamento maior para encontrarmos as respostas. E foi um consenso de que era necessário, então, pedir a prorrogação por mais 6 meses da CPMI, esperando nós podermos, antes do prazo dos 6 meses, concluir os nossos trabalhos.

Mas sentimos que seria fundamental, antes do recesso do Congresso, estarmos reunidos, porque, praticamente agora no início de dezembro, já começam as férias. E tivemos uma preocupação muito grande em relação à questão do turismo sexual, que atinge principalmente Estados do Nordeste, não deixando, é claro, de atingir os outros estados.

Daí surgiu uma idéia, uma proposta, de que pudéssemos nos reunir e tirar, quem sabe, algumas recomendações que pudéssemos utilizar nesse período de férias do verão em nosso País. Então, essa primeira possibilidade foi crescendo, tomando uma proporção ainda maior, e acreditamos que talvez pudéssemos propor um pacto que seria basicamente um pacto nacional, em que queremos como parceiros diversos segmentos, inclusive que estão presentes hoje nesta nossa reunião e que chamamos para podermos ouvir o que cada um tem feito, com o que cada um pode contribuir, de que forma podemos preparar esse pacto para que seja cumprido e que não seja apenas um papel ou uma satisfação que a CPMI queira dar à sociedade, mas, pelo contrário, que realmente esse pacto fosse assumido por todas as partes envolvidas, inclusive os governos estaduais, o Governo Federal, os governos municipais, o Congresso Nacional, Ministério Público, Ministério da Justiça e tantos outros parceiros que veremos daqui a pouco, com algumas recomendações que consideramos imprescindíveis para este período de férias que se aproxima. Imaginamos uma CPMI em pleno funcionamento no período de férias. Se até agora recebemos 600 denúncias, imaginamos o que poderia ocorrer de denúncias agora no período das férias, pessoas procurando a CPMI como uma saída para as suas dificuldades, os seus problemas e os dramas pessoais vividos no seu dia-a-dia, no seu cotidiano.

Esta reunião é basicamente para que possamos dizer um pouco daquilo que já pensamos, daquilo que podemos caminhar, mas como é uma trajetória, um costume nosso, isso não deve estar pronto e acabado para ser apresentado. Ao contrário, deve ser repartido e dividido com a sociedade, como fizemos na instalação da CPMI. Todos os parceiros decidimos que este era o momento, mesmo vivendo os momentos difíceis, polêmicos, complicados, com duas reformas sendo votadas agora no Congresso Nacional, que era importante a instalação desta CPMI para investigar as redes de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Agora, da mesma forma, era fundamental para a CPMI e para todos nós que trabalhamos pelos direitos de crianças e adolescentes no nosso País que pudéssemos ter esse momento para dividir. Portanto, como Presidente desta Comissão, agradeço mais uma vez a presença de todos, que em momento algum nos têm faltado – quero fazer este agradecimento público. Tenho certeza de que, da mesma forma, agradecem a Deputada Maria do Rosário, os Deputados Luiz Couto e Eduardo Barbosa, a Deputa Ann Pontes, à Deputada Suely Campos, que está aqui conosco e tem sido uma grande parceira e aliada, e todos os outros que têm participado muito fortemente desta CPMI. É um agradecimento de todos nós pela parceria, pela colaboração. É certo que, se não fosse o apoio de cada um, provavelmente não conseguiríamos muitas vitórias e muitas conquistas. Uma delas, que considero fundamental, tem sido justamente a mobilização da sociedade em torno desse tema e o rompimento de um silêncio que ainda circunda a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Portanto, meu muito obrigada a cada um dos senhores e das senhoras.

Passo agora a palavra à Deputada Maria do Rosário, que falará sobre algumas dessas propostas que têm sido discutidas dentro da CPMI, para que cada um depois possa se manifestar. Em seguida, passarei a palavra também àqueles que foram convidados e que compõem a Mesa.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada.

Saúdo a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da nossa CPMI, e por meio da Senadora os

Parlamentares aqui presentes, nossos colegas Deputados e Deputadas Federais, também os Senadores e Senadoras que acompanham os nossos trabalhos, uma vez que esta CPMI é um instrumento do Congresso Nacional, um símbolo da unidade política e de ação na prioridade dos direitos da criança e do adolescente.

Saúdo também A SRA. Claúdia Chagas, que representa aqui o Ministério da Justiça, é a Secretária de Justiça do nosso Governo Federal, com muito carinho e respeito pelo trabalho que tem desenvolvido, parceira em todos os momentos; o Conanda (Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente), por meio dA SRA. Rachel Niskier, que representa o Ministro Nilmário Miranda, Presidente do Conanda, que é uma presença muito forte sempre e a nossa referência fundamental em termos de ordenamento, também para o Parlamento Brasileiro, na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, mais do que nunca, precisa ser defendido; Neide Castanha, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e monitoramento do plano nacional, nosso agradecimento pelo trabalho sempre presente.

Senadora, Srªs e Srs. aqui presentes, hoje, 25 de novembro, é impossível iniciarmos nossa fala, como Relatora, sem fazer referência a um importante assunto sobre o qual conversávamos hoje, inclusive com V. Exª, no plenário. Posteriormente, tive oportunidade de fazer pronunciamento sobre o mesmo tema em uma sessão do Congresso Nacional que marcou o Dia Mundial de Combate à Violência contra a Mulher.

Estamos no marco de dezesseis dias de ativismo contra a violência de gênero. A nossa CPMI, com todos os parceiros que aqui estão, trabalha no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Permanentemente, reconhecemos o viés de gênero determinante da violência contra crianças e adolescentes pela forma particular como as meninas são atingidas. É verdade que meninas e meninos são vítimas de exploração sexual, de turismo sexual, de abuso sexual no ambiente familiar, mas também é verdade – são fartas as pesquisas, não somente acadêmicas sobre o assunto, um simples olhar sobre as ocorrências policiais ou sobre o trabalho dos Conselhos Tutelares, das organizações não-governamentais e sobre as políticas de atendimento direto – que, particularmente, as meninas são as maiores vítimas, por conta das circunstâncias específicas de gênero.

Este dia, para nós, marca também um enfrentamento que demonstra que a violência de gênero não tem idade; começa quando a menina é rejeitada – esperar o nascimento de uma menina significa desvalorização. É especialmente marcado o não reconhecimento do momento feliz que seria esse nascimento, talvez por serem as meninas vítimas de violência sexual no ambiente familiar. Na sociedade, deve estar também um viés específico de gênero a ser denunciado.

Todos nós que lidamos com esse assunto podemos fazer desses dezesseis dias um marco de combate à violência. Este momento é especialmente importante por reunirmos aqui representantes do Governo e de instituições. Nós representamos o Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional; a Senadora Patrícia Saboya Gomes representa a todos nós; o Governo brasileiro está representado pela Srª Claudia Chagas e Srª Elizabeth Leitão, que atua diretamente na Secretaria Especial de Direitos Humanos, e pelA SRA. Cláudia Dias; organismos de Governo, organizações não-governamentais, organizações de defesa dos direitos da criança e organizações de defesa dos direitos da mulher estão presentes. Portanto, temos um leque muito mais amplo para o enfrentamento das circunstâncias da violência sexual e do turismo sexual.

O turismo sexual é um dos temas de trabalho desta CPMI. Como disse a Senadora Patrícia Saboya Gomes, estamos monitorando 15 casos emblemáticos cotidianamente, não apenas para simbolizar que a violência sexual não permanecerá impune no Brasil – um dos grandes problemas a serem enfrentados entre vários –, mas, em especial, para que possamos verificar quais são as dificuldades a serem vivenciadas dentro de uma rede que tem diferentes tarefas a serem cumpridas, desde estabelecer um sistema protetor de direitos e garantias que passe pelas delegacias e pelo Conselho Tutelar como organismo de proteção da criança e do adolescente, que abranja políticas de apoio à família, garantindo justiça e também que abranja políticas públicas no âmbito da saúde física e mental ou psíquica.

O Deputado Eduardo Barbosa lembra que é necessário fazer um trabalho em relação ao agressor, ao abusador, além de estabelecer políticas jurídicas específicas para a responsabilização penal cabível também no caso da violência doméstica, incluindo especialmente circunstâncias de atendimento psíquico, absolutamente necessárias, para o agressor, o abusador. Sabemos que se deve dar fim ao ciclo de violência daquele que a promove, ao lado da responsabilização penal, do atendimento psíquico. Isso é absolutamente importante e necessário. Então, trabalharnos com esses eixos: o direito a Justiça, o direito a políticas públicas. E precisamos dar conta de uma realidade mundial, que é o turismo sexual. Mas diz-se do Brasil internacionalmente. Em todos os lugares do mundo e dentro do nosso próprio País, já o reconhecemos. Diz-se – e nós o dizemos também – que o Brasil vivencia o turis-

mo sexual como uma chaga absolutamente marcante da sociedade brasileira.

Novamente, quero referir-me à Senadora Patrícia, à importância de S. Exª, como representante do Brasil, especialmente do povo do Ceará, falar sobre o Nordeste brasileiro e estabelecer concretamente que as demais regiões brasileiras vivenciam também essa violência. E nós, com a CPMI, vamos observando que o turismo sexual é uma característica – e realmente o é – pela forma como a exploração sexual se organiza e se apresenta no Nordeste brasileiro. Aliás, é uma região onde, por si só, o turismo é uma atividade econômica mais pujante, mais significativa economicamente do que nos demais Estados. O turismo ocorre o ano inteiro. Não se trata apenas de festas e de momentos, mas de um turismo pujante, significativo, valoroso economicamente. O Brasil é destino para populações do mundo inteiro, durante todo o ano e, principalmente, no período de verão, e, cada vez mais, tem investido em turismo para o bem de sua agenda econômica. Queremos que o Brasil seja um destino turístico para os povos do mundo inteiro e que o turismo seja parte do desenvolvimento econômico sustentável. O turismo ecológico existe no Centro-Oeste e no Norte do Brasil. Há turismo no Sul, com as suas diferenças, e em toda a faixa litorânea – Nordeste, Sudeste e Sul, como em Santa Catarina. Queremos que o Brasil cresça em possibilidade e que o turismo cresça como possibilidade. Para isso, também precisamos enfrentar essa marca do turismo sexual. E o Congresso Nacional não pode viver o período do recesso parlamentar, nos meses de janeiro e fevereiro, sem considerar, no âmbito da CPMI, as tarefas a serem cumpridas com relação ao enfrentamento do turismo sexual.

É essa tarefa que move a Senadora Patrícia e todos nós; que nos faz convidar todos aqui presentes a promover um pacto para enfrentamento da exploração sexual, que apresenta características complexas. Como sempre mencionamos, são características múltiplas, de natureza distinta, socioeconômicas, mas também culturais; dizem respeito a como a Nação brasileira se constituiu ao longo de séculos; à valorização humana, à nossa relação com o tráfico, com o trabalho escravo, com a exploração de negros e negras, com a dimensão étnica; à desvalorização de negros e negras e das comunidades indígenas. Essas múltiplas causas acabam chamando-nos permanentemente àquilo que está previsto na própria Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que, com relação à criança e ao adolescente, é preciso um sistema de proteção, em que todos nós – família, sociedade e Estado brasileiro – percebamos o nosso lugar.

A CPMI está destinada a realizar um inquérito; quer e dará resultados importantes do ponto de vista do enfrentamento da impunidade que caracteriza a sociedade brasileira, quando se fala em exploração sexual. Já estamos fazendo. Digo isso com plena convicção, Senadora Patrícia, para todos os presentes e para a sociedade brasileira, porque resultados já estamos obtendo em várias regiões do Brasil, como em Porto Ferreira, com aqueles Vereadores, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, os resultados que observamos em diferentes regiões queremos observar em todos os Estados brasileiros.

Não permitiremos que se diga que o nosso trabalho não foi firme no enfrentamento da exploração sexual em todos os Estados e em todos os casos. O objeto da nossa investigação são as redes de exploração sexual. No entanto, conscientes do trabalho que estamos desenvolvendo, estamos acolhendo todas as denúncias, mesmo aquelas que dizem respeito a casos isolados estão sendo acolhidas para o monitoramento, para que possamos dividir a ação e iniciativas com as autoridades locais. Recebemos todas as denúncias e todas serão encaminhadas, com o parecer e o posicionamento da nossa CPMI.

Em nenhuma medida estaremos pactuando em qualquer dos Estados brasileiros, e me valho da presença de pessoas valorosas praticamente de todas as Regiões do Brasil que estão aqui, para dizer que em todas as regiões brasileiras estaremos fazendo, como estamos fazendo, o enfrentamento da impunidade de esquemas poderosos muitas vezes que buscam o acobertamento de circunstâncias da exploração sexual.

Além de fazermos, no entanto, um inquérito, queremos responder à necessidade das políticas públicas. E é por isso que estamos nos dedicando a conhecer as políticas, a estar integrados com o Comitê Interministerial, um importante passo constituído a partir deste Governo, que teve início neste Governo. Observo o importante trabalho da Cláudia Cunha Dias e de todos os que participam do Comitê, também aqui representado pela Neide Castanha, que faz um trabalho em que interagem os Ministérios todos com a sociedade civil. Nós da CPMI estamos nos valendo e atuando conjuntamente para que, no final dos nossos trabalhos, possamos indicar políticas públicas que realmente enfrentem a exploração sexual, protejam testemunhas e vítimas e consigam dar respostas no âmbito das políticas tão necessárias ao enfrentamento dessa impunidade.

Por isso, quando trabalhamos de forma específica com turismo, nesse recorte que atua com o turismo, precisamos afirmar, primeiramente, o pensamento da Organização Mundial do Turismo, a qual assevera: "A

exploração de seres humanos em qualquer de suas formas, especialmente a exploração sexual, em particular quando afeta as crianças, fragiliza os objetivos fundamentais do turismo e constitui uma negação da sua essência".

Essa afirmação da Organização Mundial do Turismo nos move a interagir aqueles que agem no âmbito da Justiça e da proteção dos direitos da criança e da mulher com aqueles que trabalham o turismo como matemática econômica, para que aqueles que atuam a partir da temática econômica, tão importante para a Nação brasileira, consigam ainda mais perceber a importância de um pacto que nos mobilize por inteiro como Nação, os diferentes atores nos diferentes lugares: aquelas ações não-governamentais do terceiro setor ou da comunidade empresarial, o **trade** turístico, com as ações governamentais justamente para o enfrentamento.

A essência do turismo é o intercâmbio entre os povos. A essência do turismo é o relacionamento livre entre os povos, é a possibilidade do conhecimento da cultura, das relações humanas, de uma globalização situada no plano do direito e do reconhecimento de direitos entre os povos, pautada tanto pelo ordenamento econômico, quanto principalmente por aquelas ações não determinadas primeiro pelo mercado, mas pelo ordenamento internacional de direitos humanos.

É isso que queremos fazer valer, Senador Flávio Arns, quando falamos em turismo: que, para as relações turísticas, o valor dos pactos de direitos humanos, o ordenamento internacional de direitos humanos, enfim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção de Viena, que faz 10 anos agora – lançada em 1993, agora em 2003 está fazendo 10 anos – , que ela tenha um valor para a vida turística do Brasil.

Portanto, que o turismo não seja antes uma relação econômica, mas, ao mesmo tempo que uma relação econômica, mediada pelo mercado, que possamos afirmar permanentemente que a exploração de adultos, de crianças e de adolescentes por visitantes, seja do nosso próprio País, seja procedente de países desenvolvidos ou de outros países em geral, não seja aceita e que não encontre cumplicidade nos órgãos governamentais, nas secretarias de turismo e nas empresas de turismo no Brasil, sejam as que promovam o transporte de passageiros, sejam as que promovam a hospedagem de turista, enfim, restaurantes, boates, hotéis. Que todos os que atuam na área do turismo sejam parceiros para o enfrentamento do turismo sexual e isso signifique estarem afinados para a denúncia, ao mesmo tempo em que, contando com uma rede que receba essa denúncia e aja prontamente de forma emblemática e significativa, de forma a não permitir essa violência.

Assim, estamos propondo, para o período que se inaugura este ano, no verão 2003/2004, um procedimento que, a cada ano, futuramente, para os períodos do verão futuros, possa ser melhorado e apurado. Mas que, neste primeiro ano, possamos lançar essa idéia, nos mobilizar em torno de um verão livre do turismo sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, como disse a Senadora Patrícia.

Isso significa valorizarmos trabalhos como, por exemplo, o trabalho feito no Rio Grande do Norte, por meio do Código de Conduta do Turismo contra exploração sexual infanto-juvenil. É uma iniciativa da Casa Renascer, com muitos parceiros que participam dessa caminhada importante.

Quero valorizar também o termo de compromisso, recentemente assinado, pela iniciativa do Ministério Público do Trabalho, 9ª Região , Estado do Paraná, e também articulado pela Itaipu Binacional, justamente no enfrentamento de exploração sexual de crianças e de adolescentes, em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira.

Desejo igualmente valorizar o importante trabalho que recebemos do Estado do Ceará, também um termo de compromisso, assinado por todas as autoridades daquele Estado, desde o Governador até o fórum de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e diversos empresários do setor, justamente buscando estabelecer o turismo como uma iniciativa que deve fomentar a paz, os direitos humanos, o entretenimento mútuo, e o respeito a todos os povos e culturas, bem como o desenvolvimento sustentável, livre da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A nossa proposta é nos reunirmos em torno dessa meta, é estabelecermos um grande pacto, em que cada um de nós que está aqui perceba qual é o seu papel. Como agentes dessa construção, não pretendemos – a Senadora Patrícia e nós – trazer, minha cara Cláudia Chagas, uma proposta acabada para essa reunião.

Gostaríamos de, nessa reunião, formar um grupo de trabalho; de ordenar quais são as nossa tarefas e o que cada um de nós pode participar. Mas gostaríamos de, com celeridade, produzirmos esse compromisso, símbolo para a sociedade brasileira, que, inaugurado hoje, a nossa proposta é que ele venha a ser lançado na semana entre os dias 9 e 12 de dezembro. E que seja levado a frente como um documento simples na sua abordagem, mas, certamente, com toda a nossa alma, com toda nossa consciência e com toda a nossa tarefa de protegermos as crianças brasileiras. Portanto, complexo na nossa iniciativa e com valor para todo o Estado nacional brasileiro.

Então, é a nossa proposta de trabalho para o Governo do Presidente Lula e para a sociedade civil aqui representada no Conanda e no Comitê.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) - Obrigada, Deputada Maria do Rosário, que expõe neste momento exatamente aquilo em que conseguimos avançar, as idéias que são necessárias sejam repartidas com cada um dos senhores e das senhoras.

Passo a palavra, então, à Drª Cláudia Chagas, para que possa também dar a sua contribuição.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Srs. Parlamentares, é um prazer estar aqui. Cumprimento a todos na pessoa da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Inicialmente, gostaria de parabenizar o trabalho da CPMI, que tem sido extremamente importante para o País e para essa luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, não somente no aspecto da mobilização. Hoje se fala muito mais de exploração no País todo. A imprensa tem dado muito mais espaço para o tema, e as autoridades têm debatido o assunto. A sociedade civil, que já vinha há mais tempo discutindo esse tema, lutando e aperfeiçoando os meios de enfrentá-lo, tem encontrado novos parceiros e um espaço maior para essa luta.

Então, realmente é um trabalho que tem sido muito importante, não somente na área da mobilização, mas também quanto a esse método de serem escolhidas as denúncias emblemáticas que representem problemas, que denunciem redes de todas as regiões do País. Isso tem nos permitido entrar em contato com as dificuldades que já são encontradas no dia-a-dia, mas que não eram vistas como um todo, pelo País. Não eram considerados pontos como: por que não funciona? Por que não conseguimos investigar? Por que, investigando, não conseguimos condenar? O que está havendo nas instituições? Que tipo de compromisso as instituições realmente têm para que isso seja combatido?

A CPMI vai expor esse problema, o que é muito importante para todos. Não podemos mais tratar esse assunto como um problema local, daquele juiz ou prefeito. Não. É um problema de todo Brasil, e as instituições têm que reagir, organizar-se, aperfeiçoar-se para combater isso com seriedade.

Assim, é realmente um trabalho de muita importância que a CPMI vai deixar para o Brasil, além de propostas de alteração legislativa que poderão surgir nesta oportunidade em que o Congresso está disposto a rever essa questão. Para mim, são três vertentes muito importantes.

Também espero que seja um fórum para que se discuta a proteção do ECA. Estamos vivendo um momento perigoso, onde todos nós, envolvidos com essa questão, estamos sentindo que, mais uma vez, o Brasil vem numa posição reativa de mudar a idade, o limite para a imputabilidade penal, tendo em vista um fato grave ocorrido recentemente e que se tem repetido. Mas a discussão é muito mais profunda e muito maior do que isso.

Então, creio que a CPMI é um espaço para essa mobilização e vai nos ajudar a discutir e a mostrar que é muito mais importante implementar o ECA do que criar uma nova lei, aumentar penas, mudar a idade para a responsabilidade penal.

O Ministério da Justiça, desde o início do ano, vem trabalhando juntamente com outros ministérios, organismos internacionais, sociedade civil nessa comissão intersetorial. E acredito que seja um foro para que se discuta e realmente se aprofunde com rapidez as cláusulas desse pacto. Considero muito importante, e é necessário que se faça um pacto, mas também que se construa isso de forma regional. Em cada Estado do País, que se construa entre os representantes do Governo, da sociedade civil, os empresários do setor hoteleiro, restaurantes. Enfim, é preciso ser um compromisso regional também, devido às peculiaridades de cada região. É uma discussão que já existe em cada lugar.

Lamentavelmente, não vou poder ficar até o fim da reunião de hoje, mas vão ficar aqui a Drª Cláudia Dias e a Drª Míriam Bréa, que podem discutir aqui a nossa participação. Acredito que teremos que atuar tanto na mobilização como na repressão. E, no que se refere à repressão, creio que o papel da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal são essenciais para que se faça realmente uma operação exemplar durante todo esse verão, porque acho que a responsabilização, a repressão também faz parte, também tem um caráter educativo em toda essa história. Então acredito que vai ter que se atuar em cada região, mas um pacto geral saindo daqui com a maior rapidez possível é essencial.

Então, estamos inteiramente à disposição, o Ministério está participando, a comissão está participando, e vamos construir. Tenho certeza de que existem várias sugestões pontuais, no que se refere ao combate ao turismo sexual, e estamos inteiramente à disposição para trabalhar intensamente, não só o ano todo, mas principalmente agora, nesse próximos meses, para que possamos realmente fazer uma diferença nesse verão. Vamos aproveitar todo esse processo para mudar a cara do próximo verão brasileiro.

Muito obrigado e parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradecemos a participação da Drª Claúdia Chagas, Secretaria de Justiça.

Concedo a palavra à Drª Rachel Niskier, que está representando o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA. RACHEL NISKIER – Muito obrigada, boa tarde a todos.

Gostaria de justificar a ausência do Ministro Nilmário Miranda, nosso Presidente do Conanda, que se encontra no em Belém do Pará numa missão importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Se V. Sª me permite, gostaria de fazer uma correção: de fato, está representando o Ministro Nilmário Miranda como Presidente do Conanda – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA. RACHEL NISKIER – Exatamente.

O Conanda já é parceiro de primeira hora desta CPI Mista. A Deputada Federal Maria do Rosário e a Senadora Patrícia Saboya só faltam ter, no livro de presença das Assembléias do Conanda, o nome delas ali, porque estão sempre presentes, sempre muito companheiras.

O Conanda, historicamente, luta, tem em sua temática a violência sexual, há muito tempo, há várias gestões. Participamos da discussão da instalação ou não desta CPMI e hoje, sem dúvida nenhuma, nós sentimos que esse momento, que já vem sendo construído há algum tempo, é de profunda parceria nesse combate, nesse enfrentamento contra essa verdadeira mazela social, essa barbárie que é a violência sexual contra crianças e adolescentes e que terminam, ou se continuam nessa rede, nessa exploração que, infelizmente, como vários disseram, não é mais "prerrogativa" de nenhuma Região brasileira. Ela perpassa por todas as regiões, dependendo das características de cada uma delas.

Dizer para vocês também – permitam chamá-los assim, companheiros – que o Conanda entende que a discussão da exploração sexual contra crianças e adolescentes passa, ou ela pode, talvez, começar dentro das casas, nas famílias. Em geral, em mais de 80% dos casos das meninas e meninos que são violentados, que têm esse direito fundamental à dignidade e à vida violado, essas crianças e adolescentes foram abusadas dentro de suas casas. A violência doméstica é o denominador comum da enorme maioria desses casos.

Em sendo assim, fazendo coro com tudo que foi dito aqui na mesa, sem tirar nenhuma vírgula, em todas as falas, gostaria apenas de relembrar algo em que não foi dado, talvez, o foco, porque não é o momento. Estamos aqui para trabalhar um outro tema, mas se colocasse esse ato em pauta, para que constasse em ata, a violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito da família é talvez uma das causas geradoras, uma das gêneses dessa grande tragédia que é a exploração sexual de crianças e adolescentes, a violência sexual infanto-juvenil.

Gostaria de dizer que o Conanda vai continuar a sua luta. A 5ª Conferência vai ocorrer de 1 a 5 de dezembro, em Brasília. Trata-se de fruto, produto de todas as conferências municipais, estaduais das 27 unidades da Federação – ninguém ficou de fora. Estaremos discutindo, entre tantos outros temas relevantes para nossa infância e adolescência, o tema que hoje está sendo abordado.

É muito bom para o Conanda estar novamente presente, e sempre estaremos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço à Drª Rachel Niskier, que está, como já foi mencionado, representando o Ministro e grande batalhador nessa área, Nilmário Miranda, Presidente do Conanda.

Concedo a palavra à Neide Castanha, que representa o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente.

Seja bem-vinda.

A SRA. NEIDE CASTANHA – Cumprimento o Senador Flávio Arns, Presidente desta reunião; a companheira Rachel; a Drª Cláudia Chagas, que desde o primeiro momento se tornou aliada nessa luta; a Deputada Maria do Rosário, Relatora desta CPMI; demais parlamentares presentes e todos os colegas da rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes presentes.

Aproveito a oportunidade, já que se falou na questão e estava dirigindo um bilhete à Drª Cláudia Chagas, para dizer em público que, na condição de coordenar uma instância de articulação de defesa de direitos da criança e do adolescente, também está presente o Secretário-Geral do Fórum Nacional de Defesa de Direito de Crianças e Adolescentes. Reconhecemos a importância do pronunciamento do Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, sobre a defesa da não-redução da idade penal não só como convicção, mas como questão irredutível, como princípio na defesa de direito de crianças e adolescentes. O Movimento Social Brasileiro, sem dúvida, sente-se apoiado e animado na sua luta e gostaria que levasse a nossa mensagem a S. Exª.

É uma honra para nós do Comitê Nacional estar presente nesse momento com esta CPMI, que tem marcado, sem dúvida, o seu trabalho pelo modo peculiar como tem escolhido fazer a devolutiva à sociedade do seu caminhar, do que colhe em sua trilha e dos seus resultados. Desde a primeira hora, esse modo de convocar a sociedade civil organizada para partilhar caminhos e resultados na busca da melhor maneira de

enfrentar essa questão para nós tem sido, sem dúvida alguma, uma demonstração de legitimidade da nossa estratégia de tecer uma forte rede com a possibilidade real de, ao deparar com essa realidade, enfrentar os verdadeiros conflitos que se apontam, quando se quer efetivamente, como uma política, fazer enfrentamento a um fenômeno de natureza social, como é o caso da violência sexual contra a criança e adolescente.

Trata-se de uma nova era, com a verdadeira compreensão do que é a forma propositiva de absorver variadas forças que constroem a capacidade de sermos a sociedade que queremos. Creio que a CPMI já deu algum resultado nesse sentido. Tem sido assim nas audiências, em cada estado. Recentemente, tivemos essa demonstração, quando, apenas numa convocação de apresentar os relatos dos trabalhos da CPMI a um Relator da ONU que por aqui passava para essa temática, e a CPMI abre uma discussão nacional para apontar onde está acontecendo. E agora, mais uma vez, quando, dentro do seu caminhar, do apurar das suas condições de trabalho, percebe uma necessidade dentro da sua rotina de plano de trabalho e, mais uma vez, entende que talvez podemo-nos surpreender, quando chamamos, convocamos os elementos que estão frente a frente com a realidade a trazer, a surgir das bases as proposições que possam dar conseqüência prática a um pensamento, a uma idéia.

É um pouco com essa compreensão que penso que estou aqui nesta mesa. Na verdade, a minha presença aqui passa a ser simbólica, porque, efetivamente, o Comitê somos todos nós, todos os que estão dentro desta sala. O Comitê não é uma instância organizativa burocrática, senão uma articulação de âmbito nacional, de natureza plural, democrática, não-hierárquica, composta por todos os entes que se organizam na sociedade, quer governamentais ou não, das cooperações nacionais, que têm uma missão, tão-somente, de reunir esforços e que, metodológica, operacional e estrategicamente confiam numa composição de redes como capacidades reais de enfrentar um tipo de fenômeno dessa natureza, que se constrói multifacetariamente e aponta com desafios que fazem ou não a diferença do modo de ser na sociedade.

Então, é dentro dessa simbologia que creio que o conjunto das nossas discussões é que pode apontar caminho para atender a esse chamado de um compartilhar propositivo na construção, no pacto. Apenas, vamos dizer assim, para não sermos soltos nem anarquistas, termos algum tipo de organização. Represento simbolicamente essa organização nessa função de coordenação geral e gostaria de dizer para a CPMI que não só pensamos pertinente, adequado, como é mais do que necessário, neste momento, a construção de algo que se possa consolidar num chamamento a um pacto, por diferentes atores, na ocasião do verão, não para dividir, não para setorizar, não para criar guetos de enfrentamento, mas para enfrentar uma realidade concreta que é o turismo sexual.

Nesse sentido, felizmente, hoje, estamos aqui com todas as religiões brasileiras representadas. Estão aqui os cinco representantes do Comitê Nacional nas regiões, mais os membros natos, o representante da juventude. Então, temos condições de entrarmos numa reflexão. Apenas creio que não tenhamos um tema a polemizar, mas um tema a reflexionar para construir. Penso que esteja dentro da meta e do plano do Comitê, com essa missão de monitoramento, que possamos realmente absorver as redes, como as redes de Conselhos Tutelares, as redes dos centros de defesa, as redes do Comitê, enfim, somando com os diferentes organismos dos poderes públicos, os diferentes organismos que fazem do setor privado do turismo, penso que sejamos, hoje, uma sociedade que tem capacidade de dar esse passo. E, promovido pela CPMI, que traz uma reflexão, mas também dados concretos da sua investigação, acredito que poderíamos realmente premiar as nossas crianças com o direito de ter um verão livre de violência sexual.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Então, nesse primeiro momento, em função de um tema tão importante para a sociedade brasileira, que é o pacto por um verão livre de exploração sexual, agradeço esta participação inicial da Rachel Niskier, da Cláudia Chagas e também da Neide Castanha.

Passo de imediato a palavra à Relatora da CPMI, Deputada Maria do Rosário, para, inclusive, anunciar as entidades que estão aqui presentes e também orientar no sentido de como vai ser franqueada a palavra, não só aos Deputados que honram esta Comissão com a presença e a participação, mas também para as entidades todas.

Na seqüência, sempre sugerimos, inclusive, que a pessoa que estiver fazendo uso da palavra se identifique dizendo o nome e a entidade, o órgão que representa, a fim de facilitar também as gravações e identificação de todos os participantes. Mas, nesse sentido, peço que a Deputada Maria do Rosário, Relatora desta CPMI, faça, então, os encaminhamentos necessários.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Primeiro, quero registrar as presenças a que V. Exª se referiu, além de uma Mesa bastante representativa e destacar a presença de algumas organizações. Se nem todas estiverem aqui na minha lista, por favor, com muita desenvoltura, informalmente mesmo, levantem a

mão, porque, para nós, é importante que todas sejam registradas aqui. Registro a presença do Ibes, Rio de Janeiro, do Pommar Usaid, Cedeca, Bahia, Ibes Centro-Oeste, Fórum DCA, do Rio Grande do Sul, ABMP, Associação Brasileira de Magistrados e Promotores, Fórum Nacional DCA, Cecria, Ser Família, Rio Grande do Sul, Cedeca, Emaús, de Belém do Pará, Rede Tchai, Inesc, Sociedade Brasileira de Pediatria, Agende está conosco, que atua na área dos direitos da mulher, no movimento feminista. Alguma outra organização não governamental? Bastante representativo.

E do ponto de vista das organizações de Governo, além da Secretaria de Justiça, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério da Assistência Social, a representação da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Mais alguém, algum órgão?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – E Parlamentares que chegaram durante os nossos trabalhos, além dos Deputados Eduardo Barbosa, Ann Pontes, Suely Campos, Thelma Oliveira e Sandra Rosado.

Penso que V. Exª , Sr. Presidente, encaminha bem, poderemos abrir para os Deputados; regimentalmente, temos esse ordenamento, a não ser que os Parlamentares pensem diferentemente. Mas qual é a idéia, então? Acordarmos a apresentação de um pacto entre todos nós, desde o Governo Federal, o Poder Legislativo Federal até os Poderes dos Estados, o Poder Judiciário, no âmbito Federal, o Ministério Público Federal, os Poderes dos Estados, a sociedade civil e os Municípios. Todos dentro desse pacto cumprindo metas básicas de enfrentamento da exploração sexual, dando novamente o significado original, no cotidiano da vida do País, ao turismo como uma atividade unicamente positiva, que é o que deve ser, unicamente situada do ponto de vista econômico para o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista humano, para a garantia de uma qualidade de vida ainda melhor, nunca vinculado à violência de nenhum tipo, especialmente a sexual. Então, um turismo que trabalhe com os ideais de intercâmbio entre os povos, um turismo que trabalhe com o ideal da cultura nacional revalorizada com o olhar daqueles que nos visitam e da nossa própria gente, que realiza o turismo interno, mas um turismo que, ao mesmo tempo, terá um olhar das autoridades sobre ele, para não permitir qualquer impunidade quanto a atos, quanto a ações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Compreendida a exploração sexual desde agenciamento, permanência em hotéis, motéis, pensões, pousadas, desacompanhadas de pais ou responsáveis, como diz o ECA, e a situação das viagens de passageiros. Então, um olhar de proteção aos direitos humanos das nossas crianças e adolescentes contra o turismo sexual, enfim, nesta área econômica. Esta é a proposta, este é o pacto que deve envolver a todos nós.

Passaremos agora a palavra, tanto para considerações gerais, Senador Flávio Arns, quanto também para propostas objetivas de aspectos que devem estar dentro deste plano. A presença dos senhores e das senhoras aqui é tão importante quanto a das autoridades federais, Secretária Cláudia, porque a descentralização desse pacto deve ser garantida por meio dos senhores e das senhoras, que já representariam esse pacto nos seus Estados de origem, nas suas regiões de origem, nos diálogos com os Governadores, Assembléias Legislativas, que seriam fomentados por uma coordenação nacional deste pacto, composta por esta Mesa, por nós que estamos aqui, e, ao mesmo tempo, representada nos Estados por todos os que já estão aqui e por outros parceiros como, por exemplo, os próprios parlamentares nos seus Estados proporiam aos seus representantes, aos nossos representantes nos Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, ações da mesma natureza.

Então, seria este o ordenamento, verticalizado no sentido de chegarmos a todos os lugares do Brasil, mas horizontalizado em termos de responsabilização.

É isso, Senador Flávio Arns, para o seu encaminhamento agora, para a abertura da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Muito bem. As Srªs e os Srs. Deputados que quiserem podem se inscrever num primeiro momento e depois franqueamos a palavra a todas as organizações presentes, dentro desta linha a que a Deputada Maria do Rosário se referiu, seja em termos de considerações gerais ou, então, em termos de propostas efetivas, concretas, pedindo a todos para que sejam breves nas considerações, a fim de que todos possam ter a sua oportunidade de fala.

Passo, então, em primeiro lugar, a palavra ao Deputado por Minas Gerais, Eduardo Barbosa.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente, cumprimento o Senador Flávio Arns, a Deputada Maria do Rosário, todos os nossos convidados e os nobres colegas parlamentares.

Gostaria, antes de encaminhar qualquer tipo de proposição, Deputada Maria do Rosário, mas no sentido de me situar um pouco e, talvez, dar até dar uma agilidade ao objetivo da reunião, buscando, de fato, colher sugestoes, de perguntar a Deputada Maria do Rosário se já há algumas pessoas trabalhando nesse protocolo e quais são essas pessoas. Principalmente porque o documento fala de estar definindo atribuições e funções. E o protocolo é lógico, é por adesão daqueles que se interessarem em poder fazer parte desse

processo de uma rede importantíssima no verão para o combate à exploração sexual.

Então, gostaria de saber se já temos algum documento preliminar, se existe alguma minuta ou se esta é a primeira reunião preparatória para, aí sim, começarmos a elaborar esse documento.

A proposta da Relatora é fazer com que o Presidente da República, os Presidentes do Senado e da Câmara pudessem estar patrocinando toda a proposição, lógico, dando uma visibilidade e um compromisso do Poder Público, do Executivo e do Legislativo, em relação à proposição. Mas temos, provavelmente, uma necessidade de divulgação desse material. Vejo que precisamos de confecção de material para colocarmos nos locais de turismo, pelo menos nos lugares mais freqüentados turisticamente no verão. Nós sabemos que, no País, há certas especificidades. Precisamos saber se já existe algum trabalho na área de comunicação nesse sentido, para que possamos – nos aeroportos, nas rodoviárias, nas nossas estradas – ter algum material de divulgação, um material didático, pedagógico, educacional, tornando possível atingir todos os turistas em trânsito. É preciso sensibilizá-los em relação a essa questão. Cada cidadão pode ser um vigilante, onde estiver, no que diz respeito à exploração sexual. É preciso fazer esse turista saber quais são os instrumentos que ele tem, enquanto turista, para denunciar, para solicitar a presença da polícia, no sentido de coibir qualquer tipo de atitude de exploração.

Assim, é preciso saber se já existe alguma coisa ou não nesse sentido, até para que eu possa me situar, para saber que tipo de contribuição podemos oferecer.

Para encerrar, quero dizer que a idéia é esplêndida. Acho que a Comissão cumpre um papel importantíssimo, porque vamos estar, neste momento, fazendo com que as pessoas que estejam em pausa mental, descansando, possam também envolver-se, enquanto cidadãos, nessa questão. Não adianta só a perplexidade a respeito do assunto. As pessoas geralmente, em suas férias, até assumem novos compromissos. Precisamos pensar em uma forma de levar essa mensagem, de forma bastante clara, convocando o cidadão brasileiro para ser um militante dessa questão. Dessa maneira, talvez possamos ter uma influência interessante, a partir do ano que vem, da sociedade sobre aquilo que a CPMI encaminhará enquanto sugestões legislativas ao Poder Executivo.

Parabéns! Eu fiquei muito feliz ao ler a proposição e ao ver a apresentação da Deputada Maria do Rosário.

Gostaria também de cumprimentar todos que estão conosco, procurando somar-se a esse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Se todos concordarem, concederíamos a palavra a três ou aos quatro Deputados aqui presentes. A Deputada Maria do Rosário poderia, então, dar as orientações a respeito. O que V. Exª pensa a respeito?

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Pode ser. Eu concordo plenamente.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Eu acredito que a minha pergunta possa antecipar algumas questões para os Deputados. Talvez a contribuição deles aconteça em função da resposta da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Aceito perfeitamente a ponderação.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós trabalhamos, Deputado Eduardo Barbosa, de forma muito objetiva, com a equipe técnica da CPMI, formulamos a idéia e estamos dividindo com V. Exªs todo o trabalho. Pensamos que deve haver uma forma publicitária de abordar a sociedade, que seja direta, sensível e adequada a esse tema, que fale com todas as pessoas, com a pessoa que está viajando, por exemplo. Vamos ter a acesso a um trabalho que a Iberia, empresa espanhola de transporte aéreo, está fazendo. Trata-se de uma campanha contra o turismo sexual para os espanhóis, atuando sobre todos aqueles países que são destino para o turismo sexual de espanhóis. A Unicef se comprometeu a nos mostrar as peças da campanha da Iberia. Seria interessante para nós se as companhias de transporte aéreo de passageiros assumissem a nossa campanha, se a Infraero assumisse a nossa campanha.

Assim, é preciso haver uma linguagem que fale com as pessoas, o que, às vezes, não conseguimos. É preciso que profissionais da comunicação trabalhem nisso, mas não temos ainda os recursos para isso. Estamos buscando parceiros na Câmara e no Senado na criação, uma criação que pode ser assinada por todos nós que assumimos esse pacto. Portanto, quanto mais pessoas melhor e o crédito será, obviamente, dado a quem possivelmente nos garantir essa publicação. Quanto à exploração sexual, há uma rede que começou a distribuir materiais que pensamos em movê-la, que é a rede de refrigerantes. A rede que distribui bebidas, refrigerantes, pelo Brasil é muito grande e ela se disporia, a Ambev, enfim, não quero suscitar maiores contradições em relação a isso, mas eles têm uma rede muito pulverizada e poderíamos trabalhar em todos os bares do Brasil a chegada dos nossos materiais, em todos os pontos de venda de bebidas no Brasil. Então, distribuição nós teríamos como. Sorvetes, isso mesmo. Poderíamos pensar com essas redes empresariais que

poderiam estar... Isso não resolvemos ainda. Estamos trabalhando, para finalizar, com três documentos. O documento do Ceará, o documento de Natal, no Rio Grande do Norte, e o documento do Paraná, que é do Ministério Público do Trabalho, como referência para os pontos do pacto. Na verdade, pensamos num pacto, porque inicialmente havíamos pensado, Drª Cláudia, num ajustamento, mas isso determinaria obrigações finais, inclusive com penas e multas a quem não cumprisse. Como a medida para este verão, e já estamos às vésperas do verão, seria pedagógica, uma medida educativa, ao mesmo tempo que uma medida para um primeiro funcionamento num sistema de justiça, faríamos neste ano como um pacto e tentaríamos construir para os próximos como um termo de ajustamento, porque daí teria um valor legal, real, com penas, multas determinadas a quem não cumprisse aquilo do que foi signatário, além da legislação brasileira. Certamente, teremos boas propostas para a sociedade ao final dos nossos trabalhos da CPMI, com todos nós trabalhando juntos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Inclusive, a Secretária de Justiça, Drª Cláudia Chagas, vai ter de se retirar daqui a pouco, e, na seqüência, vamos chamar a Drª Cláudia Dias para fazer parte da mesa, mas, antes dela se retirar, gostaríamos inclusive de ouvir a opinião da Drª Cláudia em relação à participação do Ministério da Justiça em função desse aspecto levantado pelo Deputado Eduardo Barbosa.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Seria só para complementar. Quando se fala de medidas pontuais práticas, a Comissão Intersetorial já vem trabalhando, reunindo diversos ministérios e organismos justamente trabalhando em cima dos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento, procurando reunir ações de dois, três ministérios, que possam ter resultados concretos. No que se refere ao verão, imagino, muitas sugestões vão surgir, a Cláudia vai poder também explicar mais, mas existem, por exemplo, determinadas medidas muito práticas que podem ser feitas sem grandes dificuldades, como, por exemplo, com relação aos turistas que chegam ao aeroporto. A Polícia Federal recebe todo e qualquer turista que entra no Brasil. Então, ela pode passar para ele o material, uma explicação no sentido de que o turista é muito bem vindo ao Brasil, mas não para fazer turismo sexual, porque isso aqui é crime, qual é a punição, qual é a pena. Assim que ele mostre o seu passaporte a Polícia pode fazer esse papel. No próprio avião, o Ministério do Turismo pode, em conjunto com outros órgãos, elaborar um material, já entregá-lo nos aviões, passar vídeos nos aviões. Enfim, são medidas práticas não muito complicadas de serem elaboradas com rapidez. Então, a Polícia Rodoviária Federal nas estradas, por meio de blitz, parando os carros, pode dar essa consciência perto das cidades onde há muito turismo, perto das fronteiras. Ela já vai estar na estrada trabalhando e pode ser um meio, pode ser um informador desse tipo de situação, pode repassar esse material. Essas são pequenas coisas. Existem também projetos de se fazer equipes móveis, a exemplo do que faz o Ministério do Trabalho para combater o trabalho escravo, por exemplo. Isso pode ser feito em estabelecimentos, hotéis, restaurantes, bares. Muitas vezes, não conseguimos comprovar o turismo sexual, porque a carteira da menina é tão bem falsificada que não se verifica isso na hora. Às vezes cada um sai para um lado e não está bem caracterizado, mas sabemos que aquele é um lugar onde isso ocorre. A cidade inteira sabe, todo mundo tem certeza.

Há outros meios de atuar ali, como, por exemplo, recorrendo à vigilância sanitária e aos fiscais do trabalho, que podem olhar todas as carteiras para ver se estão de acordo com a legislação. Esse é um tipo de pressão conjunta que o Governo pode fazer e que certamente inibe esse tipo de atividade.

Essas são apenas sugestões. Com certeza a Comissão Intersetorial tem outras. Acredito que essas não necessitam de grande investimento e podem ser feitas com rapidez.

Peço licença para retirar-me porque tenho outro compromisso. Agradeço e fico representada pela Drª Cláudia e pela Drª Mirian.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradecemos a sua participação. É sempre uma alegria tê-la presente e saber de todo o esforço e dedicação despendidos no Ministério da Justiça.

Convido a Drª Cláudia Dias para também vir à frente e participar dos debates.

Passo a palavra à companheira Deputada Thelma de Oliveira.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Senador Flávio, demais componentes da Mesa, vou ser bastante breve. Peço mil desculpas, mas vou ter de retirar-me, porque está havendo votação na Comissão de Reforma Política, do qual devo participar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – A Senadora Patrícia Saboya Gomes também se retirou porque hoje, todos sabem, está acontecendo a votação da reforma da Previdência aqui no Senado, e ela está representando, numa reunião, a Liderança do PPS. Por essa razão teve de se retirar.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Mas ela está muito bem representada por V. Exª.

Queria saudar todas as entidades aqui representadas, militantes de muito tempo nessa questão e pa-

rabenizar todos. Fico muito feliz, da mesma forma que meu companheiro de Partido, Eduardo, de estarmos hoje realizando um acordo discutido aqui e que vamos concretizar com a assinatura desse pacto.

Acho que esse pacto será fundamental para o meu Estado, Mato Grosso, que tem um turismo sexual interno bastante forte e intenso.

Deputada Maria do Rosário, esse trabalho que a CPMI vai apresentar dará visibilidade a esse pacto, que é fundamental. Nesse sentido quero tratar de algumas questões. Acho que temos de envolver os municípios nesse trabalho porque é lá que essas coisas acontecem. A participação dos conselhos tutelares é fundamental, porque são eles que estão na linha de frente, são as antenas. São eles que recebem as denúncias, são eles que vão lidar diretamente com esses problemas. É importante a participação do prefeito, porque ele tem que se responsabilizar pelas suas crianças também. Na medida em que ele permite que as crianças saiam de um município para outro, que sejam levadas. Precisamos conscientizá-lo de que aquelas crianças são responsabilidade dele também, como das famílias e de toda a sociedade.

Entendo que é fundamental a participação dos conselhos tutelares e dos prefeitos. Então, é importante a assinatura desse pacto nesses municípios, cujas situações são consideradas as mais graves, como existem em Mato Grosso. Não são poucos esses municípios. Nós, os membros da CPMI e de todas essas entidades, teremos de fazer esse trabalho.

Quanto ao segundo aspecto, eu não sei se é possível... Quanto ao que a Drª Cláudia disse, a questão da Infraero, da chegada dos turistas, há a Polícia Federal. Eu não sei se poderíamos também trabalhar a questão das placas educativas nas estradas, alertando para essa questão da exploração sexual. Não sei se isso é possível, mas eu gostaria de deixar aqui como sugestão. Da mesma forma que temos de usar o cinto de segurança, uma série de outras coisas, o transporte das crianças, o abuso, tudo o mais, não sei se é possível, mas eu gostaria de deixar como sugestão essa questão das placas educativas.

Para encerrar, quero me colocar à disposição porque acho que esse pacto é fundamental e que nós, Parlamentares que pertencemos à esta CPMI, nos dediquemos para também dar uma grande visibilidade quando esse pacto for assinado no Estado, com a presença do Governador e de todas as lideranças políticas e de toda a sociedade organizada. Acho que esse é um papel de todos nós que temos esse compromisso aqui na CPMI.

Sr. Presidente, mais uma vez, mil desculpas por ter de me retirar, mas tenho que estar lá nessa Comissão que está analisando a questão da reforma política, que é tão importante também quanto a previdenciária e a tributária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – A Drª Cláudia Dias só deseja dar uma informação sobre o Estado do Mato Grosso. Passo a palavra à Drª Cláudia Dias.

A SRA. CLÁUDIA DIAS – Tivemos um encontro com promotores estaduais e o Estado do Mato Grosso está se reunindo, mobilizando-se, toda a Procuradoria-Geral da Justiça, para colocar como meta prioritária dos próximos anos a questão da exploração sexual infanto-juvenil para as suas Promotorias Criminais da Infância e Juventude e a questão do tráfico de meninas e meninos. Só queria informá-la de que estou indo agora para Cuiabá, onde vai haver uma oficina com magistrados e promotores justamente para estar discutindo a exploração sexual infanto-juvenil e o tráfico de crianças e adolescentes. Foi uma resposta maravilhosa que o Estado deu para a nossa tentativa de aproximação institucional.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – É que constituímos lá o Fórum Permanente de Combate à Exploração e temos um grande apoio do Ministério Público, um comprometimento muito grande deles. Bem-vinda a Cuiabá. Espero estar presente quando a senhora for lá.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação de V. Exª, Deputada Thelma. As sugestões estão anotadas – depois as repasso para a Deputada Maria do Rosário – e foram muito importantes também.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Sim, Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, de fazer a minha manifestação, já que também tenho uma audiência, e fui informada de que ela já começou. Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA) – Sou do Estado do Pará. Neste período, lá não é verão, mas inverno. Também penso em como inserir a nossa região nesse grande pacto, porque o nosso verão é em julho, período em que há um fluxo de turistas muito grande, independentemente de ser verão ou inverno. Então, teríamos que ter um olhar... Ver se coloca-se só verão ou o combate à exploração sexual de uma forma mais generalizada, do turismo sexual de uma forma mais

generalizada, sem fechar essa questão de verão, porque temo que a nossa região fique de fora.

Acredito que precisamos da parceria dos formadores de opinião, que são os jornais, revistas, canais de televisão, rádios, para que consigamos inserções junto à mídia durante esse período, durante a vigência do pacto, e usarmos os meios de comunicação para divulgar o pacto, o que é esse pacto, qual é a finalidade dele, e, como foi bem colocado pela Relatora, de forma acessível, com um linguajar que todos possam entender, do turista estrangeiro ao morador do nosso País que vá para lá a turismo, ou, ainda, para que aquele que mesmo que não esteja viajando tenha um olhar clínico e perceba que ali possa estar havendo uma exploração de turismo sexual e fazer a denúncia necessária. Enfim, é usar os meios, a mídia, para sensibilizar, expandir, com relação ao pacto.

Eu também gostaria de sugerir a utilização da cartilha adotada no Rio Grande do Norte, naquela teleconferência. Ela é muito específica com relação à exploração do turismo sexual. Se não me falha a memória, ela diz assim: "Aqui, exploração sexual não é atração". Então, nós poderíamos padronizá-la, poderíamos espraiar pelo restante do País esta cartilha que já está pronta e utilizá-la como modelo, já que o objetivo deste pacto é justamente o combate à exploração sexual. Uma outra sugestão é elaborarmos cartazes, e teríamos que ver a questão do custeio, e divulgá-los nos aeroportos, hotéis, motéis, bares. Na minha região tem muitos barcos, navios, ônibus, metrôs, enfim, onde passa gente o cartaz tem que estar lá.

Parceria nos Estados. Gostaria de dar uma notícia a esta CPMI que em Belém, a Assembléia Legislativa do Estado, vai abrir uma CPI, Srª Relatora, com relação ao combate à exploração sexual infanto-juvenil e acredito que já é fruto desse trabalho. Não sei de que forma poderíamos fomentar também que esse mesmo tipo de CPI fosse aberto nos demais Estados da Região Norte, já que lá tem-se o relato que é o local que tem mais rotas de exploração sexual contra crianças, mulheres e adolescentes. Então, Belém já está dando o exemplo, já vai instaurar, já tive a informação de que foram coletadas as assinaturas necessárias para a instalação dessa CPI. Vamos fazer com que os outros Estados da Região Norte também o façam.

Parcerias nos Estados via assembléia legislativa e governadores, municípios e via câmara municipal. Poderíamos sugerir, por exemplo, divulgação no horário da propaganda institucional do nosso pacto, que os governos estaduais e municipais utilizem esse espaço para divulgar o pacto com relação à temática, e para concluir, poderíamos utilizar também o horário dos nossos partidos políticos. Já que estamos tendo tantas inserções na televisão dos programas políticos também poderíamos divulgar o pacto.

Eram essas as minhas sugestões. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Muito boa a idéia da adesão dos partidos políticos na propaganda ao pacto. E até houve várias sugestões, enquanto V. Exª falava, talvez pacto por férias livres ou algo semelhante à exploração sexual.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se me permite, Senador, se a Deputada Ann produziu por escrito, vi que ela seguiu um ordenamento, se ela puder nos passar para o relato da reunião. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passo a palavra à Deputada Suely Campos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP – RR) – Sr. Presidente Flávio Arns, demais componentes da Mesa, nossa relatora Maria do Rosário, a Drª Rachel, representante do Conanda, Cláudia Dias, todos os nossos convidados aqui presentes, dizer da importância dessa reunião embora nos preocupe muito a questão do tempo pois daqui a uma semana as férias chegarão, o verão está chegando e como vamos fazer esse pacto o mais breve possível?

Entendo que em toda e qualquer atividade temos que colocar uma mídia pesada em cima. Então, nesse pacto livre de exploração sexual não será diferente, o nosso grande caminho é a mídia pesada em cima disso. Pontuar quem é que pode nos ajudar, como já foi colocado aqui, aviões, aeroportos, polícia federal, enfim todos que puderem nos ajudar. Foi muito pertinente a questão que a Deputada Thelma de Oliveira colocou em relação às placas nas estradas, porque nós temos aqui na nossa CPMI comprovadamente que os caminhoneiros são grandes transportadores das nossas meninas para a exploração sexual. O mesmo ocorre com a questão das férias livres. Sou da Região Amazônica, sou de Roraima, mas sou vizinha ao Amazonas, preocupa-me muito a questão de Parintins, porque as informações que temos de Parintins são horrendas em relação à exploração das mulheres. Infelizmente, as nossas dançarinas do Boi fazem parte, muitas delas, da rede de exploração. Então, o mês de junho também que estar observado, nesses festejos de Parintins.

Bom, então, seria realmente fortalecer, já chamar todas as entidades, governo, município, e dizer da nossa pressa em assinar esse pacto, um pacto que não está previsto no orçamento, que será totalmente do voluntariado, da boa vontade de todos para que ele seja lançado nesse primeiro verão e que possamos, mais adiante, fortalecê-lo cada vez mais e ter resultados muito eficientes em relação ao combate à exploração das nossas mulheres no turismo.

Muito obrigada.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Gostaria só de saber se ainda tem alguém inscrito aí?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Tudo bem. Eu até ia passar a palavra a V. Exª. Os parlamentares, então, já terão todos falado, aí passaremos, na seqüência, depois de V. Exª, para a sociedade civil aqui presente.

Com a palavra a Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB – RN) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Ficamos muito felizes com a presidência de V. Exª e muito mais ainda com o retorno da nossa querida Deputada Maria do Rosário, que há dias não nos encontrávamos, e que traz alegria não somente a esta comissão, mas também a toda Casa legislativa.

Bom, fui a última Parlamentar e quero dizer que tenho a alegria de dizer que sou de um Estado, o Rio Grande do Norte, em que um Código de Ética já está em andamento. Falta apenas a regulamentação, que está sendo encaminhada na Assembléia Legislativa, para que isso se torne realmente algo de muito concreto. O Rio Grande do Norte, que tem uma exploração sexual muito grande, nessa época em que o turismo, é até contraditório, é uma alegria para um Estado pobre do Nordeste, e ao mesmo tempo torna-se uma tristeza, porque estamos vendo que essa indústria, que poderá trazer ou levar tantos recursos para a nossa economia, vai, vamos dizer assim, minado de uma violência muito grande, que é essa exploração.

Então, quero apenas dizer que considero essa atitude da CPMI, com a criação esse pacto de combate à exploração sexual muito importante para todos os Estados brasileiros e, evidentemente, para um Estado que já teve o privilégio, vamos dizer assim, de ter algo de concreto para mostrar ao Brasil e ser exemplar, como é o Estado do Rio Grande do Norte, ficamos realmente bastante satisfeitos. Mas a responsabilidade ainda cresce mais, porque na hora em que somos exemplares na forma de agir mais rapidamente e ter um Código de Ética, também temos a responsabilidade desse combate, essa violência tão grande.

Realmente, o Rio Grande do Norte há bastante tempo vem trabalhando nisso, dizendo que no Rio Grande do Norte o turismo sexual não é uma atração que gostaríamos de ver, mas que, embora essa luta esteja já estabelecida no nosso Estado, ainda é uma realidade que lutaremos sempre para que seja reduzido ou abolido da nossa história.

Então, era o que gostaria de dizer e chamar, mais uma vez, a atenção para a importância desse pacto.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, só queria fazer um encaminhamento. Conversei ali com a Deputada Maria do Rosário, porque acho que é importante sairmos daqui já com uma sugestão também de encaminhamento breve. Foi aprovado, já no início da CPMI, um requerimento convidando, tanto o Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, como também o Presidente da Embratur, para estarem aqui conosco discutindo uma proposta de uma política desses dois órgãos governamentais, no sentido de estar somando os esforços quanto à exploração sexual e sobretudo o turismo sexual. Mas não houve ainda a possibilidade de eles estarem aqui. Então, acho oportuno encaminhar à Presidente, que está chegando, uma solicitação para que pudéssemos, o mais breve possível, marcar uma audiência com o Ministro do Turismo. Iria uma comissão da CPMI no sentido de envolver imediatamente a Embratur no pacto, com possibilidade de a própria Embratur também financiar algum material de divulgação. Nesta semana ainda, deveríamos ir ao Ministro pedir o seu inteiro engajamento na campanha que hoje está sendo lançada aqui. A Embratur tem uma memória. Já houve um programa de combate à exploração sexual, ao turismo sexual, promovido pela Embratur. Essa memória provavelmente facilita. Não sei se no próprio Orçamento da Embratur já se prevê alguma continuidade para essa questão. Talvez possamos aproveitar alguma previsão orçamentária.

A SRA. CLÁUDIA CHAGAS – Eu só queria dar uma informação em relação às campanhas que estão sendo faladas. Na Comissão Intersetorial, fizemos um estudo das últimas 10 campanhas de Governo. Entendo a pressa e a necessidade por material rápido e até mesmo a utilização de material já existente. Eu sei que o Rio Grande do Norte tem, assim como o Ceará, a Bahia. Os Estados já se mobilizaram, a sociedade civil já produziu. Fizemos um estudo muito interessante nos últimos dez anos das campanhas de Governo na área de abuso e exploração sexual – comprometo-me a encaminhá-lo a todos – sobre a ineficácia das mais importantes campanhas, por vários motivos. Um deles foi a da não-abordagem regional; outro motivo foram as campanhas ficarem nas mãos de publicitários, sem um grupo de especialistas no tema que norteasse a ação profissional publicitária.

O outro é a generalização. Quando se fala "todos", ninguém se compromete. Todo mundo se solidariza mas não se sente comprometido. Nós, então, só para dar um informe – independente da campanha de material que for utilizado neste momento – estamos estudando uma campanha de Governo que, de fato, construa indicadores e que seja não uma campanha

pontual, mas uma intervenção estratégica da comunicação como uma ferramenta de enfrentamento da violência sexual. Para isso, então, este estudo aponta – talvez eu mande, por **e-mail**, o material da Senadora para todos que se interessarem – a necessidade de algumas coisas: a setorialização dessa campanha, da regionalização da abordagem e da construção, já estrategicamente, no início, de indicadores de resultado, para que depois de algum tempo se possa avaliar o efeito disto e repensar outras campanha.

Então, era esse informe que eu gostaria de dar. Posteriormente, passarei o material para a Senadora, porque é muito interessante. A nossa preocupação na Comissão Intersetorial é otimizar os gastos dos recursos públicos porque, muitas vezes, as coisas são feitas sem se construir, exatamente, os indicadores e sem uma avaliação. Foi um estudo muito bem feito por uma organização contratada para avaliar as campanhas do Governo Federal, nos últimos 10 anos, sobre a questão do abuso e da exploração sexual.

A SR. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Drª Cláudia.

Nobre Deputado Eduardo Barbosa, esclareço que pedi a audiência para a Secretaria porque lembrei que o requerimento tinha sido de V. Exª, do qual eu queria ressaltar a importância. A semana inteira, o nosso Gabinete procurou marcar uma audiência para que ele pudesse vir. Inclusive, a idéia era de que essa audiência pública fosse amanhã, com a presença do Ministro Walfrido Mares Guia e do Presidente da Embratur. Infelizmente, não havia possibilidade devido à agenda dos dois, que estão com compromissos, preparando outra reunião que tratará de parte desse assunto que estamos discutindo aqui.

O gabinete permanece insistindo nessa audiência porque a consideramos fundamental. Eu posso dizer, pelo testemunho que tive no meu Estado, Ceará, com a presença do Ministro Walfrido Mares Guia, justamente de onde surgiu este termo de compromisso – parte dele foi lida agora há pouco pelA SRA. Deputada Maria do Rosário –, celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal, a Assembléia Legislativa, a Procuradoria Geral da Justiça e as Associações componentes do **trade** turístico, enfim, várias outras organizações. Esse termo de compromisso foi e está sendo levado a todos os Estados pelo próprio Ministro Mares Guia. Por diversas vezes ouvi depoimentos do Ministro que se coloca radicalmente contra qualquer tipo de abuso sexual, inclusive com um pronunciamento muito forte em relação à questão da exploração sexual.

E acredito nessa possibilidade. Creio – e reparto com todos os presentes o que a Deputada Maria do Rosário me passou – na necessidade de uma campanha realmente, e que possamos ter esse material publicitário. Então, comprometo-me, em nome da Presidência, a também buscar, junto com outros parceiros e com a comissão que se formar, essa parceria com o Governo Federal, para que possamos ter em mãos, o mais breve possível, esse material de enfrentamento da violência sexual, principalmente no período das férias.

Peço desculpas, porque hoje é um dia complicado, em razão da chegada da reforma a esta Casa. Então, vamos votá-la, daqui a pouco, e fui chamada para uma tentativa de acordo de Líderes, agora. Por isso, tive que me ausentar da reunião. E, infelizmente, como não sabíamos ainda se a votação da reforma seria hoje, com certeza, marcamos este nosso encontro. Portanto, em alguns momentos, a partir de agora, terei que me retirar dessa nossa audiência, em função dessa votação da reforma.

Peço desculpas por esse vai-e-vem, esse transtorno. Eu também não queria deixar de realizar esta reunião, já que todos estavam mobilizados para participar. Como há vários membros da CPMI, creio que poderemos ir levando a reunião, dividindo, é claro. Faço esse apelo para tentarmos ser breves – e sei que todos estão tentando – para concluirmos, realmente, essa reunião.

Não sei se respondi ao Deputado Eduardo Barbosa, que, quando cheguei, estava falando nesse assunto. Então, há esse compromisso nosso de buscar, junto a essa comissão, o material de publicidade necessário.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, Srª Relatora, demais membros de entidades aqui presentes, em primeiro lugar, em relação a essa pesquisa que revela que as campanhas que são realizadas não têm tido o devido resultado, isso aparece, inclusive, em hotéis, onde temos cartazes. Esses hotéis utilizam-se do fato de ter um cartaz como um anteparo para a exploração sexual de adolescentes nesses locais.

Então, temos que trabalhar uma nova cultura, ou seja, uma cultura que efetivamente seja, no dia-a-dia, de respeito à criança e ao adolescente. E creio que, nesse aspecto, ou fazemos um trabalho relacionando à questão das chamadas empresas de turismo – pelas quais, muitas vezes, os pacotes são feitos –, criando uma nova visão do próprio turismo, um turismo que respeite a dignidade do ser humano, ou então teremos campanhas e mais campanhas sem resultado. Concordo plenamente que as campanhas, quando não bem realizadas, quando não têm uma continuidade, passam a ser como uma espécie, eu diria, de

perda de energia, tempo, recurso etc., e o resultado não é o esperado.

O grande problema, agora, é aproveitar esse pacto que queremos, um pacto que coloca responsabilidade. Temos o pacto que foi assinado por todos os prefeitos, por todos os Governadores, inclusive pelo Presidente da época, sobre a infância e a juventude, que não foi cumprido. Então, creio que esse pacto tem que ter responsabilidade para aqueles que não cumprirem a sua parte. Isso tem que estar definido, porque, infelizmente, neste País, ainda não conseguimos fazer o processo educativo do convencimento. Muitas vezes, as pessoas obedecem por causa da sanção ou da punição. Enfim, tem que haver responsabilidade, com relação às partes que fazem o pacto, porque, se for um pacto genérico, cairá na mesma situação das nossas campanhas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, a idéia desse pacto surgiu há pouco tempo, porque o previsto era que a CPMI já tivesse encerrado seus trabalhos, mas, com a sua prorrogação, consideramos mais conveniente buscar essa alternativa do pacto.

Acho um pouco difícil. Creio que temos de ser muito sinceros, muito honestos, porque, nesses dias em que nos falta apresentar um pacto, será difícil conseguir o nosso objetivo, que é um pacto assinado por todas as partes, com o estabelecimento de penas para aqueles que não o cumprirem.

Neste momento, não posso dizer que será uma questão simbólica, de forma alguma, porque queremos listar compromissos e obter o acordo desses parceiros. Além disso, a Frente Parlamentar terá continuidade a partir do outro ano e dos seguintes. Dessa forma, poderemos ter um pacto não só para a questão da exploração sexual, mas também para outros temas relacionados à criança e ao adolescente, algo que desejamos e acreditamos ser possível.

O importante é que, neste momento, digamos isso com clareza e sinceridade.

Vou passar a palavra. Já existe a lista das pessoas inscritas? (Pausa.) Não. Então, vamos abrir a inscrição, pedindo às pessoas que se identifiquem, porque a reunião está sendo gravada.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Boa tarde a todos, Exmª Srª Presidente, mui digna Senadora Patrícia Saboya Gomes, a quem, em nome da Bahia, da sociedade civil e do Governo, em nome da instituição Cedeca, que aqui represento, agradecemos todo o empenho – permita-me dizer – no sentido de sacudir o País novamente – algo que fazíamos há alguns anos ou já fizemos no que diz respeito a essa questão. Do mesmo modo, estendemos nossos agradecimentos à Deputada Maria do Rosário, à Drª Cláudia, à querida Rachel, aos Srs. Deputados presentes, a autoridades e parceiros.

Eu estava mais alegre, mais emocionada com o privilégio de participar deste evento e dizer que os frutos que semeamos, a partir de 1995, hoje dão resultados. Ficamos bastante gratificados.

Há muitos anos, quando começamos a discutir, as pessoas até nos chamavam de malucos, porque não acreditavam, quando falávamos de menina prostituta à época; hoje, a linguagem é outra. Foi muita caminhada, muito trabalho, até vermos as coisas operacionalizando-se.

Quanto aos pactos, já os fizemos. Assinamos pacto com o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça, com as Polícias, com o Unicef, com o **trade** de turismo; enfim, já desenvolvemos uma caminhada muito grande.

Quanto às campanhas, é o oitavo ano seguido em que vamos desenvolver campanha, durante o carnaval, em seis idiomas, o que é considerado pelas Nações Unidas como um excelente documento de mobilização de enfrentamento ao turismo.

Quanto ao envolvimento com as Polícias e com o **trade** – como falei, principalmente com os hotéis –, já o estabelecemos. Enfim, tudo que os senhores estão apresentando aqui já desenvolvemos e experimentamos. No ano passado, em dezembro, o então Ministro do Turismo lançou um código de turismo, que é uma recomendação da Organização Mundial do Turismo, na Bahia. Nós faremos o lançamento amanhã. Para esse evento convido a todos – permitam-me os parceiros Unicef e Palmar.

Essa é a história e a síntese desta conferência, que tem frutos com a lei, com penas mais severas.

Ficamos realmente emocionados e felizes, por sabermos que, agora, o Parlamento, o Congresso, assume o envolvimento com toda a sociedade civil organizada e os Poderes instituídos.

Fiz algumas recomendações rapidamente da experiência que pode ser importante. Sei que o tempo é curto. Comprometo-me, se desejarem V. Exªs, a mandar-lhes o nosso material. Lamento que não tenha sido invocado porque é conhecido.

Antes de fazer as recomendações, digo que, ao mesmo tempo, estou muito triste com a sua fala, Drª Cláudia. Não posso aceitar e tolerar que V. Sª tenha dito que há ineficácia nas campanhas no Brasil. Foi feita uma pesquisa nacionalmente? Foi um estudo? Por quem foi feito? Com base em quê? Por quê? Já não falo que o Governo Federal assumiu uma campanha que internacionalmente foi reconhecida, pelos grandes **experts** da área dos meios de comunicação. A Rede

Globo e todos os outros meios de comunicação falada e escrita deste País reconheceram-na como um produto que diz o que fazer e como fazer. Já tivemos outros ganhos, como o desdobramento de quase trinta campanhas no País. Já não falo no âmbito nacional, mas da eficácia das campanhas da Bahia, principalmente na Bahia. Então, essa organização – desculpem-me – não analisou. Desafio-a porque, se tivesse analisado, deveria ter mostrado os resultados positivos. Foi inclusive suficiente para subsídio ao plano nacional. V. Exª sabe disso.

Já desenvolvemos campanhas na Bahia com especialistas. Há agência de publicidade que já ganhou prêmios pela Abrinq, como Amiga da Criança, por ter uma especialidade em fazer campanhas. E outras tantas campanhas que conhecemos no País que tiveram e provocaram resultados positivos, mudanças, transformações na maneira de pensar e agir, no olhar, na cultura, nas políticas públicas, nas ações concretas, de sensibilizar governantes, sociedade civil, artistas, que, para temática, é difícil, como são as campanhas durante o carnaval na Bahia.

Desculpem-me meu desabafo. Desculpem-me a maneira como estou colocando. Eu gostaria muito que a Bahia pudesse cessar o estudo. Mas tenho que lhe dizer que realmente, em relação ao nosso Estado, esse resultado não está condizente com a nossa realidade. Lamento profundamente ouvir isso, muito profundamente, porque o Brasil tem excelentes campanhas, que provocaram vários resultados. Talvez elas não tenham sido o que nós queremos, mas como é difícil se fazer uma campanha única para o País, o que esta Comissão tem de verificar, ouvir os Estados e ONGs, não esquecer as memórias, como disse o nobre Deputado. Não se pode esquecer a história. O passado faz o presente e o futuro. Muitas pessoas fizeram muito e há vários Estados comprometidos.

Um exemplo de não se ouvir os Estados veio do Governo Federal, quando lançou a primeira campanha contra esse turismo porque não os consultou. Acordamos com os **banners** e os **folders** nas ruas, com uma linguagem que contraria o turismo saudável, positivo e produtivo. Não se pode também dizer que vamos combater o turismo, se não se coloca o turismo sexual, se não tem a linguagem adequada. Então, deve-se respeitar porque os Estados têm a sua autonomia. E não é porque saem do Congresso ou do Governo Federal que vamos ter de aceitá-las. Elas têm de ser adequadas à linguagem e aos trabalhos que têm sido feitos, envolver todo o **trade** de turismo, principalmente os hotéis, as cidades com as festas carnavalescas tradicionais, que têm de ser específicas.

Concordo com todos os Parlamentares que disseram que o Brasil é um País turístico o ano inteiro. Envolver os aeroportos e as rodoviárias já fazemos bastante. A Polícia Rodoviária Federal e principalmente a Polícia Federal, durante o período pré-carnaval e durante o carnaval, já pegam os **folders** em seis idiomas e já os colocam nos passaportes. Como se vende muito a roupa para o carnaval, que se chama abadá, todos os que chegam à cidade de Salvador recebem os **folders**.

Já foi dito e é importante referendar, como nossa recomendação, que esta Comissão realmente envolva o Ministério do Turismo e a Embratur para a divulgação desse código nos Estados, com apoio dos Estados e das prefeituras, que discuta o máximo possível essa peça publicitária que sairá em âmbito nacional. Sei que o tempo é curto, mas, para que ela seja legitimada pelo nacional, para que as pessoas realmente possam sentir parte desse processo, porque é muito difícil.

E devemos envolver, na medida do possível, Srª Senadora, artistas, que podem estar contribuindo muito, são excelentes formadores de opinião, os caminhoneiros e outros atores no processo. Se puderem envolver os vôos, maravilha, para que todos possam estar, os meios de comunicação, as parcerias. Não se falou aqui, mas eu sugeriria o PAIR, porque acaba de desenvolver um trabalho de mobilização e de articulação e de mobilização que ainda não aconteceu neste País em sete Municípios.

Queremos referendar, mais uma vez, o convite para os senhores amanhã, no local onde está sendo desenvolvido o colóquio de enfrentamento ao Sentinela. Não sei bem o endereço. Infelizmente, não houve tempo de trazer e desembalar caixas e livros para oferecer-lhes, mas podemos enviá-los.

Colocamo-nos à disposição para o que for possível.

Eu gostaria que se registrasse, por gentileza, que o Presidente que assumiu o seu lugar temporariamente, que outra instituição pudesse indicar. Aqui também represento a Defensoria Pública do Estado da Bahia, que é uma instituição que começa a aparecer no cenário e muito pode contribuir com essa causa na linha da defesa e da responsabilização.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada Drª Hélia. Peço que V. Sª se identifique para que fique gravado. Só o nome e o local.

A SRA. HÉLIA BARBOSA – Desculpe, foi pedido realmente. Sou Hélia Barbosa e estou aqui pela Defensoria Pública do Estado e Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia, e sou repres en-

tante, como a Neide disse, do Comitê Regional Região Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Falarei rapidamente, Senadora. Eu apenas gostaria de me penitenciar por não ter citado o exemplo do trabalho de Salvador e da Bahia. Nosso coração é aberto e nossa alma livre. Portanto, propostas e falhas que como esta possam ter ocorrido na nossa fala precisam e devem ser corrigidas com nossa convivência, com nosso trabalho companheiro.

Peço-lhe que envie os materiais, para sentarmos juntas e vivermos um pouco desse conhecimento e dessa experiência, assim como estamos fazendo com os demais Estados. Agradeço pelo trabalho, que é importante para o povo brasileiro, não só para o povo da Bahia.

Além disso, quero amenizar um pouco: essas pesquisas, de fato, são um indicativo. Gostaria de dizer que, às vezes, recortamos algo e não conseguimos trabalhar o todo. Não é só a campanha, porque nós da CPMI, por exemplo, não queremos fazer uma campanha, queremos fazer uma CPMI. Mas, no meio da CPMI, sentimos necessidade de fazer uma ação mobilizadora da sociedade e assumimos isso nacionalmente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para não perder o fôlego, para manter o fôlego da CPMI. Esse é o objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É apenas mais uma estratégia.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Não estarei apresente, a partir deste momento, por algum tempo. Peço desculpas, vou ao Itamaraty tratar da volta do Iruan, um menino brasileiro que está em Taiwan. Tenho uma reunião com o embaixador, mas voltarei. Os Senhores podem ter certeza que todas as respostas estão sendo anotadas, porque temos uma assessoria superatenta e os nossos Parlamentares, Deputados Luiz Couto e Eduardo Barbosa, que estão aqui desde o início. Estamos anotando tudo. Em seguida, retornarei para participar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Não quero, de forma alguma, estabelecer nenhum tipo de polêmica. A Drª Cláudia quer apenas esclarecer, pois pensa que foi talvez mal interpretada ao que quis dizer em relação às campanhas. Concedo-lhe um minuto para que possamos ouvir todos os outros parceiros.

A SRA. CLÁUDIA DIAS– Precisarei de menos de um minuto. Esse foi um estudo de campanhas de Governo Federal, as campanhas feitas pelo Governo Federal. Até foi mencionada a importância de se pegar o que já foi feito no Rio Grande do Norte, no Ceará, na Bahia e no Rio de Janeiro, até mesmo porque essas instituições têm o conhecimento da realidade local e muito podem acrescer a todo trabalho feito. Esse foi um estudo das campanhas do Governo Federal, eu gostaria de deixar isso claro. Na minha fala, abordei a importância de obter todo esse material dos outros Estados e aproveitá-lo até regionalmente, se for uma realidade específica da região.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Passo a palavra ao Dr. Marcelo Gleidson, representante da Polícia Rodoviária Federal. Em seguida, estão inscritas a Karina, a Jussara, a Simone e a Graça.

O SR. MARCELO GLEIDSON – Senadora Patrícia Saboya Gomes, nosso querido Deputado Luiz Couto, com quem já mantivemos alguns encontros de trabalho, demais componentes da Mesa, com relação à exploração sexual infantil, acreditamos que, acima de tudo, essa é uma questão social. Contudo, carece também de ação policial, em especial contra os exploradores e contra as pessoas que se valem dessa prática para os seus interesses.

Encaminhei a V. Exª, em nome da direção do Departamento, um relatório, contendo mais de 200 ações da Polícia Rodoviária Federal relacionadas a menores. O relatório transcende a questão de exploração sexual, tendo em vista que também abrange a exploração de menores para o tráfico de drogas e outras questões.

Temos trabalhado muito em relação a esse fato e atacado pontualmente a situação. Como exemplo, trouxe um relatório de uma operação ocorrida em 21 de novembro, das 11 horas às 6 horas da manhã, próxima ao Shopping Castanheira, em Belém, no Pará, onde, durante toda a noite, nosso efetivo trabalhou. Abordamos aproximadamente 120 menores, e 90 adolescentes foram conduzidos ao Cafa – Centro de Apoio à Família –, na localidade de Ananindeua. Esses adolescentes foram levados até lá, tendo em vista o envolvimento em situações de risco e prostituição infantil.

Sentimos que carecemos de uma ação seqüencial após os encaminhamentos que fizemos, porque encaminhamos a criança, mas ela volta à situação de prostituição ou de risco na noite seguinte. Precisamos, acima de tudo, de uma ação familiar. Não há condições de implantar políticas de Governo sem que antes resolvamos a questão familiar, para que essa criança encontre guarida e condições de permanecer com seus parentes sem retornar à prostituição, embora saibamos que, infelizmente, o foco, o nascedouro do problema, muitas vezes, está na própria família.

A exploração sexual infantil ocorre mais nos portos e também nos locais onde há grande concentração

de caminhões e, por conseqüência, de caminhoneiros. Esse é o nosso grande foco de atuação com relação ao problema.

Oferecemos a V. Exª e a esta importante Comissão os nossos serviços de inteligência e de operações especiais, para que possamos prestar apoio à Comissão e às demais entidades que desejarem juntar-se a nós nesse combate. O nosso serviço de inteligência possui mapeamento dos pontos e locais onde esses fatos ocorrem com maior incidência.

Trabalhamos e estamos à disposição para nos somarmos àqueles que queiram fazer parceria conosco na luta contra essa prática tão nociva à nossa sociedade.

Temos também, há muitos anos, a prática da entrega aos turistas, principalmente para quem entra. pelo Sul do País, de **folders** dando conta da tipicidade da conduta de manter relações sexuais com menores. Também nas regiões de praias turísticas do Nordeste já também temos essa prática entre nós.

No demais, queremos pôr o Departamento de Polícia Rodoviária Federal à disposição para eventuais parcerias e quem queira somar conosco nesse objetivo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu agradeço ao Sr. Marcelo pelo trabalho e também pela contribuição que traz à CPMI, já com o relatório que acaba de nos entregar, que nós damos entrada na Secretaria desta CPMI, esperando que realmente isso que nos entusiasma, a declaração do senhor que nos entusiasma, possa realmente acontecer em todos os lugares deste País e a gente possa evitar muitos dos dramas que a gente acaba tendo que vivenciar e presenciar nos dias de hoje.

Eu passo a palavra à Karina.

A SRA. KARINA – Vou dar uma parte minha para a Drª Lídia, que ela pediu, rapidinho.

A SRA. LÍDIA CAVALCANTI – É só para fazer uma complementação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Drª Lídia, só se identificar, por favor.

A SRA. LÍDIA CAVALCANTI – Lídia Cavalcanti. Sou representante da ABMP e sou Promotora de Justiça no Maranhão.

Eu só queria fazer um complemento à palavra do policial rodoviário federal e primeiro parabenizar a Polícia Rodoviária Federal aqui no Maranhão, e acho que no Brasil inteiro, porque foi a primeira Polícia que, efetivamente, mostrou interesse em trabalhar com a questão da criança. Eu venho trabalhando com isso há seis anos, e nunca, em nenhum momento, um policial, seja civil, militar ou federal, se predispôs a fazer um trabalho com a criança. E a Polícia Rodoviária, antes de o Presidente Lula colocar a questão da exploração sexual como prioridade, vem fazendo essas operações em BRs, onde encontramos realmente a criança ou o adolescente sendo explorado. Inclusive, já citei o caso de uma menina de treze anos que estava-se prostituindo por um guaraná Jesus, que é um guaraná cor-de-rosa que tem no Maranhão. Então, o que eu acho é que a gente poderia, nesse caso do turismo sexual, aproveitar melhor a Polícia Rodoviária Federal, porque de todas as Polícias, eu acho que é a mais interessada e a mais sensibilizada na questão, inclusive preparando os policiais para trabalhar nas BRs combatendo essa exploração sexual e essa migração de adolescente que o ECA não protege. Protege a criança, mas não protege o adolescente na migração. Então, o adolescente pode sair de um Estado para outro, de um Município para outro desacompanhado. E no caso da criança, não. E a Polícia Rodoviária Federal teria um papel bem importante nesses casos do turismo sexual. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com certeza. Obrigada, Drª Lídia. Karina.

A SRA. KARINA – Eu sou Karina, do Centro de Referência, Estudos e Anotações sobre a Criança e Adolescente (Cecria) e do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual.

Eu só queria, primeiro, duas questões: com relação ao turismo, só na nossa especificidade aqui da Região Centro-Oeste, e nós temos aqui a Circo, a Comissão interestadual da Região Centro-Oeste, que trabalha no enfrentamento da violência há mais de cinco anos, só queria ressaltar a questão do turismo náutico e o turismo ecológico, que é a nossa especificidade aqui, a gente não tem turismo litorâneo, que a gente tem que estar pensando esses Municípios, principalmente, porque a Deputada Thelma levantou um pouco essa questão, mas nós temos dados que tem crescido muito o turismo náutico e ecológico, principalmente no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, só ressaltar, nessas ações a gente está pensando nesses Estados, principalmente esses dois Estados aqui da nossa Região.

E com relação às campanhas, eu também fiquei preocupada com a fala da Drª Cláudia, porque nós temos um banco de dados da Recria, a Rede de Informações sobre Violência Sexual contra Crianças, que nos estamos desde 97, a gente registra, cadastra informações de campanhas, projetos, organizações, e nós temos mais ou menos umas dezessete campanhas registradas lá no banco de dados, e nós temos, assim, uma análise dessas campanhas, inclusive passamos para a Ande, não sei se foi para essa mesma pesquisa

que a Ande estava fazendo recentemente um panorama das campanhas, e assim, nós temos, claro, as campanhas, uma questão que a gente percebe é que uma dos pontos ineficazes é a questão porque elas são pontuais, então elas não têm uma continuidade, mas as campanhas, a maioria das campanhas que nós tivemos no Brasil, elas foram fundamentais para pautar essa questão. Principalmente para trazer para a agenda pública, nós tivemos a Campanha do Come-come, não sei se todo mundo lembra que a gente chamou Campanha do Come-Come em 94, e assim foi o que trouxe para a agenda pública, depois da campanha que o Cedec articulou em 95, a campanha para os caminhoneiros aqui no Estado de Goiás, que quem é aqui da Região sabe o efeito que foi "Essa carona pode acabar mal", que inclusive mobilizou a Polícia Rodoviária Federal, então, é só para estar.pautando porque fiquei preocupada com a fala do Governo Federal e desmotivada. O nosso trabalho de oito anos que não teve nenhum efeito, só para registrar. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está inscrita a Jussara.

A SR.ª JUSSARA – Quero cumprimentar a todos na pessoa da nossa Presidente, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, pela iniciativa e pela parceria que tem estabelecido desde que aqui chegou com a sociedade civil muito antes do Estado do Ceará.

S. Ex.ª tinha o seu mandato comprometido com a questão da criança e do adolescente e, aqui, dá continuidade a esse trabalho juntamente com a Deputado Maria do Rosário.

Tenho umas propostas bem rápidas para não tomar o tempo. Podíamos provocar as escolas públicas em debates para envolver as potenciais vítimas que são as crianças e adolescentes em seu esclarecimento sobre o turismo e a fragilidade em que se encontram nesse momento de verão, de praia ou de passeio no Pantanal.

É preciso se fazer com que o debate com as crianças e adolescentes, principalmente nas periferias, seja mais intenso. A sociedade civil juntamente com Prefeituras e o Governo pensar ações concretas de seminários e debates no próprio local com essas crianças e adolescentes.

Eu sou a Jussara de Goiás, sou do Inesc e também a Coordenação da Secretaria Executiva da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança. Então, o debate com as possíveis crianças e adolescentes que estão expostos e temos também que envolver as entidades estudantis, os grêmios e trazer os jovens para essa discussão.

A Inês está aqui, é uma jovem linda e maravilhosa que tem a sua vida dedicada a esse trabalho desde criancinha e ela ainda é uma criança, mas temos que trazer mais jovens para o debate. Não podemos esquecer que no documento elaborado precisa estar colocado claramente o corte raça/etnia, tendo em vista que temos as populações quilombolas e populações indígenas que são alvo de turistas.

Na busca por essa raridade de conhecer quilombos, quilombolas, artesanatos e populações indígenas, temos as crianças altamente expostas e para elas é preciso uma proteção especial e não podemos esquecer de ter esse alerta em nossos documentos.

Uma sensibilização maior para a Polícia Civil e Militar, tendo em vista que sabemos que a Polícia Rodoviária Federal está conosco desde que começamos uma campanha em 94 na campanha do Come-Come que a Karina fala com a Cedeca Bahia. Em 1996, tornamos todos uma grande campanha nacional que virou o Plano Nacional de Combate, o comitê, enfim, em tudo isso que veio de lá já tínhamos a interlocução com a Polícia Rodoviária Federal.

Penso, que deveríamos ter, em cada local da Polícia Rodoviária ou Civil, um ponto de referência de plantão para denúncias de turismo sexual. Que seja uma ação divulgada em que se possa fazer a denúncia diretamente nesse local. Chamei de plantão especial, mas não sei como poderia se concretizar. Que todos tenham conhecimento que nesses períodos de turismo, seja em junho, julho, janeiro ou fevereiro, que haja uma divulgação para a sociedade de que há uma ação especial, um local específico em que se chega e faz a denúncia nessas três polícias.

Acho que pode ser algo que, pelo menos, provoca uma timidez às ações. Uma questão difícil, para a qual temos que ter interlocução com o Poder Executivo, especialmente com o nosso Presidente, é o não-contingenciamento dos recursos voltados para essas ações, Senadora, para as políticas sociais especialmente essas para as populações.

No PPA há mais de cinqüenta ações voltadas para populações vulneráveis, de baixa renda. São muitas. Essas, pelo menos essas, precisavam ser separadas e não ter contingenciamento para que sejam plenamente executadas. Precisamos trazer mais a Andi. É claro que são nossos parceiros, mas acho que não estão aqui hoje. Para os jornalistas amigos da criança, na campanha, na questão da publicidade, no diálogo nosso, na interlocução, a nossa referência é a Andi, Agência de Notícias dos Direitos da Infância, que vai entregar o prêmio, no dia 27, novamente para os jornalistas amigos da criança. O jornalista que recebe um prêmio desses tem um compromisso com essa questão. Temos de trazê-los para cá e amarrar falas nos espaços que eles ocupam, dos meios de comunicação falado,

escrito e televisado, principalmente rádio, que chega em todos os lugares deste País.

Quanto à produção de material – também não podemos esquecê-la –, pensamos nos grandes espaços de turista, mas há os pequenos, que são bares, taxistas, motéis, caminhoneiros, portos, escolas, teatros, enfim, tudo isso também tem de ser envolvido. Enfim, devemos estar na ação permanente

A nossa campanha, a nossa concepção de campanha – acho que posso falar em nome de todos os que participam dessa articulação – é de que ela não é só peça publicitária, não são peças, mas uma ação permanente e continuada. Há as peças, mas há as ações, um plano de ação em que todos levamos como um dever de casa para discutir com os Conselhos de Direito, com a Prefeitura, com a comunidade onde moramos. Enfim, a campanha é muito mais que as peças. Elas são ações permanentes e continuadas. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço à Jussara pela participação e pelas palavras tão gentis, como sempre. A Jussara tem muita razão. Além da grande idéia sobre a qual acaba de falar, em relação à campanha e a como devemos proceder, ela se refere a uma questão que considero de fundamental importância, que é o acompanhamento. Agora conseguimos – a Jussara e outros estiveram presentes na Comissão de Assuntos Sociais –, por meio da Frente Parlamentar, incluir uma emenda ao Orçamento no valor de R$60 milhões justamente para o Programa de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes do Brasil. Daquelas cinco emendas apresentadas em cada comissão, essa foi uma das que foi aprovada. Estava em sexto lugar, mas agora já passou para quinto lugar. Já está garantida na Comissão, vai para a Comissão Mista de Orçamento, mas é importante o monitoramento não só do Congresso, de nós Parlamentares, como, até por uma tradição que já existe, o acompanhamento da sociedade civil. Que sejamos capazes, então, de, por meio de uma pressão legítima, dar prosseguimento para que esses recursos não sejam de forma alguma contingenciados.

Às vezes, temos vitórias muito expressivas, como eu tive em meu Estado. Eu digo eu tive porque estava à frente também da Frente Parlamentar. Mas, infelizmente, apesar de aprovarmos as emendas, elas na prática nunca saíram do papel. Esse talvez seja um momento muito mais difícil que, inclusive, o de aprovar esses recursos no Orçamento. São necessários o monitoramento, o nosso acompanhamento e uma pressão legítima, que deve ser feita tanto pelo Congresso como pela sociedade civil, em busca da implementação dessas políticas. Senão, de nada adiantaria conversarmos, discutirmos, debatermos, se não podemos garantir os recursos necessários para a implementação dessas políticas públicas.

Agradeço à Jussara pela contribuição.

A SRA. JUSSARA – Senadora, tenho já o levantamento de todos os programas que têm como objetivo alcançar populações de baixa renda, vulneráveis, populações de rua, com essa característica. Já tenho esse levantamento feito no PPA que está em discussão. Poderíamos organizar isso no documento. Poderíamos organizar uma comitiva que vá ao Presidente fazer essa solicitação de não-contingenciamento dessas ações.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com certeza. Muito bem. A idéia foi acatada – tenho certeza – por todos. E a Frente Parlamentar – falo também em nome da Deputada Maria do Rosário – abraça essa possibilidade de levarmos ao Presidente as nossas reivindicações, que são mais que justas, que resgatam e pagam essa dívida que temos para com todas as crianças e adolescentes do nosso País.

Passo a palavra à Simone, próxima inscrita.

A SRA. SIMONE FONSECA – Sou Simone Fonseca, do Cedeca Emaus, de Belém do Pará. Represento a Região Norte no Comitê Nacional, através da Rede Txai, que é a Rede Regional de Enfrentamento da Violência Sexual.

Na verdade, as minhas colocações são um pouco referente à própria ação da CPMI na Região Norte. A CPMI fez um diferencial, está fazendo um diferencial na nossa Região, justamente quando vem na perspectiva de ouvir e de envolver as bases que estão no enfrentamento direto da problemática.

Então, isso foi fundamental para nós, Senadora, porque pudemos dar toda a nossa contribuição e colaboração na perspectiva de não perder a história, que é o debate que está sendo feito aqui. Muita coisa foi feita, muita coisa foi realizada. Então, não perder de vista essa história, principalmente nos locais mais distantes deste País, acho que nesse sentido a CPMI fez o diferencial. E o próprio pacto que aqui vocês estão trazendo como proposta, a gente percebe que vocês levam em consideração o que já foi produzido. A Deputada coloca as experiências de Natal, Ceará, Paraná, como bases para começar todo um processo que vocês vêm puxando. Então, para mim, tem sido o diferencial da CPMI.

Enquanto sugestão, principalmente no que diz respeito ao pacto, existe uma necessidade fundamental da região que é o envolvimento de atores que são fundamentais para esse enfrentamento. E aqui coloco principalmente o envolvimento da área de Justiça, os tribunais de Justiça nos vários Estados da Região, na área de segurança pública, que tem sido uma grande

dificuldade, um grande desafio e um retrocesso que aconteceu. Coloco aqui, especificamente no Estado do Pará, com relação a essa área, que tem sido muito complicada para nós, e a própria Polícia Federal, garantir o envolvimento mais preciso. E o representante da polícia Rodoviária coloca, acho que é uma caminhada nesse sentido, mas precisamos ir além. Precisamos de ação. E colocamos essa questão ao Ministro da Justiça que esteve em Belém, há duas semanas, da necessidade de se investir no potencial investigativo dessa polícia. Investigativo de inteligência, como está funcionando isso, porque há muitas meninas, sabemos, em frente do castanheiro, mas como de fato podemos desmantelar a rede que alimenta essas meninas que estão ali naquele espaço, assim como a de meninos que estão em situação de risco, cheirando cola na rua, ela tem sido até um grande confronto entre as organizações da sociedade civil, que estão atuando lá e a própria segurança pública e a Justiça, porque só os arrastões estão acontecendo. Então, isso para nós é até um retrocesso, porque não conseguimos avançar no desmantelamento de rede. E me parece que esse está sendo o objetivo da CPMI.

Os casos que estamos trazendo como exemplares, as coisas estão sendo encaminhadas. Parece-me que existe um interesse de desmantelar a rede, ir a fundo mesmo, e sair do aparente, daquilo que se mostra, porque exploração sexual principalmente, e estaremos discutindo amanhã, é muito mais complexa, muito mais organizada do que podemos imaginar. Então, precisamos estar organizados nesse sentido e em rede também. E acho que essa é idéia desse envolvimento do trabalho em rede.

Uma outra questão que considero de avanço, que não podemos desconsiderar, é a própria questão do trabalho que está acontecendo em rede, como estou falando. A Região Norte tem procurado se articular nesse sentido por meio das redes locais, das redes regionais e do próprio Comitê Nacional que tem dado esse avanço. A estratégia do Pair (Programa de Ações Integradas e Referenciais) em três Estados da Região é considerada pelo próprio Txai como um avanço na intervenção, de ação diferencial que pode daqui a algum tempo se tornar uma política eficaz na região de enfrentamento.

Outra questão que a Jussara expõe, que acrescento, é a do investimento no corte de gênero. Sabemos que essa situação envolve, principalmente, a mulher, e as ações estão pouco pontuadas. Os investimentos que temos na Região são voltados para o homem, não temos investimentos voltados para a mulher, que são o principal foco mais especificamente da exploração sexual. Então, esses investimentos são necessários. E podemos, por meio do pacto, estar dando sugestões no sentido tanto no âmbito de Governo Federal como Estadual. Que programas e projetos sejam voltados para esse segmento, porque tira da situação de vulnerabilidade esse setor, que é fundamental. E o próprio papel da sociedade civil nesse controle, nesse acompanhamento, num monitoramento e, principalmente, num processo de mobilização. Sem esse processo de mobilização, certamente muitas coisas deixariam de acontecer. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Também quero agradecer a Simone pela contribuição e pelo estímulo que dá à CPMI. São depoimentos que para nós são muito importantes, pois servem de estímulo para que possamos continuar nessa luta. Certamente todas aquelas experiências positivas que têm acontecido no Brasil serão abraçadas também por esta CPMI no momento que forem realizados esse pacto e essas recomendações que faremos para esse período das férias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Gomes) – Deputada Almerinda, queria convidá-la para se sentar à mesa.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB – RJ) – Agradeço.

(FALHA NA GRAVAÇÃO)

A SRA. MÍRIAN – Só queria ressaltar o trabalho da Polícia Rodoviária, tive oportunidade, o ano passado, de testemunhar. Ficamos responsáveis – a Cláudia Dias ainda não estava trabalhando conosco – por coordenar a campanha pré-carnavalesca do ano passado.

Como o governo estava iniciando, foi tudo muito apressado, e tivemos de contar realmente contar com a colaboração dos Estados. Na época, o Ministro relacionou Recife, Bahia e Rio de Janeiro, mas S. Exª esteve presente apenas em Pernambuco e na Bahia.

O trabalho da Polícia Rodoviária foi fundamental. Tive a oportunidade de trabalhar com eles no campo. Existe um grupo de operações especiais para esse trabalho, não sei se em todos os Estados, e esse grupo já está engajado há muito tempo. Acredito que, antes de o Governo pensar nesse trabalho, a Polícia Rodoviária já desenvolvia esse trabalho de fiscalização, porque eles têm uma experiência muito grande, inclusive na questão da abordagem.

O que me encantou e me surpreendeu foi a forma como eles abordam. Trabalhei com eles nas estradas e fiquei impressionada com o trabalho de abordagem. Trabalhei com a Polícia Rodoviária e com a Polícia Federal à noite. Realmente, há uma diferença entre uma polícia e outra nesse sentido da abordagem. São dois tipos de trabalho diferentes. Então, pela experiência

que tive no carnaval passado, podemos contar com as polícias, principalmente com a Rodoviária.

Ressalto também o trabalho desenvolvido. Como existem várias pesquisas, existem também várias campanhas. Algumas dão certo e outras não; algumas pesquisas têm resultados positivos e outras, negativos.

Destaco ainda o trabalho do Cedeca, da Bahia, que testemunhei. Presenciei e acompanhei todos os passos da campanha que foi desenvolvida lá no ano passado. Inclusive os ministros compareceram para o lançamento da campanha. Compareci para o lançamento da campanha na Bahia, fiz o mesmo em Recife. Houve uma diferença muito grande de uma campanha para a outra. Na campanha da Bahia, a Hélia mostrou uma mobilização fora de série. Houve uma grande mobilização, a ponto de um bloco, que saiu na avenida, ter um camarote específico relacionado ao trabalho de combate à exploração sexual. O bloco também. Participei disso tudo. A Hélia realmente pode-nos dar uma grande contribuição ao nosso trabalho deste ano, pela experiência que tem e que presenciei.

Sobre Recife, porém, não posso dizer o mesmo. A campanha teve várias falhas; não houve uma mobilização a contento, e realmente não tivemos o resultado esperado.

Registro aqui, não só parabenizando o trabalho da Polícia Rodoviária, mas também o trabalho do Cedeca Bahia no carnaval passado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Gomes) – Obrigada, Drª Míriam, pela contribuição e pelo depoimento.

Antes de conceder a palavra à Drª Graça Gadelha, nossa última inscrita, gostaria de explicar que essa campainha está tocando para chamar os Senadores para o plenário, pois a Ordem do Dia está começando. Infelizmente, temos que encerrar a reunião. Poderíamos suspender a reunião e retomá-la, mas hoje não temos hora para sair daqui em função da reforma da Previdência.

Passo a palavra à próxima inscrita minha querida amiga Graça Gadelha e, depois, à Deputada Almerinda de Carvalho, para que possamos encerrar nossa audiência.

A SRA. GRAÇA GADELHA – Obrigada, Senadora Patrícia. Prazer, neste momento, poder tornar público um testemunho, como cearense, da sua atuação e da sua trajetória política no Estado do Ceará, e dizer que agora em Brasília estamos aqui de novo numa culminância dessas ações que, tenho certeza, poderão dar uma nova roupagem, uma nova mudança do ponto de vista paradigmática do tratamento que é dispensado às crianças e adolescentes, sobretudo aquelas vítimas da exploração sexual.

Gostaríamos de fazer algumas considerações em torno do objeto dessa reunião de hoje e, a partir de algumas colocações que foram feitas tentar pincelar algumas questões de encaminhamento como propostas.

Primeiro, gostaríamos de discutir a questão da descaracterização da campanha enquanto verão. Penso que poderíamos estar trabalhando uma perspectiva de turismo sem exploração sexual. E então inseriríamos toda uma parte de contextualização a partir de todos os princípios éticos, humanos da perspectiva que se trabalha, da leitura que se faz do próprio plano nacional, que deve ser sempre para nós a referência teórico-metodológica quando do enfrentamento de questões nessa área. Ele já nos sinaliza de que forma podemos atuar dentro dessa perspectiva.

Chamamento das autoridades locais. Estamos desenvolvendo com alguns Ministérios, Secretaria Especial de Direitos Humanos, uma das parceiras mais fortes desse processo como grupo gestor, um programa, o Pair, que o Programa de Ações Integradas Referenciais na área do enfrentamento. Eu queria até pedir permissão para que pudéssemos pautar a discussão desse programa dentro da Comissão como uma estratégia metodológica que está sendo discutida no âmbito da articulação, que é o grande sentido do plano nacional, provocar essa mobilização e essa articulação a partir das competências locais, do imponderamento dos municípios para que eles possam, fortalecidos por uma ação de coordenação nacional, trazer a sociedade civil e as prefeituras e os municípios para essa ação. Essa desfocalização, considerar o verão apenas como estratégia de qualificação para orientação do relatório que deverá ser produzido pela CPMI, mas que isso não se constitua uma tarefa focal.

A partir da grande lição metodológica do plano nacional, passarmos a organizar aços efetivas e eleger dentro delas alguns eixos que são estratégicos do ponto de vista dessa campanha, ou dessa ação de mobilização nacional e dessa pactuação que será feita em função disso. Eleger os eixos de mobilização, escolas, unidades de saúde, associações, e todo um conjunto de pessoas que estão nesse campo da mobilização social para que participe do que poderíamos estar chamando de uma ação referencial de campanha em nível nacional.

O eixo de defesa, do qual temos experiência no Estado do Ceará e em outros Estados de mobilizaçoes por meio de forças-tarefas em que o conjunto de atores consorciados no enfrentamento dessa questão mobilizam-se no sentido físico e de conceitos para a questão de realmente traduzir essa ação numa ação efetiva de concentração do que pode ser o objeto dessa campa-

nha, que é a grande questão que temos que trabalhar como meta estratégica que é o conselho tutelar.

Na verdade, é uma questão que precisamos rediscutir neste País em razão de um aspecto tópico. Temos mais de 5.000 Municípios e apenas pouco mais de 1.000 têm conselhos tutelares. Sabemos que eles são as instâncias privilegiadas onde essas denúncias, essas notificações, materializam-se. Sem a existência deles... Acredito que a grande bandeira dessa campanha poderia ser pautada na questão dos conselhos tutelares.

O imponderamento das redes Cedeca. Poderiam funcionar como instituições responsáveis por toda essa defesa técnica, jurídica dessa ação conjugada desse grande pacto nacional.

O trabalho de mobilização junto à esfera do Poder Judiciário na designação de Varas, que poderão ajudar na questão do confronto dos casos, no atendimento dos casos, cujo grande problema é que não se pauta a questão da impunidade. Como trabalhar isso também perspectiva do Ministério Público para o tratamento das denúncias nesses casos? E a grande fragilidade, sem dúvida, é o eixo onde vamos trabalhar as retaguardas de atendimento, mencionadas pelo colega da Polícia Rodoviária. Esta é a grande discussão que se trava no País: de que forma podemos, dentro dessa ação nacional, privilegiar o fortalecimento das redes de programas sentinelas, para que essa unidade de referência realmente possa fazer um atendimento qualificado. Não adianta fazermos todo um controle, um levantamento de perspectivas, de forças tarefas, no campo repressivo se não damos a necessária e devida qualidade ao atendimento dessa população.

Por fim, a questão do controle social. Que redes locais de monitoramento realmente podem funcionar como pontos focais toda a instância de mobilização já constituída e legitimada pelos fóruns e comitês locais e que tenham o comando do comitê nacional de enfrentamento à violência sexual?

Esse é o exercício que estamos fazendo de alguma forma nessa estruturação de formação de rede com o Programa de Ação Integrada Referencial (Pair), que tem hoje resultados bastante positivos, mostrando que, por meio do município, por meio do fortalecimento do poder local, é possível constituir toda uma base formativa de redes para o enfrentamento da violência sexual. E nessa perspectiva, queremos colocar esse programa à disposição da CPMI, para que possamos construir junto com esse grupo de trabalho, cuja formação será discutida, todo um processo de fortalecimento dessa ação, que tem de se constituir em pacto nacional, mas que precisa se efetivar em uma base local.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada, Drª Graça Gadelha. Considero fundamentais as suas ponderações. Elas foram preciosas, principalmente no que tange aos conselhos tutelares. Essa deve ser uma preocupação de todos nós. Como a senhora mesma disse, devemos transformar essa preocupação em algo concreto.

Eu tenho pensado bastante nisso também, buscando uma solução. Não sei ainda de que forma vamos resolver isso, mas é fundamental abraçarmos a discussão sobre os conselhos tutelares.

O que o representante da Polícia Rodoviária Federal, Dr. Marcelo, disse, tantos outros mencionaram e a Graça reforça é exatamente o que tenho visto e ouvido em todos os lugares por que temos passado. A mesma preocupação, a mesma angústia, por parte de algumas autoridades que se têm colocado à disposição, que têm feito um trabalho excepcional, mas não sabem para onde vai essa criança, o que é feito dela depois. No ato do recolhimento, ela é levada a um conselho, mas e depois? São crianças que muitas vezes acabam sendo viciadas.

Eu vi isso, com meus olhos, no Rio Grande do Sul e em outros lugares. Certa vez, em um flagrante da Polícia, uma criança foi pega e levada ao Conselho Tutelar. Ela chorava copiosamente, pedindo crack, porque era viciada. Uma criança!

Essa é a situação em todos os lugares onde nos deparamos com essa realidade. Digo, com certa tranqüilidade, que é preciso fazer algo antes de defender os caminhos mais simples, como é costume no Brasil. Ouvimos isso das autoridades. Muitos defendem a redução da maioridade penal. Esses são assuntos de cujo debate não devemos fugir de forma alguma, e sim enfrentá-los, com nossas convicções, defendendo as nossas teses, mas abertos ao debate.

De forma alguma, alguém que não cumpre a sua obrigação, a sua responsabilidade, querer que nossos jovens, nossos adolescentes sejam punidos, simplesmente punidos, sem que lhes sejam dadas oportunidades de reaver aquilo que certamente já lhe foi tirado, muitas vezes, na gestação, no ventre da mãe.

Considero fundamental essa discussão. A frente parlamentar, independentemente da CPMI, pode e deve abraçar essa tese. Ela deve ser estimulada pela sociedade a discutir temas dessa natureza, o que vimos buscando realizar aqui.

Para finalizar, vou passar a palavra à Deputada Almerinda. Em seguida encerraremos essa audiência, recolhendo todas as.sugestões e pediria, antes de passar-lhe a palavra, Deputada Almerinda, que aqueles que não tiveram oportunidade de se pronunciar,

se tiverem idéias ou sugestões, que as encaminhem para a CPMI.

Por último, eu gostaria de fazer um convite. A Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente, a Unicef, a Pommar Usaid, a Universidade Estadual do Ceará e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes convidam para o lançamento da pesquisa **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescente no Estado do Ceará**. O estudo foi realizado em 18 Municípios do Estado, sendo 5 deles na região metropolitana de Fortaleza e 13 no interior. O evento vai acontecer amanhã, dia 26 de novembro, a partir das 18 horas e 30 minutos, na Sala 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal.

Pois não, Senhora Deputada.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PFL – RJ) – Srª Presidente, quero, mais uma vez, parabenizar tanto V. Exª quanto a nossa Relatora, Deputada Maria do Rosário, que, infelizmente, teve que ausentar-se e também pedir desculpas por não ter chegado a tempo. Estávamos em uma audiência pública com o Ministro Ciro Gomes, decorrente de um requerimento de minha autoria. Por isso, não pude ausentar-me daquela reunião.

Pelo pouco que ouvi aqui, tenho certeza de que V. Sªs contribuíram muito para a nossa Comissão. Quero fazer aqui uma observação. Conheci o Dr. Mote no ano retrasado, como coordenador do Sentinela, um projeto pioneiro que levei para a minha região e que funciona até hoje. Sabemos da importância não só desse projeto, mas estive falando com a Presidente sobre os conselhos tutelares, que são muito importantes, mas, infelizmente, sobrevivem de forma muito precária nos Municípios.

Quero agradecer a V. Sªs. Vi aqui, também, um representante da Polícia Federal. É importantíssima a participação de V. Sªs. Às vezes, vemos um policial rodoviário e não imaginamos a contribuição que ele pode dar. Creio que cada um de vocês contribuiu muito com a CPMI. Esperamos continuar merecendo essa atenção.

Sabemos que esta é uma questão muito séria, muito difícil. Precisamos, de alguma forma, minimizá-la. Acabar é impossível porque, na maioria das vezes, as famílias vivem em dificuldades. Às vezes, os próprios pais oferecem suas filhas adolescentes. Então, é realmente uma situação bastante complexa. Mas creio que a CPMI está dando um grande passo. Esperamos contribuir para que esta situação não se agrave.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de V. Sªs e parabenizar a Presidente, bem como a Relatora. Que Deus possa sempre nos orientar para que consigamos amparar as crianças que vivem à margem, sofrendo todo tipo de violência.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada, Deputada Almerinda.

Não havendo mais nenhum parlamentar ou convidado que queira se pronunciar – sei que uns ainda querem, mas temos que encerrar a audiência – agradeço, com muito carinho, a presença e a contribuição de todos.

Que Deus nos abençoe.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 17h47min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 22ª Reunião, realizada 2 de dezembro de 2003.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, às dez horas e trinta minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se as Senhoras Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Maria do Carmo Alves, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Ana Júlia Carepa, Senadora Fátima Cleide, Senador Flávio Arns, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto, Deputada Almerinda Carvalho e Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº ***02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** *Havendo número regimental, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição à respeito do tema: "Turismo Sexual no Brasil", dos seguintes convidados: Dr. Sidney Alves Costa – Chefe de Gabinete do Ministro do Turismo e a Dra. Dilma Felizardo – Consultora da Casa Renascer. A Presidente determina a Secretaria que*

faça entrar no recinto da reunião os convidados, concedendo-lhes a palavra para que os mesmos possam realizar as suas colocações a esta CPMI. A seguir, a Senhora Presidente concede a palavra inicialmente a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário para dar início aos seus questionamentos aos convidados. Fizeram uso da palavra pela ordem de inscrição, para questionar aos convidados, os Deputados Sandra Rosado, Luiz Couto e Ann Pontes. Ao final, a Senhora Presidente agradece aos Senhores convidados pela colaboração prestada aos trabalhos da Comissão e determina a Secretaria que tome as providências necessárias para que a presente reunião se transforme em caráter reservado, suspendendo-a por alguns minutos. Reaberto os trabalhos da reunião em caráter reservado, a Presidência esclarece aos presentes que há Requerimentos sob a Mesa dos Trabalhos que deverão ser apreciados. Em seguida, concede a palavra a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário para que proceda a leitura dos Requerimentos: **1)** Requerimento nº 0**112**/2003, de autoria da Deputada Alice Portugal, que requer a realização de diligência técnica da Comissão, para preparar a realização de uma Audiência Pública em Salvador; **2)** Requerimento nº 0**113**/2003, de autoria das Senhoras Deputadas Maria Helena e Suely Campos, que requerem a realização de diligência da CPMI, com o objetivo de apurar denúncias relativa a participação de policiais civis no Estado de Roraima em abuso sexual de crianças que estariam sendo transportadas por traficantes, no trecho Manaus / Boa Vista, para fins de exploração sexual; **3)** Requerimento nº 0**114**/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer sejam tomadas providências cabíveis para que a Polícia Federal, através de seus serviços possa localizar vítimas de exploração e abuso sexual, praticados pelo Senhor Sebastião do Coroado, Vereador do Município de São Luiz, Estado do Maranhão; **4)** Requerimento nº 0**115**/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer sejam tomadas providências cabíveis para que a Polícia Federal, através de seus serviços possa localizar a Senhora Joelma, Sobrinha do Vereador do Município de São Luiz, Estado do Maranhão, Sebastião do Coroado, para que a mesma possa prestar depoimento nesta CPMI; **5)** Requerimento nº 0**116**/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer que seja solicitada a Clínica em que a vítima Maura Jordana Cardoso de Lemos foi submetida a aborto, e a ficha do procedimento adotado; **6)** Requerimento nº 0**117**/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer que seja solicitada à Superintendência da Polícia Federal do Maranhão, a relação do nome de mulheres com faixa etária entre 14 a 30 anos, que obtiveram passaport nos últimos 5 (cinco) anos, bem como a identificação do destino declarado e a situação sócio-econômica; **7)** Requerimento nº 0**118**/2003, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que requer que seja solicitado à Polícia Federal, o acompanhamento detalhado e sistemático dos serviços telefônicos prestados pelo número 145, com vistas a dificultar e coibir toda e qualquer tentativa de aliciamento ou exploração de crianças e adolescentes; **8)** Requerimento nº 0**119**/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a quebra do sigilo bancário de Munier Sadek Ramunieh (Munir), e a quebra dos sigilos telefônicos de Ronaldinho (67) 995-6285 e Valtinho (67) 9998-1261. As quebras de sigilos se referem aos últimos 12 (doze) meses; **9)** Requerimento nº 0**120**/2003, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer seja ouvido o Plenário da CPMI, que sejam realizadas diligências por parte da Polícia Federal no sentido de esclarecer quem compareceu no Consulado Brasileiro na Cidade de Caiena na Guiana Francesa, relatando o falecimento da Brasileira Adriana do Socorro Mendes Moraes, que segundo Fax Símile nº 604 e 567 da AFEPA/Ministério das Relações Exteriores, tal relato foi efetuado pelo pai da vítima, o Senhor Ademir Lima Moraes; **10)** Requerimento nº 0**121**/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer sejam convocadas a prestar depoimentos a esta CPMI, a Senhora Ângela Maria Cardoso de Lemos e suas filhas Maura Jordana Cardoso de Lemos e Jordaniele Cardoso de Lemos, as duas últimas apontadas como vítimas do Sr. Camilo Figueiredo; **12)** Requerimento nº 0**122**/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer que esta CPMI convoque Aldoino Lodi e Jandir Lodi, ambos Empresários do Município de Soledade do Estado do Rio Grande do Sul, para serem ouvidos em Audiência Pública em Brasília, a ser realizada em data a ser agendada; **11)** Requerimento nº 0**123**/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer as quebras dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Instituto Zequinha Barbosa "Correndo pela Vida", bem ainda, dos membros da Diretoria do referido Instituto, citados no depoimento do Sr. Luiz Otávio Flores da Anunciação, prestado a esta CPMI, no dia 22.10.2003, quais sejam: José Luiz Barbosa, Luiz Otávio Flores da Anunciação, Vanderlei Porto Pinto e Abadio Marques de Rezende. Período de referência para as quebras: os 12 (doze) meses anteriores a novembro de 2003; **12)** Requerimento nº0**124**/2003, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que requer que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União – TCU, a realização de Auditoria no Instituto Zequinha Barbosa "Correndo pela Vida", nos 12 (doze) meses antecedentes a novembro de 2003, e **13)** Requerimento nº 0**125**/2003, de auto-

ria da Deputada Laura Carneiro, que requer que seja solicitado ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que remeta a esta CPMI, o acompanhamento e a avaliação da gestão dos Recursos Públicos pelo Instituto Zequinha Barbosa "Correndo pela Vida", nos 12 (doze) meses antecedentes a 2003. A Presidente coloca os Requerimentos em discussão e a seguir em votação, sendo todos aprovados por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calhão, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Havendo número regimental, declaro aberta a **22ª Reunião** da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003, CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se a ouvir os convidados Dr. Sidney Alves Costa, Chefe de Gabinete do Ministro de Turismo, e da Drª Dilma Felizardo, consultora da Casa Renascer, para que realizem a exposição a respeito do tema Turismo Sexual no Brasil.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa)

Está dispensada a leitura da Ata.

Há expediente a ser lido.

Recebemos ofício do Gabinete do Ministro do Turismo, informando que o Sr. Secretário Executivo do Ministério, Sr. Márcio Favilla Lucca de Paula, por estar viajando ao Fórum de Consertação em Varginha, Minas Gerais, designa como representante da reunião da audiência pública sobre Turismo Sexual no Brasil, desta CPMI, a se realizar no dia 2/12/03, às 10 horas, o Dr. Sidney Alves Costa.

Agradeço a presença dos nossos convidados, que atenderam ao convite desta Comissão.

Passo a palavra ao Dr. Sidney Alves Costa, que, por ter um compromisso logo em seguida, fará de imediato a sua exposição. O senhor terá de 15 a 20 minutos para fazer sua exposição. Depois, passaremos a palavra à Drª Dilma.

O SR. SIDNEY ALVES COSTA – Muito obrigado por esta oportunidade de estar aqui representando o Ministério do Turismo, fazendo uma exposição do trabalho que estamos desenvolvendo na estruturação de um programa nacional de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil no turismo.

Sou Chefe de Gabinete do Sr. Ministro de Estado. Venho representando o Ministério por ser o responsável, dentro do Ministério, por toda a articulação da questão da exploração sexual infanto-juvenil, da prevenção e das questões relativas à repressão e também por representar junto à Organização Mundial do Turismo seu representante dos Governos no Comitê Executivo da Organização Mundial do Turismo que trata da prevenção ao turismo sexual infanto-juvenil.

Antes de falarmos especificamente das ações que estão sendo desenvolvidas no Ministério, traçarei um histórico bem rápido não só dessa questão no antigo Ministério do Esporte e Turismo, como também fazer uma apresentação geral da estrutura do nosso Ministério para que apresentemos as ações inseridas em cada setor do Ministério.

Até o início deste Governo, todas as questões relativas à exploração sexual infanto-juvenil eram tratadas pela Embratur, que era o braço operacional dentro do antigo Ministério do Esporte e Turismo. Embratur essa que era responsável também pela questão da política nacional de turismo, pela questão da promoção, quer interna, quer externa, e pela questão da estruturação do turismo. Com a criação do Ministério do Turismo, que, diferentemente do que muitos imaginam, não foi uma divisão do antigo Ministério do Esporte e Turismo, mas foi criado um Ministério e toda a estrutura pré-existente permaneceu no Ministério do Esporte, restou para nós uma nova divisão de atribuições diante da nova realidade: Ministério e Embratur.

Portanto, a estrutura do turismo nacional passou a se dar por meio da Embratur, com a nova atribuição da promoção da imagem do Brasil no mercado externo, da criação de uma Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, que trata não apenas da promoção interna, como também da estrutura do Plano Nacional de Turismo, da sua implementação e da formulação de uma política nacional de turismo, e a Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, justamente a secretaria que dá estrutura para a implementação desse plano, por intermédio das linhas de infra-estrutura, captação de investimentos e linhas de financiamento dos empreendimentos do turismo.

Diante disso, como anteriormente a atribuição relativa ao tema da exploração sexual infanto-juvenil no turismo estava a cargo da Embratur, com a nova divisão de atribuições, fomos levados a pensar a contribuição que cada setor do Ministério poderia prestar na estruturação de uma política ampla. E os vetores dessa política que constatamos, por meio de diversas discussões no Ministério, é que deveríamos trabalhar sob dois binômios: o primeiro seria sair da idéia única e exclusiva de que o problema da exploração sexual

infanto-juvenil no turismo é decorrente do turismo de estrangeiros – não é somente por isso, porque é um problema que existe e temos refletido numa linha de ação nesse sentido, mas ocorre também no turismo interno. Estamos mudando o paradigma de enfoque dessa questão diante de uma realidade que pudemos conhecer já no início do Governo, buscando relação com diversas entidades e procurando conhecer diversas iniciativas de sucesso e diversos problemas em regiões do País que – abro um parêntese – apresentam peculiaridades bastante distintas de região para região. Falamos, por exemplo, do problema do Ceará, que é bastante distinto da região amazônica, que é bastante distinto da região sudeste, diferente do Centro-Oeste, onde também existe esse problema, e diferente do Sul. Temos em mente que, para tratarmos desse problema de forma consistente, deveremos ter um enfoque na questão não apenas do turista estrangeiro, mas também do turista interno.

O segundo binômio, que é o tratamento que estamos buscando dar às nossas ações, refere-se à prevenção compartilhada com a repressão. Por quê? Não é atribuição do Ministério do Turismo a repressão, mas temos como oferecer subsídios – na minha exposição falarei um pouco sobre isso – aos órgãos competentes com os quais estamos entrosados – Ministério da Justiça e Polícia Federal –, dando informações do setor, informações que permitam um monitoramento e um rastreamento das redes existentes, quer nacionais quer internacionais, que tratam desta questão como um negócio – a exploração sexual, a prostituição infanto-juvenil –, trazendo turistas como um negócio.

Partindo desses pressupostos, vislumbramos as ações das secretarias e da Embratur, lembrando que esta é uma pergunta que provavelmente muitos devem estar-se fazendo: por que o chefe de gabinete do Ministro está tratando especificamente desse assunto? Porque, como uma decisão política, um comprometimento político, o nosso Ministro puxou para si, para o próprio gabinete a articulação, tamanha a importância dada ao tema não apenas no Ministério, mas também em todo Governo Federal, articulação que tem nos braços operacionais da Embratur e das Secretarias a gestão dessa política. Na Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – que, como comentei, trata da política nacional de turismo e da implementação do Plano Nacional de Turismo – foi reinstalado o Conselho Nacional de Turismo, órgão de assessoramento do Ministério, e tem uma estrutura que está se reproduzindo em todos os Estados. Cada Estado – o Ministro tem ido pessoalmente a cada Estado instalar junto ao Governador, até para mostrar a importância política que está sendo dada a essa regionalização do turismo, está se reproduzindo essa estrutura do Conselho Nacional de Turismo em cada Estado, através do Fórum Estadual de Turismo. Nesse Fórum tem representatividade não só o Poder Público Municipal e Estadual – e o próprio Governo Federal se faz presente com um articulador do Ministério do Turismo permanente nas reuniões –, como o setor privado. E de que forma esses Fóruns Estaduais de Turismo colaboram, ou têm um papel a desempenhar nessa estrutura da questão da exploração sexual infanto-juvenil no turismo? Por quê? Por uma decisão política, também, do Sr. Ministro, esse é um tema permanente da pauta de todas as reuniões e nos proporciona a oportunidade de quê? De darmos capilaridade, nos Estados, das ações que venhamos desenvolvendo, não só em nível do Ministério do Turismo, mas levando informações de algo que é mais amplo, que é a Comissão Interministerial, da qual fazemos parte, e utilizando também esses Fóruns Estaduais para nos fornecer, na medida em que faz parte da pauta permanente esse tema, subsídios sobre a realidade de cada Estado, e informações que, centralizadas em nós sobre as operações que possam ser entendidas como indícios de redes de exploração infanto-juvenil, possamos encaminhar essas informações a quem de sua responsabilidade, no caso a Polícia Federal e o Ministério da Justiça.

No âmbito da Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, que, como eu anteriormente havia comentado, trata da infra-estrutura, da captação de investimentos, das linhas de financiamento – e quando falamos em infra-estrutura também, surge para nós um tema que é muito importante, que é a questão da qualificação profissional, também a cargo dessa Secretaria –, nós estamos empreendendo uma série de ações. A primeira delas é a questão dos novos empreendedores. Nós estamos observando, e o Ministério do Turismo está fazendo um acompanhamento de empreendimentos que começam a surgir, frutos de investimentos estrangeiros, e o Ministério, através da Secretaria, está monitorando e acompanhando esses investimentos. Em geral, nós vemos que eles vêm para regiões bastante pobres do Brasil e nós temos que – e isso é o que temos apresentado a eles no nosso acompanhamento – que destacar a necessidade da inclusão social desses empreendimentos como ação de prevenção. Por quê? Nós temos que analisar o impacto de um **resort**, de um novo hotel na região. Então, nós estamos fazendo um acompanhamento, dando orientação para que, na medida em que o empreendimento, na medida em que o hotel receba, utilize a mão-de-obra da região, é uma ação de prevenção para que essa população não fique à margem social e possa se prevenir o caminho no sentido da prostituição.

Deixa-me aproveitar aqui e desligar o celular, parou de tocar.

Uma outra questão dentro da Secretaria de Programas que está sendo desenvolvida – e aqui eu peço licença para fazer um outro parêntese, que esqueci de destacar no início: as ações do Ministério do Turismo, que estamos procurando dar bastante abrangência a elas, têm a finalidade estruturante; nós não estamos pensando num resultado imediato, nós queremos criar bases para o êxito, para que, talvez daqui a dois, três, quatro anos, nós possamos ter uma realidade bastante diferente. E detectamos que são nas ações de estrutura que nós vamos conseguir atingir esses objetivos. Então, eu retorno à questão, falando o seguinte: normas de classificação dos empreendimentos – é uma necessidade do setor, que se classifiquem os hotéis, restaurantes, e para isso estão surgindo normas que estão sendo elaboradas por uma equipe técnica do Ministério que serão submetidas à ABNT. O que ocorre nesse sentido? Nunca se havia pensado na incorporação, dentro das normas que regularão os empreendimentos, os hotéis, restaurantes e bares, normas relativas à prevenção à exploração sexual infanto-juvenil. Por quê?

Eu me permito apresentar um exemplo. Se chegarmos para qualquer dono de empreendimento, qualquer hoteleiro e perguntarmos "o seu estabelecimento permite a exploração sexual infanto-juvenil?", todos vão responder que não, mas como uma falsidade, não querendo esconder algo. O que ocorre, na realidade, é que foge ao próprio controle dele. Ás vezes é o porteiro do estabelecimento, às vezes a pessoa da recepção que busca agenciar e que cria situações.

À primeira vista, se tratamos do tema simplesmente "Os empreendimentos devem coibir essa prática", não estaremos entrando com a profundidade exata necessária no tema para verificarmos todas as nuances possíveis para prevenirmos essa prática. Dentro das normas, existe toda uma equipe técnica e, aproveitei o ensejo para convidar a Dr.ª Dilma para se inserir nessa discussão conosco e faríamos um intercâmbio com a nossa equipe técnica diante do trabalho maravilhoso reconhecido do Código de Conduta para criarmos essas normas que deverão estar sendo implementadas a partir de 2005, vislumbrando essas ações.

O estabelecimento para ter uma determinada categoria deve contemplar uma série de norma e preencher uma série de requisitos que mostrem o seu engajamento na prevenção à exploração sexual infanto-juvenil. Isso é algo estruturante, sim. É algo que talvez, a médio prazo, mas não podemos, por outro lado, deixar de dar a esse tema, uma resposta imediata.

Então, o que estamos fazendo na área de conscientização? Estamos negociando com representantes do setor no sentido da criação, por parte deles, de um selo para ser utilizado a partir da segunda metade do ano que vem e, sobre isso, até me comprometo, em havendo interesse desta CPI, mandar os documentos existentes de todos esses programas, o grau de avanço dessas negociações e a criação de um selo nacional que apresente o estabelecimento como uma ação pró-ativa no sentido de ser um estabelecimento que se preocupa com uma infância adolescência e juventude sãs.

Paralelo às normas e às ações no monitoramento dos investimentos, estamos trabalhando também nas normas e nos programas nacionais de qualificação profissional e certificação do trabalhador na área do turismo que estará inserido o tema para que o futuro trabalhador do turismo tenha uma visão do problema, tenha uma visão não só da importância da sua ação no sentido da prevenção, mas principalmente entra o aspecto da repressão de que estará sujeito à lei.

Acho que no âmbito da repressão essa é uma contribuição que podemos dar, mostrando àqueles que eventualmente adotam essa prática, fazem essa exploração que estão sujeitos à lei.

Dentro da Embratur que agora tem a atribuição de promoção da imagem do Brasil no exterior, na comercialização de produtos turísticos no exterior, estamos trabalhando em algumas vertentes. Uma e, faço aqui um comentário a respeito de algo positivo que herdamos e que todos devem conhecer que são os vídeos institucionais da Embratur, que tratavam do tema apresentando inclusive o Disque-Denúncia.

Somos bastante favoráveis ao enfoque dado naquele vídeo. Não pretendemos produzir um novo material por entender que aquele é um material bastante positivo, mas queremos – a Embratur está encarregada disso – que não só sejam exibidos esporadicamente em alguns vôos, mas passem pelas empresas estrangeiras que operem principalmente na Europa e, de forma mais efetiva, daqueles que são os emissores de turistas para o Brasil. Que essas companhias aéreas passem a exibir o vídeo. Esse vídeo já existente. Aí entra como algo obrigatório. Nós estamos buscando a fórmula para isso, se através de algum mecanismo de obrigatoriedade ou da negociação direta com as empresas. Estamos trabalhando hoje com a negociação direta com as empresas aéreas. Mas aí entra uma pergunta: um indivíduo que vem... Esse... Tem um papel importante esse vídeo. Mas o indivíduo que vem com essa finalidade já agenciada com alguma agência por trás, que cria um roteiro para ele, talvez não seja o vídeo que vá dissuadi-lo. O vídeo tem a contribuição

de mudança de imagem da postura governamental diante disso. Mas nós temos que prevenir lá no ponto de origem desses turistas.

E essa tem sido a ação da Embratur em diversos focos. Primeiro, nós estamos criando, reestruturando escritórios do Brasil no exterior, da promoção turística no exterior. Agora, neste final de ano, em dezembro, é que eles vão estar começando a operar para entrar em pleno funcionamento em janeiro. Lá, essas pessoas responsáveis por cada um dos escritórios vão estar em contato conosco, primeiro, para oferecer as informações que consiga rastrear sobre as agências e as operadoras estrangeiras que agenciam turistas para nos dar esses subsídios e nós fornecermos à Polícia Federal, por um lado. Por outro, a divulgação, através da mídia de relações públicas no exterior, de que o Governo brasileiro tem uma postura positiva diante disso, que nós queremos mudar essa imagem e que os estrangeiros não devem mais vir ao Brasil como um destino do turismo sexual infanto-juvenil, é uma questão de imagem, a questão da repressão.

E algo que é uma política maior do Ministério é mudar o enfoque da imagem do Brasil que se apresenta no exterior não mais como um país erotizado, não mais como um país exclusivamente de mulheres bonitas, de sol e de carnaval. Isso existe como fruto de uma diversidade cultural do nosso país, diversidade cultural essa que passa a ser o enfoque da Embratur no exterior. O destaque que se dá do nosso país não é mais única e exclusivamente de sol, carnaval e belas mulheres. Mas sim um país de riqueza cultural e de riqueza e diversidade ambiental. E com isso nós estamos mudando, e já vamos ter, muito em breve, relatório sobre isso, e vamos mudar, a médio e longo prazo, o perfil do turista que vem ao nosso país. Então, são ações que nós estamos vendo, essas ações que eu estou relatando, que são estruturantes para quê? Que não têm resultados imediatos. Ainda não temos resultados imediatos, temos algumas ações esparsas que podem ter algum resultado imediato, alguns seminários, algumas reuniões, mas que não são aquelas que vão mudar os resultados que efetivamente nós estamos buscando.

Estamos buscando também, agora, para este período de férias, de uma ação junta e uma relação muito íntima que nós estamos estabelecendo com a Infraero para quê? Para que nesse afluxo de turistas estrangeiros para o Brasil nessa época de fim de ano, início de período de praia, de divulgação de um material publicitário e a utilização de espaço publicitário nos aeroportos para apresentação não só do Disque-Denúncias, Disque-Denúncias esse que hoje está sob a responsabilidade da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, e em havendo necessidade, até o desdobramento, com a implementação de ações de divulgações maiores, em havendo necessidade de nós termos a possibilidade inclusive de colaborar, e já passamos essa informação à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, de aumentar os postos de atendimento. Temos condições de ajudar nisso, em havendo e nos sendo passada uma necessidade. E estamos buscando também levar essas nossas ações à discussão do terceiro setor, das relações com o **trade** turístico, com organizações não-governamentais, para quê? Para que nós tenhamos nesses programas ações abertas à cooperação e à integração. E a discussão até da própria validade e da oportunidade de uma séria dessas ações.

E é justamente nesse sentido, dessa integração, que eu gostaria de saudar e agradecer essa oportunidade de estarmos aqui, justamente para trazermos um pouco daquilo que estamos fazendo e que podemos detalhar. Em havendo necessidade, posso mandar o material já na próxima semana de todas essas ações que estão sendo entabuladas e nos colocar à disposição para as ações que venham a ser desenvolvidas por esta Comissão. O Ministério estará presente em colaborar sempre que possível.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Comissão agradece ao Dr. Sidney pela sua exposição.

Passo a palavra a Drª Dilma Felizardo, para que também possa falar sobre seu trabalho e fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a palavra para que a Relatora possa fazer suas indagações e para todo o Plenário.

A SRA. DILMA FELIZARDO – Bom dia a todos os presentes. Eu gostaria de saudar a Senadora Patrícia Saboya, Presidente da CPMI, a Deputada Maria do Rosário, Relatora, e demais componentes da CPMI.

É uma grande satisfação poder estar aqui não só pelo fato de poder participar desse bloco temático, mas também poder rever pessoas que há mais de uma década vêm dando uma ampla contribuição para o enfrentamento dos novos desafios que se colocam a cada dia quando se trata da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

O debate acerca do chamado turismo sexual, amplamente incorporado pela sociedade brasileira na década de 90, aponta para a necessidade de adoção de mudança da terminologia. Gostaríamos de trazer para esse debate a problemática de que podemos constatar um avanço no termo e concepção. A mudança do termo "turismo sexual" para "exploração sexual contra crianças e adolescentes no turismo". A evolução da terminologia do que se chama turismo sexual para a compreensão

da exploração sexual contra crianças e adolescentes está em consonância com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 5º. Desta forma, foca-se de início o objeto a que se propõe abordar a exploração e a violência sexual contra as crianças e adolescentes no turismo, e não a sexualidade partindo dos princípios éticos dos direitos sexuais.

A exploração sexual é algo socialmente condenável, colocando a temática dentro de um recorte de gerações. Com isso, reconhece-se o valor intrínseco da criança e do adolescente enquanto pessoa em condição peculiar de desenvolvimento físico, mental e espiritual, em formação e construção da sua identidade, da sua efetividade e da sua sexualidade.

A terminologia turismo sexual oculta a natureza do comportamento sexualmente abusado e explorado, focalizando assim uma prática social ruim, a exploração e violência sexual no turismo, e não o turismo como gerador de emprego e renda. Além de constituir esta abordagem em um dos fundamentos de ampliação das bases dos esforços dirigidos para o encaminhamento de uma estratégia de enfrentamento.

Esta é uma ação que pode traduzir-se na construção de novos paradigmas valorativos, éticos e jurídicos. Na medida em que este enfrentamento aponta um novo delineamento na abordagem do problema, na metodologia psicopedagógica, no aprimoramento da legislação punitiva ao agressor, na conscientização social de que a criança é um sujeito de direito.

Para o estudioso do tema, o professor Dr. Ari Soares do Bem, o turismo sexual internacional apresenta-se como um instrumento privilegiado para a transformação e a reprodução de ideologias e práticas sexistas (?), uma vez que em sua existência já prescinde da existência de uma relação de desigualdade social, econômica, política e cultural, no interior das quais ações de poder são organicamente dinamizadas.

Ele afirma ainda que o turismo sexual internacional permite que o encontro de dois grupos situados em posições diametralmente opostas: de um lado, homens oriundos de países industrializados, socializados com poder econômico e posturas antifeministas. Dirigem-se a países do chamado Terceiro Mundo ou países em vias de desenvolvimento para satisfazerem a preços módicos necessidades e fantasias sexuais deficitárias ou mesmo acessíveis em seus países de origem. Adolescentes em permanente situação de risco social e, portanto, com restrito poder de barganhar pela sua condição de vulnerabilidade em que se encontram.

São múltiplas determinações e aqui a necessidade de consumo de sexo pago com mulheres do chamado Terceiro Mundo pode também ocultar necessidades não diretamente sexuais, que sejam sociais, emocionais e de ordem do poder, ou seja, ideológicas. Assim sendo, a prática do turismo sexual internacional só se torna possível a partir de uma relação de igualdade no interior da qual a estigmatização do mais fraco se reproduz por complementariedade, isto é na medida em que o poder do mais forte se reafirma.

Essas situações representam a imagem de um país colonizado e submetido à hegemonia dos colonizadores. É o encontro assimétrico possibilitado pela mobilidade da população que vive dentro das condições de bem-estar social e a que vive dentro da cáustica e estática miséria da periferia. Entendo que a exploração sexual contra crianças e contra adolescentes no turismo não pode ser abordada sem refletir sobre determinados grupos marginalizados social, econômico, cultural e juridicamente. Sabemos que também assume uma posição paradoxal. Há uma troca simbólica profundamente significativa: troca-se sexo, carinho e afeto por conforto e estabilidade financeira, numa visível elevação de auto-estima para as adolescentes que precisam de uma real alternativa de vida tão emocionante e emancipatória.

Sabemos da urgente necessidade de transformações, seja ela de ordem jurídicas, institucionais, econômicas, sociais ou culturais, como também das mentalidades no que tange a discussão sobre o fim de todo que qualquer tipo de exploração. O debate sobre a exploração sexual de crianças e de adolescentes é no fundo um debate por um direito a ser restituído, um direito à infância, ao desenvolvimento da própria sexualidade de forma harmônica e equilibrada, longe da exploração, alienação e mistificação sobre o tema.

O Código de Conduta do Turismo, o qual eu gostaria de passar para a Presidenta da CPI, Srª Relatora. Eu gostaria de colocar à disposição esses exemplares para os demais.

Quanto ao Código de Conduta do Turismo do Estado do Rio Grande do Norte podemos dizer que a história de elaboração e de implementação do código é caracterizada pelo processo de articulação, mobilização e compromisso da Casa Renascer, da Universidade Potiguar e do Banco do Nordeste. O que podemos chamar de entidades encubadoras e marcadas pela maior demonstração de um processo de amadurecimento das instituições potiguares, seja o **trade** turístico, sejam as organizações não-governamentais as universidades.

Empresas, pessoas e serviços relacionados ao turismo no sentido de colaborar efetivamente com a proteção de crianças e adolescentes foram se somando à iniciativa da construção do código de conduta. Em agosto de 2001, realizamos um seminário para elaboração do código no Centro de Convenções de Natal e

em setembro de 2002 deu-se a posse do Comitê de monitoramento do código e do cerimonial de assinatura dos primeiros termos de adesões ao código por ocasião da reunião de trabalho do conselho de turismo do pólo costa das dunas, onde esse reúne aproximadamente 30 Prefeituras do Estado do Rio Grande do Norte sendo este um dos mais importantes projetos da área do turismo do Rio Grande do Norte.

Eu também gostaria de colocar à disposição ma lista das empresa que aderiram ao Código de Conduta, uma lista das empresas que solicitaram adesão ao Código e que esta em fase de análise a adesão dessas organizações, dessas empresas de turismo, devemos nos orgulhar dessa história e contá-la sempre que nos for possibilitado. O código, além de ser uma referência para outros Estados brasileiros e para o mundo pelo seu conteúdo e pela forma que vem sendo implementado, mas também pela metodologia participativa adotada pela elaboração desses tão importantes documentos construídos a partir da sociedade civil e validado por mais de 178 atores das organizações governamentais e não-governamentais, em que eu gostaria de registrar a participação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, tanto no âmbito estadual como também municipal.

De sua elaboração, participaram as Secretarias de Turismo e Executivos municipais e estaduais. Assim sendo, reconhecemos que o código é referência também pela forma de implementação adotada. Por essa razão, reiteramos a importância dessa experiência ser nacionalizada.

Trouxe alguns aspectos que devem ser levados em consideração ao se pensar a elaboração do Código Nacional de Conduta do Turismo. Consideramos de grande importância para o enfrentamento dessa temática que o Governo Federal elabore um código nacional. Listamos três aspectos para discutir aqui.

Primeiro, os aspectos metodológicos – o Código de Conduta do RN é resultante de uma ampla articulação entre os mais diversos setores da sociedade local. Nessa perspectiva, compreendemos que o documento do Rio Grande do Norte – que é este – possa ser referência pela metodologia adotada. Por essa razão, reiteramos a importância da elaboração, contemplando diretrizes de metodologia participativa.

Segundo, os aspectos políticos – o Brasil é palco de uma intensa articulação política inter-regional de enfrentamento ao fenômeno da exploração sexual, apresentando diversas organizações protagônicas na defesa e na promoção dos direitos da criança e do adolescente. Seria imprescindível realizar uma interlocução com esses atores sociais para a elaboração de um código nacional.

Terceiro, os aspectos técnicos – o Código de Conduta do RN foi elaborado para atender às demandas da realidade local, estando, no entanto, sintonizado com os mecanismos internacionais e nacionais de proteção da criança e do adolescente. Compreendemos que o fenômeno da exploração sexual acompanha a diversidade sociocultural do Brasil, havendo, portanto, múltiplas interfaces do fenômeno, uma vez que as regiões brasileiras preconizam desafios próprios a serem superados, sendo necessário traçar estratégias para essa dinâmica nacional, no que tange ao processamento do fenômeno, entendendo que, mais uma vez, essa experiência do Rio Grande do Norte deve ser apresentada como experiência.

Assim sendo, o Código de Conduta do RN é uma ação pioneira no Brasil na tentativa de evitar os graves problemas que relaciona a indústria do turismo com a exploração sexual de crianças, além de ser um instrumento fundamental por conter aspectos preventivos, educativos e éticos da prevenção da exploração sexual infanto-juvenil.

Todavia, aderir ao código significa estar em sintonia com as novas regras e tendências e técnicas internacionais de garantia do turismo sustentável. Certamente a empresa que adota posturas éticas em relação à exploração sexual contra crianças e adolescentes no turismo terá uma boa reputação interna e externa. A partir desse entendimento, já temos 25 empresas signatárias e 5 universidades de ensino superior no Estado do Rio Grande do Norte que realizaram duas campanhas no aeroporto. A primeira foi intitulada "Turismo sexual não dá para maquiar" e a segunda, "Aqui, exploração sexual não é atração", que é essa campanha em que cada representante do comitê de monitoramento vai, durante uma semana, durante todo o dia, ao aeroporto, com a contribuição e a participação efetivas da Infraero.

O Pacto Universitário irá agregar universidades para garantia da formação de turismólogos socialmente responsáveis para o exercício da proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Recentemente, as cinco instituições de ensino do turismo aderiram ao Código de Conduta em um pacto, chamado Pacto Universitário, e introduziram no curso de turismo a temática sobre a exploração sexual de criança e adolescente no turismo.

O Selo Paulo Freire de Ética no Turismo tem o tema "Eu sigo o código. E você?". O Código de Conduta elaborou esse selo e as empresas que aderem ao código recebem o selo, que é colocado nos telefones, nas entradas dos estabelecimentos, seja hotel, seja agência de viagem. Para qualquer empreendimento da área do turismo que adere ao código, é feita toda

uma análise pelo comitê de monitoramento e, a partir do momento em que o Juizado da Infância e do Adolescente emite um documento dizendo que sobre esta empresa não consta processo ou inquérito em que esteja envolvida com exploração sexual de criança e adolescente, assim como outros documentos são requeridos pelo comitê de monitoramento, há um evento de entrega desses selos.

O selo indicará aquelas empresas e instituições que se dispõe a contribuir para a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual. As empresas assinam o termo de adesão e os selos serão entregues duas vezes ao ano em uma solenidade pública.

A cada dois anos, o Comitê Permanente de Monitoramento do Código (Fora do microfone – inaudível) fará uma avaliação e renovação ou não do selo. Então, se em dois anos aquela empresa foi envolvida com a prática de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, então, o selo será cancelado. Então, há cada dois anos há uma avaliação.

Os documentos solicitados pelo comitê aos estabelecimentos ligados direta ou indiretamente ao turismo que requerem aderir ao Código (Fora do microfone – inaudível) são eles: certidão negativa expedida pelo Cartório Criminal da Justiça Federal e estadual; certidão expedida pela Vara da Infância e Juventude da Comarca onde estiver localizado o estabelecimento turístico.

Mas para que uma empresa esteja apta a renovar o selo Paulo Freire de ética no turismo e aderir ao código de conduta não basta querer. É preciso que esteja condizente com as exigências do código, entre elas desenvolver práticas políticas e empresariais éticas e consistentes contra qualquer forma de exploração sexual infanto-juvenil; informar, sensibilizar e orientar os diversos segmentos da atividade turística sobre o Código e sobre a legislação correlata; ficam obrigadas a capacitar-se e capacitar empregados e associados através de seminários, palestras e outros.

Não podemos deixar também de agregar a esta história a participação dos estudantes da área do turismo. Profissionais do futuro que terão uma grande responsabilidade, compatibilizando o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida, utilizando a ciência e o conhecimento para a promoção da vida e da humanidade.

O Código de Conduta torna-se assim um instrumento de auto-regulamentação pela adesão que as empresas e serviços vinculados à indústria do turismo farão a ele.

Uma grande ação educacional preventiva e sensibilizadora está sendo desenvolvida, fazendo com que as empresas, serviços e pessoas passem a incorporar às suas práticas cotidianas aquilo que é chamado de responsabilidade social e proteger crianças e adolescentes da exploração sexual, tornando-se um novo paradigma para o turismo sustentável do Rio Grande do Norte.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Eu gostaria de agradecer também a Drª Dilma pela sua exposição e, antes de passar a palavra à Deputada Maria do Rosário, nossa relatora, eu não poderia deixar de parabenizá-la, Drª Dilma, por esse trabalho que orgulha a todos nós brasileiros, principalmente aqueles que fazem da sua luta a defesa de crianças e adolescentes.

Da mesma forma, parabenizo também o Dr. Sidney, porque percebemos pela sua exposição que o Governo Federal realmente tem essa preocupação, e isso já era conhecido por todos nós, até porque o próprio Presidente da República disse que seria uma prioridade de seu Governo o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em nosso País. Mas isso demonstra que o Ministério do Turismo tem buscado aproveitar o que de bom tem a experiência que possui em nosso País ou fora dele e implementar essas políticas para que possamos ter a tranqüilidade para, de dentro de nossas regiões, e digo isso porque venho de um Estado que tem uma vocação para o turismo gigantesca e que gera inúmeros empregos para todos os cearenses, a importância que nós possamos lutar cada vez mais por um turismo que seja saudável. Que as pessoas venham conhecer a generosidade do nosso povo, a nossa cultura e as nossas tradições, mas que, de forma alguma sejam tolerados em nosso País tanto os que vêm de dentro como de fora do País, no intuito de explorar sexualmente as nossas crianças e adolescentes.

Então, até para agregar a esse trabalho que vem fazendo o Ministério do Turismo que possam também levar à frente essa idéia que é um exemplo para todo o País o exemplo do Rio Grande do Norte, do que vem sendo feito lá com resultados tão positivos. Quem sabe o Ministério do Turismo possa levar à frente tais ações, como um grande articulador, para que no Brasil inteiro possa, muito em breve, como o Rio Grande do Norte, combater permanentemente a exploração sexual de crianças e adolescentes. Parabenizo os dois.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário para que possa começar as suas indagações.

A SR. RELATORA (Maria do Rosário) – Sr. Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, a cumprimento e, por seu intermédio, cumprimento todos os colegas Parlamentares que estão aqui.

É uma alegria para nós, da CPMI, contarmos com a presença dA SRA. Dilma Felizardo, que é consultora da Casa Renascer. Além de possuir um currículo reconhecido no Brasil e no mundo, atua no combate da exploração sexual de crianças e adolescentes. Em especial, na exploração de crianças e adolescentes no turismo sexual. É uma terminologia que, certamente, será, sob sua orientação, indicada e adotada plenamente por esta CPMI. Cumprimento, também, o Dr. Sidney Alves Costa, Chefe de gabinete do Ministro do Turismo.

As palavras da Senadora Patrícia Saboya Gomes são as palavras desta CPMI e o registro da importância do nosso trabalho. A atuação governamental não se modifica de um momento para o outro. Já observamos um conceito novo sendo trabalhado no âmbito do Ministério do Turismo, bem como a responsabilidade renovada. Esta foi, também, assumida em diversos momentos pelas autoridades da área do turismo. Observamos uma renovação desse compromisso a partir do mandatário maior da Nação, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com diretrizes claras para o enfrentamento do turismo sexual.

Por outro lado, há a experiência real do trabalho da Casa Renascer em parceria com todas as representações da sociedade, do Governo, do Município, do Estado do Rio Grande do Norte. Certamente, é uma experiência que honra o povo brasileiro e pode ser mostrada ao mundo como uma experiência renovadora do conceito de turismo, com os objetivos que temos.

Quero, inicialmente, dizer aos senhores e à senhora, em nome da CPMI, que estamos determinados a enfrentar circunstâncias que marcam a sociedade brasileira em torno da exploração sexual. Uma delas é a ausência de responsabilização. Em todos os trabalhos que estamos desenvolvendo no Brasil inteiro, em todas as regiões, percebemos que a sociedade brasileira indica que um dos graves problemas, que a dúvida que paira quando falamos em exploração sexual de crianças e de adolescentes, é se os que a promovem efetivamente são responsabilizados por seus crimes.

A nossa CPMI, uma comissão mista de inquérito, realiza um inquérito que busca a efetiva responsabilização dos que agem de forma criminosa contra crianças e adolescentes. Sejam quem forem, de vários estratos sociais. É um crime que tem diferentes faces e é realizado em diversos lugares. Acontece desde o agenciamento até a atuação direta daquele que é o cliente e promove a exploração sexual; da pessoa que promove o tráfico de crianças e adolescentes até aquele que, enfim, promove o favorecimento. Até mesmo o cliente direto, o explorador sexual, está nesse ciclo. Para isso, a nossa CPMI está trabalhando em diferentes eixos de atuação. Além disso, levantamos situações que ficaram impunes, inquéritos que estão parados, processos, decisões judiciais que não representam o que a sociedade brasileira quer. Estamos estabelecendo, inclusive, um diálogo com o Poder Judiciário, com o próprio Ministério Público, com a própria sociedade civil, de estarmos atuando também no âmbito das políticas públicas, que devem ser preventivas, compreendendo a complexidade das circunstâncias da violência sexual sobre crianças e adolescentes. Qual é o perfil das nossas crianças e adolescentes explorados sexualmente, num fenômeno que é social, que é econômico, que é cultural, com uma dimensão forte de gênero, com uma dimensão determinante do ponto de vista étnico? E essa complexidade desse fenômeno nos leva a dialogar com o Governo brasileiro, com os estados e municípios, para que as políticas públicas contemplem essa complexidade e a abordem a partir das suas diferentes nuances.

E ainda sobre um fenômeno que é de mercado em essência, porque as crianças e os adolescentes são sugados para dentro de uma perspectiva em que são a própria mercadoria, são coisificados, são retirados da dimensão humana. E aqui, em especial, quando dialogamos com os senhores, que tanto contribuem no enfrentamento, no aspecto da exploração sexual do turismo, parece-nos que existe um nexo entre o mercado-turismo e o mercado-corpo, como talvez em nenhuma outra área possamos observar.

Então, queremos concordar de imediato que é preciso sair da idéia de que são somente os turistas estrangeiros aqueles que promovem a exploração sexual, que a exploração sexual, no âmbito do turismo, é promovida por quem vem ao Brasil, de fora do nosso País, com essa determinação, mas também por turistas nacionais. E, para comprovar esse fato, está toda a dimensão das nossas rodovias, dos prostíbulos, dos bordéis, de beira de estrada, se confundindo com o setor econômico do transporte, pela via dos caminhões, mas também do turismo. As estradas passam uma preocupação importante para todos nós.

E também queremos reforçar aquilo que foi apresentado de que as regiões indicam características distintas. Mas já podemos dizer que, em todas elas, existe o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes para fins de turismo. Se o Sul do Brasil tem determinadas características diferentes das do Nordeste ou das do Norte brasileiros, ainda assim não podemos dizer que está distante de se verificar esse fenômeno. Então, queremo-nos somar tanto no que trata à prevenção quanto à repressão, que são os dois

eixos que foram aqui apresentados pelo representando do Governo brasileiro.

Ao mesmo tempo, cabe-nos saldar que o Código de Conduta, que é o instrumento construído no Rio Grande do Norte, não seja, e não é em medida alguma, um instrumento superficial. Ele é um instrumento com uma profundidade muito importante, porque aderir ao Código de Conduta significa, do ponto de vista documental, ter uma certidão negativa de envolvimento com circunstâncias da exploração sexual de crianças e adolescentes, que é absolutamente importante para a característica de credibilidade que as empresas e que todos os atores que participam desse Código de Conduta devem ter, a credibilidade como elemento essencial.

Certamente que eu, a Senadora Patrícia e tantos outros que aqui se encontram, como educadores que somos, ao vermos o nome do Paulo Freire associado a essa proteção de direitos, reportamo-nos a um dos seus principais ensinamentos, o da capacidade de aprender com o educando, de estarmos permanentemente em aprendizado. Quem sabe de aprendermos com as meninas, de aprendermos com as adolescentes, de aprendermos com a sociedade. Nós que estamos investidos tantas vezes de autoridade pública devemos na humildade aprendermos com aqueles que têm muito a nos ensinar que vivenciam o problema diariamente que o enfrentam.

Portanto, em uma reação dialógica como Paulo Freire apresentou na essência da sua obra pedagógica e filosófica.

Mas ao receberem um selo Paulo Freire para terem esses entendimentos, para terem um renovado selo, precisam manter a sua disposição, precisam manter e efetivamente realizarem ações totalmente desvinculadas da exploração sexual e, portanto, aqui o trabalho de avaliação do próprio pacto que está proposto através do código de conduta.

Então, nós estamos aprendendo com o código de conduta, nós estamos aprendendo com as ações que o Governo começa a desenvolver inclusive com a tarefa de mudar a imagem do Brasil e para mudarmos a imagem é preciso mudar a realidade, porque a imagem é um reflexo da nossa própria realidade. E nós certamente tantas vezes desvirtuada, caracterizada, mas há algo de realidade quando se vendeu ao mundo o caminho do Brasil, como o caminho da exploração sexual. E nós queremos mudar esta imagem. E para isso nós queremos mudar a realidade do Brasil e passarmos ao mundo a idéia de que não somos coniventes com a impunidade, de que nós temos legislação própria e a CPMI inclusive deve contribuir ao final dos nossos trabalhos em um relatório final também com novas legislações que possam aprofundar e dar condições aos senhores, autoridades públicas e a sociedade civil de fazer um enfrentamento de forma mais direta.

Mas eu quero Senadora somar a essas iniciativas como parlamentares brasileiras, dizer que estamos preparando no âmbito da CPI com muitos parceiros um pacto para o Brasil. Este pacto se dirige no tempo ao próximo período que estamos vivendo, um período turístico especial para o Brasil. É um período em que muitas pessoas estarão vivendo as férias do trabalho escolar sejam turistas de dentro do nosso próprio País ou turistas vindos de fora. E queremos, portanto, no âmbito do trabalho que estamos desenvolvendo de um inquérito e da busca de políticas públicas, em um recorte deste período em que na maior parte do Brasil é o verão, nem em todos os estados porque nos foi dito pela Deputado Nippon que todas as características do Norte brasileiro são distintas em relação ao período de verão, mas a maior parte do Brasil estará vivendo seja no clima, nas temperaturas, o período de férias, o verão, o carnaval, as grandes festas brasileiras entre as maiores. E a CPMI esta determinada a apresentar neste final de ano, para o Brasil, um pacto que nos reúna: parlamento brasileiro, sociedade civil, governo brasileiro.

Este pacto ele considera a complexidade do enfrentamento da exploração sexual, mas considera também a emergencialidade, considera que podemos fazer neste momento algumas ações neste verão já, que deste verão os prepare para os próximos, talvez já nos próximos com o termo de ajustamento orientado em parceria com o Ministério Público Federal, enfim estabelecendo diretrizes legais e com o caráter coercitivo sobre aqueles que assinarem o então termo de ajustamento nos momentos futuros.

Reconhecendo a nossa dificuldade de estabelecermos um termo de ajustamento para este momento decidimos por um instrumento de caráter político, de caráter de adesão formal e de real vontade política dos governantes e da sociedade, que chame a atenção da sociedade e que possamos denunciar o turismo quando ele se presta à exploração sexual. Que podemos dar boas vindas aos problemas do Brasil e do mundo quando eles não se destinam à violência através da exploração sexual.

A nossa proposta concreta é composta de alguns itens, que inclusive já estão apresentados na determinação dos senhores aqui, especialmente os da representação do Governo. Gostaria que o senhor levasse ao Ministro Walfrido dos Mares Guia esta proposta para que assinássemos este pacto.

Tivemos uma reunião aqui, na semana passada, com a presença de muitas instituições da sociedade

civil e a da Drª Cláudia Chagas, da Secretaria Nacional de Justiça, nossa parceira nesse enfrentamento. A nossa proposta é que todos os participantes desse pacto, promovam ações, já neste verão, de enfrentamento do turismo sexual. Que o Governo Federal desenvolva ações, criando grupos especializados de enfrentamento da exploração sexual de crianças e de adolescentes, no âmbito da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, em todos os Estados da Federação, promovendo operações especiais no período das férias 2004 e que os governos estaduais criem grupos especializados de enfrentamento da exploração sexual, para atuarem em parceria, no âmbito das polícias militares e civis, que adotarão procedimentos de excepcionalidade, como sistemas de plantão, para o recebimento de denúncias e investigação de casos de violência sexual contra crianças e de adolescentes. Que o Poder Judiciário, em nível estadual, tome providências cabíveis para atender, também em caráter de excepcionalidade, as demandas de inquéritos dos casos de violência sexual de crianças e de adolescentes, com o intuito de conferir maior celeridade à apuração e julgamento dos crimes de exploração sexual. Que os Ministérios Públicos atuem com igual determinação de excepcionalidade nesse período. Que os membros signatários do pacto comprometam-se a desenvolver uma campanha de âmbito nacional para conscientizar os turistas do caráter criminoso da manutenção de relação sexual com crianças e adolescentes.

Estamos propondo que esta campanha, não tomamos uma decisão, com base inclusive nos argumentos apresentados pela Deputada Ann Pontes, que estamos considerando, mas em princípio estaríamos propondo que se chamasse um Verão Livre da Exploração Sexual Comercial. E queremos abraçar também a região Norte do Estado. Estamos analisando a possibilidade de mudança desse tema.

Que a Embratur divulgue o Código Mundial de Ética no Turismo, da Organização Mundial do Turismo, junto às suas agências, em todo o País, especialmente nas empresas privadas, ligadas ao setor do turismo, bem como o material gráfico da campanha. Que a Infraero disponibilize o material gráfico da campanha em todos os aeroportos do País. Que as empresas aéreas disponibilizem, nas aeronaves e nos balcões de embarque, o material gráfico da campanha. Que as agências de viajem disponibilizem para os seus clientes o material gráfico da campanha. Que as empresas do ramo de bares, hotéis, motéis, restaurantes e similares disponibilizem para seus clientes o material gráfico da campanha. Que as empresas de comunicação, englobando rádios, jornais, revistas, emissoras de televisão e congêneres ofereçam espaço para a veiculação da campanha. Que os partidos políticos disponibilizem, no horário eleitoral gratuito, a que têm direito, no rádio e na televisão, espaço para a veiculação da campanha. E aqui estamos nos dirigindo igualmente para todos os partidos políticos. As escolas públicas e particulares procurarão conscientizar crianças e adolescentes sobre o risco da exploração sexual de crianças e de adolescentes, os conselhos tutelares receberão os materiais e estarão abertos ao recebimento das denúncias, igualmente. Portanto, estaremos fazendo um pacto, e é um primeiro ano. Digo isso, certamente, em meu nome, em nome da Senadora Patrícia, e de todas nós que não temos pretensão de realizar uma ação que abarque toda a necessidade que temos em relação a isso, mas queremos atuar do ponto de vista cultural, dizendo que todas as regiões vivenciam esse drama. Queremos dizer, em todo o Brasil, que os turistas são bem vindos, mas não o são para a exploração sexual. Queremos dizer que o turismo é um espaço para a cooperação entre os povos, a paz e a cultura, e não para a exploração sexual de crianças e de adolescentes. Queremos voltar a valorizar o turismo e queremos estabelecer com os senhores um novo conceito para o turismo, e para que esse pacto tenha algum valor para a sociedade brasileira e algum potencial de chegar à sociedade brasileira, o Parlamento brasileiro conta essencialmente seja com as Assembléias Legislativas, cujos contatos estamos buscando, seja com os senhores e com os fóruns que o Ministério do Turismo está implementando.

Portanto, queremos saudá-los e nos colocar como parceiros, apresentando essa como uma proposta sobre a qual gostaríamos de receber uma assertiva, uma disposição positiva, mesmo com o curto espaço de tempo que temos, mas que possamos fazer isso juntos para que o início de 2004 seja o início também de uma nova perspectiva já em caráter nacional.

É isso, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço à Deputada Maria do Rosário pela exposição de um trabalho feito pela CPI, agradecendo também à nossa equipe, que tem trabalhado de forma bastante árdua para concretizar isso, no espaço pequeno de tempo que temos. Reafirmo o que a Deputada Maria do Rosário disse, que para nós é de fundamental importância. Na verdade é essencial a adesão, principalmente do Ministério do Turismo, abraçando essa idéia e nos ajudando a levá-la a todo o nosso País. Vamos encaminhar, evidentemente, ao Ministro e a outros parceiros também, na tentativa de obtermos uma resposta o mais breve possível, porque as férias já se iniciam.

O SR. SIDNEY ALVES COSTA – Só um comentário a esse respeito: fico muito satisfeito em ver essa proposta do pacto, principalmente porque aquelas ações que dizem respeito a nós do Ministério do Turismo e da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) estão totalmente de acordo com a nossa linha de ação, e acho que o nosso trabalho agora deve ser justamente no sentido do entrosamento para somarmos esforços e evitarmos a sobreposição de ações.

Então, levarei a proposta ao Sr. Ministro e, de antemão, já posso dizer que tudo aquilo que diz respeito ao nosso Ministério está de acordo com as nossas diretrizes.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada, Dr. Sidney Alves Costa.

A Deputada Sandra Rosado é a primeira inscrita.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Srª Senadora Patrícia Saboya Gomes, Exmª Senadora que conduz tão bem esta nossa CPMI, Srª Relatora, Drª Dilma Felizardo e Dr. Sidney Alves Costa, infelizmente não cheguei a tempo de ouvir as considerações feitas pelo chefe de gabinete do Ministro de Turismo, mas quero aqui, como conterrânea do Rio Grande do Norte, saudar o trabalho e a presença da Drª Dilma e também publicamente fazer um reconhecimento ao trabalho que é feito, Senadora, no meu Estado, o Rio Grande do Norte, pela Casa Renascer.

Logo que assumi o mandato de Deputada Estadual, minha primeira preocupação foi buscar conhecer melhor a Casa Renascer. Conheci o trabalho dessa casa, fiquei muito impressionada com o trabalho que era desenvolvido pela Drª Dilma e também de outras companheiras, que entendiam que deveriam dar a sua parcela de colaboração – e olhem que começaram esse trabalho de uma forma sacrificada. Acredito que hoje o sacrifício ainda continue, Drª Dilma, mas há um reconhecimento nacional e também internacional já a esse trabalho que a Casa Renascer faz no meu Estado do Rio Grande do Norte.

Mas enquanto tanto Dilma Felizardo como outras pessoas participam desse grande empreendimento da Casa Renascer, vejo que falta ainda, por parte do Governo, nos três níveis, tanto municipal, como estadual e federal, um apoio maior a iniciativas dessa natureza, e quero chamar a atenção aqui. Como conheço muito bem o trabalho que é feito na Casa Renascer e sei que é com muito sacrifício, eu gostaria de registrar nesta CPMI a importância desse trabalho, mas a necessidade que temos no Rio Grande do Norte, que exemplarmente lança para o País o código da necessidade de apoio.

Aproveito para pedir ao Sr. Sidney Alves da Costa que transmita ao Ministro do Turismo nossa consideração a respeito da necessidade de apoio. Peço também aos Parlamentares que busquem o apoio do Governo Federal, do Governo do Estado, em cada Unidade da Federação, e dos Municípios.

Ainda estamos em grande desvantagem, porque falta apoio. O exemplo do Rio Grande do Norte, sem dúvida alguma, demonstra que as organizações não-governamentais avançaram muito. Mesmo sem apoio, conseguem fazer o que vimos no Rio Grande do Norte, Estado de pessoas muito pobres, mas que, contraditoriamente, tem imensas riquezas naturais.

Estamos buscando, por meio da indústria do turismo, alavancar nosso progresso, nosso desenvolvimento, mas temos medo – é muito ruim ter medo – de que essa indústria fortaleça a exploração sexual das nossas meninas e dos nossos meninos.

Peço à Dra. Dilma que elenque não somente o aeroporto da capital, pois eu sei que a Casa Renascer pode fazer isso muito bem, associando-se às universidades e aos universitários, fazendo um pacto para que isso se interiorize não só no meu Estado, mas em todos os Estados da Federação. É importante a interiorização. Nas praias do interior do Estado, também há exploração. Existem festas imensas no interior do Estado. Brevemente será realizada uma festa em Natal, o Carnaval, um dos maiores carnavais fora de época no País. Nesse período, devemos nos preocupar com a questão da exploração sexual. No interior também existe carnaval fora de época. Natal projetou-se com o carnaval fora de época e as cidades do interior estão fazendo o mesmo. Isso faz com que nos preocupemos com exploração sexual que ocorre nessas festas.

As festas religiosas também são tradição no Estado do Rio Grande e em outros Estados do País, como é o caso, por exemplo, do Pará. Devemos considerar, nas nossas preocupações, esses períodos de maior aglomeração, de atração de turistas. Lamentavelmente, até as festas religiosas têm uma parte profana que precisa ser bem olhada. Sei que a Drª Dilma tem a mesma preocupação, pois conheço bem seu trabalho.

Nos ricos Estados do Sul, há problemas de exploração; nos pobres de Estados do Norte e do Nordeste, há o mesmo problema.

Espero que o Ministério apóie iniciativas como essa da Casa Renascer. Mais uma vez digo que é um trabalho que merece ser visto. Não devem apenas pegar um folheto e dizer que a Casa Renascer tem um trabalho bonito porque tem o código. Seria bom que fossem lá, porque assim podem ver as dificuldades que as pessoas têm para fazer trabalhos como esse crescer, se desenvolver e obter apoio. É necessário

apoiar trabalho tão bonito. Vendo, começamos a ter vontade de participar, de ajudar. Por isso é importante conhecer a Casa Renascer, em Natal.

Parabenizo a Drª Dilma pelo sofrido trabalho desenvolvido em relação à exploração das crianças brasileiras e também a Casa Renascer pelo trabalho que realiza.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Sandra Rosado. Como expliquei no início da nossa audiência, o Dr. Ciro tem uma viagem acompanhando o Presidente e tem que nos deixar, mas antes de ele sair, queria novamente, Dr. Ciro, é muito importante, para esta Comissão e para todos aqueles que trabalham com direitos de crianças e adolescentes, que o Ministério do Turismo possa nos ajudar em todos os sentidos a implementar o mais rápido possível esta campanha. Sei que é uma viagem oficial e várias autoridades estarão acompanhando o Presidente Lula, mas para nós é de fundamental importância pelo menos um sinal de que será possível o apoio do Ministério do Turismo. Essa é uma proposta desta CPI, não só dos Parlamentares, mas principalmente também da sociedade civil que vem se debruçando ao longo de todos esses anos na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Partiu, então, de mais um movimento, de um movimento da sociedade civil e do Congresso na busca de implementar essas políticas. Sabemos que temos um tempo muito curto para isso, mas se houver determinação, que sabemos que tem, porque, além de ser uma proposta nossa, também uma proposta do próprio Presidente do Brasil. Ontem mesmo estivemos mais uma vez reunidos com o Presidente em uma solenidade, a abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu e a Deputada Maria do Rosário estávamos lá. E vimos mais uma vez o compromisso, o empenho. E o próprio Presidente nos disse que a própria sociedade, os Parlamentares cobrassem dele aquilo que foi uma proposta e um compromisso não só durante a sua campanha, mas acho que seja um compromisso de vida, que conhece muito bem o sofrimento, até porque é um homem que veio do Nordeste ainda criança, buscar na cidade grande a possibilidade de uma vida melhor junto à sua família e a seus irmãos. E compreende com muita sensibilidade, com muita profundidade o drama que vivem milhões de crianças em nosso País.

Portanto é muito importante o compromisso e o empenho do Ministério do Turismo nos ajudando nesse pacto que será celebrado por todo o nosso País, não só o Congresso, como também o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais, e a sociedade como um todo.

Portanto, agradecemos a sua presença aqui.

Deputado Luis Couto.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Tenho algumas indagações e e algumas sugestões a fazer ao Dr. Sidney. Serei prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Infelizmente o Dr. Sidney nos comunicou.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Com o sentido de não nos sentirmos prejudicados, se os Parlamentares puderem deixar registrado, podemos encaminhar e podemos retomar esse núcleo sobre exploração sexual no âmbito do turismo. Penso que não vamos concluir esse tema hoje. Teremos que retomá-lo com muita dedicação.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Deputado Luiz Couto, infelizmente é impossível ficar aqui. O Dr. Sidney insistiu desde o início em função dessa viagem que terá de fazer agora. Porém, podemos, como disse a Deputada Maria do Rosário, retomar e encaminhar as ponderações, as sugestões e as indagações ao próprio Ministro, ao Gabinete do Ministro, que tem aqui já como responsável o seu Chefe de Gabinete o Dr. Sidney. Infelizmente, sei que o que temos para falar, sugerir, nos levaria aqui horas e horas debatendo esse tema, que é muito importante. São pessoas como o Deputado Luiz Couto, que tem um grande envolvimento neste tema e que tem dado uma grande contribuição a todo o nosso País com a sua palavra, com a sua voz muito firme nesse sentido. Porém, infelizmente, não poderemos contar mais agora com a presença do Dr. Sidney.

De qualquer forma quero agradecer a sua vinda aqui e esperar que essa parceria realmente tenha um resultado.

Vou entregar-lhe o microfone para que possa se despedir.

O SR. SIDNEY ALVES COSTA – O que eu poderia sugerir a esse respeito, acho até que é uma contribuição mais efetiva para o debate, o que realizei foi uma apresentação geral do que existe no Ministério. As perguntas, certamente, são detalhamento de ações, e nós, estando, com as perguntas, poderíamos, numa próxima ocasião, já trazer o responsável de cada área para dar uma resposta até mais profunda a esse respeito, trazer o secretário nacional ou o Presidente da Embratur de cada área específica.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Na verdade, Dr. Sidney, temos requerimentos aprovados aqui para o Presidente da Embratur e para o próprio Ministro Mares Guia. A sua presença é muito saudada por nós, mas, além da sua presença, nós não vamos

abrir mão dos nossos requerimentos. Queremos ter esse diálogo direto com o Ministro também e, certamente, o senhor, através da sua relação, da sua proximidade com o Ministro, como uma pessoa do seu gabinete, vai nos ajudar agora a promovermos esse agendamento para que os Parlamentares possam ter esse debate.

O SR. SIDNEY ALVES COSTA – Perfeito.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Além do nosso trabalho agora do verão que, como a Senadora disse, vamos contar muito com o senhor.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada, Dr. Sidney. Passo a palavra à Deputada Celcita Pinheiro.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Senadora, permita-me. Quero só solicitar à nossa assessoria que entregue aos Parlamentares o mesmo documento que eu tenho aqui...

A SRA. PRESIDENTE () – As propostas...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Exatamente. Confesso a vocês que, pelo menos, duas eu complementei aqui na hora, mas o documento vai chegar a vocês e nós vamos complementando ao longo do nosso debate.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dando prosseguimento à nossa audiência, convidamos a se manifestar a Exmª Deputada Celcita Pinheiro.

A SRA. CELCITA PINHEIRO (PFL-MT) – Gostaria de agradecer. Vou perguntar só pra senhora que está aqui do Renascer. Primeiro, gostaria de saber – talvez a senhora já tenha falado, eu não percebi, eu estava distraída – o que é esta casa Renascer? A outra coisa que eu gostaria de perguntar pra senhora também do código. A gente não leu, não teve tempo, mas eu perguntaria pra a senhora, que foi divulgado todo o seu Estado, se já houve uma avaliação desse código com essas empresas que utilizaram, que ganharam esse selo, se houve realmente diminuição, se houve alguma resposta positiva em termos dessas empresas que utilizaram o código. E a terceira, gostaria de dizer pra senhora que o nome Paulo Freire, o educador de renome que foi falado aqui, é o nome do selo. Então, eu perguntaria pra senhora que se, quando tratou de um grande educador para dar o selo, as escolas, os alunos, as universidades, as pessoas que são preparadas para o turismo, elas também foram, assim, de uma forma qualificada não, digo assim informadas, pelo menos, a respeito desse trabalho que vocês realizam lá no Rio Grande do Norte. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Muito obrigada pelas suas contribuições. Com a palavra a Drª Dilma.

A SRA. DILMA FELIZARDO – Gostaria de agradecer as amáveis palavras da Deputada Sandra e esclarecer, deixar claro que o código de conduta do RM é resultado, é fruto de uma ampla articulação. Então, assim, a casa Renascer apenas foi a organização que deu seus primeiros passos e que procurou articular e mobilizar a sociedade, o Governo e construir junto. Então, tenho que citar – eu não posso deixar jamais de citar – a participação importante do Banco do Nordeste por ser um banco que tem projetos como esse projeto Paulo Costa das Dunas, que aglutina mais de trinta Prefeituras do interior do Estado do Rio Grande do Norte, a Universidade Potiguar e várias outras organizações que se torna quase impossível citar todas, mas gostaria de dizer que há uma ampla articulação com a sociedade potiguar.

O que é a casa Renascer? A casa Renascer é uma organização não-governamental. Ela não tem vínculo nem partidário e nem religioso. É uma organização fundada por um grupo de mulheres preocupada com a situação de crianças e adolescentes em situação de violência sexual e que trabalha de forma bastante articulada, pois temos parcerias com a Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a Sociedade de Pediatria, com hospitais, no sentido de receber as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Também trabalhamos para o atendimento psicopedagógico e em parceria com as universidades.

Recentemente, publicamos um livro sobre abuso sexual, o qual passei lá no final, realizamos um seminário por ocasião da publicação desse livro, uma pesquisa no SOS Criança durante os 10 anos de sua existência quanto às denúncias feitas sobre os casos de abuso sexual no Estado do Rio Grande do Norte. Por ocasião do lançamento desse livro, realizamos um seminário em que trabalhamos com grupos de trabalho, todos profissionais da área de educação, das secretarias de educação, tanto municipal quanto estadual, e das secretarias de saúde, no sentido de capacitar esses profissionais e discutir a respeito do papel do profissional da área de saúde quando se depara tanto com os casos já consolidados, quanto com a prevenção do abuso sexual. Mais recentemente, também realizamos um congresso técnico-científico na temática da exploração sexual, em parceria com a Universidade Potiguar e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Essa é apenas uma demonstração da metodologia, de como a Casa Renascer trabalha de forma articulada, porque acreditamos que, para o enfrentamento de fenômenos tão complexos como esse, a violência sexual deve ser trabalhada de forma articulada não só

com outras organizações não-governamentais, mas também com o Governo, seja ele municipal, estadual ou Federal.

O código de conduta, por ser um instrumento educativo e não coercitivo, busca trabalhar uma mudança da mentalidade, da consciência não só no **trade** turístico, mas também na sociedade.

É interessante constatar que, por meio do Disque-Denúncia nacional, a sociedade tem denunciado, tem feito o seu papel, podemos dizer. O mais importante nisso tudo, no trabalho de elaboração do código, foi trazer o **trade** turístico, um setor da sociedade que no começo, há 10 anos, não queria discutir esse tema. Por meio da metodologia utilizada, eu gostaria de acrescentar a importância da elaboração do código nacional – já que falamos de Paulo Freire como grande educador, estamos tratando de metodologia de trabalho. No momento em que se reúnem os diversos setores da sociedade e se constrói um documento, essas pessoas se sentem responsáveis por ele. Acho que o grande êxito do código do Rio Grande do Norte se dá pela metodologia adotada, ao convocar todos os setores da sociedade.

Foi muito interessante que, na primeira reunião, havia um senhor sentado, muito quietinho, a quem perguntamos: "O senhor está representando que setor?" E ele nos disse: "O Sindicato dos Taxistas." Vejam que fantástico! Um setor extremamente importante, porque desde a CPI de 1993, apontava-se que os taxistas eram um dos segmentos que favoreciam a exploração sexual de crianças e adolescentes. Numa outra reunião, quem estava? O Sindicato dos Bugueiros. Fantástico! Portanto, é importante trazer esses segmentos para construir, para debater, pois eles se sentirão seguramente responsáveis.

Por isso, reforçamos a idéia da construção de um código nacional com a participação dos diversos setores da sociedade. Só assim, esses setores se sentirão responsáveis em por em prática o que construíram, e não simplesmente receberão um documento que às vezes nem lêem.

Sobre a questão do título, do selo e a participação da área da Educação, eu gostaria de registrar que o Código realizou recentemente, a título de capacitação, e para discutir com a área da educação um seminário que teve uma ampla participação.

A cada dia, o Código é convidado para ser apresentado nas escolas e em diversos setores da sociedade. Está no plano de ação, para 2004, a interiorização do Código, já que há uma intenção, na política nacional e na estadual, interiorizar-se o turismo. Assim, eu externo uma preocupação que tem sido do comitê de monitoramento do Código, que é quando se discute o turismo comunitário.

Então, o Código já antecipa uma reflexão para, ao trabalhar, incentivar-se o turismo comunitário, e que se pense como se dá a exploração sexual. Imaginem, pois, com todas as redes, com todos os instrumentais, torna-se difícil o enfrentamento, imaginem quando esse turista vai para dentro da casa, onde está a criança e o adolescente. Suscito essa reflexão, em torno de, ao se discutir o turismo comunitário, levar em conta o que seria o turismo na temática da exploração sexual. No entanto, não estou dizendo que não é importante o turismo comunitário. Somente estou dizendo que temos de ter em conta essa preocupação.

Imagino que tenha respondido.

A SRA. PRESIDENTE (Ann Pontes) – Com a palavra o deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Sr. Presidente, continuo lamentando que o Sidney Alves da Costa não possa estar presente. Eu gostaria, inclusive, que o Presidente da Mesa, o Senador Romeu Tuma, assegurasse àqueles que são convidados que fiquem até o final, para que pudessem responder, pois eu não admitirei "pergunta e responderemos", ou seja, quando se envia a pergunta e se responde. O debate tem de ser feito aqui. Eu lamento que não tenhamos as presenças aqui, porque o requerimento era do Ministério do Turismo e o Ministro do Turismo deveria estar presente para responder, trazendo toda a sua equipe. Mas, creio que não me sinto atendido na preocupação de que o Ministério do Turismo esteja aqui para fazermos um grande debate sobre o turismo sexual e sobre outras situações que envolvem a exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Brasil tem hoje um levantamento feito pela Pestraf de que existem 241 rotas de tráfico interno e internacional. Se o Ministério do Turismo começar a atuar sobre essas rotas, com certeza, identificaremos muito mais e não colocar hoje o turismo e a preocupação apenas com os aeroportos. Ora, o turismo sexual hoje não é feito apenas pelos vôos que vêm programados ou contratados, ou pelos vôos normais. Hoje, há máfias que estão atuando também nessa questão. O crime sexual também age no turismo sexual.

Enfim, é necessário haver uma ação muito mais ampla para o combate permanente a esse tipo de atividade. Ela tem sido associada a outro aspecto, e que chama a atenção, que é o chamariz da pornografia via internet, em que adolescentes brasileiras são chamadas a participar da prorrogação via internet, e que chamam pessoas, tanto internamente como no exterior, para que venham beber dessa fonte que muitas pessoas utilizam para enriquecer. Então, nesse

aspecto, por exemplo, os nossos portos e os portos onde também entra a questão da exploração sexual. E que vêm. São aqueles que vêm aqui, os navios, os barcos, os veleiros, etc. As nossas fronteiras. Está lá. Paraguai, Ciudad del Leste, Foz do Iguaçu, está de lá para cá o tempo todo. E vejam que lá a promotora de justiça também tentou fazer esse código com a assinatura e a reação maior foi de quem? Dos donos de hotéis que mais reagiram.

É preciso investigar que hoje, além dos chamados hotéis e motéis, os flats hoje também têm sido onde há convênio, contrato também com os chamados flats, e que clientes que ali se hospedam também já têm a cadeia toda de aliciamento e de adolescentes que possam ser exploradas naqueles flats.

Além do mais, nós verificamos que essa ação do combate ao turismo sexual a Drª Dilma colocou muito bem a questão do investimento em termos de políticas públicas para um segmento que tem sido a maior fonte em termos de exploração. E acho que a questão do código é importante, a adesão a esse código. Mas tem também a preocupação. Daí a fiscalização que tem que ser feita, porque em alguns lugares, alguns hotéis utilizam-se do fato de ter lá uma plaquinha de exploração sexual é crime, e de ter também um selinho para encobrir a ação de exploração.

Então, a fiscalização é muito importante, porque pode também acontecer de pessoas que estejam querendo aderir, no sentido: Olha, nós estamos lá, não vamos ser fiscalizados, não vai ter isso aqui e a gente vai continuar agindo e tem sempre algo para nos encobrir; tem um aparato. Esse fato do controle, da fiscalização é muito importante.

Eu perguntaria à Drª Dilma primeiro se nessa ação do turismo sexual, do combate, de que a Casa Renascer, se também vocês estão atuando nessa outra vertente, que é o chamado turismo que se dá por meio da pornografia via Internet? Se isso também é um dos aspectos? Eu ia fazer essa pergunta ao Dr. Sidney, mas se de fato isso também é a preocupação da Casa Renascer?

Em segundo lugar, se vocês já fizeram o levantamento, lá no Rio Grande do Norte, dos diversos inquéritos de envolvimento, de aliciamento de adolescentes e de crianças e identificaram aquilo que a Deputada Sandra Rosado levantou, que não apenas o aeroporto de Natal, mas de outras rotas também existentes no Rio Grande do Norte. Inclusive, para seu conhecimento, na CPI em que eu fui relator, na Paraíba, aparece rota de João Pessoa para Natal e vice-versa; da região do Brejo da Paraíba também para Natal; de Campina Grande para Natal; de Patos para Natal, Mossoró e aquela região ali do Vale do Siridó. E ali a questão da exploração vinculada ao crime organizado também, que se utiliza também da exploração.

É esse o aspecto importante dessas rotas que existem principalmente no Rio Grande do Norte com o Ceará e também com a Paraíba.

E uma outra preocupação que me tem chamado à atenção é que a nossa costa não tem qualquer tipo de fiscalização. A costa brasileira tem sido um espaço para diversas atividades criminosas, entre elas também a da exploração sexual, onde barcos adentram, quer dizer, também há aquele chamado turismo através do luau e companhia. E outros eventos também têm sido elemento para o abuso e a exploração sexual. É uma preocupação que temos tanto para o tráfico de drogas como para outras atividades criminosas.

Mas eu queria parabenizar a senhora pelo trabalho que realiza através desta ação da Casa Renascer, com a certeza de que a sociedade civil se organizando pode ser um elemento para obrigar o Poder Público a cumprir as suas prerrogativas, as suas atribuições.

Acho que o fato de que a casa existe não substitui a ação do Poder Público, mas ela questiona o Poder Público para que possa assumir de vez a questão do combate ao abuso e à exploração sexual.

Parabéns pelo trabalho.

A SRA. DILMA FELIZARDO – A Casa Renascer atua no atendimento psicológico e social à criança e ao adolescente em situação de violência sexual. Temos uma equipe multidisciplinar especializada nesse atendimento. Trouxemos pela primeira vez à Natal, agora nesse congresso que realizamos há três semanas, um primeiro debate que eu poderia dizer sobre a temática da exploração sexual na **Internet**. Foi interessante porque havia um público diversificado nesse congresso e percebemos o interesse, porque realmente nunca tinha sido debatido, vamos dizer assim, esse tema concretamente. E se há um caso onde se detecta que a criança ou o adolescente foi explorado sexualmente para fins de pornografia, para crimes para a **Internet** ou não, seguramente a casa atenderá.

Quanto à questão das rotas, temos conhecimento de que a mídia divulgou, a partir da visita também da Comissão de Direitos Humanos na Paraíba, que detectava exatamente as crianças e os adolescentes que viajavam de um Estado para o outro, a CPI de 1993 também já trazia esse deslocamento. No entanto, seria importante aprofundar um pouco mais se esse deslocamento se dá exatamente em rede ou se dá voluntariamente, porque também há uma questão das adolescentes, para que elas não sejam identificadas pelas famílias que estão em situação de exploração sexual, elas vão para um outro Estado, para uma outra capital, que é uma forma de não serem reconhecidas.

Então, seria interessante que as autoridades pudessem realmente aprofundar se esse deslocamento se dá em rede ou não.

Na questão que o senhor coloca, e que acho extremamente importante refletirmos aqui junto desta Comissão, é realmente o papel do Poder Público. Eu gostaria de trazer uma questão do Estado do Rio Grande do Norte que é a delegacia especializada de defesa dos direitos da criança e do adolescente, onde esta delegacia também está colocada como especializada na temática da exploração sexual. E sabemos, Deputada Sandra, que a delegacia trabalha com péssimas condições. E isso é gravíssimo. Por quê? A Casa Renascer recebeu recentemente – porque temos um termo de parceria entre a delegacia e a Casa para atender os casos das crianças que chegam violentadas sexualmente – o caso de uma jovem, adolescente, de 14 anos de idade, grávida de seis meses do pai, onde já tinha indício de que o pai tinha abusado sexualmente das três primeiras filhas – ela era a última – e, até viajar para cá, esse pai não tinha sido notificado – ele é do interior – porque falta infra-estrutura. Há uma delegada comprometida com uma intenção muito bem intencionada de fazer o trabalho de busca, mas se não tem infra-estrutura? E podemos dizer o que representa uma vitimização e uma situação terrível para essa adolescente porque ela agora não pode mais voltar para casa porque o pai diz: "Eu quero ver quem vai me prender, porque eu quero ver quem vai sustentar a família". Então essa adolescente vai passar o ser o quê? A ser a culpada por ter desestabilizado a família, ela não pode voltar para a família.

Se os órgãos que são responsáveis para fazer, vamos dizer, essa outra parte do trabalho, porque não basta denunciar, denunciar e não ter um desdobramento da denúncia cai no vazio. Então é importante estruturar e equipar com os instrumentos que estão aí, e a delegacia especializada em defesa da criança e do adolescente já foi uma luta enorme de várias organizações no Estado do Rio Grande do Norte para ser implantada; conseguimos, foi uma glória; agora precisamos equipá-la.

A situação do SOS Criança. Sabemos da situação do SOS Criança no Estado do Rio Grande do Norte, onde detectamos através desse estudo, um estudo científico, a importância para a comunidade do Estado ter um programa como o SOS Criança que, em dez anos, recebeu aproximadamente 30 mil denúncias; esse é um exemplo concreto da importância desse programa para a população, que é a menos favorecida e que precisa desses instrumentos como um exercício de cidadania e está trabalhando em péssimas condições.

Então eu gostaria de solicitar a esta Comissão que, em seus desdobramentos, solicite que os governos equipe melhor, não só de pessoal, mas do que for necessário, para encaminhar as denúncias, para encaminhar aquilo que compete a esses organismos, porque a sociedade – digo – está fazendo a sua parte. Pode olhar os indicadores do Disque-Denúncia e do próprio SOS Criança quando a sociedade vai lá e denuncia. Mas, quando esbarra no não-desdobramento, a sociedade fica um pouco decepcionada. E para nós, que fazemos o atendimento direto, que estamos buscando as redes sociais, que é necessário – o Sr. Deputado colocou muito bem: a Casa Renascer é uma instituição, uma ONG; ela não tem poder de polícia, ela não tem o Poder Público, e nem deve ter, ela tem o dever e a obrigação de reivindicar dos governos, de mobilizar a sociedade, de articular a sociedade, de ser propositiva.

Agora temos na assembléia legislativa um projeto de lei – e gostaria de colocar que é um projeto de autoria do Deputado Mário Mamebe, então Deputado no Estado do Ceará e que eu gostaria de sugeri-lo à Comissão –, que vem fortalecer o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele orienta que os hospitais públicos ou privados, conveniados com o SUS, formem comissões de atendimento, notificação e encaminhamento dos casos de violência sexual. Essa comissão deverá ser formada, de acordo com o projeto, por um assistente social, um médico, uma enfermeira – são quatro nessa comissão, não me recordo o outro profissional – que deverão, ao chegar um caso de uma criança, como recentemente, uma criança que chegava com seus órgãos sexuais dilacerados – o pai dizia que foi uma queda de uma bicicleta. Se esse profissional médico, assistente social, enfermeiro que atenda a essa criança não estiver atento para verificar que isso foi um caso de uma violência sexual, essa criança será tratada, medicada, voltará para seu digníssimo lar e poderá ter uma violência continuada. Então a importância de ter essas comissões, dentro dos hospitais para estar atenta a esses casos e, encaminhar e notificar para conselho tutelar, para os órgãos competentes é de fundamental importância.

Esse projeto de lei, a Casa Renascer, apresentou à Assembléia Legislativa, está com o Deputado Fernando Mineiro, onde ele gostaria de convidar todos os outros Deputados, por se tratar da importância desse projeto para a cidadania das crianças e adolescentes, onde todos de diferentes partidos pudessem exatamente aprovar esse projeto, e que a nossa Governadora pudesse sancionar, e que realmente as comissões sejam formadas nos hospitais, para trabalhar de forma

não só preventiva, mas também de forma atuante, em torno dos casos de violência sexual.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Queria aqui pedir permissão para a Deputada Ann Pontes para colocar uma coisa aqui, num passe.

O Deputado Luiz Couto fez uma pergunta e a Drª Dilma Felizardo fez uma colocação aí que gostaria de reforçar. É incrível como não há o prosseguimento das denúncias. Fiz uma tomada de depoimento, juntamente com alguns técnicos que apóiam a CPI, na cidade de Mossoró, pude constatar exatamente isso, tivemos o acesso a uma estatística do processo sentinela, se não me engano eram casos assim, que pelo volume de ficou muito surpresa que estivesse acontecendo na cidade de Mossoró e a nossa surpresa maior foi quando pedimos a Juíza da Infância e da Juventude, Fátima Maria, que se ela tinha aqueles dados, e ela não tinha nenhum processo – Drª Lesla nos acompanhou, Drª Ludimila, Drª Aline também -, a constatamos que o juizado não tinha recebido aquelas denúncias. Então solicitei de uma técnica que estava lá fazendo um depoimento de um outro caso – que era lá no NUP –, perguntei e ela disse que dava o prosseguimento àquelas denúncias no SOS, aquelas denúncias do projeto sentinela. Mas, infelizmente o juizado não tinha. Isso nós vamos cobrar para saber o acompanhamento de todos os casos: de abuso, de exploração, de violência doméstica, de estupro de tudo que tinha na estatística, mas que, infelizmente, era só número, era só representado por números. Então é importante essa questão de cobrar o prosseguimento dessas denúncias.

Muito obrigada aqui a Deputada Ann Potes que me concedeu um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Obrigada, Srª Presidente, e Deputada Sandra Rosado, é sempre um prazer dar lhe um aparte.

Gostaria de fazer, antes de iniciar as minhas colocações, ser solidária com relação com as colocações feitas pelo Deputado Couto, no sentido de que os convidados nos informem, com uma certa antecedência, da impossibilidade de ficarem até o término a audiência, de modo até que coloquem uma pessoa que os represente, para que não se frustre, você ficar com questionamento que, na realidade, não vão poder ser externalisados, não nem ter esse **feedback** – não me vem outra palavra agora –, então seria interessante, sempre que convidarmos, ter a certeza de que a pessoa tem essa disponibilidade, se não tiver, que deixa representante.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só para lhe informar, Deputada Ann Pontes, e também ao Deputado Luiz Couto, realmente a Presidência não teve a informação, com antecedência, de que o Dr. Sidney teria que se retirar da sessão. Fomos informados que ele já viria substituindo uma outra pessoa que foi convidada a vir aqui hoje, como o Ministro, mas nós soubemos apenas no início dessa reunião que ele teria essa viagem.

Mas a Presidência também compartilha, da mesma forma, com a preocupação dos Parlamentares, para que a gente possa dar continuidade, independente da presença ou não daquele que estiver aqui, mas saindo que ele possa e a Secretaria desta comissão irá providenciar que nas próximas audiências isso não ocorra novamente.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Bom, quando tive a primeira vez o acesso, notícia do Código, foi naquela tele conferência, e agora tenho bem próximo e gostaria de parabenizar pela forma com que foi planejado, está distribuído, deixando de forma bem clara os aspectos culturais, pontos turísticos da cidade mas o que me marcou foi quando colocado, além de fazer a propaganda, termina da seguinte forma: "...mas saiba que aqui exploração sexual não é atração". Da primeira reunião que tivemos, na qual a nossa Presidente e a nossa Relatora propuseram a criação de um pacto me veio de imediato essa expressão: "mas saiba que aqui exploração sexual não é atração." Veio a idéia de aproveitarmos isso para implementarmos o nosso pacto.

Pergunto à Drª Dilma como A SRA. vê a adoção deste código pela CPMI e quais as sugestões A SRA. teria para que ele possa ser efetivamente aplicado no restante do país, que adaptações seriam necessárias dentro das peculiaridades de cada região e de cada município.

Além da realização de audiências públicas junto à sociedade local, em específico com o sindicato dos taxistas, não consegui o outro sindicato que participou também...

A SRA. DILMA FELIZARDO – Bugueiros.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Além desse mecanismo de reunião, qual a outra forma que a Casa Renascer encontrou, ou melhor, utiliza para divulgar o código no Estado. Qual o apoio que a Casa Renascer tem recebido dos governos estaduais e municipais para divulgação do código. O código sai na televisão, jornal, onde é distribuído, desde quando ele vem sendo implementado no Estado e na região.

Também tenho, para finalizar, mais dois questionamentos: Já houve CPI sobre exploração sexual no Rio Grande do Norte e, em caso positivo, qual foi o encaminhamento dado, houve indiciamento, alguém foi efetivamente punido, como ficou a questão?

A SRA. DILMA FELIZARDO – Nós compreendemos que este código esteja pensado muito para o Estado do Rio Grande do Norte. Recomendamos que poderia ser adotado – e aí digo que a Casa Renascer está inteiramente à disposição da CPI do Governo Federal – seria utilizar metodologia de elaboração deste código para elaboração de um código nacional. É isso que recomendamos.

No governo anterior houve a intenção, já no final do governo federal passado de exatamente transformar este código em um código nacional. Poderíamos até ficar felizes com a experiência do Rio Grande do Norte, mas fizemos uma carta à Embratur dizendo que não seria interessante transformar este código num código nacional. Seria interessante adotar a metodologia do Rio Grande do Norte, pois por ser o primeiro vem sendo reavaliado a cada dia. Se temos uma experiência que está funcionando bem, que tem um impacto positivo, que conseguiu, de forma inédita, trazer o **trade** turístico, a adesão do **trade**, a simpatia e o compromisso público que tem o **trade** turístico no Rio Grande do Norte foi impressionante. Para isso foi necessária uma estratégia. Então, seria importante ver como a Casa Renascer e as organizações conseguiram trazer esse setor que se sentiam tão longe, que achavam que isso não era com eles, para estar junto deste código, e a própria metodologia do monitoramento é extremamente interessante e participativo.

É isso que recomendamos, que o Governo federal poderia adotar a metodologia de elaboração do código, do RN para um código nacional.

Quanto à divulgação do código, ele tem sido extremamente divulgado, não só no estado do Rio Grande do Norte, mas fora do país e a Casa tem recebido bastante convite para apresentar o código. Inclusive, o governo do estado do Ceará, através da Secretaria Estadual de Turismo já convidou a Secretaria Executiva do Código de Conduta para repassar experiência e está em andamento toda uma discussão de elaboração de um código no estado. Aí, volto até a questão do código nacional, que também seria interessante tanto para a CPMI como para o governo federal, recomendar os códigos nos estados. Você tem um código, é como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, o plano nacional que, por sinal, foi elaborado num encontro em Natal, onde a Casa Renascer foi Secretaria Executiva da elaboração desse plano. Ele é uma diretriz macro, ele é um referencial para o restante dos estados e municípios ter uma luz.

Agora, no Estado do Rio Grande do Norte está sendo elaborado o plano estadual. Claro, está sendo elaborado à luz do plano nacional. Então, trago esse exemplo para o código nacional. Onde existindo um código nacional poderiam os estados elaborarem seus códigos nos seus estados, à luz do código nacional.

Houve alguns momentos que esta campanha que se dá em todo momento de alta estação intensamente no aeroporto, essa campanha, em alguns momentos, foi ameaçada por falta de recursos de publicação desse material. Foi exatamente essa articulação o envolvimento de diversos setores que fez com que a campanha não parasse. Claro que gostaríamos de uma maior contribuição e um maior apoio das secretarias de turismo do estado, sem sombra de dúvida e do município. No entanto, recentemente, houve uma reunião com o Prefeito da cidade de Natal, onde se falou exatamente da Secretaria Municipal de Turismo se envolver mais diretamente e contribuir mais diretamente. Durante todo esse tempo, esse material foi feito muito mais com apoios pontuais, vamos dizer assim.

Quem mais tem apoiado é a mídia no estado do Rio Grande do Norte, ela tem dado apoio de divulgação e procurando divulgar dentro dos novos paradigmas de abordagem pela mídia da temática da exploração sexual, que consideramos isso extremamente importante.

Natal nunca teve uma CPI e não sei se realmente seria necessária uma CPI. O que gostaria de dizer é que há um inquérito extremamente importante que é o inquérito que hoje já é um processo, que é chamado Caso Macena, e nesse processo encontra-se aproximadamente 16 pessoas citadas e que esse processo, desde o momento da denúncia, até hoje, acho que ele tem aproximadamente 11 anos e não foi a julgamento.

Isso volta àquela discussão, exatamente a questão da impunidade e da lentidão da justiça. Acredito que

crimes de exploração sexual deveriam ter um caráter de urgência para o julgamento. Não deveria se arrastar por tanto tempo, porque entra naquela questão, a sociedade civil faz a sua parte, mas quando chega nos poderes públicos então, sempre fica faltando alguma coisa.

Nesse processo, diria que é um processo de extrema importância para demarcar de que não se deve haver impunidade no caso de exploração sexual porque os autores da violência contam coma impunidade. Tipo aquele pai de que falava antes que dizia "Quero ver quem é a polícia que vem me tirar daqui". Imagina. Então, é uma coisa que gostaria de colocar para a CPI de verificar exatamente sobre esse processo porque foi um inquérito que se arrastou durante muito tempo para ser concluído, enquanto inquérito, depois que foi concluído, foi para o cartório distribuidor e se arrasta muito tempo para ser julgado.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputado Luiz Couto, pela ordem.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Quero saber se já tem cópia deste inquérito aqui na CPMI, se não, solicito que V. Exª encaminhe uma solicitação de cópia, para que possamos, inclusive, verificar as pessoas que estão indiciadas para que as convoquemos e, na audência que aocntecerá no Rio Grande do Norte, possam ser ouvidas, como intimadas e não como convidadas, é claro.

No caso, Drª Dilma, de fato, são redes que acontecem na Paraíba, inclusive de pousadas que funcionam em chácaras do Rio Grande do Norte e que tem essa inter-relação com a Paraíba, no que diz respeito à exploração e à rota que acontece. Como Natal é uma Cidade onde o turismo é maior, inclusive por ter uma presença muito grande da força militar, Forças Armadas, que tem uma base também, normalmente, há um fluxo muito grande de turistas naquela Cidade.

Mas, Srª Presidente, aproveitei para lembrar o caso, por exemplo, de Soledad, no Rio Grande do Sul, que tem um envolvimento de exploração sexual de adolescentes com a presença do Poder Público, ou seja, empresa que vende pedras preciosas e que aliciam as menores, se utilizam das menores e, depois, repassam para os clientes que vêm comprar as pedras. Então, quando se falava daquela questão dos novos empreendedores de investimentos, essa situação é muito presente. E eu estava conversando este final de semana com uma pessoa na Paraíba e verificando que isso acontece também com pessoas que vêm não apenas para o turismo, mas para fazer negócios e que, aqui, no caso, não é o turismo, vêm fazer negócio e, então, adolescentes são aliciadas para, no tempo em que estiverem aqui, são chamadas de acompanhantes de executivos e, na grande maioria, são menores de idade. Então, esse aspecto chama a atenção, não apenas do turismo que vem, mas também daquele negócio que as pessoas que vêm aqui e que também se utilizam dessa prática da exploração sexual.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, quero concordar com a avaliação e dizer que o Deputado Luiz Couto precisa exatamente a situação que, penso, estamos vivendo no Brasil, porque, diferente dos demais Estados do Nordeste brasileiro, o Rio Grande do Sul é um destino específico para o turismo de negócios, que cresce, inclusive, na proporção em que avançamos com o próprio Mercosul, pelo seu lugar geográfico.

De modo particular, portanto, quando o Deputado Luiz Couto faz essa observação, está precisando aqui que este crime da exploração sexual de crianças e adolescentes vinculado ao turismo, assume completamente as características do mercado de turismo, mas é desenvolvido justamente de acordo com esse mercado nas diferentes regiões. Num Estado onde o turismo de negócios acontece, onde há uma permanência de, no máximo, três dias, para o turista que vai em busca de algum empreendimento, importador, exportador, acontece com essas características que o Deputado Luiz Couto exemplificou, como no Rio Grande do Sul.

Em outros destinos de férias no litoral e em outras regiões há uma diferenciação em relação a esse turismo. Portanto, em bares, hotéis, motéis. Talvez no Norte do País já assuma outras características. Na região do turismo ecológico também há diferenças. Observei isso particularmente no Mato Grosso do Sul em relação ao Pantanal. Acho que estamos devendo uma análise sobre essa questão do turismo do Norte do País.

Hoje à tarde estaremos entregando ao Ministro da Justiça um documento com os casos emblemáticos em que já estamos apresentando algumas conexões. Eu queria pedir que num momento reservado os Deputados permanecessem para que pudessem contribuir com a sua experiências e informações sobre as conexões.

Quero agradecer enormemente à Srª Dilma Felizardo.

De acordo com minha avaliação, o Brasil precisa fazer a mesma caminhada que vocês fizeram no Rio Grande do Norte para conseguir estabelecer um código de conduta. Talvez estejamos agora com a CPMI dando passos como Nação para definição desse código de conduta. Mas se tivéssemos nós já propondo um código de conduta com a mesma profundidade do Rio Grande do Norte, já para este ano, penso que ainda não conseguiríamos. Talvez seja muito triste dizer isso, mas é uma constatação. Acho que o setor empresarial ainda tem muito medo do que possa acontecer. Nós precisamos juntar todas as partes, como vocês fizeram no Rio Grande do Norte. Com relação a esse caso, vocês nos inspiram para fazermos nossa caminhada para o Brasil. Mas vocês também são atores fundamentais para essa caminhada do Brasil. Essa é uma experiência que queremos viver para o Brasil. Portanto, estamos nos preparando para atuar, para convencer. Com essa disposição do convencimento de todos, de que o melhor caminho para o Brasil é a adoção de um código dessa natureza, com as características da distinção das realidades do Brasil, mas com o mesmo compromisso que hoje embala todos vocês no Rio Grande do Norte.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Srª Presidente, eu esqueci, em minha fala, de dar uma sugestão à Drª Dilma. Ou seja, que no próximo material que for publicado que a mesma ênfase que é dada à terra de muitas atrações fosse dada aqui também. Mas saiba que aqui exploração sexual não é atração. Isso porque chamaria a atenção. Que fosse destacado, e em caixa alta. Assim, que fosse dada ênfase à mesma terra de atrações – são muitas as atrações que têm Natal, Rio Grande do Norte –, mas que fosse destacado também que aqui exploração sexual não é atração.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Ann Pontes.

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA) – Srª Presidente, gostaria de fazer um questionamento à Mesa. Ou seja, como vamos fazer esse contato com as assembléias legislativas. Isso foi lido pela nossa Relatora. Eu já faço uma extensão: como será esse contato junto às câmaras municipais?

Antes de encerrarmos, pediria a V. Exª que o Deputado Couto, enquanto padre, fizesse um fechamento desta reunião, no sentido de agradecermos por mais uma reunião de trabalho desta CPMI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Ann Pontes, por ter dito aquilo que todos nós também desejamos.

Quero agradecer mais uma vez à Drª Dilma por ter aceito nosso convite para estar aqui. Acho que a experiência do Rio Grande do Norte foi uma grande contribuição para a CPMI. Quero reafirmar as palavras elogiosas de todos que já falaram a respeito do Código de Conduta, pelo carinho, pelo cuidado como ele foi feito. Esperamos, como disse, que ele possa ser aproveitado para o resto do Brasil, respeitando as nossas diferenças regionais, as peculiaridades de cada uma das regiões, mas, como a Deputada Maria do Rosário disse, é imprescindível, até por que iniciaram esse processo, que possam ajudar a todo o resto do país a construir da mesma forma algo que tem tido um grande, excelente resultado em toda a sociedade brasileira. Agradecemos mais uma vez a sua presença aqui, esperando em breve nos encontrarmos. Falava agora há pouco com a Drª Dilma do nosso desejo, da nossa vontade de, eu, pessoalmente, conhecer o Rio Grande do Norte. Acho que é uma experiência importante também para que a CPI possa abraçar, a partir do próximo ano, visitar também aquelas experiências positivas que existem por todo o Brasil, até por que isso pode servir de subsídio para o relatório da Deputada Maria do Rosário, as experiências positivas, não só aquilo que a gente tem visto e relatado, do drama que vivem as crianças, mas experiências que existem por todo o Brasil, e nós conhecemos, dentro das nossas terras, dos nossos estados, essas experiências que têm dado uma grande contribuição. Muito obrigada em nome de toda a Comissão.

A SRA. DILMA FELIZARDO – Srª Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não. Passo a palavra a V. Exª para depois encerrarmos.

A SRA. DILMA FELIZARDO – Gostaria de dizer apenas que é reconfortante, de certa forma, estamos tratando de um tema tão difícil, saber que muitas proposições feitas na época da CPI de 1993 se transformaram em ações ao longo de dez anos depois. Queria ressaltar que vale à pena lutar, que vale à pena acreditar que é possível mudar, porque quando observamos algumas ações existentes hoje no âmbito da defesa dos direitos da criança e do adolescente que vieram a partir de sugestões da CPI, do trabalho da campanha nacional, onde tivemos como parceiro na Paraíba o deputado, à época, a vereadora à época, no Rio Grande do Sul, e tantas outras pessoas que se soma-

ram naquele momento para implementar sugestões da CPI de 1993. É importante saber que aconteceu muita coisa ao longo desses dez anos e que se avançou bastante ao longo desses 10 anos. Seguramente, vamos lutar para implantar as sugestões desta atual CPI. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada mais uma vez à Drª Dilma. Informo aos presentes, aos parlamentares, que há diversos requerimentos aguardando votação. Nesse sentido, pedimos a permanência por mais um tempo e consulto o plenário quanto transformarmos a presente reunião em caráter reservado, até para que possamos discutir um pouco o documento que será entregue hoje ao Ministro Tomaz Bastos. Determino à secretaria que tome as devidas providências para que possamos transformar esta reunião em uma reunião reservada, com a assessoria presente, é claro.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Após a aprovação do requerimento?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É porque existem dois requerimentos, Deputado Luiz Couto, em que precisaríamos dar uma informação sobre esse documento que iremos entregar ao ministro. Queria ter o cuidado de realmente, como esse documento é reservado, porque faz parte das investigações que serão feitas. Então, se todos concordarem, faremos uma reunião reservada.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Srª Presidente, concordo com V. Exª, Senadora. O problema é que podemos até ver os requerimentos que são públicos. Agora, como o requerimento é algo público, a votação tem que ser aberta, poderíamos votar esses requerimentos sem fazer menção, se tiver nomes, e aí colocaríamos a aprovação do requerimento número tal, que solicita... É que os atos da audiência reservada não podem ser tornados públicos depois. Como é que vamos fazer com um requerimento que vai ter repercussão e investigação se a reunião for reservada? Pára lá e é colocado numa caixa, até que... nesse sentido que o requerimento tem que ser público.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Só um minuto para que eu possa usar a consultoria.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Deputada Sandra Rosado, pela ordem.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN) – Srª Presidente, gostaria de solicitar ao Deputado Luiz Couto que cedesse na sua proposição de fazer reservado inclusive a avaliação dos dois requerimentos. Que passássemos a utilizar, a partir de agora, em caráter reservado, nesse recinto da CPMI, ... Deputado Luiz Couto, gostaria de solicitar de V. Exª aquiescência para que pudéssemos realmente fazer a análise dos dois requerimentos em caráter reservado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Gostaria de ouvir o Deputado Luiz Couto sobre as ponderações, se concorda ou se tem outra sugestão.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não faço oposição, é só para dizer que o requerimento, ou seja, se ele tem um número e ele deu entrada, passa a ser peça pública e tem que ser votado, agora se há um acordo no sentido de que há repercussões, podemos ...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A Secretaria está nos informando de que ele é numerado após a votação.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Mas é necessário para dar entrada a numeração.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – É necessário, Deputado, com licença, ...

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT-PB) – Não faço oposição.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Também é muito simples, ele será público, Relator.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Depois podemos dar publicidade a não ser desses que precisam ser, só dois a Senadora se preocupa, porque compõem o documento com o Ministro, os demais se quiser divulgar que foi aprovado não há problema.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Mesmo sendo uma reunião reservada o requerimento pode depois se tornar público, eu quero apenas evitar que dois deles sejam comentados publicamente, porque fazem parte dessa estratégica, manter o sigilo sobre algumas investigações.

Está tudo certo? Estão todos de acordo? (Pausa.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h15min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº **02**, DE 2003-CN[sic]

Com a Finalidade de Investigar as Situações de Violência e Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ata da 23ª Reunião, realizada 3.de dezembro de 2003.

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, às onze horas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se as Senhoras Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senador Flávio Arns, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Suely Campos, Deputado Maurício Rabelo, Deputado Luiz Couto e Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº ***02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".*** *Presentes também os Senhores Parlamentares Senador João Alberto Souza, Deputado Pedro Fernandes, Deputado Estadual Carlos Braide, Deputado César Bandeira, Deputado Costa Ferreira, Deputado Pedro Novaes e Deputado Paulo Marinho. Havendo número regimental, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Deputado Camilo de Figueiredo, do Estado do Maranhão. A Presidente determina a Secretaria que faça entrar no recinto da reunião o depoente e informa que o mesmo se faz acompanhar pelos Advogados Dr. José Dílson de Oliveira – OAB/PI nº 3.581/2002 e Dr. Washington Leite Torres, OAB/MA nº 5414, informa também que a Comissão tomou conhecimento do Processo nº 83.775 do STF, concedendo ao depoente o direito de permanecer em silêncio, caso assim deseje, reconhecendo, ao mesmo tempo, a regularidade da convocação expedida pela CPMI. A Presidência passa a ler cada item contido no Termo de Compromisso e o depoente responde a cada um deles. A Senhora Presidente questiona ao depoente se o mesmo gostaria de fazer alguma colocação a esta CPMI, e o mesmo solicita que o seu depoimento fosse tomado em caráter reservado, tendo por parte da Presidente e da Relatora o entendimento que a reunião dar-se-á de forma pública e caso necessário e conforme a deliberação do Plenário, a mesma poderá transformar-se em reservado. A seguir, a Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Relatora Deputada Maria do Rosário para as suas colocações. Após, conforme entendimento entre os membros da CPMI e com o depoente, a Senhora Presidente suspende a reunião e determina a Secretaria que tome as providências necessárias para que a presente reunião se transforme em caráter reservado, concedendo a permanência no Plenário da Comissão, a presença do Senador João Alberto e dos Deputados Federais no recinto. Ao reabrir a Reunião em caráter reservado, a Senhora Presidente concede a palavra a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário para proceder aos seus questionamentos ao depoente. Fizeram uso da palavra para realizarem suas perguntas ao depoente, os Senhores Parlamentares, Deputada Terezinha Fernandes, Deputado Luiz Couto, Deputada Laura Carneiro. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a **23ª reunião** da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através o Requerimento nº 02, 2002-CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Indago ao plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Requeiro a V. Exª a dispensa da leitura da Ata, tendo em vista que todos já a receberam.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Laura Carneiro.

Neste momento, solicito à Secretaria que providencie a entrada no recinto do Sr. Camilo Figueiredo.

Gostaria de informar ao plenário que o Deputado Camilo se encontra acompanhado dos seus advogados, Dr. José Dílson Lopes de Oliveira, OAB-PI nº 358-1, de 2002, e o outro advogado, Dr. Washington Leite Torres, OAB-MA nº 5.414. Os advogados estão acompanhando no plenário e alerto, mais uma vez, como é praxe desta CPI, que qualquer manifestação por parte dos advogados, seja feita aqui à Presidência e que não deverão se manifestar em hipótese alguma

dentro do plenário. Somente os parlamentares é que poderão se manifestar.

Faço este alerta aos advogados que já têm conhecimento de que qualquer coisa eles podem vir até à Presidência e fazer a sua questão de ordem.

A CPI, a título de registro, tomou conhecimento do processo nº 83.775, do STF, que concedo ao investigado o direito de permanecer em silêncio, caso assim deseje, reconhecendo, ao mesmo tempo, a regularidade da convocação expedida por esta CPMI para que pudesse ser ouvido.

Antes de iniciar, como fazemos também, pergunto se o Deputado Camilo Figueiredo gostaria, inicialmente, de fazer alguma colocação a esta Comissão ou se podemos passar direto para ....

Antes tenho que fazer a qualificação, então, peço, Deputado Camilo, vou perguntando o nome e o Sr. pode ir respondendo no microfone.

Nome completo?

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Camilo de Lelis Carneiro Figueiredo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A identidade?

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – 840.258-ssp-ma.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – A idade?

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – 37.

A SRA.. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor tem o CPF?

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – O CPF só olhando. (Pausa)

846.816.677-49.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Estado civil?

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Casado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O endereço residencial?

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Rua Vilage Bonanza nº 20, Araçagi, São Luís do Maranhão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) Profissão?

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Empresário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Local em que exerce sua atividade atualmente?

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Sou Deputado Estadual.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O senhor deseja fazer alguma consideração?

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Sim. De acordo com o entendimento que mantive com a assessoria da CPMI, acertamos para que eu prestasse o depoimento no dia 3 de dezembro, hoje, às 15h, na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. Mas, mantive um contato há dois dias com a assessoria da CPMI, dizendo da dificuldade que a Comissão estava enfrentando de ir até ao Maranhão e me pediu que viesse até Brasília para prestar o depoimento e que este depoimento seria em caráter reservado. Gostaria que a Comissão mantivesse esse acerto e que esse depoimento fosse feito em caráter reservado, de acordo com ofício que tenho e que foi enviado por V. Exª e que está em minhas mãos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De fato, tenho esse ofício, Deputado Camilo, na busca de um acordo para que a CPI pudesse ouvi-lo, o nosso advogado, nossa assessoria técnica. Realmente tenho também este documento, tenho que confirmar isso, no qual há a proposição de uma audiência reservada.

Temos, de praxe, durante todo o período de funcionamento da CPMI, iniciado as reuniões, as audiências públicas, as oitivas, de forma aberta. E, em seguida, fica a critério daquele que vem depor, se deseja falar alguma coisa que precise ser reservada a reunião. E sempre temos concedido que a reunião, a pedido daqueles que estão sendo ouvidos, possa se transformar numa reunião reservada.

Entendo que foi feito esse entendimento entre as duas partes, mas iniciaria neste momento, como é praxe da CPMI, reunião aberta, para que a Deputada Maria do Rosário pudesse iniciar as suas indagações e, a partir do momento em que o senhor ache que a reunião deva se transformar em reservada que assim possa ser feito, conforme temos procedido com todos aqueles que vêm à CPI para serem ouvidos por nós.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Srª Presidente, uma questão de ordem. Eu perguntaria a V. Exª, se, nas indagações iniciais, ele poderia permanecer calado, se quisesse.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É um direito que tem de permanecer calado, em qualquer circunstância, inclusive acabei de ler Senador João Alberto, essa decisão do Supremo Tribunal que lhe dá o direito de permanecer em silêncio, mas, no caso, também concede a condição de que ele venha depor na CPMI.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – E, em seguida, ele poderia pedir a reservada logo nas primeiras perguntas, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – No momento em que achar, como vem sendo de praxe também desta CPMI, conveniente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Muito obrigado, Srª Presidente.

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com a palavra a Relatora, Deputado Camilo, em seguida, V. Exª.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Feita a ponderação pelA SRA. Presidente, muito bem inquirida neste momento pelo nobre Senador, quero fazer apenas uma declaração de que a nossa CPMI tem garantido a todos os depoentes as prerrogativas que são constitucionais e legais. Portanto, a determinação do Supremo Tribunal Federal, que garante a prerrogativa de permanecer calado e de não estabelecer prova contra si mesmo é absolutamente natural, em face daquilo que estamos procedendo permanentemente. E como disse a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Deputado Camilo Figueiredo, desde o momento em que estivemos em São Luís do Maranhão, uma bela terra, que muito bem nos recebeu, com um belo trabalho, tanto da sociedade civil como da própria Assembléia Legislativa que nos recebeu, buscamos este momento que estamos vivendo hoje de um diálogo onde estaremos ouvindo V. EXª nesta CPMI. Apenas pela dificuldade que tivemos ao longo deste tempo é que optamos por estabelecermos um acordo, porque as prerrogativas são suas, V. Exª é Parlamentar, e não nos cabe aqui analisar se essas prerrogativas são determinadas corretamente ou não, estão em vigor para o Parlamentar. E, no caso, o ajustamento do momento para a realização da oitiva é determinado legalmente e o fizemos.

Portanto, a Senadora Patrícia Gomes somente estabeleceu o que a lei determina, e penso que o estabeleceu com a tarefa que tem, como nossa Presidente, de fazer com que este momento se realizasse. Queremos que os fatos sejam esclarecidos e, portanto, a nossa proposta é começarmos a reunião aberta, fazendo as perguntas, V. Exª, em seguida, analisa, e a Presidente define como achar melhor ao longo dos trabalhos e conforme já acordou.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Pois não, Deputado Camilo.

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Senadora, eu gostaria só que a Comissão acatasse o ofício que foi encaminhado para que esta reunião fosse de caráter reservado, até porque vim do Maranhão para cá, não para ficar calado. O que quero, na verdade, é trazer o esclarecimento à CPMI, e vamos tratar de assuntos referentes à minha vida pessoal e de menores de idade. Então, eu gostaria que esta reunião fosse feita em caráter reservado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Quero dizer ao Parlamentar que aqui se encontra, inclusive, como cidadão, porque não está em análise a sua tarefa parlamentar mas a sua ação pessoal. Quanto às adolescentes, esta CPMI tem a preocupação de não dizer seus nomes. Nós inclusive procederemos de forma a estabelecer um código de trabalho que preserve o nome das adolescentes, mesmo que porventura não sejam mais adolescentes ou crianças neste momento.

Assim, a sua preocupação é também a da CPMI. Ou seja, nós nunca expomos crianças ou adolescentes porque estamos trabalhando de acordo com as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente; ou seja, dentro da legalidade.

A ponderação que faço é no sentido de que nos dê a possibilidade...

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Gostaria que a Presidente acatasse o ofício que foi encaminhado, o acerto que foi feito com a Comissão para que esta reunião fosse feita em caráter reservado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Nós não temos negado a ninguém o direito de falar reservadamente, ainda mais no caso do senhor, que veio falar a verdade dos fatos.

Assim, neste momento, nós tornaremos a reunião reservada...

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Srª Presidente, uma questão de ordem. Desejo saber se o Sr. Camilo Figueiredo se compromete em responder de fato às questões no período reservado.

O SR. CAMILO DE LELIS CARNEIRO FIGUEIREDO – Eu vim aqui para prestar esclarecimentos à Comissão. Eu poderia, como V. Exª colocou muito bem, usar o direito constitucional que me assiste de permanecer calado. Mas eu vim aqui para prestar esclarecimentos, até porque não tenho nada a esconder.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT-MA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT-MA) – Eu só gostaria de colocar que o nosso convidado está se

comprometendo a falar, a dizer a verdade dos fatos. Assim, a reunião, a partir daqui, se dará em caráter reservado. Mas se no decorrer desta oitiva se constatar que o pedido de reunião reservada na verdade está-se dando simplesmente para tentar de alguma forma omitir da população os debates que estão sendo travados nesta Comissão, eu vou solicitar que a reunião continue em caráter aberto, como têm acontecido com as outras.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB) – Srª Presidente, como disse a Deputada Terezinha, o depoente tem o direito de fazer o seu depoimento em caráter reservado. Mas no momento em que sentirmos que as questões não estão sendo respondidas ou se ele invocar o direito de ficar calado, nós pediremos que as perguntas sejam feitas de forma pública, ou se o interrogado dizer que se recusa a responder e só responde em juízo. É importante colocar este adendo, ou seja, que no momento oportuno faremos esse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Srª Presidente, acho que as pessoas aqui me conhecem bem e sabem que a minha forma de atuar é sempre regimentalista e normalmente dura com os inquiridos. Primeiro, eu queria saber de V. Exª se o depoente vai depor na forma de testemunha?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – De investigado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – De indiciado, portanto.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Se a Presidente me permite, gostaria de dizer que nós não o estamos caracterizando como investigado, à medida que ele próprio, através dos seus advogados, ingressou no Supremo Tribunal Federal com um **habeas corpus** preventivo. Assim, o próprio depoente se colocou nessa condição frente à CPMI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – São citados os inquéritos, inclusive.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Citando os inquéritos, inclusive.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Nós o havíamos convidado inicialmente como testemunha, mas ele, frente ao Supremo Tribunal Federal....

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Na verdade ele está depondo na qualidade de indiciado.

A SRA. RELATORA (Maria do Rosário) – Assim, estamos com essa referência do próprio Ministro Joaquim Barbosa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ) – Em segundo lugar, Srª Presidente, desejo registrar que muito embora eu entenda a ânsia dos Srs. Deputados e a minha própria no sentido de que de alguma maneira nós tenhamos a colaboração do Deputado, é importante dizer que esta Comissão fez um acordo de procedimentos, para que o Deputado abrisse mão de uma de suas prerrogativas, que era vir a hora que quisesse e onde fosse, já que essa é uma prerrogativa do Deputado Estadual e também do Federal para depor perante esta CPMI.

Portanto, mesmo que nós quiséssemos ouvi-lo de forma aberta – sei que não é nada gentil dizer isso -, na prática, regimentalmente nós não teríamos essa possibilidade. Mais uma vez V. Exª agiu no cumprimento da lei, com sabedoria quando decidiu pela transformação, infelizmente, mas, dentro da lei, desta reunião em reservada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Laura.

Peço à secretaria neste momento que esvazie o plenário e volto a dizer que este é o procedimento que temos adotado em todas as nossas oitivas e audiências públicas. Inclusive, os nomes mais recentes de que me lembro, que foi o Luiz Otávio, o assessor do Zequinha Barbosa, o próprio Zequinha Barbosa e o Mafra, de Porto Ferreira, em que fizemos a sessão reservada a partir do momento em que o depoente se colocou à disposição de falar a verdade.

Peço a suspensão por dois minutos da reunião enquanto o plenário é esvaziado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB-MA) – Srª Presidente, gostaria de perguntar a V. Exª se o deputado estadual poderia permanecer. Não?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Senador, peço um minuto para responder a pergunta de V. Exª sobre o Deputado Estadual do Maranhão. (Pausa)

O Senador João Alberto pode permanecer, com certeza, a Casa é sua.

Pediria aos advogados que ocupassem a terceira fila, por gentileza.

(Suspende-se a reunião às 11h e 21min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

"Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".

Ata da 24ª Reunião realizada em 9 de fevereiro 2004

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, às 17 horas, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se as Senhoras Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Marco Maciel, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Ana Júlia Carepa, Senadora Fátima Cleide, Senador Augusto Botelho, Senador Aloísio Mercadante, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto e Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Havendo número regimental, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião administrativa de caráter reservado, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa aos presentes que foi lido em cinco de fevereiro de dois mil e quatro, no Plenário do Senado Federal o aditamento à Mensagem nº 13, de 9 de janeiro de 2004, incluindo na sessão legislativa extraordinária a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes. A seguir, a Presidente informa que há Requerimentos a serem apresentados, discutidos e votados. A Senhora Presidente concede a palavra para a Relatora, Deputada Maria do Rosário para proceder à leitura dos seguintes Requerimentos: I) Requerimento nº 0126/04, de autoria do Senador Aloysio Mercadante, que requer a quebra do sigilo de todos os dados cadastrais dos correios eletrônicos (e-mails), em anexo, bem como, de todos os dados históricos referentes aos Protocolos de Internet (Ips) e respectivos períodos, especificados em anexo, que estão de posse dos seguintes Provedores de Internet: 1) Brasil Telecom S/A; 2) Telemar Norte Leste S/A; 3) Imagem Editoração Eletrônica e Informática Ltda.; 4) Internet Group do Brasil Ltda; 5) Telecomunicações de São Paulo S.A – TELESP; 6) Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A; 7) Uol Brasil Internet Ltda.; 8) Lazzarino & Tonarque Ltda.; 9) Centroin BBS Sistemas de Telecomunicações Ltda.; 10) F1 Informática Ltda.; 11) Associação Universitária Santa Ursula; 12) Directnet Prestação de Serviços Ltda.; 13) Terra Network Brasil S.A; 14) Ibest S.A.; 15) M. do Nascimento Assef; 16) Compuland Informática Ltda. ME., e 17) Global Village Telecom Ltda. II) Requerimentonº 0127/04, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer a quebra do sigilo de todos os dados cadastrais dos correios eletrônicos (e-mails), em anexo, bem como, de todos os dados históricos referentes aos Protocolos de Internet (Ips) e respectivos períodos, especificados em anexo, que estão de posse dos seguintes Provedores de Internet: 1) Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa; 2) Ministério do Trabalho; 3) Mega Telecom Telecomunicações S.A; 4) Way TV Belo Horizonte S.A; 5) NET Serviços de Comunicações S.A; 6) Espírito Santo Centrais Elétricas S.A; 7) Star Net Informática e Comunicações Ltda; 8) Link Way Internet Provider S/C Ltda; 9) Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda; 10) Vant Telecomunicações S.A; 11) Microsoft Informática Ltda; 12) TV Globo Ltda; 13) Portal das Hortências Ltda; 14) Fleckistock Comercial Ltda; 15) Brasil On Line Ltda; 16) Yahoo! do Brasil Internet Ltda; e 17) Internet Group do Brasil Ltda. A Presidência coloca em votação os Requerimentos, sendo aprovados por unanimidade dos seus membros. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

"Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".

Ata da 25ª Reunião realizada em 11 de março de 2004

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às 11 horas e cinqüenta e cinco minutos, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se as Senhoras Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Marco Maciel, Senador Maria do Carmo, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Ney Suassuna, Senador Re-

ginaldo Duarte, Senador Luiz Otávio, Senador João Batista Motta, Deputada Ann Pontes, Deputada Suely Campos, Deputado Luiz Couto e Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Havendo número regimental, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião administrativa de caráter reservado, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que há Requerimentos a serem apresentados, discutidos e votados. A Presidência e concede a palavra para a Relatora, Deputada Maria do Rosário para proceder à leitura dos seguintes Requerimentos: 1) Requerimento nº 0128/04, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer a quebra do sigilo de todos os dados cadastrais dos usuários (logins) em anexo, bem como, de todos os dados históricos referentes aos Protocolos de Internet (Ips) e respectivos períodos, especificados em anexo, que estão de posse dos seguintes Provedores de Internet: 1) Termolar S/A (RS); 2) Rede Alfenas Provedor Intenet Ltda. (MG); 3) Universidade Católica de Petrópolis (RJ) e ; 4) POP Internet Ltda (PR); 2) Requerimentonº 0129/04, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer a realização de Diligência por Assessores desta Comissão na Cidade do Rio de Janeiro destinada a ouvir depoimentos em data a ser agendada e obter documentos; 3) Requerimento nº 0130/04, de autoria da Maria do Rosário, que requer a reconvocação de Jandir Lodi e Arduino Lodi, para serem interrogados por membros desta CPMI, na cidade de Soledade/RS; 4) Requerimento nº 0131/04, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer a realização de Diligência por Assessores desta Comissão na cidade de Vitória/ES para ouvir depoimentos e obter documentos; 5) Requerimento nº 0132/04, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer a realização de Diligências por Assessores desta Comissão nas cidades de Terezina/PI, Recife/PE, Belo-Horizonte e Pompeu, Estado de Minas-Gerais, para ouvir depoimentos e obter documentos; 6) Requerimento nº 0133/04, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer a realização de Audiências Públicas nos Estados de Rio Branco/AC, Boa Vista/RR, Porto Velho/RO, Goiás/GO, Belo-Horizonte/MG e Manaus/AM, destinada a ouvir depoimentos que esclareçam a situação de exploração sexual existentes nos respectivos Estados e obter documentos; 7) Requerimento nº 0134/04, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer realização de Diligência por Assessores da Comissão na cidade de Fortaleza/CE, para ouvir depoimentos e obter documentos; 8) Requerimento nº 0135/04, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer quebra de sigilo telefônico de linhas, da cidade de Campina Grande/PB, referente ao período de março de 1999 a maio de 2001, das Senhoras Lúcia de Fátima Olinto Rocha, telefone fixo número 339.7788 e Joseísa Miranda, telefones celulares números 972.5759, 971.4200, 972.4450 e 9307.8016. Requer ainda, sejam informados não somente os números telefônicos dos interlocutores com os números citados pra o período também identificado, mas igualmente os nomes dos titulares das linhas; 9) Requerimento nº 0136/04, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer a quebra de sigilo das linhas telefônicas móveis, de números (92)9987.6316 e (92) 9999.2462, referente ao dia 02.03.2001. Requer ainda, sema informados não somente os nomes dos Titulares das linhas telefônicas dos interlocutores com os números citados para a data também identificada, e ainda, os nomes dos titulares das linhas interlocutoras, e 10) Requerimento nº 0137/04, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer sejam transferidos ao Ministério Público competente, notas taquigráficas de reuniões, audiências públicas e diligências, bem como cópias de documentos recebidos por esta CPMI, incluindo sigilos telefônicos, fiscais e bancários. A Presidência coloca em votação os Requerimentos, sendo aprovados por unanimidade dos seus membros. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2003-CN

"Com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".

Ata da 26ª Reunião realizada em 16 de março de 2004

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas e quarenta minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Patrícia

Saboya Gomes, presentes os Senhores Parlamentares reúnem-se os Senhores Senadores: Maria do Carmo, Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko, Ney Suassuna, Augusto Botelho, Roseana Sarney, Reginaldo Duarte e, os Senhores Deputados: Maria do Rosário, Celcita Pinheiro, Laura Carneiro, Ann Pontes, Eduardo Barbosa, Suely Campos, Maurício Rabelo, João Magno, Luis Couto e Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN "com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil".** Havendo número regimental, a Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a presente reunião dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que há expedientes sob a mesa que passa a lê-lo: Ofício nº 022/04, datado de doze de março do corrente, onde o Chefe de Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, onde comunica a necessidade de ausência da Senhora Senadora dos trabalhos desta Casa, para acompanhamento de tratamento de saúde de pessoa de sua família na cidade de São Paulo/SP, no período de nove a onze de março do ano em curso, conforme cópia do requerimento em anexo. Esclarece também ao Plenário que, a presente reunião destina-se à tomada de depoimentos do Sr. Alduíno Lodi e Jandir Lodi e que esta Presidência recebeu, na manhã de hoje, um fax do escritório de advocacia, subscrito pelo Dr. Amadeu de Almeida. Neste fax, o advogado afirma ser impossível o comparecimento de ambos na data aprazada, pois necessitam de tempo hábil e viável para deixarem as suas atividades e, junto com o seu advogado, comparecerem a esta Comissão. A Senhora Presidente concede a palavra pela ordem aos Deputados Luiz Couto, Maria do Rosário e Thelma de Oliveira que acordaram as datas entre os dias 26 a 27 de março do corrente para a realização de um Reunião de Audiência Pública na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul e que, dentre aqueles que serão ouvidos, a Comissão também ouvisse os irmãos Aldoino e Jandir Lodi naquela oportunidade. A Senhora Presidente coloca a deliberação do Plenário, sendo acatado a sugestão do agendamento para a Reunião de Audiência Pública em **Soledade/RS**. A seguir, a Senhora Presidente dá conhecimento ao Plenário quanto às próximas datas para a realização de reuniões da Comissão, a serem realizadas no âmbito do Senado Federal, como também em outros Estados da Federação, no seguinte ordenamento: Dia **vinte e quatro** de março: Bloco temático sobre Defesa e Responsabilização e Marco Legal para Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como convidados: Drª Heliane Araque, Coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Marco Legal da Questão da Violência Social; Drª Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça; Drª Hélia Barbosa, Defensora Pública da Bahia; dia **vinte e nove** de março, Reunião de Audiência Pública no Rio de Janeiro; dia **trinta** de março do corrente, Reunião de Audiência Pública em Belo Horizonte/MG: Bloco temático sobre Exploração Sexual nas Rodovias, tendo como convidados: Polícia Rodoviária Federal; Ministério dos Transportes; Representantes de Entidades dos Caminhoneiros; dia **primeiro** de abril do corrente: Bloco Temático sobre Relações Internacionais no Combate ao Tráfico e aos Crimes Transnacionais, tendo domo convidados: Ministério das Relações Exteriores e Representantes de Embaixadas; dia **quinze de abril** do corrente, Reunião de Audiência Pública na cidade de Manaus/AM; dia **dezesseis de abril** do corrente, Reunião de Audiência Pública na cidade de Belém/PA; dia **dezenove de abril**, Reunião de Audiência Pública na cidade de João Pessoa/PB, dia **vinte de abril** do corrente, Reunião de Audiência Pública na cidade de Natal/RN; dia **vinte e seis** de abril do corrente, Reunião de Audiência Pública na cidade de Cuiabá/MT; dia **três** de maio do corrente, Reunião de Audiência Pública na cidade de Fortaleza/CE; dia **sete** de maio do corrente, Reunião de Audiência Pública na cidade de Porto Velho/RO. Após a leitura do agendamento das atividades da CPMI, a mesma foi aprovada pelos Senhores Parlamentares. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a reunião e, para constar, eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as Notas Taquigráficas, parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Está aberta a **26ª Reunião** da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº02, de 2003, CN, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Eu indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, ou se podemos considerá-la aprovada?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Solicito dispensa, Srª. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputado Luiz Couto.

Há na Mesa ofício da Senadora Serys Slhessarenko:

"Venho, por intermédio deste, solicitar a V Sª as providências necessárias no sentido de comunicar às Comissões Permanentes, CPI e CPMI, nas quais a Senadora é Membro Titular e Suplente, que a mesma necessitou ausentar-se desta Casa para acompanhar tratamento de saúde de pessoa de sua família, na cidade de São Paulo, entre o período de 9 a 11 de março de 2004, conforme cópia de requerimento em anexo.

Na oportunidade, renovo meus protestos de mais alta estima e distinta consideração.

Chefe de Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko".

Esclareço ao Plenário que a presente reunião destina-se à tomada de depoimentos do Sr. Alduíno Lodi e Jandir Lodi e que esta Presidência recebeu, na manhã de hoje, um fax do escritório de advocacia, subscrito pelo Dr. Amadeu de Almeida. Neste fax, o advogado afirma ser impossível o comparecimento de ambos na data aprazada, pois necessitam de tempo hábil e viável para deixarem as suas atividades e, junto com o seu advogado, comparecerem a esta Comissão.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pela ordem.

Em primeiro lugar, a intimação foi feita para o Sr. Alduíno Lodi e para o Sr. Jandir Lodi, os dois que deveriam falar a esta Comissão, e não por meio do advogado, o qual apenas acompanha. A intimação é pessoal, não é para um escritório de advocacia. Em sendo assim, não deveríamos mais receber essas justificativas. São eles que deveriam dizer para esta Comissão que não poderiam comparecer. Pelo que sei, como não vieram, nós deveremos ir ao Rio Grande do Sul para ouvi-los. É importante também que a CPI possa assegurar que nessa nossa ida para o Rio Grande do Sul eles não encontrem outra justificativa para não comparecer; que os afazeres pessoais ou mesmo o advogado não sejam motivo para que não compareçam. Já deve constar, inclusive, que nesse primeiro momento eles deixaram de estar presentes a esta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Já é o segundo momento, Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Já é o segundo momento.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – É. Quando esta CPI esteve na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para realizar a sua audiência pública, os mesmos convocados foram chamados por esta Comissão para prestarem depoimentos naquela capital e também não compareceram, conforme petição do mesmo advogado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Está se tornando uma praxe e precisamos tomar uma atitude. Esperamos que na terceira vez não deixem de prestar depoimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Com certeza, Deputado Luiz Couto. A Presidência entende que é preciso ouvir os dois irmãos empresários. Essa audiência poderá ser realizada, para que possamos tomar o mais rápido possível esses depoimentos, no Rio Grande do Sul, com a presença da Deputada Maria do Rosário e do Deputado Luiz Couto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) – Srª Presidente, em absoluta concordância com este encaminhamento, quero que fique estabelecido, registrado, nessa manhã, que fizemos o chamamento aos Srs. Lodi, aos irmãos, cumprindo prazo regimental; que agimos de acordo com o Regimento que define os trabalhos dessa CPMI, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; que fomos zelosos desse Regimento; que ainda estamos no prazo; que recebemos apenas hoje, pela manhã, a não-confirmação da presença dos convocados; e que, como V. Exª bem estabeleceu, não é a primeira vez que isso acontece. Diante dessa situação, vou formando um juízo de que existem medidas protelatórias, uma tentativa de desconstituir o trabalho que estamos desenvolvendo e, mais do que isso talvez, de impedir a sociedade brasileira de conhecer mais profundamente os fatos apresentados na audiência em Porto Alegre.

Os fatos são muitos graves. Há denúncias de adolescentes, depoimentos tomados publica e reservadamente, com o devido resguardo da imagem das adolescentes. Duas delas integram hoje o Programa de Proteção à Testemunha, por sentirem-se ameaçadas. Essas adolescentes denunciam que foram agenciadas para exploração sexual. Em Soledade, no Rio Grande do Sul, foram colocadas à disposição de estrangeiros que vinham ao Brasil a negócios no ramo de pedras – Soledade é uma região que se caracteriza pela exportação de pedras – e relataram uma série de violências sofridas. Inclusive uma delas, segundo seu próprio depoimento, foi durante longo período explorada sexualmente pelo Sr. Alcides Lodi, tendo sido agenciada pela própria irmã, com quem esse senhor já havia mantido relações.

Estamos aqui com um caso bastante grave de agenciamento de adolescentes, de agenciamento para serviços sexuais para brasileiros e estrangeiros. Contamos com a Polícia Federal, na seccional de Passo

Fundo, para a investigação da presença desses estrangeiros no Brasil. Os depoimentos foram muito fortes e me parece absurdo que, pela segunda vez, não tenhamos a fala dos irmãos Lodi. Quero que fique consignado, também, que o juízo que vamos formando, frente à ausência do depoimento deles e de tudo que ouvimos das adolescentes, indica uma responsabilidade. O fato de comparecerem a essa CPMI não estaria depondo contra eles, ao contrário, teriam a oportunidade, frente à sociedade gaúcha e brasileira, de apresentarem também as suas considerações sobre aquilo que lhes está sendo imputado.

Portanto, lamento mais uma vez e concordo com o encaminhamento que V. Exª faz, Senadora Patrícia.

Agradeço a prontidão e a determinação do Deputado Luiz Couto, que propôs uma audiência no local, pois já estamos nos encaminhando inclusive para a conclusão dos nossos trabalhos. Queremos concluí-lo até maio e não temos mais tempo para medidas protelatórias. Sugiro, portanto, quando ocorrer situação semelhante a essa, que agendemos rapidamente para o local, deslocando os Parlamentares. Precisamos ouvir aqueles que estão sendo responsabilizados e as testemunhas para trazermos um resultado objetivo para o relatório.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário. Peço apenas a V. Exª que formalize o requerimento.

Consulto o Plenário em relação ao tema em debate.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) – Srª Presidente, estaremos em vários Estados da Federação com eixos importantes e com trabalhos muito importantes. Se fosse possível, além do Deputado Luiz Couto, sugiro que estendamos esse convite aos outros Parlamentares que já retornaram e à Deputada Telma de Souza.

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Srª Deputada e Srª Presidente, seria um prazer, mas as datas são coincidentes. Já há uma...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dias 26 e 27 de março, ou seja, na próxima semana.

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT-SP) – Estaremos lá, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Agradeço à Deputada Telma de Souza.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Srª Presidente, indago se já não seria o caso de enviarmos uma notificação judicial, e teria que consultar a assessoria para saber se há possibilidade de assim procedermos. Faço essa indagação por ser a segunda vez que deixam de comparecer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – O Dr. Tarciso está nos esclarecendo que, como a CPI tem a mesma atribuição, poderemos enviar essa notificação através dela própria. Se não comparecerem, poderemos inclusive acionar a polícia. Se necessário, haverá punição.

Queremos marcar, então, essa audiência pública para os dias 26 e 27.

Em votação o requerimento da Deputada Maria do Rosário.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) – Srª Presidente, apenas para registrar o trabalho que realizamos ao longo do último período e a agenda que temos, V. Exª pudesse anunciar as cidades que estaremos nestes meses de março e abril.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Saboya Gomes) – Dia 24 de março: bloco temático sobre Defesa e Responsabilização e Marco Legal para Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Convidados: Drª Heliane Araque, Coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Marco Legal da Questão da Violência Social; Drª Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça; Drª Hélia Barbosa, Defensora Pública da Bahia.

Dia 29: audiência pública no Rio de Janeiro.

Dia 30: bloco temático sobre Exploração Sexual nas Rodovias. Convidados: Polícia Rodoviária Federal; Ministério dos Transportes; Representantes de Entidades dos Caminhoneiros. Local: Belo Horizonte.

Dia 1º de abril: bloco temático sobre Relações Internacionais no Combate ao Tráfico e aos Crimes Transnacionais. Convidados: Ministério das Relações Exteriores e Representantes de Embaixadas.

Dia 15: audiência pública em Manaus.

Dia 16: audiência pública em Belém.

Dia 19: audiência pública em João Pessoa.

Dia 20: audiência Pública em Natal.

Dia 26: audiência pública em Cuiabá.

Dia 3 de maio: audiência pública em Fortaleza.

Dia 7: audiência pública em Porto Velho.

Essa foi a agenda aprovada pelos Srs. Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h.)

EDIÇÃO DE HOJE: 484 PÁGINAS